



SISTEMA FARIAS BRITO DE ENSINO

FILOSOFIA SOCIOLOGIA





SISTEMA FARIAS BRITO DE ENSINO

Direção-geral: Tales de Sá Cavalcante, Hilda Sá Cavalcante Prisco, Dayse de Sá Cavalcante Tavares

Direção administrativa: Patrícia Teixeira

Direção técnica: Fernanda Denardin

Direção de ensino: Marcelo Pena

Gerente editorial: Danielle Cabral

Supervisão pedagógica: Dawison Sampaio

Professor elaborador: João Saraiva

Iconografia: Amanda Pinto, Kelly Lopes, Tatielly Farias

Projeto visual: Felipe Marques, Franklin Biovanni, Paulo Henrique dos Anjos, Raul Matos

Projeto gráfico, revisão e editoração: Gráfica FB

EDITORA MODERNA

Diretoria-geral de educação: José Henrique del Castillo Melo

Diretoria de negócios: Francisco Ribamar Monteiro

Diretoria de operações editoriais: Ricardo Seballos

Gerência de design e produção gráfica: Everson Laurindo de Paula

Coordenação de conteúdo: Jones Brandão

Coordenação de produção: Rafael Mazzari

Design da capa: Mariza de Souza Porto, Patricia Malízia

Foto: NASA/Triff/Shutterstock

Impressão:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Bibliotecárias responsáveis: Raquel Hernandes Silva – CRB-3/950,

Lianna Cláudia Barbosa Costa – CRB-1/391, Lúcia Mara Nogueira Braga – CRB-3/880

Os textos aqui veiculados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Fica proibida a sua reprodução total ou parcial, sob pena de detenção.

Lei nº 9.610/98 e art. 184 do Código Penal.

P397p

CDD 373 Pena, Marcelo

Pré-universitário: filosofia & sociologia, anual, volume único /
Marcelo Pena, supervisão. – Fortaleza: FB Editora, 2020.
304 p. : il. ; 29 cm.

Filosofia & Sociologia

Obra em volume único.

ISBN 978-85-8420-159-4

1. Educação (Ensino médio). 2. Enem. 3. Ciências humanas e suas tecnologias. I. Título: Filosofia & sociologia, anual, volume único.

SUMÁRIO

FILOSOFIA

AULA 01: MITO E FILOSOFIA

Introdução	3
Condições históricas para o surgimento da Filosofia	3
Principais características da filosofia nascente.....	5
O mito hoje	5
Exercícios	6
Diferenças entre filosofia e mito?	6

AULA 02: A HISTÓRIA DA FILOSOFIA (PRÉ-SOCRÁTICOS)

Introdução	11
1º Período: Filosofia Grega (séc. VI a.C. ao séc. VI d.C.).....	11
Exercícios	14

AULA 03: A HISTÓRIA DA FILOSOFIA (PERÍODO CLÁSSICO – GRÉCIA)

Período Socrático ou Antropológico (final do séc. V e todo séc. IV a.C., em Atenas)	17
Exercícios	24

AULA 04: A HISTÓRIA DA FILOSOFIA (PERÍODO HELENÍSTICO)

Período Helenístico (do séc. III a.C. ao séc. VI d.C.)	28
Exercícios	30

AULA 05: A HISTÓRIA DA FILOSOFIA (RAZÃO E FÉ NA IDADE MÉDIA)

2º Período: Filosofia Patrística (séc. I até o séc. VII)	34
3º Período: Filosofia Medieval (séc. VIII ao séc. XIV).....	35
Exercícios	36

AULA 06: A HISTÓRIA DA FILOSOFIA (RENASCIMENTO E MODERNIDADE)

4º Período: Filosofia da Renascença (séc. XIV ao séc. XVI)	40
5º Período: Filosofia Moderna (séc. XVII até meados do séc. XVIII)	43
Exercícios	46

AULA 07: A HISTÓRIA DA FILOSOFIA (ILUMINISMO E CONTEMPORÂNEA)

6º Período: Filosofia da Ilustração ou Iluminismo (séc. XVIII até o séc. XIX).....	51
7º Período: Filosofia Contemporânea (séc. XIX até hoje).....	52
Exercícios	57

AULA 08: A HISTÓRIA DA FILOSOFIA (PÓS-MODERNIDADE)

Pós-Modernidade.....	62
Teóricos do mundo em transformação	64
Exercícios	71

AULA 09: O CONHECIMENTO

Introdução	76
Conhecimento mítico	76
Conhecimento religioso ou teológico.....	76
Conhecimento filosófico	76
Conhecimento técnico.....	77
Conhecimento artístico	77
Senso comum ou conhecimento ingênuo.....	77
A ciência ou conhecimento científico	78
Exercícios	81

AULA 10: O PENSAMENTO ÉTICO-FILOSÓFICO

Introdução	85
Intenção e norma.....	85
Distinção conceitual entre moral e ética	86
A dimensão pessoal e social: o si mesmo, o outro e as instituições	86
Funções e importância da consciência moral.....	87
O Pensamento Ético Filosófico: da Grécia Antiga aos nossos dias.....	89
A ética na Antiguidade.....	89
A ética medieval	90
A ética moderna.....	91
A ética contemporânea	91
A crise da ética	92
Exercícios	93

SUMÁRIO

AULA 11: CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS PARA A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE

Liberdade em Satre	96
A existência precede a essência	96
O homem é liberdade	97
Três Grandes Concepções Filosóficas para a Construção da Liberdade	99
Liberdade e possibilidade objetiva	101
Liberdade política	101
Brasil: da censura imposta à eterna luta por liberdade	104
Exercícios	105

AULA 12: IDEOLOGIA, INDÚSTRIA CULTURAL E TEORIA CRÍTICA

Introdução	109
Exercícios	118

AULA 13: FILOSOFIA POLÍTICA

Introdução	122
Alguns termos e expressões do vocabulário político grego	122
A democracia ateniense	123
Quando nasce a democracia?	123
A Política na Idade Média e no Renascimento	124
Nicolau Maquiavel e a política moderna	125
Os filósofos contratualistas	125
A Política no mundo contemporâneo	127
Exercícios	128

AULA 14: UM OUTRO OLHAR POLÍTICO

Introdução	131
O preconceito contra a política e a política de fato	132
O ideal político	133
A vida política dos povos indígenas do Brasil e a invasão dos bárbaros	133
A Política e o cotidiano	134
A indiferença política	135
A cidadania	135
Exercícios	136

AULA 15: ESTÉTICA

Introdução	139
Busca da beleza	139
Entre os gregos	140
Na Idade Média	140
No Renascimento	140
No Mundo Contemporâneo	141
A estética moderna	141
O estado estético	142
A Universidade do Gosto	142
O mercado do gosto	143
O gosto como um fato social	143
O juízo de gosto na Filosofia	143
Hume: gosto é coisa da sua cabeça	143
O juízo de gosto na arte	144
Kant e o sentimento do belo	145
Exigências para o bom gosto	145
O materialismo	
histórico e a arte interessada	146
Para além do belo clássico	147
Necessidade ou fim da arte?	147
Arte e sociedade	147
Necessidade da arte	147
Exercícios	148
Hegel e o espírito absoluto	148
A função social da arte	148

SUMÁRIO

SOCIOLOGIA

AULA 01: SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA

Desenvolvimento da sociologia na Europa.....	157
As principais correntes sociológicas.....	157
Exercícios	159

AULA 02: AS PRINCIPAIS CORRENTES TEÓRICAS E AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE CIENTÍFICA DOS PROBLEMAS SOCIAIS – PARTE I

Os fatos sociais – objetos nas mãos	164
Exercícios	165

AULA 03: AS PRINCIPAIS CORRENTES TEÓRICAS E AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE CIENTÍFICA DOS PROBLEMAS SOCIAIS – PARTE II

Exercícios	173
------------------	-----

AULA 04: A PRODUÇÃO SOCIOLÓGICA BRASILEIRA

A formação da sociologia brasileira.....	177
A Geração de 30 ou Fase “B”	179
O integralismo e a intelectualidade de direita	181
A década de 40 ou Fase “C”	181
Década de 50.....	182
Os anos 60 e o golpe de 64	183
Redemocratização.....	184
Exercícios	185

AULA 05: AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS: FAMÍLIA E ESCOLA

Família: não apenas um grupo, mas um fenômeno social	191
A Instituição Escolar.....	194
Exercícios	198

AULA 06: A INSTITUIÇÃO RELIGIOSA

O que é religião?	203
O que são os rituais?	204
Os clássicos da sociologia e as instituições religiosas.....	205
Exercícios	206

AULA 07: COMO FUNCIONA A RELAÇÃO INDIVÍDUO × SOCIEDADE

Indivíduo e identidade	209
Definindo “Sociedade” – Os agrupamentos sociais.....	210
Exercícios	214

AULA 08: DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL À EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO MUNDO GLOBALIZADO

A organização do trabalho.....	220
Reestruturação produtiva.....	222
A doutrina neoliberal.....	223
Exercícios	225

AULA 09: O PROCESSO DE TRABALHO E A DESIGUALDADE SOCIAL

Exercícios	233
------------------	-----

AULA 10: ESTRATIFICAÇÃO, CLASSE E MOBILIDADE SOCIAL

Estratificação social e as desigualdades.....	236
Teorias da estratificação	239
A pobreza.....	240
Exercícios	241

AULA 11: O ESTADO CONTEMPORÂNEO

O conceito de Estado.....	245
Direito ao sufrágio universal (o voto).....	248
Formas de governo puras e degeneradas.....	249
Totalitarismo e Autoritarismo.....	249
Exercícios	250

AULA 12: MOVIMENTOS SOCIAIS

Exercícios	256
------------------	-----

AULA 13: CIDADANIA NA DEMOCRACIA DE MASSA

A luta contra a violência institucionalizada	263
Exercícios	264
O que são Direitos Humanos?	264

SUMÁRIO

AULA 14: CULTURA OU CULTURAS: UMA CONTRIBUIÇÃO ANTROPOLÓGICA

Exercícios271

AULA 15: CULTURA: CRIAÇÃO OU APROPRIAÇÃO?

Ideologia e meios de comunicação de massa279

Teorias da mídia281

Exercícios281

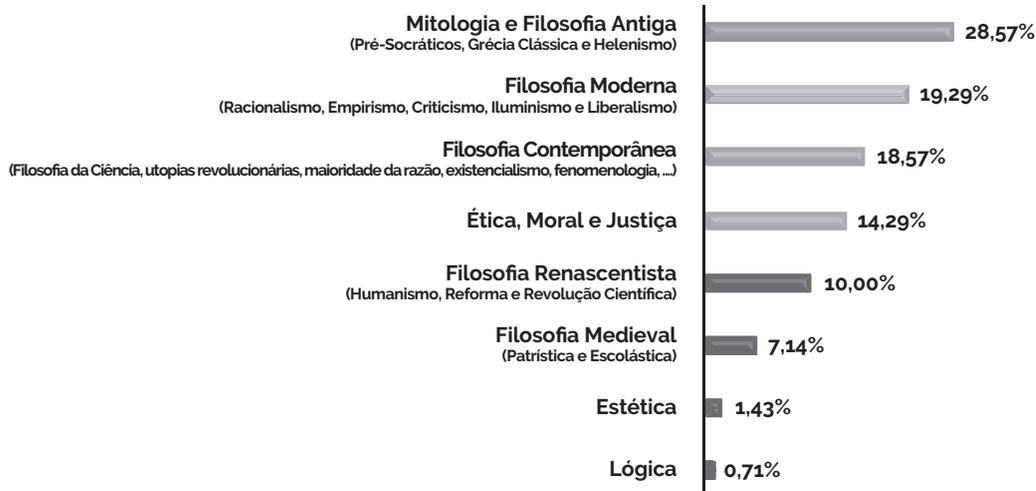
GABARITOS 293

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

FILOSOFIA

ASSUNTOS ABORDADOS NO ENEM – DE 2009 A 2018

FILOSOFIA



APRESENTAÇÃO

Caros Alunos,

“Por muito que o estudo filosófico seja em si e para si mesmo, é igualmente uma aprendizagem – a aprendizagem de uma ciência já existente, formada. Esta é um patrimônio de conteúdo adquirido, formado, elaborado; este bem hereditário deve ser adquirido pelo indivíduo, isto é, ser aprendido”.

Hegel

Esta apostila pretende apresentar-lhes a Filosofia como um conhecimento que possibilita o desenvolvimento de um estilo próprio de pensamento. A filosofia pode ser considerada como conteúdo produzido pelos filósofos ao longo do tempo, mas também como o exercício do pensamento que busca o entendimento das coisas, das pessoas e do meio em que vivem. Portanto, um pensar histórico, crítico e criativo, que discuta os problemas da vida à luz da História da Filosofia.

A apostila está organizada a partir de conteúdos, denominados temas geradores, ou seja, conteúdos que se constituíram historicamente e são basilares para o ensino de filosofia – Do mito à Filosofia, Ética e Moral, Filosofia Política, Estética e Filosofia da Religião.

Em cada capítulo/aula se desenvolve um conteúdo específico, a partir do qual poderemos levantar questões, identificar problemas e problematizar o conteúdo com o auxílio dos textos filosóficos. O texto filosófico, além de ser objeto de estudo com suas estruturas lógicas, argumentativas e precisão dos enunciados, também fornece subsídios para entender o problema e o conteúdo que está sendo estudado.

Desejamos que cada capítulo/aula dessa apostila seja o início de um estudo. Para alimentar a continuidade desse estudo propomos a leitura dos textos clássicos da filosofia. Eles poderão ajudá-los a realimentarem as discussões surgidas nas aulas. Vale lembrar que muitas dessas obras estão disponíveis gratuitamente na Internet.

A todos bom estudo.

João Saraiva

Aula
01

Mito e Filosofia

C-1	H-2, 4
C-3	H-11, 14

Introdução

O que nos identifica e caracteriza como homens é o fato de a cada instante necessitarmos pensar e criar explicações. Criando explicações, criamos pensamentos. Na criação do pensamento, damos origem tanto ao mito quanto à racionalidade, ou seja, a **base mitológica**, enquanto pensamento por figuras, e a **base racional**, enquanto pensamento por conceitos. Esses elementos são constituintes do processo de formação do conhecimento filosófico. Este fato não pode deixar de ser considerado, pois é a partir dele que o homem desenvolve suas ideias, cria sistemas, elabora leis, códigos e práticas sociais.

A condição para que se entenda a conquista da autonomia da racionalidade (o **logos**) diante do mito passa pela compreensão de que o surgimento do pensamento racional, conceitual, entre os gregos, foi decisivo no desenvolvimento da cultura da civilização ocidental. Isso determina o início de uma etapa fundamental na história do pensamento e do desenvolvimento de todas as concepções científicas produzidas ao longo de séculos da história humana.

A tomada de consciência de como isso se deu e quais foram as condições históricas que permitiram a passagem do mito à filosofia fundamentam uma das questões cruciais para a compreensão das grandes linhas de pensamento que dominam todas as nossas tradições culturais. Esta passagem do pensamento mítico ao pensamento racional, no contexto grego, é importante para que percebamos que os mesmos conflitos entre mito e razão, vividos pelos gregos, são problemas presentes, ainda hoje, em nossa sociedade contemporânea, onde a própria ciência depara-se com o elemento da crença mitológica ao apresentar-se como neutra, escondendo interesses políticos, econômicos e sociais em sua roupagem sistemática, por exemplo.

Mito e filosofia: trata do problema da ordem e da desordem no mundo. O homem grego foi, por séculos, educado pelo mito. A palavra "mito" vem do grego **mythos**, que significa contar, narrar algo a alguém. O mito é uma narração fabulosa de origem popular e não refletida, dotada de forte sentido simbólico e pedagógico, que tem por finalidade a explicação do mundo, da realidade que nos circunscreve. Os homens gregos perceberam que o mito era um jeito de ordenar o mundo.

Surpreso e temendo os fenômenos que o cercam (manifestações da natureza, a origem do cosmos, a morte, sentimentos, entre outras coisas), o homem recorre aos mitos – uma primeira tentativa de entender e localizar-se no mundo – como fonte de explicação para o que vê mas já não compreende. Forças sobrenaturais são invocadas; deuses revestem-se de formas humanas (antropomorfismo) e se materializam nos mitos criados para desvendar o que não se pode expressar por palavras.

Em resumo, o mito é desprovido daquilo que os gregos chamam de **logos** – isto é, razão ou racionalidade –, uma forma espontânea de situar os seres humanos na sociedade. Suas raízes se acham nas explicações simbólicas, de caráter pré-reflexivo de um espírito cientificamente primitivo, anterior à consciência. A força do mito reside nos sentimentos e nos rituais, de vida e morte. Antes de ser pensado, um mito é vivido, adorado, venerado, sustentado pela força misteriosa da fé. O mito é uma maneira de encontrar a verdade, ordenar o mundo, conciliar os deuses, os seres e a natureza, garantindo os rituais que mantêm os vínculos de uma sociedade e afastam o medo e as incertezas que distanciam os seres humanos. É um modo de apropriação da realidade com fundamentos na fé, na crença, no rito, na comunhão de sentimentos sobre a origem e o destino de uma comunidade.

São maravilhosas narrativas sobre a origem dos tempos, que encantam, principalmente, porque fogem aos parâmetros do modo de pensar racional que deu origem ao pensamento contemporâneo.



Calvin & Hobbes, Bill Watterson © 1993 Watterson / Dist. by Andrews McMeel Syndication

A mitologia grega é também herança e objeto da obra de antigos escritores, como **Sófocles**, **Aristófanes**, com destaque especial para **Hesíodo** e **Homero**, que narram desde a genealogia dos deuses, chamada de **teogonia**, até fatos heroicos do povo grego antigo (nas obras **Iliada** e **Odisséia**). São cenas descritas poeticamente, musicadas e cantadas nas festas e acontecimentos cívicos; são representações simbólicas das crenças e valores dos helenos. Importante é salientar que a mitologia era a verdade em que muitos gregos acreditavam e que defendiam com o fervor próprio da devoção sincera.

Enquanto narrativa oral, o mito era um modo de compreender o mundo que foi sendo construído a cada nova narração. As crenças que eles transmitiam ajudavam a comunidade a criar uma base de compreensão da realidade e um solo firme de certezas. Os mitos apresentavam uma religião politeísta, sem doutrina revelada, sem teoria escrita, isto é, um sistema religioso, sem corpo sacerdotal e sem livro sagrado, apenas concentrada na tradição oral: é isso que se entende por **teogonia**. Vale salientar que essas narrativas foram sistematizadas no século IX, por Homero, e por Hesíodo no século VII a.C.

É certo que as tradições, os mitos e a religiosidade respondiam a todos os questionamentos. Contudo, essas explicações não davam mais conta de problemas como a permanência, a mudança, a continuidade dos seres, entre outras questões. Suas respostas perderam convencimento e não respondiam aos interesses da aristocracia que se estabelecia na pólis.

Podemos afirmar, portanto, que a Filosofia nasceu de um processo de superação do mito, em uma busca por explicações racionais rigorosas e metódicas, condizentes com a vida política e social dos gregos antigos; também nasceu do melhoramento de alguns conhecimentos já existentes, adaptados e transformados em ciência.

Condições históricas para o surgimento da Filosofia

A filosofia surge por volta do século VII a.C. na Grécia Antiga. A palavra "filosofia" é composta por duas outras: **philo** e **sophia**. **Philo** deriva-se de **philia**, que significa amizade, amor fraterno, respeito entre os iguais. **Sophia** quer dizer sabedoria e dela vem a palavra **sophos**, sábio. Filosofia significa, portanto, amizade pela sabedoria, amor e respeito pelo saber. Filósofo é o que ama a sabedoria, tem amizade pelo saber, deseja saber. Assim, filosofia indica um estado de espírito, o da pessoa que ama, ou seja, deseja o conhecimento, estima-o, procura-o e respeita-o.

Atribui-se ao filósofo grego **Pitágoras de Samos** a invenção da palavra "filosofia". **Pitágoras** teria afirmado que a sabedoria plena e completa pertence aos deuses, mas que os homens podem desejá-la ou amá-la, tornando-se filósofos.

Filha dos gregos, portanto, a filosofia tem data e local de nascimento específico e, também, um "pai", considerado o primeiro filósofo datado historicamente: **Tales**. Mileto, a cidade de Tales, ficava na Jônia, atual Turquia, uma das colônias micênicas desenvolvidas após a invasão dos dóricos. É exatamente aí, no século VI a.C., que surge a primeira proposta filosófica. Mas, antes de tratarmos dos primeiros filósofos, vamos entender o contexto de formação do povo grego e o processo que levou ao nascimento do pensamento filosófico.

Geograficamente dispersa, a Grécia Antiga constituía-se por um grande número de pequenas comunidades independentes no mar Mediterrâneo, desde a Jônia, na Ásia Menor, até o sul da Itália. Apesar dessa dispersão, havia uma certa unidade cultural, expressa por uma língua comum, formas de organização política semelhantes e mesmas crenças religiosas. A dispersão dessas comunidades deveu-se, em grande parte, às invasões em busca de terras para cultivo, mas, também, devido aos conflitos entre dois povos que praticamente formaram a cultura grega.

Vindos da Europa, os micênicos, um povo mais avançado culturalmente, chegaram à Grécia por volta do ano 2000 a.C. e, encontrando um povo mais atrasado na região, logo se estabeleceram como a cultura dominante. Os micênicos – ou aqueus, como também ficaram conhecidos – encontravam-se na **Idade do Bronze** e tornaram-se uma grande civilização, representada pela exuberância e potência da cidade de Micenas. Isto prevaleceu até que, por volta do séc. XII a.C., os dóricos – povo guerreiro que já dominava o ferro – invadiu a região e obrigou o êxodo dos micênicos em busca de novas terras. Emigrando para a Ásia Menor – chamada Jônia na época –, os gregos fundaram novas colônias para fugir ao domínio dórico e preservar suas tradições. Desta colonização surgiram duas cidades que se tornaram grandes centros culturais e econômicos: **Mileto** e **Éfeso**.

Portanto, é nesse conjunto de comunidades independentes que, no século VI a.C., vai se formando um dos elementos que marcaram o surgimento do pensamento ocidental: a **racionalidade**.

Como já podemos perceber, a filosofia não nasce na Grécia propriamente dita, mas na Jônia e na Magna Grécia, colônias desta no Oriente e no Ocidente.

Mas, por que nasce na Grécia e não nas culturas orientais antigas, como Egito, Babilônia, China, Índia, ou entre os hebreus? Sofreu influência destas, pelo menos, ou terá sido apenas um “milagre” o que aconteceu na Grécia? Este é um ponto que nos interessa discutir.

Durante algum tempo duas teses foram defendidas para o fato de a filosofia ter tido seu início na Grécia. Uma considerava o fato um “milagre”, desconsiderando as condições sócio-econômico-culturais e políticas que faziam parte da cultura grega. A outra considerava o nascimento da filosofia como sendo devido a “ensinamentos esotéricos” que os gregos adquiriram em suas viagens pelo Oriente; ou seja, a filosofia nasceu por influência dos povos orientais, sem mérito algum dos gregos e não, novamente, por um contexto sociocultural próprio que existia na Grécia. Estas duas correntes, portanto, “milagre grego” *versus* influência oriental, estão desacreditadas academicamente.

A tese aceita atualmente defende o nascimento da filosofia devido a uma série de fatores sócio-político-econômico-culturais que aconteceram somente na Grécia. Por isso, neste entendimento não foi possível o mesmo acontecer em outras culturas da forma como se deu no Ocidente.

Com isto esclarecemos que, no entendimento acadêmico, estamos falando da filosofia ocidental e não das “filosofias orientais”, que apresentam sua sabedoria e importância, mas, em um olhar mais depurado, não desenvolveram uma sistematização do pensamento de tal forma que permitisse o nascimento do que viria a ser conhecido posteriormente como ciência.

Retomando a questão da formação da Grécia, alguns contextos então contribuíram para uma construção diferente da cultura grega em relação às outras culturas. No mesmo período, as outras civilizações existentes apresentavam algumas características que, contrapostas à cultura grega, podem nos ajudar a esclarecer porque estes últimos apresentaram um terreno fértil para o surgimento da ciência filosófica. Nas demais culturas, geralmente existia uma casta sacerdotal dominante, responsável pela interpretação dos livros sagrados e de verdades reveladas, o que determinava o comportamento moral, político e econômico

do povo. A escrita era restrita aos escribas – tratada como segredo e, portanto, acessível apenas a iniciados –, proibida aos homens comuns, o que impedia a ampla difusão e discussão de ideias.

Religiões com dogmas e uma certa teologia elaborada eram outros fatores que impediam o livre desenvolvimento do pensamento, tornando a religião um instrumento de poder. Aliado a isto, ainda, a cultura do poder vitalício do rei e a figura do súdito impediam qualquer manifestação política ou reflexão sobre a questão do poder. Pois bem, o contexto grego era contrário a este modo de ser.

Com o fim do domínio dórico, nós vemos a reconstrução da sociedade grega. Há um **renascimento do comércio** em torno do século VIII a.C. e a tendência à formação de centros maiores ao redor da **ágora**, – a praça pública – local das transações comerciais e das discussões sobre a vida da cidade. É o **nascimento da política**.

Na estruturação política, cada comunidade grega era uma cidade-Estado – as chamadas **pólis** –, autônoma, com a dimensão de um pequeno município. Na pólis é que se efetuava a conquista política do estatuto cívico, da ordem da cidadania, na qual o destino de cada um era definido não pela obrigação de lealdade a um chefe, mas pela relação ao princípio abstrato que é a lei – primeira etapa.

Em um segundo momento, a **democracia** se instaura em Atenas. Apresenta-se a ideia de governo do povo ou governo no “meio” do povo e não governo do “povinho”. O grego tem consciência de sua cidadania porque participa da vida pública da cidade. Os destinos da pólis são de responsabilidade comum de todos os cidadãos, acima dos quais não há nada, a não ser as leis que eles mesmos elaboraram. Escreve HOWART (1984):

Pode parecer exagero, porém acredito que seja justo afirmar que as realizações políticas e as experiências práticas de governo dos gregos, nas quais se basearam todas as formas modernas de política da Europa ocidental, pelo menos até a aparição do marxismo, não poderiam ter acontecido em outro ambiente que não fosse o da pólis.

Conceitos tão familiares como, por exemplo, governo constitucional, império da lei, democracia e, acima de tudo, cidadania, eram completamente desconhecidos até que os gregos começaram a experimentá-los.¹

O modelo de governo da pólis, como esforço coletivo e exclusivo dos cidadãos, até então desconhecido em outras civilizações, tem por fundamento a ideia de que os deuses abandonaram os homens. E a ideia do destino como força superior aos próprios deuses sugere a visão democrática de que a lei está acima dos indivíduos. É nesse quadro que surge a reflexão filosófica, que busca uma lei universal, acima de todas as coisas, que possa explicar o homem e o mundo sem recorrer a forças divinas.

Outras condições histórico-sociais também foram proporcionando o questionamento do mito. O renascimento comercial citou exigiu do homem grego o “lançar-se ao mar” para encontrar novos mercados. Com o **desenvolvimento das viagens marítimas**, os gregos começaram a confrontar os fatos com as tradições míticas. Chegando às ilhas e regiões que constituíram o pano de fundo das epopeias e dos relatos poéticos, o grego não encontrou as “divindades” e as “criaturas” citadas pela tradição. Navegando os mares, não encontrou as sereias e nem tampouco foi confrontado por Poseidon². Em Creta não deparou-se com o Minotauro³, mas sim com um povo que estava disposto a comercializar também, como nas demais regiões.

1 HOWART, Ian. In.: *HUMANIDADES*, Ed. Universidade de Brasília, Janeiro / março – 1984 – vol. II – n.º 6, p. 170-171.

2 Poseidon: na mitologia grega é o nome do “deus do mar”, irmão de Zeus. Teria, de acordo com o relato da Odisseia, sido o mentor dos problemas de Ulisses (do grego Odisseu) no seu retorno para casa. Para os romanos chamava-se Netuno.

3 Minotauro: criatura que habitava o labirinto em Cretas, onde Minos, rei da ilha colocava seus inimigos para serem mortos pelo monstro. Teseu, o herói grego, vence a criatura e consegue sair do labirinto utilizando-se de um novelo de linha para reencontrar o caminho.

Questionamentos surgem sobre a veracidade do mito e a possibilidade ou não de encontrar novas explicações para os fatos e fenômenos antes entendidos apenas de forma mítica.

Concomitante a isto, há a **invenção da moeda** e um **desenvolvimento da escrita e do calendário**.

Criada pelos sumérios, a escrita ganha novo sentido com os gregos que descobrem-se capazes de expressar seu pensamento não mais de forma verbal apenas, mas, a partir da concepção do alfabeto e da construção fonética, de forma mais elaborada, por escrito. Estes fatos exigem uma abstração do pensamento, um maior rigor na formulação das ideias e, conseqüentemente, uma mudança cultural.

O grego descobre que não precisa trocar as mercadorias por coisas concretas (um cavalo por um boi, por exemplo), mas sim que é possível uma troca abstrata (um cavalo por 20 moedas, por exemplo). É o desenvolvimento da capacidade de elaboração do pensamento de forma diferente.

O calendário produz condições semelhantes ao permitir uma observação sobre os dias e as estações do ano e, desta forma, a percepção da natureza em seu curso, desmistificando a ação divina sobre os fenômenos da natureza (como no caso de a colheita ter sido boa ou ruim devido a um “deus” e não às condições climáticas ou época do ano).

Por fim, o **surgimento da vida urbana**, que impulsiona este renascimento comercial e diminui o prestígio da classe aristocrática, proprietária de terras, faz nascer a política, que exige a construção de uma nova relação social, como já foi explicado anteriormente.

Por todos estes fatores, portanto, e não por um “milagre” ou por “influência do oriente”, como já esclarecemos, é que, no século VI a.C. Tales inicia a jornada que se tornará a grande aventura na história do Ocidente: o **pensamento filosófico**.

As mudanças começam a acontecer. Em torno do século V a.C. o homem, como cidadão-guerreiro, que fala e que combate, aparece assumindo o seu destino. Nesta época, os gêneros culturais mudam de sentido e de estilo. A tragédia, antes fundamentalmente religiosa, torna-se cerimônia política. A história-geografia se afirma. As descrições lendárias e as genealogias míticas dão lugar às paisagens e costumes analisados e descritos com precisão. No campo da medicina, surge um apelo pela investigação das causas das enfermidades e não mais aos recursos ambíguos da adivinhação. Na Física, o grego passa pouco a pouco das especulações mágicas para o estudo das relações fenomenais. A “arte da palavra”, por sua vez, deixa de ser privilégio das famílias nobres para ser o meio pelo qual todo cidadão dispõe, pelo menos em direito, para fazer valer suas opiniões e interesses.

O mito, contudo, não perdeu sua beleza, seu sentido que propiciou todo este progresso. É uma forma diferente de olhar a realidade. Hesíodo fala em suas obras do “abandono dos deuses” em relação aos homens. Há um princípio de “secularização” do pensamento. O homem não precisa mais recorrer aos deuses para explicar o mundo. Na **teogonia** – de Hesíodo –, o homem encontra-se sem deuses, abandonado, mas livre para agir e pensar. Entre os séculos VIII e V a.C., portanto, desenvolve-se o esforço para a construção de uma sociedade justa, propiciada pelas condições históricas próprias do mundo grego. É neste contexto que nasce a filosofia e aparecem os primeiros filósofos, os chamados **pré-socráticos**.

Principais características da filosofia nascente

Em síntese, podemos afirmar que o **pensamento filosófico**, em seu nascimento, tinha como traços principais:

- **tendência à racionalidade**, isto é, a razão e somente a razão, com seus princípios e regras, é o critério da explicação de alguma coisa;

- **tendência a oferecer respostas conclusivas para os problemas**, ou seja, colocado um problema, sua solução é submetida à análise, à crítica, à discussão e à demonstração, nunca sendo aceita como uma verdade, se não for provado racionalmente que é verdadeira;
- **exigência de que o pensamento apresente suas regras de funcionamento**, isto é, o filósofo é aquele que justifica suas ideias provando que segue regras universais do pensamento. Para os gregos, é uma lei universal do pensamento que a contradição indica erro ou falsidade. Uma contradição acontece quando afirmo e nego a mesma coisa sobre uma mesma coisa (por exemplo: “Pedro é um menino e não um menino”, “A noite é escura e clara”, “O infinito não tem limites e é limitado”). Assim, quando uma contradição aparecer em uma exposição filosófica, esta deve ser considerada falsa;
- **recusa de explicações preestabelecidas** e, portanto, exigência de que, para cada problema, seja investigada e encontrada a solução própria exigida por ele;
- **tendência à generalização**, ou seja, mostrar que uma explicação tem validade para muitas coisas diferentes porque, sob a variação percebida pelos órgãos de nossos sentidos, o pensamento descobre semelhanças e identidades.

O mito hoje

Na modernidade, podemos pensar filosoficamente outros conceitos para o mito. Um dos modos de entender o mito é pensá-lo como **fantasmagoria**, isto é, aquilo que a sociedade imagina de si mesma a partir de uma aparência que acredita ser a realidade. Por exemplo: é mítica a ideia de progresso, porque é uma ideia que nos move e alimenta nossa ação, mas, na realidade, não se concretiza. A sociedade moderna não progride no sentido de que tudo o que é novo é absorvido para a manutenção e ampliação das estruturas do sistema capitalista. O progresso apresenta-se como um mito porque alimenta o nosso imaginário.

Para **Friedrich Nietzsche** (1844-1900), a modernidade não cumpriu o que se propôs a fazer. Não libertou os homens de seus prejuízos; os mitos não foram abandonados, mas substituídos por novos e mais elaborados heróis. O que pode ser tão escravizador quanto o dogma, isso porque a técnica e o saber científico podem estar a serviço do capital. Além disso, este saber técnico pode coisificar o homem e, neste sentido, os mitos modernos apresentam-se camuflados. Por isso, a crença na razão de forma absoluta gera um mito, o que caracterizaria um retrocesso no percurso do mito ao *logos* que, de certo modo, não era a intenção.

O pensamento mítico é, por natureza, uma explicação da realidade que não necessita de metodologia e rigor, enquanto que o *logos* caracteriza-se pela tentativa de dar resposta a esta mesma realidade, a partir de conceitos racionais.

O homem moderno continua ainda a mover-se em direção a um valor que o apaixona e só posteriormente é que busca explicitá-lo pela razão. Entende-se, pois, que o mito manifesta-se por meio de elementos figurativos, enquanto que o *logos* utiliza-se de elementos racionais, portanto, é preciso deixar bem claro que não se pretende aqui colocar o pensamento racional no mesmo plano do pensamento mítico. Porém, a partir de uma releitura, percebemos que o Iluminismo não deu conta nem mesmo de realizar a tarefa de que se propôs: iluminar as trevas da ignorância; quanto mais dissolver os mitos e anular a imaginação.



Friedrich Nietzsche.

Diferenças entre filosofia e mito?

Tanto o mito quanto a filosofia são tentativas de encontrar respostas às mesmas questões, que sempre inquietaram a humanidade: Qual é o sentido da vida? Quem escolhe nosso destino? De onde viemos e para onde vamos? Qual é o papel da nossa vontade? Qual é a origem de cada coisa e qual sua relação com o todo? Onde nasce o poder? E o amor, a felicidade? O que é a vida, a dor, a alegria e a morte?

As diferenças entre o mito e a filosofia estão nos fundamentos de suas explicações:

- **Mito (*mythos*) Kósmos** (mundo ordenado pela vontade de potências arbitrárias – os deuses). Trata-se de narrativa, analogia, linguagem simbólica, ritual, ancestralidade, magia, fé, crença, religião, sobrenatural, mistério, transcendente, exterior. O transcendente designa aquilo que é metafísico, para além da natureza; é superação da matéria. O mito não se importava com contradições, com o fabuloso e o incompreensível, não só porque esses eram traços próprios da narrativa mítica, mas também porque a confiança e a crença no mito vinham da autoridade religiosa do narrador.
- **Filosofia (*logos*) Phýsis** (concepção de uma natureza regulada, controlada por um princípio racional – a *arqué*). Trata-se de conceito, análise, linguagem lógica, reflexão, razão, causa e efeito, “ciência”, natural, imanente, interior. O imanente designa a explicação contida no interior do próprio fenômeno que a gerou. A filosofia não admite contradições, fabulação e coisas incompreensíveis, mas exige que a explicação seja coerente, lógica e racional; além disso, a autoridade da explicação não vem da pessoa do filósofo, mas da razão, que é a mesma em todos os seres humanos.

O conhecimento filosófico tem como característica ver a totalidade do conhecimento racional desenvolvido pelo homem. Abrangia, portanto, os mais diversos tipos de conhecimento, que hoje entendemos como pertencentes à matemática, astronomia, física, biologia, lógica, ética etc. Foi a **primeira ciência** a existir, pois exige rigor de pensamento e surge como uma forma de conhecimento assentada no uso da razão como recurso para o estabelecimento da verdade. Desligando-se da tradição mítico-religiosa, que aceitava o conhecimento como revelação, o pensamento grego começa a refletir sobre a física (*phýsis*), passa a buscar na natureza do dever algo que seja permanente, incorruptível; e na metafísica (além da física), busca explicar logicamente o movimento eterno dos astros, com uma forte inspiração no paradigma matemático. **Tales de Mileto** é considerado **o primeiro filósofo grego**, pois foi ele quem destacou um princípio gerador primordial e imanente constitutivo de toda matéria, a saber: **a água**.



Exercícios de Fixação

01. (Enem-PPL/2014)

A mitologia comparada surge no século XVIII. Essa tendência influenciou o escritor cearense José de Alencar, que, inspirado pelo estilo da epopeia homérica na *Iliada*, propõe em *Iracema* uma espécie de mito fundador do povo brasileiro. Assim como a *Iliada* vincula a constituição do povo helênico à Guerra de Troia, deflagrada pelo romance proibido de Helena e Páris, *Iracema* vincula a formação do povo brasileiro aos conflitos entre índios e colonizadores, atravessados pelo amor proibido entre uma índia – Iracema – e o colonizador português Martim Soares Moreno.

DETIENNE, M. *A invenção da mitologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. Adaptado.

A comparação estabelecida entre *Iliada* e *Iracema* demonstra que essas obras

- combinam folclore e cultura erudita em seus estilos estéticos.
- articulam resistência e opressão em seus gêneros literários.
- associam história e mito em suas construções identitárias.
- refletem pacifismo e belicismo em suas escolhas ideológicas.
- traduzem revolta e conformismo em seus padrões alegóricos.

02. (Simulado Avalia-SFB/2018)

Texto I

Por que defendiam a origem oriental da Filosofia grega? Pelo seguinte motivo: a Filosofia grega tornara-se (...) a forma superior ou mais elevada do pensamento e da moral. Os judeus, para valorizar o seu pensamento, desejavam que a Filosofia tivesse uma origem oriental, dizendo que o pensamento de filósofos importantes, como Platão, tinha surgido no Egito, onde se originava o pensamento de Moisés, de modo que havia uma ligação entre a Filosofia grega e a Bíblia.

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. 12 ed. São Paulo. Editora Ática. 2002. p.26.

Texto II

Mas segundo o helenista Jean-Pierre Vernant, nem milagre, nem orientalismo em suas extremidades, definem o surgimento da Filosofia. Isso porque claramente ela tem dívida com o Oriente em razão dos contatos com persas, egípcios, babilônicos, caldeus – mas aquilo em que ela transformou esses conteúdos resulta em algo totalmente inovador no pensamento humano.

CABRAL, João Francisco Pereira. "Nascimento da Filosofia"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br>>. Acesso em 04 de janeiro de 2018.

A leitura dos dois trechos anteriores permite deduzir que

- o texto II confirma a teoria do texto I ao frisar o caráter oriental da Filosofia.
- o texto II questiona o texto I ao notar que a Bíblia não é uma fonte segura.
- o texto II coaduna o texto I ao expor o uso da razão como anterior a Moisés.
- o texto II afasta o texto I ao exibir a veracidade da teoria do “milagre grega”.
- o texto II desafia o texto I ao exibir a revolução mental feita pelos gregos.

03. (Enem-PPL/2016)

O aparecimento da pólis, situado entre os séculos VIII e VII a.C., constitui, na história do pensamento grego, um acontecimento decisivo. Certamente, no plano intelectual como no domínio das instituições, a vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova, cuja originalidade foi plenamente sentida pelos gregos, manifestando-se no surgimento da filosofia.

VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2004 (adaptado).

Segundo Vernant, a filosofia na antiga Grécia foi resultado do(a)

- constituição do regime democrático.
- contato dos gregos com outros povos.
- desenvolvimento no campo das navegações.
- aparecimento de novas instituições religiosas.
- surgimento da cidade como organização social.

04. (Simulado Avalia-SFB/2018)

Jean Pierre Vernant diz que o grego sabe quem é porque conhece os contos narrados pelos mitos. Ou seja, é por meio do mito que ocorre o processo identitário e o grego aprende a viver em sociedade. Ele exemplifica que em Homero, por exemplo, aprende-se a trabalhar, a navegar, a fazer a guerra e a morrer. Vernant define *μυθος* como relato, narração, uma forma de explicação da vida e do mundo por meio de palavras. Em sua obra *O universo, os Deuses, os Homens*, Vernant diz que o *μυθος* “contém o tesouro de pensamentos, formas linguísticas, imaginações cosmológicas, preceitos morais, etc., que constituem a herança comum dos gregos na época pré-clássica”.

DOS SANTOS, Dominique V. C. Mito e pensamento entre os gregos: uma discussão sobre os termos *μυθος*, *ἀλ' ἠθεια*, *λόγος* e *παιδεία*. *Revista Mundo Antigo* – Ano I, V. 01, N. 02– Dezembro – 2012. p. 76.
Disponível em: <<http://www.nehmaat.uff.br/>>.
Acesso em 04/01/2018.

A magnitude do mito dentro da formação cultural do cidadão grego é atestada, no texto, quando as(os)

- A) obras de Homero e Hesíodo são avaliadas de formas racionais e ordinárias.
- B) indivíduos percebem que a condição de existência é extrínseca ao mesmo.
- C) operações do cotidiano são propagadas com finalidades educacionais.
- D) gregos afirmam que as narrativas representam o uso inicial do *logos*.
- E) poleis montam as suas sociedades de forma equitativa e pacífica.

05. (Enem/2018)

O filósofo reconhece-se pela posse inseparável do gosto da evidência e do sentido da ambiguidade. Quando se limita a suportar a ambiguidade, esta se chama equívoco. Sempre aconteceu que, mesmo aqueles que pretenderam construir uma filosofia absolutamente positiva, só conseguiram ser filósofos na medida em que, simultaneamente, se recusaram o direito de se instalar no saber absoluto. O que caracteriza o filósofo é o movimento que leva incessantemente do saber à ignorância, da ignorância ao saber, e um certo repouso neste movimento.

MERLEAU-PONTY, M. *Elogio da filosofia*. Lisboa: Guimarães, 1998. Adaptado.

O texto apresenta um entendimento acerca dos elementos constitutivos da atividade do filósofo, que se caracteriza por

- A) reunir os antagonismos das opiniões ao método dialético.
- B) ajustar a clareza do conhecimento ao inatismo das ideias.
- C) associar a certeza do intelecto à imutabilidade da verdade.
- D) conciliar o rigor da investigação à inquietude do questionamento.
- E) compatibilizar as estruturas do pensamento aos princípios fundamentais.



Exercícios Propostos

01. (Simulado Avalia/SFB 2018) Leia atentamente os textos a seguir acerca dos conhecimentos mítico e filosófico:

“[a] palavra mito procede do grego *mythos*, que é uma palavra ligada ao verbo *mythevo*, que significa ‘crio uma história imaginária’. Mito, então, é uma criação imaginária, que se refere a uma crença, a uma tradição ou a um acontecimento. Mito também é uma história imaginária ou alegórica, falada ou escrita em obra literária que encerra um fundo moral.”

ZACHARAKIS, Georges. *Mitologia grega: genealogia das suas dinastias*. Campinas: Papirus, 1995.

“A atitude filosófica inicia-se dirigindo indagações ao mundo que nos rodeia e às relações que mantemos com ele. Pouco a pouco, porém, descobre que essas questões se referem, afinal, à nossa capacidade de conhecer, à nossa capacidade de pensar.”

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. Ática. 1996 pág. 14.

Tomando por base os textos anteriores e seus conhecimentos acerca da importância do Mito e da Filosofia na evolução do conhecimento, assinale a alternativa correta:

- A) os conhecimentos mítico e filosófico foram importantes ferramentas de conhecimento na Grécia Antiga, sem nenhuma influência ou importância no mundo atual.
- B) são formas distintas de conhecimento, sem nenhuma relação conceitual, pois a Filosofia promoveu uma ruptura radical com o mito, por considerá-lo ilusório.
- C) o mito é fruto da imaginação, mas que possui um caráter educativo ainda presente no mundo atual, enquanto a Filosofia exige um pensamento mais racional e crítico diante dos acontecimentos.
- D) o conhecimento mítico é baseado na busca racional e lógica do entendimento dos fenômenos sociais, diferente do conhecimento filosófico, que é baseado em verdades subjetivas.
- E) a atitude filosófica é fruto da imaginação do ser humano, sem preocupação com o raciocínio lógico e coerente, pois seu objetivo não é a comprovação dos fatos cotidianos.

02. (Simulado Avalia-SFB/2018) Leia o texto com atenção:

“Desde que há Estado – da cidade grega às burocracias contemporâneas -, a ideia de verdade sempre se voltou, finalmente, para o lado dos poderes [...]. Por conseguinte, a contribuição específica da filosofia que se coloca a serviço da liberdade, de todas as liberdades, é a de minar, pelas análises que ela opera e pelas ações que desencadeia, as instituições repressivas e simplificadoras: quer se trate da ciência, do ensino, da tradução, da pesquisa, da medicina, da família, da polícia, do fato carcerário, dos sistemas burocráticos, o que importa é fazer aparecer a máscara, deslocá-la, arrancá-la...”

CHÂTELET, François. *História da filosofia: ideias, doutrinas*. Rio de Janeiro: Zahar, s. d. v. 8. P. 309.

De acordo com o historiador da filosofia François Châtelet, a Filosofia é um tipo de conhecimento que

- A) inútil, pois sua abordagem é superficial, sem uma análise mais crítica sobre os fatos.
- B) incomoda, pois desestabiliza o *status quo*, ao questionar qualquer forma de instrumento de poder.
- C) está sempre a serviço das institucionais de poder, como forma de manutenção da ordem vigente.
- D) busca a manutenção da ordem, através do imobilismo das pessoas diante dos acontecimentos.
- E) busca a garantia das liberdades individuais, através das instituições repressivas do Estado.

03. (Unicamp/2017 – 1ª Fase) “Muitos políticos veem facilitando seu nefasto trabalho pela ausência da filosofia. Massas e funcionários são mais fáceis de manipular quando não pensam, mas tão somente usam de uma inteligência de rebanho. É preciso impedir que os homens se tornem sensatos. Mais vale, portanto, que a filosofia seja vista como algo entediante.”

Karl Jaspers. *Introdução ao pensamento filosófico*.
São Paulo: Cultrix, 1976, p. 140.

Assinale a alternativa correta:

- A) O filósofo lembra que a filosofia tem um potencial crítico que pode desagradar a políticos, poderosos e ao senso comum, tal como ocorreu na Grécia em relação a Sócrates.
- B) A filosofia precisa ser entediante para estimular o pensamento crítico, rigoroso e formar pessoas sensatas, a partir do ensino de lógica, retórica e ética.
- C) A ditadura militar no Brasil retirou a disciplina de Filosofia das escolas, por considerá-las subversiva, mas atenuou a medida estimulando os Centros Populares de Cultura (CPC), ligados a entidades estudantis.
- D) Os políticos e a estrutura escolar não são o verdadeiro obstáculo ao ensino de Filosofia, mas a concepção de que ela é difícil e tediosa, considerando-se que existem mecanismos para aproximá-la do senso comum.
04. Considerando-se a Filosofia como um constructo da cultura grega na Antiguidade, é correto afirmar:
- A) A teogonia compreende um estudo sistemático e válido por critérios de cientificidade sobre a origem do mundo.
- B) A mitologia representa um conjunto de conhecimentos válidos e comprovados pelos critérios científicos.
- C) A filosofia, em sua trajetória histórico-social, é caracterizada por ser um conhecimento absoluto.
- D) A cosmologia é o estudo racional que tem em seu escopo investigar a ordem do mundo.
- E) A ciência grega, em suas manifestações epistemológicas, defendia a perspectiva criacionista.
05. A concepção mitológica compreende um conjunto de histórias/narrativas que envolve elementos sobrenaturais, transmitidos por uma tradição oral cuja finalidade era promover, na Pólis, uma sensação de tranquilidade e justificativa em relação aos fenômenos sociais e naturais.
- Acerca desse conceito, é correto afirmar:
- A) Os mitos figuram, na contemporaneidade, como construções simbólicas representativas de dada parcela da sociedade.
- B) A representação mitológica, no âmbito da sociedade contemporânea, é visto e concebido como verdades apodíticas.
- C) As concepções mitológicas contemporâneas explicam, de forma válida e comprovada, os fenômenos sociais e naturais.
- D) Na Antiguidade Grega e na Contemporaneidade, os mitos figuram como uma forma indubitável de aquisição de verdades absolutas.
- E) Os mitos compreendem construções reais, nas quais e pelas quais, as verdades eram validadas cientificamente.
06. (Unioeste) Reflexão significa movimento de volta sobre si mesmo ou movimento de retorno a si mesmo. A reflexão é o movimento pelo qual o pensamento volta-se para si mesmo, interrogando a si mesmo. A reflexão filosófica é radical porque é um movimento de volta do pensamento sobre si mesmo para conhecer-se a si mesmo, para indagar como é possível o próprio pensamento. Não somos, porém, somente seres pensantes. Somos também seres que agem no mundo. [...] A reflexão filosófica também se volta para essas relações que mantemos com a realidade circundante, para o que dizemos e para as ações que realizamos nessas relações.

Marilena Chaui

Sobre a Filosofia, conforme o texto anterior, seguem as seguintes afirmações:

- I. Independentemente de seu conteúdo ou objeto, uma característica fundamental da filosofia é a indagação, a interrogação;
- II. A filosofia direciona perguntas como “o que é?”, “por que é?” e “como é?” ao mundo que nos cerca, ao próprio homem e às relações que o homem estabelece;
- III. A filosofia não é algo importante porque não somos apenas seres pensantes;
- IV. A reflexão sobre o conhecer e o agir humanos faz parte da reflexão filosófica;
- V. A reflexão filosófica é radical porque é feita sem nenhum tipo de objetivo.

Das afirmações feitas acima

- A) apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
 - B) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
 - C) apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.
 - D) todas as afirmativas estão corretas.
 - E) todas as afirmativas estão incorretas.
07. (UnB/2012) No início do século XX, estudiosos esforçaram-se em mostrar a continuidade, na Grécia Antiga, entre mito e filosofia, opondo-se a teses anteriores, que advogavam a descontinuidade entre ambos. A continuidade entre mito e filosofia, no entanto, não foi entendida univocamente. Alguns estudiosos, como Cornford e Jaeger, consideraram que as perguntas acerca da origem do mundo e das coisas haviam sido respondidas pelos mitos e pela filosofia nascente, dado que os primeiros filósofos haviam suprimido os aspectos antropomórficos e fantásticos dos mitos.
- Ainda no século XX, Vernant, mesmo aceitando certa continuidade entre mito e filosofia, criticou seus predecessores, ao rejeitar a ideia de que a filosofia apenas afirmava, de outra maneira, o mesmo que o mito. Assim, a discussão sobre a especificidade da filosofia em relação ao mito foi retomada.
- Considerando o breve histórico dado, concernente à relação entre o mito e a filosofia nascente, assinale a opção que expressa, de forma mais adequada, essa relação na Grécia Antiga.
- A) O mito é a expressão mais acabada da religiosidade arcaica, e a filosofia corresponde ao advento da razão liberada da religiosidade.
 - B) O mito é uma narrativa em que a origem do mundo é apresentada imaginativamente, e a filosofia caracteriza-se como explicação racional que retoma questões presentes no mito.
 - C) O mito fundamenta-se no rito, é infantil, pré-lógico e irracional, e a filosofia, também fundamentada no rito, corresponde ao surgimento da razão na Grécia Antiga.
 - D) O mito descreve nascimentos sucessivos, incluída a origem do ser, e a filosofia descreve a origem do ser a partir do dilema insuperável entre caos e medida.
08. (UEM/2011-Adaptado) O mito é um modo de consciência que predomina nas sociedades tribais e que, nas civilizações da antiguidade, também exerceu significativa influência. Ao contrário, porém, do que muitos supõem, o mito não desapareceu com o tempo. Sobre os significados do mito, avalie as proposições a seguir.
- I. O mito, como as lendas, é pura fantasia, pois não possui nenhuma coerência lógica e, por ser dissociado da realidade, não expressa nenhuma forma de verdade;
 - II. O mistério é um dos componentes do mito: apresenta um enigma a ser decifrado e expressa o espanto do homem diante do mundo;

- III. Uma das funções do mito é fixar os modelos exemplares de todos os ritos e de todas as atividades humanas significativas. Portanto, o mito é um meio de orientação das sociedades humanas;
- IV. O mito é uma intuição compreensiva da realidade, cujas raízes se fundam na emoção e na afetividade. O mito expressa o que desejamos ou tememos, como somos atraídos pelas coisas ou como delas nos afastamos;
- V. O mito é uma forma predominante de narrativa nas culturas que não conhecem a escrita. Um de seus objetivos é contar a origem de um grupo humano.

Após leitura, assinale a alternativa correta:

- A) I, II e III.
- B) II, IV e V.
- C) II, III e IV.
- D) III, IV e V.
- E) Apenas V.

09. (UEM/2014-Adaptado) Por volta de 700 a.C., com o surgimento do alfabeto, facilitando a linguagem escrita, teve início uma transformação cujas consequências se observam até os dias atuais. O relato oral foi perdendo a relevância exclusiva de antes, pois o texto escrito, que lentamente se difundia, falava por si mesmo e, para escutá-lo, o orador deixou de ser imprescindível. E a linguagem da reflexão foi gradativamente suplantando o papel antes desempenhado pelo relato oral dos acontecimentos: passou-se a perguntar “o que é a sabedoria?”, “o que é a coragem?”, sem recorrer aos exemplos de Ulisses ou Aquiles.

ECHEVERRÍA, R. “Ontología del lenguaje”. In: COTRIN, G. *Fundamentos da filosofia*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006, p. 16.

Sobre a afirmação anterior e os conhecimentos sobre o surgimento da filosofia, avalie as proposições a seguir.

- I. A prática da escrita, depois do surgimento do alfabeto, fez crescer a importância da retórica e da oratória;
- II. São representantes da oralidade as antigas formas de pensamento, marcadas pelas teogonias e pelas cosmogonias;
- III. Perguntas especulativas, como o que é a sabedoria e a coragem, são características da mitologia, formuladora de questões abstratas sobre o homem;
- IV. As narrativas míticas encontram-se presentes na rapsódia dos poetas, representantes da cultura oral;
- V. Com o advento da escrita, a prática de narrativas lendárias ou míticas ganhou mais potencialidade.

Após leitura, assinale a alternativa correta:

- A) I, II e III
- B) IV e V
- C) I, III e V
- D) II e IV
- E) III e IV

10. (Unesp/2012) Aedo e adivinho têm em comum um mesmo dom de “vidência”, privilégio que tiveram de pagar pelo preço dos seus olhos. Cegos para a luz, eles veem o invisível. O deus que os inspira mostra-lhes, em uma espécie de revelação, as realidades que escapam ao olhar humano. Sua visão particular age sobre as partes do tempo inacessíveis às criaturas mortais: o que aconteceu outrora, o que ainda não é.

Jean-Pierre Vernant. *Mito e pensamento entre os gregos*, 1990. Adaptado.

O texto refere-se à cultura grega antiga e menciona, entre outros aspectos,

- A) o papel exercido pelos poetas, responsáveis pela transmissão oral das tradições, dos mitos e da memória.
- B) a prática da feitiçaria, estimulada especialmente nos períodos de seca ou de infertilidade da terra.
- C) o caráter monoteísta da sociedade, que impedia a difusão dos cultos aos deuses da tradição clássica.
- D) a forma como a história era escrita e lida entre os povos da Península Balcânica.
- E) o esforço de diferenciar as cidades-Estados e reforçar o isolamento e a autonomia em que viviam.



Fique de Olho

A FILOSOFIA E OS MITOS DA ATUALIDADE

Publicado em 10 de julho de 2014, por Bruno Marinelli.

A linguagem mítica sempre foi uma grande saída para os povos mais antigos. Isso pelo fato de que o mito é uma linguagem simbólica que quer explicar algum fenômeno natural.

A gama de mitos é inúmera ao longo da história. Desde os Assírios, Babilônios, Israelenses, Gregos e Troianos.

Ao longo da história sofremos inúmeras transformações científicas, criamos o mito do nacionalismo ufanista que só é válido em época de Copa do Mundo. Como se os jogadores de futebol (que ganham milhões) poderiam ocupar um papel de destaque no Olimpo das consciências mais infantis. Isso ainda sem citar as celebridades em todas as suas esferas.

Mas ao longo do desenvolvimento científico o mito também ganha variantes teóricas. Aqui me refiro a Deus, um ser mitológico que em sua onipresença cria o Mal para se tornar conhecido. Na verdade, caro leitor, basta fazer uma busca pelo antigo testamento e verás que este Deus mitológico é nada mais e nada menos que a mesma pessoa a quem você mais teme. Sim Deus e o Diabo são antagonicos de um mito bipolar. Que baseia a história da revelação em dois personagens antagonicos.

O mito de Deus é tão presente em nossa vida por um único motivo, o medo do nada, a morte. Precisamos criar algo que dê explicações para a morte afinal ela é um fenômeno natural, logo merece um mito a sua altura. Primeiro, o corpo morre, com o corpo a alma morre (alma) aquilo que dá a vida. E o Espírito? O Espírito é nada mais e nada menos que um estado de consciência histórica. Passado, Presente e Futuro. Cabe a cada indivíduo diante da sua consciência analisar as aderências espirituais que demarcaram a sua história, anseios do presente e expectativa de um futuro feliz. O espírito em outras palavras é nada mais e nada menos que nossa consciência no Mundo.

Como se não bastasse o mito ainda nos concede pérolas inigualáveis, a salvação pelo crucificado. Um Deus que se materializa e morre para a salvação de toda a humanidade. Mas nos impõe dentro desta mesma narração os caminhos para atingir o tão sonhado Olimpo, você também deve morrer em sua Cruz. Deve renunciar os apetites de carne para ter um espírito sadio. Ora, Espírito sendo estado de consciência com a morte como podemos pensar em salvação.

O mito nos acarreta consigo inúmeras cargas e lições, a lição tomada neste mito é que seu fundamentalismo acaba por atrelar as demandas organizacionais do Estado. Não existe Estado Laico, pois, sempre haverá a necessidade populacional de criar mecanismos mitológicos que deem ao menos uma explicação para um futuro além da vida.

A filosofia como sendo a mãe do saber, resgata aqui a figura do Demiurgo de Platão utilizado pela Igreja para modificar e assim estruturar bem o que seria a figura da personagem divina. Lembre-se de que no começo do cristianismo, não tínhamos apenas um Cristiano, mas vários cristianismos. É claro venceu sempre o lado mais forte. O que não justifica o lado mais teórico.

Ao analisar os mitos ao longo do tempo penso que estamos vivenciando a maior decadência da criação mitológica, pois, os mitos gregos estavam encarnados com a realidade, enquanto o mito cristão não passa de um idealismo barato que acaba por sucumbir o povo a dizer não a fraternidade, liberdade e Igualdade. Se assim o for, porque dentre e entre os cristãos há tanta injustiça?

É preciso seguir os caminhos pelo seu próprio passo, sem atrevimentos morais, sociais ou religiosos. A consciência humana é capaz de certificar-se muito bem do que quer e deseja. Até mesmo um ladrão ao roubar, não pensa ao sair de casa: - “Hoje vou roubar e me dar mal”. A ação de ter uma vontade satisfeita é o primor da

conduta humana. Precisamos de leis reguladoras, mas leis igualitárias que trate as minorias em igualdade, portanto, quando as partes são desiguais deve a lei ser desigual para se tornar legal e tiver legalidade perante as partes envolvidas.

Necessitamos de uma sociedade humana que passe a acreditar em seus potenciais, não podemos nos curvar a uma hipocrisia mitológica e querer viver a mando de livros escritos a mais de 1800 anos.

Disponível em: <<https://www.webartigos.com/>>

EU! EU! EU! A ERA DO NARCISISMO DIGITAL

Se Narciso, o personagem mitológico que caiu na água por estar contemplando sua reflexão, vivesse hoje, inundaria suas redes sociais com *selfies* nas quais apareceria em primeiro plano mostrando seu físico invejável e sua vida perfeita.

Vivemos em uma época em que o narcisismo penetrou profundamente: buscamos a aprovação de amigos – embora seja mais apropriado dizer seguidores, o que não é o mesmo – em redes sociais, para nos sentirmos bem em relação a nós mesmos. E toda vez que recebemos um “like”, nosso ego cresce. Para obter esses “gostos”, muitas pessoas projetam uma versão idealizada de si mesmas, alimentando o personagem que desejam e não o que realmente são.

O que é narcisismo digital?

Com a chegada das tecnologias da informação e, em particular, das redes sociais, o narcisismo digital proliferou. É um conjunto de práticas de comunicação típicas do universo 2.0, baseado em um egocentrismo tão acentuado que faz fronteira com o patológico.

O narcisismo digital é expresso por meio de uma série de ações “extremas”, como tirar um grande número de *selfies* ou compartilhar momentos, que poderíamos classificar como muito íntimos, de suas vidas, praticamente todos os dias.

Compartilhar – ou melhor, compartilhar excessivamente – é o modo que esses narcisistas digitais têm de estar no mundo, torna-se um gesto instantâneo, impensável, uma extensão natural de si mesmo. Ensinar – às vezes de maneira espetacular, e quanto mais espetacular, melhor – tornou-se a principal forma de existir: elas só existem se puderem ser vistas e reconhecidas.

O psiquiatra Serge Tisseron referiu-se a esse fenômeno como “extimidade”, conceito que emprestou de Jacques Lacan e que indica o “desejo de mostrar fragmentos de sua privacidade a partir dos quais ignoramos o valor, com o risco de causar desinteresse ou mesmo rejeição” nos interlocutores, mas com a esperança de que o olhar deles reconheça o seu valor e o torne realidade diante dos nossos olhos.

Portanto, a extinção *on-line* tem um propósito específico: buscar aprovação e admiração, que é expressa através da quantidade de “curtidas” que você obtém para cada foto e os elogios que confirmam a imagem e a ideia que você quer transmitir de si mesmo.

Isso cria um loop que se autoalimenta, especialmente quando recebem respostas positivas, confirmando a teoria de usos e gratificações, que diz que quanto mais uma pessoa percebe que um meio satisfaz algumas de suas necessidades, mais ele a usará precisamente para esse fim, especialmente se essa pessoa acredita que não é capaz de satisfazer essas necessidades no mundo real da mesma maneira.

Raio X do narcisista digital

“Ferozmente competitivo em sua reivindicação de aprovação e aplauso, ele desconfia da competição porque inconscientemente associa isso a um desejo excessivo de destruição. [...] ganancioso

enquanto seus desejos não conhecem limites, exige satisfação imediata e vive em um estado de desejo inquieto e permanente. insatisfeitos”, de modo que o sociólogo Christopher Lasch descreveu o narcisista moderno.

O narcisista digital encontra nas redes sociais o meio ideal para satisfazer suas necessidades, e estas, por sua vez, realimentam essas necessidades, como confirmado por um estudo realizado nas universidades de Swansea e Milão. Esses pesquisadores descobriram que dois terços das pessoas tendem a usar as redes sociais principalmente para publicar *selfies*, o que mostra que as redes sociais servem como multiplicadoras do desejo de ser o centro das atenções e satisfazer essa profunda necessidade de admiração.

Nesse mesmo estudo, também foi apreciado, pela primeira vez, que participantes que publicaram um número excessivo de *selfies* apresentaram 25% a mais de traços narcísicos, indo além do limite clínico do que é considerado um transtorno de personalidade narcisista.

No entanto, as redes sociais não atraem todos os tipos de narcisismo de forma igual. Outro estudo realizado na Universidade de Florença concluiu que as redes sociais atraem principalmente narcisistas vulneráveis, aqueles que se sentem mais inseguros e têm baixa autoestima, já que no ambiente *online* se sentem mais confiantes do que nas interações reais, assim, eles usam as redes sociais como meio de obter a admiração que desejam.

O desaparecimento do Outro e a angústia existencial

O fenômeno do narcisismo digital é complexo. O filósofo e sociólogo Jean Baudrillard Reims acreditava que parte da explicação está no desaparecimento do Outro, que se deve – entre outros fatores – à disponibilidade absoluta de outros, apesar das distâncias.

Na prática, com as tecnologias que transcendem as distâncias, cria-se uma presença constante, há um sentimento de que o Outro está “imediatamente presente” mas ao mesmo tempo “implicitamente inexistente”. É um paradoxo porque o fato de os outros poderem estar presentes – sem estar fisicamente – quase imediatamente, faz com que o exercício mental de imaginar o outro seja inútil.

Nós não precisamos imaginar o que podemos ter virtualmente diante de nós. Mas o virtual não é completamente real. Essa dicotomia implicaria a queda do Outro dando lugar a um reforço do especular, do narcisismo. A ausência do Outro se traduz em pessoas obsessivamente preocupadas consigo mesmas, que, diante do medo da solidão e do desamparo, são atormentadas pela angústia existencial que resulta de estar mais conectado, mas sozinho.

O narcisismo digital seria, afinal, a expressão de um egocentrismo extremo alimentado pela angústia existencial que gera uma sociedade individualista e competitiva em que as pessoas são cada vez menos valorizadas pelo que são e mais pelo que aparecem. Uma sociedade em que não é construída para dentro, mas para fora, deixando o interior tão vazio que tem que ser sustentado por “eu curti” em imagens artificiais.

Pior de tudo, muitos dos narcisistas digitais não estão totalmente conscientes disso. Imersos no paradoxo “hipermoderno”, consideram-se “pessoas maduras, responsáveis, organizadas, eficazes e adaptáveis; adultos abertos, críticos e céticos; mas ao mesmo tempo são desestruturados, instáveis, influenciáveis, frívolos e superficiais”, como aponta o filósofo e sociólogo Gilles Lipovetsky.

Qual é o antídoto para o narcisismo digital?

É importante estar ciente de que é difícil – se não impossível – salvar aqueles que não querem ser salvos. Portanto, não faz sentido começar uma cruzada contra o narcisismo digital porque deveria ser um processo de desconstrução individual.

Os narcisistas digitais devem ter em mente, no entanto, que a imagem que estão projetando não é realista e, portanto, a aprovação que recebem é uma reflexão, não eles mesmos. Isso leva ao desapontamento, na melhor das hipóteses, e a falsas ilusões de grandeza que os desconectam completamente do mundo, no pior dos casos.

Viver para posar não é viver, significa perder as experiências mais autênticas da vida. Deixar a auto-estima e o humor flutuar de acordo com a quantidade de “likes” que recebeu a última *selfie* publicada envolve colocar-se completamente nas mãos de uma massa que às vezes pode se tornar particularmente cruel. A personalidade narcisista, ao contrário do que muitas pessoas pensam, não é construída para ser à prova de balas, mas é uma frágil armadura de vidro.

A melhor maneira de se livrar do narcisismo digital é aprender a se desconectar, a se conectar com o mundo real. Não se trata de abandonar as redes sociais, mas de usá-las em sua medida adequada, e não se concentrar apenas em uma, mas desenvolver uma abordagem mais ampla.

A autenticidade também é um bom antídoto para conjurar o narcisismo digital dos tempos modernos. No final do dia, como Carl Jung disse: “o privilégio de sua vida é se tornar quem você realmente é”, tudo o mais é banal.

Disponível em: <<https://www.pensarcontemporaneo.com/eu-eu-a-era-do-narcisismo-digital/>>.

SFB Seção Videoaula



Mito e Filosofia.



O Nascimento da Filosofia.

Aula
02

A História da Filosofia (Pré-Socráticos)

C-1	H-1, 4
C-3	H-11, 14

Introdução

A história da filosofia não é apenas um relato histórico, mas as transformações do pensamento humano ocidental, ou seja, o percurso do pensamento ocidental; o modo pelo qual essa forma de pensar influenciou a realidade e, ao mesmo tempo, foi resultado dessa realidade histórica. A história da filosofia pode ser estudada a partir de sete períodos:



123RF/Easipix Brasil

1º Período: Filosofia Grega (séc. VI a.C. ao séc. VI d.C.)

- Séc. VI ao séc. V a.C. – Período Pré-Socrático ou Cosmológico
- Séc. V ao séc. IV a.C. – Período Socrático ou Antropológico
- Séc. IV ao séc. III a.C. – Período Sistemático
- Séc. III a.C. ao séc. VI d.C. – Período Helenístico

2º Período: Filosofia Patrística (séc. I até o séc. VII)

- Patrística Grega (ligada à Igreja de Bizâncio)
- Patrística Latina (ligada à Igreja de Roma)

3º Período: Filosofia Medieval (séc. VIII ao séc. XIV)

- Escolástica: do séc. XIII ao séc. XIV

4º Período: Filosofia da Renascença (séc. XIV ao séc. XVI)

5º Período: Filosofia Moderna (séc. XVII até meados do séc. XVIII)

6º Período: Filosofia da Ilustração ou Iluminismo (séc. XVIII até o séc. XIX)

7º Período: Filosofia Contemporânea (séc. XIX até hoje)

1º Período: Filosofia Grega (séc. VI a.C. ao séc. VI d.C.)

Período Pré-Socrático ou Cosmológico (séc. VI ao final do séc. V a.C.)

De acordo com a tradição histórica, a fase inaugural da Filosofia Grega é conhecida como Período Pré-Socrático. Esse período abrange o conjunto das reflexões filosóficas desenvolvidas desde **Tales de Mileto** (640-548 a.C.) até **Sócrates** (469-399 a.C.).

Os primeiros filósofos buscavam o **princípio absoluto** (primeiro e último) de tudo o que existe. O princípio é o que vem e está antes de tudo, no começo e no fim de tudo; o fundamento, o fundo imortal e imutável, incorruptível de todas as coisas, que as faz surgir e as governa. É a origem, mas não como algo que ficou no passado, e sim como aquilo que, aqui e agora, dá origem a tudo, perene e permanentemente.

O objetivo dos primeiros filósofos era construir uma **cosmologia** (explicação racional e sistemática das características do universo) que substituísse a antiga **cosmogonia** (explicação sobre a origem do universo baseada nos mitos).

Em outras palavras, os primeiros filósofos queriam descobrir, com base na razão e não na mitologia, o princípio substancial existente em todos os seres materiais. Os pré-socráticos ocuparam-se em explicar o universo e examinaram a procedência e o retorno das coisas. Os primeiros filósofos gregos tentaram responder à pergunta: “Como é possível que todas as coisas mudem e desapareçam e a Natureza, apesar disto, continue sempre a mesma?”. Para tanto, procuraram um princípio a partir do qual se pudessem extrair explicações para os fenômenos da natureza. Um princípio único e fundamental que permanecesse estável junto ao sucessivo vir-a-ser.

Pouco conhecidos, os pensadores que antecederam a Sócrates sobreviveram hoje limitados a algumas frases e trechos de textos, já que praticamente todos os textos dos iniciadores da filosofia se perderam.

É o nascimento da filosofia, momento em que se investiga o mundo e as transformações da natureza. Os principais filósofos foram Tales de Mileto, Anaximandro de Mileto, Anaxímenes de Mileto, Pitágoras de Samos, Heráclito de Éfeso, Parmênides de Eleia, e Zenão de Eleia, que fizeram parte de várias escolas.

É também denominado Período Cosmológico, pois buscava uma visão ordenada do mundo, a explicação racional e sistemática sobre origem, ordem e transformação da natureza e dos seres humanos. Investigava o princípio universal, imutável e eterno que gerou todas as coisas e seres: de onde tudo vem e para onde tudo retorna.

**Cosmo = ordem e organização do mundo,
lógico = conhecimento racional.**

O novo pensamento filosófico possui características centrais que rompem com a narrativa mítica. Esses pensadores desenvolveram um conjunto de noções que constituem o ponto de partida de uma visão de mundo que, apesar de ter sofrido profundas transformações, foi a raiz do nosso pensamento filosófico-científico de hoje.

- a) **A phýsis** – o mundo natural. A compreensão da realidade natural está nela mesma e não no mundo sobrenatural.
- b) **A causalidade** – tudo tem uma causa natural e não mais mítica, misteriosa.
- c) **A arqué** – existe um elemento primordial que serviria de ponto de partida para todo o processo, o que dá uma unidade à natureza. Ex: água para Tales de Mileto; o ar para Anaxímenes; Empédocles afirma a existência de quatro elementos: ar, água, terra e fogo. Isso dá a ideia de caráter geral que inaugura a ciência.
- d) **O cosmos** – surge a ideia de ordem, harmonia e beleza. O mundo natural é uma realidade ordenada de acordo com os princípios racionais.
- e) **O logos** – não é mais uma narrativa de caráter poético e mítico; *logos* é a explicação fundamentada na razão, é um discurso racional.
- f) **O caráter crítico** – as verdades não eram apresentadas como verdades absolutas, de forma dogmática, mas passíveis de serem discutidas, discordadas, criticadas. Não se tratava de verdades absolutas, mas da construção do pensamento de um filósofo, e pode e deve ser questionado. Surge a atitude crítica em lugar da transmissão dogmática da verdade.

Os chamados “filósofos pré-socráticos” são os primeiros filósofos que viveram antes de Sócrates, e alguns foram contemporâneos deste. Sócrates é considerado um marco por sua influência e por introduzir as questões humanas e sociais na discussão filosófica.

Primeiras Escolas

Os filósofos pré-socráticos são divididos em escolas do pensamento – Escola **Jônica** (ou Escola de **Mileto**), Escola **Itálica** (ou **Pitagórica**), Escola **Eleática**, Escola **Atomística** – de acordo com o local e problemas discutidos por seus pensadores.

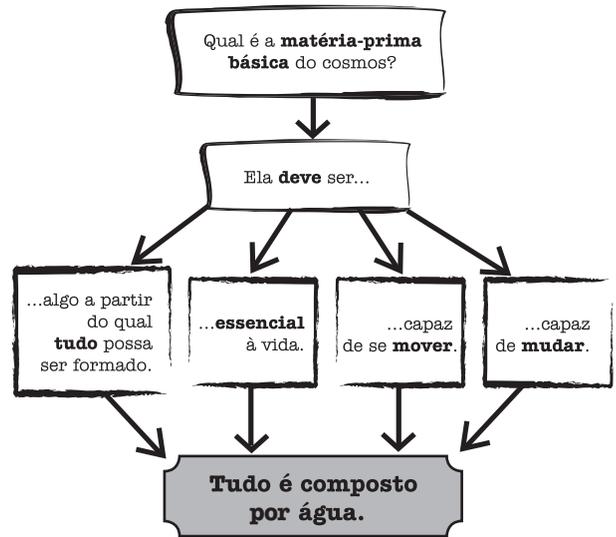


Wikimedia Foundation

➤ A **Escola Jônica** (ou **Escola de Mileto**) recebe este nome por se desenvolver na colônia grega Jônia, na Ásia Menor, local onde hoje é a Turquia. Seus principais filósofos foram: Tales de Mileto, Anaxímenes de Mileto, Anaximandro de Mileto, Anaxágoras e Heráclito de Éfeso. Pensavam sobre o elemento primeiro, chegando a conclusões diferentes.

A maior parte dos cosmologistas acredita que embora a matéria possa mudar de uma forma para outra, toda a matéria tem algo em comum, inalterável. Não concordavam no que seria isto, partilhado por todas as coisas, e nem faziam experimentos para descobrir, mas utilizavam-se da racionalização abstrata, no lugar da religião ou da mitologia, para se explicar, tornando-se assim os primeiros filósofos da tradição ocidental.

- **Tales de Mileto (624-546 a.C.):** Talvez o mais famoso de todos os filósofos pré-socráticos. Tales era um homem multifacetado, com ampla gama de interesses, além de ter sido o fundador da filosofia analítica. Foi o primeiro a propor explicações para os fenômenos naturais com base na razão e não na teologia ou na mitologia, e a pergunta que mais o inquietava era de que o mundo é feito. Acreditava que a *arqué* (o princípio de todas as coisas) deveria consistir em um elemento único: a **água**. Percebendo que a água se transforma em vapor quando aquecida a certa temperatura, torna-se sólida pelo congelamento, e que a vida precisa dela para existir, deduziu que a água devia ser o elemento fundamental do mundo natural. Como matemático e astrônomo, previu um eclipse solar ocorrido em 585 a.C. Tendo viajado pelo Egito, mediu as pirâmides tendo por referência a sombra projetada no solo em determinado horário do dia.



- **Anaximandro de Mileto (610-546 a.C.):** Foi o primeiro pensador a elaborar uma visão filosófica sistemática do mundo; sustentava que a essência de todas as coisas não é uma substância, mas algo a que chamou **ápeiron**, uma ilimitada e inesgotável fonte criativa que se estende infinitamente em todas as direções. Introduziu o *gnomon* (relógio solar) na Grécia e acreditava que a terra era cilíndrica, sendo a sua profundidade uma terça parte de sua largura.
- **Anaxímenes de Mileto (585-528 a.C.):** Anaxímenes parece ter retomado a ideia de Tales de que havia uma única substância básica, um fundamento de todas as coisas – neste caso, o **ar** ou **vapor** –, mas propôs que ela poderia se transformar em outras substâncias de acordo com seu grau de concentração. Por rarefação, tornava-se fogo; por meio da condensação,

formava a água e a terra. Anaxímenes relacionou o ar ao sopro da vida, à alma, recorrendo, portanto, à noção do “ilimitado” de Anaximandro. Imaginava que a Terra era achatada, meio que plana e envolvida pelo ar.

- **Heráclito de Éfeso (535-475 a.C.):** É conhecido, sobretudo, por conta de sua afirmação um tanto desconcertante de que tudo existe em um estado de fluxo permanente; ou seja, para ele o mundo é um eterno fluir, portanto, é impossível um mesmo homem jogar-se em um mesmo rio duas vezes, porque, na segunda tentativa, ele já não será mais o mesmo (vai ter envelhecido), e as águas do rio que lá encontravam-se da primeira vez, já vão ter corrido rio abaixo. Uma de suas principais teorias é que o mundo não foi criado, ele sempre existiu. Em vez de enxergar permanência e estabilidade, ele declarou que, sob a superfície, o mundo podia ser entendido em termos de uma luta contínua entre pares de opostos, tais como: quente/frio, seco/molhado, dia/noite, vida/morte, guerra/paz, fome/fartura etc. Embora cada parte do par fosse um elemento separado, nenhum existia sem o outro, pois ambas eram apenas aspectos extremos da mesma coisa. Ele identificou o **fogo** como o elemento original e mais elementar, além de ser a manifestação física do *logos*.

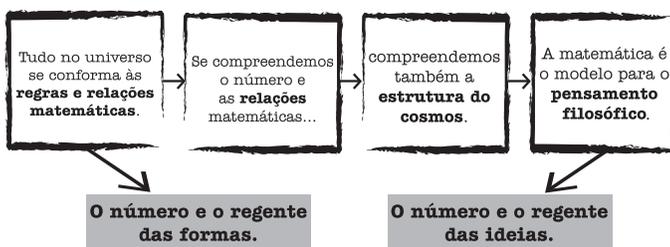
➤ A **Escola Itálica** (ou **Pitagórica**) se desenvolveu no sul da Itália. A Escola teve como ponto de partida a cidade de Crotona e difundiu-se vastamente. Trata-se da escola filosófica grega mais influenciada exteriormente pelas religiões orientais e que, por isso, mais se aproximou das filosofias dogmáticas regidas pela ideia de **autoridade** – a Escola Pitagórica era uma espécie de seita religiosa e mística. O pitagorismo influenciou o futuro platonismo, o cristianismo e ainda foi invocado por sociedades secretas que atravessaram o tempo até alcançarem os dias de hoje.

O símbolo da Escola Pitagórica era o **pentagrama**, uma estrela de cinco pontas. Pitágoras ficou conhecido também como o **“filósofo feminista”**, visto que na escola havia muitas mulheres discípulas e mestres.

Os pitagóricos foram muito importantes no desenvolvimento da matemática grega. Entre os pensadores dessa escola estão: **Filolau, Arquitas, Alemeón**. Esses pensadores manifestam ao mesmo tempo tendências místico-religiosas e tendências científico-racionais, influências encontradas até nossos dias. A matemática influenciou sua posição filosófica concebendo que os números são os princípios de todas as coisas. Aristóteles afirma na sua obra *Metafísica*:

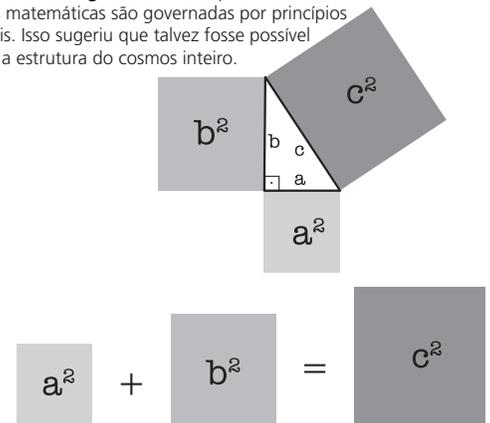
Os denominados pitagóricos captaram por vez primeira as matemáticas e, além de desenvolvê-las, educados por elas, acreditaram que os princípios delas eram os princípios de todas as coisas. Como os números eram, por natureza, os princípios delas [...] e apareciam os números como primeiros em toda a natureza, pensaram que os elementos dos números eram os elementos de todas as coisas.

Wikipédia – A enciclopédia livre.



- **Pitágoras de Samos (570-495 a.C.):** O filósofo principal desta Escola foi Pitágoras de Samos. Nascido na ilha de Samos, foi na Península Itálica, na cidade de Crotona, onde ele desenvolveu suas ideias. Voltado para a matemática, pensou serem os números as essências das coisas. Suas investigações de física e matemática eram misturadas com misticismo. São atribuídos aos discípulos de Pitágoras, os pitagóricos, diversas descobertas matemáticas. Por este motivo, talvez, é considerado “Pai da matemática”, porque tirou-a da condição de simples técnica. Será um dos responsáveis pela íntima ligação entre a matemática e a filosofia nos tempos que se seguirão. Para ele “todas as coisas são **números**”, representando estes não quantidades, mas a própria essência dos seres. Os números também determinavam as formas das coisas. Neste sentido, o um seria um ponto; o dois, uma linha; o três, uma superfície; e o quatro, um sólido. Os números foram representados por modelos geométricos elaborados com base em determinadas quantidades de pontos. Estudou com profundidade a natureza do triângulo retângulo (**Teorema de Pitágoras**: o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos). Descobriu a importância dos números na música e, desta descoberta, estabelecendo a relação entre música e aritmética, surgiram os termos matemáticos “média harmônica” e “progressão harmônica”. Foi Pitágoras o responsável pela criação da palavra “filosofia” (amizade pela sabedoria) ao chamar a si mesmo de filósofo (amigo da sabedoria).

O **Teorema de Pitágoras** mostrou que as formas e as razões matemáticas são governadas por princípios decifráveis. Isso sugeriu que talvez fosse possível formular a estrutura do cosmos inteiro.



- A **Escola Eleática** se desenvolveu na cidade de Eleia, ao sul da Itália. Nessa escola encontramos quatro grandes filósofos: Xenófanes de Cólofon, Parmênides de Eleia, Zenão de Eleia e Melisso. Nesse grupo famoso de pensadores, as questões filosóficas concentram-se na comparação entre o valor do conhecimento sensível e o do conhecimento racional. De suas reflexões, resulta que o único conhecimento válido é aquele fornecido pela razão.

- **Xenófanes de Cólofon (570-475 a.C.):** Apesar de não ter nascido em Eleia, Xenófanes se estabeleceu na cidade após levar uma vida andando de povoado em povoado. A ideia principal ensinada por Xenófanes, e posteriormente trabalhada por Parmênides, é a ideia de Um. Xenófanes pensava no Um a partir de um pensamento mais voltado à religião, dizendo que Deus é Um, não foi feito, é eterno, perfeito e não se modifica. Observou, ainda, que há uma grande diferença entre opinião e conhecimento verdadeiro, e que, embora exista uma verdade, só se pode especular sobre ela. Propôs que a **terra** e a **água**, em diversas combinações, formavam a base de todas as coisas, com as nuvens representando um estado de transição.

- **Parmênides de Eleia (515-445 a.C.):** Foi um dos mais importantes de todos os filósofos pré-socráticos, em virtude de ser o primeiro a usar a lógica por meio do raciocínio dedutivo, para justificar sua afirmação de que qualquer coisa que possa ser pensada e expressa em palavras, por definição, deve existir. Parmênides acreditava que as aparências são todas enganosas, que a mudança é impossível e que a realidade é singular, indivisível e homogênea. Ganhou o título de “**Pai da metafísica**” (busca a essência das coisas). Em oposição à Escola Jônica, Parmênides pensa que o mundo é formado por um **ser absoluto**, que não foi feito, é eterno, perfeito e imutável, sem variações. Segundo seu pensamento, o mundo dos sentidos, por estar condicionado às variações dos fenômenos observados e das sensações, dá origem a incertezas e opiniões diversas. A conclusão a que podemos chegar é que nunca devemos confiar na experiência que nos é transmitida pelos nossos sentidos, pois o conhecimento não pode ser alcançado por esse caminho, e sim pela certeza de que a razão produz meios lógicos dedutivos.
- **Zenão de Eleia (490-425 a.C.):** Discípulo de Parmênides. É conhecido por seus paradoxos (*paradoxo*, na origem, significa o contrário de opinião). É exatamente contra a opinião comum que Zenão pretende demonstrar que a variedade das coisas e o movimento são impossíveis. Contra a ideia de movimento, Zenão desenvolveu argumentações que foram e são muito discutidas. Entre elas está a ideia de que uma flecha em voo sempre ocupa o seu espaço de flecha, logo, a flecha está em repouso e todo movimento é uma ilusão. Logo, Zenão reforça a teoria de Parmênides de que só há um ser, único, imóvel, indivisível e eterno. Uma de suas principais teorias era sobre o **vazio**: ele dizia que se existe algo, esse algo está em algum lugar, mas esse lugar deve também estar em um lugar, e assim sucessivamente. Um lugar sempre contém o outro, e, por isso, o vazio não existe.
- **Escola Atomística**, ou **atomismo**, desenvolveu-se a partir da ideia de que são vários os elementos que formam as coisas. A ideia de átomo (*a* = negação e *tomos* = divisão, ou seja, aquilo que não pode ser dividido) foi desenvolvida por Leucipo de Mileto e depois trabalhada por Demócrito de Abdera e Epicuro de Samos.
- **Leucipo de Mileto (meados do século V a.C.):** Para Leucipo, o mundo é formado a partir do choque aleatório e imprevisível de infinitos átomos. Ele supunha que a matéria seria constituída por **átomos** e **vácuo**. Tais átomos seriam indestrutíveis e **imutáveis**, enquanto as variações da matéria dependeriam de modos de agrupamento dos átomos (algo como nossas moléculas). Existiam também variações na forma, tamanho dos átomos, embora fossem todos constituídos por uma mesma substância.
- **Demócrito de Abdera (460-370 a.C.):** O último dos grandes filósofos pré-socráticos deu origem à teoria de que o universo é feito de **átomos indivisíveis** que estão constantemente em movimento. Logo, acreditava estarem os átomos em constante e violenta agitação, chocando-se constantemente uns com os outros, e transmitindo o movimento nestes choques. Devemos ter em mente que as bases de nosso atomismo, na estrutura da matéria e da luz, foram fundadas, portanto, durante a Antiguidade Clássica. Embora não tenham existido, na Antiguidade, elementos experimentais para comprovar ou desmentir esta peculiar teoria sobre a estrutura da matéria, ela serviu para lançar as bases de um atomismo que voltaria a surgir na Renascença, em particular a **Teoria Cinética dos Gases** de Boyle e a **Teoria Atomista da Luz** proposta por Descartes e por Newton. Demócrito é muitas vezes mencionado como o “filósofo sorridente” pela ênfase que atribuía à importância da alegria. Dizia ele: “A felicidade não está nos bens, nem no ouro; o sentimento de felicidade habita a alma”.

Embora diversos destes filósofos tenham escrito mais sobre outros assuntos do que sobre a natureza das coisas, como é o caso de Demócrito, que escreveu sobre ética, é o questionar-se sobre a natureza das coisas que os une neste período.



Exercícios de Fixação

01. (Enem 2017)

A representação de Demócrito é semelhante à de Anaxágoras, na medida em que um infinitamente múltiplo é a origem; mas nele a determinação dos princípios fundamentais aparece de maneira tal que contém aquilo que, para o que foi formado não é, absolutamente, o aspecto simples para si. Por exemplo, partículas de carne e de ouro seriam princípios que, através de sua concentração, formam aquilo que aparece como figura.

HEGEL, G.W. Crítica moderna. In: SOUZA, J.C. (Org.). *Os pré-socráticos: vida e obra*. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (adaptado).

O texto faz uma apresentação crítica acerca do pensamento de Demócrito, segundo o qual, o “princípio constitutivo das coisas” estava representado pelo(a)

- número, que fundamenta a criação dos deuses.
- devir, que simboliza o constante movimento dos objetos.
- água, que expressa a causa material da origem do universo.
- imobilidade, que sustenta a existência do ser atemporal.
- átomo, que explica o surgimento dos entes.

02. (Simulado Avalia-SFB/2018)

“Estas coisas sendo assim, é preciso admitir que muitas e de toda espécie são contidas em todos os compostos e sementes de todas as coisas, que formas de toda espécie têm, e cores e sabores. E que se compuseram homens e os outros animais, quantos têm alma. E que os homens em comum habitam cidades e organizam trabalhos, como entre nós, e sol eles têm e lua e os demais astros, como entre nós, e a terra para eles produz muitas (coisas) e de toda espécie, das quais as mais úteis eles recolhem para a habitação e utilizam. Estas (coisas) portanto por mim estão ditas sobre a separação, que não somente entre nós poderiam ter sido separadas, mas também por outras partes. E antes de terem sido separadas estas (coisas) quando todas eram juntas, nem mesmo cor era evidente, nenhuma só; pois o impedia a mistura de todas as coisas, do úmido e do seco, do quente e do frio, do luminoso e do sombrio, e terra se encontrando muita e semente em quantidade infinita em nada se assemelhando umas às outras. Pois nem tampouco das outras (coisas) nenhuma é semelhante a outra. Estas assim se comportando no conjunto, é preciso admitir que são contidas todas as coisas”

Fragmento da obra de Anaxágoras. In.: MIRANDA NETO, Newton Rodrigues. Uma introdução ao pensamento de Anaxágoras de Clazômenas. *PHRONESIS: Revista do Curso de Direito da FEAD*, nº 9, Janeiro/Dezembro de 2013. p.41.

Disponível em: <<http://revista.fead.br>>. Acesso em: 01/02/2018.

No trecho anterior, Anaxágoras afirma que

- as sementes são componentes dispensáveis na composição do cosmo.
- no princípio havia apenas uma massa cheia de cores, umidade e calor.
- a semelhança entre as sementes permite que o universo seja diverso.
- o processo de separação dos compostos e das sementes formam tudo.
- um homem digno é aquele que vivem sociedade e produz alimentos.

03. (Simulado Avalia-SFB/2018)

Trata-se de um extraordinário ensinamento sobre a existência humana. Nunca saberemos, com segurança, se o dia de amanhã será, necessariamente, o desdobramento do que planejamos no dia de hoje. Heráclito desenvolveu uma ideia de contrário, interessante, a partir de uma observação simples e objetiva. Torna aquele que o entende mais tolerante e atento aos ciclos cotidianos dos acontecimentos. Diz, o caminho para cima e para baixo é um e o mesmo, e, na circunferência, o começo e o fim coincidem. Os contrários, no entanto, harmonizam-se e se reclamam, pois a realização de um depende da supressão provisória do seu contrário (vida e morte, dia e noite, justiça e injustiça, guerra e paz, etc.). É o que ele chama de síntese dos contrários, unidade dos opostos.

Disponível em: <http://tribunademinas.com.br>. Acesso em 04/01/2018.

O pensamento de Heráclito de Éfeso foi um marco para a história da Filosofia, já que a sua concepção de movimento, de *logos* e de essência ainda são debatidos na atualidade. Um outro conceito que aparece no trecho e que também foi iniciado por ele, posteriormente foi chamado de

A) maiêutica. B) dialética.
C) política. D) poética.
E) ética.

04. (Enem/2016)

Texto I

Fragmento B91: Não se pode banhar duas vezes no mesmo rio, nem substância mortal alcançar duas vezes a mesma condição; mas pela intensidade e rapidez da mudança, dispersa e de novo reúne.

HERÁCLITO. *Fragmentos (Sobre a natureza)*. São Paulo: Abril Cultural, 1996. Adaptado.

Texto II

Fragmento B8: São muitos os sinais de que o ser é ingênito e indestrutível, pois é compacto, inabalável e sem fim; não foi nem será, pois é agora um todo homogêneo, uno, contínuo. Como poderia o que é perecer? Como poderia gerar-se?

PARMÊNIDES. *Da natureza*. São Paulo: Loyola, 2002. Adaptado.

Os fragmentos do pensamento pré-socrático expõem uma oposição que se insere no campo das

A) investigações do pensamento sistemático.
B) preocupações do período mitológico.
C) discussões de base ontológica.
D) habilidades da retórica sofística.
E) verdades do mundo sensível.

05. (UEL/2013)

“Tales foi o iniciador da filosofia da *physis*, pois foi o primeiro a afirmar a existência de um princípio originário único, causa de todas as coisas que existem, sustentando que esse princípio é a água. Essa proposta é importantíssima... podendo com boa dose de razão ser qualificada como a primeira proposta filosófica daquilo que se costuma chamar civilização ocidental.”

REALE, Giovanni. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. São Paulo: Paulus, 1990. p. 29.

A Filosofia surgiu na Grécia, no século VI a.C. Seus primeiros filósofos foram os chamados pré-socráticos. De acordo com o texto anterior, assinale a alternativa que expressa o principal problema por eles investigado.

A) A ética, enquanto investigação racional do agir humano.
B) A estética, enquanto estudo sobre o belo na arte.
C) A epistemologia, como avaliação dos procedimentos científicos.
D) A cosmologia, como investigação acerca da origem e da ordem do mundo.
E) A filosofia política, enquanto análise do Estado e sua legislação.



Exercícios Propostos

01. (Enem/2012)

Texto I

Anaxímenes de Mileto disse que o ar é o elemento originário de tudo o que existe, existiu e existirá, e que outras coisas provêm de sua descendência. Quando o ar se dilata, transforma-se em fogo, ao passo que os ventos são ar condensado. As nuvens formam-se a partir do ar por feltragem e, ainda mais condensadas, transformam-se em água. A água, quando mais condensada, transforma-se em terra, e quando condensada ao máximo possível, transforma-se em pedras.

BURNET, J. *A aurora da filosofia grega*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006. Adaptado.

Texto II

Basílio Magno, filósofo medieval, escreveu: “Deus, como criador de todas as coisas, está no princípio do mundo e dos tempos. Quão parcas de conteúdo se nos apresentam, em face desta concepção, as especulações contraditórias dos filósofos, para os quais o mundo se origina, ou de algum dos quatro elementos, como ensinam os Jônios, ou dos átomos, como julga Demócrito. Na verdade, dão impressão de quererem ancorar o mundo numa teia de aranha”.

GILSON, E.; BOEHNER, P. *Histórias da Filosofia Cristã*. São Paulo: Vozes, 1991. Adaptado.

Filósofos dos diversos tempos históricos desenvolveram teses para explicar a origem do Universo, a partir de uma explicação racional. As teses de Anaxímenes, filósofo grego antigo, e de Basílio, filósofo medieval, têm em comum na sua fundamentação teorias que

- A) eram baseadas nas ciências da natureza.
- B) refutavam as teorias de filósofos da religião.
- C) tinham origem nos mitos das civilizações antigas.
- D) postulavam um princípio originário para o mundo.
- E) defendiam que Deus é o princípio de todas as coisas.

02. (Enem/2015)

A filosofia grega parece começar com uma ideia absurda, com a proposição: a água é a origem e a matriz de todas as coisas. Será mesmo necessário deter-nos nela e levá-la a sério? Sim, e por três razões: em primeiro lugar, porque essa proposição enuncia algo sobre a origem das coisas; em segundo lugar, porque o faz sem imagem e fabulação; e enfim, em terceiro lugar, porque nela, embora apenas em estado de crisálida, está contido o pensamento: Tudo é um.

NIETZSCHE, F. “Crítica moderna”. In: *Os pré-socráticos*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

O que, de acordo com Nietzsche, caracteriza o surgimento da filosofia entre os gregos?

- A) O impulso para transformar, mediante justificativas, os elementos sensíveis em verdades racionais.
- B) O desejo de explicar, usando metáforas, a origem dos seres e das coisas.
- C) A necessidade de buscar, de forma racional, a causa primeira das coisas existentes.
- D) A ambição de expor, de maneira metódica, as diferenças entre as coisas.
- E) A tentativa de justificar, a partir de elementos empíricos, o que existe no real.

03. (UEL/2013)

No livro *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*, a Rainha Vermelha diz uma frase enigmática: “Pois aqui, como vê, você tem de correr o mais que pode para continuar no mesmo lugar.”

CARROL, L. *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 86.

Já na Grécia Antiga, Zenão de Eleia enunciara uma tese também enigmática, segundo a qual o movimento é ilusório, pois “numa corrida, o corredor mais rápido jamais consegue ultrapassar o mais lento, visto o perseguidor ter de primeiro atingir o ponto de onde partiu o perseguido, de tal forma que o mais lento deve manter sempre a dianteira.

ARISTÓTELES. Física. Z 9, 239 b 14. In: KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. *Os Pré-socráticos*. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 284.

Com base no problema filosófico da ilusão do movimento em Zenão de Eleia, é correto afirmar que seu argumento

- A) baseia-se na observação da natureza e de suas transformações, resultando, por essa razão, numa explicação naturalista pautada pelos sentidos.
- B) confunde a ordem das coisas materiais (sensível) e a ordem do ser (inteligível), pois avalia o sensível por condições que lhe são estranhas.
- C) ilustra a problematização da crença numa verdadeira existência do mundo sensível, à qual se chegaria pelos sentidos.
- D) mostra que o corredor mais rápido ultrapassará inevitavelmente o corredor mais lento, pois isso nos apontam as evidências dos sentidos.
- E) pressupõe a noção de continuidade entre os instantes, contida no pressuposto da aceleração do movimento entre os corredores.

04. (UEL/2019) Leia o texto a seguir.

Os corcéis que me transportam, tanto quanto o ânimo me impele, conduzem-me, depois de me terem dirigido pelo caminho famoso da divindade [. . .] E a deusa acolheu-me de bom grado, mão na mão direita tomando, e com estas palavras se me dirigiu: [. . .] Vamos, vou dizer-te – e tu escuta e fixa o relato que ouviste – quais os únicos caminhos de investigação que há para pensar, um que é, que não é para não ser, é caminho de confiança (pois acompanha a realidade): o outro que não é, que tem de não ser, esse te indico ser caminho em tudo ignoto, pois não poderás conhecer o não-ser, não é possível, nem indicá-lo [. . .] pois o mesmo é pensar e ser.

PARMÊNIDES. *Da Natureza*, frags. 1-3. Trad. José Trindade Santos. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009. p. 13-15.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a filosofia de Parmênides, assinale a alternativa correta.

- A) Pensar e ser se equivalem, por isso o pensamento só pode tratar e expressar o que é, e não o que não é – o não ser.
- B) A percepção sensorial nos possibilita conhecer as coisas como elas verdadeiramente são.
- C) O ser é mutável, eterno, divisível, móvel e, por isso, a razão consegue conhecê-lo e expressá-lo.
- D) A linguagem pode expressar tanto o *que é como o que não é*, pois ela obedece aos princípios de contradição e de identidade.
- E) *O ser é e o não ser não é* indica que a realidade sensível é passível de ser conhecida pela razão.

05. (Enem PPL/2018)

Demócrito julga que a natureza das coisas eternas são pequenas substâncias infinitas, em grande número. E julga que as substâncias são tão pequenas que fogem às nossas percepções. E lhes são inerentes formas de toda espécie, figuras de toda espécie e diferenças em grandeza. Destas, então, engendram-se e combinam-se todos os volumes visíveis e perceptíveis.

SIMPLÍCIO. Do Céu (DK 68 a 37). In: *Os pré-socráticos*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Adaptado.

A Demócrito atribui-se a origem do conceito de

- A) porção mínima da matéria, o átomo.
- B) princípio móvel do universo, a arché.
- C) qualidade única dos seres, a essência.
- D) quantidade variante da massa, o *corpus*.
- E) substrato constitutivo dos elementos, a *physis*.

06. (UENP/2011)

Mario Quintana, no poema “As coisas”, traduziu o sentimento comum dos primeiros filósofos da seguinte maneira: “O encanto sobrenatural que há nas coisas da Natureza! [...] se nelas algo te dá encanto ou medo, não me digas que seja feia ou má, é, acaso, singular”.

Os primeiros filósofos da Antiguidade Clássica grega se preocupavam com

- A) Cosmologia, estudando a origem do Cosmos, contrapondo a tradição mitológica das narrativas cosmogônicas e teogônicas.
- B) Política, discutindo as formas de organização da polis e estabelecendo as regras da democracia.
- C) Ética, desenvolvendo uma filosofia dos valores e da vida virtuosa.
- D) Epistemologia, procurando estabelecer as origens e limites do conhecimento verdadeiro.
- E) Ontologia, construindo uma teoria do ser e do substrato da realidade.

07. (UEMA/2015) Leia a letra da canção a seguir.

Nada do que foi será
De novo do jeito que já foi um dia
Tudo passa
Tudo sempre passará
A vida vem em ondas
Como um mar
Num indo e vindo infinito
Tudo que se vê não é
Igual ao que a gente
Viu há um segundo
Tudo muda o tempo todo
No mundo [...]

SANTOS, Lulu; MOTTA, Nelson. Como uma onda. In: *Álbum MTV ao vivo*. Rio de Janeiro: Sony-BMG, 2004.

Da mesma forma como canta o poeta contemporâneo, que vê a realidade passando como uma onda, assim também pensaram os primeiros filósofos conhecidos como Pré-Socráticos que denominavam a realidade de *physis*. A característica dessa realidade representada, também, na música de Lulu Santos, é o(a)

- A) fluxo.
- B) estática.
- C) infinitude.
- D) desordem.
- E) multiplicidade.

08. (UEL/2015) Leia o texto a seguir e responda à próxima questão.

De onde vem o mundo? De onde vem o universo? Tudo o que existe tem que ter um começo. Portanto, em algum momento, o universo também tinha de ter surgido a partir de uma outra coisa. Mas, se o universo de repente tivesse surgido de alguma outra coisa, então essa outra coisa também devia ter surgido de alguma outra coisa algum dia. Sofia entendeu que só tinha transferido o problema de lugar. Afinal de contas, algum dia, alguma coisa tinha de ter surgido do nada. Existe uma substância básica a partir da qual tudo é feito? A grande questão para os primeiros filósofos não era saber como tudo surgiu do nada. O que os instigava era saber como a água podia se transformar em peixes vivos, ou como a terra sem vida podia se transformar em árvores frondosas ou flores multicoloridas.

GAARDER, J. *O Mundo de Sofia*. Trad. de João Azenha Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.43-44. Adaptado.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o surgimento da filosofia, assinale a alternativa correta.

- A) Os pensadores pré-socráticos explicavam os fenômenos e as transformações da natureza e porque a vida é como é, tendo como limitador e princípio de verdade irrefutável as histórias contadas acerca do mundo dos deuses.
- B) Os primeiros filósofos da natureza tinham a convicção de que havia alguma substância básica, uma causa oculta, que estava por trás de todas as transformações na natureza e, a partir da observação, buscavam descobrir leis naturais que fossem eternas.
- C) Os teóricos da natureza que desenvolveram seus sistemas de pensamento por volta do século VI a.C. partiram da ideia unânime de que a água era o princípio original do mundo por sua enorme capacidade de transformação.
- D) A filosofia da natureza nascente adotou a imagem homérica do mundo e reforçou o antropomorfismo do mundo dos deuses em detrimento de uma explicação natural e regular acerca dos primeiros princípios que originam todas as coisas.
- E) Para os pensadores jônicos da natureza, Tales, Anaxímenes e Heráclito, há um princípio originário único denominado o ilimitado, que é a reprodução da aparência sensível que os olhos humanos podem observar no nascimento e na degeneração das coisas.

09. (UFSJ/2013)

Muitas vezes, somos surpreendidos pela compreensão “naturalista” que os primeiros pensadores da escola jônica tiveram da realidade. Tales de Mileto dizia que “tudo é água”. Essa atitude, que pode parecer mitológica ou científica, possibilitou, segundo Hegel nas suas *Preleções sobre a História da Filosofia*, o nascimento do pensamento filosófico, porque aí começa:

- A) uma compreensão natural da natureza.
- B) uma interpretação objetiva da realidade.
- C) uma aproximação da percepção sensível.
- D) um distanciamento da percepção sensível.
- E) uma aproximação do ente imediato.

10. (UEAP/2011)

...que é e que não é possível que não seja,/ é a vereda da Persuasão (porque acompanha a Verdade); o outro diz que não é e que é preciso que não seja,/ eu te digo que esta é uma vereda em que nada se pode aprender. De fato, não poderias conhecer o que não é, porque tal não é fatível./ nem poderia expressá-lo.

NICOLA, Ubaldo. *Antologia ilustrada de Filosofia*. Editora Globo, 2005.

O texto anterior expressa o pensamento de qual filósofo?

- A) Aristóteles, que estabelecia a distinção entre o mundo sensível e o inteligível.
- B) Heráclito de Éfeso, que afirmava a unidade entre pensamento e realidade.
- C) Tales de Mileto, que afirmava ser a água o princípio de todas as coisas.
- D) Parmênides de Eleia, que afirmava a imutabilidade de todas as coisas e a unidade entre ser e pensar, ser e conhecimento.
- E) Protágoras, que afirmava que o homem é a medida de todas as coisas, que o ser é e o não ser não é.

 Seção Videoaula



História da Filosofia (Grego e Medieval)



A Filosofia no Período Clássico.



A História da Filosofia
(Período Clássico – Grécia)

C-1	H-1, 4
C-3	H-11, 14

**Período Socrático ou Antropológico
(final do séc. V e todo séc. IV a.C., em Atenas)**

Com o desenvolvimento das cidades, do comércio, do artesanato e das artes militares, Atenas tornou-se o centro da vida social, política e cultural da Grécia, vivendo seu período de esplendor, conhecido como o **Século de Péricles**.

É a época de maior florescimento da democracia.

A democracia grega possuía, entre outras, duas características de grande importância para o futuro da filosofia. Em primeiro lugar, a democracia afirmava **a igualdade de todos os homens adultos perante as leis e o direito de todos de participar diretamente do governo da cidade, da pólis**. Em segundo lugar, e como consequência, **a democracia, sendo direta e não por eleição de representantes**, garantia a todos a participação no governo, e os que dele participavam tinham o direito de exprimir, discutir e defender em público suas opiniões sobre as decisões que a cidade deveria tomar. Surgia, assim, a figura política do cidadão⁴.

Ora, para conseguir que a sua opinião fosse aceita nas assembleias, o cidadão precisava saber falar e ser capaz de persuadir. Com isso, uma mudança profunda vai ocorrer na educação grega. Quando não havia democracia, mas dominavam as famílias aristocráticas, senhoras das terras, o poder lhes pertencia. Essas famílias, valendo-se dos dois grandes poetas gregos, Homero e Hesíodo, criaram um padrão de educação, próprio dos aristocratas.

4 Devemos observar que estavam excluídos da cidadania o que os gregos chamavam de dependentes: mulheres, escravos, crianças e velhos. Também estavam excluídos os estrangeiros.

Esse padrão afirmava que o homem ideal ou perfeito era o guerreiro belo⁵ e bom⁶. A virtude era a *aretê* (excelência e superioridade), própria dos melhores, os *aristos*.

Quando, porém, a democracia se instala e o poder vai sendo retirado dos aristocratas, esse ideal educativo ou pedagógico também vai sendo substituído por outro. O ideal da educação do Século de Péricles é a formação do cidadão. A *aretê* é a virtude cívica. Ora, qual é o momento em que o cidadão mais aparece e mais exerce sua cidadania? Quando opina, discute, delibera e vota nas assembleias. Assim, a nova educação estabelece como padrão ideal a formação do bom orador, isto é, aquele que saiba falar em público e persuadir os outros na política.

A filosofia passa a investigar as questões humanas, deixando de se preocupar apenas com as questões da natureza e suas transformações. Esse período é marcado pela presença de Sócrates (469-399 a.C.), cujo pensamento rompe com a temática central da realidade natural dos filósofos anteriores e passa a investigar as questões éticas e políticas.

É a época da democracia em Atenas, em que o cidadão começa a exercer a cidadania, precisa opinar, discutir, falar, persuadir nas assembleias. Surgem os chamados **sofistas**, que foram contemporâneos de Sócrates e compartilharam assim da mesma realidade histórica e, apesar das visões diferentes, tiveram o mesmo interesse pela problemática ético-política.

O pensamento de Sócrates e dos sofistas deve ser entendido dentro do contexto histórico e sociopolítico de sua época, pois tem um compromisso bastante direto e explícito com essa realidade. A sociedade grega está estabilizada, com a consolidação de várias cidades-Estados. Há o enriquecimento por meio do comércio; surge uma classe mercantil politicamente influente. Começam a se introduzir as primeiras regras democráticas; há quebra do poder das oligarquias, quebra da autoridade divina; é o fim das imposições autoritárias. Coexistem diferentes interesses, e as decisões são tomadas em assembleias. É preciso saber falar bem, persuadir, convencer, argumentar e justificar as diferentes propostas. É o momento de passagem da tirania para a democracia.

➤ Os **sofistas** fizeram do ato de pensar uma profissão remunerada. Seu ceticismo em gnosiologia⁷ levou-os a uma moral oportunista. Se é impossível conhecer o mundo real, o que importa são as aparências, por conseguinte, o êxito na vida e a influência sobre os outros. Daí o valor que concederam à retórica e à oratória. A célebre máxima “o homem é a medida de todas as coisas” constitui um resumo do relativismo filosófico dos sofistas.

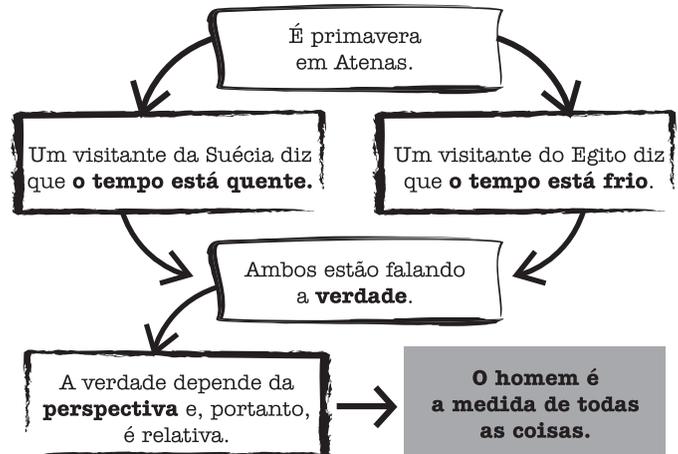
Os sofistas ensinavam a arte da oratória, a arte da persuasão. Ensinavam um modo de defender uma opinião por meio de argumentos. Eram mestres na arte da argumentação. Sofista significa sábio, entretanto ganhou o sentido de impostor. Eles eram professores que vendiam ensinamentos práticos da filosofia. Os mais conhecidos sofistas foram **Protágoras** e **Górgias**.

Os sofistas foram criticados principalmente por Platão, que considerava-os artistas manipuladores de raciocínios.

Os sofistas contribuíram para desenvolvimento da linguagem na tradição cultural grega.

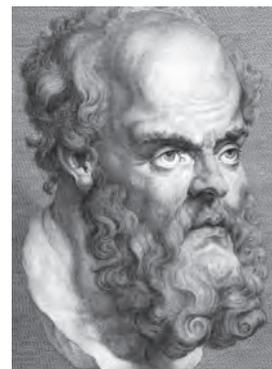
• **Protágoras (490-420 a.C.):** Protágoras ensinava legislação e retórica para qualquer um que pudesse pagar. Seus ensinamentos eram objetivos – preparavam alguém para debater e ganhar uma causa, em vez de provar um ponto de vista –, mas ele conseguia

ver as implicações filosóficas do que ensinava. Para Protágoras, todo argumento tem dois lados e ambos podem ser válidos. Protágoras afirma que “**o homem é a medida de todas as coisas**”; as coisas são como nos parecem ser, como se mostram à nossa percepção sensorial, e não temos nenhum outro critério para decidir essa questão. O que é verdadeiro para uma pessoa pode ser falso para outra. Esse **relativismo** também se aplicava a valores morais, tais como o certo e o errado. Algo é ético ou certo apenas porque uma pessoa (ou sociedade) o julga assim. Com sua ênfase na importância da subjetividade para a forma como entendemos o universo, Protágoras iniciou o afastamento em relação à filosofia natural, na direção do interesse pelos valores humanos. Foi em resposta a sofistas como ele que Platão começou sua busca pelo transcendente, por verdades eternas que fundamentassem a experiência humana.



Nesse contexto, surge então Sócrates, considerado o patrono da filosofia. Ele discordava dos antigos poetas (mitologia), dos antigos filósofos (cosmologia) e dos sofistas (oradores).

➤ **Sócrates (469-399 a.C.):** Natural de Atenas, Sócrates é considerado um marco divisorio da história da Filosofia grega. Seu pensamento marca o nascimento da **Filosofia Clássica**, que foi posteriormente desenvolvida por Platão e Aristóteles. As divergências inerentes à democracia da época levaram Sócrates a refletir em seu interior. Refletindo sobre si mesmo, Sócrates descobriu que, apesar da variedade de coisas, somos capazes de criar conceitos universais.



Georgios Kollidas / 123RF / Easypix

Ele pensou que poderíamos criar um conceito universal de justiça que, por ser igual para todos, seria capaz de dissolver as divergências e discórdias nas assembleias de cidadãos. As praças públicas eram suas salas de aula.

Sócrates entende sua missão como “libertar” os homens da ignorância. Sobre esta “missão”, ela teria tido início praticamente depois da visita de um amigo seu, **Querofonte**, ao **oráculo de Delfos**.

5 **Belo:** seu corpo era formado pela ginástica, pela dança e pelos jogos de guerra, imitando os heróis da Guerra de Troia (Aquiles, Heitor, Ajax, Ulisses).

6 **Bom:** seu espírito era formado escutando Homero e Hesíodo, aprendendo as virtudes admiradas pelos deuses e praticadas pelos heróis, a principal delas sendo a coragem diante da morte, na guerra.

7 Teoria geral do conhecimento humano (fontes, formas e valor), voltada para uma reflexão em torno da origem, natureza e limites do ato cognitivo.

Este, querendo saber se havia homem mais sábio do que Sócrates, obtém uma resposta negativa dos deuses, ou seja, Sócrates é o mais sábio. Recebendo o relato do amigo, e não se considerando sábio, Sócrates fica pensativo e resolve descobrir por que é considerado sábio. Intrigado, aborda um político considerado sábio e, na discussão descobre que este na realidade se considera sábio, sem saber de nada. Entende então que ele – Sócrates – é mais sábio por saber que nada sabe, ou seja, tem consciência de sua ignorância. Lembrando-se da inscrição na entrada do Templo de Delfos, o **“conhece-te a ti mesmo”**, e afirmando que “de tudo quanto sabe só sabe que nada sabe”, Sócrates entende que o conhecimento está dentro do homem e que este o desconhece por não buscá-lo. Para encontrá-lo, ele entende que é necessário produzir-se um “parto”, um **“parto de ideias.”**

Neste sentido Sócrates cria um método que, em homenagem a sua mãe, que era *maieuta* – parteira, em grego –, chama-se **maieutico**. “Parir ideias” é a proposta para o “conhecer-se a si mesmo”, encontrar a essência dos conceitos e compreender do que se está falando. É deixar o mundo da opinião e alcançar a ciência.

Buscou conhecer a si próprio e ajudava as pessoas a encontrar a verdade das coisas e conceitos por meio do **diálogo**. Em um primeiro momento ele interrogava (processo chamado **ironia**, em grego significa interrogar). Depois ele conduzia o “aluno” a buscar em seu interior os conceitos verdadeiros, a **maieutica**.

Sócrates valorizava o debate e o ensinamento oral, sem nunca haver escrito nada. É Platão quem registra seus ensinamentos. Não existe o registro do pensamento original de Sócrates e sim a visão de Platão. Ele buscava a definição essencial de coragem, virtude etc.; é ir além da opinião que se tem a respeito de algo.

Ele não respondia às perguntas e sim procurava ensinar um caminho, que é origem de método. Por isso ele sempre usava o diálogo, pois acreditava que pelo diálogo a pessoa começa a revisar as crenças, opiniões, transformando a sua maneira de ver as coisas.

Sócrates desenvolveu o saber filosófico em praças, conversando e mostrando que era preciso unir a vida concreta ao pensamento. Para ele, o homem é sua alma, a alma é o desejo da razão, e isso distingue o ser humano de todos os outros seres da natureza. Ele dialogava com ricos e pobres, cidadãos ou escravos e dava importância às características internas de cada pessoa. Assim, foi considerado uma ameaça à sociedade, pois não fazia distinção de classe ou posição social. Ele estava interessado na prática da virtude e na busca da verdade, e contrariava os valores dogmáticos da sociedade ateniense.

Era considerado um grande sábio e contrariou os interesses de muitos poderosos. Sócrates, em 399 a.C., **é acusado de graves crimes por desrespeito às tradições religiosas e por corrupção da juventude**, mas na verdade queriam puni-lo por suas críticas à democracia grega. Em seu julgamento, Sócrates não se desviou de sua postura intelectual objetiva. Foi-lhe dada a opção de pagar uma multa em vez de encarar a sentença de morte, mas ele recusou a proposta; depois, ofereceram-lhe a chance de escapar da prisão por meio de suborno, o que ele não aceitou. Seu raciocínio era o seguinte: independentemente das consequências, os cidadãos deveriam sempre obedecer às leis do estado. No final, porém, Sócrates pagou um alto preço por seu modo de filosofar. Recusou-se a se retratar e não se arrependeu, sendo considerado culpado e condenado a cometer suicídio, o que fez ao se envenenar bebendo cicuta.

As autoridades conseguiram se vingar, mas as realizações do filósofo sobreviveram a ele próprio e a elas. Suas principais crenças – que ninguém que preserve a integridade pessoal pode cometer algum mal a longo prazo e que ninguém age errado conscientemente – permanecem como balizas éticas que conservam sua importância até hoje, assim como o método socrático por ele concebido.

► **Platão (427-347 a.C.):** Platão viveu em uma época em que a liberdade política deu à Grécia, e particularmente a Atenas, excepcionais condições de desenvolvimento econômico e cultural. Nessa cidade-Estado (pólis), firma-se o regime democrático, embora perdurassem tensões e lutas entre facções políticas: democráticas, oligarcas e aristocratas.

De família tradicional e aristocrata, Platão descendia do grande legislador Sólon, um dos “30 tiranos” que assumiram o poder, por algum tempo, em Atenas. Desse modo, conhecia bem os bastidores da cena política, e era natural que dela pretendesse participar.

Platão interessou-se ainda jovem pela filosofia e por este motivo podemos afirmar que o grande acontecimento da mocidade de Platão foi encontrar Sócrates, o conversador insaciável. Aquele que perguntava de maneira implacável e incessante, por afirmar saber apenas que nada sabia. Platão via Sócrates realizar o trabalho de ajudar as pessoas a se libertarem de opiniões sem fundamento e a reconhecerem que pensavam que pensavam. Via também Sócrates auxiliar aqueles que se dispunham ao esforço de conhecer, após admitirem a própria ignorância: esforço para darem à luz opiniões mais sólidas e fundamentais.

Após conhecer Sócrates, Platão reformula o seu projeto juvenil de participação política ao compreender que antes de atuar politicamente é necessário ter consciência da finalidade da ação. Para agir com retidão e justiça, é preciso, antes, saber o que é a justiça; saber o que é essa medida padrão, essa justa medida capaz de medir as ações morais ou políticas, individuais ou coletivas, e revelar se elas são realmente justas. Fazer política pressupõe, assim, conhecimento e preparação. A política correta não pode ser feita sem uma ciência, uma ética ou uma pedagogia.

Com a condenação de Sócrates à morte, Platão aprende outra lição, dessa vez muito dolorosa: a sua cidade, Atenas, apesar de democrática, estava longe de ser uma cidade ideal, já que nela, um justo como Sócrates não pôde continuar vivendo e foi por ela assassinado. Fazer política torna-se, assim, para Platão, projetar e tentar construir essa cidade ideal, digna de seu mestre Sócrates. E a filosofia passa a ser, justamente a procura dos fundamentos teóricos desse projeto político.

Após a morte de Sócrates, Platão viaja. Vai ao Norte da África (Egito, Cirene), à Magna Grécia, (Sul da Itália). Nessas viagens, liga-se a matemáticos e políticos pitagóricos, que viam na matemática o caminho de ordenação da alma e da sociedade.

A Academia de Platão

De volta de sua primeira viagem, Platão funda em, aproximadamente, 387 a.C., a **Academia**. É a primeira instituição permanente de pesquisa e ensino superiores do Ocidente, primeiro modelo de universidade. O objetivo da Academia platônica não era apenas realizar investigações científicas e filosóficas; pretendia ser também um centro de preparação para uma atuação política baseada na busca pela verdade e pela justiça.

A filosofia de Platão desenvolveu-se a partir dos ensinamentos de seu mestre Sócrates, por meio dos **diálogos socráticos**. Ainda nesse período, Platão, principal discípulo de Sócrates por dez anos, escreveu sobre os ensinamentos dele mesmo e de Sócrates.

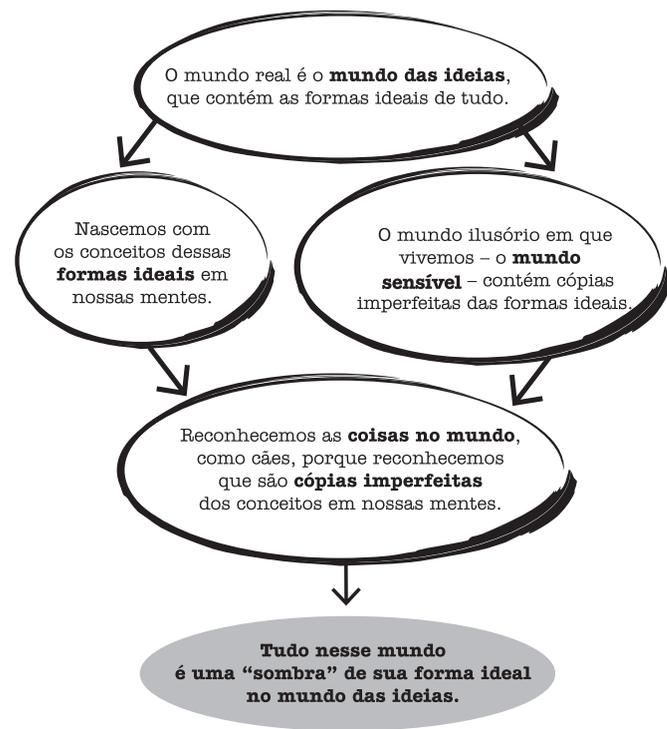
O mundo sensível

Para Platão, não existe a possibilidade de se alcançar um conhecimento seguro e estável levando-se em consideração o mundo das sensações, pois essas fornecem evidências momentâneas e passageiras. Conclui-se daí que, para fugir do relativismo de Protágoras, o homem deve também fugir desse mundo criado a partir dos sentidos.

O mundo das ideias

Em oposição a um mundo sensível, como acabamos de ver, Platão, ao utilizar o método dos geômetras, propõe que se afirme hipoteticamente a existência de “formas”, “essências” ou “ideias”, que seriam os modelos eternos das coisas que percebemos por meio dos nossos sentidos. Essas essências seriam incorpóreas e imutáveis, **existindo em si mesmas**. Embora sejam chamadas de “ideias” por Platão, elas não estão na mente humana como conceitos ou representações mentais, e muito menos são produtos dela. Elas existem em si. Isso quer dizer que não estão nos objetos (de que são modelos) e nem nos sujeitos (que conhecem esses objetos). Não podemos apreender essas “ideias” com os nossos sentidos, pois elas são independentes da matéria, do tempo e do espaço. No entanto, essas ideias são inteligíveis, em outras palavras, podemos concebê-las com o nosso intelecto.

Em síntese, para Platão, existia um **mundo sensível** – da aparência, das opiniões, da ilusão, imperfeito, incompleto – e o **mundo das ideias** – eterno, essencial, belo, pleno, perfeito. Para se alcançar o mundo das ideias, é preciso o **conhecimento racional e filosófico**. Ele explica este pensamento por meio da alegoria **Mito da Caverna**.



As obras de Platão

Platão escreveu diálogos filosóficos, verdadeiros dramas em prosa. Foi um dos maiores escritores de todos os tempos, e ninguém conseguiu unir as questões filosóficas à tamanha beleza literária como ele. O personagem principal da grande maioria dos diálogos platônicos é Sócrates. Isso torna difícil separar o que é pensamento de Platão e o que é pensamento de Sócrates. Eis que surge a questão: até onde, nos diálogos escritos por Platão, Sócrates expõe suas ideias e até onde ele é apenas porta-voz do pensamento de Platão?

As obras de Platão são geralmente classificadas pelos historiadores em:

- I. Diálogos da juventude ou socráticos:** Defendem a memória de Sócrates e o apresentam geralmente discutindo temas morais, sem chegar, porém a conclusões. Primeiro *Alcibiades* (sobre a natureza do homem), *Apologia de Sócrates* (sobre o julgamento de Sócrates), *Eutífron* (sobre a piedade) e *Górgias* (sobre a moral segundo os sofistas).
- II. Diálogos da maturidade:** Neles, Platão afirma cada vez mais a independência de seu pensamento em relação ao de Sócrates. *Mênon* (sobre a possibilidade do ensino da virtude), *Crátilo* (sobre a natureza da linguagem), *Banquete* (sobre o amor), *Fédon* (sobre a morte e a natureza na alma), *República* (sobre a formação do filósofo e a cidade ideal), *Fedro* (sobre o amor e a alma), *Teeteto* (sobre o saber e o erro) e *Parmênides* (sobre a teoria das ideias).
- III. Diálogos da velhice:** Apresentam a última formulação do pensamento platônico. *Sofista* (sobre a definição de sofista e a distinção entre verdade e erro), *Timeu* (sobre a origem e constituição do universo) e *Leis* (obra inacabada sobre questões políticas).

Alegoria (ou Mito) da Caverna (do livro República)

Platão descreve uma caverna no interior da qual seres humanos viviam acorrentados no pescoço e nos pés, de modo que não pudessem olhar para trás e vivessem vendo apenas as sombras projetadas pela pouca luz que chega da entrada e também de uma fogueira acesa no interior da prisão/caverna. Existe atrás dos prisioneiros uma mureta, ao lado da qual há um caminho por onde passam pessoas (marionetes, fantoches) carregando vasos, estatuetas e pequenos animais. A sombra desses animais e objetos, quando projetadas na parede da caverna, permitem uma visão sombria, bruxuleante das imagens, que são reflexos daquilo que passa pela luz. Como jamais viram outras coisas a não ser as sombras, esses prisioneiros acreditam serem elas verdadeiras, quando não passam de ilusões causadas pela prisão do corpo e pelo hábito de tomar por verdadeiro aquilo que não passa de uma aparência criada por esse **“teatro de sombras”**.

Imagine que algum desses prisioneiros consiga se libertar: primeiro percebe o muro, em seguida sente dificuldade em ver – pois como todo aquele que passa muito tempo nas sombras, ele tem dificuldade em ver, pois a luz lhe ofusca a visão –; então lentamente começa a perceber que aquilo tudo que via era ilusão, que as pessoas caminhando ao lado do muro eram os fantoches manipulados por terceiros, que ele próprio fora um prisioneiro das sombras. Então vai em direção à luz, mas não pode contemplá-la; ainda não está preparado. Deve primeiro observar a luz dos astros noturnos, não em seu esplendor do céu, mas sim em suas imagens refletidas na lâmina dos lagos, então poderá ver diretamente as estrelas, a Lua e, só por fim estará pronto, poderá contemplar o céu diurno e até o entardecer belo e sereno de um soberano Sol poente. Terás enfim se tornado filósofo? Quase, pois ainda é preciso retornar à escuridão da caverna e buscar libertar os outros que ainda ficaram aprisionados. Muitos destes vão preferir os grilhões, outros não aceitarão sequer ouvi-lo, tão mergulhados em suas próprias sombras, outros ainda lhe rotularão como um louco, e, por fim, é possível até que eles te apaguem, te matem. Dessa forma, como afirmou Jostein Gaarder, em seu livro *O Mundo de Sofia*, o que Platão nos mostra é uma **“imagem da coragem e da responsabilidade pedagógica do filósofo”**.

A **Alegoria da Caverna** nos mostra o caminho que o espírito deve percorrer das trevas para a luz; apresenta de um modo figurado o processo pelo qual um ser torna-se filósofo; mostra como a libertação pode se efetivar, partindo do mundo sensível em que vivemos, para retornar ao mundo inteligível que nós esquecemos. A caverna é o nosso mundo; as algemas são todos aqueles que lutam pelo obscurantismo; o muro representa nossos próprios preconceitos que também ajudam a manter-nos cativos; as marionetes são os sem ideias próprias, manipulados e fanáticos de toda espécie; a fogueira representa a luz natural da razão; as estrelas e a Lua são nossos desejos; e o Sol representa a luz da verdade do Bem, do Belo e do Justo. O que o Sol é, no mundo exterior dos sentidos, o Bem o é no mundo interior da alma, com a diferença de que a ideia do Bem é interior ao sujeito da filosofia; é uma espécie de filtro que permite a **aletheia** (palavra de luz, imortalidade, verdade). O Sol corresponde ao Bem, pois o Bem é a fonte de todas as essências da alma, e é a partir desse foco de luz interior que o conhecimento poderá ser desvelado.

Em resumo, as características do Período Socrático são:

- A filosofia se volta para as questões humanas: ações, comportamento, crença, valor, o lugar do homem no mundo.
- O homem como ser racional capaz de conhecer-se a si mesmo, capaz de refletir e estabelecer procedimentos que o levem à verdade.
- Definição das virtudes morais e virtudes políticas. As ideias e práticas que norteiam o comportamento dos seres humanos.
- Encontrar a essência dessas virtudes e valores: justiça, coragem, amizade, piedade, amor.
- A opinião, as percepções e as imagens sensoriais são consideradas falsas, mentirosas, contraditórias para se conseguir a verdade.

Período Sistemático (do final do séc. IV ao final do séc. III a.C.)

Após Sócrates e Platão, vemos aparecer **Aristóteles** (384-322 a.C.) no cenário filosófico e, com ele, o Período Sistemático. Dizemos que sistemático é o que se caracteriza pela organização e articulação, formando um todo coerente. A obra de Aristóteles é sistemática.

Assim, em seu livro **Organon**, palavra grega que quer dizer "instrumento", Aristóteles fala sobre a lógica e como ela deve ser uma ferramenta para a filosofia. A **lógica** fornece a possibilidade de tornar qualquer discurso mais claro e preciso, de modo a se evitar erros de interpretação, como os famosos "mal-entendidos". O discurso pode ser dividido em forma e conteúdo. As formas podem ser palavras como "cadeira", "mesa" etc., que também podem ser chamadas de sinais; o conteúdo, geralmente, é aquilo que queremos significar com estas palavras ou sinais "um objeto utilizado para se descansar", "um objeto utilizado para se repousar, o prato de comida na hora da refeição".

Tanto mais claro e preciso será o discurso quanto melhor se souber associar determinados conteúdos a determinados sinais, encaixar os conteúdos nas formas. Neste sentido, quanto melhor se souber fazer isto, tanto mais próximo da expressão máxima da verdade se estará. Vê-se que Aristóteles não concorda com a definição de verdade de Sócrates e Platão, como uma ideia que está fora do mundo físico. Para ele, estaremos diante da verdade quanto melhor pudermos traduzir o mundo físico por meio de nossas descrições.

Deste modo, ele se empenha, em sua filosofia natural, em descrever os diversos organismos vivos com que se depara, estabelecendo suas semelhanças e diferenças, classificando-os segundo a sua espécie. A essência de um ser, para Aristóteles, é aquilo que o faz pertencer a determinada espécie, a determinada categoria.

Aristóteles também se viu impelido a falar um pouco sobre aquilo que fazia com que cada coisa ocupasse uma posição na natureza e, segundo esta posição, executasse determinado movimento. Ele se viu impelido a falar sobre as causas das coisas serem como são em suas obras sobre a metafísica, sobre a ética e a estética. Na verdade, o problema central em cada uma era explicar o movimento que parecia existir em tudo e, ainda, salvar a verdade como algo que não é uma metamorfose constante.

O movimento, qualquer que ele seja (uma decisão, um pensamento, o envelhecimento, o nascimento, um assassinato, uma pedra rolando ladeira abaixo, um beijo etc.), qualquer ação, é a efetivação de algo que já existia em potência.

A conclusão que se pode chegar é que a existência, em sua totalidade, já está dada, mas apenas parte de suas disposições se efetivou. O movimento de tudo que existe é esta constante efetivação da existência.

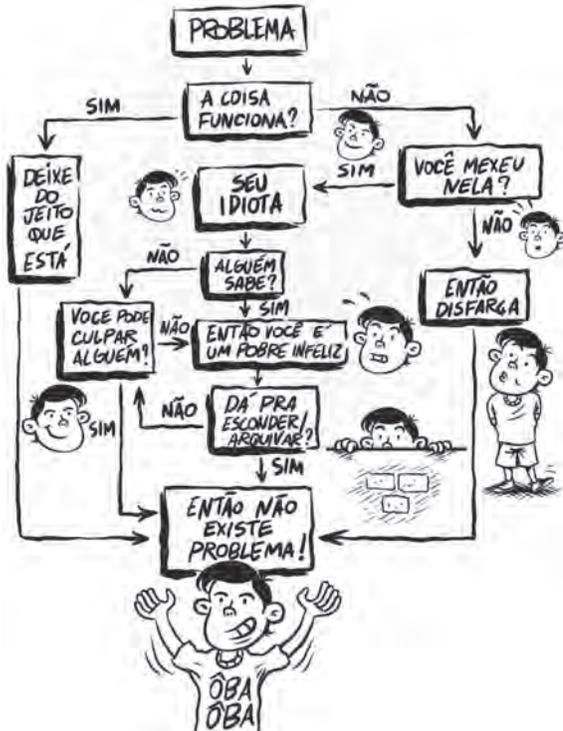
Aristóteles nasceu em 384 a.C., em Estagira, na Macedônia. Era filho de Nicômaco, médico do rei da Macedônia. Ainda muito jovem foi para Atenas, onde foi para a Academia de Platão, tornando-se seu discípulo. Estudou quase 20 anos na Academia, tornou-se professor, e, mais tarde, foi professor de Alexandre da Macedônia. Com a morte de Platão, deixou a Academia e saiu de Atenas.



Mais tarde ele voltou para Atenas e fundou sua própria escola, o **Liceu**. O pensamento aristotélico desenvolveu-se a partir de uma crítica tanto aos pré-socráticos quanto a Platão. Sua principal obra filosófica, **Metafísica**, busca elaborar uma concepção filosófica original. Aristóteles redefine a filosofia e apresenta a construção de um grande sistema de saber, muito influente no desenvolvimento da ciência antiga.

Aristóteles critica o dualismo representado na teoria das ideias de Platão e vai apresentar sua concepção de real, evitando o dualismo dos dois mundos – sensível e inteligível –, e desenvolve uma concepção de realidade substancial.

Aristóteles rompe com os ensinamentos de seu mestre Platão e desenvolve uma concepção sistemática de saber. Para Aristóteles, é possível explicar tudo em uma única realidade, por meio da **Teoria das Quatro Causas**, criada a partir de quatro perguntas lógicas. Todas as coisas teriam uma causa material (De que é feita a matéria?), uma causa formal (Do que se trata a forma da coisa? ou O que é a coisa em si?), uma causa eficiente (O que levou a matéria a tomar a forma? ou O que levou a coisa a existir como a coisa que é?) e uma causa final (Qual a finalidade da coisa?).



Ele valoriza o saber empírico, a ciência geral (do ser) e a ciência natural (da realidade natural). Valorizou as questões metodológicas e desenvolveu a lógica para servir de ferramenta do raciocínio.

A filosofia de Aristóteles é sistemática – coerente e precisa – integrada; é uma visão integrada de saber, com diversas áreas específicas. Ele dedicou anos de seus estudos para classificar seres da natureza, ao mesmo tempo em que se dedicava ao estudo do espírito humano, do universo interior e exterior do ser humano, incluindo política, sociedade etc.

Ele desenvolveu o conceito essencial que diferencia o homem de todos os seres no mundo: a capacidade de buscar sempre fazer melhor, ser feliz – **a ética**.

Sua obra foi fundamental para a difusão e o desenvolvimento da filosofia e ciência, por meio da questão metodológica do saber científico, abrangendo a valorização da ciência empírica, a ética, a política e a estética. Em síntese, ele criou as bases de praticamente todas as regiões de conhecimento ocidentais, da Biologia à Lógica, da Medicina à Física.

Leitura Complementar

Compreendendo a Lógica Aristotélica

A lógica é uma das partes da filosofia que, pertencendo também à matemática, objetiva determinar o conhecimento da verdade por meio de operações intelectuais.

Neste sentido, a lógica é uma ciência autônoma que estuda conceitos, juízos e raciocínios, visando demonstrar a validade ou a ambiguidade, o duplo sentido dos termos e a falta de definições precisas.

A vinculação da lógica com a filosofia da ciência é, portanto, evidente, remetendo ao chamado processo decisório.

Assim, serve à formulação de raciocínios coerentes, tentando evitar erros de julgamento, ajudando a entender proposições com maior clareza e distinção.

A lógica constitui uma ferramenta para desenvolver cadeias de pensamento que, quando aplicadas ao contexto linguístico, permitem reconhecer contradições e eliminar probabilidades de erro.

Nasceu na Antiguidade e foi se desenvolvendo até atingir sua maturidade no século XIX, aplicando-se então à análise de teorias e discursos no âmbito da ciência e da filosofia, bem como de outras inúmeras áreas.

A palavra “lógica” vem do grego *logos*, uma palavra que pode ser traduzida como razão, discurso ou linguagem. A partir desta palavra deriva o verbo *leigein*, que significa colher, reunir, juntar, calcular ou ordenar.

É neste sentido que se insere a lógica, denotando uma relação entre a linguagem e o conhecimento, pensando o rigor e precisão do discurso linguístico que expressa o conhecimento.

Para a história da filosofia, Aristóteles é considerado o “pai da lógica”, pois se ocupou do tema nas obras *Organon* e *Metafísica*, embora não a designasse por este termo. No século IV a.C., Aristóteles chamou de “analítica” o que ficaria conhecido como Lógica séculos mais tarde.

Verdade e Validade

A lógica pretende julgar a validade e a verdade dos raciocínios, expressões, afirmações e operações intelectuais.

Entende-se por **verdade** a concordância entre o sentido e a realidade, entre os argumentos e a verificação da existência concreta dos elementos que fornecem sustentação à argumentação.

Já a **validade**, ao contrário, não mede a relação entre o discurso e a realidade, mas apenas o grau de correção, a coerência interna do raciocínio.

Regras básicas da lógica

Desde Aristóteles, a lógica possui três regras básicas: o Princípio de Identidade, o Princípio de Não Contradição e o Princípio do Terceiro Excluído.

I. O **Princípio de Identidade** expressa uma tautologia, demonstra que algo é idêntico a si mesmo, sendo sempre verdadeiro. Por definição, a tautologia é um enunciado que é verdadeiro, independente dos valores de verdade, sendo, portanto, sempre verdadeira. Assim, a identidade é uma tautologia.

Sendo, $P = E$, portanto, $E = P$.

II. O **Princípio da Não Contradição** diz que uma proposição verdadeira não pode ser falsa e uma proposição falsa não pode ser verdadeira. Portanto, nenhuma proposição pode ser os dois ao mesmo tempo, o que é confirmado pelos contraditórios “João é professor” e “João não é professor”. Ele “é” ou “não é”, os dois ao mesmo tempo nunca, pois entraria em contradição.

III. O **Princípio do Terceiro Excluído** afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, e não há um terceiro caso possível, o que confirma as tautologias e o princípio da não contradição, além dos chamados contingentes. Os ditos contingentes, apesar de serem enunciados que dependem do valor de verdade de suas partes mais elementares, cabendo analisar cada valor obtido, têm como resultado final apenas duas possibilidades, verdadeiro ou falso, não existindo um terceiro caso.

Conceitos básicos da lógica

A lógica aristotélica precisou fazer uso de três conceitos básicos para tornar-se funcional: Premissa, Inferência e Argumento.

I. **Premissa** é um enunciado com razões apresentadas para dar sustentação a uma afirmação, possibilitando construir argumentos para atingir uma conclusão. Portanto, uma premissa é um indicador que, coordenado com outros, constitui um argumento que sustentará a conclusão.

II. **Inferência** é uma operação intelectual que afirma a verdade de uma proposição por meio de sua ligação com premissas já reconhecidas como verdadeiras. Assim, a inferência é uma operação lógica que liga as premissas, construindo o argumento que sustenta a conclusão. A inferência faz uso do princípio de causalidade, o qual afirma que tudo tem uma causa e efeito, uma conexão.

III. **Argumento** é uma sequência de enunciados, um grupo de premissas ligadas por inferência, apresentando razões para sustentar uma afirmação. Neste sentido, os argumentos podem ser simples ou complexos.

- Um **argumento simples** possui poucas premissas, permitindo chegar à conclusão rapidamente.
- Um **argumento complexo** é desenvolvido em etapas, cada qual composta por um conjunto de premissas e conclusões parciais, unindo as conclusões por inferência para chegar a um resultado final.

Além disto, os argumentos podem ser de natureza categórica ou hipotética.

- O **argumento categórico** é formado por premissas aceitas como verdades dogmáticas, inquestionáveis.
- O **argumento hipotético** é construído por meio de conjecturas, premissas que adotam verdades provisórias, trabalhando com probabilidades.

Silogismo e Falácia

No texto “Analíticos”, Aristóteles definiu uma proposição como “o discurso que afirma ou nega alguma coisa”, propondo termos como verdadeiros, criando a base da chamada lógica aristotélica.

Aristóteles estruturou a argumentação por meio de **silogismos**, propondo a busca da verdade recorrendo a de operações intelectuais lógicas.

Um silogismo é um raciocínio que sempre demonstra a validade de uma conclusão, usando premissas tidas como verdadeiras para, por inferência, compor argumentos que permitiriam chegar à verdade.

Para alcançar este resultado, o silogismo utiliza pelo menos duas premissas.

Ao passo que as premissas podem ser universais ou particulares, afirmativas ou negativas, compondo por inferência um argumento ou conjunto de argumentos, permitindo chegar a uma conclusão válida, embora nem sempre verdadeira.

Um silogismo pode compor um raciocínio válido e verdadeiro, tal como no exemplo a seguir:

Todo homem é mortal. – Premissa universal afirmativa.
Sócrates é homem. – Premissa particular afirmativa.
Portanto, Sócrates é mortal. – Conclusão = Premissa particular afirmativa.

No entanto, um silogismo também pode compor um raciocínio válido e não verdadeiro, como no exemplo que segue:

Os biscoitos são feitos de água e sal. – Premissa universal afirmativa.
O mar é feito de água e sal. – Premissa universal afirmativa.
Portanto, o mar é um grande biscoito. – Conclusão = Premissa universal afirmativa.

Nem mesmo um silogismo complexo escapa deste problema, pois também pode ser válido, apesar de não verdadeiro, tal como no exemplo que segue:

Deus é amor.
O amor é cego.
Steve Wonder é cego.
Portanto, Steve Wonder é Deus.
Disseram-me que sou ninguém.
Ninguém é perfeito.
Portanto, eu sou perfeito.
Deus é perfeito.
Se Steve Wonder é Deus, eu sou Steve Wonder.
Portanto, estou cego.

Autor desconhecido

Enquanto o **silogismo**, cujo significado em grego é “*reunir com o pensamento*”, utiliza premissas bem definidas e que trabalham com a aceitação de afirmações tidas como verdadeiras, compondo raciocínios válidos; a **falácia** expressa um argumento não válido, mas que aparenta ser válido e verdadeiro.

A origem da falácia está fixada na Antiguidade, inserindo-se na tradição dos sofistas gregos, extremamente vinculado com a retórica e a política.

Portanto, a falácia não é um argumento que deduz suas conclusões de premissas necessariamente válidas ou verdadeiras, constituindo um raciocínio que, quando decomposto e analisado pela lógica, demonstra não ser válido devido a contradições internas, configurando um erro de construção lógica.

Em geral, a falácia procura se sustentar por meio de influências exteriores à sua própria demonstração, valendo-se de ambiguidades, duplos sentidos, apelo à emoção ou utilizando um argumento de autoridade descontextualizado.

Dedução, Indução e Hipótese

A aplicação da lógica ultrapassa o silogismo e as falácias, adentrando a construção e depuração conceitual e, conseqüentemente, a diferenciação entre argumentações.

É interessante notar que três conceitos vinculados decorrem da lógica aristotélica: dedução, indução e hipótese. Concepções importantes para a lógica, mas também para a filosofia em sentido amplo, e para a ciência, sem as quais a moderna ciência, tal como entendida hoje, nem sequer existiria.

Argumentos dedutivos são aqueles que relacionam proposições em um plano estritamente racional, sem recorrer necessariamente a proposições empíricas. Popularmente, diz-se que argumentos dedutivos conduzem o pensamento do plano do geral ao plano do particular. Essa afirmação não está totalmente correta: o que define o argumento dedutivo é que ele é um argumento que permanece no plano da lógica, não tem necessidade da experiência.

A dedução parte de premissas universalmente aceitas, consideradas como comprovadas, para analisar casos particulares, estabelecendo, por inferência, uma relação entre os argumentos, tentando evitar os mesmos erros do silogismo. Enumera as premissas para construir cadeias de pensamento que permitam conclusões em concordância com a realidade observável ou perceptível.

Ao contrário da dedução, a indução parte do particular para chegar ao universal ou a uma generalização, valendo-se da probabilidade. Os **argumentos indutivos**, portanto, são aqueles que relacionam a experiência com a razão. Relacionam proposições universais com proposições empíricas particulares.

Não importa a ordem das proposições: um argumento que só use a lógica é um argumento dedutivo; um argumento que relacione proposições particulares experimentais com uma proposição geral, por meio da generalização ou da previsão, é um argumento indutivo.

É o método típico das ciências naturais, onde as conclusões são induzidas pela probabilidade, muitas vezes se mostrando válidas, embora nem sempre verdadeiras. No entanto, permite criar modelos interpretativos que ajudam a sistematizar o conhecimento.

Já a **hipótese** está vinculada tanto com a dedução como com a indução; constitui a suposição de uma verdade, sugerida geralmente pela probabilidade fornecida pela indução.

Porém, a hipótese é analisada, embora também possa ser criada, pela dedução para comprovar sua validade, confirmando ou não sua verdade.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2017)

Alguns pensam que Protágoras de Abdera pertence também ao grupo daqueles que aboliram o critério, uma vez que ele afirma que todas as impressões dos sentidos e todas as opiniões são verdadeiras, e que a verdade é uma coisa relativa, uma vez que tudo o que aparece a alguém ou é opinado por alguém é imediatamente real para essa pessoa.

KERFERD, G. B. *O movimento sofista*. São Paulo: Loyola, 2002 (adaptado).

O grupo ao qual se associa o pensador mencionado no texto se caracteriza pelo objetivo de

- alcançar o conhecimento da natureza por meio da experiência.
- justificar a veracidade das afirmações com fundamentos universais.
- priorizar a diversidade de entendimentos acerca das coisas.
- preservar as regras de convivência entre os cidadãos.
- analisar o princípio do mundo conforme a teogonia.

02. (Enem/2017 – 2ª Aplicação)

Dado que, dos hábitos racionais com os quais captamos a verdade, alguns são sempre verdadeiros, enquanto outros admitem o falso, como a opinião e o cálculo, enquanto o conhecimento científico e a intuição são sempre verdadeiros, e dado que nenhum outro gênero de conhecimento é mais exato que o conhecimento científico, exceto a intuição, e, por outro lado, os princípios são mais conhecidos que as demonstrações, e dado que todo conhecimento científico constitui-se de maneira argumentativa, não pode haver conhecimento científico dos princípios, e dado que não pode haver nada mais verdadeiro que o conhecimento científico, exceto a intuição, a intuição deve ter por objeto os princípios.

ARISTÓTELES. *Segundos analíticos*. In: REALE, G. *História da filosofia antiga*. São Paulo: Loyola, 1994

Os princípios, base da epistemologia aristotélica, pertencem ao domínio do(a)

- opinião, pois fazem parte da formação da pessoa.
- cálculo, pois são demonstrados por argumentos.
- conhecimento científico, pois admitem provas empíricas.
- intuição, pois ela é mais exata que o conhecimento científico.
- prática de hábitos racionais, pois com ela se capta a verdade.

03. (Enem/2017)

Uma conversação de tal natureza transforma o ouvinte; o contato de Sócrates paralisa e embarça; leva a refletir sobre si mesmo, a imprimir à atenção uma direção incomum: os temperamentais, como Alcibíades, sabem que encontrarão junto dele todo o bem de que são capazes, mas fogem porque recebem essa influência poderosa, que os leva a se censurarem. É sobretudo a esses jovens, muitos quase crianças, que ele tenta imprimir sua orientação.

BRÉHIER, E. *História da filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

O texto anterior evidencia características do modo de vida socrático, que se baseava na

- contemplação da tradição mítica.
- sustentação do método dialético.
- relativização do saber verdadeiro.
- valorização da argumentação retórica.
- investigação dos fundamentos da natureza.

04. (Enem/2017)

Se, pois, para as coisas que fazemos existe um fim que desejamos por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim; evidentemente tal fim será o bem, ou antes, o sumo bem. Mas não terá o conhecimento, porventura, grande influência sobre essa vida? Se assim é, esforcemo-nos por determinar, ainda que em linhas gerais apenas, o que seja ele e de qual das ciências ou faculdades constitui o objeto. Ninguém duvidará de que o seu estudo pertença à arte mais prestigiosa e que mais verdadeiramente se pode chamar a arte mestra. Ora, a política mostra ser dessa natureza, pois é ela que determina quais as ciências que devem ser estudadas num Estado, quais são as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto; e vemos que até as faculdades tidas em maior apreço, como a estratégia, a economia e a retórica, estão sujeitas a ela. Ora, como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. In: *Pensadores*. São Paulo: Nova Cultura, 1991. Adaptado.

Para Aristóteles, a relação ente o sumo bem e a organização da pólis pressupõe que

- o bem dos indivíduos consiste em cada um perseguir seus interesses.
- o sumo bem é dado pela fé de que os deuses são os portadores da verdade.
- a política é a ciência que precede todas as demais na organização da cidade.
- a educação visa formar a consciência de casa pessoa para agir corretamente.
- a democracia protege as atividades políticas necessárias para o bem comum.

05. (Enem/2016 – 2ª Aplicação)

Os andróginos tentaram escalar o céu para combater os deuses. No entanto, os deuses em um primeiro momento pensam em matá-los de forma sumária. Depois decidem puni-los da forma mais cruel: dividem-nos em dois. Por exemplo, é como se pegássemos um ovo cozido e, com uma linha, dividíssemos ao meio. Desta forma, até hoje as metades separadas buscam reunir-se. Cada um com saudade de sua metade, tenta juntar-se novamente a ela, abraçando-se, enlaçando-se um ao outro, desejando formar um único ser.

PLATÃO. *O banquete*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

No trecho da obra *O banquete*, Platão explicita, por meio de uma alegoria, o

- bem supremo como fim do homem.
- prazer perene como fundamento da felicidade.
- ideal inteligível como transcendência desejada.
- amor como falta constituinte do ser humano.
- autoconhecimento como caminho da verdade.



Exercícios Propostos

01. (Enem/2016 – 3ª Aplicação)

Estamos, pois, de acordo quando, ao ver algum objeto, dizemos: “Este objeto que estou vendo agora tem tendência para assemelhar-se a um outro ser, mas, por ter defeitos, não consegue ser tal como o ser em questão, e lhe é, pelo contrário, inferior”. Assim, para podermos fazer estas reflexões, é necessário que antes tenhamos tido ocasião de conhecer esse ser de que se aproxima o dito objeto, ainda que imperfeitamente.

PLATÃO. *Fédon*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

Na epistemologia platônica, conhecer um determinado objeto implica

- A) estabelecer semelhanças entre o que é observado em momentos distintos.
- B) comparar o objeto observado com uma descrição detalhada dele.
- C) descrever corretamente as características do objeto observado.
- D) fazer correspondência entre o objeto observado e seu ser.
- E) identificar outro exemplar idêntico ao observado.

02. (UFU/2010-2)

Em um importante trecho da sua obra *Metafísica*, Aristóteles se refere a Sócrates nos seguintes termos: “Sócrates ocupava-se de questões éticas e não da natureza em sua totalidade, mas buscava o universal no âmbito daquelas questões, tendo sido o primeiro a fixar a atenção nas definições.”

ARISTÓTELES. *Metafísica*, A6, 987b 1-3. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002.

Com base na filosofia de Sócrates e no trecho supracitado, assinale a alternativa correta.

- A) O método utilizado por Sócrates consistia em um exercício dialético, cujo objetivo era livrar o seu interlocutor do erro e do preconceito – com o prévio reconhecimento da própria ignorância –, levá-lo a formular conceitos de validade universal (definições).
- B) Sócrates era, na verdade, um filósofo da natureza. Para ele, a investigação filosófica é a busca pela arquê, pelo princípio supremo do cosmos. Por isso, o método socrático era idêntico aos utilizados pelos filósofos que o antecederam (pré-socráticos).
- C) O método socrático era empregado simplesmente para ridicularizar os homens, colocando-os diante da própria ignorância. Para Sócrates, conceitos universais são inatingíveis para o homem; por isso, para ele, as definições são sempre relativas e subjetivas, algo que ele confirmou com a máxima “o homem é a medida de todas as coisas”.
- D) Sócrates desejava melhorar os seus concidadãos por meio da investigação filosófica. Para ele, isso implica não buscar “o que é”, mas aperfeiçoar “o que parece ser”. Por isso, diz o filósofo, o fundamento da vida moral é, em última instância, o egoísmo, ou seja, o que é o bem para o indivíduo num dado momento de sua existência.

03. (Enem/2012)

Para Platão, o que havia de verdadeiro em Parmênides era que o objeto de conhecimento é um objeto de razão e não de sensação, e era preciso estabelecer uma relação entre objeto racional e objeto sensível ou material que privilegiasse o primeiro em detrimento do segundo. Lenta, mas irresistivelmente, a Doutrina das Ideias formava-se em sua mente.

ZINGANO, M. *Platão e Aristóteles: o fascínio da filosofia*. São Paulo: Odysseus, 2012 (adaptado).

O texto faz referência à relação entre razão e sensação, um aspecto essencial da Doutrina das Ideias de Platão (427 a.C. - 346 a.C.). De acordo com o texto, como Platão se situa diante dessa relação?

- A) Estabelecendo um abismo intransponível entre as duas.
- B) Privilegiando os sentidos e subordinando o conhecimento a eles.
- C) Atendo-se à posição de Parmênides de que razão e sensação são inseparáveis.
- D) Afirmando que a razão é capaz de gerar conhecimento, mas a sensação não.
- E) Rejeitando a posição de Parmênides de que a sensação é superior à razão.

04. (Unicamp/2013)

A sabedoria de Sócrates, filósofo ateniense que viveu no século V a.C., encontra o seu ponto de partida na afirmação “sei que nada sei”, registrada na obra *Apologia de Sócrates*. A frase foi uma resposta aos que afirmavam que ele era o mais sábio dos homens. Após interrogar artesãos, políticos e poetas, Sócrates chegou à conclusão de que ele se diferenciava dos demais por reconhecer a sua própria ignorância.

O “sei que nada sei” é um ponto de partida para a filosofia, pois

- A) aquele que se reconhece como ignorante torna-se mais sábio por querer adquirir conhecimentos.
- B) é um exercício de humildade diante da cultura dos sábios do passado, uma vez que a função da filosofia era reproduzir os ensinamentos dos filósofos gregos.
- C) a dúvida é uma condição para o aprendizado, e a filosofia é o saber que estabelece verdades dogmáticas a partir de métodos rigorosos.
- D) é uma forma de declarar ignorância e permanecer distante dos problemas concretos, preocupando-se apenas com causas abstratas.

05. (Enem/2013)

A felicidade é, portanto, a melhor, a mais nobre e a mais aprazível coisa do mundo, e esses atributos não devem estar separados como na inscrição existente em Delfos “das coisas, a mais nobre é a mais justa, e a melhor é a saúde; porém a mais doce é ter o que amamos”. Todos estes atributos estão presentes nas mais excelentes atividades, e entre essas a melhor, nós a identificamos como felicidade.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Cia. das Letras. 2010.

Ao reconhecer na felicidade a reunião dos mais excelentes atributos, Aristóteles a identifica como

- A) busca por bens materiais e títulos de nobreza.
- B) plenitude espiritual e ascese pessoal.
- C) finalidade das ações e condutas humanas.
- D) conhecimento de verdades imutáveis e perfeitas.
- E) expressão do sucesso individual e reconhecimento público.

06. (Enem/2014)

SANZIO, Rafael. Detalhe do afresco *A Escola de Atenas*, 1511.

No centro da imagem, o filósofo Platão é retratado apontando para o alto. Esse gesto significa que o conhecimento se encontra em uma instância na qual o homem descobre a

- A) suspensão do juízo como reveladora da verdade.
- B) realidade inteligível por meio do método dialético.
- C) salvação da condição mortal pelo poder de Deus.
- D) essência das coisas sensíveis no intelecto divino.
- E) ordem intrínseca ao mundo por meio da sensibilidade.

07. (Enem/2015)

Trasímaco estava impaciente porque Sócrates e os seus amigos presumiam que a justiça era algo real e importante. Trasímaco negava isso. Em seu entender, as pessoas acreditavam no certo e no errado apenas por terem sido ensinadas a obedecer às regras da sua sociedade. No entanto, essas regras não passavam de invenções humanas.

RACHELS, J. *Problemas da filosofia*. Lisboa: Gradiva, 2009.

O sofista Trasímaco, personagem imortalizado no diálogo *A República*, de Platão, sustentava que a correlação entre justiça e ética é resultado de

- A) determinações biológicas, impregnadas na natureza humana.
- B) verdades objetivas, com fundamento anterior aos interesses sociais.
- C) mandamentos divinos, inquestionáveis legados das tradições antigas.
- D) convenções sociais, resultantes de interesses humanos contingentes.
- E) sentimentos, experimentados diante de determinadas atitudes humanas.

08. (Enem/2016)

Ninguém delibera sobre coisas que não podem ser de outro modo, nem sobre as que lhe é impossível fazer. Por conseguinte, como o conhecimento científico envolve demonstração, mas não há demonstração de coisas cujos primeiros princípios são variáveis (pois todas elas poderiam ser diferentemente), e como é impossível deliberar sobre coisas que são por necessidade, a sabedoria prática não pode ser ciência, nem arte: nem ciência, porque aquilo que se pode fazer é capaz de ser diferentemente, nem arte, porque o agir e o produzir são duas espécies diferentes de coisa. Resta, pois, a alternativa de ser ela uma capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Aristóteles considera a ética como pertencente ao campo do saber prático. Nesse sentido, ela difere-se dos outros saberes porque é caracterizada como

- A) conduta definida pela capacidade racional de escolha.
- B) capacidade de escolher de acordo com padrões científicos.
- C) conhecimento das coisas importantes para a vida do homem.
- D) técnica que tem como resultado a produção de boas ações.
- E) política estabelecida de acordo com padrões democráticos de deliberação.

09. (Enem/2009)

Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios - esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais -, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”.

VAN ACKER, T. Grécia. *A vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho, retirado da obra *Política*, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania

- A) possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
- B) era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
- C) estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica
- D) tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
- E) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

10. (Simulado Avalia-SFB/2018)

Texto I

[...] Chegara, mesmo, a ponto de pensar que a escuridão em que os cegos viviam não era, afinal, senão a simples ausência da luz, que o que chamamos cegueira era algo que se limitava a cobrir a aparência dos seres e das coisas, deixando-os intactos por trás do seu véu negro.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008., p. 19

Texto II

Do lado oposto da caverna, Platão situa uma fogueira – fonte da luz de onde se projetam as sombras – e alguns homens que carregam objetos por cima de um muro, como num teatro de fantoches, e são desses objetos as sombras que se projetam no fundo da caverna e as vozes desses homens que os prisioneiros atribuem às sombras. Temos um efeito como num cinema em que olhamos para a tela e não prestamos atenção ao projetor nem às caixas de som, mas percebemos o som como proveniente das figuras na tela.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein* - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

Para o prêmio Nobel de literatura, José Saramago, em *Ensaio sobre a Cegueira*, a visão nos cega, pois prestamos atenção apenas às aparências, que nos afastam da essência. Em Platão a dualidade aparência X essência pode ser compreendida como sendo

- A) o conhecimento daquilo que é, ou seja, conhecer é conhecer a aparência de determinada coisa. A aparência, para ser conhecida, deve ser permanente; o mundo inteligível, por estar em constante mudança, não pode oferecer atributos suficientes para que o conhecimento se estabeleça.
- B) o contraste entre ser (essência) e parecer, isto é, realidade e aparência, que marca o pensamento filosófico desde sua origem e que é assumido por Platão em sua famosa Teoria das Ideias.
- C) a superioridade do conhecimento sensível em relação ao inteligível; o primeiro é o conhecimento daquilo que é real e o segundo é o conhecimento das aparências.
- D) a distinção entre mundo inteligível e mundo sensível; o primeiro ocupado pelos objetos físicos, o segundo pelas ideias perfeitas.
- E) a dualidade da existência humana, que, no entanto, consegue unificar a realidade e a aparência.



Fique de Olho

FILOSOFIA PODE SER PROFISSÃO DO FUTURO, DIZ AUTOR DO BEST-SELLER 'SAPIENS'

por Lucas Gabriel Marins 15/11/2018 04h00

Já parou para dar uma olhada nas listas com as possíveis profissões do futuro? Elas geralmente apresentam ocupações nas áreas de tecnologia e engenharia, como especialista em big data, analista de IoT (internet das coisas) e engenheiro de cibersegurança.

Mas, segundo o historiador israelense Yuval Noah Harari, autor do *best-seller* autor do livro "Sapiens – Uma Breve História da Humanidade", um profissional até então sem muito valor no mercado pode ganhar espaço nos próximos anos: o filósofo. A ideia foi apresentada por ele em seu novo livro, "21 lições para o século 21" (Companhia das Letras).

A valorização do filósofo, segundo ele, deve ocorrer por causa da inteligência artificial, área que, segundo a Intel, deve movimentar US\$ 36,8 bilhões (R\$ 139,8 bilhões) no mundo até 2025. Os filósofos, escreveu Harari, ajudariam na programação de máquinas inteligentes, principalmente aquelas que, no futuro, precisem lidar com "dilemas morais".

Por exemplo, no caso de um veículo sem motorista, se duas crianças entrarem na frente do carro, questionou o autor, o que o automóvel deve fazer? Atingir os meninos ou desviar para o lado, arriscando colidir com um caminhão na direção oposta e matar os ocupantes?

Harari afirmou no livro, ainda, que os "algoritmos filosóficos" dificilmente serão perfeitos e que, pela primeira vez na história, será possível processar um filósofo "pelos infelizes resultados de suas teorias".

"Vimos que o surgimento da inteligência artificial pode expulsar muitos humanos do mercado de trabalho - inclusive motoristas e guardas de trânsito. No entanto, poderá haver algumas novas aberturas para os filósofos, haverá subitamente grande demanda por suas qualificações -até agora destituídas de quase todo valor de mercado. Assim, se você quer estudar algo que lhe assegure um bom emprego no futuro, talvez a filosofia não seja uma aposta tão ruim", escreveu.

Só que para esse cenário se concretizar, relatou ele, é preciso encontrar "uma maneira de codificar a ética em números e estatísticas precisas". É aí que mora o problema, segundo profissionais ouvidos pelo UOL.

É possível ensinar moral e ética às máquinas?

Sempre que houver uma necessidade mais reflexiva, como no caso de juízos morais, estéticos e epistemológicos, o filósofo será necessário, afirmou Eduardo Barra, professor de filosofia e pró-reitor de graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). No entanto, ele não acredita que será possível ensinar essas questões às máquinas, pois elas são sintéticas e não conseguiriam avançar nesses domínios. "Esses equipamentos, no futuro, podem até aprender novas regras, mas, invariavelmente, vão agir conforme o que foi dito a eles", disse.

Davi Sidnei de Lima, professor de filosofia e psicologia da Faculdade Bagozzi (PR), tem opinião semelhante. Para ele, as máquinas são capazes de trabalhar com infinitos algoritmos, e daí vem a capacidade de apresentarem soluções, preverem problemas e encontrarem respostas, o que as torna inteligentes.

Como filósofos podem ajudar?

Juliano Tebinka Gonçalves, CEO da Softinova, braço da PGMais (grupo que oferece soluções em inteligência artificial), afirmou ter gostado da ideia do autor *best-seller*. Ele disse que parte de sua equipe, formada por 20 pessoas, entre contratados e terceirizados, é responsável pelo *script*, conjunto de instruções dadas aos robôs, e pelo algoritmo, que interpreta as interações deles com as pessoas.

"Hoje, fazemos isso de forma empírica, acompanhando o dia a dia, mas com certeza seria interessante ter alguém com mais bagagem em ética e moral nessa função. Se treinarmos as máquinas de forma inadequada, poderemos criar robôs com comportamentos ruins, como o Tay, da Microsoft."

A ferramenta da multinacional de tecnologia, após um dia interagindo na internet com adolescentes, passou a publicar conteúdos racistas, sexistas e antisemitas.

Outro exemplo aconteceu com a Amazon, que tentou usar inteligência artificial para criar programas de computador que revisassem os currículos dos candidatos a emprego. O objetivo era automatizar a busca por talentos. O problema: o sistema era "machista", e dava preferência a candidatos do sexo masculino.

Gonçalves disse acreditar, no entanto, que a procura por filósofos possa demorar um pouco, porque, no momento, o mercado ainda está focado em criar aplicações para trabalhos burocráticos e específicos. A empresa, por exemplo, tem a robô Sofia, que faz agendamentos de consultas e não tem que lidar, ainda, com nenhum dilema moral e ético.

https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/11/15/filosofia-pode-ser-profissao-do-futuro-livro-historiador.htm?fbclid=IwAR3aAnZhvJi3eHPiRgBzpQ3i-FXT4eALrA56vtaAH43K_D8O6MT4jDS0fc



Seção Videoaula



A Filosofia no Período Clássico.



Instrumentos do Pensar: A Lógica.

Aula
04

A História da Filosofia
(Período Helenístico)

C-1	H-2, 4
C-3	H-14, 15

Período Helenístico (do séc. III a.C. ao séc. VI d.C.)

É um período pouco estudado e muitas obras se perderam. Helenismo significa a influência da cultura grega em todo Mediterrâneo Oriental e no Oriente devido à expansão militar do Império Macedônico, efetuada por Alexandre Magno. O Período Helenístico caracterizou-se por um processo de interação entre a cultura grega clássica e a **cultura dos povos orientais** conquistados.

Alexandre Magno (o Grande, como ficou conhecido) foi um grande guerreiro e estrategista militar. Era macedônio como seu mestre, Aristóteles. Em dez anos, conquistou um dos maiores impérios de toda a Antiguidade e tentou formar uma unidade cultural a partir da Grécia: mesma língua, moeda e cultura. O império foi curto, mas a influência da cultura grega permaneceu por toda a região da Mesopotâmia, Egito, Ásia, Europa.

Na história da filosofia, a produção filosófica do Período Helenístico corresponde basicamente à continuação das atividades das escolas platônica (Academia) e aristotélica (Liceu), dirigidas, respectivamente, pelos discípulos dos dois grandes mestres, Platão e Aristóteles. Não havia grandes mestres. O importante era a corrente filosófica da qual o pensador estava vinculado e não propriamente sua originalidade e criatividade. Perde-se o caráter argumentativo, polêmico e crítico das origens da filosofia grega. É um período em que se misturam e sintetizam várias correntes de pensamentos.

A influência das escolas filosóficas desse período chega ao Império Romano. O grande centro cultural do Helenismo foi em **Alexandria**, no Egito, que era uma cidade cosmopolita, unindo gregos, judeus e egípcios. A intensa produção científica valorizava as ciências naturais, sendo avançada nas áreas de matemática, geometria, medicina, linguagem, astronomia e geografia. A produção científica de Alexandria contribuiu fortemente para a ciência da Antiguidade.

Com o fim da pólis grega, após a conquista de Alexandre, o homem grego perdeu sua principal referência ético-política: a vida na comunidade, as leis, as tradições e práticas culturais. Embora o mundo fosse grego, o homem grego sentia-se sem raiz, pois sua referência básica era a cidade e essa havia perdido força para o império centralizado. Era preciso desenvolver uma ética forte, com conteúdos práticos e novas referências: regras de conduta, apontando o caminho em busca da felicidade pessoal nesse novo contexto de várias culturas.

Esse período é muito importante para nós ocidentais, pois, é o período entre transição entre Antiguidade Clássica e Idade Média Cristã, quando se dá a formação da tradição cultural da qual nós fazemos parte e somos herdeiros até hoje: dá-se o encontro entre o mundo greco-romano e a cultura judaico-cristã.

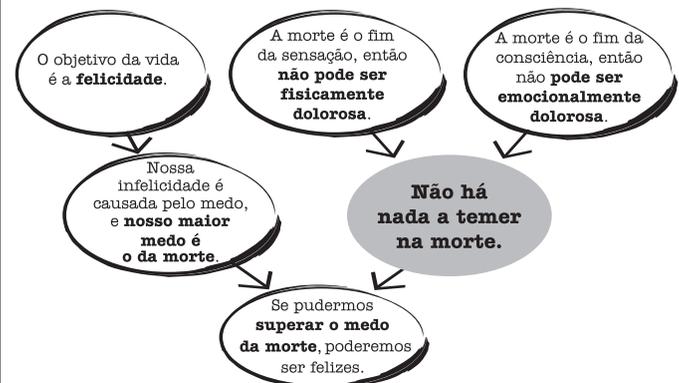
Depois da morte de Platão e de Aristóteles e do advento do helenismo com Alexandre Magno, a filosofia helenista muda consideravelmente o rumo das suas investigações, e as novas escolas filosóficas buscam responder como orientar a vida para encontrar a verdadeira felicidade, em uma forma de organização político social, na qual os interesses coletivos cedem lugar aos interesses privados, e o conceito de cidadão desaparece, dando origem ao conceito de indivíduo. Ocupam-se com questões acerca da ética, do conhecimento humano e das relações entre o homem e a natureza e de ambos com Deus. Apareceram aspectos místicos e religiosos no pensamento filosófico, influenciados pelo contato com o Oriente.

Nesse período, as principais escolas filosóficas que se destacam e vão influenciar o mundo ocidental da época são: epicurismo, estoicismo, ceticismo (ou pirronismo), ecletismo e cinismo.

➤ **Epicurismo:** Fundado por **Epicuro de Samos** (341-270 a.C.), na cidade de Atenas em 306. Ele se manteve por mais de seis séculos e se propagou depois a Roma e Oriente. De seus escritos restaram somente alguns fragmentos: máximas capitais, *Cartas* e *Sobre a Natureza*. Propunha que o ser humano deve buscar o prazer, pois, segundo ele, o prazer é o princípio e o fim de uma vida feliz. No entanto, distinguia dois grandes grupos de prazeres. No primeiro grupo estavam os prazeres mais duradouros, que encantam o espírito, como a boa conversação, a contemplação das artes, a audição da música etc. No segundo grupo estavam os prazeres mais imediatos, muitos dos quais movidos pela explosão das paixões e que, ao final, poderiam resultar em dor e sofrimento. Mas para desfrutarmos os grandes prazeres do intelecto precisamos aprender a dominar os prazeres exagerados da paixão: os medos, os apegos, a cobiça, a inveja. Os epicuristas buscavam a **ataraxia**, termo grego usado para designar o estado de ausência da dor, de quietude, serenidade e imperturbabilidade da alma.

O epicurismo muitas vezes é confundido com um tipo de **hedonismo** marcado pela procura desenfreada dos prazeres mundanos. No entanto, o que o epicurismo defende é uma administração racional e equilibrada do prazer, evitando ceder aos desejos insaciáveis que, inevitavelmente, terminam no sofrimento; enquanto que o **hedonismo** também defende a busca do prazer, mas não diferencia os tipos de prazeres.

Para Epicuro, a filosofia tem a missão de libertar o homem das turbulências que o agitam. “Deves servir à filosofia só para alcançar a verdadeira liberdade”. O que perturba o ser humano são quatro erros, dos quais ele se liberta só quando os domina e reconhece que são somente opiniões. São eles: temor dos deuses, medo da morte, ânsia dos prazeres, tristeza pelas dores. A filosofia nos oferece os quatro remédios para desprendermo-nos desses erros, por meio de um verdadeiro conhecimento do mundo e uma verdadeira doutrina da natureza.



Epicuro identificou o medo da morte como uma das principais fontes de todos os medos. Para combatê-lo, desenvolveu um argumento interessante:

“Acostuma-te à ideia de que a morte para nós não é nada, visto que todo bem e todo mal residem nas sensações, e a morte é justamente a privação das sensações. A consciência clara de que a morte não significa nada para nós proporciona a fruição da vida efêmera, sem querer acrescentar-lhe tempo infinito e eliminando o desejo de imortalidade.

Não existe nada de terrível na vida para quem está perfeitamente convencido de que não há nada de terrível em deixar de viver. É tolo, portanto, quem diz ter medo da morte, não porque a chegada desta lhe trará sofrimento,

mas porque o aflige a própria espera: aquilo que nos perturba quando presente não deveria afligir-nos enquanto está sendo esperado.

Então, o mais terrível de todos os males, a morte, não significa nada para nós, justamente porque, quando estamos vivos, é a morte que não está presente; ao contrário, quando a morte está presente, nós é que não estamos”.

EPICURO. *Carta sobre a felicidade* (a Meneceu), p. 27 e 28. Tradução e apresentação de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore. São Paulo, Unesp, 2002.

➤ **Estoicismo:** O estoicismo é a corrente filosófica de maior influência em seu tempo. Foi fundada por **Zenão de Citio** (336-263 a.C.), localidade da ilha de Chipre. Os representantes desta escola, conhecidos como estoicos, – tais como: **Sêneca** (4-65 d.C.), o preceptor de Nero; **Epicteto** (50-138 d.C.), escravo liberto; o imperador **Marco Aurélio** (121-180 d.C.) –, defendiam que toda realidade existente é uma realidade racional. Todos os seres, os homens e a natureza, fazem parte desta realidade. O que chamamos de Deus nada mais é do que a fonte dos princípios que regem a realidade. Integrados à natureza, não existe para o ser humano nenhum outro lugar para ir ou fugir, além do próprio mundo em que vivemos. Somos deste mundo e, ao morrer, nos dissolvemos neste mundo. Seu ideal de vida, designado pelo termo grego *apatheia* (que costuma ser mal traduzido por “apatia”), era alcançar uma serenidade diante dos acontecimentos fundada na aceitação da “lei universal do cosmos”, que rege toda a vida.

Não dispomos de poderes para alterar, substancialmente, a ordem universal do mundo. Mas, pela filosofia, podemos compreender esta ordem universal e viver segundo ela. Assim, em vez do prazer dos epicuristas, Zenão propõe o dever da compreensão como o melhor caminho para a felicidade. Ser livre é viver segundo nossa própria natureza que, por sua vez, integra a natureza do mundo.

No plano ético, os estoicos defendiam uma atitude de austeridade física e moral baseada em virtudes, como a resistência ante o sofrimento, a coragem ante o perigo, a indiferença ante as riquezas materiais. O ideal perseguido era um estado de plena serenidade para lidar com os sobressaltos da existência, fundado na aceitação e compreensão dos “princípios universais” que regem toda a vida.

O estoico deve aceitar e seguir serenamente e com alegria interior a razão universal. Daí a máxima estoica: “segue a natureza que é teu guia”. Epicteto resume essa concepção de liberdade, afirmando: “Até hoje não houve coisa alguma que me trouxesse impedimento ou coação. Por quê? Porque sempre dispus minha vontade segundo a Vontade de Deus. Quer Deus que eu tenha febre? Também eu quero”. Ou seja, o ideal de liberdade consiste em compreender essa inexorabilidade do universo regido segundo as leis do *logos* ou razão universal e colocar-se em harmonia com ela, em uma atitude de profunda resignação da vontade.

Como a ética estoica defende a felicidade como fim que dá sentido à vida e ao agir humano, ela é considerada finalista e **eudemonista**⁸.

➤ **Ceticismo** (ou **Pirronismo**), de **Pirro de Élida** (365-275 a.C.) – segundo suas teorias, nenhum conhecimento é seguro; tudo é incerto. O pirronismo defendia que se deve contentar com as aparências das coisas, desfrutar o imediato captado pelos sentidos e viver feliz e em paz, em vez de se lançar à busca de uma verdade plena, pois seria impossível ao homem saber se as coisas são efetivamente como aparecem. Assim, o pirronismo é considerado uma forma de ceticismo que professa a impossibilidade do conhecimento, da obtenção da verdade

absoluta. O termo “ceticismo” vem do *skepsis*, que significa “investigação”, “procura”; ele quer indicar mais precisamente que a sabedoria não consiste no conhecimento da verdade, mas na sua procura. De fato, o ceticismo sustenta que o homem não pode conhecer a verdade, mas somente procurá-la.

Conhecer a verdade compete a Deus; investigá-la, ao homem. Existem, pois, duas espécies de sabedoria: uma divina, e outra que consiste na investigação da verdade.

Antes de Platão e Aristóteles, já se desenvolvera na Grécia uma orientação filosófica essencialmente cética, o famoso movimento dos sofistas. Ele se revigorou e se difundiu largamente durante o período do helenismo, principalmente depois que se tornou a doutrina oficial da escola de Platão, a Academia. Outros expoentes do ceticismo são **Carnéades** e **Sexto Empírico**.

➤ **Ecletismo:** A palavra “ecletismo” vem do grego *ekléktikós* de *eklegein*: **esconder**. Hilton Japiassú e Danilo Marcondes definiram o ecletismo como um “método filosófico que consiste em retirar dos diferentes sistemas de pensamento certos elementos ou teses para difundir-los num novo sistema”⁹. Em outras palavras, o ecletismo era uma mistura de proposições e teorias filosóficas, não raro de modo superficial, na qual se buscava captar o melhor dos sistemas filosóficos.

Entende-se por ecletismo, portanto, a atitude filosófica para qual a procura da verdade não se esgota em apenas uma forma sistemática e dedica-se por isso a coordenar e harmonizar entre si elementos de verdade escolhidos em diversos sistemas. Desenvolve-se como reação ao ceticismo.

Diante do desacordo cada vez mais grave e profundo entre os filósofos, os céticos, como vimos, tinham perdido totalmente a confiança na capacidade da razão humana em atingir a verdade. Já os ecléticos, diante dessa situação, não julgaram correto perder o ânimo, porque, segundo eles, o desacordo é sinal de incapacidade da razão não para atingir a verdade, mas para abranger a verdade com um único olhar.

Para eles, o desacordo dos filósofos deve-se ao fato de que, não podendo a fraca mente humana abarcar toda a verdade com um só olhar, um filósofo limita a sua investigação a um aspecto e outro filósofo a outro aspecto. Assim, estudando aspectos diferentes da realidade, é natural que cheguem a conclusões diferentes.

Por isso, para se chegar a uma compreensão adequada das coisas, não se deve confiar em um só filósofo, mas é necessário reunir as conclusões das pesquisas dos melhores entre eles. É o que procuram fazer os ecléticos do Período Helenístico: para organizarem um sistema filosófico mais completo, reúnem os melhores aspectos das doutrinas de Platão, Aristóteles, Epicuro e Zenão de Citio. Um dos maiores representantes e expoente do ecletismo foi o filósofo romano **Cícero**, rejeitando o epicurismo, adere ao pensamento platônico, aristotélico e estoico. Também, os padres da Igreja, apesar da ênfase dada ao platonismo na construção do pensamento cristão, usam elementos vindos também do estoicismo. O ecletismo foi a corrente filosófica que mais influenciou os pensadores brasileiros no surgimento das primeiras manifestações filosóficas no Brasil.

➤ **Cinismo:** O termo “cinismo” vem do grego *kynos*, que significa “cão”, e designa a corrente dos filósofos que se propuseram a viver como os cães da cidade, sem qualquer propriedade ou conforto. Levavam ao extremo a filosofia de Sócrates, segundo a qual o homem deve procurar conhecer a si mesmo e desprezar todos os bens materiais. Por isso **Diógenes**, o pensador mais destacado dessa escola, é conhecido como o “Sócrates demente”, ou o “Sócrates louco”, pois questionava os valores e as tradições sociais e procurava viver estritamente conforme os princípios que **considerava moralmente corretos**.

8 Doutrina ética que considera a felicidade (ou sua busca) como o fundamento da moral, considerando que é moralmente justificado o comportamento que conduz a uma existência feliz.

9 JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*, 3ª edição, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001. p. 81.

Diógenes também não tinha apreço pela diferença entre grego e estrangeiro. Quando lhe perguntaram qual era sua cidadania, respondeu: sou **cosmopolita**, palavra grega que significa “cidadão do mundo”.



GÉRÔME, Jean-Léon (1824-1904). *Diógenes sentado em seu barril cercado por cães*, 1860. Óleo sobre tela, 74,5 cm x 10,1 cm.

Há muitas histórias e acontecimentos de sabedoria e humor na vida desse filósofo que o tornaram uma figura instigante da história da filosofia. Conta-se, por exemplo, que ele morava em um barril e que, certa vez, Alexandre Magno decidiu visitá-lo. De pé em frente de sua “casa”, Alexandre perguntou se havia algo que ele, como imperador, poderia fazer em benefício do filósofo. Diógenes respondeu prontamente: “sim, podes sair da frente do meu sol.” Diz a lenda que Alexandre, impressionado com o desprezo do filósofo pelos bens materiais, comentou: “se eu não fosse Alexandre, queria ser Diógenes”.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2016 – 1ª Aplicação)

Pirro afirmava que nada é nobre nem vergonhoso, justo ou injusto; e que, da mesma maneira, nada existe do ponto de vista da verdade; que os homens agem apenas segundo a lei e o costume, nada sendo mais isto do que aquilo. Ele levou uma vida de acordo com esta doutrina, nada procurando evitar e não se desviando do que quer que fosse, suportando tudo, carroças, por exemplo, precipícios, cães, nada deixando ao arbítrio dos sentidos.

LAÉRCIO, D. *Vidas e sentenças dos filósofos Ilustres*. Brasília: Editora UnB, 1988.

- O ceticismo, conforme sugerido no texto, caracteriza-se por
- desprezar quaisquer convenções e obrigações da sociedade.
 - atingir o verdadeiro prazer como o princípio e o fim da vida feliz.
 - defender a indiferença e a impossibilidade de obter alguma certeza.
 - aceitar o determinismo e ocupar-se com a esperança transcendente.
 - agir de forma virtuosa e sábia a fim de enaltecer o homem bom e belo.

02. (Simulado Avalia-SFB/2018)

Com a morte de Aristóteles e o advento do império cosmopolita e romano, Atenas perde sua influência filosófica diante das novas tendências culturais que surgiam no mundo greco-romano. (...)

Esse período, que foi de Alexandre Magno até pouco tempo antes de Cristo, convencionou-se chamar helenismo. É o marco de uma nova revolução cultural da humanidade: surge uma nova Paideia, uma nova forma de pensar e conceber as coisas; novos ideais e problemas; abertura para uma nova mentalidade, da greco-romana para a cultura cristã. (...)

SILVA, Antonio Wardison C. O panorama histórico-filosófico no tempo de Paulo: o helenismo. In: *Revista de Cultura Teológica*, PUC/SP, v. 18, nº 72, out/dez 2010, p. 23-24.

O ambiente helenista cria uma nova cultura, linguagem, comportamento e ideal de homem. Datam desse período quatro grandes sistemas cuja influência será sentida pelo pensamento cristão, são eles(as):

- estoicismo, epicurismo, hedonismo e niilismo.
- ecletismo, pirronismo, racionalismo e determinismo.
- epicurismo, positivismo, escolástica e patrística.
- estoicismo, epicurismo, ceticismo e cinismo.
- cinismo, hedonismo, escolástica e tomismo.

03. (Enem/2017 – 2ª Aplicação)

XI. Jamais, a respeito de coisa alguma, digas: “Eu a perdi”, mas sim: “Eu a restituí”. O filho morreu? Foi restituído. A mulher morreu? Foi restituída. “A propriedade me foi subtraída”, então também foi restituída. “Mas quem a subtraiu é mau”. O que te importa por meio de quem aquele que te dá a pede de volta? Na medida em que ele der, faz uso do mesmo modo de quem cuida das coisas de outrem. Do mesmo modo como fazem os que se instalam em uma hospedaria.

EPICETETO. *Encheirídon*. In: DINUCCI, A. *Introdução ao Manual de Epicteto*. São Cristóvão: UFS, 2012 (adaptado).

A característica do estoicismo presente nessa citação do filósofo grego Epicteto é

- explicar o mundo com números.
- identificar a felicidade com o prazer.
- aceitar os sofrimentos com serenidade.
- questionar o saber científico com veemência.
- considerar as convenções sociais com desprezo.

04. (Enem/2018)

A QUEM NÃO BASTA POUCO, NADA BASTA.

EPICURO, *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

Remanescente do período helenístico, a máxima apresentada valoriza a seguinte virtude:

- Esperança, tida como confiança no porvir.
- Justiça, interpretada como retidão de caráter.
- Temperança, marcada pelo domínio da vontade.
- Coragem, definida como fortitude na dificuldade.
- Prudência, caracterizada pelo correto uso da razão.

05. (Enem/2014)

Alguns dos desejos são naturais e necessários; outros, naturais e não necessários; outros, nem naturais nem necessários, mas nascidos de vã opinião. Os desejos que não nos trazem dor se não satisfeitos não são necessários, mas o seu impulso pode ser facilmente desfeito, quando é difícil obter sua satisfação ou parecem geradores de dano.

EPICURO DE SAMOS. “Doutrinas principais”. In: SANSON, V. F. *Textos de filosofia*. Rio de Janeiro: Eduff, 1974.

No fragmento da obra filosófica de Epicuro, o homem tem como fim

- alcançar o prazer moderado e a felicidade.
- valorizar os deveres e as obrigações sociais.
- aceitar o sofrimento e o rigorismo da vida com resignação.
- refletir sobre os valores e as normas dadas pela divindade.
- defender a indiferença e a impossibilidade de se atingir o saber.



Exercícios Propostos

01. (UFPB/2008) O filme *Alexandre* representou a vida do famoso imperador da Macedônia que constituiu um grande império, incluindo a Grécia, o Egito, a Síria, a Pérsia, indo até as fronteiras com a Índia. Alexandre foi educado pelo filósofo Aristóteles e o seu registro memorável na História deve-se, além de seus feitos militares, à difusão da cultura grega nas regiões do Oriente por ele conquistadas.

Esse processo histórico-cultural, conhecido como Helenismo, caracterizou-se pelo(a)

- A) formação de uma nova cultura, sem elementos culturais gregos nem orientais.
- B) desaparecimento das culturas orientais diante da cultura grega ou helênica.
- C) conflito cultural irreconciliável entre a cultura grega e as culturas orientais.
- D) desaparecimento da cultura grega diante das culturas orientais (persa e egípcia).
- E) constituição de uma cultura diferenciada, com elementos gregos e orientais.

02. (UEM/2008 – Adaptada)

O Período Helenístico inicia-se com a conquista macedônica das cidades-Estado gregas. As correntes filosóficas desse período surgem como tentativas de remediar os sofrimentos da condição humana individual: o epicurismo ensinando que o prazer é o sentido da vida; o estoicismo instruindo a suportar com a mesma firmeza de caráter os acontecimentos bons ou maus; o ceticismo de Pirro orientando a suspender os julgamentos sobre os fenômenos. Sobre essas correntes filosóficas, assinale o que for correto.

- I. Os estoicos, acreditando na ideia de um cosmo harmonioso governado por uma razão universal, afirmaram que virtuoso e feliz é o homem que vive de acordo com a natureza e a razão;
- II. Conforme a moral estoica, nossos juízos e paixões dependem de nós, e a importância das coisas provém da opinião que delas temos;
- III. Para o epicurismo, a felicidade é o prazer, mas o verdadeiro prazer é aquele proporcionado pela ausência de sofrimentos do corpo e de perturbações da alma;
- IV. Para Epicuro, não se deve temer a morte, porque nada é para nós enquanto vivemos e, quando ela nos sobrevém, somos nós que deixamos de ser;
- V. O ceticismo de Pirro sustentou que, porque todas as opiniões são igualmente válidas e nossas sensações não são verdadeiras nem falsas, nada se deve afirmar com certeza absoluta, e da suspensão do juízo advém a paz e a tranquilidade da alma.

Estão corretas apenas

- A) I, II e III
- B) III, IV e V
- C) I, III e V
- D) II e IV
- E) Todas estão corretas.

03. (UEL/2011) Leia o trecho da *Carta a Meneceu*.

“Nenhum jovem deve demorar a filosofar, e nenhum velho deve parar de filosofar, pois nunca é cedo demais nem tarde demais para a saúde da alma. Afirmar que a hora de filosofar ainda não chegou ou já passou é a mesma coisa que dizer que a hora ainda não chegou ou já passou; devemos, portanto, filosofar na juventude e na velhice para que enquanto envelhecemos continuemos a ser jovens nas boas coisas mediante a agradável recordação do passado, e para que ainda jovens sejamos ao mesmo tempo velhos, graças ao destemor diante do porvir. Devemos então meditar sobre tudo...”

Epicuro Carta de Epicuro a Meneceu

Para Epicuro, como se expressa na Carta a Meneceu, o objetivo da filosofia é:

- A) A felicidade do homem.
- B) A imparcialidade diante das decisões tomadas pelos homens.
- C) A areté própria do homem.
- D) O gozo imoderado dos prazeres mundanos.
- E) Estabelecer, refutar e defender argumentos tirados da bíblia.

04. (Simulado SFB/2017) Diálogo entre Yoda e Anakin Skywalker, em *Star Wars Episódio III – A vingança dos Sith*:

- Essas visões que você tem...
- São visões de dor... sofrimento... morte.
- De você falando está, ou de alguém que conhece?
- De alguém.
- Próximo a você?
- Sim.
- Cuidadoso deve ser quando sente o futuro, Anakin.

O medo da perda é um caminho para o Lado Negro.

- Não deixarei que essas visões se tornem realidade.
- Morte é uma parte natural da vida. Alegre-se por aqueles que ao seu redor na Força se transformam. Lamentar, jamais. Sentir falta, jamais. Laços emocionais levam ao ciúme. Na sombra da cobiça se transformam.
- O que devo fazer, Mestre Yoda?
- **Treine a si próprio para deixar ir tudo o que você tem medo de perder.**



usataro7123RF/EasyPix

Disponível em: <<https://papodehomem.com.br/>>.

Acesso em 26/03/2017

Após a leitura do diálogo anterior, é correto relacioná-lo à corrente filosófica do

- A) cinismo, por conta da ironia extrema praticada por Yoda em relação à vida e aos seres vivos que são mesquinhos e fracos.
- B) epicurismo, que compreende que a ideia de morte interfere no nosso cotidiano, logo ela deve ser encarada com naturalidade.
- C) ecletismo, haja vista que Anakin não entende que a felicidade do ser está relacionada com o tamanho da dor que ele pode ter.
- D) pirronismo, a partir do momento em que Anakin desconfia de que haja uma verdade sobre a noção da morte e de vida.
- E) estoicismo, pois Yoda ensina Anakin a usar a Força como um instrumento para alterar o destino, assim como a razão no *stoá*.

05. (UENP/2019) Leia o texto a seguir.

Durante o período helenístico – da morte de Alexandre Magno indo cristianismo adentro – homens das mais diversas classes sociais aderiram ao estoicismo, adotado como Filosofia. Em Roma tem-se os maiores representantes: Sêneca, Epicteto, Marco Aurélio. Unia-os a crença comum no poder do lógos, dirigente do universo e da vida dos homens. [...] Eram legítimos representantes de uma terapia apropriada às doenças da alma. [...] Como filosofia de vida, o estoicismo atravessou, vitorioso, dois milênios, e ainda hoje serve como alento para as agruras da existência humana. [...] Desprezo dos bens materiais, domínio de si, igualdade de todos os homens, sem distinção, tornaram-se ideias correntes, em meio ao povo. Isso contribuiu para reformular a mentalidade e formar uma nova concepção de eudaimonía. Suporte da moral estoica é o cumprimento do dever pelo dever, sem procurar glórias, sem temer críticas alheias.

Adaptado de ULMANN, R. A. *O estoicismo romano: Sêneca, Epicteto, Marco Aurélio*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, pp. 111-113.

Sobre a ética de Sêneca, assinale a alternativa correta.

- A) A causa da tranquilidade da alma é regular-se pela opinião dos outros naquilo que diz respeito à virtude.
- B) A prática da virtude é interesseira, intimamente vinculada ao prêmio e à recompensa em ter agido corretamente.
- C) A virtude coincide com o soberano bem, com o belo, com a moderação e com a honestidade.
- D) O bem, em cada ser humano, pode existir fora da virtude, do mesmo modo que o mal pode estar dentro dela.
- E) Os seres humanos nascem portando a virtude sem necessidade de conquistá-la a duras penas.

06. (Simulado Avalia-SFB/2018)

Um dos grandes méritos de Epicuro foi ter contribuído para libertar as pessoas do medo - sobretudo, da morte. Ao considerar o ser humano como uma entidade coesa, formada por um conjunto de átomos em movimento, Epicuro concebe o fim da vida como um processo tão inevitável quanto natural, descrito como a simples dissolução dessas partículas elementares - que, mais tarde, se reunirão novamente, dando origem a outros seres. Razão pela qual o filósofo sustenta: "A morte nada significa para nós". Ao contrário do que acreditavam Sócrates e Platão, ele justifica sua convicção: "A morte é uma quimera: porque enquanto eu existo, ela não existe; e quando ela existe, eu já não existo".

Disponível em: <<https://novaescola.org.br>>. Acesso em 01/02/2018.

- O conteúdo anterior possibilita fazer um elo entre Epicuro e
- A) Heráclito, dado que o movimento dialético se mostra como ilusório para os dois.
 - B) Sócrates, pois ambos acreditavam que a morte possuía o mesmo sentido.
 - C) Leucipo, já que os dois contavam com os movimentos das partículas.
 - D) Hiparquia, porque um e outro negavam qualquer forma de prazer.
 - E) Zenão, visto que este e aquele, notavam a morte como mutável.

07. (UEL/2003)

"Ao falarmos de helenismo, estamos normalmente nos referindo à civilização desenvolvida na Antiguidade a partir da Grécia Clássica e de sua cultura. Tal período, iniciado, para alguns autores, com o Império de Alexandre Magno no século IV a.C., marcou a transição da civilização grega para a romana.

Nesse sentido, o helenismo foi a expansão da cultura grega a partir do intercâmbio que o Império de Alexandre Magno promoveu entre essa cultura e a diversas civilizações orientais, como os egípcios e os persas".

SILVA, K. V. e SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo, Contexto, 2006 p.178.

De acordo com o texto, pode-se afirmar, sobre a cultura helênica, que

- A) Alexandre Magno promoveu um intercâmbio entre a cultura grega e as diversas culturas ocidentais.
- B) o helenismo tem seu início com Alexandre Magno, no século IV a.C., quando ele exterminou as culturas orientais dos lugares por onde passou.
- C) o intercâmbio promovido por Alexandre Magno aniquilou a cultura helenística.
- D) o helenismo surge da fusão da cultura helênica clássica grega com as diversas contribuições das culturas orientais, nas regiões onde ocorreram as conquistas de Alexandre Magno.
- E) o helenismo é apenas uma nova denominação da cultura clássica grega, que, sem alterações, Alexandre Magno difundiu por todo o seu império.

08. (Simulado-SFB/2017)

As filosofias do Período Helenístico, muito embora, diferenciem-se em suas fórmulas, todas elas pretendem oferecer a seus adeptos o mesmo benefício sob diferentes nomes, quer dizer, uma tranquilidade total e imperturbável contra todos os golpes e mudanças da Fortuna, contra a insegurança mutável e inconstante dos assuntos humanos.

ARMSTRONG, A. H. *Introducción a La Filosofia Antigua*. Buenos Aires: Eudeba, 2007.

Com base no texto citado e em suas leituras acerca da Filosofia Helenística, pode-se afirmar que

- A) a questão central da filosofia helenística é a afirmação de que as riquezas não são um bem para o homem, mas lhe causam sérias perturbações do espírito e lhe subtraem as possibilidades de felicidade.
- B) o cerne da filosofia helenística é a busca pela felicidade, que, nas diversas correntes, se revela como um elogio ao desapego pelos bens materiais e uma preparação prévia em relação aos males que a vida possibilita.
- C) o núcleo do raciocínio filosófico helenístico é a busca da Felicidade, que, sob a óptica estoica, passa pela procura da imperturbabilidade em relação aos fatos que escapam ao arbítrio do homem.
- D) o fundamento da filosofia helenística é a Ética, que, sob a óptica epicurista, expressa-se na valorização do homem e total e absoluto desprezo pela riqueza e as convenções sociais.
- E) a base principiológica da filosofia helenística é a ideia de que não devemos nos deixar enganar pelos momentos alegres da vida, uma vez que a morte é inevitável.

09. (UFPR/2008)

A FILOSOFIA COMO INVESTIGAÇÃO

Todos sabem que o cético duvida de tudo. E todos sabem que duvidar de tudo não tem sentido: as ideias céticas podem ser sedutoras, mas dizer que não sabemos nada, que não temos certeza de nada é algo exagerado, absurdo e autorrefutável. O ceticismo, usualmente, é tido como algo negativo, enquanto na filosofia, frequentemente é descrito como uma posição que deve ser desafiada, enfrentada e vencida.

Essa atitude negativa que se atribui ao filósofo cético, porém, não é mais que um aspecto incidental e parcial do ceticismo. Na verdade, tal dúvida universal é inventada por filósofos modernos. Por isso, muitos autores que lidam com a questão cética são responsáveis pela difusão de uma imagem do ceticismo que não faz plena justiça à tradição intelectual que lhe deu origem. Oswaldo Porchat, um dos mais importantes filósofos brasileiros, já disse que a filosofia moderna e contemporânea costuma recorrer a “caricatas figurações” da filosofia cética: “cada filósofo fabrica seu inimigo cético particular e atribui-lhe esdrúxulas doutrinas *ad hoc* forjadas de modo que melhor sejam refutadas”.

Quando nos defrontamos diretamente com os escritos e as ideias dos céticos, em especial dos céticos gregos antigos que sobreviveram ao tempo, encontramos uma imagem surpreendentemente rica e interessante do ceticismo, bem como uma maneira peculiar de questionar as doutrinas filosóficas. Há, assim, uma diferença crucial entre o cético moderno e o cético antigo. O primeiro lança uma dúvida radical sobre todos os domínios do conhecimento. Lembremo-nos, por exemplo, dos cenários onde são traçados os argumentos do sonho e do gênio maligno nas *Meditações de Descartes*: tenho o pensamento de que estou aqui, neste momento, sentado nesta cadeira, segurando uma folha de papel, mas posso estar sonhando ou sendo enganado por um deus poderoso. Por essa razão, uma questão central da epistemologia moderna é a seguinte: já que um pensamento que eu tomo como verdadeiro pode ser falso ou ilusório, o que deve ocorrer a um pensamento para lhe conferir a qualidade de conhecimento? O cético antigo, por sua vez, não supõe que todas as nossas crenças são ou podem ser simultaneamente falsas. A postura dubitativa do cético é ainda mais radical, pois a sua questão cética central não seria “é possível conhecer?” ou “como conhecemos?”, mas a pergunta mais fundamental: “temos alguma razão para acreditar?” [...]

SILVA FILHO, Waldomiro José da. *Cult* n. 116, ago. 2007.

Segundo o texto, qual é a principal diferença entre o ceticismo antigo e o moderno?

- A) Enquanto o ceticismo moderno é otimista, o antigo é pessimista.
- B) O ceticismo antigo tinha uma visão caricaturada do mundo, que foi modificada no moderno.
- C) O ceticismo antigo aplica-se a todos os domínios do conhecimento; o moderno é mais restrito.
- D) O ceticismo moderno questiona as condições do conhecimento; o antigo, se há por que crer.
- E) O ceticismo moderno é mais rico e interessante que o antigo.

10. (UFF/2010)

FILOSOFIA



O mundo me condena, e ninguém tem pena
Falando sempre mal do meu nome
Deixando de saber se eu vou morrer de sede
Ou se vou morrer de fome
Mas a filosofia hoje me auxilia
A viver indiferente assim
Nesta prontidão sem fim
Vou fingindo que sou rico
Pra ninguém zombar de mim
Não me incomodo que você me diga
Que a sociedade é minha inimiga
Pois cantando neste mundo
Vivo escravo do meu samba, muito embora vagabundo
Quanto a você da aristocracia
Que tem dinheiro, mas não compra alegria
Há de viver eternamente sendo escrava dessa gente
Que cultiva hipocrisia.

Noel Rosa

Assinale a sentença do filósofo grego Epicuro cujo significado é o mais próximo da letra da canção “Filosofia”, composta em 1933 por Noel Rosa, em parceria com André Filho.

- A) É verdadeiro tanto o que vemos com os olhos como aquilo que apreendemos pela intuição mental.
- B) Para sermos felizes, o essencial é o que se passa em nosso interior, pois é deste que nós somos donos.
- C) Para se explicar os fenômenos naturais, não se deve recorrer nunca á divindade, mas se deve deixá-la livre de todo encargo, em sua completa felicidade.
- D) As leis existem para os sábios, não para impedir que cometam injustiças, mas para impedir que as sofram.
- E) A natureza é a mesma para todos os seres, por isso ela não fez os seres humanos nobres ou ignóbeis, e, sim, suas ações e intenções.



Fique de Olho

EPICURISMO PARA OS NOSSOS DIAS

Liniker Santana

O século XX e o atual são palco de muitos avanços que mudaram os hábitos das pessoas de uma maneira nunca vista antes. De uma sociedade já industrial, mas ainda recatada do século XIX à sociedade do consumo e dos serviços do século XXI, vimos como o homem é capaz de reorganizar sua existência material, social e política. Percebemos ainda como pode produzir conhecimento numa escala astronômica, o que efetivamente só contribui com sua evolução nos aspectos já considerados. Embora estas questões ligadas à evolução do homem sejam em si dignas de aprofundamento, nossa proposta é refletir sobre outra questão: existe algo que orienta o homem atual no sentido de encontrar significado para sua vida?

Bom, para podermos nos posicionar em relação a esta questão, precisamos entender as circunstâncias que envolvem o homem moderno. Mais ocupado, mais ligado à aparência, mas seduzido pelos valores materiais, este homem tem se esbarado em algo que, embora já existisse em séculos passados, hoje está significativamente mais presente: a falta de sentido, de razão de ser da vida. O homem tem tudo, mas vive com a sensação existencial de que não tem nada, e isto acontece, pois a evolução material e social do homem não foi acompanhada pela necessidade de encarar o aspecto transitório da vida. Em tese, o mal do homem atual é não saber encarar seu estado de transitoriedade.

Voltando à Grécia Antiga, podemos encontrar uma proposta filosófico-moral para encarar esta questão e pensar sobre uma possível razão para a existência. Criado por Epicuro de Samos (séc. IV a.C.), o Epicurismo tem como eixo central a busca dos prazeres moderados como fonte da felicidade e da tranquilidade. Esta busca, concentrada no equilíbrio e no afastamento de tudo que cause a dor, contrasta com a maneira como muitas pessoas vivem em nossos dias. O equilíbrio consiste basicamente na busca racional por um prazer que não seja apenas transitório, mas pelo prazer do intelecto, o prazer do espírito, algo que de certo modo explique o “porquê” da existência humana. Epicuro propõe ainda que não devemos temer a morte, pois assim não teremos nossa felicidade “delimitada” pela angústia gerada por este medo.

De compreensão simples, a filosofia epicurista se constitui um caminho básico para aquilo que, para muitos, é a razão de se viver: a felicidade. O homem moderno, embora concentrado em buscar significado para a sua vida nos atos de consumo, na manutenção da aparência, no usufruto dos prazeres sensoriais, (embora estes em escala superior a necessária para o equilíbrio, podem trazer dor em vez de prazer) não consegue tornar a angústia do não-significado da vida menor.

É preciso ter em mente que a vida deve ser vivida em função do aqui e agora, não num viés de irresponsabilidade, mas numa perspectiva de “aproveitamento” do tempo, acerca do qual temos conhecimento de sua irreversibilidade. A proposta epicurista, então, estabelece-se como uma possibilidade de avanço em relação à angústia mencionada. Viver se trata de uma prioridade, usufruir moderadamente do que a vida oferece é uma necessidade, pois isso, segundo o pensador em apreço, levará o homem ao estado de ataraxia, ausência de perturbação.

Se a vida é curta e ainda assim muitas vezes seu significado não é encontrado, se concentrar em viver talvez seja uma maneira, digamos que racional, de no desenrolar da mesma, o seu significado vir a florescer.

Disponível em: <<https://correionoticia.com.br>>

A filosofia cristã comportou dois grandes períodos: o da Filosofia Patrística e o da Filosofia Escolástica.

Filosofia Patrística (séc. I ao VII)

É anterior ao início da Idade Média, mas é o período em que se faz a síntese da doutrina cristã e da filosofia grega, tendo forte influência para a filosofia medieval.

Inicia-se com as Epístolas de São Paulo e o Evangelho de São João. A Patrística vem dos apóstolos Paulo e João e também de padres da Igreja, que foram os primeiros dirigentes espirituais e políticos da Igreja após a morte dos apóstolos. Com o desenvolvimento do cristianismo, tornou-se necessário explicar seus preceitos às autoridades romanas e ao povo. Não podia ser pela força, mas tinha que ser pela conquista espiritual.

Os primeiros pensadores padres elaboraram textos sobre a fé e a revelação cristã. Buscaram conciliar o cristianismo ao pensamento filosófico dos gregos, pois somente com tal conciliação seria possível convencer e converter os pagãos da nova verdade. Tenta-se basear a fé em argumentos racionais.

A filosofia patrística liga-se, portanto, à tarefa religiosa da evangelização e à defesa da religião cristã contra os ataques teóricos e morais que recebia dos antigos. Divide-se em **Patrística Grega** (ligada à Igreja de Bizâncio) e **Patrística Latina** (ligada à Igreja de Roma), e seus nomes mais importantes foram: Justino, Tertuliano, Atenágoras, Orígenes, Clemente, Eusébio, Santo Ambrósio, São Gregório Nazianzo, São João Crisóstomo, Isidoro de Sevilha, Santo Agostinho, Beda e Boécio.

A patrística foi obrigada a introduzir ideias desconhecidas para os filósofos greco-romanos: a ideia de criação do mundo, de pecado original, de Deus como trindade una, de encarnação e morte de Deus, de juízo final ou de fim dos tempos e ressurreição dos mortos etc. Precisou também explicar como o mal pode existir no mundo, já que tudo foi criado por Deus, que é pura perfeição e bondade. Introduziu, sobretudo, com Santo Agostinho e Boécio, a ideia de “homem interior”, isto é, da consciência moral e do livre-arbítrio, pelo qual o homem se torna responsável pela existência do mal no mundo.

Para impor as ideias cristãs, os padres da Igreja as transformaram em verdades reveladas por Deus. Por serem decretos divinos, seriam dogmas, isto é, irrefutáveis e inquestionáveis. Dessa forma, **o grande tema de toda a Filosofia Patrística é o da possibilidade de conciliar razão e fé.**

Santo Agostinho de Hipona (354-430)

O principal nome da patrística é **Santo Agostinho**, bispo de Hipona, uma cidade no norte da África. Santo Agostinho retoma a dicotomia de Platão, mundo sensível e mundo das ideias (mundo perfeito), mas substitui o mundo das ideias pelo mundo divino, e para se alcançar o mundo divino (o mundo perfeito), era preciso seguir o caminho da fé.

Para Santo Agostinho, “o homem é uma alma racional que se serve de um corpo mortal e terrestre”; expressa assim um conceito antropológico básico. A alma possui duas razões: a razão inferior e a razão superior.

A **razão inferior** tem por objeto o conhecimento da realidade sensível e mutável: é a ciência, conhecimento que permite cobrir as nossas necessidades. A **razão superior** tem por objeto a sabedoria, isto é, o conhecimento das ideias, do inteligível, para se elevar até Deus. Nesta razão superior dá-se a iluminação de Deus.



BOTTICELLI, Sandro (1445-1510). *Santo Agostinho*, 1480. Afresco, 15,2 cm x 11,2 cm.

Ognissanti, Florença

Seção Videoaula



A Filosofia Helenística.

Aula
05

A História da Filosofia
(Razão e Fé na Idade Média)

C-1	H-11, 15
C-3	H-22, 23

2º Período: Filosofia Patrística (séc. I até o séc. VII)

A Idade Média compreende o período que vai da queda do Império Romano (séc. V) ao séc. XV. São 10 séculos ou mil anos de história, em que se consolida o Feudalismo, com a nobreza no poder.

Esse período é marcado pela força espiritual e política da Igreja Católica. A nobreza é ignorante, o conhecimento fica restrito aos mosteiros. A grande questão discutida é a relação entre a fé e a razão, entre filosofia e teologia.

Segundo sua **teoria da iluminação**, Deus nos dá o conhecimento das verdades eternas e ilumina a razão. A salvação individual depende da submissão total a Deus. Santo Agostinho ressalta a vinculação pessoal do homem com Deus, enquanto a Filosofia Grega identifica o homem com o cidadão e a política. Para ele, só é possível alcançar a verdade das coisas por meio da luz de Deus, no íntimo de nossa alma.

As obras de Santo Agostinho influenciaram muito o pensamento teológico da Igreja Católica. Sobretudo seus trabalhos mais conhecidos e de forte presença em todo o pensamento medieval: *Confissões* e *A Cidade de Deus*.

Nas *Confissões*, a sua obra de maior interesse literário, encontramos um diálogo contínuo com Deus, em que Santo Agostinho narra a sua vida – a trajetória de sua infância, juventude, maturidade –, formação intelectual, relações com a progenitora Mônica e, fundamentalmente, sua experiência espiritual que acompanha a sua conversão e autopenitência diante das seduções, devassidões e incertezas do mundo pagão. Esta autobiografia espiritual é famosa pela sua introspecção psicológica e pela profundidade e agudeza das suas especulações.

Em *A Cidade de Deus*, a sua obra mais ponderada, Santo Agostinho adota a postura de um filósofo da história universal em busca de um sentido unitário e profundo da história. A sua atitude é, sobretudo, moral: há dois tipos de homens, os que amam a si mesmos até ao desprezo de Deus (estes são a cidade terrena) e os que amam a Deus até ao desprezo de si mesmos (estes são a cidade de Deus). Cidade de Deus e Cidade dos Homens são duas dimensões claramente distintas na teoria agostiniana; a primeira caracterizada pelo amor a Deus acima de todas as coisas, e a segunda, pelo desvirtuamento que projeta o amor de si em um plano principal. A Cidade dos Homens não é exatamente a sociedade humana na Terra, tampouco a Cidade de Deus tem sua localização no céu. Os seres humanos, destinados à salvação, e os anjos que permanecem fiéis a Deus compõem a comunidade celestial, enquanto a comunidade terrena é formada por anjos decaídos e por homens que insistem no erro de amar as criaturas em desprezo ao Criador.

Santo Agostinho insiste na impossibilidade de o Estado chegar a uma autêntica justiça se não se reger pelos princípios morais do cristianismo. De modo que, na concepção agustiniana, se dá uma primazia da Igreja sobre o Estado. Por outro lado, há que ter presente que na sua época (séculos IV e V) o Estado romano está sumamente debilitado perante a Igreja.

3º Período: Filosofia Medieval (séc. VIII ao séc. XIV)

Filosofia Medieval é a forma como denominamos a filosofia que se desenvolveu na Europa entre os séculos VIII e XIV, no que historicamente é conhecido como a Idade Média; por isso chama-se medieval, para fazer alusão à época em que ela aconteceu. A maior característica deste período é a interferência da Igreja Católica em todas as áreas do conhecimento, e por este motivo tornou-se comum encontrarmos tanto temas religiosos como os próprios membros da Igreja fazendo parte dos filósofos que vieram a dar vida a este momento da história da filosofia.

Assim como a Filosofia Antiga, a Filosofia Medieval possuía suas características próprias, o que contribuía para que ela pudesse ser analisada não apenas por uma época diferente, mas também por uma forma de pensar mais analítica, que em sua grande maioria, era ligada a um mesmo foco, a religiosidade. As principais questões debatidas pelos filósofos medievais foram:

- A relação entre a razão e a fé;
- A existência e a natureza de Deus;
- Fronteiras entre o conhecimento e a liberdade humana;
- Individualização das substâncias divisíveis e indivisíveis.

O que podemos constatar é que os principais temas estão diretamente relacionados a fé, o que prova o argumento da intervenção da Igreja neste período da filosofia. Relacionar a fé, que é algo sem uma explicação lógica ou científica, com a razão, que busca o entendimento das coisas, era uma forma que a igreja tinha de tentar explicar o que até ali não tinha explicação. A existência e a natureza de Deus, para a filosofia, era algo complexo, pois se partimos do princípio de que a filosofia busca explicar as coisas desde o seu início, procurando formas de provar o que está sendo apresentado, agora era uma obrigação filosófica explicar a existência de Deus.

Neste período não era difícil encontrar pensadores que defendessem a tese de que fé e religião não deveriam estar subordinadas uma a outra, de que o indivíduo não precisaria ter sua fé ligada diretamente às racionalidades com as quais está acostumado a viver.

Aproximadamente a partir do século X, a Filosofia Medieval passa a ser conhecida como Escolástica. Surgem as universidades e os centros de ensino, e o conhecimento é guardado e transmitido de forma sistemática.

Filosofia Escolástica (séc. IX ao séc. XV)

Um fator muito importante para se compreender as mudanças que a filosofia passou do século III ao X foi que, com o avanço dos povos bárbaros e o conseqüente enfraquecimento e queda do Império Romano, as cidades europeias foram diminuindo de tamanho e importância. Assim, a filosofia, que até então se mostrara como uma prática urbana, teve que passar por inúmeras transformações para se adaptar a essa nova estrutura: ela iria se abrigar nos mosteiros.

Desta forma, é somente a partir do surgimento e consolidação das ordens monásticas e da estabilidade político-econômica que a Europa alcançara na virada do milênio que a Filosofia Escolástica será desenvolvida. A Igreja Romana, cada vez mais forte, dominava a Europa, organizava cruzadas, criava as primeiras universidades e escolas. No ano de 1070, o papa Gregório VII definiu que todas as comunidades monásticas e catedrais deveriam ter uma escola que ensinasse Gramática, Lógica, Retórica, Música, Geometria, Aritmética e Física. Essas “matérias” eram consideradas como preparatórias para o estudo da Teologia e Filosofia.

O pensamento desenvolvido nessas escolas foi denominado **Escolástica** e, aos poucos, foi se tornando algo como uma filosofia oficial da Igreja. Aristóteles aparece agora como a principal referência filosófica, sendo muitas vezes denominado simplesmente como “O Filósofo”, indicando a sua importância para a época. **Santo Anselmo** (1033-1109), **Santo Tomás de Aquino** (1225-1274) e **Guilherme de Ockham** (1300-1350) são alguns dos principais nomes da Escolástica.

O auge da Escolástica se dá com Santo Tomás de Aquino, no séc. XIII, que busca sua fundamentação na sabedoria de Aristóteles. A obra de Aristóteles – metafísica, lógica, científica, filosófica – passa a ser de grande interesse na época. Santo Tomás de Aquino vai desenvolver um sistema compatibilizando o aristotelismo e o cristianismo.

Há uma intensa retomada da Filosofia Grega, mas com o objetivo de compatibilizar e reinterpretar o conhecimento clássico de Aristóteles à luz das crenças religiosas.

Nesse período, a Igreja Católica consolidou sua organização religiosa e difundiu o cristianismo, preservando muitos elementos da cultura greco-romana. É a época feudal, em que a Igreja Católica surge como força espiritual, política, econômica e cultural. Apoiada em sua forte influência religiosa, a Igreja passou a exercer importante papel político na sociedade medieval; ampliou sua riqueza, tornando-se dona de quase um terço das terras da Europa e, no plano cultural, estabeleceu que a fé era o pressuposto da vida espiritual.

Fé significava a crença irrestrita às verdades reveladas por Deus. É a religião que vai fundamentar os princípios morais, políticos da sociedade medieval.

A principal discussão desse momento é a questão da razão e da fé, da filosofia e da teologia. As investigações científicas e filosóficas não poderiam contrariar as verdades estabelecidas pela fé católica. Nesse período surge propriamente a filosofia cristã, a **teologia**. Seu tema principal é a prova da existência de Deus e da imortalidade da alma, ou seja, a prova racional da existência do Criador e do espírito imortal, com o propósito de explicar a relação homem e Deus, razão e fé, corpo e alma, e o Universo como hierarquia de seres, onde os superiores – divinos – dominam os inferiores.

A doutrina cristã como um sistema unificado, racional e logicamente construído passou, também, por críticas e modificações. Ao final do período medieval (séc. XIV), surgem novos pensamentos que defendem a separação radical entre a razão e a fé, entre filosofia e teologia.

Com a crise do pensamento escolástico, surge um pensamento inovador, o Humanismo Renascentista e a Filosofia Moderna, com suas novas teorias filosóficas e científicas, resultando em profundas transformações no mundo europeu.

• Santo Tomás de Aquino (1225-1274)



Domínio Público

BARTOLOMMEO, Fra (1472-1517). *Tomás de Aquino*. Pintura.

É a figura mais destacada do pensamento cristão medieval. A filosofia de Tomás de Aquino é conhecida como tomismo. Sua obra é imensa, destacando-se, todavia, duas. Na **Suma Contra os Gentios**, defende a compatibilidade entre a razão e a fé, na qual procurou conciliar a filosofia aristotélica com os princípios do cristianismo em oposição à tendência que predominava na época e que adotava um cristianismo de inspiração neoplatônica. Na **Suma Teológica**, baseado no pensamento aristotélico, elabora os princípios da doutrina cristã em uma obra monumental; trata da natureza de Deus, da moralidade e da missão de Jesus. Nessas e em outras obras, deu corpo à visão cristã do mundo que foi ensinada nas universidades até meados do século XVII, e nas quais se incluíam as ideias científicas de Aristóteles. Seu objetivo maior: não contrariar a fé. Para isso, reviveu grande parte do pensamento aristotélico, com a finalidade de nele buscar elementos racionais que explicassem os principais aspectos da fé cristã.

Enfim, fez de Aristóteles um instrumento a serviço da religião católica, ao mesmo tempo que transformou essa filosofia em uma síntese original. Santo Tomás não adaptou a filosofia de Aristóteles ao cristianismo, mas sim fez uma sistematização da doutrina cristã.

A filosofia de Tomás de Aquino apresenta a importância do discurso sobre a essência, mas não deixa de afirmar que mais fundamental ainda é a especulação em torno do ser. Desse modo, a filosofia tomista aponta para a precedência do ser e, portanto, de Deus sobre as essências que passaram a existir graças à natureza do Criador.

Baseados no aristotelismo, os argumentos de Santo Tomás revalorizam o mundo natural, pois este é criação de Deus. É assim que podemos conhecer Deus: por meio de sua criação. Isso justifica o interesse pela investigação científica do mundo natural, que surge na época e vai transformar a Europa nos séculos seguintes.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2016 – 3ª Aplicação – PPL)

Enquanto o pensamento de Santo Agostinho representa o desenvolvimento de uma filosofia cristã inspirada em Platão, pensamento de São Tomás reabilita a filosofia de Aristóteles – até então vista sob suspeita pela Igreja –, mostrando ser possível desenvolver uma leitura de Aristóteles compatível com a doutrina cristã. O aristotelismo de São Tomás abriu caminho para o estudo da obra aristotélica e para a legitimação do interesse pelas ciências naturais, um dos principais motivos do interesse por Aristóteles nesse período.

MARCONDES, D. *Textos básicos de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

A Igreja Católica por muito tempo impediu a divulgação da obra de Aristóteles pelo fato de a obra aristotélica

- valorizar a investigação científica, contrariando certos dogmas religiosos.
- declarar a inexistência de Deus, colocando em dúvida toda a moral religiosa.
- criticar a Igreja Católica, instigando a criação de outras instituições religiosas.
- evocar pensamentos de religiões orientais, minando a expansão do cristianismo.
- contribuir para o desenvolvimento de sentimentos antirreligiosos, seguindo sua teoria política.

02. Enem/2018)

Desde que tenhamos compreendido o significado da palavra "Deus", sabemos, de imediato, que Deus existe. Com efeito, essa palavra designa uma coisa de tal ordem que não podemos conceber nada que lhe seja maior. Ora, o que existe na realidade e no pensamento é maior do que o que existe apenas no pensamento. Donde se segue que o objeto designado pela palavra "Deus", que existe no pensamento, desde que se entenda essa palavra, também existe na realidade. Por conseguinte, a existência de Deus é evidente.

AQUINO, Tomás de. *Suma teológica*. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

O texto apresenta uma elaboração teórica de Tomás de Aquino caracterizada por

- reiterar a ortodoxia religiosa contra os heréticos.
- sustentar racionalmente doutrina alicerçada na fé.
- explicar as virtudes teológicas pela demonstração.
- flexibilizar a interpretação oficial dos textos sagrados.
- justificar pragmaticamente crença livre de dogmas.

03. (Enem/2015 – 2ª Aplicação PPL)

Se os nossos adversários, que admitem a existência de uma natureza não criada por Deus, o Sumo Bem, quisessem admitir que essas considerações estão certas, deixariam de proferir tantas blasfêmias, como a de atribuir a Deus tanto a autoria dos bens quanto dos males. Pois sendo Ele fonte suprema da Bondade, nunca poderia ter criado aquilo que é contrário à sua natureza.

AGOSTINHO. *A natureza do Bem*. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005 (adaptado).

Para Agostinho, não se deve atribuir a Deus a origem do mal, porque

- por ser do bem, Deus não pode gerar o que lhe é contrário, o mal.
- o mal, enquanto princípio ontológico, independe de Deus.
- Deus apenas transforma a matéria, que é, por natureza, má.
- o surgimento do mal é anterior à existência de Deus
- Deus se limita a administrar a dialética existente entre o bem e o mal.

04. (Enem/2010 – 2ª Aplicação – PPL)

Quando Édipo nasceu, seus pais, Laio e Jocasta, os reis de Tebas foram informados de uma profecia na qual o filho mataria o pai e se casaria com a mãe. Para evitá-la, ordenaram a um criado que matasse o menino. Porém, penalizado com a sorte de Édipo, ele o entregou a um casal de camponeses que morava longe de Tebas para que o criasse. Édipo soube da profecia quando se tornou adulto. Saiu então da casa de seus pais para evitar a tragédia. Eis que, perambulando pelos caminhos da Grécia, encontrou-se com Laio e seu séquito, que, insolentemente, ordenou que saísse da estrada. Édipo reagiu e matou todos os integrantes do grupo, sem saber que entre eles estava seu verdadeiro pai. Continuou a viagem até chegar a Tebas, dominada por uma Esfinge. Ele decifrou o enigma da Esfinge, tornou-se rei de Tebas e casou-se com a rainha, Jocasta, a mãe que desconhecia.

Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org>>. Acesso em: 28 ago. 2010 (adaptado).

No mito Édipo Rei, são dignos de destaque os temas do destino e do determinismo. Ambos são características do mito grego e abordam a relação entre liberdade humana e providência divina. A expressão filosófica que toma como pressuposta a tese do determinismo é:

- A) “Nasci para satisfazer a grande necessidade que eu tinha de mim mesmo.” Jean Paul Sartre
- B) “Ter fé é assinar uma folha em branco e deixar que Deus nela escreva o que quiser.” Santo Agostinho
- C) “Quem não tem medo da vida também não tem medo da morte.” Arthur Schopenhauer
- D) “Não me pergunte quem sou eu e não me diga para permanecer o mesmo.” Michel Foucault
- E) “O homem, em seu orgulho, criou a Deus a sua imagem e semelhança.” Friedrich Nietzsche

05. (Simulado Avalia-SFB/2018)

O período histórico da Idade Média, compreendido entre os séculos V ao XV, foi marcado pelo predomínio do poder da Igreja Católica como força espiritual e política. Uma grande discussão ganhou destaque entre os intelectuais no referido momento histórico, a relação entre o conhecimento teológico e o conhecimento filosófico. Duas tendências filosóficas marcaram os estudos e debates acerca da relação entre teologia e filosofia: a Patrística e a Escolástica. Sobre este importante período histórico e as discussões abordadas pela Patrística e a Escolástica, assinale a alternativa correspondente:

- A) Agostinho foi o pensador de maior destaque da Escolástica e defensor da subordinação da fé a razão.
- B) Tomás de Aquino retomou a filosofia platônica, como forma de justificar a fé cristã através da razão.
- C) Os intelectuais desse período consideravam fé e razão irreconciliáveis, pois são formas de conhecimento antagônicas.
- D) Agostinho e Tomás de Aquino buscaram adaptar as ideias cristãs ao pensamento filosófico grego clássico.
- E) os pensadores da Escolástica e da Patrística buscavam conciliar fé e razão, mas para eles, a fé se sobrepõe à razão.



Exercícios Propostos

01. (Simulado Avalia-SFB/2018)

Da minha parte, declaro resolutamente e de todo o coração que, se me fosse pedido que escrevesse um livro para ser investido da mais alta autoridade, eu preferiria escrevê-lo de modo a que um leitor jamais pudesse encontrar, ressoando em minhas palavras, quaisquer verdades que ele fosse capaz de apreender. Preferiria escrever dessa maneira a impor um único significado verdadeiro tão explicitamente que excluísse todos os demais, ainda que eles não contivessem falsidade alguma que me pudesse desagradar.

Santo Agostinho, séc. IV d. C.

O autor anterior escreve acerca da própria atividade de escrever, associando essa tarefa a alguns valores e transparecendo que

- A) a literatura a que se refere não pode ser filosófica, pois afirma que a verdade – e a sua busca – não são importantes em seus textos.
- B) a sua literatura é senso comum, pois não expressa ideias completas e significantes, mas apenas uma sequência de pensamentos sem significados.
- C) seria melhor escrever um texto sem sentido que um texto com a pretensão de verdade definitiva.
- D) a mente humana é ilimitada, sendo capaz de explicar os fenômenos que nos cercam de forma racional e definitiva.
- E) a razão é o que faz do Homem um ser especial, capaz de pensar e interpretar o mundo ao seu redor, produzindo verdades inquestionáveis.

02. (Enem/2018)

Não é verdade que estão ainda cheios de velhice espiritual aqueles que nos dizem: “Que fazia Deus antes de criar o céu e a terra? Se estava ocioso e nada realizava”, dizem eles, “por que não ficou sempre assim no decurso dos séculos, abstendo-se, como antes, de toda ação? Se existiu em Deus um novo movimento, uma vontade nova para dar o ser a criaturas que nunca antes criara, como pode haver verdadeira eternidade, se n’Ele aparece uma vontade que antes não existia?”

AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

A questão da eternidade, tal como abordada pelo autor, é um exemplo da reflexão filosófica sobre a(s)

- A) essência da ética cristã.
- B) natureza universal da tradição.
- C) certezas inabaláveis da experiência.
- D) abrangência da compreensão humana.
- E) interpretações da realidade circundante.

03. (UFU/2008) Leia o trecho extraído da obra *Confissões*.

Quem nos mostrará o Bem? Ouçam a nossa resposta: Está gravada dentro de nós a luz do vosso rosto, Senhor. Nós não somos a luz que ilumina a todo homem, mas somos iluminados por Vós. Para que sejamos luz em Vós os que fomos outrora trevas.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões IX*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 4. 10. p.154. Coleção Os Pensadores.

Sobre a doutrina da iluminação de Santo Agostinho, marque a alternativa correta.

- A) A irradiação da luz divina faz com que conheçamos imediatamente as verdades eternas em Deus. Essas verdades, necessárias e eternas, não estão no interior do homem, porque seu intelecto é contingente e mutável.
- B) A irradiação da luz divina atua imediatamente sobre o intelecto humano, deixando-o ativo para o conhecimento das verdades eternas. Essas verdades, necessárias e imutáveis, estão no interior do homem.
- C) A metáfora da luz significa a ação divina que nos faz recordar as verdades eternas que a alma possuía antes de se unir ao corpo.
- D) A metáfora da luz significa a ação divina que nos faz recordar as verdades eternas que a alma possuía e que nela permanecem mediante os ciclos da reencarnação.

04. (Simulado Avalia-SFB/2018) Considere os textos a seguir.

"A evolução da natureza não é incompatível com a noção de criação, pois exige a criação de seres que evoluem. (...) A criação do mundo não é obra do caos, mas deriva de um princípio supremo que cria por amor. (...) O Big Bang não contradiz a intervenção criadora, mas a exige"

Papa Francisco durante discurso na Pontifícia Academia de Ciências. Disponível em: <<http://g1.globo.com/>> Adaptado

"As verdades da razão natural não contradizem as verdades da fé cristã. Se é verdade que a verdade da fé cristã ultrapassa as capacidades da razão humana, nem por isso, os princípios inatos naturalmente à razão podem estar em contradição com esta verdade sobrenatural".

Santo Tomás de Aquino, *Súmula contra os gentios*. Coleção *Os pensadores*, São Paulo. Abril Cultural, 1973, p. 70.

Relacionando os textos escritos em momentos diferentes de nossa história, pode-se concluir que

- A) o pensamento teológico teve sua importância na Idade Média, mas, em nossos dias, não tem relação com o pensamento filosófico.
- B) o discurso do Papa Francisco está em contradição com o pensamento de São Tomás de Aquino, refletindo a diferença de épocas.
- C) pelo seu discurso, o Papa Francisco, valoriza mais a razão do que a igreja medieval, representada pelos escritos de Santo Tomás de Aquino.
- D) o pronunciamento na Pontifícia Academia de Ciências procura complementar São Tomás de Aquino, pois este colocava a razão natural acima da fé.
- E) tanto o discurso do Papa na Pontifícia Academia de Ciências como o pensamento de São Tomás de Aquino procuram conciliar os pensamentos sobre fé e razão.

05. (UFF/2012) A grande contribuição de Tomás de Aquino para a vida intelectual foi a de valorizar a inteligência humana e sua capacidade de alcançar a verdade por meio da razão natural, inclusive a respeito de certas questões da religião. Discorrendo sobre a "possibilidade de descobrir a verdade divina", ele diz que há duas modalidades de verdade acerca de Deus. A primeira refere-se a verdades da revelação que a razão humana não consegue alcançar, por exemplo, entender como é possível Deus ser uno e trino. A segunda modalidade é composta de verdades que a razão pode atingir, – por exemplo, que Deus existe.

A partir dessa citação, indique a afirmativa que melhor expressa o pensamento de Tomás de Aquino.

- A) A fé é o único meio do ser humano chegar à verdade.
- B) O ser humano só alcança o conhecimento graças à revelação da verdade que Deus lhe concede.
- C) Mesmo limitada, a razão humana é capaz de alcançar certas verdades por seus meios naturais.
- D) A filosofia é capaz de alcançar todas as verdades acerca de Deus.
- E) Deus é um ser absolutamente misterioso, e o ser humano nada pode conhecer d'Ele.

06. (PUC-Campinas/2012)

Preparando seu livro sobre o imperador Adriano, Marguerite Yourcenar encontrou numa carta de Flaubert esta frase: "Quando os deuses tinham deixado de existir e o Cristo ainda não viera, houve um momento único na história, entre Cícero e Marco Aurélio, em que o homem ficou sozinho". Os deuses pagãos nunca deixaram de existir, mesmo com o triunfo cristão, e Roma não era o mundo, mas no breve momento de solidão flagrado por Flaubert o homem ocidental se viu livre da metafísica – e não gostou, claro. Quem quer ficar sozinho num mundo que não domina e mal compreende, sem o apoio e o consolo de uma teologia, qualquer teologia?

Luiz Fernando Veríssimo. *Banquete com os deuses*.

A compreensão do mundo por meio da religião é uma disposição que traduz o pensamento medieval, cujo pressuposto é

- A) o antropocentrismo: a valorização do homem como centro do Universo e a crença no caráter divino da natureza humana.
 - B) a escolástica: a busca da salvação através do conhecimento da filosofia clássica e da assimilação do paganismo.
 - C) o panteísmo: a defesa da convivência harmônica de fé e razão, uma vez que o Universo, infinito, é parte da substância divina.
 - D) o positivismo: submissão do homem aos dogmas instituídos pela Igreja e não questionamento das leis divinas.
 - E) o teocentrismo: concepção predominante na produção intelectual e artística medieval, que considera Deus o centro do Universo.
07. (UFFS/2010) A respeito daquilo que Santo Tomás de Aquino pensa sobre a relação entre fé e razão, através da correlação entre teologia e filosofia, assinale a alternativa correta.
- A) A filosofia pode contestar a teologia.
 - B) A teologia, de acordo com a filosofia, determina Deus como uma ideia reguladora da razão.
 - C) A teologia tem de se subordinar à filosofia.
 - D) Não há nenhuma relação entre fé e razão.
 - E) A fé orienta a razão.

08. (UFU/2004) Em *O ente e a essência*, Tomás de Aquino argumenta sobre a existência de Deus, refutando teses de outras doutrinas da filosofia escolástica. Com esse propósito, ele escreveu:

“Tampouco é inevitável que, se afirmarmos que Deus é exclusivamente ser ou existência, caiamos no erro daqueles que disseram que Deus é aquele ser universal, em virtude do qual todas as coisas existem formalmente. Com efeito, este ser que é Deus é de tal condição, que nada se lhe pode adicionar. [...] Por este motivo afirma-se no comentário à nona proposição do livro *Sobre as Causas*, que a individuação da causa primeira, a qual é puro ser, ocorre por causa da sua bondade. Assim como o ser comum em seu intelecto não inclui nenhuma adição, da mesma forma não inclui no seu intelecto qualquer precisão de adição, pois, se isto acontecesse, nada poderia ser compreendido como ser, se nele algo pudesse ser acrescentado.”

AQUINO, Tomás. *O ente e a essência*. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 15. Coleção Os Pensadores.

Tomás de Aquino está seguro de que nada se pode acrescentar a Deus, porque

- A) sua essência composta de essência e existência é autossuficiente para gerar indefinidamente matéria e forma, criando todas as coisas.
 - B) sua essência simples é gerada incessantemente, embora não seja composta de matéria e forma, multiplica-se em si mesmo na pluralidade dos seres.
 - C) é essência divina, absolutamente simples e idêntica a si mesma, constituindo-se, necessariamente, uma essência única.
 - D) é ser contingente, no qual essência e existência não dependem do tempo, por isso, gera a si mesmo eternamente, dando existência às criaturas.
09. (UFF/2011) Na Idade Média, se considerava que o ser humano podia alcançar a verdade por meio da fé e também por meio da razão. Ao mesmo tempo, o poder religioso (Igreja) e o poder secular (Estado) mantinham relacionamento político tenso e difícil. O filósofo Tomás de Aquino desenvolveu uma concepção destinada a conciliar FÉ e RAZÃO, bem como IGREJA e ESTADO. De acordo com as ideias desse filósofo,
- A) o Estado deve subordinar-se à Igreja.
 - B) a Igreja e o Estado são mutuamente incompatíveis.
 - C) a Igreja e o Estado devem fundir-se numa só entidade.
 - D) a Igreja e o Estado são, em certa medida, conciliáveis.
 - E) a Igreja deve subordinar-se ao Estado.

10. (IF-AL/2009) Durante a Idade Média, a questão dos universais foi um dos grandes problemas debatidos pelos filósofos da época. Realismo, conceitualismo e nominalismo foram as soluções típicas do problema. Outra preocupação da época foi o da possibilidade ou impossibilidade de conciliar fé e razão. Santo Agostinho, sobre a relação fé e razão, protagonizou uma tese que se pode resumir na frase: “Credo ut intelligam” Creio para entender.

- I. O apogeu da patrística aconteceu no século XIII com Santo Tomás de Aquino (1225 -1274), que, retomando o pensamento de Platão, fez a síntese mais bem elaborada da filosofia com o cristianismo durante a Idade Média;
- II. O pensamento filosófico medieval, a partir do século IX, é chamado de escolástica. A filosofia escolástica tinha por problema fundamental levar o homem a compreender a verdade revelada pelo exercício da razão, contudo apoiado na *Auctoritas*, seja da Bíblia, seja de um padre da Igreja;

Com base em seus conhecimentos sobre a questão dos universais e da filosofia medieval, identifique as proposições verdadeiras:

- III. Para os nominalistas, o universal é apenas um conteúdo de nossa mente, expresso por um nome. O que significa dizer que os universais são apenas palavras, sem nenhuma realidade específica correspondente;
- IV. No conceitualismo de Pedro Abelardo, os universais são conceitos, entidades mentais, que não existem na realidade, nem são meros nomes;
- V. De acordo com a teoria da iluminação de Santo Agostinho, o ser humano recebe de Deus o conhecimento das verdades eternas. Tal como o sol, Deus ilumina a razão e torna possível o pensar correto. Em verdade, Santo Agostinho não conflita a fé com a razão, sendo esta última auxiliar e subordinada da fé.

Assinale a alternativa que contém as afirmativas verdadeiras:

- A) I, II e III
- B) I, III e V
- C) II e V
- D) I, II e IV
- E) II, III, IV e V



Fique de Olho

CONFLITO ENTRE FÉ E RAZÃO

David de Oliveira Rios Neto

A cultura ocidental gerou um acontecimento desconhecido em outras culturas com o rompimento entre *mythos* e *logos*. Esse acontecimento foi o conflito entre a fé e a razão. Pois enquanto que para a alma religiosa, há um Deus; para a razão, é preciso provar sua existência.

Para o religioso Deus é um ser perfeito, bom e misericordioso, no entanto justo, punindo os maus e recompensando os bons. Para a razão, Deus é uma substância infinita, mas é preciso provar que sua essência é constituída por um intelecto onisciente e uma vontade onipotente.

O homem religioso crê na presença e no poder de Deus atuando materialmente sobre o mundo, realizando milagres. Porém, para a razão, é preciso provar racionalmente que é possível uma ação do espírito sobre a matéria. A racionalidade da cultura ocidental afetou a própria religião. Para competir com a razão e suplantá-la, a religião precisou oferecer-se na forma de provas racionais, teses, conceitos, teorias. Surgi então a teologia, ciência sobre Deus.

Transformando os textos da história sagrada em doutrina, coisa que nenhuma outra religião fez. Apesar de todas as transformações que a religião passou, há coisas que jamais serão comprovadas racionalmente, o que irá gerar questionamento sempre. A Filosofia e a ciência acusam a religião de dogmatismo, atraso, superstição e intolerância, enquanto a religião acusa a razão e a ciência de ateísmo e heresia.

Tomás de Aquino, Filósofo da Idade Média, afirmou ser possível provar racionalmente a existência de Deus, para isso ele desenvolveu as chamadas **cinco vias**. As cinco vias são provas *a posteriori*, que têm como ponto de partida as criaturas enquanto entes causados para se atingir como termo de chegada à necessidade da existência de Deus; são demonstrações metafísicas (causalidade do ser) e não científico-positivas (causalidade apenas dos fenômenos), mesmo partindo da experiência sensível e, aplicando o princípio da causalidade, mostram ser impossível se proceder ao infinito na cadeia de causas.

1ª via - Primeiro Motor Imóvel

Nossos sentidos atestam, com toda a certeza, que neste mundo algumas coisas se movem. Tudo o que se move é movido por alguém, é impossível uma cadeia infinita de motores provocando o movimento dos movidos, pois do contrário nunca se chegaria ao movimento presente, logo há que ter um primeiro motor que deu início ao movimento existente e que por ninguém foi movido, e um tal ser todos entendem: é Deus. O movimento aqui é considerado no sentido metafísico, isto é passagem da potência - como sendo aquilo que uma coisa pode vir a ser, para o ato - aquilo que a coisa é no momento. Deus é ato puro e não sofre mudança o seu Ser confunde-se com o Agir.

2ª via - Causa Primeira ou Causa Eficiente

Decorre da relação "causa-e-efeito" que se observa nas coisas criadas. Não se encontra, nem é possível, algo que seja a causa eficiente de si próprio, porque desse modo seria anterior a si próprio: o que é impossível. É necessário que haja uma causa primeira que por ninguém tenha sido causada, pois a todo efeito, é atribuída uma causa, do contrário não haveria nenhum efeito pois cada causa pediria uma outra numa sequência infinita e não se chegaria ao efeito atual. Logo é necessário afirmar uma Causa eficiente Primeira que não tenha sido causada por ninguém. Esta Causa todos chamam Deus. Assim se explica a causa da existência do Universo.

3ª via - Ser Necessário e Ser Contingente

Existem seres que podem ser ou não ser, chamados de contingentes, isto é, cuja existência não é indispensável e que podem existir e depois deixar de existir. Todos os seres que existem no mundo são contingentes, isto é, aparecem, duram um tempo e depois desaparecem. Mas, nem todos os seres podem ser desnecessários se não o mundo não existiria, alguma vez nada teria existido, logo é preciso que haja um Ser Necessário e que fundamente a existência dos seres contingentes e que não tenha a sua existência fundada em nenhum outro ser. Igualmente, tudo o que é necessário tem, ou não, a causa da sua necessidade de um outro. Aqui também não é possível continuar até o infinito na série das coisas necessárias que têm uma causa da própria necessidade. Portanto, é necessário afirmar a existência de algo necessário por si mesmo, que não encontra em outro a causa de sua necessidade, mas que é causa da necessidade para os outros: o que todos chamam Deus. Do Nada não surge e nem advém o Ser. Como se observa que as coisas existem, não pode ter havido um momento de Nada Absoluto, pois daí não se brotaria a existência de algo ou coisa alguma.

4ª via - Ser Perfeito e Causa da Perfeição dos demais

Verifica-se que há graus de perfeição nos seres, uns são mais perfeitos que outros, o universo está ontologicamente hierarquizado - seres racionais corpóreos, animais, vegetais e inanimados) qualquer graduação pressupõe um parâmetro máximo, logo deve existir um ser que tenha este padrão máximo de perfeição e que é a Causa da Perfeição dos demais seres.

5ª via - Inteligência Ordenadora

Existe uma ordem admirável no Universo que é facilmente verificada, ora toda ordem é fruto de uma inteligência ordenadora, não se chega à ordem pelo acaso e nem pelo caos, logo há um ser inteligente que dispôs o universo na forma ordenada. Com efeito aquilo que não tem conhecimento não tende a um fim, a não ser dirigido por algo que conhece e que é inteligente, como a flecha pelo arqueiro. Logo existe algo inteligente pelo qual todas as coisas naturais são ordenadas ao fim, e a isso nós chamamos Deus.

Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/>>

Seção Videoaula

Razão e Fé.

Aula
06

A História da Filosofia
(Renascimento e Modernidade)

C-1	H-14, 15
C-3	H-22, 23

4º Período: Filosofia da Renascença (séc. XIV ao séc. XVI)

Surgiu entre os séculos XV e XVI, em uma época conhecida como Renascença ou **Humanismo Renascentista**, que não apenas influenciou a filosofia, mas seus ideais foram determinantes também nas artes plásticas, valorização do homem – liberdade e criatividade; é o momento em que se rompe com a visão sagrada e teológica na arte, no pensamento, na política, na literatura e em toda a sociedade.

Esse foi um período de transformação cultural na mentalidade da sociedade europeia, durante a passagem do feudalismo para o capitalismo mercantil, a ascensão da burguesia e o descobrimento de novos continentes, além das reformas religiosas (luteranismo, calvinismo, anglicanismo).

Contrariamente às Filosofias Patrística e Medieval, a Filosofia da Renascença liberta-se do jugo da Igreja, baseando seus princípios na racionalização e na ciência. Outro diferencial é que passa da teologia para o antropocentrismo, que significou a ruptura com a tradição anterior cristã (fundamentada em Deus), e passou-se a valorizar o homem ao invés da espiritualidade por si só. Sendo assim, ocorre a revalorização da filosofia greco-romana. Valoriza-se o homem e rompe-se com o pensamento teocêntrico (Deus como o centro de tudo) e a ciência antiga. Revela-se, desta forma, uma filosofia revolucionária, por ser contra os poderes da Igreja e do imperialismo.

A Idade Moderna traz a proposta de uma nova ordem, rejeitando a autoridade imposta pelos costumes e pela hierarquia (da nobreza e da Igreja), em favor da recuperação do que há de virtuoso, intuitivo e espontâneo na natureza humana. Surge um novo estilo com nova temática.

É o momento de novos pensadores e artistas, tais como Leonardo da Vinci, William Shakespeare, Rafael, Maquiavel, Michelangelo, Montaigne, Dante, Marcílio Ficino, Giordano Bruno, Campanella, Erasmo, Tomás Morus, Jean Bodin, Kepler e Nicolau de Cusa etc.

Essas transformações na maneira de pensar e ver o mundo são resultado de várias condições históricas no mundo europeu. Entre elas, pode-se destacar:

- O Humanismo Renascentista (séc. XV);
- A descoberta do Novo Mundo (séc. XV);
- A Reforma Protestante (séc. XVI);
- A revolução científica (séc. XVII);
- Desenvolvimento do mercantilismo e ruptura da economia feudal;
- Grandes núcleos urbanos e a invenção da imprensa.

O Humanismo Renascentista (séc. XV)

Nasceu na península Itálica, sendo um período de transição entre a Idade Média e a Moderna. Rompeu com a filosofia cristã da escolástica medieval e valoriza o saber dos gregos antigos, retomando a concepção do **humanismo**.

O período medieval, anterior, foi marcado por uma forte visão hierárquica e religiosa de mundo, em que a arte está voltada para o sagrado, filosofia está vinculada à teologia e à problemática religiosa.

O **homem** e seus atributos de **liberdade** e **razão** passam a ser importantes novamente, e não apenas o mundo divino.

Nas artes predominam os temas pagãos, afastados da temática religiosa. É a arte voltada para o homem comum, não mais reis e santos. Valoriza-se o corpo e a dignidade humana.

Destacam-se:

- **Thomas Morus (1477-1535):** *Utopia*, que em grego significa “lugar que não existe”, é o nome de uma obra literária escrita por Thomas Morus (ou Thomas More), sendo esta caracterizada na atualidade como uma viva amostra do humanismo do Renascimento. Esta descreve-nos a forma e a essência de uma concepção teórica de um Estado perfeito, onde a liberdade religiosa seria o comum do cotidiano coletivo.

Acreditam alguns críticos que foi ao pensar na sociedade em que viveu que Morus publicou, em 1516, a obra de ficção que constitui uma verdadeira crítica social, política e religiosa à sua época, a Inglaterra dominada pelo rei Henrique VIII. Nela apresenta-nos uma ilha imaginária onde todos vivem em harmonia e trabalham em favor do bem comum. Desde então o termo “utopia” está associado a fantasia, sonho, fortuna e bem-estar, que são aspectos formadores do ambiente utópico onde se desenvolveu a sociedade utopiana, em um país chamado Utopia ou Ilha da Utopia que era dominada pelo rei Utopus: “Os habitantes da Utopia aplicam aqui o princípio da posse comum. Para abolir a ideia da propriedade individual e absoluta, trocam de casa a cada dez anos e tiram à sorte da que lhes deve caber na partilha.”

Utopia é uma obra que, apesar de ter sido pensada no mundo do período renascentista, apresenta questões bem atuais, anseios de acomodação e resolução de problemas que ainda hoje são vividos pelas sociedades da América Latina, África e Ásia. A ausência da miséria, do desemprego, dos impostos altos e a valorização do trabalhador são algumas das principais metas que já naqueles tempos se desejavam alcançar, e que perduram ainda hoje sem que sejam (totalmente) concretizadas:

“Eis o que invencivelmente me persuade que o único meio de distribuir os bens com igualdade e justiça, e de fazer a felicidade do gênero humano, é a abolição da propriedade. Enquanto o direito de propriedade for o fundamento do edifício social, a classe mais numerosa e mais estimável não terá por quinhão senão miséria, tormentos e desesperos.”

MORUS, Thomas. *Utopia*. São Paulo: L&PM, 1997, pág. 81

Em síntese, *A Utopia* defende a tolerância religiosa, critica o autoritarismo dos reis e da Igreja, favorecendo a razão e a virtude natural.

- **Nicolau Maquiavel (1469-1527):** Há mais de 500 anos (1513), Maquiavel escreveu *O Príncipe*. O livro passou de proscrito a célebre. Seu autor, de renegado, passou a ser reverenciado, inaugurando o pensamento moderno da política, em que faz uma análise do poder como fato político, independente das questões morais.



Antes de Maquiavel, os tratados sobre política eram todos envolvidos em uma moral cristã, sendo a única maneira concebível de se governar propostas por leituras de textos religiosos. Ele rompe com a tradição, separando a moral da política. Se antes o príncipe era um coadjuvante na política frente ao poder do deus cristão, agora o soberano tornou-se atuante sendo quase como uma divisão das ações, o que foi um grande avanço.

O livro, escrito de maneira bem organizada e direta, funciona quase como um guia de autoajuda aos governantes, explicando passo a passo a melhor maneira de manter-se no poder.

Dois conceitos muito utilizados dentro da obra do autor são **virtú** e **fortuna**. *Virtú* pode ser entendido como força, potência, merecimento ou competência de um governante em conquistar ou/ manter o poder fazendo o que for preciso, diante das necessidades, para alcançar um objetivo. Já fortuna pode ser entendida por sorte; alguém que por força do acaso (ou de Deus, como cita Maquiavel) conquiste o poder ou/ e o mantenha graças aos acasos do “destino”.

Para Maquiavel o príncipe deve, após tomar o poder, procurar de todas as formas mantê-lo. Para isso o autor defende o medo como arma de lealdade, pois, o amor pode em pouco tempo se transformar em frustração enquanto o temor é mantido pelo receio do castigo.

Entretanto, o príncipe deve evitar de todas as maneiras cabíveis ser odiado por seus súditos. O ódio do povo ocorre quando se ataca a honra e a propriedade destes, salvo isto, um príncipe pode seguir reinando, sendo temido por seus súditos, mas não odiado por eles.

O capítulo XVIII pode não ser o mais importante da obra, nem o mais original, mas ele resume em algumas poucas palavras todo o espírito da obra. Sempre que ela é evocada, vem à tona a máxima de Maquiavel de que “os fins justificam os meios” e é justamente neste capítulo que ela se apresenta da seguinte forma:

“nas nações de todos os homens, principalmente os príncipes, o que importa são os fins e, sejam quais forem os meios empregados, serão sempre honrados e louvados”.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução Maria Júlia Goldwasser – 2ª. edição – São Paulo: Martins.

A Descoberta do Novo Mundo (séc. XV)

Outro fator importante que levou à mudança do pensamento moderno foi a descoberta do Novo Mundo, pois revelou a falsidade e fragilidade da geografia antiga, o desconhecimento da flora e fauna encontradas. Revelou também a falta de conhecimento de outros povos e culturas. Muita coisa precisava ser reformulada.

A ciência antiga perde a autoridade, é questionada, pois nada explica sobre a nova realidade e suas narrativas. Acreditava que a “terra era plana”, desconhecem os novos habitantes dessas terras descobertas, sua natureza, sua origem, sua cultura, tão distintas da europeia.

A Reforma Protestante (séc. XVI)

Martinho Lutero contesta a autoridade da Igreja marcada pela corrupção e passa a valorizar a consciência individual de buscar a própria fé, sem ser pela imposição das verdades dogmáticas. Rompe com a Igreja Católica e funda a Igreja Protestante, e representa, assim, a defesa da liberdade individual e da consciência em lugar da certeza, em que o indivíduo é capaz de encontrar sua própria verdade religiosa.

A **Reforma Protestante**, portanto, surge para questionar e aprofundar a crise moral pela qual passava a Igreja Católica, e também surgiu como expressão do absolutismo; este via no centralismo romano um entrave ao processo do lucro e do pleno desenvolvimento das ideias renascentistas.

“Crise moral da Igreja Católica, acúmulo de grandes propriedades, lucros com as vendas de títulos e indulgências, em suma: “vida desregrada, opulência, luxo, venda de relíquias sagradas – lascas da cruz de Cristo às toneladas, dezenas de tábias do jumento de São José –, etc.”.

VICENTINO, Cláudio. *História geral*. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 1993. Pág. 197.

Em 1517, Lutero, revoltado, fixa as **95 teses** na porta de sua igreja. Em 1520, o **Papa Leão X** condenou Lutero; este, em resposta, queima a bula papal em plena praça pública, sendo então, excomungado. Nega-se a se retratar, é então considerado herege e só não foi queimado vivo por contar com o apoio de nobres e príncipes da Saxônia.

Variantes do protestantismo: Na Suíça, foi **Calvino** (um francês) quem introduziu as ideias do protestantismo com o nome de calvinismo; na Escócia, o calvinismo foi introduzido por **John Knox** e seus seguidores chamados de presbiterianos; na França, serão chamados huguenotes; e, na Inglaterra, ficarão conhecidos como **puritanos**.

Em 1520, devido à expansão das ideias reformistas de Lutero e seus seguidores (incluídos aí os anabatistas), Carlos V (imperador católico) convocou nova assembleia, a *Dieta de Spira*, que decidiu tolerar a doutrina luterana nas regiões convertidas, mantendo, porém, a proibição no restante do país. Os luteranos protestaram contra essas medidas, sendo chamados a partir de então de **protestantes**.

Em 1555, surge um acordo com Roma – *A Paz de Augsburg* –, no qual cada príncipe tinha o direito de escolher a sua religião, bem como a de seus súditos.



A Revolução Científica (séc. XVII)

Outro fator essencial desse processo de transformação é a revolução científica, que significou o ponto de partida para a ciência nos moldes que conhecemos hoje.

Nicolau Copérnico, no século XVI, vai defender matematicamente que a Terra gira em torno do Sol, rompendo com o sistema geocêntrico de **Ptolomeu** (séc. II) e inspirado em **Aristóteles**.

A teoria do geocentrismo vigorava há quase vinte séculos e era a maneira pela qual o homem antigo e medieval via a si mesmo e ao mundo. A ciência moderna surge quando se torna mais importante observar e experimentar, ao contrário da visão antiga que partia de princípios estabelecidos e dogmáticos.

É um processo de transição e não uma ruptura radical. Ao longo desse processo, surgem **Galileu** e **Isaac Newton**, entre outros, que vão transformar a visão científica do século XVII seguinte.

O rompimento com a ciência antiga revelou uma concepção de distinto do universo antigo, que é fechado, finito e geocêntrico. A nova ciência propõe o modelo heliocêntrico, e o universo é infinito.

A ciência é ativa, valoriza a observação e o método experimental, uma ciência e técnica. A ciência antiga é contemplativa, separa ciência e técnica.

No século XVII, a filosofia e a ciência se separam. **Galileu**, usando um telescópio, demonstra o modelo desenvolvido por Copérnico, pelo que será interpelado pela Igreja.

A revolução científica pode ser considerada uma grande realização do espírito crítico humano, e acaba concentrando sua atenção na natureza do universo, na ciência da natureza.

Entre os principais pensadores daquele momento, destacam-se:

- **Nicolau Copérnico (1473-1543)**, um sacerdote polonês, propôs a teoria heliocêntrica, que atingia a concepção medieval cristã de que o homem é o ser supremo da criação divina e que, por isso, a Terra é o centro do Universo.
- **Giordano Bruno (1548-1601)** leva adiante a ideia de Copérnico e desenvolve a concepção de universo infinito. É condenado e morre queimado vivo na fogueira.

- **Galileu Galilei (1564-1642)** nasceu na Itália e é considerado o fundador da física moderna. Defendeu as explicações do Universo a partir da teoria heliocêntrica e rejeitou a física de Aristóteles, adotada como verdade absoluta pelo cristianismo. Contribuiu com descobertas científicas, como o aperfeiçoamento do telescópio, e com uma nova postura metodológica de investigação científica: observação, experimentação, uso da linguagem matemática. Questionava a Bíblia e os dogmas tradicionais da Igreja, sendo julgado pelo Tribunal da Inquisição e condenado à fogueira ou a renegar suas concepções científicas. Optou por se retratar, mas continuou fiel às ideias e publicou clandestinamente uma obra que contrariava os dogmas cristãos.
- **Isaac Newton (1643-1727)** nasceu na Inglaterra, físico e matemático, continuou a revolução científica que deu origem à física clássica. Fala de um universo ordenado, como uma grande máquina. Além de física, matemática, filosofia e astronomia, estudou também alquimia, astrologia, cabala, magia e teologia, e era um grande conhecedor da Bíblia. Considerava que todos esses campos do saber poderiam contribuir para o estudo dos fenômenos naturais. Suas investigações experimentais, acompanhadas de rigorosa descrição matemática, constituíram-se modelo de uma metodologia de investigação para as ciências nos séculos seguintes.

Desenvolvimento do mercantilismo e ruptura da economia feudal

O mercantilismo antecede ao desenvolvimento da indústria e trouxe novas necessidades com o surgimento da burguesia, diferentes dos interesses da nobreza.

A Europa viu nascer e florescer uma classe de pessoas que, diferentemente dos antigos nobres e senhores de terras, não estava enriquecendo à custa da produção agrícola e nem no acúmulo de terras. Essa nova classe, a burguesia, começava a ganhar muito dinheiro com a expansão comercial, que genericamente pode ser chamada de mercantilismo.

O mercantilismo foi, como sabemos, responsável pelo enriquecimento europeu, pela consolidação das monarquias absolutistas, mas foi igualmente responsável pela ascensão da burguesia, a qual, a partir dos lucros gerados pela riqueza mercantil, foi-se tornando cada vez mais rica e independente da prática do Estado.

Assim, configurou-se a natureza contraditória do Estado absolutista. As mesmas práticas que levaram ao seu fortalecimento levaram também à ascensão da camada que acabou por destruí-lo.

Essa burguesia ascendente já não aceitava mais o absolutismo e a intervenção do Estado na economia, consubstanciada nos princípios mercantilistas, nem os privilégios cada vez mais onerosos da nobreza, pagos com o dinheiro gerado pela ação econômica burguesa.

Grandes núcleos urbanos e a invenção da imprensa

Surgimento dos grandes centros urbanos levou a novos valores e necessidades, e a invenção da imprensa permitiu que as ideias pudessem ser publicadas e difundidas.

5º Período: Filosofia Moderna (séc. XVII até meados do séc. XVIII)

Cognição é o ato ou processo de conhecer, que envolve atenção, percepção, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem; a palavra tem origem nos escritos de Platão e Aristóteles. *Cognitio*, que significa a aquisição de um conhecimento através da percepção, é o conjunto dos processos mentais usados no pensamento e na percepção, também na classificação, reconhecimento e compreensão para o julgamento por meio do raciocínio para o aprendizado de determinados sistemas e soluções de problemas. De uma maneira mais simples, podemos dizer que cognição é a forma como o cérebro percebe, aprende, recorda e pensa sobre toda informação captada pelos cinco sentidos.

A ciência que se ocupa com o problema do conhecimento, com sua origem, sua natureza, seu valor e limites é a chamada **epistemologia** – que vem do grego *episteme* (ciência) + *logos* (tratado) + *ia* –; ela é sinônimo de **gnosologia** – *gnosis* (conhecimento) + *logos* (tratado) – e, também, de **Teoria do Conhecimento**, e funda-se no estudo reflexivo, crítico e descritivo do conhecimento.

A partir disso, podemos conceituar o conhecimento como sendo uma relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto, consistindo na apropriação intelectual de um conjunto de dados empíricos ou ideais, com a finalidade de dominá-los e utilizá-los para entendimento e elucidação da realidade, onde o sujeito apreende um objeto e torna-o presente aos sentidos ou à inteligência.

Um pouco de história: Racionalismo × Empirismo

Assim como o pensamento renascentista se caracterizou pela decidida ruptura com as convenções medievais e a assimilação de um vasto conjunto de novos conhecimentos e inquietações, o período da Filosofia Moderna, que se iniciou no século XVII, com o avanço do **racionalismo** e do **empirismo** e chegou ao ponto culminante com **Immanuel Kant**, foi marcado pela disposição crítica e o desejo de estabelecer critérios de certeza que validassem o conhecimento. É um período marcado por grandes transformações. Estas transformações e o desenvolvimento da **ciência moderna** levaram o homem a questionar os critérios e os métodos usados para a aquisição do conhecimento verdadeiro da realidade.

A oposição entre o antigo e o moderno faz surgir o problema e os conflitos entre teorias. Faltam critérios para fundamentar a validade destas. Na busca de tentar estabelecer formas corretas para **conhecer a realidade**, as estruturas de pensamento passaram a ser dissecadas e investigadas pelos principais filósofos do século XVII e XVIII.

O início desse período é marcado por uma acentuada descrença teórica.

Surgem as seguintes perguntas:

- O homem é capaz de conhecer a verdade?
- Quais são as possibilidades do conhecimento humano?
- O que é conhecer?
- Como o conhecimento é possível?
- O que garante que o conhecimento seja verdadeiro?

Em resposta a essas questões retoma-se dos gregos o **ceticismo**. Ceticismo é a atitude filosófica que duvida da capacidade da razão humana conhecer a realidade exterior e o homem. A descrença em relação ao conhecimento foi resultado do choque entre o pensamento antigo e o moderno. A multiplicidade de opiniões e teorias divergentes produziu um ambiente de dúvida entre os pensadores.

Todas essas mudanças são o pano de fundo para o surgimento de novas formas de pensar e entender a realidade, rompendo com a visão medieval e antiga. A dúvida vai fazer parte do pensamento da época.

Essa preocupação pela epistemologia, comum às principais escolas da época, levou a concepções filosóficas muito diferentes, de acordo com as mais diversas considerações sobre as relações entre razão e experiência. As estruturas de pensamento passaram a ser investigadas pelos principais filósofos dos séculos XVII e XVIII, destacando-se duas grandes orientações metodológicas: a **racionalista** e a **empirista**, que passam a se constituir nos novos paradigmas da filosofia moderna para conhecer a realidade.

O **racionalismo** propõe que a origem do conhecimento se encontra na **razão**, tido como o único e exclusivo instrumento capaz de conhecer verdades universais. Entre os defensores dessa teoria, os chamados racionalistas, encontra-se o filósofo **René Descartes** (1596-1650), autor da famosa frase: "Penso, logo existo".

O **empirismo** fundamenta o conhecimento na **experiência**, supervalorizando os sentidos, que desencadeiam e determinam o ato de conhecer; para os empiristas, a mente humana é uma folha de papel em branco preenchida exclusivamente com os dados providos da experiência sensível (visão, audição, tato, olfato, paladar). Entre os empiristas estão: **Francis Bacon**, autor do *Método Indutivo Experimental*, e **John Locke**.

Explicando melhor as duas correntes:

Empirismo: o conhecimento emana da experiência sensível

O termo "**empirismo**" tem sua origem no grego *empeiria*, que significa "experiência" sensorial. O empirismo é considerado uma doutrina relativa à natureza do conhecimento. Restringiu-se amiúde o termo "empirismo" à filosofia clássica moderna, contrastando-se o "empirismo inglês" (Francis Bacon, Hobbes, Locke, Berkeley, Hume) com o "racionalismo continental" (Descartes, Malebranche, Spinoza, Leibniz, Wolff).

Indicou-se por muitas vezes que para os empiristas modernos a mente é como que uma espécie de receptáculo no qual se gravam as "impressões" do mundo externo. De um modo geral, o empirismo defende que todas as nossas ideias são provenientes de nossas percepções sensoriais. Em outras palavras, ditas por Locke: nada vem à mente sem ter passado pelos sentidos.

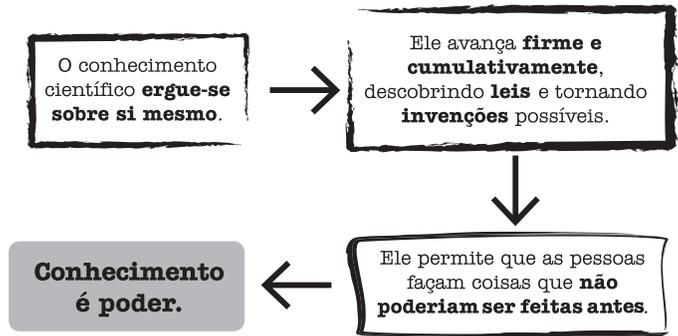
Logo, podemos deduzir que o empirismo defende que o conhecimento humano provém da nossa percepção do mundo externo e da nossa capacidade mental, valorizando a experiência sensível e concreta como fonte do conhecimento e da investigação.

Segundo os empiristas, o conhecimento da razão, da verdade e das ideias racionais é importante, mas, desde que estejam ligados à experiência, pois as ideias são adquiridas ao longo da vida e mediante o exercício da experiência sensorial e da reflexão.

O método empirista baseia-se na formulação de hipóteses, na observação, na verificação de hipóteses com base nos experimentos, provocando uma revolução para a ciência. A partir da valorização da experiência, o conhecimento científico, que antes se contentava em contemplar a natureza, passa a querer dominá-la, buscando resultados práticos.

Principais filósofos: **Francis Bacon, John Locke, David Hume, Thomas Hobbes e John Stuart Mill.**

- **Francis Bacon (1561-1626):** Nasceu na Inglaterra, mesclou sua vida entre a contemplação filosófica e a agitação da vida política. Ele acreditava que a dedicação exagerada aos estudos, sem uma finalidade prática, era pura vaidade acadêmica e que os estudos não poderiam ser um fim em si mesmo. Para ele, os verdadeiros sábios são capazes de utilizar os conhecimentos de maneira prática, indicando uma visão pragmática para a ciência e a filosofia. A partir desta compreensão cria o lema **saber é poder**, pois compreende que o desenvolvimento da pesquisa experimental aumenta o poder dos homens sobre a natureza.



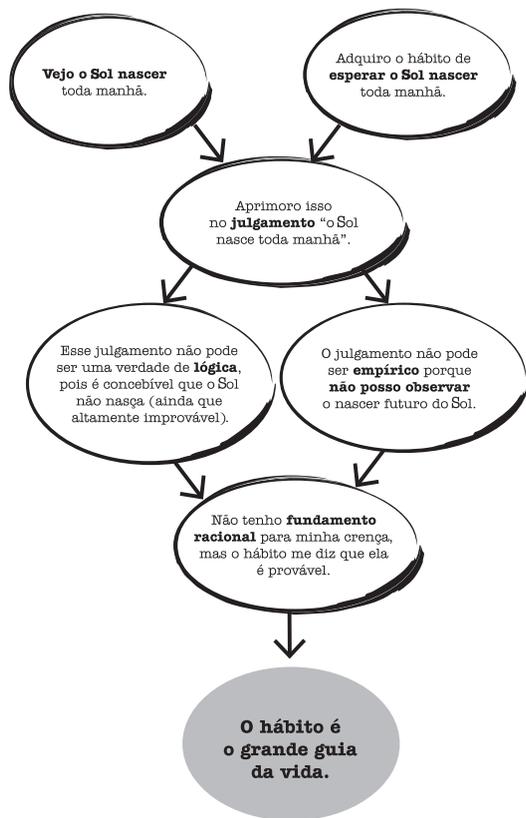
Na sua concepção, que dava extrema importância ao método indutivo e da experimentação, Bacon citou as duas operações básicas pelas quais a indução deve passar: a negativa e a construtiva. Na operação negativa, o sujeito deve se libertar dos erros comuns, causados por tradições com raízes profundas na sociedade e por seus preconceitos. Já a construtiva realiza-se pela descoberta das verdades cientificamente comprovadas, e não apenas postuladas.

O rigor dos experimentos científicos, o uso da razão nos atos do dia a dia, a primazia do método indutivo e ideia de que todo conhecimento tem por finalidade ser posto em prática formam o corpo da obra de Francis Bacon, que marcou a sociedade e influenciou a construção da chamada abordagem científica da administração.

- **John Locke (1632-1704):** Médico inglês, afirmava que, ao nascermos, nossa mente é uma **tábula rasa**, um papel em branco sem nenhuma ideia previamente escrita. De onde provém, então, o vasto conjunto de ideias que existe na mente humana? A isso, Locke responde com uma só palavra: da **experiência**, que resulta da observação dos dados sensoriais por meio de tentativas e erros. Todo o nosso conhecimento está nela fundado. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós percebidas e refletidas, nossa observação supre nossos entendimentos com todos os materiais do pensamento.



- **David Hume (1711-1776):** É outro pensador que ganhou destaque por seu empirismo “total”. Em seu livro *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, o **hábito** (repetição de um ato qualquer) é que nos leva a crer que o Sol se levantará como sempre se levantou; é o hábito que nos faz prever os efeitos da água ou do fogo ou de qualquer outro fato ou acontecimento natural ou humano; é o hábito que sustém e guia toda a nossa vida cotidiana, dando-nos segurança de que o curso da natureza não muda, mas se mantém igual e constante, de onde é possível regular-se com vista para o futuro. O hábito, como o instinto dos animais, é um guia infalível para a prática da vida, mas não é um princípio de justificação racional ou filosófico. Mas, por que será que espero ver a água ferver quando a aqueço? É porque, responde Hume, aquecimento e ebulição sempre estiveram associados em minha experiência, e essa associação determinou hábito em mim. Aparento antecipar a experiência quando, na verdade, cedo a uma tendência criada pelo hábito. Hume sustenta que a repetição de um fato não nos permite concluir, em termos lógicos, que ele continuará a repetir-se da mesma forma, indefinidamente.



Racionalismo: o conhecimento emana da razão

Em oposição à corrente filosófica anterior temos o **racionalismo francês**. A palavra “racionalismo” deriva do latim *ratio*, que significa razão. O termo “racionalismo” é empregado, na filosofia, de muitas maneiras. A **filosofia** se define como conhecimento racional da realidade natural e cultural, das coisas e dos seres humanos. A **razão** é a capacidade intelectual de pensar e exprimir-se correta e claramente, de modo a organizar e ordenar a realidade, os seres, os fatos e as ideias, para assim poder sistematizá-las. Aqui, o termo está sendo empregado para designar a doutrina que deposita total e exclusiva confiança na razão humana como instrumento capaz de conhecer a verdade. Ou, como recomendou o filósofo racionalista Descartes: nunca nos devemos deixar persuadir senão pela evidência de nossa razão. Os racionalistas afirmam que a experiência sensorial é uma fonte permanente de erros e confusões sobre a complexa realidade do mundo. Somente a razão humana, trabalhando com os

princípios lógicos, pode atingir o conhecimento verdadeiro, capaz de ser universalmente aceito. Para o racionalismo, os princípios lógicos seriam inatos na mente do homem. Daí porque a razão deve ser considerada como a fonte básica do conhecimento.

Em síntese, para o racionalismo, o ponto de partida é o sujeito pensante e não o mundo exterior, privilegiando-se a razão em detrimento da experiência do mundo sensível como via de acesso ao conhecimento. O racionalismo considera que o homem tem ideias inatas – ou seja, que não são derivadas da experiência, mas se encontram no indivíduo desde seu nascimento – e desconfia das percepções sensoriais.

O pensamento racional ao introduzir a dúvida no processo do pensamento, introduz a crítica como parte do desenvolvimento do conhecimento científico. O racionalismo foi, dessa forma, a fonte de criação de grandes sistemas metafísicos. São esses princípios da ciência moderna que encontramos hoje.

Principais pensadores: **René Descartes, Blaise Pascal, Baruch de Spinoza, Gottfried Wilhelm Leibniz e Friedrich Hegel.**

- **René Descartes (1596-1650):** Matemático e filósofo, inventor da geometria analítica. Nasceu na França, em um momento de profunda crise da sociedade e cultura europeia, passando por grandes transformações e rupturas com o mundo anterior. Expôs suas ideias com cautela para evitar a condenação da Igreja. É considerado um dos pais da Filosofia Moderna.



Wikimedia Foundation

O texto mais famoso de Descartes, o *Discurso do Método*, além de uma sumária exposição do método ou das principais regras do método, é, também, uma autobiografia de Descartes. Nesse texto, não nos diz como devemos proceder para alcançar a verdade, mas como ele, Descartes, procedeu para alcançá-la. Para ele, o importante e o que constitui o preceito metodológico básico apontado em sua obra é que só se considere verdadeiro o que for evidente, ou seja, o que for intuível com clareza e precisão. Descartes acreditava que o método racional é o caminho para garantir o conhecimento de uma teoria científica.

“*Cogito ergo sum*” ou “*Penso, logo existo*” é a frase síntese de sua filosofia. A base de seu método é a dúvida de todas as nossas crenças e opiniões. Para ele, tudo deve ser rejeitado se houver qualquer possibilidade de dúvida.

O pensamento é algo mais certo que a matéria. Ele valorizava a atividade do sujeito pensante em relação ao real a ser conhecido.

Deve-se assinalar, porém, que a oposição entre racionalistas e empiristas não foi tão radical como geralmente se pretende, já que ambas as escolas destacaram o papel da razão como a mais alta faculdade humana – embora divergissem sobre suas limitações – e instrumento essencial para o progresso da sociedade.

O Idealismo Crítico de Kant (ou criticismo): critérios de certeza que validassem o conhecimento

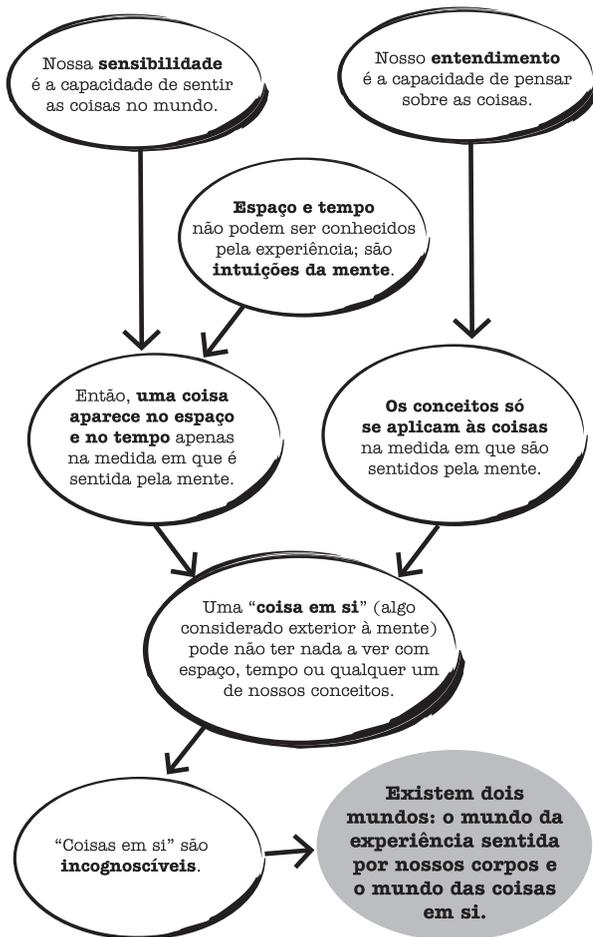
Em sua epistemologia, **Immanuel Kant (1724-1804)** sintetizou as teorias de Descartes e os racionalistas continentais e de David Hume e os empiristas ingleses.

O processo de racionalização, característico da Modernidade, que começara com os renascentistas e com os cientistas, e passara por Descartes e pelos empiristas, podia agora ser compreendido por Kant como um processo que representava o curso natural da evolução da sociedade. Finalmente, o ser humano estava apto para raciocinar sobre a própria razão.

Leonardo da Vinci, por exemplo, via nas formas perfeitas da matemática uma maneira de ilustrar a perfeição do corpo humano (*Homem vitruviano*) e, assim, tomou o curso da teoria da perfectibilidade. Kant, por sua vez, via na possibilidade de o homem chegar à perfeição um processo natural de desenvolvimento rumo ao **esclarecimento**, um processo de evolução pela qual o homem atinge sua **maioridade**, processo que depende não de condições externas, mas da vontade do homem. Só não têm condições de alcançar essa independência os preguiçosos que escolhem permanecer na minoridade sob a tutela intelectual de terceiros.

Embora enfatizando e dando destaque alto à razão e à perfectibilidade humana, Kant e outros filósofos modernos não fizeram nenhuma ruptura dramática dos valores religiosos da Idade Média. Essa ruptura, veremos, só veio com os iluministas franceses, como **Voltaire** e **Diderot**, que produziram obras laicas e seculares e, por vezes, extremamente críticas da ação da Igreja e sua influência opressiva na sociedade e interferência no governo.

O **Idealismo Crítico** de Kant, que considerou o conhecimento como produto da aplicação de certos princípios a priori da razão sobre os dados da experiência, afirmou que não se pode conhecer a "coisa em si", mas apenas o fenômeno tal como se apresenta ao entendimento humano. Essa concepção tem sido considerada uma "**revolução copernicana**" na história da filosofia, por refutar a possibilidade de racionalismo e empirismo radicais e negar a validade de toda metafísica baseada na razão teórica. Pelo contrário, postulou que os objetos da metafísica, como Deus e a alma, pertencem ao terreno da moral ou razão prática e só nela podem encontrar justificação.



Em síntese, com a Filosofia Moderna o homem adquire um enorme poder sobre a natureza e a realidade. Nasce a ideia da experimentação e da tecnologia. Constrói-se o ideal de que o homem pode dominar tecnicamente a natureza e a sociedade.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2016)

Nunca nos tornaremos matemáticos, por exemplo, embora nossa memória possua todas as demonstrações feitas por outros, se nosso espírito não for capaz de resolver toda espécie de problemas; não nos tornaríamos filósofos, por ter lido todos os raciocínios de Platão e Aristóteles, sem poder formular um juízo sólido sobre o que nos é proposto. Assim, de fato, pareceríamos ter aprendido, não ciências, mas histórias.

DESCARTES, R. *Regras para a orientação do espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Em sua busca pelo saber verdadeiro, o autor considera o conhecimento, de modo crítico, como resultado da

- A) investigação de natureza empírica.
- B) retomada da tradição intelectual.
- C) imposição de valores ortodoxos.
- D) autonomia do sujeito pensante.
- E) liberdade do agente moral.

02. (Enem/2016 – 2ª Aplicação)

Pode-se admitir que a experiência passada dá somente uma informação direta e segura sobre determinados objetos em determinados períodos do tempo, dos quais ela teve conhecimento. Todavia, é esta a principal questão sobre a qual gostaria de insistir: por que esta experiência tem de ser estendida a tempos futuros e a outros objetos que, pelo que sabemos, unicamente são similares em aparência. O pão que outrora comi alimentou-me, isto é, um corpo dotado de tais qualidades sensíveis estava, a este tempo, dotado de tais poderes desconhecidos. Mas, segue-se daí que este outro pão deve também alimentar-me como ocorreu na outra vez, e que qualidades sensíveis semelhantes devem sempre ser acompanhadas de poderes ocultos semelhantes? A consequência não parece de nenhum modo necessária.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

O problema descrito no texto tem como consequência a

- A) universalidade do conjunto das proposições de observação.
- B) normatividade das teorias científicas que se valem da experiência.
- C) dificuldade de se fundamentar as leis científicas em bases empíricas.
- D) inviabilidade de se considerar a experiência na construção da ciência.
- E) correspondência entre afirmações singulares e afirmações universais.

03. (Enem/2016 – 3ª Aplicação – PPL)

Os ricos adquiriram uma obrigação relativamente à coisa pública, uma vez que devem sua existência ao ato de submissão à sua proteção e zelo, o que necessitam para viver; o Estado então fundamenta o seu direito de contribuição do que é deles nessa obrigação, visando a manutenção de seus concidadãos. Isso pode ser realizado pela imposição de um imposto sobre a propriedade ou a atividade comercial dos cidadãos, ou pelo estabelecimento de fundos e de uso dos juros obtidos a partir deles, não para suprir as necessidades do Estado (uma vez que este é rico), mas para suprir as necessidades do povo.

KANT, I. *A metafísica dos costumes*. Bauru: Edipro, 2003.

Segundo esse texto anterior de Kant, o Estado

- A) deve sustentar todas as pessoas que vivem sob seu poder, a fim de que a distribuição seja paritária.
- B) está autorizado a cobrar impostos dos cidadãos ricos para suprir as necessidades dos cidadãos pobres.
- C) dispõe de poucos recursos e, por esse motivo, é obrigado a cobrar impostos idênticos dos seus membros.
- D) delega aos cidadãos o dever de suprir as necessidades do Estado, por causa do seu elevado custo de manutenção.
- E) tem a incumbência de proteger os ricos das imposições pecuniárias dos pobres, pois os ricos pagam mais tributos.

04. (Enem/2015 – 2ª Aplicação – PPL)

Após ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito.

DESCARTES, R. *Meditações. Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

A proposição “eu sou, eu existo” corresponde a um dos momentos mais importantes na ruptura da filosofia do século XVII com os padrões da reflexão medieval, por:

- A) estabelecer o ceticismo como opção legítima.
- B) utilizar silogismos linguísticos como prova ontológica.
- C) inaugurar a posição teórica conhecida como empirismo.
- D) estabelecer um princípio indubitável para o conhecimento.
- E) questionar a relação entre a filosofia e o tema da existência de Deus.

05. (Enem/2012)

Texto I

Experimentei algumas vezes que os sentidos eram enganosos, e é prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez.

DESCARTES, R. *Meditações Metafísicas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Texto II

Sempre que alimentarmos alguma suspeita de que uma ideia esteja sendo empregada sem nenhum significado, precisaremos apenas indagar: de que impressão deriva esta suposta ideia? E se for impossível atribuir-lhe qualquer impressão sensorial, isso servirá para confirmar nossa suspeita.

HUME, D. Uma investigação sobre o entendimento. São Paulo: UNESP, 2004 (adaptado).

Nos textos, ambos os autores se posicionam sobre a natureza do conhecimento humano. A comparação dos excertos permite assumir que Descartes e Hume

- A) defendem os sentidos como critério originário para considerar um conhecimento legítimo.
- B) entendem que é desnecessário suspeitar do significado de uma ideia na reflexão filosófica e crítica.
- C) são legítimos representantes do criticismo quanto à gênese do conhecimento.
- D) concordam que conhecimento humano é impossível em relação às ideias e aos sentidos.
- E) atribuem diferentes lugares ao papel dos sentidos no processo de obtenção do conhecimento.



Exercícios Propostos

01. (Enem/2015)

Todo o poder criativo da mente se reduz a nada mais do que a faculdade de compor, transpor, aumentar ou diminuir os materiais que nos fornecem os sentidos e a experiência. Quando pensamos em uma montanha de ouro, não fazemos mais do que juntar duas ideias consistentes, ouro e montanha, que já conhecíamos. Podemos conceber um cavalo virtuoso, porque somos capazes de conceber a virtude a partir de nossos próprios sentimentos, e podemos unir a isso a figura e a forma de um cavalo, animal que nos é familiar.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

Hume estabelece um vínculo entre pensamento e impressão ao considerar que:

- A) os conteúdos das ideias no intelecto têm origem na sensação.
- B) o espírito é capaz de classificar os dados da percepção sensível.
- C) as ideias fracas resultam de experiências sensoriais determinadas pelo acaso.
- D) os sentimentos ordenam como os pensamentos devem ser processados na memória.
- E) as ideias têm como fonte específica o sentimento cujos dados são colhidos na empiria.

02. (Enem/2012 – PPL)

Assentado, portanto, que a Escritura, em muitas passagens, não apenas admite, mas necessita de exposições diferentes do significado aparente das palavras, parece-me que, nas discussões naturais, deveria ser deixada em último lugar.

GALILEI, G. Carta a Benedetto Castelli. In: *Ciência e fé: cartas de Galileu sobre o acordo do sistema copernicano com a Bíblia*. São Paulo: Unesp, 2009. (Adaptado),

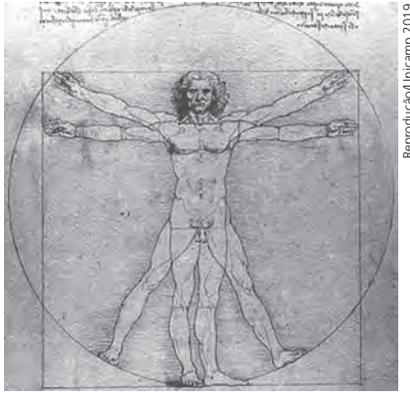
O texto, extraído da carta escrita por Galileu (1564-1642) cerca de trinta anos antes de sua condenação pelo Tribunal do Santo Ofício, discute a relação entre ciência e fé, problemática cara no século XVII. A declaração de Galileu defende que

- A) a Bíblia, por registrar literalmente a palavra divina, apresenta a verdade dos fatos naturais, tornando-se guia para a ciência.
- B) o significado aparente daquilo que é lido acerca da natureza na Bíblia constitui uma referência primeira.
- C) as diferentes exposições quanto ao significado das palavras bíblicas devem evitar confrontos com os dogmas da Igreja.
- D) a Bíblia deve receber uma interpretação literal porque, desse modo, não será desviada a verdade natural.
- E) os intérpretes precisam propor, para as passagens bíblicas, sentidos que ultrapassem o significado imediato das palavras.

03. (Unicamp/2019) Leia o texto a seguir e observe a figura do Homem Vitruviano.

Ao longo da vida, cada vez mais, Leonardo da Vinci, passou a perceber que a matemática era a chave para transformar suas observações em teorias. Não existe certeza na ciência em que a matemática não possa ser aplicada, declarou.

ISAACSON, Walter. *Leonardo da Vinci*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017. p. 52. Adaptado.



O Homem Vitruviano, Leonardo Da Vinci, 1490.

Assinale a alternativa que expressa adequadamente a correlação entre o texto e a imagem.

- A) Figura emblemática do Renascimento, Leonardo da Vinci destaca-se pela sua obra pictórica e por seu desenho do Homem Vitruviano. Para ele, arte e ciência se baseavam nas relações análogas entre homem e natureza preconizadas pela alquimia.
- B) O Homem Vitruviano de Leonardo da Vinci condensa uma série de estudos do artista, e mesmo a leitura de uma cópia manuscrita da obra de Vitruvío. O desenho sintetiza uma relação harmônica entre homem e mundo pautada pela analogia geométrica.
- C) Na linhagem dos artistas-arquitetos-engenheiros renascentistas, Leonardo da Vinci dedicou-se ao estudo da perspectiva e especialmente da aritmética, buscando harmonizar as relações entre o homem e Deus no Homem Vitruviano.
- D) Leitor assíduo da física newtoniana, Leonardo da Vinci reconhecia que tanto a aritmética quanto a geometria poderiam ser usadas na arte, arquitetura e engenharia. Na elaboração do desenho do Homem Vitruviano, ele comprovou esta hipótese.

04. (Enem/2015 – 2ª Aplicação-PPL)

A pura lealdade na amizade, embora até o presente não tenha existido nenhum amigo leal, é imposta a todo homem, essencialmente, pelo fato de tal dever estar implicado como dever em geral, anteriormente a toda experiência, na ideia de uma razão que determina a vontade segundo princípios *a priori*.

KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Barcarolla, 2009.

A passagem citada expõe um pensamento caracterizado pela

- A) eficácia prática da razão empírica.
- B) transvaloração dos valores judaico-cristãos.
- C) recusa em fundamentar a moral pela experiência.
- D) comparação da ética a uma ciência de rigor matemático.
- E) importância dos valores democráticos nas relações de amizade.

05. (Enem/2013)

Texto I

Há já algum tempo eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados, não podia ser senão mui duvidoso e incerto. Era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente, a fim de estabelecer um saber firme e inabalável.

DESCARTES. R. *Meditações concernentes à Primeira Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (adaptado).

Texto II

É o caráter radical do que se procura que exige a radicalização do próprio processo de busca. Se todo o espaço for ocupado pela dúvida, qualquer certeza que aparecer a partir daí terá sido de alguma forma gerada pela própria dúvida, e não será seguramente nenhuma daquelas que foram anteriormente varridas por essa mesma dúvida.

SILVA. F. L. *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo: Moderna, 2001 (adaptado).

A exposição e a análise do projeto cartesiano indicam que, para viabilizar a reconstrução radical do conhecimento, deve-se

- A) retomar o método da tradição para edificar a ciência com legitimidade.
- B) questionar de forma ampla e profunda as antigas ideias e concepções.
- C) investigar os conteúdos da consciência dos homens menos esclarecidos.
- D) buscar uma via para eliminar da memória saberes antigos e ultrapassados.
- E) encontrar ideias e pensamentos evidentes que dispensam ser questionados.

06. (Enem/2014)

A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles, vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto.

GALILEI. G. *O ensaiador. Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

No contexto da revolução científica do século XVII, assumir a posição de Galileu significava defender a

- A) continuidade do vínculo entre ciência e fé dominante na Idade Média.
- B) necessidade de o estudo linguístico ser acompanhado do exame matemático.
- C) oposição da nova física quantitativa aos pressupostos da filosofia escolástica.
- D) importância da independência da investigação científica pretendida pela Igreja.
- E) inadequação da matemática para elaborar uma explicação racional da natureza.

07. (Enem/2018 – PPL) Em Utopia, tudo é comum a todos.

A distribuição dos bens lá não é um problema, não se vê nem pobre nem mendigo e, embora ninguém tenha nada de seu, todos são ricos. Haverá maior riqueza do que levar uma existência alegre e pacífica, livre de ansiedades e sem precisar se preocupar com a subsistência?

MORUS, T. *Utopia*. Brasília: UnB, 2004.

Retirado da obra de Thomas Morus, escrita no século XVI, esse trecho influenciou movimentos sociais do século XIX que lutaram para

- A) inibir a ascensão da burguesia.
- B) evitar a destruição da natureza.
- C) combater o domínio do capital.
- D) eliminar a intolerância religiosa.
- E) superar o atraso tecnológico.

08. (Enem/2014) É o caráter radical do que se procura que exige a radicalização do próprio processo de busca. Se todo o espaço for ocupado pela dúvida, qualquer certeza que aparecer a partir daí terá sido de alguma forma gerada pela própria dúvida, e não será seguramente nenhuma daquelas que foram anteriormente varridas por essa mesma dúvida.

SILVA, F. L. *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo: Moderna, 2001. Adaptado.

Apesar de questionar os conceitos da tradição, a dúvida radical da filosofia cartesiana tem caráter positivo por contribuir para o(a)

- A) dissolução do saber científico.
 B) recuperação dos antigos juízos.
 C) exaltação do pensamento clássico.
 D) surgimento do conhecimento inabalável.
 E) fortalecimento dos preconceitos religiosos.
09. (UFPA/2013) Ao pensar como deve comportar-se um príncipe com seus súditos, Maquiavel questiona as concepções vigentes em sua época, segundo as quais consideravam o bom governo depende das boas qualidades morais dos homens que dirigem as instituições. Para o autor, “um homem que quiser fazer profissão de bondade é natural que se arruine entre tantos que são maus. Assim, é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade”.

MAQUIAVEL, *O Príncipe*, São Paulo: Abril cultural, Os Pensadores, 1973, p.69.

Sobre o pensamento de Maquiavel, a respeito do comportamento de um príncipe, é correto afirmar que

- A) a atitude do governante para com os governados deve estar pautada em sólidos valores éticos, devendo o príncipe punir aqueles que não agem eticamente.
 B) o Bem comum e a justiça não são os princípios fundadores da política; esta, em função da finalidade que lhe é própria e das dificuldades concretas de realizá-la, não está relacionada com a ética.
 C) o governante deve ser um modelo de virtude, e é precisamente por saber como governar a si próprio e não se deixar influenciar pelos maus que ele está qualificado a governar os outros, isto é, a conduzi-los à virtude.
 D) o Bem supremo é o que norteia as ações do governante, mesmo nas situações em que seus atos pareçam maus.
 E) a ética e a política são inseparáveis, pois o bem dos indivíduos só é possível no âmbito de uma comunidade política onde o governante age conforme a virtude.

10. (Enem/2014 – 3ª Aplicação-PPL)

Uma vez que a razão me persuade de que devo impedir-me de dar crédito às coisas que não são inteiramente certas e indubitáveis tanto quanto àquelas que nos parecem manifestamente ser falsas, o menor motivo de dúvidas que eu nelas encontrar bastara para me levar a rejeitar todas.

DESCARTES, R. *Meditações de Filosofia Primeira*. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (adaptado).

Ao introduzir a dúvida como método, Descartes busca alcançar uma certeza capaz de refundar, sobre princípios sólidos, a ciência e a filosofia. Seu procedimento teórico indica

- A) a capacidade de o entendimento humano duvidar das certezas claras e distintas.
 B) a ideia de que o ceticismo é base suficiente para edificar a filosofia moderna.
 C) o rompimento com o dogmatismo da filosofia aristotélico-tomista que prevalecera na Idade Média.
 D) a primazia dos sentidos como caminho seguro de condução do homem à verdade.
 E) o estabelecimento de uma regra capaz de consolidar a tradição escolástica de pensamento.



Fique de Olho

O PENSAMENTO DE MAQUIAVEL E SUA ATUALIDADE

João Antonio Saraiva Leão Neto

Nicolau Maquiavel, o “Pai da Teoria Política Moderna”, nasceu em Florença na Itália em 1469, foi diplomata, conheceu diversos reis e o papa em suas viagens pela Europa, viveu em um tempo em que “perder a cabeça” não era apenas figura de linguagem, e sim uma possibilidade presente, se tratando daquela realidade política.

O pensador florentino não era muito bem quisto na região em que vivera, afinal, era admirador de César Bórgia, um líder temido e implacável, filho ilegítimo do papa Alexandre VI, não era de bom tom desagradá-lo.

Inspirado em sua experiência política junto a Bórgia, escreveu a sua mais famosa obra, *O Príncipe*, literatura indispensável a todo amante da política, e quem sabe, a maior obra de autoajuda de todos os tempos sobre como chegar e, principalmente, se manter no poder. Uma boa parte dos estudiosos acredita que *O Príncipe*, na verdade, é uma sátira de tudo o que Maquiavel viu no mundo da política. Mesmo assim, muitos de seus comentários são objetivos e cruéis, inclusive a tão conhecida expressão “os fins justificam os meios” (presente em algumas traduções) que é erradamente atribuída ao seu pensamento. O tema central do livro é o de que para permanecer no poder, o líder deve estar disposto a desrespeitar qualquer consideração moral, e recorrer inteiramente à força e ao poder da decisão.

Maquiavel foi também dramaturgo e escreveu *Mandrágora*, que conta histórias de manipulações políticas, e é ainda hoje dramatizado.

Para o autor florentino, o mais importante era manter-se no poder, e quase todas as formas de fazer isso eram aceitáveis. Sem pretender fazer qualquer juízo moral de Maquiavel, mas se atendo aos aspectos práticos ou pragmáticos, podemos notar algumas coisas interessantes do seu pensamento nos dias atuais.

Dentro da lógica maquiavélica, às vezes, é melhor omitir, mentir, quebrar promessas e até matar os inimigos. Ele explica que o amor é um sentimento volúvel e inconstante, e que as pessoas são naturalmente egoístas e podem frequentemente mudar sua lealdade. Porém, o medo de ser punido é um sentimento que não pode ser modificado ou ignorado tão facilmente. Um príncipe, portanto, não precisaria se preocupar em manter a sua palavra, para ser eficaz tem de aprender a não ser bom, é mais seguro ser temido já que o povo terá medo de traí-lo.

Maquiavel também se utiliza de metáforas do reino animal, procurando combinar aspectos humanos com qualidades animais, citando a raposa e o leão, para quem a “raposa é perspicaz e consegue reconhecer armadilhas, ao passo que o leão é extremamente forte e ameaçador. Não é bom ser como um leão o tempo todo, agindo apenas com a força bruta, pois isso o levará ao risco de cair numa armadilha. Também não se pode agir somente como uma raposa esperta: você precisará da força do leão para se manter em segurança”.

Essa analogia de Maquiavel nos leva a pensar que o ideal para um líder político é manter o povo como animal de rebanho, e que agir como leão não é permitido para todos, mas em compensação, qualquer um pode agir como raposa e apostar na sua astúcia.

Conforme o pensador, o cinismo faria parte da natureza humana. Ele via em nossa espécie, seres egoístas, suspeitos, gananciosos e desonestos; e só cumpririam suas promessas se tivessem medo das consequências de não cumpri-las. Então, a maldade no caso se justificaria pelo seu caráter utilitarista. Da mesma forma que Maquiavel acreditava que os líderes deveriam ser falsos quando preciso, ele os aconselhava a ficarem atentos em relação às promessas de outros: eles também podem estar mentindo caso seja de interesse deles.

Maquiavel era realista, acreditava que o sucesso depende muito da boa sorte, mas, também, que podemos melhorar as chances de sucesso agindo bravamente, rapidamente e, se agarrando à oportunidade tão logo ela surja.

O autor foi muito criticado pelas ideias defendidas em *O Príncipe*. Contudo, é importante ressaltar que ele preferia uma República à ditadura. Tinha uma preocupação com a fraqueza militar e política da Itália, e desejava ver um governante forte que unificasse o país e expulsasse os invasores estrangeiros que estavam devastando a Itália. Por um lado, Maquiavel era defensor de táticas severas e cínicas, por outro, ele era um patriota idealista.

O próprio Maquiavel declarou que suas ideias não eram originais: seus conselhos haviam sido adotados na política por diversos governantes bem-sucedidos. *O Príncipe* tornou-se notório após ter sido lido por diversos vilões da história. Benito Mussolini, o líder fascista italiano durante a Segunda Guerra Mundial, um homem que trouxe muita destruição para seu país, elogiou publicamente o livro. Dizem que Napoleão Bonaparte dormia com um exemplar do livro sob seu travesseiro. No entanto, deve-se lembrar que Maquiavel apenas apresentou, e não criou, a realidade amoral da política.

Se Maquiavel vivesse nos dias de hoje, possivelmente perceberia como o seu pensamento foi aprimorado e colocado em prática por todos ao longo do tempo. Ressaltando que na modernidade tudo se tornou mais sutil e não é mais necessário eliminar o oponente de forma literal (embora alguns ainda o façam!).

A seguir algumas das táticas que Maquiavel nos passou a cerca de 500 anos e continuam atuais até o momento.

- A política é naturalmente divisível, para o autor as coisas são determinadas na política: 50% virtude (inteligência) e 50% fortuna (acaso, sorte/azar). Cabe ao homem usar toda a sua virtude e se prevenir do acaso.
- A ética na política é um código de conduta. Quando alguém age seguindo algum poder ético = regra de conduta. O código de conduta na política: tem uma natureza diferente, ou seja, diferente da religião, filosofia... Considera-se ética toda a ação que vier em benefício do povo, da prosperidade do reino. Mesmo mentir, matar. É o que ele chama de razões do estado, interpretado e atribuído a sua pessoa pela máxima: "os fins justificam os meios".
- O poder que é conquistado facilmente, com dificuldade se mantém. Mas o poder que vem com muita luta e dificuldade esse com mais facilidade se conserva.
- Ao chegar ao poder não considere as velhas amizades como critério para formação de seu ministério, pois esses se valerão dessa condição para obter vantagens pessoais (vimos isso na história recente de nosso país!).
- Não há nada mais arriscado e de desfecho duvidoso do que tentar realizar grandes mudanças. Elas serão imediatamente atacadas por aqueles que sentirem-se prejudicados. E terão tímida defesa daqueles que supostamente serão beneficiados, pois esses não têm a certeza do benefício.

- Um príncipe deve ser um estudioso e seguir os passos dos grandes generais, dos grandes líderes guerreiros, dos vencedores. A história está cheia de bons exemplos a serem seguidos.
- Um príncipe não deve evitar certos vícios que denigrem a imagem de um homem comum, mas que são benéficos a um governante. A avareza, por exemplo, é motivo de condenação na vida privada; mas elogiável para aquele que cuida do dinheiro público.
- Se quiser ser perdulário, sem perder o respeito de seus súditos busque riquezas saqueando outros povos. Isso não perturbará a teu povo. Mas ser perdulário em cima do sacrifício deles isso sim será imperdoável.
- A economia da maldade: o governante deve saber fazer a maldade de uma vez só, e o bem aos poucos. As medidas amargas acabam sendo esquecidas. Assim como o bem se for feito em uma só vez, também será esquecido.
- Prometer em campanha aquilo que sabem que não podem cumprir é, também uma estratégia citada pelo autor, porque seria difícil que as pessoas elegessem alguém que dissesse que ia cortar nos ordenados ou aumentar os impostos. As pessoas não gostam de ouvir isso. Eles normalmente preferem dizer o contrário, porque depois quando lá estiverem, se tiverem que o fazer, fazem-no.
- Outro conceito inovador no pensamento do diplomata do século XVI é o de propaganda, ao mostrar a necessidade absoluta dos políticos passarem uma imagem que é aquela que o povo deseja, para poderem ser amados, podendo assim mobilizar e ter o povo do seu lado.

Com certeza teria muitas outras lições poderiam ser citadas desta obra, resolvi, no entanto, falar daquelas que considero mais presentes e visíveis em nosso dia-à-dia. Levando em consideração que esses pensamentos foram elaborados em um contexto histórico totalmente diferente do que vivemos hoje, podemos dizer que Maquiavel, sem dúvida, foi um pensador visionário que enxergou muito além de suas fronteiras. Por isso ele foi tão polêmico e intrigante em sua existência, e suas ideias continuam sendo utilizadas por nossos governantes na atualidade.

Diante do senso comum muitas pessoas ainda pensam que Maquiavel, teria sido um homem mau, tanto é assim que a palavra "maquiavélico" tem origem no seu nome. Todavia, outros filósofos acreditam que ele apenas quis demonstrar que talvez o bom comportamento não seja de grande valia para os líderes, e acabou demonstrando o que acontece em geral na política, desde a exercida no âmbito do Estado, dos partidos, até aquela das relações sociais do cotidiano, das relações de trabalho, onde às vezes, a meta é simplesmente "preservar a cabeça", uma simples questão de instinto de sobrevivência na selva cotidiana do mundo pós-moderno.

Nicolau Maquiavel faleceu em 1527, aos 58 anos de idade. Independente de admiradores ou críticos, não se pode negar sua influência. Seu trabalho e suas ideias, séculos após terem sido publicados os seus trabalhos, continuam sendo lidos e analisados por amantes da filosofia, sociologia, história e política.

Seção Videoaula



**Histórias da Filosofia
(Moderna e Contemporânea).**

Aula 07	A História da Filosofia (Iluminismo e Contemporânea)	
	C-1	H-1, 4
	C-3	H-14, 15

6º Período: Filosofia da Ilustração ou Iluminismo (séc. XVIII até o séc. XIX)

A confiança na razão e no progresso foi a marca dos pensadores do século XVIII, conhecido como **Século das Luzes** ou do **Iluminismo**, que não buscaram tanto o surgimento de novas ideias filosóficas, mas a sistematização e organização das ideias já formuladas.

A publicação, na França, da *Encyclopédie* (1751-1772), dirigida por **Diderot**, as teorias da igualdade dos cidadãos, enunciadas por pensadores sociais como **Jean-Jacques Rousseau** e **Montesquieu**, e os ataques de **Voltaire** a todo fanatismo e intolerância são exemplares das atitudes dos iluministas. Outro ponto a ressaltar é que, embora autores como o italiano **Giambattista Vico** tentassem conciliar as novas ideias com uma visão cristã da história, o século XVIII conheceu também as primeiras doutrinas filosóficas declaradamente ateias e materialistas.

O Iluminismo, portanto, foi uma filosofia que combatia o Antigo Regime (absolutismo e mercantilismo) e pregava a liberdade econômica, a liberdade política e a igualdade jurídica. Seus ideais conquistaram, principalmente, a burguesia e influenciaram importantes acontecimentos, como a **Independência dos Estados Unidos**, a **Revolução Francesa**, e, no Brasil, a **Inconfidência Mineira** e a **Conjuração dos Alfaiates**.

Os filósofos iluministas foram influenciados pelo Renascimento, pois os pensadores renascentistas valorizavam a razão, a experimentação, a observação e a investigação na produção do conhecimento. Assim, baseado nas concepções de René Descartes, ou nas descobertas do físico Isaac Newton, os iluministas negavam que a natureza era regida por Deus. Para eles, as forças da natureza eram regidas por leis físicas. Os iluministas valorizavam as ciências e combatiam o fanatismo e as crenças religiosas.

As **principais características do Iluminismo foram: o racionalismo, a liberdade e o anticlericalismo**. É importante lembrar que a oposição ao clero se dava pois a Igreja sustentava o poder absoluto dos reis, o que era negado pelos iluministas.

Principais representantes do Liberalismo Político

- **Voltaire**, pseudônimo de **François-Marie Arouet (1694-1778)**: Influenciado pela filosofia de Locke e Newton, defendeu a razão acima da ignorância, da intolerância, da superstição e do fanatismo religioso. Teceu duras críticas ao clero religioso e sua interferência no sistema político. **Defendia as liberdades civis** (de expressão, religiosa e de associação). Daí o surgimento de sua famosa frase: "Posso não concordar com nenhuma das palavras que você disser, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las". Criticou as instituições políticas da monarquia, combatendo o **absolutismo**. Foi um defensor do livre comércio, contra o controle do Estado na economia. Suas ideias influenciaram muito nos processos da **Revolução Francesa** e de **Independência dos Estados Unidos**.

- **Charles-Louis de Secondat**, o barão de **Montesquieu (1689-1755)**: Fora um dos mais importantes pensadores do século XVIII quanto à estruturação da política aos moldes dos ideais do liberalismo. Nobre, filósofo, fora o principal precursor da sociologia, tendo sido reconhecido pela sua mais notável obra, *O Espírito das Leis*, na qual criticou a monarquia absolutista e desenvolveu a teoria da tripartição dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Apesar de desenvolver uma teoria na qual a sociedade participa do governo e não somente uma única força, Montesquieu possuía uma visão aristocrata de povo, não o considerando, de certa forma, como força representativa, mas sim como ralé.

- **Jean-Jacques Rousseau (1772-1778)**: Rousseau inicia um questionamento da sociedade e do poder político do século XVIII, governada pelos reis absolutos e pelo Antigo Regime. Seu objetivo em sua obra *Do Contrato Social* era investigar a legitimidade da sociedade e do poder político. "Em que condições é legítimo obedecer ao poder?"; "Quais as condições para a liberdade da sociedade?"; "Como é possível conjugar liberdade com obediência?"; "Como é possível colocar as leis acima dos homens?". A partir dessas indagações, ele, por meio dos conceitos do estado natural, contrato social e estado de sociedade, ainda complementa, afirmando que a liberdade é a base da condição humana, o que nos torna dignos. Perder a liberdade é perder a dignidade humana. Se o rei está acima de todos, então a sociedade está totalmente ausente da mesma. O que, portanto, legitima a sociedade é o contrato social. A sociedade é feita de um acordo: a garantia legal da liberdade. O governo só surge após estabelecido o pacto, o **contrato social**. De acordo com Rousseau "O homem nasce livre e por toda parte encontra-se aprisionado". Na essência, a liberdade do homem é plena. Quando ele se insere na sociedade sua liberdade se torna relativa, pois vive dentro de uma sociedade na qual o contrato social não garante a liberdade, devido ao absolutismo presente. O contrato social, portanto, fixa a vontade geral, o bem comum.



• **Denis Diderot (1713-1784)** e **Jean Le Rond D'Alembert (1717-1783)**: Foram os responsáveis pela *Enciclopédia*, obra na qual reuniram o conhecimento produzido no período. **Diderot** foi um dos autores iniciais que fez da literatura um ofício; mesmo assim, nunca esqueceu que antes de tudo ele era um filósofo e não um literário, sempre se preocupou com a natureza do homem. Era ateu e extremamente materialista. Com o filósofo D'Alembert, organizou outra *Enciclopédia* com 28 volumes. Esta foi de grande inspiração racionalista e materialista, e de grande influência e inspiração aos líderes da Revolução Francesa, propondo uma imediata separação entre a Igreja e o Estado e, ainda, o combate às superstições e às diversas manifestações de pensamento, entre elas, as instituições religiosas. Defenderam a importância da ciência como principal motor do desenvolvimento e progresso humano; acreditavam que a política devia se incumbir de eliminar as diferenças sociais; a religião deveria ficar restrita ao campo de formação do comportamento humano. Acreditavam, ainda, que a tecnologia era de fundamental importância para o desenvolvimento econômico das nações. Foram críticos do absolutismo e da influência da Igreja na sociedade.

Os iluministas condenavam a intervenção do Estado na economia. Pregavam a liberdade econômica e a formação de um mercado livre. Para os iluministas, a intervenção do Estado na economia limitava o desenvolvimento das atividades econômicas.

Os primeiros economistas a adotar essas ideias foram os fisiocratas (governo da natureza). Dentre os principais fisiocratas, podemos destacar **Quesnay** e **Gournay** (*laissez faire, laissez passer* = deixai fazer, deixai passar).

Outro economista que foi fortemente influenciado pelas ideias iluministas foi **Adam Smith**, que escreveu *A Riqueza das Nações*. Nessa obra, Smith defendeu que o trabalho era à base de toda a riqueza. O economista ainda era favorável ao trabalho livre, assalariado e contrário ao protecionismo, ao sistema colonial e à excessiva intervenção do Estado na economia.

Com o crescimento das ideias absolutistas, muitos reis passaram a governar adotando os princípios dos iluministas. Contudo, esses reis continuaram a ser centralizadores, e não abandonaram totalmente as práticas mercantilistas. O despotismo foi adotado nos países da Europa Oriental, em Portugal e na Espanha. Por exemplo, em Portugal, o representante do despotismo foi o **Marquês de Pombal**.

7º Período: Filosofia Contemporânea (séc. XIX até hoje)

A Filosofia Contemporânea vai dos meados do século XIX até nossos dias e que, por estar próxima de nós, é mais difícil de ser vista em sua generalidade, pois os problemas e as diferentes respostas dadas a eles parecem impossibilitar uma visão de conjunto.

Em outras palavras, não temos distância suficiente para perceber os traços mais gerais e marcantes deste período da filosofia. Apesar disso, é possível assinalar quais têm sido as principais questões e os principais temas que interessaram à filosofia neste século e meio.

No seu início, a Filosofia Contemporânea foi bastante marcada pela corrente filosófica iluminista. Os filósofos iluministas acreditavam que, se a razão e a racionalidade se tornassem os princípios organizadores das sociedades modernas, isso levaria ao desenvolvimento de uma verdadeira sociedade justa, baseada em valores de progresso social, tolerância e obediência à vontade geral. Havia um sentimento de que as ciências iriam sempre descobrindo novas soluções para os problemas humanos e que a civilização humana progredia a cada ano com os novos conhecimentos adquiridos.

Os novos filósofos, no entanto, lançaram desconfiança em relação aos diversos frutos, tantas vezes inesperados, da ciência e da tecnologia. Muitos filósofos começaram a questionar a supremacia da razão. Algumas perguntas que são típicas da Filosofia Contemporânea foram: "Será que a ciência poderá resolver todos os problemas da humanidade?"; "O homem deve confiar apenas na razão?"; "A tecnologia impedirá o fim da humanidade?".

Leia o que disse **Horkheimer**, famoso filósofo do século XX, em seu livro *Eclipse da razão*:

"Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humano, a autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação de massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram uma redução. O avanço dos recursos técnicos de informação se acompanha de um processo de desumanização."

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Ed. Labor do Brasil-RJ, 1976.

Horkheimer opõe o conhecimento técnico e autonomia do homem enquanto indivíduo. Parece que a tecnologia tem diminuído a capacidade do ser humano em se opor aos mecanismos de manipulação do sistema capitalista. Em outras palavras, o filósofo defende a tese de que a tecnologia desumaniza o homem.

Como você deve ter percebido, a Filosofia Contemporânea fundamenta-se em alguns conceitos que foram elaborados no século XIX. Um desses conceitos é o conceito de história, que foi formulado pelo filósofo alemão **Hegel**; ele afirma que a história é o modo de ser da razão e da verdade, o modo de ser dos seres humanos e que, portanto, somos seres históricos.

Uma das consequências dessa percepção levou à ideia de progresso, isto é, de que os seres humanos, as sociedades, as ciências, as artes e as técnicas melhoram com o passar do tempo, acumulam conhecimento e práticas, aperfeiçoando-se cada vez mais, de modo que o presente é melhor e superior, se comparado ao passado, e o futuro será melhor e superior, se comparado ao presente.

Essa visão otimista também foi desenvolvida na França pelo filósofo **Auguste Comte**, que atribuía o progresso ao desenvolvimento das ciências positivas. Essas ciências permitiriam aos seres humanos "saber para prever, prever para prover", de modo que o desenvolvimento social se faria por aumento do conhecimento científico e do controle científico da sociedade. É de Comte a ideia de "**Ordem e Progresso**", que viria a fazer parte da **bandeira do Brasil** republicano.

As utopias políticas elaboradas no século XIX, como o **anarquismo**, o **socialismo** e o **comunismo**, também devem muito à ideia de desenvolvimento e progresso como caminho para uma sociedade justa e feliz.

No entanto, a ideia de que a história fosse um movimento contínuo e progressivo em direção ao aperfeiçoamento sofreu duras restrições durante o século XX. A mesma afirmação da historicidade dos seres humanos, da razão e da sociedade levou à ideia de que a história é descontínua e não progressiva, onde cada sociedade possui a sua própria história em vez de ser apenas uma etapa de uma história universal das civilizações.

A ideia de progresso passa a ser criticada porque serve como desculpa para legitimar colonialismos e imperialismos (os mais "adiantados" teriam o direito de dominar os mais "atrasados"). Passa a ser criticada também a ideia de progresso das ciências e das técnicas, mostrando-se que, em cada época histórica e para cada sociedade, os conhecimentos e as práticas possuem sentido e valor próprios, e que tal sentido e tal valor desaparecem em uma época seguinte ou são diferentes em outra sociedade, não havendo, portanto, transformação contínua, acumulativa e progressiva.

Essa visão de mundo possibilitou o desenvolvimento de várias ciências, como a etnologia, a antropologia e as **ciências sociais**.

As ciências e as técnicas

No século XIX, entusiasmada com as ciências e as técnicas, bem como com a Segunda Revolução Industrial, a filosofia afirmava a confiança plena e total no saber científico e na tecnologia para dominar e controlar a natureza, a sociedade e os indivíduos.

Acreditava-se que a **sociologia**, por exemplo, ofereceria-nos um saber seguro e definitivo sobre o modo de funcionamento das sociedades e que os seres humanos poderiam organizar racionalmente o social, evitando revoluções, revoltas e desigualdades.

Acreditava-se, também, que a **psicologia** ensinaria definitivamente como é e como funciona a *psique* humana, quais as causas dos comportamentos e os meios de controlá-los, quais as causas das emoções e os meios de controlá-las, de tal modo que seria possível livrar-nos das angústias, do medo, da loucura; assim como seria possível uma pedagogia baseada nos conhecimentos científicos e que permitiria não só adaptar perfeitamente as crianças às exigências da sociedade, como também educá-las segundo suas vocações e potencialidades psicológicas.

No entanto, no século XX, a filosofia passou a desconfiar do otimismo científico-tecnológico do século anterior em virtude de vários acontecimentos: as duas guerras mundiais; o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki; os campos de concentração nazistas; as guerras da Coreia, do Vietnã, do Oriente Médio, do Afeganistão; as invasões comunistas da Hungria e da Tchecoslováquia; as ditaduras sangrentas da América Latina; a devastação de mares, florestas e terra; os perigos cancerígenos de alimentos e remédios; o aumento de distúrbios e sofrimentos mentais etc.

Uma escola alemã de filosofia, a **Escola de Frankfurt**, elaborou uma concepção conhecida como **Teoria Crítica**. Desta escola fazia parte filósofos como **Walter Benjamin** (1892-1940), **Herbert Marcuse** (1898-1979) e **Theodor Adorno** (1903-1969), aos quais se pode ligar também, o pensamento de **Jürgen Habermas** (1929-). Um dos principais filósofos desse grupo é **Max Horkheimer** (1895-1973). Ele pensou que as transformações na sociedade, na política e na cultura só poderiam se processar se tivessem como fim a emancipação do homem e não o domínio técnico e científico sobre a natureza e a sociedade. Esse pensamento distingue duas formas da razão: a razão instrumental e a razão crítica.

A **razão instrumental** é a razão técnico-científica, que faz das ciências e das técnicas não um meio de liberação dos seres humanos, mas um meio de intimidação, medo, terror e desespero. Ao contrário, a **razão crítica** é aquela que analisa e interpreta os limites e os perigos do pensamento instrumental e afirma que as mudanças sociais, políticas e culturais só se realizarão verdadeiramente se tiverem como finalidade a emancipação do gênero humano e não as ideias de controle e domínio técnico-científico sobre a natureza, a sociedade e a cultura.

As utopias revolucionárias

No século XIX, em decorrência do otimismo trazido pelas ideias de progresso, desenvolvimento técnico-científico, poderio humano para construir uma vida justa e feliz, a filosofia apostou nas utopias revolucionárias – **anarquismo**, **socialismo**, **comunismo** –, que criariam, graças à ação política consciente dos explorados e oprimidos, uma sociedade nova, justa e feliz.

No entanto, no século XX, com o surgimento das chamadas sociedades totalitárias – **fascismo**, **nazismo**, **stalinismo** – e com o aumento do poder das sociedades autoritárias ou ditatoriais, a filosofia também passou a desconfiar do otimismo revolucionário e das utopias e a indagar se os seres humanos, os explorados e dominados, serão capazes de criar e manter uma sociedade nova, justa e feliz.

O crescimento das chamadas **burocracias** – que dominam as organizações estatais, empresariais, político-partidárias, escolares, hospitalares – levou a filosofia a indagar como os seres

humanos poderiam derrubar esse imenso poderio que os governa secretamente, que eles desconhecem e que determina suas vidas cotidianas, desde o nascimento até a morte.

O fim da filosofia

No século XIX, o otimismo positivista ou cientificista levou a filosofia a supor que, no futuro, só haveria ciências, e que todos os conhecimentos e todas as explicações seriam dados por elas. Assim, a própria filosofia poderia desaparecer, não tendo motivo para existir.

No entanto, no século XX, a filosofia passou a mostrar que as ciências não possuem princípios totalmente certos, seguros e rigorosos para as investigações, que os resultados podem ser duvidosos e precários, e que, frequentemente, uma ciência desconhece até onde pode ir e quando está entrando no campo de investigação de uma outra.

Os princípios, os métodos, os conceitos e os resultados de uma ciência podem estar totalmente equivocados ou desprovidos de fundamento. Com isso, a filosofia voltou a afirmar seu papel de compreensão e interpretação crítica das ciências, discutindo a validade de seus princípios, procedimentos de pesquisa, resultados, de suas formas de exposição dos dados e das conclusões etc.

Foram preocupações com a falta de rigor das ciências que levaram o filósofo alemão **Edmund Husserl** (1859-1938) a propor que a filosofia fosse o estudo e o conhecimento rigoroso da possibilidade do próprio conhecimento científico, examinando os fundamentos, os métodos e os resultados das ciências. Foram também preocupações como essas que levaram filósofos como **Bertrand Russell** (1872-1970) e **Willard Van Orman Quine** (1908-2000) a estudar a linguagem científica, a discutir os problemas lógicos das ciências e a mostrar os paradoxos e os limites do conhecimento científico.

A maioria da razão

Ainda no século XIX, o otimismo filosófico levava a filosofia a afirmar que, enfim, os seres humanos haviam alcançado a **maioridade racional**, e que a razão se desenvolvia plenamente para que o conhecimento completo da realidade e das ações humanas fosse atingido.

No entanto, **Karl Marx** (1818-1883), no final do século XIX, e **Sigmund Freud** (1856-1939), no início do século XX, puseram em questão esse otimismo racionalista. Marx e Freud, cada qual em seu campo de investigação e voltados para diferentes aspectos da ação humana – Marx, voltado para a economia e a política; Freud, voltado para as perturbações e os sofrimentos psíquicos –, fizeram descobertas que, até agora, continuam impondo questões filosóficas. Que descobriram eles?

Marx descobriu que temos a ilusão de estarmos pensando e agindo com nossa própria cabeça e por nossa própria vontade, racional e livremente, de acordo com nosso entendimento e nossa liberdade, porque desconhecemos um poder invisível que nos força a pensar como pensamos e agir como agimos. A esse poder – que é social – ele deu o nome de **ideologia**. Marx denunciou que o capitalismo usava ideologias para enganar os trabalhadores.

O grande trabalho filosófico de Marx foi o livro *O Capital*, descrito com o a Bíblia da classe operária em uma resolução da Associação Operária Internacional. *O Capital* foi publicado em Berlim em 1867. No que viria a ser um dos livros mais influentes do século XIX, Marx previa a substituição do capitalismo pelo socialismo. Apenas o primeiro volume foi concluído em vida de Marx; o segundo e o terceiro volumes foram editados por Friedrich Engels, o maior companheiro de Marx. Engels compartilhava das mesmas ideias de Marx e foi um importante filósofo. Com Engels, Marx escreveu *O Manifesto do Partido Comunista*. No “Manifesto Comunista” publicado em 1848. Eles afirmavam:

“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e aprendiz; numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.”

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

Karl Marx tornou-se um dos mais importantes pensadores da Filosofia Contemporânea. Ele contribuiu com a economia, com a filosofia e com a política de modo decisivo. Apesar da influência que recebeu de Hegel, foi crítico corajoso do idealismo daquele filósofo. Também se opuseram ao racionalismo de Hegel vários pensadores, como o dinamarquês **Sören Kierkegaard** (1813-1855).

Kierkegaard, em sua obra, enfatiza os custos psicológicos da liberdade moderna. Assinala que para a maioria das pessoas a vida parece apresentar uma série de escolhas que o indivíduo tem que resolver sozinho, sem a ajuda da razão, da tradição ou da fé religiosa.

Em seu livro *O desespero humano – doença até a morte*, Kierkegaard vê a vida moderna sendo governada por alguns estados emocionais muito dolorosos: ansiedade de escolha, medo do futuro e frivolidade diante da morte. Suas ideias influenciaram escritores como **Franz Kafka** (1883-1924) e **Albert Camus** (1913-1960).

Filosoficamente, fez a ponte entre a **filosofia** de Hegel e aquilo que se tornaria o **existencialismo**. Kierkegaard rejeitou a filosofia hegeliana do seu tempo e aquilo que ele viu como o formalismo vazio da Igreja. Muitas das suas obras lidam com problemas religiosos, tais como a natureza da fé, a instituição da fé cristã, e ética cristã e **teologia**. Por causa disto, a obra de Kierkegaard é, algumas vezes, caracterizada como existencialismo cristão, em oposição ao existencialismo ateu de **Jean-Paul Sartre**.

Freud, por sua vez, mostrou que os seres humanos têm a ilusão de que tudo quanto pensam, fazem, sentem e desejam, tudo quanto dizem ou calam estaria sob o controle de nossa consciência, porque desconhecemos a existência de uma força invisível, de um poder – psíquico e social – que atua sobre nossa consciência sem que ela o saiba. A esse poder que domina e controla invisível e profundamente nossa vida consciente, ele deu o nome de **inconsciente**.

Diante dessas duas descobertas, contribuição de Marx e Freud, a filosofia se viu forçada a reabrir a discussão sobre o que é e o que pode a razão, sobre o que é e o que pode a consciência reflexiva ou o sujeito do conhecimento, sobre o que são e o que podem as aparências e as ilusões.

Ao mesmo tempo, a filosofia teve que reabrir as discussões éticas e morais: “O homem é realmente livre ou é inteiramente condicionado pela sua situação psíquica e histórica? Se for inteiramente condicionado, então a história e a cultura são causalidades necessárias como a natureza?”. Ou seria mais correto indagar: “Como os seres humanos conquistam a liberdade em meio a todos os condicionamentos psíquicos, históricos, econômicos, culturais em que vivem?”. Outro notável filósofo romântico foi o alemão **Arthur Schopenhauer** (1788-1860), que também se preocupava com a questão da liberdade. Para ele, ser livre significa a liberação de uma vontade que nunca pode ser satisfeita, sendo a vida humana, portanto, destinada ao desapontamento. Sua filosofia é profundamente pessimista, pois a vontade é concebida em seu sistema como algo sem nenhuma meta ou finalidade, um querer irracional e inconsciente. Sendo um mal inerente à existência do homem, ela gera a dor, necessária e inevitavelmente, aquilo que se conhece como felicidade seria apenas a interrupção temporária de um processo de infelicidade e somente a lembrança de um sofrimento passado criaria a ilusão de um bem presente. Para Schopenhauer,

“viver é sofrer”. Schopenhauer influenciou uma geração de artistas, como o cantor e compositor brasileiro, **Renato Russo**. O líder da Legião Urbana revelava em várias de suas músicas, o que podemos chamar de “dor de viver”. Em discos aclamados pela crítica musical, como o famoso *Cinco* e *A tempestade*, as composições de Renato Russo, Dado Villa Lobos e Marcelo Bonfá são permeadas de um pessimismo arrebatador. Na música “Quando o sol bater na janela do teu quarto”, Renato Russo cita Schopenhauer literalmente: “tudo é dor e toda dor vem do desejo de não sentirmos dor”.

O pensamento de Schopenhauer foi fonte decisiva para a obra de um dos mais importantes filósofos da Idade Contemporânea, **Nietzsche** (1844-1900).

O pensamento de Nietzsche é desafiador. Para compreender este grande interprete da alma humana é necessário deixar de lado as nossas ideias pré-concebidas, ou seja, os nossos preconceitos. Nietzsche nos desafia, ele critica a moral cristã, analisa a ideia de bem e mal imposta pelo pensamento religioso na Europa de sua época.

Toda a filosofia de Nietzsche pode ser vista com a tentativa de responder a esta única pergunta: “Como podemos viver em um mundo sem algo (um Deus) que garanta que a vida tenha sentido?” Em 1882, Nietzsche admitiu, enfim, que **Deus estava morto**, iniciando sua longa busca por uma resposta não religiosa ao significado da vida, tentando escapar à sensação de desespero que seguiu sua perda de fé no cristianismo. Essa condição, que ele chamou de niilismo – a crença de que nada tem sentido – foi para ele o principal problema enfrentado pelo mundo moderno.

Nietzsche influencia muitos filósofos do século XX, período de vasta produção filosófica marcada também pela releitura da obra de Marx, a **psicanálise** de Freud, o **existencialismo** de Sartre, a **filosofia da linguagem** de Wittgenstein e a **fenomenologia** de Edmund Husserl.

Infinito e finito

O século XIX prosseguiu uma tradição filosófica que veio desde a Antiguidade e que foi muito alimentada pelo pensamento cristão. Nessa tradição, o mais importante sempre foi a ideia do infinito, isto é, da natureza eterna (dos gregos), do Deus eterno (dos cristãos), do desenvolvimento pleno e total da história ou do tempo como totalização de todos os seus momentos ou suas etapas. Prevalecia a ideia de todo ou de totalidade, da qual os humanos fazem parte e na qual os humanos participam.

No entanto, a filosofia do século XX tendeu a dar maior importância ao finito, isto é, ao que surge e desaparece, ao que tem fronteiras e limites. Esse interesse pelo finito aparece, por exemplo, em uma corrente filosófica (entre os anos 30 e 50) chamada **existencialismo** e que definiu o humano ou o homem como “um ser para a morte”, isto é, um ser que sabe que termina e que precisa encontrar em si mesmo o sentido de sua existência.

Para a maioria dos existencialistas, dois eram os modos privilegiados de o homem aceitar e enfrentar sua finitude: por meio das **artes** e da **ação político-revolucionária**. Nessas formas excepcionais da atividade, os humanos seriam capazes de dar sentido à brevidade e finitude de suas vidas.

Outro exemplo do interesse pela finitude aparece no que se costuma chamar de “filosofia da diferença”, isto é, naquela filosofia que se interessa menos pelas semelhanças e identidades e muito mais pela singularidade e particularidade.

É assim, por exemplo, que tal filosofia, inspirando-se nos trabalhos dos antropólogos, interessa-se pela diversidade, pluralidade, singularidade das diferentes culturas, em lugar de voltar-se para a ideia de uma cultura universal, que foi, no século XIX, uma das imagens do infinito, isto é, de uma totalidade que conteria dentro de si, como suas partes ou seus momentos, as diferentes culturas singulares.

Enfim, outro exemplo de interesse pela finitude aparece quando a filosofia, em vez de buscar uma ciência universal que conteria dentro de si todas as ciências particulares, interessa-se pela multiplicidade e pela diferença entre as ciências, pelos limites de cada uma delas e, sobretudo, por seus impasses e problemas insolúveis.

Um dos líderes da escola existencialista foi **Jean-Paul Sartre** (1905-1980). A principal obra filosófica de Sartre foi *O ser e o nada*, publicada em 1939. Nessa obra, ele ataca duramente a teoria aristotélica de potência. Para Sartre, "o ser é o que é", ou seja, a característica tipicamente humana é o nada: um espaço aberto. Esse nada, próprio da existência, faz do homem um ente não estático, não compacto, acessível às possibilidades de mudança. O homem é a própria mudança.

Se o homem fosse um ser cheio, total, pleno, com uma essência definida, ele não poderia ter nem consciência, nem liberdade. Primeiro, porque a consciência é um espaço aberto a múltiplos conteúdos. Segundo, porque a liberdade representa a possibilidade de escolha. Por intermédio dela, o homem revela suas aspirações para algo que ele ainda não é. Assim, para Sartre, se o homem não expressasse esse vazio de ser, sua consciência já estaria pronta, acabada, fechada. E, nesse caso, o homem não poderia manifestar liberdade, pois estaria totalmente preso à realidade estática do ser pleno. Por isso, o homem tem como característica específica o não ser, algo indefinido e indeterminado. Por esse mesmo motivo, não podemos falar da existência de uma natureza humana universal, mas de uma condição humana.

Um dos principais fundamentos da condição humana é a liberdade. É o exercício da liberdade que impulsiona a conduta humana, que gera a incerteza, que leva à procura de sentidos, que produz a ultrapassagem de certos limites.

Outros filósofos franceses do século XX se destacaram por produzirem um pensamento pertinente e inovador; entre eles podemos destacar **Maurice Merleau-Ponty** (1908-1961), **Jaques Lacan** (1901-1981), **Louis Althusser** (1918-1990), **Michel Foucault** (1926-1984) e **Jaques Derrida** (1930-2004). O existencialismo expandiu-se entre outros filósofos, como **Gabriel Marcel** (1889-1973), **Karl Jaspers** (1883-1969), **Léon Chestov** (1866-1938) e **Martin Buber** (1878-1965).

Como podemos perceber, a Filosofia Contemporânea, a filosofia de nosso tempo, resulta de uma tentativa de encontrar respostas à crise do projeto filosófico da modernidade. Suas principais correntes visam ou atualizam o racionalismo e o funcionalismo característicos da Filosofia Moderna, ou romper com esta tradição em direção a novas alternativas a partir da influência de filósofos como **Heidegger**, **Sartre** e **Wittgenstein**. Um dos aspectos centrais dessa crise é o questionamento da subjetividade como ponto de partida da tentativa de fundamentação do conhecimento e da ética. A linguagem deve ser vista em diferentes perspectivas, como uma alternativa filosófica. Mas, também, verificamos na Filosofia Contemporânea críticas à civilização ocidental e o desejo de encontrar caminhos para um mundo sem um Deus. Há forte rejeição na crença nos valores absolutos, na moral de rebanho e na tradição cultural castradora da criatividade, da ação e da emoção pura do homem.

Temas, disciplinas e campos filosóficos

A filosofia existe há 25 séculos. Durante uma história tão longa e de tantos períodos diferentes, surgiram temas, disciplinas e campos de investigação filosóficos enquanto outros desapareceram. Desapareceu também a ideia de Aristóteles de que a filosofia era a totalidade dos conhecimentos teóricos e práticos da humanidade.

Também desapareceu uma imagem, que durou muitos séculos, na qual a filosofia era representada como uma grande árvore frondosa, cujas raízes eram a metafísica e a teologia, cujo tronco era a lógica, cujos ramos principais eram a filosofia da natureza, a ética e a política e cujos galhos extremos eram as técnicas, as artes e as invenções. A filosofia, vista como uma totalidade orgânica ou viva, era chamada de "rainha das ciências". Isso desapareceu.

Pouco a pouco, as várias ciências particulares foram definindo seus objetivos, seus métodos e seus resultados próprios, e se desligaram da grande árvore. Cada ciência, ao se desligar, levou consigo os conhecimentos práticos ou aplicados de seu campo de investigação, isto é, as artes e as técnicas a ela ligadas. As últimas ciências a aparecerem e a se desligarem da árvore da filosofia foram as ciências humanas (**psicologia, sociologia, antropologia, história, linguística, geografia** etc.). Outros campos de conhecimento e de ação abriram-se para a filosofia, mas a ideia de uma totalidade de saberes que conteria em si todos os conhecimentos nunca mais reapareceu.

Quais são os campos próprios em que se desenvolve a reflexão filosófica nestes vinte e cinco séculos?

A filosofia comporta três áreas de estudo:

- I. a do **ser**:
 - **Metafísica**: é um ramo da filosofia que estuda a essência do mundo. Ocupa-se em procurar responder perguntas, tais como: "O que é real?"; "O que é natural?"; "O que é sobrenatural?". O ramo central da **metafísica** é a ontologia, que investiga em quais categorias as coisas estão no mundo e quais as relações dessas coisas entre si. A **metafísica** também tenta esclarecer as noções de como as pessoas entendem o mundo, incluindo a existência e a natureza do relacionamento entre objetos e suas propriedades, espaço, tempo, causalidade e possibilidade. São estudos que vão além da natureza, além do físico, além daquilo que se possa ver ou tocar.
 - **Ontologia**: (em grego *ontos* e *logoi*, "conhecimento do ser") é a parte da filosofia que trata da natureza do ser, da realidade, da existência dos entes. A ontologia trata do ser enquanto ser, isto é, do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres. Diferentemente da metafísica, a ontologia não utiliza, necessariamente, a noção de transcendência, podendo ser especulativa ou científica. Imagina-se que o conceito de ontologia tenha se originado na Grécia Antiga, tendo ocupado as mentes de Platão e Aristóteles em seu estudo.
- II. a do **conhecer**:
 - **Lógica**: conhecimento das formas e regras gerais do pensamento correto e verdadeiro, independentemente dos conteúdos pensados; regras para a demonstração científica verdadeira; regras para pensamentos não científicos; regras sobre o modo de expor os conhecimentos; regras para a verificação da verdade ou falsidade de um pensamento; estuda e sistematiza a argumentação válida. A lógica tornou-se uma disciplina praticamente autônoma em relação à filosofia, graças ao seu elevado grau de precisão e tecnicismo. Hoje em dia, é uma disciplina que recorre a métodos matemáticos, e os lógicos contemporâneos têm em geral formação matemática. Todavia, a lógica elementar que se costuma estudar nos cursos de filosofia é tão básica como a aritmética elementar e não tem elementos matemáticos.

A lógica elementar é usada como “instrumento” pela filosofia, para garantir a validade da argumentação. Quando a filosofia tem a lógica como “objeto” de estudo, entramos na área da **filosofia da lógica**, que estuda os fundamentos das teorias lógicas e os problemas não estritamente técnicos levantados pelas diferentes lógicas. Hoje em dia há muitas lógicas além da teoria clássica da dedução de Russell e Frege (como as lógicas livres, modais, temporais, paraconsistentes, difusas, intuicionistas etc.), o que levanta novos problemas à filosofia da lógica. A **lógica informal** estuda os aspectos da argumentação válida que não dependem exclusivamente da forma lógica. O tema introdutório mais comum no que respeita à lógica é a teoria clássica da dedução (lógica proposicional e de predicados, incluindo formalizações elementares da linguagem natural); a lógica aristotélica é por vezes ensinada, a nível universitário, como complemento histórico e não como alternativa à lógica clássica.

- **Epistemologia:** (do grego *episteme* – ciência, conhecimento; *logos* – discurso) é um ramo da filosofia que trata dos problemas filosóficos relacionados à crença e ao conhecimento. Tal tipo de conhecimento é o conjunto de todas aquelas informações que descrevem e explicam o mundo natural e social que nos rodeia. Este conhecimento consiste em descrever, explicar e prever uma realidade, isto é, analisar o que ocorre, determinar por que ocorre dessa forma e utilizar estes conhecimentos para antecipar uma realidade futura. Realiza uma análise crítica das ciências, tanto as ciências exatas ou matemáticas, quanto as naturais e as humanas; avaliação dos métodos e dos resultados das ciências; compatibilidades e incompatibilidades entre as ciências formas de relações entre as ciências etc.
- **Teoria do conhecimento** ou estudo das diferentes modalidades de conhecimento humano: o conhecimento sensorial ou sensação e percepção; a memória e a imaginação; o conhecimento intelectual; a ideia de verdade e falsidade; a ideia de ilusão e realidade; formas de conhecer o espaço e o tempo; formas de conhecer relações; conhecimento ingênuo e conhecimento científico; diferença entre conhecimento científico e filosófico etc.
- **Filosofia da linguagem:** estuda todos os problemas relacionados com o funcionamento da linguagem e o fenômeno do significado linguístico. Eis alguns dos temas desta disciplina: a natureza do significado – significado, verdade e realismo, indeterminação; pragmática; a natureza do conhecimento do significado e das regras linguísticas; a distinção entre diferentes línguas, linguagens e dialetos; o significado das metáforas; a linguagem como manifestação da humanidade do homem; signos, significações; a comunicação; passagem da linguagem oral à escrita, da linguagem cotidiana à filosófica, à literária, à científica; diferentes modalidades de linguagem como diferentes formas de expressão e de comunicação.
- **Filosofia da História e História da Filosofia:** estudo dos diferentes períodos da filosofia; de grupos de filósofos segundo os temas e problemas que abordam; de relações entre o pensamento filosófico e as condições econômicas, políticas, sociais e culturais de uma sociedade; mudanças ou transformações de conceitos filosóficos em diferentes épocas; mudanças na concepção do que seja a filosofia e de seu papel ou finalidade; teorias do progresso, da evolução e teorias da descontinuidade histórica; significado das diferenças culturais e históricas, suas razões e consequências.

III. E a do agir:

- **Ética ou Filosofia Moral:** estuda problemas relacionados com o modo como devemos viver e com o que devemos valorizar. A ética abrange três áreas ou subdisciplinas distintas: a **metaética**, a **ética normativa** e a **ética aplicada**. A metaética estuda problemas mais abstratos, relacionados com a natureza da própria ética; a ética normativa estuda diferentes sistemas éticos; e a ética aplicada estuda problemas práticos, como o aborto ou a eutanásia. Eis alguns problemas da ética em geral: o egoísmo (ético e psicológico); a natureza da normatividade e da razão prática; a objetividade do juízo ético; responsabilidade moral, deliberação e decisão; relativismo ou realismo éticos; a incomensurabilidade de valores; estudo dos valores morais (as virtudes); da relação entre vontade e paixão, vontade e razão; finalidades e valores da ação moral; ideias de liberdade, responsabilidade, dever, obrigação etc. Algumas das teorias normativas mais importantes são: a teoria das virtudes, o utilitarismo e a ética deontológica. Torna-se importante também a ética do meio ambiente e o problema ético da pobreza no mundo. A ética aplicada deu, entretanto, origem a várias subdisciplinas próprias, como a **ética empresarial**, a **ética jornalística**, a **ética médica**, a **bioética** em geral, a **ética universitária** etc.
- **Filosofia política:** estudo sobre a natureza do poder e da autoridade; ideia de direito, lei, justiça, dominação, violência; formas dos regimes políticos e suas fundamentações; nascimento e formas do Estado; ideias autoritárias, conservadoras, revolucionárias e libertárias; teorias da revolução e da reforma; análise e crítica das ideologias; estuda o modo como podemos viver em sociedade e o modo como devemos fazê-lo, o que levanta problemas como os seguintes: a justificação do Estado e da obrigação política, a justificação do anarquismo, a natureza da justiça, a justificação da democracia, a igualdade, o liberalismo político, a liberdade e os mercados livres, a propriedade privada, os direitos naturais, o problema da punição. Os temas introdutórios mais comuns no que respeita a esta disciplina são o problema da justificação do Estado, as teorias contratualistas e a liberdade.
- **Filosofia da Religião:** estuda argumentos a favor e contra a existência de Deus, como os argumentos ontológico, do desígnio ou cosmológico, e o problema do mal; a racionalidade e a epistemologia da fé; a natureza de Deus e as suas propriedades; filosofia da linguagem religiosa; a ideia de alma e de imortalidade. Os temas introdutórios mais comuns no que respeita a esta disciplina são os argumentos a favor de Deus e as suas críticas, o problema do mal e o fideísmo (doutrina religiosa que prega que as verdades metafísicas, morais e religiosas, como a existência de Deus, a justiça divina após a morte e a imortalidade, são inalcançáveis por meio da razão, e só serão compreendidas por intermédio da fé).
- **Estética e Filosofia da Arte:** são sutilmente distintas, mas hoje em dia estuda-se, sobretudo, a última. A estética estuda a natureza do juízo estético em geral. A filosofia da arte estuda problemas como a definição de obra de arte e o valor da arte; estudo das formas de arte, do trabalho artístico; ideia de obra de arte e de criação; relação entre matéria e forma nas artes; relação entre arte e sociedade, arte e política, arte e ética. O tema introdutório mais comum no que respeita a esta disciplina é a definição de obra de arte, estudando-se em geral as várias teorias que respondem a este problema.

Leitura Complementar

FARIAS BRITO, O 1º FILÓSOFO BRASILEIRO

Cada filósofo sofre a influência da ciência especial cuja inspiração preponderante obedece, mas sempre que se entrega à especulação filosófica propriamente dita, o que tem em vista e o que procura é interpretar o espírito.

Farias Brito

A filosofia deixou no Ceará raízes profundas, a “Terra do Sol” teve um filósofo que pode ser considerado o mais importante, o primeiro e o mais original dos filósofos brasileiros.

Raimundo Farias Brito (1862-1917) nasceu na cidade de São Benedito, fez seus primeiros estudos em Sobral, mas, com a seca, teve de mudar-se com a família para Fortaleza, onde completou o curso secundário, além de dar aulas particulares; foi depois ao Recife onde fez o curso de jurídico na famosa escola do Recife, onde ensinava Tobias Barreto. Após isso regressou ao Ceará, onde atuou como professor em Aquiraz e Viçosa.

Publicou os livros *A Finalidade do Mundo* (1895) em três volumes, foi ao Rio e depois ao Pará, atuando como advogado, promotor e professor da Faculdade de Direito de Belém. Em 1909, vai definitivamente para o Rio de Janeiro. Ali faz concurso para professor de Lógica. Tirou o primeiro lugar, mas foi preterido por Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, tomando posse após a morte deste na mesma cadeira no Colégio Pedro II. Publicou ainda *A Base Física do Espírito* (1912) e *O Mundo Inteiro* (1914).

Farias Brito teve como destino elevar a especulação filosófica no Brasil a um nível ainda não galgado: foi o primeiro filósofo brasileiro a travar diálogo com os modernos sistemas filosóficos europeus e ousar uma interpretação própria da realidade contra as opiniões já reconhecidas. Criticado acidamente por uns e elogiado por outros, nosso filósofo fez com que a filosofia não se enclausurasse na academia e ao mesmo tempo não se limitasse apenas ao comentário do que se escrevia na Europa, contribuindo, mesmo que modestamente, para um filosofar autêntico, o que não foi compreendido por nenhum de seus críticos.

Farias Brito merece o nosso reconhecimento como filósofo que teve como inspiração uma religiosa busca da verdade movida por um amor sincero para além das escolas e correntes de pensamento da “moda”. Ele que, como muitos outros cearenses ilustres, tais como Alberto Nepomuceno, Rodolfo Teófilo, Clóvis Beviláqua, Rocha Lima, José de Alencar, abriu espaço para uma produção própria nos diversos campos onde atuaram, tem muito a nos ensinar sobre nossas possibilidades e potenciais enquanto nascidos no seio de uma cultura multifacetada e plural como é a nossa.

Falar sobre Farias Brito no cenário filosófico atual é abrir horizontes de questionamento sobre o nosso lugar na história da filosofia e sobre a autenticidade das ideias que nos formam, pois a filosofia não é mera erudição, nem mesmo o acúmulo de conhecimentos sobre a história dela mesma em um sem número de sistemas decorados; é antes produção intelectual inovadora que enraíza-se na cultura autóctone e se eleva para além dela.

Não surgiu a filosofia na Grécia a partir de uma crítica dos mitos gregos? Não é ela a elaboração conceitual daquilo que vivenciamos e que nos constitui enquanto seres humanos, a cultura?

Se não quisermos apenas importar ideias e repetir aquilo que pensa a Europa devemos levar a sério a tarefa que nos ocupa enquanto filósofos, ou seja, pensar nossa realidade antes de pensar a realidade!

A filosofia tem aproximadamente 2.600 anos de história, dos quais apenas um pouco mais de quinhentos nos pertencem, e é estimulante saber que um cearense chamado **Farias Brito** ousou filosofar por si mesmo nesse curto período de nossa história da filosofia.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2016)

Sentimos que toda satisfação de nossos desejos advinda do mundo assemelha-se à esmola que mantém hoje o mendigo vivo, porém prolonga amanhã a sua fome. A resignação, ao contrário, assemelha-se à fortuna herdada: livra o herdeiro para sempre de todas as preocupações.

SCHOPENHAUER, A. *Aforismo para a sabedoria da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

O trecho anterior destaca uma ideia remanescente de uma tradição filosófica ocidental, segundo a qual a felicidade se mostra indissociavelmente ligada à

A) consagração de relacionamentos afetivos.
 B) administração da independência interior.
 C) fugacidade do conhecimento empírico.
 D) liberdade de expressão religiosa.
 E) busca de prazeres efêmeros.

02. (Enem/2016)

Ser ou não ser — eis a questão.
 Morrer — dormir — Dormir! Talvez sonhar. Aí está o obstáculo!
 Os sonhos que hão de vir no sono da morte
 Quando tivermos escapado ao tumulto vital
 Nos obrigam a hesitar: e é essa a reflexão
 Que dá à desventura uma vida tão longa.

SHAKESPEARE, W. *Hamlet*. Porto Alegre: L&PM, 2007

Este solilóquio pode ser considerado um precursor do existencialismo ao enfatizar a tensão entre

A) consciência de si e angústia humana.
 B) inevitabilidade do destino e incerteza moral.
 C) tragicidade da personagem e ordem do mundo.
 D) racionalidade argumentativa e loucura iminente.
 E) dependência paterna e impossibilidade de ação.

03. (Enem/2016)

Hoje, a indústria cultural assumiu a herança civilizatória da democracia de pioneiros e empresários, que tampouco desenvolvera uma fineza de sentido para os desvios espirituais. Todos são livres para dançar e para se divertir do mesmo modo que, desde a neutralização histórica da religião, são livres para entrar em qualquer uma das inúmeras seitas. Mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa.

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro; Zahar, 1985

A liberdade de escolha na civilização ocidental, de acordo com a análise do texto, é um(a)

A) legado social.
 B) patrimônio político.
 C) produto da moralidade.
 D) conquista da humanidade.
 E) ilusão da contemporaneidade.

04. (Enem/2016)

Vi os homens sumirem-se numa grande tristeza. Os melhores cansaram-se das suas obras. Proclamou-se uma doutrina e com ela circulou uma crença: Tudo é oco, tudo é igual, tudo passou! O nosso trabalho foi inútil; o nosso vinho tornou-se veneno; o mau olhado amareleceu-nos os campos e os corações. Secamos de todo, e se caísse fogo em cima de nós, as nossas cinzas voariam em pó. Sim; cansamos o próprio fogo. Todas as fontes secaram para nós, e o mar retirou-se. Todos os solos se querem abrir, mas os abismos não nos querem tragar!

NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra*, Rio de Janeiro. Ediouro, 1977.

O texto exprime uma construção alegórica que traduz um entendimento da doutrina niilista, uma vez que

- A) reforça a liberdade do cidadão.
- B) desvela os valores do cotidiano.
- C) exorta as relações de produção.
- D) destaca a decadência da cultura.
- E) amplifica o sentimento de ansiedade.

05. (Enem/2013)

Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo. Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- A) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- B) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- C) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- D) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- E) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.



Exercícios Propostos

01. (Enem/2016)

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1986 (adaptado).

O texto apresenta uma interpretação da modernidade que a caracteriza como um(a)

- A) dinâmica social contraditória.
- B) interação coletiva harmônica.
- C) fenômeno econômico estável.
- D) sistema internacional decadente.
- E) processo histórico homogeneizador.

02. (Enem/2012)

Na regulação de matérias culturalmente delicadas, como, por exemplo, a linguagem oficial, os currículos da educação pública, o *status* das Igrejas e das comunidades religiosas, as normas do direito penal (por exemplo, quanto ao aborto), mas também em assuntos menos chamativos, como, por exemplo, a posição da família e dos consórcios semelhantes ao matrimônio, a aceitação de normas de segurança ou a delimitação das esferas pública e privada — em tudo isso reflete-se amiúde apenas o auto entendimento ético-político de uma cultura majoritária, dominante por motivos históricos. Por causa de tais regras, implicitamente repressivas, mesmo dentro de uma comunidade republicana que garanta formalmente a igualdade de direitos para todos, pode eclodir um conflito cultural movido pelas minorias desprezadas contra a cultura da maioria.

HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.

A reivindicação dos direitos culturais das minorias, como exposto por Habermas, encontra amparo nas democracias contemporâneas, na medida em que se alcança

- A) a secessão, pela qual a minoria discriminada obteria a igualdade de direitos na condição da sua concentração espacial, num tipo de independência nacional.
- B) a reunificação da sociedade que se encontra fragmentada em grupos de diferentes comunidades étnicas, confissões religiosas e formas de vida, em torno da coesão de uma cultura política nacional.
- C) a coexistência das diferenças, considerando a possibilidade de os discursos de auto entendimento se submeterem ao debate público, cientes de que estarão vinculados à coerção do melhor argumento.
- D) a autonomia dos indivíduos que, ao chegarem à vida adulta, tenham condições de se libertar das tradições de suas origens em nome da harmonia da política nacional.
- E) o desaparecimento de quaisquer limitações, tais como linguagem política ou distintas convenções de comportamento, para compor a arena política a ser compartilhada.

03. (Enem/2015 – 2ª Aplicação-PPL)

Texto I

A melhor banda de todos os tempos da última semana
 O melhor disco brasileiro de música americana
 O melhor disco dos últimos anos de sucessos do passado
 O maior sucesso de todos os tempos entre os dez maiores fracassos
 Não importa contradição
 O que importa é televisão
 Dizem que não há nada que você não se acostume
 Cala a boca e aumenta o volume então.

MELLO, B.; BRITTO, S. *A melhor banda de todos os tempos da última semana*. São Paulo: Abril Music, 2001 (fragmento).

Texto II

O FETICHISMO NA MÚSICA E A REGRESSÃO DA AUDIÇÃO

Aldous Huxley levantou em um de seus ensaios a seguinte pergunta: quem ainda se diverte realmente hoje num lugar de diversão? Com o mesmo direito poder-se-ia perguntar: para quem a música de entretenimento serve ainda como entretenimento? Ao invés de entreter, parece que tal música contribui ainda mais para o emudecimento dos homens, para a morte da linguagem como expressão, para a incapacidade de comunicação.

ADORNO, T. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

- A aproximação entre a letra da canção e a crítica de Adorno indica o(a)
- A) lado efêmero e restritivo da indústria cultural.
 - B) baixa renovação da indústria de entretenimento.
 - C) influência da música americana na cultura brasileira.
 - D) fusão entre elementos da indústria cultural e da cultura popular.
 - E) declínio da forma musical em prol de outros meios de entretenimento.

04. (Simulado Avalia-SFB/2018)

Texto I

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido se esvai na fumaça da representação. [...] Portanto, na modernidade, o espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é 'o que aparece é bom, o que é bom aparece'. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Texto II

O espelho preto é o reflexo dos *smartphones*, *tablets*, computadores e televisões. É também o nome da série britânica, em inglês, *Black Mirror*. Charlie Brooker, o criador, sumariza sua série da seguinte forma: "se a tecnologia é uma droga — e parece mesmo ser uma — então quais são precisamente os efeitos colaterais?".

O fascínio por *Black Mirror* se dá em sua capacidade de ser, ao mesmo tempo que absurdista; plausível. Nada do que acontece ali, por mais distópico que seja, parece distante dos "avanços" de nossa tecnologia. A série é uma mistura de Bauman, Foucault, Rousseau e vai-falando-aí qualquer outro teórico hypado da filosofia e sociologia.

Disponível em: <<https://revistamoviement.net>>. Publicado em julho 29, 2016.

Sabendo que o Texto I foi publicado em 1967, que o Texto II é uma publicação contemporânea, que relação podemos fazer entre as publicações?

- A) O Texto II atualiza os pensamentos de Guy Debord, problematizando-o.
- B) Os textos representam visões distintas a respeito de um único tema: a sociedade midiaticizada.
- C) A série britânica em nada pode ser relacionada com as ideias de espetacularização apresentadas por Guy Debord.
- D) Os dois textos representam a ideia de que o espetáculo de massa é um fenômeno grandioso, positivo e inacessível.
- E) O Texto II sinaliza para o fato de que a sociedade contemporânea não é mais voltada ao mundo televisivo, e as pessoas tendem a esconder o que fazem para todos.

05. (Enem/2018)

O século XVIII é, por diversas razões, um século diferenciado. Razão e experimentação se aliavam no que se acreditava ser o verdadeiro caminho para o estabelecimento do conhecimento científico, por tanto tempo almejado. O fato, a análise e a indução passavam a ser parceiros fundamentais da razão. É ainda no século XVIII que o homem começa a tomar consciência de sua situação na história.

ODALIA, N. PINSKY, J.; PINSKY, C. B. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

- No ambiente cultural do Antigo Regime, a discussão filosófica mencionada no texto tinha como uma de suas características a
- A) aproximação entre inovação e saberes antigos.
 - B) conciliação entre revelação e metafísica platônica.
 - C) vinculação entre escolástica e práticas de pesquisa.
 - D) separação entre teologia e fundamentalismo religioso.
 - E) contraposição entre clericalismo e liberdade de pensamento.

06. (Enem/2015 – 2ª Aplicação-PPL)

Na sociedade democrática, as opiniões de cada um não são fortalezas ou castelos para que neles nos encerremos como forma de autoafirmação pessoal. Não só temos de ser capazes de exercer a razão em nossas argumentações, como também devemos desenvolver a capacidade de ser convencidos pelas melhores razões. A partir dessa perspectiva, a verdade buscada é sempre um resultado, não ponto de partida: e essa busca inclui a conversação entre iguais, a polêmica, o debate, a controvérsia.

SAVATER, F. *As perguntas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (adaptado).

A ideia de democracia presente no texto, baseada na concepção de Habermas acerca do discurso, defende que a verdade é um(a)

- A) alvo objetivo alcançável por cada pessoa, como agente racional autônomo.
- B) critério acima dos homens, de acordo com o qual podemos julgar quais opiniões são as melhores.
- C) construção da atividade racional de comunicação entre os indivíduos, cujo resultado é um consenso.
- D) produto da razão, que todo indivíduo traz latente desde o nascimento, mas que só se firma no processo latente educativo.
- E) resultado que se encontra mais desenvolvido nos espíritos elevados, a quem cabe a tarefa de convencer os outros.

07. (Simulado Avalia-SFB/2018)

Texto I

O **Método Dialético**, frequentemente referido apenas como **Dialética**, é uma forma de discurso entre duas ou mais pessoas que possuem diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto, mas que pretendem estabelecer a verdade através de argumentos fundamentados e não simplesmente vencer um debate ou persuadir o opositor. Originalmente, é a arte do diálogo, da contraposição de ideias que leva a outras ideias. O conceito de dialética, porém, é utilizado por diferentes doutrinas filosóficas e, de acordo com cada uma, assume um significado distinto.

REALE, Giovanni. *História da filosofia do romantismo até nossos dias*. 3v. 8º ed. São Paulo: Paulus, 2007. Adaptado.

Texto II

O marido e a esposa brigavam sobre a forma de colocar o papel higiênico. A solução (síntese) pode ser não usar mais o papel higiênico e sim um chuveirinho com água morna.



Relacionando o conceito de dialética (do grego *dialektiké*) no texto I com a sarcástica história do texto II, podemos dizer que o conceito de dialética é devidamente empregado para explicar a imagem do texto II na definição de

- A) Kant, ao se referir à dialética como uma lógica de aparências, uma ilusão, pois baseia-se em princípios muito subjetivos.
- B) Aristóteles, ao afirmar que dialética era um processo racional, algo que é aceitável por todos, ou pelo menos pela maioria.
- C) Platão, ao mencionar a dialética como sendo um método eficaz para aproximar as ideias individuais às ideias universais.
- D) Hegel, ao dizer que a dialética era responsável pelo movimento em que uma ideia sai de si própria para ser uma outra coisa e depois regressa à sua identidade, se tornando mais concreta.
- E) Karl Marx, ao comparar a dialética ao pensamento e a realidade ao mesmo tempo, afirmar que se tratava de movimentos históricos que ocorrem de acordo com as condições materiais da vida.

08. (Enem/2013)

O edifício é circular. Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Você pode chamá-los, se quiser, de celas. O apartamento do inspetor ocupa o centro; você pode chamá-lo, se quiser de alojamento do inspetor. A moral reformada; a saúde preservada; a indústria revigorada; a instrução difundida; os encargos públicos aliviados; a economia assentada, como deve ser, sobre uma rocha; o nó górdio da Lei sobre os Pobres não cortado, mas desfeito – tudo por uma simples ideia de arquitetura!

BENTHAM, J. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Essa é a proposta de um sistema conhecido como panóptico, um modelo que mostra o poder da disciplina nas sociedades contemporâneas, exercido preferencialmente por mecanismos

- A) religiosos, que se constituem como um olho divino controlador que tudo vê.
- B) ideológicos, que estabelecem limites pela alienação, impedindo a visão da dominação sofrida.
- C) repressivos, que perpetuam as relações de dominação entre os homens por meio da tortura física.
- D) sutis, que adestram os corpos no espaço-tempo por meio do olhar como instrumento de controle.
- E) consensuais, que pactuam acordos com base na compreensão dos benefícios gerais de se ter as próprias ações controladas.

09. (Enem/2014)

Uma norma só deve pretender validade quando todos os que possam ser concernidos por ela cheguem (ou possam chegar), enquanto participantes de um discurso prático, a um acordo quanto à validade dessa norma.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Segundo Habermas, a validade de uma norma deve ser estabelecida pelo(a):

- A) liberdade humana, que consagra a vontade.
- B) razão comunicativa, que requer um consenso.
- C) conhecimento filosófico, que expressa a verdade.
- D) técnica científica, que aumenta o poder do homem.
- E) poder político, que se concentra no sistema partidário.

10. (UFU/2019)

[...] a, palavra “bom”, de antemão, não se prende necessariamente a ações “não-egoístas”; como é a superstição daqueles genealogistas da moral. Em vez disso, somente com um declínio de juízos de valor aristocráticos acontece que essa oposição “egoísta” — “não-egoísta” se imponha mais e mais à consciência humana — é, para me servir de minha linguagem, o instinto de rebanho que, com ela, afinal, toma a palavra (e também as palavras).

NIETZSCHE, Friedrich. *Para a genealogia da moral*. Os Pensadores. Trad. LEBRUN, G. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 342.

De acordo com o conteúdo da citação, assinale a alternativa que nomeia um dos conceitos mais importantes da filosofia nietzschiana.

- A) Impulso apolíneo.
- B) Impulso dionisiaco.
- C) Vontade de potência.
- D) Transvaloração dos valores.



Fique de Olho

ENTREVISTA:

Jürgen Habermas: “Não pode haver intelectuais se não há leitores”

Prestes a completar 89 anos, o filósofo vivo mais influente do mundo está em plena forma. O velho professor alemão, discípulo de Adorno e sobrevivente da Escola de Frankfurt, mantém mão de ferro em seus julgamentos sobre as questões essenciais de hoje e de sempre, que continua destilando em livros e artigos. Os nacionalismos, a imigração, a Internet, a construção europeia e a crise da filosofia são alguns dos temas tratados durante este encontro na sua casa em Starnberg.

O autor de obras imprescindíveis do pensamento, da sociologia e da ciência política do século XX, como *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, *Conhecimento e Interesse*, *O Discurso Filosófico da Modernidade* e *Teoria da Ação Comunicativa*, troca impressões com o EL PAÍS a respeito de alguns dos temas que lhe preocuparam durante seis décadas e continuam a preocupá-lo. Com uma exceção: o entrevistado preferiu evitar qualquer questão relacionada ao passado nazista de seu país e à sua própria experiência a respeito (foi membro das Juventudes Hitlerianas — por obrigação, como tantos compatriotas seus). Habermas está furioso. “Sim..., continuo furioso com algumas das coisas que ocorrem no mundo. Isso não é ruim, não é?”, brinca.

Pergunta. Professor Habermas, fala-se muito na decadência da figura do intelectual comprometido. Considera justo esse julgamento? Não é frequentemente um mero tema de conversa entre os próprios intelectuais?

Resposta. Para a figura do intelectual, tal como a conhecemos no paradigma francês, de Zola até Sartre e Bourdieu, foi determinante uma esfera pública cujas frágeis estruturas estão experimentando agora um processo acelerado de deterioração. A pergunta nostálgica de por que já não há mais intelectuais está mal formulada. Eles não podem existir se já não há mais leitores aos quais continuar alcançando com seus argumentos.

Pergunta. É possível pensar que a Internet acabou por diluir essa esfera pública que antes talvez fosse garantida pela grande mídia tradicional, e que isso afetou a repercussão dos filósofos e dos pensadores?

Resposta. Sim. Desde Heinrich Heine, a figura histórica do intelectual ganhou importância junto com a esfera pública liberal em sua configuração clássica. No entanto, esta vive de certos pressupostos culturais e sociais inverossímeis, principalmente da existência de um jornalismo desperto, com meios de referência e uma imprensa de massa capaz de despertar o interesse da grande maioria da população para temas relevantes na formação da opinião pública. E também da existência de uma população leitora que se interessa por política e tem um bom nível educacional, acostumada ao processo conflitivo de formação de opinião, que reserva um tempo para ler a imprensa independente de qualidade. Hoje em dia, essa infraestrutura não está mais intacta. Talvez, que eu saiba, se mantenha em países como Espanha, França e Alemanha. Mas também neles o efeito fragmentador da Internet deslocou o papel dos meios de comunicação tradicionais, pelo menos entre as novas gerações. Antes que entrassem em jogo essas tendências centrífugas e atomizadoras das novas mídias, a desintegração da esfera populacional já tinha começado com a mercantilização da atenção pública. Os Estados Unidos com o domínio exclusivo da televisão privada é um exemplo chocante disso. Hoje os novos meios de comunicação praticam uma modalidade muito mais insidiosa de mercantilização. Nela, o objetivo não é diretamente a atenção dos consumidores, mas a exploração econômica do perfil privado dos usuários. Roubam-se os dados dos clientes sem seu conhecimento para poder manipulá-los melhor, às vezes até com fins políticos perversos, como acabamos de saber pelo escândalo do Facebook.

Pergunta. O senhor acredita que a Internet, para além de suas indiscutíveis vantagens, criou uma espécie de novo analfabetismo?

Resposta. O senhor se refere às controvérsias agressivas, às bolhas e às histórias falsas de Donald Trump em seus tuites. Deste indivíduo não se pode dizer sequer que esteja abaixo do nível da cultura política de seu país. Trump baixa esse nível constantemente. Desde a invenção do livro impresso, que transformou todas as pessoas em leitores potenciais, foi preciso passar séculos até que toda a população aprendesse a ler. A Internet, que nos transforma todos em autores potenciais, não tem mais do que duas décadas. É possível que, com o tempo, aprendamos a lidar com as redes sociais de forma civilizada. A Internet abriu milhões de nichos subculturais úteis nos quais se troca informação confiável e opiniões fundamentadas. Pensemos não só nos *blogs* de cientistas que intensificam seu trabalho acadêmico por este meio, mas também, por exemplo, nos pacientes que sofrem de uma doença rara e entram em contato com outra pessoa na mesma condição em outro continente para se ajudar mutuamente com conselhos e experiências. Sem dúvida, são grandes benefícios da comunicação, que não servem só para aumentar a velocidade das transações na Bolsa e dos especuladores. Sou velho demais para julgar o impulso cultural que as novas mídias vão gerar. O que me irrita é o fato de que se trata da primeira revolução da mídia na história da humanidade, que serve antes de tudo a fins econômicos, e não culturais.

Pergunta. No cenário hipertecnologizado de hoje, onde triunfam os saberes úteis, por assim dizer, qual o papel e sobretudo qual o futuro da filosofia?

Resposta. Veja, sou da antiquada opinião de que a filosofia deveria continuar tentando responder às perguntas de Kant: o que é possível saber?, o que devo fazer?, o que me cabe esperar? e o que é o ser humano? No entanto, não tenho certeza de que a filosofia, como a conhecemos, tenha futuro. Atualmente segue, como todas as disciplinas, a corrente no sentido de uma especialização cada vez maior. E isso é um beco sem saída, porque a filosofia deveria tentar explicar o todo, contribuir para a explicação racional de nossa forma de entender a nós mesmos e ao mundo.

Pergunta. O que resta de sua orientação marxista? Jürgen Habermas continua sendo um homem de esquerda?

Resposta. Estou há 65 anos trabalhando e lutando na universidade e na esfera pública em favor de postulados de esquerda. Se há 25 anos advogo pelo aprofundamento político da União Europeia, faço isso com a ideia de que apenas esse regime continental poderia domar um capitalismo que se tornou selvagem. Jamais deixei de criticar o capitalismo, nem tampouco de ter consciência de que não bastam diagnósticos vagos. Não sou desses intelectuais que atiram a esmo.

Pergunta. Kant + Hegel + Iluminismo + marxismo desencantado = Habermas. Essa equação é suficiente para resolver o “x” de sua ideologia e pensamento?

Resposta. Se é preciso expressá-los de forma telegráfica, estou de acordo, apesar de ainda faltar uma pitada da dialética negativa de Adorno...

Pergunta. O senhor cunhou em 1986 o conceito político do patriotismo constitucional, que hoje soa quase medicinal diante de outros supostos patriotismos de hino e bandeira. É muito mais difícil exercer o primeiro do que o segundo, não?

Resposta. Em 1984, pronunciei uma conferência no Congresso espanhol a convite de seu presidente, e no fim fomos comer em um restaurante histórico. Ficava, se não me engano, entre o Parlamento e a Porta do Sol, na calçada da esquerda. Seja como for, durante a conversa animada com nossos impressionantes anfitriões — muitos deles eram colegas socialdemocratas que tinham participado da redação da nova Constituição do país —, minha esposa e eu nos inteiramos de que nesse lugar tinha acontecido a conspiração para preparar a proclamação da Primeira República espanhola de 1873. Ao saber disso, experimentamos uma sensação totalmente diferente. O patriotismo constitucional exige um relato apropriado para que tenhamos sempre presente que a Constituição é a conquista de uma história nacional.

Pergunta. Falando de religiões e de guerra de religiões e culturas, levando-se em conta o atual nível de intransigência e os fundamentalismos de todo tipo, o senhor acredita que rumamos para um choque de civilizações? Será que já estejamos imersos nele?

Resposta. Em minha opinião, essa tese é totalmente equivocada. As civilizações mais antigas e influentes se caracterizaram pelas metafísicas e as grandes religiões estudadas por Max Weber. Todas elas têm um potencial universalista, e por isso se construíram sobre a base da abertura e da inclusão. A verdade é que o fundamentalismo religioso é um fenômeno totalmente moderno. Remonta à alienação social que surgiu e continua surgindo em consequência do colonialismo, da descolonização e da globalização capitalista.

Pergunta. O senhor escreveu certa ocasião que a Europa deveria fomentar um islã ilustrado e europeu. Acredita que isso esteja ocorrendo?

Resposta. Na República Federal Alemã nos esforçamos por incluir em nossas universidades a teologia islâmica, de forma que possamos formar professores de religião em nosso próprio país e não tenhamos de continuar importando-os da Turquia ou de outros lugares. Mas, na essência, esse processo depende de conseguirmos integrar verdadeiramente as famílias imigrantes. No entanto, isso nem de longe é suficiente para conter as ondas mundiais de imigração. A única maneira de enfrentar isso seria combater as causas econômicas nos países de origem.

Pergunta. “A Europa é um gigante econômico e um anão político.” Assinado: Jürgen Habermas. Nada parece ter ficado melhor depois do Brexit, dos populismos e extremismos, dos movimentos nazistas, das tentativas nacionalistas de separação da Escócia e Catalunha...

Resposta. A introdução do euro dividiu a comunidade monetária em norte e sul, em vencedores e perdedores. A causa é que as diferenças estruturais entre as regiões econômicas nacionais não podem ser compensadas se não se avança no sentido da união política. Faltam válvulas, como, por exemplo, a mobilidade em um mercado de trabalho único ou um sistema de segurança social comum, e faltam competências europeias para uma política fiscal comum.

A isso se acrescenta o modelo político neoliberal incorporado aos tratados europeus, que reforça mais ainda a dependência dos Estados nacionais em relação aos mercados globalizados. O elevado desemprego juvenil nos países do sul é um escândalo absurdo. A desigualdade aumentou em todos os nossos países e erodiu a coesão populacional. Os que conseguem se adaptar aderem ao modelo econômico liberal que orienta a ação em benefício próprio; entre os que se encontram em situação precária, espalha-se os medos regressivos e as reações de ira irracionais e autodestrutivas. Jürgen Habermas fala com muita dificuldade, pois nasceu com fissura labiopalatina. Uma pequena tragédia pessoal para alguém cuja missão filosófica primordial sempre foi valorizar a linguagem e a dimensão social e comunicativa do homem como remédio de tantos males (tudo isso compilado em sua célebre Teoria da ação comunicativa). O velho professor se mostra realista e resignado quando, olhando pela janela, sussurra: “Já não gosto dos grandes auditórios nem dos grandes salões. Não entendo bem as coisas. Há uma cacofonia que me desespera”.

Pergunta. Sempre culpamos os políticos pelo fracasso da construção europeia, mas nós, cidadãos comuns da UE, não temos nossa parcela da culpa? Nós, europeus, realmente acreditamos na europeidade?

Resposta. Vejamos... Até agora as lideranças políticas e os governos levaram adiante o projeto de maneira elitista, sem incluir as populações dos países nessas questões complexas. Tenho a impressão de que sequer os partidos políticos e os deputados dos Parlamentos nacionais se familiarizaram com a complicada matéria da política europeia. Sob o lema “mamãe cuida do seu dinheiro”, Merkel e Schäuble protegeram durante a crise, de forma verdadeiramente exemplar, suas medidas contra a esfera pública.

Pergunta. Em artigos recentes, o senhor defendeu com paixão a figura do presidente francês Macron que, veja só, é filósofo como o senhor. O que mais o atrai nele? Acredita que é um bom político por ser filósofo?

Resposta. Por Deus, nada de governantes filósofos! No entanto, Macron me inspira respeito porque, no cenário político atual, é o único que se atreve a ter uma perspectiva política; que, como pessoa intelectual e orador convincente, persegue as metas políticas acertadas para a Europa; que, nas circunstâncias quase desesperadas da contenda eleitoral, demonstrou valor pessoal e que, até agora, em seu cargo de presidente, faz o que disse que ia fazer. E em uma época de perda de identidade política paralisante, aprendi a apreciar essas qualidades pessoais contrárias às minhas convicções marxistas.

Pergunta. No entanto, é impossível no momento saber qual é a ideologia dele... caso exista.

Resposta. Sim, tem razão. Até o momento continuo sem ver claramente que convicções estão por trás da política europeia do presidente francês. Gostaria de saber se pelo menos é um liberal de esquerda convicto, e isso é o que espero.

Esta entrevista, que se pode realizar graças à colaboração do professor e escritor Daniel Innerarity, é um cruzamento de caminhos entre respostas oferecidas por escrito e trocas de impressões durante aquela manhã em Starnberg. Quando a conversa terminou, o único sobrevivente da segunda Escola de Frankfurt desapareceu de repente atrás da porta da cozinha de sua casa. Voltou com um sorriso cúmplice no rosto, trazendo uma garrafa de Rioja em uma mão e uma de Riesling na outra. Espanha e Alemanha, juntas na casa de Habermas.

Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/>>
Acesso em: 19/08/2018.

Seção Videoaula



A Filosofia do Século XIX.

Aula
08

A História da Filosofia
(Pós-Modernidade)

C-1	H-3, 4
C-3	H-23, 24

Pós-Modernidade

Ultimamente muito se tem falado em pós-modernidade, e mais do que isso, o termo “pós-modernismo” vem se tornando um “termo-coringa”, isto é, um termo que serve para tudo como um trunfo, saturando-se de significados quaisquer que sejam. Tais termos são perigosos, carregam Deus e o diabo trocando condolências em uma mesma carruagem, querem dizer o “tudo”, mas se confundem em uma cacofonia de vozes. Tudo é “pós-modernismo”, dizem. No cotidiano, encontramos um duplo sentido para o termo: “pós-moderno” é usado tanto em sentido pejorativo como em sentido virtuoso; o sujeito pós-moderno então pode ser visto de acordo com a preferência do observador.

Não é minha intenção discutir nenhum dos dois significados, mas, sim, apresentar algumas considerações sobre o conceito de pós-modernismo dentro de uma perspectiva filosófica e sociológica, sobretudo, com os contornos do sociólogo polonês **Zygmunt Bauman**, um dos pensadores contemporâneos que mais produziu obras que refletem os tempos contemporâneos.

O próprio termo não é um consenso dentro da sociologia. Bauman diz que Giddens caracteriza a sociedade atual como “moderna tardia”, Beck como “moderna reflexiva”, entre outros.

Já ele, Bauman, opta pela sociedade “pós-moderna”: “A nossa sociedade (...) como prefiro denominá-la – pós-moderna é marcada pelo descrédito, escárnio ou justa desistência de muitas ambições (...) características da era moderna”.

BAUMAN, Z. *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

O importante não é então a etimologia da palavra, mas, sim, termos em mente que quando falamos em “pós-modernismo” fora do senso comum, estamos falando de um período marcado por algumas transformações, momento este que marca uma linha divisória, mas não fixa e nem tanto inteligível entre o que é “moderno” e “pós-moderno”.

Usamos “pós-modernismo” para caracterizar uma época onde visíveis mudanças ocorrem na sociedade em suas múltiplas faces: política, arte, economia, ciência, técnica, educação, relações humanas etc. No entanto, não significa que a humanidade abandonou a modernidade, são tênues divisórias imaginárias que marcam o que é “moderno” e o que é “pós-moderno”; o pós-modernismo, em seus vários aspectos que o distingue da era moderna, carrega também a modernidade.

Não reinventamos uma nova moral, uma nova ética, uma nova ciência, uma nova economia etc.; um dos princípios do debate pós-modernista é a “liberdade”, de tal forma que ela sorri abertamente para as divergências. O “efêmero”, outro princípio pós-moderno, necessita do debate de opiniões, mas a ordem é não manter nenhuma ordem, nenhuma opinião, nenhum valor que seja fixo. Tudo se apresenta como “líquido”, disforme, fluido, impossível de constância – daí o termo *modernidade* “líquida” de Bauman em contraposição à “modernidade sólida” do período moderno onde o mundo era criado conforme uma ordem universal.

Penso que não dá para compreender “pós-modernismo” sem antes jogar um pouco de luz sobre aquilo que até então foi chamado de “modernidade.”



Disponível em: <<http://jasilbotelho.blogspot.com.br>>.

A modernidade tirou Deus do centro do universo e colocou o homem, os valores deixaram de vir do plano transcendente e passaram a ser ditados pela vida terrena. A Reforma Religiosa e, sobretudo, as mudanças econômicas do século XVII, o capitalismo se despedindo de suas formas pré-capitalistas, o germinar do conhecimento moderno, a saber, o cartesianismo, o humanismo, o iluminismo, entre outras fontes científicas e filosóficas, dotaram o homem de força e sabedoria. Até então, ele era um frágil, errante e pecador que deveria se sujeitar ao conhecimento dado pelo teísmo, mas na modernidade é ele, homem, que assume o posto da divindade.

Deus é destronado – **o homem científico matou Deus**, constatou Nietzsche –, o plano divino não é negado, mas a vida terrena é separada da vida eterna; na terra reina o homem, no céu reina Deus. O homem econômico liberal com seu “super-poder” – a **razão** – irá buscar criar um mundo ideal, mais ou menos previsível, determinado, organizado, lógico, racional e, principalmente, ordenado – condições essenciais para que se possa atingir a **felicidade também inventada pelo homem moderno**.

A sociedade moderna deveria estar sobre o controle absoluto do Estado, os instintos e a vida cotidiana deveriam ser domados pelos mecanismos estatais de modo a controlar homens e mulheres para a boa ordem da civilização. Estradas planas e bem iluminadas eram necessárias para que o capital pudesse desfilar livremente rumo ao progresso, este, o novo dogma da era moderna.

A moral, a ética e a ciência ditavam uma ordem determinista e universal, o discurso que não se enquadrava no “método lógico-formal” não poderia ter lugar no palco científico. **A era moderna foi marcada, sobretudo, pela crença na razão e no progresso** – em outros termos, pela inversão do polo transcendental para o terreno.

Mas o século XX iria colocar em xeque o mundo do progresso e da razão. A ordem e a inteligibilidade pareciam se tornar anêmicas diante de grandes colapsos gerados pelas guerras, revoluções, estragos ambientais, atrocidades e mortes em massa e outros conflitos marcados pelo horror.

Ora, pois, a razão começava a perder a razão, a ordem mostrava o caos, e o progresso... bem, o progresso que prometia uma viagem tranquila à estação felicidade parecia ser a trilha para o fim do mundo. – O homem passou a questionar-se sobre aquelas virtudes quase divinas que ele tinha atribuído a si mesmo. A euforia no progresso dá lugar à incerteza no futuro – eis aqui um dos componentes essenciais das “almas pós-modernas”.

Nesse contexto de profundas crises humanas, mudanças irão surgir nas múltiplas faces sociais e culturais. Podemos dizer que nas últimas décadas do século XX entra em cena uma sensação de incertezas, e dúvidas: o **pós-modernismo**.

Há uma ruptura com o mundo ordenado da modernidade. Mudanças ocorrem em vários campos, as “certezas” se diluem em incertezas, e a liberdade, tão cultuada, trata de dar os contornos das novas configurações econômicas, sociais, culturais, políticas, artísticas, científicas e cotidianas – e ninguém sabe dizer para onde estamos indo; a modernidade respondia com autoridade que estávamos caminhando para o progresso, mas a pós-modernidade não está interessada em responder questões existenciais. Nascer com um prazo de expiração é uma virtude desse mundo pós-moderno.

O pós-modernismo busca, a todo instante, a intensificação das sensações e dos prazeres da felicidade, mas jamais quer conhecer a face daquilo que procura, daí ser marcado pelo sentimento de vazio.

Nas relações humanas as identidades são marcadas pelas incertezas. Os vínculos são ditados por um jogo onde o jogador deve conquistar o maior número possível de admiradores, mas com o devido cuidado para manter uma distância que não permita criar laços sólidos (quantos amigos você tem no Facebook? Eu falei amigos!). A instituição do casamento é um negócio mais com caráter de festividade do que o antigo pacto de homens e mulheres que adquiriam o alvará, perante Deus, para terem relações sexuais selados com a aprovação divina; o ar pesado do “até que a morte nos separe” é substituído pela leveza de um contrato que deve deixar muito bem claro as fronteiras que dirão os rumos de cada um quando o amor perder o prazo de validade.

Difícil enquadrar o momento atual em um conceito, nenhum caminho está traçado para a humanidade, o discurso do progresso como uma linha reta rumo à felicidade desmanchou-se no ar. O pós-modernismo está marcado por uma atmosfera do vazio, do tédio e do completo niilismo (corrente filosófica que, em princípio, concebe a existência humana como desprovida de qualquer sentido); o niilista passivo, tal como previsto por Nietzsche. Este disse também que o niilismo poderia se “quebrar”, e a completa “vontade de nada” poderia não mais suportar a si própria, e novos sentidos poderiam ser inventados. Mas por enquanto o incerto caminho da humanidade está em aberto, certo é que está bem mais para a destruição do que para a criação.

O conceito de pós-modernidade tornou-se, nos últimos anos, um dos mais discutidos nas questões relativas à arte, à literatura ou à teoria social, mas a noção de pós-modernidade reúne rede de conceitos e modelos de pensamento em “pós”, dentre os quais podemos elencar alguns: sociedade pós-industrial, pós-estruturalismo, pós-fordismo, pós-comunismo, pós-marxismo, pós-hierárquico, pós-liberalismo, pós-imperialismo, pós-urbano, pós-capitalismo. A pós-modernidade coloca-se também em relação com o feminismo, a ecologia, o ambiente, a religião, a planificação, o espaço, o *marketing*, a administração. O geógrafo Georges Benko afirma que o “pós” é incontornável, o fim do século XX se conjuga em “pós”. Mal estar ou renovação das ciências, das artes, da filosofia estão em uso.

As características da pós-modernidade podem ser resumidas em alguns pontos: propensão a se deixar dominar pela imaginação das mídias eletrônicas; colonização do seu universo pelos mercados (econômico, político, cultural e social); celebração do consumo como expressão pessoal; pluralidade cultural; polarização social devido aos distanciamentos acrescidos pelos rendimentos; falências dos ideais emancipadores como aqueles propostos pela Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

A pós-modernidade recobre todos esses fenômenos, conduzindo, em um único e mesmo movimento, a uma lógica cultural que valoriza o relativismo e a (in)diferença, a um conjunto de processos intelectuais flutuantes e indeterminados, a uma configuração de traços sociais que significaria a erupção de um movimento de descontinuidade da condição moderna: mudanças dos sistemas produtivos e crise do trabalho, eclipse da historicidade, crise do individualismo e onipresença da cultura narcisista de massa.

Em outras palavras: a pós-modernidade tem predomínio do instantâneo, da perda de fronteiras, gerando a ideia de que o mundo está cada vez menor através do avanço da tecnologia. Estamos diante de um mundo virtual, imagem, som e texto em uma velocidade instantânea.

Eis as verdadeiras testemunhas da pós-modernidade: o Blu-ray, o DVD, o CD, o MP3, a clonagem, o implante de órgão, próteses e órgãos artificiais que engendram uma geração de seres em estados artificiais que colocam em xeque a originalidade ou naturalidade do humano. As invenções tecnológicas decodificadas, como o computador, o relógio digital, o telefone celular, as secretárias eletrônicas, o vídeo, os satélites, as Nets redes (sistema http// e www), os códigos de barras, “os cartões magnéticos multicoloridos que alimentam sonhos da era digital”.

Os *shoppings*, os condomínios e novos prédios são cápsulas autônomas de vivência. Tudo é performance: os motoristas transformam-se em pilotos; a voz dos locutores das rádios FM é igual em todas as estações. Vale o extraforte, o superdoce, o minúsculo, o gigantesco. Vale o novo, um novo produto mais eficaz, um novo alimento mais saudável, uma nova TV mais interativa. Vale o extra, o super, o superextra, o macro.

Fantasmas e desvios nos rodeiam: no corpo – a doença (aids); na mente – a loucura; na natureza – a catástrofe; na economia – a queda das Bolsas; na paixão – a morte; no orgasmo – o desprazer; no computador – o vírus.

As informações e a preocupação com a saúde da natureza são colocadas em xeque ou em cheque; no Brasil já existe uma nova indústria parecida com a da seca. É a “indústria do meio ambiente”, recursos destinados à proteção das florestas, dos rios e dos animais são desviados pelo o Poder público, pelas ONGs e organismos privados.

As senhas, para entendimento da pós-modernidade, são: a saturação, a sedução, o simulacro, o *soft*, o *light*, a globalização, a automação, a fragmentação, o *chip*. Os modelos são Justin Bieber e Beyoncé, que qualquer dia destes farão um grande *show* para ajudar crianças famintas da África; que gravarão um disco, com numerosos colegas, para ajudar os “americanos a salvarem” refugiados de algum país latino-americano. Como assinala Otávio Ianni: “Ao lado da montagem, colagem, bricolagem, simulação e virtualidade”, muitas vezes combinando tudo isso, a mídia parece priorizar o espetáculo videoclípe. Tanto é assim que guerras (como as do Oriente Médio) e genocídios parecem festivais *pop*, departamentos do *shopping center* global, cenas da Disneylândia mundial. Os mais graves e dramáticos acontecimentos da vida de indivíduos e coletividades aparecem, em geral, como um videoclípe eletrônico informático desterritorializado, entretenimento em todo o mundo.

Estamos vivendo um momento de fenômenos insólitos. Tudo se passa como se o futuro tivesse se tornado um lugar vazio. O procedimento pós-moderno é antes uma paixão do “tecer das alteridades” enquanto estamos diante da TV, bebendo um refrigerante Coca-Cola, mastigando um McDonald’s feliz, ou experimentando um biscoito Nestlé, sem (des)entendimentos da Nova Ordem Mundial, nova sociedade ou sociedade de consumo.

Caracterizar o pós-modernismo não significa negar a época atual em detrimento do modernismo, não é querer uma volta ao passado. Pós-modernismo e modernismo não são gladiadores a se digladiarem para ver quem é o vencedor e quem é o perdedor; são momentos, paisagens da humanidade que buscam, pretensiosamente, descrever os caminhos por onde têm andado a humanidade. Não nos cabe o julgamento, olhar para o passado e acusar o presente ou negar o passado enaltecendo o presente.

Estamos, como nos diz o escritor português José Saramago, por meio de um dos personagens de *Ensaio sobre a cegueira*: “(...) Cegos, cegos que veem, cegos que, vendo, não veem.”

“O que estamos fazendo de nossas vidas?” – perguntou Foucault –, o pós-modernismo ainda vai adiar qualquer tentativa de resposta, não se sabe até quando. No momento os deuses pós-modernos – o capital e o consumo –, só aceitam oferendas marcadas pelo efêmero, pelo incerto, pela dúvida, pela liberdade e pelo eterno adiamento.

Teóricos do mundo em transformação

Acostumamos dizer que os pensadores que ganham destaque na atualidade pensam sobre as novas visões emergentes do mundo nesse florescer de século XXI, do ponto de vista das redes e da democracia; estão atentos ainda as novas visões da humanidade, da história humana, da civilização, da cultura, da sociedade, da comunidade, da política, da sabedoria, da inteligência humana, da criatividade e da inovação, da educação, da filosofia e da ciência.

Parece evidente que, se vamos nos referir aos temas mencionados acima, precisamos também interpretar da maneira correta alguns conceitos. Por exemplo, quando cita-se sociedade-em-rede não estamos falando de uma sociedade de usuários do Facebook e do Twitter. Ou seja, **não podemos confundir redes sociais com mídias sociais**.

Além de entrar em contato com os novos pensadores que estão tratando de assuntos que brotam diante de um mundo em constante transformação, devemos ousar também sermos novos pensadores. E, ao contrário de tentar reinterpretar o passado apoiando-se apenas na visão de grandes pensadores clássicos, na sociedade-em-rede todos devemos exercitar sermos novos pensadores em vez de nos ajoelharmos diante desse ou daquele suposto sumo-sacerdote do conhecimento, de ser seguidores fiéis de uma doutrina ou súditos intelectuais de algum mestre.

Dentre os teóricos das redes (e da sociedade-em-rede) convém ficarmos atentos ao trabalho de investigadores como:

- **Fritjof Capra (1939):** Físico, cientista, ambientalista, educador e ativista austríaco que escreveu *O Tao da Física*, *O Ponto de Mutação*, *A Teia da Vida*, *As Conexões Ocultas*, dentre outros livros que abordam temas relacionados à ecologia e sustentabilidade - reconhecendo esta última como sendo a síntese de um padrão complexo que envolve uma mudança de paradigmas, concebendo o mundo como um todo integrado, um conjunto de sistemas interconectados, que deve possibilitar a reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Capra defende que em qualquer sistema vivo há relações de interdependência entre seus componentes, de cooperação generalizada, de reciclagem da matéria, tendendo sempre ao equilíbrio. O autor defende ainda a agricultura orgânica; o uso de partículas de hidrogênio como combustível, em detrimento dos de origem fóssil; o *eco-design*; a mudança do nosso sistema de impostos, fazendo com que estes sejam proporcionais ao gasto de energia e matéria-prima; a educação de qualidade; e o uso da Internet como ponte para mobilização e informação.
- **Manuel Castells (1942):** O sociólogo espanhol é considerado o **principal intelectual da sociedade conectada contemporânea**. Se debruçou a estudar e tentar compreender os efeitos da informação sobre a economia - organizada em torno das tecnologias da informação, sendo a própria informação o produto do processo produtivo; a cultura e a sociedade em geral. Suas pesquisas abrangem os mais diversos campos, sendo consideradas uma referência indispensável na discussão das

transformações sociais do final do século XX. Castells chama de sociedade em rede um tipo de cultura diferenciada e uma nova configuração das práticas sociais, gerada com o acesso à Internet e aos dispositivos móveis, com claras características de um novo modelo capitalista, o capitalismo informacional: competitivo, produtivo, tecnológico e capaz de funcionar interconectado em escala planetária. Publicou mais de 25 livros, entre eles, *Redes de indignação e esperança*, *A galáxia da internet*, e a famosa trilogia *A era da informação*.

- **Pierre Lévy (1956):** Nasceu na Tunísia, realizou estudos filosóficos, sociológicos e em ciências da informação e da comunicação na França antes de se naturalizar canadense. Lévy é um reconhecido pesquisador das tecnologias da inteligência e investiga as interações entre informação e sociedade. Tornou-se **um dos maiores expoentes no campo de estudos da mídia cibernética, um dos mais renomados defensores do uso do computador, em especial da Internet, para a ampliação e a democratização do conhecimento humano**. É autor de livros como *A máquina Universo – Criação, cognição e cultura informática*, *A inteligência coletiva*, *O que é virtual?* e *Cibercultura*. Tornou-se mundialmente conhecido a partir de 1994 com sua tese sobre a "árvore do conhecimento", que acabou por gerar uma **enciclopédia virtual** em constante transformação. Pierre Lévy acredita que a cibercultura coloca o ser humano diante de um mar de conhecimento, onde é preciso escolher, selecionar e filtrar as informações, para organizá-las em grupos e comunidades onde seja possível trocar ideias, compartilhar interesses e criar uma inteligência coletiva. Aquilo que mais chama atenção na obra de Pierre Lévy são suas proposições acerca da nova relação que o homem estabelece com o saber, agora que está imerso na cibercultura. O ciberespaço amplifica, exterioriza e modifica funções cognitivas humanas como, o raciocínio, a memória e a imaginação.

Dentre os pensadores da democracia, não se pode deixar de conhecer, entre outros:

- **Amartya Sen (1933):** Nascido na Índia, ficou conhecido por ter sido o primeiro – e até o presente momento, único – acadêmico de um dos países não desenvolvidos a ganhar o Prêmio Nobel de Economia em 1988. O indiano deu enormes contribuições acadêmicas e desempenhou um papel importantíssimo na análise do desenvolvimento dos países, ao criar em 1990, em parceria com o economista paquistanês **Mahbub ul Haq (1934-1998)**, o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** – uma nova maneira de medir o desenvolvimento dos países, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os sociais. Para ele, o desenvolvimento de uma sociedade se dá pelo bem-estar social, e não apenas pela prosperidade econômica. Sen, ao analisar o bem-estar social, entendeu que seria papel do Estado conter as desigualdades sociais, uma vez que o mercado, por si próprio, não se mostraria como elemento suficiente para fazer cumprir tal objetivo. Assim, os serviços prestados pelo Estado deveriam garantir a construção de uma boa sociedade por meio da educação, saúde e proteção das minorias. Em sua obra *Pobreza e Fome: Um Ensaio sobre Direitos e Privação*, ele argumenta que a fome não é só causada pela simples falta de alimento, mas pela dificuldade de acesso ao mesmo. Em uma sociedade com um grande número de desempregados que fatalmente não conseguem comprar seus alimentos, por exemplo, há fome mesmo havendo alimentos disponíveis. O pensador trata também da **liberdade instrumental** que diz respeito à capacidade das pessoas de ter uma vida como elas desejarem, não sendo imposto um estilo de vida, como

ocorre em governos autoritários, mas uma vida livre. Por essa razão, Sen diz que a melhor forma de governo para garantir essa liberdade é a democracia. E por *liberdade constitutiva*, entende-se como o direito ao voto e o próprio exercício da cidadania, sem repressões, como a liberdade de expressão. Essa definição de liberdade como um fator de desenvolvimento se tornou seu principal legado para a humanidade.

- **Claude Lefort (1924-2010):** O historiador e filósofo francês tem como uma das suas mais marcantes obras, assinada em conjunto com o historiador **Edgar Morin (1921)** e com **Jean-Marc Coudray** (pseudônimo do filósofo grego Cornelius Castoriadis), *La Brèche*, publicada em 1968. Mantendo-se sempre crítico da antiga União Soviética e de sua estrutura, foi marxista e trotskista, tendo-se afastado progressivamente destas correntes. Fundou com **Cornelius Castoriadis** a revista e o movimento Socialismo ou barbárie, ligada ao libertarismo socialista. Escreveu também para a importante revista cultural *Os Tempos modernos*, onde também marcava presença **Jean-Paul Sartre (1905-1980)**, e dedicou grande parte da sua obra à análise do fenômeno totalitário e das carências da democracia. Para o autor, a democracia não é boa por natureza: ela corresponde a uma propensão do ser humano de se associar de "igual para igual", mas não garante liberdade, justiça, de forma igual para todos.
- **Cornelius Castoriadis (1922-1997):** ou Jean-Marc Coudray (seu pseudônimo): A produção intelectual do filósofo grego tem como objetos centrais de investigação o **papel do imaginário na instituição da sociedade** e o **conceito de autonomia**. No pensamento político de Castoriades, a História é uma criação imaginária, assim como a própria Democracia. A autonomia individual é a capacidade de o indivíduo participar da formação e aplicação de regras sociais que contém o padrão de conduta que lhe serve de modelo. O pressuposto desta organização social é a democracia direta e não a forma atual de democracia representativa, identificada como uma oligarquia liberal anunciada como democracia. A condição fundamental da autonomia é a possibilidade de questionar tradições, algo definitivamente excluído de sociedades fundadas em verdades sagradas ou em qualquer tipo de sistematização teórica fechada. A aplicabilidade dos conceitos da teoria política formulada por Castoriadis contribui para a compreensão da função do Direito, como fenômeno sócio histórico, da modernidade à contemporaneidade. O caráter interdisciplinar de grande parte dos escritos de Castoriadis contribuíram para a recepção lenta do mesmo na sociologia, apesar dos elogios tecidos por figuras como **Jürgen Habermas (1929)**, **Agnes Heller (1929)** e **Zygmunt Bauman (1925-2017)**. Cornelius Castoriadis edifica a sua teoria social em termos ontológicos. Para ele, os objetos relacionados por cadeias de causas e efeitos inevitáveis representam apenas uma camada determinada do ser. A par desta permanece uma camada indeterminada, que no mundo social se revela na capacidade humana para **a imaginação criativa**, tanto no nível individual como coletivo, dimensões estas respetivamente denominadas como **imaginário radical** e **imaginário social**. A imaginação não consiste somente no ilusório, mas sim na capacidade de ver as coisas sob uma outra luz, que auxilia o humano a conceber novas respostas para as mesmas situações, ou mesmo a criar novas situações. Ao atestar o poder da imaginação na vida social, o trabalho do autor revela-se como uma abordagem robusta ao pronunciamento do fim da história com o triunfo do capitalismo global. Por outro lado, é também um convite à imaginação de uma sociedade nova e mais justa.

- **Francis Fukuyama (1952):** É um filósofo, cientista social e economista político nipo-estadunidense. Figura chave e um dos ideólogos do governo Ronald Reagan, Fukuyama é uma **importante figura do conservadorismo**. Em 1992, publicou *O fim da História e o último homem*, argumentando que “a democracia liberal pode constituir o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a forma final de governo humano e, como tal, constitui o fim da história”¹⁰. No contexto da **queda do muro de Berlim e da desintegração da União Soviética**, o autor escreveu que “faz sentido falarmos novamente de uma história coerente e direcional da humanidade que, finalmente, conduzirá a maior parte dessa humanidade à democracia liberal”¹¹. Segundo Fukuyama, todos os problemas experimentados pelas sociedades capitalistas em que vigoram democracias liberais (“desde as drogas, os sem-teto e o crime até a destruição ambiental e a frivolidade do consumismo”¹²) não seriam decorrentes dos princípios constitutivos dessas sociedades, mas apenas o resultado das dificuldades provenientes da implementação incompleta desses princípios (que, ao seu ver, são “liberdade” e “igualdade”). A tese fukuyamiana não sugere “o fim da ocorrência dos eventos, nem dos fatos grandes e importantes, mas da História, ou seja, da história como um processo único, coerente e evolutivo, considerando a experiência de todos os povos em todos os tempos”¹³. Na verdade, Fukuyama estava convencido de que a democracia liberal é o destino final dessa História, sua culminância, “o ponto de união entre regiões e culturas diversas no mundo todo”¹⁴. Para ele, a liberdade política efetiva é experimentada invariavelmente como consequência ou percepção decorrente de uma “revolução liberal” no pensamento econômico – revolução essa que chegaria, mais cedo ou mais tarde, para todos os indivíduos e povos do mundo. Essa ideia está ancorada na convicção de que o progresso da humanidade, por mais que não gere necessariamente a felicidade e o bem-estar de todos os homens, é capaz de forjar um determinado Espírito que, por sua vez, asseguraria a existência de uma História Universal. Com sua obra, Fukuyama encomendou o ódio eterno da esquerda mundial, que o vê como o mais ilustrado representante das bestas-feras capitalistas, o **mentor intelectual de figuras como Ronald Reagan e Margaret Thatcher**. Hoje, com uma leitura atenta da obra e um olhar mais atento sobre o contexto, é possível inferir que Fukuyama não foi bem compreendido por muitos e possivelmente nem lido por outros tantos. Nos últimos anos, Fukuyama vem sofrendo também um ataque à direita. Para ele, o sonho de exportar democracia e economia de mercado pela força do Exército só produziu mais antiamericanismo, um resultado claramente contrário aos próprios interesses americanos. Sua crítica, na verdade, vai além. O autor acha que, diferentemente da China, com sua capacidade invejável de adaptação, os Estados Unidos estão presos em um ambiente político polarizado e extremamente rígido. Quase 30 anos depois, a tese central de *O Fim da História* parece incrivelmente atual. Dizia Fukuyama que, com o colapso do comunismo, a procura por um modelo moderno de sociedade havia chegado ao fim. Democracia e economia de mercado seria a melhor combinação ao alcance das mãos — e só nesse sentido que a história havia terminado. Ele nunca afirmou que esse modelo de economia e política seria necessariamente abraçado por todos.

- **Hannah Arendt (1906-1975):** Com a perseguição aos judeus a partir da década de 30 na Alemanha, Johanna Arendt (seu nome de batismo) foi encarcerada e decidiu-se emigrar do país assim que **conquistou** sua liberdade. Essa decisão tornou-a apátrida

¹⁰ FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Tradução: Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 11.

¹¹ Idem, p. 13.

¹² Idem, p. 22.

¹³ Idem, p. 12.

¹⁴ Idem, p. 14.

até conseguir a nacionalidade americana em 1951. Hanna foi uma filósofa política alemã de origem judaica, consagrando-se uma mais das influentes do século XX. Arendt **defendia um conceito de “pluralismo” no âmbito político**. Ela acreditava que com esse pluralismo uma potencial liberdade e igualdade política seria gerada entre as pessoas. O conhecimento de sua vida tem importância fundamental para se compreender o seu pensamento: centrado que é nos acontecimentos que ela presenciou, na sua experiência de judia alemã refugiada do nazismo e nas observações que pôde fazer da sociedade norte americana, na qual viveu a maior parte de sua vida. Arendt ressaltava que para assumir a responsabilidade política deveriam estar presentes pessoas adequadas e dispostas, já que elas seriam responsáveis pelos convênios e leis que toda a sociedade deveria se submeter. Com isso **defendia um sistema de democracia direta ou um sistema de conselhos**. Ao lançar o convite para que “pense sobre o que estamos fazendo” Arendt desperta-nos para uma reflexão sobre a nossa própria condição. Segundo a pensadora, “a fonte imediata da obra de arte é a capacidade humana de pensar”. O pensamento de Hanna Arendt pode ser agrupado em três vertentes ou ocupações: o diagnóstico da contemporaneidade, a análise do totalitarismo e a tentativa de orientação de saídas dos impasses políticos. Para Arendt, **nosso tempo é marcado pela crise dos três sustentáculos da Civilização Ocidental: a religião, a tradição filosófica e a autoridade política**. Pode-se destacar como as principais ideias da filósofa: a) A ideia de que liberdade não equivale a livre-arbítrio, mas está identificada a esfera da ação, equivalendo à soberania. Os homens e mulheres tornam-se livres ao exercerem ação e decidirem, em conjunto, seu futuro comum; b) Os homens são livres, diferentemente de possuírem o dom da liberdade enquanto agem. Ser livre e agir é a mesma coisa; c) Para assegurar as condições da prática da liberdade, os seres humanos devem preservar o espaço público e renunciar a soberania. O espaço público para ser preservado requer a manutenção da cidadania e do direito de ter direitos; d) O poder é gerado na convivência e cooperação. A violência destrói o poder, uma vez que esta se baseia na exclusão da interação e da cooperação com os outros; e) O pensamento não produz coisas, mas ele se torna tangível no processo de reificação ao preço da própria vida; f) A liberdade política é sinônimo de ação. É apenas no ato de agir que efetiva o processo de construção do mundo onde os homens vivem, sendo que ela é a razão pela qual os homens convivem em comunidades politicamente organizadas; g) A razão da política é a liberdade e seu domínio de experiência é a ação. Um dos aspectos mais importantes no pensamento de Hanna Arendt é a separação que ela faz entre esfera pública e esfera privada. **A esfera pública** é o espaço da palavra e da ação, onde ocorre o agir conjunto, a existência do “nós” e a manifestação da política. **A esfera privada** é o reino das necessidades do homem enquanto ser que precisa sobreviver, enquanto ser que possui necessidades biológicas. Hannah Arendt foi autora de vários livros e trabalhos onde questiona o papel da mulher na sociedade, a violência e o poder. De sua importante obra destacam-se livros como *As Origens do Totalitarismo*, *A Condição Humana*, *Sobre a violência e Homens em Tempos Sombrios*.

- **John Rawls (1921-2002):** Filósofo norte-americano. **Sua obra é uma reflexão sobre os domínios da ética e da teoria política**. No livro *Teoria da Justiça*, **ressuscita a ideia de Contrato Social** que, de uma ou outra forma, tinha sido alvo de reflexão por parte de Hobbes, Locke e Jean-Jacques Rousseau. Apresenta os princípios básicos que irão instituir uma sociedade bem-ordenada, possibilitando que se atinja um sistema de cooperação equitativa entre seus cidadãos e que, através desses

princípios, sejam garantidas as liberdades e igualdade entre eles. O seu objetivo é o de ultrapassar o utilitarismo dominante na época moderna. O conceito de justiça não diz somente respeito a princípios morais, mas também a um conjunto mais vasto da atividade humana: as instituições políticas, os sistemas jurídicos, as formas de organização social. A este respeito diz Rawls: "a justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é em relação aos sistemas de pensamento." O primeiro princípio garante direito igual a liberdades e direitos básicos iguais para todos; o segundo princípio refere-se as desigualdades sociais e econômicas, e deve preencher duas condições: primeiro, **possibilitar condições de justiça e igualdade de oportunidades** e, segundo, **proporcionar maior vantagem para os membros mais desfavorecidos da sociedade**. Em outras palavras, a teoria rawlsiana defende que os princípios adotados na posição original deverão ser acessíveis a todos os cidadãos e orientarão as instituições, a fim de ser possível se atingir a base de legitimidade política. John Rawls, **dedicou toda a sua vida a pensar na justiça, na equidade e na desigualdade**. Entende o filósofo, que princípios morais gerais só podem ser justificados pelo uso de procedimentos aceitos na busca de soluções, seriam esses procedimentos, a chave para a democracia. Assim, o processo de debate e deliberação antes da eleição é o que dá a democracia o seu verdadeiro valor, e não o próprio voto. Rawls entende que os princípios de redistribuição de renda precisariam ser escolhidos sob a proteção do que ele chamou de "véu da ignorância". O filósofo imaginou uma situação hipotética onde se decidiria a estrutura de uma sociedade ideal sem que nenhum de seus envolvidos conhecesse seu papel nessa sociedade, ou seja, sua doutrina pessoal, posição social, orientação sexual etc. Por trás do "véu da ignorância", seria preciso um contrato social para ajudar os membros mais fracos da sociedade, já que todos temem ficar pobres e se empenham em construir instituições sociais para se protegerem. É possível que as diferenças na sociedade ainda continuem, segundo ele, mas um princípio equânime de justiça ofereceria o maior benefício para os membros menos favorecidos da sociedade. Na justiça como equidade o conceito do certo vem antes do conceito de bom.

- **Karl Popper (1902-1994):** Foi um filósofo austríaco, naturalizado britânico, que elaborou teorias que refutavam o ideal totalitário dos regimes comunistas e nazistas. Foi um dos maiores filósofos do século XX. Em seu livro *Lógica da Pesquisa Científica*, Karl Popper esboçou a teoria cujo fundamento era a ideia do racionalismo crítico, que em sua essência era uma crítica ao método indutivo e à ciência. Popper achava que as teorias científicas eram passíveis de erros e críticas, não havendo assim, uma teoria da ciência que fosse eterna e imutável. Segundo ele o que deveria ser feito por outros estudiosos era a comprovação da falseabilidade das teorias científicas para elaboração de outras que poderiam resolver as questões propostas pela ciência. Popper era um simpatizante do comunismo, mas abandonou o partido quando percebeu que muitos amigos morreram em defesa da causa marxista. Tornou-se adepto das ideias liberais da escola austríaca, seguindo o exemplo de **Ludwig Von Mises** (1881-1973) e **F. Hayek** (1899-1992). Em sua obra mais famosa *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* (1945), o autor refletiu que **o regime democrático representativo é uma forma de limitar o poder do Estado e de ideologias como o nazismo e o comunismo que são perigosas para a formação da sociedade aberta e democrática**. Popper condena ainda as visões autoritárias de governo e sociedade encontradas nas obras de grandes pensadores, incluindo Platão, Hegel e Marx, e

firma sua defesa da democracia liberal e uma sociedade aberta em geral. Era um crítico do historicismo, que ele definia como a teoria em que a história seguia uma inevitável projeção para um determinado fim, além de que esse modelo sustentaria, segundo ele, a maioria das formas de totalitarismo e deixava de considerar os limites da capacidade da sociedade em prever seus futuros estados de conhecimento.

- **Norberto Bobbio (1909-2004):** Foi um dos maiores politólogos¹⁵ do século XX. Dentre sua extensa obra, deixou uma importante contribuição à Ciência Política, seu livro *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos Clássicos*. Para Norberto Bobbio, falar em política enquanto prática humana conduz, conseqüentemente, a se pensar no conceito de poder. O poder estaria ligado à ideia de posse dos meios para se obter vantagem (ou para fazer valer a vontade) de um homem sobre outros. Assim, o poder político diria respeito ao poder que um homem pode exercer sobre outros, a exemplo da relação entre governante e governados (povo, sociedade). Contudo, ao falar em poder político, é preciso pensar em sua legitimação. Podemos ter poderes políticos legitimados por vários motivos, como pela tradição (poder de pai, paternalista), despótico (autoritário, exercido por um rei, uma ditadura) ou aquele que é dado pelo consenso, sendo este último um modelo de governo esperado. O poder exercido pelo governante em uma democracia, por exemplo, dá-se pelo consenso do povo, da sociedade. No caso brasileiro, o poder do presidente é garantido por que existe um consenso da sociedade que o autoriza e, além disso, há uma Constituição Federal que formaliza e dá garantias a esse consenso. Bobbio nos mostra ainda que há uma tipologia moderna das formas de poder, como **poder econômico, poder ideológico e poder político, sendo que este último seria aquele no qual se tem a exclusividade para o uso da força**. Contudo, Norberto Bobbio também aponta que não é apenas o uso da força, mas sim seu monopólio, sua exclusividade, que tem o consentimento da sociedade organizada.
- **Robert Dahl (1915-2014):** Este americano foi visto por muitos como um dos mais eminentes cientistas políticos do século passado e, é claro, um dos sociólogos mais destacados. Parte de seu trabalho era conceitual, dirigido a compreender coisas como a natureza do poder e a democracia. Parte era institucional; estudou a viabilidade e a eficácia da separação de poderes, se a democracia podia sobreviver sem uma economia de mercado e se uma empresa democrática podia ser eficiente. Mas também se fez perguntas de tipo normativo, cuja intenção era determinar qual sistema de representação política é o melhor, se delegar o poder político aos especialistas é uma boa ideia e que grau de desigualdade é desejável. Ele era um estudioso interessado nos problemas, que abordava as grandes questões de seu tempo e escolhia os métodos mais apropriados para a tarefa. Importantes obras surgiram a partir da crítica das instituições republicanas que Dahl fez em *Um prefácio à teoria democrática* e outras obras. Desenvolveu o **conceito de poliarquia**, expressão que ele cunhou para tratar de democracia evitando confusões teóricas advindas dos debates seculares sobre esse regime. A poliarquia de Dahl – ou o grau em que determinado sistema político se aproxima de uma poliarquia – é medida, parcimoniosamente, por duas variáveis: **contestação e participação**. A **dimensão da contestação** relaciona-se ao grau em que é possível aos cidadãos contestar a conduta do governo: competitividade das eleições, liberdade de expressão, de associação, etc.

¹⁵ Como seu próprio nome indica, a politologia é a disciplina acadêmica que estuda fenômenos políticos de uma sociedade.

A **dimensão da participação** se refere à proporção da população que efetivamente tem condições de participar dos canais de controle e contestação da política governamental: quantos podem votar, se candidatar, expressar suas opiniões etc. Mas como a democracia é um processo de desconstituição de autocracia (e aprender democracia é desaprender autocracia), não podem ficar de fora os grandes distopistas – aqueles para quem o Estado normalmente é corrupto, as normas que visam ao bem comum são flexíveis e a tecnologia é utilizada como ferramenta de controle, seja dos indivíduos, do Estado ou de corporações, dessa forma, na distopia, a realidade para um mundo melhor não é possível, pelo contrário: as características negativas da realidade são reforçadas.

- **Aldous Huxley (1894-1963):** Foi um escritor inglês reconhecido como um dos grandes pensadores do século XX e como bom escritor de ficção científica, um observador das peculiaridades humanas. Em 1932, publicou seu primeiro grande feito literário, o romance *Admirável Mundo Novo*, uma **visão distópica** da sociedade do futuro, em que lançava ideias como a do controle psicológico de massas. Essa visão dos perigos das tecnologias de dominação influenciou obras posteriores, como *1984* (publicado em 1949), em que *George Orwell (1903-1950)* cunhou o termo "*Big Brother*". Eis 7 previsões de Huxley que já estão entre nós: **Reprodução humana** – Em *Admirável mundo novo*, o autor nos apresenta a um mundo onde os bebês são criados artificialmente em laboratório. Apesar de o primeiro bebê de proveta ter sido criado 40 anos depois da criação dessa obra e precisar de um útero humano, hoje temos experimentos no Japão, por exemplo, onde fetos de cabra estão se desenvolvendo até 3 semanas fora do útero da mãe; **Relacionamentos líquidos** – Huxley se antecipa no livro *Contraponto*, ao que hoje conhecemos como amor líquido: a fragmentação das relações; **Manipulação genética** – Novamente em *Admirável mundo novo*, cita que podemos escolher as características dos bebês e como queremos a seleção dos seres humanos. Não há espaço para defeitos e sim padrões. Hoje em dia, a ética na comunidade científica está sendo altamente discutida desde que chineses conseguiram criar embriões geneticamente modificados; **Treinamento comportamental** – No mundo novo do autor, os personagens passam por treinamentos com objetivo de moldar seus comportamentos. Base da programação neurolinguística e muito usado por departamentos de marketing e vendas, esse método é capaz de mudar comportamentos através de modelos mentais. Para Huxley, isso nos levaria à alienação; **Cinema 4DX** – Os personagens de sua obra se divertem assistindo ao "cinema sensível", onde podem ter sensações em experiências interativas; **Táxis aéreos** – Os personagens de Huxley se locomovem com facilidade. O curioso é que os helicópteros só foram produzidos em larga escala uma década depois de terem sido mencionados em sua obra; **Fanatismo religioso** – Huxley temia que a abundância de informações que recebêssemos nos levasse à passividade e egoísmo. Em tempos de intolerância, sua obra *Os demônios de Loudun* nos mostra como a relação do homem com o fanatismo religioso pode desencadear a histeria.
- **George Orwell (1903-1950):** Pseudônimo de Eric Arthur Blair, escritor e jornalista inglês. Inicialmente adepto das ideias do comunismo, George Orwell abandonou o pensamento socialista quando tomou conhecimento das atrocidades e da falta de liberdade dos países comunistas. Conhecido pelo livro *1984*, cujo enredo se passa num país fictício onde há um regime político totalitário. Outro de seus livros famosos foi

A Revolução dos Bichos (1945) uma pequena novela que conta a estória de uma fazenda na qual os animais fazem uma revolução para se livrar da opressão do homem. Retrata essa perda de liberdade de uma maneira que é, ao mesmo tempo, sutil — por ser metafórica — e incisiva, por não haver dúvidas quanto à intenção dos porcos que logo assumem o poder sob os outros animais. A frase do livro que se tornou célebre, "Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais que os outros", é um exemplo de como o governo corrupto distorce leis e, dessa forma, manipula o povo.

Atualmente vivemos **tempos de desoneração. A sociedade da necessidade ficou para trás, e a única necessidade que se impõe é a do direito de ter direitos**, e estes, por sua vez, sempre no sentido de afastar aquilo que possui alto preço. Esse movimento histórico e geográfico é tão forte que já há algum tempo atinge os animais. Somos porta vozes deles na nossa luta de livrá-los de qualquer escravidão, como já fizemos conosco, com as crianças, as mulheres e os pobres. Quatro filósofos contemporâneos descrevem a sociedade atual como a **sociedade da desoneração**:

- **Peter Sloterdijk (1947):** É considerado um dos renovadores da filosofia atual. Ele intervém nos debates políticos e sociais, discute sobre direito tributário e engenharia genética, sobre Deus e o mundo. Seu livro *Crítica da razão cínica*, lançado em 1983, com mais de mil páginas, se tornou o maior *best-seller* alemão de filosofia desde a Segunda Guerra Mundial. Peter Sloterdijk classifica o papel da filosofia no século atual como marginal. Assim como Friedrich Nietzsche, argumenta que os filósofos contemporâneos precisam pensar de forma perigosa e se permitirem ser sequestrados pelas hipercomplexidades da atualidade, possibilitando uma visão mais ampla do mundo, ao mesmo tempo ecológica e global.
- **Giorgio Agamben (1942):** É um filósofo italiano, autor de obras que percorrem temas que vão da estética à política. Seus trabalhos mais conhecidos incluem sua investigação sobre os conceitos de **estado de exceção** e **homo sacer** (o homem sagrado). A discussão em torno destes pontos se torna ainda mais imprescindível na atualidade em que se testemunha acontecimentos como os da prisão de Guantánamo, onde pretensos terroristas árabes são martirizados, e o quase extermínio da população palestina na Faixa de Gaza. Neste estado o *homo sacer* é apresentado por este filósofo como um ser no limiar da animalidade, uma criatura desprovida de significado e perfeitamente descartada.
- **Gilles Lipovetsky (1944):** O autor francês defende que a falta de confiança na política é uma das principais características da nossa época e que o consumo se transformou em uma espécie de engajamento. É um dos pensadores mais originais da atualidade. **Teórico da hipermodernidade e da pós-modernidade**, é considerado um intelectual de referência para os temas da moda e do consumo. É autor de *best-sellers* como *A Era do Vazio – Ensaio Sobre o Individualismo Contemporâneo* (1983), *O Império do Efêmero – A Moda e Seu Destino nas Sociedades Modernas* (1987) e *O Crepúsculo do Dever – A Ética Indolor dos Novos Tempos Democráticos* (1992). Para Gilles Lipovetsky, a pós-modernidade deu espaço para o estado cultural que ele chama de hipermodernidade, marcado por uma ordem social, econômica e cultural, pautados em uma senso de consumo em massa que substituiu o referencial na produção em massa e em uma hegemonia daquilo que o autor nomeia como "sociedade-moda", que toma o lugar da rigorosa sociedade disciplinar. A insegurança em relação ao futuro e a proliferação de estudos, pesquisas e

desenvolvimentos de medicamentos e terapias são uma prova da preocupação que a sociedade hipermoderna tem com o futuro. Segundo o autor os indivíduos vivem cada vez mais embebidos de tensões e preocupações com o futuro - uma característica da hipermodernidade é sua crono-reflexividade (o constante planejamento do tempo visando ao máximo aproveitamento). Diferentemente dos projetos da modernidade, que tinham no futuro a promessa de sua realização e exigiam dos indivíduos uma participação ativa ou uma subordinação quieta, a pós-modernidade e agora, a hipermodernidade, completam um movimento de compressão espaço-temporal. O que se opera é a diminuição dos espaços e a vigência do aqui-agora, mas não um aqui-agora que elimina a preocupação com o futuro imediato. Um aqui-agora reflexivo. A legitimação das práticas na sociedade hipermoderna é a eficiência, que não precisa de justificativa político-ideológica. Talvez aqui seja possível estabelecer uma relação entre a eficiência enquanto legitimidade hipermoderna e a noção de sociedade pós-política, puramente administrativa, sem grandes projetos sociais, sem a tomada de posição política clara e radical.

- **Byung-Chul Han (1959):** Nascido em Seul, Han tinha pouco mais de vinte anos e estudava metalurgia quando resolveu emigrar para a Alemanha, onde se doutorou em 1994 com uma tese sobre Heidegger. Em 2010, publicou *A sociedade do cansaço, e, na sequência Topologia da violência* (2011), *A sociedade da transparência* (2012), *No exame: reflexões sobre o digital* (2013), *A agonia de Eros* (2014), *Psicopolítica* (2014), *A salvação do belo* (2015) e *A expulsão do diferente* (2016). São muitas as características comuns a todas obras do autor, a começar pela temática: **o foco sempre recai sobre certas mazelas demasiadamente contemporâneas.** Por exemplo, o burburinho nas redes sociais; a ilusão de autonomia profissional camuflando uma **"autoexploração"** cada vez mais depressiva pelo bom desempenho; a falta de tempo para a contemplação e a reflexão na correria consumista; a dificuldade para se relacionar com os outros numa **sociedade marcada pelo narcisismo.** Sob lemas como o famoso "Yes, we can", ao qual poderíamos acrescentar outros como "just do it" ou "porque eu mereço", Byung-Chul Han parece acertar em cheio: "No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação". "Vivemos na sociedade positiva", diz Han, e o negativo deixa de ser importante a ponto de não termos mais como nos criarmos verdadeiramente, somos *selves* distintos, só diferentes, pois nos falta o outro. Morre a alteridade de tal forma que nosso cansaço conosco mesmo vem na exata medida dessa morte. Vivemos na sociedade em que não vale mais a frase sartreana "o interno são os outros". O outro desaparece e o *self* é o único lugar de felicidade, do céu, e é claro, então, do inferno. O inferno somos nós. Todo esse estímulo positivo, porém, cansa: "A sociedade do desempenho produz depressivos e fracassados". O paradoxo é complicado, pois, ao acreditarmos que nos libertamos de todas as opressões que vinham de fora, vemo-nos enredados em coações autodestrutivas que são altamente eficientes, entre outros motivos "porque a vítima dessa violência imagina ser alguém livre". De leitura fácil e simples, sem no entanto se tornar clichê, todos os seus livros são pequenos e breves: poucas páginas, num tamanho que cabe no bolso – tanto por sua leveza como por seu preço – os títulos seduzem pela contundência, são chamativos e eficazes por prometerem algo que de fato não escamoteiam: a tentação irresistível de um diagnóstico rápido e preciso sobre a confusa complexidade do mundo atual. Byung-Chul Han já foi apelidado de "filósofo viral", por constituir um fenômeno raro entre os autores desse gênero, comparável, portanto, a outros

poucos colegas como **Zygmunt Bauman** ou **Slavoj Žižek**. Neste caso, porém, o mote parece ainda mais adequado, talvez por pertencer a uma geração mais recente e, nesse sentido, ter uma sintonia mais afinada com o espírito do século XXI. Ao ler seus veredictos sobre as misérias da vida atual, às vezes tem-se a impressão de que o autor está também se referindo a seu próprio modo de pensar e escrever.

É claro e evidente que todos esses autores mencionados até aqui cumprem apenas com um papel demonstrativo à cerca de quanto o pensamento humano ao longo de seu processo histórico é dinâmico. Certamente, podemos ter cometido graves e imperdoáveis omissões, no entanto, todos os autores e autoras citados foram em suas respectivas épocas e lugares, novos pensadores, não apenas no sentido de que tiveram novas ideias, e sim porque pensaram de uma nova maneira, desenvolveram novas linhas observacionais e interpretativas. Devemos ter em mente que somos também novos pensadores, afinal, vivemos numa sociedade-em-rede, e isso equivale a dizer que devemos abandonar a velha postura conservadora em relação aos grandes pensadores, de se pensar sempre com os pensamentos dos outros, mas perceber que somos capazes de pensar com a própria cabeça em interação com os outros. Vale observar, entretanto, que em termos de visão de mundo, não há uma construção objetiva ao longo do tempo, a não ser para quem encadeia uma coisa na outra para construir uma linha imaginária (portanto, subjetiva) de sucessão ou evolução do pensamento.

O novo pensador, portanto, é o que inventa linhas imaginárias, e é isso que significa "criar conceitos", como observaram outros autores que se tornaram referência e exerceram influências importantes para o pensamento contemporâneo e, de certa forma, pós-moderno, por questionar os sistemas filosóficos, científicos e artísticos que caracterizam o projeto da modernidade, tais como:

- **Jean-François Lyotard (1924-1998):** Filósofo francês, considerado um **pós-estruturalista**¹⁶. Transformou-se em um dos mais importantes pensadores na discussão sobre a pós-modernidade, caracteriza esse período como uma decorrência do **fim das "grandes narrativas" totalizantes ou "metanarrativas"**¹⁷, fundadas na crença no progresso e nos ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade. Para entender melhor o modo de pensar "pós-moderno", fica mais fácil entendendo o que foi a filosofia da modernidade. A modernidade é um período identificado pela Revolução Industrial, a crença no Progresso, o Racionalismo e o Positivismo. Seus escritos se interessam amplamente pelo papel da narrativa na cultura, em particular no modo como ela está inserida na condição "pós-industrial" ou, como ele próprio costumava se referir, na era "pós-moderna". Lyotard sustenta que as filosofias modernas legitimaram suas pretensões à verdade não sobre bases lógicas ou empíricas, como pretenderam, mas sobre uma metanarrativa do conhecimento do mundo. Seria, então, a ocasião em que a consciência humana pode desenvolver um novo jogo de linguagem, que não reivindica uma verdade absoluta, e sim que contemple um mundo de relações de mudanças constantes. Sua obra mais destacada para o tema foi *A condição pós-moderna* (1979).

16 O Estruturalismo buscou analisar a realidade social baseado na construção de modelos que expliquem como se dão as relações a partir do que chamam de estruturas - é um sistema abstrato em que os fatos não são isolados e dependem entre si para determinar o todo. As trocas econômicas dependem dos laços sociais, que, por sua vez, são determinados por sistemas de distinção, e assim por diante. O Estruturalismo acredita que os acontecimentos estão sempre relacionados, não existindo fatos isolados.

17 Narrativa extensa que pretende explicar o conhecimento ou representar o universo ou uma verdade absoluta.

- **Félix Guattari (1930-1992):** Psicanalista e filósofo francês, cujo trabalho é, em grande medida, pensar a relação dos elementos inconscientes na linguagem. Em *O que é filosofia?*, afirma que a filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos e, de certo modo, gerar uma nova realidade cognoscível ou apreensível, na medida em que inventa a sua explicação sobre ela. Ao longo de seus escritos, também procura mostrar como o inconsciente se reporta aos campos social, econômico e político, e de como estes determinam os objetos do nosso desejo. Afirma ainda que, ao inconsciente, tomado não como algo estrutural, mas processual, resta tomar a subjetividade não como um dado, mas como um engendramento distinto de subjetividades. Assim, as questões éticas são discutidas também pelo crivo de componentes semióticos – relacionados à comunicação –; pela incorporação das ciências e das mídias para lidar com o problema da técnica e do desejo na sociedade.
- **Michel Foucault (1926-1984):** Filósofo francês muito próximo da ótica pós-moderna, sob o aspecto histórico. Através de uma análise extensa dos processos pelos quais a consciência é determinada, acaba por recusar as estruturas filosóficas do pensamento ocidental, e ataca qualquer noção de que possa haver uma metalinguagem, uma metanarrativa ou uma metateoria, às quais todas as coisas possam ser conectadas ou representadas. Condena as metanarrativas (por exemplo, as produzidas por Marx ou Freud) como totalizantes e insiste na pluralidade de formações de “poder-discurso” – o que pode ser visto em *Microfísica do poder* (1979). Afirma, portanto, que o estabelecimento de uma única verdade e centro de poder torna o conhecimento autoritário e restrito. A relação entre o poder e o conhecimento é um tema central em sua obra, e nos convoca a uma análise ascendente do poder, começando pelos seus mecanismos mais simples que permite cada qual vivenciar a sua própria história e trajetória, técnicas e táticas. O autor busca ainda compreender como os mecanismos sociais foram e continuam a ser investidos para colonizar, transformados por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de domínios globais. Foucault vê que há uma íntima relação entre os sistemas de conhecimento (discursos) que codificam técnicas e práticas para o exercício do controle e do domínio social: a prisão, o asilo, o hospital, a universidade, a escola, o consultório do psiquiatra, de modo que o que acontece com os microcosmos de poder não pode ser abarcado por alguma teoria geral abrangente. Foucault tem afinidade com a perspectiva pós-moderna, no elogio às qualidades abertas do discurso humano, tomando-as como fundamento, compreendendo-a como um discurso multifacetado e pluralista, condenando o estabelecimento de uma única verdade ou a centralização de um poder que pode tornar o conhecimento autoritário e restrito. Foucault busca captar as singularidades, particularidades e diversidades dos indivíduos no cotidiano, valorizando a pluralidade cultural e o respeito às diferenças.
- **Gilles Deleuze (1925-1995):** A obra desse pensador francês pode ser separada em duas categorias: livros de conceitos, tais como: *Diferença e Repetição* e *Lógica do Sentido*, ambos vistos como suas obras primas e, livros de história da filosofia. Apesar de ser considerado um grande historiador de filosofia, sua abordagem é diferente de seus companheiros. Deleuze mesmo dizia que “fazia um filho pelas costas” de cada pensador que estudava. Sua intenção não é encontrar o “verdadeiro” Nietzsche ou Espinosa. Não, na verdade, os pensamentos dos filósofos que estuda são usados como ferramentas para pensar o presente e, por isso, reinventa os filósofos sobre os quais admira e escreve.
- **Richard Rorty (1931-2007):** Filósofo norte-americano, conhecido como um dos principais pós-modernistas fora da Europa. A partir de uma perspectiva analítica, abandona a concepção do pensamento e da linguagem como um espelho da realidade ou do mundo externo. Compreende que os conceitos particulares estão ligados ao mundo de maneira apropriada, em que a verdade não se encontra na adequação ou na representação do real, mas que ela surge das práticas sociais, e que a linguagem é aquilo que serve aos nossos interesses em um período determinado, talvez por isso, acreditasse que as linguagens antigas são intraduzíveis pelas línguas modernas.
- **Zygmunt Bauman (1925-2017):** Este sociólogo polonês, foi um dos principais difusores do termo “pós-modernidade” no sentido de forma póstuma da modernidade, utiliza a expressão “modernidade líquida”, para descrever esse período, referindo-se a uma realidade ambígua, multiforme, onde “tudo o que é sólido se desmancha no ar”. O pensamento de Bauman tem sua importância para analisar a sociedade pós-moderna pela forma como conduz sua linha de raciocínio de forma leve e coerente. **O conceito de modernidade líquida é significativo, mostrando-nos como a atualidade apresenta-se fluida, de forma que as relações sociais são cada vez mais fragmentadas. Um exemplo concreto dessa fluidez é demonstrado quando as relações sociais se estabelecem em função do consumo.** Bauman analisa a peculiaridade mais marcante da vida humana contemporânea: sua “vendabilidade” e transformação em mercadoria. No interior desta lógica, a perseguição da felicidade é uma constante, porém inatingível, pois a satisfação só se dá através do consumo e, a própria cultura, torna-se fluxo ininterrupto de insatisfação dos desejos. Diz Bauman: “A sociedade de consumidores talvez seja a única na história humana a prometer felicidade na vida terrena, aqui agora e a cada ‘agora’ sucessivo”. Segundo o sociólogo, “a sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar a não satisfação de seus membros (e assim, em seus próprios termos, a infelicidade deles)”. Os consumidores são também eles transformados em mercadoria. Com Zygmunt Bauman se apagou uma das vozes mais críticas da sociedade contemporânea, individualista e desumana, que definiu como a “modernidade líquida”, aquela em que nada mais é sólido. Não é sólido o Estado-nação, nem a família, nem o emprego, nem o compromisso com a comunidade. E, hoje, “nossos acordos são temporários, passageiros, válidos apenas até novo aviso”. Essa voz soou lúcida até o fim de seus 91 anos.
- **Jacques Derrida (1930-2004):** O filósofo franco-argelino afirma que os pensadores celebram o significante (razão, mente, linguagem) sobre o **significado** (as palavras e os sinais) que molda o nosso pensar. Em outras palavras, os filósofos seguiram direção oposta ou, no mínimo, equivocada. “Os filósofos pressupõem uma metafísica de presença pela qual a mente tem uma presença tal do logos, de modo que pode apreendê-lo e ler suas características inteligíveis”. Nesta ótica, a linguagem é simplesmente vista como uma ferramenta, um meio pelo qual se relata achados filosóficos sobre o logos. Especialmente no domínio teórico e explicativo último, o **desconstrucionismo** de Derrida é provocativo, se não subversivo, ao questionar o caráter da auto evidência, lógica e sem julgamento de dicotomias que vivemos, como legítimo/ilegítimo, racional/irracional, verdade/ficção ou observação/imaginação. O conceito de “desconstrução”, sua contribuição mais famosa, é sobre a forma que lemos e entendemos diversos textos, as vezes pode parecer que quando estamos a ler um texto, iremos compreender grande parte do que o autor

pretende transmitir ou ensinar, porém, Derrida diz que todos os textos estão crivados com o que ele chama de "aporias", que tem como significado, "contradição", "dificuldade", "paradoxo", "duvida". A desconstrução é uma forma de ler determinados textos e revelar suas aporias.

- **Slavoj Žižek (1949):** Conta-se nos dedos os teóricos que conseguiram a façanha de se tornarem ícones ainda vivos não somente no meio acadêmico, mas também fora dele. O filósofo esloveno contemporâneo Slavoj Žižek (o "Ž" tem som de "G") entra nesse seleto grupo composto por personalidades já bem conhecidas, como Jean-Paul Sartre, Michel Foucault e Peter Sloterdijk. Já foi chamado por veículos de imprensa como "o filósofo mais perigoso do Ocidente", Žižek ganhou fama por aliar alta teoria, abstração filosófica e psicanálise com cultura popular, humor mordaz e exemplos cotidianos. Mas esses rótulos e generalizações escondem uma densa obra que permanece desconhecida, distante do grande público que consome apenas seus artigos em jornais e revistas, além dos seus vídeos no YouTube. Assumi o desafio de tentar tornar ideias acessíveis ao grande público de forma mais branda, sem adentrar em áreas mais complexas. E eles não devem ser considerados desprovidos de valor por este motivo. Eis as principais fontes e as influências que dão suporte para o pensador esloveno fundamentar suas ideias e suas teorias, e que estão presentes em praticamente todos os seus livros: o **idealismo alemão** de Kant, Fichte, Hegel (principalmente) e Schelling, de onde Žižek herdará a paixão pela dialética e pelo retorno de categorias como verdade e totalidade/universalidade – contra a maré pós-moderna que coloca de lado estas questões; o **marxismo** de Karl Marx e também da Escola de Frankfurt, de onde virá o olhar sobre as contradições, assim como a crítica do capitalismo e da ideologia; e a psicanálise de Jacques Lacan, de onde virá o contraponto do sujeito, do inconsciente das pulsões libidinais. Um dos aspectos mais interessantes de Slavoj Žižek é que ele usa o cinema e a literatura para explorar suas ideias. Em particular, recorre com frequência aos filmes de Alfred Hitchcock e David Lynch. Ele também cita Shakespeare, Kafka ou Lênin com grande naturalidade. Seu pensamento propõe e promove uma atitude de resistência frente ao consumismo e às privatizações do mercado. Ele também é um inimigo declarado dos fundamentalismos políticos e religiosos. Alguns o catalogam como anarquista, mas, na realidade, ele é acima de tudo um crítico ácido dos tempos atuais. É um filósofo antissistema, suas reflexões contribuem para entender um mundo que se tornou complexo e até mesmo errático.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2017 – Prova Verde-Libras)

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento das suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções, que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Na perspectiva de Michel Foucault, o processo mencionado resulta em

- A) declínio cultural.
- B) segregação racial.
- C) redução da hierarquia.
- D) totalitarismo dos governos.
- E) modelagem dos indivíduos.

02. (Enem/2017)

Uma sociedade é uma associação mais ou menos autossuficiente de pessoas que em suas relações mútuas reconhecem certas regras de conduto com obrigatórias e que, na maioria das vezes, agem de acordo com elas. Uma sociedade é bem ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas quando é também efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça. Isto é, trata-se de uma sociedade na qual todos aceitam, e sabem que os outros aceitam, o mesmo princípio de justiça.

RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Adaptado.

A visão expressa nesse texto do século XX remete a qual aspecto do pensamento moderno?

- A) A relação entre liberdade e autonomia do Liberalismo.
- B) A independência entre poder e moral do Racionalismo.
- C) A convenção entre cidadãos e soberano do Absolutismo.
- D) A dialética entre indivíduo e governo autocrata do Idealismo.
- E) A contraposição entre bondade e condições selvagem do Naturalismo.

03. (Enem/2016 – 3ª Aplicação-PPL)

Tendo se livrado do entulho do maquinário volumoso e das enormes equipes de fábrica, o capital viaja leve, apenas com a bagagem de mão, pasta, computador portátil e telefone celular. O novo atributo da volatilidade fez de todo compromisso, especialmente do compromisso estável, algo ao mesmo tempo redundante e pouco inteligente: seu estabelecimento paralisaria o movimento e fugiria da desejada competitividade, reduzindo *a priori* as opções que poderiam levar ao aumento da produtividade.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

No texto, faz-se referência a um processo de transformação do mundo produtivo cuja consequência é o(a)

- A) regulamentação de leis trabalhistas mais rígidas.
- B) fragilização das relações hierárquicas de trabalho.
- C) decréscimo do número de funcionários das empresas.
- D) incentivo ao investimento de longos planos de carreiras.
- E) desvalorização dos postos de gerenciamento corporativo.

04. (Enem/2016 – 3ª Aplicação-PPL)

Quando refletimos sobre a questão da justiça, algumas associações são feitas quase intuitivamente, tais como a de equilíbrio entre as partes, princípio de igualdade, distribuição equitativa, mas logo as dificuldades se mostram. Isso porque a nossa sociedade, sendo bastante diversificada, apresenta uma heterogeneidade tanto em termos das diversas culturas que coexistem em um mundo interligado como em relação aos modos de vida e aos valores que surgem no interior de uma mesma sociedade.

CHEDIAK, K. *A pluralidade como ideia reguladora: a noção de justiça a partir da filosofia de Lyotard*. Trans/Form/Ação, n. 1, 2001 (adaptado).

A relação entre justiça e pluralidade, apresentada pela autora, está indicada em:

- A) A complexidade da sociedade limita o exercício da justiça e a impede de atuar a favor da diversidade cultural.
- B) A diversidade cultural e de valores torna a justiça mais complexa e distante de um parâmetro geral orientador.
- C) O papel da justiça refere-se à manutenção de princípios fixos e incondicionais em função da diversidade cultural e de valores.
- D) O pressuposto da justiça é fomentar o critério de igualdade, a fim de que esse valor torne-se absoluto em todas as sociedades.
- E) O aspecto fundamental da justiça é o exercício de dominação e controle, evitando a desintegração de uma sociedade diversificada.

05. (Enem/2016)

A promessa da tecnologia moderna se converteu em uma ameaça, ou esta se associou àquela de forma indissolúvel. Ela vai além da constatação da ameaça física. Concebida para a felicidade humana, a submissão da natureza, sobre medida de seu sucesso, que agora se estende à própria natureza do homem, conduziu ao maior desafio já posto ao ser humano pela sua própria ação. O novo continente da práxis coletiva que adentramos com a alta tecnologia ainda constitui, para a teoria ética, uma terra de ninguém.

JONAS, H. *O princípio da responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2011 (Adaptado).

As implicações éticas da articulação apresentada no texto impulsionam a necessidade de construção de um novo padrão de comportamento, cujo objetivo consiste em garantir o(a)

- A) pragmatismo da escolha individual.
- B) sobrevivência de gerações futuras.
- C) fortalecimento de políticas liberais.
- D) valorização de múltiplas etnias.
- E) promoção da inclusão social.



Exercícios Propostos

01. (UFJF/2003)

O filósofo e teórico social Michel Foucault (1926-1984) dedica sua obra *Vigiar e punir* (1999) para o entendimento das formas de controle social externas e internas. Segundo o autor, a construção do sujeito dócil, útil e submisso à ordem estabelecida é possível apenas por meio de processos “disciplinadores”, nos quais o corpo e a mente do sujeito são moldados de acordo com o que se pede no meio social. Para entender esse fenômeno, Foucault voltou-se para a observação de instituições disciplinadoras, como a escola e os quartéis, onde os indivíduos que ali permanecem vivem sob o controle da instituição.

Podemos concluir que, para Foucault, controle social é

- A) a forma de controlar a reprodução biológica de um grupo social.
- B) a forma de estabelecer critérios em relação à reprodução humana em países superpopulosos.
- C) um conjunto entre formas externas e internas de intervenção no comportamento do sujeito desviante.
- D) um conjunto de regras que limita a interação entre indivíduos de classes e estratos diferentes em sociedades estamentais.

02. (Enem/2010)

A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores: a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror: a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo.

FOUCAULT, M. Aula de 14 de janeiro de 1976. In. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999

O filósofo Michel Foucault (séc. XX) inova ao pensar a política e a lei em relação ao poder e à organização social. Com base na reflexão de Foucault, a finalidade das leis na organização das sociedades modernas é

- A) combater ações violentas na guerra entre as nações.
- B) coagir e servir para refrear a agressividade humana.
- C) criar limites entre a guerra e a paz praticadas entre os indivíduos de uma mesma nação.
- D) estabelecer princípios éticos que regulamentam as ações bélicas entre países inimigos.
- E) organizar as relações de poder na sociedade e entre os Estados.

03. (PUC-PR/2014)

Hans Jonas, na obra *O Princípio da Responsabilidade*, formulou um novo e característico imperativo categórico, relacionado a um novo tipo de ação humana: “Age de tal forma que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica sobre a terra”.

JONAS, 2006, p. 48.

A este respeito, assinale a alternativa correta.

- A) Podemos deduzir que Hans Jonas propõe que o importante é o bem do indivíduo e não a coletividade futura.
- B) A ação de cada indivíduo não influencia na coletividade.
- C) O importante é viver o presente sem se importar com o futuro da humanidade.
- D) Podemos deduzir que não é importante a permanência da vida humana sobre a terra.
- E) O imperativo proposto por Hans Jonas é de ordem racional, para um agir coletivo como um bem público e não individual.

04. (Simulado Avalia-SFB/2017)

Numa sociedade em que a componente comunicacional torna-se cada dia mais evidente, simultaneamente como realidade e como problema, é certo que o aspecto de linguagem [...] adquire uma nova importância, que seria superficial reduzir à alternativa tradicional da palavra manipuladora ou da transmissão unilateral de mensagem, por um lado, ou da livre expressão ou do diálogo, por outro.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Tradução: Ricardo Correia Barbosa. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 29.

Diante das novas plataformas de comunicação, Lyotard chama a atenção para possíveis problemas oriundos destes mecanismos, pois os mesmos afetariam os comportamentos sociais de uma maneira muito mais ampla, como pode ser notado em casos como

- A) a transmissão dos Jogos Olímpicos e de intervenções militares em áreas marginalizadas.
- B) a propagação de vídeos contendo assassinatos e da supervalorização do “eu” pela *selfie*.
- C) a divulgação de matérias sem fontes íntegras e de pesquisas científicas e tecnológicas.
- D) a reprodução de um padrão estético e de um modelo político autoritário e manipulador.
- E) a publicação de artigos homofóbicos e de imagens, como a charge, de cunho informativo.

05. (Enem/2015)

Quanto ao “choque de civilizações”, é bom lembrar a carta de uma menina americana de sete anos cujo pai era piloto na Guerra do Afeganistão: ela escreveu que – embora amasse muito seu pai – estava pronta a deixá-lo morrer, a sacrificá-lo por seu país. Quando o presidente Bush citou suas palavras, elas foram entendidas como manifestação “normal” de patriotismo americano; vamos conduzir uma experiência mental simples e imaginar uma menina árabe maometana pateticamente lendo para as câmeras as mesmas palavras a respeito do pai que lutava pelo Talibã – não é necessário pensar muito sobre qual teria sido a nossa reação.

ZIZEK, S. *Bem-vindo ao deserto do real*. São Paulo: Bom Tempo, 2003.

A situação imaginária proposta pelo autor explicita o desafio cultural do(a)

- A) prática da diplomacia.
- B) exercício da alteridade.
- C) expansão da democracia.
- D) universalização do progresso.
- E) conquista da autodeterminação.

06. (Enem/2014 – 2ª Aplicação-PPL)

A justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento. Cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar. Por essa razão, a justiça nega que a perda de liberdade de alguns se justifique por um bem maior partilhado por todos.

RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (adaptado).

O filósofo afirma que a ideia de justiça atua como um importante fundamento da organização social e aponta como seu elemento de ação e funcionamento o

- A) povo
- B) Estado
- C) Governo
- D) Indivíduo
- E) magistrado

07. (FGV/2007)

“Blade Runner é uma parábola de ficção científica em que temas pós-modernos situados num contexto de acumulação flexível (...) são explorados com todo o poder de imaginação que o cinema pode mobilizar. O conflito ocorre entre pessoas que vivem em escalas de tempo distintas e que, como resultado, veem e vivem o mundo de maneira bem diferente.”

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1999.

Sobre a pós-modernidade é correto afirmar:

- A) Pós-modernidade se refere às condições socioeconômicas e culturais do capitalismo pós-industrial, que acentuam o individualismo, o consumismo e promovem a compressão do espaço e do tempo.
- B) Enquanto movimento estético, o termo denota um compromisso de resgate do pensamento iluminista e de princípios funcionais rígidos sobre o uso do tempo.
- C) Pós-modernidade se refere à era da produção fordista, que aumentou a velocidade da produção das mercadorias, graças à implantação da linha de montagem, produção em série e do consumo de massa.
- D) A pós-modernidade chega ao Brasil no esteio da política de industrialização baseada na substituição de importações, redirecionando a concepção tradicional do sistema produtivo e do uso do tempo.
- E) O movimento que dá início à pós-modernidade se apoia na defesa dos princípios tayloristas de produção, baseados no planejamento e divisão flexível do trabalho.

08. (UEL/2008) Leia o texto a seguir.

[...] Como observam os pesquisadores do Instituto de Estudos Avançados da Cultura da Universidade de Virgínia, os executivos globais que entrevistaram “vivem e trabalham num mundo feito de viagens entre os principais centros metropolitanos globais – Tóquio, Nova York, Londres e Los Angeles. Passam não menos do que um terço de seu tempo no exterior. Quando no exterior, a maioria dos entrevistados tende a interagir e socializar com outros globalizados... Onde quer que vão, hotéis, restaurantes, academias de ginástica, escritórios e aeroportos são virtualmente idênticos. Num certo sentido habitam uma bolha sociocultural isolada das diferenças mais ásperas entre diferentes culturas nacionais... São certamente cosmopolitas, mas de maneira limitada e isolada.” [...] A mesmice é a característica mais notável, e a identidade cosmopolita é feita precisamente da uniformidade mundial dos passatempos e da semelhança global dos alojamentos cosmopolitas, e isso constrói e sustenta sua secessão coletiva em relação à diversidade dos nativos. Dentro de muitas ilhas do arquipélago cosmopolita, o público é homogêneo, as regras de admissão são estrita e meticulosamente (ainda que de modo informal) impostas, os padrões de conduta precisos e exigentes, demandando conformidade incondicional. Como todas as “comunidades cercadas”, a probabilidade de encontrar um estrangeiro genuíno e de enfrentar um genuíno desafio cultural é reduzida ao mínimo inevitável; os estranhos que não podem ser fisicamente removidos por causa do teor indispensável dos serviços que prestam ao isolamento e autocontenção ilusória das ilhas cosmopolitas são culturalmente eliminados – jogados para o fundo “invisível” e “tido como certo”.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 53-55.

De acordo com o texto, é correto afirmar que a globalização estimulou

- A) a disseminação do cosmopolitismo, que rompe as fronteiras étnicas, quando todos são viajantes.
- B) um novo tipo de cosmopolitismo, que reforça o etnocentrismo de classe e de origem étnica.
- C) a interação entre as culturas nativas, as classes e as etnias, alargando o cosmopolitismo dos viajantes de negócio.
- D) o desenvolvimento da alteridade através de uma cultura cosmopolita dos viajantes de negócios.
- E) a emergência de um novo tipo de viajantes de negócios, envolvidos com as comunidades e culturas nativas dos países, onde se hospedam.

09. (UEL/2017) Analise a charge a seguir e responda à questão.



Disponível em: <<https://sociologiareflexaoeacao.files.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Leia o texto a seguir.

O avanço do uso de novas tecnologias de informação e comunicação altera as relações sociais, os hábitos cotidianos e os costumes das pessoas, especialmente nas grandes cidades. Um exemplo é a crescente utilização da Internet, das redes sem fio, dos celulares e smartphones tanto em pesquisas escolares como nos espaços privados e públicos. Nos trens, nos ônibus e nas ruas, o uso dessas tecnologias se multiplica e se transforma quase em uma regra, relegando àqueles que não os usam como comportamentos “fora dos padrões”.

Adaptado de: OLIVEIRA, L. F.; COSTA, R. C. R. *Sociologia para jovens do século XXI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. p.250-254.

Com base na charge, no texto e nos conhecimentos sociológicos sobre os efeitos da expansão das novas tecnologias de informação e comunicação nas relações sociais, assinale a alternativa correta.

- A) Para Zigmunt Bauman, na modernidade líquida, a intensa interatividade e a multiplicação das relações em rede criam vínculos sociais duradouros e quadros de referência e de identificação permanentes.
- B) Para Umberto Eco, os efeitos principais do avanço dos novos meios de comunicação, nos locais mais isolados, são a padronização dos comportamentos, o desaparecimento das diversidades culturais e das tradições comunitárias.
- C) O uso de tecnologias móveis e pessoais de comunicação, como os smartphones, ao mesmo tempo em que estimula relações sociais virtuais, seja através de voz, de SMS, de fotos ou vídeos, dificulta a disseminação de conteúdos e de ideias divergentes.
- D) Na contemporaneidade, o acesso universal e ilimitado às redes digitais rompe com o controle das grandes empresas sobre a produção e a circulação de notícias e com a sua atuação em rede nacional e internacional.
- E) A utilização cada vez mais frequente de celulares confere maior mobilidade nas comunicações, modifica as formas de controle dentro e fora dos grupos e torna públicas conversas consideradas, no passado, restritas ao mundo privado.

10. (Unioeste/2016)

Os estudos realizados por Michel Foucault (1926-1984) apresentam interfaces que corroboram para estudos em diversas áreas de conhecimento, entre as quais a Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia, Psiquiatria, Medicina e Direito. Em 1975, Foucault publicou a obra *Vigiar e Punir: história da violência das prisões*, na qual propunha uma nova concepção de poder, a qual abandonava alguns postulados que marcaram a posição tradicional da esquerda do período.

Sobre a concepção de poder foucaultiana, é correto afirmar

- A) Só exerce poder quem o possui, por se tratar de um privilégio adquirido pela classe dominante que detém o poder econômico.
- B) O poder está centralizado na figura do Estado e está localizado no próprio aparelho de Estado, que é o instrumento privilegiado do poder.
- C) Todo poder está subordinado a um modo de produção e a uma infraestrutura, pois o modo como a vida econômica é organizada determina a política.
- D) O poder tem como essência dividir os que possuem poder (classe dominante) daqueles que não têm poder (classe dos dominados).
- E) O poder não remete diretamente a uma estrutura política, ao uso da força ou a uma classe dominante: as relações de poder são móveis e só podem existir quando os sujeitos são livres e há possibilidade de resistência.



Fique de Olho

VELHOS/NOVOS PROBLEMAS DO SÉCULO XXI

“A destruição criativa é o fato essencial do capitalismo. Capitalismo estabilizado é uma contradição em termos”.

(Joseph Schumpeter)

A filosofia está morta, de acordo com o físico britânico Stephen Hawking (1942-). “Como podemos entender o mundo em que nos encontramos?”, pergunta ele em *O grande projeto: novas respostas para questões definitivas da vida* (2010). “O universo teve um criador? Tradicionalmente, essas são perguntas da filosofia, mas a filosofia está morta”. No seu modo de ver, os cientistas assumiram as questões “reais” da filosofia e estão ocupados respondendo a elas. Ao fim, eles terão respostas para todas elas, não deixando nada a ser feito pela filosofia. A filosofia é um dinossauro.

Mas afirmar que a filosofia está morta é o mesmo que dizer que o pensamento está morto. Martin Heidegger (1889-1976) disse que filosofia é pensamento; e o que diz respeito à ciência é objeto de ampla reflexão por parte da filosofia. De fato, a filosofia da ciência é um campo que cresceu muito desde que R. V. Quine (1908-2000) questionou o positivismo lógico e que T. S. Kuhn (1922-1996) identificou os meios pelos quais paradigmas científicos se erguem e declinam.

Na verdade, ciência e revoluções científicas nos fornecem uma comparação útil com o estado da filosofia profissional de hoje (nem todo o pensamento que forma nosso mundo é feito por filósofos, e vamos abordar esse fato daqui a pouco). Na ciência, diz Kuhn, temos um paradigma predominante, ou conceito diretivo, que cria toda uma visão de mundo que inclui a visão popular do homem de si mesmo em relação com o universo e ainda uma visão de como os cientistas “fazem” ciência. Um bom exemplo de um paradigma diretivo seria a teoria do matemático egípcio Ptolomeu (segundo século d.C.) de que o Sol se move em torno da Terra: a teoria geocêntrica do universo. Com os estudos do astrônomo polonês Copérnico (1473-1543), inverte-se o paradigma. Não, diz ele, é a Terra que gira em torno do Sol. Em princípio, há um caos e descrença. Pessoas são torturadas e queimadas na fogueira pela Igreja porque o quadro heliocêntrico parece ser contrário a Deus. Depois de um tempo, entretanto, a revolução copernicana já não parece tão revolucionária, e os cientistas voltam ao trabalho, passando a fazer o que fazem.

Ciência de laboratório

O que os cientistas fazem? Eles fazem experiências. Cientistas – centenas de milhares (se não milhões) deles ao redor do mundo – desenvolvem hipóteses e as testam experimentalmente. Quando um experimento parece funcionar – quando ele pode ser repetido por diversos pesquisadores e os resultados podem ser replicados –, então se estabelece um bloco a mais de construção do paradigma dominante.

Deste modo, os cientistas seguem fazendo experiências até que um cientista revolucionário como Albert Einstein adentre o cenário e diga: “Não, não acho que seja assim que isso funciona. É mais assim”. O cientista médio, entretanto, é um experimentador do dia a dia, fazendo o que Kuhn chama de *bench Science* (NT: literalmente, “ciência de banco”, uma alusão à ciência feita diariamente nos bancos de um laboratório). Cientistas como Einstein ou Richard Feynman (1918-88) são raros. E podem estar se tornando mais raros à medida que a ciência passa a estar mais e mais ligada a corporações.

Na filosofia, quando Immanuel Kant fez sua chamada “virada copernicana”, houve uma mudança de paradigma similar no pensamento moderno. Ele defendeu que o conhecimento humano não apenas consistia em mais do que as simples recepções de impressões do sentido, mas também que ele era diferente em espécie. Em vez de as impressões do sentido serem “escritas” em uma tabula rasa passiva (ou uma folha em branco), como filósofos de Aristóteles a John Locke considerariam, o conhecimento vem do poder da subjetividade humana no ato da percepção. Kant deu primazia ao sujeito em detrimento do objeto: foi esta a sua virada copernicana.

O progresso da filosofia

A ascendência do sujeito sobre o objeto levou quase inevitavelmente a alguém como o filósofo alemão Friedrich Nietzsche declarar que Deus estava morto. E talvez tenha sido igualmente inevitável que alguém como Ludwig Andreas von Feuerbach viesse a afirmar a divindade do homem. Depois, Karl Marx buscou os valores do homem em termos de sua história e relações econômicas e materiais; Roland Barthes declarou a morte do autor; e Jacques Derrida desconstruiu a linguagem até nos acharmos nus diante dela, expostos por nossas tentativas de proferir enunciados significativos, confrontados pelo que está presente em virtude de sua ausência nas palavras que nos usam.

Portanto, os filósofos estiveram ocupados.

Mas como eles se ocuparão no século XXI? E quem serão eles?

Vamos tentar responder à segunda pergunta primeiro. Os novos pensadores podem não ser mais filósofos profissionais, uma vez que pressões econômicas levam a crer que haverá menos destes. Quantos existem agora?

A Associação Filosófica Americana conta com mais de 11 mil membros pagantes. Este fato evoca em mim um momento aqui-para-lá, em que me pergunto como passamos de um punhado de filósofos gregos em Mileto, 2.500 anos atrás, para 11 mil filósofos americanos hoje em dia. E este número sequer dá conta dos filósofos na Grã-Bretanha e no resto do mundo anglófono; ele omite toda a Europa, o que significa um número muito grande de filósofos. O que todos eles fazem? Morte do *superstar* filosófico. Pode ser que nós tenhamos visto o último dos *superstars* da filosofia.

Jacques Derrida é provavelmente o último filósofo cujo nome pode ser reconhecido pelo público em geral (embora esse público quase certamente não o tenha lido). Sartre foi um recente, assim como Bertrand Russell. Charles Darwin, Karl Marx e Sigmund Freud são gigantes perenes (e dois deles eram predominantemente cientistas). Por que motivo o passado teve mais nomes importantes entre os pensadores? Quem são os pensadores de amanhã e que estão entre nós hoje?

Em seu ensaio, “O futuro da filosofia”, John Searle (1932-) afirma que a era dos gigantes filosóficos terminou porque agora temos mais filósofos bem treinados que em qualquer outra época, e que eles estão ocupados resolvendo problemas filosóficos. De acordo com Searle, eles são todos tão bons no que fazem que ninguém se destaca. De determinada perspectiva, esta é uma postura muito generosa a ser assumida, um pouco como um general examinando suas divisões e alegando que cada um de seus soldados é um herói. Mas, do mesmo modo que talvez tenhamos mais equipamentos militares do que inimigos, pode ser que tenhamos mais filósofos que problemas. Como o general que deseja que o governo continue elevando o orçamento militar para proteger o seu emprego e os dos seus soldados, o professor de filosofia necessita mais financiamento para manter sua equipe de filósofos, todos eles ocupados em resolver problemas filosóficos.

Velhos problemas

Que problemas? J. L. Austin observou certa vez que os gregos haviam identificado cerca de mil problemas filosóficos e que, depois de Ludwig Wittgenstein, eles estavam prestes a serem resolvidos. A. J. Ayer afirmou que o trabalho de resolver problemas filosóficos estava quase terminado.

Por outro lado, John Searle acredita que há muito mais a fazer. “Eu estimaria que aproximadamente noventa por cento dos problemas filosóficos deixados a nós pelos gregos permanecem conosco”, diz ele, “e que ainda não encontramos um modo científico, linguístico ou matemático de responder a eles”.(...)

Novos problemas

No que trabalharão os pensadores à medida que o século XXI se desenrolar? Alguns darão aulas de história da filosofia e da ciência – um trabalho que precisa ser executado. Entender toda a série de perguntas sobre as quais os filósofos filosofaram – que, no caso de Aristóteles, Kant e Hegel, significa tudo – fornecerá pistas para a solução de problemas do passado e do futuro. E esses problemas não dirão respeito somente à linguagem e à matemática.

Eles incluirão ainda novos problemas que surgirão daquilo que acontece conosco no mundo atual.

O terrorismo levanta questões importantes sobre crença e razão. Como o diálogo pode ser possível entre os pontos de vista fundamentalista e pós-iluminista?

Nossas respostas ao terrorismo demandam estudo e orientação filosóficos: guerra preventiva; o uso da tortura; respeito pelas fronteiras internacionais em busca daqueles que julgamos nossos inimigos. O que é um cálculo aceitável de mortes civis? O que dizer sobre prisão perpétua sem *habeas corpus*? A “guerra ao terror”: o que isso significa? O que é “terror”? Quem é terrorista? O Ocidente deveria usar os valores de seus inimigos na busca por eles? E, caso sim, como isso nos afeta? Os governos deveriam restringir nossas liberdades civis para lutar contra o terrorismo (para proteger nossas liberdades civis...)?

Para além da guerra, a globalização suscita questões sobre escassez para dezenas de milhões de pessoas ao redor do mundo. Será que deveríamos desafiar o ponto de vista dos que negam as mudanças climáticas? Os governos têm o dever de proteger os recursos da Terra? As corporações têm o direito de explorar esses recursos até que eles estejam esgotados?

Há muitas outras questões éticas a serem enfrentadas por filósofos, do aborto a avanços na biotecnologia. A guerra nuclear tem ameaçado a humanidade por mais de 65 anos. Alguns especialistas acreditam que, ainda durante o tempo de vida da maior parte dos leitores deste livro, algum grupo terrorista detonará um dispositivo nuclear.

Embora esses temas estejam longe de compor uma lista exaustiva das questões disponíveis à análise dos filósofos modernos, eles devem mantê-los ocupados por algum tempo.

TROMBLEY, Stephen. *50 pensadores que formaram o mundo moderno*. São Paulo: Leya, 2014.

 **Seção Videoaula**



O Pensamento Contemporâneo.



O Conhecimento

C-1	H-2, 4
C-3	H-14, 15

Introdução

De modo simples, pode-se dizer que “conhecer é elaborar um modelo de realidade” e “projetar ordem onde havia caos”¹⁸. Nesse sentido, três elementos são necessários para que haja conhecimento:

- O **sujeito**, que é o ser que conhece;
- O **objeto**, aquilo que o sujeito investiga para conhecer;
- A **imagem mental** em forma de opinião, ideia ou conceito que resulta da relação sujeito-objeto e que passa a habitar a subjetividade daquele que conhece.

O sujeito é quem irá deter o conhecimento, o objeto é aquilo que será conhecido, e a imagem é a interpretação do objeto pelo sujeito. Neste momento, o sujeito apropria-se, de certo modo do objeto. O conhecimento apresenta-se como uma transferência das propriedades do objeto para o sujeito. Nesse contexto, o homem que é um ser que pensa, sente e se comunica, acaba, também, articulando sentimentos e pensamentos e os transmite por meio da linguagem simbólica, a qual o diferencia dos demais seres existentes. Essa linguagem pode ser oral ou escrita, verbal ou não verbal.

Por meio da relação sujeito-objeto, da qual resultam informações, conhecimentos e saberes, o homem cognoscente (que conhece) busca compreender, representar e explicar que os objetos com os quais convive em sua vida prática e até aqueles que ele imagina possam existir como ideia formal apenas. A isso chamamos conhecimento; esse produto da inteligência simbólica humana por meio da qual o múltiplo ganha uma unicidade, a diversidade recebe certa harmonia, e o vazio é preenchido por um sentido, sendo o principal deles o sentido existencial, a razão de ser da vida, o motivo pelo qual o homem e a mulher são, pensam, sentem, julgam, valoram, decidem e agem no aqui-agora de seu ser-estar no mundo. Ou seja, o ser humano conhece basicamente movido por duas necessidades intrínsecas: **sobrevivência e evolução**.

Decididamente, pode-se dizer que os homens se diferenciam do animal que não possui inteligência simbólica pela capacidade que o homem e a mulher têm de pensar e, ao fazê-lo, problematizar a sua natureza e tudo que o homem produz ao ser, estar e agir no mundo.

Desde a Antiguidade até os dias de hoje, um lavrador, mesmo iletrado e/ou desprovido de outros conhecimentos, sabe o momento certo da sementeira, a época da colheita, tipo de solo adequado para diferentes culturas. Todos são exemplos do conhecimento que é acumulado pelo homem na sua interação com a natureza.

O conhecimento faz do ser humano um ser diverso dos demais, na medida em que lhe possibilita fugir da submissão à natureza. A ação dos animais na natureza é biologicamente determinada, por mais sofisticadas que possam ser, por exemplo, a casa do joão-de-barro ou a organização de uma colmeia, isso leva em conta apenas a sobrevivência da espécie.

O homem atua na natureza não somente em relação às necessidades de sobrevivência (ou apenas de forma biologicamente determinada), mas se dá principalmente pela incorporação de experiências e conhecimentos produzidos e transmitidos de geração a geração, pela educação e cultura, isso permite que a nova geração não volte ao ponto de partida da que a precedeu. Ao atuar o homem imprime sua marca na natureza, torna-a humanizada. E à medida que a domina e transforma, também amplia ou desenvolve suas próprias necessidades.

18 CYRINO, H. & PENHA, C. *Filosofia hoje*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1992. Pág. 13.

Em outras palavras, a realidade é tão complexa que o homem, para apropriar-se dela, teve de aceitar diferentes tipos de conhecimento. Têm-se, então, os diferentes tipos de conhecimento:

Conhecimento mítico

Conforme o que já foi estudado, trata-se de uma modalidade de conhecimento baseado na intuição e que deriva do entendimento de que existem modelos naturais e sobrenaturais dos quais brota o sentido de tudo o que existe. É um tipo de conhecimento que ajuda o ser humano a “explicar” o mundo por meio de representações que não são logicamente raciocinadas, nem resultantes de experimentações científicas.

O conhecimento mítico é “expresso por meio de linguagem simbólica e imaginária”¹⁹. Assim, ainda que o conhecimento mítico crie representações para atribuir um sentido às coisas, ele ainda se baseia na crença de que seres fantásticos e suas histórias sobrenaturais são os responsáveis pela razão de ser do existente.

Conhecimento religioso ou teológico

É um conhecimento adquirido a partir da aceitação de axiomas da fé teológica; é fruto da revelação da divindade, por meio de indivíduos inspirados que apresentam respostas aos mistérios que permeiam a mente humana. É um conhecimento valorativo, inspiracional, sistemático, não verificável, infalível e exato.

O grande desafio do teólogo é provar a existência de Deus e que os textos bíblicos foram escritos mediante inspiração divina, devendo por isso ser realmente aceitos como verdades absolutas e incontestáveis. Hoje diferentemente do passado histórico, a ciência não se permite ser subjugada a influências de doutrinas da fé, e quem está procurando rever seus dogmas e reformulá-los para não se opor a mentalidade científica do homem contemporâneo é a teologia.

Isso, porém, é discutível, pois não há nada mais perfeito que a harmonia e o equilíbrio do universo, que de qualquer modo está no conhecimento da humanidade, embora esta não tenham mãos que possam apalpá-lo ou olhos que possam divisar seu horizonte infinito. A fé não é cega, baseia-se em experiências espirituais, históricas, arqueológicas e coletivas que lhe dá sustentação. O conhecimento pode ter função de libertação ou de opressão. Ele pode ser libertador não só de indivíduos como de grupos humanos. Nos dias atuais, a detenção do conhecimento é um tipo de poder disputado entre as nações. Contudo o conhecimento pode ser usado como mecanismo de opressão. Quantas pessoas e nações se utilizam do conhecimento que detêm para oprimir?

O saber teológico, místico e espiritual, fundamenta-se, portanto, na fé. Apoia-se em doutrinas que contêm proposições sagradas, reveladas pelo sobrenatural. É dedutivo por partir de uma realidade universal para representar e atribuir sentido a realidades particulares. Desse modo, o conhecimento teológico parte da compreensão e da aceitação da existência de um Deus ou de deuses, os quais constituem a razão de ser de todas as coisas. Esses seres “revelam-se” aos humanos. Dão ao homem e à mulher as suas verdades, as quais se caracterizam por serem indiscutíveis, inquestionáveis. Se assim são, a razão não precisa compreender esses dogmas, mas aceitá-los. É esse processo que o conhecimento teológico investiga e tenta explicar.

Conhecimento filosófico

O conhecimento filosófico é racional. Baseia-se na especulação em torno do real, tendo como objeto a busca da verdade. Por isso, diz-se que é uma atitude. Ele é sistemático, mas não experimental. Vai à raiz das coisas e é produzido segundo o rigor lógico que a razão exige de um conhecimento que se quer, buscando a verdade do existente.

19 CYRINO, H. & PENHA, C. *Filosofia hoje*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1992. Pág. 14.

Nessa busca, o conhecimento filosófico busca os “porquês” de tudo o que existe. É ativo, pois coloca o humano em busca de respostas para as inúmeras perguntas que ele próprio pode formular. Exemplos: Quem é o homem? De onde ele veio? Para onde ele vai? Qual é o valor da vida humana? O que é o tempo? O que é o sentido da vida?

Características:

- **Valorativo** – seu ponto de partida consiste em hipóteses, que não poderão ser submetidas à observação. As hipóteses filosóficas baseiam-se na experiência e não na experimentação.
- **Não verificável** – os enunciados das hipóteses filosóficas não podem ser confirmados nem refutados.
- **Racional** – consiste em um conjunto de enunciados logicamente correlacionados.
- **Sistemático** – suas hipóteses e enunciados visam a uma representação coerente da realidade estudada, em uma tentativa de apreendê-la em sua totalidade.
- **Infalível e exato** – suas hipóteses e postulados não são submetidos ao decisivo teste da observação, experimentação.

Conhecimento técnico

O fundamento básico desse tipo de conhecimento é o saber fazer, a operacionalização. Tem como objeto o domínio do mundo e da natureza. Busca a especialização e o que é específico e se esmera na aplicação de todos os outros saberes que lhe podem ser úteis.

Trata-se de um tipo de saber que auxilia o homem e a mulher a agirem no mundo, levando-os às mais diversas atividades visando à produção técnica da vida. A supervalorização da técnica pode levar a um ativismo que coloque em segundo plano as atividades de pensar e de compreender os “porquês” das coisas, razão pela qual o emprego da tecnologia requer prudência e bom senso.

Conhecimento artístico

As artes e os saberes que elas possibilitam, valorizam os sentimentos, a emoção e a intuição racio-sentimental humana. Se o saber da vida busca ordem para preencher o vazio de sentido do caos; se o conhecimento mítico busca na crença a razão de ser de todas as coisas; se a teologia fundamenta-se na ideia de deuses para buscar as verdades acabadas a serem observadas pelo ser humano; se a filosofia busca as representações racionais da realidade; se a ciência busca conhecer de maneira comprovada e segura; se a técnica busca aplicar conhecimentos... o saber das artes busca o belo.

Nesse sentido, o conhecimento artístico valoriza as experiências estéticas do humano, proporcionando-lhe o refinamento do espírito ao oferecer-lhe a relação com senso do gosto, do belo e do grotesco. Experimentar o belo e extrair dele a matéria fundamental para o refinamento de si mesmo é a finalidade maior de tudo aquilo que se produz em termos de artes e sem as quais o ser humano se vê empobrecido e pequenificado.

Senso comum ou conhecimento ingênuo

O **conhecimento ingênuo, popular, espontâneo, empírico, vulgar**, ou, ainda, **senso comum**, baseia-se na vivência espontânea da vida e começa a ser construído tão logo o homem seja lançado no mundo. Ele vive esse processo até o dia de sua morte. Por isso, tudo o que diz respeito à condução da vida na Terra pode se tornar objeto a ser “explorado” e representado nesse nível de conhecimento da realidade.

Dentre as características desse tipo de saber compreendem a não sistematicidade, sem planejamento rigoroso, mas com a finalidade indispensável para sua sobrevivência, razão pela qual ele não é produzido com base em procedimentos metodológicos, feitos para conduzir a relação sujeito-objeto. É condensado muitas vezes nos ditos populares, nas crenças e crendices que povoam o imaginário do homem cotidiano (sabedoria popular).

O senso comum é simplesmente o depósito intelectual resultante de experiências fecundas da espécie, do grupo social e do indivíduo; é ditado pelas circunstâncias, opiniões, emoções e valores de quem produz. Trata-se, portanto, de um conhecimento adquirido sem uma base crítica, precisa, coerente e sistemática.

No senso comum, ou seja, no entendimento médio, comum, próprio à maioria das pessoas, os modos de consciência se encontram geralmente emaranhados de tal forma que suas noções se caracterizam por uma aglutinação acrílica (sem crítica).

Em virtude da ausência da razão crítica, o senso comum se torna terreno favorável ao desenvolvimento do fenômeno da **ideologia**.

Podemos dizer que ideologia não seria apenas um conjunto de ideias que elaboram uma compreensão da realidade, mas um conjunto de ideias que dissimulam essa realidade, porque mostram as coisas de forma apenas parcial ou distorcida em relação ao que realmente são.

Este conhecimento vai do hábito à tradição, muitos deles aprendemos com os nossos pais que aprenderam com nossos avós, que desconheciam de qualquer saber científico, e assim por diante, facilitando nosso dia a dia. O homem, na medida em que se relaciona com os objetos que o cercam, cria interpretações baseadas nas suas experiências, criando crenças que permitem o domínio do ambiente. Fatores, como crenças, desejos, tradição, fazem com que haja um apego ao senso comum.

Não são raros os casos em que as crenças do senso comum produziram comportamentos preconceituosos, com base em uma postura dogmática diante da compreensão dos fenômenos. Durante muito tempo, por exemplo, acreditou-se que o Sol girava em torno da Terra, ou que determinada raça fosse superior a outra. Não raro, o radicalismo em torno dessas crenças levou à condenação de pessoas que foram perseguidas pelo simples fato de criticá-las ou por se enquadrarem como hereges, ou como membros de uma etnia inferior. Muitas guerras foram e ainda são travadas devido ao preconceito religioso e cultural.

No entanto, há momentos em que as crenças se tornam problemáticas, aí o homem começa a pensar e surgem novas respostas; é neste momento que surge a ciência. A ciência compõe-se de conhecimentos sobre um objeto de estudo, que é expresso por meio de uma linguagem precisa. Suas conclusões são passíveis de verificação e isentas de emoção, possibilitando a reprodução da experiência, podendo o saber ser transmitido e verificado, utilizado e desenvolvido, possibilitando, por meio deste, o desenvolvimento de novas descobertas.

Sem a presença da análise e crítica científica, a tendência do senso comum é estagnar, fechar-se em si mesmo, por isso, ainda que a ciência não possa dispensar o senso comum para começar suas análises, precisa ir para além do senso comum, a partir de investigações que filtrem o máximo possível, opiniões e fantasias, pois a ciência está enraizada à sociedade que se veicula, o que na prática nos mostra que a neutralidade absoluta é um mito. As ideias científicas não são totalmente independentes da filosofia, da religião, das ideologias que impregnam o meio em que vivem os pesquisadores.

As bases do senso comum utilizado pela ciência podem ser – e são – modificadas, retificadas e criticadas a todo instante, essa dinâmica da ciência é que permite que, de um ponto vago e construído sobre alicerces inseguros, podemos, às vezes, após alguma crítica, ver que estivemos errados; podemos aprender com os nossos enganos, com a compreensão de que fizemos um erro. O cientista usa o conhecimento acumulado para fazer previsões, ou para construir um

modelo que explique as suas observações. Embora o cientista parta do senso comum, ele necessita provar ou testar o seu modelo, pois não raramente o senso comum falha. Em uma atividade científica, sempre se parte de algo conhecido, ou ainda esperado, para depois tentar prever as consequências. Inicialmente faz-se um modelo do objeto a ser estudado. Baseando-se neste modelo, elaboram-se a experimentação para testá-lo. Com os dados obtidos, o modelo é mantido (quando satisfaz as previsões) ou é alterado, criando-se um novo modelo para descrever os fatos encontrados.



Calvin & Hobbes, Bill Watterson © 1992 Watterson / Dist. by Andrews McMeel Syndication

Ocorrem muitas vezes dificuldades para que determinado conhecimento científico consiga retificar as ideias arraigadas do senso comum, por isso é que, mesmo a ciência conseguindo comprovar o mito ou a superstição de certas práticas, as pessoas, ainda assim, se apegam às ideias acentuadamente míticas; presos em um conjunto de ideias ingênuas, mantidas pela tradição local ou em ideias que foram ciência em um passado distante, mas, que, verificados posteriormente, demonstraram ser falsos, como a teoria da superioridade racial ou mesmo o conceito de divisão racial entre os seres humanos.

Esta dificuldade ocorre muitas das vezes por culpa da comunidade científica, que tem um desinteresse em divulgá-las a população os resultados e as conclusões das pesquisas, buscando divulgá-las na comunidade acadêmica e entre os que podem financiar suas pesquisas. Eles ficam isolados da sociedade, falando em um linguajar incompreensível para os não iniciados no assunto, demonstrando um apartamento entre a ciência e a sociedade, e dando a ilusão de que a ciência pode dispensar o senso comum. Porém, a verdade é que o cientista sempre precisará olhar o senso comum, porque a ciência é feita por homens que vivem em sociedade, produzem suas análises científicas a partir das relações com o meio que travam; sendo assim, a neutralidade científica absoluta não existe. A subjetividade está dentro até do medo como as formulações científicas são construídas. A construção científica é produto de determinado local, sob a influência de determinada cultura, em determinada época, estando presa às limitações tecnológicas do momento em que vive.

Então vemos que, seja para refletir se as suas atitudes frente às pesquisas trazem conteúdos inconscientes que falseiam as análises, seja para descobrir, com análises meticolosas,

que certos usos do senso comum trazem alguma veracidade (é o caso da erva-doce, que após anos e anos de uso pela população, ficou comprovado que realmente tem propriedades terapêuticas), a ciência precisará estar sempre em contato com o senso comum.

Concluímos assim, concordando com a afirmação de Karl Popper, grande filósofo da ciência, que diz: "a ciência parte do senso comum, sendo que é justamente a crítica ao senso comum que permite que este seja corrigido ou substituído. Assim toda ciência é senso comum esclarecido".

Características:

- **Superficial** – conforma-se com a aparência, com aquilo que se pode comprovar simplesmente estando junto das coisas.
- **Sensitivo** – referente a vivências, estados de ânimo e emoções da vida diária.
- **Subjetivo** – é o próprio sujeito que organiza suas experiências e conhecimentos.
- **Assistemático** – a organização da experiência não visa a uma sistematização das ideias, nem da forma de adquiri-las nem na tentativa de validá-las.
- **Acético** – verdadeiros ou não, a pretensão de que esses conhecimentos o sejam não se manifesta sempre de uma forma crítica.

A ciência ou conhecimento científico

Semelhantemente ao conhecimento filosófico, o saber científico também é racional e é produzido mediante à investigação da realidade, seja por meio de experimentos seja por meio da busca do entendimento lógico de fatos, fenômenos, relações, coisas, seres e acontecimentos que ocorrem na realidade cósmica, humana e natural.

Trata-se de um conhecimento que é sistemático, metódico e que não é realizado de maneira espontânea, intuitiva, baseada na fé ou simplesmente na lógica racional. Ele prevê, ainda, experimentação, validação e comprovação daquilo a que chega a título de representação do real. Mediante às leis a que chega, o conhecimento científico possibilita ao ser humano elaborar instrumentos, os quais são utilizados para intervir na realidade e transformá-la para melhor ou para pior.

O conhecimento científico vai além da visão empírica, preocupa-se não só com os efeitos, mas principalmente com as causas e leis que o motivaram. Esta nova percepção do conhecimento deu-se de forma lenta e gradual, evoluindo de um conceito que era entendido como um sistema de proposições rigorosamente demonstradas e imutáveis, para um processo contínuo de construção, onde não existe o pronto e o definitivo; é, portanto, uma busca constante de explicações e soluções, e a reavaliação de seus resultados. Este conceito ganhou força a partir do século XVI com **Copérnico, Bacon, Galileu, Descartes** e outros.

No seu conceito teórico, é tratado como um saber ordenado e lógico, que possibilita a formação de ideias em um processo complexo de pesquisa, análise e síntese, de maneira que as afirmações que não podem ser comprovadas são descartadas do âmbito da ciência. Este conhecimento é privilégio de especialistas das diversas áreas das ciências.

A ciência surgiu com a intenção de entender e explicar racional e objetivamente o mundo para nele intervir, visando o controle prático da natureza. É um conhecimento sistemático e seguro de um conjunto de fenômenos que ocorrem de maneira regular e uniforme.

O cientista constrói leis e teorias gerais, ou seja, levanta um problema, segue algumas hipóteses, observa fenômenos semelhantes, classifica-os segundo suas características comuns. A seguir, procura verificar a ocorrência de regularidades entre eles. As regularidades, constatadas, são generalizadas e aplicadas a fenômenos semelhantes.

As hipóteses confirmadas transformam-se em leis que depois se tornam teorias científicas (leis agrupadas em sistemas explicativos).

O conhecimento científico utiliza-se do **método científico**, o qual recorre a procedimentos e meios para obter um fim determinado.

O **método científico** é um conjunto de normas-padrão que pautam uma pesquisa para que ela seja bem-sucedida e seus resultados obtenham a adesão racional da comunidade científica.

Método científico

Podemos chamar de método um conjunto ordenado de procedimentos que, por meio de um processo específico (uma técnica), procura atingir um resultado desejado. É por meio método científico, da dúvida sistemática e da procura por evidências, que se quer descobrir a realidade dos fatos. Assim, o pesquisador preocupa-se apenas com o que é e não com o que se pensa que deve ser.



Oleksiy Mark/123RF/epix

O método científico compreende um conjunto de etapas:

- 1º – Desenvolvimento do **problema**: corresponde à execução de questionamentos sobre o fato observado. E para essas perguntas, o pesquisador vai à busca de respostas. Busca-se definir e delimitar o problema, aplica-se atentamente os sentidos a um objeto procurando conhecê-lo de forma clara e precisa. Um problema bem formulado é mais importante para a ciência do que a sua solução, pois poderá abrir caminho para diversas outras pesquisas.
- 2º – Formulam-se **hipóteses**: procura-se a solução do problema, tentando entender a causa, o porquê, de determinado fenômeno. A hipótese nada mais é do que uma possível explicação para o problema. No jargão científico, hipótese equivale, habitualmente, a suposição verossímil, depois comprovável ou denegável pelos fatos, os quais não de decidir, em última instância, sobre a verdade ou falsidade dos fatos que se pretende explicar.
- 3º – Verificam-se as hipóteses: buscando regularidades e confirmações, conforme a teoria levantada. É a etapa em que o pesquisador realiza **experiências** para provar (ou negar) a veracidade de sua(s) hipótese(s). Procura comprovar as relações de causa e efeito entre os fenômenos. Se, após a execução por repetidas vezes da experiência, os resultados obtidos forem os mesmos, a hipótese é considerada verdadeira.
- 4º – A partir do que foi constatado, as hipóteses transformam-se em **evidências**. Em seguida, as evidências se tornam **leis**.

A ciência trabalha com o **princípio da causalidade**: sempre está em busca das causas e dos efeitos produzidos por elas.

Caminhos da ciência

A ciência, como se sabe, é responsável por apresentar soluções para os problemas que costumam infelicitar o homem. Os primeiros pensamentos científicos surgiram nos séculos XVI e XVII, em obras como as do astrônomo Galileu Galilei, do médico William Harvey e do multimídia Leonardo da Vinci. Depois veio o francês René Descartes, que começou a aplicar conceitos da matemática ao entendimento filosófico, plantando, dessa forma,

os alicerces do racionalismo e da metodologia científica. Descartes afirmava que a única maneira de fazer ciência é “duvidar de tudo”. Escreveu o livro *Discurso do Método*, publicado em 1637, criando o método cartesiano, que tinha quatro princípios:

- a) aceitar como verdadeiro só o que está claro;
- b) dividir cada problema em partes menores;
- c) ligar o conhecimento de cada parte ao todo; e
- d) levar em conta cada possibilidade de erro, por menor que seja.

Portanto, a ciência existe para perguntar e para responder, e o faz por intermédio do método, que usa a chamada indução. Enquanto a dedução é a base da lógica clássica, a indução é a base da ciência, e podemos utilizá-la em nossa vida prática. Passamos a vida tentando “deduzir”, quando podíamos também “induzir”.

Como podemos identificar a Dedução e a Indução?

- a) **Dedução**: De origem latina, deduzir significa “levar”. O **método dedutivo** parte do geral para o particular. Quando deduzimos algo, partimos de **premissas já conhecidas**, portanto, chegamos a verdades praticamente inquestionáveis. Por exemplo, voltando a Descartes, todos os homens que existem pensam. Eu penso, logo existo. Esse exercício também pode ser chamado de **silogismo**, que é a forma clássica do raciocínio dedutivo. A dedução pode ser apenas um exercício do pensamento.
- b) **Indução**: Induzir significa “trazer”. O **método indutivo**, parte do particular para o universal. A indução é mais complexa. Ao partir do particular para o geral, está buscando a generalização, que é muito mais difícil de ser provada. A indução depende também da experiência, e é nesse ponto que surge a ciência, no método experimental, para provar premissas especulativas.

Sabemos que a ciência é, sem dúvida, uma atividade racional e, por isso, se vale de regras da lógica para fundamentar seus conhecimentos. No entanto, a indução não parte de regras lógicas para se legitimar, ela parte da experiência. A experiência pode parecer racional, mas não é, pois está envolvida com os sentidos, e não com o raciocínio. Vejamos o que diz o filósofo David Hume sobre o assunto:

Entretanto, não chegamos ainda a nenhuma resposta satisfatória a respeito da primeira questão proposta. Cada solução gera uma nova questão tão difícil como a precedente e nos conduz a novas investigações. Quando se pergunta: qual é a natureza de todos os nossos raciocínios sobre os fatos? A resposta conveniente parece ser que eles se fundam na relação de causa e efeito. Quando se pergunta: qual é o fundamento de todos os nossos raciocínios e conclusões sobre essa relação? Pode-se replicar numa palavra: a experiência. Mas, se ainda continuarmos com a disposição de esmiuçar o problema e insistirmos: qual é o fundamento de todas as conclusões derivadas da experiência? Esta pergunta implica uma nova questão que pode ser de solução e explicação mais difíceis. Os filósofos que se dão ares de sabedoria superior e suficiência têm uma tarefa difícil quando se defrontam com pessoas com disposições inquisitivas, que os desalojam de todos os esconderijos em que se refugiam, e que estão seguras de levá-los finalmente a um perigoso dilema. O melhor recurso para evitar esta confusão consiste em ter modestas pretensões e descobrir nós mesmos as dificuldades antes que nos sejam objetadas. Desta maneira, faremos de nossa ignorância uma virtude.

Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/>>.

O texto expõe claramente dois questionamentos básicos:

- a) Qual é a natureza de todos os nossos raciocínios sobre os fatos?
- b) Qual é o fundamento sobre o raciocínio a respeito dessa relação?

Podemos perceber que **David Hume** propõe uma visão não crítica da ciência, ou seja, valoriza sobremaneira a “experiência”; na prática, defende a importância do método indutivo, com base na observação de um grande número de experiências por meio dos sentidos. Para exemplificar o método indutivo, utilizaremos o exemplo de **Bertrand Russell**:

1. Certo peru foi alimentado durante um ano às 9 horas (dado).
2. Ele criou, então, uma lei: sou alimentado todos os dias às 9 horas (teoria).
3. Amanhã, às 9 horas, serei alimentado (previsão).
4. No entanto, houve um problema com a previsão, pois, no dia seguinte à sua previsão, ele foi degolado porque era véspera de Natal e ele seria servido na ceia.

Diante desse exemplo, podemos pensar: O que aconteceria se a lei ou a teoria falhassem? As leis da natureza são interpretações que fazemos dela; cada princípio científico pode ser contrariado pela natureza, porque ela não é fundamentada na razão, mas pela experiência. A experiência é sempre única, portanto, quando pensamentos que a ciência é uma garantia da verdade, estamos tendo uma visão “não crítica da ciência”.

O filósofo **Thomas Kuhn** (1922-1996) afirmava que a ciência é uma atividade racional humana, porém é influenciada por problemas humanos de natureza variada. Ele percebeu que essas influências são inerentes à racionalidade humana e se propôs a pensar a ciência como base nelas e de acordo com a seguinte linha de desenvolvimento:

1. Pré-Ciência
2. Ciência Normal
3. Crise
4. Revolução Científica
5. Nova Ciência Normal

O conceito mais importante é o de **paradigma**, que é o modelo da ciência normal, pois os cientistas procuram orientar suas pesquisas com base no modelo, de maneira a preservar a verdade científica. Para Kuhn, a ciência normal é determinada pela forma histórica de fazer ciência; essa forma de fazer ou pensar é o paradigma; quando o cientista não consegue explicar alguns fenômenos surge à **anomalia**; e a partir da anomalia, inicia-se uma crítica ao paradigma científico, e com isso ocorre uma nova revolução científica. Em outras palavras, paradigmas são um conjunto de procedimentos, expectativas e compromissos com determinada teoria, bem como fonte de métodos, áreas problemáticas e padrões de solução aceitos por qualquer comunidade científica amadurecida e em qualquer época que considerarmos.

Concepção antiga e moderna de ciência

A concepção mais geral de ciência define **ciência** como conhecimento que inclui, em qualquer forma ou medida, uma garantia própria de validade. A limitação expressa pelas palavras “em qualquer forma ou medida” é aqui incluída para tornar a definição aplicável à Ciência Moderna, que não tem pretensões de absoluto. Mas segundo o conceito tradicional, a ciência inclui garantia absoluta de validade, sendo, portanto, como conhecimento, o grau máximo da certeza. O oposto da ciência é a opinião, caracterizada pela falta de garantia de sua validade.

Diz **Karl Popper**: “O velho ideal científico da episteme, do conhecimento absolutamente certo e demonstrável, revelou-se um mito. A exigência de objetividade científica torna inevitável que qualquer asserção científica seja sempre provisória”.

Ciência Antiga: Física Aristotélica

- é uma ciência baseada nas qualidades percebidas nos corpos (leve, pesado, líquido, sólido);
- é uma ciência baseada em distinções qualitativas do espaço (alto, baixo, longe, perto, celeste, sublunar);
- é uma ciência baseada na metafísica da identidade e da mudança (perfeição imóvel, imperfeição móvel);
- é uma ciência que estabelece leis diferentes para os corpos segundo sua matéria e sua forma, ou segundo sua substância;
- como consequência das características anteriores, é uma ciência que concebe a realidade natural como um mundo hierárquico no qual os seres possuem um lugar natural de acordo com sua perfeição, hierarquizando-se em graus que vão dos inferiores aos superiores.

Ciência Moderna: Galileu e Newton



Galileu Galilei



Isaac Newton

- para a física moderna, o espaço é aquele definido pela geometria, portanto, homogêneo, sem distinções qualitativas entre alto, baixo, frente, atrás, longe, perto;
- torna-se inútil a distinção entre um mundo celeste e um mundo sublunar, pois astros e corpos terrestres obedecem às mesmas leis universais da física;
- o movimento e o repouso são as propriedades físicas objetivas de todos os corpos da natureza, e todos eles obedecem às mesmas leis – aquelas que Galileu formulou com base no Princípio da Inércia (um corpo se mantém em movimento indefinidamente, a menos que encontre um outro que lhe faça obstáculo ou que o desvie de seu trajeto) e aquelas formuladas por Newton, com base no Princípio Universal da Gravitação (a toda ação corresponde uma reação que lhe é igual e contrária). Não há diferença entre movimento natural e movimento violento.

Características da Ciência Moderna

- racionalismo;
- preocupação com questões epistemológicas;
- antropocentrismo.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2016 – 2ª Aplicação) Pode-se admitir que a experiência passada dá somente uma informação direta e segura sobre determinados objetos em determinados períodos do tempo, dos quais ela teve conhecimento. Todavia, é esta a principal questão sobre a qual gostaria de insistir: por que esta experiência tem de ser estendida a tempos futuros e a outros objetos que, pelo que sabemos, unicamente são similares em aparência. O pão que outrora comi alimentou-me, isto é, um corpo dotado de tais qualidades sensíveis estava, a este tempo, dotado de tais poderes desconhecidos. Mas, segue-se daí que este outro pão deve também alimentar-me como ocorreu na outra vez, e que qualidades sensíveis semelhantes devem sempre ser acompanhadas de poderes ocultos semelhantes? A consequência não parece de nenhum modo necessária.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Abril Cultural, 1995.

O problema descrito no texto tem como consequência a

- A) universalidade do conjunto das proposições de observação.
- B) normatividade das teorias científicas que se valem da experiência.
- C) dificuldade de se fundamentar as leis científicas em bases empíricas.
- D) inviabilidade de se considerar a experiência na construção da ciência.
- E) correspondência entre afirmações singulares e afirmações universais.

02. (Enem/2016 – 3ª Aplicação) A atividade atualmente chamada de ciência tem se mostrado fator importante no desenvolvimento da civilização liberal: serviu para eliminar crenças e práticas supersticiosas, para afastar temores brotados da ignorância e para fornecer base intelectual de avaliação de costumes herdados e de normas tradicionais de conduta.

NAGEL, E. et al. *Ciência: natureza e objetivo*. São Paulo: Cultrix, 1975 (adaptado).

Quais características permitem conceber a ciência com os aspectos críticos mencionados?

- A) Apresentar explicações em uma linguagem determinada e isenta de erros.
- B) Possuir proposições que são reconhecidas como inquestionáveis e necessárias.
- C) Ser fundamentada em um corpo de conhecimento autoevidente e verdadeiro.
- D) Estabelecer rigorosa correspondência entre princípios explicativos e fatos observados.
- E) Constituir-se como saber organizado ao permitir classificações deduzidas da realidade.

03. (Enem/2014) A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles, vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto.

GALILEI, G. O ensaiador. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

No contexto da Revolução Científica do século XVII, assumir a posição de Galileu significava defender a

- A) continuidade do vínculo entre ciência e fé dominante na Idade Média.
- B) necessidade de o estudo linguístico ser acompanhado do exame matemático.
- C) oposição da nova física quantitativa aos pressupostos da filosofia escolástica.
- D) importância da independência da investigação científica pretendida pela Igreja.
- E) inadequação da matemática para elaborar uma explicação racional da natureza.

04. (UEL/2011) Leia o texto a seguir.

O pensamento moderno caracteriza-se pelo crescente abandono da ciência aristotélica. Um dos pensadores modernos desconfortáveis com a lógica dedutiva de Aristóteles – considerando que esta não permitia explicar o progresso do conhecimento científico – foi Francis Bacon. No livro *Novum Organum*, Bacon formulou o método indutivo como alternativa ao método lógico-dedutivo aristotélico.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Bacon, é correto afirmar que o método indutivo consiste

- A) na derivação de consequências lógicas com base no corpo de conhecimento de um dado período histórico.
- B) no estabelecimento de leis universais e necessárias com base nas formas válidas do silogismo tal como preservado pelos medievais.
- C) na postulação de leis universais com base em casos observados na experiência, os quais apresentam regularidade.
- D) na inferência de leis naturais baseadas no testemunho de autoridades científicas aceitas universalmente.
- E) na observação de casos particulares revelados pela experiência, os quais impedem a necessidade e a universalidade no estabelecimento das leis naturais.

05. (UFMA/2006) Identifique as afirmativas que contêm proposições corretas quanto à objetividade requisitada pelo conhecimento científico. A seguir, marque a opção correta.

- I. A neutralidade científica necessária para a efetivação da objetividade não pode ser pensada de forma absoluta;
- II. O evento investigado pelo cientista possibilita sua plena compreensão e, portanto, a obtenção de um conhecimento infalível e verdadeiro;
- III. A ciência avança por uma série de aproximações para uma verdade objetiva jamais alcançada, sendo possível afirmar apenas que há um certo grau de objetividade;
- IV. O uso de métodos, testes, amostras significativas, preservaria o rigor, garantindo por si só a objetividade do conhecimento científico.

Estão corretas apenas

- A) II e III
- B) I, II e IV
- C) I e III
- D) I e IV
- E) II, III e IV



Exercícios Propostos

01. (Enem/2018)

No início da década de 1990, dois biólogos importantes, Redford e Robinson, produziram um modelo largamente aceito de “produção sustentável” que previa quantos indivíduos de cada espécie poderiam ser caçados de forma sustentável baseado nas suas taxas de reprodução. Os seringueiros do Alto Juruá tinham um modelo diferente: a quem lhes afirmava que estavam caçando acima do sustentável (dentro do modelo), eles diziam que não, que o nível da caça dependia da existência de áreas de refúgio em que ninguém caçava. Ora, esse acabou sendo o modelo batizado de “fonte-ralo” proposto dez anos após o primeiro por Novaro, Bodmer e o próprio Redford e que suplantou o modelo anterior.

CUNHA, M. C. *Revista USP*, n. 75, set.-nov, 2007.

No contexto da produção científica, a necessidade de reconstrução desse modelo, conforme exposto no texto, foi determinada pelo confronto com um(a)

- conclusão operacional obtida por lógica dedutiva.
- visão de mundo marcada por preconceitos morais.
- hábito social condicionado pela religiosidade popular.
- conhecimento empírico apropriado pelo senso comum.
- padrão de preservação construído por experimentação dirigida.

02. (Enem/1999) [...] Depois de longas investigações, convenci-me por fim de que o Sol é uma estrela fixa rodeada de planetas que giram em volta dela e que ela é o centro e a chama. Que, além dos planetas principais, há outros de segunda ordem que circulam primeiro como satélites em redor dos planetas principais e com estes em redor do Sol. [...] Não duvido de que os matemáticos sejam da minha opinião, se quiserem dar-se ao trabalho de tomar conhecimento, não superficialmente, mas duma maneira aprofundada, das demonstrações que darei nesta obra. Se alguns homens ligeiros e ignorantes quiserem cometer contra mim o abuso de invocar alguns passos da Escritura (sagrada), a que torçam o sentido, desprezarei os seus ataques: as verdades matemáticas não devem ser julgadas senão por matemáticos.

N. Copérnico. De Revolutionibus orbium coelestium.

Aqueles que se entregarem à prática sem ciência são como o navegador que embarca em um navio sem leme e sem bússola. Sempre a prática deve fundamentar-se em boa teoria. Antes de fazer de um caso uma regra geral, experimente-o duas ou três vezes e verifique se as experiências produzem os mesmos efeitos. Nenhuma investigação humana pode se considerar verdadeira ciência se não passa por demonstrações matemáticas.

Leonardo da Vinci. Carnets

O aspecto a ser ressaltado em ambos os textos para exemplificar o racionalismo moderno é

- a fé como guia das descobertas.
- o senso crítico para se chegar a Deus.
- a limitação da ciência pelos princípios bíblicos.
- a importância da experiência e da observação.
- o princípio de autoridade e da tradição.

03. (UEM/2012-Adaptado)

“O filósofo Thomas Kuhn afirma que uma teoria se torna um modelo de conhecimento ou um paradigma científico. O paradigma se torna o campo no qual uma ciência trabalha normalmente, sem crises. Em tempos normais, um cientista, diante de um fato ou de um fenômeno ainda não estudado, o explica usando o modelo ou o paradigma científico existente. Em contraposição à ciência normal, ocorre a revolução científica. Uma revolução científica acontece quando o cientista descobre que o paradigma disponível não consegue explicar um fenômeno ou um fato novo, sendo necessário produzir um outro paradigma.”

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 14.ª ed. São Paulo: Ática, 2011, p. 281.

Sobre isso, é podemos afirmar que

- o paradigma científico é o campo teórico do cientista, porque fornece os parâmetros para a ciência normal;
- a teoria torna-se um modelo de conhecimento, porque ela se constitui como uma explicação dos fenômenos para o cientista;
- o paradigma científico é incompleto, porque os cientistas estão sempre negando os paradigmas;
- a revolução científica é um avanço na ciência, porque os cientistas sempre descobrem que as teorias anteriores estavam erradas;
- embora verdadeiros, os paradigmas científicos são mutáveis, porque os cientistas podem alcançar os limites dos modelos teóricos.

As afirmativas corretas são apenas

- I, II e III
- II, III e IV
- I, III e V
- II e IV
- I, II e V

04. (UEL/2005)

“As experiências e erros do cientista consistem de hipóteses. Ele as formula em palavras, e muitas vezes por escrito. Pode então tentar encontrar brechas em qualquer uma dessas hipóteses, criticando-a experimentalmente, ajudado por seus colegas cientistas, que ficarão deleitados se puderem encontrar uma brecha nela. Se a hipótese não suportar essas críticas e esses testes pelo menos tão bem quanto suas concorrentes, será eliminada”.

POPPER, Karl. *Conhecimento objetivo*. Trad. de Milton Amado. São Paulo: Edusp & Itatiaia, 1975. p. 226.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre ciência e método científico, é correto afirmar:

- O método científico implica a possibilidade constante de refutações teóricas por meio de experimentos cruciais.
- A crítica no meio científico significa o fracasso do cientista que formulou hipóteses incorretas.
- O conflito de hipóteses científicas deve ser resolvido por quem as formulou, sem ajuda de outros cientistas.
- O método crítico consiste em impedir que as hipóteses científicas tenham brechas.
- A atitude crítica é um empecilho para o progresso científico.

05. (ENADE/2005)

Uma vez encontrado um primeiro paradigma com o qual conceber a natureza, já não se pode mais falar em pesquisa sem qualquer paradigma. Rejeitar um paradigma sem simultaneamente substituí-lo por outro é rejeitar a própria ciência. O resultado final de uma sequência de tais seleções revolucionárias, separadas por períodos de pesquisa normal, é o conjunto de instrumentos notavelmente ajustados que chamamos de conhecimento científico. Estágios sucessivos

desse processo de desenvolvimento são marcados por um aumento de articulação e especialização do saber científico. Todo esse processo pode ter ocorrido, como no caso da evolução biológica, sem o benefício de um objetivo preestabelecido, sem uma verdade científica permanentemente fixada, da qual cada estágio do desenvolvimento científico seria um exemplar mais aprimorado.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1962.

Tendo o texto anterior como referência e considerando a Filosofia da Ciência de Thomas Kuhn, julgue os itens que se seguem.

- I. Para Kuhn, os paradigmas, em grande medida, governam algum estágio das ciências;
- II. Em períodos de ciência normal, a ciência pode dispensar os paradigmas;
- III. Identifica-se, no segundo parágrafo, uma definição kuhniana de conhecimento científico;
- IV. Kuhn sugere um modelo evolucionista para descrever a dinâmica do saber científico – isso não é incompatível com alguma noção de progresso nas ciências;
- V. O modelo evolucionista adotado por Kuhn é contraditório, pois, se não há uma verdade fixada, não pode haver ciência.

Estão certos apenas os itens

- | | |
|----------------|-----------------|
| A) I, II e IV | B) I, II e V |
| C) I, III e IV | D) II, III e IV |
| E) III, IV e V | |

06. (IFPB/2009) A Metodologia Científica está presente em diversos cursos de nível técnico, tecnológico e superior. Dessa forma, pode-se perceber que o conhecimento científico diferencia-se do popular mais no que se refere ao seu contexto metodológico do que propriamente no que concerne ao seu conteúdo. Visto assim, assinale a resposta certa.

- A) Conhecimento Científico: valorativo, reflexivo, assistemático, verificável, falível e inexato.
- B) Conhecimento Científico: factual, experimental, sistemático, verificável, aproximadamente exato.
- C) Conhecimento Científico: valorativo, racional, sistemático, não verificável, infalível e exato.
- D) Conhecimento Científico: valorativo, inspiracional, sistemático, não verificável, infalível e exato.
- E) Conhecimento Científico: factual, reflexivo, assistemático, verificável, falível e exato.

07. (Simulado Avalia-SFB/2018) A música é uma forma de arte intimamente ligada à matemática e à física. Baseada em medidas precisas, a música era considerada um ramo da matemática até o princípio do século XVI, a exemplo da aritmética e da geometria. A combinação harmônica de sons e palavras já inspirou metáforas e interpretações do mundo físico e já serviu de ferramenta para a descrição da ciência, da tecnologia e do dia-a-dia, na mão de poetas e artistas. Algumas letras abordam temas mais gerais da ciência, como "A Ciência em si", de Gilberto Gil e Arnaldo Antunes (1995). Ela integra o repertório do disco "*Quanta*", de 1997, que tem a ciência e a tecnologia como fonte de inspiração em várias das canções:

Se toda coincidência/ Tende a que se entenda/ E toda lenda/
Quer chegar aqui/ A ciência não se aprende/ A ciência aprende/
A ciência em si/...

Se toda estrela cadente/ Cai pra fazer sentido/ E todo mito/
Quer ter carne aqui/ A ciência não se ensina/ A ciência insemina/
A ciência em si/...

A composição anterior retrata o tema ciência de forma poética, procurando ressaltar

- A) a essência da ciência, confrontando a crença que busca materialização e a experiência que quer se abstrair e chegando ao confronto entre mito e realidade.
- B) a preocupação da comunidade científica a respeito da má utilização dos inventos científicos, compreendendo que a ciência tem colocado em risco a existência da espécie humana.
- C) a dificuldade de acesso da maior parte da população aos avanços científicos decorrentes dos constantes estudos e investimentos nesta área, levando a população a enxergá-la como um mito.
- D) o constante conflito nas relações entre arte e ciência, onde a arte apesar de sensibilizar a percepção humana também acaba por dificultar o encontro de novas ideias e soluções para os problemas que surgem.
- E) a decadência do conhecimento científico que não conseguiu impedir a proliferação de doenças, sendo constantemente vista como um mito ao pregar a neutralidade científica e ao se atrever a explicar tudo por meios racionais.

08. (Cespe-UnB/2009) A ciência da competência tornou-se bem-vinda, pois o saber é perigoso apenas quando é instituinte, negador e histórico. O conhecimento, isto é, a competência instituída e institucional, não é um risco, pois é arma para um fantástico projeto de dominação e de intimidação social e política. Como podemos notar, não basta uma crítica humanista ou humanitária ao delírio tecnocrata, pois este é apenas um efeito de superfície de um processo obscuro no qual conhecer e poder encontrarão sua forma particular de articulação na sociedade contemporânea. Talvez, por isso mesmo, hoje, a fúria inquisitorial se abata, em certos países, contra esse saber enigmático que, na falta de melhor, chamaríamos de ciências do homem e que, quando não são meras institucionalizações de conhecimentos, instauram o pensamento e se exprimem em discursos que, não por acaso, são considerados incompetentes. Cumpre lembrar, ainda, que, em matéria de incompetência, nos tempos que correm, a filosofia tem obtido sistemática e prazerosamente o primeiro lugar em todas as paradas de sucesso competentes.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1980, p. 7, 11-13.

Com referência às ideias expressas no texto acima e ao conhecimento científico-tecnológico, assinale a opção correta.

- A) O discurso da competência científica esconde a forma particular de articulação do poder e do conhecimento na sociedade contemporânea.
- B) As ciências humanas são menos científicas do que as ciências naturais ou exatas.
- C) A filosofia não é muito competente em matéria científica.
- D) Todo conhecimento é bem-vindo, pois contribui para a libertação do indivíduo e da sociedade.
- E) Nos últimos anos, a crítica humanista ao delírio tecnocientífico tem sido muito eficaz.

09. (Simulado Avalia-SFB/2018) Leia o texto a seguir:

"Durante o inverno de 1919-1920, essas considerações me levaram a conclusões que posso agora reformular da seguinte maneira:

- (1) É fácil obter confirmações ou verificações para quase toda teoria – desde que as procuremos.
- (2) As confirmações só devem ser consideradas se resultarem de predições arriscadas.
- (3) Toda teoria científica "boa" é uma proibição: ela proíbe certas coisas de acontecer. Quanto mais uma teoria proíbe, melhor ela é.
- (4) A teoria que não for refutada por qualquer acontecimento concebível não é científica. A irrefutabilidade não é uma virtude, como frequentemente se pensa, mas um vício".

POPPER, Karl. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 66. Adaptado.

No texto anteriormente destacado, Karl Popper questiona os estudos realizados pelos neopositivistas, denominado de princípio de verificabilidade como critério de demarcação entre ciência e não ciência, propondo um novo princípio. Segundo o filósofo austríaco, o critério de cientificidade de uma teoria é a refutabilidade, ou seja,

- A) a refutação da teoria através de algo proibido por ela. Isso significa que uma teoria para ser científica precisa ser refutada empiricamente.
- B) a teoria não pode ser refutada por nenhuma das proibições que ela contém. Isso significa que uma teoria científica estabelece verdades seguras.
- C) a teoria proíbe todos os eventos. Isso significa que uma teoria científica boa é uma teoria negativa centrada em proibições e não afirmações.
- D) após a tentativa de refutação, a teoria se mostrou segura. Isso significa que uma teoria científica é sair da conjectura para alcançar a verdade.
- E) tentar refutar a teoria através de algo proibido por ela. Isso significa que uma teoria científica é uma conjectura que se mantém, enquanto não for refutada.

10. (Unioeste/2011) Os discursos ou as teorias científicas são desenvolvidos através de um conjunto de técnicas e de experimentos no intuito de compreender ou resolver um problema anteriormente apresentado. As Ciências Sociais, por exemplo, possui entre as suas diferentes missões o objetivo de investigar os problemas sociais que vivenciamos durante o nosso cotidiano. Levando isso em consideração e os estudos acerca da busca constante do homem para alcançar o conhecimento, qual das respostas abaixo é a correta?

- A) O senso comum corresponde à popularização e à massificação das descobertas científicas após uma ampla divulgação.
- B) O senso comum corresponde aos conhecimentos produzidos individualmente e que ainda não passaram por uma validação científica.
- C) O senso comum pode ser considerado um sinônimo da ignorância da população e uma justificativa para o atraso econômico.
- D) O senso comum corresponde a um conhecimento não científico utilizado como solução para os problemas cotidianos, geralmente ele é pouco elaborado e sem um conhecimento profundo.
- E) O senso comum e o conhecimento científico correspondem a duas formas de entendimento excludentes e possuidoras de fronteiras intransponíveis.



Fique de Olho

TODO CIENTISTA NECESSITA DE UMA FILOSOFIA

Todo cientista necessita de uma filosofia se quiser deixar de ser apenas um descobridor para ser um gerador de ideias.

O mundo externo é, deste modo, uma representação subjetiva das coisas em si no nosso cérebro. Esta representação empírica que nosso cérebro forma a partir de todos estes elementos é o que Kant chama de "sensações". Einstein e Gödel, que conheciam profundamente estas ideias, sabiam também que mais do que o espaço era a questão do tempo que fascinava os físicos, em particular seu caráter dinâmico: podemos parar em um ponto do espaço, mas não podemos parar o tempo!

Quando Einstein criou sua Teoria da Relatividade Especial, em 1905, o mundo das ciências se assombrou, pois diferentemente de Newton, Einstein mostrara que o tempo dependia do observador. Dois eventos que, para mim, ocorrem simultaneamente, podem ocorrer em tempos diferentes para alguém que se encontre em movimento em relação a mim.

O tempo não é mais absoluto, agora ele é relativo. Onze anos mais tarde, quando criou sua Teoria Geral da Relatividade, Einstein mostrou que espaço e tempo estavam intrinsecamente conectados em um único conceito chamado espaço-tempo. Em outras palavras, o andar do relógio pode não apenas depender da velocidade com que me desloco em relação a uma pessoa como também do lugar no espaço em que me encontro.

1905 Relatividade Especial

A detecção do éter – substância que servia de meio para as ondas de luz – era a maior busca da física no fim do século XIX. Mas os experimentos que tentaram encontrá-lo não surtiram efeito. A solução encontrada foi simplesmente acatar o que os experimentos diziam e desistir da busca pelo éter.

EINSTEIN BASEOU SEU RACIOCÍNIO EM DOIS PRESSUPOSTOS

- 1 As leis da física são as mesmas em qualquer lugar.
- 2 A velocidade da luz é sempre constante e equivale a cerca de 300 mil quilômetros por segundo.

A partir dessas duas premissas aparentemente ingênuas, Einstein demoliu os conceitos newtonianos de espaço e tempo, tidos antes como imutáveis e fixos.

CONSEQUÊNCIAS DOS POSTULADOS

O TEMPO É RELATIVO

"Qual seria a aparência de um raio de luz se você pudesse apostar uma corrida com ele?" Einstein se fez essa pergunta aos 16 anos. Segundo a física newtoniana, é possível alcançar qualquer objeto se a sua velocidade for alta suficiente. Tempo e espaço são absolutos.

Este fato é hoje observado com precisão matemática nos satélites GPS, tão fundamentais para a navegação aérea e marítima, e que sem as teorias de Einstein não funcionariam.

Assim, ao questionar a verdadeira essência daquilo que chamamos de tempo e espaço, e em particular como o mundo nos pareceria caso pudéssemos andar junto a um raio de luz, Einstein provocou uma das maiores revoluções científicas do século passado. Na **Teoria da Relatividade Especial** de Einstein, a luz tem um papel de primeira grandeza – sua velocidade é uma constante universal e nada pode andar mais rápido do que ela. É justamente em função desta constância que surge a relatividade do tempo. Afinal, a velocidade, como aprendemos na escola, é igual à razão entre o espaço percorrido pelo tempo necessário para percorrê-lo. Mas se o espaço percorrido tem valores diferentes, que dependem do estado de movimento de quem o mede, então, se mudarmos o numerador da razão (a distância), teremos que mudar o denominador (o tempo), para que a fração (a velocidade de luz) permaneça inalterada.

Os relógios devem andar mais ou menos rápidos dependendo de seu estado de movimento. O porquê disto ainda não sabemos, mas este fato foi verificado experimentalmente e forma hoje um dos pilares sobre o qual está fundamentada toda a física. Caso não fosse verdadeiro, o sistema de localização por satélites não funcionaria.

Em suas caminhadas diárias com Gödel, Einstein discutiu extensivamente o problema da sua Teoria da Relatividade Geral e o fato que não obstante o tempo depende do observador, as soluções que ele obtinha de seu problema sempre mostravam um Universo que se expandia no tempo – ou seja, o tempo fluía.



Maxim Kazmin/123RF/Getty

O que Gödel fez foi estudar as equações de Einstein e mostrar que elas admitiam soluções (ou Universos, conhecidos como Universos de Gödel) nas quais seria possível voltar no tempo! Mas como disse o próprio Gödel, que passado é este que nunca passou? Um tempo que nunca passa não pode ser intuitivamente sentido.



Seção Videoaula



O Conhecimento.

Aula
10

O Pensamento Ético-Filosófico

C-1	H-2, 4
C-3	H-11, 15

Introdução

A ética orienta a consciência humana, norteia e afirma as ações do homem, apontando a conduta individual e social a ser seguida. É um produto histórico-cultural e, como tal, define o que é virtude, o que é bom ou mal, certo ou errado, permitido ou proibido, para cada cultura e sociedade.

Dessa maneira, a ética é universal, pois estabelece um código de condutas morais válido para todos os membros de determinada sociedade, e, ao mesmo tempo, tal código é relativo ao contexto sócio-político-econômico e cultural onde vivem os sujeitos éticos e onde realizam suas ações morais.

A ética possibilita no homem uma análise crítica para a atribuição de valores. Ela pode ser, ao mesmo tempo, especulativa e normativa. Por isso, a ética defende a existência dos valores morais e do sujeito que age a partir de valores, com consciência, responsabilidade e liberdade, no sentido da luta contra toda e qualquer forma de violência.

Formulamos perguntas sempre que temos de decidir o que fazer em determinada circunstância: "Devo dizer sempre a verdade ou existem ocasiões em que posso mentir?"; "Será que é lícito 'pescar', 'colar' na prova?"; "Existe alguma ocasião em que seria correto trair a confiança de um amigo?"; "É lícito fazer um aborto em determinadas circunstâncias, ou será sempre proibido?"; "E é aceitável matar na guerra?".

Todas estas interrogações apontam para uma das dimensões da ação, neste caso, a **dimensão ética**, entendendo-se por dimensão ética o domínio da ação humana orientado por valores ético/morais (como bem-mal, justo-injusto, correto-incorreto) propostos pela consciência²⁰.

Podemos dizer, portanto, que o ser humano pode agir segundo:

- orientações resultantes de códigos de conduta exteriores (os códigos jurídicos em vigor); dos padrões sociais adaptados pelo seu grupo de pertença (grupos de que o indivíduo faz parte);
- orientações autoimpostas, isto é, interiorizadas pela sua própria consciência.

É esta última vivência, guiada por valores e normas autoimpostas pela consciência, que define o indivíduo como um ser ético-moral e que caracteriza uma ação como ação **moral**, pelo que podemos definir a ação moral como a que é realizada pelo agente de acordo com as orientações da sua consciência.

E o que é um ser ético-moral? O que é a moralidade?

Um **ser ético-moral** é o que:

- considera imparcialmente os seus interesses e os interesses de todos os que serão afetados pelas suas ações;
- reconhece princípios éticos de conduta;
- não se deixa guiar por impulsos, mas "escuta a razão" mesmo que isso implique rever as suas convicções;
- age com base nos resultados da sua deliberação independentemente de pressões exteriores, fazendo escolhas autônomas;
- se guia por valores e ideais que reconhece como certos – bons – para se tornar um melhor ser humano.

²⁰ É a capacidade interior de orientação, de avaliação e de crítica da nossa conduta em função de valores.



A **moralidade** é o esforço para orientar a nossa conduta por princípios racionalmente justificados, tendo em conta tanto os nossos interesses como os interesses de todos os que serão afetados pelas nossas ações.

Mas como identificar as ações boas (morais)?

O escritor e filósofo contemporâneo, o espanhol Fernando Savater, sugere um critério. Segundo ele, são:

BOAS AÇÕES	MÁS AÇÕES
Todas as ações apropriadas à nossa condição de seres racionais, isto é, as que promovem a humanidade – a nossa e a de todos os outros –, permitindo-nos viver/conviver melhor.	Todas as ações que não nos convêm; as ações que nos diminuem por se revelarem contrárias aquilo que somos, ou melhor, aquilo que devemos ser.

Intenção e norma

Alguns autores afirmam que as escolhas individuais não devem ser feitas somente em conformidade com as normas, sendo a **norma** uma regra socialmente estabelecida que serve de padrão para ação. Ora, para a avaliação da moralidade de uma ação, não é suficiente o seu acordo externamente verificável com a norma, mas é fundamental a **intenção**, isto é, o julgamento íntimo que cada um faz do que é permitido e do que é proibido.

Se agora aplicarmos a distinção entre norma e intenção, perceberemos melhor que não é o mesmo devolver um valor em dinheiro encontrado na rua por ter medo de ser apanhado ou por ser honesto, pois estão em causa duas motivações e dois fins diferentes.

Por isso, só faz uma **opção moral** (ou toma uma decisão ética) e só age moralmente o indivíduo que "obriga" a si mesmo a respeitar o fim que definiu como bom (ser honesto), tendo em vista o seu aperfeiçoamento, ainda que só ele saiba qual a verdadeira intenção da sua opção.

Daqui decorre que, no domínio da moralidade, cada indivíduo:

- só tem que prestar contas à sua própria consciência, única autoridade que o guia e perante a qual tem de responder, ainda que haja pressão social;
- é responsável pelos seus atos uma vez que tem possibilidade de fazer escolhas.

É por isso que a **liberdade** e a **responsabilidade** são duas características da ação moral, pois é o indivíduo que obriga a si mesmo e, por isso, ao reconhecer-se como agente, isto é, como o sujeito que livre e voluntariamente decide e realiza uma ação, assume o compromisso de responder por ela.

Distinção conceitual entre moral e ética

Da análise desta dimensão específica do ser humano, destacam-se os conceitos de ética e de moral, que habitualmente usamos indiferentemente.

Servem para nos referirmos a um código ou a um conjunto de princípios que regem a vida das pessoas, como quando se fala em “ética médica” ou em “moral cristã” para fazer referência aos códigos que regulam o comportamento dos médicos ou o conjunto de princípios que devem pautar a vida dos cristãos.

Esta utilização dos dois conceitos como sinônimos deriva da sua raiz etimológica, uma vez que a palavra **ética** (do grego *ethos*) e a palavra **moral** (do latim *mores*) designam, ambas, genericamente, os comportamentos habituais ou costumes, embora os gregos valorizassem mais a intenção e a finalidade dos nossos atos e os romanos dessem mais valor ao respeito pelas normas.

Muitos autores continuam a usar os termos “moral” e “ética” como sinônimos; contudo, para outros, os dois conceitos têm significados diferentes. A este propósito, Savater afirma que:

Embora eu use as palavras “moral” e “ética” como equivalentes, de um ponto de vista técnico (...) elas não significam o mesmo. “Moral” é o conjunto de condutas e normas que tu, eu e alguns dos que nos rodeiam costumamos aceitar como válidas; “ética” é a reflexão sobre o porquê de as considerarmos válidas, bem como a sua comparação com outras “morais”, assumidas por pessoas diferentes.

F. Savater. *Ética para um jovem*. Ed. Presença, p. 42.

Em síntese...

- A dimensão ética da ação é o domínio da ação orientada por princípios, visando fins e ideais de dignificação e aperfeiçoamento humano.
- O ser humano age moralmente quando respeita princípios e normas autoimpostas, ditadas pela sua consciência moral, guiando-se por valores e ideais que reconhece como bons.
- Estes valores e ideais, razão de ser dos princípios e das normas morais, são interiorizados ao longo do processo de socialização.
- A mera conformidade da ação com uma norma moral não confere moralidade à ação, pois a moralidade implica uma decisão intencional e consciente.
- A moralidade exige a liberdade do agente, ou seja, que a fonte da decisão e da ação seja a própria consciência.
- A liberdade moral implica a responsabilidade moral, pois aquele que se assume como agente da ação reconhece que a “ordem” a que obedeceu veio da própria consciência.
- Embora os conceitos de **moral** e de **ética**, sejam usados muitas vezes como sinônimos, estes, em rigor, não têm o mesmo significado:
 - a) a moral é o conjunto das normas obrigatórias reconhecidas por um grupo social;
 - b) a ética é a reflexão sobre os fundamentos (justificação) e os princípios que regem a constituição das normas, propondo fins e ideais a realizar tendo em vista o aperfeiçoamento do ser humano.
- A ética leva-nos a agir com base em valores e normas universais e a ter em consideração os interesses dos outros.

A dimensão pessoal e social: o si mesmo, o outro e as instituições

Levando em consideração que somos seres sociais, a vivência social não é apenas necessária para garantir a nossa sobrevivência biológica, mas também é indispensável para o nosso desenvolvimento como seres humanos.

Com efeito, sem aprendizagem social e sem partilha de conhecimentos e experiências, sem o estabelecimento de relações e de vínculos afetivos, não poderíamos desenvolver a nossa inteligência nem construir a nossa personalidade. Na verdade, e como provam alguns casos de crianças abandonadas que sobreviveram por viverem com animais, um ser humano só se torna verdadeiramente humano na relação com outros seres humanos.

Se somente nos tornamos humanos uns com os outros, e se os outros partilham conosco uma mesma natureza racional, então, cada um de nós, para além dos deveres para consigo mesmo, tem também deveres para com os outros. Assim, o ser humano, por ser um ser racional e comunitário, idealiza fins orientadores da ação que vão para além da mera dimensão biológica e dos interesses individuais egoístas, tendo em vista o aperfeiçoamento humano.

Por isso, podemos afirmar que a **ação moral** tem as seguintes características:

- está orientada para um fim, que é um bem;
- é voluntária e intencional;
- é susceptível de juízo, isto é, pode ser avaliada em termos de bem ou de mal;
- adapta um posicionamento não apenas individual, mas comunitário, de tal modo que o agente, partindo do seu ponto de vista e colocando-se no ponto de vista do outro, chegue à perspectiva da universalidade do agir.

Ora, é precisamente esta dimensão da universalidade que **Peter Singer** refere no texto seguinte:

(...) o que significa emitir um juízo moral, discutir uma questão ética ou viver de acordo com padrões éticos? (...) Todos concordam que não se pode justificar um princípio ético relativamente a qualquer grupo parcial ou local. A ética adapta um ponto de vista universal. (...) De um ponto de vista ético, é irrelevante o fato de ser eu o beneficiário de, digamos, uma distribuição mais equilibrada de rendimentos e outra pessoa a prejudicada. A ética exige que nos abstraiamos do «eu» e do «tu» e que cheguemos à lei universal, ao juízo universalizável, ao ponto de vista do espectador imparcial ou do observador ideal ou o que lhe quisermos chamar.

SINGER, Peter. *Ética Prática*, Gradiva, pp 25-29.

O autor afirma que um princípio ético não pode ser justificado com base nos interesses de um indivíduo ou grupo, nem em função de situações concretas e particulares. Um princípio ético tem de ser imparcial, ou seja, tem de ter em igual consideração os nossos interesses e os interesses de todos os outros. É por isso que os **juízos morais**²¹ são diferentes das afirmações relativas ao gosto pessoal.

Na verdade, em matéria de gosto pessoal não temos que nos pôr todos de acordo, nem temos que apresentar uma justificação que convença as outras pessoas a gostar da mesma coisa. Mas, para alguém poder afirmar que “praticar um aborto é um ato contrário à moral”, necessita de ter razões que justifiquem o seu juízo moral, e estas razões têm que constituir bons argumentos, **ou argumentos sólidos**.

²¹ São proposições que expressam a avaliação das ações a partir da adoção de determinado padrão ou critério valorativo.

Assim, emitir um **juízo moral**:

- exige compreensão dos fatos, o que nem sempre é fácil, pois estes referem-se a problemas e situações existenciais complexas; além disso, há o risco de nos deixarmos influenciar pelos nossos desejos ou preconceitos;
- envolve um conjunto de princípios éticos: a vida humana é sagrada; não devemos usar a pessoa como um meio (matar uma pessoa para salvar outra, por exemplo); os seres humanos têm igual dignidade, por isso, não devemos discriminar nenhum ser humano ou grupo social etc.;
- exige imparcialidade, isto é, considerar os interesses de cada indivíduo como igualmente importantes: tratar todas as pessoas como iguais a não ser que exista uma boa razão para não o fazer.

Ora, se:

- a existência individual só se realiza e ganha sentido na vivência partilhada com os outros;
- a realização de cada indivíduo supõe a realização de todos os outros.

Então, para promover a vida social e a adoção de valores comuns, harmonizar os interesses e evitar ou atenuar a conflituosidade das relações, a ética deve:

- **definir princípios universais reguladores da convivência social** que privilegiem o altruísmo em vez do egoísmo, a solidariedade em vez da competição, a cooperação em vez da hostilidade e o bem-estar coletivo em vez do benefício pessoal;
- **estabelecer os direitos e os deveres de cada um**;
- **propor fins** para a realização pessoal e social do indivíduo.

Funções e importância da consciência moral

No decurso da interação social, forma-se em cada um de nós uma capacidade interior de orientação, de avaliação e de crítica do modo como vivemos a que chamamos de consciência moral.

A consciência moral desenvolve-se à medida que o indivíduo interioriza as regras e os padrões do grupo (heteronomia), e vai amadurecendo à medida que o indivíduo se autodetermina a agir por princípios racionalmente justificados (autonomia), assumindo-se, então, como uma capacidade interior de orientação e de avaliação da conduta.



Heteronomia (grego *hetero* + *nomos*) significa seguir uma norma proveniente do exterior.

Autonomia (grego *auto* + *nomos*) significa a capacidade de estabelecer e seguir normas do seu próprio agir.

O **conceito de consciência** inclui, portanto, um sentido:

- **apelativo**, para valores e normas ideais, funcionando como uma espécie de bússola orientadora da ação;
- **imperativo**, pois ordena uma ação compatível com os valores defendidos pelo agente;

- **judicativo**, pois assume-se como juiz dos atos e das intenções do agente;
- **censório**, pois censura ou elogia o agente conforme a ação obedece ou não aos ideais e valores por ele assumidos.
Por que devemos, então, agir moralmente?
Devemos agir moralmente porque:
 - só nos tornamos humanos enquanto seres sociais e, por isso, temos de compatibilizar os nossos direitos com os direitos dos outros de modo a garantir a coexistência e a realização de todos;
 - queremos viver humanamente e não de qualquer maneira, isto é, ser pessoas e tratar todos os outros como pessoas.

Em síntese...

- O ser humano só se constitui como ser moral na relação com os outros.
- O caráter comunitário da vivência humana exige que cada indivíduo, para além dos interesses pessoais e dos deveres para consigo próprio, tenha também em consideração os interesses e os direitos de todos os outros.
- A ética resulta da vida social e tem a função de:
 - a) promover valores comuns aos membros de uma sociedade;
 - b) definir os princípios reguladores da vida social, com base nos quais se estabelecem os direitos e os deveres de cada indivíduo;
 - c) idealizar fins que ultrapassem as meras necessidades biológicas básicas e o egoísmo, tendo em vista a construção e o aperfeiçoamento do ser humano.
- Os juízos morais exigem que o agente se coloque do ponto de vista da universalidade do agir, ou seja, que ele considere os interesses de cada indivíduo como igualmente importantes, não agindo de forma arbitrária, nem privilegiando ninguém.
- Os juízos morais elogiam e estimulam as ações que expressam os valores comuns (de altruísmo, de solidariedade, de cooperação e de respeito pelos outros) de modo a promover a harmonia da vida social.
- A consciência moral constitui-se como uma capacidade interior: orienta, avalia e julga a ação com base em princípios autoimpostos e racionalmente justificados.
- Devemos agir moralmente porque somos pessoas e devemos reconhecer todos os outros como pessoas. Ser pessoa implica reconhecer que, cada indivíduo:
 - a) como ser racional, tem o dever de ir para além da mera dimensão biológica, e de orientar a existência por valores e fins de dignificação e de superação de si;
 - b) como ser social, tem o dever de compatibilizar os seus direitos com os direitos dos outros, reconhecendo a todos os outros o mesmo estatuto, isto é, os mesmos direitos e deveres.

Leitura Complementar

O USO DE CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS: UM PROBLEMA FILOSÓFICO

A discussão a respeito do uso de células-tronco embrionárias na pesquisa científica coloca em confronto, basicamente, duas perspectivas éticas: a perspectiva objetivista e a perspectiva utilitarista. Vou expor bem basicamente o problema como eu vejo.

A perspectiva moral objetivista é defendida por todos os que dizem que a vida humana tem valor objetivo, ou seja, que seria uma ação moralmente má aquela que causa dano a qualquer vida humana. A perspectiva objetivista é adotada, por exemplo, pela Igreja.

A perspectiva utilitarista é defendida por todos os que dizem que toda ação deve maximizar os benefícios e minimizar os malefícios. Assim, se o uso de células-tronco de embriões pode levar à descoberta da cura de doenças que causam sofrimento em milhões de pessoas, é moralmente lícito fazer as pesquisas. Afinal, o utilitarismo propõe um “cálculo moral” para cada ação: se a ação resultar em maiores benefícios e em menores danos para a maior parte da população, é uma ação moralmente boa. A maior parte dos cientistas envolvidos na discussão adota a perspectiva utilitarista.

A posição objetivista é fortalecida com o argumento de que os embriões humanos são vidas humanas inocentes e incapazes de se defender. Mas é enfraquecida pelo argumento de que os embriões humanos não são “pessoas”, mas apenas “potencialmente” pessoas. Além disso, o objetivismo moral, quando levado às últimas consequências, pode justificar políticas contrárias à liberdade individual das pessoas, por propor que há um bem moral objetivo e que as pessoas podem vir a enganar-se quanto ao que é melhor para elas.

A posição utilitarista é fortalecida justamente pelo argumento que diz que os embriões não são estritamente pessoas, e, portanto, não são portadores de direitos “por si”, mas apenas de direitos concedidos pelas pessoas. Mas o utilitarismo é enfraquecido pelo argumento dos objetivistas de que não apenas as “pessoas humanas”, mas todos os seres humanos são portadores de direitos. O utilitarismo moral tem ainda outro ponto fraco, quando levado às consequências extremas, pode justificar políticas que causem dano a uma pessoa ou a um grupo de pessoas inocentes para causar um benefício maior a um grupo mais significativo de pessoas.

Temos aqui duas posições éticas diferentes e irredutíveis. Os princípios que norteiam uma são totalmente diferentes dos princípios que norteiam a outra. Não sei o que faz com que um juiz venha a decidir-se por uma posição ou por outra, mas gostaria que eles pelo menos soubessem localizar-se no mapa ético do problema, e que tivessem consciência das possíveis consequências éticas e políticas que cada uma das posições acarreta.

Gustavo Bertoche – Doutor em Filosofia pela UERJ.
Disponível em: <<http://oficinadefilosofia.wordpress.com>>

O QUE É A ÉTICA, O QUE É A MORAL?

Que significa dizer: “Essa pessoa não possui ética”? Significa dizer: “Essa pessoa não possui princípios, age oportunisticamente, consoante as vantagens que possa auferir; dela não se poderá esperar nenhum comportamento coerente e previsível, porque não possui uma opção fundamental de vida”. Não tem ética, por exemplo, um jornalista que trai os seus princípios para fazer, por bom dinheiro, a campanha de um político notoriamente corrupto. A alegação de que faz um “trabalho profissional” não justifica a traição ética do jornalista ou de qualquer outro profissional.

Que significa dizer: “Essa pessoa não possui moral”? Significa: “Essa pessoa não possui virtudes, mente, engana clientes, rouba dinheiro público, explora trabalhadores, faz violência em casa”. Essa pessoa pode até ter ética (princípios e valores fundamentais), mas age em contradição com os seus princípios.

Pode ocorrer que a pessoa não possua nem ética nem moral: age aleatoriamente, consoante os seus interesses mais imediatos. Não tem princípios e atua consoante as vantagens individuais.

Mas eis que surge uma questão iniludível: quem define o que seja ético e moral?

Leonardo Boff. *Ethos Mundial*. Brasília: Ed. Letra Viva, p. 34.

QUAL A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA?

É importante a ética? Ainda que já o tenhamos dito, vale a pena repetir que a ética é sumamente importante. Por quê? Porque somos seres inteligentes: não nos governa o instinto nem a sensibilidade; porque somos livres e estamos obrigados a escolher; pela mesma razão que necessitamos duma bússola ou dum mapa; porque não temos piloto automático; porque o homem faz honra à sua condição de sujeito sujeitando os seus atos, tomando ele as rédeas da sua conduta, autoconduzindo-se (...) porque a lei da selva só é boa para a selva, porque necessitamos de viver em sociedade, porque é questão de vida ou de morte; porque queremos ser felizes e o mal escraviza-nos.

Se passarmos do “por que a ética” ao “para quê”, poderíamos responder de forma parecida – para viver como o que somos: pessoas. Para não viver como o que não somos: animais com calças. (...). Para alcançar a autêntica qualidade de vida. Para sermos felizes.

Já se vê que a ética é a arte de construir a nossa própria vida, e como não vivemos isolados, mas em convivência com outros, com as nossas ações éticas também construímos a sociedade e, por outro lado, com a nossa falta de ética destruimo-la. Portanto, encontramos talvez perante o mais útil dos conhecimentos humanos, perante o mais necessário: porque nos permite viver como seres humanos, a salvo da selva e do caos.

J. R. Ayllón. *Ética Razonada – A razão da Ética*. Madrid: Ed. Libras, pp. 11-12.

O QUE CARACTERIZA OS JUÍZOS ÉTICO-MORAIS?

O que significa emitir um juízo moral, discutir uma questão ética ou viver de acordo com padrões éticos? Como diferem os juízos morais de outros juízos práticos? Por que razão achamos que a decisão de uma mulher de fazer um aborto levanta uma questão ética, o mesmo não acontecendo com a sua decisão de mudar de emprego? Qual a diferença entre uma pessoa que vive de acordo com padrões éticos e outra que não procede assim?

A noção de viver de acordo com padrões éticos está ligada à noção da defesa da forma como se vive, (...) de a justificar. (...) Uma justificação exclusivamente em termos de interesse pessoal, por exemplo, não serve. (...) É necessário mostrar que as ações motivadas pelo interesse pessoal são compatíveis com princípios éticos de base mais ampla para serem defensáveis, porque a noção de ética traz consigo a ideia de algo mais vasto do que o individual. Se eu quiser defender o meu comportamento com fundamentos éticos, não posso assinalar apenas os benefícios que tal comportamento me traz a mim. Tenho de me preocupar com um grupo mais vasto. (...)

A “regra de ouro” atribuída a Moisés, que se encontra no livro do Levítico e foi subsequentemente repetida por Jesus, diz que devemos ir para além do nosso interesse pessoal e “amar o nosso semelhante como a nós mesmos” ou, por outras palavras, atribuir aos interesses alheios à mesma importância que damos aos nossos. (...) A ética adapta um ponto de vista universal.

Peter Singer. *Ética Prática*. Lisboa: Gradiva, pp. 25-27.

O QUE É A CONSCIÊNCIA MORAL?

O que é ela? Representa a resposta da nossa natureza mais íntima a uma situação concreta, à qual se encontra ligada uma decisão moral que tem de se procurar ou já foi encontrada. (...) A consciência moral só pode gerar-se desde que existam regras e leis éticas; não pode engendrar-las, mas conhece-as como implantadas no coração do homem. Por isso nos pode admoestar e indicar o caminho reto antes da ação, depois desta, pode aprová-la ou julgá-la e, no caso extremo, causar remorsos e, deste modo, vingar-se (chamamos a isto funções da consciência). Atua

como uma bússola que nos possibilita encontrar o caminho nas tempestades da vida. É ainda um instrumento mais precioso, que nos indica a direção para o alto e para o baixo e tem, como função especial, manter a nossa direção ascendente. (...) Numa época em que é possível a um ditador sem consciência, destruir com bombas atômicas, de hidrogênio ou de cobalto, cidades e países inteiros e mesmo a própria cultura humana, é preciso despertar a consciência moral, conservá-la e defendê-la.

F. Heineman. *A Filosofia no Século XX*. Lisboa: Ed. Fund. C. Gulbenkian, pp. 439-441 (adaptado).

O Pensamento Ético Filosófico: da Grécia Antiga aos nossos dias

Na história da humanidade, a reflexão filosófica sobre a ética sempre esteve presente em todas as sociedades e culturas. Ainda que não se concentrasse em um corpo organizado de princípios teóricos racionais, os valores morais já prescreviam a identidade de um *ethos* na história. Essa forma do saber ético como um saber tradicional, encontrado nas primeiras civilizações, prescreveu as categorias fundamentais da ética filosófica.

A ética na Antiguidade

A ética nasceu na Grécia, praticamente junto com a filosofia, embora seus preceitos fossem praticados entre outros povos desde os primórdios da humanidade, mesclados ao contexto mítico e religioso, tentando pautar regras de comportamento para permitir o convívio entre indivíduos agrupados no conjunto da sociedade.

A rigor, os gregos foram os primeiros a racionalizar as relações entre as pessoas, repensando posturas e sistematizando ações; momento em que surgiram discussões que até hoje fomentam reflexões éticas.

Apesar dos pré-socráticos se inserirem neste contexto, a maioria dos autores atribuem à tradição socrática um olhar mais atento sobre problemáticas em torno da ética.

Para **Sócrates**, o verdadeiro objeto do conhecimento seria a alma humana, onde reside a verdade e a possibilidade de alcançar a **felicidade**. O grande problema é que o indivíduo não está preparado para encontrar a verdade dentro de seu espírito.

Tentando eliminar os próprios erros, ocultos em sentimentos confundidos com a felicidade, o sujeito acaba buscando somente o prazer puramente hedonista. Por esta razão, seria missão do filósofo conduzir o sujeito ao conhecimento, direcionando-o para a **eudaimonia**, a verdadeira felicidade. Um conceito importante para os gregos, tanto que a palavra *eudeimon* tem a mesma origem etimológica, denotando riqueza e denominando um homem poderoso e com boa fortuna.

Para a tradição socrática, a felicidade só pode ser alcançada pela conduta reta; a verdade só pode ser contemplada pelo conhecimento virtuoso do mundo, pelo comportamento orientado pela bondade. A **virtude é o centro da ética socrática**, podendo ser definida como uma disposição para praticar o bem, suprimir os desejos despertados pelos sentimentos, racionalizando as ações em benefício da coletividade.

O indivíduo virtuoso, bom, é aquele que se preocupa em aperfeiçoar a convivência comunitária, em tornar-se o cidadão perfeito. Neste sentido, devemos notar que a ética é uma busca pela felicidade coletiva, mas envolve apenas a eudaimonia entre iguais.

Logo, para Aristóteles, o ser humano deve procurar o fim adequado à sua natureza (humana), e esse fim é a virtude e a felicidade. Nos atos humanos, devemos procurar agir em equilíbrio de maneira a não prejudicar os outros. Um ato virtuoso é um ato equilibrado que não peca por defeito nem por excesso. Assim, a

coragem excessiva pode levar à morte, e a covardia pode resultar da mesma forma; neste caso a ponderação da ação com vista ao fim que se deseja é a melhor das ações, sendo o meio-termo a melhor solução. Em ética e segundo este autor, a virtude está no meio.

Esse pensamento dá origem à **ética teleológica**²², uma ética consequencialista. Isto significa que a boa ação se deve medir pelas consequências. Ou seja, o fim da ação é o que determina todo o agir, é o fim último e mais importante é a felicidade. Todos os homens se devem reger por esta finalidade.

A preocupação ética abarca a comunidade, a pólis, onde estrangeiros e escravos estão excluídos em meio à hierarquização da sociedade.

Os **sofistas**, tendo um conceito relativizado de verdade, duvidaram da possibilidade da virtude poder ser ensinada, contudo, admitiram que poderia ser desenvolvida pelo sujeito com o despertar da consciência. O conhecimento seria o meio do indivíduo se aperfeiçoar, tornando-se virtuoso pelo amadurecimento intelectual; enquanto a ignorância representa o vício.

Desta concepção, decorreu a fundamentação da ética em volta da liberdade, virtude e bondade; parâmetros que nortearam o pensamento ético aristotélico, onde a felicidade é definida como a própria virtude, garantia da liberdade.

Antes de Aristóteles, herdeiro da tradição socrática, Platão tratou a ética como componente indissociável da vida política, da harmonia entre os habitantes da pólis.

Sua tarefa seria promover o nivelamento entre os indivíduos, diluindo as diferenças em prol do bem comum. A ética deveria permitir que os indivíduos partilhassem o poder, impedindo a concentração do governo, da pólis nas mãos de um segmento da sociedade ou de um indivíduo.

Portanto, fornecendo limites à liberdade, equalizando diferenças sociais e econômicas, a ética deveria fazer o sujeito se preocupar com o outro, partilhando o poder. A questão é que a tentativa de organizar a distribuição do poder desvirtua o homem, corrompe a busca da felicidade coletiva em favor da ilusão hedonista individualizada.

Para Platão, todas as formas de governo poderiam ser resumidas em quatro, todas produtoras de homens não éticos:

- 1. Timocracia.** O regime dos amantes da riqueza, onde o poder é partilhado apenas entre os membros das oligarquias, palavra que em grego significa "governo de poucos", restringindo-se ao controle exercido pelas famílias mais ricas e proeminentes que formam a nobreza. O poder é transmitido hereditariamente, sem possibilidade de alternância ou de compartilhamento.
- 2. Oligarquia.** O regime decidido pela transação de fortunas; governado pelos ricos, independente de sua origem familiar; sem nenhuma participação dos pobres. Onde o que é valorizado é a capacidade econômica e não a virtude.
- 3. Democracia.** O governo da pólis ao gosto de cada um, com representantes eleitos ou cidadãos participando diretamente, estabelecendo acordos para pautar leis, as quais os indivíduos devem se adaptar. O problema deste regime é que tende à **anarquia**, a desorganização em meio a discussões intermináveis que defendem interesses múltiplos, sem alcançar resultados práticos. Além do fato que o crescimento populacional inviabiliza a sua efetivação, conduzindo a uma das outras três formas de governo, disfarçadas em democracia.
- 4. Tirania.** O sistema em que um homem, o tirano, assume o poder sob pretexto de beneficiar o coletivo, mas que na verdade representa seu desejo por bajulações, demonstrando total ausência de virtude e pobreza de alma.

22 Teleologia significa o "estudo do fim"; aliás, *teleos* significa fim, o fim da ação.

Uma vez que todas as formas de governo conduzem ao vício, inviabilizando a existência ética do indivíduo e da pólis; Platão propôs a construção de um Estado Ideal, onde a virtude pudesse ser cultivada, garantindo a liberdade efetivada no exercício da justiça, o que ficou conhecido como **República Platônica** (*Res Pública* = coisa pública).

O Estado deveria ser governado pelos reis filósofos, sendo a racionalidade o que permitiria dirigir o destino coletivo com sabedoria e virtude. Os guardiões deste sistema de governo seriam os soldados, selecionados entre os mais corajosos e obedientes. Aos artesãos caberia viabilizar economicamente o Estado, constituindo a base da sociedade, composta por indivíduos governados pelas coisas sensíveis.

Os filósofos possuiriam alma de ouro, cultivando a virtude da sabedoria; os soldados teriam alma de prata, possuindo a virtude da coragem; e os artesãos seriam dotados de alma de bronze, devendo cultivar a virtude da moderação para conter seus desejos pelos bens materiais.

Esta concepção leva em consideração que haveria escravos para cultivar alimentos para suprir a população. Estes não estão incluídos nas preocupações da ética platônica, pois não passam de animais vocais, capazes de falar, mas não de interiorizar virtudes e a razão.

Assim como também, neste mundo perfeito, não havia espaço para as mulheres, consideradas serem inferiores por se entregarem aos sentimentos.

Um segmento indesejado seria composto pelos poetas, que deveriam ser expulsos da pólis, já que despertavam sentimentos, fazendo o sujeito deixar a racionalidade de lado.

Modernamente, poderíamos traçar uma analogia dos poetas com os meios de comunicação, que constroem verdades e desviam a atenção das massas das questões realmente importantes, iludindo os indivíduos e manipulando suas ações.

Aristóteles também considerava a ética como possibilidade de eliminar a desigualdade, harmonizando o convívio coletivo; mas envolve, antes, o equilíbrio interno do indivíduo, externalizado pela eudaimonia coletiva.

Ao inverso de Platão, para ele não é o sistema político que corrompe o homem, este é que desvirtua o regime. É por isto que Aristóteles foi um grande defensor da democracia, relacionando a liberdade com a responsabilidade para compartilhar o poder de forma igualitária, por meio do conceito de representatividade.

Para tal, seria necessário preparar o indivíduo para o exercício virtuoso da política, cultivando virtudes como prudência, sabedoria e justiça. Não sendo possível determinar a essência destes conceitos, sendo relativos no tempo e espaço, é difícil definir parâmetros para um comportamento virtuoso. Problema contornado pela repetição de ações consideradas boas para a coletividade, garantindo a ordem das coisas para atingir a felicidade.

O papel da ética é justamente convencionar o que deve ser repetido, racionalizando comportamentos benéficos ao indivíduo e à pólis. Para racionalizar o convívio entre as pessoas, seria preciso assimilar três tipos de conhecimentos que compõem o que Aristóteles chamou de sabedoria voltada para o bem, o belo e o honesto:

- 1. Conhecimentos Teóricos.** A averiguação do que ocorre no mundo, transformado em conhecimento sistematizado, em ciência e, portanto, naquilo que hoje chamamos de ética.
- 2. Conhecimentos Produzidos.** Normas de orientação técnica, necessárias à efetivação da prática, correspondentes às leis e ao direito.
- 3. Conhecimentos Práticos.** Orientações obtidas pela vivência diária, conduzindo a maneira justa e saudável de viver em harmonia com a natureza e o outro, condizente com a moral.

Em outras palavras, a ética aristotélica propõe observar as necessidades do homem como indivíduo e membro da coletividade, o que é possível estabelecer como norma em dado contexto, teorizar e refletir para padronizar como correto. A ética se constitui como ciência normativa da conduta individual e coletiva em sentido amplo; diferente da concepção platônica, onde a ética é inerente a um grupo e padronizada de forma segmentada, origem do que hoje chamamos **ética profissional**.

Ainda na Antiguidade, os romanos tiveram que lidar com a oposição antagônica proposta por Platão e Aristóteles, entre o padrão de comportamento da sociedade e de grupos inseridos nela. O que originou a moral e sua distinção com relação à ética, o Direito e à justiça.

A conclusão foi que a existência coletiva precisa de regras para efetivar-se, percorrendo esferas distintas que vão do privado ao conjunto convencional, do indivíduo ao grupo, e deste para o contexto mais amplo; comportando paradoxos, distinções e segmentações.

A ética medieval

A Idade Média foi dominada pelo catolicismo na Europa Ocidental, pautando uma ética vinculada com a religião e dogmas cristãos, dominando o panorama conceitual entre o século XI e XIX; a despeito de mudanças significativas com o Renascimento e, depois, a entrada na modernidade e o Iluminismo.

Dentre as concepções filosóficas que influenciaram fortemente o conceito de ética medieval, cabe destacar as ideias de **Santo Agostinho** (354-430), **Santo Anselmo** (1033-1109) e **São Tomás de Aquino** (1225-1274).

Para Santo Agostinho a verdade é uma questão de fé, é revelada por Deus, superando a razão; subordinando o Estado e a política à autoridade da Igreja. Houve também uma subordinação da ética à moral, com a última sobrepondo-se à primeira e invertendo a ótica a favor da heteronomia pautada pelo cristianismo.

O catolicismo alterou profundamente a ética, introduzindo a ideia de que a bondade, uma vida virtuosa, só podia ser alcançada pela vontade de Deus, desvinculando a felicidade da racionalização do mundo.

Embora a máxima cristã – fazer ao outro o que queres para ti – seja perfeitamente condizente com a concepção original de ética, o ascetismo²³ e o martírio modificaram o conceito, operando uma releitura das ideias filosóficas de Platão e Aristóteles.

O **ascetismo cristão** – do grego *ascese* = exercitar – consistia na renúncia ao prazer e mesmo à satisfação de qualquer espécie, aplicada a tudo que é terreno e material, fomentando práticas como mutilação genital, celibato e jejum. Um grande problema para fundamentação ética, visto que a mesma se caracteriza pela busca do prazer, representado pela felicidade, configurando um hedonismo relativo e satisfação consigo mesmo e o próprio papel no coletivo. Uma concepção considerada pecado da vaidade pelo cristianismo, razão que tornava a moral mais importante que a ética na Idade Média.

O martírio implicava em valorizar a dor em nome da fé – do grego *martys* = testemunha – implicando em agir de acordo com a vontade de Deus, mesmo quando contrário à razão, guiando-se pelos dogmas estabelecidos pela Igreja, independente do que é determinado pela ética. Mais um fator de fortalecimento da moral, aumentando a ignorância da maior parte da população europeia quanto ao discernimento conceitual da ética.

Neste contexto, o mundo sensível e inteligível platônico foi reinterpretado; identificado com a vida mundana em oposição ao paraíso nos céus, com a verdade só podendo ser contemplada por meio da fé em Deus e a felicidade alcançada somente após a morte. Tudo, desde que os preceitos católicos tivessem sido seguidos à risca em vida.

23 Também chamado de asceticismo, é a prática da abstenção de prazeres e até do conforto material, adotada com o fim de alcançar a perfeição moral e espiritual. O asceta submete-se à dieta rigorosa e a frequentes jejuns, sendo que os antigos cristãos se sujeitavam até a castigos físicos, como a flagelação.

A ética cristã, por intermédio do pensamento de São Tomás de Aquino, também fez uma releitura do pensamento aristotélico. O tomismo procurou conciliar a fé e a razão, condicionando os atos dos indivíduos à natureza humana. No entanto, ao afirmar que a dita natureza humana estaria na essência divina, inclinada à bondade, como pretendia Aristóteles; não fez mais que reafirmar a subordinação da razão à fé.

Para Tomás de Aquino, o caminho para a felicidade passaria pela “grande ética”, caracterizada pelo justo equilíbrio divino, projetado na ordenação da sociedade. Portanto, aceitar as contradições sociais e econômicas, a desigualdade, como vontade de Deus, esperando receber a recompensa no além, quando finalmente a contemplação do paraíso permitiria atingir a felicidade plena, individual e coletiva, participando e retornando ao espírito divino; o que representou uma relativização da ética, fragmentada e aplicada apenas a um contexto específico de estamento e grupo social.

Segundo ele, “os princípios comuns da lei natural não podem ser aplicados do mesmo modo indiscriminadamente todos os homens, devido à grande variedade de raças, costumes e assuntos humanos; por isto, existe a diversidade das leis positivas nos diversos povos”.

Para harmonizar a sociedade, ao invés da ética, dada sua segmentação, caberia à moral servir de referencial.

Santo Anselmo, pai da escolástica – tendência filosófica que propunha a educação como meio de vencer o ceticismo e doutrinar o homem na fé cristã, mostrando sua superioridade frente à razão –, afirmou que os princípios morais seriam intuitivamente auto-evidentes, condicionando as ações à vontade de Deus.

Relegada ao segundo plano na efetivação da justiça, a ética passou a ser entendida como aplicada a contextos específicos; abrindo caminho para a visualização conceitual dos aspectos éticos erroneamente apenas vinculados com a atuação profissional, com regras que valeriam somente entre iguais.

Assim, a tendência de interpretação conceitual da ética platônica prevaleceu sobre as demais abordagens, sendo acentuada pela visão cristã que valorizou a moral em detrimento da concepção ética universalizadora.

A ética moderna

Entre os séculos XVI e XVIII, as discussões éticas estiveram centralizadas no embate entre **racionalismo** e **empirismo**.

A Idade Moderna foi a época da formação e consolidação dos Estados Nacionais europeus, precedendo a Revolução Francesa e Industrial, quando a separação entre Estado e Igreja tornou-se definitiva, com a preponderância do antropocentrismo e a aceleração do avanço da ciência. Foi também um período de transição para a Idade Contemporânea, registrando contradições de cunho ainda medieval e forte influência da religião na vida das pessoas.

Qualquer que seja a tendência teórica, a ética passou a ser vista novamente enquanto voltada para a busca da felicidade coletiva, retomando seu sentido original grego, vinculado com a política, compondo orientações para a realização plena do cidadão.

Diante de múltiplos caminhos para chegar a eudaimonia, a ética foi pensada como garantia de condições para que o sujeito se aprimore por meios legítimos. Onde entraria o Estado como fomentador e garantidor de condições transformadoras, providenciando educação, direitos individuais, justiça e subsistência.

Neste sentido, os preceitos religiosos começaram a perder força, em uma tentativa da ética de se sobrepor à moral, universalizando e discutindo princípios de convivência em sociedade; o que tornou atributo da ética realizar uma reflexão sobre a construção dos valores que balizam a moral, instituindo uma crítica sobre práticas e ações humanas no âmbito da axiologia e da teoria dos valores.

Embora **Descartes** não tenha pensado especificamente a ética, sua concepção filosófica remete a uma transição entre a Idade Média e Moderna, pois Deus é a garantia de existência do eu físico, fator significativo que compôs a ética racionalista em meio à dúvida que origina o cogito.

O caminho da dúvida cartesiana conduziu Descartes a estabelecer uma moral provisória, baseado em recomendações, como obedecer às leis e costumes do país, manter a religião e a fé em Deus, guiar-se pelas opiniões mais moderadas e aceitas pela prática, evitar excessos e cultivando o bom senso.

Outro racionalista, **Baruch Spinoza** (1632-1677), delineou com maior precisão as questões éticas na obra *Ethica*, publicada em 1677. Ele fixou como parâmetro de definição do que é bom ou mau às necessidades e interesses humanos, inserindo a razão como elemento capaz de frear as paixões, permitindo alcançar prazer e felicidade.

É interessante notar que, também para Spinoza, o amor intelectual a Deus é garantia da virtude, esta definida como a própria felicidade advinda da contemplação da totalidade do universo mental e por meio, por meio da natureza divina, sendo ela inata.

Os empiristas adotaram uma postura diferente, apesar de não totalmente desvinculada da metafísica, porém mais próxima da política e do contexto padronizador do comportamento coletivo.

Thomas Hobbes (1588-1679) forneceu a base de sustentação para o Estado absolutista, ligando a monarquia com a vontade de Deus; mas defendeu a ideia de que a natureza humana é desonesta, solitária e violenta, expressa pela máxima “O homem é o lobo do homem”.

Como consequência seria necessário organizar a sociedade, estabelecendo um **contrato social** para eliminar a guerra de todos contra todos, fortalecendo o Estado para reprimir a maldade humana. A implicação ética estaria fixada na figura do cidadão, o qual, para integrar-se à sociedade, precisaria refletir sobre si mesmo e seu papel coletivo.

Influenciado por esta concepção, **John Locke** (1632-1704) retomou o conceito de contrato social como limitador do poder absoluto da autoridade, promovendo a felicidade pela garantia de liberdade individual restrita.

David Hume (1711-1776) também complementou a concepção de Hobbes, afirmando que as ideias inatas não existiam, sendo regras compostas pela experiência, exigindo a padronização de comportamentos éticos a partir daquilo que fosse útil e prazeroso para a maioria.

Portanto, a ética moderna, a despeito de ainda vinculada com a religião, começou a tentar sobrepujar a moral, resgatando discussões presentes na Antiguidade, avançando alguns passos rumo à vinculação com a liberdade. Entretanto, foi pensada como instrumento de sustentação do poder do Estado perante a vida coletiva e individual.

A ética contemporânea

Ao separar o conhecimento da religião, no século XVIII, o Iluminismo inaugurou uma releitura da ética, estabelecendo críticas que voltaram a centralizar o foco na razão, apostando na autonomia humana e na crença otimista do progresso. Foi estabelecida uma visão ética por um viés mais amplo, não só circunscrito ao grupo, mas, sim, ao contexto do conjunto da humanidade.

É por isto que a Revolução Francesa pregou o ideal de liberdade, igualdade e fraternidade; tendo como centro a questão da tolerância para com as diferenças e o estabelecimento de um pacto social, o que deveria ser garantido pelo Estado para permitir uma igualdade efetivada pela restrição parcial da liberdade.

Neste período, pela primeira vez, iniciou-se um diálogo em torno dos direitos humanos, culminando com a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, em 1789.

Representando o iluminismo alemão, **Immanuel Kant** exerceu forte influência na universalização dos preceitos conceituais da ética humana. Segundo o qual, não é tarefa da ética normatizar, pois, sendo de caráter puramente racional, é guiada apenas pela boa vontade. Esta é relativa e fixada pela lei moral, porém deve se isentar da vontade emotiva, dos gostos e desejos particulares.

Seu pensamento dá origem ao que chamamos de **ética deontológica**, que valoriza a intenção da ação, de acordo com o dever, independentemente das consequências.

Deontologia (do grego *déon*, dever) significa “teoria do dever” ou “estudo do que convém”, em termos de ação. Agir por dever e em função de uma boa intenção são os princípios que determinam a boa ação. Agir bem implica uma boa intenção e uma boa vontade. O que é que isto quer dizer? A ação é boa se a intenção (razão ou motivo) for boa e se ela for pensada como boa vontade, ou seja, se for universal. Será universal se o que decidirmos for bom para nós próprios e para todos os outros. Se não for uma ação egoísta ou só pensada em função de mim próprio terá uma dimensão ética. Pensando na natureza falha da razão humana, Kant propõe que imperativos passem a servir de referência para o agir. O imperativo é uma regra obrigatória que deve nortear a normatização da vida racional.

O **imperativo categórico** (imperativo porque ordena e categórico por oposição a hipotético ou condicional) seria aprovado como correto em qualquer caso e por qualquer pessoa, que deveria ser dever de todos, estando também vinculado com a moral, é definido como “agir pela vontade, de tal forma que a ação possa ser tomada como uma lei universal da natureza”. Por outras palavras, devemos tratar os outros como tratamos a nós próprios; assim se compreende a dimensão universal dos nossos atos, defendida por Kant. Por isso, se diz que a ética de Kant é uma **ética formal**: não indica normas concretas de conduta, mas dá indicações gerais de como devemos agir com os outros. Não diz como em concreto devemos fazer para tratar os outros como “fins em si”, do tipo, como fazer para a velhinha passar a estrada, mas, em geral, sugere posturas universais aplicáveis a todas as situações (devemos tratar os outros como pessoas que têm valor por si próprias e que nunca devemos usar para nosso benefício).

Assim, a ética segue os mesmos parâmetros da moral, mas ao racionalizar os atos, seleciona como corretos apenas o que está em concordância com a razão.

A ética passa a se distinguir da moral por ser autônoma, enquanto os preceitos morais são fixados pela heteronomia. O agir corretamente passa, não só pelo conceito de liberdade, mas também de responsabilidade pelos próprios atos e intenções.

Resumindo, quatro aspectos que podem caracterizar a ética de Kant:

- I. A razão é a faculdade de excelência dos seres humanos. Daí o forte “racionalismo” de Kant;
- II. Os seres humanos devem ser tratados como um fim em si mesmo, nunca como um meio;
- III. Há valores absolutos, isto é, bons ou maus por si mesmos independentes das consequências que produzam;
- IV. Uma ação é moral, somente, quando realizada pelo sentimento de dever.

Entretanto, mesclada a esta concepção de ética, a tendência **utilitarista**, inaugurada pelo empirismo, também ganhou força a partir do século XVIII, principalmente por conta dos avanços da ciência.

A partir das leis da física de **Isaac Newton**, a sociedade passou a ser vista como máquina, onde a ética atenderia e regularia seu funcionamento; enquanto a teoria evolucionista de **Charles**

Darwin possibilitou conceber a moral como produto da evolução do comportamento humano. Tendências que transformaram a ética em ciência do julgamento dos atos morais, alterando normas de comportamento, pensadas em benefício da utilidade para a vida coletiva harmoniosa.

A rigor, o utilitarismo surgiu na Grã-Bretanha, representado por **Jeremy Bentham** (1748-1832) e **John Stuart Mill** (1806-1873), contrapondo-se à ética kantiana ao relativizar o conceito de eudaimonia, afirmando que o correto é aquilo que traz felicidade para o maior número de pessoas.

Não é a intenção que importa, como no caso da ética kantiana, mas, sim, o resultado; relativizando igualmente as regras, indo na contramão dos imperativos, condicionando os comportamentos a sua utilidade aparente, extremamente vinculada ao Direito. Assim, uma ação será correta do ponto de vista moral se das suas consequências resultar o maior grau de felicidade e bem-estar para o maior número possível de pessoas. Por exemplo, um médico que, pelo exercício da sua profissão, salvasse um grande número de pessoas, praticaria uma ação moralmente louvável, quer a sua intenção fosse ajudar o próximo, quer fosse alcançar a fama e a fortuna.

Friedrich Hegel (1770-1831), no século XIX, chegou a discutir se os princípios éticos condicionam a história, ou, ao contrário, esta modifica os parâmetros, algo que poderia conferir à ética uma grande semelhança com a moral.

Embora Hegel nunca tenha escrito especificamente sobre a ética, até porque considerava esta como mero sinônimo de moral, sua concepção foi herdeira das discussões do século XVIII, vinculando a vivência ética com a política, a sociedade e a história. Para ele, como também para a tradição estabelecida a partir do século XVI, o Estado deveria garantir a vivência ética.

Deste modo, **Friedrich Nietzsche** (1844-1900), na segunda metade do século XIX, tornou a ética definitivamente uma ciência, totalmente desvinculada da religião. Para ele, a ética seria o centro, justificativa e fundamentação das ações humanas, constituindo o elemento que torna possível a convivência e estabelecendo padrões de comportamento que reprimem a natureza.

É neste contexto que se insere o conceito de além-do-homem – *Übermensch* –, erroneamente traduzido como super-homem. Trata-se da defesa do sujeito superar sua humanidade, sua natureza falha, para ir além do bem e do mal, da moral estabelecida, racionalizando as ações para transformar-se de escravo em senhor, guiado pela autonomia de pensamento; um processo ligado à ideia de “eterno retorno”, envolvendo tentar superar-se contínua e infinitamente em busca do prazer dionisiaco, no entender de Nietzsche, o único imperativo ético existente.

Esta conjuntura formou o conceito de ética como ciência normativa – baseado na construção interna do sujeito e externalizada na preocupação racional com o outro –, a despeito de sua ramificação circunscrita a contextos específicos, como a ética profissional.

A crise da ética

O século XX, centralizado na sociedade de consumo e no individualismo, desvirtuou o caminho da preocupação com a coletividade no mundo ocidental capitalista, inaugurando a crise da ética em sentido amplo.

A preocupação com o outro foi substituída pelo egoísmo focado apenas no eu em detrimento do nós, com um ambiente de permanente competição.

A despeito de alguns pensadores terem tentado retomar a tradição grega, agregando elementos desenvolvidos posteriormente, a tendência platônica de normatização de comportamentos, diferenciada entre grupos, é que prevaleceu no século XXI. A ética passou a ser um termo comum na boca de todos, mas esvaziada de sentido concreto, conceitualmente interpretada pelo senso comum de forma torta e equivocada.

Simultaneamente, a ética profissional passou a dominar o cenário globalizado, igualmente contextualizada em um sentido extremamente específico, aplicada apenas entre supostamente equivalentes.

O grande problema é que a ética deveria justamente repensar posturas que fazem de alguns mais iguais que outros, refletindo sobre sua natureza generalizadora e universalizante, racionalizando as ações humanas até o limite do possível, diante da natureza emotiva e movida por sentimentos individualistas.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2016 – 2ª aplicação)

ARREPENDIMENTOS TERMINAIS

Em *Antes de partir*, uma cuidadora especializada em doentes terminais fala do que eles mais se arrependem na hora de morrer. Não deveria ter trabalhado tanto”, diz um dos pacientes. “Desejaria ter ficado em contato com meus amigos”, lembra outro. “Desejaria ter coragem de expressar meus sentimentos.” “Não deveria ter levado a vida baseando-me no que esperavam de mim”, diz um terceiro. Há cem anos ou cinquenta, quem sabe, sem dúvida seriam outros os arrependimentos terminais. “Gostaria de ter sido mais útil à minha pátria.” “Deveria ter sido mais obediente a Deus.” “Gostaria de ter deixado mais patrimônio aos meus descendentes.”

COELHO. M. *Folha do São Paulo*. 2 jan. 2013.

O texto compara hipoteticamente dois padrões morais que divergem por se basearem respectivamente em

- A) satisfação pessoal e valores tradicionais.
- B) relativismo cultural e postura ecumênica.
- C) tranquilidade espiritual e costumes liberais.
- D) realização profissional e culto à personalidade.
- E) engajamento político e princípios nacionalistas.

02. (Enem/2016 – 1ª aplicação)

A promessa da tecnologia moderna se converteu em uma ameaça, ou esta se associou àquela de forma indissolúvel. Ela vai além da constatação da ameaça física. Concebida para a felicidade humana, a submissão da natureza, na sobremedida de seu sucesso, que agora se estende à própria natureza do homem, conduziu ao maior desafio já posto ao ser humano pela sua própria ação. O novo continente da práxis coletiva que adentramos com a alta tecnologia ainda constitui, para a teoria ética, uma terra de ninguém.

JONAS. H. *O princípio da responsabilidade*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio. 2011 (adaptado).

As implicações éticas da articulação apresentada no texto impulsionam a necessidade de construção de um novo padrão de comportamento, cujo objetivo consiste em garantir o(a)

- A) pragmatismo da escolha individual.
- B) sobrevivência de gerações futuras.
- C) fortalecimento de políticas liberais.
- D) valorização de múltiplas etnias.
- E) promoção da inclusão social.

03. (Enem/2016 - 2ª aplicação)

Ninguém delibera sobre coisas que não podem ser de outro modo, nem sobre as que lhe é impossível fazer. Por conseguinte, como o conhecimento científico envolve demonstração, mas não há demonstração de coisas cujos primeiros princípios são variáveis (pois todas elas poderiam ser diferentemente), e como é impossível deliberar sobre coisas que são por necessidade, a sabedoria prática não pode ser ciência, nem arte: nem ciência, porque aquilo que se pode fazer é capaz de ser diferentemente, nem arte, porque o agir e o produzir são duas espécies diferentes de coisa. Resta, pois, a alternativa de ser ela uma capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural. 1980.

Aristóteles considera a ética como pertencente ao campo do saber prático. Nesse sentido, ela difere-se dos outros saberes porque é caracterizada como

- A) o conduta definida pela capacidade racional de escolha.
- B) capacidade de escolher de acordo com padrões científicos.
- C) conhecimento das coisas importantes para a vida do homem.
- D) técnica que tem como resultado a produção de boas ações.
- E) política estabelecida de acordo com padrões democráticos de deliberação.

04. (Enem/2017)

A moralidade, Bentham exortava, não é uma questão de agradar a Deus, muito menos de fidelidade a regras abstratas. A moralidade é a tentativa de criar a maior quantidade de felicidade possível neste mundo. Ao decidir o que fazer, deveríamos, portanto, perguntar qual curso de conduta promoveria a maior quantidade de felicidade para todos aqueles que serão afetados.

RACHELS. J. *Os elementos da filosofia moral*. Barueri-SP: Manole, 2006.

Os parâmetros da ação indicados no texto estão em conformidade com uma

- A) o fundamentação científica de viés positivista.
- B) convenção social de orientação normativa.
- C) transgressão comportamental religiosa.
- D) racionalidade de caráter pragmático.
- E) inclinação de natureza passional.

05. (Enem/2017) Uma pessoa vê-se forçada pela necessidade a pedir dinheiro emprestado. Sabe muito bem que não poderá pagar, mas vê também que não lhe emprestarão nada senão prometer firmemente pagar em prazo determinado. Sente a tentação de fazer a promessa; mas tem ainda consciência bastante para perguntar a si mesma: não é proibido e contrário ao dever livrar-se de apuros desta maneira? Admitindo que se decida a fazê-lo, a sua máxima de ação seria: quando julgo estar em apuros de dinheiro, vou pedi-lo emprestado e prometo pagá-lo, embora saiba que tal nunca sucederá.

KANT. I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo. Abril Cultural. 1960

De acordo com a moral kantiana, a "falsa promessa de pagamento" representada no texto

- A) assegura que a ação seja aceita por todos a partir da livre discussão participativa.
- B) garante que os efeitos das ações não destruam a possibilidade da vida futura na terra.
- C) opõe-se ao princípio de que toda ação do homem possa valer como norma universal.
- D) materializa-se no entendimento de que os fins da ação humana podem justificar os meios.
- E) permite que a ação individual produza a mais ampla felicidade para as pessoas envolvidas.



Exercícios Propostos

01. (Enem/2010)

A ética precisa ser compreendida como um empreendimento coletivo a ser constantemente retomado e rediscutido, porque é o produto da relação interpessoal e social. A ética supõe ainda que cada grupo social se organize sentindo-se responsável por todos e que crie condições para um exercício de pensar e agir autônomos. A relação entre ética e política é uma questão de educação e luta pela soberania dos povos. É necessária uma ética renovada, que se construa a partir da natureza de valores para organizar também uma nova prática política.

CORDI. et al. *Para filosofar*. São Paulo: Scipione, 2007 (adaptado).

O século XX teve de repensar a ética para enfrentar novos problemas oriundos de diferentes crises sociais, conflitos ideológicos e contradições da realidade. Sob este enfoque e a partir do texto, a ética pode ser compreendida como

- instrumento de garantia da cidadania, porque através dela os cidadãos passam a pensar e a agir de acordo com valores coletivos.
- mecanismo de criação dos direitos humanos, porque é da natureza do homem ser ético e virtuoso.
- meio para resolver os conflitos sociais no cenário da globalização, pois a partir do entendimento do que é efetivamente a ética, a política internacional se realiza.
- parâmetro para assegurar o exercício político primando pelos interesses à ação privada dos cidadãos.
- aceitação de valores universais implícitos numa sociedade que busca dimensionar sua vinculação a outras sociedades.

02. (Enem/2011)

O brasileiro tem noção dos comportamentos éticos e morais adequados, mas vive sob o espectro da corrupção, revela pesquisa. Se o país fosse resultado dos padrões morais que as pessoas dizem aprovar, pareceria mais com a Escandinávia do que com Bruzundanga (corrompida nação fictícia de Lima Barreto).

FRAGA, P. "Ninguém é inocente". *Folha de S. Paulo*, 4 out. 2009 (adaptado).

O distanciamento entre "reconhecer" e "cumprir" efetivamente o que é moral constitui uma ambiguidade inerente ao humano, porque as normas morais são

- decorrentes da vontade divina e, por esse motivo, utópicas.
- parâmetros idealizados, cujo cumprimento é destituído de obrigação.
- amplas e vão além da capacidade de o indivíduo conseguir cumpri-las integralmente.
- criadas pelo homem, que concede a si mesmo a lei à qual deve se submeter.
- cumpridas por aqueles que se dedicam inteiramente a observar as normas jurídicas.

03. (Enem/2010 – 2ª Aplicação)

No século XX, o transporte rodoviário e a aviação civil aceleraram o intercâmbio de pessoas e mercadorias, fazendo com que as distâncias e a percepção subjetiva das mesmas se reduzissem constantemente. É possível apontar uma tendência de universalização em vários campos, por exemplo, na globalização da economia, no armamentismo nuclear, na manipulação genética, entre outros.

HABERMAS, J. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001 (adaptado).

Os impactos e efeitos dessa universalização, conforme descritos no texto, podem ser analisados do ponto de vista moral, o que leva à defesa da criação de normas universais que estejam de acordo com

- os valores culturais praticados pelos diferentes povos em suas tradições e costumes locais.
- os pactos assinados pelos grandes líderes políticos, os quais dispõem de condições para tomar decisões.
- os sentimentos de respeito e fé no cumprimento de valores religiosos relativos à justiça divina.
- os sistemas políticos e seus processos consensuais e democráticos de formação de normas gerais.
- os imperativos técnico-científicos, que determinam com exatidão o grau de justiça das normas.

04. (Enem/2014) Panayiotis Zavos "quebrou" o último tabu da clonagem humana – transferiu embriões para o útero de mulheres, que os gerariam. Esse procedimento é crime em inúmeros países. Aparentemente, o médico possuía um laboratório secreto, no qual fazia seus experimentos. "Não tenho nenhuma dúvida de que uma criança clonada irá aparecer em breve. Posso não ser eu o médico que irá criá-la, mas vai acontecer", declarou Zavos. "Se nos esforçarmos, podemos ter um bebê clonado daqui a um ano, ou dois, mas não sei se é o caso. Não sofremos pressão para entregar um bebê clonado ao mundo. Sofremos pressão para entregar um bebê clonado saudável ao mundo."

CONNOR, S. Disponível em: <www.independent.co.uk>. Acesso em: 14 ago. 2012 (adaptado).

A clonagem humana é um importante assunto de reflexão no campo da bioética que, entre outras questões, dedica-se a

- refletir sobre as relações entre o conhecimento da vida e os valores éticos do homem.
- legitimar o predomínio da espécie humana sobre as demais espécies animais no planeta.
- relativizar, no caso da clonagem humana, o uso dos valores de certo e errado, de bem e mal.
- legalizar, pelo uso das técnicas de clonagem, os processos de reprodução humana e animal.
- fundamentar técnica e economicamente as pesquisas sobre células-tronco para uso em seres humanos.

05. (Enem/2016 – 2ª Aplicação) Fundamos, como afirmam alguns cientistas, o antropoceno: uma nova era geológica com altíssimo poder de destruição, fruto dos últimos séculos que significaram um transtorno perverso do equilíbrio do sistema-Terra. Como enfrentar esta nova situação nunca ocorrida antes de forma globalizada e profunda? Temos pessoalmente trabalhado os paradigmas da sustentabilidade e do cuidado como relação amigável e cooperativa para com a natureza. Queremos, agora, agregar a ética da responsabilidade.

BOFF, L. *Responsabilidade coletiva*. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com>>. Acesso em: 14 maio 2013.

A ética da responsabilidade protagonizada pelo filósofo alemão Hans Jonas e reivindicada no texto é expressa pela máxima:

- "A tua ação possa valer como norma para todos os homens."
- "A norma aceita por todos advenha da ação comunicativa e do discurso."
- "A tua ação possa produzir a máxima felicidade para a maioria das pessoas."
- "O teu agir almeje alcançar determinados fins que possam justificar os meios."
- "O efeito de tuas ações não destrua a possibilidade futura da vida das novas gerações."

06. (Unicamp/2016)

Por que a ética voltou a ser um dos temas mais trabalhados do pensamento filosófico contemporâneo? Nos anos 1960, a política ocupava esse lugar e muitos cometeram o exagero de afirmar que tudo era político.

José Arthur Gianotti, “*Moralidade Pública e Moralidade Privada*”, em Adauto Novaes, *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 239.

A partir do fragmento sobre a ética e o pensamento filosófico, é correto afirmar que

- A) o tema foi relevante na obra de Aristóteles e apenas recentemente voltou a ocupar um espaço central na produção filosófica.
- B) os impasses morais e éticos das sociedades contemporâneas reposicionaram o tema da ética como um dos campos mais relevantes para a filosofia.
- C) o pensamento filosófico abandonou sua postura política após o desencanto com os sistemas ideológicos que eram vigentes nos anos 1960.
- D) na atualidade, a ética é uma pauta conservadora, pois nas sociedades atuais, não há demandas éticas rígidas.

07. (Fuvest/2017 – 1ª Fase) Em relação à ética e à justiça na vida política da Grécia Clássica, é correto afirmar:

- A) Tratava-se de virtudes que se traduziam na observância da lei, dos costumes e das convenções instituídas pela pólis.
- B) Foram prerrogativas democráticas que não estavam limitadas aos cidadãos e que também foram estendidas aos comerciantes e estrangeiros.
- C) Eram princípios fundamentais da política externa, mas suspensos temporariamente após a declaração formal de guerra.
- D) Foram introduzidas pelos legisladores para reduzir o poder assentado em bases religiosas e para estabelecer critérios racionais de distribuição.
- E) Adquiriram importância somente no período helenístico, quando houve uma significativa incorporação de elementos da cultura romana.

08. (UEL/2006)

“Aristóteles foi o primeiro filósofo a elaborar tratados sistemáticos de Ética. O mais influente desses tratados, a *Ética a Nicômaco*, continua a ser reconhecido como uma das obras-primas da filosofia moral. Ali nosso autor apresenta a questão que, de seu ponto de vista, constitui a chave de toda investigação ética: Qual é o fim último de todas as atividades humanas?”

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005. p. 57.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a ética aristotélica, é correto afirmar:

- A) É uma ética que desconsidera os valores culturais e a participação discursiva dos envolvidos na escolha da concepção de bem a ser perseguida.
- B) É uma ética do dever que, ao impor normas de ação universais, transcende a concepção de vida boa de uma comunidade e exige o cumprimento categórico das mesmas.
- C) É uma ética compreendida teleologicamente, pois o bem supremo, vinculado à busca e à realização plena da felicidade, orienta as ações humanas.
- D) É uma ética que orienta as ações por meio da bem-aventurança proveniente da vontade de Deus, porém sinalizando para a irrealização plena do bem supremo nesta vida.
- E) É uma ética que compreende o indivíduo virtuoso como aquele que já nasce com certas qualidades físicas e morais, em função de seus laços sanguíneos.

09. (Enem/2018 – PPL)

Uma criança com deficiência mental deve ser mantida em casa ou mandada a uma instituição? Um parente mais velho que costuma causar problemas deve ser cuidado ou podemos pedir que vá embora? Um casamento infeliz deve ser prolongado pelo bem das crianças?

MURDOCH, I. *A soberania do bem*. São Paulo: Unesp, 2013.

Os questionamentos apresentados no texto possuem uma relevância filosófica à medida que problematizam conflitos que estão nos domínios da

- A) política e da esfera pública.
- B) teologia e dos valores religiosos.
- C) lógica e da validade dos raciocínios.
- D) ética e dos padrões de comportamento.
- E) epistemologia e dos limites do conhecimento.

10. (Enem/2010)

Na ética contemporânea, o sujeito não é mais um sujeito substancial, soberano e absolutamente livre, nem um sujeito empírico puramente natural. Ele é simultaneamente os dois, na medida em que é um sujeito histórico-social. Assim, a ética adquire um dimensionamento político, uma vez que a ação do sujeito não pode mais ser vista e avaliada fora da relação social coletiva. Desse modo, a ética se entrelaça, necessariamente, com a política, entendida esta como a área de avaliação dos valores que atravessam as relações sociais e que interliga os indivíduos entre si.

SEVERINO, A. J. *Filosofia*. São Paulo: Cortez, 1992 (adaptado).

O texto, ao evocar a dimensão histórica do processo de formação da ética na sociedade contemporânea, ressalta

- A) os conteúdos éticos decorrentes das ideologias político-partidárias.
- B) o valor da ação humana derivada de preceitos metafísicos.
- C) a sistematização de valores desassociados da cultura.
- D) o sentido coletivo e político das ações humanas individuais.
- E) o julgamento da ação ética pelos políticos eleitos democraticamente.



Fique de Olho

BIOÉTICA: A ÉTICA APLICADA AOS PROBLEMAS DA MEDICINA

A sensação que se tem hoje é a de que a ciência e seus prolongamentos técnicos não cumpriram a almejada emancipação e felicidade da espécie humana. Se na Idade Média estava atrelado à religião e aos seus dogmas, agora o homem é prisioneiro da técnica e da produção.

A ética surge para tentar diminuir a distância que se abriu entre o meio (tecnologia) e o fim, pela necessidade de um instrumental que responda adequadamente as questões entre a ciência e os valores (morais); bem como pela necessidade de se retomar a dignidade humana, abalada pelas guerras, pelos regimes totalitários e pela própria pesquisa humana.

A bioética é uma das formas de ética aplicada, cujo objetivo seria tratar das questões de valor nas ciências da vida, medicina e cuidados ambientais e de saúde. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1970 no livro *Bioética-Ponte para o futuro*, do bioquímico norte-americano Van Potter.

A bioética e a nova realidade

Etimologicamente, Bíos é vida humana em grego, e Ethiké, caráter, hábito. Em grego ainda, temos Biotós, vida boa, que vale a pena viver. Com a explosão de um bíos tecnocientífico, atrelado a um ethós liberal, os antigos instrumentos de uma ética prática, quais sejam, de beneficência, não maleficência e justiça, já não respondem às expectativas da sociedade.

Como consequência, na década de 70, com a desconfiança na competência técnica, a expansão da escola pública e os movimentos em prol dos direitos civis, surge o princípio da autonomia, com status de direito moral e legal, que devolve ao cidadão o direito de dividir as decisões sobre sua saúde e tratamento, originando, então, o consentimento informado.

Mais recentemente, a alteridade (o outro sou eu) preenche o vazio, permite uma tematização da bioética, coloca a pessoa como sujeito e protagonista, usuário e crítico, responsável pelos serviços de saúde, rompendo com o paternalismo e absolutismo antigos. A pessoa passa a ser o fundamento de toda reflexão e de toda prática ética.

Saúde e qualidade de vida

Três décadas após Potter, a biomedicina, através da ação sobre o corpo, remodela e recria o homem, transforma a natureza, troca partes, coloca próteses, transplanta, insemna gametas, manipula genes. Desde a Antiguidade a medicina tinha um olhar para a cura e outro para a prevenção. Na pós-modernidade, a promoção de saúde e o conceito de qualidade de vida acrescentam à visão preventiva, enquanto a medicina restaurativa acrescenta à visão curativa.

É a *medicina desiderativa*, também chamada do desejo, transformadora ou remodeladora, que nos abre os maiores dilemas éticos. Também os encontraremos na medicina preditiva, pela capacidade de prever mal formações, a suscetibilidade às doenças, com implicações médicas, profissionais e afetivas, na *medicinapsicoindutiva*, pelo controle da mente com medicamentos e cirurgias, na medicina paliativa, com as questões da ética de final de vida – mistanásia, eutanásia, ortotanásia e distanásia –, na medicina permutativa, com a bioengenharia e os transplantes, e na *medicina perfectiva*, com o objetivo de melhorar a raça.

Humanização da medicina

A necessidade de humanizar a medicina e o direito de acesso às tecnologias aplicadas no início e no final da vida respondem por grande parte dos conflitos éticos existentes nos países pobres. Um sistema justo deve garantir a distribuição equitativa e universal dos benefícios dos serviços de saúde, o que levanta a questão dos critérios que deverão nortear as prioridades em saúde pública.

Com o impacto ético caberá à biomedicina esclarecer a questões relacionadas à alocação de recursos, à reprodução assistida, aos transplantes de órgãos, ao aborto e começo da vida, à eutanásia e o fim da vida, e à investigação biomédica.

Carlos Alberto Pessoa Rosa é médico e escritor, membro da Sociedade Brasileira de Bioética. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br>>.

Seção Videoaula



O Pensamento Ético-Filosófico.

Aula
11

Concepções Filosóficas para
a Construção da Liberdade

C-1	H-9, 10
C-3	H-24, 25

Liberdade em Satre

Um dos maiores problemas enfrentados pela ética é o da relação entre o sujeito e a norma. Essa relação é eminentemente tensa e conflituosa, uma vez que todo estabelecimento de uma norma implica no cerceamento da liberdade.

Por este motivo, a abordagem sartreana toma a liberdade como valor e responsabilidade, no sentido de possibilitar a reflexão diante de problemas contemporâneos aos homens hodiernos, entendendo que os valores são construídos e, portanto, não há valores e/ou modelos pré-definidos, mas sim que ao agir do homem tem o poder de estabelecer os valores diante dos quais terá responsabilidade.

Filósofo francês, nascido em Paris, em 1905, falecido em 1980. Sartre vivenciou e pôde refletir os acontecimentos mais marcantes do século XX; a Segunda Guerra Mundial, só para relacionar um. Durante a guerra, Sartre atuou como soldado no serviço de meteorologia e foi preso pelos alemães, ficando entre 1940 e 1941 preso no Campo de Concentração de Trier, na Alemanha.

Foge do Campo de Concentração e passa a atuar no movimento de Resistência Francês, mas sempre utilizando sua principal arma: a **palavra**. Em seu livro *As Palavras*, obra autobiográfica afirma: "(...) o mundo me utilizava para fazer-se palavra"²⁴.

A discussão da liberdade está na obra *O Existencialismo é um Humanismo*, de 1946, na qual Sartre procura mostrar o sentido ético do existencialismo diante das críticas à sua obra, *O Ser e o Nada*.

Sartre destacou-se não somente com as obras filosóficas, mas, sobretudo, com as literárias; foi inclusive agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, em 1964, após a publicação de *As Palavras*. Porém, recusou-se aceitá-lo por entender que seria reconhecer que os juízes tivessem autoridade sobre sua obra.



Wikimedia Foundation

A existência precede a essência

O **existencialismo** é uma tendência filosófica que se desenvolveu na Europa entre as duas guerras mundiais (1918-1939), centrando a sua análise na existência entendida como a realidade individual mundana, repudiando todas as formas de alienação ou submissão ideológica. A filosofia dos existencialistas é, frequentemente, contraditória. Sua maior divisão se dá, na verdade, em duas grandes escolas: a do existencialismo ateu e a do existencialismo cristão. O filósofo Sócrates é considerado um precursor remoto do existencialismo (humanismo socrático: *conhece-te a ti mesmo*). Os seus representantes mais notórios são: Kierkegaard, Heidegger (considerados fundadores do existencialismo), Sartre, Gabriel Marcel, Karl Jaspers, Albert Camus.

O existencialismo tem como sua grande lei a crença na anterioridade da existência do homem em relação à sua essência; não há, portanto, essência universal inerente à humanidade. Em outras palavras, é uma série de doutrinas filosóficas que, mesmo diferindo radicalmente em muitos pontos, coincidem na ideia de que é a existência do ser humano, como ser livre, que processualmente

24 SARTRE, Jean-Paul. *As palavras*. Trad.: J. Guinburg. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Pág.157.

define sua essência, e não a essência ou natureza humana que determina sua existência. Nesse ponto está a maior semelhança entre aquelas duas vertentes existencialistas, muito embora cada qual defenda essa mesma máxima sob diferentes alegativas.

O existencialismo é, essencialmente, uma doutrina filosófica que põe o homem no domínio de sua existência, e isso faz conferindo uma importância ilimitada à consciência; a **liberdade**, então, é outro tema bastante comum entre os existencialistas. Seja para os existencialistas ateus ou para os cristãos, o homem é o responsável pelo que é, pois não apresenta essência a priori que possa incitá-lo em determinado sentido. Mais fácil se torna o entendimento do existencialismo, a partir do momento em que se analisa, ainda que de modo sucinto, os principais aspectos de cada escola, isoladamente.

O existencialismo, ao defender a existência humana como anterior à sua essência, não se constitui necessariamente uma forma de negar Deus, mas pode sim conter elementos ligados a uma concepção teísta do universo. É o que se pode perceber ao estudar o existencialismo cristão. Muitos dos existencialistas eram, de fato, religiosos, a exemplo de **Gabriel Marcel**, o maior nome dessa escola. Algumas considerações do seu pensamento servem para ilustrar a base do existencialismo cristão.

Segundo Marcel, o homem, por intermédio de seu corpo, percebe os objetos que o cercam, de modo que eles passam a ser transcendentem em relação ao homem, isto é, o homem transcende a partir da percepção dos objetos. Após perceber os objetos, estes passam a fazer parte do próprio homem, tornam-se, enfim, imanentes a ele, pois, pelo ato da percepção, o homem torna-se aberto ao objeto do conhecimento e esse mesmo objeto, também, fica aberto ao homem.

Por meio das coisas finitas, então, o homem atinge Deus, o absoluto. O caminho, no entanto, não é a razão, e sim a fé, e esta fé somente é possível quando a caridade supera todos os empecilhos e todos os obstáculos. O homem assim se torna disponível a tudo, e tudo se põe à disposição do homem. Percebe-se aí, então, uma diferença entre as duas grandes escolas existencialistas: embora as duas priorizem a subjetividade, a escola cristã acredita que o homem pensa e age baseando-se na fé em Deus, enquanto os existencialistas ateus não encontram valores, a não ser a liberdade, e agem, pois, pela razão.

O existencialismo cristão, portanto, apesar de apresentar a mesma ideia de um ser humano desprovido de essência a priori, defendida também pelo existencialismo ateu, a partir de um dado ponto, rompe drasticamente com ele. O existencialismo cristão, embora seja um incentivo à subjetividade tal qual o ateu, estabelece, em contrapartida, alguns valores a serem seguidos pelo homem, baseados na fé e na caridade, a fim de que vivam os homens em conformidade com os desígnios divinos.

O existencialismo ateu teve outros representantes além de Sartre, como **Heidegger**; todavia, o nome de maior expressão dessa escola filosófica, indiscutivelmente, é mesmo o de Sartre, de modo que, para muitos, seu pensamento é capaz de representar todo o existencialismo ateu. A verdade é que foi por meio de Sartre que o existencialismo passou a alcançar grande repercussão fora dos círculos filosóficos; daí porque estudá-lo é a melhor maneira de compreender os principais elementos do existencialismo ateu.

De modo resumido, é possível dizer que o existencialismo ateu confere ao homem uma liberdade maior do que aquela oferecida pelo existencialismo cristão, e isso ocorre de maneira lógica: sem a existência de Deus, o homem não possui um ser superior em que se inspirar ou buscar respostas, de modo que toda a sua vida depende apenas de si mesmo.

Se não há Deus, dizem os existencialistas ateus, não há valores escritos, a priori, posto que não há quem os possa ter criado; o homem, dessa forma, não tem como se guiar, a não ser por sua própria consciência, já que não há valores universais.

Mais do que isso, não pode revestir-se de esperança, muito menos de fé, pois nada garante que o futuro vá se revelar de uma ou outra maneira. No entanto, isso não significa que o homem deva ficar estático, em face da imprevisibilidade e da negação da fé, mas, ao contrário, a ideia do existencialismo ateu é justamente incentivar o homem à ação.

Dizer que a existência precede a essência não é simplesmente suprimir Deus e negar a natureza humana em função da realidade humana. Dizer que a existência precede a essência é colocar o homem como um nada lançado no mundo, desprovido de uma definição. O homem surge no mundo e, "de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo"²⁵. Ora, isso implica também o fato de que o homem só se faz em um constante projeto, em um incessante lançar-se no futuro. Somente assim o homem irá se definir como ser existente e consciente de si mesmo.

O existencialismo impõe ao homem a inteira responsabilidade no exercício de suas ações. Ao escolher sua vida, o homem também escolhe todos os homens. O valor de sua escolha é determinado pelo fato de que ele não pode escolher o mal. A imagem que moldamos de nós deve servir, em última instância, para todos os homens. Nesse sentido, o homem não é só responsável por si, mas também pela humanidade inteira. O existencialismo ateu de Sartre busca manter sua coerência atribuindo ao homem o compromisso de construir a sua própria essência.

O homem é liberdade

Lançado no mundo sem perspectivas, o homem determina sua vida ao longo do tempo, e descobre-se como liberdade, ou seja, como escolha de seu próprio ser no mundo. Ao falar da condição do homem, Sartre relaciona-o com a **angústia**, o **desamparo** e o **desespero**. Mas o que significa definir o homem nestes termos?

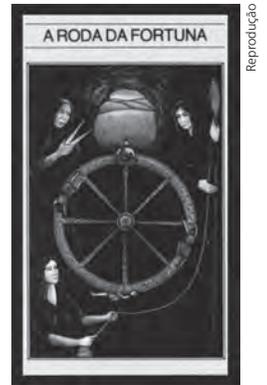
A angústia consiste simplesmente na descoberta de que o homem, quando escolhe, não é apenas o legislador de si mesmo, mas alguém que, ao mesmo tempo, escolhe a si mesmo e à humanidade inteira. O homem que descobre isso não consegue escapar de sua total e absoluta responsabilidade, que gera o sentimento original de angústia. Por isso é o próprio homem quem determina o valor de sua escolha, pois ele tem o constante dever de se perguntar: "o que aconteceria se todo mundo fizesse como nós?" Assim, a ação do homem, vista como a escolha constante de seu destino, é propriamente constituída por angústia. O conceito **angústia** está relacionado ao binômio: liberdade-responsabilidade. Faço as escolhas e ao fazê-las sou eu, exclusivamente eu, o único responsável por elas. É a angústia o sentimento de cada homem diante do peso de sua responsabilidade, por não ser apenas por si mesmo, mas por todas as consequências das escolhas feitas.

É notório que em nossa época o homem moderno não escolhe autenticamente a vida que quer levar. Ele assume compromissos sociais, morais e religiosos que geralmente não pode cumprir. Por escolher mal ele paga um preço muito alto, pois não consegue se libertar de suas escolhas e fica angustiado. Para Sartre, a angústia surge da consciência de nossa liberdade, surge da responsabilidade por nossos atos.

"É na angústia que o homem toma consciência de sua liberdade (...) na angústia que a liberdade está em seu ser colocando-se a si mesmo em questão".

SARTRE, Jean Paul. *O Ser e o Nada: Ensaio de ontologia fenomenológica*. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 72.

25 SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 6.



Reprodução

Ao falar de **desamparo**, Sartre quer simplesmente dizer que “Deus não existe e que é necessário levar esse fato às últimas consequências”²⁶. O existencialista pensa que é extremamente incômodo que Deus não exista, pois, junto com ele, desaparece toda e qualquer possibilidade de encontrar valores em um céu inteligível; não pode mais existir nenhum bem a priori, já que não existe uma consciência infinita e perfeita para pensá-lo. Não está escrito em nenhum lugar que o bem existe, que devemos ser honestos, que não devemos mentir, já que nos colocamos precisamente em um plano em que só existem homens. **Dostoiévski** escreveu: “Se Deus não existisse, tudo seria permitido”²⁷.

O desamparo se dá pelo fato de o homem saber-se só. Desamparo significa que o homem não possui nada a que possa se segurar, nem dentro nem fora dele; não existem bases para direcionar suas ações, a não ser sua liberdade e responsabilidade. Não existem valores eternos preestabelecidos que impedem o homem de agir, nenhuma justificativa ou desculpa que o retire de sua escolha. Em qualquer situação, somos nós que escolhemos, subjetivamente, aquilo que provém de nossa própria vontade. O homem está só: “o desamparo implica que somos nós mesmos que escolhemos o nosso ser. Desamparo e angústia caminham juntos”²⁸.

Não obstante, o **desespero** está ligado ao fato de que o existencialista não espera nada de um mundo transcendente. Se o desamparo é ausência de Deus, o desespero é não esperar por ele. As circunstâncias, deste modo, não podem servir como evasivas para nossos atos, nem como subterfúgios para nossos fracassos. Por isso Sartre escreve: “o homem nada mais é do que o seu projeto; só existe na medida em que se realiza; não é nada além do conjunto de seus atos, nada mais que sua vida”²⁹. Projeto, liberdade, responsabilidade, e existência que escolhe sua essência são termos constantes na obra de Sartre, e que também se interagem e são correlatos. Assim, podemos dizer que é inerente à condição do homem sua situação autêntica de angústia, desamparo, desespero.

É preciso lembrar que o conceito de angústia foi desenvolvido pelo filósofo **Kierkegaard** e o conceito de desamparo, pelo filósofo **Heidegger**.

A filosofia existencialista de Sartre, presente em seus textos filosóficos e em seus romances e peças de teatro, exerceu profunda influência nas gerações da década de 40, 50 e 60, a tal ponto que se transformou em ícone inspirador do contestador movimento estudantil da década de 60, com forte atuação na França.

Transcendendo o cenário europeu, o pensamento de Sartre exerceu, igualmente, influência no Brasil. O conhecido movimento artístico Tropicalismo ocorrido no Brasil, principalmente por meio da música, teve influência decisiva do existencialismo sartreano e suas ideias de engajamento político, liberdade etc. Nesse mesmo contexto, diversas peças de teatro de autoria sartreana foram montadas e encenadas no Brasil.

Possíveis consequências do existencialismo (positivas e negativas)

- Nihilismo de valores (na linha de Nietzsche, cujo pensamento influenciou não só o existencialismo, mas também o nazismo de Hitler). Destruição do intelectualismo ético de Sócrates e Platão.
- Desenvolvimento do conceito de moral subjetiva e afirmação da lei do mais forte (Super-Homem – raça alemã...) com perigo de marginalização dos mais fracos (perseguição dos judeus e combate à religião judaica cristã, protetora dos mais fracos).
- Perigos da não existência de uma ética universal de relações.
- Desenvolvimento das políticas mais humanistas e socializadoras.
- Retorno ao individualismo romântico de Rousseau (séc. XVIII):
- Movimento *hippie*, naturalismo e anarquismo (séc. XX), em oposição à natureza cultural e socialmente adquirida.

26 SARTRE, Jean Paul. *O Existencialismo é um Humanismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 8.

27 *Ibidem*, p. 15.

28 *Ibidem*, p. 12.

29 *Ibidem*, p. 13.

- Maior atenção aos direitos humanos das minorias étnicas.
- Desenvolvimento das autonomias regionalistas e da descentralização em prejuízo do poder centralista dos Estados.
- Maior afirmação das individualidades em todos os domínios (político, desportivo, cinema, *mass media*...) e aparecimento do conceito de liderança no âmbito das organizações, para a realização dos respectivos objetivos).
- Aumento de suicídios provenientes das situações de insucesso, angústia e incerteza pelo futuro.

Leitura Complementar

LIVRE ARBITRÍO

(...) Você está na fila de um restaurante e, quando chega ao balcão das sobremesas, hesita entre um pêssego e uma fatia de bolo de chocolate. O bolo parece gostoso, mas você sabe que engorda. Mesmo assim, você o escolhe e come com prazer. No dia seguinte, você olha no espelho, ou sobe na balança, e pensa: “Eu não devia ter comido aquele bolo de chocolate. Poderia ter comido o pêssego”. (...)

Os pêssegos estavam ali. Você teve oportunidade de pegar o pêssego, poderia tê-lo comido. Antes de se decidir você tinha a possibilidade de pegar a fruta ou o bolo, e foi a sua escolha que decidiu qual dos dois seria. (...)

De fato pode significar que até o momento da escolha não há nada que a determine. Permanece a possibilidade de que você escolha o pêssego até o momento em que escolha o bolo de chocolate. Não se trata de algo predeterminado.

Algumas coisas que acontecem são predeterminadas. Por exemplo, parece predeterminado que o Sol nascerá amanhã numa certa hora. Não está aberta a possibilidade de que o Sol não nasça amanhã e de que a noite se prolongue.

Desta forma, (...) quando você diz que poderia ter comido o pêssego em vez do bolo de chocolate, quer dizer que não estava predeterminado o que você faria, tal como está predeterminado que o Sol nascerá amanhã. Não havia nenhum processo ou força em ação, antes da sua escolha, que fizesse com que você escolhesse o bolo de chocolate em vez do pêssego (...).

Há de observarmos que (...) em cada situação, as circunstâncias que se apresentam antes de agirmos determinam nossas ações, tornando-as inevitáveis. A soma total das experiências, dos desejos e do conhecimento de uma pessoa, a hereditariedade, circunstâncias sociais, enfim, vários outros fatores, combinam-se para tornar inevitável uma ação particular nessas circunstâncias. Essa visão chama-se determinismo. (...) A ideia é a de que existem leis naturais, como as que governam o movimento dos planetas e tudo o que acontece no mundo, (...) que determinam o que irá ocorrer e excluem qualquer outra possibilidade (...).

NAGEL, T. *Uma Breve Introdução à Filosofia*. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Primeira Edição.

LIBERDADE

(...) “Os homens imaginam ser livres”, escreve Spinoza, “porque têm consciência das suas volições (vontades) e dos seus desejos, e não pensam, nem em sonho, nas causas pelas quais se dispuseram a desejar e a querer, por não terem o menor conhecimento delas”. Você faz o que quer? Claro! Mas por que quer? Sua vontade faz parte do real: ela está submetida, como todo o resto, ao princípio de razão suficiente (nada existe sem razão: tudo se explica), ao princípio de causalidade (nada nasce de nada: tudo tem uma causa), enfim ao determinismo geral dos seres macroscópicos. E ainda que houvesse, no nível microscópico, um determinismo último (...) nem por isso você deixaria de ser determinado, no nível neurobiológico, pelos átomos que o compõem.

Os movimentos deles podem ser aleatórios, mas está fora de cogitação que eles obedeçam à sua vontade: ao contrário, ela é que depende deles. O acaso não é livre. Como uma vontade casual poderia ser?

COMTE-SPONVILLE, André. "A Liberdade". In: *Apresentação da Filosofia*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. pp.67-68.

DETERMINISMO E LIBERDADE

Vou contar-te um caso dramático. Já ouviste falar das térmitas, essas formigas brancas que, na África, constroem formigueiros impressionantes, com vários metros de altura e duros como pedra. Uma vez que o corpo das térmitas é mole, por não ter a couraça de quinina que protege os outros insetos, o formigueiro serve-lhes de carapaça coletiva contra certas formigas inimigas, mais bem armadas do que elas. Mas por vezes um dos formigueiros é derrubado, por causa duma cheia ou de um elefante (os elefantes, que havemos nós de fazer, gostam de coçar os flancos nas termiteiras). A seguir as térmitas-operário começam a trabalhar para reconstruir a fortaleza afetada, e fazem-no com toda a pressa. Entretanto, já as grandes formigas inimigas se lançam ao assalto. As térmitas-soldado saem em defesa da sua tribo e tentam deter as inimigas. Como nem no tamanho nem no armamento podem competir com elas, penduram-se nas assaltantes tentando travar o mais possível o seu avanço, enquanto ferozes mandíbulas invasoras as vão despedaçando. As operárias trabalham com toda a velocidade e esforçam-se por fechar de novo a termiteira derrubada... mas fecham-na deixando de fora as pobres e heroicas térmitas-soldado, que sacrificam as suas vidas pela segurança das restantes formigas. Não merecerão estas formigas pelo menos uma medalha? Não será justo dizer que são valentes?

Mudo agora de cenário, mas não de assunto. Na *Iliada*, Homero conta a história de Heitor, o melhor guerreiro de *Troia*, que espera a pé firme, fora das muralhas da sua cidade, Aquiles, o enfurecido campeão dos aqueus, embora sabendo que Aquiles é mais forte e que ele provavelmente vai matá-lo. Fá-lo para cumprir o seu dever, que consiste em defender a família e os concidadãos do terrível assaltante. Ninguém tem dúvidas: Heitor é um herói, um homem valente como deve ser. Mas será Heitor heroico e valente da mesma maneira que as térmitas-soldado, cujo gesto milhões de vezes repetido nenhum Homero se deu ao trabalho de contar? Não faz Heitor, afinal de contas, a mesma coisa que qualquer uma das térmitas anônimas? Por que nos parece o seu valor mais autêntico e mais difícil do que o dos insetos? Qual é a diferença entre um e outro caso?

SAVATER, Fernando. *Ética para um jovem*. Ed. Presença, Lisboa, pp. 21-22.

Três Grandes Concepções Filosóficas para a Construção da Liberdade

O que é liberdade? Como sabemos se somos livres? Há diferença entre a subjetividade ou o sentir livre, e o estar livre no sentido de mobilidade do corpo? Por que não podemos escolher: familiares, sexo, nome (há exceção legal prevista!), entre outras coisas?

A questão da liberdade é um assunto tão complexo quanto à humanidade. Isso em função de que a liberdade se liga diretamente à cultura de um grupo social, considerado em sua individualidade concreta, de forma que grupos diferentes, mesmo ocupando espaços próximos, lidam com a questão de formas distintas, quando não conflitantes.

Na história das ideias ocidentais, **necessidade** e **contingência** foram representadas por figuras míticas. A primeira, pelas Três Parcas ou Moiras, representando a fatalidade, isto é, o destino inelutável de cada um de nós, do nascimento à morte. Uma das Parcas ou Moiras era representada fiando o fio de nossa vida, enquanto a outra o tecia, e a última o cortava, simbolizando nossa morte. A contingência (ou o acaso) era representada pela Fortuna, mulher volúvel e caprichosa, que trazia

nas mãos uma roda, fazendo-a girar de tal modo que quem estivesse no alto (a boa fortuna ou boa sorte) caísse (infórtio ou má sorte) e quem estivesse embaixo fosse elevado. Inconstante, incerta e cega, a roda da Fortuna era a pura sorte, boa ou má, contra a qual nada se poderia fazer, como na música de Chico Buarque: "Eis que chega a roda-viva, levando a saudade pra lá".

As teorias éticas procuraram sempre enfrentar o duplo problema da necessidade e da contingência, definindo o campo da liberdade possível. Por outro lado, muito embora a complexidade e riqueza de significados do termo, os seres humanos ao longo dos séculos têm matado e morrido em nome da liberdade. O que faz com que uma ampliação da compreensão sobre a liberdade enquanto problema filosófico seja interessante/importante para os estudantes, principalmente, por estarem em uma etapa da existência onde a liberdade é, muitas vezes, um problema concreto.

Para fins didáticos, podemos dividir em cinco os modos de pensar a liberdade, conforme a influência das condições sociais concretas de cada um desses períodos. São eles:

a) Liberdade como participação política: O grande exemplo aqui é a civilização grega e a "invenção" da política. Com o desenvolvimento da democracia a partir das transformações sofridas entre os séculos VIII e V na Grécia, especificamente com a criação da pólis (Atenas é a principal), entre os gregos se constituiu uma forma de organização das relações políticas caracterizadas pela **deliberação** (diálogo argumentativo) e pela **decisão** (voto). Assim, os homens livres e iguais, segundo Aristóteles, eram os cidadãos (aproximadamente 10% a 14% da população de Atenas, que era de 250000 habitantes mais ou menos). A liberdade só se dava mediante participação no espaço público ou **ágora**. A perspectiva grega de liberdade estava vinculada à concepção coletivista de sociedade.

b) Liberdade como produção/acumulação/comércio de bens e ascensão social: Dando um salto enorme, vamos para o início da modernidade, quando a ascensão da classe burguesa enquanto produtora de bens e valores cria condições para a transformação das estruturas sociais, e que corresponde as duas primeiras fases de desenvolvimento do capitalismo (comercial e industrial). Muito embora a burguesia tenha sido responsável por um desenvolvimento econômico, pela produção de bens e por um desenvolvimento tecnológico imenso, não criou um sistema de maior justiça social e distribuição de rendas; antes, levou a possibilidade de exploração (da fauna, da flora e do homem) a patamares desconhecidos. Sua concepção de liberdade era a liberdade da livre iniciativa, da conquista pelo trabalho, mas o trabalho como exploração e alienação humana. Assim, a concepção de liberdade que daí surgiu é baseada no individualismo. A burguesia para além do domínio econômico se lançou, e alcançou o domínio político; com isso o Estado moderno, administrador da liberdade dos cidadãos, se tornou "instrumento" do poder econômico gerenciado pela burguesia.

c) Liberdade como revolução de classe: Com a burguesia no comando político e econômico, as relações de exploração humana chegaram a um ponto crítico, isso permitiu que pensadores contestassem o estado de coisas e isso permitiu a formação de novas concepções políticas. Entre essas concepções destaca-se o socialismo (que não é uma concepção una), seu teórico mais destacado foi Karl Marx. A ideia básica era transformação revolucionária da estrutura social (para Marx, a economia) e das superestruturas (Estado, religião, cultura, direito, moral etc.) elevando a classe explorada para o controle total do Estado, da produção e distribuição de bens, de forma que, pela ditadura do proletariado se chegasse ao comunismo, onde a liberdade seria plena e perfeita durante a existência concreta dos seres humanos. Era uma perspectiva de liberdade coletivista.

d) Liberdade como tensão entre o indivíduo e as instituições sociais:

Com a intensa exploração a que o capitalismo deu oportunidade durante o século XIX e início do XX, crises surgiram: imperialismo, nacionalismo, guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), crises econômicas (a quebra da Bolsa de Valores em 1929), entre outros problemas. Esse nível de tensão culmina com transformações sociais do pós-45, com o desenvolvimento das filosofias existencialistas e niilistas, também com a formação de coletivos humanos em todo o mundo, por exemplo, *beatniks* e *hippies*. Em linhas gerais, a contracultura (conceito fundamental para se compreender a ideia de liberdade desse período) rompeu com os valores e tradições dos pais, criando uma nova forma de se pensar e viver em sociedade (revolução sexual; experimentalismo na música e nas drogas; direitos dos negros, dos homossexuais; feminismo e defesa das minorias em geral; ampliação da liberdade de criação artística em sentido amplo e de difusão de ideias por meio da imprensa alternativa etc.). Foi um período em que as ideias de individualismo e coletivismo conviveram de forma interessante. É, possivelmente, uma das épocas mais ricas em termos de liberdade, muito embora tenha também produzido efeitos colaterais (uso/abuso de drogas; comportamento sexual descomprometido; ausência de referências; entre vários outros efeitos).

e) Liberdade como “escravização”:

Atualmente o desenvolvimento tecnológico é acompanhado por certas “facilidades” de acesso a bens móveis e imóveis (somado à indústria da publicidade e do *marketing*). Para se adquirir certos bens “importantes” e modernos, há liberdade e facilidades para o endividamento. A liberdade é o de ter e não o de ser. Daí a questão, em que medida se é livre? O que é ser livre hoje?

Como já podemos perceber, a definição de liberdade é um desafio para a filosofia. E não é de hoje, já que desde a sua origem os seus sentidos são diversos conforme o contexto e a época em que são apresentados, salientando ou negando sua importância. Em regimes democráticos, é condição para a sociabilidade; em regimes totalitários, é transformada em perigo, pois nela reside a autonomia de ação e de ideias. Sua existência é temida e ao mesmo tempo exigida, pois a liberdade é uma condição para a felicidade e também a necessidade de aceitar que outros são livres e que podem tomar decisões livres.

O sistema social dos principais sistemas políticos é baseado no princípio de que os seres interajam e tomem decisões por si próprios, que se enquadrem nas regras comuns e que obedeçam aos mesmos princípios, a fim de que exista uma harmonia social, possibilitando a existência da justiça, da legalidade, do direito, dos direitos humanos etc. Isso significa que somente será possível viver em sociedade de maneira autêntica na medida em que a liberdade for existente, tornando os indivíduos mais do que simples partes da comunidade, mas agentes de decisão, participantes das decisões que politicamente transformam a vida de todos³⁰.

Por que a liberdade é a pergunta fundamental da sociabilidade e da convivência em sociedade? Porque dela depende todo agir, todo pensar, todo modo de ser. Porque liberdade significa ir contra a escravidão, ir contra as injustiças e opressões que perseguem o espírito e a humanidade. Além disso, liberdade significa agir com responsabilidade e não se deixar enganar por mentiras ou incertezas, mas estabelecer um marco em vista da verdade³¹.

Durante a história do conceito na filosofia, a liberdade foi entendida em três principais sentidos, subdivididos entre si, mas de maneira geral trata de dois níveis: a **liberdade de ação** e a **liberdade de pensamento**.

A primeira concepção diz respeito à noção de liberdade como natural, ou seja, a partir de uma ordem estabelecida é

30 HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

31 BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

possível subtrair a ação e agir de modo pretendido. Esta ordem pode ser entendida como **destino** ou como **ordem da natureza** em que, de algum modo, a natureza age sobre o mundo e determina os seus acontecimentos. Para os gregos, no entanto, agir conforme o destino era algo indiscutível, além de honroso, o que não procedia com aqueles – como Sócrates, que introduziu a discussão da liberdade de maneira filosófica – que tentavam ir contra a ordem estabelecida. Nesse sistema de mundo, ser livre não contava com grande significado, uma vez que a concepção social vigente afirmava que somente os que pertenciam à comunidade social e dela dependiam eram considerados dignos, uma vez que a autonomia era algo ainda a ser conquistado. A noção de **demurgo** de Platão (427-347 a.C.) é uma teoria bem conhecida nesse aspecto: Platão afirma que um artesão, contemplando a beleza das ideias já existentes, tomou o material disponível e modelou-os a partir de um caos inicial. O conjunto dessa fabricação é o mundo, o qual apresenta uma ordem que sustenta a realidade³². Os que foram escolhidos pelo destino não realizam o que querem, mas são livres enquanto obedecem à ordem superior invisível, ou seja, como uma necessidade de agir conforme preceitos externos.

Em Platão, pode-se afirmar que a liberdade está representada como liberdade do pensamento de atingir o bem na condição de conhecimento das boas ações e das verdades de natureza imutável. No fim da República, para superar a crise da pólis, Platão elabora a teorização da vitória da liberdade sobre o destino.

Dentro desta linha de percepção da liberdade como natural, outros autores afirmavam ser esta causada racionalmente por determinação dos elementos subjacentes à própria liberdade, visto que tudo o que já está na ordem da liberdade também pertence à ordem da razão. Nisso, Aristóteles (384-322 a.C.) é o autor que mais teve influência, a partir da noção de causa primeira, que deu início ao ciclo infindável da relação entre ato e potência. Essa teoria metafísica de Aristóteles é uma teoria de Deus ou do divino, que pretende explicar de modo geral a teoria da causa e do efeito, que teve enorme influência sobre a discussão da liberdade na filosofia moderna. A pretensão aristotélica era mostrar que agir racionalmente era agir livremente, porque tal ação estava diretamente ligada à causa³³.

Diz Aristóteles que é livre aquele que tem em si mesmo o princípio para agir ou não agir, isto é, aquele que é causa interna de sua ação ou da decisão de não agir. A liberdade é concebida como o poder pleno e incondicional da vontade para determinar a si mesma ou para ser autodeterminada. É pensada, também, como ausência de constrangimentos externos e internos, isto é, como uma capacidade que não encontra obstáculos para se realizar, nem é forçada por coisa alguma para agir. Trata-se da espontaneidade plena do agente, que dá a si mesmo os motivos e os fins de sua ação, sem ser constrangido ou forçado por nada e por ninguém. A liberdade estaria ligada à moralidade, ou seja, é preciso que a ação voluntária seja escolhida, enquanto a vontade tem de escolher mediante o uso da racionalidade, o que no fundo é resumido com o conceito de felicidade. Nessa concepção, há um paradoxo entre vontade, que pode ser entendida como uma tendência, e escolha; mantendo as duas em consonância, mas codependentes, concepção desenvolvida no seu escrito sobre a ética³⁴.

Assim, na concepção aristotélica, a liberdade é o princípio para escolher entre alternativas possíveis, realizando-se como decisão e ato voluntário. Contrariamente ao necessário ou à necessidade, sob a qual o agente sofre a ação de uma causa externa que o obriga a agir sempre de determinada maneira, no ato voluntário livre o agente é causa de si, isto é, causa integral de sua ação. Sem dúvida, seria possível dizer que a vontade livre é determinada pela razão ou pela inteligência e, nesse caso, seria preciso admitir que não é causa de si ou incondicionada, mas que é causada pelo raciocínio ou pelo pensamento.

32 PLATÃO. *Timeu*. 3. ed. Belém: UFPA, 2001. Pag.12.

33 ARISTÓTELES. *Metafísica de Aristóteles*. Madrid: Gredos, 1970.

34 ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro, 2002.

Após o Período Helenístico, a Idade Média apresentou diversas questões sobre a temática da liberdade, introduzindo a discussão aliada à questão teológica. Santo Agostinho distingue o conceito de **liberdade e livre-arbítrio**, sendo este ligado ao exercício da vontade, mas sem a graça de Deus a liberdade pode ser conduzida para o pecado. A liberdade, no entanto, significa o bom uso do livre-arbítrio, ou melhor, conduzir a vontade para o bem e, portanto, ser efetivamente livre³⁵. Santo Tomás de Aquino afirmou que liberdade é a tendência natural do próprio ser humano de agir de acordo com a vontade de Deus, ou seja, agir de acordo com o bem³⁶.

A segunda concepção de liberdade foi, inicialmente, desenvolvida por uma escola de filosofia do Período Helenístico, o estoicismo, ressurgindo no século XVII com o filósofo Espinoza e, no século XIX, com Hegel e Marx. Eles conservam a ideia aristotélica de que a liberdade é a autodeterminação ou ser causa de si. Conservam também a ideia de que é livre aquele que age sem ser forçado nem constrangido por nada ou por ninguém e, portanto, age movido espontaneamente por uma força interna própria. No entanto, diferentemente de Aristóteles e de Sartre, não colocam a liberdade no ato de escolha realizado pela vontade individual, mas na atividade do todo, do qual os indivíduos são partes.

O todo ou a totalidade pode ser a natureza – como para os estoicos e Espinoza –, ou a cultura – como para Hegel – ou, enfim, **uma formação histórico-social** – como para Marx. Em qualquer dos casos, é a totalidade que age ou atua segundo seus próprios princípios, dando a si mesma suas leis, suas regras, suas normas. Essa totalidade é livre em si mesma porque nada a força ou a obriga do exterior, e por sua liberdade instaura leis e normas necessárias para suas partes (os indivíduos). Em outras palavras, a liberdade, agora, não é um poder individual incondicionado para escolher – a natureza não escolhe, a cultura não escolhe, uma formação social não escolhe –, mas é o poder do todo para agir em conformidade consigo mesmo, sendo necessariamente o que é e fazendo necessariamente o que faz.

Como podemos observar, essa concepção não mantém a oposição entre liberdade e necessidade, mas afirma que a necessidade (as leis da natureza, as normas e regras da cultura, as leis da história) é a maneira pela qual a liberdade do todo se manifesta. Em outras palavras, a totalidade é livre porque se põe a si mesma na existência e define por si mesma as leis e as regras de sua atividade; e é necessária porque tais leis e regras exprimem necessariamente o que ela é e faz. Liberdade não é escolher e deliberar, mas agir ou fazer alguma coisa em conformidade com a natureza do agente que, no caso, é a totalidade.

Além da concepção de tipo aristotélico-sartreano e da concepção de tipo estoico-hegeliano, existe ainda uma terceira concepção que procura unir elementos das duas anteriores. Afirma, como a segunda, que não somos um poder incondicional de escolha de quaisquer possíveis, mas que nossas escolhas são condicionadas pelas circunstâncias naturais, psíquicas, culturais e históricas em que vivemos, isto é, pela totalidade natural e histórica em que estamos situados. Afirma, como a primeira, que a liberdade é um ato de decisão e escolha entre vários possíveis. Todavia, não se trata da liberdade de querer alguma coisa e sim de fazer alguma coisa, distinção feita por Espinoza e Hobbes, no século XVII, e retomada, no século XVIII, por Voltaire, ao dizerem que somos livres para fazer alguma coisa quando temos o poder para fazê-la.

A **terceira concepção de liberdade** é entendida como pessoal, enquanto o indivíduo se dá o direito de se isolar da comunidade, a fim de que sua personalidade seja mais pessoal do que social. No entanto, tal concepção não foi tão influente como as demais. Essa concepção introduz a noção de **possibilidade objetiva**. O possível não é apenas alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente por nós, mas é também, e, sobretudo,

alguma coisa inscrita no coração da necessidade, indicando que o curso de uma situação pode ser mudado por nós, em certas direções e sob certas condições. A liberdade é a capacidade para perceber tais possibilidades e o poder para realizar aquelas ações que mudam o curso das coisas, dando-lhe outra direção ou outro sentido.

Na verdade, a não ser aqueles filósofos que afirmaram a liberdade como um poder absolutamente incondicional da vontade, em quaisquer circunstâncias (como o fizeram, por razões diferentes, Kant e Sartre), os demais, nas três concepções apresentadas, sempre levaram em conta a **tensão** entre nossa liberdade e as condições – naturais, culturais, psíquicas – que nos determinam. As discussões sobre as paixões, os interesses, as circunstâncias histórico-sociais, as condições naturais sempre estiveram presentes na ética, e, por isso, uma ideia como a de possibilidade objetiva sempre esteve pressuposta ou implícita nas teorias sobre a liberdade.

Liberdade e possibilidade objetiva

O possível não é o provável. O possível é aquilo que **criamos** pela nossa própria ação, é o que vem à existência graças ao nosso agir; no entanto, não surge como “árvore milagrosa” e, sim, como aquilo que as circunstâncias abrem para nossa ação. A liberdade é a consciência simultânea das circunstâncias existentes e das ações que, suscitadas por tais circunstâncias, nos permitem ultrapassá-las.

A liberdade não se encontra na ilusão do “posso tudo”, nem no conformismo do “nada posso”. Encontra-se na disposição para interpretar e decifrar os vetores do campo presente como possibilidades objetivas, isto é, como abertura de novas direções e novos sentidos a partir do que está dado.

A liberdade é a capacidade para darmos um sentido novo ao que parecia fatalidade, transformando a situação de fato em uma realidade nova, criada por nossa ação. Essa força transformadora, que torna real o que era somente possível e que se achava apenas latente como possibilidade; é o que faz surgir uma obra de arte, uma obra de pensamento, uma ação heroica, um movimento antirracista, uma luta contra a discriminação sexual ou de classe social, uma resistência à tirania e a vitória contra ela.

O possível não é pura contingência ou acaso. O necessário não é fatalidade bruta. O possível é o que se encontra aberto no coração do necessário e que nossa liberdade agarra para fazer-se liberdade. Nosso desejo e nossa vontade não são incondicionados, mas os condicionamentos não são obstáculos à liberdade e sim o meio pelo qual ela pode exercer-se.

Se nascemos em uma sociedade que nos ensina certos valores morais – justiça, igualdade, veracidade, generosidade, coragem, amizade, direito à felicidade – e, no entanto, impede a concretização deles porque está organizada e estruturada de modo a impedi-los, o reconhecimento da contradição entre o ideal e a realidade é o primeiro momento da liberdade e da vida ética como recusa da violência. O segundo momento é a busca das brechas pelas quais possa passar o possível, isto é, outra sociedade que concretize no real aquilo que a nossa propõe no ideal.

Esse segundo momento indaga se um possível existe e se temos o poder para torná-lo real, isto é, se temos como passar da “pena de viver” e da “árvore milagrosa” a uma felicidade que, enfim, esteja onde nós estamos. O terceiro momento é o da nossa decisão de agir e da escolha dos meios para a ação. O último momento da liberdade é a realização da ação para transformar um possível em um real, uma possibilidade em uma realidade.

Liberdade política

O sentido de liberdade política foi desenvolvido de maneira mais significativa pela filosofia alemã a partir de **Immanuel Kant** (1724-1804), que instaurou a ideia de que o indivíduo somente é livre se agir de acordo com as máximas pessoais que são tomadas

35 AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*. São Paulo: Paulus, 1995.

36 TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. São Paulo: Loyola, 2002.

como padrão universal de ação. Esse desenvolvimento aconteceu de maneira significativa a partir da utilização do conceito de autonomia, iniciado por **René Descartes** (1596-1650) a partir da noção do *Cogito ergo sum*³⁷ (Penso, logo existo!) e exposto na filosofia prática kantiana, cujo resumo corresponde ao imperativo categórico, que consiste nesta máxima: “Procede apenas segundo aquela máxima, em virtude da qual podes querer, ao mesmo tempo, que ela se torne em lei universal”³⁸. Esse imperativo inaugura o aspecto fundamental da associação de liberdade como autonomia, ou melhor, para que o sujeito seja livre ele precisa conhecer a lei que ele mesmo dá a si; concebida a partir da boa vontade, que se torna lei universal de conduta. A liberdade deixa de ser uma simples questão de escolha, mas uma decisão baseada no conhecimento das condições das ações.

Desse modo, Kant deu um novo olhar sobre o debate ao afirmar que a liberdade estava sendo discutida em níveis iguais de atuação, o que era errôneo diante da concepção de que o mundo da natureza é diferente do mundo do *númeno*, que é reino do pensamento ou da moral. Kant separou as questões ao afirmar que, no que se refere ao mundo físico, o determinismo é a lei que rege as atividades humanas, porque é formado por leis físicas determinadas; enquanto no mundo do *númeno*, onde habitam os pensamentos, existe a liberdade como opção no universo da moralidade, visto que no mundo físico as causas não são baseadas na opção humana – que somente dá continuidade a estas –, enquanto na moralidade o ser humano pode escolher e se tornar causador da ação. Contudo, o autor afirma que somente é possível pensar a liberdade, jamais torná-la real no mundo físico, porque este é determinado por leis físicas intransponíveis. Kant assume que a liberdade é a chave-mestra de todo o edifício da razão pura, porque é por meio dela que é possível ao ser humano pensar de modo metafísico, indo além dos fenômenos e chegando às próprias coisas.

Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), filósofo alemão, amplia essa concepção ao afirmar que tudo parte do eu, do sujeito pensante que constrói o mundo exterior. Ele exaltava a liberdade, porém tendia a compreendê-la de modo um tanto abstrato, contrapondo unilateralmente a liberdade às exigências da comunidade. Desse modo, o eu que se apresenta como livre precisa sê-lo. A posição de Fichte sobre a liberdade está ligada à autopoção do sujeito em relação a si e ao que está fora dele, cuja existência real não é possível de ser aceita.

Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling (1775-1854) afirma que liberdade é pura e simplesmente a possibilidade de ser livre como fundamento absoluto. Este autor procurou mostrar que o objeto é construído a partir do sujeito, sendo que o objeto está associado diretamente ao desenvolvimento da autoconsciência, gerando, assim, a natureza como o mundo da liberdade, esta última enquanto trata do direito e do Estado³⁹.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) construiu sua filosofia sobre o princípio da liberdade, mostrando a evolução desse conceito a partir da história, resumindo-a como a liberdade da ideia. Esta liberta a si mesma desenvolvendo-se dialeticamente e vai em direção à autodeterminação, tendo o livre-arbítrio como um dos seus momentos de concretização. Essa noção não é simplesmente abstrata, mas age no mundo enquanto interage com os demais seres humanos dentro das instituições sociais na história. Em Hegel, a história é uma demonstração do conceito da liberdade, enquanto esta se apresenta como as condições existentes em cada sociedade, em cada época, que delimitam sempre o campo de possibilidades que se abrem tanto para a ação livre dos homens como para sua reflexão a respeito da livre afirmação do sujeito em face do objeto.

Hegel esteve atento à sua época, uma vez que verificou

37 DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

38 KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p. 83.

39 SCHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph. *A essência da liberdade humana: investigações filosóficas sobre a essência da liberdade humana e das questões conexas*. Petrópolis: Vozes, 1991.

que o modo como a história determina a natureza humana e as escolhas realizadas está diretamente ligado à efetivação da liberdade. Assim, a vontade de cada indivíduo precisa ser reconhecida pela razão, não como escolha particular, mas sim como escolha de validade universal. Ser livre é estar consciente dos direitos e deveres dentro das instituições sociais, já que nelas é que o indivíduo garante o seu espaço. Desse modo, verifica-se que cada um dispõe de um dever social de agir conforme o interesse de todos, constituindo uma comunidade racional, em que todos se tornam autolegisladores⁴⁰.

Na Idade Contemporânea, **Karl Marx** (1818-1883) inaugura o sentido de liberdade social ao afirmar que viver com liberdade é viver sem alienação. Surge, então, um sentimento de separação e de desânimo, um sentimento de afastamento, alienação e desapossamento. Pode-se usar o termo “alienação” em um sentido muito geral, significando qualquer estado no qual uma realidade está fora de si em contraposição com o ser em si. Este último designa o estado de liberdade em sentido positivo, ou seja, não como libertação de algo, mas como libertação para si mesmo, isto é, como autorrealização; a ideia de que o triunfo do proletariado introduzirá uma mudança radical e diferente das anteriores, em que pela primeira vez se procederá não à harmonia das classes sociais, mas à supressão das classes e ao advento da sociedade sem classes. Então o homem será definitivamente livre. Ter-se-á dado o “salto para a liberdade”, ter-se-á cumprido de modo definitivo o processo para a liberdade em que a história consiste. Com a supressão das classes, suprimir-se-á também o Estado, que seria o instrumento de opressão das classes dominantes sobre as dominadas⁴¹.

Na Idade Contemporânea, quanto à noção de liberdade, alguns autores da linha da filosofia analítica, como **G. E. Moore** (1873-1958) e **J. L. Austin** (1911-1960), definiram que existem várias expressões e usos para o termo “liberdade” e que, portanto, este problema não é reconhecido, por ser um conceito que apresenta diversas ideologias e tendências. Outro movimento em que muito se discute a questão é o existencialismo, em que a liberdade não é tratada como uma pergunta objetiva, uma vez que não se trata de saber se alguém é ou não livre, mas de saber o que é liberdade. Dentre os autores, **Jean-Paul Sartre** (1905-1980) afirma que só existe liberdade enquanto ação à medida que é submetida à prova de escolha, sendo este o diferencial humano em relação aos demais animais. Para Sartre, o ser humano está condenado a ser livre uma vez que sua escolha é exigida em todas as situações, o que repercute em responsabilidade por cada ação realizada. Sartre afirmava ainda que sua condição de existência exigia que fosse além das condições e motivações do ato, visto que o que resta é a liberdade, e desta não é possível se desprender.

José Ortega y Gasset (1883-1955) afirma que a liberdade é uma condenação, um castigo, no sentido de que o indivíduo deve fazer escolhas como causa de si mesmo, escolhendo o que ele próprio vai causar, sejam frustrações ou sucessos⁴².

A discussão sobre a liberdade, atualmente, centra-se na filosofia política, que procura responder a questões ligadas à convivência humana na esfera pública, além de estabelecer direitos e deveres para os participantes do grupo social, assegurando questões fundamentais para o desenvolvimento humano. Muitos autores ampliam a discussão da temática, afirmando que a noção de liberdade pensada não é suficientemente capaz de dar conta das exigências da globalização e dos direitos humanos. Diversos autores estudaram/estudam esta temática – como **John Rawls** (1921-2002), com a sua *Teoria da Justiça*, e **Jürgen Habermas** (1929), com a sua *Ética do Agir Comunicativo* –, além de diversas outras éticas que procuram responder à pergunta sobre o modo de vida, que

40 HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. 4. ed. Lisboa: Guimarães, 1990.

41 MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 6 v. (Os Economistas).

42 ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1987.

fundamentalmente é uma discussão sobre o modo de realização da liberdade. É indispensável que a pergunta seja feita por qualquer ser humano que se intitule racional, pois é de sua natureza ser social.

A liberdade como uma discussão filosófica é abrangente, entretanto, é facilmente perceptível no mundo factual com questões ligadas ao direito de ir e vir, o direito de se expressar, de tomar decisões sobre a religião a ser praticada, sobre o estado civil e também sobre a profissão a ser desempenhada. O conceito é abrangente e insaciável, já que é possível escolher sobre as mais diversas situações dispostas na sociedade. No entanto, tudo deve estar, de algum modo, enquadrado nas instâncias jurídicas, mesmo que, em alguns casos, seja possível realizar atos livres fora da lei, como no caso da noção de “desobediência civil” de John Rawls, em que, se uma lei for considerada injusta, ela não deve ser praticada⁴³. Entretanto, mesmo com tal espaço de liberdade, nem sempre ela se apresenta perceptível para todos, visto que a consciência de que é possível decidir sobre algo é fruto de uma reflexão abrangente, nem sempre presente na discussão cotidiana. O que é certo é que a percepção da falta da liberdade é mais visível do que a existência dela, e isso causa a indignação.

Mesmo em uma época em que a liberdade se torna um ideal a ser preservado a qualquer custo, mesmo que isto justifique invadir países e sacrificar vidas, ela precisa apresentar limites para a sua atuação, uma vez que liberdade não significa falta de limites, mas agir conforme a liberdade dos outros, tendo como ação fundamental a sua ação livre em consonância com as demais ações livres⁴⁴. A liberdade absoluta só é devida aos ditadores, pois socialmente o seu avanço depende da manutenção das liberdades individuais em consonância com as ações da sociedade na forma de Estado⁴⁵.

O **liberalismo**, uma grande corrente de pensamento sobre a liberdade, aponta que no mundo deve existir a diversidade e que o Estado deve defender a liberdade individual, jamais restringi-la, ou seja, o papel do Estado é assegurar o funcionamento de uma sociedade formada por indivíduos livres, em que as leis e regras devem ser executadas conforme este propósito. O princípio do dano – ou seja, o sujeito é livre enquanto não causa dano a outrem – é uma concepção plausível na questão da liberdade cotidiana.

O conceito acima utilizado é chamado de **liberdade negativa**, ou seja, as regras existentes são para conservar a liberdade, deixando sob a responsabilidade de cada um escrever o roteiro de sua vida. A função do estado é garantir que o indivíduo possa fazer suas escolhas em um universo de possibilidades; garantindo o campo aberto e não definir quais escolhas o indivíduo deve tomar, sendo, portanto, um Estado neutro. Esse ideal é seguindo por autores como **John Stuart Mill** (1806-1873), como uma afirmação clássica do liberalismo. O movimento liberal teve início com **John Locke** (1632-1704), cujas concepções de liberdade são condizentes com a noção de natureza humana, já que para ele os seres são iguais e livres em seu estado de natureza, sendo a sociedade uma união consensual, que é o resultado do desejo de evitar o estado natural, em que prevalece a violência de todos contra todos. A sociedade está fundada no consentimento livre, todavia apresenta questões indiscutivelmente naturais, como a existência, a propriedade e o trabalho. Essa noção vale para todos os seres humanos, pertencendo ou não a um estado⁴⁶. A teoria liberal gerou o padrão de comportamento das sociedades contemporâneas, as quais são caracterizadas como **pluralistas**, em que diferentes opções convivem em uma mesma organização social. Outro padrão é a chamada **economia de mercado**, em que os indivíduos podem decidir e operar dentro do universo econômico, suprimindo suas necessidades e defendendo seus interesses.

Cada um dos membros pode livremente determinar, conforme as suas possibilidades, as suas posses. Esta liberdade negativa aplicada à teoria de mercado gera desigualdades sociais, visto que os indivíduos, necessariamente, precisam combater entre si, gerando diferenças quanto às posses dos bens⁴⁷.

De outro lado, a temática da **liberdade positiva** é conhecida pelo movimento comunitarista, que afirma que o bem comum deve ser anterior aos direitos e liberdades individuais, a saber, mesmo que alguém queira sair de carro, pode fazê-lo quando achar conveniente, porém isto gera, em grandes cidades, fenômenos como os congestionamentos e a poluição. A proposta comunitarista considera justificada a limitação da liberdade individual em vista da comunidade. Essa concepção entra na esfera do político, ou seja, antes de pensar em liberdades individuais é preciso ter em mente que os indivíduos são seres sociais, e que as decisões não devem ser tomadas individualmente, sem levar em conta todos os interesses coletivos.

As duas concepções citadas resumem a forma como a liberdade é pensada na atualidade, sendo que as críticas são aplicadas aos dois movimentos: de um lado, os liberais acusam os comunitaristas de coação das decisões; de outro lado, os comunitaristas acusam os liberais de estimular a defesa dos direitos individuais desprezando o bem comum. As duas concepções defendem aspectos importantes da liberdade, mas conjugadas poderiam responder melhor ao dilema “social versus individual”. A primeira concepção garante que as decisões devam ser tomadas politicamente a partir das possibilidades de todos; e, por outro lado, a segunda concepção garante que os indivíduos possam escolher quando existem decisões que podem se tornar ditatoriais.

Não obstante, a liberdade tem de ser tomada muito além das duas concepções determinadas – comunitarista e liberal –, uma vez que sua aceção não deve ser entendida simplesmente como decidir entre isto ou aquilo, mas deve estar baseada na reflexão sobre as consequências da ação, já que o desejo pode ser influenciado diretamente pela sociedade, tal como ocorre com a indústria do consumo, que abre precedentes sobre a real liberdade de escolha ou compra de produtos como satisfação psicológica e social. O conceito de liberdade está diretamente ligado ao conceito de responsabilidade, isto porque alguns atos humanos podem livremente destruir a vida no planeta⁴⁸.

A concepção de liberdade positiva – ou seja, a teoria de que a liberdade deve ser analisada de maneira mais abrangente, como liberdade social, em que questões sobre a pobreza, a ignorância, a desigualdade social, o consumismo e todas as questões problemáticas do ponto de vista político sejam contempladas – é o futuro da discussão sobre o tema, além de ser indispensável para a tarefa da filosofia, que é de algum modo mostrar pensamentos e reflexões que ajudem os seres humanos a tomar melhor as suas decisões. A liberdade simplesmente individual não contempla os deveres para com a sociedade, tais como a discussão ambiental/ecológica. Em uma sociedade genuinamente livre, os cidadãos assumem a responsabilidade de promover a liberdade social, concepção defendida por autores ao longo da história da filosofia, tais como os já citados Hegel, Marx e Rawls.

No livro *A Sociedade do Espetáculo*, Guy Debord (1931-1994), ao criticar a sociedade de consumo e o mercado, afirma que a liberdade de escolha é uma liberdade ilusória, pois escolher é sempre escolher entre duas ou mais coisas prontas, isto é, pré-determinadas por outros. Uma sociedade como a capitalista, onde a única liberdade que existe socialmente é a liberdade de escolher qual mercadoria consumir, impede que os indivíduos sejam livres na sua vida cotidiana. O dia a dia na sociedade capitalista

43 RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

44 LAW, Stephen. *Guia Ilustrado Zahar; filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

45 ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

46 LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

47 FLICKINGER, H. *Em nome da liberdade*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

48 JONAS, Hans. *O princípio de responsabilidade; ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

se divide em tempo de trabalho (que é não livre, submetido à hierarquia de administradores e às exigências de lucro impostas pelo mercado) e tempo de lazer (onde os indivíduos tem uma liberdade domesticada que é escolher entre coisas que foram feitas sem liberdade durante o tempo de trabalho da sociedade). Assim, a sociedade da mercadoria faz da passividade (escolher, consumir) a liberdade ilusória que se deve buscar a todo o custo, enquanto que, de fato, como seres ativos, práticos (no trabalho, na produção), somos não livres⁴⁹.

Diante desta discussão, qual será o futuro da liberdade? A resposta mais adequada deve de alguma maneira partir da reflexão filosófica que tende a ampliar o conceito de liberdade não só como escolha, mas também como discernimento, responsabilidade, empatia, sem esquecer o aspecto da liberdade individual, sendo até mesmo considerada fora do padrão, mas socialmente aceita como livre. Não obstante, a discussão sobre a liberdade no mercado econômico deve ser revista para se enquadrar em uma posição mais abrangente. Assim, será preciso gerar um equilíbrio entre a posse de riquezas ou a liberdade de conquistá-las e a redistribuição das riquezas de maneira mais eficiente.

A pergunta pela liberdade deve ser constantemente refeita por todos os envolvidos na sociedade, pois talvez nem sempre a resposta mais adequada seja dita, mas a pergunta permanece constante, sobre o que realmente significa este ideal humano que todos querem ter, mas nem todos conseguem alcançar.

Brasil: da censura imposta à eterna luta por liberdade

Na história recente de nosso país, muito se falou sobre a quantidade de manifestações em prol de um Brasil melhor, de um futuro melhor, de uma democracia verdadeiramente aplicada. Esta “revolução” popular (que alguns se referiram como a Primavera Brasileira, uma referência aos movimentos que eclodiram no mundo árabe a partir de 2011), como muitos chamaram, nada mais foi do que reflexo de anos de maus tratos políticos, econômicos, sociais e muitos outros que a população brasileira sofreu e ainda sofre.

Em pensar que o primeiro momento marcado com censura em nosso país foi justamente aquele em que nossos amados irmãos portugueses chegaram às nossas terras. A coroa portuguesa possuía uma listagem de obras que não poderiam circular em seu país e em suas colônias. Dentre essas obras, estavam em sua maioria as que continham teor iluminista, que criticassem de alguma forma a Igreja Católica ou a Monarquia absolutista deles. Esta censura tinha um tipo de castigo paralelo à famosa Inquisição católica.

A Inquisição foi uma das maiores censuras mundiais. A Igreja, na época, investigava e punia (matando em alguns casos) pessoas que fugissem ao pensamento católico em seus atos ou simples crenças. Antes mesmo da Inquisição, a Igreja já demonstrava seu meio ardiloso de atingir aos não católicos. Os jesuítas, aqui no Brasil e em outros locais do mundo, impediam que índios e colonizados de modo geral insistissem em manter suas religiões de berço, obrigando todos a serem batizados e a acreditar no Deus apostólico romano.

O Período Monárquico brasileiro também foi marcado por censura. Ele era conhecido como um regime liberal, mas repreendia, torturava e assassinava líderes e representantes de movimentos que defendiam o fim da escravidão. Para não dizer que apenas um dos lados era repreendido, as pessoas que defendiam a reunificação das coroas portuguesa e brasileira e que defendiam a independência de alguma região como país (Farrapos, por exemplo) também eram massacradas.

A República Velha foi responsável por banir a família imperial brasileira do território nacional até 1943. O período político reprimia qualquer manifestação ou apoio de cunho monárquico. O Barão de Itararé foi o responsável por um dos maiores marcos deste período da censura brasileira, ele passou anos satirizando a sociedade da época e a política nacional. Depois de muitas críticas, ele foi sequestrado e espancado por policiais da Marinha, nunca identificados. No entanto, nada disso calou sua boca, depois de toda a tortura sofrida, ele continuou satirizando os temas que achava necessário e, na porta de seu escritório, colocou o aviso famoso até hoje: “Entre sem bater!”.

Durante o regime militar brasileiro, na década de 1960, a censura se intensificou, e as perseguições aos responsáveis também. O objetivo da censura desta época era ocultar o sumiço de envolvidos com revoluções políticas, as mortes inexplicáveis, os protestos, a fim de reduzir a quantidade de pessoas revoltadas pelo país. Além de censurar as notícias sobre as torturas, muitas outras coisas acabaram por ser proibidas também – em 15 de setembro de 1972, o seguinte telegrama foi recebido pelo diretor da sucursal de Brasília do jornal *O Estado de São Paulo*:

“De ordem do senhor ministro da Justiça fica expressamente proibida a publicação de: notícias, comentários, entrevistas ou critérios de qualquer natureza, abertura política ou democratização ou assuntos correlatos anistia a cassados ou revisão parcial de seus processos, críticas ou comentários ou editoriais desfavoráveis sobre a situação econômico-financeira, ou problema sucessório e suas implicações. As ordens acima transmitidas atingem quaisquer pessoas, inclusive as que já foram ministros de Estado ou ocuparam altas posições ou funções em quaisquer atividades públicas. Fica igualmente proibida pelo senhor ministro da Justiça a entrevista de Roberto Campos.”

O nome que se deu para a luta da sociedade brasileira pela liberdade foi subversão. Na realidade, os Atos Institucionais aos poucos mudavam a Constituição, retirando-lhe todos os direitos pressupostos a existência de um regime democrático, pois com o Golpe de 64, tais direitos eram inviáveis à manutenção da ditadura militar.

Na época do AI-5, a partir de 1968, haviam diversos setores da sociedade que se manifestavam e exigiam a reabertura democrática, porém com a edição do AI-5 foi autorizada a cassação de todos os direitos políticos e a perseguição e prisão de todos os que se manifestassem publicamente contrários às medidas do governo.

Diante do controle que o Estado passou a fazer das manifestações artísticas, nada restou aos artistas a não ser a tentativa de driblar a censura. Na música popular foi muito comum o uso de metáforas e analogias, que, às vezes, até conseguiam passar pela censura, outras eram recolhidas em seguida, após terem sido autorizadas.

Um dos movimentos que se destaca nesse momento histórico é o Tropicalismo, que surgiu como uma ruptura contra a Bossa Nova. Entre os anos 1967 e 1970, o Tropicalismo traz irreverência e informalidade com um objetivo, similar ao apregoado por Oswald de Andrade, no “Manifesto Pau-Brasil”, que é o de incorporar o estrangeiro (o diferente e estranho) e transformá-lo. É claro que além dessa característica e devido a isso, o Tropicalismo servir-se-á das diversas manifestações musicais, então presentes, sobretudo a música de protesto. A importância do Tropicalismo e sua abrangência evidenciam-se pela grandeza de seus músicos e compositores e a variedade das músicas com temáticas e estilos diferenciados e, sobretudo, a eletrificação dos instrumentos.

49 DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo; Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. 2ª reimpr. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Além do Tropicalismo, destaca-se nesse momento, a **Arte Engajada**, que era um movimento que seus membros eram oriundos do meio universitário e que tinha nos festivais a forma de divulgar e buscar apoio popular às suas ideias. Entre os compositores ligados à Arte Engajada, já que não era um movimento restrito à MPB, destacam-se Geraldo Azevedo, Geraldo Vandré e Chico Buarque.

Apresenta-se para exemplificar o teor das composições da MPB na época duas canções que, inclusive, foram proibidas pela censura, “Apesar de Você”, de Julinho da Adelaide – um dos pseudônimos de Chico Buarque, que havia passado pela censura, mas em seguida foi recolhida –, e a “Canção da Despedida”, de Geraldo Azevedo e Geraldo Vandré, que foi imediatamente barrada pela censura e, segundo o autor, tentou várias vezes incluí-la em seus discos, mas sem sucesso.

É claro que a censura não se limitou apenas às músicas populares. Optamos por exemplificar a censura por meio da música porque é mais fácil analisar e entender o caráter subversivo das mesmas. Perceber o uso de metáforas que os compositores fizeram para driblar a censura, mesmo que isso lhes custasse os riscos de prisão e tortura, além de terem suas obras proibidas e recolhidas.

Eis alguns outros artistas censurados durante a ditadura militar brasileira: Caetano Veloso, Elis Regina, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Raul Seixas, Taiguara, Toquinho, Odair José, Torquato Neto, Zé Kéti, Cacilda Becker, Ruth Escobar, Walmor Chagas, Jorge Amado, Florestan Fernandes, Millôr Fernandes, Moacyr Scliar, Celso Furtado, Glauber Rocha, dentre muitos.

Em termos concretos, no que se refere ao jornalismo, a censura do regime militar se valeu de critérios políticos, ao passo que, no tocante às artes e espetáculos, serviu-se principalmente de critérios morais. Na verdade, naquele momento histórico, em âmbito mundial, muitas vezes se associavam diversos tipos de questionamento ao que se chamava de “o sistema”, em uma crítica que abrangia não apenas a ordem política e econômica propriamente dita, mas que se expandia para o âmbito dos costumes e do comportamento.

Mesmo depois dos militares abandonarem o poder no Brasil, ainda era possível identificar algumas formas de censura. Muitas ocorreram com a finalidade de proteger os cidadãos de atitudes intolerantes, mas outras tantas eram apenas para manter o patrimonialismo no país. De certa forma, a maioria dos documentos da ditadura continuaram perdidos e escondidos por anos. Famílias acabaram sem descobrir onde seus parentes foram parar, histórias foram simplesmente encerradas sem nenhuma explicação. Até hoje, alguns arquivos são mantidos em poder do governo federal e provavelmente nunca serão de conhecimento público com a justificativa de manter a ordem nacional.

As manifestações brasileiras contra a corrupção, o aumento das tarifas, taxas, juros e impostos, o roubo dos cofres públicos, a realização de uma Copa do Mundo e Olimpíada mesmo com a população vivendo uma miséria constante e muitas outras coisas desencadearam uma série de manifestações em praticamente todo território nacional. Os jovens, revoltados com todos os limites estourados pelo governo do país, simplesmente resolveram pedir um BASTA. Foram às ruas, se organizaram e gritaram. O que aconteceu?

Os policiais, os políticos e a imprensa se calaram. Os policiais, em várias cidades, à mando dos poderosos, atacaram os manifestantes, lutaram como se estivessem em guerra, tentaram calar a voz jovem que andava pelas ruas do Brasil. A imprensa se manteve calada. Dias depois novas manifestações forma feitas, em jogos da Copa das Confederações. O que aconteceu? Os policiais atacaram antes mesmo de qualquer tipo de ação dos jovens manifestantes, câmeras de segurança das cidades foram desligadas, famílias foram presas em metrô, celulares foram revistados, mochilas foram abertas e vinagres, proibidos (a única forma de se proteger das bombas de gás lacrimogêneo). A imprensa se manteve calada.

Chegou ao ponto dos manifestantes irem às ruas das principais capitais do país e do mundo, todos em luta pela democratização brasileira, pela liberdade de expressão, pela liberdade de opinião, pela melhoria de nossas condições de vida. O que aconteceu? A polícia acompanhou, se acalmou e simplesmente assistiu. Os políticos se trancaram, amedrontados, em suas casas e escritórios. Neste momento, a imprensa reagiu.

Algumas emissoras mostraram as manifestações em tempo real, algumas pessoas ligadas às principais emissoras do país resolveram apoiar o movimento, fotos foram tiradas e fatos manipulados foram expostos. O que mudou? O silêncio foi quebrado, mas a manipulação de dados, a falta de imparcialidade daqueles responsáveis pela disseminação de informação se manteve. Uma vergonha para aqueles que lutaram por tantos anos para conseguir ter sua voz ouvida. Uma vergonha aos que foram às ruas na década de 1960 contra a ditadura militar; nos anos 70 pedindo a Anistia; nos anos 80 pelas Diretas Já; nos anos 90 pelo *impeachment* do então presidente Collor, e pelos que durante muito anos, e ainda hoje, lutam pelos direitos das minorias. Uma vergonha para aqueles que morreram em nome do nosso país.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2016-PPL)

Ser ou não ser — eis a questão.
Morrer — dormir — Dormir! Talvez sonhar.
Aí está o obstáculo!
Os sonhos que hão de vir no sono da morte
Quando tivermos escapado ao tumulto vital
Nos obrigam a hesitar: e é essa a reflexão
Que dá à desventura uma vida tão longa.

SHAKESPEARE, W. *Hamlet*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

Este solilóquio pode ser considerado um precursor do existencialismo ao enfatizar a tensão entre

- A) consciência de si e angústia humana.
- B) inevitabilidade do destino e incerteza moral.
- C) tragicidade da personagem e ordem do mundo.
- D) racionalidade argumentativa e loucura iminente.
- E) dependência paterna e impossibilidade de ação.

02. (Enem/2010-PPL)

Quando Édipo nasceu, seus pais, Laio e Jocasta, os reis de Tebas, foram informados de uma profecia na qual o filho mataria o pai e se casaria com a mãe. Para evitá-la ordenaram a um criado que matasse o menino. Porém, penalizado com a sorte de Édipo, ele o entregou a um casal de camponeses que morava longe de Tebas para que o criasse. Édipo soube da profecia quando se tornou adulto. Saiu então da casa de seus pais para evitar a tragédia. Eis que, perambulando pelos caminhos da Grécia, encontrou-se com Laio e seu séquito, que, insolentemente, ordenou que saísse da estrada. Édipo reagiu e matou todos os integrantes do grupo, sem saber que entre eles estava seu verdadeiro pai. Continuou a viagem até chegar a Tebas, dominada por uma Esfinge. Ele decifrou o enigma da Esfinge, tornou-se rei de Tebas e casou-se com a rainha, Jocasta, a mãe que desconhecia.

Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org>>. Acesso em: 28 ago. 2010. Adaptado.

No mito Édipo Rei, são dignos de destaque os temas do destino e do determinismo. Ambos são características do mito grego e abordam a relação entre liberdade humana e providência divina. A expressão filosófica que torna como pressuposta a tese do determinismo é

- A) "Nasci para satisfazer a grande necessidade que eu tinha de mim mesmo". Jean-Paul Sartre.
- B) "Ter fé é assinar uma folha em branco e deixar que Deus nela escreva o que quiser". Santo Agostinho.
- C) "Quem não tem medo da vida também não tem medo da morte". Arthur Schopenhauer.
- D) "Não me pergunte quem sou eu e não me diga para permanecer o mesmo". Michel Foucault.
- E) "O homem, em seu orgulho, criou a Deus à sua imagem e semelhança". Friedrich Nietzsche.

03. (Enem/2012)

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuam, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.

KANT, I. *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?*
Petrópolis: Vozes, 1985. Adaptado.

Kant destaca no texto o conceito de Esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa

- A) a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
- B) o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
- C) a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
- D) a compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.
- E) a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

04. (UEM/2012)

No texto "*O existencialismo é um humanismo*", Jean-Paul Sartre argumenta contra as acusações feitas ao existencialismo e declara: "O homem é não apenas tal como ele se concebe, mas como ele se quer, e como ele se concebe depois da existência, o homem nada mais é do que aquilo que ele faz de si mesmo. Tal é o primeiro princípio do existencialismo."

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. In: Antologia de textos filosóficos. MARÇAL, Jairo (org.). Curitiba: SEED-PR, 2009. p.620.

Sobre a filosofia de Sartre, assinale o que for correto.

- I. Ao expressar o primeiro princípio do existencialismo, Jean-Paul Sartre defende a filosofia existencialista das acusações dos comunistas, que a consideravam contemplativa e subjetivista;

- II. Jean-Paul Sartre defende-se dos críticos que alegam ser sua filosofia existencialista desumana, declarando que seus princípios filosóficos se fundamentam no humanismo cristão;
- III. A ética sartreana é individualista, pois considera que o homem, para ser livre, deve agir sempre no sentido de alcançar objetivos que atendam estritamente a seus interesses;
- IV. Jean-Paul Sartre considera que há dois tipos de existencialismo, ou seja, um existencialismo cristão e outro ateu; ambos têm o pressuposto de que a existência precede à essência;
- V. Para Jean-Paul Sartre, o homem está condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si mesmo, e, todavia, livre, pois, uma vez lançado no mundo, ele é responsável por tudo o que faz.

Assinale

- A) se apenas I e V estiverem corretas.
- B) se apenas II e III estiverem corretas.
- C) se apenas I, IV e V estiverem corretas.
- D) se apenas II e IV estiverem corretas.
- E) se apenas III e IV estiverem corretas.

05. (Unicamp/2014 - Primeira Fase) Observe a obra do pintor Delacroix, intitulada *A Liberdade guiando o povo* (1830), e assinale a alternativa correta.



Reprodução/Unicamp 2014

- A) Os sujeitos envolvidos na ação política representada na tela são homens do campo com seus instrumentos de ofício nas mãos.
- B) O quadro evoca temas da Revolução Francesa, como a bandeira tricolor e a figura da Liberdade, mas retrata um ato político assentado na teoria bolchevique.
- C) O quadro mostra tanto o ideário da Revolução Francesa reavivado pelas lutas políticas de 1830 na França quanto a posição política do pintor.
- D) No quadro, vê-se uma barricada do front militar da guerra entre nobres e servos durante a Revolução Francesa, sendo que a Liberdade encarna os ideais aristocráticos.



Exercícios Propostos

01. (Simulado Avalia-SFB/2018)



Alexandre Beck

Os questionamentos levantados pela personagem principal da tirinha encontram ressonância quando os fatos históricos são usados como

- A) mecanismos de divulgação de conceitos transcendentais de culturas periféricas.
- B) instrumentos de libertação política e cultural das camadas sociais populares.
- C) ferramentas de cristalização de definições atreladas aos grupos dominantes.
- D) técnicas de extinção de ideias e poderes associados às elites da sociedade.
- E) aparatos de reconstrução dos livros que teimam em expor a visão dos oprimidos.

02. (IFSP/2011) Ao defender as principais teses do Existencialismo, Jean-Paul Sartre afirma que o ser humano está condenado a ser livre, a fazer escolhas e, portanto, a construir seu próprio destino. O pressuposto básico que sustenta essa argumentação de Sartre é o seguinte:

- A) A suposição de que o homem possui uma natureza humana, o que significa que cada homem é um exemplo particular de um conceito universal.
- B) A compreensão de que a vida humana é finita e de que o homem é, sobretudo, um ente que está no mundo para a morte.
- C) A ideia de que a existência precede a essência e, por isso, o ser humano não está predeterminado a nada.
- D) A convicção de que o homem está desamparado e é impotente para mudar o seu destino individual.
- E) A ideia de que toda pessoa tem uma potencial a realizar, desde quando nasce, mas é livre para transformar ou não essa possibilidade em realidade.

03. (UEM/2013 - Adaptada)

“Se Deus não existisse, tudo seria permitido’. Eis o ponto de partida do existencialismo. De fato, tudo é permitido se Deus não existe, e, por conseguinte, o homem está desamparado porque não encontra nele próprio nem fora dele nada a que se agarrar. (...) Com efeito, se a existência precede a essência, nada poderá jamais ser explicado por referência a uma natureza humana dada ou definitiva; ou seja, não existe determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade. Por outro lado, se Deus não existe, não encontramos, já prontos, valores ou ordens que possam legitimar a nossa conduta. Assim, não teremos nem atrás de nós, nem na nossa frente, no reino luminoso dos valores, nenhuma justificativa e nenhuma desculpa. Estamos sós, sem desculpas. É o que posso expressar dizendo que o homem está condenado a ser livre.”

SARTRE, J. P. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução de Rita Correia Guedes. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 9.

Com base no excerto citado, assinale o que for correto.

- I. O existencialismo é uma filosofia teológica que procura a razão de ser no mundo a partir da moral estabelecida;
- II. A afirmação “o homem está condenado a ser livre” é uma contradição, pois não há liberdade onde há a obrigação de ser livre;
- III. O existencialismo fundamenta a liberdade, independentemente dos valores e das leis da sociedade;
- IV. Ser livre significa, rigorosamente, ser, pois não há nada que determine o ser humano, a não ser ele mesmo;
- V. A existência de Deus é necessária, pois, sem ele, o homem deixaria de ser livre.

Assinale

- A) se apenas I e V estiverem corretas.
- B) se apenas II e III estiverem corretas.
- C) se apenas III e IV estiverem corretas.
- D) se apenas II e IV estiverem corretas.
- E) se apenas I e II estiverem corretas.

04. (UFPA/2012)

No contexto da cultura ocidental e na história do pensamento político e filosófico, as considerações sobre a necessidade de valores morais prévios na organização do Estado e das instituições sociais sempre foi um tema fundamental devido à importância, para esse tipo de questão, dos conceitos de bem e de mal, indispensáveis à vida em comum.

Diante desse fato da história do pensamento político e filosófico, a afirmação de Espinosa, segundo a qual “Se os homens nascessem livres, não formariam nenhum conceito de bem e de mal, enquanto permanecessem livres” (ESPINOSA, 1983, p. 264), quer dizer o seguinte:

- A) O homem é, por instinto, moralmente livre, fato que condiciona sua ideia de ética social.
- B) Assim como o indivíduo é anterior à sociedade, a liberdade moral antecede noções como bem e mal.
- C) Os valores morais que servem de base para nossa socialização são tão naturais quanto nossos direitos.
- D) Não poderíamos falar de bem e de mal se não nos colocássemos além da liberdade natural.
- E) Não há nenhum vínculo necessário entre viver livre e saber o que são bem e mal.

05. (UFU/2004) O nada, impensado para Parmênides, encontrou em Sartre valor ontológico, pois o nada é o ponto de partida da existência humana, uma vez que não há nenhuma anterioridade à existência, nem mesmo uma essência. Esta tese apareceu no livro *O Ser e o Nada*. Tal afirmação encontra-se também em outro livro, *O existencialismo é um humanismo*, no qual está escrito: “Porém, se realmente a existência precede a essência, o homem é responsável pelo que é. Desse modo, o primeiro passo do existencialismo é o de pôr todo homem na posse do que ele é, de submetê-lo à responsabilidade total de sua existência.”

SARTRE, J.P. *O existencialismo é um humanismo*. Trad. de Rita Correia Guedes. São Paulo: Nova Cultural, 1987, p. 6. Coleção Os Pensadores.

A responsabilidade para Sartre diz respeito

- A) ao indivíduo para consigo mesmo, já que o existencialismo é dominado pelo conceito de subjetividade que restringe o sujeito da ação à sua esfera interior, circunscrita pelas suas representações arbitrárias, que exclui o outro; toda escolha humana é a escolha por si próprio.
- B) ao vínculo entre o indivíduo e a humanidade, já que para o existencialista, cada um é responsável por todos os homens, pois, criando o homem que cada um quer ser, estaremos sempre escolhendo o bem e nada pode ser bom para um, que não possa ser para todos.
- C) à imagem de homem que preexiste e é anterior ao sujeito da ação. É uma imagem tal qual se julga que todos devam ser, de modo que o existencialismo, em virtude da sua origem protestante com Kierkegaard, renova a moral asceta do cristianismo, que exige a anulação do eu.
- D) ao partido político que tem a primazia na condução do processo de edificação da nova imagem de homem comprometido com a revolução e que faz de cada um aquilo que deverá ser, tal como ficou célebre no mote existencialista: o que importa é o resultado daquilo que nos fizemos.

06. (UFSJ/2012) A angústia, para Jean-Paul Sartre, é

- A) tudo o que a influência de Schopenhauer determina em Sartre: a certeza da morte. O Homem pode ser livre para fazer suas escolhas, mas não tem como se livrar da decrepitude e do fim.
- B) a nadificação de nossos projetos e a certeza de que a relação Homem X natureza humana é circunstancial, objetiva, e pode ser superada pelo simples ato de se fazer uma escolha.

- C) a certificação de que toda a experiência humana é idealmente sensorial, objetivamente existencial e determinante para a vida e para a morte do Homem em si mesmo e em sua humanidade.
- D) consequência da responsabilidade que o Homem tem sobre aquilo que ele é, sobre a sua liberdade, sobre as escolhas que faz, tanto de si como do outro e da humanidade, por extensão.

07. (UEL/2008.2) Considere o texto abaixo.

Dostoiévski escreveu: "Se Deus não existisse, tudo seria permitido". Eis o ponto de partida do existencialismo. De fato, tudo é permitido se Deus não existe, e, por conseguinte, o homem está desamparado porque não encontra nele próprio nem fora dele nada a que se agarrar. Para começar, não encontra desculpas.

SARTRE, Jean-Paul. *O Existencialismo é um Humanismo*. Trad. De Rita Correia Guedes. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 9.

Tomando o texto anterior como referência, marque a alternativa correta.

- A) Nesse texto, Sartre quer mostrar que sua teoria da liberdade pressupõe que o homem é sempre responsável pelas escolhas que faz e que nenhuma desculpa deve ser usada para justificar qualquer ato.
- B) O existencialismo é uma doutrina que propõe a adoção de certos valores como liberdade e angústia. Para o existencialismo, a liberdade significa a total recusa da responsabilidade.
- C) Defender que "tudo é permitido" significa que o homem não deve assumir o que faz, pois, todos os homens são essencialmente determinados por forças sociais.
- D) Para Sartre, a expressão "tudo é permitido" significa que o homem livre nunca deve considerar os outros e pode fazer tudo o que quiser, sem assumir qualquer responsabilidade.

08. (UNICENTRO/2018) Para Jean Paul Sartre, filósofo existencialista contemporâneo, a liberdade não é uma escolha, pois o ser humano está "condenado a ser livre". Assinale a alternativa mais adequada para fundamentar a concepção sartreana de liberdade.

- A) A liberdade se impõe ao homem, pois a sua natureza determinada o faz um ser limitado frente ao poder de Deus e as forças naturais.
- B) A vida humana se assemelha à vida de uma planta, cujo futuro já está escrito na semente, o que corresponde a compreender que Deus já determinou a essência de cada pessoa desde o seu nascimento.
- C) O ser humano não está sujeito ao determinismo, ou seja, o seu ser não lhe é dado pronto e ele necessita, a cada momento, fazer escolhas a partir das quais vai construindo a sua essência, o seu ser, ou seja, o homem está obrigado a decidir o que fazer de si.
- D) Ser livre é o mesmo que ser condenado, pois o destino da humanidade é avançar rumo ao aperfeiçoamento, com vistas à construção de um mundo melhor.
- E) Condenação e liberdade andam juntas porque, ao ser livre, o homem está sujeito ao erro que o leva à condenação.

09. (ADCP/2009)

Nascer é, simultaneamente, nascer do mundo e nascer para o mundo. Sob o primeiro aspecto, o mundo já está constituído e somos solicitados por ele. Sob o segundo aspecto, o mundo não está inteiramente constituído e estamos abertos a uma infinidade de possíveis. Existimos, porém, sob os dois aspectos ao mesmo tempo. Não há, pois, necessidade absoluta ou escolha absoluta (...).

Merleau-Ponty apud Chauí, M., 1994, p. 364.

De acordo com o texto anterior, o que é a liberdade humana? Assinale a alternativa correta.

- A) Liberdade é a capacidade para transformar uma possibilidade em uma realidade. Nosso desejo e nossa vontade não são incondicionados, mas os condicionamentos não são obstáculos à liberdade, e sim o meio pelo qual ela pode exercer-se.
- B) Liberdade é uma atividade naturalmente desenvolvida pela vontade humana, ou seja, a liberdade é o poder absolutamente incondicional da vontade, em qualquer circunstância.
- C) O possível é o provável, isto é, podemos calcular e antever, portanto, a liberdade é uma probabilidade observada nos próprios fatos.
- D) A liberdade humana não existe, pois, a liberdade em sociedade está submetida às leis. O que existe, portanto, são circunstâncias sociais, fora isto, a obediência é incondicional.
- E) O possível é puro acaso, a necessidade é fatalidade bruta. A história está circunscrita sob este direcionamento, portanto, a liberdade humana não depende de "agora", depende dos acontecimentos passados, envolve a história da humanidade e suas tradições.

10. (UnB/CESPE – SAEB) Para Sartre, a liberdade não pode mais ser condicionada por algum tipo de determinismo. A partir da assunção de que não existe um Deus responsável por guiar nossas ações, a liberdade torna-se um incondicionado em relação ao mundo natural. Nesse sentido, Sartre afirma que o homem não pode não ser livre, ou seja, a liberdade do homem tem caráter ontológico. O sentimento de angústia é, para esse autor, derivado da consciência dessa liberdade sem amarras ontológicas. A má-fé seria justamente o ato de negar, conscientemente, essa liberdade que, por ser ontológica, é inescapável. A liberdade individual, entretanto, não é um incondicionado em geral, está relacionada também à liberdade dos outros, levando, assim, o filósofo a caracterizar a existência humana como conflito entre liberdades.



Internet: <ultrelafa.wordpress.com>

Considerando-se que as análises de Sartre, influenciadas pelo existencialismo, remetiam a situações ordinárias da vida humana, é correto afirmar que a ideia desse autor representada na tira anterior é a

- A) da má-fé.
- B) do conflito.
- C) da angústia.
- D) do determinismo.
- E) do destino.



Fique de Olho

A INTERNET SEM LEI E A ILUSÃO DA LIBERDADE

São muitos os autores, ativistas da livre-informação e justiceiros do ciberespaço, que utilizam o argumento da perda de liberdade para justificar a manutenção da Internet sem lei. Todos eles parecem partilhar a ideia de que a anarquia do ciberespaço garante uma maior liberdade individual ou, pelo menos, um maior controle dos internautas sobre os destinos da Internet.

Se a liberdade reclamada pelos ativistas da livre-informação não prejudicasse outras pessoas, a questão da liberdade não se colocaria. O problema é que tudo o que ocorre no ciberespaço tem impacto no mundo virtual e no mundo físico: quanto mais “sacamos” música *online*, menos CD’s e *downloads* pagamos; quanto mais filmes estão disponíveis nos protocolos de rede BitTorrent, menos vamos ao cinema; quanto mais lemos *online*, menos livros e jornais em papel compramos. E é precisamente pelo facto de a liberdade de umas pessoas estar a prejudicar outras que o problema da liberdade na Internet não pode ser visto de uma maneira simplista.

Todos sabemos que a vida em sociedade é regulada. Seria impossível vivermos em comunidade se não houvesse regras. Em sociedade, a liberdade individual é permanentemente negociada. Por isso se costuma dizer, segundo uma conhecida expressão de Herbert Spencer, que a nossa liberdade termina onde começa a liberdade dos outros.

Limitando-me ao pensamento de John Stuart Mill, tão importante e “inicial” nos debates contemporâneos em torno do significado a atribuir à “liberdade”, poder-se-á dizer que, no essencial, esta é a visão que ele partilha. Embora advogue a interferência mínima do Estado na vida dos cidadãos, reconhece que essa intervenção é necessária e indispensável quando a liberdade de alguém prejudica a de outras pessoas:

*Embora a sociedade não esteja baseada num contrato, e embora nada de bom resulte de se inventar um contrato para dele se deduzirem obrigações sociais, todos os que recebem a proteção da sociedade têm o dever de retribuir o benefício, e o facto de se viver em sociedade torna indispensável que cada um tenha de adotar uma certa linha de conduta para com os outros. Esta conduta consiste, em primeiro lugar, em não prejudicar os interesses dos outros; ou, melhor dizendo, certos interesses, que, por previsão legal explícita ou por entendimento tácito, têm de ser considerados direitos [...]*⁵⁰

Quando as plataformas *online* de “partilha livre” distribuem ilegalmente conteúdo protegido pelo Direito, lesando o trabalho de milhares de músicos, escritores, realizadores, jornalistas e muitos outros milhares de trabalhadores, não recomendará o bom senso que as liberdades destas pessoas sejam tidas em consideração? Ao não serem consideradas, parece claro que o objetivo dos ativistas da livre-informação não é a defesa da liberdade, mas apenas a imposição do seu conceito de liberdade. Será a imposição pela força compatível com a “ética social” que tanto defendem para o ciberespaço?

Sem pretender entrar no debate filosófico das concepções de Karl Popper em torno da liberdade, mas para que se torne mais claro o meu ponto de vista, recordo que, para Popper, a melhor sociedade, do ponto de vista moral e prático, é aquela que é capaz de garantir o máximo possível de liberdade aos seus membros. Mas Popper também sustentava que, numa “sociedade aberta”, a liberdade sem restrições conduz à autodestruição e, paradoxalmente, produz efeitos contrários.

Ou seja, afastadas todas as formas de repressão e coerção numa sociedade, a lei do mais forte prevalece e nada impede que os fortes escravizem os mais fracos. Neste sentido, a liberdade desregrada conduz inevitavelmente à perda de liberdade; e, como consequência, quem advoga a liberdade total é, sem fazer juízo das suas intenções, inimigo da liberdade.⁵¹

Basta olharmos para o poder que a Google foi acumulando ao longo dos últimos anos para percebermos que a anarquia na Rede já está a fortalecer os mais fortes e a comprometer a liberdade dos internautas. Várias pessoas têm alertado para o perigoso monopólio que a Google está a criar com os dados que recolhe sobre as nossas vidas – gostos, hábitos, desejos, motivações –, e a empresa já tornou público que só descansará quando conseguir armazenar “100% dos dados dos utilizadores”. Para além da liberdade, é também a nossa privacidade que está em causa.

50 John Stuart Mill, *Sobre a Liberdade*, pp. 133-134.

51 Luziana Simões, *Os Conceitos de Liberdade de Isaiah Berlin e a Democracia*, pp. 44-46.

Gary Kovacs, atual diretor executivo da AVG Technologies e ex-diretor da Mozilla Corporation, fez uma demonstração aterradora de como o nosso rastro vai ficando gravado à medida que navegamos na *Web*. Todos os *sites* que visitamos e todas as hiperligações que clicamos ampliam a nossa pegada digital. Isto corresponderia, no mundo físico, a sermos seguidos para onde quer que fôssemos. Como é que alguém se pode sentir livre enquanto é perseguido? É, por isso, pouco verosímil a ideia de que a Internet aumenta a nossa liberdade, especialmente se tivermos em conta que a anarquia atual está a proteger os mais fortes e a desamparar os mais fracos.

Por outro lado, não deixa de ser irónico pensarmos na Internet como um meio que maximiza a nossa liberdade individual, quando estamos cada vez mais dependentes da Rede – cada vez mais amarrados a ela. Basta observarmos alguns hábitos sociais que se instituíram. É cada vez mais comum vermos pessoas agarradas aos seus dispositivos móveis, nos mais diversos contextos sociais, a partilharem nas redes *online* o que estão a fazer no mundo físico, seja através de fotografias, mensagens ou comentários. Nunca a expressão “Extensões do Homem”, de Marshall McLuhan, fez tanto sentido para classificar os dispositivos ubíquos que nos prendem à Rede.

Alex Santos - 20 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://alexsantos.com/>>

 Seção Videoaula



Entre o Bem e o Mal.

Aula

12

Ideologia, Indústria Cultural e Teoria Crítica

C-1 H-14, 15

C-3 H-21, 23

Introdução

Toda a geração que passou pela década de 80 vai sempre lembrar, ao falarmos de **ideologia**, da célebre música homônima de Cazusa. Mas o que será que se quer dizer quando tantos falam, ou calam, dessa coisa às vezes confusa e obscura?

Há vários significados para a palavra “ideologia”. Em sentido amplo ou por definição geral, é o conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas, concepções ou opiniões sobre algum ponto sujeito a discussão. Quando perguntamos qual é a ideologia de determinado pensador, estamos nos referindo à doutrina, ao corpo sistemático de ideias e ao seu posicionamento interpretativo diante de certos fatos. É assim que falamos em ideologia liberal ou ideologia marxista.

Ainda podemos considerar a ideologia como teoria, no sentido de organização sistemática dos conhecimentos que antecedem a ação efetiva, tal como nos referimos à ideologia de uma escola, que orienta a prática pedagógica; à ideologia religiosa, que dá regras de conduta aos fiéis; à ideologia de um partido político, que fornece diretrizes de ação a seus filiados. A expressão “atestado ideológico” nos remete à declaração exigida sobre a filiação partidária de alguém. No Brasil, durante o recrudescimento do poder autoritário da ditadura militar, órgãos como o Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) exigiam em certas circunstâncias – inclusive para ser contratado para o serviço público, como professor, a exemplo – a apresentação de atestados desse tipo, a fim de controlar a adesão às ideologias marxistas, então consideradas perigosas à segurança nacional.

Logo a ideologia é um fenômeno complexo que privilegia a aparência das coisas. Ela encobre ou dificulta o conhecimento da realidade social, não nos deixando vê-la como é. Pode-se dizer que a maior parte das ideologias não buscam a verdade, e sim o poder. Extraem da realidade somente aquilo que lhes é útil, para compor sua argumentação baseada em meias-verdades ou verdades distorcidas, com vistas a alcançar, a médio ou longo prazo, seus interesses.

A filosofia frente à ideologia

A ideologia começa a se mostrar presente com **Aristóteles** e sua teoria das quatro causas. Para ele, todo e qualquer aspecto da realidade tinha um motivo. As causas, entretanto, segundo a teoria da causalidade, não tinham o mesmo valor, mas eram hierarquizadas. A causa motriz (ou eficiente) que fazia referência ao fabricar humano, responsável por transformar uma matéria-prima em manufatura, era a menos valiosa. Ao contrário desta, a causa final, ou seja, o motivo ou finalidade de alguma coisa era a mais importante. Devido a essa teoria, a mente do homem começou a analisar a sua realidade por meio dela e, assim, iniciou-se a formulação de uma ideologia que acreditava que os escravos da época seriam a causa motriz e os seus senhores, a final.

Depois de Aristóteles, **Auguste Comte** se encarregou de ampliar a visão de o que era ideologia. Para Comte, a humanidade tende a passar por três fases: a fase fetichista ou teológica, em que o homem explica a realidade por meio do mover divino; a fase metafísica, em que o homem explica a realidade por princípios gerais e abstratos; e a fase positiva ou científica, em que o homem contempla e analisa a realidade, formula leis gerais e cria uma ciência social que servirá de base para o comportamento individual e coletivo. Cada uma dessas explicações para os fenômenos naturais e humanos compõe uma teoria, ou melhor, uma ideologia.

Seguindo pela história, nos deparamos com **Karl Marx** e a sua visão acerca da existência da ideologia nas diferentes sociedades. Marx acredita que a ideologia se utiliza de inúmeros meios para alienar o povo, como por meio do Estado. Para o povo, este seria a representação do interesse geral, mas, na verdade, ele é a expressão das vontades e interesses da classe dominante da sociedade.

Para compreendermos o conceito marxista de ideologia é preciso rever o que é alienação: processo pelo qual o homem se torna alheio a si, a ponto de não se reconhecer do surgimento da lei humana, em substituição à lei natural.

Quanto ao conceito marxista de alienação, sua compreensão deve ser precedida pela observação sobre a importância do trabalho para a condição humana. Trata-se, precisamente, do diferencial humano entre os seres vivos, pois, de acordo com Marx, antes de fazer cultura, política ou literatura – para citar algumas dentre as muitas atividades propriamente humanas –, é necessário que os humanos assegurem a sua sobrevivência. Para tanto, apropriam-se da natureza por meio desta atividade realizada apenas pelo homem, o trabalho.

Ainda segundo a concepção marxista, a ideologia adquire um sentido negativo, como instrumento de dominação. Isso significa que a ideologia tem influência marcante nos jogos do poder e na manutenção dos privilégios que plasmam a maneira de pensar e de agir dos indivíduos na sociedade. A ideologia seria de tal forma insidiosa que até aqueles em favor de quem ela é exercida não perceberiam o seu caráter ilusório.

Portanto, em Marx o indivíduo é levado a pensar, sentir e agir da maneira que convém à classe que detém o poder. Essa consciência da realidade torna-se uma distorção dela quando camufla os conflitos existentes no seio da sociedade, ao apresentá-la una e harmônica, como se todos os indivíduos partilhassem dos mesmos interesses e ideais.

A ideologia, durante toda a história, serviu de instrumento de dominação, mascarando a realidade social e ocultando a verdade dos dominados. Ela serve para legitimar a dominação econômica, social e política. O seu papel é criar na mente das pessoas uma ideia de que todo fenômeno que acontece no mundo é algo natural e que não existe uma razão lógica para isso.

Segundo o filósofo italiano **Antonio Gramsci** (1891-1937), é preciso distinguir entre **ideologias orgânicas** e **ideologias arbitrárias**. As primeiras são historicamente necessárias porque “organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.”⁵². Para Gramsci, pode-se dar ao conceito de ideologia “o significado mais alto de uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”⁵³ e que tem por função conservar a unidade de todo o bloco social.

Portanto, Gramsci considera que, em um primeiro momento, como concepção de mundo, a ideologia tem a função positiva de atuar como cimento da estrutura social. Quando incorporada ao senso comum, ela ajudará a estabelecer o consenso, conferindo hegemonia a determinada classe, que passará a ser dominante. Evitando a concepção mecanicista, Gramsci considera que os dominados não permanecem submissos indefinidamente, já que podem desenvolver elementos de bom senso e de valores de pertencimento à classe que, por sua vez, formarão aos poucos a sua ideologia. Daí a necessidade de intelectuais da própria classe subalterna capazes de organizar coerentemente a concepção de mundo dos dominados.

O conceito de ideologia tem outros sentidos mais específicos, elaborados por muitos outros autores, tais como Destutt de Tracy, Durkheim, Weber, Manheim.

Conceituação de ideologia

Vejamos agora a definição dada pela professora Marilena Chaui:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado.

CHAUÍ, Marilena de S. *O que é ideologia*. op. cit. p. 113-114.

Observamos então que a ideologia é apresentada com as seguintes características fundamentais:

- constitui um corpo sistemático de representações que nos “ensinam” a pensar e de normas que nos “ensinam” a agir;
- assegura determinada relação dos indivíduos entre si e com suas condições de existência, adaptando-os às tarefas prefixadas pela sociedade;

52 GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978. p. 62-63.

53 *Ibidem*, p. 16.

- as diferenças de classe e os conflitos sociais são camuflados, ora com a descrição da “sociedade una e harmônica”, ora com a justificação das diferenças existentes;
- assegura a coesão social e a aceitação sem críticas das tarefas mais penosas e pouco recompensadoras, em nome da “vontade de Deus” ou do “dever moral” ou simplesmente como decorrência da “ordem natural das coisas”;
- mantém a dominação de uma classe sobre outra.



O discurso não ideológico

A ação e o pensamento humanos nunca se acham totalmente determinados pela ideologia. Sempre haverá espaços de crítica e fendas que possibilitem a elaboração do discurso contraideológico. Não é simples, no entanto, o trabalho de desvelamento do real, porque a ideologia penetra em setores insuspeitados: na educação familiar e escolar, nos meios de comunicação de massa, nas igrejas, nos hospitais psiquiátricos, nas prisões, nas indústrias, impedindo de todas as formas a flexibilidade entre o pensar e o agir, determinando a repetição de fórmulas prontas e acabadas.

Por outro lado, exatamente nesses mesmos espaços que veiculam a ideologia é que poderá ser iniciado o processo de conscientização. O que distingue, portanto, o discurso ideológico do não ideológico, ao qual podemos chamar simplesmente de **teoria**?

Se o discurso ideológico é abstrato e lacunar, faz uma análise invertida da realidade e separa o pensar e o agir; o discurso não ideológico é aquele que visa o preenchimento das lacunas pela procura da gênese do processo. Isso não significa que se deva contrapor ao discurso lacunar um discurso “pleno”, mas sim a elaboração da crítica, do contradiscurso que revele a contradição interna do discurso ideológico e que o faça explodir. Além disso, a teoria estabelece uma relação dialética com a prática, ou seja, uma relação de reciprocidade e simultaneidade, e não a relação hierárquica, como no discurso ideológico. Explicando: existe uma relação indissolúvel entre teoria e prática, porque todo agir humano é antecedido por um projeto, da mesma forma que a teoria não é algo que se produza independentemente da prática, pois seu fundamento é a própria prática. Nós conhecemos as coisas na medida em que as produzimos, daí toda teoria se tornar lacunar – e, portanto, ideológica –, sem o vai e vem entre o fato e o pensado.

Ora, o saber que resulta do trabalho é um saber instituinte e, portanto, vivo, móvel, com toda a força decorrente do processo dinâmico de se fazer. Ao contrário, o saber ideológico é o saber instituído que, se não for acompanhado pelo vigor da crítica, poderá se tornar esclerosado. Por isso, é importante o papel da filosofia para romper as estruturas petrificadas que justificam as formas de dominação.

Se a ideologia permeia o tecido social e se radica em instâncias insuspeitadas das relações humanas, é preciso reconhecer, no entanto, que não se trata de uma força a que as pessoas se submetem de maneira irrevogável. Cabe ao empenho aplicado em diversos espaços – na família, na escola, no trabalho, na mídia etc. – fazê-los funcionar como micropolíticas voltadas para a democratização das relações humanas, e não para a manutenção de formas hierarquizadas e imobilistas.

Contraideologia

O **senso comum**, por ser ingênuo e acrítico, é baseado na ideologia. Para se descobrir no senso comum o aspecto positivo que é o bom senso, é necessário que surjam contradições sociais e que estas possam ser discutidas nos ambientes que aparecem como os da escola, família, igreja, fábricas, clubes, partidos políticos, sindicatos etc.

Tal situação de conscientização da condição de opressão de classes também pode-se dar nos **Aparelhos Ideológicos do Estado (A.I.E.s)** fazendo com que os mesmos sejam instrumentos de contraideologia:

- a família com pais conscientes podem ajudar seus filhos a revalorizar princípios centrais, como solidariedade, justiça, paciência etc.
- a escola denunciando as injustiças provocadas, demonstrando os conflitos em vez de escondê-los etc.
- a igreja realizando a opção preferencial pelos pobres e identificando o Salvador com os pobres.
- sindicato denunciando o escamoteamento do “operário-padrão” e conscientizando os operários da necessidade de se filiar e participar de um sindicato de categorias, diminuindo a diferença entre as classes.
- os quadrinhos quando apresentam questionamentos a respeito da ordem vigente e propõem outras respostas e modelos de personagens que sejam contrários ao consumo alienado e aos falsos valores de manutenção da elite no poder.

Teoria crítica (Escola de Frankfurt)

Apesar de ser um chavão moderno, é irrefutável que vivemos no mundo do espetáculo. O entretenimento e os conteúdos desempenham na sociedade de massas, um lugar tão importante como o da informação. A própria informação cede cada vez mais ao entretenimento. Relativamente a este tema, a **Escola de Frankfurt**, com a sua **Teoria Crítica**, foi o primeiro grande movimento teórico a refletir na produção em massa de conteúdos culturais e produtos artísticos e de entretenimento.

O impacto da Teoria Crítica do Instituto de Pesquisa Social da Escola de Frankfurt extrapolou o seu domínio, inicialmente algo restrito de especulação filosófica e social, e estendeu-se a áreas como a **sociologia**, os denominados **cultural studies** (estudos culturais), as ciências políticas, os estudos sobre a ideologia e a comunicação. Todavia, enquanto sistema de posições radicais, desde o seu início, a Teoria Crítica suscitou manifestações de contestação e aprovação. Neste aspecto, seria uma via de reflexão, equacionar os vários argumentos, positivos ou negativos, que até aos dias de hoje foram motivados pelas teses da Escola de Frankfurt avaliando a validade de tais críticas.

No entanto, para o efeito de estudo, interessa-nos rever a Teoria Crítica à luz do presente, de modo a retirar conclusões sobre a sua atualidade e sobre os seus aspectos teóricos que o tempo e a realidade revelaram como equívocos (ideológicos e históricos), o que para este propósito não podemos ignorar algumas das discussões passadas em torno desta teoria.

Teoria Crítica da Escola de Frankfurt

A Teoria Crítica identifica-se com um grupo de investigadores que frequentou o *Institut für Sozialforschung* (Instituto de Pesquisa Social), em Frankfurt. Fundado em 1923, tornou-se um importante centro de produção de conhecimento, sobretudo nas ciências sociais e humanas.

O objetivo desse instituto era proceder com uma investigação social sobre a industrialização moderna e realizar um exame crítico da sociedade, em geral, e de seus aspectos econômicos, culturais e de produção de conhecimento, a partir de uma perspectiva marxista renovada, isto é, sem estar presa ao historicismo ou ao materialismo.



No entanto adotou uma postura crítica ao marxismo, não levando em conta as ideias como a “infraestrutura econômica” e a “luta de classes”.

Eles incorporaram também algumas ideias de **Max Weber**, o conceito de trabalho de **Marx** e a teoria de **Freud** sobre a origem das civilizações.

Essa escola foi fundada em uma época de grandes transformações da política germânica, que vinha de uma derrota arrasadora na Primeira Grande Guerra (1914-1918). Durante o período da efêmera experiência liberal da chamada República de Weimar (1919-1933), o Instituto de Pesquisa Social pôde permanecer vinculado à Universidade de Frankfurt, mas depois de Adolf Hitler (1889-1945) ter assumido o posto de chanceler, em 1933, o departamento sofreu várias mudanças, fixando-se primeiro em Genebra (Suíça), depois Paris (França) e finalmente Nova York (EUA), onde permaneceu até o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Com a emergência dos fascismos, os seus principais representantes emigraram para França e EUA. O instituto foi reaberto em 1950, fiel aos seus objetivos de tentar criar abordagens críticas no confronto ciência/cultura, propondo uma reorganização racional e política da sociedade, como forma de superar a **crise da razão**.

Deste movimento surgiram duas gerações. Da primeira os principais membros da Escola de Frankfurt foram **Walter Benjamin** (1892-1940); **Max Horkheimer** (1895-1973); **Herbert Marcuse** (1898-1979) e **Theodor W. Adorno** (1903-1969). Depois da reconstrução da Universidade de Frankfurt e do retorno do Instituto de Pesquisa Social à cidade, formou-se uma segunda geração de teóricos, dos quais se destacam **Karl-Otto Apel** (1922-), **Jürgen Habermas** (1929-) e outros, como **Alfred Schmidt** (1931-2001), **Herbert Schnädelbach** (1936-).

As características comuns da Escola de Frankfurt

I. Origem judia

A maioria dos autores da Escola de Frankfurt são de origem judia. Por esta razão, com a perseguição judia levada a cabo pelos nazistas, tiveram de buscar refúgio especialmente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos.

II. Inspiração Marxista

Fundamentalmente todos se colocam dentro de uma inspiração marxista. Entretanto, adotam uma atitude crítica sobre o pensamento de Marx, enriquecendo-a com teorias de outros campos (economia, sociologia, psicologia etc.) nascendo, assim, um socialismo democrático.

III. Estudo da Sociedade Industrializada

Suas investigações não tomam caráter de um sistema, mas sim um conjunto de ensaios em que se examina a sociedade industrializada atual e mescla conceitos tomados de campos diversos de investigação. São, portanto, estudos de ordem interdisciplinar.

IV. Teoria Crítica

Os componentes da primeira geração deram aos seus estudos o nome de Teoria Crítica.

Indústria Cultural como sistema

Este termo, “indústria cultural”, foi pela primeira vez utilizado por Adorno e Horkheimer, no início do século XX, e veio substituir o conceito de “cultura de massas”, uma cultura que nasce instintivamente nas massas. O significado lato de “indústria cultural” é totalmente distinto do de “cultura de massas”. Ao analisar os meios de comunicação de massa, esses autores concluíram que esses recursos funcionavam como uma indústria na padronização de notícias e serviços. Dentro dessa concepção, muda o sentido e a expressão de “cultura de massas” para “indústria cultural”.

No ensaio “A indústria cultural: O Esclarecimento como Mistificação das Massas”, trabalho elaborado por dois dos principais integrantes do movimento frankfurtiano, Adorno e Horkheimer, publicado no livro *Dialética do Esclarecimento* (1947), os pensadores se esforçaram em evidenciar o caráter controlador e mercantil da indústria cultural – termo cunhado pelos autores. Para eles, os produtos dessa indústria seriam parte integrante de uma lógica que visava, ao mesmo tempo, padronizar os indivíduos e gerar lucro para os detentores do poder econômico.

A estratificação dos produtos culturais, por qualidade técnica ou interesse, adequa-se ao sistema produtivo; oferecem-se produtos em quantidade, mas de baixa qualidade, não havendo nada de novo, mas uma representação, de contornos diferentes, de algo que no fundo é sempre igual. Multiplicam-se os produtos culturais, mantendo-se invariavelmente a essência. Neste sistema cultural, o processo é uniforme e raramente mutável, existindo uma aproximação dos formatos, de modo a completarem-se e rentabilizarem-se comercialmente de forma mútua. Desde o elemento mais básico, como o argumento de um filme, até ao resultado final, como na cadeia de montagem do taylorismo, em que tudo se produz automática e sequencialmente.

O conceito de indústria cultural de Adorno e Horkheimer acabam por se opor ao termo “cultura de massas”. A indústria cultural, segundo os dois autores, equivale a qualquer indústria, organizada, planejada para atender o público, agora tratado como consumidor. Mais do que dar informações, segundo os dois filósofos, os meios de comunicação buscam o entretenimento dos indivíduos. A indústria cultural informa ao consumidor de maneira homogênea, rápida e alienante o mundo em que se depara. Este modelo condiciona de forma clara todo processo de consumo, qualidade do produto e autonomia do consumidor. No fundo, o aparelho da indústria cultural determina o consumo e exclui tudo o que é inédito e possa acarretar riscos, preferindo a eficácia dos seus produtos.

Os autores da Escola de Frankfurt, para justificar sua tese, afirmam que o cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. Na verdade, para tais autores, estes bens culturais, quando são produzidos em série, são apenas um negócio.

Para Adorno e Horkheimer, os meios de comunicação de massa compreendem uma proposta de alienação, diversão ou mesmo a desorientação sem permitir a reflexão sobre as coisas. Os dois autores destacam que a indústria cultural tem um objetivo: chegar aos seus consumidores a partir da venda. Por essa razão, pode-se dizer que a indústria cultural vai buscar legitimar tudo isso a partir de uma ideologia que, é uma falsa consciência ou uma inversão da realidade.

A indústria cultural impõe gostos e preferências às massas, modelando suas consciências ao introduzir o desejo de necessidades supérfluas. Ela é tão eficaz nessa tarefa que os indivíduos não percebem o que ocorre, impedindo, assim, a formação de pessoas capazes de julgar e de decidir conscientemente.

Fenômeno similar ocorre na música popular produzida pela indústria cultural. O processo de padronização torna as canções parecidas umas às outras e reprime qualquer tipo de desafio, autenticidade ou estímulo intelectual na música elaborada para a venda.

No processo de elaboração da indústria cultural, segundo Adorno e Horkheimer, não existe a criatividade artística como se imagina, mas simplesmente a padronização de produtos e serviços para a venda e o consumo. Por conseguinte, a elaboração dos produtos culturais fica sob o encargo dos técnicos e diretores das empresas de entretenimento e comunicação da indústria cultural. Estes, por sua vez, têm como referência não o valor artístico do produto, mas sua possibilidade de lucro e comercialização. A consequência imediata dessa fórmula é a padronização dos “produtos”, dos “produtores” e dos “consumidores”.

O indivíduo na Era da indústria cultural

O indivíduo deixa de ter autonomia de decisão, a capacidade crítica é a solução para o conflito entre a consciência e o impulso (a prisão a que cada pessoa está sujeita na sociedade de consumo de hoje).

A sociedade manipula o homem a seu bel-prazer. Existe um consumidor com pouca capacidade de decisão, um indivíduo que não é sujeito mas objeto da indústria cultural, ao contrário do que esta faz crer. Este controle é de tal forma elevado que a própria ocupação dos tempos livres se encontra controlada por determinadas pressões e, apesar de o indivíduo pensar que se encontra longe dos rígidos mecanismos produtivos, na realidade, os rígidos mecanismos produtivos estão aplicados, de forma sub-reptícia na maneira como cada elemento da sociedade de consumo preenche o seu tempo livre. À medida que a indústria cultural consolida e solidifica a sua posição, maior é o poder que exerce sobre as necessidades do consumidor, guiando-o e controlando-o não deixando margem de manobra para escolhas pessoais. Divertir-se significa estar de acordo, significa sempre não dever pensar.

Ao contrário das formas ideológicas anteriores, o caráter ideológico da indústria cultural se manifesta na ausência de independência quando confrontada com a realidade social. Os seus produtos são criados com a finalidade de refletirem essa realidade e são recebidos pelos consumidores, induzindo as pessoas a identificarem-se com as normas sociais existentes e a continuarem a ser o que já são.

O controle psicológico emerge nas sociedades, verifica-se um desaparecimento da individualidade, substituída pela "pseudoindividualidade"⁵⁴, o indivíduo está veiculado a uma identidade construída no seio da sociedade e limitada pela indústria cultural. A forma repetitiva e homogênea dos produtos criados por esta indústria para o consumo, faz da cultura moderna de massas um meio de controle psicológico inacreditável. Atualmente a indústria cultural é uma estrutura social autoritária e em crescente estado de hierarquização, que transforma a mensagem de obediência irrefletida em valor dominante.

Na invariável superioridade da sociedade, enquanto conjunto, face ao indivíduo alienado, este não passa de um fantoche manipulado pelas normas sociais. A individualidade do consumidor altera-se. A influência da indústria cultural, em todas as manifestações, transforma o sujeito em um prisioneiro que cede à tortura e acaba por confessar seja o que for, mesmo aquilo que não fez.

A qualidade dos produtos culturais

Os produtos da indústria cultural neutralizam, tornam inúteis, a imaginação e a espontaneidade dado o seu grau de objetividade; são criados para impedir a atividade mental do espectador.

Individualmente, cada produto, construído para o consumo desenfreado e descontraído, reflete o modelo de mecanismo que domina o tempo do trabalho e o tempo do lazer e favorece a lógica da dominação, que não é efeito mas é próprio de toda a indústria cultural e do papel que desempenha nas sociedades atuais.

A essência permanece a mesma em qualquer dos produtos culturais, o interesse daqueles que neles investiram reside no rendimento que possam retirar. Assim, verifiquemos os casos de alguns desses produtos.

- **Romances populares:** são as novelas literárias, os romances populares e policiais, elaborados de forma simplista e formatada. Os autores de Frankfurt consideravam esta literatura a antítese da literatura clássica, que eles caracterizavam da seguinte forma: moral da história é entrecruzada com enredos secundários com inúmeras tramas, quase uma por personagem, para arrastar os leitores ao longo das páginas do jogo narrativo.

- **Música popular:** criada de forma específica que permite que a composição captada pelo ouvinte seja simples e facilmente compreensível e não exija esforço de entendimento. Desta forma, a música ligeira priva o ouvinte da sua espontaneidade e fomenta reflexos condicionados. Assemelha-se a um questionário de escolha múltipla, quem o preenche está invariavelmente limitado a alternativas muito precisas e limitadas. No extremo oposto encontra-se a música clássica, em que todos os elementos são organizados em um todo unido, adquirindo significado. Neste gênero musical, como na poesia, cada nota adquire o seu sentido a partir da unidade e totalidade do conjunto, e não do seu uso quotidiano ou denotado. O reconhecimento pela reflexão torna-se um fim e não um meio e assume-se como a única forma de extrair algo de novo.
- **Filme:** o espectador de um policial adivinha o final. A tensão apenas se mantém superficialmente, sendo impossível obter um efeito sério. Baseado, tal como os romances populares e as novelas, em fórmulas de sucesso repetidas até a exaustão, com pequenas alterações formais, mantendo-se os mesmos conteúdos.
- **Novelas (televisão):** de traços característicos idênticos aos romances populares e filmes. Sem arriscar sucessivamente em novos modelos, copiam-se e alteram-se ligeiramente os assuntos tratados em cada produção, tendo, invariavelmente, por base a mesma estrutura simples com lugares comuns, como amor, traição; valores como a maldade, bondade, pureza de espírito, teorias da conspiração, e o assassinio, o mistério da morte, transportado dos romances policiais para o pequeno ecrã em prol da vertente economicista da indústria cultural que alimenta a sociedade de massas em que vivemos.

No fundo, instala-se uma perda de expressividade que resulta da simplificação de processos, da automatização da compreensão que dispensa esforço por parte do receptor das mensagens, sejam elas escritas, faladas ou por imagens.

Uma análise sobre as novelas brasileiras

A televisão ainda é no Brasil o meio de comunicação de massa mais popular e presente nos lares das pessoas. Apesar de o rádio ter maior abrangência, a televisão atinge quase a totalidade do território nacional. Os produtos e serviços oferecidos nesse meio de comunicação ainda possuem uma grande influência entre as pessoas. Os produtos que a TV desenvolve de alguma forma definem o que é importante e o que não é, ou seja, o gosto, a sexualidade, a opção política, o desejo de consumo são promovidos prioritariamente pela televisão comercial.



Caricatura do artista Bruno Comotti

brunocomotti.blogspot.com

54 WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Editorial Presença: Lisboa, 1992.

Se quisermos tentar compreender os mecanismos de funcionamento da cultura de massa e o seu peso na vida cultural, política e econômica do país, um exercício fundamental será assistir a uma novela de TV, do início ao fim. Apesar de cada vez mais popular a Internet, entre o público brasileiro, as novelas ainda possuem uma abrangência e popularidade significativa. A razão principal do sucesso das novelas junto ao público está na mistura entre ficção e realidade, muitas vezes vivida pelos telespectadores. Nas novelas, temos a impressão de que a ficção e o cotidiano coabitam. Além da sua longa duração (entre oito meses e um ano), em muitos casos a construção das intrigas é concebida de forma a fazê-las coincidir com as datas do calendário real, as festas e as comemorações nacionais e os eventos da atualidade. Resulta então daí uma sensação de proximidade entre o telespectador e os personagens.

As atrações pelas novelas atingem todas as classes sociais. A razão de tal sucesso é que visando alargar ao máximo sua audiência, a rede Globo, por exemplo, utiliza cinco aspectos importantes na produção das novelas:

01. A mesma língua falada pelos telespectadores no seu dia a dia: o público acaba se identificando com os personagens, pois seus costumes e sua linguagem são também muito parecidos, como temos a novela *Malhação* e sua fala – comunicação de acordo com o público jovem.
02. O roteiro da aspiração à ascensão social: frequentemente nas novelas, a história se passa entre dois mundos diferentes, o núcleo conhecido como Zona Sul (em referência à região onde reside a elite carioca), os ricos, e o núcleo pobre. Sendo que os personagens pobres sempre no final de cada novela acabam crescendo ou prosperando economicamente. Curiosamente o público fica satisfeito, pois descobre que o mocinho ou a mocinha pobre consegue vencer na vida, tanto no amor como também na vida econômica, o que nem sempre acontece na vida real.
03. Igualdade social: nas novelas, também vemos os pobres convivendo com os ricos, coabitando um cotidiano semelhante sem conflitos, seja no trabalho ou na família (doméstica e patrões), uma evocação direta de uma igualdade social inexistente na realidade.
04. O amor entre núcleos diferentes: é muito rotineiro, entre as diversas novelas, o amor entre indivíduos de classes sociais diferentes. O público gosta da relação entre mundos tão distintos, a mocinha pobre com o grande empresário. Nas novelas, essas histórias de indivíduos tão diferentes são regra e quase uma obrigação entre os roteiristas na busca da audiência.
05. Casamento: é obrigatório que todo o final de novela, tenha pelo menos um casamento (principalmente entre os personagens principais). A idealização o sonho do casamento pode ser realizado a partir dos personagens da novela. Os casamentos são regras entre os roteiristas de novelas na idealização do final feliz.

VEJA O IBOPE DE 10 ANOS DE NOVELAS DA GLOBO

Cada ponto: 60 mil casas na Grande SP	Ano	Novela	Índice
	2000/2001	LAÇOS DE FAMÍLIA	44,9
	2001	PORTO DOS MILAGRES	44,6
	2001/2002	O CLONE	47
	2002/2003	ESPERANÇA	38
	2003	MULHERES APAIXONADAS	46,6
	2003/2004	CELEBRIDADE	46
	2004/2005	SENHORA DO DESTINO	50,4
	2005	AMÉRICA	49,4
	2005/2006	BELÍSSIMA	48,5
	2006/2007	PÁGINAS DA VIDA	46,8
	2007	PARAÍSO TROPICAL	42,8
	2007/2008	DUAS CARAS	41,1
	2008/2009	A FAVORITA	39,5
	2009	CAMINHO DAS INDIAS	38,8
	2010	VIVER A VIDA	35,6

Fonte: Dados consolidados de Ibope

A popularidade que as novelas atingem não se mede somente amplas cifras do Ibope, mas também pelo lugar que elas ocupam nas conversas cotidianas, nos debates rotineiros, nos rumores que elas alimentam; seu poder de unir uma discussão nacional não somente em torno da intriga, mas em torno de certas questões de sociedade. A identificação do telespectador brasileiro às personagens das novelas é tão forte que os últimos capítulos tornam-se eventos nacionais, comentários obrigatórios em toda a mídia; sondagens de opinião são feitas para saber o fim das intrigas ou da situação final das personagens.

A Internet

Conforme os dados divulgados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), cerca de 1,5 bilhão de pessoas utilizam a Internet em todo o mundo. Esse total é resultado de um contínuo e expressivo aumento no número de internautas a cada ano.

Para se ter uma ideia, entre 2000 e 2008, a quantidade de usuários de *web* cresceu em 290% – um percentual que não é superado por nenhum outro meio de comunicação de massa. No Brasil, por exemplo, uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que, já em 2007, a venda de computadores no país – que hoje é o quinto como o maior número de conexões à Internet – superava a de televisores. Diante disso, não podemos ignorar a abrangência e o poder de comunicação da Internet na atualidade.

Dentre todos os meios de comunicação de massa, a televisão ainda é, sem sombra de dúvida, o mais forte agente de informações e entretenimento, embora pesquisas mais recentes já apontem que ela poderá ser passada para trás pela Internet na massificação da informação. Um bom exemplo disso foi a campanha na Copa do Mundo de 2010 “Cala boca, Galvão” do Twitter.

Em nenhum outro setor essa transformação provocada pela Internet será tão aparente como na indústria da mídia. Antes da Internet, a maioria das pessoas recebia passivamente um menu fixo de notícias e entretenimento, entregue por meio de jornais, revistas, teatro, rádio e televisão. Com o crescimento das redes, os usuários adquiriram controle sobre o que consomem e quando consomem. Seja lendo um artigo de jornal *on-line* um dia antes de ele ser impresso, seja assistindo a um vídeo no iPad em um vagão de metrô, os usuários agora escolhem o que ler e assistir – e quando vão fazê-lo. Eles também têm mais opções para decidir quando e se vão assistir à publicidade. Mas fundamentalmente, entretanto, a Internet dá poder para qualquer um criar conteúdo e compartilhá-lo com uma audiência global – seja escrevendo um *blog* sobre música brasileira, seja partilhando com os demais um vídeo no YouTube sobre uma nova técnica agrícola.

A integração entre os seres humanos via computadores e rede de comunicação tem como aumento-chave a interface do usuário, que, de uma forma ou de outra, corresponde às suas características pessoais. Ela expressa não só as características reais da personalidade do indivíduo, como aquelas que ele desejaria possuir. A partir daí, ele se une no espaço virtual a grupos que compartilham de suas necessidades e interesses, e criam-se espaços antropológicos de vivência e de troca, espaços de culturas.

Propaganda

A propaganda possui o poder de influenciar, marcar e mesmo domar o público-consumidor por meio de seu apelo de imagens e dizeres que impressionam e destacam um novo estilo de vida. Na sociedade, a propaganda pode significar muito mais do que um mecanismo de divulgação. Ela pode persuadir e interferir, muitas vezes, no comportamento de toda uma geração, mostrar uma direção para o consumidor sobre o melhor gosto musical, a melhor forma de fazer exercícios, a melhor roupa e mesmo o melhor sapato.

Na TV e mesmo hoje na Internet, é oferecido um mundo de sonhos sem conflito, em que a melhor margarina ou perfume abrem as portas para a sociabilidade e o sucesso individual.

A propaganda menciona um mundo encantado de belos lares e sem sofrimentos sociais. É o caso dos anúncios das margarinas e outros produtos comestíveis que destacam famílias sorridentes, brancas, de classe média alta, reunidas à mesa e servidas por uma mãe feliz e dedicada. O desejo de consumir, atrelado ao formato de como é anunciado, torna o consumo sedutor.

Independentemente do caráter útil de um objeto anunciado, está intimamente ligado ao prazer de adquirir ou experimentar algo diferente. Nesse sentido as grandes agências publicitárias mostram, entre diversas técnicas de manipulação, figuras públicas, personagens de novelas e cantores e artistas de modo geral com peso de popularidade.

Considerando a história da propaganda no Brasil, as mensagens desenvolvidas em direção ao consumidor mencionam sempre o prazer, dinheiro, saúde, felicidade da imagem como o belo corpo; aspectos esses que na vida real são conquistados por poucos. Isso acontece por uma questão social; pois quem pode comprar e penetrar no mundo feliz do consumo é uma classe com um poder econômico mais significativo, e nesse caso, boa parte da população não adquire os bens de consumo tão bem divulgados nos meios de comunicação de massa.

Os meios de comunicação acabam se tornando instrumentos de ideias propagandistas quanto à conformação do indivíduo com o mundo em que vive. A venda de imagens, ideologias e valores sobre produtos e serviços anunciados, atuam como um eterno processo de alienação, no sentido de conformar o consumidor de forma passiva às mentiras destacadas.



Os Nazistas consideravam este como um de seus melhores pôsters, desenhado por Mjölñir, referência entre os designers nazistas. Os dizeres são "Socialismo Nacionalista: o Espírito de Organização da Nação". A pedido de Goebbels – o ministro da Propaganda de Adolf Hitler –, Mjölñir desenhou estes soldados com traços artísticos exaltando o olhar para o futuro.

Quanto ao poder de manipulação da propaganda, a Segunda Grande Guerra pode ser um bom exemplo sobre o poder da alienação das massas. O líder nazista **Adolf Hitler** por vários momentos utilizou a propaganda no rádio para o convencimento da população sobre suas ideias. Hitler, juntamente com seu ministro da Propaganda, percebeu o efeito emocional que os seus discursos causavam e, com eles, foi obtendo a aprovação da maioria da população alemã. Dessa maneira filmes, propagandas no rádio eram utilizadas para influenciar a opinião pública e levantar favorecimentos em direção ao nazismo. Técnicas que seriam amplamente exploradas nas décadas vindouras em outros campos, nos vários tipos de divulgação que iriam surgir.

Considerando a propaganda como um mal absoluto, não devemos esquecer o seu poder inverso, no sentido que a população recebe essas mensagens muitas vezes de formas diferentes, o que pode significar a reação do público quanto a um produto e mesmo um serviço. No entanto, no Brasil, temos uma situação de

monopólio na área de comunicação e dos critérios costumeiramente adotados pelo governo nas concessões de emissoras. Mesmo com um olhar pessimista da propaganda e dos meios de comunicação, não dá para considerar que todos vivem em um estado de alienação, o que temos é um mundo diferente onde as comunidades virtuais, os sites de relacionamentos acabam quebrando esses padrões que são impostos, e também quebram o monopólio de grandes emissoras. Podemos dizer que já é um progresso na forma de conviver com os meios de comunicação.

Características fundamentais da Teoria Crítica

Horkheimer faz da Teoria Crítica um contrapeso ao que chamaram de teoria tradicional. A teoria tradicional tem suas raízes no pensamento platônico e se caracteriza pela pura contemplação desinteressada com a realidade, operando a partir de princípios gerais. Deste modo, a verdade adota uma forma de adequação com as coisas e tem a dimensão instrumental e positiva. Horkheimer tratou em sua Teoria Crítica de construir um saber racional que denuncie o irracional que existe na história e na sociedade.

Não querendo ser demasiado redutores, apresentamos algumas das características essenciais que se retiram da teoria avançada pela Escola de Frankfurt, e posteriormente adaptada e continuada, de formas diferentes por diversos outros autores, que dela retiraram ideias cruciais, adaptadas e verificadas empiricamente.

Desta forma, deve ser realçado:

- I. **Teoria de inspiração marxista:** A crítica vai contra o dogmatismo marxista; rejeita qualquer sociedade totalitarista; abandona as ideias de "ditadura do proletariado", "luta de classes como motor da história", "superestrutura econômica como centro de qualquer sociedade". Os teóricos de Frankfurt mantêm o socialismo como modelo único capaz de superar as injustiças do capitalismo. Adotam a divisão de classes no acesso aos bens culturais e o ideal de fenômenos histórico-naturais como naturais (industrialização etc.). No entanto, abandona a luta de classes como forma única de terminar com o despotismo burguês, acreditando em uma sociedade onde ordem, justiça e supressão da pobreza são valores fundamentais, mantendo a convicção do socialismo como única forma de superar as injustiças do capitalismo.
- II. **Estudo da sociedade industrializada e crítica da sociedade burguesa:** Partindo de pressupostos marxistas, trata-se de mudar as estruturas da sociedade moderna capitalista, mas sem violência, sem revolução nem terrorismo. Os estudos sociológicos de Frankfurt se inclinam à utopia de uma construção de uma sociedade onde impere a ordem, a justiça e a superação da pobreza. É um conjunto de ensaios que examinam uma sociedade industrializada, aplicando investigações da sociologia, economia, política, psicologia etc., tornando-a interdisciplinar.
- III. **Passagem do paradigma da qualidade para o da quantidade:** A aplicação de processos de uniformização e standardização de processo como meio para atingir o retorno econômico para as indústrias produtoras.
- IV. **Crítica da razão e manipulação ideológica:** Mensagens veiculadas pelos diversos canais, entre os quais os *media*, com a finalidade de condicionar o pensamento das massas e se possível anulá-lo, para a maior receptividade às ideias apresentadas por determinadas elites burguesas, detentoras das empresas líderes da produção da indústria cultural. Para eles a razão tem sido instrumentalizada com o fim de obter benefícios e deixando em segundo plano o puro "âmbito do saber". A razão foi reduzida a uma "razão prática e utilitária". Com isso, nossa cultura foi degradada em uma cultura do consumo, mecanizada e robotizada.

- V. **Crítica da filosofia tradicional:** Esta crítica atendia especialmente a metafísica, a teologia e a religião. A metafísica e a religião são consideradas ideológicas da sociedade burguesa.
- VI. **Razão instrumental:** Os filósofos alemães, reunidos na Escola de Frankfurt, desprezaram a racionalidade ocidental como instrumentalização da razão.

A razão instrumental nasce quando o sujeito do conhecimento toma a decisão de que conhecer é dominar e controlar a natureza e os seres humanos.

Na medida em que razão se torna instrumental, a ciência vai deixando de ser uma forma de acesso aos conhecimentos verdadeiros para tornar-se um instrumento de dominação, poder e exploração.

Essa razão para que não seja percebida, passa a ser sustentada pela ideologia cientificista, que, por meio da escola e dos meios de comunicação de massa, desemboca na mitologia cientificista.

A noção de razão instrumental nos permite compreender

- a transformação de uma ciência em ideologia e mito social, isto é, em senso comum cientificista;
- que a ideologia da ciência não se reduz à transformação de uma teoria científica em ideologia, mas encontra-se na própria ciência, quando esta é concebida como instrumento de dominação, controle e poder sobre a natureza e a sociedade;
- que as ideias de progresso técnico e neutralidade científica pertencem ao campo da ideologia cientificista.

Aspectos positivos da Teoria Crítica

Em primeiro lugar, há que destacar a sensibilidade cultural dos teóricos de Frankfurt e o vetor humanístico das suas teorias. Apesar de mais à frente podermos ver que a sua crítica às novas formas de arte e aos novos produtos culturais do século XX pecou por alguma incompreensão dessas mesmas formas e produtos, a Teoria Crítica foi, porventura, a primeira reflexão sobre os efeitos negativos da difusão em massa da cultura, da arte e do entretenimento.

Como insistiu **Walter Benjamin**, mais um inspirador do que propriamente um membro do grupo de Adorno e Horkheimer, a obra de arte perde a sua "aura", perde o caráter de uma construção única em dado tempo e espaço e consagrada ao processo íntimo de criação com o autor, para passar a algo potencialmente reproduzível em que não interessa tanto a autoria, mas a agradabilidade imediata às massas sedentas por um hedonismo que compense as frustrações e as lacunas da sociedade de massas do início do século XX, alienada, fragmentada e constrangida à ruptura das relações sociais básicas.

A Teoria Crítica primou, então, por frisar que as indústrias culturais tiveram o efeito de romper com a tradicional autonomia dos produtos culturais em relação ao mercado. Com a cultura de massas e as indústrias culturais, a arte foi, precisamente, direcionada para os mercados, e o paradigma da criatividade simbólica e romântica foi substituída pelo paradigma da criatividade instrumentalizada e racionalizada, por estudos de mercado e de rentabilidade, para formatos preparados para as massas.

Com efeito, na atualidade, assiste-se à especialização de novas profissões, à adoção de normas estilísticas e de convenções narrativas e organizacionais que desde a literatura – que para além da cultura dos policiais e das novelas criticadas por Adorno, formata novos estilos que saem em massa, como os romances históricos, sobretudo os de temas religiosos, onde o famoso *Código da Vinci* de Dan Brown ocupa lugar de destaque, até aos livros (pretensamente) esotéricos e de autoajuda –, passando pela música – na qual a

revolução eletrônica com os *softwares* de produção padronizados uniformizou, aberrantemente, a música *pop* – e acabando no cinema – talvez o exemplo mais explícito com a indústria de Hollywood a ditar a estética mundial dos códigos cinematográficos que resultam em *blockbusters* de narrativas análogas e efeitos especiais idênticos, os quais são aplicados como em uma cadeia em série e que, não obstante a sua constante atualização, dispensam a contemplação artística dos seus criadores.

Destes últimos aspectos, decorre um segundo pioneirismo reflexivo dos autores da Escola de Frankfurt: a Teoria Crítica terá, também, sido a primeira reflexão a antecipar o fenômeno do *merchandising*, que meio século mais tarde se concretizaria no seu pleno. No sistema da indústria cultural, o processo operativo integra cada elemento, desde o enredo do romance que tem já em mira as filmagens até ao último dos efeitos sonoros. Os produtos são elaborados logo à partida com potencialidades de adaptação a outros formatos de forma a potencializarem a comercialização e o lucro.

Atualmente o caso mais efetivo deste fenômeno é, com efeito, o cinema. A mercantilização torna-se, particularmente, visível nas cadeias comerciais despoletadas por um filme que gera toda uma linha de produtos associados à sua temática, ainda que por mais díspares em termos de forma: roupa, brinquedos, álbuns de música, reedição em DVD, entre outros. Por outro lado, em uma perspectiva mais sociológica, a Teoria Crítica destacou-se por realçar o que para muitos estudos de comunicação ainda não era claro no seu tempo: os *media* como as novas, e tendencialmente dominantes, instituições de sociabilização.

Na atualidade, as instituições tradicionais, como a família, a escola ou a igreja, veem-se cada vez mais confrontadas pelo papel equivalente desempenhado pelos meios de comunicação e pela mediação das indústrias culturais. A experiência pessoal e social é cada vez mais mediada e, então, cabe cada vez mais aos enunciadores de conteúdos, o que além da informação também inclui os produtos culturais e outras formas de expressão simbólica, as construções das categorias da experiência e percepção do mundo.

Por último, há que dar o mérito à dimensão humanista e existencialista da Teoria Crítica. Pese embora o pessimismo, algo exacerbado, e o desencanto perante o mundo, os autores da Escola de Frankfurt tiveram uma aguda consciência dos efeitos, tendencialmente negativos da dimensão técnica, capitalista e industrial da sociedade de massas. "A sua posição ética, a sua angústia sobre o destino da humanidade, a sua preocupação humanista com o futuro da civilização ocidental"⁵⁵, assim como as preocupações de teor ideológico sobre o indivíduo constrangido à manipulação em um mundo reificado⁵⁶, constituíram, independentemente da sua validade no tempo, um importante alerta para as carências ou imperfeições das sociedades de massas.

Aspectos negativos da Teoria Crítica

Antes de referirmos os aspectos negativos relativos à atualidade da Teoria Crítica à luz do tempo e das sociedades presentes, começamos por referir uma crítica feita ao pensamento da Escola de Frankfurt, praticamente desde o seu aparecimento: a "falta de empirismo". Os opositores da Teoria Crítica acusaram-na de desenvolver apenas especulação filosófica de apriorismo político sobre os *mass media*, pecando por falta de confrontação experimental ou empírica das teorias com a realidade.

Neste particular, as principais acusações foram relativas à falta ou ausência de análise individual dos meios nas suas características. Apenas Adorno ainda desenvolveu alguma pesquisa neste sentido, ainda que não abandonasse o estilo teórico, nomeadamente em relação à televisão. Esta crítica foi principalmente desenvolvida

55 TAR, Zoltán. *A escola Francoforte* (pág.201). Edições 70. Lisboa, 1977.

56 Pressupõe-se aqui a Teoria da Reificação: o conhecimento de uma realidade naturalizada que se afirma como única e não como construção histórico-material, em relação à qual o homem perdeu a capacidade de pensar ou recriar uma versão alternativa dessa realidade que conhece.

nos Estados Unidos, quando do exílio político dos autores alemães no país, onde a denominada “pesquisa administrativa” liderada por Lazarsfeld – um dos principais críticos da Escola de Frankfurt – assente, sobretudo na observação experimental das realidades estudadas.

Já tendo como ponto de referência as sociedades atuais, o primeiro aspecto negativo que apontamos à Teoria Crítica prende-se com o pressuposto de Adorno e Horkheimer, de que as indústrias culturais promoveriam as assimetrias sócias, isto é, as classes, de forma ideológica. Ora, o tempo veio-nos provar que a tendência defendida pelos dois autores não é linear. Em primeiro lugar, as sociedades atuais pautam-se cada vez menos pelo binômio marxista do patronato e do proletariado, e a ideologia a atuar, manifesta-se na esfera cultural das etnias e do multiculturalismo. Em segundo lugar, os conteúdos culturais dos *media* vieram provar várias vezes a possibilidade de criação de espaços de referência para uma sociabilização democrática, nomeadamente em iniciativas de empenho cívico por parte dos *media*, e de outros para afirmação das identidades.

Já no que toca aos produtos artísticos e culturais apontados como ameaças à capacidade crítica das sociedades, nos quais se destacavam o cinema, a rádio ou a fotografia, podemos antever nesta desconsideração uma certa falta de compreensão destas formas de expressão simbólica. Por outras palavras, a perspectiva demasiado pejorativa destes produtos pelos autores de Frankfurt resulta de uma visão constrangida e limitada à arte clássica – onde se integra a música clássica, a pintura tradicional, o teatro ou a literatura clássica – e de uma certa incapacidade de renovar essa arte para novos padrões emergentes em que a técnica interviesse para a sua democratização, isto é, para o aumento da sua acessibilidade aos públicos.

A possibilidade de reprodução técnica, os formatos mecânicos ou a difusão em massa eram vistos como partes de um processo de desumanização e desvalorização da arte. Se a cultura e a arte eram direcionadas para as massas, então perdiam valor. Os autores da Teoria Crítica viram-se como que inibidos de conhecer melhor essas novas formas emergentes e analisá-las empiricamente nas suas características particulares e artísticas. Por seu lado, de forma temperamental, construíram uma visão reificada e homogeneizada de todos esses produtos culturais que não deixa de esconder certa presunção elitista.

Por um lado, a história das manifestações culturais e artísticas do século XX permitiu conhecer melhor as novas formas, como o cinema ou a fotografia, e despojá-las da conotação inicial de inartísticas e mecânicas para compreendê-las como novas formas de arte onde a criatividade e a arte se podem expandir como nas formas artísticas tradicionais. Por outro lado, apesar de, como já dissemos e fizemos valer o nosso elogio, reconhecermos uma tendência atual para a formatação e mercantilização da cultura, o tempo apresenta-nos vários exemplos que contrariaram a visão demasiada radical defendida por Adorno e Horkheimer de que os produtos artísticos, por serem produzidos para as massas, serão todos formatados e limitados criativamente.

O cinema foi uma das áreas mais afetadas em relação às ideias de Adorno. Os casos de Chaplin, Orson Welles, Hitchcock, Howard Hawks, ou mais recentemente Woody Allen, David Fincher, David Lynch ou Steven Soderbergh haveriam de mostrar uma utilização inteligente, criativa e urdida dos códigos pré-fabricados, os quais, para os autores de Frankfurt, estavam condenados à formatação estupidificante.

Também a fotografia e a literatura deram sinais da sua arte entre a formatação das formas, e o caso da música clássica até terá beneficiado com a reproduzibilidade como meio para a sua familiarização. Desta forma, os públicos não ficaram, exclusivamente, limitados a conteúdos estupidificantes que não lhes exigisse esforço de descodificação e puderam exercer a sua capacidade crítica e interpretante em variados tipos de conteúdos.

A quarta crítica que apontamos ao pensamento da escola de Frankfurt é relativa ao entendimento que este faz dos efeitos dos *mass media*, isto é, a sua visão simplista da recepção dos conteúdos culturais e artísticos emitidos pelos *media*. Para os autores da Teoria Crítica, os produtos das indústrias culturais têm um efeito direto e imediato na manipulação das massas para fins ideológicos, mais precisamente, em função da preservação do regime e do pensamento da classe dominante.

Assim, os conteúdos emitidos iam enformados em mensagens ideológicas às quais os indivíduos, altamente reduzidos na autonomia e capacidade crítica, reagiam como estímulos. Ora, esta perspectiva, novamente unificadora e homogeneizante, situa-se em um nível muito primário da análise dos efeitos dos *media* ou no que se poderá designar uma análise puramente hipodérmica dos efeitos da comunicação de massa. Mais que nunca, hoje em dia esta tese apresenta-se inaceitável tendo em conta a experiência cultural de um debate vivo e das discussões intensas em torno dos *media*, que dão a ver um espaço de comunicação profundamente agonístico, onde se confrontam não apenas experiências simbólicas divergentes ao nível da recepção dos bens culturais, como também ao nível dos usos e utilizações dos *media* (mobilizadoras de formas originais de sociabilidade e de agregação dos indivíduos).

Estas novas experiências de produção e recepção dos bens culturais estão associadas não apenas aos novos *media* emergentes – às redes informáticas às mais variadas escalas, às novas tecnologias da televisão (satélite, cabo, programação individual), à radiodifusão direta etc. – como também aos *media* eletrônicos convencionais, que são objeto das mais variadas reapropriações simbólicas originais e imprevisíveis por parte dos indivíduos (na imprensa, na fotografia, no cinema etc.).

Por fim, referir que toda a Teoria Crítica acusa condições específicas do seu tempo, que entendidas no comprometimento ideológico de índole marxista, acaba por limitar o seu alcance científico e a sua validade no tempo.

Estas condições históricas dividem-se em duas. A primeira é referente aos regimes autoritários e fascistas da época – que obrigaram estes autores ao exílio – e que na sua eficaz exploração propagandística e ideológica dos meios de comunicação para o inculcamento das massas, condicionaram a perspectiva hipodérmica que a Teoria Crítica concluiu dos efeitos dos *mass media*. Os segundos condicionalismos históricos advêm do contacto, talvez brusco, destes autores com a sociedade mais consumista do momento, os Estados Unidos da América.

Já à partida condenado pela concepção marxista, o capitalismo americano, no seu puro estado de desenvolvimento em que tudo é mercantilizável e produzido na óptica do consumo, fez com que estes autores tecessem uma visão pessimista do futuro da arte e dos produtos culturais, apenas reduzidos a formatos e mercadoria.

Leitura Complementar

SE OS TUBARÕES FOSSEM HOMENS

Se os tubarões fossem homens, perguntou ao senhor K. a filha de sua senhoria, eles seriam mais amáveis com os peixinhos? Certamente, disse ele. Se os tubarões fossem homens, construiriam no mar grandes gaiolas para os peixes pequenos, com todo tipo de alimento, tanto animal quanto vegetal. Cuidariam para que as gaiolas tivessem sempre água fresca e tomariam toda espécie de medidas sanitárias. Se, por exemplo, um peixinho ferisse a barbatana, lhe fariam imediatamente um curativo, para que não morresse antes do tempo. Para que os peixinhos não ficassem melancólicos, haveria grandes festas aquáticas de vez em quando, pois os peixinhos alegres têm

melhor sabor do que os tristes. Naturalmente haveria também escolas nas gaiolas. Nessas escolas os peixinhos aprenderiam como nadar para a goela dos tubarões. Precisariam saber geografia, por exemplo, para localizar os grandes tubarões que vagueiam descansadamente pelo mar. O mais importante seria, naturalmente, a formação moral dos peixinhos. Eles seriam informados de que nada existe de mais belo e mais sublime do que um peixinho que se sacrifica contente, e que todos deveriam crer nos tubarões, sobretudo quando dissessem que cuidam de sua felicidade futura. Os peixinhos saberiam que este futuro só estaria assegurado se estudassem docilmente. Acima de tudo, os peixinhos deveriam evitar toda inclinação baixa, materialista, egoísta e marxista, e avisar imediatamente os tubarões, se um deles mostrasse tais tendências. Se os tubarões fossem homens, naturalmente fariam guerras entre si, para conquistar gaiolas e peixinhos estrangeiros. Nessas guerras eles fariam lutar os seus peixinhos, e lhes ensinariam que há uma enorme diferença entre eles e os peixinhos dos outros tubarões. Os peixinhos, iriam proclamar, são notoriamente mudos, mas silenciam em línguas diferentes, e por isso não podem se entender. Cada peixinho que na guerra matasse alguns outros, inimigos, que silenciam em outra língua, seria condecorado com uma pequena medalha de argaço e receberia um título de herói. Se os tubarões fossem homens, naturalmente haveria também arte entre eles. Haveria belos quadros, representando os dentes dos tubarões em cores soberbas, e suas goelas como jardim que se brinca deliciosamente. Os teatros do fundo do mar mostrariam valorosos peixinhos nadando com entusiasmo para as gargantas dos tubarões, e a música seria tão bela, que em seus acordes todos os peixinhos, como orquestra na frente, sonhando, embalados, nos pensamentos mais doces, se precipitariam nas gargantas dos tubarões. Também não faltaria uma religião, se os tubarões fossem homens. Ela ensinaria que a verdadeira vida dos peixinhos começa apenas na barriga dos tubarões. Além disso, se os tubarões fossem homens também acabaria a ideia de que os peixinhos são iguais entre si. Alguns deles se tornariam funcionários e seriam colocados acima dos outros. Aqueles ligeiramente maiores poderiam inclusive comer os menores. Isso seria agradável para os tubarões, pois eles teriam com maior frequência, bocados maiores para comer. E os peixinhos maiores, detentores de cargos, cuidariam da ordem entre os peixinhos, tornando-se professores, oficiais, construtores de gaiolas etc. Em suma, haveria uma civilização no mar, se os tubarões fossem homens.

BRECHT, Bertold. *Histórias do Sr. Keuner*. Editora 34, 2006, São Paulo, p. 53.



Exercícios de Fixação

01. (Uema/2011) A palavra ideologia, criada por Destutt de Tracy (1754-1836), significa estudo da gênese e do desenvolvimento das ideias. Com Karl Marx, o termo ideologia adquiriu um significado crítico e negativo. Identifique, nas opções abaixo, a única que contém informação correta sobre a concepção de Marx sobre ideologia.
- Conjunto de ideias que apresenta a sociedade dividida em duas classes, dominantes e dominados, visando à conscientização dos indivíduos.
 - Conjunto de ideias que mostra a totalidade da realidade, levando os indivíduos a compreenderem-na em si mesma.
 - Conjunto de ideias que dissimula e oculta a realidade, mostrando-a de maneira parcial e distorcida em relação ao que de fato é.
 - Conjunto de ideias que esclarece de forma contundente a realidade, mostrando que apenas pessoas da classe dominante podem governar.
 - Conjunto de ideias que estimula a classe dominada a alcançar o poder.

02. (Enem/2010)

A CHEGADA DA TELEVISÃO

A caixa de pandora tecnológica penetra nos lares e libera suas cabeças falantes, astros, novelas, noticiários e as fabulosas, irresistíveis garotas-propaganda, versões modernizadas do tradicional homem-sanduíche.

SEVCENKO, N. (Org). *História da Vida Privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

A TV, a partir da década de 1950, entrou nos lares brasileiros provocando mudanças consideráveis nos hábitos da população. Certos episódios da história brasileira revelaram que a TV, especialmente como espaço de ação da imprensa, tornou-se também veículo de utilidade pública, a favor da democracia, na medida em que

- amplificou os discursos nacionalistas e autoritários durante o governo Vargas.
 - revelou para o país casos de corrupção na esfera política de vários governos.
 - maquiou indicadores sociais negativos durante as décadas de 1970 e 1980.
 - apoiou, no governo Castelo Branco, as iniciativas de fechamento do parlamento.
 - corroborou a construção de obras faraônicas durante os governos militares.
03. (Enem/2015) A casa de Deus, que acreditam uma, está, portanto, dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Essas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras duas; cada uma, por sua vez, encarrega-se de aliviar o conjunto... Assim a lei pode triunfar e o mundo gozar da paz.

ALDALBERON DE LAON. In: SPINOSA, F. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

A ideologia apresentada por Aldalberon de Laon foi produzida durante a Idade Média. Um objetivo de tal ideologia e um processo que a ela se opôs estão indicados, respectivamente, em:

- justificar a dominação estamental / revoltas camponesas.
 - subverter a hierarquia social / centralização monárquica.
 - impedir a igualdade jurídica / revoluções burguesas.
 - controlar a exploração econômica / unificação monetária.
 - questionar a ordem divina / Reforma Católica.
04. (Enem/2011) No mundo árabe, países governados há décadas por regimes políticos centralizados contabilizam metade da população com menos de 30 anos; desses, 56% têm acesso à Internet. Sentindo-se sem perspectivas de futuro e diante da estagnação da economia, esses jovens incubam vírus sedentos por modernidade e democracia. Em meados de dezembro, um tunisiano de 26 anos, vendedor de frutas, pôe fogo no próprio corpo em protesto por trabalho, justiça e liberdade. Uma série de manifestações eclode na Tunísia e, como uma epidemia, o vírus libertário começa a se espalhar pelos países vizinhos, derrubando em seguida o presidente do Egito, Hosni Mubarak. Sites e redes sociais – como o Facebook e o Twitter – ajudaram a mobilizar manifestantes do norte da África a ilhas do Golfo Pérsico.

SIQUEIRA, C. D.; VILLAMÉA, L. A epidemia da Liberdade. IstoÉ Internacional. 2 mar. 2011 (Adaptado).

Considerando os movimentos políticos mencionados no texto, o acesso à Internet permitiu aos jovens árabes

- reforçar a atuação dos regimes políticos existentes.
- tomar conhecimento dos fatos sem se envolver.
- manter o distanciamento necessário à sua segurança.
- disseminar vírus capazes de destruir programas dos computadores.
- difundir ideias revolucionárias que mobilizaram a população.

05. (Universidade da Amazônia/2006) Louis Althusser considera o Estado constituído por um Aparelho Repressivo do Estado (ARE) e por Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). A escola é um dos aparelhos ideológicos do Estado porque
- A) transmite o saber produzido pela classe dominante, tornando-se instrumento de manutenção do *status quo* e das relações sociais de produção.
 - B) reproduz a formação dos agentes responsáveis pela operacionalização do sistema de produção, visando à transformação do *status quo* e das relações de produção.
 - C) interage o saber da classe dominante com o saber da classe dominada como estratégia de manutenção do *status quo* e das relações de produção.
 - D) mantém a ideologia do Estado, visando à democratização do saber escolar e as relações de produção.



Exercícios Propostos

01. (UEL/2008) No capitalismo, os trabalhadores produzem todos os objetos existentes no mercado, isto é, todas as mercadorias; após havê-las produzido, entregam-nas aos proprietários dos meios de produção, mediante um salário; os proprietários dos meios de produção vendem as mercadorias aos comerciantes, que as colocam no mercado de consumo; e os trabalhadores ou produtores dessas mercadorias, quando vão ao mercado de consumo, não conseguem comprá-las. [...] Embora os diferentes trabalhadores saibam que produziram as diferentes mercadorias, não percebem que, como classe social, produziram todas elas, isto é, que os produtores de tecidos, roupas, alimentos [...] são membros da mesma classe social. Os trabalhadores se veem como indivíduos isolados [...], não se reconhecem como produtores da riqueza e das coisas.

CHAUI, M. Convite à Filosofia. 13 ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 387.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre alienação e ideologia, considere as afirmativas a seguir:

- A) A consciência de classe para os trabalhadores resulta da vontade de cada trabalhador em superar a situação de exploração em que se encontra sob o capitalismo.
 - B) É no mercado que a exploração do trabalhador torna-se explícita, favorecendo a formação da ideologia de classe.
 - C) A ideologia da produção capitalista constitui-se de imagens e ideias que levam os indivíduos a compreenderem a essência das relações sociais de produção.
 - D) As mercadorias apresentam-se de forma a explicitar as relações de classe e o vínculo entre o trabalhador e o produto realizado.
 - E) O processo de não identificação do trabalhador com o produto de seu trabalho é o que se chama alienação. A ideologia liga-se a este processo, ocultando as relações sociais que estruturam a sociedade.
02. (UEG/2013) Leia a letra da canção abaixo:

IDEOLOGIA

Meu partido
 É um coração partido
 E as ilusões estão todas perdidas
 Os meus sonhos foram todos vendidos
 Tão barato que eu nem acredito
 Eu nem acredito
 Que aquele garoto que ia mudar o mundo
 (Mudar o mundo)
 Frequenta agora as festas do "Grand Monde"

Meus heróis morreram de overdose
 Meus inimigos estão no poder
 Ideologia
 Eu quero uma pra viver
 Ideologia
 Eu quero uma pra viver

 O meu prazer
 Agora é risco de vida
 Meu sex and drugs não tem nenhum rock 'n' roll
 Eu vou pagar a conta do analista
 Pra nunca mais ter que saber quem eu sou
 Pois aquele garoto que ia mudar o mundo
 (Mudar o mundo)
 Agora assiste a tudo em cima do muro

Meus heróis morreram de overdose
 Meus inimigos estão no poder
 Ideologia
 Eu quero uma pra viver
 Ideologia
 Eu quero uma pra viver

Cazuza/Roberto Frejat

A categoria "ideologia" é central para as ciências humanas. Nesse sentido, na letra da música citada, ela significa:

- A) uma inversão da realidade produzida pelos ideólogos, tal como na concepção de Marx, e que consiste numa necessidade do proletariado.
 - B) uma visão de mundo que os seres humanos necessitam para se adaptarem a um mundo em que as utopias perderam sua força mobilizadora.
 - C) um elemento que contribui para maior coesão social na medida em que explicita as contradições da sociedade de classes.
 - D) um fato social sem importância para a construção da subjetividade na sociedade atual e na qual todos são reduzidos à condição de consumidores.
03. (UEL/2006) "[...] uma grande marca enaltece acrescenta um maior sentido de propósito à experiência, seja o desafio de dar o melhor de si nos esportes e nos exercícios físicos ou a afirmação de que a xícara de café que você bebe realmente importa [...] Segundo o velho paradigma, tudo o que o *marketing* vendia era um produto. De acordo com o novo modelo, contudo, o produto sempre é secundário ao verdadeiro produto, a marca, e a venda de uma marca adquire um componente adicional que só pode ser descrito como espiritual". O efeito desse processo pode ser observado na fala de um empresário da Internet comentando sua decisão de tatuar o logo da Nike em seu umbigo: "Acordo toda manhã, pulo para o chuveiro, olho para o símbolo e ele me sacode para o dia. É para me lembrar a cada dia como tenho de agir, isto é, 'just do it'."

KLEIN, Naomi. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 45-76.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre ideologia, é correto afirmar:

- A) A atual tendência do capitalismo globalizado é produzir marcas que estimulam a conscientização em detrimento dos processos de alienação.
- B) O capitalismo globalizado, ao tornar o ser humano desideologizado, aproximou-se dos ideais marxistas quanto ao ideal humano.
- C) Graças às marcas e à influência da mídia, em sua atuação educativa, as pessoas tornaram-se menos sujeitas ao consumo.
- D) O trabalho ideológico em torno das marcas solucionou as crises vividas desde a década de 1970 pelo capital oligopólico.
- E) Por meio da ideologia associada à mundialização do capital, ampliou-se o fetichismo das mercadorias, o qual se reflete na resposta social às marcas.

04. (UFUB/2013) Há várias maneiras de despolitizar uma sociedade. A principal delas é impedir a circulação de informações e perspectivas distintas a respeito do modelo de funcionamento da vida social. Há, no entanto, uma forma mais insidiosa. Ela consiste em construir uma espécie de causa genérica capaz de responder por todos os males da sociedade. Qualquer problema que aparecer será sempre remetido à mesma causa, a ser repetida infinitamente como um mantra.

Vladimir Safatle, "Política de uma nota só". *Revista Carta na Escola*, n.67, p.50.

Analizando o texto, assinale a alternativa que apresenta como os meios de comunicação podem ser importantes ferramentas de conscientização ou de manipulação.

- A) A TV tem uma histórica finalidade nas democracias ocidentais de ser um instrumento irrestrito de politização, alcançando as diferentes classes sociais que recebem de maneira gratuita o alcance de seu sinal.
- B) O rádio, ao longo da história, estimula a plena circulação de informações e os diferentes olhares e perspectivas sobre a construção da vida social, sem se prender a interesses de grupos específicos.
- C) A Internet, por meio das redes sociais, impede a circulação de informações que não tenham um caráter eminentemente democrático, impedindo a construção de mantras que remetem à causa dos problemas sociais aos mesmos protagonistas.
- D) A imprensa foi a vanguarda dos meios de socialização de informação, contribuindo para a construção de espaços sociais livres da despolitização, assim como ocorreu na república militar, onde a imprensa desconstruiu as causas genéricas da ditadura.
- E) A tecnologia da informação pode ser usada de forma a conscientizar as camadas sociais, democratizando o acesso à informação e contribuindo para a produção do conhecimento na construção da vida social.
05. (Enem/2017 – 2ª Aplicação) A crítica é uma questão de distância certa. O olhar hoje mais essencial, o olho mercantil que penetra no coração das coisas, chama-se propaganda. Esta arrasa o espaço livre da contemplação e aproxima tanto as coisas, coloca-as tão debaixo do nariz quanto o automóvel que sai da tela de cinema e cresce, gigantesco, tremeluzindo em direção a nós. E, do mesmo modo que o cinema não oferece móveis e fachadas a uma observação crítica completa, mas dá apenas a sua espetacular, rígida e repentina proximidade, também a propaganda autêntica transporta as coisas para primeiro plano e tem um ritmo que corresponde ao de um bom filme.

BENJAMIN, W. *Rua de mão única: infância berlinense – 1900*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 (adaptado).

O texto apresenta um entendimento do filósofo Walter Benjamin, segundo o qual a propaganda dificulta o procedimento de análise crítica em virtude do(a)

- A) caráter ilusório das imagens.
- B) evolução constante da tecnologia.
- C) aspecto efêmero dos acontecimentos.
- D) conteúdo objetivo das informações.
- E) natureza emancipadora das opiniões.
06. (Simulado Avalia/SFB 2018)

Texto I

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido se esvai na fumaça da representação. [...] Portanto, na modernidade, o espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é 'o que

aparece é bom, o que é bom aparece'. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Texto II

O espelho preto é o reflexo dos smartphones, tablets, computadores e televisões. É também o nome da série britânica, em inglês, *Black Mirror*. Charlie Brooker, o criador, sumariza sua série da seguinte forma: "se a tecnologia é uma droga — e, parece mesmo ser uma — então quais são precisamente os efeitos colaterais?".

O fascínio por *Black Mirror* se dá em sua capacidade de ser, ao mesmo tempo que absurdistas; plausível. Nada do que acontece ali, por mais distópico que seja, parece distante dos "avanços" de nossa tecnologia. A série é uma mistura de Bauman, Foucault, Rousseau e vai-falando-aí qualquer outro teórico hypado da filosofia e sociologia.

Disponível: <<https://revistamoviem.net>> Publicado em Julho 29, 2016.

Sabendo que o Texto I foi publicado em 1967 que o Texto II é uma publicação contemporânea, que relação podemos fazer entre as publicações?

- A) O Texto II atualiza os pensamentos de Guy Debord, problematizando-o.
- B) Os textos representam visões distintas a respeito de um único tema: a sociedade midiaticizada.
- C) A série britânica em nada pode ser relacionada com as ideias de espetacularização apresentadas por Guy Debord.
- D) Os dois textos representam a ideia de que o espetáculo de massa é um fenômeno grandioso, positivo e inacessível.
- E) O Texto II sinaliza para o fato de que a sociedade contemporânea não é mais voltada ao mundo televisivo, e as pessoas tendem a esconder o que fazem para todos.
07. (Unimontes/2011) A ideia da ideologia, na sociedade capitalista, pressupõe a elaboração de um discurso homogêneo, pretensamente universal, que, buscando identificar a realidade social com o que as classes dominantes pensam sobre ela, esconde, oculta as contradições existentes e silencia as representações contrárias à dessa classe. Parte-se do pressuposto de que a sociedade capitalista é uma sociedade harmônica, em que não há nenhuma forma de exploração.

TOMAZI, N.D. *Sociologia da Educação*.

Considerando as reflexões do autor sobre esse tema, julgue os itens a seguir:

- I. Essas reflexões estão apoiadas nas ideias de Karl Marx sobre a ideologia na sociedade capitalista;
- II. Essas reflexões concordam com o fato de que a sociedade capitalista está dividida em classes que são contraditórias e conflituosas e que, portanto, existem explicações, teorias divergentes e discursos conflituosos sobre a realidade social;
- III. Essas reflexões estão apoiadas nas ideias de Max Weber sobre a sociedade capitalista;
- IV. Essas reflexões partem do pressuposto de que a ideologia é sempre expressa por um grupo ou por uma classe, sendo, portanto, o indivíduo apenas o subsidiário de todo um pensamento anterior e mais amplo sobre a vida social.

Estão corretos os itens

- A) II, III e IV, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I e IV, apenas.

08. (Unicentro/2010) Todos nós participamos de certos grupos de ideias [...]. São espécies de “bolsões” ideológicos, onde há pessoas que dizem coisas em que nós também acreditamos, pelas quais lutamos, que têm opiniões muito parecidas com as nossas. Há alguns autores que dizem que na verdade nós não falamos de fato o que acreditamos dizer, haveria certos mecanismos, certas estruturas que “falaríamos por nós”. Ou seja, quando damos nossas opiniões, quando participamos de algum acontecimento, de alguma manifestação, temos muito pouco de nosso aí, reproduzimos conceitos que circulam nesses grupos. Ideologia não é, portanto, um fato individual, não atua de forma consciente na maioria dos casos. Quando pretendemos alguma coisa, quando defendemos uma ideia, um interesse, uma aspiração, uma vontade, um desejo, normalmente não sabemos, não temos consciência de que isso ocorre dentro de um esquema maior, [...] do qual somos representantes – repetimos conceitos e vontades que já existiam anteriormente.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Ideologia: O que todo cidadão precisa saber sobre*. São Paulo, 1985, p.20.

A partir do texto, é possível afirmar que a ideologia é

- A) um fato individual, consciente e que se manifesta por vontades particulares.
- B) um conjunto de atitudes individuais e momentâneas que não interferem na vida social.
- C) algo que se reproduz fora e sem sofrer influências do grupo social.
- D) algo que se reproduz solitariamente.
- E) algo que se reproduz a partir da convivência entre os indivíduos em grupos, que defendem os mesmos interesses e possuem opiniões semelhantes.

09. (Unioeste/2009) Com base nos seus conhecimentos sobre o termo “ideologia”, considere as afirmativas a seguir:

- I. Trata-se de um conjunto de ideias, valores ou crenças que orientam a percepção e o comportamento dos indivíduos sobre diversos assuntos ou aspectos sociais e políticos;
- II. Na perspectiva marxista, a ideologia é um conceito que denota “falsa consciência”: uma crença misticante que é socialmente determinada e que se presta a estabilizar a ordem social vigente em benefício das classes dominantes;
- III. A ideologia consiste em ideias explícitas, fruto da reflexão coletiva e, portanto, internalizadas por todos os indivíduos sem possibilidades de se romper com seus pressupostos;
- IV. A ideologia pode ser usada para manipular, direcionar e/ou limitar a visão das pessoas sobre determinado assunto ou questão.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas.

- A) I e II
- B) I, II e III
- C) I, II e IV
- D) II e IV
- E) II, III e IV

10. (Enem/2018)

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda realização humana, uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo *ter* efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. Ao mesmo tempo, toda realidade individual tomou-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: contraponto, 2015.

Uma manifestação contemporânea do fenômeno descrito no texto é o(a)

- A) valorização dos conhecimentos acumulados.
- B) exposição nos meios de comunicação.
- C) aprofundamento da vivência espiritual.
- D) fortalecimento das relações interpessoais.
- E) reconhecimento na esfera artística.



Fique de Olho

O MAL DA IDEOLOGIA DE HOJE E DE ONTEM: ALIENAÇÃO

A **vida da humanidade** mostra que a história teve sempre líderes, ou grupo de líderes que conseguiram coadunar a seu pensamento um grande grupo social em torno de suas ideias, de suas doutrinas, grupos estes que passaram a não pensar por si próprios, aceitando tudo o que lhes era dito.

Ideologia é o conjunto de doutrinas e pensamentos que um líder ou o seu grupo tem como correto, basicamente uma universalização de certos valores.

É evidente que há algo bom na ideologia, é bom ter algo em que se acredita, em que se valoriza como ideal, que se luta para transformar, desde que o indivíduo seja consciente que ele pode não está correto para evitar verdadeiras alienações devido a ideologia.

Alienação refere-se a não pensar por si próprio, mas deixar que outros pensem por você. O século XX, por exemplo, traz um claro exemplo de alienação de pensamento, os alemães ao seguirem Hitler deixaram de pensar por si mesmos fazendo verdadeiras aberrações. **Hannah Arendt**, em **“Eichmann em Jerusalém”**, traz a expressão **“banalidade do mal”** devido a **Eichmann**, a quem ela se estarrece ao constatar ser um “bom” cidadão, pai e esposo, faz todo o planejamento para que milhares de judeus sejam mortos porque **Hitler** assim o disse que era ideal.

O exemplo de **Adolf Eichmann** é significativo, mas não é único, **Aristóteles**, mesmo que em outro contexto, já dizia **“É natural que o mais forte domine o mais fraco”** (o mesmo filósofo não ficou indiferente a ideologia de que os não-gregos, os bárbaros, são inferiores por natureza), foi assim na idade média quando o **catolicismo controlava os seus fiéis** sem permite-lhes o acesso as escrituras sagradas para interpretação pessoal (causando uma alienação coletiva do sacro, grande parte da população, durante vários séculos, contentavam-se a aceitar em nome da salvação uma opressão gigantesca). E assim é hoje, mesmo que camuflada, um olhar crítico no meio social percebe-se claramente uma ideologia alienando as pessoas.

Ainda que a tese de Marx seja amplamente criticada (aqui no sentido ruim da palavra), quando diz que a política, o direito, a religião, a moral, a estética entre outros seriam mais uma “roupagem” ideológica amplamente influenciada pela economia, ele foi bem coerente em dizer que a ideologia mascara a realidade.

O século XXI trouxe a globalização e ao contrário do que se imagina que com ela as diferenças se ressaltariam, é visível uma massificação, e de certa forma unificação, de valores e culturas. O capitalismo urge pelo lucro, precisam-se vender produtos sejam eles quais forem, vincula-se então a identidade de alguém a algo que ela tem.

Criou-se uma ideologia do consumismo, do viver o agora um “carpe diem” que desvincula do homem a sua cultura e impõe aquela dos líderes atuais. Valoriza-se os costumes e cultura dos mais ricos, mesmo que a realidade seja de pobreza. Aceita-se muito mais do que questiona-se as decisões políticas e de cunhos sócias, há uma imposição, ainda que mascarada, dos anseios da classe dominante na sociedade.

A essa **ideologia liga-se a alienação** de não se pensar sobre os porquês de se consumir tanto, não se reflete sobre o consumo só se consome. Não se reflete nas causas de não se investir tantas somas em educação, aceita-se que existe a necessidade de desenvolver as indústrias no país.

Há uma crise de identidade favorecida pela ideologia dos países de primeiro mundo. Alienação essa visível nos padrões de beleza, o Brasil é um país de misturas mil, ainda sim é claro um padrão estético tipicamente europeu.

Alienar é controlar, um pensamento crítico é mais que necessários para que as amarras que prendem o homem ao não pensar. É ótimo que se tenha algo como bom, como ideal pelo que se luta, desde que as pessoas não fiquem cegas e aceitem tudo calmamente como lhe é imposto.

Escrito por Diego Antunes

Disponível em: <http://originaleexclusivo.com.br/o-mal-da-ideologia-de-hoje-e-de-ontem-alienacao/>

Seção Videoaula



A Filosofia do Século XIX.



As Formas de Crença.

Aula
13

Filosofia Política

C-3 H-14, 15

Introdução

Não é raro que se ouça em todas as categorias sociais e em distintos lugares, expressões do tipo: “Eu odeio política”, ou “Eu não me envolvo em política”. A rigor não existe nenhuma atitude humana que pode ser denominada como “apolítica.” Até o ato de “não fazer política” já é um comportamento político. E isso vem se evidenciando cada vez mais nas sociedades democráticas e no mundo globalizado das novas tecnologias.

Na sociedade grega o termo “política” se referia aos modos de conviver em sociedade e à preocupação com a *res publica*, condição que não era restrita aos dirigentes das cidades. É verdade também que apenas participavam da vida das cidades uma pequena minoria da população, entendida como “cidadã”. Independente desta realidade, há que se continuar à buscar sempre novas respostas para o significado da expressão que ganha novos contornos em cada contexto social.

Os dicionários de Filosofia costumam trazer diversos conceitos para o termo, neste momento é importante que tenhamos conhecimento deles. Na origem grega, a palavra **Πολιτικά** (política) pode ser compreendida como “a doutrina do direito e da moral; a teoria do estado; a arte ou a ciência de governo; o estudo dos comportamentos intersubjetivos”⁵⁷.

Se o termo “política” vem do grego, deveríamos começar daí uma investigação acerca da possibilidade de acúmulo de conhecimento sobre o tema. Em síntese, a política era o agir na pólis e, mesmo enquanto atividade prática, possuía diferenças significativas em relação ao mesmo termo do modo como é usado atualmente.

57 ABBAGANANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

Platão, no entanto, pretendeu que a política poderia ir além das simples relações sociais efetivas de conflito e cooperação, fossem elas espontâneas ou determinadas pelos governantes. O autor vislumbra a possibilidade de desenhar, por meio da razão, uma ordem para as relações já existentes, a fim de se chegar a um ponto específico que esta determinaria. Assim, a política já não seria modificada sem um modelo em mente, sem ter uma direção para onde seguir; surge a ideia. As mudanças tampouco seriam por simples vontade ou força dos governantes ou dos governados. Platão cria um fim; ele se dispõe então a tratar dos meios.

A *República* trata de apresentar o governo ideal. O governo ideal é aquele que é justo e, se devemos procurar alguma teoria política em Platão, ela está relacionada à justiça e ao modo pelo qual é possível alcançá-la. Ocorre que a justiça em Platão não se refere apenas às relações dentro da organização política dada ou àquelas entre os indivíduos no trato particular. A justiça refere-se também à natureza do indivíduo (alma, sabedoria e virtude) e, em última instância, à organização do universo em cosmos.

Mal interpretado muitas vezes, o texto de Platão passa a ter como fim último uma conclusão preliminar: os filósofos devem ser reis, ou os reis devem ser filósofos. Não é o caso: o governo é uma necessidade que existe apenas para se evitar o “maior castigo”, isto é, “ser governado por alguém pior do que a gente quando a gente mesmo não quer governar; (...). Se uma cidade de homens de bem viesse à existência, lutar-se-ia nela, parece-me, para escapar ao poder”⁵⁸. Só há governo, então, porque nem todos são “homens de bem”.

A justiça que deve surgir na pólis não é apenas aquela que o governante pode impor pela lei ou pela força, é também aquela do indivíduo que sai da caverna e busca olhar o sol – ainda que a maioria jamais possa fazê-lo. A República não é um simples modelo para se fazer leis, ela é a tentativa do filósofo de criar uma nova ética para o ser humano, aquela do agir racionalmente. Se não há a crença de que todos possam alcançar o conhecimento, privilégio dos filósofos, concebe-se que todos possam compreender que quem deve governar são esses capazes de atingir as essências.

Apenas a partir dessa mudança mais ampla pode haver justiça, porque é imprescindível uma identidade entre “microcosmo” e “macrocosmo”, ou seja, entre o homem e a sociedade.

É importante lembrar que a Grécia de hoje pouco tem a ver com aquilo que se convencionou chamar de Grécia da Antiguidade, que não se caracterizava como um Estado unificado, mas como um conjunto de cidades, de comunidades políticas (pólis). O livro *A Política*, de Aristóteles, pode ser considerado o primeiro estudo de política comparada e foi organizado e escrito, segundo o historiador Moses Finley, “a partir de uma análise refinada das instituições políticas existentes; as matérias-primas eram agrupadas em monografias, que ele e os seus discípulos prepararam sobre a história constitucional de 158 comunidades políticas”⁵⁹.

Agora, vamos examinar alguns elementos constituintes da chamada democracia grega e, para facilitar a compreensão do texto, apresentamos inicialmente um pequeno glossário dos termos gregos.

Alguns termos e expressões do vocabulário político grego

- **ágora**: lugar de reunião; praça pública; espaço onde aconteciam assembleias populares. Em Atenas, era também o espaço onde estavam localizadas as instituições políticas.
- **aristocracia**: governo dos melhores, dos excelentes (*aristo*).
- **demos**: o povo; mais tarde recebe o sentido do conjunto dos cidadãos. Originalmente significava os territórios habitados pelos pobres.

58 PLATÃO. *A República*. Tradução e organização de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006. P. 347c-d

59 FINLEY, M. I. *Os gregos antigos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2002. Coleção: Lugar da História. P 115.

- **democracia:** regime no qual o poder pertence ao povo (*demós*).
- **dokimasia:** espécie de exame ao qual eram submetidos os pleiteantes a cargos e encargos públicos, que consistia em verificar não as competências técnicas, mas as virtudes cívicas do candidato.
- **ekklesia:** assembleia popular.
- **isègoria:** igualdade de direito à palavra pública, à palavra política; direito de falar nas assembleias.
- **isonomia:** igualdade de direitos perante a lei.
- **koinonia tôn politon:** comunidade de cidadãos.
- **meteco:** estrangeiro residente.
- **monarquia:** governo de um só (*monas*).
- **oligarquia:** regime no qual a soberania pertence a alguns (oligos) grupos.
- **pólis:** cidade; comunidade política.
- **politeia:** regime de governo; as instituições públicas.
- **ta politika:** política.
- **zoon politikon:** expressão utilizada por Aristóteles, que define o homem como animal político.

A democracia ateniense

Em Atenas, o princípio de soberania do povo significava, sobretudo, a igualdade entre os cidadãos, membros da comunidade política, e se sustentava fundamentalmente pelo exercício da cidadania ativa, por meio da **isonomia**, da **isègoria** e também da rotatividade dos cargos e sorteio.



FOLTZ, Philipp Von. *Pericles em Pnyx*, 1877.

Aristóteles critica a concepção política de Platão, para quem a cidade era uma aglomeração de pessoas com o objetivo de trocar serviços e produtos.

Para Aristóteles, há algo que não foi considerado: a cidade é uma “comunidade política” e “todas as comunidades visam a algum bem”⁶⁰. Há, portanto, uma nova compreensão do homem e da sociedade. O homem não está na cidade por conveniência apenas, mas por sua condição; a cidade não se baseia apenas na necessidade, mas também nos interesses dos indivíduos: “(...) o homem é por natureza um animal social; por isso, mesmo que os homens não necessitem de assistência mútua, ainda assim eles desejam viver juntos. Ao mesmo tempo eles são levados a reunir-se por interesses comuns, na medida em que cada um deles pode participar de uma vida melhor. É este, então, o principal objetivo de todos e de cada um em separado na vida comunitária (...)”⁶¹

Devido a outras questões que estão além das considerações estritamente políticas, Aristóteles compreende que a ciência política tem um papel que vai além do pensamento sobre a

60 ARISTÓTELES. *Política I*. Tradução de Mário da Gama Cury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. P. 1252ª.

61 ARISTÓTELES. *Política III*, 4, 1278b. Tradução de Mário da Gama Cury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

cidade ideal. Segundo Aristóteles, deve-se conhecer os governos reais e as diferenças entre as constituições para, em seguida, se considerar as especificidades e os limites naturais da aplicação das constituições conhecidas em cada cidade. A consideração da melhor constituição, contudo, não é descartável, porque será por meio desse conhecimento que se poderá conceber um modo pelo qual qualquer constituição criada pode ser conservada. É por esse motivo que o filósofo realiza um estudo dos diversos tipos de constituições em sua obra.

Podemos concluir que, para Aristóteles, a política se constituía na investigação em torno do bem supremo, daí que se constituía na ciência mais importante. Por sua vez, o homem como animal político se define na sua existência por meio de uma vida organizada politicamente.

Aristóteles define a cidade e sua finalidade como “uma comunidade completa, formada a partir de várias aldeias e que, por assim dizer, atinge o máximo de autossuficiência. Formada a princípio para preservar a vida, a cidade subsiste para assegurar a vida boa”⁶².

É preciso reconhecer que a igualdade jamais foi plena, mesmo no auge da democracia ateniense, quando eram considerados cidadãos apenas os homens adultos, nascidos em Atenas, sobretudo pelo fato de falarem a língua grega. Portanto, eram excluídos da vida política: as mulheres, as crianças, os escravos e os estrangeiros (metecos).

Quando nasce a democracia?

Segundo Sólon, o autor da Constituição de Atenas, no início do século IV a.C., o exercício da cidadania já começava a se ampliar, deixando de ser privilégio da classe dos aristocratas e dos camponeses abastados, para incorporar também a classe dos tetas. No entanto, é durante o século V que ela se torna uma realidade na vida cotidiana dos atenienses.

A última (classe) que reunia todos aqueles que tinham rendimentos inferiores a duzentas medidas de grãos. Na época clássica, os tetas correspondiam sensivelmente à metade da comunidade cívica e serviam na armada, como remadores. Ao acreditar no autor da Constituição de Atenas, os tetas não podiam ascender às magistraturas. Mas tinham, por direito assento na assembleia e nos tribunais. (...)

É perfeitamente legítimo supor que o acesso dos tetas às assembleias não tenha sido o resultado de uma reforma concebida por um legislador, mas sim uma situação de fato, resultante dos tumultos que caracterizaram a história de Atenas no séc. VI (...).

MOSSÉ, C. *O cidadão na Grécia Antiga*. Tradução de Rosa Carreira. Revisão da Tradução Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, 1999. Coleção: Lugar na História. p.24, 25

Uma das diferenças essenciais da democracia ateniense para as democracias contemporâneas é que na sua política não havia o Estado, essa instituição que caracteriza a política moderna e contemporânea. Os atenienses viviam e praticavam a democracia direta; para eles, o político e o social não se separam. Os cidadãos são políticos, eles não têm representantes. Daí que toda decisão no campo político é imediatamente uma conquista social. Na democracia moderna, o povo exerce sua soberania por meio de representantes – os políticos.

Vale à pena observar como Jean-Jacques Rousseau critica a alienação da soberania e a ameaça da perda da liberdade política, como consequências diretas das formas representativas de governo:

62 ARISTÓTELES. *A Política*. Edição bilingue, grego-português. Tradução de Antonio C. Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega, 1998. p. 53.

Desde que o serviço público deixa de constituir a atividade principal dos cidadãos e eles preferem servir com sua bolsa a servir com sua pessoa, o Estado já se encontra próximo da ruína. (...) A soberania não pode ser representada pela mesma razão porque não pode ser alienada, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade absolutamente não se representa. É ela mesma ou é outra, não há meio-termo. Os deputados do povo não são nem podem ser seus representantes; não passam de comissários seus; nada podendo concluir definitivamente. É nula toda a lei que o povo diretamente não ratificar; em absoluto não é lei. O povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez esses eleitos, ele é escravo, não é nada. (...) A ideia de representantes é moderna; vem-nos do Governo feudal, desse governo iníquo e absurdo no qual a espécie humana só se degrada e o nome de homem cai em desonra. Nas antigas repúblicas e até nas monarquias, jamais teve o povo representantes, e não se conhecia essa palavra.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores). p. 106-108.

De volta à Antiguidade. Os atenienses exerciam seu poder, sua soberania, diretamente na *ekklesia* e faziam-no porque eram iguais. Uma vez assegurada a igualdade de direitos perante a lei (isonomia) e também o igual direito ao uso público e político da palavra nas assembleias (*isêgoria*), os atenienses, após debates e deliberações, tomavam decisões que deveriam ser executadas. Como isso acontecia? É preciso saber que, no governo da coisa pública, os cargos fixos eram raros, em geral, os cidadãos eram encarregados de executar tarefas.

De que forma se decidia a distribuição das tarefas ou dos cargos? Havia escolha, indicação, eleição?

Não nos esqueçamos de que, para os atenienses, a eleição era um princípio antidemocrático, portanto, deveria ser evitado. Eles entendiam que a eleição poderia criar distinções na sociedade, afinal, escolheriam-se os melhores (princípio da aristocracia) e com isso se abriria espaço para que os interesses comuns fossem administrados por alguns (princípio da oligarquia). Por essa razão, os atenienses optavam pelo sorteio. Os críticos da democracia ficavam estarelecidos com essa prática, afinal, os cargos públicos sorteados eram muito importantes.

Considerando-se a enorme responsabilidade do exercício da cidadania e as responsabilidades implicadas, o sorteio só poderia ser realizado se o candidato fosse voluntário e capaz de uma rigorosa autoavaliação. Uma vez disposto a exercer a cidadania, o candidato era submetido à *dokimasia*, que era "um exame não das suas competências, mas das suas virtudes cívicas"⁶³.

Outro procedimento adotado na democracia ateniense era que os cargos eram assumidos de forma colegiada, com o objetivo de salvaguardar o poder das deliberações coletivas e minimizar os possíveis equívocos individuais na condução dos trabalhos; "por fim, cada magistrado poderia ser suspenso em curso de mandato, por um voto da Assembleia"⁶⁴.

A Política na Idade Média e no Renascimento

A compreensão da política como possuidora de uma finalidade superior será de grande importância durante a Idade Média, ainda que, nesse imenso período a virtude humana seja

63 ARISTÓTELES. *A Política*. Edição bilingue, grego-português. Tradução Antonio C. Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega, 1998. p. 38.

64 *Ibidem*.

substituída pela salvação das almas. A política é, então, muito pouco autônoma, devendo seguir todos os tipos de ordem de caráter religioso. Há uma lei superior, anterior ao direito comum, pela qual deve se orientar o governante. A orientação religiosa é critério de legitimidade, tanto frente à Igreja, instituição universal, como frente aos que lhe obedecem, o povo. Que se compreenda que não se trata de dizer que a religião nega a política, há uma coexistência e uma relação entre ambas, sendo que o rei impõe sobre os corpos aquilo que a Igreja não consegue imprimir nas almas; a Igreja, por si só, talvez não pudesse convencer pela promessa de um castigo que está distante – após a vida – e tampouco seria coerente ou bem vista caso aplicasse os castigos terrenos, "(...) a Igreja, não podendo abster-se da coerção, adaptou-a aos poucos às regras éticas do governo. Quase sacerdotização da espada, na falta de poder desarmar o sacerdócio"⁶⁵. Das concepções políticas de Santo Agostinho – que será base do pensamento da alta Idade Média por séculos –, passando, já no século XII, pelas releituras cristãs das obras de Aristóteles – que duram até o fim desse período e além –, a política medieval é entendida como reprodução do que lhe é anterior e superior.

À medida que os reis puderam apropriar-se cada vez mais do governo, tirando esse das imposições religiosas, a teoria política passa também a seguir esse movimento, e o Renascimento será um ponto de inflexão entre a independência ou a subordinação da política. Esse ponto de inflexão é o que irá questionar a própria teoria política sobre seu papel e seu objeto. Parte da teoria política resiste em abandonar o vínculo entre o político e o religioso; do outro lado há a consideração de que assim deve ser e que o governo significa governo dos homens, sob a lei dos homens. Há ainda a retomada das concepções clássicas da política como instrumento de realização da virtude. As novas questões com as quais a teoria política deve lidar não cessam seu desenvolvimento, já que vários textos são produzidos nessa época. Contudo, podemos dizer que há uma crise que se apresenta, isto porque passa-se a questionar elementos que antes eram aceitos como pressupostos.

É nesse contexto que se vislumbra a possibilidade de que a teoria política possa servir de conselho útil ao soberano, indicando-lhe não apenas o que fazer, mas como fazer. A decisão por orientá-la nesse sentido aponta já, em alguma medida, para as respostas dadas pelos autores às questões apresentadas. Os meios ganham mais importância que os fins; a manutenção do "Estado" – ou de seu precursor equivalente na época – torna-se mais interessante que sua função.

Com a vantagem de uma compreensão a posteriori desse conflito e do conhecimento de quais perspectivas se tornam hegemônicas, é fácil considerar que a resposta vencedora dos embates teóricos foi aquela que definia como objeto da política a manutenção do poder acima de qualquer outro elemento e, portanto, conferia uma autonomia à política relativamente à moral religiosa. A predominância desse ponto de vista foi o que moldou as bases da teoria política moderna que iria vigorar nos séculos seguintes. Essas bases teóricas se fixaram de tal modo que não sofreram grandes ameaças antes do século XIX. Considerando isso, passaremos à análise de autores; cujas ideias sobre o estudo da política portam diferenças significativas, mas que possuem em comum determinados aspectos que permitem que sejam considerados como modernos ou, no caso de Maquiavel, como base do pensamento moderno. Vários fatores contribuíram para que tal concepção de política se tornasse hegemônica, dentre os quais vale destacar o próprio contexto histórico, do enfraquecimento da religião e do fortalecimento da soberania dos Estados com o domínio do rei. De modo que o objeto político passa a ser a manutenção do poder, conferindo autonomia a esta sobre a moral religiosa.

65 SENELLART, Michel. *As Artes de Governar*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: 34, 2006. P.30.

Nicolau Maquiavel e a política moderna

Como reflexo das mudanças econômicas do século XV, a formação dos Estados nacionais foi acompanhada do advento do absolutismo, pelo qual os monarcas eram considerados soberanos incontestes em seus territórios. Diante dessa forma de autoridade, diversos autores compuseram teoricamente o poder absoluto dos reis, mas também analisavam os fundamentos desse poder a fim de compreender como ele se exercia sobre o conjunto dos súditos e quais deveriam ser suas características para melhor atingir seus objetivos. Entre os pensadores que refletiram sobre a natureza do Estado nesse novo contexto político, destacam-se os nomes de Maquiavel e Thomas Hobbes (1588-1679).

No período renascentista podemos considerar Maquiavel como **o mais importante filósofo político**. É reconhecido como o “pai do pensamento e da ciência política moderna”, devido aos seus escritos sobre o Estado e o governo. Para o pensador italiano (nascido em Florença) interessava estudar o governo como realmente é – *la verità effettuale della cosa* (a verdade efetiva da coisa) – e não como deveria ser.

Tivera uma longa experiência política ocupando cargos no governo da dinastia Médici, de onde mais tarde reuniu suas impressões em uma obra cujo centro de suas reflexões será o fundamento da manutenção do exercício político pelo príncipe. Em sua obra clássica, *O Príncipe*, trata exatamente das causas do sucesso ou do fracasso na condução do poder político pelo governante. A diferença da teoria maquiavélica em relação às outras reflexões políticas reside no fato de que, segundo Maquiavel, as razões políticas em hipótese alguma devem se deixar guiar pelas motivações de ordem moral.

Deve-se destacar que foi Maquiavel quem ofereceu ao Estado o termo “absoluto”, significando o poder central e soberano capaz de decidir, sem compartilhar esse poder com nenhum outro indivíduo, sobre as questões tanto exteriores quanto interiores de uma coletividade.

Para Maquiavel, a política como propriedade natural do homem é substituída pela política como atividade constitutiva da existência coletiva. Essa afirmação se fundamenta no conhecimento prático que se pode ter das repúblicas ou principados, bem como da história política da Antiguidade.

Maquiavel afirma ser a história a mestra dos atos e que o mundo sempre foi habitado por homens com as mesmas paixões, sempre existindo governantes e governados, bons e maus súditos.

As regras políticas nada têm a ver com qualquer tipo de dever moral ou religioso. Ao contrário, Maquiavel entende que o Estado deve ser separado do poder religioso ou de qualquer princípio anterior às práticas políticas.

Para ele, o Estado é um tipo de legislador que define o que é justo e o que é injusto. Este é um princípio que deve ser mantido constantemente, quaisquer que sejam os meios utilizados pelo legislador.

Maquiavel afirma que “nos atos de todos os homens, em especial dos príncipes, em que não há tribunal a quem recorrer, somente importa o êxito, bom ou mau. Procure, pois, um príncipe vencer e preservar o Estado. Os meios empregados sempre serão considerados honrosos e louvados por todos”⁶⁶.

Sendo assim, Maquiavel procurou indagar que conduta deve adotar quem tem como projeto a instauração ou representação de um principado duradouro, forte e feliz. **Ao príncipe é melhor ser temido do que amado**, uma vez que a natureza humana é propícia às vilanias. “Os homens costumam ser ingratos, volúveis, dissimulados, covardes e ambiciosos de dinheiro”⁶⁷, afirma Maquiavel.

Nesse caso, a nova virtude (**virtú**) do príncipe deve ser a firmeza do caráter, a coragem militar, a habilidade do cálculo e a capacidade de sedução. Se quiser o poder, é preciso desejá-lo como onipotência e tomá-lo, não admitindo fraquezas nem compromissos.

O desejo de Maquiavel era ver a Itália, dividida em guerras internas, unida. Para isso, propõe investigar empiricamente as posturas políticas e a sociedade a partir dos fatos humanos, uma vez que a ciência política é uma ciência concreta, tendo como objeto o fenômeno do poder.

Por fim, de todo esse pensamento sobressai à preocupação em descrever os fundamentos da ação política em um campo filosófico totalmente desvinculado de uma visão otimista do homem, isto é, a lógica do poder político obedece senão única e exclusivamente aos princípios de um único cálculo racional: **“os fins justificam os meios”**. E, sendo assim, se for necessário que o soberano lance mão da força ou até mesmo da crueldade, isso é perfeitamente racional, de acordo com a lógica da ação política maquiavélica, ou seja, a manutenção do poder político.

Os filósofos contratualistas

A questão que iremos abordar com esses filósofos diz respeito à **fundamentação do Estado**. O que eles querem saber é qual a origem do estado, das leis, do governo etc. São chamados de “contratualistas” porque entendem que o estado nasce a partir do contrato ou pacto firmado entre os homens. No entanto, é apenas isso o que há de comum entre os contratualistas, pois, cada um tem uma concepção diferente sobre o governo, o exercício do poder, o papel do povo diante do Estado etc. A ideia do “contrato” é expressa por meio de uma distinção feita entre Estado de Natureza e Estado Civil. O primeiro seria um modo de vida em que os homens não se subordinam a nenhuma lei, nenhum tipo de governo; o segundo seria exatamente a passagem para uma vida em sociedade, regrada e subordinada a determinadas leis, fruto do próprio contrato, ou pacto, entre as pessoas.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778): A constituição da Sociedade Civil

Rousseau nasceu em Genebra, e sua vida foi preenchida por muitas ocupações: filósofo, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Além de ser uma das mentes mais marcantes do iluminismo francês, Rousseau também foi precursor do romantismo.

A obra de Rousseau influenciou ideologicamente a segunda fase da Revolução Francesa – a última das revoluções modernas, e que iniciou um período de terror e instabilidade política, que acabaria por levar à ditadura de Napoleão. O princípio da soberania popular e da igualdade de direitos, ideias defendidas por Rousseau em suas obras teóricas, transformou-se na principal bandeira dos revolucionários.

Rousseau notabilizou-se a partir de duas obras, *Discurso sobre a origem e Fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755). Em ambas, Rousseau deixou registradas suas reflexões acerca do tema das desigualdades e injustiças sociais. Ele identifica na maneira como a sociedade se encontra organizada a explicação para a desigualdade e a injustiça.

Alguns estudiosos consideram Rousseau um antecessor do socialismo e do comunismo, devido à constatação das desigualdades como frutos da competição e da hierarquia mal constituída. Foi pioneiro no ataque à propriedade privada.

Outra preocupação de Rousseau foi explicar os fundamentos do poder político exercido pelo Estado. Para o filósofo, o fundamento do poder político é a soberania popular, e o objetivo do governo deveria ser assegurar a liberdade, a igualdade e a justiça para todos.

Em toda a obra de Rousseau, podemos perceber que a principal preocupação de sua filosofia é a de libertar o homem. Tanto que

66 MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Porto Alegre: L & PM Pocket, 1999. p. 111.

67 *Ibidem*.

ele chegará a afirmar uma suposta natureza bondosa do homem, somente corrompida devido ao modo como os homens se organizam para viabilizar o convívio social. Ao contrário de Thomas Hobbes, Rousseau acredita que o estado de natureza não é a face perversa da natureza humana, mas que para assegurar os direitos de todo homem, a constituição da sociedade civil seria a melhor situação. Analisemos o que escreveu Rousseau a respeito da criação da sociedade civil:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: "Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!". Grande é a possibilidade, porém, de que as coisas já então tivessem chegado ao ponto de não poder mais permanecer como eram, pois essa ideia de propriedade, dependendo de muitas ideias anteriores que só poderiam ter nascido sucessivamente, não se formou repentinamente no espírito humano. Foi preciso fazer-se muitos progressos, adquirir-se muita indústria e luzes, transmiti-las e aumentá-las de geração para geração, antes de chegar a esse último termo do estado de natureza. [...] Esses primeiros progressos puseram, por fim, o homem à altura de conseguir outros mais rápidos. Quanto mais esclarecido o espírito, mais se aperfeiçoava a indústria. Logo, deixando de adormecer sob a primeira árvore, ou de recolher-se a cavernas, encontrou alguns tipos de machados de pedra, duros e cortantes, que serviam para cortar a lenha, cavar a terra e fazer choupanas de ramos, que logo resolveu cobrir de argila e lama. A essa época se prende uma primeira revolução que determinou o estabelecimento e a distinção das famílias e que introduziu uma espécie de propriedade da qual nasceram talvez brigas e combates. No entanto, como os mais fortes possivelmente foram os primeiros a fazer habitações que se sentiam capazes de defender, é de crer que os fracos acharam mais rápido e seguro imitá-los do que tentar desalojá-los e, quanto aos que já possuíam cabanas, nenhum deles certamente procurou apropriar-se da de seu vizinho, menos por não lhe pertencer do que por ser-lhe inútil e não poder apossar-se dela sem expor-se a um combate violento com a família ocupante.

ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1999. p. 89-90.

Thomas Hobbes (1588-1679)

A sua filosofia, no que diz respeito ao conhecimento, é **empirista**, no entanto, não é com isso que iremos nos preocupar nesse momento, já que trabalhamos com essa problemática anteriormente. A questão que agora norteia as nossas discussões é compreender os pontos principais de sua teoria política.

Pode-se antecipar aqui e dizer que, conforme o desenvolvimento do pensamento hobbesiano, sua teoria do estado desembocará na defesa do **estado absolutista**.

Estado de Natureza: De início os homens vivem no estado de natureza, onde gozam de liberdade total, pois não há leis, nem governante. No entanto, pelo egoísmo, os homens começam a querer levar vantagem sobre os outros, o que faz das relações humanas uma verdadeira guerra de todos contra todos. Hobbes, em uma frase, condensa essa ideia e diz que: "o homem é lobo do homem".

O único meio de restabelecer a ordem, a paz e a segurança seria então por meio de um "contrato" ou "pacto", feito entre os homens, no intuito de delegar poderes a um soberano que, tendo plenos poderes, possa garantir a ordem e a paz entre todos.

O soberano passa a ter poderes absolutos e, no momento do pacto, todas as pessoas delegariam a ele a liberdade de que gozavam no estado de natureza. Assim surge o **estado civil**, onde deve imperar a ordem e a obediência ao soberano.

A ideias de Hobbes sobre o estado absoluto foram descritas em sua obra *Leviatã*. Com esse título, Hobbes quer passar exatamente a ideia do poder desse estado. Leviatã é um monstro da mitologia bíblica que encarna a força e o poder, e serve para Hobbes como exemplificação do estado que deve surgir após o pacto ou contrato entre as pessoas.

Depois de firmado o contrato, o soberano passa a ter domínio sobre tudo no estado, podendo usar a força e a violência quando necessária para manter a ordem.

Temos, portanto, em Hobbes, uma concepção negativa sobre o ser humano, ou seja, o homem, por natureza, é mau e precisa de correção. Tal correção vem por meio de um estado absoluto, que é capaz de, por intermédio das leis e da força, por fim à desordem do estado natural.

John Locke (1632-1704)

A Inglaterra do século XVII foi marcada pelas lutas travadas entre a morte da ordem feudal e o crescimento do liberalismo político e econômico.

A história, entretanto, apontava uma outra direção: as transformações sociais em curso faziam emergir uma nova classe que crescia economicamente e que se encontrava despojada do apoio necessário da Coroa para expandir seus mercados. Essa fração da sociedade não tinha o controle efetivo da situação política da Inglaterra, por isso, fazia-se necessário derrubar a velha ordem para progredir no sentido da liberdade e do mercado que o acompanha.

O choque de interesses teve seu apogeu na Revolução Gloriosa, em 1689, pondo fim ao absolutismo inglês e seus princípios filosóficos, e fez ascender ao poder Guilherme de Orange e sua esposa Maria. A Revolução tornou possível a derrubada do Estado que protegia um sistema essencialmente feudal, passando o poder para as mãos de uma nova classe, tornando possível o desenvolvimento do capitalismo.

Foi nesse intenso clima de lutas por interesses e de crescimento dos princípios liberais da economia e da política que John Locke nasceu, em 29 de agosto de 1632, em Wrington. Em termos de política, é considerado um "filósofo contratualista", pai do liberalismo econômico. Sua preocupação, entre outras, é com a fundamentação do Estado, para o qual irá desenvolver a teoria do estado de natureza e do estado civil. No âmbito propriamente filosófico, John Locke escreveu uma das suas principais obras, *Ensaio sobre o entendimento humano*, que levaria 20 anos para ser concluída. Nessa obra, Locke se envolve em investigações sobre "teoria do conhecimento". Diz que o conhecimento humano está todo baseado na experiência sensível, rejeitando, assim, as ideias inatas de Descartes. Ao colocar na experiência a base fundamental do conhecimento, Locke pode ser considerado um empirista.

Locke escreveu também a *Carta sobre a tolerância*, discurso sobre a liberdade de consciência religiosa, e os *Dois Tratados sobre o governo civil*, onde criticou duramente os princípios do absolutismo e fundamentou as ideias políticas liberais.

Dentre suas ideias, Locke defende a liberdade e a tolerância quanto às crenças de cada um e afirma que a propriedade privada, instituída pelo trabalho, é um direito natural do indivíduo que cabe ao Estado garantir. A finalidade do Estado, gerado pelo contrato social e legitimado pelo consentimento, é a de preservar os direitos naturais; para tanto, deve funcionar como o guardião das leis e árbitro dos conflitos; as regras econômicas ficam a cargo dos proprietários privados e das leis de mercado.

O estudo da filosofia política de John Locke nos leva a compreender quais os fins da sociedade política e do governo.

Para o autor e a sociedade de seu tempo, esta questão se dá por resolvida no campo teórico: “(...) o fim maior e principal para os homens unirem-se em sociedades políticas e submeterem-se a um governo é, portanto, a conservação de sua propriedade”.

No estado de natureza, os homens carecem de sentido político e de leis estabelecidas de proteção à propriedade. Porém, isso não se dá na sociedade política unida pelo **consentimento** entre os homens, tendo como fim último a proteção da propriedade privada. As portas da história estão abertas para que a sociedade das trocas se desenvolva e para que as novas leis a protejam.

A Política no mundo contemporâneo

Embora as relações entre Estado e sociedade tenham mudado no decorrer do processo histórico, podemos dizer que nas modernas sociedades democráticas o exercício do poder se faz pela combinação da coerção ostensiva (força policial ou militar, lei, justiça) com a formação do consenso da sociedade em torno de determinados objetivos. As contradições e conflitos gerados no processo social encontram expressão, na política, nas tendências que defendem os diversos interesses dos grupos sociais.

Se as revoluções do século XVIII desencadearam o processo de conquistas das classes burguesas, que encontraram expressão no Estado liberal, o século XIX foi marcado pela experiência das **revoluções socialistas**, que assinalaram o processo de organização das classes trabalhadoras e culminaram na Revolução de Outubro de 1917. Os socialistas se propunham a instaurar uma nova ordem social democrática, objetivo que exigia a expansão internacional do movimento; mas fracassaram as revoluções socialistas que irromperam na Europa, e a tarefa de reestruturação econômica a se realizar na Rússia mostrou-se gigantesca, além das dificuldades políticas geradas pela resistência tanto de forças internas quanto dos países capitalistas ocidentais. Assim, por força das circunstâncias e pelo modo como foi conduzido, o projeto socialista inicial se desfigurou e desembocou em um regime totalitário, semelhante aos regimes ditatoriais que levaram o Ocidente à Segunda Guerra Mundial.

De outro lado, a política posta em prática a partir da Segunda Guerra Mundial acentuava o papel do Estado na organização da economia, por meio de investimentos ou subsídios à indústria, e pela garantia dos direitos sociais (saúde, habitação, educação, transporte, seguridade) a todos os cidadãos. Até a década de 60, os países capitalistas da Europa Ocidental conseguiram não só recuperar-se das devastações da guerra, mas ainda alcançaram um grande desenvolvimento econômico. Dentre os fatores desse desenvolvimento, estão a revolução tecnológica e os avanços da informática nos países de capitalismo avançado, assim como a expansão da indústria baseada na linha de montagem em países do Terceiro Mundo. Esse processo, porém, estabeleceu grandes disparidades econômicas e sociais entre os países subdesenvolvidos e o Primeiro Mundo, que, depois de um período áureo, começou a sentir as primeiras manifestações da crise econômica na década de 70.

O fim do regime soviético, simbolizado na Queda do Muro de Berlim (1989), desencadeou um processo de profundas transformações no cenário político e econômico mundial. Enquanto se redefinem as fronteiras geográficas, e os países que formavam a antiga União Soviética tentam se reorganizar no campo da política e da economia, os países capitalistas tentam resolver os novos problemas colocados pelo sistema de produção e pelas novas relações de mercado.

O neoliberalismo, adotado inicialmente pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, foi a proposta política que inúmeros países passaram a adotar para enfrentar a crise econômica. Essa política reduz a participação do setor público na economia, defende a ampliação do mercado e o libera da direção do Estado.

A política neoliberal tenta responder às necessidades de recuperação e expansão da economia capitalista, que, em seu processo, gera contradições internas que precisam ser superadas para que se retome o desenvolvimento.

A revolução tecnológica gerou um processo de mudanças aceleradas no modo de produção, que assume novos contornos na globalização da economia; esse processo implica a reordenação das relações de trabalho, que se efetiva na substituição do trabalho humano pelas máquinas, na divisão mais elaborada de funções que exigem o empenho constante na especialização do trabalhador, no remanejamento da mão de obra e conseqüente aumento do desemprego, na diversificação da produção de bens e serviços.

AS TEORIAS CONTRATUALISTAS			
Representantes			
	Hobbes (1588-1679)	Locke (1632-1704)	Rousseau (1712-1778)
	Filósofo inglês tal como Locke. A sua teoria política parte da ideia de que o homem é mau por natureza. O objetivo fundamental do Estado é garantir a segurança e a paz social, porque esse é o interesse primordial de cada ser humano.	É considerado o pai do liberalismo político. Rejeitou o pretensão caráter divino da monarquia. Para Locke, a soberania reside na comunidade, no povo e não no rei. O estado deve respeitar os direitos individuais.	Filósofo francês, é considerado um dos máximos expoentes do Iluminismo. Defendeu a bondade do ser humano. É a sociedade que corrompe a bondade do ser humano.
Estado de Natureza	Antes da criação do poder do Estado impera a lei natural do mais forte. O estado de natureza é aquele em que todos se julgam com direito a tudo. Por isso, ninguém reconhece ou respeita direito algum. A vida humana é nesta situação um constante conflito e está constantemente ameaçada pela guerra de todos contra todos.	No estado de natureza, antes de haver Estado, os indivíduos já gozam de direitos básicos, como a liberdade, a propriedade e o direito à vida. Contudo, não existem mecanismos que obriguem ao respeito destes direitos naturais nem para legitimamente castigar os que os violam.	Antes de haver Estado e sociedade organizada, os seres humanos são livres, iguais e bons. A sociedade é que os corrompe. No estado natural, há contudo dificuldade em satisfazer as necessidades básicas. Não há direitos anteriores ao contrato.
Contrato	Ninguém, racionalmente, pode aceitar viver uma situação em que não há garantia alguma de continuar a viver. Para garantir uma certa segurança, ordem e estabilidade, os indivíduos renunciam incondicional e irrevogavelmente a todos os seus direitos. Cedem-nos a uma só pessoa: o soberano, a única autoridade que pode assegurar a ordem e a paz sociais.	Para assegurar o respeito pelos direitos naturais, os indivíduos dão ao Estado o poder de os defender e tutelar. O contrato social é revogável: pode ser revogado caso os governantes não respeitem os direitos inalienáveis dos cidadãos.	Cada membro da sociedade abdica sem reserva de todos os seus direitos em favor da comunidade. Mas como todos abdicam, na verdade, cada um nada perde. Cada membro enquanto elemento ativo do todo social, ao obedecer à lei, obedece a si mesmo. O contrato não faz o indivíduo perder a sua soberania, pois ele não cria um Estado separado de si mesmo.
Conseqüência	Estado autoritário: poder absoluto do monarca ou do soberano.	Democracia representativa.	Democracia direta.

Imagens: 123RF/Anayax Brasil

O desenvolvimento de um mercado mundial exige a derrubada das barreiras que dificultam o sistema internacional de trocas, com o incentivo à instauração de mercados comuns, estabelecidos a partir de longas negociações: assim, a criação da Comunidade Europeia foi seguida pelo Nafta, que une os mercados americano, mexicano e canadense. Na América do Sul, o Mercosul visa a cumprir o mesmo objetivo.

Nos países onde foi aplicada a política neoliberal, aliada às exigências da globalização da economia, acentuou a concentração de rendas e agravou a condição de pobreza de grandes parcelas da população.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2016 – 3ª Aplicação (PPL)) A importância do argumento de Hobbes está em parte no fato de que ele se ampara em suposições bastante plausíveis sobre as condições normais da vida humana. Para exemplificar: o argumento não supõe que todos sejam de fato movidos por orgulho e vaidade para buscar o domínio sobre os outros; essa seria uma suposição discutível que possibilitaria a conclusão pretendida por Hobbes, mas de modo fácil demais. O que torna o argumento assustador e lhe atribui importância e força dramática é que ele acredita que pessoas normais, até mesmo as mais agradáveis, podem ser inadvertidamente lançadas nesse tipo de situação, que resvalará, então, em um estado de guerra.

RAWLS, J. *Conferências sobre a história da filosofia política*. São Paulo: WMF, 2012. Adaptado.

O texto apresenta uma concepção de filosofia política conhecida como

- A) alienação ideológica.
 B) microfísica do poder.
 C) estado de natureza.
 D) contrato social.
 E) vontade geral.
02. (Enem/2009) Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios – esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais –, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”.
- VAN ACKER, T. *Grécia: A vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994.
- O trecho, retirado da obra *Política*, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania
- A) possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos têm de trabalhar.
 B) era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
 C) estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.
 D) tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
 E) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

03. (Unicamp/2016) Quanto seja louvável a um príncipe manter a fé, aparentar virtudes e viver com integridade, não com astúcia, todos o compreendem; contudo, observa-se, pela experiência, em nossos tempos, que houve príncipes que fizeram grandes coisas, mas em pouca conta tiveram a palavra dada, e souberam, pela astúcia, transtornar a cabeça dos homens, superando, enfim, os que foram leais (...). Um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir.

Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 73-85.

A partir desse excerto da obra, publicada em 1513, é correto afirmar que

- A) o jogo das aparências e a lógica da força são algumas das principais artimanhas da política moderna explicitadas por Maquiavel.
 B) a prudência, para ser vista como uma virtude, não depende dos resultados, mas de estar de acordo com os princípios da fé.
 C) os princípios e não os resultados é que definem o julgamento que as pessoas fazem do governante, por isso é louvável a integridade do príncipe.
 D) a questão da manutenção do poder é o principal desafio ao príncipe e, por isso, ele não precisa cumprir a palavra dada, desde que autorizado pela Igreja.
04. (Enem/2015 (PPL)) Os ricos adquiriram uma obrigação relativamente à coisa pública, uma vez que devem sua existência ao ato de submissão à sua proteção e zelo, o que necessitam para viver; o Estado então fundamenta o seu direito de contribuição do que é deles nessa obrigação, visando a manutenção de seus concidadãos. Isso pode ser realizado pela imposição de um imposto sobre a propriedade ou a atividade comercial dos cidadãos, ou pelo estabelecimento de fundos e de uso dos juros obtidos a partir deles, não para suprir as necessidades do Estado (uma vez que este é rico), mas para suprir as necessidades do povo.
- KANT, I. *A metafísica dos costumes*. Bauru: Edipro, 2003.
- Segundo esse texto de Kant, o Estado
- A) deve sustentar todas as pessoas que vivem sob seu poder, a fim de que a distribuição seja paritária.
 B) está autorizado a cobrar impostos dos cidadãos ricos para suprir as necessidades dos cidadãos pobres.
 C) dispõe de poucos recursos e, por esse motivo, é obrigado a cobrar impostos idênticos dos seus membros.
 D) delega aos cidadãos o dever de suprir as necessidades do Estado, por causa do seu elevado custo de manutenção.
 E) tem a incumbência de proteger os ricos das imposições pecuniárias dos pobres, pois os ricos pagam mais tributos.

05. (Enem/2017)

Se, pois, para as coisas que fazemos existe um fim que desejamos por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim; evidentemente tal fim será o bem, ou antes, o sumo bem. Mas não terá o conhecimento, porventura, grande influência sobre essa vida? Se assim é, esforcemo-nos por determinar, ainda que em linhas gerais apenas, o que seja ele e de qual das ciências ou faculdades constitui o objeto. Ninguém duvidará de que o seu estudo pertença à arte mais prestigiosa e que mais verdadeiramente se pode chamar a arte mestra. Ora, a política mostra ser dessa natureza, pois é ela que determina quais as ciências que devem ser estudadas num Estado, quais são as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto; e

vemos que até as faculdades tidas em maior apreço, como a estratégia, a economia e a retórica, estão sujeitas a ela. Ora, como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano.

ARISTÓTELES. *Ética e Nicômaco*. In: *Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (adaptado).

Para Aristóteles, a relação entre o sumo bem e a organização da *pólis* pressupõe que

- A) o bem dos indivíduos consiste em cada um perseguir seus interesses.
- B) o sumo bem é dado pela fé de que os deuses são os portadores da verdade.
- C) a política é a ciência que precede todas as demais na organização da cidade.
- D) a educação visa formar a consciência de cada pessoa para agir corretamente.
- E) a democracia protege as atividades políticas necessárias para o bem comum.



Exercícios Propostos

01. (UEL/2004) O maquiavelismo é uma interpretação de *O Príncipe* de Maquiavel, em particular a interpretação segundo a qual a ação política, ou seja, a ação voltada para a conquista e conservação do Estado, é uma ação que não possui um fim próprio de utilidade e não deve ser julgada por meio de critérios diferentes dos de conveniência e oportunidade.

BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant*. Trad. de Alfredo Fait. 3.ed. Brasília: Editora da UNB, 1984. p. 14.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, para Maquiavel o poder político é

- A) independente da moral e da religião, devendo ser conduzido por critérios restritos ao âmbito político.
- B) independente da conveniência e oportunidade, pois estas dizem respeito à esfera privada da vida em sociedade.
- C) dependente da religião, devendo ser conduzido por parâmetros ditados pela Igreja.
- D) dependente da ética, devendo ser orientado por princípios morais válidos universal e necessariamente.
- E) independente das pretensões dos governantes de realizar os interesses do Estado.

02. (PUC-PR/2015) Leia o fragmento a seguir, extraído do Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, de Rousseau:

“É do homem que devo falar, e a questão que examino me indica que vou falar a homens, pois não se propõem questões semelhantes quando se teme honrar a verdade. Defenderei, pois, com confiança a causa da humanidade perante os sábios que a isso me convidam e não ficarei descontente comigo mesmo se me tornar digno de meu assunto e de meus juízes”.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.159.

A partir da teoria contratualista de Rousseau, assinale a alternativa que representa aquilo que o filósofo de Genebra pretende defender na obra.

- A) Que a desigualdade social é permitida pela lei natural e, portanto, o Estado não é responsável pelo conflito social.
- B) Que a desigualdade social é autorizada pela lei natural, ou seja, que a natureza não se encontra submetida à lei.
- C) Que no estado natural existe apenas o direito de propriedade.
- D) Que a desigualdade moral ou política é uma continuidade daquilo que já está presente no estado natural.
- E) Que há, na espécie humana, duas espécies de desigualdade: a primeira, natural, e a segunda, moral ou política.

03. (UEL/2007) A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto pela justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhe faltava. E só então que, tomando a voz do dever o lugar do impulso físico, e o direito o lugar do apetite, o homem, até aí levando em consideração apenas sua pessoa, vê-se forçado a agir, baseando-se em outros princípios e a consultar a razão antes de ouvir suas inclinações.

ROUSSEAU, J. *Do contrato social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p.77.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o contratualismo de Rousseau, assinale a alternativa correta:

- A) Por meio do contrato social, o homem adquire uma liberdade natural e um direito ilimitado.
- B) O homem no estado de natureza é verdadeiramente senhor de si mesmo.
- C) A obediência à lei que se estatui a si mesmo é liberdade.
- D) A liberdade natural é limitada pela vontade geral.
- E) Os princípios, que dirigem a conduta dos homens no estado civil, são os impulsos e apetites.

04. (Enem/2015) A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito, que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que um deles possa com base nela reclamar algum benefício a que outro não possa igualmente aspirar.”

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Para Hobbes, antes da constituição da sociedade civil, quando dois homens desejavam o mesmo objeto, eles

- A) entravam em conflito.
- B) recorriam aos clérigos.
- C) consultavam os anciãos.
- D) apelavam aos governantes.
- E) exerciam a solidariedade.

05. (Enem/2018)

Texto I

Tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e invenção.

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1963.

Texto II

Não vamos concluir, com Hobbes que, por não ter nenhuma ideia de bondade, o homem seja naturalmente mau. Esse autor deveria dizer que, sendo o estado de natureza aquele em que o cuidado de nossa conservação é menos prejudicial à dos outros, esse estado era, por conseguinte, o mais próprio à paz e o mais conveniente ao gênero humano.

ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Adaptado.

Os trechos apresentam divergências conceituais entre autores que sustentam um entendimento segundo o qual a igualdade entre os homens se dá em razão de uma

- A) predisposição ao conhecimento.
- B) submissão ao transcendente.
- C) tradição epistemológica.
- D) condição original.
- E) vocação política.

06. (Enem/2015) O que implica o sistema da pólis é uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. A palavra constitui o debate contraditório, a discussão, a argumentação e a polêmica. Torna-se a regra do jogo intelectual, assim como do jogo político.

VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992. Adaptado.

Na configuração política da democracia grega, em especial a ateniense, a ágora tinha por função

- A) agregar os cidadãos em torno de reis que governavam em prol da cidade.
- B) permitir aos homens livres o acesso às decisões do Estado expostas por seus magistrados.
- C) constituir o lugar onde o corpo de cidadãos se reunia para deliberar sobre as questões da comunidade.
- D) reunir os exércitos para decidir em assembleias fechadas os rumos a serem tomados em caso de guerra.
- E) congregar a comunidade para eleger representantes com direito a pronunciar-se em assembleias.

07. (UEL/2010) No pensamento ético-político de Platão, a organização no Estado ideal reflete a justiça concebida como a disposição das faculdades da alma que faz com que cada uma delas cumpra a função que lhe é própria. No Livro V de *A República*, Platão apresentou o Estado ideal como governo dos melhores selecionados. Para garantir que a raça dos guardiões se mantivesse pura, o filósofo escreveu: É preciso que os homens superiores se encontrem com as mulheres superiores o maior número de vezes possível, e inversamente, os inferiores com as inferiores, e que se crie a descendência daqueles, e a destes não, se queremos que o rebanho se eleve às alturas.

Adaptado de: PLATÃO. *A República*. 7. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993, p.227-228.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento ético-político de Platão, é correto afirmar:

- A) No Estado ideal, a escolha dos mais aptos para governar a sociedade expressa uma exigência que está de acordo com a natureza.
- B) O Estado ideal prospera melhor com uma massa humana difusamente misturada, em que os homens e mulheres livremente se escolhem.
- C) O reconhecimento da honra como fundamento da organização do Estado ideal torna legítima a supremacia dos melhores sobre as classes inferiores.

- D) A condição necessária para que se realize o Estado ideal é que as ocupações próprias de homens e mulheres sejam atribuídas por suas qualidades distintas.
- E) O Estado ideal apresenta-se como a tentativa de organizar a sociedade dos melhores fundada na riqueza como valor supremo.

08. (UEL/2019) Leia o texto a seguir.

Por conseguinte, todo homem, ao consentir com outros em formar um único corpo político sob um governo único, assume a obrigação, perante todos os membros dessa sociedade, de submeter-se à determinação da maioria e acatar a decisão desta. Do contrário, esse pacto original, pelo qual ele, juntamente com outros, se incorpora a uma sociedade, não teria nenhum significado e não seria pacto algum, caso ele fosse deixado livre e sob nenhum outro vínculo além dos que tinha antes no estado de natureza.

LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 470.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de John Locke, assinale a alternativa correta.

- A) O ser humano deve superar o estado de natureza fundando a sociedade civil e o Estado, cedendo seus direitos em prol da paz social.
- B) Os indivíduos, no estado de natureza, são juízes de si mesmos, fundam o Estado para garantir segurança e direitos individuais por meio das leis.
- C) O poder do Estado deve ser absoluto para a garantia dos direitos naturais da humanidade, como a vida, a liberdade e a propriedade.
- D) O pacto ou contrato social é o garantidor das liberdades e direitos, sendo o poder legislativo o menos importante, já que é possível sua revogação por aqueles que participam do poder executivo.
- E) O ser humano se realiza como um ser possuidor de bens, sendo sua posse o que garante tolerância religiosa, livre iniciativa econômica e liberdade individual.

09. (Uece/2019.2 – 1ª Fase)

Um dos argumentos em favor do direito amplo ao armamento individual é o que afirma que cabe ao próprio indivíduo, e não ao Estado, a proteção de sua vida e de sua propriedade. Esse argumento pode ser entendido, nos termos da filosofia de Thomas Hobbes, como um “direito de natureza”, que o pensador inglês define no seguinte modo: “O direito de natureza é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e consequentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim”.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*, Parte I, cap. XIV. Trad. br. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1983 – adaptado.

Com base na definição acima, considere as seguintes afirmações:

- I. O direito de natureza não garante a vida de ninguém;
- II. O direito de natureza não garante a propriedade individual;
- III. O direito de natureza é igual para todos.

É correto o que se afirma em

- A) I e II apenas.
- B) I e III apenas.
- C) II e III apenas.
- D) I, II e III.

10. (Enem/2016 – 2ª Aplicação)

Texto I

Até aqui expus a natureza do homem (cujo orgulho e outras paixões o obrigaram a submeter-se ao governo), juntamente com o grande poder do seu governante, o qual comparei com *O Leviatã*, tirando essa comparação dos dois últimos versículos do capítulo 41 de Jó, onde Deus, após ter estabelecido o grande poder do *Leviatã*, lhe chamou Rei dos Soberbos. Não há nada na Terra, disse ele, que se lhe possa comparar.

HOBBS, T. *O Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Texto II

Eu asseguro, tranquilamente, que o governo civil é a solução adequada para as inconveniências do estado de natureza, que devem certamente ser grandes quando os homens podem ser juizes em causa própria, pois é fácil imaginar que um homem tão injusto a ponto de lesar o irmão dificilmente será justo para condenar a si mesmo pela mesma ofensa.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Thomas Hobbes e John Locke, importantes teóricos contratualistas, discutiram aspectos ligados à natureza humana e ao Estado. Thomas Hobbes, diferentemente de John Locke, entende o estado de natureza como um(a)

- A) condição de guerra de todos contra todos, miséria universal, insegurança e medo da morte violenta.
- B) organização pré-social e pré-política em que o homem nasce com os direitos naturais: vida, liberdade, igualdade e propriedade.
- C) capricho típico da minoridade, que deve ser eliminado pela exigência moral, para que o homem possa constituir o Estado civil.
- D) situação em que os homens nascem como detentores de livre-arbitrio, mas são feridos em sua livre decisão pelo pecado original.
- E) estado de felicidade, saúde e liberdade que é destruído pela civilização, que perturba as relações sociais e violenta a humanidade.



Fique de Olho

UMA CONCEPÇÃO DE HOMEM

Segundo Maquiavel, em si mesmo, o homem não é bom nem mau, mas, de fato, tende a ser mau. Consequentemente o político não deve confiar no aspecto positivo do homem, mas sim constatar o seu aspecto negativo e agir em consequência disso. Assim, não hesitará em ser temido e a tomar as medidas necessárias para tornar-se temível. Claro, o ideal para um príncipe seria o de ser ao mesmo tempo amado e temido. Mas essas duas coisas são muito difíceis de ser conciliadas e, assim, o príncipe deve fazer a escolha mais funcional para o governo eficaz do estado.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 129.

O CONTRATO SOCIAL EM HOBBS

(...) o estagirita [Aristóteles] sustentava que o “homem é um animal político”, ou seja, é constituído de tal modo que, por sua própria natureza, é feito para viver com os outros em sociedade politicamente estruturada. Além disso, ele identificava essa condição de animal político do homem com o estado próprio também de outros animais, como as abelhas e as formigas que, desejando e evitando as mesmas coisas e voltando suas ações para fins comuns, se agregam espontaneamente.

Pois Hobbes contesta vivamente a proposição e a comparação [de Aristóteles]. Para ele cada homem é profundamente diferente dos outros homens e, portanto, deles separado (é um átomo de egoísmo). Assim, cada homem não é de modo algum ligado a outros homens por um consenso espontâneo como o dos animais, que se baseiam em um apetite natural. Com efeito, **a)** em primeiro lugar, existem entre os homens motivos de contendas, invejas, ódios e sedições que não existem entre os animais; **b)** em segundo lugar, o bem de cada animal que vive em sociedade não difere do bem comum, ao passo que no homem o bem privado difere do bem público; **c)** em terceiro lugar, os animais não percebem defeitos em sua sociedade, ao passo que o homem os percebe, querendo introduzir continuas novidades, que constituem causas de discórdias e guerras; **d)** em quarto lugar, os animais não têm a palavra que nos homens é frequentemente uma trombeta de guerra e sedição; **e)** em quinto lugar, os animais não se censuram uns aos outros, ao passo que os homens sim; **f)** por fim, nos animais o consenso é natural, enquanto nos homens não o é, com já dissemos.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia*. vol. II. São Paulo: Loyola, 1993. p. 497.

TRATADO SOBRE O GOVERNO

O objetivo grande e principal, portanto, da união dos homens em comunidades, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade. Para este objetivo, muitas condições faltam no estado de natureza:

Primeiro falta uma lei estabelecida, firmada, conhecida, recebida e aceita mediante consentimento comum para resolver quaisquer controvérsias entre os homens; porque, embora a lei da natureza seja evidente e inteligível para todas as criaturas racionais, entretanto os homens, sendo desviados pelo interesse bem como ignorantes dela porque não a estudam, não são capazes de reconhecê-la como lei que os obrigue nos seus casos particulares.

LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo*. 2.ed. Trad. E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção *Os Pensadores*.

Seção Videoaula



Concepções Políticas.

Aula 14

Um Outro Olhar Político

C-1	H-3, 4
C-3	H-15

Introdução

O político e a política têm sido muito execrados nos últimos tempos no Brasil e chegamos ao ponto de questionar os dois, que são as pedras basilares da democracia moderna. O político encarna, pelo menos para a opinião pública, tudo o que há de ruim no país. E a política, como consequência desse padrão de opinião, é vista como algo sujo, não nobre, que pode ser descartado, da qual não vale a pena participar.

Mas será que é verdade? Vamos começar com a política. Em uma democracia, é a política que faz a intermediação entre o que são público e o que é privado. Com isso, transforma o que o privado deseja – olhando a tendência da opinião e o atendimento da maioria – em interesse público. É a política, também, que fornece a esfera para a discussão dos problemas, a busca de suas soluções e permite, assim, que eles sejam de conhecimento da maioria, não ficando restritos a grupos de interesse ou aos que fazem parte do poder.

É neste momento que Governo e Oposição cumprem seu papel. O Governo, de um lado, preocupado em atender às demandas sociais. E a Oposição, de outro, mostrando os problemas existentes, chamando a atenção para eles e, com isso, transformando-os em questões públicas de que a política vai cuidar e procurar meios de atender e apaziguar estes clamores. Sem este exercício, no qual a política é fundamental, não teríamos democracia, pelo menos não como ela está estruturada hoje.

Já disse o sociólogo **Zygmunt Bauman** que a ditadura é o fim de toda política⁶⁸. Se não há espaço público para discussão, não há liberdade de opinião, de imprensa, de manifestação; o público acaba inteiramente colonizado por interesses privados, de grupos de interesse, ocupado pelos *lobbies* e afastando o cidadão, que sequer toma conhecimento do que se debate, apenas vê o que é decidido como um fato consumado. A democracia – que só existe mediante o exercício político – é o contrário disso. Nela as coisas são abertas. E é esta abertura que permite o debate, a crítica, enfim, o exercício da política.

Em seu livro sobre o *Espírito das Leis*, Montesquieu argumenta que a natureza humana é individualista e egoísta. E, portanto, democracia e república seriam regimes inatingíveis em termos práticos, porque exigem que os interesses públicos estejam acima dos interesses privados. Logo, democracia e república só podem ser pensadas e efetivadas a partir de uma educação intensiva e extensiva capaz de superar o individualismo egoísta em prol da cidadania ativa.

Temos que reconhecer, porém, que a modernidade trouxe conquistas fundamentais, como a valorização da subjetividade e da liberdade individual. Contudo, ainda não conseguimos equacionar a liberdade individual com a necessidade do exercício da cidadania e da constituição de uma esfera pública que viabilize a coexistência entre ética e política.

Por um lado, o modelo da representação política foi a única forma encontrada para viabilizar o retorno da democracia nas sociedades modernas, que já não podiam ou não queriam sustentar os altos níveis de envolvimento e participação na esfera pública, tal qual os antigos atenienses, quer pela carência de formação, quer pelos novos interesses em jogo, quer pela ascensão da importância da economia (reino da necessidade) que passa a subordinar a vida política (reino da liberdade).

Por outro lado, é preciso admitir que estamos em meio a uma crise da representação política, que coloca em questão o atual modelo das chamadas repúblicas democráticas liberais.

Vivemos uma era onde os direitos humanos e políticos conquistados a partir do século XVIII não garantem os direitos sociais mais elementares para a grande maioria das pessoas.

No plano das relações internacionais, os recentes acontecimentos, como guerras de invasão, ações terroristas estatais ou não, desrespeito aos direitos humanos, nos demandam uma série de questões sobre o sentido do poder, da soberania, da democracia, da liberdade e da tolerância.

Entendemos que o estudo das questões fundamentais da filosofia política, das principais correntes e dos seus autores, clássicos e contemporâneos, devem constituir-se como espaço fundamental a ser ocupado, e que pode contribuir com o debate sobre os possíveis sentidos da vida política.

68 BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

O preconceito contra a política e a política de fato



william.com.br

É comum que em uma conversa sobre política se chegue, rapidamente, à conclusão de que ela nada tem a ver com a ética, em outras palavras, que o poder político e suas realizações não se conduzem por princípios e valores voltados aos interesses coletivos, mas, sim, por interesses utilitários de ordem individual ou corporativa, do tipo: “Mas... o que eu ganho votando em fulano?”, ou “Votem em mim e eu lhes darei privilégios...”.

Essa é a percepção que o senso comum da sociedade tem da política, e seria profundamente ingênuo afirmar que a política não passa por esses descaminhos. No entanto, não é menos ingênuo e preocupante o fato de aceitarmos tão rapidamente essa perspectiva exclusivamente negativa da política como algo óbvio, natural e inelutável.

Em geral, as conversas sobre política enveredam por caminhos que podem parecer interessantes, mas que no fundo são pouco produtivos e frustrantes. Isso se dá porque, estimulados pelos acontecimentos e pelas notícias da imprensa, fazemos questionamentos e afirmações sobre a honestidade ou desonestidade dos políticos; sobre seus salários; negociações supostamente ilícitas; sobre os partidos; tendências; alianças questionáveis; sobre quem será candidato; sobre um projeto que está tramitando e suas possíveis consequências. Quase sempre estamos reproduzindo, diga-se de passagem, com poucos ou insuficientes dados e questionamentos, informações veiculadas pelos jornais, pelas rádios ou telejornais, e mesmo aquelas que circulam pela Internet.

Em *O que é Política?*, a pensadora **Hannah Arendt**⁶⁹ escreve sobre a necessidade de avaliar os preconceitos que todos nós temos contra a política, decorrentes, em grande medida, do fato de estarmos alienados da vida política e de não sermos políticos profissionais.

Arendt estabelece duas categorias de preconceitos contra a política: no âmbito internacional – o medo de um governo mundial totalitário e violento; no âmbito local ou interno – a política é reduzida a interesses mesquinhos, particularistas, e à corrupção⁷⁰.

69 Hannah Arendt, nascida na Alemanha, de família judaica, estudou Filosofia em Berlim com Heidegger e Jaspers. Na Segunda Guerra Mundial, refugiou-se nos Estados Unidos, onde lecionou na New School for Social Research. Publicou: *Entre o passado e o futuro*; *A condição humana*; *Origens do totalitarismo*; *Sobre a revolução*; *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal*; *O que é política?* (obra póstuma).

70 ARENDT, H. *O que é política?* (Ursula Ludz); Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

No instigante ensaio *A invenção da política*, o filósofo contemporâneo **Francis Wolff**⁷¹ argumenta que, para compreender a essência universal da política e sua ligação com o ser humano em geral, é preciso romper com certas imagens particulares da política.

Quais seriam essas imagens? Ora, são as questões cotidianas que estão na base do nosso entendimento mais imediato da política, citadas já no início deste texto. Mas, por que romper com elas? Por que evitar essas questões particulares ou específicas? Elas não são relevantes?

É claro que elas são muito importantes e devem ser profundamente discutidas e elucidadas, porém, em um segundo momento. Se enfrentarmos essas questões antes de tentarmos responder àquelas que as antecedem, elas não serão bem respondidas, além do que, poderão nos distanciar das questões fundamentais – a saber: O que é a política? Qual é a sua essência? Por que ela existe em todas as culturas e civilizações, ainda que de maneiras diferentes? Ética e política já estiveram juntas algum dia?

Na busca da resposta, Wolff nos desafia: é preciso um primeiro esforço no sentido de “imaginar o que aconteceria sem a política.”⁷²

Ainda segundo Wolff, a vida humana pode acontecer a partir das três possibilidades que se seguem:

- a) Em comunidade, organizada pela existência de uma instância externa à sociedade (o Estado, por exemplo), cuja função seria a efetivação e a manutenção da unidade da sociedade. A política, neste caso, seria coercitiva, e o poder estaria localizado fora da sociedade, mas agindo sobre ela.
- b) Isolada, como a maioria dos animais, talvez em pequenos grupos ou famílias. Essa condição seria praticamente impossível.
- c) Em comunidade, mas sem a necessidade da política. A vida transcorreria em harmonia, sem diferenças, sem conflitos, nem confrontos, sem a necessidade de leis ou limites.

Retornemos às proposições de Wolff. A primeira é indesejável, afinal, quem gosta de viver sob coerção? A segunda possibilidade, que é a ideia de viver isoladamente, transita entre o romântico e o patético e é anacrônica. A terceira, que propõe a vida sem política, é uma utopia sem sustentação material. Sendo assim, o que nos resta?

Sabemos que vivemos juntos, em sociedade, e não isoladamente. Sabemos que temos diferenças e que os confrontos e conflitos fazem parte da vida em sociedade. Sabemos que existem profundas contradições sociais. Portanto, seja através do ideal de autogoverno ou de uma instância externa à sociedade e, desse modo, coercitiva (o Estado), a política é uma dimensão necessária e constitutiva da existência humana; assim, onde houver uma sociedade, haverá política.

Resta saber então: Que tipo de política temos? Que tipo de política queremos? Que política podemos construir?

O ideal político

O ideal político se caracteriza pela existência de uma comunidade e pela construção e manutenção de uma unidade desta comunidade, sem que para isso ela precise submeter-se a um poder externo (do tipo: “eles” são o poder; eles fazem as leis que nós devemos obedecer). Não se trata, contudo, de uma defesa da anarquia. É importante registrar que não é possível a vida em comum sem que haja regras e sanções muito claras. Logo, uma comunidade política ideal deve estabelecer suas finalidades, suas regras, suas prioridades, enfim, deve autogovernar-se (nós somos o

71 Francis Wolff é professor de Filosofia da Universidade de Paris e diretor-adjunto da Escola Normal Superior (Paris). Dentre suas publicações mais importantes traduzidas para o português estão: *Aristóteles e a Política*; *Dizer o mundo*; além dos ensaios: *A invenção da política*; *Quem é bárbaro*?

72 WOLFF, F. “A invenção da política”. In: NOVAES, A. (org.) *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 27.

poder; nós fazemos as leis que normatizam a vida na comunidade e isso constitui a nossa liberdade). No entanto, a história testemunha o quão difícil é a consecução desse ideal do político.

Se houvesse uma comunidade que, em lugar de manter-se por meio de um poder distinto dela mesma (uma instância organizada para esse fim, um chefe todo-poderoso, um grupo dirigente, uma classe dominante, um Estado), se conservasse em sua unidade apenas por sua própria potência, uma sociedade na qual o poder político só pudesse ser localizado na comunidade política em seu conjunto, poderíamos dizer dessa sociedade que ela realizou a ideia do político⁷³.

Wolff defende a tese de que apenas duas sociedades conseguiram realizar o ideal político, que é a unidade da comunidade política, sem coerção externa. Quais foram essas sociedades? Elas foram os atenienses da Antiguidade e os índios do Brasil, de antes da descoberta.

Certamente você já ouviu falar da genialidade dos gregos e da sua famosa invenção: a democracia na Atenas da Antiguidade. Mas alguma vez já ouviu falar que os índios brasileiros, particularmente os tupis-guaranis, também foram, de maneira diferente, bem sucedidos na aventura de construir uma comunidade política que garantisse uma vida boa aos seus integrantes?

Sabemos pouco sobre as comunidades políticas dos índios brasileiros, e isso se deve, em grande parte, às concepções eurocêntricas e etnocêntricas às quais nossa formação e nossa cultura foram e ainda são submetidas. O antropólogo francês Pierre Clastres é um dos poucos pesquisadores que se dedicaram a essa questão.

Vamos, agora, buscar compreender, em um primeiro momento, o que caracterizou a realização da essência do político para os atenienses e para os índios do Brasil. Quais são as aproximações e quais os distanciamentos entre essas culturas tão distantes e, aparentemente, tão distintas? O que diferencia suas políticas daquela que caracteriza a modernidade e a contemporaneidade?

A vida política dos povos indígenas do Brasil e a invasão dos bárbaros

Vamos examinar, conforme anunciamos no início deste texto, outra sociedade que, segundo Francis Wolff, atingiu a essência do político – os indígenas do Brasil, particularmente os **tupis-guaranis**, de antes da descoberta.

Os indígenas não têm política, não têm Estado, não têm leis – espantavam-se os colonizadores. Mas as coisas não eram bem assim, pois, enquanto os invasores europeus tinham uma ideia de Estado como poder externo e coercitivo da sociedade, os indígenas viviam nas aldeias outra experiência política, na qual o Estado coercitivo dos europeus não fazia qualquer sentido.

Não é exagero afirmar que, nesse aspecto, os indígenas estavam muito além dos invasores e colonizadores em relação à política – os indígenas constituíram sua comunidade visando ao bem-estar de todos e sabiam manter a sua unidade por meio do autogoverno.

A história das colonizações das Américas é basicamente a história da barbárie, justificada pelos invasores como sendo a vitória da civilização. Mas como definir civilização e barbárie?

Francis Wolff, em “Quem é bárbaro?”, apresenta e critica a definição tradicional e conservadora que define como civilizada a sociedade que: urbanizou-se; libertou-se de costumes grosseiros; ⁷³ *Ibidem*, p. 31.

refinou o espírito artístico, filosófico, científico e é também mais desenvolvida tecnologicamente; desenvolveu normas, princípios morais que estabelecem regras de conduta e de respeito ao outro. Para Wolff, essa ideia é conservadora, porque na história da humanidade existem culturas e civilizações que atendem a boa parte desses requisitos e se demonstram violentas na relação com outras culturas. Portanto, diz o filósofo, civilização e barbárie não estão vinculadas ao estágio de desenvolvimento de uma cultura ou civilização, "são bárbaros aqueles que acreditam na barbárie, mas não no sentido de acreditarem que haja culturas inferiores (isso seria paradoxal, pois, como vimos, existem culturas inferiores bárbaras), e sim no sentido de acreditarem que sua própria cultura é a única forma de humanidade possível"⁷⁴.

Os tupis-guaranis de antes da descoberta conseguiram realizar a essência do político; no entanto, o etnocentrismo dos colonizadores, presente também nos relatos dos viajantes, não permitiu que eles reconhecessem que aquelas comunidades viviam politicamente, e que não se organizavam a partir de um Estado (poder exterior à sociedade) simplesmente porque não tinham a necessidade dele, pois haviam conquistado algo que estava muito distante das possibilidades da civilização europeia: a capacidade de autogoverno.

Nesta breve caminhada pela filosofia política, tivemos a oportunidade de observar algumas diferenças e também aproximações entre a vida política dos gregos de Atenas, nos séculos IV e V a.C., e os indígenas brasileiros de antes da descoberta.

Pudemos também constatar que, apesar de tantas distinções, existem pontos comuns entre a política dos atenienses e dos indígenas brasileiros de antes da descoberta e a chamada democracia moderna e contemporânea – os princípios da igualdade política e da soberania do povo.

No entanto, é preciso analisar atentamente o que entendemos por igualdade e por soberania na política atual. É preciso questionar a quem pertence a retórica em nossa sociedade, e qual é o seu verdadeiro objetivo. É preciso lembrar que a igualdade política na contemporaneidade foi reduzida à eleição, e a soberania continua pertencendo ao povo, porém, por meio de representantes. Quem detém o poder e como o utiliza? Qual é a essência do político? Para finalizar, podemos pensar que a busca da essência do político se dá pela investigação dos fundamentos e das finalidades que organizam e determinam a vida política de um povo, e não apenas pelas formas imediatas de sua aparência.

A Política e o cotidiano



74 WOLFF, F. "Quem é bárbaro?" In: NOVAES, Adauto (Org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. P. 42.

Se a política faz parte de nossa vida, estando presente em todas as relações sociais, por que essa forma de vivência não é consciente em nosso cotidiano? Por que a participação política do indivíduo é tão limitada?

Podemos entender, em parte, essas questões ao considerarmos as condições modernas da política. Em geral, a forma de governo dos Estados modernos é a democracia representativa, caracterizada pela constituição de poderes autônomos entre si (Executivo, Legislativo e Judiciário), organizados com base na ordem jurídica instituída (Constituição, leis etc.), pelo exercício do voto secreto e universal e pela ação dos partidos políticos, que expressam a diversidade de pontos de vista sociais.

Nesse contexto, a participação política dos indivíduos parece limitar-se à escolha dos representantes para os cargos eletivos entre os candidatos de vários partidos. A ação política parece concentrar-se no Estado, na estrutura institucional e na atividade dos políticos eleitos pela sociedade. Estes, quer o enunciem claramente ou não, representam os interesses de grupos sociais: há políticos que se empenham na defesa dos direitos civis, na ampliação dos espaços de participação política e no respeito à coisa pública, agindo com dedicação e transparência. Mas nem todos são assim. Há também os que se dedicam aos favorecimentos. Confundem o espaço público com o privado ao utilizar-se do poder que lhes foi delegado para beneficiar grupos particulares.

Os indivíduos, membros da sociedade civil, têm sua vida afetada por decisões políticas tomadas pelo poder institucional, que elabora as leis que regulam a sociedade. Daí a importância de conhecermos o processo político e dele participarmos, pois todas as decisões de nossos representantes no Parlamento nos atingem direta ou indiretamente.

Vejam alguns exemplos de como as decisões políticas nos afetam de modo direto ou indireto: as relações de trabalho são regulamentadas por uma legislação elaborada e sancionada por nossos representantes políticos; nela se estabelecem os direitos e deveres do empregador e do empregado. Nosso acesso aos benefícios sociais, como saúde e educação, também é prescrito por leis e ações advindas do Congresso Nacional. Se nos dispomos a reivindicar nossos direitos por meio de uma greve, podemos sofrer repressão policial. Em momentos de crise econômica e recessão, muitos trabalhadores perdem seus empregos e procuram sobreviver como vendedores, lavadores de carros e outras formas de subemprego; seus filhos precisam abandonar a escola para auxiliar no orçamento da família e acabam vendendo objetos nos semáforos.

Se observarmos um pouco mais a realidade brasileira, veremos que ocorre uma intensa concentração de renda nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto uma multidão se encontra nos limites da miséria. Há falta de escolas públicas, hospitais e moradias. Muitos camponeses lutam por uma distribuição equitativa da terra, que lhes dê condições de viver de seu trabalho com dignidade. As mulheres ainda são discriminadas profissionalmente. Presos comuns são massacrados em penitenciárias. Existem problemas de saneamento urbano, transporte, poluição. Enfim, a lista parece infundável.

Todos esses problemas nos dizem respeito, e somos responsáveis por eles, pois participamos da vida da sociedade e dos conflitos que nela ocorrem. Muitas vezes, porém, não temos consciência disso, não percebemos como nossas escolhas individuais podem contribuir para consolidar uma situação instituída ou para esclarecer as contradições sociais.

Nossa visão de mundo fragmentada reflete os valores de um sistema econômico que se alimenta da exploração do trabalho e funciona com base na troca, mercado, dinheiro, lucro. Esses valores se manifestam em relações sociais em que prevalecem a competição, a concorrência e a hostilidade entre os indivíduos.

Embora a divisão da sociedade em classes e os conflitos sociais

sejam evidentes, a sociedade constantemente nos é apresentada como uma unidade. Na atividade política institucional que se manifesta em discursos ou ações de políticos ou do Estado, interesses de uma classe social são apresentados como interesses de toda a sociedade. Na sociedade civil, os meios de comunicação de massa, a escola, as igrejas, as empresas e a família veiculam uma interpretação parcial da realidade, em que o indivíduo, isolado, é responsabilizado pela situação em que se encontra, como se ela dependesse apenas de sua vontade, de suas características individuais (esforço, preguiça, perseverança etc.) ou das chances que a sorte lhe oferece. As explicações para os acontecimentos baseiam-se na natureza humana e não nas desigualdades e conflitos que caracterizam a estrutura social. Nesse contexto, fica difícil compreender e assumir nossa responsabilidade para com a coletividade.

A indiferença política

O desinteresse da maioria dos indivíduos pelos assuntos públicos é um dos grandes problemas políticos nas sociedades modernas. Os indivíduos são levados ao isolamento pelo predomínio de valores individualistas e de interesses estritamente particulares, assim como pela submissão às leis do mercado e do consumo. Nesse contexto, perde-se o sentido do que é comunitário e não se percebe a importância da participação na vida coletiva. O bem público deixa de ser entendido como o bem produzido por todos para toda a sociedade; aparece como um bem que não pertence a ninguém e, por isso, pode ser depredado ou apropriado por qualquer um. Além disso, as formas de delegação do poder e a formação de um comportamento social unificado pela atuação dos meios de comunicação de massa contribuem para que a indiferença política se instale. Além dos que não participam por desconhecer o seu papel no processo político, há os indiferentes conscientes, aqueles que compreendem a situação, mas não tomam partido e encaram a vida política com ceticismo.



Em ambos os casos, a indiferença e a consequente passividade desempenham um papel desagregador na política. Os indivíduos cuidam de suas atividades pessoais e deixam as decisões políticas nas mãos de pequenos grupos que, movidos por ambições e paixões particulares, traçam os destinos de um povo.

Da indiferença dos indivíduos pode nascer a política autoritária, a corrupção e todas as formas de desmandos. A falta de transparência na política, a ausência de controle e de cobrança da sua atuação ocorrem, em grande parte, porque muitos se omitem, tornam-se apáticos, renunciam à possibilidade de criar alternativas de intervir na política.

Quando os males acontecem, os indiferentes eximem-se da responsabilidade, porque não participaram ativamente na construção dos fatos. Esquecem-se de que a ausência e a omissão também são formas de participação. De qualquer modo, todos estão implicados.

A cidadania

Na sociedade moderna, nascida das transformações que culminaram na Revolução Francesa, o indivíduo é visto como homem (pessoa privada) e como cidadão (pessoa pública). O termo “cidadão” designava originalmente o habitante da cidade. Com a consolidação da sociedade burguesa, passa a indicar a ação política e a participação do sujeito na vida da sociedade.

Assim, como vimos, cidadão é o indivíduo que possui direitos e deveres para com a coletividade da qual participa – existem interesses comuns que o cidadão precisa respeitar e defender por meio da atuação na vida pública.

O exercício da cidadania depende do tipo de poder político instituído. Nas sociedades modernas, a participação política dos cidadãos é limitada pela divisão de classes, que não possibilita a todos os indivíduos um acesso igualitário aos bens materiais e culturais produzidos na sociedade. A desigualdade social não permite a efetivação das liberdades constitutivas da sociedade civil, entre elas a liberdade política de participação nos assuntos públicos, que não se realiza para todos os membros da sociedade. Nesse sentido, a República brasileira, em mais de um século de existência, ainda não conseguiu realizar uma política democrática. Os princípios básicos das democracias modernas, como o direito de todos os indivíduos à liberdade de pensamento, associação, credo, locomoção, manifestação da opinião por intermédio da imprensa e da propaganda, são garantidos por lei. Tais princípios são a base necessária para a participação do cidadão na sociedade capitalista. Porém, o acesso a esses mecanismos é restrito. Vejamos um exemplo: o domicílio de qualquer cidadão é inviolável, e o direito à proteção é garantido por lei. No entanto, frequentemente vemos na televisão os “barracos” das favelas serem invadidos pela polícia sem qualquer consideração. Tais ações demonstram como esses cidadãos, relegados a uma situação de pobreza, são alvos de ações arbitrárias e sofrem a discriminação social.

O desemprego, a miséria, o analfabetismo, as formas de violência que afetam a vida de grande parte da população brasileira impedem o exercício efetivo da cidadania. A discriminação se amplia quando se trata de enfrentar nossas diferenças: raciais e culturais; mesmo constituindo parcela relevante da população, são poucos os negros que frequentam as universidades ou exercem funções empresariais e administrativas. Os índios, com suas tradições e riquezas culturais, têm sido dramaticamente discriminados e dizimados ao longo de nossa história.



Enfrentar o grande desafio de assegurar e ampliar o exercício da cidadania em nosso país implica questionar o caráter excludente de nosso modelo econômico e, ao mesmo tempo, efetivar e aprimorar a democracia. Precisamos de uma política democrática que viabilize mudanças econômicas para resolver os nossos graves problemas sociais, reconhecer e defender os direitos de todos os cidadãos e garantir o pluralismo e os direitos das minorias.

Por isso, em nossa sociedade, o exercício da cidadania não é apenas uma questão de aprendizagem, mas também de luta por condições dignas de vida, trabalho e educação. É preciso criar espaços de manifestação na sociedade civil, onde os interesses comuns possam ser defendidos e os indivíduos possam tomar consciência do papel que desempenham na sociedade.

O voto é um instrumento importante, embora limitado, de participação política. Ante a desarticulação social e a apatia política, pode tornar-se um simples ritual legitimador de uma elite no poder. Existem outras maneiras de participar não só em grandes movimentos políticos, que abrem espaço para uma atuação mais direta e eficaz, mas também na vida cotidiana. O aprendizado político se faz nos pequenos espaços sociais, pelo relacionamento diário com os outros, onde se aprende a conviver e respeitar as diferenças.



Exercícios de Fixação

01. (UNESP/2011) O Estado brasileiro, no início do século XX, era oligárquico e patrimonial, tendo uma economia agrícola mercantil com base em uma sociedade de classes mal saída do escravismo. Hoje, é um Estado
- democrático e popular voltado para a dupla relação patrimônio e gerência administrativa com a austeridade presidida por uma economia capitalista vinculada ao respeito ao meio ambiente e à responsabilidade social.
 - democrático e popular voltado para a busca de direitos e deveres sociais e políticos marcado pelos interesses da economia capitalista.
 - democrático, entre burocrático e gerencial, presidido por uma economia capitalista globalizada e uma sociedade pós-industrial.
 - democrático, mas com viés autoritário gerido por uma burocracia gerencial e administrativa, presidida por uma economia capitalista associada ao respeito aos direitos e deveres dos cidadãos.
 - popular, mas com uma base burocrática e gerencial administrativa forte e competente, presidida pela ordem capitalista e por uma sociedade pós-industrial.

02. (Enem/2010) A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores; a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror: a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo.

FOUCAULT, M. Aula de 14 de janeiro de 1976. In: *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

O filósofo Michel Foucault (séc. XX) inova ao pensar a política e a lei em relação ao poder e à organização social. Com base na reflexão de Foucault, a finalidade das leis na organização das sociedades modernas é

- combater ações violentas na guerra entre as nações.
- coagir e servir para refrear a agressividade humana.
- criar limites entre a guerra e a paz praticadas entre os indivíduos de uma mesma nação.
- estabelecer princípios éticos que regulamentam as ações bélicas entre países inimigos.
- organizar as relações de poder na sociedade e entre os Estados.

03. (Enem/2010) A política foi, inicialmente, a arte de impedir as pessoas de se ocuparem do que lhes diz respeito. Posteriormente, passou a ser a arte de compelir as pessoas a decidirem sobre aquilo de que nada entendem.

VALÉRY, P. Cadernos. *Apud* BENEVIDES, M. V. M. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1996.

Nessa definição, o autor entende que a história da política está dividida em dois momentos principais: um primeiro, marcado pelo autoritarismo excludente, e um segundo, caracterizado por uma democracia incompleta. Considerando o texto, qual é o elemento comum a esses dois momentos da história política?

- A distribuição equilibrada do poder.
- O impedimento da participação popular.
- O controle das decisões por uma minoria.
- A valorização das opiniões mais competentes.
- A sistematização dos processos decisórios.

04. (Enem/2009) Os regimes totalitários da primeira metade do século XX apoiaram-se fortemente na mobilização da juventude em torno da defesa de ideias grandiosas para o futuro da nação. Nesses projetos, os jovens deveriam entender que só havia uma pessoa digna de ser amada e obedecida, que era o líder. Tais movimentos sociais juvenis contribuíram para a implantação e a sustentação do nazismo, na Alemanha; e do fascismo, na Itália, Espanha e Portugal. A atuação desses movimentos juvenis caracterizava-se
- pelo sectarismo e pela forma violenta e radical com que enfrentavam os opositores ao regime.
 - pelas propostas de conscientização da população acerca dos seus direitos como cidadãos.
 - pela promoção de um modo de vida saudável, que mostrava os jovens como exemplos a seguir.
 - pelo diálogo, ao organizar debates que opunham jovens idealistas e velhas lideranças conservadoras.
 - pelos métodos políticos populistas e pela organização de comícios multitudinários.

05. (Fepese/2009) É possível distinguir uma democracia pelos seus aspectos formais e substanciais. Isso significa que
- podemos distinguir o Estado de direito do Estado autoritário.
 - podemos definir o alcance social de uma democracia pelos órgãos e cargos representativos de que dispõe o Estado.
 - a existência da democracia formal é equivalente à existência da democracia substancial.
 - podemos distinguir os meios institucionais de que dispõe o Estado das ações que realmente alcançam a sociedade.
 - a democracia substancial é sempre proporcional ao poder conferido aos órgãos e cargos representativos e, portanto, não serve para definir o seu alcance social.



Exercícios Propostos

01. (Enem/2014 (PPL))

Texto I

Deputado (definição do século XVIII):

Substant. Aquele a quem se deu alguma comissão de jurisdição, ou conhecimento. Mandado da parte de alguma República, ou soberano. O que tem comissão do ministro próprio.

SILVA, A. M. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Adaptado.

Texto II

Deputado (definição do século XXI):

[...]

4. Aquele que representa os interesses de outrem em reuniões e decisões oficiais.
5. Aquele que é eleito para legislar e representar os interesses dos cidadãos.
6. Aquele que é comissionado para tratar dos negócios alheios.

AULETE, C. *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa*. São Paulo: Lexikon, 2010. Adaptado.

A mudança mais significativa no sentido da palavra "deputado", entre o século XVIII e os dias de hoje, dá-se pelo(a)

- A) aumento na importância como representação política dos cidadãos.
- B) crescente participação dos funcionários no poder do Estado.
- C) incentivo à intermediação dos interesses de particulares.
- D) criação de diversas pequenas cidades-repúblicas.
- E) diminuição do poder das assembleias.

02. (Fundação Cesgranrio/2009) Ninguém aqui é freira e nós não estamos em um convento. E não me consta que num convento também não tenha brigas.

Luiz Inácio Lula da Silva, 13 abr. 2009, *Declaração feita na cerimônia de assinatura do Pacto dos Três Poderes*. www.tvi.com.br.

A declaração do Presidente demonstra uma concepção sobre a política como

- A) ciência do poder e dos meios de exercê-lo, segundo a definição de Maquiavel.
- B) poder dos argumentos num diálogo racional, conforme Habermas.
- C) construção da cidade e do poder comum, na definição aristotélica.
- D) felicidade possível para o maior número de cidadãos, de acordo com John Stuart Mill.
- E) espaço da divergência e dos confrontos públicos de poderes, numa definição marxista.

03. (Fundação Cesgranrio/2009) A cidadania é primordialmente uma relação política entre um indivíduo e uma comunidade política, em virtude da qual o indivíduo é membro de pleno direito dessa comunidade e a ela deve lealdade permanente. O estatuto de cidadão é, em consequência, o reconhecimento oficial da integração do indivíduo na comunidade política, comunidade que, desde as origens da era moderna, adquire a forma de Estado nacional de direito.

CORTINA, Adela. *Cidadãos do Mundo*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 31.

O trecho acima representa uma tentativa de definir a cidadania política. A partir das ideias da filósofa, afirma-se que

- A) cultura, política e cidadania constituem um Estado nacional.
- B) vínculo político é o que constitui a identidade do cidadão.
- C) identidade cidadã é dada pelo Estado democrático.
- D) cidadania política é uma das marcas do medievo.
- E) lealdade política configura o cidadão moderno.

04. (Enem/2011)

Texto I

A ação democrática consiste em todos tomarem parte do processo decisório sobre aquilo que terá consequência na vida de toda coletividade.

GALLO, S. et al. "Ética e Cidadania." *Caminhos da Filosofia*. Campinas: Papirus, 1997 (adaptado).

Texto II

É necessário que haja liberdade de expressão, fiscalização sobre órgãos governamentais e acesso por parte da população às informações trazidas a público pela imprensa.

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2010.

Partindo da perspectiva de democracia apresentada no texto I, os meios de comunicação, de acordo com o texto II, assumem um papel relevante na sociedade por

- A) orientarem os cidadãos na compra dos bens necessários à sua sobrevivência e bem-estar.
- B) fornecerem informações que fomentam o debate político na esfera pública.
- C) apresentarem aos cidadãos a versão oficial dos fatos.
- D) propiciarem o entretenimento, aspecto relevante para conscientização política.
- E) promoverem a unidade cultural, por meio das transmissões esportivas.

05. (Enem/2013) Tenho 44 anos e presenciei uma transformação impressionante na condição de homens e mulheres gays nos Estados Unidos. Quando nasci, relações homossexuais eram ilegais em todos os Estados Unidos, menos Illinois. Gays e lésbicas não podiam trabalhar no governo federal. Não havia nenhum político abertamente gay. Alguns homossexuais não assumidos ocupavam posições de poder, mas a tendência era eles tornarem as coisas ainda piores para seus semelhantes.

ROSS, A. Na máquina do tempo. *Época*. ed. 766, 28 jan. 2013.

A dimensão política da transformação sugerida no texto teve como condição necessária a

- A) ampliação da noção de cidadania.
- B) reformulação de concepções religiosas.
- C) manutenção de ideologias conservadoras.
- D) implantação de cotas nas listas partidárias.
- E) alteração da composição étnica da população.

06. (Enem/2014) Existe uma cultura política que domina o sistema e é fundamental para entender o conservadorismo brasileiro. Há um argumento, partilhado pela direita e pela esquerda, de que a sociedade brasileira é conservadora. Isso legitimou o conservadorismo do sistema político: existiriam limites para transformar o país, porque a sociedade é conservadora, não aceita mudanças bruscas. Isso justifica o caráter vagaroso da redemocratização e da redistribuição da renda. Mas não é assim. A sociedade é muito mais avançada que o sistema político. Ele se mantém porque consegue convencer a sociedade de que é a expressão dela, de seu conservadorismo.

NOBRE, M. *Dois Ismos que não rimam*. Disponível em: www.unicamp.br. Acesso em: 28 mar. 2014 (adaptado).

A característica do sistema político brasileiro, ressaltada no texto, obtém sua legitimidade da

- A) dispersão regional do poder econômico.
- B) polarização acentuada da disputa partidária.
- C) orientação radical dos movimentos populares.
- D) condução eficiente das ações administrativas.
- E) sustentação ideológica das desigualdades existentes.

07. (Simulado Avalia/SFB 2018)

O tema da corrupção comove a maioria da população, já que é evidente que entre os membros dos últimos governos, bem como na era Temer, são inúmeros os casos de enriquecimento ilícito da maioria dos políticos que compõem o Executivo e o Legislativo. (...)

Um levantamento parcial feito pelo jornal *O Globo* nesse mês de dezembro revela que ao menos dez senadores recebem acima do teto constitucional do funcionalismo público, que é a remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), fixada hoje em R\$ 33,7 mil. Os salários desses parlamentares somados a benefícios como pensão de ex-governador somam valores que variam de R\$ 52,7 mil a R\$ 67,5 mil.

<http://esquerdaonline.com.br/2016/12/10/judiciario-executivo-legislativo-a-corrupcao-via-os-supersalarios-legais/>

A corrupção envolvendo parlamentares e membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário tem como efeito a produção de uma visão bastante negativa da política. Em Sociologia, no entanto, o termo política tem um sentido muito mais abrangente. Para os sociólogos

- A) a política se resume à atividade partidária, tendo pouca influência no cotidiano da população, uma vez que os políticos só se voltam para o povo em época de eleição.
- B) a política refere-se à participação direta dos cidadãos nas decisões do estado, tal como ocorria na antiga democracia ateniense.
- C) toda atividade humana pode ser considerada política. Daí podermos falar da política de benefícios de uma empresa, de uma política de “boa vizinhança”.
- D) a política compreende, em linhas gerais, os diversos esforços empreendidos por indivíduos ou grupos de indivíduos com o intuito de participar do poder ou influenciar a divisão deste.
- E) a política é atividade própria das pessoas com propensão à corrupção, já que é praticamente impossível adquirir poder em meio a um ambiente desonesto e não se contaminar.

08. (Enem/2014)

Texto I

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*.
Brasília: UnB, 1987 (adaptado).

Texto II

Um cidadão integral pode ser definido por nada mais nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB. 1985.

Comparando os textos I e II, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a)

- A) prestígio social.
- B) acúmulo de riqueza.
- C) participação política.
- D) local de nascimento.
- E) grupo de parentesco.

09. (PUC/2002-Adaptada) De acordo com seus conhecimentos sobre o totalitarismo, indique a alternativa abaixo que está incorreto.

- A) Na economia, o totalitarismo teve um caráter intervencionista por parte do Estado, sendo que qualquer outra forma de ordenação das atividades produtivas seria contrária ao fortalecimento da economia e do próprio governo.
- B) Na esfera política, o totalitarismo reprimiu sistematicamente a existência de diferentes grupos políticos divergentes da orientação oficial. Por isso, tais governos costumemente defenderam a adoção de um sistema unipartidário, sendo nenhum outro grupo político aceito.
- C) O ufanismo nacionalista foi repetidas vezes comemorado por meio de manifestações públicas, feriados nacionais, cartazes, canais de comunicação do Estado e políticas educacionais, supervalorizando um passado de glórias e oferecendo uma perspectiva de futuro onde a unidade do povo oferecia um provir próspero e soberano.
- D) Os governos totalitários estabeleceram as forças armadas e polícias como uma extensão do Estado, com a polícia no papel de garantia da submissão ao governo, utilizando de violência física, tortura, prisões arbitrárias, espionagem, censura e exílio. As forças armadas, complementando essa ação, deviam estar fortemente munidas contra qualquer ameaça externa.
- E) O totalitarismo não contou com uma ideologia sistematicamente reafirmada por meio de agências de propaganda. O abandono de uma propaganda massiva impedia que o regime repetisse sistematicamente uma visão histórico ideológica da nação, que era contrária aos ideais totalitários.

10. (Uerj/2002)

Nessa forma de organizar o Estado, o sistema habilita o governo central a representar as várias entidades territoriais que possuem interesses em comum – por exemplo, defesa, relações exteriores e comunicações – e permite que essas entidades mantenham suas próprias identidades, suas próprias leis, planos de ação e usos em diversos campos.

Adaptado de GLASSNER, Martin I. *Geografia política*.
Buenos Aires: Editorial Docencia, 2000.

O texto acima remete a um elemento importante da organização das sociedades contemporâneas: a dimensão político-territorial. No caso, a descrição feita no texto diz respeito ao seguinte tipo de Estado Territorial:

- A) misto
- B) federal
- C) unitário
- D) associado



Fique de Olho

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O caminho para discutir e propor uma nova direção à sociedade passa pela vida de cada um de nós, pela nossa participação na organização de movimentos sociais que defendam com afinco direitos da comunidade. Existe um grande número desses movimentos reivindicatórios, como movimentos estudantis, comunidades de base, movimentos de luta pela moradia, movimentos de luta contra o desemprego, movimentos dos sem-terra. Todos têm um significado político, pois defendem interesses coletivos que acarretam mudanças sociais efetivas.

Esses movimentos, nascidos da necessidade de resolver problemas cotidianos não enfrentados pelas instituições públicas responsáveis, são de vital importância para a conquista da cidadania. Organizados a partir da vontade e determinação de indivíduos e grupos sociais em defesa de seus direitos, rompem os limites estreitos oferecidos pelo Estado para a participação do cidadão e redefinem a política, mostrando-a como atividade dinâmica de ação efetiva. Da discussão de problemas imediatos, esses movimentos avançam para a compreensão do conjunto de relações em que o problema está inserido, descobrem sua capacidade de inventar e criar soluções e, muitas vezes, percebem a necessidade de transformações radicais. À medida que se organizam internamente, esses grupos constroem a vida coletiva, a comunidade, e conseguem externar sua força de reivindicação.

Na sociedade brasileira, a concentração do poder decisório no aparato estatal e a tradição política conservadora e autoritária, além de provocarem graves problemas econômicos e sociais, tornaram ainda mais difícil a ampliação do espaço público e a criação de mecanismos de participação da sociedade civil na política.

As manifestações de rua, as lutas dos trabalhadores sem terra, a organização sindical e a atuação da imprensa na crítica às ações do governo são fatos relevantes para a constituição de uma sociedade democrática. É necessário que a sociedade civil amplie esses espaços de participação.

As possibilidades de mudanças são maiores quando a sociedade se organiza e participa ativamente da política. Nesse processo, os indivíduos se renovam, amadurecem e compreendem que a cidadania que se conquista é limitada; é a cidadania possível dentro dos limites de uma sociedade dividida.

LAPORTE, Ana Maria et al. *Para Filosofar*. São Paulo: Scipione, 2007. Volume Único.



Seção Videoaula



Filosofia Política.



Estética



Introdução

A ordem dos conteúdos, trabalhada aqui em estética, percorre, de certa forma, a ordem de problemas que foram surgindo à medida que as questões estéticas se colocaram na filosofia. **Beleza, gosto e arte** são os três temas norteadores dos conteúdos. No entanto, a partir deles, descortinam-se muitos outros assuntos que se anexam nessa discussão: categorias que não somente a beleza, mas também diferentes ideias a respeito da arte, da sua definição e função, outras formas artísticas e suas divergências, as questões econômicas, políticas e sociais vinculadas à dimensão da arte, e a ampliação da visão de mundo que a contemporaneidade convive são exemplos de como a estética é um assunto importante, amplo e, ao mesmo tempo, bem delimitado no campo da filosofia.

Nesta aula, a questão da **beleza** é a motriz da discussão. Os ideais de beleza que se formam na sociedade acompanhando as representações artísticas e as determinações sociais são o caminho de motivação para a discussão. A relevância desse assunto não está apenas ligada à estética, mas também ao campo da ética, uma vez que a busca da beleza, principalmente na contemporaneidade, está ligada a valores como o consumo e a riqueza, o que culminam na redução da totalidade do ser humano.

Busca da beleza

A busca da beleza e a melhor forma de representá-la fazem parte do universo de preocupações humanas. Beleza essa que pode ser contemplada nas obras de arte, em objetos do uso cotidiano e no próprio corpo humano. Na história da humanidade, entretanto, pode-se notar que os padrões de beleza mudam de acordo com diferentes culturas e épocas e que esses padrões não estão somente presentes nas obras de arte.



dance/123RF/EasyPix



David Steele/123RF/EasyPix

Mas o que faz um objeto (seja ele o corpo ou uma obra de arte) ser belo? A estética, enquanto reflexão filosófica, busca compreender, em um primeiro momento, o que é beleza, o que é o belo, a preocupação com o belo, com a arte e com a sensibilidade, próprias da reflexão estética; nos permite pensar, segundo **Vásquez** em seu livro *Convite à Estética*, as nossas relações com o mundo sensível, o modo como as representações da sensibilidade dizem sobre o ser humano. Não se trata, portanto, de uma discussão de preferências, simplesmente com o fim de uniformizar os gostos. Então ela não poderá ser normativa, determinando o que deve ser, obrigatoriamente, apreciado por todos. Ela deve procurar, ao contrário, os elementos do conhecimento que permitem entender como funciona o nosso julgamento de gosto e nosso sentimento acerca da beleza, mas em uma perspectiva geral, universal, isto é, válida e comum a todos.

Ernest Fischer, em sua obra *A Necessidade da Estética*, mostra que a preocupação com a beleza sempre acompanhou o ser humano desde a fabricação de seus utensílios. O homem dedicou-se não apenas em fabricar objetos simplesmente para um uso prático. Além de serem funcionais, esses objetos, por mais primitivos que fossem, demonstravam uma preocupação com a forma. Uma forma que facilitasse o manuseio, a funcionalidade, e que também os tornassem visivelmente agradáveis – enfeites e adornos podiam compor esses objetos para enriquecê-los e torná-los mais atraentes aos sentidos. Essa preocupação estética tinha também uma função mágica e de culto. Objetos, danças, cantos, pinturas, templos, ligados aos mitos e ritos, tinham um objetivo religioso à medida que poderiam invocar, por meio deles, a ação dos deuses. A beleza, demonstrada nessa preocupação com a forma está, nesse momento, muito ligada ao caráter prático ou mágico dos objetos⁷⁵.

Entre os gregos

Foi entre os gregos antigos que a reflexão sobre o belo se abriu ao pensamento. Entretanto, como a arte, para eles, estava vinculada a alguma função (moral, social e política), ela não tinha sua identidade própria. **Sócrates** vai associar o belo ao útil. Portanto, um objeto que se adapta e cumpre sua função é belo, mesmo que não esteja adornado. Ele inaugura um tipo de estética funcional, utilitária que, se prestarmos atenção, está muito presente no nosso cotidiano, na produção dos objetos de uso corriqueiro, que também apresentam uma preocupação estética.

Platão já não tem essa preocupação prática de encontrar objetos belos. Ele não se pergunta o que é belo, mas o que é "O Belo". Ele não está preocupado com a beleza que se encontra nas coisas, mas em uma beleza ideal. Isso quer dizer que os objetos só são belos na medida em que participam do ideal de beleza, que é perfeito, imutável, atemporal e suprassensível, isto é, está além da dimensão material. Platão afirma que a beleza que percebemos no mundo material participa de um belo ideal: "Quando se der a ocorrência de belos traços da alma que correspondam e se harmonizem com um exterior impecável, por participarem do mesmo modelo fundamental, não constituirá isso o mais belo espetáculo para quem tiver olhos de ver?"⁷⁶. A característica fundamental nessa determinação do belo é a proporção do quanto um objeto consegue imitar o ideal de beleza; então pode-se caracterizá-lo como belo. A contemplação dessa beleza ideal também deve elevar a alma deixando o cidadão livre de suas paixões e dos prazeres do mundo material, afinal "... o mais belo é também o mais amável..."⁷⁷.

75 FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Tradução de Leandro Konder. 9ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. Pag. 42-47.

76 PLATÃO. *A República*. Edição: Victor Cívita. Tradução: Enrico Convissieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997. P.22.

77 *Ibidem*



Cerâmica Grega

Karel Mrazgajal/23RF/EasyPix

Outro importante filósofo grego é **Aristóteles**. Em contraposição a Platão, Aristóteles procurou o belo não em um mundo ideal, mas na realidade. Em sua obra *Poética*, ele constrói um manual de como se reproduz o belo nas diversas artes. Evidencia aí sua preferência pela tragédia, pois nela a imitação das ações humanas, as boas ou más, reproduziriam um efeito chamado catarse, isto é, uma purificação dos sentimentos ruins, a partir da sua visualização na arte, "... suscitando o terror e a piedade, tem por efeito, a purificação dessas emoções"⁷⁸, o que tornaria as pessoas melhores. O belo estava associado, em Aristóteles, ao conceito de bom, e as artes tinham uma função moral e social, na medida em que reforçavam os laços da comunidade.

Essas teorias a respeito do belo, principalmente de Platão e de Aristóteles, serão retomadas no final da Idade Média e, a partir do Renascimento, os filósofos recuperam a ideia de beleza relacionada a ordem, harmonia e proporção, que contribuem decisivamente para a formação da concepção de beleza clássica.

No caso das esculturas gregas, nota-se a busca de imitar as formas "perfeitas" do ser humano, a valorização da força física, da virilidade e da proporcionalidade, as quais ressaltam o equilíbrio e a unidade entre corpo e espírito, entre homem e cosmos, razão e sentimento, o que culminava na busca dessas formas consideradas perfeitas, nessas figuras idealizadas.

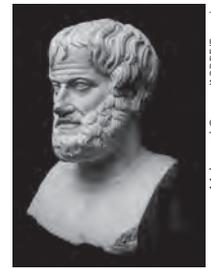
Na Idade Média

Essa visão grega sobre o corpo humano muda na Europa da **Idade Média**. A partir do século X, quando as invasões bárbaras terminaram, a Europa começou a se reorganizar politicamente e o cristianismo se tornou um dos elementos importantes dessa cultura. O corpo humano, nesse período, é associado ao mundo material, aos valores terrenos e é desprezado em relação aos valores espirituais. A força dos valores morais propagados pelo cristianismo via Igreja Católica, principalmente, privilegiam a fé, a religiosidade e a espiritualidade. O corpo é visto como o oposto da busca do divino, do eterno, uma vez que ele se torna símbolo do pecado, da tentação e do erro. Ainda desse período, e como exemplo desse privilégio do espiritual sobre o físico, pode-se notar a valorização do sofrimento, do martírio, do sacrifício do corpo, como forma de elevação espiritual. Nas muitas obras de arte medievais é possível verificar essa desconsideração pelas formas corporais quando percebemos as figuras humanas desenhadas de forma retilínea ou com formas triangulares, apontando para as alturas, em uma referência ao céu, ao paraíso celeste.

No Renascimento

No **Renascimento**, movimento cultural ocorrido na Europa, a partir do século XV, os corpos são pintados retomando os ideais da antiguidade grega e romana. O corpo é representado com o objetivo de expressar a unidade entre o físico e o espiritual, em uma referência à celebração da vida dionisíaca, que remete ao mito grego de Dionísio, o qual buscava o prazer na alegria, na embriaguez do vinho e na força dos desejos. A beleza era vista como imitação da natureza, da realidade concreta, como representação do espiritual, do divino, na preocupação de encontrar a perfeita forma, a proporção e a harmonia.

78 ARISTÓTELES. "Poética". Tradução de Eudoro de Souza. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. P.31.



Mohamed Osmail/23RF/EasyPix



tupungato/123RF/EasyPix



Malgorzata Kistryn/12.3RF/Easypix

Os estudos de **Leonardo da Vinci** sobre o corpo nessa época, por outro lado, apresentavam-se como pesquisas científicas no sentido de compreender a estrutura harmônica do corpo. Essas pesquisas forneceram a Leonardo o conhecimento sobre detalhes anômicos do corpo que influenciaram na criação de suas obras de arte.

A partir da **Idade Moderna**, a visão científica, matemática e geométrica da natureza se desenvolve e também se estende ao corpo. Este torna-se objeto de pesquisas e passa a ser entendido como uma máquina que pode ser consertada, melhorada e, a partir desse conhecimento, elaboram-se discursos e práticas de controle e poder. As formas de controle e poder em torno do corpo visam a responder objetivos econômicos, sociais e morais, de contenção dos impulsos e instintos, de cura de enfermidades, para fins de produção, como no caso do sistema capitalista, onde os corpos são vistos como forças que devem ser preparadas e treinadas para o trabalho nas grandes indústrias. Ou ainda o corpo, que desde os suplícios e espetáculo punitivos medievais, e muito mais com o advento das prisões (ou mesmo nas indústrias e escolas) a partir do final do século XVIII, se torna objeto de controle político, pelo qual se mantém a ordem social e a dinâmica de dominação, como afirma o pensador francês contemporâneo **Michel Foucault** (1926-1985) "(...) o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso"⁷⁹.

No Mundo Contemporâneo



© Sucessão Pablo Picasso / AUTV/S, Brasil, 2019.

Guernica é um painel pintado por Pablo Picasso, em 1937, por ocasião da Exposição Internacional de Paris. Foi exposto no pavilhão da República Espanhola. Medindo 350 x 782 cm, esta tela pintada a óleo representa o bombardeio sofrido pela cidade espanhola de Guernica, em 26 de abril de 1937, por aviões alemães. Atualmente está no Centro Nacional de Arte Rainha Sofia, em Madrid.

A partir do século XIX, com o desenvolvimento da sociedade industrial e nova realidade urbana, esse ideal de beleza vai mudando e as artes passam a representar os problemas gerados pela nova estrutura social, como a exploração do trabalho, as guerras, os contrastes entre cidade e campo, e os demais conflitos sociais.

O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação interfere na formação de novos padrões de gosto e redimensiona os padrões de beleza. Essas mudanças podem ser percebidas mais facilmente com o advento da mídia, e são fortemente influenciadas por ela. Pelo poder desses veículos de comunicação de massa, esses ideais de beleza tornam-se cada vez mais uniformizados e voltados para o consumo. A comercialização que se faz em torno desses novos padrões de beleza geram novas preocupações com o corpo, que torna-se um objeto de propaganda e de consumo. Por trás desse olhar sobre o corpo, produzem-se discursos que visam controle e poder. Neste caso, com fins econômicos explícitos e com sérias consequências éticas a serem discutidas.

A estética moderna

A estética, enquanto uma reflexão própria sobre a beleza, surgiu no século XVIII, com o filósofo alemão **Baumgarten** (1714-1762). Seu surgimento se deu no contexto do Iluminismo, movimento filosófico cultural ocorrido na Europa, que conhecia, naquele momento, os grandes reis absolutistas. Foi contra os abusos desses governantes que muitos pensadores se rebelaram. O absolutismo era uma forma autoritária que os reis europeus utilizavam para governar suas nações. Controle absoluto das leis, das atividades econômicas, enfim, nada era feito sem o seu consentimento. A lei era o rei.

A partir da Baixa Idade Média, entre os séculos XIV e XVI, com o crescimento das cidades, a Europa sente algumas mudanças. No campo, os moinhos utilizados na estocagem da produção excedente, a rotatividade das terras que agilizava a produção e as feiras nos castelos que estimulavam o comércio anunciavam que o sistema feudal precisava de mudanças. Na cidade, o avanço do comércio – inclusive entre cidades distantes e com outras nações –, o avanço das cruzadas – que acabaram por levar não apenas a fé cristã para outras regiões da Europa, mas ampliaram as possibilidades de negócios – marcaram o surgimento de um novo sistema econômico: o capitalismo. Comerciantes que enriqueciam às custas da venda de excedentes; artesãos que aumentavam sua produção e suas rendas com a contratação de jovens, oriundos do campo que buscavam uma vida melhor nas cidades; surgia, dessa forma, uma classe social peculiar: a burguesia. O renascimento das cidades também estimulou o renascimento do comércio, e com essas mudanças, a burguesia, classe que impulsionou essas transformações, passou a enriquecer e conquistar espaço na sociedade europeia.

Os reis, interessados nessas riquezas e na importância econômica da burguesia, ao mesmo tempo em que protegiam seus negócios (com soldados que acompanhavam caravanas e acordos comerciais com outras cidades ou com a cobrança de tarifas alfandegárias, por exemplo), dificultavam o enriquecimento e a participação política dessa classe. Os impostos pagos aos reis e dívidas à Igreja impediam a burguesia de crescer política e economicamente. Ao mesmo tempo em que havia uma certa proteção dos seus negócios pela monarquia, também existia uma limitação das suas liberdades políticas e econômicas, pois a burguesia ficava limitada ao poder dos reis.

O Iluminismo europeu veio responder e dar voz a essas exigências sociais. A partir dos ideais de liberdade, igualdade, fraternidade e de direitos políticos, os anseios político-econômicos da burguesia do século XVIII encontraram eco. Mas o Iluminismo não ficou restrito ao plano político e econômico. Ele também lançou suas luzes para a ciência, educação e para as artes.

79 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 28.

O estado estético

As ideias do filósofo alemão **Schiller** também podem nos orientar nessa compreensão da relação entre sensibilidade e razão, entre a experiência sensível e o intelecto, além de clarear o debate sobre a busca tão incisiva da beleza física e dos aspectos sociais e políticos que a discussão estética pode levantar.

Em sua obra “Sobre a educação estética do homem em uma sequência de cartas”, o filósofo procura mostrar o quanto a valorização da razão não conseguiu realizar o homem em sua completude e dignidade.

Na dimensão estética, proposta por Schiller, entra em campo o jogo imaginativo. Nesse jogo não se veem os objetos em sua materialidade, apenas em seu conteúdo ou praticidade. Nessa dimensão, não se visa a pura utilização prática ou apenas um conhecimento teórico sobre as coisas. Uma obra de arte, por exemplo, não será analisada apenas pelo seu tema ou conteúdo expresso, tão pouco pelas suas qualidades materiais ou técnicas (se a tinta é boa ou não, em uma pintura). O valor de uma obra se dá pela forma, isto é, pela aparência formal que ela assume, pelo conteúdo que se modifica em determinada forma, a qual me desperta para a fruição do pensamento, da razão e da sensibilidade intuitiva.

Entenda-se “homem sensível” como dotado da faculdade dos sentidos, da sensibilidade. Sensibilidade não refere-se apenas ao fato de que sentimos calor quando estamos perto do fogo, por exemplo. Sensibilidade está no sentido de capacidade de sensibilizar-se, de apreender o mundo pela imaginação, de sentir-se tocado pelas coisas antes mesmo de pensarmos racionalmente sobre elas.

Esse estado estético foi desprezado na cultura racional, técnica, científica. Mas Schiller aponta que “... não há outro caminho para tornar o homem sensível em racional do que torná-lo primeiramente estético”⁸⁰. É nesse estado estético que o homem deixa suas determinações naturais e passa ao estado da liberdade, entendida não absolutamente, mas como uma determinação ativa, deliberada e consciente. O homem passa a escolher suas ações e buscar a verdade.

Porém, nem sempre se dá essa harmonia; ou o homem fica preso nos sentidos, buscando um prazer puramente físico, sensualista, ou fica sobredeterminado por regras morais ou verdades impostas de fora. Desse modo a felicidade e a dignidade humana não encontram plenitude, pois o homem se encontra preso às determinações de uma cultura que se perde no puro prazer do sensual-físico, ou na hipocrisia moralista.

Segundo Schiller, é pela via de uma cultura estética que a humanidade pode encontrar essa harmonia e devolver a sensibilidade, sua função reconciliadora dos impulsos sensuais e intelectivos. Essa reconciliação se dá por um novo modelo de sociedade, onde a libertação do homem das garras do sensualismo limitante e da abstração sem sentido ocorreria pelo livre jogo da imaginação. Esse jogo da imaginação tiraria a seriedade da realidade que mata a criatividade, a espontaneidade, e libertaria o homem da pura determinação de suas carências e necessidades materiais. A realidade é iluminada por esse jogo estético, e o homem pode realizar suas potencialidades sem permanecer distante de si mesmo, seja no trabalho alienante, nas teorias incompreensíveis, no prazer puramente físico. É só nesse jogo que o homem é realmente livre.

Essa cultura estética implicaria em uma educação para a percepção estética do mundo, na qual razão e sensibilidade possam se harmonizar a fim de que a busca da verdade e de uma vida moralmente bela estejam de acordo com a natureza própria do

homem. Uma cultura estética implica, segundo Schiller, em uma educação para a arte e para a beleza. Desse modo, o saber e a moral, que se originam dessa cultura, não significam apenas domínio da natureza e a sua conseqüente destruição. Cultura estética que não implicaria em uma coação hipócrita das ações humanas.

Pode-se pensar o ser humano, a partir dessa nova cultura voltada para a sensibilidade estética, proposta por Schiller, não limitado apenas ao trabalho forçado, alienante, em uma sociedade que busca apenas a riqueza material e valoriza apenas o individualismo e o prazer físico. Não uma arte vazia de sentido, uma repetição de fórmulas, frases, temas, nem uma busca irrefletida de uma beleza física imposta por padrões de mercado e de consumo. Não é uma proposta que visa a um homem passivo e angustiado, mas exibidor de si, de suas potencialidades, de suas realizações. Schiller aponta para uma proposta política, pois ela implica decisões, participação e busca resultados coletivos. Uma educação para a percepção estética, para a beleza, não pode ser moralizante nem intelectualizante, mas visando a um ser humano mais nobre, digno e feliz.

A Universidade do Gosto

Em **A Universalidade do Gosto**, iremos discutir a questão do gosto e a possibilidade de formarmos um juízo universal sobre o belo. A discussão parte do problema dos interesses econômicos sobre a arte, a diversidade de gostos e a compreensão da estética também no âmbito da discussão sobre o conhecimento, isto é, a relação do ser humano com o mundo sensível. Contrapôs-se, nesse debate, às ideias dos filósofos Hume e Kant, complementadas com a visão do Materialismo Histórico sobre a relevância da arte na sua função política.

Afinal, gosto se discute?

Algumas perguntas podem surgir quando olhamos atentamente as duas imagens a seguir: que épocas elas marcam? O que representam? Quais as diferenças no modo como representam? Há pontos comuns entre elas? Que tipo de sentimento ou impressão elas causam? As duas podem ser consideradas belas?

É possível chegarmos a um acordo de opiniões sobre essas obras? Como se dá o juízo do gosto em nossa mente? Será possível encontrar um ponto comum, uma concordância, que fosse universal em relação a tanta diferença de gostos?



Shuchun Ke/123RF/Getty Images

80 SCHILLER, J. C. Friedrich. “Sobre a Educação Estética do Homem em uma sequência de cartas”. Tradução de Verlaïne Freitas. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.



Mauro Rodrigues/123RF/Gettyimages

O mercado do gosto

Além da busca de uma definição sobre o que é beleza, a discussão sobre os juízos de gosto fez a estética voltar seu olhar para as artes. Os objetos artísticos estão mais propícios à avaliação do gosto e, com eles, podemos ter uma dimensão mais clara, tanto da diversidade de gostos, como da possibilidade de formarmos um juízo universal. Atualmente, entretanto, temos a agravante dos interesses comerciais em relação à arte. Esses interesses devem ser levados em conta na discussão da formação de gosto, pois a arte volta-se não apenas para conteúdos ou formas abstratas, restritos à compreensão e à contemplação de um grupo seleto de acadêmicos, historiadores, críticos e filósofos, mas para a população em geral. A arte, com o advento da mídia, principalmente, passou a ser encarada dentro de uma perspectiva comercial, que a limitou, até certo ponto, aos moldes do mercado.

É importante notarmos o quanto o mercado, enquanto um espaço de transações comerciais, também determina o que é “bom” ou “ruim” em matéria de arte e, dessa forma, atua como um formador de gosto. Muitas vezes o belo se liga também a padrões de funcionalidade e utilidade dos objetos a serem comercializados.

Quando se fala em mercado pode-se ter em mente três situações distintas: a do mercado que visa ao consumo mais amplo, popular, que dita as regras de consumo e de gosto para o consumidor de um modo geral. Essa primeira forma de comércio de arte usa a mídia como veículo de seus padrões. Uma segunda maneira de entendermos o mercado da arte é aquele espaço de comercialização de obras com reconhecimento de uma comunidade mais especializada em arte: artistas, críticos, colecionadores, entre outros. Nesse mercado, embora o gosto seja mais intelectualizado, pode-se perceber que a relação entre gosto e valor de uma obra não é bem precisa. Certas obras de certos autores agradam mais, por isso valem mais. Outras vezes, por valerem mais é que agradam mais. Há ainda uma terceira modalidade de mercado da arte: o mercado das ilegalidades, das cópias, das fraudes, da pirataria e da falsificação. Além de caminhar em paralelo com as outras duas formas de comércio, ele acaba por delinear, no subterrâneo e obscuro mundo das negociações, o que é bom ou não de ser comercializado e consumido.

O gosto como um fato social

Da mesma forma que o surgimento da estética ocorreu em um contexto social e político determinado, também é possível pensar a questão da beleza como um fato social. Fato social é um conceito da sociologia, proposto por Émile Durkheim, um dos fundadores dessa ciência. Segundo ele, os fatos sociais são imposições que a sociedade faz aos indivíduos e que os obrigam a seguir. São os fatos sociais que fornecem o objeto de estudo específico da sociologia e são caracterizados pela: generalidade, fatos comuns aos indivíduos de determinada sociedade; exterioridade, exteriores ao indivíduo, pois não dependem dele; e coercitividade, obrigam-no a agir dessa ou daquela maneira.

O gosto vai se formando a partir de hábitos, valores e atitudes que são comumente aceitos. Eles passam a vigorar como corretos e devem ser seguidos por todos. Mesmo que possam provocar reações negativas por parte daqueles que representam e defendam as normas tradicionais, as alterações desses parâmetros são inevitáveis. Com o tempo, as mudanças de hábitos, as novas perspectivas e necessidades acabam por introduzir novos modelos a serem seguidos.



Émile Durkheim

Wikimedia Foundation

Isso faz pensar que os padrões de gosto são construídos social e culturalmente. As mesmas roupas que se vestem aqui no Brasil não seriam consideradas bonitas ou até moralmente aceitas em países como a Índia. As argolas no pescoço que as mulheres usam em algumas tribos africanas como adereços para embelezar seus corpos, não seriam aceitas da mesma forma aqui. Entretanto, não se pode julgar outros padrões de beleza como melhores ou piores do que o nosso.

Os padrões culturais, portanto, não são estáticos. Nem tudo aquilo que era moda nos anos 1940 é aceito mais hoje em dia. Nesse sentido é interessante notar que embora haja essa determinação histórica do gosto, isto é, que ele marca determinado momento, percebe-se que ele também muda conforme a época. Não é raro, em geral, a moda, por exemplo, voltar de tempos em tempos. Ou ainda, que padrões de uma cultura, mesmo que sejam do passado, possam ser resgatados em outras épocas. Muitos traços dos padrões antigos não são completamente esquecidos no passado. Muitos permanecem presentes e servem, inclusive, como inspiração para a renovação de padrões atuais. Por mais que esses padrões de moda, de beleza e de gosto sejam culturalmente determinados e historicamente mutantes, fica a questão se poderíamos achar um caminho para alguma unidade de juízos de gosto.

O juízo de gosto na Filosofia

Alguns filósofos também se prestaram a essa discussão sobre a possibilidade da universalização do gosto. Entretanto eles não estavam interessados em impor um padrão de gosto para as sociedades de que faziam parte. Também não estavam interessados na busca da beleza física, e sim da reflexão sobre a beleza que se pode contemplar nas artes ou na natureza e dos juízos de gosto que daí se podem inferir.

A discussão estética preocupa-se em pensar as condições em que o ser humano elabora seus juízos de gosto, e se esses juízos, uma vez que são elaborados pela mente a partir das sensações, poderiam ter validade, alcance e concordância geral.

Hume: gosto é coisa da sua cabeça

A possibilidade da universalidade do gosto foi questionada por **David Hume**, filósofo escocês, em seu texto *Do Padrão do Gosto*. Segundo ele, **gosto não se discute**. Para compreender como Hume chega a essa conclusão, é necessário entender como ele explica a origem do conhecimento. Segundo esse filósofo, o conhecimento não se origina pura e simplesmente na mente humana. Não nascemos sabendo. Adquirimos o saber na experiência. A partir dela é que colhemos nossas impressões sobre a realidade que, guardadas na memória e ligadas, associadas pela imaginação, construímos as ideias, como se fossem cópias alteradas da realidade. O conhecimento advém dos fatos experienciados a partir das impressões e das ideias que associamos em nossa mente – por isso essa teoria é chamada de empirismo lógico.

Nesse sentido é que Hume se coloca contra qualquer ideia que seja arbitrariamente imposta sem um consenso a partir da experiência. Por isso não concorda que sejam possíveis normas morais absolutas, metafísicas, fundamentadas puramente na razão. Apenas uma concordância entre os cidadãos sobre as qualidades morais, baseadas na utilidade e no prazer que proporcionam, é que garante a validade das regras. E ele também leva esse julgamento aos juízos de gosto.

Nos juízos de gosto, Hume aponta também para a ideia de consenso. E ele demonstra as dificuldades de se chegar a essa ideia comum e a precariedade em concluir alguma ideia definitiva e absoluta sobre o belo. Ele constata a grande variedade e diferença de gostos e opiniões, mesmo entre indivíduos da mesma cultura e que tenham tido a mesma educação. O filósofo chama a atenção para que não sejam julgados os gostos estranhos como sendo bárbaros. Bárbaro pode ser também o nosso julgamento diante daquele que é diferente. Não se pode cair na tentação de considerar belo apenas as preferências de determinadas pessoas ou culturas, ou seja, essa busca de uma padronização do gosto não pode significar a mutilação do direito de discordar e da liberdade de escolha.

Essa diversidade de gostos é mais evidente, segundo Hume, na realidade, no plano individual e particular do que no plano das aparências, dos discursos sobre assuntos mais amplos. No terreno da moral, por exemplo, dificilmente alguém discordaria de que "... a justiça, o humanitarismo, a prudência e a veracidade..."⁸¹ não fossem dignas de aplausos, e que as ideias contrárias a elas sejam dignas de reprovação. Essa unanimidade seria fruto da razão, que fundamenta a moral, ou dos sentimentos que movem as ações humanas? Segundo Hume, esse acordo é muito mais fruto da linguagem: as próprias palavras trazem de seu idioma o sentido de reprovação ou aprovação: "As pessoas que inventaram a palavra caridade, e a usaram de maneira muito mais clara e muito mais eficaz para inculcar o preceito sê caridoso do que qualquer pretenso legislador ou profeta que incluísse essa máxima em seus escritos"⁸². O problema de se conseguir uma unanimidade na ética esbarra na questão da linguagem, na medida em que os termos são usados de maneiras diferentes, em idiomas diferentes. Da mesma forma na questão dos juízos de gosto. Algumas obras de arte são reconhecidas como belas apenas por uma questão de costume e valor culturalmente atribuídos, mas que não garantem a sua real beleza, e por isso, uma unanimidade de juízos estéticos. Contrariamente à dificuldade de encontrarmos um padrão único, Hume reconhece que é natural procurarmos um padrão, "...uma regra capaz de conciliar as diversas opiniões dos homens..." (*Ibidem*). Embora esse padrão esteja no horizonte do provável, ele não é possível, para Hume. Primeiramente porque o sentimento que temos em relação a uma obra é diferente do julgamento que proferimos dela. O sentimento é sempre do indivíduo, não tem referência a nada diferente dele. Quando digo que gosto disso ou daquilo, o gosto é meu, não posso tomar como referência o sentimento ou a ideia de outra pessoa para demonstrá-lo. "O sentimento está sempre certo – porque o sentimento não tem outro referente senão ele mesmo, e é sempre real, quando alguém tem consciência dele"⁸³, afirma Hume.

Com o entendimento ocorre o inverso. Ele sempre precisa de uma referência, de algo em particular, concreto, a que ele se destine. Podemos ter opiniões diferentes sobre um mesmo objeto, mas apenas uma será a verdadeira. Mas posso ter uma infinidade de sentimentos sobre o mesmo objeto e todos serem corretos, pois "... nenhum sentimento representa o que realmente está no objeto"⁸⁴. O sentimento assinala apenas uma conformidade entre o objeto e as faculdades do espírito, e essas estão no indivíduo.

81 HUME, David. "Do padrão do gosto". Tradução de João Paulo Gomes Monteiro. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: UFMG, 1997. P. 56.

82 *Ibidem*, pag. 57.

83 *Ibidem*, p. 57-58

84 *Ibidem*, p. 58.

Por isso a beleza, segundo Hume, "... não é uma qualidade das próprias coisas, existe apenas no espírito que as contempla, e cada espírito percebe uma beleza diferente"⁸⁵.



Pablo Boris Debat/12.3RF/Easypix

A *Pietà* (Piedade) de Michelangelo é talvez a mais famosa das esculturas feitas pelo artista. Representa Jesus morto nos braços da Virgem Maria. A fita que atravessa o peito da Virgem Maria traz a assinatura do autor, única que se conhece: MICHAEL ANGELUS. BONAROTUS. FLORENT. FACIEBA, ou seja, "Miguel Angelo Buonarotus de Florença fez". Fica na Basilica de São Pedro (Roma). Desde que a estátua foi atacada em 1972, está protegida por um vidro a prova de bala. É feita em mármore.

O juízo de gosto na arte

Hume busca, nas obras de arte, a possibilidade de encontrar uma padronização de gosto. Mas observe que não é uma padronização no sentido de obrigação de gostar de determinadas obras. É uma padronização no sentido da possibilidade de julgarmos da mesma maneira, a partir de experiências individuais. A arte parece lidar com sentimentos mais comuns e gerais do ser humano. Parece que há ainda uma saída, embora que parcial, para a possibilidade da universalização do gosto. Existem obras de arte que agradam quase que universalmente ou, pelo menos, atravessam gerações e são consideradas belas entre diferentes nações inclusive, como as poesias de Homero. Mas esse agrado geral não é fruto de uma propriedade intrínseca da obra, ou por ela estar alinhada com alguma teoria ou regra de arte ensinada nas academias. É sim resultado de um consenso, de um agrado maior, que satisfaz mais do que a censura poderia condenar ou que os próprios defeitos da obra podiam evitar. Muito embora cada arte tenha suas próprias regras, e os críticos façam seu julgamento de acordo com esse padrão, o gosto por determinada obra não se prende à exatidão das teorias a seu respeito, mas ao agrado e à satisfação que produzem no público.



Parece que as artes, em suas regras gerais, isto é, nas suas características específicas e próprias que as diferenciam de outras atividades humanas, como a ciência, apontam para "... sentimentos comuns da natureza humana..."⁸⁶, ou seja, aquilo que qualquer ser humano poderia sentir diante de tal objeto. Ainda assim, Hume afirma "... não devemos supor que, em todos os casos, os homens sintam de maneira conforme essas regras"⁸⁷.

85 *Ibidem*

86 *Ibidem*, pág. 60.

87 *Ibidem*.

Hume, porém, reconhece que o ser humano possui uma tendência comum, geral, de sutileza, delicadeza e fineza: "... a delicadeza de gosto pelo espírito ou pela beleza será sempre uma qualidade desejável, porque é a fonte de todos os mais finos e inocentes prazeres de que é suscetível a natureza humana"⁸⁸. Podemos experimentar essa tendência geral, segundo Hume, na ordem da fantasia e da imaginação, em situações especiais de "... perfeita serenidade de espírito, concentração do pensamento, a devida atenção ao objeto..."⁸⁹. Podemos, ainda, aprimorar os gostos, refiná-los pela "... prática de uma das artes e o frequente exame e contemplação de uma espécie determinada de beleza"⁹⁰. Além disso, o exercício de comparação entre os graus de excelência de uma obra, o livrar-se dos preconceitos e o bom senso podem nos orientar para um aprimoramento da percepção da beleza. Será que, por esse caminho, pode-se encontrar uma saída para que se possa julgar universalmente a beleza?

Entretanto, ainda que se ajustem os discursos e generalizações sobre determinadas obras, caracterizando-as como belas, estaremos sempre longe de qualquer padronização do gosto, segundo Hume. Ele afirma que "... embora os princípios do gosto sejam universais, e aproximadamente, senão inteiramente, os mesmos em todos os homens, mesmo assim poucos são capazes de julgar qualquer obra de arte, ou de impor seu próprio sentimento como padrão de beleza"⁹¹. A padronização dos gostos está limitada pela falta de delicadeza; pelo preconceito; pela falta de conhecimento, prática e experiência com as obras de arte; pela falta de bom senso; e até, pela imperfeição dos órgãos da sensação interna (os juízos), por estarem viciados ou perturbados de tal forma que não consigam produzir um sentimento correspondente aos princípios gerais do gosto. Além disso, Hume aponta as diferenças de temperamento entre as pessoas e a variedade de costumes de épocas e lugares como agravantes para tornar mais confusa a mensuração exata de um juízo de beleza padrão, seja com qualquer objeto e mesmo em relação às obras de arte.

Para Hume, não há como padronizar gostos, e essa tarefa é fadada ao insucesso: "Procurar estabelecer uma beleza real, ou uma deformidade real, é uma investigação tão infrutífera como procurar determinar uma doçura real ou amargor real".

Kant e o sentimento do belo

Com opiniões contrárias às de Hume sobre os juízos de gosto, veremos as ideias do filósofo alemão **Immanuel Kant**. Ele escreveu, dentre outras, três grandes obras, consideradas as principais por representarem o cerne do seu pensamento: *A Crítica da Razão Pura*, *A Crítica da Razão Prática* e a *Crítica dos Juízos*. Discutindo sobre o conhecimento e sobre a moral, o filósofo também refletiu sobre a sensibilidade, o sentimento do belo e sobre os juízos estéticos.

Entre os problemas relacionados à dimensão prática da vida, das ações humanas e da dimensão do conhecimento racional, intelectual está a dificuldade de se compreender melhor a dimensão da sensibilidade. Qual a relação entre o mundo concreto e as ideias? Como é possível que as coisas sensíveis, materiais, possam se tornar conhecimento intelectual? Como se dá a relação entre o que é natural, determinado e limitado com as ideias, com o que é indeterminado e livre?

Para Kant, a ponte entre a faculdade cognitiva (o intelecto) e a dimensão da sensibilidade é a faculdade do juízo, relacionada aos sentimentos. Sentimentos esses que não devem ser compreendidos em termos de emoções (ódio ou amor, por exemplo).

Esse sentimento que Kant vai investigar na "Crítica da Faculdade do Juízo" é o sentimento estético, o sentimento de prazer e desprazer que se tem com os objetos. Observe que Kant fala em sentimentos e não em sensação de agradável ou desagradável. Enquanto apenas a sensação de gostar ou não de algo parece muito subjetiva, o que impossibilitaria qualquer pretensão à universalidade, a ideia de sentimento dá mais força à impressão que as representações da sensibilidade causam no sujeito. Essa força nos faz pensar na possibilidade de que os sentimentos seriam mais comuns, isto é, que eles se apresentem da mesma forma a outras pessoas e, por isso, comunicáveis.

Kant afirma que o juízo de gosto "... não é (...) nenhum juízo de conhecimento, por conseguinte não é lógico e sim estético, pelo qual se entende aquilo cujo fundamento de determinação não pode ser, senão, subjetivo"⁹². Esses juízos, embora se remetam a algum objeto em particular, um objeto real, uma obra de arte, por exemplo, ou uma paisagem da natureza, não dizem a respeito do objeto. No juízo de gosto não se faz referência ao objeto, como em um juízo de conhecimento, mas refere-se ao modo como o sujeito sente-se e é afetado pela sensação causada pela representação deste objeto. Esses juízos de gosto ou juízos estéticos, segundo Kant, possuem três alcances: o **belo**, o **agradável** e o **útil**. Quanto ao agradável e ao útil, que são sentimentos despertados em vista de fins e interesses particulares, eles são contrários ao sentimento do belo, pois este é desprovido de qualquer interesse ou finalidade que não seja ele próprio. O sentimento de beleza que se tenha diante de algum objeto não pode estar atrelado, segundo Kant, a nenhum interesse ou utilidade a que ele possa estar ligado. Quando utilizamos ou temos muita necessidade dele em vista de algum fim, não estamos em condições de vislumbrar sua beleza: "Cada um tem de reconhecer que aquele juízo sobre beleza, ao qual se mescla o mínimo interesse, é muito faccioso e não é nenhum juízo de gosto puro"⁹³.

Exigências para o bom gosto

Para que o sentimento de prazeroso, livre, desinteressado, sem conceitos, universalmente compartilhável, possa se produzir, é preciso que o indivíduo tenha um certo preparo: conhecimento, sutileza, sensibilidade, enfim, refinamento. Esse preparo acontece na sociedade, no interior da cultura da qual o sujeito faz parte. O juízo de gosto só tem validade se for dado em sociedade, no terreno da cultura. Kant retoma essa ideia na sua obra *Observações sobre o sentimento do Belo e do Sublime*. É na dimensão humana, no convívio social, que os juízos de gosto fazem sentido. Embora cada um tenha gostos diferentes, quando falamos em beleza estamos pressupondo a humanidade, contando com um acordo unânime de todos os homens.

Nessa obra, Kant afirma que uma bela música ou um bom vinho podem ser apreciados por muitos, assim como uma estante cheia de livros pode trazer satisfação a um proprietário que nem sequer os leu. Mas, enquanto esse prazer pode estar voltado ao valor prático ou ao valor teórico que esses objetos representem, ou tão somente ao prazer físico que eles proporcionem, o que torna essa experiência restrita ao âmbito individual, é na experiência estética, isto é, na contemplação desinteressada de uma obra, que se dá o sentimento estético. E aí a exigência é maior, pois essa experiência se dá apenas com pessoas que possuam um certo nível intelectual, uma sensibilidade treinada, um refinamento, alcançados via educação. Embora Kant reconheça que a todos foi dada essa tendência ao refinamento, pois um "... homem jamais é inteiramente desprovido de vestígios do sentimento refinado"⁹⁴, são poucos, no entanto, os que a desenvolvem:

92 KANT, Immanuel. "Crítica da Faculdade do Juízo". Tradução de Valério Rohden. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. P. 93.

93 *Ibidem*, p. 96

94 KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*; Ensaio sobre

88 *Ibidem*.

89 *Ibidem*.

90 *Ibidem*, pág. 64.

91 *Ibidem*, pág. 67.

“Entre os homens, são bem poucos aqueles que se comportam de acordo com princípios...”⁹⁵. Mas a todos isso é possível, pois “... todos os corações humanos, embora em porções diferentes, foram infundidos pelo amor à honra...”⁹⁶. Devemos lembrar que Kant é um dos expoentes do Iluminismo, por isso dava grande importância à educação como uma força de aperfeiçoamento individual.

O materialismo histórico e a arte interessada

Foi Kant quem nos deixou a possibilidade, por meio da experiência estética, desinteressada e sem conceitos, de nos relacionarmos universalmente com a beleza. O belo ganhou aí sua autonomia. Não precisa estar associado a nenhum conceito, ideias, teorias, nem deve estar relacionado a nenhuma finalidade ou valor fora de si mesmo.

Em outro ponto dessa discussão se encontra a proposta inspirada no materialismo histórico, enraizado na teoria marxista sobre a sociedade, história e filosofia. Para alguns teóricos marxistas, a arte deve ser um meio para a superação das diferenças sociais e do sistema capitalista. Defende-se por esse caminho a ideia da arte militante, da arte como forma de conscientização política, como uma forma de luta social.

Para o materialismo histórico, que surgiu em meados do século XIX, fundado por Karl Marx e Friedrich Engels, o ser humano é determinado social e historicamente. Isso quer dizer que não se pode pensar o homem fora de seu contexto histórico e social. O homem está limitado a esse contexto pelos problemas, interesses, dificuldades, evolução tecnológica, ou seja, determinado pelas condições materiais de seu tempo e pelas condições sociais em que vive. O ser humano se desenvolve e evolui a partir das suas condições de vida, de trabalho, de produção material. E é a partir de suas necessidades materiais que as transformações sociais acontecem. Não é a consciência, nem os ideais ou as teorias que determinam essas transformações, como pensavam os idealistas.

Segundo Marx, essa visão de mundo idealista mistificou a realidade e acabou por invertê-la, isto é, desconsiderou que as necessidades materiais da vida, de subsistência, é que determinam as mudanças sociais e históricas. Mudanças essas que ocorrem no modo de produção da subsistência, no relacionamento social dentro dessa produção e nas instituições sociais que, segundo o materialismo histórico, constituem outra dimensão da realidade.

A arte é uma dessas atividades humanas que, como todas, não é apenas uma ação isolada, puramente mecânica, mas sim, uma práxis, ou seja, onde homem se realiza na sua ação transformadora da natureza. Nessa práxis, na ação transformadora, onde se concatenam a teoria e a prática, é que o ser humano se constrói. Não há uma essência a priori, portanto, puramente metafísica e fora dessas condições históricas e sociais. Que essência é essa? Não uma essência separada da existência concreta; mas uma essência sensível, social, pois essa sensibilidade é uma percepção que se constrói socialmente. Os sentidos humanos (visão e audição, por exemplo) não são puramente naturais, eles são formados socialmente. Um ouvido só pode perceber a música se ele for treinado para isso, se ele for um ouvido musical. E isso se faz em sociedade. É aí, portanto, na sua existência concreta, sensível, que o homem se realiza como ser humano.

A arte está inserida e só pode ser compreendida dentro desse contexto social e histórico. Contexto, aliás, que se tornou cada vez mais estranho ao próprio homem como um todo, na medida em que o surgimento da propriedade privada, da divisão social do trabalho, da industrialização e das riquezas

acumuladas nas mãos de poucos pela exploração do trabalho proletário, produziu a alienação. O homem alienado, quer dizer, não autônomo, não proprietário dos meios de produção, apenas possui a força de seus braços e perde a identidade com aquilo que produz ao ter que vender essa força em troca de um salário injusto. Os objetos que fabrica não lhe pertencem, e ele não pode adquiri-los com a remuneração que recebe. O trabalho não lhe oferece mais prazer algum, reduziu-se a uma insignificante repetição de gestos.

Além dessa alienação material, também ocorre a alienação da própria consciência. A própria vida do trabalhador, ele já não sente que lhe pertence. As decisões já não são suas, e ele se torna indiferente, banalizado e, portanto, banalizando a sua vida e a dos seus semelhantes. Se as decisões não são mais suas, alguém é que vai decidir por ele. A alienação deixa o trabalhador amarrado aos interesses das elites que detêm o poder econômico. Esse modo de vida alienado estende-se também a outras dimensões da vida social, como a dimensão política, onde o poder de decisão e a eficácia da participação nas decisões políticas ficam limitadas para a classe proletária.

O desenvolvimento capitalista acelerou e intensificou os antagonismos de classes. Antagonismos esses que existiam desde que a propriedade privada ingressou na história do trabalho humano, e que agora assumem formas mais violentas, amplas e camufladas. Em uma sociedade dividida em classes, cada uma delas terá seus próprios interesses. É inevitável que existam, portanto, conflitos entre elas. Consta-se, porém, que o interesse predominante seja o interesse da classe que domina, quase sempre em contradição com o interesse geral e coletivo.

Assim é que podemos compreender outro conceito importante dentro do materialismo histórico: a ideologia. Em um sentido amplo, poderíamos entender apenas como um conjunto de ideias sobre determinado assunto, como uma teoria. Em outro sentido, mais específico, pode-se entendê-la como um conjunto de ideias que representam os interesses de determinadas classes sociais. Mas, no sentido empregado por Marx, ideologia é um conjunto de ideias, que nem sempre se apresentam bem estruturadas – como uma teoria científica –, mas que representam os interesses da classe dominante. Essas ideias têm como objetivo principal camuflar, esconder e justificar toda a exploração e desigualdades sociais inerentes ao processo produtivo capitalista. Essa ideologia se encontra disseminada nas instituições sociais, nas leis e geralmente não são percebidas pela classe dominada, pela própria condição de alienação em que se encontram.

A arte não escapa desse jogo de interesses e de ideologia. Muitas vezes ela está a serviço ideológico, inverte, camufla e distorce a realidade, não apenas com fins artísticos ou estéticos, mas com fins ideológicos. A arte acaba por servir aos interesses de uma classe. A burguesia, por exemplo, no decorrer do processo de dominação econômica, no sistema capitalista, também acabou por determinar o que deve ser ou não deve ser visto como arte. Até como uma forma de completar e fortalecer essa prática de dominação, a cultura também foi alvo de seus interesses. Muitas vezes essa classe apropriou-se de elementos e iniciativas da cultura popular e histórica como sendo suas, limitando, posteriormente, o acesso a essas formas de arte.

Mas a arte também pode ser o caminho para a aquisição da autonomia, da consciência crítica e da transformação social à medida que ela também pode refletir, criticar e denunciar as desigualdades e os abusos do capital. De uma forma geral, os teóricos do materialismo histórico defendem que a arte deve desviar-se dos interesses da burguesia para não se desumanizar. Deve desvelar os interesses das elites, mobilizar os trabalhadores para a transformação social. Por outro lado, o caráter universal de algumas obras de arte se verifica quando elas conseguem abarcar valores universais e, por isso, passam a ser reconhecidas pela grande maioria como sendo belas.

as doenças mentais. 2. ed. Tradução de Vinicius de Figueiredo. Campinas: Papirus, 1993. P. 36.

95 *Ibidem*. P. 45.

96 *Ibidem*.

Para além do belo clássico

Tratamos até aqui da beleza, da experiência do belo e do juízo do gosto. É importante salientar finalmente que, se estamos no território do belo, como uma categoria estética fundamental, deve-se notar que ela não é a única, pelo menos para alguns teóricos em estética. Além do belo, existem outros sentimentos que ocorrem na experiência estética, como o grotesco, o sublime, o trágico e o cômico. Reduzir as categorias estéticas ao belo seria praticamente relacioná-las às artes clássicas. Essa forma de arte nos ofereceu um padrão de beleza e uma concepção de arte que se referem a determinadas época e cultura específicas, que foram marcantes sim, mas que não são as únicas ou as melhores. Além do que, e os gregos já nos serviram como um exemplo disso, a beleza não está relacionada somente ao universo das artes.

Essa associação entre belo e arte reduziria, segundo alguns autores (Sánchez Vásquez, por exemplo) a discussão estética enquanto uma forma de pensar o homem na sua dimensão sensível, muito mais ampla. Embora elas não sejam unanimidades entre os filósofos contemporâneos como categorias estéticas, devem ser lembradas aqui como novas possibilidades de ampliarmos as discussões e como formas diferenciadas de nos relacionarmos com a realidade.

Necessidade ou fim da arte?

“A gente não quer só comida a gente quer bebida, diversão e arte...”

“Comida” (1987). Interpretação: Titãs. Composição: Marcelo Fromer / Arnaldo Antunes / Sérgio Britto

O conteúdo desta aula aprofundará a discussão sobre a importância e a função da arte, sua necessidade e seu fim, com as ideias de Ernest Fischer e de Hegel. Hegel é visto, em geral, como um filósofo complicado e distante da nossa realidade. Procurou-se facilitar a compreensão geral de suas ideias, guiando-se para compreender a função da arte, para que fosse possível discutir a profusão ou confusão a que se chegou, atualmente, com tantas expressões artísticas.

Você já imaginou passar a vida inteira sem ouvir músicas, assistir a filmes, desenhar, pintar ou escrever um poema? Nem sequer um assóvio ou um sussurro em voz baixa do sucesso do momento? Conseguiríamos viver sem arte? Seríamos capazes de resumir nossa vida ao trabalho e às necessidades básicas? Ou será que a arte não é uma delas?

Arte e sociedade

A arte parece fazer parte da nossa vida. A história da cultura mostra que o ser humano não conseguiu se desenvolver apenas produzindo objetos úteis. Procurou-se algo mais. Produziu-se arte. E produziu-se em sociedade.

O sociólogo alemão **Karl Mannheim** afirma que a arte está intimamente ligada à história e à cultura. A arte não brota apenas de indivíduos isolados do mundo. Ela não é algo restrito à vida privada ou independente do contexto social. Um artista pode até produzir solitariamente, mas não só para si. O processo de criação pode, e para muitos deve, ser solitário. Mas o artista estará sempre pensando em sua condição de vida dentro de um mundo, de uma realidade que o cerca, que o toca intimamente, que ele sente de um jeito especial e que é capaz de dar uma forma sensível.

Isso não quer dizer que o artista, ao expressar sua sensibilidade diante da realidade, não se lança em prol de uma transformação, apontando novos caminhos e rumos que se possam seguir. Apontar para um futuro, um projeto, ainda que utópico, mas possível enquanto um projeto realizável, no dizer de Mannheim, é também tarefa da arte. O artista ainda pode retomar propostas e ideias do passado, reformulando-as ao seu modo e atribuindo-lhes novos significados. A arte, portanto, não está completamente presa, amarrada pelas condições sociais, culturais ou históricas. Ela guarda consigo essa capacidade de superar essas condicionantes, muito embora não consiga existir sem elas.

Como aponta a letra da música que abre esse texto: o ser humano tem necessidade de arte. Não vive apenas com coisas frias, com objetos sem sentido existencial ou emocional. O homem é agente significativo no e do mundo. Por isso a arte é uma forma de buscar uma compreensão – que não deve ser apenas pela via do conhecimento científico, técnico, racional – mas por meio da imaginação, da criatividade, em conteúdos que são inseridos dentro de formas que parecem ter vida e consistência própria.

Podemos perceber a arte não em paralelo, ao lado ou por fora do mundo. E não parece estar no fim de sua linha. Se a arte não está distante da realidade social e histórica que a comporta e se ela não pode abster-se de procurar formas próprias de existir, então podemos pensá-la como sempre presente nas maneiras de configurarmos e representarmos o mundo. É sobre esse fundo, a condição humana, que qualquer manifestação artística se coloca.

Necessidade da arte

Pode-se afirmar, portanto, que arte é uma forma do homem se relacionar com o mundo, forma que se renova juntamente com a produção da vida. O homem, que nunca está contente com a sua condição porque é finito e incompleto, busca sempre novas possibilidades de existência, busca transcender, ultrapassar e descortinar novas dimensões da realidade.

Segundo **Ernst Fischer**, poeta, filósofo e jornalista austríaco, em seu livro *A Necessidade da Arte*, o homem está sempre à procura de relacionar-se com uma dimensão maior do que a sua própria vida particular, individual. Está sempre em busca de um algo a mais, que supere sua condição individual, solitária e parcial. Procura em objetos e seres exteriores a si mesmo uma totalidade que o completa. Cada um é, segundo Fischer, um “... ‘Eu’ curioso e faminto de mundo...”⁹⁷. Na arte, o homem une-se com o todo da humanidade, sente-se nela, “... torna-se um com o todo da realidade”⁹⁸. Ela é, portanto, uma atividade que redimensiona o homem, tirando-o da simples individualidade para a coletividade. Arte é muito mais do que apenas uma diversão, distração ou um produto a ser comercializado com vistas de enriquecimento, segundo Fischer, como é próprio das sociedades contemporâneas, onde ela se torna mais um objeto de consumo.

A arte é parte intrínseca do processo pelo qual o pensamento vai se construindo a partir da inter-relação homem e mundo. Deixa-se de apenas responder aos instintos e agir por pura impulsividade e passa-se a elaborar, idealizar, projetar aquilo que se precisa e se deseja. A criatividade e a imaginação foram capacidades que se desenvolveram no ser humano e que permitiram-no não apenas produzir, o simplesmente, o necessário e o útil, mas enriquecê-lo, adornando os objetos construídos para o uso cotidiano. Esses adornos também estão relacionados a uma dimensão mágica das ações humanas, como as pinturas corporais feitas em rituais de dança de tribos e de diversos grupos em diversas épocas da história.

97 FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Tradução de Leandro Konder. 9ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. P. 13.

98 *Ibidem*.

Quando a sociedade brasileira, principalmente os jovens estudantes, foi às ruas para pedir o *impeachment* do então presidente Collor, em 1992, também pintaram seus rostos. Pinturas que não serviam para enfeitar simplesmente, mas para identificar e fortalecer aquele ritual simbólico de luta política.

A arte é uma práxis. O homem, ao realizar, fabricar e produzir a vida pela sua criatividade, imaginação, conhecimento, técnica e linguagem, aprofunda-se em seu conhecimento próprio, amplia sua visão de mundo e transforma-se ao transformar a natureza. Ao agir na natureza, o homem ocupa seu espaço no mundo, constitui cultura e, desse modo, se refaz como ser humano. Aprende novas formas de ser ele mesmo, tornando a natureza algo próximo de sua imagem e de sua compreensão. No entanto, essa humanização não se dá sempre de maneira respeitosa, ou seja, muitas vezes nesse processo a natureza passa a ser objeto de exploração e dominação abusivas. Basta observar a violência ao ecossistema e do homem com o seu semelhante. A arte pode ser resposta, reflexão, denúncia a esse uso tão desumano da natureza e do próprio homem. Muito embora, também na própria arte, essa desumanização lançou seus estilhaços, quando ela se torna um simples objeto de consumo ou acúmulo de riquezas, a arte também pode trazer propostas contrárias a essa exploração da natureza, da arte e do próprio homem.



Eder Chiodetto/Folhapress

Hegel e o espírito absoluto

O filósofo alemão **Georg Wilhelm Friedrich Hegel** também pensou a respeito da arte. Mas a ideia de Hegel sobre esse assunto é que, embora a arte seja necessária ao homem como forma de ascensão ao espírito absoluto, a arte terminaria em pensamento, se confundiria com a ideia e não seria mais necessária ao final desse processo de manifestação do espírito. Mas suas considerações a respeito desse assunto precisam ser compreendidas à luz de algumas ideias que fundamentam o todo de sua teoria.

É fácil notarmos que a realidade está em constante transformação. Essa transformação, no entanto, não ocorre apenas no nível das aparências, ou seja, no envelhecimento dos animais ou na queda das folhas das árvores, por exemplo. A realidade como um todo é dinâmica em sua essência, ela é processo, é atividade, isto é, movimento. Esse dinamismo próprio da realidade, segundo Hegel, não nos permite pensá-la simplesmente como uma matéria inerte ou separada de alguma substância maior, espiritual ou transcendente. Para Hegel, a realidade é manifestação do espírito infinito ou absoluto. Mas o que é esse espírito?

Não se pode entender o espírito hegeliano como uma simples entidade religiosa (a alma de alguém que reencarna, por exemplo). Segundo Hegel, o espírito que se manifesta *na* e *pela* realidade é a unidade. A grande quantidade de seres e de coisas no universo não está em desarmonia, seres separados uns dos outros, mas eles formam um todo. Essa unidade é o espírito que torna a multiplicidade de seres em uma totalidade. Sendo assim, o espírito enquanto unidade que compacta a realidade, é absoluto, totalizante.

A função social da arte

A arte como já sabemos é uma forma de conhecimento humano, tal como as religiões, as ciências e a filosofia. Ao auxiliar o ser humano a conhecer seus mais elevados ideais, ela auxilia o exercício da virtude. A virtude, elevada ao mais alto patamar é a própria redenção do ser humano – é o afastamento definitivo da vida medíocre e vazia.

Por meio da pintura, da música, das artes plásticas, do cinema, do teatro e da literatura, a arte é fundamental para formar o senso crítico, moldar a moral de uma época, provocar e instigar questionamentos a respeito da condição humana. A interação com a arte se dá necessariamente pelos sentidos, mas o efeito provocado não se restringe ao que empiricamente se verifica, uma vez que há diálogo com as experiências e habilidades cognitivas do indivíduo.

Da interação entre indivíduo e obra de arte nasce a compreensão, a resposta do indivíduo e a verificação da verdadeira capacidade da obra ressoar no universo cultural. Por mais tosco que um indivíduo seja, ele reage à arte, nem que seja com desdém. Mesmo que a obra não suscite admiração, ela fornece ao indivíduo mais um parâmetro para suas vivências. O conceito de beleza, coragem, honestidade, entre outros valores, forma-se por meio do artesanato, que, em sintonia com o seu tempo e seu meio, produz arte.

É bem verdade que existe arte de diversas qualidades. Artistas verdadeiros conseguem passar seu recado à alma de seu público. Há arte e entretenimento. Enquanto a arte busca esses ideais elevados, o entretenimento busca afastar o tédio e apressar a passagem das horas. Cabe ressaltar que arte e entretenimento não são tipos puros; uma obra de arte pode ser também uma obra de entretenimento.

A arte, no âmbito social, cumpre no mínimo duas funções: incentiva o indivíduo ao aperfeiçoamento e à virtude, promovendo uma sociedade melhor e demonstra à sociedade sua essência. Quanto mais informação, mais fácil fica tomar uma decisão, e esse autoconhecimento social é fundamental para promover um desenvolvimento de acordo com as características e peculiaridades de um dado grupo.

Deste modo, assegurar a liberdade da expressão, promover o pleno desenvolvimento das manifestações artísticas, tornando-a rentável economicamente sem concessões no conteúdo e facilitar o acesso aos vários tipos de obra são de vital importância para a evolução da sociedade como um todo. A arte auxilia o ser humano a singrar o grande vazio da existência; emancipa-o de seus instintos e subordina-os à sua razão, o que aumenta a distância não muito grande entre as pessoas e os animais irracionais.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2012) Nossa cultura lipofóbica muito contribui para a distorção da imagem corporal, gerando gordos que se veem magros e magros que se veem gordos, numa quase unanimidade de que todos se sentem ou se veem "distorcidos". Engordamos quando somos gulosos. É pecado da gula que controla a relação do homem com a balança. Todo obeso declarou, um dia, guerra à balança. Para emagrecer é preciso fazer as pazes com a dita cuja, visando adequar-se às necessidades para as quais ela aponta.

FREIRE, D. S. *Obesidade não pode ser pré-requisito.* <http://gnt.globo.com>. Acesso em: 3 abr. 2012 (adaptado).

O texto apresenta um discurso de disciplinarização dos corpos, que tem como consequência

- A) a ampliação dos tratamentos médicos alternativos, reduzindo os gastos com remédios.
- B) a democratização do padrão de beleza, tornando-o acessível pelo esforço individual.
- C) o controle do consumo, impulsionando uma crise econômica na indústria de alimentos.
- D) a culpabilização individual, associando obesidade à fraqueza de caráter.
- E) o aumento da longevidade, resultando no crescimento populacional.

02. (Enem/2011) Acompanhando a intenção da burguesia renascentista de ampliar seu domínio sobre a natureza e sobre o espaço geográfico, através da pesquisa científica e da invenção tecnológica, os cientistas também iriam se atirar nessa aventura, tentando conquistar a forma, o movimento, o espaço, a luz, a cor e mesmo a expressão e o sentimento.

SEVCENKO, N. *O Renascimento*. Campinas: Unicamp, 1984.

O texto apresenta um espírito de época que afetou também a produção artística, marcada pela constante relação entre

- A) fé e misticismo.
- B) ciência e arte.
- C) cultura e comércio.
- D) política e economia.
- E) astronomia e religião.

03. (UEM/2014)

– Logo, a arte de imitar está muito afastada da verdade, sendo que por isso mesmo dá a impressão de poder fazer tudo, por só atingir parte mínima de cada coisa, simples simulacro. O pintor, digamos, é capaz de pintar um sapateiro, um carpinteiro ou qualquer outro artesão, sem conhecer absolutamente nada das respectivas profissões. No entanto, se for bom pintor, com o retrato de um carpinteiro, mostrado de longe, conseguirá enganar pelo menos crianças ou pessoas simples e levá-las a imaginar que se trata de um carpinteiro de verdade.

– Como não?

– Mas a meu ver, amigo, o que devemos pensar dessa gente é o seguinte: quando alguém nos anuncia que encontrou um indivíduo conhecedor de todas as profissões e de tudo o que se pode saber, e isso com a proficiência dos maiores especialistas, seremos levados a suspeitar que falamos com um tipo ingênuo e vítima, sem dúvida, de algum charlatão e imitador, e que se o tomou por sábio universal foi apenas pelo fato de ser incapaz de fazer a distinção entre o conhecimento, a ignorância e a imitação.

PLATÃO. *A República*, Livro X. In: MARÇAL, J. *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED, 2009, p. 557-558.

A partir do trecho citado anteriormente e dos conhecimentos sobre a filosofia de Platão, assinale o que for incorreto.

- A) Para Platão, a reprodução de algo não comporta a verdade desse algo, sua essência verdadeira.
- B) Para Platão, conhecer um objeto sensível implica tomar contato apenas com o simulacro dele.
- C) Para Platão, a reprodução de algo espelha uma parte do ser e não o que ele é verdadeiramente.
- D) Para Platão, a verdade de algo está para além de sua manifestação sensível.
- E) Para Platão, é possível haver conhecimento de qualquer coisa, contanto que se trate dos modelos universais presentes no mundo das ideias.

04. (Enem/2016 – 3ª Aplicação (PPL))

Texto I

Embora eles, artistas modernos, se deem como novos precursores duma arte a ir, nada é mais velho que a arte anormal. De há muitos já que a estudam os psiquiatras em seus tratados, documentando-se nos inúmeros desenhos que ornaram as paredes internas dos manicômios. Essas considerações são provocadas pela exposição da Sra. Malfatti. Sejam sinceros: futurismo, cubismo, impressionismo e *tutti quanti* não passam de outros tantos ramos da arte caricatural.

LOBATO, M. *Paranóia ou mistificação: a propósito da exposição de Anita Malfatti*. *O Estado de São Paulo*, 20 dez. 1917. Adaptado.

Texto II

Anita Malfatti, possuidora de uma alta consciência do que faz, a vibrante artista não temeu levantar com os seus cinquenta trabalhos as mais irritadas opiniões e as mais contrariantes hostilidades. As suas telas chocam o preconceito fotográfico que geralmente se leva no espírito para as nossas exposições de pintura. Na arte, a realidade na ilusão é o que todos procuram. E os naturalistas mais perfeitos são os que melhor conseguem iludir.

ANDRADE, O. A exposição Anita Malfatti. *Jornal do Commercio*, 11 jan. 1918. Adaptado.

Texto III



MALFATTI, A. *O homem amarelo*, 1915-1916. Oléo sobre tela. 61x51 cm.

Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

Análise dos documentos apresentados demonstra que o cenário artístico brasileiro, no primeiro quartel do século XX, era caracterizado pelo(a)

- A) domínio do academicismo, que dificultava a recepção da vertente realista na obra de Anita Malfatti.
- B) dissonância entre as vertentes artísticas, que divergiam sobre a validade do modelo estético europeu.
- C) exaltação da beleza e da rigidez da forma, que justificavam a adaptação da estética europeia à realidade brasileira.
- D) impacto de novas linguagens estéticas, que alteravam o conceito de arte e abasteciam a busca por uma produção artística nacional.
- E) influência dos movimentos artísticos europeus de vanguarda, que levava os modernistas a copiarem suas técnicas e temáticas.

05. (Enem 2014 (PPL))

Texto I



Abaporu. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 4 ago. 2012.

Texto II

Em janeiro de 1928, Tarsila queria dar um presente de aniversário especial ao seu marido, Oswald de Andrade. Pintou o *Abaporu*. Eles acharam que parecia uma figura indígena, antropófaga, e Tarsila lembrou-se do dicionário tupi-guarani de seu pai. Batizou-se o quadro de *Abaporu*, que significa 'homem que come carne humana' o antropófago. E Oswald escreveu o *Manifesto Antropófago* e fundaram o "Movimento Antropofágico".

Disponível em: <<http://www.tarsiladoamaral.com.br>>. Acesso em: 4 ago. 2012. Adaptado.

O movimento originado da obra *Abaporu* pretendia se apropriar

- A) da cultura europeia, para originar algo brasileiro.
- B) da arte clássica, para copiar o seu ideal de beleza.
- C) do ideário republicano, para celebrar a modernidade.
- D) das técnicas artísticas nativas, para consagrar sua tradição.
- E) da herança colonial brasileira, para preservar sua identidade.



Exercícios Propostos

01. (Unicamp/2012) De uma forma inteiramente inédita, os humanistas, entre os séculos XV e XVI, criaram uma nova forma de entender a realidade. Magia e ciência, poesia e filosofia misturavam-se e auxiliavam-se, numa sociedade atravessada por inquietações religiosas e por exigências práticas de todo gênero.

Adaptado de Eugenio Garin, *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. São Paulo: UNESP, 1994, p. 11.

Sobre o tema, é correto afirmar que

- A) o pensamento humanista implicava a total recusa da existência de Deus nas artes e na ciência, o que libertava o homem para conhecer a natureza e a sociedade.
 - B) a mistura de conhecimentos das mais diferentes origens – como a magia e a ciência – levou a uma instabilidade imprevisível, que lançou a Europa numa onda de obscurantismo que apenas o Iluminismo pôde reverter.
 - C) as transformações artísticas e políticas do Renascimento incluíram a inspiração nos ideais da Antiguidade Clássica na pintura, na arquitetura e na escultura.
 - D) as inquietações religiosas vividas principalmente ao longo do século XVI culminaram nas Reformas Calvinista, Luterana, Anglicana e, finalmente, no movimento da Contrarreforma, que defendeu a fé protestante contra seus inimigos.
02. (Unioeste/2012) "O nascimento da estética como disciplina filosófica está indissolúvelmente ligado à mutação radical que intervém na representação do belo quando este é pensado em termos de gosto, portanto, a partir do que no homem irá logo aparecer como a essência mesma da subjetividade, como o mais subjetivo do sujeito. Com o conceito de gosto, efetivamente, o belo é ligado tão intimamente à subjetividade humana que se define, no limite, pelo prazer que proporciona, pelas sensações ou pelos sentimentos que suscita em nós.

(...) Com o nascimento do gosto, a antiga filosofia da arte deve, portanto, ceder lugar a uma teoria da sensibilidade".

Luc Ferry.

Assinale a alternativa que não está relacionada com a Estética como disciplina filosófica.

- A) Estética é a tradução da palavra grega *aisthethiké* que significa "conhecimento sensorial, experiência sensível, sensibilidade"; só na modernidade, por volta de 1750, foi utilizada para referir-se aos estudos das obras de artes enquanto criações da sensibilidade tendo como finalidade o belo.
- B) Desde seu nascimento como disciplina específica da filosofia, a Estética afirma a autonomia das artes pela distinção entre beleza, bondade e verdade.
- C) Ainda que a obra de arte seja essencialmente particular, em sua singularidade única ela oferece algo universal. Eis a peculiaridade do juízo de gosto: proferir um julgamento de valor universal tendo como objeto algo singular e particular.
- D) À Estética não cabe apenas ocupar-se com o sentimento de beleza, mas também com o sentimento de sublime.
- E) Considerando que, tanto o gosto do artista quanto os gostos do público são individuais e incomparáveis, e que, portanto, "gosto não se discute", a Estética, como disciplina da filosofia, está destinada ao fracasso, pois não é possível dar universalidade ao juízo de gosto.

03. (UEL/2009) No *Sofista*, Platão faz a seguinte observação sobre a *mimesis* (imitação):

Assim, o homem que se julgasse capaz, por uma única arte, de tudo produzir, como sabemos, não fabricaria, afinal, senão imitações e homônimos das realidades. Hábil, na sua técnica de pintar, ele poderá, exibindo de longe os seus desenhos, aos mais ingênuos meninos, dar-lhes a ilusão de que poderá igualmente criar a verdadeira realidade, e tudo o que quiser fazer.

PLATÃO. *Sofista*. Coleção "Os pensadores". São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 159-160.

Já Aristóteles, na *Retórica*, salienta o seguinte aspecto da *mimesis*:

E, como aprender e admirar é agradável, necessário é também que o sejam as coisas que possuem estas qualidades; por exemplo, as imitações, como as da pintura, da escultura, da poesia, e em geral todas as boas imitações, mesmo que o original não seja em si mesmo agradável; pois não é o objeto retratado que causa prazer, mas o raciocínio de que ambos são idênticos, de sorte que o resultado é que aprendemos alguma coisa.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006. p. 138.

Com base nos textos e nos conhecimentos sobre o tema da *mimesis* em Platão e em Aristóteles, assinale a alternativa correta.

- A) A pintura, para Platão, se afasta do verdadeiro, por apresentar o mundo inteligível, mas, para Aristóteles, o problema é que ela causa prazer.
- B) Platão considera que o pintor pode esclarecer as pessoas ingênuas, fazendo-as acreditar que sua pintura é o real, mas Aristóteles considera que o engano está no pintor e não na pintura.
- C) Para Platão, a *mimesis* representa a cópia da cópia, e o artista não conhece a realidade do imitado em seu grau mais elevado; já para Aristóteles, uma das causas do surgimento da *mimesis* é o fato de os homens se comprazerem no imitado.
- D) Para Platão, aprendemos com as imitações, uma vez que elas nos distanciam do engano, enquanto que, para Aristóteles, por causar prazer, a imitação deve ser banida.
- E) De acordo com Platão, ao imitar, o pintor apresenta a realidade ideal, o que causa admiração; para Aristóteles, a imitação também desvela o mundo ideal, no entanto, por ser ingênuo, não permite que os homens contemplem a verdade.

04. (Unioeste/2012) “O belo tem somente um tipo; o feio tem mil. É que o belo, para falar humanamente, não é senão a forma considerada na sua mais simples relação, na sua mais absoluta simetria, na sua mais íntima harmonia com nossa organização. Portanto, oferece-nos sempre um conjunto completo, mas restrito como nós. O que chamamos o feio, ao contrário, é um pormenor de um grande conjunto que nos escapa, e que se harmoniza, não com o homem, mas com toda a criação. É por isso que ele nos apresenta, sem cessar, aspectos novos, mas incompletos”.

Victor Hugo

A respeito do feio na estética é incorreto afirmar que:

- A) nas epopeias homéricas esteve ausente, uma vez que ali apenas o impulso apolíneo da harmonia, da beleza e da justiça imperava.
 - B) não foi negligenciado na Idade Média, teve lugar nas fachadas das catedrais, nos brasões reais e nos escudos dos cavaleiros.
 - C) está intimamente aliado ao belo na literatura, exemplo disso é o conto *A Bela e a Fera*, da escritora Leprince de Beaumont.
 - D) está presente no palco, nas peças de Shakespeare, este “deus do teatro”, ora lançando riso, ora horror.
 - E) trata da dimensão grotesca e disforme da natureza, como por exemplo, as gárgulas das catedrais francesas.
05. (UNB/2011) Platão avalia o valor das produções da escultura e da pintura em função do conceito de um conhecimento verdadeiro, isto é, de uma conformidade com a ideia e acaba, necessariamente, delimitando, de maneira bastante restrita, o círculo das produções artísticas que ele podia, de seu ponto de vista, aprovar. Relacionando essa interpretação de Platão ao que propõe Augusto Boal no texto precedente, é correto afirmar que
- A) Boal segue Platão, pois as artes são ligadas ao conceito de ideia, e ambos os autores valorizam a pintura e a escultura produzidas por várias culturas e classes.
 - B) Boal restringe o conceito de estética na tentativa de evitar que tudo seja considerado arte e cultura.
 - C) a partir da perspectiva de que não existe uma só estética, Boal propõe que se pense em um círculo bastante abrangente de formas culturais e artísticas.
 - D) Boal expande seu conceito de estética ao formulá-lo com base em amplas discussões de temas relacionados à pintura e à escultura.

06. (Unesp/2015) A fonte do conceito de autonomia da arte é o pensamento estético de Kant. Praticamente tudo o que fazemos na vida é o oposto da apreciação estética, pois praticamente tudo o que fazemos serve para alguma coisa, ainda que apenas para satisfazer um desejo. Enquanto objeto de apreciação estética, uma coisa não obedece a essa razão instrumental: enquanto tal, ela não serve para nada, ela vale por si. As hierarquias que entram em jogo nas coisas que obedecem à razão instrumental, isto é, nas coisas de que nos servimos, não entram em jogo nas obras de arte tomadas enquanto tais. Sendo assim, a luta contra a autonomia da arte tem por fim submeter também a arte à razão instrumental, isto é, tem por fim recusar também à arte a dimensão em virtude da qual, sem servir para nada, ela vale por si. Trata-se, em suma, da luta pelo empobrecimento do mundo.

Antônio Cicero. *A autonomia da arte*. Folha de São Paulo, 13.12.2008. Adaptado.

De acordo com a análise do autor,

- A) a racionalidade instrumental, sob o ponto de vista da filosofia de Kant, fornece os fundamentos para a apreciação estética.
 - B) um mundo empobrecido seria aquele em que ocorre o esvaziamento do campo estético de suas qualidades intrínsecas.
 - C) a transformação da arte em espetáculo da indústria cultural é um critério adequado para a avaliação de sua condição autônoma.
 - D) o critério mais adequado para a apreciação estética consiste em sua validação pelo gosto médio do público consumidor.
 - E) a autonomia dos diversos tipos de obra de arte está prioritariamente subordinada à sua valorização como produto no mercado.
07. (UFMA/2005) “A rua era das mais animadas da cidade; por todo o dia estivera cheia de gente. Mas agora, ao anoitecer, a multidão crescia de um minuto para outro; e quando se acenderam os lampiões de gás, duas densas, compactas correntes de transeuntes cruzavam diante do café. Jamais me sentira num estado de ânimo como o daquela tarde; e saboreei a nova emoção que de mim se apossara ante o oceano daquelas cabeças em movimento. Pouco a pouco perdi de vista o que acontecia no ambiente em que me encontrava e abandonei-me completamente à contemplação da cena externa.”

Walter Benjamin – Sobre alguns temas em Baudelaire.

O texto nos leva a uma compreensão de estética como:

- A) uma concepção de que o belo não está em uma forma definida, mas na plasticidade do cotidiano.
 - B) um estudo do caos humano representado pela multidão e suas relações econômicas.
 - C) estabelecimento de um padrão de beleza para a obra de arte.
 - D) técnica de reprodução da obra de arte em massa.
 - E) imitação do mundo sensível.
08. (UEM/2008-Adaptado) A estética, enquanto disciplina filosófica, é o estudo dos sentimentos, dos conceitos e dos juízos resultantes de nossa apreciação das artes, ou da classe mais geral de objetos considerados tocantes, belos ou sublimes. O conceito de belo relacionado com as artes recebeu, conforme a época histórica e as correntes filosóficas, definições divergentes. Analise as sentenças abaixo:
- I. O quadro de Pablo Picasso, *Guernica*, que retrata os horrores da Segunda Guerra Mundial, ao descrever o bombardeio sobre a cidade espanhola Guernica, não poderia ser considerado como uma obra de arte bela;
 - II. Para Platão, os objetos são belos na medida em que participam do ideal de beleza, que é perfeito, imutável, atemporal e suprassensível;
 - III. Aristóteles, na *Poética*, considera o teatro trágico a mais feia das artes, pois representa os piores dos sentimentos humanos;
 - IV. David Hume relativiza a beleza ao gosto de cada um. Aquilo que depende do gosto e da opinião pessoal não pode ser discutido racionalmente;
 - V. A concepção de arte de Hegel provoca a revolução nas artes ocorrida no século XX, inclusive influenciando os pintores impressionistas.

São corretas as afirmativas

- A) II, IV e V, somente.
- B) II e IV, somente.
- C) I, II e III, somente.
- D) I, III e V, somente.
- E) III e IV, somente.

09. (UEM/2009-Adaptado) O significado etimológico da palavra “estética” traduz a ideia de uma percepção totalizante e compreensão sensorial do mundo; como disciplina da filosofia, a Estética estuda as teorias da criação e da percepção artística. Analise as proposições abaixo:
- Considerando que a obra de arte não entende o mundo por meio do pensamento lógico, podemos afirmar que é incapaz de traduzir a realidade e fica, portanto, condenada ao âmbito da ilusão;
 - Aristóteles concebeu a arte como sendo expressão de um mundo ideal, a arte jamais deve imitar a realidade, pois, ao fazê-lo, degrada-se;
 - A arte pode ser realizada com uma função pedagógica; o pensamento estético de esquerda atribui à arte uma tarefa de crítica social e política, a arte deve ser engajada, isto é, comprometida com o processo de mudança capaz de libertar e de emancipar o homem;
 - Schiller acredita que, na prática de uma cultura estética, a humanidade pode reconciliar os impulsos sensuais e intelectivos, harmonizando-os; essa reconciliação se dá por um novo modelo de sociedade em que a arte, com seu poder de criatividade, pode libertar o homem do trabalho alienante, do sensualismo limitante, do prazer puramente físico e de um intelectualismo abstrato por teorias incompreensíveis;
 - A arte é um caso privilegiado de entendimento intuitivo do mundo, tanto para o artista que cria obras concretas e singulares quanto para o apreciador que se entrega a elas para penetrar-lhes o sentido.
- São corretas as afirmativas
- A) III, IV e V, somente. B) II e IV, somente.
 C) I, II e III, somente. D) I, III e V, somente.
 E) III e IV, somente.

10. (SEPLAG-Cesgranrio/2010) A investigação filosófica acerca do “belo” sofre radical mudança na modernidade, na medida em que passa a privilegiar a busca de seu objeto não na própria coisa (no caso, a obra de arte), como seu atributo, mas sim na subjetividade do sujeito, tematizando, sobretudo, o juízo de gosto. Tal deslocamento foi acompanhado de uma mudança terminológica que consiste no(a)
- uso do termo “estética” para referir-se às artes, empregado pela primeira vez, nesse sentido, por Baumgarten, em torno de 1750.
 - uso do termo “belo” com referência não apenas aos entes inteligíveis, mas também aos entes sensíveis e mutáveis.
 - emprego, feito pela primeira vez por Baumgarten, por volta de 1750, do termo “poética” para denominar a investigação do “belo” enquanto atividade produtiva do espectador.
 - emprego do termo “imaginação”, a partir do *Leviatã* de Thomas Hobbes, com referência apenas ao âmbito artístico e, peculiarmente, sob a perspectiva do artista.
 - restrição do uso do termo “estética”, referindo-se, a partir do século XVIII, apenas à experiência sensível e ao conhecimento dela proveniente.



Fique de Olho

DESAFIO É ENCLAUSURAR O BELO NUMA DEFINIÇÃO

Mario Sergio Cortella

Ao falar sobre a estética no final do século passado, o escritor francês Émile Zola disse que “a ciência do belo é uma brincadeira inventada pelos filósofos para grande hilaridade dos artistas”.

Ironia ou convicção? Provavelmente uma pitada de ambas; não foram poucos os “fazedores de arte” na história que, como Zola, procuraram amenizar as inúmeras tentativas de enquadramento lógico das irrupções estéticas.

De fato, como enclausurar racionalmente os cinco anos gastos por Michelangelo para concluir a *Pietà* e eternizar no mármore o semblante universal de uma mãe com o filho morto no colo? Ou, ainda, como escandir o arrebatamento provocado pela audição do quarto movimento da *Nona Sinfonia* de Beethoven?

Como entender o sentimento dos versos de Catullo da Paixão Cearense em “Ontem ao Luar”, que, desde a gravação de Vicente Celestino, em 1918, nos mostra que “se tu desejas saber o que é o amor / E sentir o seu calor amaríssimo travor / Do seu dulçor / Sob o monte à beira-mar, ao luar / Ouve a onda sobre a areia a lacrimar / Ouve o silêncio a falar na solidão”.

E o fantasma de Álvares de Azevedo, que, nos seus terminais vinte anos, a ele dizia: “Sou o sonho de tua esperança / Tua febre que nunca descansa / O delírio que te há de matar!...”? E o horror de Picasso expresso em *Guernica*? Diz a lenda que, quando uma autoridade alemã o elogiou pela produção da pintura, respondeu: “A obra não é minha e sim vossa; apenas a pintei”.

E a vertigem criada pelo refrão da “Roda Vida” de Chico Buarque, na qual “Roda mundo, roda gigante / Roda moinho, roda pão / O tempo rodou num instante / Nas voltas do meu coração”? O que tem ela em comum com a cena do cego, na chuva, tocando no acordeon a música que Nino Rota compôs para “Amarcord”, de Fellini, em 1973?

O poeta francês Paul Valéry não encontraria dificuldade para conectar Chico e Fellini, Álvares e Picasso, Michelangelo, Beethoven e Catullo; afinal, ele dizia que “definir o belo é fácil: é aquilo que desespera”.

Seria essa a essência do belo ou, como é usual interpretar, a noção de beleza é histórica e mutável? Há alguns anos entrou em moda a técnica de colorização de filmes clássicos, e isso causou um certo frêmito nos incautos; pode o belo ser modernizado sem perder vigor?

Qual seria nossa sensação se fossem restaurados os braços na Vênus de Milo ou reconstituídos o Coliseu e a Acrópole, de modo a ganharem sua forma original? Continuariam belos – como talvez o foram na sua gênese – ou nosso olhar já se habituou à formosura do desgaste temporal? O que pensaria Aristóteles, para quem “o belo é o esplendor da ordem”? E que ordenação é essa aspirada por ele? É simetria, as coisas no seu lugar, a harmonia convergente?

Como ficaria nosso olhar sobre um *Cidadão Kane* ou um *O Garoto Colorizado*? Seria respeitoso com a intenção e condição de Welles e Chaplin? Mas arte não é, também, a prática do desrespeito?

De qualquer forma, pensar o belo é um desafio tradicional, seja em função da busca de sua suposta natureza, seja inclusive, pela carga de relatividade que seu anúncio comporta.

Talvez por isso mesmo o poeta Rimbaud, na sua autobiografia *Uma Temporada no Inferno*, tenha escrito que “uma noite, sentei a beleza sobre os meus joelhos. E achei-a amarga. E insultei-a”.

Simbolismo ou surrealismo?

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br>> ou CORTELLA, Mario Sergio. *Não Espere Pelo Eritáfio - Provocações Filosóficas*. VOZES, Rio de Janeiro, 16ª Edição.

A FUNÇÃO DA ARTE

Para se definir corretamente arte é, antes de mais, necessário deixar de a considerar um meio para o prazer e passar a considerá-la uma das condições da vida humana. Vista deste modo, é impossível deixar de reparar que a arte é um dos meios de as pessoas se relacionarem.

Toda a arte faz quem a aprecia entrar num certo tipo de relação, quer com quem a produziu ou está produzindo, quer com todos aqueles que simultânea, prévia ou posteriormente, recebem a mesma impressão artística.

Tal como as palavras servem como um meio de união entre elas, ao transmitir pensamentos e experiências das pessoas, também a arte atua de forma semelhante. A particularidade desta última forma de relacionamento, e que a distingue do tipo de relacionamento por meio de palavras, consiste nisto: enquanto por meio de palavras uma pessoa transmite a outra os seus pensamentos, pela arte transmite as suas emoções.

[...]

Os sentimentos com que o artista contagia os outros podem ser os mais variados – muito fortes ou muito fracos, muito importantes ou muito insignificantes, muito maus ou muito bons: sentimentos de amor pelo seu próprio país, de entrega e submissão ao destino ou a Deus expressos numa peça dramática, arrebatamentos de amantes descritos numa novela, sentimentos de volúpia expressos num quadro, coragem expressa numa marcha triunfal, felicidade evocada numa dança, humor evocado numa história divertida, o sentimento de serenidade transmitido por uma paisagem ou por uma canção de embalar, ou o sentimento de admiração evocado por um belo arabesco – tudo isso é arte.

Desde que os espectadores ou ouvintes sejam contagiados pelos mesmos sentimentos que o autor sentiu, há arte.

A arte é uma atividade humana que consiste nisto: uma pessoa conscientemente, por intermédio de certos sinais externos, leva a outras pessoas sentimentos de que teve experiência e fá-las ficar contagiadas por tais sentimentos, tendo também deles experiência.

A arte não é, como os metafísicos dizem, a manifestação de alguma misteriosa ideia de belo ou de Deus; não é, como os psicólogos estéticos dizem, um jogo que serve para se descarregar o excesso de energia acumulada; não é a expressão das emoções de uma pessoa através de sinais externos; não é a produção de objetos que agradem; e, acima de tudo, não é prazer; mas é um meio de união entre pessoas, unindo-as nos mesmos sentimentos, e indispensável à vida e ao progresso em direção ao bem-estar dos indivíduos e da humanidade.

Lev Tolstói. Tradução de Aires de Almeida.
Retirado de *O Que é a Arte?* (Lisboa: Gradiva, 2013)

 **Seção Videoaula**



A Arte.



Anotações



Anotações

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

SOCIOLOGIA

ASSUNTOS ABORDADOS NO ENEM – DE 2009 A 2018

SOCIOLOGIA



APRESENTAÇÃO

Caros Alunos,

“Agir no sentido mais geral do termo significa tomar iniciativa, iniciar, imprimir movimento a alguma coisa. Por constituírem um *initium*, por serem recém-chegados e iniciadores, em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativa, são impelidos a agir. (...) O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é singular pode-se dizer, com certeza, que antes dele não havia ninguém. Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais”.

Hannah Arendt
A condição humana

Compreender as características das sociedades capitalistas tem sido a preocupação da sociologia desde o início da sua consolidação como ciência da sociedade no final do século XIX. Nesse período, o capitalismo se configurava como uma nova forma de organização da sociedade caracterizada por novas relações de trabalho. Essas mudanças levaram os pensadores da sociedade da época a indagações e à elaboração de teorias explicativas dessa dinâmica social, sob diferentes olhares e posicionamentos políticos. Desde então, essa tem sido a principal preocupação dessa ciência, qual seja, entender, explicar e questionar os mecanismos de produção, organização, domínio, controle e poder, institucionalizados ou não, que resultam em relações sociais de maior ou menor exploração ou igualdade.

A sociedade globalizada assumiu tamanha complexidade e mostra-se por meios de tão diversas faces que tornou-se impossível à ciência sociológica, ou mesmo a qualquer outra ciência, responder ou explicar a toda problemática social que se apresenta hoje, sem correr o risco de cair em simplificações banais.

É preciso termos humildade para perceber que a amplitude das transformações sociais, políticas, culturais, econômicas e ecológicas que a sociedade e o planeta estão vivendo não nos permite explicações estreitas ou sectárias, com pretensões de apropriar-se da verdade.

Por outro lado, pensamos que a complexidade e a amplitude que caracterizam as sociedades contemporâneas também não devem nos intimidar ou amedrontar, mas sim, desafiar-nos para o estudo, para a pesquisa e para uma melhor compreensão e atuação política no mundo em que vivemos.

Os conteúdos desenvolvidos foram escolhidos a partir das Diretrizes Curriculares da disciplina. Certamente muitos outros temas e conteúdos poderiam estar presentes, por sua relevância e urgência, os quais poderão ser contemplados em trabalhos futuros, ou mesmo desenvolvidos de forma interdisciplinar com as demais disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no decorrer do ano letivo em nossas aulas.

É com esse espírito que desejamos que você abra essa apostila e inicie-se nos caminhos da sociologia. Você não encontrará respostas prontas, tampouco receitas de como agir na sociedade para tornar-se um cidadão bem-sucedido ou um bom consumidor, mas se defrontará com desafios que poderão levá-lo a refletir sobre o mundo ao qual você pertence, e, quem sabe, contribuir para uma inserção crítica e participativa na sociedade. Esteja certo de que estas são atitudes de que precisamos para a construção de uma sociedade cujas relações apontem para a transformação social. Algumas pessoas chamam a isto como “tomar a história nas mãos”, ou seja, encher-se de coragem e tornar-se sujeito na história. Boa sorte!

João Saraiva

O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA E DAS TEORIAS SOCIOLÓGICAS

Aula
01

Surgimento da Sociologia

C-1	H-1, 4
C-3	H-14, 15



Nesse início de trabalho, buscaremos conhecer como a sociologia surgiu, para depois sabermos como ela pode nos ajudar a entender a sociedade, bem como os problemas levantados por ela. Vamos fazer um passeio pela história para encontrarmos suas bases.

Apesar da ciência sociológica ser considerada nova, pois ela se consolidou por volta do século XIX, a angústia de se entender as sociedades, por sua vez, não é tão nova assim. Se olharmos para a Grécia Antiga, vamos ver que lá já havia o desejo de se entender a sociedade.

No século V a.C., havia uma corrente filosófica, chamada **sofista**, que começava a dar mais atenção para os problemas sociais e políticos da época. Porém, não foram os gregos os criadores da sociologia, mas foram os gregos que iniciaram o pensamento crítico filosófico. Eles criaram a **filosofia** (que significa amor ao conhecimento) e que, por sua vez, foi um impulso para o surgimento daquilo que chamamos, hoje, de ciência, a qual se consolidaria a partir dos séculos XVI e XVII, sendo uma forma de interpretação dos acontecimentos da sociedade mais distanciada das explicações míticas.

Foi com os filósofos gregos **Platão** (427-347 a.C.) e **Aristóteles** (384-322 a.C.) que surgiram os primeiros passos dos trabalhos mais reflexivos sobre a sociedade. Platão foi defensor de uma concepção idealista e acreditava que o aspecto material do mundo seria um tipo de fruto imperfeito das ideias universais, as quais existem por si mesmas. Aristóteles já mencionava que o homem era um ser que, necessariamente, nasce para viver em conjunto, isto é, em sociedade. No seu livro chamado *Política*, no qual consta um estudo dos diferentes sistemas de governo existentes, percebe-se o seu interesse em entender a sociedade.

Séculos mais tarde, no período chamado de Idade Média (que vai do século V ao XV, mas precisamente entre os anos 476 e 1453), houve, segundo os pensadores renascentistas, um período de "trevas" quanto à maneira de ver o mundo.

Segundo eles, havia um prevalecer da fé, onde o campo mítico e religioso tendia a ser a explicação mais viável para o mundo. Na Europa Medieval, esse predomínio foi pela Igreja Católica.

Tal predomínio da fé, de certo modo, segundo os humanistas renascentistas, asfixiava as tentativas de explicações mais especulativas e racionais (científicas) sobre a sociedade. Não cumprir uma regra ou lei estabelecida pela sociedade poderia ser entendido como um pecado, tamanha era a mistura entre a vida cotidiana e a esfera sobrenatural.

É claro que se olharmos a Idade Média somente pela ótica dos renascentistas ela pode ficar com uma "cara meio tenebrosa". Na verdade, ela também foi um período muito rico para a história da humanidade, importante, inclusive, para a formação da nossa casa, o mundo ocidental. Vale a pena conhecermos um pouco mais sobre essa história.¹

¹ Intelectuais que defendiam a ideia de que as pessoas deveriam "acordar para a vida", abrindo suas mentes e tentando ver o que estava além do "muro" que as cercavam.

E, na continuidade da história... Tudo caminhava para o uso da razão.

O predomínio da fé durou até pelo menos o século XV, mas já no século XIV começava a acontecer uma renovação cultural. Era o início do período conhecido por **Renascimento**.

Os renascentistas, com base naquilo que os gregos começaram, isto é, questionar o mundo de maneira reflexiva (como já contamos anteriormente), rejeitavam tudo aquilo que seria parte da cultura medieval, presa aos moldes da Igreja, no caso, a **Católica**.

O Renascimento espalhou-se por muitas partes da Europa e influenciou a arte, a ciência, a literatura e a filosofia, defendendo, sempre, o espírito crítico.

VISÃO DE MUNDO MEDIEVAL	VISÃO DE MUNDO RENASCENTISTA
Teocentrismo.	Antropocentrismo.
A verdade está na Bíblia, na tradição e na autoridade da Igreja Católica.	A verdade é obtida pela experimentação, pela observação e pela razão.
A vida material é pouco importante. A vida dedicada à religião é tudo. Afinal, a realidade é explicada somente pela vontade de Deus.	A vida terrena e material também é importante. Deve-se explicar a realidade terrestre pelo que acontece aqui na Terra.
Conformismo: todas as mudanças são contrárias à vontade de Deus.	O homem pode e deve progredir, tanto material quanto culturalmente.
Conhecer para contemplar a realidade.	Conhecer para transformar a natureza. Saber = Poder.
A natureza é fonte de pecado e deve-se ficar afastado de suas "tentações".	A natureza é maravilhosa, e o homem faz parte dela.
Ascetismo: vida simples e afastada dos prazeres e desejos.	Hedonismo: valorização do corpo e dos prazeres materiais e intelectuais.
FILOSOFIA ESCOLÁSTICA	FILOSOFIA HUMANISTA
Adaptação que São Tomás de Aquino fez do pensamento do grego Aristóteles (tomismo).	Contestação da escolástica. Busca de novas verdades, questionando dogmas tradicionais.
Dogmatismo: aceita certas "verdades" sem discutir.	Separação entre fé e razão: uma cuida do Céu e a outra, da Terra.
A razão é serva da fé.	Revalorização dos estudos dos clássicos greco-romanos.

Nesse tempo, começaram a aparecer homens que, de forma mais realista, começavam a investigar a sociedade. A exemplo disso, temos **Nicolau Maquiavel** (1469-1527) que, em sua obra intitulada de *O Príncipe*, faz uma espécie de manual de guerra para Lorenzo de Médici. Ali comenta como o governante pode manipular os meios para a finalidade de conquistar e manter o poder em suas mãos.

Obras como esta davam um novo olhar para a sociedade, o olhar de que pela razão os homens poderiam dominar a sociedade, longe das influências divinas. Era a doutrina do antropocentrismo ganhando força. O homem passava a ser visto como o centro de tudo, inclusive do poder de inventar e transformar o mundo pelas suas ações.

Além de Maquiavel, outros autores renascentistas, como **Francis Bacon** (1561-1626), filósofo e criador do método científico conhecido por experimental, ajudavam a dar impulso aos tempos de domínio da ciência que se iniciavam.

Tudo isso é necessário lembrar para que você perceba que nem sempre as pessoas puderam contar com a ciência para entender o mundo, sobretudo o social, que é o que queremos compreender. Dessa maneira, muitas pessoas, no passado, ficaram “presas” às explicações que poderiam ser falsas sobre a realidade, como é o caso das explicações míticas.

O Iluminismo

Já no século XVIII, houve um momento, na Europa, chamado de **Iluminismo**, que começou na Inglaterra e França, mas que posteriormente espalhou-se por todo o continente, em que a ideia de se valorizar a ciência e a racionalidade sobre a vida da sociedade tornou-se ainda mais forte.

Uma característica das ideias do Iluminismo era o combate ao Estado absoluto, ou absolutismo, que começou a surgir na Europa ainda no final da Idade Média, no século XV, em que o rei concentrava todo o poder em suas mãos e governava, sendo considerado um representante divino na Terra, uma voz de Deus, a qual até a Igreja, não raramente, sujeitava-se.

Com a ciência ganhando força, era inviável o fato de voltar a pensar a vida e a organização social por vias que não fossem científicas, como imaginar os governantes como sendo representantes sobrenaturais.

Nesse período, a continuada consolidação da reflexão sistemática sobre a sociedade foi ajudada por autores como **Voltaire** (1694-1778), filósofo que defendia a razão e combatia o fanatismo religioso; **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778), que estudou sobre as causas das desigualdades sociais e defendia a democracia; **Montesquieu** (1689-1755), que criticava o absolutismo e defendia a criação de poderes separados (Legislativo, Judiciário e Executivo), os quais dariam maior equilíbrio ao Estado, uma vez que não haveria centralidade de poder na mão do governante.

Portanto, foi a partir das teorias sobre a sociedade, que surgiram no período iluminista, que começa a ser pensada e impulsionada a ideia da existência de uma ciência que pudesse ajudar a interpretar os movimentos da própria sociedade.

Consolidação do capitalismo e a Revolução Industrial

As transformações na sociedade europeia não estavam ocorrendo somente no campo das ideias, como era o caso da consolidação da ciência como ferramenta de interpretação do mundo, que vimos até aqui.

A também consolidação do **sistema capitalista**², culminada pela **Revolução Industrial** que ocorreu em meados do século XVIII, na Inglaterra, gerava grandes alterações no estilo de vida das pessoas, sobretudo nas das que viviam no campo ou do artesanato. Estes temas despertavam o interesse de críticos da época.

Dessa maneira, quando a sociologia iniciou os seus trabalhos, ela o fez com base em pensadores que viram os problemas sociais ocasionados a partir da crise gerada pelos fatos acima mencionados.

Podemos dizer que o início do sistema capitalista se deu na chamada Baixa Idade Média, entre os séculos IX e XV, na Europa Ocidental. A partir do século XI, com as **Cruzadas** realizadas pela Igreja Católica para conquistar Jerusalém que estava dominada pelos muçulmanos, um canal de circulação de riquezas na Europa foi aberto.

O contato cultural e o comércio do ocidente com o oriente europeu foram retomados via Mar Mediterrâneo. Com a movimentação de pessoas e riquezas houve, na Europa Ocidental, o surgimento de núcleos urbanos conhecidos por burgos. Destes, ressurgiram as cidades, pois existiam poucas naquele tempo.

2 No sistema capitalista a propriedade privada é sua característica mais forte. O capitalista é aquele que a possui, isto é, a empresa ou os meios de produção. Os empregados são aqueles que vendem sua força de trabalho para o capitalista. E o lucro, além da recuperação do capital investido na fabricação dos bens a serem vendidos, é a meta deste sistema. Distinção de classes: os que possuem e os que não possuem os meios de produção.

As chamadas corporações de ofício, que eram uma espécie de associação que organizava as atividades artesanais para ter acordo entre os preços de venda e qualidade do produto, por exemplo, começaram a aparecer a fim de regular o trabalho dos artesões que vinham para as cidades exercer sua profissão. Aqui vemos que a ideia do lucro se fortalecia.

Mais tarde, os europeus começaram a explorar o comércio em termos mundiais, principalmente depois dos séculos XV e XVI e das chamadas **Grandes Navegações**. Por exemplo, com o descobrimento da América, muita riqueza daqui era levada à Europa para a criação de mercadorias que seriam vendidas nesse mercado mundial que estava surgindo. A ideia de uma produção em série de mercadorias começava a surgir.

As antigas corporações de ofícios foram transformadas pelos comerciantes da época em manufatura. O trabalho manufatureiro acontecia com vários artesões, em locais separados e dirigidos por um comerciante que dava a eles a matéria-prima e as ferramentas. No final do trabalho encomendado, os artesões recebiam um pagamento acertado com o comerciante.

Mais à frente ainda, os comerciantes (futuros empresários capitalistas) pensaram que seria melhor reunir todos esses artesões em um só lugar, pois assim poderiam ver o que eles estavam produzindo. Além de cuidar da qualidade do produto, o controle sobre a matéria-prima e ritmo da produção poderia ser maior.

Foi então que surgiu a ideia da fábrica. Um lugar com uma produção mais organizada, com a divisão de funções, onde o artesão passava a operar apenas parte da produção. Desse ponto para a implantação das máquinas movidas a vapor, restava somente o tempo da invenção das mesmas.



Christopher Fell/23RF/Getty Images

Quando o inventor escocês James Watt (1736-1819) conseguiu patentear a máquina a vapor, em abril de 1784, ela veio dar grande impulso à industrialização que se instalava, aumentando a produção, diminuindo os gastos com mão de obra e aumentando o acúmulo de capital.

Veja o quadro que se montava. O sistema feudal da Europa Ocidental estava sendo superado. Ele não conseguiria suprir as necessidades dos novos mercados que se abriam. O sistema capitalista, com base na propriedade privada e no lucro, isto é, na acumulação de capital, estava sendo consolidado.

A partir da **Revolução Industrial** (século XVIII), as cidades da Europa Ocidental começavam a se transformar em grandes centros urbanos comerciais e, posteriormente, industriais. Muitas delas “inchadas” por desempregados. O estilo de vida das pessoas estava se transformando – para alguns de forma violenta e radical – como era o caso de muitos camponeses que eram expulsos pelos senhores das terras que as cercavam para criar ovelhas e fornecer lã às fábricas de tecidos.

Já no caso dos artesões, esses “perdiam” sua qualificação profissional e o controle sobre o que produziam, ou seja, de profissionais, passavam a “não ter profissão”, pois a indústria era quem ditava que tipo de profissional precisava ser. Não importava se fossem grandes artesões, só precisariam aprender a operar a máquina da fábrica. Se fosse hoje, usaríamos o termo aprender a “apertar botões”. Dessa maneira, como não tinham capital para ter uma produção autônoma e competir com a fábrica, submetiam-se ao trabalho assalariado.

Novas e grandes invenções estavam sendo realizadas no campo tecnológico, como as próprias máquinas a vapor das indústrias. O comércio mundial estava aumentando cada vez mais. O mundo estava “encolhendo”, em termos de fronteiras comerciais e ficando “europeizado”.

Em meio a isto, duas classes distintas emergiam: a composta pelos empresários e banqueiros, chamada de classe burguesa; e a classe assalariada, ou proletária.

A classe burguesa é aquela que ao longo do tempo veio acumulando capital com o comércio e reteve os meios de produção em suas mãos, isto é, as ferramentas, os equipamentos fabris, o espaço da fábrica etc., bem como o poder político. Já a classe proletária, sem capital e expropriada dos meios de produção, tornava-se fornecedora de mão de obra aos donos das fábricas.

É em meio a todas essas transformações que ocorriam na Europa Ocidental – isto é, pela consolidação do sistema capitalista, a valorização da ciência contrapondo as explicações míticas sobre o mundo, a abertura de mercados mundiais, o surgimento de novas classes na sociedade e a crise da classe proletária *versus* enriquecimento da classe burguesa – que a sociologia começa a ser pensada como sendo uma ciência para dar respostas mais elaboradas sobre o caos social.

Desenvolvimento da sociologia na Europa

Como vimos, a busca de compreensão e explicação da sociedade já existia desde a Antiguidade, passando pelo Período Medieval e Idade Moderna; mas este pensamento não tinha uma base sociológica, pois os filósofos dessa época acreditavam que Deus e a natureza controlavam a sociedade, teorizavam modelos de sociedades ideais requisitando às pessoas que seguissem esses modelos. Por isso, durante todos esses períodos, o pensamento sobre o social estava influenciado por um caráter **normativo** (estabelecer regras para vida social) e **finalista** (objetivo de uma organização social ideal), impedindo um entendimento científico da realidade social. Outro fator que contribuiu para a inexistência da sociologia foi o fato de que as sociedades pré-capitalistas eram relativamente estáveis, o ritmo e o nível das mudanças eram razoavelmente lentos, não se percebendo a sociedade enquanto um “problema” merecedor de análises e investigação minuciosa (científica).



Para o estudo sociológico se consolidar como ciência ele teve que abandonar seu caráter normativo e finalista. Por isso, ele sofreu a influência de teorias e métodos das ciências biológicas e naturais: a **teoria evolucionista** de **Charles Darwin** (1809-1882), onde diz que ao longo de milhões de anos todas as espécies de seres vivos evoluíram; a **biologia** foi outra ciência que influenciou na cientificidade sociológica, por meio de **Herbert Spencer** (1820-1903), que criou uma **sociologia organicista** onde se fazia uma analogia do organismo vivo com a sociedade. Neste contexto foi fundamental aceitar a ideia de que os fenômenos sociais obedecem a leis naturais, embora produzidas pelos homens; esta foi a importância do **positivismo** que deu os primeiros passos para a cientificidade da sociologia. Foi por isso também que, logo no seu início, a sociologia recebeu outros nomes como fisiologia social (por **Saint-Simon**), ou **física social** (por **Auguste Comte**).

Outros teóricos fizeram suas interpretações sociais buscando dar à sociologia um caráter de ciência, buscando a consolidação definitiva sobre um conhecimento verdadeiro e importante para a sociedade; estes desenvolveram um conhecimento científico-

-social onde abrange todos os aspectos da sociedade, utilizando-se de outras ciências sociais, como **economia** (produção material), **política** (relações de poder), **antropologia** (aspectos culturais) e outras.

O período de sistematização, que marca o nascimento da nova ciência, data do século XIX, que é quando surgem as grandes obras sociológicas e os pensadores considerados clássicos desta ciência. É neste período que **Durkheim**, **Marx** e **Weber** (este começa a produzir no final do século e início do século seguinte) lançam as bases teóricas e metodológicas da ciência da sociedade. Durkheim irá lançar as bases positivistas da sociologia e buscar construir o objeto de estudo da sociologia, o que ele denominou “fatos sociais”. Marx irá desenvolver o materialismo histórico e o método dialético, e erigir a sua teoria do capitalismo e da revolução proletária. Weber, por sua vez, irá apresentar uma nova visão das bases metodológicas da sociologia e desenvolver diversos estudos sobre a sociedade moderna. Estes três pensadores sistematizaram a sociologia e lançaram as bases teórico-metodológicas da sociologia, sob formas diferentes, e seriam aqueles que iriam influenciar a produção sociológica posterior.

O período de consolidação ocorre ao longo do século XX, que é quando as bases lançadas pelos clássicos são aplicadas, desenvolvidas, mescladas e ocorre a institucionalização e reconhecimento da sociologia como ciência na comunidade científica e nas universidades.

As principais correntes sociológicas

A sociologia não se caracteriza como uma ciência de apenas uma única orientação teórico-metodológica predominante. Por ter se desenvolvido em meio à inúmeras transformações que acabaram por consolidar o sistema capitalista, ela se dividiu entre correntes ideológicas contrárias, algumas destas mais conservadoras outras mais progressistas na forma de avaliar e explicar a realidade social e a manutenção do *status quo*. De alguma maneira todos estavam interessados em pensar e explicar a relação entre indivíduo e sociedade no mundo moderno. As divergências entre as explicações, que acabaram por dar origem a teorias e correntes de pensamento, indicam justamente a complexidade dos problemas suscitados pelas novas condições de vida na modernidade e as diferentes possibilidades de interpretação dessa nova realidade social. Entre as diferentes tendências ideológicas criadas para a compreensão e explicação da sociedade capitalista, fundadas pelos seus autores clássicos, podemos destacar as seguintes:

Profetas do passado (ou **conservadores**) – representados pelos pensadores **Edmund Burk** (1729-1797), **Joseph de Maistre** (1753-1821) e **Louis de Bonald** (1754-1840). Estes eram conservadores e tradicionalistas, tinham um pensamento reacionário: construíram suas obras contra a herança dos filósofos iluministas. A inspiração desses “profetas” era a sociedade feudal, com sua estabilidade e acentuada hierarquia social. Responsabilizavam os iluministas e suas ideias pela instauração do caos social, desorganização da família, da religião, das corporações, que acabou por desencadear a Revolução Francesa de 1789. A inspiração desses “profetas” era a sociedade feudal, com sua estabilidade e acentuada hierarquia social (não defendiam propriamente o capitalismo por sua faceta industrial e financeira). Eram apaixonados também pelo equilíbrio das instituições religiosas, monárquicas e aristocráticas da época feudal. Acabaram por se constituir em um ponto de referência para os pioneiros da sociologia, interessados na preservação da nova ordem econômica e política que estava sendo implantada na Europa daquela época.

Socialismo utópico (ou **romântico**) – refere-se à primeira fase do **pensamento socialista** que se desenvolveu entre as guerras napoleônicas e as revoluções de 1848 (“Primavera dos povos”), consta do quadro de seus representantes teóricos com o **Conde de Saint-Simon** (1760-1825), **Charles Fourier** (1772-1837), **Pierre-**

-**Joseph Proudhon** (1809-1865), **Louis Blanc** (1811-1882) e **Robert Owen** (1771-1858). Estes eram transformadores, mas românticos, pois acreditavam na total transformação da sociedade de forma pacífica, sem a necessidade da luta armada; este era o principal ideário dos utópicos que **defendem incondicionalmente a igualdade** que seria promovida pela luta de classes e pela revolução proletária, onde os mais abastados voluntariamente abririam mão de suas riquezas partilhando com os pobres. Eram utópicos (sonhadores) porque criticavam o capitalismo e anunciavam os princípios de uma sociedade ideal no futuro, contudo, sem indicar a fórmula para torná-la real.

Positivismo – O positivismo é uma matriz teórico-filosófica que deu origem a uma sociologia conservadora e afirmadora da sociedade capitalista. Representado por **Auguste Comte** (1798-1857) e **Émile Durkheim** (1858-1917). Estes se dedicaram em buscar a estabilidade social, preocuparam-se com os problemas da manutenção da ordem capitalista, abandonando a busca pela explicação de fenômenos externos, como a criação do homem, para buscar explicar coisas mais práticas e presentes na vida do homem, como no caso das leis, das relações sociais e da ética.

Socialismo científico – Seus principais expoentes foram **Karl Marx** (1818-1883) e **Friedrich Engels** (1820-1895). Os dois autores acreditavam que a história humana era construída tomando como base os aspectos materiais, ou seja, dando importância fundamental para as relações econômicas que a permeiam. Para Marx, essa base econômica seria determinante dos aspectos políticos, culturais e até mesmo religiosos em uma sociedade. Seria, portanto, necessário encontrar, dentro da sociedade capitalista, as forças sociais capazes de promover mudanças. Seus teóricos, empenharam-se no estudo do capitalismo e das leis que a regiam, chegando à conclusão de que seria necessário fundamentar um pensamento sociológico crítico e negador da sociedade capitalista, capaz de acabar com a desigualdade econômica entre as classes proprietárias dos meios de produção (a burguesia) e os que detinham apenas a força de seu trabalho (o proletariado). Essa mudança radical na estrutura social só aconteceria por meio de uma revolução socialista da classe trabalhadora, introduzindo uma sociedade comunista como perspectiva de sociedade justa e igualitária.

Funcionalismo – Corrente teórica das ciências sociais considerada reprodutora e conservadora na sociedade capitalista. O funcionalismo é tradicionalmente associado ao francês **Émile Durkheim** (1858-1917) e, mais recentemente, ao americano **Talcott Parsons** (1902-1979), enquadrado no funcionalismo estrutural. Durkheim compara a sociedade à um organismo vivo cujas partes constituem sistemas com funções próprias. Assim como os diversos órgãos de um corpo complexo possuem diferenças entre si, também as partes de uma unidade social complexa e evoluída tendem a diferenciar-se; tal como a religião em relação à política, o trabalho em relação à vida familiar, e assim por diante. Logo, cada indivíduo no seio social funciona em organicidade, onde cada instituição ou pessoa faz parte de relações funcionais, contribuindo para a funcionalidade harmônica e para manutenção do corpo social. O resultado final, tanto para os organismos como para a sociedade, é um todo constituído de partes interdependentes. Percebe-se que a teoria funcionalista foi influenciada pelos estudos das ciências biológicas durante o século XIX.

Marxismo (também conhecido por **socialismo marxista**) – corresponde às inúmeras maneiras de interpretar e complementar algum ponto obscuro na vasta literatura deixada por Karl Marx e Engels que serviram de sustentação de suas teorias. Entre os principais pensadores marxistas podemos destacar: **Lênin** (1870-1924), **Rosa Luxemburgo** (1871-1919), **Gramsci** (1891-1937) e outros. Tomando de base o socialismo científico e as novas realidades conjunturais ao qual estavam submetidos, estes intelectuais desenvolveram novas maneiras teóricas e práticas de implantar o pensamento de Marx, desenvolvendo assim o **socialismo real**,

com traços próprios, diferente do **socialismo ideal**, anteriormente proposto por Karl Marx.

Escola de Chicago – fundada em 1892, foi a primeira a formular os estudos urbanos tendo a cidade como objeto. Seus principais mentores são **George Homans Cooley** (1846-1929), **Talcott Parsons** (1902-1979), **Robert K. Merton** (1910-2003), **Robert Park** (1864-1944), **Ernest Burgess** (1886-1966) e **Louis Wirth** (1897-1952). A Escola de Chicago foi a pioneira no que se refere a tomar a cidade como seu objeto privilegiado de investigação, distinguiu-se pela produção de conhecimentos úteis para a solução de problemas sociais concretos, os quais a cidade de Chicago enfrentava. Problemas estes provenientes de imigração, crescimento demográfico, delinquência e criminalidade, conflitos étnicos, guetos de diferentes nacionalidades geradoras de segregação urbana, sua concentração populacional excessiva e suas condições de vida e de infraestrutura precaríssimas; todas situações que favoreceram a ideia de se estudar os problemas decorrentes da vida urbana, transformada agora em um “laboratório social”, no tocante às dificuldades que surgiram decorrentes de um intenso processo de industrialização e de urbanização, que ocorre na virada do século XIX para o XX. A sociologia norte-americana a partir da investigação de campo, de dados empíricos neutros e objetivos, com procedimentos quantitativos e estatísticos, tornou-se pioneira nos métodos ecológicos e etnográficos; tinha a pretensão de neutralizar os ideais e teorias do socialismo marxista, entretanto, também rompeu com o estilo dos clássicos que se dedicaram a uma significação histórica como a formação do capitalismo e a totalidade da vida social.

Escola de Frankfurt – fundada em 1923, sob o nome de Instituto de Pesquisa Social, seus principais representantes são: **Max Horkheimer** (1895-1973), **Walter Benjamin** (1892-1940), **Theodor W. Adorno** (1906-1969), **Herbert Marcuse** (1898-1979) e **Jürgen Habermas** (1929-). Sua filosofia também é conhecida como Teoria Crítica. Os frankfurtianos receberam uma forte influência do pensamento marxista. Criticaram a neutralidade científica (ideia fomentada no iluminismo em conjunto com a noção de razão instrumental), pois a ciência é um produto humano histórico e socialmente contextualizado; investigaram aspectos sócio-psíquicos originários do processo de dominação e hegemonia capitalistas; reconheceram a estética como fator privilegiado para desencadear a consciência crítica, onde a obra de arte passa a ser vista como instrumento revolucionário, capaz de desvelar e/ou ampliar a consciência crítica sobre a realidade; criticaram a cultura de massa colocando-a como fator de alienação da consciência humana; criticaram a dominação da natureza para fins lucrativos e o fato de se colocar a ciência e a técnica a serviço do capital; e sonharam em recuperar a razão não repressora, capaz de autocrítica e que favorecesse a emancipação humana.

Leitura Complementar

PARA QUE SERVE A SOCIOLOGIA?

A sociologia serve-nos, em primeiro lugar, como instrumento de conhecimento. Juntamente com as outras ciências sociais, diz-nos como funcionam as instituições sociais, quais as regras escritas e, sobretudo, não escritas, em que os indivíduos e os grupos sociais se apoiam. Mais especificamente, a sociologia desenvolve um trabalho concreto, para o qual as outras ciências sociais não estão adequadamente equipadas; ocupa-se de interconexões do social e procura analisá-lo. Neste sentido, ou seja, na medida em que analisa não tanto os aspectos específicos da sociedade enquanto tais, como as ligações estruturais e de condicionamento recíproco, a sociologia tem uma função de generalização e um efeito de exteriorização. Não espanta que, nas mãos de um sociólogo pouco sensato ou medíocre, a sociologia pareça, em vez de geral,

“genérica”, e de sociologia se transforme naquilo a que os que apenas conhecem as ciências sociais pela rama não se cansam de chamar “tudologia”.

Este aspecto crítico, tão difundido e tão superficial, evoca, paradoxalmente, a função social específica da sociologia e a sua vocação profunda na sociedade atual. Esta sociedade, nos seus aspectos mais avançados, é hoje uma sociedade extremamente fragmentada por uma especialização técnica que cada vez é mais estimulada e corre o risco de nos fazer perder de vista o social na sua globalidade dinâmica. A sociologia é o único antídoto de que dispomos contra essa tendência, o sociólogo desempenha uma função social crítica essencial. No próprio momento em que começa a analisar qualquer fenômeno social, comportamento ou instituição, o sociólogo afirma e faz incidir sobre o fato social um critério de racionalidade que esclarece as razões profundas das práticas sociais, muitas vezes aceitas e seguidas por puro instinto consuetudinário, e possui um salutar poder de desmistificação.

Nesta perspectiva, é fácil compreender por que é que a sociologia tem tido uma vida difícil em todos os regimes políticos totalitários e autoritários. O simples fato de escolher uma dada instituição como objeto de investigação sociológica põe em risco a propaganda oficial ou “ideológica”, desvenda os mecanismos internos da instituição, mostra os interesses reais que essa instituição serve, descreve as suas linhas tendenciais tais como são, na realidade, independentemente das interpretações oficiais, revela a sociedade real que se comprime, por trás da fachada formal. Como diziam os nazis, a sociologia desenvolve uma “crítica social corrosiva”.

FERRAROTTI, Franco. *Sociologia*. Lisboa. Teorema, 1986, p. 149-150.



Exercícios de Fixação

01. (JAS) A sociologia é a ciência dos problemas sociais que emergem com a chegada do século XVIII. Que tem um marco econômico e outro político e social.

TELES, Mª Luiza. *Sociologia para Jovens*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

Sobre os aspectos que determinam o surgimento da sociologia é correto afirmar que

- A) o renascimento comercial e urbano, assim com a ascensão das monarquias absolutistas, determinou o surgimento das ciências sociais.
- B) com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial a Europa passa por grandes transformações sociais, políticas e econômicas que determinam o surgimento da sociologia.
- C) é a partir da desagregação feudal e da consequente consolidação do trabalho servil que a sociologia passa a ter seus fundamentos estabelecidos.
- D) a partir da consolidação do modo de produção feudal, a sociologia passa a ser todos os fundamentos necessários para se organizar sistematicamente como ciência.
- E) é somente com a Revolução Francesa que a sociedade europeia passa a ter a consolidação do poder nobiliárquico e o surgimento da sociologia.

02. (Simulado Avalia/SFB 2018)

A Revolução Industrial desencadeou e intensificou um incessante movimento de inovação tecnológica, econômica e social – a generalização da economia industrial –, que mudou a face da Terra. As novas relações econômicas decorrentes da organização do sistema produtivo em torno das fábricas foi a chave para a implementação de “um novo ritmo de vida, uma nova sociedade, uma nova época histórica”.

A passagem de sociedades tradicionais ao mundo moderno tornou-se um ideal e um objetivo quase universais. O primeiro passo para a modernização social consistiria, então, em repetir os movimentos da revolução industrial inglesa. O que aconteceu lá, de forma contingente e quase aleatória, tornou-se objeto de planejamento, de ação deliberada. Na ausência das mesmas condições da Inglaterra à época, a teoria social procurou destacar os elementos centrais daquele processo, repensando as origens históricas e o desenvolvimento da sociedade moderna.

Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/11/23/apontamentos-sobre-o-nascimento-da-sociologia>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

É inegável a estreita relação entre a Revolução Industrial e o surgimento da Sociologia, esta última surge com o intuito de explicar os impactos sociais provocados pela primeira que

- A) atijou a corrida pelo rompimento com os valores chamado de antigos.
- B) apresentou a modernidade como fruto de condições históricas neutras.
- C) sufocou o avanço científico por conta dos dilemas éticos tradicionais.
- D) implantou uma nova sociedade recheada de valores morais medievais.
- E) chegou de forma idêntica à Inglaterra em todas as áreas da Europa.

03. (Ufub) Seleccione as afirmativas que indicam o contexto histórico, social e filosófico que possibilitou a gênese da sociologia.

- I. A sociologia é um produto das Revoluções Francesa e Industrial e foi uma resposta às novas situações colocadas por estas revoluções;
- II. Com o desenvolvimento do industrialismo, o sistema social passou da produção de guerra para a produção das coisas úteis, através da organização da ciência e das artes;
- III. O pensamento filosófico dos séculos XVII e XVIII contribuiu para popularizar os avanços científicos, sendo a teologia a forma norteadora desse pensamento;
- IV. A formação de uma sociedade, que se industrializava e urbanizava em ritmo crescente, propiciou o fortalecimento da servidão e da família patriarcal.

Assinale a alternativa correta.

- A) III e IV.
- B) I, II e III.
- C) II, III e IV.
- D) I e II.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

04. (Ufub) Sobre o surgimento da sociologia, podemos afirmar que:

- I. A consolidação do sistema capitalista na Europa no século XIX forneceu os elementos que serviram de base para o surgimento da sociologia como ciência particular;
- II. O homem passou a ser visto, do ponto de vista sociológico, a partir de sua inserção na sociedade e nos grupos sociais que a constituem;
- III. Aquilo que a sociologia estuda constitui-se historicamente como o conjunto de relacionamentos que os homens estabelecem entre si na vida em sociedade;
- IV. Interessa para a sociologia não os indivíduos isolados, mas inter-relacionados com os diferentes grupos sociais dos quais fazem parte, como a escola, a família, as classes sociais etc.

- A) II e III estão corretas.
- B) Todas as afirmativas estão corretas.
- C) I e IV estão corretas.
- D) I, III e IV estão corretas.
- E) II, III e IV estão corretas.

05. (Ufub) Assinale a alternativa correta. O surgimento da sociologia foi propiciado pela necessidade de
- manter a interpretação mágica da realidade como patrimônio de um restrito círculo sacerdotal.
 - manter uma estrutura de pensamento mítica para a aplicação do mundo.
 - condicionar o indivíduo, através dos rituais, a agir e pensar conforme os ensinamentos transmitidos pelos deuses.
 - considerar os fenômenos sociais como propriedade exclusiva de forças transcendentes.
 - observar, medir e comprovar as regras que tornassem possíveis através da razão, prever e controlar os fenômenos sociais.



Exercícios Propostos

01. (UEM-Inverno/2008-Adaptada) Todos nós sabemos da existência de um certo tipo de "organização social" entre animais não humanos, não apenas entre mamíferos superiores, tais como os macacos, por exemplo, mas também insetos: formigas, cupins e abelhas, notadamente. (...)

Quando comparamos as "sociedades" animais não humanas, particularmente a sociedade daqueles insetos, o fazemos porque constatamos que o comportamento de tais animais apresenta certas padronizações parecidas com algumas padronizações verificadas entre os seres humanos.

VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Atlas, 1985, p. 29.

Considerando o que diz o texto acima, assinale o que for correto.

- Segundo o autor, não há diferença essencial alguma entre o estudo das sociedades humanas feito pela sociologia e o das sociedades de insetos feito pela entomologia.
 - De acordo com o texto, homens e animais são padronizados devido ao peso da herança genética em todos os tipos de sociedades.
 - Podemos concluir do texto que são os fatores do meio ambiente que levam à padronização dos comportamentos dos animais e dos seres humanos.
 - Segundo o autor, se não fosse a descoberta das leis de padronização das sociedades de animais, os sociólogos não teriam se interessado pelas leis de padronização existentes nas sociedades humanas.
 - Podemos deduzir do texto que tanto os pesquisadores dos animais quanto os sociólogos se preocupam com as ações regulares produzidas pela vida em sociedade.
02. (Unioeste/2014) Os fenômenos sociais são objeto de investigação desde o surgimento da filosofia, na Grécia Antiga, por volta dos séculos VII e VI a.C.; mas a constituição de uma ciência específica da sociedade remonta apenas ao século XIX. Considerando-se o enunciado acima, assinale a alternativa que apresenta as principais causas que contribuíram para o nascimento da sociologia na Europa do século XIX.
- As modificações no modo vigente de compreender os povos tribais na Europa do século XIX possibilitaram a constituição da sociologia.
 - As alterações na mentalidade religiosa na Europa do século XIX condicionaram o surgimento da sociologia.
 - As mudanças econômicas, políticas e sociais que moldaram as sociedades europeias do século XIX geraram perguntas ('questão social') que demandaram a constituição da sociologia.
 - As mutações ocorridas na filosofia e na moral das sociedades europeias do século XVI contribuíram para o surgimento da sociologia.
 - As transformações na sensibilidade estética das sociedades europeias do século XIX favoreceram o processo de formação da sociologia.

03. (Unicentro/2012) Considerando-se as grandes mudanças que ocorreram na história da humanidade, aquelas que aconteceram no século XVIII – e que se estenderam no século XIX – só foram superadas pelas grandes transformações do final do século XX. As mudanças provocadas pela revolução científico-tecnológica, que denominamos Revolução Industrial, marcaram profundamente a organização social, alterando-a por completo, criando novas formas de organização e causando modificações culturais duradouras, que perduram até os dias atuais.

DIAS, Reinaldo. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Persons Prentice Hall, 2004.

Sobre o surgimento da sociologia e as mudanças ocorridas na modernidade, é correto afirmar:

- A intensificação da economia agrária em larga escala nas metrópoles gerou o êxodo para o campo.
 - O aparecimento das fábricas e o seu desenvolvimento levou ao crescimento das cidades rurais.
 - O aumento do trabalho humano nas fábricas ocasionou a diminuição da divisão do trabalho.
 - A agricultura familiar desse período foi o objeto de estudo que fez surgir as ciências sociais.
 - A antiga forma de ver o mundo não podia mais solucionar os novos problemas sociais.
04. (Unioeste/2012) Segundo Zygmunt Bauman, a sociologia é constituída por um conjunto considerável de conhecimentos acumulados ao longo da história. Pode-se dizer que a sua identidade forma-se na distinção com o chamado senso comum. Considerando que a sociologia estabelece diferenças com o senso comum e estabelece uma fronteira entre o pensamento formal e o senso comum, é correto afirmar que
- a sociologia se distingue do senso comum por fazer afirmações corroboradas por evidências não verificáveis, baseadas em ideias não previstas e não testadas.
 - o pensar sociologicamente caracteriza-se pela descrença na ciência e pouca fidedignidade de seus argumentos. O senso comum, ao contrário, evita explicações imediatas ao conservar o rigor científico dos fenômenos sociais.
 - pensar sociologicamente é não ultrapassar o nível de nossas preocupações diárias e expressões cotidianas, enquanto o senso comum preocupa-se com a historicidade dos fenômenos sociais.
 - o pensamento sociológico se distingue do senso comum na explicação de alguns eventos e circunstâncias, ou seja, enquanto o senso comum se preocupa em analisar e cruzar diversos conhecimentos, a sociologia se preocupa apenas com as visões particulares do mundo.
 - um dos papéis centrais desempenhados pela sociologia é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais, conservando o rigor original exigido no campo científico.
05. (Unesp/2012) A elaboração e a realização do projeto de pesquisa em ciências sociais, particularmente na sociologia,
- é o mais barato e mais prático meio de se conhecer a realidade social.
 - é o meio mais eficaz e científico de se conhecer a realidade social.
 - é o meio mais adequado para se reconhecer o outro.
 - é o melhor meio para se conhecer e controlar grupos sociais antagônicos.
 - é o melhor e mais caro processo de constituição de mecanismos sociais de segregação social.

06. (UEL/2003) A sociologia é uma ciência moderna que surge e se desenvolve juntamente com o avanço do capitalismo. Nesse sentido, reflete suas principais transformações e procura desvendar os dilemas sociais por ele produzidos. Sobre a emergência da sociologia, considere as afirmativas a seguir:

- I. A sociologia tem como principal referência a explicação teológica sobre os problemas sociais decorrentes da industrialização, tais como a pobreza, a desigualdade social e a concentração populacional nos centros urbanos;
- II. A sociologia é produto da Revolução Industrial, sendo chamada de “ciência da crise”, por refletir sobre a transformação de formas tradicionais de existência social e as mudanças decorrentes da urbanização e da industrialização;
- III. A emergência da sociologia só pode ser compreendida se for observada sua correspondência com o cientificismo europeu e com a crença no poder da razão e da observação, enquanto recursos de produção do conhecimento;
- IV. A sociologia surge como uma tentativa de romper com as técnicas e métodos das ciências naturais, na análise dos problemas sociais decorrentes das reminiscências do modo de produção feudal.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I e III
- B) II e III
- C) II e IV
- D) I, II e IV
- E) I, III e IV

07. (UFU/2011) A preocupação com os problemas sociais existem desde quando o homem é homem. A busca de soluções para estes problemas também. Mas, no entanto, o pensamento sociológico, está diretamente ligado às consequências da Revolução Industrial. Neste sentido, o que distingue o pensamento sociológico dos pensamentos sociais anteriores?

- A) A capacidade do ser humano de relacionar as dificuldades sociais com a possibilidade de solução imediata dessa problemática.
- B) A possibilidade da sistematização, da elaboração de um método de análise e a definição de um objeto de pesquisa.
- C) A transição do pensamento medieval para a criação de uma filosofia da problemática social com os iluministas no século XVIII.
- D) A formação de uma elite de pensadores ligados ao processo de industrialização, que com técnicas matemáticas definiu a sociedade a partir de seus indivíduos.
- E) A criação de uma técnica filosófica que prima pela valorização do indivíduo no todo social, ao mesmo tempo que prima apenas pelas relações do homem com a sociedade.

08. (Funadepi/2010) Sobre o conceito de sociologia é correto afirmar que

- A) tem por objetivo as atividades humanas ligadas a produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços. São fenômenos que estudam a distribuição da renda num país, a política salarial, a produtividade de uma empresa.
- B) estuda e pesquisa as semelhanças e as diferenças culturais entre os vários agrupamentos humanos, assim como a origem e a evolução das culturas. Além de estudar a cultura dos povos pré-letrados, ocupa-se também da diversidade cultural existente nas sociedades industriais.
- C) ocupa-se da distribuição de poder na sociedade, assim como da formação e do desenvolvimento das diversas formas de governo.
- D) estuda as relações sociais e as formas de associação, considerando as interações que ocorrem na vida em sociedade. Envolve o estudo dos grupos e dos fatos sociais, da divisão da sociedade em classes e camadas, da mobilidade social, dos processos de cooperação, competição e conflito na sociedade.
- E) tem por objetivo a compreensão do mundo e do homem em sua totalidade. Tanto quanto o seu Ser, tanto quanto o seu Dever Ser, ou seja, se caracteriza por uma abordagem universalizante da realidade.

• (Unicamp/2012) Texto para as questões 09 e 10.

O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais não deixa de ser mais escravo do que eles. (...) A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. (...) Haverá sempre uma grande diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade. Sejam homens isolados, quantos possam ser submetidos sucessivamente a um só, e não verei nisso senão um senhor e escravos, de modo algum considerando-os um povo e seu chefe. Trata-se, caso se queira, de uma agregação, mas não de uma associação; nela não existe bem público, nem corpo político.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. [1762]. São Paulo: Abril, 1973; p. 28-36.

09. (Unicamp/2012) No trecho apresentado, o autor

- A) argumenta que um corpo político existe quando os homens encontram-se associados em estado de igualdade política.
- B) reconhece os direitos sagrados como base para os direitos políticos e sociais.
- C) defende a necessidade de os homens se unirem em agregações, em busca de seus direitos políticos.
- D) denuncia a prática da escravidão nas Américas, que obrigava multidões de homens a se submeterem a um único senhor.

10. (Unicamp/2012) Sobre *Do Contrato Social*, publicado em 1762, e seu autor, é correto afirmar que:

- A) Rousseau, um dos grandes autores do Iluminismo, defende a necessidade de o Estado francês substituir os impostos por contratos comerciais com os cidadãos.
- B) A obra inspirou os ideais da Revolução Francesa, ao explicar o nascimento da sociedade pelo contrato social e pregar a soberania do povo.
- C) Rousseau defendia a necessidade de o homem voltar a seu estado natural, para assim garantir a sobrevivência da sociedade.
- D) O livro, inspirado pelos acontecimentos da Independência Americana, chegou a ser proibido e queimado em solo francês.



Fique de Olho

SOCIOLOGIA E SOCIOLOGIAS ESPECIALIZADAS.

Etimologicamente formada por um vocábulo latino (*socios*) e outro grego (*logos*), a palavra sociologia significa tratado do companheiro ou, mais amplamente, da inter-relação social. A Sociologia, descrita inicialmente como Física Social, acaba por tornar-se uma Ciência autônoma, com um objeto e um método próprios, sobretudo com os trabalhos de Auguste Comte e Émile Durkheim. O objeto da Sociologia é a atividade humana enquanto jogo de interações entre os atores sociais.

A Sociologia é uma Ciência Social que tem como objeto de estudo científico as relações sociais, as formas de associação, destacando-se os aspectos gerais comuns a todas as classes de fenômenos sociais, fenômenos que se produzem nas relações de grupos entre seres humanos. Estuda o homem e o meio humano nas suas interações recíprocas. A Sociologia não é normativa, nem emite juízos de valor sobre os tipos de associação e relações estudadas, pois baseia-se em estudos objetivos que melhor podem revelar a verdadeira natureza dos fenômenos sociais. A Sociologia corresponde ao estudo e conhecimento objetivo da realidade social.

Exemplos: formação e desintegração de grupos; divisão das sociedades em camadas ou castas; mobilidade de indivíduos e grupos nas camadas sociais; processos de cooperação e competição.

Sociologias especializadas – têm como objeto de estudo categorias específicas dos fenômenos sociais; não correspondem a verdadeiras divisões da Sociologia, antes são contextualizadas teórica e metodologicamente pela Sociologia Geral.

Exemplos: Sociologia da Família, Sociologia da Educação, Sociologia do Trabalho etc.

Identificando as várias sociologias especializadas:

A Sociologia Criminal – ocupa-se dos aspectos da vida social que têm a ver com a delinquência ou prática de crimes.

A Sociologia da Família – estuda a origem, evolução e as diferentes formas de relação entre os membros da família nas diferentes sociedades.

A Sociologia Histórica – investiga as sociedades do passado e as origens dos processos sociais, a Sociologia da Comunicação – estuda a forma e meios de comunicação entre os seres humanos, etc.

No entanto, o aparecimento das sociologias especializadas não significa de maneira alguma uma divisão na Sociologia, pois não se pode perder o sentido global desta ciência mas sim procurar recorrer às teorias gerais e aos métodos de pesquisa da Sociologia. Se isto não acontecesse podia haver uma dispersão caótica das várias dimensões sociais e isso só pode ser evitado se, mesmo com especializações, a pesquisa seja feita de acordo com a interdisciplinaridade desta ciência.

Exemplos de outras Sociologias Especializadas:

Sociologia Antropológica ou Antropossociologia: Estuda as correlações que existem entre o fator antropológico e as sociedades humanas.

Exemplo: influência dos grupos étnicos numa sociedade; os quistos étnico-culturais, consequências da mestiçagem em uma sociedade.

Sociologia do Direito. Estuda a inter-relação entre o Direito e os processos sociais. Considerando o Direito como um tipo de controle social formal, analisa a uniformização do comportamento dos componentes de uma sociedade através das leis e regulamentos a eles impostos, e a adequação ou não das normas jurídicas em determinada sociedade.

Exemplo: investigação da possibilidade do divórcio ser fator de desagregação numa sociedade; repercussões sociais do estabelecimento da pena de morte.

Sociologia Econômica. Estuda a organização de grupos humanos para a satisfação de necessidades materiais, a influência das relações econômicas originadas dessa organização sobre as instituições sociais e o efeito contrário, isto é, a alteração de um facto econômico por um fenómeno social.

Exemplo: consequências sociais das greves ou a influência destas na deterioração da moeda; alteração da organização das empresas industriais no sentido da participação dos trabalhadores nos lucros da empresa – PIS (Plano de Integração Social).

Sociologia Política: Estuda a organização política dos diversos tipos de sociedade. As implicações sociais das várias espécies de movimentos políticos e de ideologias; origem, desenvolvimento e funções do Estado em seus aspectos teóricos e práticos de organização; as inter-relações entre Estado e Direito, Política; economia, com especial destaque as relações de dominação e subordinação; liberdade e coação.

Exemplo: revoluções; falhas sociais que permitem a fraude eleitoral.

Sociologia da Família. Estuda a origem, evolução e função da instituição Família, suas distintas formas e as relações entre seus membros nas diversas sociedades, no passado e no presente.

Exemplo: relações maritais; o princípio da legitimidade; tipos de sucessão.

Sociologia da Educação: Sociologia Educacional ou Sociologia Aplicada à Educação: Examina o campo, a estrutura e o funcionamento da escola como instituição social. e analisa os processos sociológicos envolvidos na instituição educacional.

Exemplo: problemas da educação rural e urbana; a escola como agente de socialização e de controle social.

Sociologia da Religião: Estuda a origem, desenvolvimento e formas da instituição Igreja, examinando as mudanças em sua estrutura e função.

Exemplos: a religião como forma de controle social; as mudanças sociais acarretadas pela Reforma Protestante e o Concílio de Trento; repercussões sociais da Encíclica *Mater et Magistra*.

Sociologia da Comunidade. Sociologia Rural e Sociologia Urbana: Estudam. Respectivamente, a organização, os problemas sociais das comunidades e a diferenciação do espaço sócio-ecológico; o modo de vida rural e a natureza das diferenças rurais e urbanas; as alterações sócio-culturais que ocorrem no contínuo rural-urbano, origem e evolução das cidades e o urbanismo como modo de vida; mudanças sócio econômico-culturais determinadas pela concentração de uma elevada população, de composição heterogênea, em limitada área geográfica.

Exemplos: vizinhança; resistências às mudanças no meio rural; a desumanização do homem na grande cidade.

Sociologia Demográfica e Ecologia Humana: Estudam, respectivamente, a influência do fator demográfico (densidade da população, sua diminuição ou aumento na organização da sociedade e vice-versa; a distribuição espacial dos agrupamentos humanos, suas relações uns com os outros e fatores determinantes de sua distribuição e relacionamento.

Exemplos: consequências sociais da diminuição da taxa de mortalidade; migrações; polos de atração para o estabelecimento de seres humanos e instituições em determinada área; influência, de âmbito regional, de determinados agrupamentos.

Sociologia do Desenvolvimento: Estuda o processo de desenvolvimento compreendido como uma configuração historicamente concreta de transformações nas sociedades humanas; preocupa-se com a análise das condições estruturais que precedem o desenvolvimento e nele influem de maneira fundamental; verifica as implicações do desenvolvimento, isto é, suas inter-relações, suas consequências e seus produtos.

Exemplos: Revolução Industrial e desenvolvimento; dependência. Subdesenvolvimento e marginalidade; desenvolvimento industrial e conflito de classes.

Sociologia Industrial e Sociologia do Trabalho: Referem-se ao estudo sistemático das relações sociais e a interação entre indivíduos e grupos relacionados com a função econômica da produção e distribuição de bens e serviços necessários à sociedade. Especificamente, analisam o conteúdo dos papéis profissionais, as normas e expectativas a eles associada em diferentes organizações de trabalho.

Exemplos: a influência da indústria no sistema de estratificação; sindicatos e associações profissionais; a motivação para o trabalho; estudo do status profissional.

Sociologia da Burocracia e Sociologia Aplicada à Administração: São expressões mais ou menos equivalentes: ambas estudam os fenômenos que decorrem da estrutura das organizações enquanto sistemas especiais. A rigor, a expressão cientificamente mais adequada seria Sociologia das Organizações, corrente entre os autores franceses.

Exemplos: conflito de hierarquia; fenômenos decorrentes das disfunções internas (desajustamentos provocados pelos excessos da organização formal); análise da liderança na organização.

Sociologia do Lazer: Estuda os fenômenos decorrentes da redução do trabalho na sociedade industrial. O tecnicismo e a automação provocam uma ampliação do tempo livre, cuja utilização é o objeto de estudo desta área da Sociologia.

Exemplos: desvio de comportamento ocasionado pela má utilização do tempo livre; preferência dos adolescentes por determinado tipo de lazer.

Sociologia Histórica. Estuda as origens e o desenvolvimento de processos sociais e analisa sua influência na realidade social presente; investiga as sociedades do passado com a finalidade de encontrar as origens e obter explicações para as formas atuais de vida social.

Exemplos: evolução da família e sua transformação, passando de família extensa a nuclear; evolução das tradições; lendas e mitos através dos tempos.

Sociologia da Cultura, Sociologia do Conhecimento e Sociologia da Linguagem. Estudam, respectivamente, a influência da cultura de determinado grupo sobre as relações e inter-relações de seus componentes; a influência dos grupos sociais e suas particulares relações sobre o pensamento e o saber; as influências recíprocas entre linguagem e vida grupal.

Exemplos: influência da helenização na sociedade romana; a ascensão da burguesia e Iluminismo; a influência da organização sócio-política na adjetivação.

Sociologia da Arte. Estuda a relação fundamental entre a sociedade e a arte: de um lado, a influência da sociedade sobre os artistas e as obras de arte e, de outro, a influência destes na sociedade.

Exemplos: as lutas religiosas e sua influência no barroco; a influência da arte aplicada à propaganda na política e na economia.

Sociologia da Comunicação. Preocupa-se com o estudo da comunicação entre seres humanos com ou sem auxílio de meios mecânicos. Analisa os comportamentos sociais em face dos meios de comunicação. Um dos aspectos mais relevantes é o estudo da cultura de massa.

Exemplos: O papel dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública; as interferências provocadas pela Imprensa ou televisão numa campanha eleitoral.

Além das áreas mencionadas, existe uma série de outras, como: Sociologia dos Pequenos Grupos, Sociologia Biológica, Sociologia Médica, Sociologia Clínica, Sociologia Criminal, Sociologia Militar etc.

LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*, 6ª edição, revista e ampliada, São Paulo, Editora Atlas S.A. 1995

Seção Videoaula



Surgimento da Sociologia.

Aula
02

As Principais Correntes Teóricas e as Possibilidades de Análise Científica dos Problemas Sociais – Parte I

C-1	H-1, 4
C-3	H-14

Wikimedia Foundation



Vamos começar por **Auguste Comte (1798-1857)**, pois foi ele quem criou o termo “sociologia” a partir da organização do **Curso de Filosofia Positiva**, em 1839.

Comte pretendia fazer uma síntese da produção científica, ou seja, verificar aquilo que havia sido acumulado em termos de conhecimento bem como os métodos das ciências já existentes, como os da matemática, da física e da biologia. Ele queria saber se os métodos utilizados nessas ciências, os quais já haviam alcançado um *status* de positivo, poderiam ser utilizados na física social, denominada por ele de **Sociologia**.

Este pensador era de uma linha positivista, o que quer dizer que acreditava na superioridade da ciência e no seu poder de explicação dos fenômenos de maneira desprendida da religiosidade, **como era comum se pensar naquela época**. Como positivista, ele acreditava que a ciência deveria ser utilizada para organizar a ordem social. Na visão dele, naquela época, a sociedade estava em desordem, orientada pelo caos. Devemos considerar que Comte vislumbrava o mundo moderno que surgia, isto é, científico e industrial, e a crise gerada por uma certa anarquia moral e política quando da transição do sistema feudal (baseado nas atividades agrárias, na hierarquia, no patriarcalismo) para o sistema capitalista (baseado na indústria, no comércio, na urbanização, na exploração do trabalhador). Era essa **positividade** (instaurar a disciplina e a ordem) que ele queria para a sociologia.

Comte pensava a sociologia como se ela fosse uma **criança** sendo gestada, na qual colocava toda sua crença de que poderia estudar e entender os problemas sociais que surgiam, e reestabelecer a ordem social e o progresso da civilização moderna. Ele queria que a sociologia estudasse de forma aprofundada os movimentos das sociedades no passado para se entender o presente e, inclusive, para imaginar o futuro da sociedade.

Comte via a consolidação do sistema capitalista como sendo algo necessário ao desenvolvimento das sociedades. Esse novo sistema, bem como o abandono da teologia para explicação do mundo seriam parte do progresso das civilizações. Já os problemas sociais ou desordens que surgiam eram considerados obstáculos que deveriam ser resolvidos para que o curso do progresso pudesse continuar.

Portanto, a sociologia se colocaria, na visão deste autor, como uma ciência para solucionar a crise das sociedades daquela época. Mas Comte não chegou a viabilizar a sua aplicação. Seu trabalho apenas iniciou uma discussão que deveria ser continuada, a fim de que a sociologia viesse a alcançar um estágio de maturidade e aplicabilidade.

Um pouco de História: A Bandeira Nacional

ayakel/123RF.com



Símbolo nacional idealizado por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos, baseada na antiga Bandeira do Brasil Império. Ela tremulou pela primeira vez no dia 19 de novembro de 1889, na cidade do Rio de Janeiro. Este dia ficou marcado como sendo o da sua adoção oficial. E hoje vemos em nossos calendários que todo dia 19 de novembro é comemorado o dia da Bandeira.

Bordadas em pano de algodão suas estrelas foram projetadas por um astrônomo. A inscrição ao centro substituiu o símbolo da **coroa** e foi um resumo feito por Miguel Lemos, um de seus idealizadores, com base em princípios positivistas de ordem e progresso.

Continuando o trabalho iniciado por Comte, o de fazer da sociologia uma ciência, em uma visão positiva, surge nessa história o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917). Dar à sociologia uma reputação científica foi o seu principal trabalho.

É a partir desse pensador que a sociologia ganha um formato mais “técnico”, sabendo o que e como ela iria buscar na sociedade. Com métodos próprios, a sociologia deixou de ser apenas uma ideia e ganhou *status* de ciência.

Durkheim presenciou boa parte das transformações mundiais, como a invenção da eletricidade, do cinema, dos carros de passeio, entre outros. No seu tempo, havia um certo otimismo causado por essas invenções, mas Durkheim também percebia entraves nessa sociedade moderna: eram os problemas de ordem social.

E uma das primeiras coisas que ele fez foi criar regras que fizessem com que a sociologia fosse capaz de estudar os acontecimentos sociais de maneira semelhante ao que faz a biologia quando olha para uma célula, por exemplo.

Falando em biologia, nota-se que o seu objeto de estudo é a vida em toda a sua diversidade de manifestações. Esta ciência caracteriza-se por um conjunto de processos organizados e integrados, fruto da interação entre seus elementos constituintes e destes entre si e com o meio no qual estão inseridos. As pesquisas dos fenômenos da natureza feitas pela biologia são resultantes de várias observações e experimentações, manipuláveis ou não.

Já para a sociologia, manipular os acontecimentos sociais, ou repeti-los, é muito difícil. Por exemplo, como poderíamos reproduzir uma festa ou um movimento de greve **em laboratório** e sempre de igual modo? Seria impossível.

Os fatos sociais – objetos nas mãos

Mas Durkheim acreditava que os acontecimentos sociais poderiam ser observados como coisas (objetos), pois assim seria mais fácil de estudá-los. Então, o que ele fez? Criou as regras que identificariam que tipo de fenômeno poderia ser estudado pela sociologia. A esses fenômenos que poderiam ser estudados por uma ciência da sociedade ele denominou de **fatos sociais**.

E as características dos fatos sociais são:

- **Coletivo** ou **geral** – que se repetem em todos os indivíduos ou, pelo menos, na maioria deles. Por essa generalidade, os fatos sociais manifestam sua natureza coletiva ou um grupo, como as formas de habitação, de comunicação, os sentimentos e a moral;
- **Exterior ao indivíduo** – eles existem e atuam sobre os indivíduos independentemente de sua vontade ou de sua adesão consciente ou vontade individual;
- **Coercitivo** – os indivíduos são obrigados a seguir o comportamento estabelecido pelo grupo.

Para entender melhor, veja o exemplo de um fato social: o casamento.

As pessoas pensam, em um dia, casar-se. Salvo algumas exceções, pois não pensamos todos da mesma forma, certo? Mas se fizermos uma pesquisa, veremos que a grande maioria das pessoas deseja se unir a alguém. Então podemos dizer que o casamento é um fato coletivo ou geral, pois existe pela vontade da maioria de um grupo ou de uma sociedade. Isso significa que o fato social “casamento” é exterior ao indivíduo. O que quer dizer que ele não depende de uma pessoa, apenas, para existir ou não. Ele precisa da adesão da maioria. Mas ainda que alguém não queira se casar, a grande maioria das pessoas vai continuar querendo, não é mesmo?

Outra coisa. Não é verdade que os mais velhos ficam nos “incentivando” a casar? “Não vá ficar pra titia, heim!”, “Onde já

se viu! Todo mundo, um dia, tem que se casar!”. Com certeza você já ouviu alguém dizendo isso. Pois é. Esses dizeres nos levam a crer que o casamento também é coercitivo, pois nos vemos “obrigados” a fazer as mesmas coisas que fazem os demais membros do grupo ou da sociedade a que pertencemos.

Todo fato que reúna essas três características (**generalização, exterioridade e coerção**) é denominado social, segundo Durkheim, e pode ser estudado pela sociologia. Quanto ao casamento, poderíamos estudar e descobrir, por exemplo, quais fatores influem na decisão das pessoas em se casarem e se divorciarem para depois se casarem novamente.

Perceba, então: Não apenas com o casamento... Essas regras são da mesma maneira aplicadas ao trabalho, à escola, à moda, aos costumes do nosso povo, à língua etc.

Para Durkheim, a sociedade só pode ser entendida pela própria sociedade. As ações das pessoas não acontecem por acaso. A sociedade as influencia. Você concorda com isso? Veja o exemplo seguinte e tire suas conclusões.

O Suicídio = Fato Social

O que leva uma pessoa a se suicidar? Loucura?

Durkheim utilizou sua teoria para explicar o suicídio. O que aparentemente seria um ato individual, para ele, estava ligado com aquilo que ocorria na sociedade.

Já vimos que esse pensador compreende a sociedade como um corpo organizado. Assim como a biologia, que compreende o corpo humano e todas suas partes em pleno funcionamento.

O médico Joaquim Monte, em seu livro *Promoção da qualidade de vida* (1997), considera o corpo humano como sendo um “organismo vivo concebido sob forma de uma estrutura que apresenta constituição e função (um conjunto organizado de elementos bióticos de anatomia e fisiologia). A estrutura do corpo humano representa a dimensão orgânica da pessoa: a carne da qual somos constituídos (matéria orgânica com suas características constitucionais e suas propriedades funcionais) e que tem a potencialidade de reproduzir, nascer, maturar, crescer, desenvolver, agir, adaptar, adoecer, sarar e morrer” (p. 257).

É de maneira semelhante que Durkheim entende a sociedade: com suas partes em operação e cumprindo suas funções. E caso a família, a igreja, o Estado, a escola, o trabalho, os partidos políticos etc., que são elementos da sociedade com funções específicas, venham a falhar no cumprimento delas, surge no corpo da sociedade aquilo que Durkheim chamou de **anomia**, ou seja, uma patologia. Assim, como no corpo humano, se algo não funcionar bem, em “ordem”, significa que está doente.

Dê uma olhada nas manchetes abaixo e reflita: o que leva esse fato a ocorrer com muito mais frequência no Japão e na China do que aqui no Brasil, ou em outro país?

09 morrem em suicídio coletivo no Japão. A causa pode ser problemas financeiros e de saúde

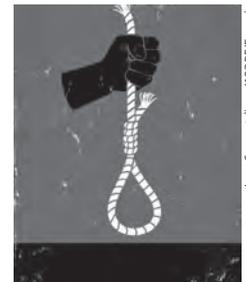
05/02/2005 – 08h24 – data de publicação.
<<http://noticias.terra.com.br/html>> – Acesso em: 20 mar. 2005

Após suicídios, fábrica de iPhones pode fechar as portas na China

Atualizado em 11 de junho de 2010 às 13h06 – data de publicação.
<<http://macworldbrasil.uol.com.br/>> – Acesso em: 12 dez. 2010.



Wikimedia Foundation



Igor Serazetdinov/123RF/Getty Images

Andar em “desconformidade” com o que seria ideal na sociedade pode ser sinônimo de suicídio no Japão ou China. Não ser aprovado no vestibular ou se envidiar podem ser exemplos de “desconformidade” em nossa sociedade.

A propósito desse tema, Durkheim verificou que existem três categorias de suicídios:

- **Suicídio Altruista:** ocorre quando um indivíduo valoriza a sociedade mais do que a ele mesmo, ou seja, os laços que o unem à sociedade são muito fortes. Deixe-me lembrar você do ocorrido em 11 de setembro de 2001. Dois homens, considerados “loucos”, que pilotavam aviões, se chocaram contra o World Trade Center, em Nova York, lembra? Para Durkheim, esses “loucos” poderiam ser classificados como suicidas altruístas, pois se identificavam de tal forma com o grupo Al Qaeda, ao qual pertenciam, que se dispuseram a morrer por ele. Da mesma maneira aconteceu com os *kamikaze* japoneses durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e que, de certa forma, continua acontecendo com os “homens-bomba” de hoje. Se você assistir ao filme *O Patriota*, com Mel Gibson, poderá ver um exemplo de alguém que se dispôs a morrer por uma causa que acreditava em relação ao seu país, no caso, a Inglaterra.
- **Suicídio Egoísta:** se alguém se desvinculasse das instituições sociais (família, igreja, escola, partido político etc.) por conta própria, para viver de maneira livre, sem regras, qual seria o limite para essa pessoa, uma vez que ninguém a controlaria? Pois é, segundo Durkheim, a falta de redes de convívio ou limites para a ação poderia levar a pessoa a desejar ilimitadas coisas. Mas caso tal pessoa não consiga realizar os seus desejos, a frustração poderia levá-la a um suicídio.
- **Suicídio Anômico:** este tipo pode acontecer quando as partes do corpo social deixam de funcionar e as normas ou laços que poderiam “abraçar” (solidarizar) os indivíduos perdem sua eficácia, deixando-os viver de forma desregrada ou em crise. Um exemplo disso pode ser pensado quando, na nossa sociedade, uma família abandona o filho, ou o idoso, ou o doente.

Para Durkheim o mundo moderno está em constante **evolução**, o que seria caracterizado pelo aumento dos papéis sociais ou funções. Por exemplo, para Durkheim, existem sociedades que organizam-se sob a forma de um tipo de solidariedade denominada **mecânica** e outras sociedades organizam-se sob a forma de solidariedade **orgânica**.

As sociedades organizadas sob a forma de **solidariedade mecânica**, seriam aquelas nas quais existiriam poucos papéis sociais. Segundo Durkheim, nessas sociedades, os membros viveriam de maneira semelhante e, geralmente, ligados por crenças e sentimentos comuns, o que ele chama de **consciência coletiva**. Neste tipo de sociedade existiria pouco espaço para individualidades, pois qualquer tentativa de atitude “individualista” seria percebida e corrigida pelos demais membros.

A organização de algumas aldeias indígenas poderiam servir de exemplo de como se dá a solidariedade mecânica: grupos de pessoas vivendo e trabalhando semelhantemente, ligados por suas crenças e valores. Nesses grupos, se alguém começasse a agir por conta própria, seria fácil perceber quem estaria “tumultuando” o modo de vida local. Outro exemplo que pode caracterizar a solidariedade mecânica são os mutirões para colheita em regiões agrárias ou para reconstruir casas devastadas por vendavais e, ainda, são exemplos também as campanhas para coletar alimentos.

Diferentemente das sociedades organizadas em solidariedade mecânica, nas sociedades de **solidariedade orgânica** – típicas do mundo moderno – existem muitos papéis sociais. Pense na quantidade de tarefas que pode haver nas áreas urbanas, nas cidades: são muitas as funções e atividades. Durkheim acreditava que mesmo com uma grande divisão e variedade de atividades, todas elas deveriam cooperar entre si. Por isso, deu o nome de orgânica (como se fosse um organismo).

Mas, nessas sociedades, diante da existência de inúmeros papéis sociais, é muito difícil “controlar” cada pessoa.

A individualidade, sem controle, passa a ser uma porta para que a pessoa pretenda aumentar, ainda mais, o seu raio de ação ou de posições dentro da sociedade.

A **anomia** do mundo moderno, segundo Durkheim, seria esta: o egoísmo das pessoas. E a causa desta atitude seria a falta de normas e controle sobre a individualidade, normas e controle que nas sociedades de solidariedade mecânica funcionam com maior eficácia.

Qual seria, então, a solução para o mundo moderno, segundo Durkheim?

Já que ele compara a sociedade com um corpo, deve haver algo nela que não está cumprindo sua função e gerando a **patologia** (a anomia, a doença). O corpo precisa de diagnóstico e remédio. Segundo ele, a sociologia teria esse papel, ou seja, o de encontrar as “partes” da sociedade que estão produzindo fatos sociais patológicos e apontar para a solução do problema. Neste caso, como estamos falando de problemas de ordem moral, cabe à sociologia apontar novos valores para que a sociedade possa escolher aqueles que poderão ajudar a solucionar os seus problemas.



Exercícios de Fixação

01. (UEL/2008) De acordo com Florestan Fernandes: A concepção fundamental de ciência, de Émile Durkheim (1858-1917), é realista, no sentido de defender o princípio segundo o qual nenhuma ciência é possível sem definição de um objeto próprio e independente.

FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1967. p. 73.

Assinale a alternativa que descreve o objeto próprio da sociologia, segundo Émile Durkheim.

- A) O conflito de classe, base da divisão social e transformação do modo de produção.
 - B) O fato social, exterior e coercitivo em relação à vontade dos indivíduos.
 - C) A ação social que define as inter-relações compartilhadas de sentido entre os indivíduos.
 - D) A sociedade, produto da vontade e da ação de indivíduos que agem independentes uns dos outros.
 - E) A cultura, resultado das relações de produção e da divisão social do trabalho.
02. (UEL/2007) Segundo Émile Durkheim, “[...] constitui uma lei da história que a solidariedade mecânica, a qual a princípio é quase única, perca terreno progressivamente e que a solidariedade orgânica, pouco a pouco, se torne preponderante”.

DURKHEIM, Émile. “A Divisão Social do Trabalho”. In: *Os Pensadores*. Tradução de Carlos A. B. de Moura. São Paulo: Abril Cultural, 1977, p. 67.

Por esta lei, segundo o autor, nas sociedades simples, organizadas em hordas e clãs, prevalece a solidariedade por semelhança, também chamada de solidariedade mecânica. Nas organizações sociais mais complexas, prevalece a solidariedade orgânica, que é aquela que resulta do aprofundamento da especialização profissional. De acordo com a teoria de Durkheim, é correto afirmar que

- A) as sociedades tendem a evoluir da solidariedade orgânica para a solidariedade mecânica, em função da multiplicação dos clãs.
- B) na situação em que prevalece a solidariedade mecânica, as sociedades não evoluem para a solidariedade orgânica.
- C) as sociedades tendem a evoluir da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, em função da intensificação da divisão do trabalho.
- D) na situação em que prevalece a divisão social do trabalho, as sociedades não desenvolvem formas de solidariedade.
- E) na situação em que prevalecem clãs e hordas, as sociedades não desenvolvem formas de solidariedade e, por isso, tendem a desaparecer progressivamente.

03. (Enem-PLL/2015) O filósofo Auguste Comte (1798-1857) preenche sua doutrina com uma imagem do progresso social na qual se conjugam ciência e política: a ação política deve assumir o aspecto de uma ação científica e a política deve ser estudada de maneira científica (a física social). Desde que a Revolução Francesa favoreceu à integração do povo na vida social, o positivismo obstina-se no programa de uma comunidade pacífica. E o Estado, instituição do “reino absoluto da lei”, é a garantia da ordem que impede o retorno potencial das revoluções e engendra o progresso.

RUBY, C. *Introdução à filosofia política*. São Paulo: Unesp, 1998. Adaptado.

A característica do Estado positivo que lhe permite garantir não só a ordem, como também o desejado progresso das nações, é ser

- A) espaço coletivo, onde as carências e desejos da população se realizam por meio das leis.
- B) produto científico da física social, transcendendo e transformando as exigências da realidade.
- C) elemento unificador, organizando e reprimindo, se necessário, as ações dos membros da comunidade.
- D) programa necessário, tal como a Revolução Francesa, devendo portanto se manter aberto a novas insurreições.
- E) agente repressor, tendo um papel importante a cada revolução, por impor pelo menos um curto período de ordem.

04. (Simulado Avalia/SFB 2018)

A neutralidade do cientista social é, dessa forma, inalcançável – na medida em que seu objeto de estudo, diferente das ciências naturais, situa-se no campo das relações sociais e é estudado sob concepções de sociedade diversas e antagônicas. É impossível, ao pesquisador, ignorar os conflitos ideológicos, afastar suas (pré)noções. A solução proposta pelo positivismo, de depositar sobre a boa vontade, o esforço e o empenho do cientista social a busca pela eliminação de suas próprias ideologias para a realização da pesquisa é uma proposta que não se materializa.

CHAGAS, Bárbara da Rocha Figueiredo. *Positivismo e marxismo: o debate sobre a neutralidade científica e a construção do projeto profissional do Serviço Social Brasileiro*. SERV. SOC. REV., Londrina, v 17, n° 02, jan/jun. 2015. p.173.

Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/21954/17692. Acesso em: 02/02/2017.

A neutralidade científica é um ponto de debate entre várias escolas das Ciências Sociais e em outras áreas do saber científico. O Positivismo, bastante influenciado pelas ciências da natureza, buscava na neutralidade científica uma possibilidade de dar um caráter mais sério para as pesquisas sociais. No entanto, esta neutralidade foi questionada pelo Materialismo por conta da

- A) inviabilidade do pesquisador de remover as ideologias que rodeiam o seu cotidiano e que exigem dele um posicionamento crítico diante daquilo que seria considerado inadequado.
- B) incapacidade do cientista social de manter-se neutro, haja vista que ele tem por obrigação atender especialmente às ordens de cunho religioso que formaram sua vida privada.
- C) incompetência do investigador que não sabe como distinguir os conteúdos sociais a serem observados dos pensamentos que servem de suporte para a sua mentalidade política
- D) inexperiência do sociólogo contemporâneo, pois em virtude do atual modelo capitalista não tem como ele ser apenas um cientista diante da necessidade de obter dinheiro para consumir.
- E) insciência do explorador, já que ele ao priorizar as suas convicções não consegue ver que o seu tema de pesquisa encontra-se carregado de imparcialidade social, histórica e política.

05. (Simulado Avalia/SFB 2018)

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) / Organização Mundial da Saúde (OMS) alertaram para um grave problema de saúde pública responsável por uma morte a cada 40 segundos no mundo. Estes órgãos reconheceram o suicídio e as tentativas de suicídio como uma prioridade na agenda global de saúde e incentivou os países a desenvolver e reforçar estratégias de prevenção, quebrando estigmas e tabus existentes sobre o assunto.

Segundo dados de 2012 da agência da ONU, mais de 800 mil pessoas morrem por suicídio todos os anos no mundo, sendo a segunda principal causa de morte entre jovens com idade entre 15 e 29 anos. 75% dos suicídios ocorrem em países de baixa e média renda.

Embora a relação entre distúrbios suicidas e mentais (em particular, depressão e abuso de álcool) esteja bem estabelecida em países de alta renda, vários suicídios ocorrem de forma impulsiva em momento de crise, com um colapso na capacidade de lidar com os estresses da vida – tais como problemas financeiros, términos de relacionamento ou dores crônicas e doenças.

Além disso, enfrentamento de conflitos, desastres, violência, abusos ou perdas e um senso de isolamento estão fortemente associados com o comportamento suicida.

As taxas de suicídio também são elevadas em grupos vulneráveis que sofrem discriminação, como refugiados e migrantes; indígenas; lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI); e pessoas privadas de liberdade. De longe, o fator de risco mais relevante para o suicídio é a tentativa anterior, disse a organização.

<https://nacoesunidas.org/oms-suicidio-e-responsavel-por-uma-morte-a-cada-40-segundos-no-mundo/> Acesso em 27/03/2017.

O suicídio, como fenômeno social de grande importância, é objeto de estudo da Sociologia. Nesse sentido, muitas pesquisas sociológicas foram – e ainda são – realizadas com o intuito de explicar e encontrar possíveis formas de prevenção. Com base na leitura do trecho acima, podemos afirmar que

- A) os dados fornecidos no texto indicam que o suicídio ocorre indiferentemente em todas os extratos sociais, corroborando a tese defendida por Émile Durkheim, em sua obra *O Suicídio*, de 1897.
- B) o texto argumenta no sentido de que o suicídio é o ato isolado e solitário de um indivíduo que, em situação de desespero, decide conscientemente tirar a própria vida, não sendo, portanto, uma decorrência de pressões sociais.
- C) o texto indica que há circunstâncias sociais que pesam sobre a atitude de um suicida, corroborando com o pensamento de Émile Durkheim segundo o qual o suicídio depende de leis sociais.
- D) não se pode efetivar um trabalho científico sobre um fenômeno como o suicídio, pois se trata de algo extremamente íntimo à pessoa humana, variando de indivíduo para indivíduo, o que impossibilita a análise metodológica.
- E) o suicídio, conforme Durkheim, é completamente independente das circunstâncias sociais, sendo, pois, a decisão de alguém, que, em um íntimo desespero, decide abrir mão da própria vida.



Exercícios Propostos

01. (UEL/2015) Leia o texto a seguir.

Até o século XVIII, a maioria dos campos de conhecimento, hoje enquadrados sob o rótulo de ciências, era ainda, como na Antiguidade Clássica, parte integral dos grandes sistemas filosóficos. A constituição de saberes autônomos, organizados em disciplinas específicas, como a Biologia ou a própria Sociologia, envolverá, de uma forma ou de outra, a progressiva reflexão filosófica, como a liberdade e a razão.

Adaptado de: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. *Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p.12.

Com base nos conhecimentos sobre o surgimento da sociologia, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a relação entre conhecimento sociológico de Auguste Comte e as ideias iluministas.

- A) A ideia de desenvolvimento pela revolução social foi defendida pelo iluminismo, que influenciou o positivismo.
- B) A crença na razão como promotora do progresso da sociedade foi compartilhada pelo iluminismo e pelo positivismo.
- C) O iluminismo forneceu os princípios e as bases teóricas da luta de classes para a formulação do positivismo.
- D) O reconhecimento da validade do conhecimento teológico para explicar a realidade social é um ponto comum entre o iluminismo e o positivismo.
- E) Os limites e as contradições do progresso para a liberdade humana foram apontados pelo iluminismo e aceitos pelo positivismo.

02. (UEL/2014) A cidade desempenha papel fundamental no pensamento de Émile Durkheim, tanto por exprimir o desenvolvimento das formas de integração quanto por intensificar a divisão do trabalho social a ela ligada.

Com base nos conhecimentos acerca da divisão de trabalho social nesse autor, assinale a alternativa correta.

- A) A crescente divisão do trabalho com o intercâmbio livre de funções no espaço urbano torna obsoleta a presença de instituições.
- B) A solidariedade orgânica é compatível com a sociedade de classes, pois a vida social necessita de trabalhos diferenciados.
- C) Ao criar seres indiferenciados socialmente, o “homem massa”, as cidades recriam a solidariedade mecânica em detrimento da solidariedade orgânica.
- D) O efeito principal da divisão do trabalho é o aumento da desintegração social em razão de trabalhos parcelares e independentes.
- E) O equilíbrio e a coesão social produzidos pela crescente divisão do trabalho decorrem das vontades e das consciências individuais.

03. (Simulado Avalia-SFB/2018) Observe a ilustração a seguir.



Assinale entre as alternativas que se seguem, aquela em que o conceito do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) aponta possíveis causas para a situação demonstrada na ilustração.

- A) A construção de uma sociedade baseada na igualdade plena alcançada, somente, pela revolução socialista.
- B) O enfraquecimento da consciência coletiva e a explosão de atos caracterizados por anomia, isto é, a não identificação com a moral social estabelecida.
- C) A ação social com relação a fins que foca em um objetivo e este é, então, racionalmente perseguido, havendo a escolha dos melhores meios para se alcançar esta finalidade.
- D) A divisão social do trabalho, mais acentuada na solidariedade do tipo orgânica, que pode levar a sociedade a um estado de anomia, isto é, enfraquecimento da coesão social.
- E) O fortalecimento da consciência coletiva que aparece como um conjunto de regras fortes, estabelecendo valor e delimitando os atos individuais e a consciência individual que numa sociedade identifica o que é considerado “imoral”, “reprovável” ou “criminoso”.

04. (Unioeste/2013) O sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), em sua obra *As Regras do Método Sociológico*, ocupou-se em estabelecer o objeto de estudo da sociologia. Entre as constatações de Durkheim, está a de que o fato social não pode ser definido pela sua generalidade no interior de uma sociedade. Nessa obra, Durkheim elabora um tratamento científico dos fatos sociais e cria uma base para a sociologia no interior de um conjunto coeso de disciplinas sociais, visando fornecer uma base racional e sistemática da sociedade civil. Sobre o significado do fato social para Durkheim, é correto afirmar que

- A) os fenômenos sociais, embora obviamente inexistentes sem os seres humanos, residem nos seres humanos como indivíduos, ou seja, os fatos sociais são os estados mentais ou emoções dos indivíduos.
- B) os fatos sociais, parecem, aos indivíduos, uma realidade que pode ser evitada, de maneira que se apresenta dependente de sua vontade. Nesse sentido, desobedecer a uma norma social não conduz o indivíduo a sanções punitivas.
- C) a proposição fundamental do método de Durkheim é a de que os fatos sociais devem ser tratados como coisas, ou seja, como objeto do conhecimento que a inteligência não penetra de forma natural, mas através da observação e da experimentação.
- D) Durkheim considera os fatos sociais como coisas materiais. Pode-se afirmar, portanto, que todo objeto de ciência é uma coisa material e deve ser abordado a partir do princípio de que o seu estudo deve ser abordado sem ignorar completamente o que são.
- E) os fatos sociais são semelhantes aos fatos psíquicos, pois apresentam um substrato semelhante e evoluem no mesmo meio, de maneira que dependem das mesmas condições.

05. (Simulado Avalia/SFB 2018)





Disponível em: <http://www.portaldovestibulando.com>

Émile Durkheim procurou esclarecer que a existência de uma sociedade, bem como a própria coesão social, está baseada no grau de consenso produzido entre os indivíduos. A esse consenso produzido ele designou de solidariedade.

Podemos explicar o conteúdo da tirinha utilizando o conceito de solidariedade

- A) mecânica que está assentada na diferenciação de funções.
 B) religiosa que é indispensável na competitiva sociedade capitalista.
 C) orgânica que se refere às relações sociais estabelecidas nas sociedades mais tradicionais.
 D) mecânica que é o resultado do desenvolvimento da industrialização, que garantiu uma robotização dos comportamentos humanos.
 E) orgânica que é compatível com a sociedade de classes, pois a vida social necessita de trabalhos diferenciados.
06. (Uema/2012) Auguste Comte, Karl Marx e Émile Durkheim são considerados os grandes pilares da sociologia como ciência burguesa. Nessa época, a sociologia, para se afirmar no campo das ciências, adotou o positivismo. Assinale a assertiva que melhor expressa o sentido do positivismo sociológico.
- A) Busca da complexidade e dualidade – sociedade concebida como prehe de conflitos e contradições; há uma circularidade entre todo e parte, ou seja, um determina o outro simultaneamente.
 B) Busca da objetividade e neutralidade – sociedade concebida como um organismo combinado de partes integradas e coesas que funcionam harmoniosamente, de acordo com um modelo físico ou mecânico de organização.
 C) Busca da singularidade e objetividade – sociedade concebida como mutável, visto que não há homem e nem sociedade ideal isolados na natureza, mas ambos conjugados concretamente a um momento histórico definido.
 D) Busca da complexidade e singularidade – sociedade e seus sistemas não atemporais. Privilégio da parte sobre o todo.
 E) Busca de subjetividade e pluralidade – sociedade é uma verdadeira máquina organizada, cujas partes, todas elas, contribuem de uma maneira diferente para o avanço do conjunto, adequando-se às demandas do mercado.

07. (Simulado Avalia/SFB 2018)

O suicídio é um assunto que atormenta a mente humana há séculos, mas veio sendo tratado como tabu. No último ano, contudo, a situação mudou. Tudo começou com o sucesso da série da Netflix *13 Reasons Why*. A série é uma adaptação do livro de mesmo nome, em que a protagonista Hannah narra as 13 razões que a levaram a se matar. Os motivos derivam de ações de 13 pessoas que, após o suicídio da adolescente, recebem fitas cassetes gravadas por ela relatando tais razões.

Um outro impulso para o assunto foi um jogo que incentiva o autoextermínio e consiste em 50 desafios, sendo o último deles o suicídio. Houve quem falasse que o Jogo da Baleia Azul foi uma notícia falsa propagada na Rússia, mas que pode ter se tornado verdade com a alta visibilidade da temática do autoextermínio na mídia.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com> – Adaptado. Acesso em: 05/01/2018.

Sobre as relações do indivíduo com a sociedade, o sociólogo Émile Durkheim faz um profundo estudo sobre o suicídio. Segundo o autor, a predisposição psicológica não é determinante nos indivíduos que cometem suicídio. O que, de fato, resulta neste ato é a predisposição sociológica, isto é, a determinação social. O suicídio é, portanto, um fenômeno individual, cuja causa é essencialmente social. Em sua obra *O suicídio*, Durkheim descreve três tipos principais de suicídio:

- A) Suicídio egoísta, suicídio coletivo e suicídio anômico.
 B) Suicídio egoísta, suicídio altruísta e suicídio anômico.
 C) Suicídio anômico, suicídio egoísta e suicídio passivo.
 D) Suicídio coletivo, suicídio individual e suicídio anômico.
 E) Suicídio egoísta, suicídio anômico e suicídio ativo.

08. (UEL/2003) Um jovem que havia ingressado recentemente na universidade foi convidado para uma festa de recepção de calouros. No convite distribuído pelos veteranos não havia informação sobre o traje apropriado para a festa. O calouro, imaginando que a festa seria formal, compareceu vestido com traje social. Ao entrar na festa, em que todos estavam trajando roupas esportivas, causou estranheza, provocando risos, cochichos com comentários maldosos, olhares de espanto e de admiração. O calouro não estava vestido de acordo com o grupo e sentiu as represálias sobre o seu comportamento. As regras que regem o comportamento e as maneiras de se conduzir em sociedade podem ser denominadas, segundo Émile Durkheim (1858-1917), como fato social.

Considere as afirmativas abaixo sobre as características do fato social para Émile Durkheim.

- I. O fato social é todo fenômeno que ocorre ocasionalmente na sociedade;
 II. O fato social caracteriza-se por exercer um poder de coerção sobre as consciências individuais;
 III. O fato social é exterior ao indivíduo e apresenta-se generalizado na coletividade;
 IV. O fato social expressa o predomínio do ser individual sobre o ser social.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I e II são corretas.
 B) Apenas as afirmativas I e IV são corretas.
 C) Apenas as afirmativas II e III são corretas.
 D) Apenas as afirmativas I, III e IV são corretas.
 E) Apenas as afirmativas I, II e IV são corretas.
09. (Enem/2016) A sociologia ainda não ultrapassou a era das construções e das sínteses filosóficas. Em vez de assumir a tarefa de lançar luz sobre uma parcela restrita do campo social, ela prefere buscar as brilhantes generalidades em que todas as questões são levantadas sem que nenhuma seja expressamente tratada. Não é com exames sumários e por meio de intuições rápidas que se pode chegar a descobrir as leis de uma realidade tão complexa. Sobretudo, generalizações às vezes tão amplas e tão apressadas não são suscetíveis de nenhum tipo de prova.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

O texto expressa o esforço de Émile Durkheim em construir uma sociologia com base na

- A) vinculação com a filosofia como saber unificado.
 B) reunião de percepções intuitivas para demonstração.
 C) formulação de hipóteses subjetivas sobre a vida social.
 D) adesão aos padrões de investigação típicos das ciências naturais.
 E) incorporação de um conhecimento alimentado pelo engajamento político.

10. (UEL/2010) Leia o texto a seguir.

A aluna Geisy Villa Nova Arruda, 20, não poderá mais frequentar o prédio em que estudava antes do dia 22 de outubro, quando foi perseguida, encurralada, xingada e ameaçada por cerca de 700 alunos, no campus de São Bernardo (de uma universidade particular), alegadamente por causa do microvestido que trajava.

Adaptado de: *Folha de São Paulo*. "Universidade particular decide exilar. Geisy em outro prédio". Caderno cotidiano, C1, 11 nov. 2009.

A matéria refere-se ao recente episódio, de repercussão nacional na mídia e que teve como desfecho a readmissão da aluna à referida instituição, após o posicionamento da opinião pública. Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de Durkheim, é correto afirmar que o acontecimento citado revelou

- A) a consolidação de uma nova consciência coletiva, de bases amplas, representada pelos alunos da referida instituição.
- B) o desprezo da consciência coletiva dominante na sociedade em relação aos destinos individuais, no caso, a aluna que foi alvo dos ataques dos estudantes.
- C) a força da consciência coletiva da sociedade que se impôs aos comportamentos morais desviantes com a finalidade de resgatar a harmonia social, preservando as instituições.
- D) a presença de um quadro de profunda anomia social e o quanto os valores sociais de decência foram perdidos pela consciência coletiva que se posicionou favoravelmente à estudante.
- E) o perigo representado pela presença de uma consciência coletiva forte e majoritária atuando como obstáculo para o desenvolvimento da vida social sadia ao impedir que alguns indivíduos defendessem os melhores valores morais.



Fique de Olho

AS TAXAS DE SUICÍDIO NO MUNDO

Por José Eustáquio Diniz Alves

“Embora o Brasil esteja em 106º lugar no ranking de suicídios do mundo, há preocupação com os níveis de depressão e a saúde mental da população, que tendem a transformar as lesões letais autoprovocadas em epidemia e grave problema de saúde pública”, escreve José Eustáquio Diniz Alves, doutor em demografia e professor titular do mestrado e doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, em artigo publicado por EcoDebate, 01-02-2019.

Eis o artigo.

Taxas de suicídio (por 100 mil) para diversos países do mundo, 2016					
Países	Taxa	Países	Taxa	Países	Taxa
Lithuania	31,9	Germany	13,6	Chad	8,8
Russia	31	Luxembourg	13,5	Bosnia Herzegovina	8,8
Guyana	29,2	Australia	13,2	Nepal	8,8
South Korea	26,9	Mongolia	13	Namibia	8,7
Belarus	26,2	Slovakia	12,8	Spain	8,7
Suriname	22,8	Denmark	12,8	Laos	8,6
Kazakhstan	22,5	Netherlands	12,6	Yemen	8,5
Ukraine	22,4	Canada	12,2	Kyrgyzstan	8,3
Latvia	21,2	Bolivia	12,2	Georgia	8,2
Lesotho	21,2	Cameroon	12,2	Italy	8,2
Belgium	20,7	Norway	12,2	Sudan	8,1
Hungary	19,1	Nicaragua	12,2	Costa Rica	7,9
Slovenia	18,6	New Zealand	12,1	Eritrea	7,9
Japan	18,5	Haiti	11,7	Saint Lucia	7,8
Uruguay	18,4	South Africa	11,6	Mauritius	7,8
Estonia	17,8	Bulgaria	11,5	Myanmar	7,8
France	17,7	Ireland	11,5	Central African Rep.	7,7
Switzerland	17,2	Bhutan	11,4	Burkina Faso	7,7
Croatia	16,5	Cape Verde	11,3	Malta	7,5
Equatorial Guinea	16,4	Zimbabwe	10,7	Uzbekistan	7,4

India	16,3	Chile	10,6	Turkey	7,3
Poland	16,2	Romania	10,4	Vietnam	7,3
Moldava	15,9	Montenegro	10,3	Colombia	7,2
Finland	15,9	Benin	9,9	Ethiopia	7,2
Serbia	15,6	Uganda	9,9	Gabon	7,1
Austria	15,6	Uganda	9,9	Gabon	7,1
United States	15,3	Dominican Republic	9,9	Liberia	6,8
Sweden	14,8	China	9,7	Comoros	6,8
Sri Lanka	14,6	Sierre Leone	9,7	Rwanda	6,7
Thailand	14,4	Togo	9,6	Turkmenistan	6,7
Kiribati	14,4	Nigeria	9,5	Djibouti	6,7
Iceland	14	Paraguay	9,5	Armenia	6,6
Portugal	14	Seychelles	9,3	Qatar	6,6
Cuba	13,9	Botswana	9,3	Brazil	6,5
El Salvador	13,7	Argentina	9,2	Guinea	6,3
Trinidad Tobago	13,6	Burundi	9,1	Albania	6,3

Disponível em: <<http://worldpopulationreview.com>>.

O suicídio é um fato social que ocorre, com maior ou menor intensidade, em todos os países e afeta indivíduos de todas as regiões, culturas, religiões, gerações, gêneros, raças, classes, etc. O sociólogo francês Émile Durkheim escreveu um livro clássico sobre o suicídio, em 1897, onde define 4 tipos de suicídio.

- 1. Egoísta:** reflete um prolongado senso de não-pertencimento, de não estar socialmente integrado em uma comunidade. Resulta do senso que o suicida tem de total desconexão. Esta ausência pode levar à falta de sentido da vida, apatia, melancolia, e depressão;
- 2. Altruísta:** caracterizado por um senso de estar totalmente absorvido pelos objetivos e crenças de um grupo;
- 3. Anômico:** reflete a confusão moral de um indivíduo, e a ausência de direção social, que são relacionados a distúrbios sociais e econômicos dramáticos;
- 4. Fatalista:** ocorre quando uma pessoa é excessivamente regulada, quando seus futuros são impiedosamente bloqueados, e as paixões violentamente estranguladas por disciplina opressiva.

De fato, como mostra a tabela anterior, as estatísticas indicam que as maiores taxas de suicídio do mundo ocorrem em países com condições sociais, econômicas e culturais incrivelmente diversos. Entre os países com as maiores taxas estão países de clima frio e que fizeram parte da antiga URSS, como Lituânia (31,9 por 100 mil), Rússia (31 por 100 mil) e Bielorrússia (26,2 por 100 mil). Mas, também, aparecem dois países de clima quente da América do Sul: Guiana (29,2 por 100 mil) e Suriname (22,8 por 100 mil).

O Japão que é um país idoso e muito citado quando se fala em suicídio aparece em 14º lugar no ranking global, com taxa de 18,5 mortes por 100 mil habitantes.

O Chile é um outro país muito citado, pois segundo a “fábrica de Fake News da Internet”, possui uma taxa muito elevada de suicídios anômicos que ocorrem devido às políticas neoliberais que fizeram uma reforma da previdência desfavorável aos idosos. Contudo, essa explicação simplista não resiste ao fato de que a taxa de suicídio do Chile é de 10,6 por 100 mil não está entre as mais altas do mundo e coloca o país sul-americano no 57º lugar no ranking global.

Por exemplo, a taxa do Chile é bem menor do que a de Cuba, pois o país que é considerado um pilar do antineoliberalismo e que, em tese, possui um amplo sistema de proteção social, apresentou uma taxa de suicídio de 13,9 mortes por 100 mil habitantes, ficando em 34º lugar no ranking global.

O Brasil com taxa de 6,5 suicídios por 100 mil habitantes ficou em 106º lugar no ranking global em 2016. No total, segundo o Datasus, o número de suicídios foi de 11.433 mortes em 2016, o que dá 31,3 suicídios por dia ou 1,3 suicídio por hora. Portanto, embora a taxa seja baixa o número absoluto é bastante significativo e tem aumentado nos últimos anos, pois houve “apenas” 6.780 no ano 2000. Entre 1996 e 2016 o número de suicídios acumulados no Brasil foi de 183.48 mortes.

Embora o Brasil esteja em 106º lugar no ranking de suicídios do mundo, há a preocupação com os níveis de depressão e a saúde mental da população, que tendem a transformar as lesões letais autoprovocadas em epidemia e grave problema de saúde pública.

Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/586573-as-taxas-de-suicidio-no-mundo-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves>>.

Seção Videoaula



As Principais Correntes Teóricas – Parte I

Aula
03

As Principais Correntes Teóricas e as Possibilidades de Análise Científica dos Problemas Sociais – Parte II

C-1	H-1, 4
C-3	H-14

O pensamento do sociólogo que estudaremos a seguir vai em direção diferente ao que vimos até agora. **Max Weber (1864-1920)**, ao contrário de Durkheim e Comte, acreditou na possibilidade de interpretação da sociedade “não olhando” para ela, mas sim, para o indivíduo que nela vive, pois entendia que aquilo que ocorre na sociedade seria a soma das ações das pessoas.



Wikimedia Foundation

Weber desenvolve a teoria da **sociologia compreensiva**, ou seja, uma teoria que vai tentar entender a sociedade a partir da compreensão das ações dos indivíduos.

Partindo do individual ele quer chegar ao todo, ao social, pois, no entendimento dele, não é o todo que faz com que as pessoas sejam como são, mas sim as pessoas, individualmente, é que fazem a sociedade existir e acontecer.

Uma crítica de Weber em relação a Comte e Durkheim deve-se ao fato de que eles pretendiam fazer da sociologia uma ciência positiva, isto é, com os mesmos métodos das ciências naturais. Segundo Weber, as ciências naturais conseguem explicar aquilo que estudam (a natureza), mas a ciência social não pode fazer isso totalmente. Para ele não há como dizer que uma ação social sempre será de determinada forma.

O que a sociologia pode fazer, então? Trabalhar para compreender o sentido da ação do indivíduo. Propor um esquema de probabilidades de ações, o que ele chama de tipos e, a partir daí, poder compreender melhor a organização da sociedade.

Segundo Weber, as pessoas podem atuar de acordo com quatro tipos básicos de ação social. São eles:

A **ação racional em relação a valores** é determinada pela crença consciente em um valor considerado importante, independentemente do êxito desse valor na realidade. Na ação de um político, por exemplo, podemos ver um foco: o de obter o cargo com o poder que deseja a fim de... Bom, aí depende do político...

Veja o que Weber pensa sobre a política: ele nos fala, no livro *Ciência e Política – Duas vocações*, que há dois tipos de políticos que são eleitos por nós.

- a. Os políticos que exercem essa profissão por vocação, ou seja, os que têm o poder como meta para trabalhar arduamente em prol da sociedade que os elegeu. Podemos dizer, em concordância com Weber, que estes são os que vivem **para** a política.
- b. E os que são políticos sem vocação, ou seja, que olham para a política como se fosse um “emprego” apenas. São aqueles que, uma vez eleitos, geralmente se esquecem dos compromissos sociais que assumiram, pouco fazem pelo social, trabalham apenas para manter-se no poder a fim de continuar ganhando o salário. Weber diz que estes são os que vivem **da** política.

Continuando, a ação racional ocorre porque as pessoas acreditam em valores. Por esse tipo de ação podemos pensar as religiões. Ninguém vai a uma igreja ou pertence a determinada religião, de livre vontade, se não acredita nos valores que lá são pregados. Certo?

A **ação afetiva** é aquela determinada por afetos ou estados sentimentais. A pessoa age pelo afeto que possui por alguém ou algo. Uma serenata pode ser vista como uma ação afetiva para quem ama, não é mesmo?

A **ação social tradicional** é um tipo de ação que nos leva a pensar na existência de um costume. O ato de tomar chimarrão ou pedir a bênção dos pais na hora de dormir são ações que podem ser pensadas pela ação tradicional.

A **ação racional em relação aos fins** é determinada pelo cálculo racional que coloca fins e organiza os meios necessários. Weber considera a pesquisa histórica como sendo essencial para a compreensão das sociedades. Essa pesquisa, baseada na coleta de documentos e no esforço interpretativo das fontes, permite o entendimento das diferenças sociais, que seriam, para Weber, de gênese e formação, e não de estágios de evolução.

A ideia de Weber para se entender a sociedade é a seguinte: se quisermos compreender a instituição igreja, por exemplo, vamos ter que olhar os indivíduos que a compõem e suas ações. Provavelmente haverá outras pessoas que agem do mesmo modo, o que resultaria no que Weber chama de **relação social**.

A existência da relação social dos indivíduos é que faz existir a instituição chamada igreja. Weber sempre parte do indivíduo para compreender o “porquê” da existência do todo, como neste próprio exemplo da igreja.

Os tipos de ação, para Weber, sempre serão construções do pensamento, que o sociólogo fará para se aproximar ao máximo daquilo que seria a ação real do indivíduo nas circunstâncias ou no grupo em que vive.

Por exemplo, se há alguém apaixonado que você conheça, qual seria o tipo ideal de ação desta pessoa? A afetiva. Assim sendo, seria “fácil” prever quais seriam as possíveis atitudes desta pessoa: mandar flores e presentes, querer que a hora passe logo para estar com ela(e), sonhar acordado(a) e coisas do tipo. E assim poderíamos entender, em parte, como se forma a instituição família. Uma coisa liga a outra.

Outro exemplo. Pode ser que alguém perto de você nem pense em querer se apaixonar para não atrapalhar os estudos. Sua meta é a universidade e uma ótima profissão. Então, o que temos aqui? Uma ação racional. Para esta pessoa nem adiantaria mandar flores ou “torpedos”, certo? O que não significa que não possamos tentar, não é mesmo?

Segundo a lógica de pensamento de Weber, o capitalismo teve parte de sua base inicial na ação social dos membros que seguem a **ética protestante calvinista**³ estudada por ele.

Os calvinistas tinham uma ética de vida muito forte, voltada ao trabalho e à disciplina, pois acreditavam que trabalho e sucesso seriam indícios de que, além de estarem glorificando a Deus, estariam garantindo sua salvação.

Na crença dos calvinistas, os homens já nascem predestinados à salvação ou ao inferno. Assim sendo, como ninguém poderia fazer nada contra o destino, para salvar-se, dedicavam-se a glorificar a Deus pelo trabalho.

Com o passar dos tempos, essa ideia de que a predestinação e o sucesso profissional seriam indícios de salvação da alma foi perdendo força. Mas o interessante é que o trabalho disciplinado e a busca do sucesso, diga-se, acúmulo de capital, continuaram a existir independente da motivação religiosa. Isto resultou no aparecimento dos primeiros capitalistas, segundo Weber.

Para Weber, ser capitalista é sinônimo de ser disciplinado no que se faz. Seria pela grande dedicação ao trabalho que resultaria o sucesso e o enriquecimento. Herança da ética protestante.

Mas por que os católicos e as outras religiões orientais não tiveram parte nesta construção capitalista analisada por Weber?

Os católicos europeus não tinham a ideia da predestinação e não viam o sucesso no trabalho como indício de salvação e nem como forma de glorificar a Deus, como faziam os calvinistas. Assim sendo, sem motivos divinos para dedicarem-se tanto ao trabalho, não fizeram parte da lista weberiana dos primeiros capitalistas. Ainda mais porque a ética católica privilegiava o discurso da pobreza.

Quanto às religiões do mundo oriental, a explicação seria de que **essas tinham uma imagem de Deus como sendo parte do mundo,**

³ O **calvinismo** tem sua origem nas ideias protestantes pregadas por **João Calvino** (1509-1564) que, a exemplo de **Martinho Lutero** (1483-1546), fundador da Igreja Luterana, romperam com os ensinamentos da Igreja Católica. Na intensa busca do conhecimento bíblico, os calvinistas tornaram-se altamente moralistas (puritanos) e muito disciplinados. Também criam que os homens eram predestinados à salvação.

ao contrário da ética protestante ocidental que o concebia como estando fora do mundo e puro. Assim sendo, os orientais valorizavam o mundo pois Deus estaria nele. O budismo⁴ e o confucionismo⁵ são exemplos do que falamos. E daí a ideia e a prática de não se viver apenas para o trabalho, mas sim de poder aproveitar tudo o que se ganha pelo trabalho com as coisas desta vida, entende?

Em relação ao mundo moderno (científico), Weber demonstrava certo pessimismo e não encontrava saída para os problemas culturais que nele surgiam, assim como para a “prisão” na qual o homem se encontrava por causa do sistema capitalista.

Antes da sociedade moderna, a religião era o que motivava a vida das pessoas e dava sentido para suas ações, inclusive ao trabalho. Mas com o pensamento científico tomando espaço como referencial de mundo, certos apegos culturais – crenças, formas de agir – vindos da religiosidade foram confrontados. O problema que Weber via era que a ciência não poderia ocupar por completo o lugar que a religião tinha ao dar sentido ao mundo.

Se, em contextos históricos anteriores, o trabalho poderia ser motivado pela religião, como foi explicado anteriormente, e agora não é mais, devido à racionalização do mundo, por que, então, o homem se prende tanto ao trabalho?

Porque o sistema capitalista – da produção industrial em série e da exploração da mão de obra – deixou o homem ocidental sem uma “válvula de escape”. Preso, agora ele vive do e para o trabalho.

E para resolver tal crise? Weber não apresenta solução, apenas refletiu sobre o problema sem demonstrar como poderia ser superado.

Seguindo para mais um clássico da sociologia: A crítica da sociedade capitalista

Vamos falar agora de quem também viu a consolidação da sociedade capitalista e fez uma forte crítica a ela. O alemão, filósofo e economista Karl Marx (1818–1883) foi um dos responsáveis, se não o maior deles, em promover uma discussão crítica da sociedade capitalista que se consolidava, bem como da origem dos problemas sociais que este tipo de organização social originou.

Para ele “a história de todas as sociedades tem sido a história da luta de classes”. Burguesia *versus* proletariado.

A teoria marxista também procura explicar a evolução das relações econômicas nas sociedades humanas ao longo do processo histórico. Haveria, segundo a concepção marxista, uma permanente dialética das forças entre poderosos e fracos, opressores e oprimidos, a história da humanidade seria constituída por uma permanente luta de classes, como deixa bem claro a primeira frase do primeiro capítulo d’*O Manifesto Comunista*: A história de toda sociedade no passado é a história da luta de classes. Classes essas que, para Engels são “os produtos das relações econômicas de sua época”. Assim, apesar das diversidades aparentes, escravidão, servidão e capitalismo seriam essencialmente etapas sucessivas de um processo único.

A base da sociedade é a produção econômica. Sobre esta base econômica se ergue uma **superestrutura**, um estado, e as ideias econômicas, sociais, políticas, morais, filosóficas e artísticas. Marx queria a inversão da pirâmide social, ou seja, pondo no poder a maioria, os proletários, que seria a única força capaz de destruir a sociedade capitalista e construir uma nova sociedade, **socialista**.

Para Marx os trabalhadores estariam dominados pela ideologia da classe dominante, ou seja, as ideias que eles têm do mundo e

da sociedade seriam as mesmas ideias que a burguesia espalha. O capitalismo seria atingido por crises econômicas porque ele se tornou o impedimento para o desenvolvimento das forças produtivas. Seria um absurdo que a humanidade inteira se dedicasse a trabalhar e a produzir subordinada a um punhado de grandes empresários. A economia do futuro, que associaria todos os homens e povos do planeta, só poderia ser uma produção controlada por todos os homens e povos. Para Marx, quanto mais o mundo se unifica economicamente mais ele necessita de socialismo.

Não basta existir uma crise econômica para que haja uma revolução. O que é decisivo são as ações das classes sociais que, para Marx e Engels, em todas as sociedades em que a propriedade é privada existem **lutas de classes** (senhores × escravos, nobres feudais × servos, burgueses × proletariados). A luta do proletariado do capitalismo não deveria se limitar à luta dos sindicatos por melhores salários e condições de vida. Ela deveria também ser a luta ideológica para que o socialismo fosse conhecido pelos trabalhadores e assumido como luta política pela tomada do poder. Neste campo, o proletariado deveria contar com uma arma fundamental, o partido político; o partido político revolucionário que tivesse uma estrutura democrática e que buscasse educar os trabalhadores e levá-los a se organizarem para tomar o poder por meio de uma revolução socialista.

Marx tentou demonstrar que no capitalismo sempre haveria injustiça social, e que o único jeito de uma pessoa ficar rica e ampliar sua fortuna seria explorando os trabalhadores; ou seja, o capitalismo, de acordo com Marx, é selvagem, pois o operário produz mais para o seu patrão do que o seu próprio custo para a sociedade, e o capitalismo se apresenta necessariamente como um regime econômico de exploração, sendo a mais-valia a lei fundamental do sistema.

A força vendida pelo operário ao patrão vai ser utilizada não durante 6 horas, mas durante 8, 10, 12 ou mais horas. A mais-valia é constituída pela diferença entre o preço pelo qual o empresário compra a força de trabalho (6 horas) e o preço pelo qual ele vende o resultado (10 horas, por exemplo). Desse modo, quanto menor o preço pago ao operário e quanto maior a duração da jornada de trabalho, tanto maior o lucro empresarial.

Veja um exemplo. Quantos sofás por mês um trabalhador pode fazer? Vamos imaginar que sejam 15 sofás, os quais multiplicados a um preço de venda de R\$ 300,00 daria o total de R\$ 4.500,00.

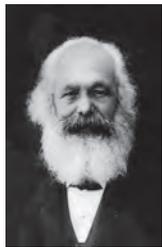
E quanto ganha um trabalhador em uma fábrica? Imagine que seja uns R\$ 1.000,00, para sermos mais ou menos generosos.

Bem, os R\$ 4.500,00 da venda dos sofás, menos o valor do salário do trabalhador, menos a matéria-prima e impostos (imaginemos R\$ 1.000,00) resulta na acumulação de R\$ 2.500,00 para o dono da fábrica.

Esse lucro Marx chama de **mais-valia**, pois é um excedente que sai da força de cada trabalhador. Veja, se os meios de produção pertencessem a ele, o seu salário seria de R\$ 3.500,00 e não apenas R\$ 1.000,00.

Então podemos dizer que o trabalhador está sendo roubado? Não podemos dizer isso, pois o que aqui exemplificamos é consequência da existência da propriedade privada e dos meios de produção nas mãos de **uma classe: a burguesia**.

No capitalismo moderno, com a redução progressiva da jornada de trabalho, o lucro empresarial seria sustentado por meio do que se denomina mais-valia relativa (em oposição à primeira forma, chamada mais-valia absoluta), que consiste em aumentar a produtividade do trabalho, por meio da racionalização e aperfeiçoamento tecnológico, mas ainda assim não deixa de ser o sistema semiescravista, pois “o operário cada vez se empobrece mais quando produz mais riquezas”, o que faz com que ele “se torne uma mercadoria mais vil do que as mercadorias por ele criadas”.



Wikimedia Foundation

4 **Budismo:** Sidarta Gautama – o **Buda** – (563 a.C.-486 a.C.) foi o fundador do budismo, uma religião e filosofia que surgiu na Índia e que tem como moral a preservação da vida e a moderação, além de praticar o ensino de boas ações, purificação e treino da mente (meditação). Os budistas não creem que há um Deus criador de todas as coisas.

5 **Confucionismo:** Filosofia criada pelo pensador chinês Kung-Fu-Tzu – o Confúcio – (551 a.C. - 479 a.C.). Tal filosofia tem quatro pilares: a religião, a política, a pedagogia e a moral.

Assim, quanto mais o mundo das coisas aumenta de valor, mais o mundo dos homens se desvaloriza. Ocorre então a alienação, já que todo trabalho é alienado, na medida em que se manifesta como produção de um objeto que é alheio ao sujeito criador. O raciocínio de Marx é muito simples: ao criar algo fora de si, o operário se nega no objeto criado.



Aloysius Patrimonio/123RF/Getty Images

É o processo de objetificação. Por isso, o trabalho que é alienado (porque cria algo alheio ao sujeito criador) permanece alienado até que o valor nele incorporado pela força de trabalho seja apropriado integralmente pelo trabalhador.

Em outras palavras, a produção representa uma negação, já que o objeto se opõe ao sujeito e o nega na medida em que o pressupõe e até o define. A apropriação do valor incorporado ao objeto graças à força de trabalho do sujeito-produtor promove a negação da negação. Ora, se a negação é alienação, a negação da negação é a desalienação. Ou seja, a partir do momento que o sujeito-produtor dá valor ao que produziu, ele já não está mais alienado.

Segundo Marx, a burguesia tomou posse dos meios de produção, enriqueceu e também obteve o controle do Estado (o controle político), o qual acabou transformando-se em uma espécie de "escritório burguês", criando leis para proteger a propriedade privada (particular) e manter-se no poder, bem como difundindo sua ideologia⁶ de classe, isto é, os seus valores de interpretação do mundo.

Marx se empenhava em produzir escritos que ajudassem a classe proletária a organizar-se e assim sair de sua condição de alienação.

Alienado, segundo Marx, seria o homem que não tem o controle sobre o seu próprio trabalho, em termos de tempo e em termos daquilo que é produzido, coisa que o capitalismo faz em larga escala, pois o tempo do trabalhador e o produto (a mercadoria) pertencem à burguesia, bem como o lucro.

Para entender a sociedade, por Marx, devemos partir do entendimento de que as coisas materiais fazem a sociedade acontecer. De outra maneira, seria dizer que tudo o que acontece na sociedade tem ligação com a economia e que ela se transforma na mesma medida em que as formas de produção também se transformam. Por exemplo, com a consolidação do sistema capitalista, toda a sociedade teve que organizar-se de acordo com os novos moldes econômicos.

Marx também via o homem como aquele que pode transformar a sociedade fazendo sua história, mas enfatiza que nem sempre ele o faz como deseja, pois as heranças da estrutura social influenciavam-no. Assim sendo, não é unicamente o homem quem faz a história da sociedade, pois a história da sociedade também constrói o homem em uma relação recíproca.



Artthidej Nirmanhaemiv/123RF/Getty Images

Vamos tentar explicar melhor. As condições em que se encontram a sociedade vão dizer até que ponto o homem pode construir a sua história. Por essa lógica podemos pensar que a classe dominante, a burguesia, tem maiores oportunidades de fazer sua história como deseja, pois tem o poder econômico e político nas

⁶ **Ideologia** – Segundo **Marx** e **Engels**, o termo se encaixa na tradução de "falsa consciência", ou seja, um conjunto de ideias falsas que justificava o domínio burguês e camuflava a existência da dominação desta classe trabalhadora.

mãos, ao contrário da classe proletária que, por causa da estrutura social, está desprovida de vários direitos. Para modificar essa situação somente uma revolução. Assumir o controle dos meios de produção e tomar o poder político e econômico da burguesia.

Para Marx, a classe trabalhadora deveria organizar-se politicamente, isto é, conscientizar-se de sua condição de explorada e dominada por meio do trabalho e transformar a sociedade capitalista em socialista por intermédio da revolução.



Exercícios de Fixação

- (UEL/2008) Sobre a exploração do trabalho no capitalismo, segundo a teoria de Karl Marx (1818-1883), é correto afirmar:
 - A lei da hora extra explica como os proprietários dos meios de produção se apropriam das horas não pagas ao trabalhador, obtendo maior excedente no processo de produção das mercadorias.
 - A lei da mais-valia consiste nas horas extras trabalhadas após o horário contratado, que não são pagas ao trabalhador pelos proprietários dos meios de produção.
 - A lei da mais-valia explica como o proprietário dos meios de produção extrai e se apropria do excedente produzido pelo trabalhador, pagando-lhe apenas por uma parte das horas trabalhadas.
 - A lei da mais-valia é a garantia de que o trabalhador receberá o valor real do que produziu durante a jornada de trabalho.
 - As horas extras trabalhadas após o expediente constituem-se na essência do processo de produção de excedentes e da apropriação das mercadorias pelo proprietário dos meios de produção.
- (UEL/2008) Leia o texto a seguir.

Os partidos socialistas, com o apoio das classes trabalhadoras em expansão de seus países, e inspirados pela crença na inevitabilidade histórica de sua vitória, representavam essa alternativa na maioria dos Estados da Europa. Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo. A Revolução Russa, ou mais precisamente, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, pretendeu dar ao mundo esse sinal. Tornou-se, portanto, tão fundamental para a história [do século XX] quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 62.

- Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que a Revolução Russa de 1917 é fundamental para a história do século XX porque
- alterou radicalmente a organização da sociedade, da economia e do Estado, através da mobilização de milhares de pessoas, camponeses e operários, que ocuparam o governo e iniciaram novas experiências de organização e participação política, tornando-se referência para outros países que realizaram suas revoluções.
 - produziu uma inversão no sentido das mudanças sociais, imprimindo um ritmo mais lento ao processo de organização dos operários, camponeses e oprimidos, que ocuparam os espaços culturais, regionais e civis, tornando-se modelo para as contrarrevoluções pacíficas e comunistas.

- C) mudou a mentalidade do operariado, que passou a lutar mais pelas mudanças de direitos individuais e menos pelos direitos universais e corporativos, levando os movimentos radicais a disputarem os cargos dos governos em uma clara concordância com o "jogo democrático burguês".
- D) ajudou a criar estruturas de personalidades tolerantes com o curso do capitalismo que levaria todos à igualdade social na proporção em que as agitações comunistas influenciassem os operários e camponeses.
- E) proporcionou a crença no direito positivo, na propriedade privada e nos processos de convulsão social do mercado estratificado que, à semelhança da Revolução Francesa, estimularia a mobilidade e ascensão social das burguesias pactuadas com os operários e camponeses.

03. (UEL/2018) Leia o texto a seguir.

A menos que seja um físico, quem anda em um bonde não tem ideia de como o carro se movimenta. E não precisa saber. Basta-lhe poder contar com o comportamento do bonde a orientar sua conduta de acordo com sua expectativa; mas nada sabe sobre o que é necessário para produzir o bonde ou movimentá-lo. O selvagem tem um conhecimento incomparavelmente maior sobre suas ferramentas.

WEBER, M. *A ciência como vocação*. In: GERTH, H.; MILLS, W. Max Weber. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 165.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a sociedade moderna, conforme Max Weber, assinale a alternativa correta.

- A) A secularização da vida moderna e o conseqüente desencantamento do mundo são expressões da racionalização ocidental.
 - B) O homem moderno detém menor controle sobre as forças da natureza, em comparação com o domínio que possuía o "selvagem".
 - C) O avanço da racionalidade produz, também, uma maior revitalização da cultura clássica, dado que amplia o alcance das escolhas efetivas disponíveis.
 - D) O desencantamento do mundo é um fato social que atua como força coercitiva sobre as vontades individuais, visando à construção da consciência coletiva.
 - E) O desencantamento do mundo destituiu o Ocidente de um elemento diferenciador em relação ao Oriente: as ações sociais dotadas de sentido.
04. (UEL/2006) O misterioso da forma da mercadoria reside no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho, como características objetivas dos próprios produtos do trabalho e, ao mesmo tempo, também da relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.

Adaptado: MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 71.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que, para Marx

- A) as mercadorias, por serem objetos, são destituídas de qualquer vinculação com os seus produtores.
- B) as mercadorias materializam a harmonia presente na realização do trabalho alienado.
- C) os trabalhadores, independentemente da maneira como produzem a mercadoria, são alijados do processo de produção.
- D) as mercadorias constituem-se em um elemento pacificador das relações entre patrões e tabeladores.
- E) a mercadoria, no contexto do modo capitalista de produção, possui caráter fetichista, refletindo os aspectos sociais do trabalho.

05. (Simulado Avalia/SFB 2018) Analise a imagem, leia o texto e responda:



Idealista, revolucionário, aventureiro, rebelde e sonhador. Este era o perfil do argentino Ernesto Rafael Guevara de La Serna, mais conhecido como Che Guevara, que, em meio ao século XX, marcado por revoluções e rebeldias, conquistou a posição e o reconhecimento como o maior ícone político da América do Sul. E ainda hoje, após 50 anos de sua morte, ainda é uma lenda revolucionária mística.

Pelo texto e imagem, podemos afirmar que Che Guevara produziu nas pessoas um tipo de poder que ainda hoje se manifesta das mais variadas formas. Este tipo de poder se encaixa no conceito weberiano de:

- A) dominação tradicional.
- B) dominação de microfísica.
- C) dominação carismática.
- D) dominação legal.
- E) dominação burocrática.



Exercícios Propostos

01. (UEL 2018) Leia o texto a seguir.

Hoje em dia [...] as máquinas, dotadas da propriedade maravilhosa de encurtar e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. [...] O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; porém, [...] todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças materiais, enquanto que reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta.

MARX, K. *Discurso pronunciado na festa de aniversário do "People's Paper"*, MARX, K. ; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*, V.1. São Paulo: Editora Alfa - Ômega. p. 298.

Atentando para o movimento de razão e desrazão na sociedade contemporânea, o texto, de autoria de Marx, acentua a presença, no modo de produção capitalista, do(a)

- A) luta de classes.
- B) anomia social.
- C) fetichismo social.
- D) indústria cultural.
- E) fim da história.

02. (UFJF/2012) Considerando o conceito de classe social formulado por Marx e por Weber, julgue os itens a seguir.
- Para Weber, a relação entre as classes proprietárias e o proletariado moderno é de exploração;
 - Para Weber, classe social significa a posição dos indivíduos nas relações de produção, e o "motor da história" é a luta travada entre as classes sociais;
 - Para Weber, classe social significa a posição dos indivíduos em uma escala de estratificação social, cuja medida é dada pelo montante de bens e salários, oportunidades de renda e capacidade de compra de produtos e no mercado de trabalho;
 - Para Marx, a relação entre a burguesia e o proletariado é de conflito.
- Marque a alternativa correta.
- Alternativa I está incorreta.
 - Alternativas II e III estão incorretas.
 - Alternativas I e IV estão corretas.
 - Somente alternativa I está incorreta.
 - Somente alternativa III está correta.

03. (UPE/2019) Atente ao texto a seguir sobre o problema político e social.



Peanuts, Charles Schulz © 1960 Peanuts Worldwide LLC / Dist. by Andrews McMeel Syndication;

Não é a consciência dos homens que determina a vida; é a vida que determina a consciência. Karl Marx define que o desenvolvimento dessas contradições expressa-se nos processos sociais, culturais e econômicos, nas crises, nas lutas, nas mudanças do sistema para se manter e reproduzir.

BERMUDO, José Manuel. *Marx da ágora ao mercado*. São Paulo: Salvat, 2015, p. 63-64.) Adaptado.

- O filósofo Karl Marx, na sua abordagem sobre o materialismo histórico-dialético, aponta a dimensão significativa da consciência crítica, devendo o ser humano se ater a seu horizonte político e social. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.
- Na análise crítica de Karl Marx, pode-se explicar a história pela crença da intervenção divina.
 - O filósofo Karl Marx sinaliza que, no lugar das ideias, estão os fatos materiais marcantes.
 - No lugar da luta de classes, deve prevalecer o valor dos heróis como primazia na consciência dos homens.
 - A estrutura material da sociedade é de pouca importância para a compreensão do horizonte político e do social.
 - Para Marx, a ordem lógica da história social não requer que se parta da produção.

04. (UEL/2015) O dinheiro alterou enormemente as relações sociais e, no desenvolvimento da história econômica da sociedade, atingiu o seu ápice com o modo de produção capitalista. Com base nos conhecimentos sobre os estudos de Karl Marx, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, as explicações sobre a produção da riqueza na sociedade capitalista.
- A mercantilização das relações de produção e de reprodução, por intermédio do dinheiro, possibilita a desmistificação do fetichismo da mercadoria.
 - Enquanto mediação da relação social, o dinheiro demonstra as particularidades das relações entre indivíduos, como as políticas e as familiares.
 - O dinheiro tem a função de revelar o valor de uso das mercadorias, ao destacar a valorização diferenciada entre os diversos trabalhos.
 - O dinheiro é um instrumento técnico que facilita as relações de troca e evidencia a exploração contida no trabalho assalariado.
 - O dinheiro caracteriza-se por sua capacidade de expressar um valor genérico equivalente, intercambiável por qualquer outro valor.

05. (Uece/2019.2) Emile Durkheim, Karl Marx e Max Weber interpretaram, de diferentes modos, o papel da religião na sociedade. Tendo em mente os diferentes conteúdos propostos por estes três autores, numere as proposições, abaixo apresentadas, de acordo com a seguinte indicação:
- Emilie Durkheim;
 - Karl Marx;
 - Max Weber.
- () Religião consiste em um sistema de crenças e de práticas relativas ao sagrado. Une os indivíduos em uma comunidade moral.
- () Religião é depositária de significados culturais, por meio dos quais indivíduos e coletividades interpretam suas condições de vida.
- () Religião compreende a alienação do indivíduo na estrutura da produção material da sociedade capitalista.
- () Secularização é a passagem de fenômenos de domínio religioso para a esfera mundana.

A sequência correta, de cima para baixo, é

- 3, 2, 3, 1.
 - 1, 3, 2, 3.
 - 2, 1, 3, 2.
 - 1, 2, 3, 3.
06. (Enem/2015) A crescente intelectualização e racionalização não indicam um conhecimento maior e geral das condições sob as quais vivemos. Significa a crença em que, se quiséssemos, poderíamos ter esse conhecimento a qualquer momento. Não há forças misteriosas incalculáveis; podemos dominar todas as coisas pelo cálculo.

WEBER, M. *A ciência como vocação*. In: GERTH, H.; MI S.W. (Org.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (adaptado).

Tal como apresentada no texto anterior, a proposição de Max Weber a respeito do processo de desencantamento do mundo evidencia o(a)

- A) progresso civilizatório como decorrência da expansão do industrialismo.
- B) extinção do pensamento mítico como um desdobramento do capitalismo.
- C) emancipação como consequência do processo de racionalização da vida.
- D) afastamento de crenças tradicionais como uma característica da modernidade.
- E) fim do monoteísmo como condição para a consolidação da ciência.

07. (Unisc-DF) Leia o texto a seguir:

Mudança social refere-se às modificações que ocorrem nos padrões de vida de um povo. Essas modificações são causadas por uma variedade de fatores, de natureza interna ou externa, isto é, por forças decorrentes de condições existentes dentro do grupo ou fora dele.

KOENIG, S. *Elementos de Sociologia*.

Tradução de Vera Borda, 5a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 326.

Com base no texto e nos conhecimentos das diferentes abordagens teóricas sobre o tema, é correto afirmar:

- A) Émile Durkheim propôs a teoria cíclica da mudança social, isto é, as sociedades atravessam períodos de vigor político e declínio que se repetem.
- B) Max Weber considerou que a mudança de um estado para outro decorre de modificação nos fatores econômicos essenciais, ou seja, nos métodos de produção e distribuição.
- C) Segundo Karl Marx, a mudança social é causada pela interação de vários setores de uma cultura, nenhum deles podendo ser considerado primordial.
- D) Os positivistas entendiam a mudança social como sinônimo de progresso, isto é, definiam os estágios das sociedades, desde os níveis mais baixos até os mais elevados, pois consideravam o homem capaz de atingir uma ordem social perfeita.
- E) Tanto Karl Marx como Max Weber defendiam a teoria do ciclo biológico, ou seja, consideravam que a raça é o mais importante determinante da cultura, e que a raça nórdica, superior às outras, é a principal responsável pelo alto estado de civilização.

08. (Unioeste/2018) Sobre o pensamento de Karl Marx, considere as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. O materialismo histórico é uma teoria marxista, na qual se atribui a explicação de toda a história das relações humanas por meio de fatos materiais;
- II. Para Marx, a classe trabalhadora é alienada, pois não percebe os mecanismos de sua exploração, é acrítica e passiva. Marx foi um grande defensor da formação da consciência da classe trabalhadora;
- III. Para Marx, a evolução histórica, independente de em qual época se estivesse, ocorria por causa de confrontos entre classes sociais, geralmente, cujo motivo era o que Marx chamava de “exploração do homem pelo homem”. Indivíduos esqueciam-se de que eram todos seres humanos com direitos e deveres, para explorarem ao máximo aqueles que lhes fossem “inferiores” de seu ponto de vista.

- A) Apenas I está correta
- B) Apenas II está correta
- C) Apenas I e II estão corretas
- D) Apenas I e III estão corretas
- E) Todas as afirmativas estão corretas

09. (Enem/2015) O impulso para o ganho, a perseguição do lucro, do dinheiro, da maior quantidade possível de dinheiro não tem, em si mesma, nada que ver com o capitalismo. Tal impulso existe e sempre existiu. Pode-se dizer que tem sido comum a toda sorte e condição humanas em todos os tempos e em todos os países, sempre que se tenha apresentada a possibilidade objetiva para tanto. O capitalismo, porém, identifica-se com a busca do lucro, do lucro sempre renovado por meio da empresa permanente, capitalista e racional. Pois assim deve ser: numa ordem completamente capitalista da sociedade, uma empresa individual que não tirasse vantagem das oportunidades de obter lucros estaria condenada à extinção.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001. Adaptado.

O capitalismo moderno, segundo Max Weber, apresenta como característica fundamental a

- A) competitividade decorrente da acumulação de capital.
- B) implementação da flexibilidade produtiva e comercial.
- C) ação calculada e planejada para obter rentabilidade.
- D) socialização das condições de produção.
- E) mercantilização da força de trabalho.

10. (Unicamp/2011) A história de todas as sociedades tem sido a história das lutas de classe. Classe oprimida pelo despotismo feudal, a burguesia conquistou a soberania política no Estado moderno, no qual uma exploração aberta e direta substituiu a exploração velada por ilusões religiosas. A estrutura econômica da sociedade condiciona as suas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, são as relações de produção que ele contrai que determinam a sua consciência.

Adaptado de K. Marx e F. Engels, *Obras escolhidas*. São Paulo: AlfaÔmega, s./d., vol 1, p. 21-23, 301-302.

As proposições dos enunciados anteriores podem ser associadas ao pensamento conhecido como

- A) materialismo histórico, que compreende as sociedades humanas a partir de ideias universais independentes da realidade histórica e social.
- B) materialismo histórico, que concebe a história a partir da luta de classes e da determinação das formas ideológicas pelas relações de produção.
- C) socialismo utópico, que propõe a destruição do capitalismo por meio de uma revolução e a implantação de uma ditadura do proletariado.
- D) socialismo utópico, que defende a reforma do capitalismo, com o fim da exploração econômica e a abolição do Estado por meio da ação direta.



Fique de Olho

MARX COMO ARTIGO DE CONSUMO

Por Deutsche Welle* (DW)

Por ocasião do 200º aniversário do pensador alemão, imponente estátua será inaugurada em sua cidade natal. Presente da China, obra de bronze não passa de mais um artigo da marca Karl Marx (1818 – 1883), opina Zoran Arbutina.

Trier, a cidade natal de Karl Marx, vai receber uma estátua de seu famoso filho por ocasião do 200º aniversário do pensador alemão. Feita de bronze, ela retrata em uma pose heroica o grande...

filósofo? Revolucionário? Agitador? Com o olhar decidido, ele parece avançar rumo a um futuro melhor. Na mão esquerda, segura um livro: *O Capital*.

Se for para ornamentar a cidade, então a estátua deve ser muito, e não só um pouco decorativa. Por esse motivo, ela medirá, junto com o pedestal, 5,50 metros e será posicionada no coração do centro histórico, não muito longe do marco da cidade, a famosa Porta Nigra romana.

Quando se trata de Marx, nenhum superlativo parece ser grande demais. *O Capital*, sua principal obra, é considerada um dos livros mais influentes da história moderna, enquanto o *Manifesto Comunista*, um panfleto bem menor e muito mais fácil de ler, já foi leitura obrigatória para dois terços da população mundial.

No auge do movimento socialista e comunista, na década de 1970, governos de 60 países do mundo se comprometeram com a doutrina de Marx, e milhões de pessoas em todo o planeta ligaram seu nome à esperança de um futuro melhor e mais justo, em que se poderia viver livre e dignamente.

Para Marx, a religião era o ópio do povo – o que não impediu que seus seguidores o elevassem ao patamar de santo. Após a sua morte, foi criada uma religião substituída dogmática, chamada de “marxismo”. Em nome dela, foram cometidos alguns dos piores crimes da história da humanidade – genocídio, fuzilamentos em massa e deportações generalizadas. Ao mesmo tempo, atrocidades igualmente brutais foram cometidas para combater tais crimes.

Até que ponto Marx pode ser responsabilizado por tudo o que aconteceu em seu nome, tanto do lado emancipatório quanto do criminoso? É uma questão que está em aberto há décadas. Enquanto apoiadores dizem que ditadores e déspotas apenas abusaram e instrumentalizaram o nome de Marx, críticos respondem que a ditadura já estava na raiz de seu pensamento – afinal de contas, foi ele quem sonhou com uma “ditadura do proletariado”.

Muito provavelmente, no entanto, Marx não foi nem profeta nem demônio, mas antes uma tela sobre a qual todos projetam a imagem que mais lhe convêm. Assim como na história dos movimentos comunistas e socialistas, o elemento libertador e o opressivo estiveram muitas vezes justapostos em Marx, tornando difícil perceber a transição de um para o outro. Desse modo, nem suas opulentas obras, todos conseguiam encontrar passagens que legitimassem seus atos.

E hoje, passados 200 anos do nascimento do pensador e 150 anos da publicação de *O Capital*, a recepção do pensador é cada vez mais aleatória. Há muito tempo seu nome e sua imagem se degeneraram, transformando-se em artigo de consumo.

A estátua de Trier é um exemplo brilhante disso. Ela é um presente da China. Foi, por assim dizer, uma oferta que a administração municipal dificilmente poderia recusar. Segundo os planos originais, a estátua deveria ter até mesmo 80 centímetros a mais. O que é uma atitude consequente considerando que o grande país no extremo Oriente é uma potência econômica com um capitalismo cujo controle e implacabilidade são difíceis de superar e que o país se autodenomina comunista e alude ao marxismo já no preâmbulo de sua Constituição.

Os chineses estão entre os principais grupos de turistas que visitam a pequena cidade de Trier, na região do Rio Mosela, por ser local de nascimento de Marx. Agora, quando chegarem agora ao centro histórico através da Porta Nigra, logo vão se deparar com o pensador, apontando-lhes o caminho para a casa onde nasceu.

E se lá chegando, eles não tiverem tempo ou vontade de admirar a decoração burguesa da casa onde Marx passou a infância, poderão virar à direita logo na entrada, em direção à loja do museu. Ali estão à venda bustos menores e maiores de Marx pintados de preto ou dourado. Há também sacolas de compras impressas com o texto do *Manifesto Comunista* e “chocolates finos Karl Marx” em

vermelho, também com caracteres chineses – uma barra de 100 gramas custa 4,95 euros (cerca de 20 reais). Em breve, também pequenas réplicas da nova estátua de Marx estarão à venda na loja.

Embora esta não seja uma frase de Marx, talvez ele tivesse concordado que “o dinheiro é que move o mundo”. O pensador sabia do poder do capital.

(*) A Deutsche Welle é a emissora internacional da Alemanha e produz jornalismo independente em 30 idiomas.

Disponível em: <<https://www.dw.com/>>.

Seção Videoaula



Aula
04

A Produção Sociológica Brasileira

C-1	H-1, 4
C-3	H-14, 15

A formação da sociologia brasileira

A sociologia no Brasil surge com a herança cultural da Europa, berço de nascimento da ciência da sociedade. Devido a isto, é necessário ter entendido nas aulas anteriores o contexto de surgimento da sociologia na Europa para compreender o seu processo de constituição em nosso país. A sociologia, assim como qualquer outro produto cultural, é um **fenômeno social** e que possui determinações sociais.

Para compreender a discrepância do desenvolvimento da história da sociologia brasileira em relação ao caso europeu é preciso compreender o contexto histórico e social que concebeu a sociologia em ambos os casos. Por isso devemos, em primeiro lugar, analisar o contexto histórico em que se desenvolveu a sociologia e depois analisar o caso brasileiro.

As pré-condições para o surgimento da sociologia são a formação do capitalismo e seu desenvolvimento, proporcionando novas lutas de classes (burguesia e proletariado), novos problemas sociais, e uma ampliação da racionalização e da divisão social do trabalho, o que faz emergir o que o sociólogo contemporâneo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) denomina de “campo científico” e outros autores chamam de “comunidade científica”, o desenvolvimento das ciências naturais e o progresso tecnológico e científico que traz legitimidade e *status* superior ao novo ramo do saber, a ciência. Assim se desenvolvem as ciências particulares, entre elas a sociologia, isto é, uma subdivisão no interior de um campo mais amplo. Inúmeros autores que trabalharam a história da sociologia colocam que ela é “filha da revolução”, ou seja, é produto das revoluções burguesas e da Revolução Industrial, que constituem os fenômenos sociais acima aludidos, consolidando o modo de produção capitalista.

O processo de modernização da sociedade brasileira é marcado pela expansão da sociedade capitalista. Este processo de modernização proporciona inúmeras mudanças em determinada sociedade, tal como a urbanização, a racionalização, o processo de industrialização, elemento fundamental por instaurar novas relações de produção, entre outros.

Aqui temos os dois elementos que nos ajudam a compreender o processo de constituição da sociologia no Brasil: um **desenvolvimento econômico incipiente** ao lado do **intercâmbio cultural** com países mais desenvolvidos. Isto permite um desenvolvimento tardio da sociologia no Brasil, pois seu período pré-sociológico (até década de 1930) se caracteriza pela importação cultural derivada de um intercâmbio com outras culturas que produziam uma sociologia mais sistematizada e institucionalizada.

Assim, sua formação e institucionalização remontam da consolidação do capitalismo tardio no Brasil, no qual a urbanização e industrialização se tornam predominantes em nosso país. A determinação fundamental da formação tardia da sociologia brasileira é a formação de um capitalismo retardatário em nosso país. Este capitalismo retardatário pressupõe um desenvolvimento capitalista avançado em outros países e de relações entre estas duas formas de capitalismo. Esta relação ocorre sob o signo da subordinação econômica que se reproduz sob a forma cultural e científica. Sendo assim, a formação tardia da sociologia brasileira é derivada desta situação do capitalismo em nosso país.

Desta forma, o período pré-científico da sociologia no Brasil (ou sua fase “pré-sociológica”, como colocada por alguns autores) se realiza não por meio das primeiras tentativas de criação desta ciência, e sim por meio da importação da produção sociológica europeia e uso de termos (tal como o próprio termo “sociologia”) sem uma autêntica produção sociológica. Esta fase é possível devido ao intercâmbio cultural e subordinação científica, o que produz “ideias fora do lugar” e manifestações rudimentares, convivendo com formas mais desenvolvidas em outros países.

No entanto, devemos estar atentos que este não é um caso específico do Brasil. Nos Estados Unidos o desenvolvimento da sociologia também foi posterior ao que ocorreu na Europa, mas ele ocorreu de forma mais acelerada devido ao processo de consolidação e expansão do capitalismo ter ocorrido de forma mais rápida. Assim, em geral, o surgimento da sociologia fora do continente europeu é posterior, pois é neste que o capitalismo surge inicialmente e se torna hegemônico. Nos países fora do continente europeu em que ocorre um rápido processo de industrialização, também há um desenvolvimento da sociologia, embora peculiar e ligado às influências europeias. No conjunto dos países considerados de desenvolvimento capitalista retardatário, que não é o caso apenas do Brasil, mas de toda a América Latina, África e diversos países em outras regiões do mundo, há também um desenvolvimento retardatário da sociologia (e das demais ciências humanas).

No Brasil, o Sistema Colonial produziu uma sociedade escravista, marcada pela exploração do trabalho, que drenava as riquezas aqui produzidas e as transferiam para a nação colonizadora. Neste sentido, não havia a menor possibilidade do surgimento da sociologia durante o período escravista colonial, pois não havia em nosso país as condições necessárias para o seu surgimento e desenvolvimento.



Wikimedia Foundation

O processo de abolição da escravatura e a formação do mercado de trabalho livre já convivem com os primeiros passos de industrialização no Brasil. As primeiras indústrias vão surgindo no Brasil no final do século XIX. Este processo de industrialização vai seguindo uma linha evolutiva de acumulação que permite um desenvolvimento nacional em bases capitalistas. Este processo foi acompanhado por inúmeras mudanças de ordem social, política e cultural.

Em resumo, tivemos um processo de formação do capitalismo extremamente lento no Brasil. O capitalismo brasileiro dá os seus primeiros passos com o início da industrialização no final do século XIX, vai se consolidando no decorrer do século XX e somente se autonomiza do setor agrícola a partir de 1955.

No Brasil, temos um processo de formação cultural caracterizado pela importação de ideias estrangeiras, bem como a falta de classes sociais relativamente independentes e por uma situação de concentração da produção capitalista em determinadas regiões (eixo Rio-São Paulo) convivendo com a manutenção de relações agrárias na maior parte do território brasileiro. A formação de instituições de Ensino Superior no Brasil, bem como de tradições científicas e da própria comunidade científica, foi muito posterior à ocorrida na Europa.

É a partir da década de 1960 que o capitalismo brasileiro se encontra sintonizado com os elementos mais característicos do modo de produção capitalista e sua superestrutura, pelo menos na maior parte do país, apesar de ainda haver regiões mais voltadas para a produção agrária e dominadas por relações sociais tradicionais.

No caso brasileiro, temos apenas alguns esboços de influência cultural. O positivismo enquanto pensamento político se tornou influente nas terras brasileiras desde o Período Republicano. Mas o capitalismo tardio no Brasil começou a se consolidar já no início do século XX. É neste momento que o positivismo já citado e as ideias anarquistas, entre outras importadas da Europa, começaram a se fazer presentes. No plano científico, havia um completo descompasso entre a produção europeia (e já também a norte-americana) e a brasileira, pois no primeiro caso temos já a consolidação das ciências humanas, nos quais o pensamento clássico das principais ciências humanas já está produzido e os campos de pesquisa e institucionalização estão bastante avançados. É somente no período posterior à Revolução de 1930 que os primeiros sinais de produção sociológica seriam esboçados no Brasil.

Após estas considerações sobre as condições sociais e históricas para o surgimento da Sociologia no Brasil, passemos para a análise da produção sociológica no Brasil.

A **fase formativa** ou **Fase “A”** (pré-científica ou pré-sociológica) vai do final do século XIX até a década de 1930, que é o período que inicia a industrialização brasileira. A Proclamação da República marca uma influência crescente das ideologias vindas da Europa, e a hegemonia portuguesa é substituída pela inglesa, no plano econômico, e pela francesa, no plano cultural. O positivismo de Auguste Comte é a principal inspiração ideológica do republicanismo, especialmente sua obra *Política Positiva*. A bandeira brasileira foi a expressão mais visível desta inspiração, já que nela está impressa a máxima comteana: “Ordem e Progresso”.



Esta primeira geração da sociologia brasileira seria composta por aqueles autores que se preocuparam em fazer estudos históricos sobre a nossa realidade, com um caráter mais voltado à literatura do que para a sociologia. Desta geração de autores, queremos destacar **Euclides da Cunha** (1866-1909) e **Aluíso de Azevedo** (1857-1913). Cunha nasceu no Rio de Janeiro, foi militar engenheiro, além de ter estudado Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Porém, o que gostava de fazer, como profissional, era o jornalismo. Em 1895, abandonou o Exército e começou a trabalhar como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*. Nessa função foi enviado para a Guerra de Canudos⁷, no interior da Bahia, de onde surgiu sua maior contribuição à sociologia brasileira: o livro *Os Sertões*. Já o romancista maranhense Aluíso de Azevedo foi o fundador da cadeira número quatro da Academia Brasileira de Letras e crítico social; este escritor naturalista foi autor de diversos livros, entre eles estão: *O Mulato*, que provocou escândalo na época de seu lançamento; *Casa de Pensão*, que o consagrou; e *O Cortiço*, conhecido com sua obra mais importante. Este autor não escondeu seu inconformismo com a sociedade brasileira e com suas regras.

É também neste período que aparecem os primeiros esboços pré-científicos da Sociologia. Isto ocorre por meio das obras de **Oliveira Viana** (1883-1951), **Silvio Romero** (1851-1914), **Florentino de Menezes** (1886-1959), **Paulo Egydio** (1842-1906), entre outros. Data desta época o uso da palavra “sociologia” para qualificar os estudos publicados, tal como se vê nas obras de Paulo Egydio, *Estudos de Sociologia Criminal*; Florentino de Menezes, *Estudo de Sociologia*; e Silvio Romero, *Ensaio de Literatura e Sociologia*. No entanto, neste período não havia nenhuma elaboração teórica consistente ou aplicação empírica de forma sistemática. Esta fase vai até 1930.

A Geração de 30 ou Fase “B”

A década de 30 no Brasil é marcada pelo início da **Era Vargas** e de uma **intensa modernização da nação**, preocupação constante entre os intelectuais brasileiros da época. Os sociólogos influentes desse período foram bastante influenciados pelo pensamento weber, que conceituava a relação da sociedade com o Estado como uma dominação.

Todavia, esta nova fase da Sociologia brasileira, não deve ser comparada à realidade europeia, pois lá já se vivia a fase de sistematização ou fase clássica. No entanto, como a Sociologia já havia sido sistematizada na Europa, a fase seguinte no Brasil que sucede sua fase formativa é a **fase de organização**, também chamada de **fase “B”**. Nesse contexto, no Brasil ocorre sua institucionalização e a produção europeia passa a ser melhor assimilada e reproduzida em nosso país. Isto ocorreu como resultado de profundas mudanças sociais, como exemplo podemos lembrar o avanço da industrialização em nosso país, antes perceptível principalmente em terras paulistanas, e os interesses pela descoberta do Brasil verdadeiro, em oposição ao Brasil colonizado.

⁷ **Guerra de Canudos (1897):** Aconteceu em uma abandonada fazenda no interior da Bahia que tinha o nome de Canudos. As tropas federais massacraram milhares de pessoas que viviam naquele lugar, tendo por líder um beato chamado Antônio Conselheiro, o qual, a partir de 1890, começou a ajuntá-los pregando esperança para os que foram esquecidos pelo governo republicano. Conselheiro era visto pelo governo como sendo um líder perigoso e contrário à consolidação da República. Por isso o objetivo da guerra.

Devemos lembrar ainda do desenvolvimento e culto ao nacionalismo, como sentimento imbuído do intuito de unir diversas camadas sociais, o que levou os estudiosos dessa área a se dedicarem às pesquisas que visavam construir um entendimento acerca da formação da sociedade brasileira analisando temáticas oportunas para essa compreensão. Dessa forma, eles voltaram-se para estudos referentes a **escravatura** e a **abolição**, estudos sobre **índios e negros** e o **êxodo dessas populações**, e, mesmo, novas análises sobre o processo de **colonização**.

A interpretação dessas temáticas mostraram-se realmente importantes, uma vez que se tentava compreender a **formação da sociedade brasileira**. Isso devido ao fato de que a formação da população brasileira, das relações de trabalho e da consciência e cidadania, passava inevitavelmente pela compreensão destas temáticas.

Contudo, a **Grande Depressão** – crise que assolou o mundo capitalista a partir de 1929 – fez com que a expansão do mercado brasileiro, que começava a apresentar frutos, perdesse sua força, diminuindo as exportações. Nesse cenário, a economia do país oscilava, e a política não ficou aquém desses acontecimentos, pois, funcionando como uma espécie de repúdio à elite oligárquica (formada pelos representantes cafeeiros do Sul e de Minas), **forças tenentistas** que ansiavam a moralização do regime (nomeando para tanto **Luís Carlos Prestes** como candidato) se chocaram com as forças oligárquicas que, dando uma resposta à tamanha insatisfação, nomearam Getúlio Vargas como opositorista, ao qual foi concebida a vitória. A partir de então se instaurava a Ditadura do Estado Novo com a derrubada das oligarquias e a formação de um novo Estado Nacional. Todo esse turbilhão de mudanças que ocorreram neste período, acabaram por favorecer o desabrochar do pensamento sociológico brasileiro.

O reflexo desses acontecimentos históricos são notórias mudanças na produção sociológica brasileira. Ocorria neste período um amplo desenvolvimento institucional do ensino superior da comunidade científica no Brasil. Em 1932, é fundada a **Escola Livre de Sociologia e Política**, expressivo passo para a sua institucionalização. Já em 1934, é fundada a Universidade de São Paulo (USP) e a partir dessa época a influência da produção científica europeia se torna mais intensa nos novos pesquisadores. Isto ocorre principalmente através do intercâmbio internacional, fruto da publicação em revistas estrangeiras de artigos de intelectuais brasileiros e de viagens para especialização no exterior. O desenvolvimento de instituições educacionais e empresariais cria novas demandas sociais e incentivam o ensino de Sociologia, não somente para abordar tais mudanças e fornecer sua explicação, mas também fazendo parte deste mesmo processo.

Este longo processo de institucionalização da sociologia pelo ensino universitário deu ao sociólogo uma carreira regulamentada no mundo acadêmico e possibilitou a união entre ensino e pesquisa, o que acabou por determinar padrões de trabalho intelectual. O resultado foi um salto de quantidade e qualidade em nossos estudos relacionados às ciências sociais.

Paralelamente ocorreram outras mudanças, tais como a tradução de obras clássicas, a produção de livros didáticos de Sociologia, a fundação da Sociedade de Sociologia de São Paulo, a vinda de sociólogos europeus para lecionarem no Brasil (Roger Bastide, Jacques Lambert, Levi-Strauss, Pierre Mombeing, Horace Davis, A. Gross, P. A. Bastide, entre outros). Estes sociólogos estrangeiros influenciam a formação dos sociólogos brasileiros e incentivam o desenvolvimento do trabalho de campo, da pesquisa empírica.

A produção sociológica também dá um salto de qualidade, comparando-se com o período anterior a 1930, com as obras de **Gilberto Freyre** e **Caio Prado Júnior**. Alguns dos representantes da fase pré-sociológica continuavam produzindo suas obras, mas os novos sociólogos que estavam sendo formados já sentiam a influência dos estrangeiros e dos novos destaques brasileiros da Sociologia, principalmente os professores universitários da Universidade de São Paulo, que integrou a Escola Livre de Sociologia e Política.

As obras de **Fernando de Azevedo** também devem ser incluídas neste salto de qualidade da produção sociológica nacional. Sua obra **Princípios de Sociologia** (1935) mostra um domínio da teoria sociológica e uma síntese pessoal, embora não muito original, da ciência sociológica. Outras obras deste autor, entre as quais, **A Cultura Brasileira e Sociologia Educacional**, também deram uma forte contribuição para a sociologia deste período. A produção sociológica de **Tristão de Athayde**, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima (1893-1983), **Preparação à Sociologia**, voltada para discutir questões teóricas da sociologia, também contribuiu com a formação da sociologia brasileira. Não podemos esquecer do pequeno ensaio de **Arthur Ramos** (1903-1949), **As Ciências Sociais e os Problemas de Após-Guerra**, de 1944, que assume o papel de importante reflexão sobre os caminhos da sociologia na sociedade brasileira. Outros importantes sociólogos desta época, tal como **Delgado de Carvalho** (1884-1980), **Carneiro Leão** (1887-1966), **Djair Menezes** (1907-1996), **Nelson Werneck Sodré** (1911-1999), **Raymundo Faoro** (1925-2003), também apresentaram ao público obras introdutórias que ajudaram na formação de uma nova geração de sociólogos.

Conheçamos um pouco mais dos destaques deste período, a chamada **Geração de 30**:

- **Gilberto Freire** (1900-1987)

É sem dúvida reconhecido como um dos maiores nomes da Sociologia no Brasil. Portugal, o mundo ibérico e a presença portuguesa nos trópicos frequentemente são temas de seus escritos, demonstrando o papel desse povo na formação de civilizações modernas nos trópicos. Mais uma vez percebe-se o anseio da compreensão da **formação da sociedade** e do **povo brasileiro**, principal questão que move os estudos dos precursores da Sociologia em nosso país.

Gilberto de Melo Freire nasceu em Recife, em 1900. Sua obra, em geral, representou um divisor de águas na evolução cultural do Brasil e contribuiu para que o país encarasse com mais confiança seu papel no mundo moderno.

Fez sua pós-graduação nas universidades norte-americanas de Baylor (Waco, Texas) e Columbia (Nova York), onde esteve sob a influência de Frans Boas. Ao término do curso, apresentou em 1922 a tese: *Social life in Brazil in the middle of 19th century* (A vida social no Brasil em meados do século XIX), que mais tarde se transformaria em seu famoso livro *Casa-Grande & Senzala*, publicado em 1932, tendo um impacto tão grande quanto *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Nesta obra, Freire revolucionou a historiografia nacional, dando importância a pequenos fatos da história. Para isso, coletou nos diários dos senhores de engenho e também em informações da vida pessoal de seus próprios antepassados a história do brasileiro, segundo ele, fruto do cruzamento de índios, africanos e portugueses. Acaba por imprimir sua visão poderosa e original dos fundamentos da sociedade brasileira, descrevendo com objetividade a contribuição do negro e o fenômeno da miscigenação na formação social do Brasil.

- **Caio Prado Júnior** (1907-1990)

O paulistano Caio Prado Júnior foi historiador, geógrafo, escritor, político e editor. Desde jovem, teve importante participação na conjuntura política nacional.

Suas obras apresentam uma historiografia de caráter social, identificada com o marxismo. Muitas delas têm por finalidade a tentativa de compreender o Brasil, investigando-o desde a época em que era colônia até o período histórico em que foram elaboradas. Embora proveniente de família abastada, Caio Prado jamais se deixou seduzir pela sua classe de origem, a burguesia. Foi um revolucionário lúcido que trouxe inestimável contribuição à vida intelectual brasileira e a diversas áreas da história, sociologia e antropologia, entre outras.

Filiou-se ao Partido Comunista em 1931, e em pouco tempo destacou-se como dirigente político.

Em *Evolução política do Brasil* (1933), interpretava a situação político-colonial brasileira a partir das relações internacionais capitalistas e seu mecanismo comercial, desde a expansão marítima europeia.

Nesta época, passa a atuar principalmente na Aliança Nacional Libertadora (ANL), espécie de frente de oposição ao governo de Vargas lançada em 1935. Com a eclosão, neste mesmo ano, da Intentona Comunista (tentativa de revolução liderada pelos comunistas), Caio Prado Júnior foi preso, ficando na prisão de 1935 a 1937.

Depois de uma viagem à União Soviética, de onde parte para viver a Segunda Guerra Mundial na Europa em 1938, ele publicou: *URSS: um novo mundo*. E já nos anos 40, publica mais duas obras de grande repercussão nacional: *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), que deveria ser parte de uma coletânea dedicada a pensar justamente a evolução histórica brasileira desde o Período Colonial, tendo mais uma vez como tema central a formação da sociedade e do povo brasileiro, desde a chegada dos portugueses; e *História econômica do Brasil* (1945).

Com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, Caio Prado volta à política e é eleito deputado estadual pelo PCB para a Assembleia Legislativa de São Paulo, em 1946, porém, no ano seguinte, seu mandato é cassado, em virtude do Partido Comunista ter sido colocado na ilegalidade. Sofreu ainda novas perseguições durante o Regime Militar, após 1964.

Em 1966 foi eleito o Intelectual do Ano, com a conquista do Prêmio Juca Pato, concedido pela União Brasileira de Escritores, devido à publicação, naquele ano, do polêmico *A revolução brasileira*, uma análise dos rumos do país após o movimento de 1964. Nessa obra, Caio Prado Júnior procede a uma crítica severa dos desvios de rota da revolução socialista, programados e impostos como uma deformação do marxismo; o uso invertido e ditatorial do centralismo democrático; a simplificação grosseira da teoria e das práticas marxistas da luta de classes e da revolução em escala mundial. Os países dependentes, coloniais e neocoloniais tinham sido metidos em um mesmo saco e em uma mesma camisa de força, que pressupunham que a revolução pudesse ser "unívoca", monolítica, dirigida segundo uma fórmula única, a partir das diretrizes da Terceira Internacional e da União Soviética.

Desse ângulo, o livro retoma o marxismo como processo, que nasce e cresce por dentro das classes trabalhadoras e na busca de sua autoemancipação coletiva, por meio da construção de uma sociedade nova.

O núcleo de referência vem a ser o Brasil do momento da ditadura militar e do auge da Guerra Fria.

Faleceu em novembro de 1990.

- **Fernando de Azevedo** (1894-1974)

Mineiro de São Gonçalo de Sapucaí, em São Paulo, participou da fundação da Universidade de São Paulo, que na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ocupou a cadeira de Sociologia e foi diretor da mesma.

Antes na década de 20 foi responsável pela reforma do ensino no país, a partir de experiências feitas no Rio de Janeiro e no Ceará.

Ao mesmo tempo aristocrata e humanista, unia os anseios liberais e moderadamente socialistas. Em sua principal obra, *A cultura brasileira*, retoma a tese de uma unidade nacional baseada em diferenças regionais, culturais e éticas.

- **Sérgio Buarque de Holanda** (1902-1982)

Paulistano, nascido em 1902 e falecido em 1982, Sérgio Buarque é considerado um dos mais importantes historiadores brasileiros e um dos mais eminentes intelectuais do século XX. Foi um dos participantes da Semana de Arte Modernista de 1922.

Sérgio Buarque de Holanda iniciou suas atividades intelectuais mais voltado à crítica literária, dedicando-se mais tarde à historiografia pelo viés da sociologia, sobretudo pela análise social e histórica de Weber.

Em seu livro de estreia, *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque faz uma crítica à formação das elites brasileiras. Inspirando-se na tese de Ribeiro Couto, que identificava o brasileiro como “homem cordial”. *Raízes do Brasil* traz uma caracterização de como o brasileiro lida com as suas relações pessoais e institucionais. Para ele, a cordialidade do brasileiro é revestida de uma postura de pessoalidade expressa em um comportamento pouco ético e em que se verifica a dificuldade de se cumprir normas sociais estabelecidas. Sob um comportamento característico de generosidade, de hospitalidade, esconde-se um caráter que se aproveita da proximidade para se estabelecer o domínio do privado sob público. Seria então esse comportamento típico do povo brasileiro de lidar com a coisa pública que contribuía para o atraso do país.

Embora não apresente uma análise marxista da realidade brasileira, Sérgio Buarque de Holanda traz a contribuição para a compreensão da formação cultural do povo brasileiro, observando que a elite brasileira é empecilho para o desenvolvimento do país, uma vez que apresenta uma cultura personalista, egocêntrica e privatista que teria dificultado e fortalece o caráter contratualista da sociedade brasileira.

Em sua obra *Visão do paraíso* (1959), ele consegue pela primeira vez intervir na visão estereotipada que os europeus tinham do Brasil.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS GRANDES AUTORES DA FASE “B”

Teórico	Gilberto Freyre (1900-1987)	Caio Prado Júnior (1907-1990)	Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)
Objetivo de estudo	Compreender o papel social do negro e mestiço na formação do povo brasileiro.	Introduz a perspectiva marxista no estudo da formação do Brasil contemporâneo.	Inova ao trazer uma análise weberiana da formação do Brasil.
Visão do sociólogo	Parte da concepção que o estudo da casa-grande x senzala possibilitaria um entendimento do sistema econômico, político e social do nosso país.	Realiza uma ruptura radical, tanto com a classe que proveio, quanto com o teor de sua teoria, onde se afirmava como comunista, mas não se identificava com a corrente majoritária que decidia os rumos do PCB brasileiro.	Em <i>Raízes do Brasil</i> , tem como objetivo realizar uma interpretação do processo de formação da sociedade brasileira, com ênfase na herança cultural da colonização portuguesa.
Marcas de suas obras	Minimiza o caráter cruel e horripilante do sistema escravocrata que reinou no país. Enfatiza a permissibilidade de convívio entre o senhor e o escravo. Constatação essa que justificaria a miscigenação brasileira, agora não vista mais com caráter depreciativo.	Propõe um modelo a ser seguido pelos movimentos operários, busca uma retomada da teoria marxista, onde a revolução seria processo autônomo da classe trabalhadora, não de modelos prontos enviados pela URSS. Solução não estava em uma revolução democrática burguesa, mas em uma revolução socialista.	Na sua busca pela “essência” do brasileiro, postula o termo “homem cordial”. Secreção de toda estrutura política, econômica e social completamente instável de famílias patriarcas e escravocratas.
Complemento	Um dos responsáveis pelo projeto político que inclui o ensino de sociologia nas escolas do Brasil.	Fundamentava sua obra no instante da transição entre a economia colonial para a economia nacional. Considerando que estas carregavam consigo duas formas distintas de organização social.	Tal herança da “frouxidão organizacional” ibérica trouxe-nos uma dificuldade de distanciar-nos dos laços familiares, sobretudo uma dificuldade de separar o âmbito público do privado.

O integralismo e a intelectualidade de direita

O movimento intelectual da década de 30 não trouxe apenas pensadores de influência marxista ou liberal, mas também os de direitas, ideólogos do integralismo. Outro movimento cultural conservador foi encabeçado pela Igreja Católica, o chamado Renascimento Católico, que apresentou como seu porta-voz Alceu Amoroso Lima e Jackson de Figueiredo.

Destaque!

• **Plínio Salgado**

Destaca-se pelo seu integralismo, como um movimento nacionalista, anticomunista, antiliberal e antisemita. Via com desconfiança não só o movimento modernizador da sociedade, mas também o liberalismo e o marxismo.

Depois de uma viagem à Itália em 1930 onde conheceu Mussolini, voltou decidido a fundar um movimento fascista no Brasil. Já em 1932, publica o *Manifesto de Outubro* e participa da fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), que seria o meio de compatibilizar os aspectos dicotômicos da sociedade brasileira, que, segundo ele, era estreitamente dualista.

A década de 40 ou Fase “C”

A Segunda Guerra Mundial foi à responsável pela emergência e consagração dos Estados Unidos e da então URSS como potências mundiais; ao fim da Guerra, selam acordo dividindo áreas de influência soviéticas e norte-americanas, dividindo o mundo em dois blocos político-econômicos rivais e inconciliáveis. O pensamento sociológico pós-Estado Novo reflete as questões das novas e antigas nações. A industrialização transforma radicalmente as relações sociais. O trabalho agrícola perdia sua importância em relação ao industrial.

Na década de 1940, os países adquiriam consciência de sua complexidade e de sua particularidade. Surgiram também nesta década os chamados “cronistas viajantes”, assim descritos por **Octavio Ianni** (1926-2004), que nada mais eram do que intelectuais estrangeiros que, fugindo da guerra na Europa, procuravam estruturas sociais diferentes, sociedades que por sua diversidade poderiam realizar uma linha de raciocínio diferente daquela já conhecida. Assim surge o interesse pela realidade brasileira.

Após 1945, a sociologia brasileira entra na sua **fase de consolidação**, também chamada de **Fase “C”**. Esta fase é marcada pela sistematização da aplicação de referenciais teóricos oriundos da Europa e Estados Unidos, e esboços de novos conceitos mais adequados à realidade brasileira são desenvolvidos. Também ocorre uma expansão do ensino de Sociologia e do uso mais sistemático de técnicas de pesquisa. É neste período que surgem as obras de sociólogos como **Josué de Castro** (1908-1973), **Luiz Aguiar Costa Pinto** (1920-2002), **Leôncio Martins Rodrigues** (1934-), **Juarez Brandão Lopes** (1925-2011), **Luiz Pereira** (1933-1985), **Octávio Guilherme Velho** (1942-), entre outros. Alguns representantes da fase de organização, como Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre, continuam produzindo nesta época.

Novos temas passam a ser abordados, tais como o **processo da revolução brasileira**, a **industrialização** e a **classe operária**, o **subdesenvolvimento** etc. Entre as obras de destaque deste período, podemos citar: *Campesinato e Capitalismo Autoritário*, de Octávio Guilherme Velho; *Geografia da fome*, de Josué de Castro; *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior; *Industrialização e Atitudes Operárias*, de Leôncio Martins Rodrigues. A partir deste período, a sociologia brasileira ganha maior autonomia, ultrapassando a mera importação de ideias. Esboçou-se, assim, novos conceitos e “tipologias nacionais”.

O desenvolvimento da sociologia brasileira pós-45 pode ser explicado pelo desenvolvimento (intelectual e institucional) acumulativo da sociologia, pela institucionalização do período anterior, pela vinda de sociólogos estrangeiros, pela formação de novos sociólogos mais profissionalizados e especializados e, principalmente, pelas mudanças sociais. Dentre estas mudanças, cabe destaque para o chamado “modelo de substituição de importações”, a ascensão do populismo, a ampliação da urbanização e industrialização, a expansão do sistema de ensino (institutos de pesquisa, consolidação da comunidade científica), o crescimento da demanda por títulos universitários, o aprofundamento da racionalização e a nova onda de desenvolvimento da sociologia norte-americana e europeia no pós-guerra exerceram uma grande influência no desenvolvimento da sociologia brasileira.

Década de 50

A Segunda Guerra Mundial trouxe profundas desestruturas na sociologia mundial. Diversos intelectuais europeus migraram para América buscando novos ares para produzirem suas obras. Esses “cronistas viajantes”, como já falamos, eferverceram o cenário sociológico, pois acharam aqui um panorama totalmente diferente da realidade onde eles viviam.

Esse período foi de grande importância para o desenvolvimento das ciências da sociedade, pois temas socioeconômicos eram explorados por pensadores que tem repercussão até hoje; são eles: Florestan Fernandes e Celso Furtado.

- **Florestan Fernandes** (1920-1995)

Florestan Fernandes nasceu em 22 de julho de 1920, em São Paulo e era proveniente de uma família extremamente humilde (sua mãe era lavadeira). Florestan começou a trabalhar aos 6 anos. Por não conseguir conciliar trabalho e estudo, parou de estudar aos 9 anos, retomando os estudos somente aos 17.

Iniciou sua vida acadêmica na Universidade de São Paulo (USP), formando-se no ano de 1943 em Ciências Sociais. Tornou-se Mestre em 1947 e Doutor em 1951. Foi professor universitário e, durante a ditadura militar, foi cassado e exilado no Canadá. Faleceu aos 75 anos, em 1995.

Florestan foi um brilhante intelectual, excepcional professor, escritor e político. Foi eleito deputado federal duas vezes pelo Partido dos Trabalhadores. Em seus mandatos, preocupou-se em elaborar leis para melhorar a educação brasileira. Condenava a pedagogia tradicional, pois acreditava que ela estava muito distante da realidade brasileira e, principalmente, do processo social. Era um entusiasmado defensor da escola pública.

Como marxista, acreditava que os trabalhadores deveriam estar bem informados, o que só ocorreria por meio da educação.

Sempre esteve engajado na luta por um melhor ensino. Durante sua luta em defesa da escola pública, Florestan mostrou como um sociólogo pode sair do mundo acadêmico, do mundo da teoria, e partir para a prática, vinculando-se às lutas sociais. Como sociólogo socialista, demonstrou na teoria e na prática toda a sua preocupação com as classes menos favorecidas e combateu a desigualdade social. É chamado de **pai da sociologia crítica no Brasil**.

Em tudo o que fez, quer como professor, escritor, político ou sociólogo, sempre refletiu sobre as desigualdades sociais e sobre qual seria o papel da sociologia em relação a isso. Acreditava que o sociólogo deveria participar ativamente para encontrar as transformações necessárias e a solução dos problemas sociais. Com suas ideias inovadoras, Florestan possibilitou aos sociólogos um maior reconhecimento dessa profissão dentro da sociedade.

VASCONCELOS, Ana. *Base do Saber: Sociologia*. 1ª ed. São Paulo: Rideel, 2009. pp 112-113

Florestan Fernandes estudou na USP onde teve grande influência de Roger Bastide, o qual desenvolveu, com parceria de Florestan, um estudo sobre negros e a questão racial no Brasil, que originou umas de suas mais prestigiadas obras: *A integração do negro na sociedade de classes*.

Florestan pregava a “sociologia militante”, que visava unir a teoria com a prática. Essa busca em conciliar a teoria e a ação prática foi uma grande marca em sua vida.

Entendia ele que a sociedade devia ser estudada por fundamentos de sua organização e suas ocorrências históricas, os dilemas assim por ressaltado. Esse era motivo de sua concepção de análise, que por muitos foi definida como “histórico-cultural”. Na visão florestaniana a sociedade brasileira, por ter uma formação histórica peculiar, exigia uma abordagem com traços nítidos e definidos no estudo das relações sociais.

Desenvolveu diversas obras, dentre elas, podemos destacar: *A integração do negro na sociedade de classes*; *A revolução burguesa no Brasil*; *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*; e *A sociologia numa era de revolução social*.

- **Celso Furtado** (1920-2004)

Um dos grandes nomes do pensamento econômico, não só do Brasil, mas como em toda a América Latina, sem dúvida foi Celso Furtado.

Desenvolveu diversos trabalhos na área econômica, principalmente em parceria com a **Cepal** (Comissão Econômica para a América Latina), criando, assim, a escola “cepaliana”. E considerado o **pai da Economia Política Brasileira**.

Antes de Furtado, o pensamento econômico brasileiro era formado por esquemas interpretativos, como o estabelecimento dos preços e a lei da oferta e procura, os quais defendiam o interesse das classes dominantes.

Porém, Furtado vem desmistificar toda essa ideologia, propondo uma interpretação histórica da realidade econômica. Defendia que o subdesenvolvimento não correspondia a tinha etapa histórica, mas sim de formação econômica, influenciada com o capitalismo internacional.

Analisava situações de países onde havia um notável desenvolvimento industrial e o estágio agrário não tinha sido superado, como o caso da maioria dos países latino-americanos. Durante o governo de Goulart, Celso Furtado exerceu célebre trabalho como diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento (atual BNDES) e, posteriormente, na SUDENE, este já no governo JK. Nessa época, Furtado era visto como o principal defensor dos interesses do Brasil perante ao capitalismo internacional.

Suas principais obras são: *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, livro que se amplia em volume posterior; *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*; *Um projeto para o Brasil*; *A pré-revolução brasileira*; *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, no qual ele levanta duas questões: a primeira delas diz respeito aos impactos do processo econômico no meio físico, na natureza – um tema completamente alheio ao núcleo do pensamento tradicional na economia –; e a segunda se refere à constatação do caráter de mito moderno do desenvolvimento econômico. Porém, seu clássico é **Formação Econômica do Brasil**, obra esta que faz um estudo amplo e inédito da realidade histórica econômica do Brasil – do tempo da colonização portuguesa aos dias atuais – e claro em relação à época em que ela foi escrita.

Vale destacar a obra do mulato baiano de família pobre **Alberto Guerreiro Ramos** (1915-1982), **A Redução Sociológica**, por exemplo, é um marco do pensamento sociológico brasileiro, publicada em 1958, que possui três significados distintos: assimilação crítica da produção estrangeira; atitude parentética, entendida como preparação cultural da pessoa para transcender, no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra sua expressão livre e autônoma; e, superação da ciência social na forma institucional e universitária em que se encontra.

Por redução sociológica, entende-se um método de análise de concepções e fatos sociais, segundo Ramos, é um método destinado a habilitar o estudioso a praticar a transposição do conhecimento e de experiências de uma perspectiva para outra. O ponto alto desta obra é ter, concomitantemente, criticado o colonialismo cultural existente no Brasil (inclusive Florestan Fernandes, uma de suas figuras mais proeminentes) e defendido ideias inovadoras. Neste sentido, Guerreiro Ramos defendeu a necessidade de uma “consciência crítica da realidade nacional” em contraposição ao que denominou “sociologia enlatada” ou “sociologia consular”, uma espécie de sociologia “de gabinete”, distante dos problemas nacionais, onde o sociólogo atua menos como um solucionador de problemas e mais como representante de uma teoria estrangeira ineficiente para explicar a realidade local, apoiando assim a dominação cultural e científica que os países periféricos sempre sofreram e continuam sofrendo.

Para o autor a deficiência da sociologia no Brasil, era consequência da dependência da sociedade brasileira. Esta deficiência da sociologia nacional se manifestava sob a forma de alienação, já que o sociólogo brasileiro reproduzia a sociologia estrangeira sem criticidade, de maneira servil, e sem observar os seus pressupostos históricos, supervalorizando os nomes estrangeiros para o grande público e desvalorizando o pensamento social brasileiro.

A obra de Guerreiro Ramos percorreu o mundo rompendo fronteiras, foi, por exemplo, aclamado no México, conseguiu promover e influenciar a produção sociológica brasileira, deixando-a mais inovadora, problematizadora, e independente em relação aos cânones estrangeiros. Algo que no campo artístico

ficou conhecido como “movimento antropofágico”. O que Ramos propõe para a sociologia foi o que Mário e Oswald de Andrade propuseram para a produção intelectual e artística brasileira após 1922. Esta obra marca um processo de amadurecimento da sociologia brasileira, embora ainda permaneça, até os dias de hoje, sendo uma “sociologia enlatada”.

Por outro lado, a proposta encontra-se desatualizada, principalmente naquilo que diz respeito ao entendimento que faz do conceito de desenvolvimento, submetendo-o às perspectivas econômicas e atrelando-o a uma perspectiva teleológica. Sua proposta, no contexto em que foi apresentada, encontrou dificuldades de lidar com a realidade do socialismo de Estado, à época uma realidade.

A fase subsequente da sociologia brasileira vai acontecer a partir da segunda metade dos anos 60, mas já enquanto ciência consolidada.

Os anos 60 e o golpe de 64

Na década de 60 a Sociologia se preocupou com o processo de industrialização do país, nas questões de reforma agrária e movimentos sociais na cidade e no campo e, a partir de 1964, o trabalho dos sociólogos se voltou para os problemas sócio políticos e econômicos originados pela tensão de se viver em um país cujo a forma de poder é o regime militar.

Surgiu nessa época, também, a Teologia da libertação, onde setores da Igreja Católica passaram a radicalizar com seus pensamentos. Nessa época, no Brasil, em que os militantes católicos se aproximaram dos movimentos no campo, surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade que está na origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Essa mudança delinear-se já na metade da década de 1950, configurando-se plenamente de 1960 em diante.

A segunda questão diz respeito à derrogação do estatuto da estabilidade, que até o ano de 1966 regeu a relação social de contrato de compra e venda da força de trabalho e foi substituído pela sistemática do fundo de garantia por tempo de serviço. A consideração do caráter despótico do poder imediato do capital sobre o trabalho levou a problematizar duas tomadas de posições na produção de conhecimento existente, particularmente na área de Sociologia Industrial e do Trabalho. A primeira é a consideração de relações de trabalho de dominação/subordinação de cunho patrimonialista na indústria brasileira. A segunda é sobre o caráter integração/ajustamento/adaptação do trabalhador na empresa industrial presente naquela consideração.

Na década de 60, os estudos sobre a formação do moderno operariado fabril no Brasil e América Latina, centravam-se em alguns binômios representativos: industrialização/urbanização, moderno/tradicional, migração rural/urbana; mobilidade social/acesso aos bens materiais e simbólicos da sociedade moderna; o meio urbano-industrial/baixa organização sindical dos trabalhadores.

As relações sociais no mundo do trabalho passam a ser analisadas imbricadas com o mundo da vida onde fatores como família e redes de sociabilidade informais, demonstram possuir um peso antes desconsiderado.

A multiplicidade de fatores decorrentes dos contatos, conflitos e acomodações de povos e culturas diversas; o contraste entre as sociedades em mudança e as culturas de *folk* remanescentes em toda a vasta extensão territorial; a variedade de paisagens culturais; e a contemporaneidade ou justaposição nas realidades concretas, de séculos ou de “camadas históricas” deveriam certamente sacudir a atenção e despertar o interesse pelo estudo científico dessas realidades sociais vivas e atuais.

Redemocratização

Com a abertura política nos anos 80 o país busca retomar sua identidade social. Durante o regime militar, muitos intelectuais foram aposentados e impedidos de lecionar; outros foram exilados ou se exilaram por espontânea vontade, passando a publicar suas obras no exterior.

Tendo o fim do bipartidarismo, agora sendo pluripartidar, um grande número de célebres pensadores brasileiros decidem deixar a cátedra para ingressar na política.

Darcy Ribeiro (1922-1997), por exemplo; filia-se ao PTB (Partido Democrático Trabalhista) este de Getúlio Vargas que reivindicava o nacionalismo e o populismo. Posteriormente ajuda Leonel Brizola a fundar o PDT (Partido Democrático Trabalhista). Outros nomes da sociologia ajudaram a fundar o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) como **Fernando Henrique Cardoso**, este assumindo a Presidência da República em 1994, sendo o primeiro sociólogo na história assumir tal cargo.

Entretanto, o partido que mais se beneficiou com essa nova atuação dos cientistas sociais foi o PT (Partido dos Trabalhadores). Nomes como **Florestan Fernandes**, (1920-1995) **Antônio Cândido de Mello e Souza** (1918-) e **Francisco Weffort** (1937-) foram alguns que engajaram na luta política do PT.

Esse engrossamento de intelectuais foi de imensa importância para o período histórico que o país vivia, tratava-se de uma integração das teorias sociais e práticas políticas, e o resultado dessa parceria viria em 1988, quando foi promulgada a nova Constituição do Brasil, a sétima em vigor, porém, a única com o emblema de “cidadã”, como descrita por Ulysses Guimarães.

Percebe-se também nessa época uma grande diversificação das ciências sociais em nosso país. É de se ressaltar que o Brasil sempre foi um campo fértil para ciências sociais, devido a toda sua história, mas no período em que referimos à multiplicidade dos campos de estudo, em especial na sociologia, surgem diversos estudos e análises sobre a questão feminina, do menor, das favelas, das artes, da violência urbana e rural, entre outras.

A sociologia se torna cada vez mais interdisciplinar e plural no Brasil. Os sociólogos buscam redefinir seus conceitos de interdependência em um mundo cada vez mais globalizado. Eis alguns destaques:

- **Darcy Ribeiro** (1922-1997)

Darcy Ribeiro nasceu em 26 de outubro de 1922, em Minas Gerais. cursou a Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo, formando-se em Ciências Sociais no ano de 1946, também especializando-se em Antropologia.

Homem de grande cultura, Darcy Ribeiro foi etnólogo, antropólogo, professor, educador, político, ensaísta e romancista. De 1947 a 1956 foi etnólogo do antigo Serviço de Proteção ao Índio. Estudou a vida dos índios de Mato Grosso, Amazonas, Paraná e Santa Catarina. Criou o Parque Indígena do Xingú e fundou o Museu do Índio. Juntamente com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) elaborou um manual sobre os aborígenes do mundo inteiro.

Darcy lutou pelos povos indígenas e denunciou como a cultura e a etnia indígena vinham e vêm sendo exterminadas.

Ele buscou explicar em sua obra, historicamente, como a questão indígena se iniciou, mas não somente explicou como, principalmente, buscou formas de resolver a situação dos indígenas. Criou a Universidade de Brasília (UNB), sendo também o primeiro reitor dessa universidade. Foi Ministro da Educação em 1961 e chefe da Casa Civil durante o Governo de João Goulart.

Foi exilado político no Uruguai, durante o golpe militar de 1964. De volta ao Brasil, foi preso, julgado e absolvido, e novamente exilado, dessa vez na Venezuela. Retornou ao Brasil em 1979 e passou a lecionar na Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ), tornando-se posteriormente Secretário da Cultura no Rio de Janeiro, durante o governo de Leonel Brizola, e vice-governador em 1982.

Em 1990, eleito senador, defendeu vários projetos benéficos ao povo. Foi secretário de estado da Cultura e coordenador do Programa Especial de Educação do Rio de Janeiro. Em 1992, foi eleito para ocupar a cadeira de número 11 da Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 17 de fevereiro de 1997.

Darcy nos deixou uma vasta produção de livros e uma enorme contribuição para a educação brasileira. Também contribuiu com a cultura em geral por meio de diversos ensaios.

Em sua obra *O povo brasileiro*, ele escreveu:

“Nós brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço, na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos viveu por séculos sem consciência de si.... Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros... [...]

Meu livro mostra por que caminhos e como nós viemos, criando aquilo que eu chamo de Nova Roma com boa justificação... Roma por quê? A grande presença no futuro da romanidade, dos neolatinos é a nossa presença. Isso é o Brasil, uma Roma melhor porque mestiça, lavada em sangue negro, em sangue índio, sofrida e tropical. Com as vantagens imensas de um mundo enorme que não tem inverno e onde tudo é verde e lindo, e a vida é muito mais bela... E é uma gente que acompanha esse ambiente com uma alegria de viver que não se vê em outra parte. Esse país tropical, mestiço, orgulhoso de sua mestiçagem.... Isso é que me levou muito tempo. Entender como isso se fez.... Havia muita bibliografia sobre aspectos particulares, mas não uma visão de conjunto. Deixa eu contar pra vocês como isso se fez? [...]

No Brasil a mestiçagem sempre se fez com muita alegria, e se fez desde o primeiro dia.... Eu prometi contar como. Imagina a seguinte situação: uns índios colocados na praia e chamando outros: “venham ver, venham ver, tem um trem nunca visto”. E achavam que viam barcas de Deus, aqueles navios enormes com as velas enfiadas... “O que é aquilo que vem? Eles olhavam, encantados com aqueles barcos de Deus, do Deus Maira chagando pelo mar grosso. Quando chagaram mais perto, se horrorizaram. Deus mandou pra cá seus demônios, só pode ser. Que gente! Que coisa feia! Porque nunca tinham visto gente barbada – os portugueses todos barbados, todos feridos de escorbuto, fétidos, meses sem banho no mar... Mas os portugueses e outros europeus feiosos assim traziam uma coisa encantadora: traziam faquinhas, facões, machados, espelhos, miçangas, mas, sobretudo, ferramentas. Para o índio passou a ser indispensável ter uma ferramenta. Se uma tribo tinha uma ferramenta, a tribo do lado fazia uma guerra pra tomá-la.

Ao longo da costa brasileira se defrontaram duas visões de mundo completamente opostas: a selvageria e a civilização. Concepções diferentes de mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Aos olhos dos europeus os indígenas pareciam belos seres inocentes, que não produziam nada que pudesse ter valor comercial. Serviam apenas para ser vendidos como escravos. Com a descoberta de que as matas estavam cheias de pau-brasil, o interesse mudou... Era preciso mão de obra para retirar a madeira.”

Nesse livro, Darcy compara nossa história com a de outros países da América. O trecho transcrito se inicia falando da mestiçagem brasileira e mostra, de forma bastante irônica e até divertida, como o indígena percebeu a chegada dos portugueses e como o português viu o indígena; foi o choque cultural de dois povos completamente diferentes.

Em outro trecho, Darcy escreve:

“Mas foi essa gente nossa, feita da carne de índios, alma de índios, de negros, de mulatos, que fundou esse país. Esse “paizão” formidável. Invejável. A maior faixa de terra fértil do mundo, bombardeada pelo sol, pela energia do sol. É uma área imensa, preparada para lavouras imensas, produtoras de tudo, principalmente de energia. A Amazônia devia ser um país, porque é tão diferente. O Nordeste, até a Bahia... outro país que é diferente. A Paulistânia e as Minas Gerais juntas são outra gente... O Sul, outra gente.... Esse povão que está por aí pronto pra assumir como um povo em si e como um povo diferente, como um gênero humano novo dentro da Terra. É claro que eu tinha de fazer um livro sobre o Brasil que refletisse de certa forma isso. E li tudo que se falou do Brasil. Então estava preparado para fazer esse livro. E gosto dele. Tenho orgulho do fundo do peito de ter dado ao Brasil esse livro. É o melhor que eu podia dar. Gosto muito disso.

Nesse livro, Darcy demonstra toda a sua paixão pelo Brasil, mostra a construção do país e sua formação étnica, além de fazer uma brilhante análise da estrutura da sociedade. Também mostra a regionalização do Brasil e analisa as classes sociais, acreditando que o país irá mudar, porém, acreditava que essa mudança viria por meio da democracia sem guerra.

No campo da sociologia e da antropologia, Darcy Ribeiro nos deu uma contribuição fundamental.

VASCONCELOS, Ana. *Base do Saber: Sociologia*. São Paulo: Rideel, 2009

• **Fernando Henrique Cardoso (1931)**

Nasceu no Rio de Janeiro em 18 de abril de 1931; já em 1949 começou a estudar sociologia na USP onde lecionaria quatro anos mais tarde. Com o golpe de 64 se exilou no Chile e Argentina. Trabalhou como professor em diversas instituições pelo mundo como a Universidade de Nanterre e a Faculdade de Ciências Sociais de Santiago, no Chile. Foi também nomeado diretor-adjunto do Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica Social.



Agência Brasil

Em seus estudos sociológicos, pesquisou a evolução social da América Latina e analisou a dependência dos países subdesenvolvidos no sistema internacional de produção e comércio, este pensamento é descrito com clareza em suas obras: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1969) esta escrita em parceria de Enzo Faletto; e *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Nesta fase FHC, como ficou conhecido por seu acrônimo, se destina a sociologia do desenvolvimento, porém, ele também aprofundou-se pela sociologia política, pois teve um grande destaque na política nacional, como já foi citado; foi senador-suplente de Franco Montoro em 1978 e assumindo a cadeira quando Montoro assumiu o governo de São Paulo; elegeu-se novamente ao senado, agora pelo PSDB, partido esse que ajudou a fundar. Em 1994 foi eleito Presidente de República reelegendo-se em 1998.

O ex-presidente do Brasil é um dos mais conhecidos sociólogos da contemporaneidade, principalmente por ter se tornado um dos ideólogos da **corrente desenvolvimentista**. Sua teoria sugere que os países subdesenvolvidos devam se associar entre si, buscando um caminho capitalista alternativo para o desenvolvimento, livrando-se da dependência das grandes potências. FHC era contrário à tese de que os países do Terceiro Mundo só se desenvolveriam se fizessem uma revolução socialista. Atualmente é bastante assediado por sua atuação em movimentos **pró-descriminalização** das drogas.

• **Cristovam Buarque (1944-)**

Nascido em Recife no ano de 1944, o professor universitário e político Cristovam Buarque é autor da obra *A segunda abolição*, publicada em 1999, na qual trata do problema da pobreza no Brasil, contribuindo no processo de evolução da sociologia brasileira.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2017) A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente procurou fazê-lo por rotas originais, como o esporte, a música e a dança. Esporte, sobretudo o futebol, música, sobretudo o samba, e dança, sobretudo o carnaval, foram os principais canais de ascensão social dos negros até recentemente. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogâncias de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Adaptado.

Em relação ao argumento de que no Brasil existe uma democracia racial, o autor demonstra que:

- A) essa ideologia equipara a nação a outros países modernos.
 - B) esse modelo de democracia foi possibilitado pela miscigenação.
 - C) essa peculiaridade nacional garantiu mobilidade social aos negros.
 - D) esse mito camuflou formas de exclusão em relação aos afrodescendentes.
 - E) essa dinâmica política depende da participação ativa de todas as etnias.
02. (UFPR-História) O nosso estilo de jogar futebol me parece contrastar com o dos europeus por um conjunto de qualidades de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e ao mesmo tempo de brilho e de espontaneidade individual em que se exprime o mesmo mulatismo (...). Os nossos passes, os nossos pitus, os nossos despistamentos, os nossos floreios com a bola, o alguma coisa de dança e capoeiragem que marcam o estilo brasileiro de jogar futebol, que arredonda e às vezes adoça o jogo inventado pelos ingleses e por eles e por outros europeus jogado tão angulosamente, tudo isso parece exprimir de modo interessantíssimo para os psicólogos e os sociólogos o mulatismo flamboyant e, ao mesmo tempo, malandro que está hoje em tudo que é afirmação verdadeira do Brasil.

FREYRE, Gilberto. *Sociologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. p. 421-422.

Parte significativa da leitura sociológica que existe sobre o futebol brasileiro é devedora à análise que o sociólogo Gilberto Freyre faz da “essência” do homem brasileiro. A partir do texto acima, é correto afirmar:

- A) Para Freyre, o nosso estilo de jogar resulta da soma da desobediência às regras do futebol com o individualismo típico do mulato brasileiro.
- B) Freyre afirma que o jeito brasileiro de jogar futebol é herdado da disciplinada cultura europeia; nega, portanto, a herança da espontaneidade dos movimentos deixada pelos escravos.
- C) Como o futebol no Brasil foi introduzido por imigrantes europeus, que vieram para substituir o trabalho do escravo negro entre o final do século XIX e início do XX, Freyre conclui que o caráter do homem brasileiro evidencia a negação da cultura negra e escrava enquanto influência sobre o “nosso estilo de jogar futebol”.

- D) Para o autor, a forma malandra de nosso mulatismo ao jogar o futebol é uma das manifestações da essência do caráter do brasileiro.
- E) A espontaneidade individual, os excessivos floreios, próprios de nossa forma malandra de viver e jogar o futebol – todos herdados de nosso passado escravista –, são vistos por Gilberto Freyre como indícios do subdesenvolvimento cultural do brasileiro.
03. (UEL/2007) O trecho a seguir, de autoria de Victor Nunes Leal, encontra-se no clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, publicado em 1949.

E assim nos parece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos “coronéis” e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a licença do “coronel” – firmada na estrutura agrária do país –, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa Ômega, 1986, 5ª ed., p. 43.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a situação social e política do país no período em questão, assinale a alternativa correta a respeito das eleições e do sistema representativo no Brasil.

- A) A troca de favores entre chefes locais e poder público é algo completamente superado pela democracia que se instaurou no Brasil nos últimos 20 anos.
- B) Independentemente da estrutura social e política, a prática da troca de favores entre chefes locais e poder público continua sendo o mecanismo primordial de relacionamento político no Brasil.
- C) A troca de favores entre chefes políticos locais e poder público ocorria graças aos “votos de cabresto”.
- D) A troca de favores entre chefes políticos locais e poder público só acontecia porque os cidadãos lutavam por seus direitos.
- E) A troca de favores entre os chefes políticos e o poder público foi a maneira encontrada por ambos para defender os interesses públicos e republicanos.
04. (Enem/2017 – Prova Verde - Libras) A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Reord, 1999.

A temática discutida é muito presente na obra de Gilberto Freyre, e a explicação para essa recorrência está no empenho do autor em

- A) defender os aspectos positivos da mistura racial.
- B) buscar as causas históricas do atraso social.
- C) destacar a violência étnica da exploração colonial.
- D) valorizar a dinâmica inata da democracia política.
- E) descrever as debilidades fundamentais da colonização portuguesa.

05. (UEL/2005) A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem. Os mandamentos e as ordenações que elaboraram esses eruditos são, em verdade, criações engenhosas de espírito, destacadas do mundo e contrárias a ele. Nossa anarquia, nossa incapacidade de organização sólida não representam, a seu ver, mais do que uma ausência da única ordem que lhes parece necessária e eficaz. Se a considerarmos bem, a hierarquia que exaltam é que precisa de tal anarquia para se justificar e ganhar prestígio.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 33.

Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda são intelectuais da chamada “Geração de 30”, primeiro momento da sociologia no Brasil como atividade autônoma, voltada para o conhecimento sistemático e metódico da sociedade. Sobre as preocupações características dessa geração, considere as afirmativas a seguir.

- Critica o processo de modernização e defende a preservação das raízes rurais como o caminho mais desejável para a ordem e o progresso da sociedade brasileira;
- Promove a desmistificação da retórica liberal vigente e a denúncia da visão hierárquica e autoritária das elites brasileiras;
- Exalta a produção intelectual erudita e escolástica dos bacharéis como instrumento de transformação social;
- Faz a defesa do cientificismo como instrumento de compreensão e explicação da sociedade brasileira.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e III
B) I e IV
C) II e IV
D) I, II e III
E) II, III e IV



Exercícios Propostos

01. (Enem/2009) “Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas; senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens”.

- De acordo com a abordagem anterior de Gilberto Freyre sobre a formação da sociedade brasileira, é correto afirmar que
- A) a colonização na América tropical era obra, sobretudo, da iniciativa particular.
 - B) o caráter da colonização portuguesa no Brasil era exclusivamente mercantil.
 - C) a constituição da população brasileira esteve isenta de mestiçagem racial e cultural.
 - D) a Metrópole ditava as regras e governava as terras brasileiras com punhos de ferro.
 - E) os engenhos constituíam um sistema econômico e político, mas sem implicações sociais.

02. (FCC/2015) A chamada “teoria da modernização” influenciou as primeiras formulações acerca do conceito de populismo no Brasil, na década de 1950. Segundo essa teoria, o populismo era resultado de um fenômeno que vinha ocorrendo desde os anos 1930 no Brasil, e que consistia
- A) na nova política de massas implementada por jovens políticos conscientes de que precisavam apostar em fórmulas ousadas de publicidade, como o culto ao líder e o anúncio de medidas de austeridade a fim de cativar as parcelas mais humildes da população.
 - B) no crescimento do acesso aos meios de comunicação modernos, como o rádio, a imprensa e a TV, tanto na cidade como no campo, e que garantia a eficácia da propaganda política dos partidos populistas.
 - C) na ilusão de que estava em curso um forte processo de modernização urbana e que o país progredia economicamente; discurso difundido por políticos que, dessa maneira, conquistavam o apoio das elites das grandes cidades.
 - D) na sindicalização massificada dos trabalhadores em todo o país, após a II Guerra, o que fez crescer a consciência de classe e as demandas por direitos trabalhistas, denominadas pejorativamente de populistas por emanarem do povo.
 - E) na proletarização de trabalhadores que vinham do campo para as cidades e que, sem experiência de participação política, tornavam-se suscetíveis à influência de líderes carismáticos com discursos que correspondiam a algumas de suas demandas.

03. (UEL/2011) Leia o texto a seguir.
- Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 160.

- O trecho de *Raízes do Brasil* ilustra a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda sobre a tradição política brasileira. A esse respeito, considere as afirmativas a seguir.
- I. As mudanças políticas no Brasil ocorreram conservando elementos patrimonialistas e paternalistas que dificultam a consolidação democrática;
 - II. A política brasileira é tradicionalmente voltada para a recusa das relações hierárquicas, as quais são incompatíveis com regimes democráticos;
 - III. As relações pessoais entre governantes e governados inviabilizaram a instauração do fenômeno democrático no país com a mesma solidez verificada nas nações que adotaram o liberalismo clássico;
 - IV. A cordialidade, princípio da democracia, possibilitou que se enraizassem, no país, práticas sociais opostas aos princípios do clientelismo político.

- Assinale a alternativa correta.
- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
 - B) Somente as afirmativas I e III são corretas.
 - C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
 - D) Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.
 - E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

04. (UEM/2008 – Adaptada) Nas décadas de 1950 e 1960, os estudos da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) motivaram um intenso debate sobre a condição subdesenvolvida de países como o Brasil. Sobre esse assunto, assinale o que for correto.
- I. Pesquisadores como Celso Furtado afirmaram que as economias capitalistas não seguem uma trajetória evolucionista. Assim, o subdesenvolvimento não seria uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas resultado de processos históricos autônomos;
 - II. No período indicado anteriormente, os estudiosos do subdesenvolvimento defendiam que o Estado deveria intervir na economia como caminho para o desenvolvimento. Esse diagnóstico influenciou as políticas econômicas implantadas em vários países da América Latina;
 - III. A Cepal foi instituída pela ONU (Organização das Nações Unidas) no final da década de 1940, com o objetivo de formular planos de desenvolvimento para a América Latina;
 - IV. No período histórico em questão, o Brasil alcançou um grau significativo de industrialização, a exemplo do setor automobilístico. A geração de emprego nesse e em outros setores da economia nacional foi suficiente para romper as barreiras do subdesenvolvimento;
 - V. Os estudiosos do subdesenvolvimento preconizavam que, além da industrialização, o Estado deveria promover reformas sociais para alcançar o desenvolvimento.

- Assinale a alternativa correta.
- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
 - B) Somente as afirmativas II e IV são corretas.
 - C) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
 - D) Somente as afirmativas I, II, III e V são corretas.
 - E) Somente as afirmativas I, III e V são corretas.

05. (Enem/2015) Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

- Um traço formador da vida pública brasileira expressa-se, segundo a análise do historiador, na
- A) rigidez das normas jurídicas.
 - B) prevalência dos interesses privados.
 - C) solidez da organização institucional.
 - D) legitimidade das ações burocráticas.
 - E) estabilidade das estruturas políticas.

06. (Simulado Avalia/SFB 2018)

Para Freyre a miscigenação havia garantido o equilíbrio dos antagonismos presentes no processo de formação da sociedade brasileira, criando condições para o surgimento de uma civilização original. Essa miscigenação, que teria se dado no âmbito da cultura, restringindo sua aplicação à biologia, mas também permitindo que ela se ligasse ao conceito de democracia. Negando justamente a função democratizante da miscigenação, os estudos de Fernandes colocaram em xeque o mito da democracia racial. A miscigenação e a convivência harmônica entre as raças não teria impedido que o fenômeno social do racismo se manifestasse em diferentes formas de preconceito racial.

KERN, Gustavo da Silva. *Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: o debate em torno da democracia racial no Brasil*. Revista Historiador, n° 06. Ano 06. Janeiro de 2014. p.89

Os pensamentos dos dois cientistas sociais brasileiros citados no trecho proporcionam uma

- ampla discussão acerca da formação do povo brasileiro e como o mesmo conseguiu criar mecanismos para inibir a discriminação racial.
- limitação científica sobre o racismo no Brasil, já que outros cientistas conseguiram comprovar o caráter biológico da superioridade branca.
- imobilidade da produção acadêmica com a referida temática, até mesmo porque a democracia racial é a nossa principal imagem para outras nações.
- mistura de termos científicos de escolas distintas da Sociologia, mas que acabam por corroborar a eficiência das políticas públicas de combate ao racismo no Brasil.
- analogia de argumentos que buscam compreender as relações de poderes entre os sujeitos históricos de vários grupos étnico-raciais que compõem a estrutura social brasileira.

07. (Simulado Avalia/SFB 2018)

Texto I

NO MEIO DO CAMINHO TINHA UM MENINO (AMARRADO AO POSTE)

A cena chocou. É possível que o motivo da consternação tenha sido o local da ação e não a ação em si. Sim. Um menino, amarrado ao poste, em uma rua da Zona Sul do Rio de Janeiro, não é um fato comum. Meninos, amarrados em postes, baleados, espancados, violentados não cabem na paisagem da Zona Sul da cidade. Essas devem ser imagens periféricas, cotidianas das favelas, dos subúrbios. Imagens de barbárie que já não chocam nem causam espanto aos olhos dos que estão – e devem continuar – à margem.

O “menino amarrado ao poste” deu sorte. Ele poderia estar morto. Se assim fosse, seria mais um a entrar para a estatística da barbárie cometida diuturnamente nos becos e vielas em todo País. Imagens de corpos violados, machucados, inertes... reflexos distantes de uma realidade encoberta aos olhos sensíveis de uma parcela da população que teima em não querer enxergar: a indústria do genocídio da juventude preta e pobre.

<http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/3873-no-meio-do-caminho-tinha-um-menino>

Texto II

Roger Bastide e Florestan Fernandes, escrevendo sobre a escravidão, revelam traços essenciais do racismo à brasileira, observando que: “Negro equivalia a indivíduo privado de autonomia e liberdade; escravo correspondia (em particular do século XVIII em diante) a indivíduo de cor. Daí a dupla proibição, que pesava sobre o negro e o mulato: o acesso a papéis sociais que pressupunham regalias e direitos lhes era simultaneamente vedado pela ‘condição social’ e pela ‘cor’.”



korkwellum/123RF/Gettyimages

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. *Branços e negros em São Paulo*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1959. p. 113-114.

Os fragmentos selecionados fazem referência à questão racial no Brasil em dois momentos distintos de sua história. De acordo com a análise dos textos percebe-se que

- durante o século XIX, vigorou no Brasil uma visão elitista que privilegiava a cor branca e via na mistura de raças a causa de seu atraso.
- vivemos de fato uma democracia racial, afinal, o Brasil é o país com o maior número de negros e afrodescendentes depois do continente africano.
- o racismo tanto no passado como hoje, no presente, é produto de ações sociais isoladas desconectadas dos conflitos ocorridos entre os grupos étnicos.
- as desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros são explicadas pelo sentimento de inferioridade que os negros, historicamente, cultivaram, não tendo relação com o regime de produção baseado na monocultura, no latifúndio e na escravidão.
- nas primeiras décadas seguintes à abolição da escravatura, a integração dos negros à sociedade brasileira foi marcada pela adoção de mecanismos de inclusão que resultaram, recentemente, na implantação das chamadas políticas de ação afirmativa.

08. (Unioeste/2010) Tendo por base o texto a seguir, do antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro, assinale o(s) item(s) que melhor corresponde(m) às suas ideias.

Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo (...), num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais dela oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existem (...)

A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros, os signos de sua múltipla ancestralidade não se diferenciaram em antagonônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 19-20 [1995].

- I. O Brasil é um país fundamentalmente multicultural, evidenciando-se no cotidiano o antagonismo entre os diferentes povos que migraram para cá e os povos nativos;
- II. O povo brasileiro na realidade é uma ficção, pois sob a aparência de um apaziguamento de etnias e culturas diferentes, o que se tem são etnias minoritárias em luta para sobreviverem;
- III. A teoria da miscigenação, que o autor compõe, expressa que, apesar dos vários e acentuados embates que as diferentes etnias experimentaram, surgiu uma nova realidade cultural, na qual as culturas e povos foram misturados de forma única e inseparável, originando os atuais brasileiros;
- IV. Quaisquer das práticas de distinção entre os brasileiros, seja por "raça", "regionalismo", "origem", bem como práticas como ações afirmativas para grupos étnicos minoritários, corresponderiam às características próprias do modo de ser do povo brasileiro;
- V. O povo brasileiro, em seus tipos regionais, expressaria modos de ser que têm suas raízes no encontro de índios, negros e brancos, e, posteriormente, nas novas etnias migrantes, sem contudo perder a sua unidade e especificidade ou deixar de ser uma única gente.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas III e V estão corretas.
- D) Apenas a afirmativa IV está correta.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

09. (Simulado Avalia/SFB 2018)

"Complexo de Vira-Latas" foi uma expressão utilizada pelo escritor e dramaturgo brasileiro Nelson Rodrigues:

Por "complexo de vira-lata" entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. O brasileiro é um narciso às avessas, que cospe na própria imagem. Nossa tragédia é que não temos o mínimo de autoestima. Eis a verdade: não encontramos pretextos pessoais ou históricos para a autoestima.

RODRIGUES, Nelson. *À Sombra das Chuteiras Imortais* (org. Ruy Castro). São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

O termo "Complexo de Vira-Latas" denomina um sentimento característico de determinadas classes da sociedade brasileira. Esse sentimento, marcado por derrotismo, pessimismo e má informação, está muito ligado à negação do que somos como brasileiros. As elites econômicas e intelectuais historicamente inculcaram na maioria da sociedade brasileira um sentimento de inferioridade cultural e racial para dominar e justificar a prática da exploração, fora achar que tudo que vem de fora é bom. Nelson Rodrigues se inspirou em alguns de nossos intelectuais das ciências sociais responsáveis por formular a visão dominante que o Brasil tem de si mesmo.

Podemos relacionar esta visão de Nelson Rodrigues ao conceito de

- A) patrimonialismo, de Sérgio Buarque de Holanda, na medida em que o Estado seria uma extensão da família patriarcal, e a burocracia, o quadro de funcionários administrativos, tudo seria selecionado com base no apadrinhamento familiar, e não com base no mérito, ocasionando confusão entre as esferas pública e privada, identificando este fator como sendo uma das causas do nosso atraso.

- B) populismo, trabalhado principalmente por Francisco Weffort, ao argumentar que o eleitorado pobre brasileiro, que constitui a maioria dos cidadãos que votam, é manipulado e iludido pelos líderes políticos populistas, que, de modo demagógico, manipulariam as massas relativizando a soberania popular.
- C) democracia racial, de Gilberto Freyre, ao encarar a miscigenação entre portugueses, negros e índios como um dado positivo da formação nacional, embora acabasse por esconder muitos empecilhos para a verdadeira democratização do país.
- D) elite burocrática, de Raymundo Faoro, posto que sendo corrupta e incrustada no estado desde o domínio de Portugal, consegue perpetuar seu domínio, auferindo lucros exorbitantes e inviabilizando nosso desenvolvimento capitalista.
- E) homem cordial, de Sérgio Buarque de Holanda, caracterizado como um ente movido pela emoção, pelos afetos, pelos sentimentos, dividindo o mundo entre amigos e inimigos, dando aos amigos tudo e aos inimigos a lei.

10. (Enem/2018 – PPL) Temos vivido, como nação, atormentados pelos males modernos e pelos males do passado, pelo velho e pelo novo, sem termos podido conhecer uma história de rupturas revolucionárias. Não que não tenhamos nos modernizado e chegado ao desenvolvimento. Mas não eliminamos relações, estruturas e procedimentos contrários ao espírito do tempo. Nossa modernização tem sido conservadora.

NOGUEIRA, M. *As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

O texto apresenta uma análise recorrente sobre o processo de modernização do Brasil na segunda metade do século XX. De acordo com a análise, uma característica desse processo reside na(s)

- A) uniformização técnica dos espaços de produção.
- B) construção municipalista do regime representativo.
- C) organização estadual das agremiações partidárias.
- D) limitações políticas no estabelecimento de reformas sociais.
- E) restrições financeiras no encaminhamento das demandas ruralistas.



Fique de Olho

RACISMO VELADO

Por Tati Pereira, especialista em Segurança Pública

Quando se pensa em racismo, vêm a mente injúrias, ofensas verbais, agressões, *cyber* racismo (racismo no ambiente virtual), ou outros gestos e atos pejorativos motivados pela discriminação em função da cor da pele. Entretanto, há muitas atitudes implícitas que caracterizam um tipo de discriminação tão cruel quanto a outra modalidade. É o racismo moderno: o racismo velado, com outra roupagem, mas não menos importante!

A questão é que a maioria das vítimas do tal racismo velado não o percebe, porque ele é travestido de "brincadeira", ou porque já é uma "rotina" com a qual a sociedade já se acostumou. Ou, talvez, mesmo que a vítima perceba, ela acaba por desistir de fazer a denúncia, já que é mais difícil comprovar a materialidade (existência de elementos físicos para caracterizar o delito). São tantas as entrelinhas, que diversas pesquisas nas áreas de: antropologia, sociologia, genética, neurologia, psicologia, história e afins apontam a questão racial como discursiva, não como biológica, isto é, o preconceito é um fenômeno social que aprendemos ao longo da vida.

Outrossim, alguns estudos em Ciências Sociais trazem, entre outras teorias, a chamada hierarquia racial, onde o homem caucasiano ocuparia o topo da pirâmide, seguido pela mulher branca; já os negros ocupariam uma posição inferior na divisão, onde a mulher negra ficaria ainda abaixo do homem afrodescendente. É triste constatar, mas a prática reflete essas teorias! Basta olhar para o Brasil, onde cerca de 54% da população se considera preta ou parda, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, mesmo assim, há racismo.

E a bandeira da igualdade racial, por mais que seja levantada, ainda vai trabalhar muito para edificar uma sociedade, em que atitudes racistas sejam somente lembranças de um tempo ruim e maus exemplos do que não seguir. Enquanto isso as pessoas negras, pardas e afins seguem vivenciando episódios absurdos no seu dia a dia; atitudes aparentemente inofensivas, mas que ferem a alma! Ah, quão sublime seria se todos nós refletíssemos e nos colocássemos do lugar do outro ao menos uma vez na vida!

Seria confortável, por exemplo, ver a pessoa (branca) que chegou depois de você na loja ser atendida primeiro (e sem ser preferencial)? Seria justo questões de pele influenciarem no grau de dificuldade de se obter credibilidade e colocação no mercado de trabalho? Teria o negro menos acesso a determinadas carreiras, principalmente as que lidam diretamente com a imagem? Ou se é bem-sucedido, “deve ter burlado alguma norma”. Como você se sentiria se caminhasse “monitorado” pela segurança privada dentro do supermercado? Por quantas vezes já foi indagada se “você é a mãe da criança” quando se é mãe negra de filho branco? Encariaria como brincadeira um “você tem sorte de não ser muito preto”? Já ouviu um “você é bonito para um (a) negro (a)”? Alguma vez sofreu com apelidos pejorativos no ambiente de trabalho? Se acha que não pode piorar, aí vai: existe o tipo que pode ser considerado, o pior de todos: o racismo do negro contra o negro. Este sim é de doer, mas, diferentemente do outro ditado, não tem “cem anos de perdão!”

Tudo isso porque o negro foi liberto da escravatura, passou por uma política oculta de embranquecimento e outros subjugos, mas ainda se mantém preso a outras amarras – as culturais e as sociais. A maior delas é a estigmatização. De acordo com a pesquisadora Alba Zaluar (1994), essa estigmatização faz, inclusive, com que o negro povoe as prisões brasileiras. Ou do outro lado, sendo, estatisticamente mais vitimizado pela violência, mais acometido pelo desemprego e pela falta de representatividade!

Diante de todos os aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos, políticos, etc. que envolvem a questão do subjugos racial no Brasil, pode-se dizer que abolir essa chaga da nossa realidade é um trabalho de gerações, que engloba, sobretudo, a conscientização e a ação popular em prol da construção cidadã. Eduquemos nossas crianças em uma base familiar de respeito às diferenças (seja qual for)! Que a escola possa ampliar os debates acerca do que consiste ser um negro em um país racista e de como ser ativo(a) no seu meio social! Que a sociedade faça o seu papel na engenharia da evolução e trate essas questões transversais com mais seriedade. E que não sejamos manipulados por padrões insanos de beleza! Que os representantes do poder público eleitos pela nossa própria força popular adotem políticas universais de atenção à questão racial e a outras embutidas nela, a exemplo do feminismo negro! Que sejamos um Estado Democrático de Direito com vistas ao bem-estar do povo sob diversos ângulos, para além dos muros da vaidade, do poder, do preconceito, da alienação e da eterna luta de classes!

Em resumo: seja velado ou não, denuncie! Racismo é crime!

Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/>>.

SEB Seção Videoaula



A Produção Sociológica Brasileira.

Aula
05

As Instituições Sociais:
Família e Escola

C-1	H-3, 4
C-3	H-14, 15

O conceito de instituição social é amplamente utilizado pelas Ciências Sociais e analisado com frequência pelas mais variadas escolas sociológicas. O termo “instituição”, cuja origem está no latim *institutio* (que significa “sistema; disposição”), além de fazer alusão à ação e ao efeito de instituir (fundar, dar começo erigir) algo, é uma coisa instituída, isto é, estabelecida ou fundada. Relaciona-se a organismos que cumprem determinadas funções de utilidade pública. Por exemplo: “O Papa Francisco encontra-se há três anos à frente da Igreja Católica, a maior instituição caritativa e de assistência social do planeta”; “A Organização Educacional Farias Brito é a instituição educativa que mais tem aprovado alunos para o ITA”; “O político visitou uma instituição cultural e prometeu colaborar com subsídios”.

A palavra **instituição** pode ser compreendida como sinônimo de fundação, organização ou entidade, dependendo do contexto. Em alguns casos, falar de “instituição educativa” é o mesmo que “instituto educativo” ou “estabelecimento escolar”. Em outras situações, falar de “instituição religiosa” relaciona-se à igrejas, templos e demais organismos religiosos.

Não necessariamente uma instituição reduz-se a um lugar de ordem física ou material. As normas de conduta, os preceitos e os costumes que norteiam o modo de agir de uma sociedade também são consideradas instituições. Neste sentido, instituições (no plural) além de uma estrutura de ordem social que rege o funcionamento de uma sociedade, são pelas leis fundamentais que se rege um país. Fazer uma reverência em forma de saudação, tirar os sapatos ao entrar em um restaurante oriental ou, ainda, ajoelhar-se e/ou fazer o sinal da cruz ao entrar numa igreja também são instituições sociais.

Essas instituições podem ainda ser compreendidas como órgãos do poder soberano no território em questão. Neste caso, as instituições políticas cumprem o papel referente às organizações fundamentais de um Estado ou de uma nação.

O estudo das instituições sociais é algo de grande importância para entendermos sobre a organização das sociedades. Seus conceitos fundamentam bastante o entendimento histórico, filosófico e sociológico dos grupos sociais, nos auxiliando, assim, a ter um conhecimento mais complexo sobre a realidade em que vivemos.

As instituições sociais, portanto, são entendidas como uma estrutura social relativamente permanente e marcada por padrões de comportamentos delimitados por normas, práticas, valores ou atitudes que se consolidam na sociedade, sendo marcada por finalidades próprias.

As instituições sociais são estruturas presentes nas sociedades e detêm características próprias, como:

a) **exterioridade:** uma realidade situada fora do indivíduo, independente de sua vontade, e que difere da realidade de seus pensamentos, sentimentos e fantasias;

- b) **objetividade:** o consenso entre todos (ou quase todos) de que a instituição existe;
- c) **coercitividade:** abrange desde a persuasão suave até represálias físicas, impondo-se sobre quem não conservar o padrão institucional;
- d) **autoridade moral:** a legitimidade conferida à coercitividade, isto é, a justificação das represálias impostas ao indivíduo que viola a instituição, imbuindo à violação a sensação de vergonha e de honra ofendida, e ao indivíduo, culpa;
- e) **historicidade:** diz respeito à persistência das instituições que existem antes do nascimento do indivíduo e que continuará a existir depois de sua morte.

Em resumo, as instituições sociais não dependem da vontade do indivíduo; são muito bem definidas; influenciam os comportamentos e atitudes sociais; são normativas; e, principalmente, são ligadas às conjunturas históricas de determinada sociedade.

Podemos elencar várias instituições sociais presentes em nosso convívio social, entretanto, a nível de sistematização, nosso estudo vai trabalhar sobre as instituições universais, ou seja, aquelas que estão presentes em todas as sociedades existentes ao longo da história dos homens. Tais como:

- A **linguagem:** “A linguagem é a instituição social que supera todas as outras. Representa o mais poderoso instrumento de controle da sociedade sobre todos nós”. (BERGER, P; BERGER, B.) Considerada por alguns teóricos como a instituição social mais antiga que a própria instituição familiar, a linguagem é o meio pelo qual os valores morais de uma sociedade são passados para os indivíduos, como também promove uma identidade social em todos os indivíduos que compõe uma sociedade. Sem a simbologia das linguagens, não há como chegarmos ao conceito de qualquer outra instituição social, ou seja, somente através da linguagem que podemos pensar na ideia de uma ordem social objetiva.
- A **família:** está ligada a regulamentação dos parentescos, da procriação, das relações sexuais e da transmissão dos componentes intermentais básicos da sociedade. Segundo a maioria das obras sobre sociologia, a instituição familiar é a primeira forma de socialização, criada pelas culturas humanas. Em todas as sociedades, a ideia da relação familiar é um aspecto cristalizado na mentalidade dos indivíduos. Antes de se definir como um membro da sociedade, a pessoa constrói a sua identidade, sobre os valores morais da sua família, mesmo sem saber que esses valores são impostos pela sociedade de uma forma geral. As formas de organização familiar estão ligadas às questões de sobrevivência coletiva e reprodução biológica. Os valores familiares sempre estão em constante transformações, como todas as sociedades, contudo, a ideia de família é perene na natureza social do homem.
- O **Estado:** consiste em uma criação fictícia das sociedades para representar o ordenamento geral de uma sociedade. Tal instituição tem o papel de regulamentar as relações sociais e políticas, tendo em vista os mecanismos de controle social. A ideia moderna de contrato social é um dos maiores exemplos de que o Estado é uma instituição necessária para a orientação e o bom convívio coletivo de uma população pertencente a um território em comum.
- A **economia:** também podendo ser tratada por outros autores como a instituição do mercado, a economia é toda regra ligada ao processo de produção, distribuição e consumo das riquezas, utilizando os recursos de uma sociedade. Assim, todas as sociedades criam seus valores e normas econômicas para, assim, regulamentar as relações de produção e consumo presentes na vida de todos os indivíduos.

- A **educação:** uma das mais importantes instituições sociais, uma vez que está ligada ao processo de transmissão dos valores, das normas, dos símbolos e das crenças produzidas ao longo do tempo, pelas culturas humanas. A educação é o meio em que a sociedade transforma o indivíduo em um cidadão, dotado dos direitos e deveres impostos pelo sistema social. Além disso, a educação tem funções de transmitir os conhecimentos produzidos pelo homem, a profissionalização, a socialização, o desenvolvimento pleno da cidadania e o cumprimento de papéis sociais.
- A **religião:** instituição ligada ao relacionamento do homem com as suas concepções extra-humanas ou sobrenaturais. Assim as religiões ocupam um papel relevante para as sociedades em todos os períodos históricos, pois são por meio dessas que os indivíduos se relacionam com as diversas incógnitas que surgem ao longo do tempo. As concepções sobre os valores sagrados e profanos são interligadas diretamente com a religiosidade e influenciam notoriamente diversas práticas individuais e coletivas. Tomemos como exemplo as denominações religiosas. Por denominação religiosa entendemos as instituições praticantes de uma religião. O cristianismo é uma religião, já a Igreja Católica Apostólica Romana é uma das denominações religiosas dessa religião. Poderíamos citar como denominação religiosa a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a Assembleia de Deus, a Igreja Presbiteriana do Brasil etc. No caso das denominações religiosas, sua estrutura é marcada por uma hierarquia específica (por exemplo, pastor, diácono, obreiro, membro etc.), normas de conduta (por exemplo, não usar determinados objetos ou vestimentas), crenças (por exemplo, crer na Trindade) e valores próprios (não matará, não cobiçar a mulher do próximo etc.).
- O **lazer:** em todas as sociedades também são criados valores ligados à prática de recreação que são relevantes, principalmente para aliviar as pessoas das tensões acumuladas na vida cotidiana. Como sabemos, as regras morais restringe o homem a um convívio social, reprimindo, em muitos casos as ações instintivas, emoções e desejos. Assim, a vida em sociedade é necessariamente causadora de frustrações e tensões. O alívio dessas tensões, é por um lado, socialmente garantido, mas, por outro, institucionalizado. Todas as sociedades, portanto, possuem instituições recreativas, como por exemplo, o carnaval e o futebol no Brasil.

As instituições podem ser de origem espontânea (família) ou criadas (denominação religiosa). Existem basicamente dois tipos de instituições sociais, quanto a sua forma de atuação: **regulativas** e **operativas**. As instituições regulativas, como sugere o nome, têm por característica de atuação a regulação. Aqui se enquadra a denominação religiosa, a escola e a família. As instituições operativas caracterizam-se pela atuação operativa, como os órgãos públicos de operação, como o departamento de cobrança de impostos.

BERGER, P.L. e BERGER, B. Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos. VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Atlas.

Família: não apenas um grupo, mas um fenômeno social

Em poucas palavras, podemos dizer que indivíduos e sociedade fazem parte da mesma história, escrita pelas relações sociais. Não pode haver separação entre eles, logo o homem é um ser social que nasceu para viver e conviver em sociedade. Apesar das diferenças naturais entre os indivíduos, não havia sequer a hipótese de pensar em alguém desvinculado de seu grupo. É inserido em um grupo social que adquirimos a nossa identidade enquanto seres humanos e os meios fundamentais para a nossa sobrevivência.

Diante da necessidade de socialização, o homem vai construindo, ao longo de sua existência, um conjunto de redes sociais mais amplas (amigos, comunidade religiosa, vizinhança, colegas de trabalho etc.). Nesta rede, o primeiro contato que o ser humano estabelece, ao nascer, é com a família: primeiramente com a mãe, por meio dos cuidados físicos e afetivos, e, paralelamente, com o pai e os irmãos, que transmitem atitudes, crenças e valores que influenciarão no seu desenvolvimento psicossocial.

Ao estudarmos as instituições sociais e os agentes promotores do processo de socialização, observamos a importância da família como grupo informal, no qual as pessoas estão ligadas por afeto e afinidade, e que, por conta deste sentimento, criam vínculos que garantem a convivência e a cooperação em diversos aspectos, inclusive o econômico. A partir da compreensão desses fenômenos sociais, temos condições de explicar por que somos do jeito que somos e entender a nossa identidade social.

Quando uma família é composta por um homem, sua esposa e seus filhos, que vivem juntos em uma união reconhecida pelos outros membros de sua sociedade ela é chamada de família nuclear (também chamada de conjugal, elementar, simples, imediata, primária ou, ainda, tradicional). Vale lembrar que esta família se restringe a um casal e os filhos, que podem gerar ou adotar, e abrange não mais do que duas gerações. Quando os pais não são casados, a relação recebe o nome de concubinato.

Quando outros parentes, como avós ou tios, convivem com o casal e seus filhos, temos o que se chama de **família extensa** (também conhecida como consanguínea, grande ou múltipla).

Existem ainda outras denominações para efeito de estudo sociológico e antropológico, tais como: a **família composta** (complexa ou conjunta) que é uma unidade formada por três ou mais cônjuges e seus filhos. A família composta refere-se a um núcleo de famílias separadas, mas ligadas pela sua relação com um pai comum; a **conjugada-fraterna**, que refere-se a uma unidade composta de dois ou mais irmãos, suas respectivas esposas e filhos. O laço de união é consanguíneo; a **família fantasma** consiste em uma unidade familiar formada por uma mulher casada e seus filhos e o fantasma. O marido não desempenha papel de pai, é apenas o genitor (pai biológico). A função de pater (pai social) cabe ao irmão ou outro homem mais velho da família da mulher.

Outras subdivisões ainda estudadas: **famílias monoparentais, recasadas, ampliadas** e ultimamente, muito se tem falado das **famílias não convencionais**.

Os laços de parentesco são estabelecidos a partir da consanguinidade ou do casamento. Os casamentos ou uniões conjugais podem ser classificados basicamente de duas formas: **monogâmicos**, que é a união de um homem ou de uma mulher com um único cônjuge; e **poligâmicos**, que é a união de um homem ou uma mulher com mais de um cônjuge.

A poligamia apresenta três modalidades:

- Poliandria** – casamento de uma mulher, simultaneamente, com dois ou mais homens.
- Poliginia** – casamento de um homem, simultaneamente, com duas ou mais mulheres.
- Grupal** – união marital de vários homens e várias mulheres, o mais raro de todos.

No mundo ocidental, a poligamia é ilegal, embora os meios de comunicação e a literatura vez ou outra nos relatem casos de pessoas que vivem conjugalmente com mais de um marido ou mais de uma esposa.

Na perspectiva da **sociologia funcionalista** (Durkheim, Parsons), a família nuclear é considerada uma unidade fundamental para a organização da sociedade, pois detém as funções de transmitir às crianças as regras básicas da sociedade, bem como de proporcionar estabilidade emocional a seus membros. Mas, para

estes sociólogos, a grande importância da família refere-se à divisão de tarefas, que permite que um dos adultos saia para trabalhar enquanto o outro cuida da casa e dos filhos. Hoje, esta interpretação é considerada conservadora, pois pressupõe que a divisão das tarefas domésticas é um dado natural. Da mesma forma, as funções referentes à educação dos filhos, antes atribuídas somente à família, são cada vez mais divididas com outras instituições, como o Estado, a escola e creches, além da forte influência exercida pelos meios de comunicação.

Os exemplos de famílias que conhecemos, e que parecem quase eternos, são apenas algumas das muitíssimas possibilidades de agrupamentos familiares conhecidos na história. Antropólogos como **Lewis Morgan** (1818-1881), **Bronislaw Malinowski** (1884-1942), **Claude Lévi-Strauss** (1908-2009), ou cientistas sociais como **Friedrich Engels** (1820-1895), entre outros, buscaram em suas pesquisas as várias combinações criadas pelo ser humano para se organizarem socialmente.

Primeiramente é preciso esclarecer que não há uma escala evolutiva das sociedades humanas que caminham das famílias poligâmicas para as monogâmicas. Essas duas formas básicas de casamento sempre coexistiram em toda a história da sociedade humana, o que indica que não há relação de superioridade ou inferioridade entre elas. Inclusive, em alguns grupos sociais, verificou-se a existência de ambas no mesmo tempo histórico.

Seria correto afirmar que a família é uma instituição que surge das necessidades naturais do ser humano (a procriação, por exemplo), ou seria também uma construção cultural, embasada em regras e valores? Esta é uma questão com muitas respostas. O que se sabe, a partir de inúmeros estudos antropológicos, é que podemos encontrar, mesmo nos mais remotos grupos humanos, regras que autorizam ou proíbem alguns tipos de união. Por exemplo, não se casar com o irmão, ou com o tio. Esta prática é chamada de **incesto**. Portanto, uma relação incestuosa seria uma relação proibida, ou negada, numa dada sociedade. Conclui-se daí que, quando o ser humano estabelece tais regras, ele está procurando expandir seu pequeno grupo, sair de sua família biológica.

Em sua origem latina, a palavra família provém de *famulus*, que significa escravo doméstico, e família é o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem. O direito romano conferia ao pai o direito de vida e morte sobre todos que viviam sob suas ordens – esposa, filhos, escravos. Para Marx, "(...) a família moderna contém em seu germe, não apenas a escravidão como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. Encerra em miniatura todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado". (Marx apud Engels, 1978: 62), ou seja, a desigualdade e a opressão da sociedade de classes capitalistas.

Podemos encontrar exemplos de **família patriarcal** muito próximos de nossa história, no período denominado Brasil Colônia. O protótipo da família patriarcal brasileira é a família latifundiária, embora este modelo possa ser encontrado também nos meios urbanos, entre classes de não proprietários de terras, como profissionais liberais, comerciantes, militares etc. No momento de organizarem suas famílias, não havia dúvida de que cabia ao pai o papel principal e determinante de todas as outras relações entre mãe, filhos e empregados.

Secretaria de Estado da Educação do Governo do Paraná, Matemática/vários autores.
– Curitiba: SEED-PR, 2006. ISBN: 85-85380-39-Xe.

Na família patriarcal, o pai é o grande proprietário: das terras, dos bens e das pessoas que habitam suas terras, não importando se estes estão ligados por laços sanguíneos ou não. O pai concentra todas as decisões, sejam referentes aos destinos da terra ou das pessoas, como o chefe de um clã. E todas as ações giram em torno da manutenção da propriedade. Este tipo de organização

familiar faz com que esta se volte somente para si mesma, para seus próprios interesses, sendo a sociedade e o Estado instâncias secundárias. Não há a preocupação com a formação de cidadãos, mas somente de parentes ou agregados preparados para servir aos interesses do patriarca. As mulheres (esposa e filhas) são figuras quase invisíveis deste tipo de sociedade. Saem pouquíssimas vezes de casa (geralmente em festas religiosas), não aparecem para os visitantes, são proibidas de estudar, envelhecem cedo, pois casam-se ainda meninas (em torno dos 13-14 anos), têm vários filhos, praticamente não fazem exercícios (têm escravas para todos os afazeres domésticos). Os maridos para as filhas são escolhidos pelo pai, sendo o principal critério o volume de posses do pretendente. Muitas vezes estas eram obrigadas a casarem-se com homens muito mais velhos, mas já estabelecidos economicamente.

Os filhos, homens, tinham outras funções: ao mais velho cabia herdar e administrar a propriedade paterna, ao segundo cabia seguir a carreira eclesiástica. Constituía-se em motivo de orgulho e quase uma obrigação toda família “de bem”, formar um padre. O terceiro filho deveria prosseguir os estudos na capital ou na Europa, tornando-se “doutor”, provavelmente bacharel em direito ou médico.

Este modelo de família nuclear e patriarcal tornou-se, ao longo da história do Brasil, sinônimo de honra e respeitabilidade, seguido não só pelas classes mais abastadas, mas também pelas classes médias.

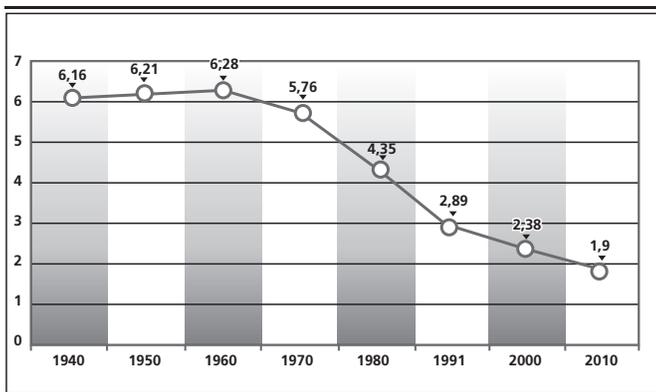
Este tipo de organização familiar exerceu profunda influência na formação social e cultural da população brasileira. O poderio do homem resultou em atitudes como o machismo, a subserviência da mulher, a educação diferenciada de meninos e meninas, o preconceito e desrespeito contra empregados domésticos, mesmo quando estes não são mais necessariamente escravos.

Trata-se de um modelo forte, que sem dúvida impregnou o pensamento cultural brasileiro, mas que não impediu o desenvolvimento de outras formas de organização familiar.

A pesquisadora brasileira **Elza Berquó** (1931) emprega em seus estudos uma nova terminologia: a de **arranjos familiares**, para denominar estas situações que refletem concepções de vida e estratégias de sobrevivência.

Vejam algumas destas permanências e mudanças. A família nuclear ainda predomina na sociedade brasileira, apesar do número de filhos ter diminuído consideravelmente. Se há 70 anos, na década de 1940, a média era de 6,2 filhos por mulher, um levantamento, que leva em conta os dados do censo demográfico 2010, mostra que o número de filhos por casal está em declínio e caiu para 1,9, segundo dados divulgados pelo IBGE.

Veja a evolução do número de filhos por mulher de acordo com a década
Em 2010, brasileira tem um terço dos descendentes que tinha há 70 anos



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

O número de divórcios e separações aumentou, como também o das uniões conjugais não legalizadas. Hoje, quase 140 mil casamentos são cancelados por ano no país, segundo dados do IBGE. Em 2006, o número não chegava a 80 mil. Muitos jovens hoje desejam “experimentar” a vida de casados antes de legalizar a união. Outros optam pela união livre, ou “viver juntos”, sem a preocupação de “prestar contas” à sociedade ou à Igreja. Apesar do número de pessoas casadas ser ainda majoritária no cenário matrimonial, por outro lado têm decrescido as taxas de uniões legais (em 1979 atingia 7,83, e em 1994, passou a 4,96). Entre os principais motivos para esse aumento estão as transformações socioeconômicas da sociedade e das famílias e nas mudanças no Código Civil.

Outro tipo de arranjo que tem crescido nos últimos anos é o de **famílias monoparentais** – quando um dos cônjuges vive com os filhos, com a presença ou não de outros parentes na mesma casa. Neste tipo de arranjo, há um predomínio das mulheres chefes de família (em 1995 representavam 89,6%, em relação a 10,4% de homens na mesma situação). Essas mulheres são hoje predominantemente separadas ou divorciadas, o que não ocorria na década de 1970, quando eram principalmente viúvas. São muitos os fatores que contribuem para esta prevalência das mulheres chefes de famílias. Junto com o aumento do número de separações e divórcios, temos, historicamente, o fato de que as chances de recasamento das mulheres no Brasil são mais baixas que as dos homens, seja pelo fato do número de mulheres ser superior ao número de homens, seja pela tradição masculina de se casar com mulheres mais jovens. Outro fator refere-se à mortalidade masculina, que é superior e mais precoce do que entre as mulheres, resultando, portanto, em muito mais viúvas do que viúvos (hoje a expectativa de vida entre os homens está em ascensão). Cabe também lembrar o aumento do número de mães solteiras nos últimos anos.

Um aspecto que caracterizou durante muito tempo este arranjo familiar, e que hoje está se modificando, era seu atrelamento com a situação econômica da mulher. A pobreza parece estar nas causas e nas consequências desta situação de comando da família pela mulher.

É muito mais frequente encontrarmos nas camadas populares mulheres solteiras, viúvas ou separadas. A falta de dinheiro atinge de formas diferentes homens e mulheres. O homem tende muito mais a atitudes como sair de casa em busca de alternativas de trabalho – muitas vezes parte para outras terras e nunca mais retorna; acabando por perder o rumo de casa. Os conflitos constantes com a esposa devido às dificuldades em manter a família, algumas vezes chegam à violência, e também os levam a desistir, a abandonar o barco, ou o lar; isto sem contar os acidentes, sejam de trabalho, de trânsito, ou brigas de rua, que atingem muito mais os homens. Essas são algumas justificativas para o alto número de mulheres chefes de família entre as camadas populares.

Mas essa situação está se modificando, e pode-se observar que o crescimento desse tipo de arranjo familiar tem atingido também mulheres das camadas médias. Essas, cada vez mais, têm obtido independência financeira suficiente para não manterem casamentos desequilibrados e instáveis. A antiga preocupação em não desfazer a família para manter as aparências tem deixado de existir.

Todas essas mudanças apontadas anteriormente têm resultado em importantes modificações nos padrões de comportamento dos membros das famílias. A mulher, uma vez que desempenha papel fundamental no orçamento familiar, não aceita mais submeter-se aos desmandos do marido. Os filhos, por sua vez, conquistam mais voz e espaço para opinar e, principalmente, decidir os rumos da própria vida. A hierarquia tão presente nas famílias tem aos poucos sido substituída por relações mais democráticas. Se há meio século podíamos afirmar que a instituição familiar se

sobrepenha ao indivíduo, ignorando sua vida privada e seus anseios, hoje o indivíduo tem mais condições de impor suas vontades no núcleo familiar, seja qual for sua posição. E permanece na família se esta lhe oferecer segurança, afeto e, principalmente, não interferir em sua vida privada. Caso contrário este irá procurar outros espaços e outras formas de relacionamento social.

Além dos jovens heterossexuais que buscam este tipo de casamento hoje, também não podemos omitir o crescente número de relacionamentos estáveis entre casais homossexuais. Estes casamentos estão quase sempre calcados na confiança e no compromisso mútuo, uma vez que poucos países reconhecem a legalidade destas uniões.

Os grupos organizados de homossexuais têm obtido importantes conquistas referentes à adoções de filhos e à permissão da utilização de técnicas de inseminação artificial. Essas conquistas são o anúncio do aumento da tolerância por parte da sociedade e do Estado, assim como da consolidação de valores como o respeito às diferenças.

Mais um indicativo de mudanças na organização da sociedade refere-se à opção que muitas pessoas fazem hoje de viverem sozinhas. Viver sozinho não tem mais o caráter negativo que tinha anos atrás. O indivíduo que vivia sozinho era considerado antissocial, infeliz ou solitário. Hoje, muitas pessoas optam por viver sozinhas para garantir a privacidade, e poder escolher os momentos mais apropriados para estabelecer contatos com amigos e familiares.

O modo de vida imposto pelas sociedades contemporâneas exige que estejamos constantemente nos relacionando com um grande número de pessoas (no trânsito, na escola, no trabalho, no comércio etc.), o que se torna extremamente desgastante e cansativo. Este pode ser um dos motivos que levam algumas pessoas a refugiarem-se e buscarem novas energias na solidão, recusando o cotidiano familiar, que também impõe regras e exige atenção.

Secretaria de Estado da Educação do Governo do Paraná, Matemática / Vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. ISBN: 85-85380-39-Xe.

Conforme estudamos, embora se trate de um fenômeno social global, os grupos familiares e as relações de parentesco não possuem as mesmas regras e convenções, apresentando-se de formas próprias a partir dos costumes de uma comunidade ou sociedade específica. Logo, não podemos fechar os olhos para a forma como os padrões de comportamento familiares assumidos por cada membro e os códigos morais vigentes são construídos socialmente ao longo do tempo. O padrão cultural vigente vai determinar as relações de poder existentes entre os membros de um mesmo grupo familiar, variando-se os tipos de autoridades existentes entre **patriarcal** (quando a figura masculina exerce o poder de mando e controle), **matriarcal** (quando é a imagem da mulher-mãe que assume o mando) ou **paternal** (quando a autoridade é compartilhada entre os cônjuges).

Não podemos esquecer que, em consequência de fatores sociais, econômicos e políticos, a estrutura de organização familiar pode sofrer mudanças dentro de uma mesma cultura. Um bom exemplo disso é a maneira como a Revolução Industrial provocou mudanças no mundo capitalista entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, criando condições para a inclusão da mulher no mercado de trabalho, em decorrência da falta de mão de obra, fato que contribuiu diretamente para mudanças em seu papel social.

Muitos se perguntam hoje se algumas mudanças percebidas na contemporaneidade poderiam estar colocando em risco a existência da família. Essas mudanças dizem respeito ao aumento no número de divórcios, na opção por um casamento mais tardio e, conseqüentemente, o fato de haver filhos com idade mais avançada ainda morando com os pais, ou mesmo o fato de se tornar cada vez mais comum a multiplicidade de casamentos ao longo da vida unindo-se filhos de relacionamentos anteriores. Se uma resposta

vale aqui, diríamos, em uma perspectiva sociológica, que a família dita tradicional (casal hétero, divisão sexual do trabalho, relação oficializada em cerimonial religioso indissolúvel etc.) talvez estejam sim com os seus dias contados. Todavia, o melhor é compreender que, assim como outras instituições, a família também passa por uma forte reestruturação.

O importante mesmo é considerar sempre indispensável numa relação o respeito e a harmonia entre seus pares, dada a importância e influência que este grupo primário exerce na vida de cada um. Logo, ao discutir a composição e os fundamentos da família enquanto grupo social não é fazer apologia a modelos do passado ou modernos, mas propor uma reflexão e compreensão de que as instituições, a exemplo da família, refletem a sociedade de seu tempo, o que faz dela um fenômeno social.

A Instituição Escolar

Já houve um cientista da educação que propôs uma “sociedade sem escolas”. Seu nome era **Ivan Illich**. Illich (1926-2002) era russo, e afirmava que:

“(…) a obrigatoriedade da educação escolar é uma invenção relativamente nova, e não há porque aceitá-la como se fosse algo inevitável.”

GIDDENS, 2005:413.

Lembre-se, no entanto, que a inexistência de escolas não significa a inexistência de educação. Esta última existe em todas as sociedades humanas e são muitos os meios disponíveis para o seu acesso.

Retornando a Illich, suas ideias nos sugerem a pensar sobre a origem das escolas. A partir de quando, e por que, esta instituição passou a fazer parte do cotidiano de algumas sociedades?

A escola, tal como conhecemos hoje, intitulada pelos historiadores da educação como **escola moderna**, começou a se configurar em fins do século XVI e ao longo do século XVII.

Antes disso, nas sociedades antigas e medievais, já havia a preocupação com a educação de seus jovens, os quais estudavam ou individualmente, sob a orientação de um mestre, ou em pequenos grupos, independentes de idade ou seriação. Adultos e crianças frequentavam a mesma classe durante o tempo que desejassem ou precisassem, e isso não era considerado um problema. As teorias da psicologia da aprendizagem, que estabelecem etapas para o desenvolvimento humano, vieram muitos anos depois.

Mas a escola moderna organiza-se inicialmente com características que já conhecemos bem:

- a preocupação em separar os alunos em classes seriadas, de acordo com a faixa etária;
- a divisão sistemática dos programas de acordo com cada série;
- os níveis de estudos passam a ter um encadeamento: a escola elementar (ler, escrever e contar), com a escola média ou profissional e os estudos superiores;
- o tempo para o estudo e para o cumprimento dos programas para uma determinada série também passam a ser preestabelecidos. Não será mais o ritmo de aprendizado do aluno que dirá de quanto tempo ele necessita para aprender, mas sim o ritmo imposto pela instituição.

Outros elementos muito comuns em nossa prática escolar também passaram a ser utilizados, como o registro das aulas, o controle de frequência (chamada), a elaboração de textos simplificados para cada disciplina (livros didáticos). Junto com isso teremos maior rigor disciplinar, com a criação de normas e regimentos de conduta. Enfim, são práticas que têm a função de organizar, disciplinar e controlar, e que hoje nos parecem naturais e quase imutáveis.

Mas atenção! É importante saber que a instituição escolar foi pensada e construída por pessoas como professores, religiosos ou governantes que tinham interesses e necessidades próprias daquele momento histórico. E que, antes desse modelo escolar, existiram outras formas criadas pelas sociedades para transmitir às suas crianças e jovens os saberes necessários para a vida social. Portanto, cabe a nós e às próximas gerações também pensarmos e construirmos escolas que estejam mais próximas de nossas necessidades e nossos sonhos.

Foram muitos os fatores que contribuíram para o aparecimento e desenvolvimento das escolas. No momento, vamos comentar sobre o contexto histórico que favoreceu o nascimento desta instituição.

As revoluções burguesas, principalmente a inglesa (século XVII) e a francesa (século XVIII), vão encerrar definitivamente o feudalismo e inaugurar um novo modo de produção – o capitalismo. A burguesia, classe social em ascensão, irá conceber uma nova doutrina social ou uma nova ideologia para o capitalismo que se denominará liberalismo. Os princípios do liberalismo são: o individualismo, a propriedade, a liberdade, a igualdade e a democracia.

Esta doutrina coloca no esforço individual toda a responsabilidade para que as pessoas atinjam o sucesso ou o progresso, desconsiderando as condições econômicas e sociais nas quais estejam vivendo. Para o liberalismo, os indivíduos serão tão mais livres quanto menor for a ação do Estado, ou seja, o Estado não deve interferir e despende recursos para serviços públicos.

Quanto ao princípio da propriedade, significa que todos têm direito à propriedade desde que se esforcem e trabalhem para isso.

A igualdade, como é tratada no liberalismo, não se refere à igualdade social, mas sim à igualdade perante a Lei. Já devem ter ouvido a frase: “Todos são iguais perante a Lei”. Pois é, mas em relação às desigualdades sociais, a conversa é outra. Os liberais consideram natural que existam pobres e ricos, uma vez que nem todas as pessoas são talentosas ou esforçadas da mesma forma.

A democracia, defendida pelos liberais, resume-se à democracia representativa, isto é, o direito de todos escolherem seus representantes políticos. No entanto, democracia é mais do que isto, é o direito de usufruirmos igualmente os bens produzidos em nossa sociedade.

Outro importante movimento que se desenvolve a partir do século XVII, foi a chamada “revolução científica”. A filosofia, e as ciências físicas, químicas e matemáticas sofrem um grande desenvolvimento e há uma supervalorização do pensamento racional e científico. O filósofo e matemático **René Descartes** (França, 1596-1650) é considerado o fundador desta doutrina.

Observe que não fica difícil estabelecer relações entre a doutrina liberal, o pensamento racionalista e o surgimento da escola moderna, tal como essa foi descrita anteriormente.

Vocês viram até aqui uma breve história da instituição escolar, organizada de forma mais ou menos semelhante em grande parte das sociedades.

Retomando a ideia inicial desse texto, que apontava como quase absurda a possibilidade da extinção das escolas, temos que tomar conhecimento da existência das sociedades “desescolarizadas”, ou seja, sociedades que existiram e ainda existem sem a presença das instituições escolares.

Nessas sociedades, assim como na nossa, a educação é elemento fundamental de socialização e de manutenção do próprio grupo. Nessas, a herança cultural e os saberes necessários para a sobrevivência e a convivência são transmitidos por meio da educação informal. A palavra “informal” nos revela que a educação acontece, mas sem a necessidade de escolas, salas de aulas, notas, provas, recuperação de estudos etc. A escola é a própria vida, e os professores são todos aqueles que têm experiências e conhecimentos significativos à comunidade.

Florestan Fernandes (1920–1995), importante nome da sociologia brasileira, estudou os povos **Tupinambás**⁸, e sua pesquisa nos permite conhecer alguns elementos que caracterizam a educação das sociedades tribais:

- 1º os conhecimentos são acessíveis a todos os membros da sociedade;
- 2º a transmissão da cultura faz-se cotidianamente, sem a utilização de recursos ou técnicas pedagógicas;
- 3º como se tratam de sociedades iletradas, a comunicação dos saberes ocorre oralmente. Aliás, a palavra oral possuía tanto prestígio quanto a linguagem escrita possui em nossa sociedade;
- 4º a educação não é privilégio das crianças e jovens, uma vez que os membros da comunidade estão continuamente nos papéis de aprendizes e de mestres.

Três importantes valores perpassam a educação dos tupinambás: a tradição, o valor da ação e o valor do exemplo.

A tradição possui um valor sagrado; significa que os conhecimentos produzidos pelos antepassados devem ser respeitados religiosamente, sem questionamentos.

O valor da ação está relacionado à máxima do “aprender fazendo”, ou seja, todos os membros da comunidade devem estar engajados em todas as atividades sociais (resguardadas somente as diferenças sexuais).

O valor do exemplo refere-se à imitação. Cabia aos adultos a responsabilidade de pensar e agir de acordo com os modelos legados pelos antepassados para servirem de exemplo aos mais jovens, assegurando assim a permanência das tradições.

É possível perceber que nessas sociedades existia um grande respeito entre todos os membros do grupo, pois as pessoas mais velhas eram especialmente valorizadas pelas experiências e saberes acumulados ao longo dos anos vividos.

Seria possível uma sociedade sem escolas hoje? No tipo de sociedade em que vivemos hoje, que são chamadas de “complexas”, uma educação informal nos moldes das sociedades tribais seria muito difícil de acontecer. As áreas do conhecimento se diversificaram em demasia, e avançam rapidamente. A ciência, a tecnologia, as artes e outras áreas se desenvolvem numa velocidade que nem mesmo os especialistas conseguem acompanhar. Imaginar que tudo poderia ser apreendido informalmente por todos seria irreal.

No entanto, existem muitas pessoas que têm buscado educação em lugares diferentes destes que chamamos de escola. As telecomunicações e a informática têm ofertado diversos cursos nos vários níveis de ensino e em várias áreas de interesse, e têm atraído pessoas que desejam atualizar-se, ou mesmo iniciar-se em alguma profissão. Se esta modalidade de educação poderá vir a substituir a escola, no futuro, ainda não sabemos. Mas tudo indica que a escola, essa nossa velha conhecida, ainda tem um longo tempo de vida.

Para nos auxiliar na reflexão a respeito da função disciplinadora da escola, podemos recorrer às ideias de um filósofo francês – **Michel Foucault** (1926–1984). Este pensador realizou estudos comparativos entre algumas instituições, como prisões, conventos, quartéis e escolas, buscando desvelar suas semelhanças no que se refere aos aspectos de organização e controle. Para Foucault, mais importante do que um poder centralizador e visível, são os “pequenos” poderes que abarcam todo o espaço social, e dos quais não conseguimos escapar, porque estão dispersos. É o espaço físico, o mobiliário, as regras, os olhares vigilantes, as ameaças e as punições agindo sempre no sentido de controlar nossos corpos e nossas consciências, de nos fazermos “úteis”, “dóceis”, treinados para a obediência.

⁸ Os Tupinambás foram os primeiros povos que tiveram contato com os portugueses, quando teve início a colonização. Habitavam o litoral brasileiro e foram utilizados na exploração do pau-brasil.

Mas o que isto tem a ver com a escola? A escola é criada (como já vimos anteriormente) em um contexto de grande valorização da ciência, e de preocupação com a formação de um “novo homem”, adequado às novas regras e aos novos princípios. Sua função disciplinadora e normatizadora, desde o início, é muito clara, quase inerente. Mas seu papel de levar às novas gerações os conhecimentos necessários para a vida social também jamais foi negado. Ainda hoje, se perguntarmos a uma criança por que ela vai à escola, a resposta será: “Para aprender...” Mas aprender o quê? E para quê?

Aprender a nos tornarmos “civilizados”?

Aprender a nos tornarmos obedientes e conformados?

Aprender a acreditarmos e aceitarmos que escola não é para mim, mas sim para os “outros”?

Aprender que aprender é repetir o livro e as palavras do professor?

Aprender que estudar é difícil e cansativo?

Desde o seu início a instituição escolar tornou-se objeto de estudo privilegiado de filósofos, sociólogos, psicólogos e pedagogos. Mais recentemente, outros profissionais como médicos, arquitetos, historiadores, entre outros, também têm dedicado suas pesquisas à escola e à educação. Você, como aluno, não tem ideia da polêmica que cerca a instituição e a educação escolar. Este lugar, aparentemente tão banal, tem sido alvo de debates acirrados e os resultados apresentados em muitos livros, revistas e discutidos em congressos pelo mundo inteiro.

Para que você compreenda melhor isto que estamos falando, vamos apresentar algumas teorias explicativas sobre a organização e o funcionamento escolar desenvolvidos por sociólogos que se dedicaram a este tema.

Teorias crítico-reprodutivistas: estas teorias partem do princípio de que a escola é uma instituição que, por meio de suas práticas, conhecimentos e valores veiculados, tem contribuído para a reprodução das desigualdades da sociedade de classe em que vivemos.

Os sociólogos franceses **Pierre Bourdieu** (1930-2002) e **Jean-Claude Passeron** (1930-) são representantes desta teoria, e acompanhar seus pensamentos pode ajudar-nos a compreendê-la. No interior de uma sociedade de classes existem diferenças culturais. As elites possuem um determinado patrimônio cultural constituído de normas de falar, de vestir-se, de valores etc. Já as classes trabalhadoras (ou dominadas, como são identificadas pelos autores) possuem outras características culturais, diferentes, não inferiores, pois têm lhes permitido sua manutenção enquanto classe. A escola, por sua vez, ignora estas diferenças socioculturais, selecionando e privilegiando em sua teoria e prática as manifestações e os valores culturais das classes dominantes. Com essa atitude, ela favorece aquelas crianças e jovens que já dominam este aparato cultural. Para estes, a escola é realmente uma continuidade da família e do “mundo” do qual provêm. A escola somente reforça e valoriza conhecimentos que estes já trazem de casa.

Já para os jovens filhos das classes trabalhadoras, a escola representa uma ruptura. Seus valores e saberes são desprezados, ignorados, e eles necessitam quase que reiniciar sua inserção cultural, ou seja, aprender novos padrões ou modelos de cultura. Dentro dessa lógica, é evidente que para os estudantes filhos das classes dominantes alcançar o sucesso escolar torna-se bem mais fácil do que para aquelas que têm que “desaprender” uma cultura para aprender um novo jeito de pensar, falar, movimentar-se, enfim, enxergar o mundo, inserir-se neste e ainda ser bem-sucedido. Bourdieu chama isso de **violência simbólica**, ou seja, o desprezo e a inferiorização da expressão cultural de um grupo por outro mais poderoso econômica ou politicamente faz com que o primeiro perca sua identidade e suas referências, tornando-se fraco, inseguro e mais sujeito à dominação.

Perceberam que estes autores fazem uma crítica ao sistema escolar? Afirmam que a escola está organizada para servir apenas a alguns grupos da sociedade, aqueles que já trazem de casa uma bagagem cultural semelhante a da escola.

Essa é uma forma de olhar a escola. Agora vejamos outra:

Teoria funcionalista: Émile Durkheim (1858-1917) é um dos representantes do pensamento conservador. Sua teoria faz a defesa da ordem social dominante, do chamado *status quo*. Não menciona a necessidade de mudanças, reformas ou muito menos revoluções. Seguindo a linha de pensamento de Durkheim, a escola, assim como as demais instituições sociais, tem a função de imprimir sobre as novas gerações valores morais e disciplinares que visam à perpetuação da sociedade tal como ela está organizada quanto à ordem e no respeito aos poderes dominantes.

Durkheim trata a sociedade como se essa fosse uma entidade externa aos indivíduos, acima dos conflitos sociais, das lutas por interesses diversos. A sociedade é assim entendida como um corpo harmônico, com valores e à qual só nos resta a adaptação.

Para Durkheim, a escola não é alvo de críticas, pois funciona adequadamente à sociedade na qual está inserida. Para ele, todos os indivíduos e instituições têm uma função a cumprir, que, uma vez bem desempenhada contribuirá para o progresso e a harmonia social. Os conflitos sociais não resultam das desigualdades providas da sociedade de classes, mas são espécies de “doenças”, e como tais devem ser tratadas.

Esta é outra forma de olhar para a sociedade e para a escola.

O conhecimento dessas teorias nos ajuda a compreender o fracasso escolar, esse fenômeno que anualmente exclui centenas de jovens da escola. Se formos verificar a origem social dos alunos que não conseguiram concluir seus estudos, verificaremos que pertencem às classes menos favorecidas economicamente, e cujos hábitos culturais estão mais distantes dos padrões oficiais. No entanto, temos que estar atentos ao fato de que as teorias nos ajudam a melhor compreender como e por que as coisas acontecem de uma determinada forma, mesmo que esta forma esteja desagradando ou prejudicando muita gente, como é o caso da escola, arriscaríamos dizer. Mas nenhuma teoria sociológica consegue dar conta de explicar toda a realidade educacional.

Corremos sérios riscos ao tentarmos “encaixar” a realidade aos modelos teóricos, se nos fixarmos somente nas teorias e não prestarmos atenção às diferenças e às peculiaridades. Estes são alguns riscos:

- 1º O **pensamento imobilista** – ou seja, se a escola existe somente para reproduzir a sociedade desigual que aí está, então nada podemos fazer senão nos adequarmos a esta situação. Esta atitude passiva em nada contribui para desenvolvermos as atitudes críticas e criativas necessárias à criação de um outro modelo de escola.
- 2º A **generalização** – acreditar que todas as escolas são iguais, que todas têm a mesma organização pedagógica, a mesma interpretação das leis, a mesma ideologia, as mesmas práticas. Ainda bem que isso não é verdade. Vários são os fatores que contribuem para a construção da cultura de cada escola: sua localização espacial e temporal, sua arquitetura, e principalmente seus sujeitos – professores, alunos, diretores, funcionários –, verdadeiros autores da educação escolar. A forma como essas pessoas relacionam-se no dia a dia escolar, criam e assimilam regras, selecionam e aplicam conteúdos, não está necessariamente condicionada às normas oficiais, mas muito mais às preferências pessoais, às opções políticas, às histórias de vida, às formas de pensar e agir próprias daquele grupo, que podem ser mais ou menos coesas.

Perceber a escola dessa forma, em suas peculiaridades e diferenças, nos permite ver possibilidades de ação e de mudanças nessa instituição em que passamos tantos anos.

Vamos então para outra forma de olhar para a escola.

A escola pública, universal e gratuita⁹ é um direito garantido pela Constituição Nacional. É uma conquista da sociedade, resultado de muita luta de professores, estudantes, pais e de todos aqueles que se importam com a justiça e com a igualdade social. Mas, ao mesmo tempo em que é um direito, a educação é obrigatória; ou seja, o Estado tem a obrigação de oferecer escola e os pais ou responsáveis têm o dever de matricular e manterem seus filhos menores na escola, sob pena de serem punidos até mesmo com a perda da guarda destes (Art. 22 e 24 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parece contraditória essa ideia de algo ser direito, mas ao mesmo tempo ser um dever, no entanto, as contradições que cercam essa instituição não param aí.

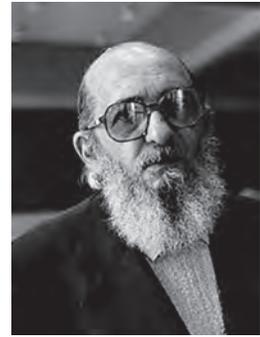
A escola é uma instituição regida por normas estabelecidas por grupos externos a esta. No caso da escola pública brasileira, é o Poder Público quem exerce essa função. As escolas particulares também prestam contas ao Poder Público, assim como às entidades que as mantêm. Por exemplo, as escolas confessionais (religiosas) possuem normas que são ditadas pelas organizações religiosas a que estão ligadas.

Mas além das normas ditadas exteriormente, as escolas possuem uma dinâmica interna, como foi falado anteriormente, que lhes permite criar seu próprio sistema de normas e valores, sua própria "cara", ou o que pesquisadores da educação denominam hoje de **cultura escolar**.

As escolas são ambientes tensos e permeados de conflitos, o que não deve ser considerado um problema, uma vez que sua população é absolutamente heterogênea: possui origens sociais distintas, assim como diferentes idades, bagagens culturais, visões e projetos de vida. No entanto, algo aproxima essa população: todos procuram essa instituição com um interesse semelhante, qual seja, o de lá sair "melhores" do que quando entraram. Em melhores condições de enfrentar a vida, com mais conhecimentos e preparo para prosseguir os estudos ou buscar uma profissão. Algumas vezes esses objetivos são atingidos, outras não. Para conseguirmos fazer com que nossos objetivos, buscados nesta instituição escolar, coincidam com sua prática, é necessário o esforço e o trabalho conjunto de todos aqueles que a constituem, no sentido da construção de uma escola democrática, participativa e que integre-se às nossas vidas.

Para construirmos esta escola, podemos buscar inspiração nas ideias de grandes educadores que dedicaram suas vidas ao estudo e à experimentação de formas de educação que tornam as pessoas mais livres, responsáveis, criativas e com autonomia de pensamento. Estes educadores são chamados pela pedagogia de "educadores progressistas", o que significa que suas propostas educacionais apontam para uma ruptura com os valores criados e reforçados pela sociedade capitalista (submissão, competição, individualismo), e para estímulo e reforço de valores que podem contribuir para fazermos nossa vida uma experiência diária de solidariedade e, talvez, coletivamente, podermos projetar uma nova ordem social. Estes valores são a cooperação, a criatividade, a tolerância, o respeito ao outro e ao planeta.

⁹ O direito à educação pública e gratuita foi assegurado na Constituição de 1998, e refere-se somente ao Ensino Fundamental (pré à 9ª série). O Ensino Médio ainda não está garantido a todos pela lei.



Wikimedia Foundation

Conhecido no mundo todo, **Paulo Freire** (1921-1997) representante da **filosofia da libertação**, é considerado um dos mais importantes educadores da atualidade. Suas obras e experiências se espalharam pelo mundo, principalmente porque, após o golpe militar de 1964, que instaurou a ditadura brasileira, Freire foi exilado do Brasil, vivendo e trabalhando primeiramente no Chile, e depois em vários lugares como Genebra, na Suíça, países africanos, como Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe, e Nicarágua, na América Central. Por onde passou, Paulo Freire deixou sua marca de educador comprometido com as classes oprimidas. Quando retornou ao Brasil, após a ditadura, retomou suas atividades na universidade, assumiu cargos políticos e continuou a escrever para aqueles que sonham e acreditam que a educação e o mundo podem ser para todos e não só para alguns.

Educação, para Paulo Freire, antes de qualquer coisa, tem a ver com conscientização. Vamos entender o que ele quer dizer com isso.

Partindo do princípio de que vivemos numa sociedade dividida em classes, temos alguns grupos que estão na situação de domínio, de poder, e outros (a grande maioria) que vivem à mercê das ordens e decisões tomadas pelos primeiros, numa situação de opressão. Ser oprimido significa não somente estar subjugado economicamente, mas principalmente não ser respeitado em suas manifestações culturais (valores, linguagem, religião etc.), não ter voz na sociedade (suas insatisfações e suas propostas não são ouvidas), e não considerar-se sujeito de sua história. A condição de oprimido é muito complexa porque esse, muitas vezes, não se percebe como tal, ou pior, se percebe e considera como "natural" o fato de existirem os que mandam e os que são mandados (visão fatalista), ou também, muitas vezes, considera-se inferior e "merecedor" do lugar que ocupa na sociedade.

A educação conscientizadora, proposta por Paulo Freire, tem a tarefa de, ao mesmo tempo, conscientizar criticamente o educando de sua posição social e mobilizá-lo internamente para a luta pela transformação da sociedade. Portanto, a educação, assim entendida, reveste-se de um caráter essencialmente político. Ou seja, além do estudo, do conhecimento, da aquisição de habilidades, a escola tem papel fundamental na construção de sujeitos autônomos, críticos, em condições para lutar pela superação das desigualdades e pela transformação da sociedade.

Este é o sentido da pedagogia da libertação: contribuir para a criação de homens e mulheres "livres" – abertos para a vida, para o novo, para um fazer e refazer permanente na busca do mundo que fará a todos mais felizes, e não somente alguns.

Algumas pessoas criticam Paulo Freire, acusando-o de utópico ou sonhador. A elas, ele mesmo responde:

"(...) Não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho de criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem a sua concretização. O meu discurso em favor do sonho, da utopia, da liberdade, da democracia é o discurso de quem recusa a acomodação e não deixa morrer em si o gosto de ser gente, que o fatalismo deteriora"

FREIRE, 2001:86.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2010-Reaplicação) A primeira instituição de ensino brasileira que inclui disciplinas voltadas ao público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) abriu inscrições na semana passada. A grade curricular é inspirada em similares dos Estados Unidos da América e da Europa. Ela atenderá jovens com aulas de expressão artística, dança e produção de fanzines. É aberta a todo o público estudantil e tem como principal objetivo impedir a evasão escolar de grupos socialmente discriminados.

Época, 11 jan. 2010. Adaptado.

O texto trata de uma política pública de ação afirmativa voltada ao público LGBT. Com a criação de uma instituição de ensino para atender esse público, pretende-se

- A) contribuir para a invisibilidade do preconceito ao grupo LGBT.
 B) copiar os modelos educacionais dos EUA e da Europa.
 C) permitir o acesso desse segmento ao ensino técnico.
 D) criar uma estratégia de proteção e isolamento desse grupo.
 E) promover o respeito à diversidade sexual no sistema de ensino.
02. (Enem/2015) Apesar de seu disfarce de iniciativa e otimismo, o homem moderno está esmagado por um profundo sentimento de impotência que o faz olhar fixamente e, como que paralisado, para as catástrofes que se avizinham. Por isso, desde já, saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, o único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Paulo Freire defende que a superação das dificuldades e apreensão da realidade atual será obtida pelo(a)

- A) desenvolvimento do pensamento autônomo.
 B) obtenção de qualificação profissional.
 C) resgate de valores tradicionais.
 D) realização de desejos pessoais.
 E) aumento da renda familiar.
03. (Simulado Avalia/SFB 2018) Ultimamente, temas como a reforma no Ensino Médio, o aumento da carga horária escolar, a forma de contratação de professores e a alteração na Base Nacional Comum Curricular, além de propostas (já revogadas) de disciplinas como Sociologia e Filosofia deixarem a grade curricular, têm sido debatidos. Nesse contexto, a educação, um dos componentes centrais na obra de Durkheim, voltou a ser discutida. Em relação a esse tema, pode-se afirmar que
- A) a educação é uma forma de criar nossos filhos como queremos. Há costumes com os quais temos que nos conformar.
 B) cada sociedade, considerada num momento determinado do seu desenvolvimento, tem um sistema de educação que se impõe aos indivíduos como uma força totalmente irresistível.
 C) para Durkheim, a educação desempenha uma importante tarefa para fazerem os indivíduos se conformarem na sociedade em que vivem, a ponto de, após algum tempo as regras estarem internalizadas e transformadas em hábitos.
 D) a educação pode ser considerada um instrumento de solidariedade e exerce sobre o indivíduo uma ferramenta de coerção com a qual ele é capaz de romper a partir da moral e da religião.
 E) a educação é vista somente como uma instituição coercitiva e que não exerce pressão sobre o indivíduo.

04. (Enem/2010 – 2ª aplicação) Um fenômeno importante que vem ocorrendo nas últimas quatro décadas é o baixo crescimento populacional na Europa, principalmente em alguns países como Alemanha e Áustria, onde houve uma brusca queda na taxa de natalidade. Esse fenômeno é especialmente preocupante pelo fato de a maioria desses países já ter chegado a um índice inferior ao “nível de renovação da população”, estimado em 2,1 filhos por mulher. A diminuição da natalidade europeia tem várias causas, algumas de caráter demográfico, outras de caráter cultural e socioeconômico.

OLIVEIRA, P. S. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Ática, 2004. (Adaptado)

As tendências populacionais nesses países estão relacionadas a uma transformação

- A) na estrutura familiar dessas sociedades, impactada por mudanças nos projetos de vida das novas gerações.
 B) no comportamento das mulheres mais jovens, que têm imposto seus planos de maternidade aos homens.
 C) no número de casamentos, que cresceu nos últimos anos, reforçando a estrutura familiar tradicional.
 D) no fornecimento de pensões de aposentadoria, em queda diante de uma população de maioria jovem.
 E) na taxa de mortalidade infantil europeia, em contínua ascensão, decorrente de pandemias na primeira infância.
05. (Unicamp/2017 – 1ª Fase) A dona de casa entre as classes populares urbanas é uma personagem maior e majoritária. A dona de casa não tem muitas papas na língua. Muitas vezes é uma rebelde, tanto na vida privada quanto na vida pública. E não raro paga um alto preço por isso, como alvo principal de violências que podem chegar ao crime “passional”.

PERROT, Michelle. “Figuras e papéis”. In: ARIÈS, Philippe (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 4. p. 146.

A mulher das classes populares, nas sociedades urbanas do século XIX, na Europa,

- A) tinha múltiplas funções, como educar os filhos, cuidar da casa e administrar as finanças, mas vivia restrita ao espaço doméstico e por isso sua rebeldia era punida com violência.
 B) era responsável pelo trabalho doméstico e muitas vezes tinha uma jornada dupla, pelo trabalho externo que realizava em fábricas, pequenos comércios e outros serviços.
 C) sofreu estigma e violência por revolucionar os costumes e liderar o movimento de conquista do voto feminino.
 D) contrariava o senso comum de ser cordata e obediente, pois sua condição social indicava que não tinha referencial de uma boa educação.



Exercícios Propostos

01. (Simulado Avalia/SFB 2018)

NO RITUAL “COUVADE”, HOMENS SE RECUPERAM DO PARTO.

Na maloca, a mulher grávida se deita no chão e se prepara para o parto. O companheiro participa, comprimindo o ventre e cortando o cordão umbilical com os dentes. Depois de ser lavado, o bebê vai para os braços do pai, que se deita na rede e fica de resguardo, mantendo uma dieta especial até que o cordão umbilical caia. É ele quem recebe as visitas e os cumprimentos pelo nascimento do filho. Enquanto isso, a mulher retoma a rotina diária.

A descrição acima, de um costume dos índios tupinambás, é um exemplo de ritual couvade que engloba uma série de comportamentos de homens de culturas pré-industriais durante a gravidez e o parto de seus filhos. Nessas sociedades, são eles que ficam se recuperando após o parto das mulheres. Alguns chegam a usar vestuário feminino no parto. “No caso de uma tribo no sul da Índia, quando a mulher sentia as contrações, informava ao marido, que vestia algumas roupas dela, colocando na testa a marca que as mulheres geralmente colocavam nas suas”, conta a psicóloga Talu de Martini.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/equlibrio/eq0908200708.htm>>. Acesso em 22/04/2018.

A leitura do trecho permite concluir que os papéis sociais referentes à estrutura familiar são construções culturais permeadas de simbolismos e diversidades. Exemplos como os mencionados acima questionam a

- A) imagem que as sociedades industriais ocidentais têm sobre as ideias do que é ser pai e do que é ser mãe.
- B) função paternal do homem tribal como um sujeito distante no processo da reprodução e da educação da prole.
- C) figura da mãe a partir do momento em que demonstra a frieza diante do abandono do filho e de suas funções sociais.
- D) responsabilidade tanto do pai quanto da mãe no que diz respeito à capacidade de transmitir valores éticos e políticos para seus filhos.
- E) masculinidade do pai nas culturas ocidentais que insistem em afirmar que ele é desacompanhado no processo de formação da família.

02. (Unicentro/2010) “A instituição familiar é essencialmente dinâmica, e este dinamismo tornou-se muito visível na segunda metade do século XX, não só no Brasil, mas em praticamente todo o mundo ocidental. A família tradicional foi adquirindo contornos nunca antes imaginados. As novas configurações da família levaram a sociedade, e inclusive os cientistas sociais, a anunciarem a falência desta instituição social. Mas, não era o fim, e sim a prova da imensa capacidade criativa do ser humano de adequar-se a novas necessidades e novos valores.”

PARANÁ. *Livro didático de Sociologia*. Curitiba, 2006, p.110.

Segundo o texto anterior, é correto afirmar que:

- A) a instituição familiar se caracteriza por ser, essencialmente, matrilinear, dinâmica e imutável.
- B) atualmente, as famílias se configuraram de maneiras distintas.
- C) existe uma estrutura familiar que deve ser seguida por toda sociedade tida como correta.
- D) não se configura como família onde não há a presença de um pai ou de uma mãe.
- E) a família tradicional é imutável e estática.

03. (JAS/2015) Observemos a imagem a seguir.



loulia Bolshakova/123RF/EasyPix

Ali se retrata uma família, um pai, uma mãe e o filho, em uma atitude violenta, na qual o pai grita para a mãe e o filho. Ao conviver com esse tipo de trato entre eles, o filho poderá reproduzir esta atitude com irmãos mais novos ou mesmo na escola com os colegas. Da cena familiar, podemos deduzir que

- A) a maioria das relações entre os pais e os filhos acaba sendo de violência e gritaria quando os filhos não se comportam, como parte normal das punições que os pais aplicam na etapa de socialização primária.
- B) é a decisão do filho reproduzir ou não esse tipo de atitude, já que, no processo de constituição do indivíduo, ele tem a capacidade de se isolar das relações familiares nas quais se encontra inserido.
- C) é o direito dos pais tratar do jeito que eles acreditam apropriado os filhos, ainda que isso acabe em formas e maneiras violentas, já que as relações familiares se encontram na esfera privada, em que as pessoas podem fazer a sua vontade.
- D) a experiência de socialização primária e o contato com a família no primeiro período de vida influencia as atitudes e maneiras pelas quais as crianças vão estabelecer contato com outras pessoas, já que se trata da primeira instância de relacionamento com os outros.
- E) de nada influencia a postura da família diante das crianças. O comportamento violento já é pré-determinado por disfunções psíquicas.

04. (JAS/2015) A escola é uma instituição social que representa o contexto que a rodeia e, nessa condição, vivencia e reflete o conjunto de fatores histórico-sociais e culturais. Ao desenvolver sua função educativa, a escola

- A) tem por função social proporcionar aos seus alunos o acesso ao conhecimento científico produzido e acumulado pelos intelectuais, tendo como função social desenvolver, exclusivamente, a formação de cidadãos capazes de subverter o sistema vigente.
- B) é um lugar privilegiado onde gestores, professores, alunos e pais têm oportunidade de ensinar, aprender e socializar a diversidade de saberes, respeitando as individualidades e propiciando o acesso ao conhecimento científico, construído socialmente de forma ética e democrática.
- C) passa a desenvolver uma educação de qualidade, considerando, de maneira exclusiva, os conhecimentos cotidianos dos alunos. Só assim, os conhecimentos sistematizados poderão fluir com naturalidade.
- D) é um espaço de contradição e tem como função primordial possibilitar o desenvolvimento do ser humano que só ocorre em interação com a natureza.
- E) de qualidade respeita os sujeitos sociais, valoriza e desenvolve todo e qualquer comportamento humano e forma de convivência sociocultural.

05. (Unioeste/2011) Um dos universos mais constantes nas Ciências Sociais diz respeito ao estudo das instituições sociais. Família, religião, trabalho foram temáticas investigadas pelos primeiros pesquisadores da área, mas que ainda continuam presentes na produção contemporânea. Sobre o conceito de instituição social, é correto afirmar que
- o conceito de instituição social corresponde à ação de instituir ou determinar padrões de comportamento, padrões que são construídos historicamente e possuem um poder de coerção em determinado contexto.
 - as instituições sociais são as entidades filantrópicas que prestam serviço comunitário, que são instituições por terem uma sede e um estatuto pré-determinado, e são sociais por atender interesses públicos.
 - a linguagem não pode ser considerada uma instituição por ser algo natural do ser humano e não possuir seus limites claramente definidos, como é o caso da escola, por exemplo.
 - segundo Goffman, as únicas instituições com características sociológicas são as de caráter fechado, pois são impositivas e desenvolvem uma sociabilidade própria.
 - levando em consideração a teoria de Émile Durkheim, podemos afirmar que nem todas as instituições sociais podem ser consideradas como fatos sociais, pois estes obrigatoriamente precisam ser coletivos, coercitivos e externos aos indivíduos.
06. (UFPA/2008) Pode-se dizer que as diferenças culturais existentes na humanidade são explicadas e compreendidas, entre outros fatores, por meio de seus processos de socialização. A escola é um importante espaço desse processo porque
- proporciona a educação formal, que é um instrumento relevante na manutenção das realidades socioculturais, uma vez que apenas os membros mais velhos de uma dada sociedade determinam o modo de ser, agir e pensar das novas gerações.
 - é possível perceber, no universo da sala de aula, o caráter formal e informal da educação, pois alunos e professores trazem consigo uma bagagem cultural que se manifesta espontaneamente e em situações diversas.
 - transmite modelos sociais de comportamento homogêneo, uma vez que as diferenças sociais e culturais entre as pessoas garantem o dinamismo neste processo educativo.
 - busca ampliar ações afirmativas por meio do diálogo com outras identidades, ou seja, o interculturalismo, baseando-se na eliminação das diferenças socioculturais e reforçando conflitos e disputas pela manutenção ou ampliação de poder.
 - aprender e ensinar aspectos culturais são processos que se manifestam em momentos e lugares específicos da educação formal, como é o caso do que se processa nas escolas e universidades.
07. (UEM/2010 - Adaptado) O casamento é assim há cerca de três mil anos. A monogamia surgiu com a família, para garantir a manutenção da herança nas mesmas mãos. A relação fora do casamento era um crime inadmissível, o adultério. Mas só para as mulheres, pois o marido não podia correr o risco de ter um filho bastardo. Os homens não tinham esse problema. Sempre se sabe quem é a mãe de uma criança. Já o pai precisou esperar até a Ciência desenvolver os testes com base no DNA para ter certeza de que o filho é seu.

OLIVEIRA, Malu. *Homem e mulher a caminho do século XXI*. São Paulo: Ática, 1997, p. 30.

Considerando o texto acima e seus conhecimentos sobre a instituição família, podemos considerar que:

- Os laços de parentesco são estabelecidos a partir da consanguinidade ou do casamento;
- Em determinados contextos, o crime de adultério serviu para penalizar e expor as mulheres a severos julgamentos sociais sobre sua idoneidade moral;
- Os modelos de família patriarcais não influenciaram a formação social e cultural das sociedades ocidentais;
- A família é uma instituição social estática, e os exames de DNA são recursos modernos que dificilmente são utilizados para definir a paternidade;
- Nas sociedades ocidentais, as uniões monogâmicas são instituições que auxiliam a perpetuação das heranças em uma mesma unidade familiar.

Assinale a alternativa que contempla as afirmativas corretas.

- | | |
|--------------------|-------------|
| A) I, II e V | B) II e III |
| C) II, III e IV | D) I e V |
| E) I, II, III e IV | |

08. (UEM/2013 – Adaptada) “A escola exclui, como sempre, mas ela exclui agora de forma continuada, a todos os níveis de curso, e mantém no próprio âmago daqueles que ela exclui, simplesmente marginalizando-os nas ramificações mais ou menos desvalorizadas. Esses ‘marginalizados por dentro’ estão condenados a oscilar entre a adesão maravilhada à ilusão proposta e a resignação aos seus veredictos, entre a submissão ansiosa e a revolta impotente”

BOURDIEU, P. (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 485.

Considerando a citação e as abordagens sociológicas sobre o contemporâneo processo de escolarização, assinale o que for correto.

- O melhor desempenho escolar de certas pessoas está ligado ao dom natural para os estudos que desperta logo no nascimento, pois as aptidões intelectuais facilitam o aprendizado e permitem conseguir notas mais altas;
- Historicamente, a escola tem sido uma instituição democrática que respeita as diferenças econômicas, sociais e culturais da sociedade e garante oportunidades iguais para as pessoas que se esforçam nos estudos;
- Ao ocultar seu papel na legitimação e na reprodução dos saberes, dos valores e das experiências dos grupos dominantes, a instituição escolar esconde também os seus mecanismos “sutis” de exclusão dos grupos marginalizados;
- A baixa qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas no Brasil está diretamente relacionada ao grande número de pessoas pobres que ela inclui, pois a condição econômica determina o desempenho escolar;
- Um dos principais desafios colocados para os atuais sistemas de ensino no Brasil tem sido a necessidade de assegurar a inclusão educacional de indivíduos e de grupos sociais que historicamente foram marginalizados pela escola regular.

Assinale se:

- apenas I, II e III estiverem certas.
- apenas III, IV e V estiverem certas.
- apenas II e IV estiverem certas.
- apenas III e V estiverem certas.
- todas estiverem certas.

09. (Enem/2018 – PPL) Os níveis de desigualdade construídos historicamente não se referem apenas a uma questão de mérito individual, mas à falta de condições iguais de oportunidades de acesso a educação, trabalho, saúde, moradia e lazer. As pesquisas mostram que há um grande abismo racial no Brasil, e as estatísticas, ao apontarem as condições de vida, emprego e escolaridade entre negros e brancos, comprovam que essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada à exclusão social e à desigualdade socioeconômica, que atinge toda a população brasileira e, de modo particular, os negros.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.* São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004. Adaptado.

O conjunto de ações adotado pelo estado brasileiro, a partir da última década do século XX, para enfrentar os problemas sociais descritos no texto resultaram na

- A) ampliação de planos viários de urbanização.
- B) democratização da instrução escolar pública.
- C) manutenção da rede hospitalar universitária.
- D) preservação de espaços de entretenimento locais.
- E) descentralização do sistema nacional de habitação.

10. (UEG/2016) Para as “boas” escolas vão sempre os professores mais competentes e experientes. Nelas, as condições de trabalho são melhores. Há um número menor de alunos por turma e o tempo de aula é maior. O material didático é abundante e de boa qualidade.

Nas escolas “carentes” dá-se o contrário. Os professores estão sobrecarregados e insatisfeitos. Por causa disso, ficam pouco tempo na escola. O material didático (cartilhas, livros etc.) é inadequado e insuficiente. As turmas estão superlotadas, e as crianças têm menos tempo de aula. Nessas escolas, os professores faltam com mais frequência às aulas, os alunos são rebeldes ou desinteressados e há mais problemas de disciplina.

CECCON, C.; OLIVEIRA, M. D.; OLIVEIRA, R. D. *A Vida na escola e a escola da vida.* 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 52-53.

As afirmações acima, em nível geral, apresentam uma descrição do sistema escolar brasileiro em seu nível fundamental. Essa situação do sistema escolar pode ser melhor explicada a partir de qual teoria sociológica?

- A) A teoria das classes sociais, que apresenta a divisão social e seu processo de reprodução no âmbito escolar, tal como apresentado por várias pesquisas da sociologia da educação.
- B) A teoria da ação social, que diz que o sujeito atribui um sentido à sua ação voltado para a ação dos demais e, nesse sentido, a escola é produto da ação social de professores e alunos e suas diferenças são o resultado delas.
- C) A teoria da modernização, segundo a qual os mais pobres vão sendo paulatinamente inseridos na modernidade, passando de condições precárias, inclusive escolares, para melhores condições de vida.
- D) A teoria da urbanização, que afirma que existem diferenças espaciais nos grandes centros urbanos que tendem a ser superadas com o processo de desenvolvimento urbano, explicando as diferenças no sistema escolar e sua superação.

do Povo. As deformações de sua concepção de mundo atrelam-no, indefinidamente, a um estado de incapacidade, miséria e subserviência. Transformar essa condição humana, tão negativa para a sociedade brasileira, não poderia ser uma tarefa exclusiva das escolas. Todo o nosso mundo precisaria reorganizar-se, para atingir-se esse fim. No entanto, é sabido que as escolas teriam uma contribuição específica a dar, como agências de formação do horizonte intelectual dos homens. Cabia à lei fixar certas condições, que assegurassem duas coisas essenciais: a equidade na distribuição das oportunidades educacionais; a conversão das escolas em instituições socializadoras, pondo cobro ao divórcio existente entre a escolarização e o meio social. Ainda aqui a lei se mostra parcial e inoperante. Atende aos interesses dos novos círculos de privilegiados da sociedade brasileira, como as classes médias e ricas das grandes cidades, e detém-se diante do desafio crucial: a preparação do homem para a democracia, que exige uma educação que não seja alienada política, social e historicamente.

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil.* São Paulo: Dominus/Edusp, 1966. P. 537.

DIVERSIDADE: SUPREMO DECIDE PELA CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA NO BRASIL

A LGBTfobia tem maioria no STF para ser considerada crime, passível de 1 a 5 anos de prisão

Giovanna Galvani 23 de maio de 2019

A LGBTfobia tem a maioria dos votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal para ser crime no Brasil – passível de 1 a 5 anos de prisão. Foram seis votos favoráveis nesta quarta-feira 23, somando as decisões dos ministros Luiz Fux e Rosa Weber. O julgamento retorna no dia 5 de junho – ele teve início em fevereiro de 2019 e se alongou, até o momento, por cinco sessões.

Foram julgadas duas ações: uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADO 26), enviada à Corte em 2013 pelo PPS (Partido Popular Socialista), e o Mandado de Injunção (MI 4733), que foi protocolado em 2012 pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT).

Os ministros começaram o julgamento com a discussão de adiar ou não a votação, já que na quarta-feira 22 a Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) do Senado aprovou a criminalização nos mesmos termos do racismo. No entanto, a maioria da Corte entendeu que a tramitação do Legislativo sobre o assunto não impede que o STF vote sobre a causa.

Os crimes de ódio contra LGBTs serão interpretados de acordo com a Lei de Racismo (7716/89), que tem preconceitos por raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional inclusos em sua interpretação. Advogados e ativistas defendem que a homofobia é uma forma de discriminação contra “direitos e liberdades fundamentais”, protegidos pela Constituição, e, assim como o antissemitismo, seria uma forma de poder de um grupo em relação a outro – o que configura o racismo.

Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/>>.

DESEDUCAR PARA CONTROLAR – A IGNORANTIZAÇÃO COMO PROJETO DE PODER

por Guilherme Lima

Nestes dias tão conturbados em que presenciamos e vivemos cataclismos políticos e sociais tão evidentes, a figura do autômato descrita pelo Filósofo e Historiador Alemão Walter Benjamin me veem a cabeça. Em seu texto Conceitos Sobre História, assim ele descreve este ser: “Conhecemos a história de um autômato construído de tal modo que podia responder a cada lance de um



Fique de Olho

O lado dramático e cruel da situação educacional brasileira está exatamente aí. O homem da camada social dominante tira proveito das deformações de sua concepção de mundo. Ao manter a ignorância, preserva sua posição de mando, com os privilégios correspondentes. O mesmo não sucede com o homem

jogador de xadrez com um contra lance, que lhe assegurava a vitória. Um fantoche vestido à turca, com um narguilé na boca, sentava-se diante do tabuleiro, colocado numa grande mesa. Um sistema de espelhos criava a ilusão de que a mesa era totalmente visível, em todos os seus pormenores. Na realidade, um anão corcunda se escondia nela, um mestre no xadrez, que dirigia com cordéis a mão do fantoche.”

O que de certa forma exprime a ideia contida no detalhamento da figura de um autômato fantoche, deixa mais do que claro as nuances da situação brasileira atual. Vivemos como uma população robotizada, passando por falsas transformações que ocultam uma continuidade de engrenagens de poder que se perpetuam desde a formação do país enquanto nação. Tal qual o jogo de xadrez evidenciada pelo pensador alemão, nossas jogadas são de cartas marcadas. Embora as peças sejam diferentes ao longo dos anos, nossa política, graças aos mecanismos de continuísmos, garante a perpetuação de uma série de privilégios, meandros e costumes arraigados no seu cerne.

Passando pelo período colonial, ao grito do Ipiranga dado por um Nobre Português com Disenteria proclamando a independência; da pompa do Período Imperial, vicejando a república velha e seu voto de cabresto; do (velho) Estado novo de Getúlio Vargas; da ditadura de uma noite sombria que durou 21 anos; até estes dias de tresloucada de uma incongruente democracia republicana empedernida: mudaram-se sistemas de governo, pessoas, políticos, economia e os pormenores do tempo, mas algo conseguiu manter-se como permanência em todas estas épocas.

Hábitos, costumes e uma certa cultura política e educacional calcada no uso do estado, da nação e de todos os seus dispositivos para perpetuação de um *Modus Operandi* voltada para o ego individualista, onde poucos se beneficiam com as mazelas da maioria, onde se deveria existir ações e pensamentos voltados para o bem-estar de todos, há o movimento contrário. Pelo sucesso individual, baseado na desgraça geral.

Instituições, empresas, órgãos públicos e privados, e a própria população são imbuídas de uma crença onde apenas o seu interesse deve ser o primordial para que seus objetivos, metas e satisfação enquanto cidadão sejam supridos. Indo por este caminho, ocorre a cegueira geral de que o bem-estar e a empatia pelo outro é desnecessária. Onde todos têm o mínimo de suas necessidades de vida, consumo, lazer, segurança, saúde e educação, a existência da sociedade e seu desenvolvimento atinge todas as expectativas e estabilidade para que aqueles pertencentes a ela se sintam aplacados e satisfeitos em sua condição existencial.

E então fica a pergunta de por que aqueles que detêm o poder não fazem as mudanças preconizando e dando prioridade a estas questões? Oras, pelo mesmo motivo que muitos tentam fraudar a bolsa de valores, enganar o arbitro em alguma competição esportiva, praticar bullying, e por aí vai; a resposta final é o ganho individual em detrimento do interesse coletivo.

É nisto que reside a realidade concreta do Brasil, uma população a mercê de ilusões criadas por uma política que mesmo mudando suas jogadas e modelo, consegue perpetuar processos e atingir os mesmíssimos resultados, não importando se a partida e o sistema forem diferentes. O resultado sempre será o mesmo, ludibriando e dando a falsa ilusão daqueles que estão envolvidos no jogo, que podem conseguir uma vitória quando uma nova partida se inicia.

Ardilosa armadilha criada pelo *Establishment* desde os primórdios da nação brasileira, ele é tão eficiente por não depender de modelo político, econômico ou social: ele se mantém entranhado nos hábitos culturais bem como nos mecanismos da indução de pensamento e influência dos costumes. É a arma perfeita nas mãos do Status Quo, pois venceu e vence suas batalhas sem dar sequer um tiro.

Para que as mudanças que não mudem tenham sua continuidade, ocorre então a necessidade de ferramentas visando manter toda esta penúria, e o meio de alcançar estas metas é o sucateamento da educação brasileira. Vamos sendo criados de modo que a imensa maioria não perceba que está sendo iludida nos joguetes do poder, e aqueles que sabem como funciona isso tudo entram em um processo de conformismo com a situação.

Não existiu até hoje um verdadeiro plano de reforma educacional esclarecedora, primando pelo efetivo ensino que consiga quebrar com estas correntes de um nocivo controle das vontades do inconsciente e subconsciente brasileiro, não precisando aqui descrever o tenebroso projeto do Escola sem partido(sic). Hábitos e costumes tão profundamente incrustados no consciente nacional só são passíveis de mudança através da educação. Por isto, a educação brasileira permanece arcaica, pois vai de encontro aos interesses daqueles que, como o corcunda anão mestre no xadrez relatado por Walter Benjamin, tem nos políticos os fantoches de suas vontades.

Sendo assim, cada vez mais dou razão a afirmativa de Darcy Ribeiro: “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”.

Disponível em: <<https://pensadoranonimo.com.br/>>.

STB Seção Videoaula



Instituições Sociais: Escola e Família.

Aula
06

A Instituição Religiosa

C-1	H-2, 4
C-3	H-11, 14

Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados relativos à religiosidade do brasileiro e constatou que os “sem religião” são uma minoria crescente em nosso país. Em 2000 eram quase 12,5 milhões (7,3%) de brasileiros que diziam não seguir nenhuma religião. Em 2010, esse número já havia alcançado 15 milhões (8,0%).

No Brasil, onde cerca de 92% das pessoas se dizem religiosas, quem admite a descrença pode ainda ser alvo de preconceitos. A discriminação contra os ateus é direta: há pelo menos quatro redes de televisão – católicas e uma evangélica – que todo santo dia (usei a expressão de propósito, não foi ato falho.) atacam ateus e minorias religiosas, dizendo que a culpa de todas as desgraças do mundo são deles. E o que dizer ainda dos inúmeros feriados religiosos (cristãos e católicos)? Como explicar o fato do Judiciário afixar um crucifixo na parede de cada sala de audiência nos Tribunais? Se o Estado é laico, por que os parlamentos têm crucifixos? E, na Carta Constituinte 1988, lê-se: “promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”. A influência da Instituição Religiosa no Brasil é tão forte que em 1986, o então presidente José Sarney mandou inserir a frase “**Deus seja louvado**” nas notas de cruzado, permanecendo ainda hoje na “era real”. Logo, a “demonização” dos irreligiosos ocorre, na prática, como uma condenação sumária, sem que os réus tenham o direito a um debate racional e esclarecedor.

Dados pesquisados pelo Atlas das Religiões mostram que cerca de 80% da humanidade pertence nominalmente a alguma instituição religiosa. Contudo, entre os restantes 20%, nem todos professam ser absolutamente ateus ou sem credo. A exemplo do que ocorre em países como a China, a Coreia do Norte, o Uzbequistão, o Irã e tantos outros países controlados por governos totalitários, milhões de devotos de variados matizes dissimulam suas crenças e, oficialmente, se declaram sem religião por medo da repressão do Estado. Muitos outros indivíduos rejeitam a religião institucionalizada, mas adotam formas alternativas de religiosidade ou alimentam uma interpretação religiosa do mundo, cujos contornos são particulares ou subjetivos. Tudo isto somado, os religiosos podem representar, atualmente, mais de 90% da população mundial.

Todavia, não nos enganemos, o grupo de pessoas “sem religião” tem crescido substancialmente. Os religiosamente não assumidos são o segundo maior grupo religioso na América do Norte e na maior parte da Europa.

Não são de agora as previsões de que a religião perderia relevância conforme o mundo fosse se modernizando. Entretanto, todas as pesquisas divulgadas nos últimos anos estão confirmando que isso está acontecendo surpreendentemente rápido. A França terá uma população de maioria secular em breve. O mesmo acontecerá com Holanda e Nova Zelândia. O Reino Unido e a Austrália em breve perderão suas maiorias cristãs.

Mas “muita calma nessa hora”: os sem religião não estão herdando a Terra ainda. Em muitas partes do planeta – na África subsaariana, de maneira particular –, a religião está crescendo tão rápido que a participação dos “sem religião” na população mundial deve de fato diminuir em 25 anos.

Tendo em vista o que já foi escrito anteriormente, parece aceitável a observação de que as instituições religiosas existem em todos os grupos humanos. Isso pelo menos até que a antropologia se proponha, com improváveis chances de sucesso, a refutar tal afirmação.

Só essa observação já traz um problema ao entendimento: **por que o homem, ou melhor, os grupos humanos, se põem a adorar deuses ou forças supostamente sobrenaturais?** Esse problema não constitui novidade na sociologia. Além de ter sido objeto de estudos e reflexão de todos os autores clássicos, ele continua a provocar estudos seja nas ciências sociais ou na filosofia.

O problema geral sob o prisma sociológico: “por que existem instituições religiosas?” se apresenta da simples observação de que instituições religiosas estão presentes em todas as sociedades conhecidas.

A religião é um dos fenômenos definidores de uma cultura, e no caso de povos, como judeus, árabes e hindus, para os quais os contornos da nacionalidade incluem a confissão religiosa, as instituições religiosas, sejam na sua expressão como grupos organizados (igrejas, seitas e outros) ou nas regras de conduta individual ou coletiva, exercem um papel político, social e econômico de condicionante dos processos sociais. Para exemplificar, basta referir-se aos conflitos históricos entre judeus e palestinos que marcaram a segunda metade do século XX e se arrastam pelo presente século; os conflitos entre cristãos e muçulmanos na Indonésia, na Filipinas em outras localidades da Ásia; ou a luta da seita Sikh para separar o Pendjab da Índia; e, para citar um caso clássico, a separação entre Paquistão e Índia no processo de independência frente ao Império Britânico em 1947. Este fato foi marcado pela definição forçada de fronteiras religiosas demarcadas pela força econômica e militar desses povos, que se envolveram desde então em sangrentos conflitos militares e mantêm relações tensas (HOBBSAWM, 2000: 147).

As instituições religiosas se revestem, portanto, de uma importância sociopolítica que faz delas um fenômeno social relevante e digno de atenção da sociologia.

O que é religião?

Para alguém que não se satisfaz com as impressões do senso comum, o conceito de religião não se apresenta lá muito claro e evidente como as ideias racionalistas. Nosso estudo exige uma definição que permita a ele vincular, sem contradição ou rompimento, um entendimento científico do que são instituições religiosas.

A experiência religiosa diz respeito ao sagrado, àquilo que parece aos olhos de alguém separado por alguma característica extraordinária, sobre-humana.

A noção de sagrado implica em um mundo habitado por forças extraordinárias que agem magicamente. Já o termo “religião” é derivado do latim *religio* (*re+ligio*) que significa, literalmente, religar. A religião se apresenta como a vinculação do homem com as forças que constituem o sagrado. Em suas manifestações mais elaboradas, a religião possui um corpo de narrativas que explicam a origem da vida, das instituições sociais e legitimam o comportamento que as sustenta.

Segundo Marilena Chaui, filósofa brasileira, o “sagrado opera o encantamento do mundo” (Chaui, 1998: 297), ou seja, essa forma de pensamento nos remete a um mundo povoado de seres sobrenaturais com poderes ilimitados que nos observam, nos recompensam, nos castigam, nos auxiliam etc. Em todas as culturas conhecidas vamos encontrar sinais do sagrado. Não importa se são seres naturais dotados de poderes sobrenaturais – a água, o fogo, o vento; se animais – o cordeiro, a vaca, a serpente; se seres com forma humana – santos, heróis; ou seres imaginários – anjos, demônios. Em outros casos não há deuses, mas práticas, regras ou rituais com dimensões sagradas. Exemplificando: para alguns povos indígenas, o Sol e a Lua são considerados sagrados; para os hindus, a vaca é um animal digno de idolatria; os judeus não cultuam deuses, mas têm seus dogmas; assim como os budistas, que transformam todo o universo em entidade sagrada.



Liliya Abdullina/123RF/Getty



123RF/Getty Brasil

Juntamente com o desenvolvimento do pensamento sagrado, são criados os “locais sagrados”, templos, igrejas, sinagogas, terreiros, mesquitas, os céus, que são os lugares estabelecidos para as celebrações, as homenagens, os sacrifícios; enfim são os lugares em que as pessoas se reúnem ou aos quais se dirigem mentalmente, para reafirmarem suas crenças, celebrarem seus rituais. Observe que para algumas religiões, em alguns momentos históricos, esses locais tornam-se verdadeiros **símbolos de poder**, como as catedrais medievais.

O que são os rituais?

Os rituais são atos repetitivos que rememoram o acontecimento inicial da história sagrada de determinada cultura. É fundamental na celebração do ritual que as palavras e os gestos sejam sempre os mesmos, pois trata-se de uma reafirmação dos laços entre os humanos e os deuses. Quem já presenciou uma cerimônia de casamento da Igreja Católica conhece de antemão as palavras e os gestos que serão ditos e praticados pelo padre e pelos noivos. Trata-se de um ritual de passagem, da vida de solteiro para a vida de casado. Os rituais são realizados para agradecermos graças recebidas, para pedirmos ajuda, para desculpar-nos por atos considerados incorretos, assim como para sermos aceitos em uma religião, ou nos despedirmos da vida.



Pikabay

Outra importante característica das religiões são os **dogmas** – verdades irrefutáveis que são mantidas pela fé. Um dogma jamais pode ser questionado, ou colocado em dúvida. Por exemplo: a transformação do vinho e do pão em sangue e corpo de Cristo.

Este conjunto de símbolos sagrados, que inclui o pensamento religioso, somado aos locais e rituais sagrados, formará um **sistema religioso** ou uma **religião**.

São muitas as definições propostas a este termo. Por tratar-se de um aspecto ao mesmo tempo amplo, multifacetado e que envolve a subjetividade humana, torna-se quase impossível chegar-se a algum consenso. Podemos, portanto, entender a religião como uma invenção humana da qual se origina todo o ideal de cosmo.

Prosseguindo nesse raciocínio, cabe melhor explicar a etimologia da palavra “religião”. A partir de um pensamento de Santo Agostinho, o qual nos propõe que liguemos nossa alma a um único Deus, temos hoje a associação da palavra “religião” a “religar”, conforme já havia sido citado anteriormente. Ligar o que a quê? Ligar o mundo sobrenatural, **sagrado**, ao mundo humano, ou **profano**; fazer-nos crer (e este é um aspecto fundamental da religião: a fé) que nós mortais não estamos sozinhos no universo, que há um sentido para a vida, e que cabe a cada um de nós tentarmos descobrir a que viemos.

Em resumo, podemos compreender a religião como uma forma de alimento às nossas esperanças, como uma força que nos impulsiona em direção a construção daquilo que consideramos justo, ético e ideal. A crença de que em última instância, algo ou alguém irá nos socorrer, que não estamos abandonados à própria sorte, pode nos dar a força necessária para prosseguirmos em nossa aventura pela vida. A religião pode também nos ensinar a conviver com nossos conflitos interiores e aceitarmos o que é inevitável, caso contrário, a vida se tornará inviável.

Conhecer as diferentes religiões que se espalham por nosso país e pelo mundo afora, possibilita-nos abriremos os olhos para o mundo, ou melhor, conhecermos outras dimensões para se compreender e explicar a vida e o universo. Veremos que o mundo é muito maior do que imaginamos e muito mais fascinante depois de conhecermos as histórias que buscam dar significado às nossas existências.



MAJIVEKA/123RF/EASYPX

Uma segunda forma de compreensão do pensamento religioso é percebê-lo como instrumento de dominação, de intolerância, e que ao extremo pode chegar ao **fanatismo religioso**, caracterizado pela devoção incondicional, exaltada e completamente isenta de espírito crítico a uma ideia ou concepção **religiosa**. Em geral, o **fanatismo religioso** também se caracteriza pela intolerância em relação às demais crenças **religiosas**.

No Brasil, temos hoje o respeito e a tolerância pelas mais diversas religiões. Não somos obrigados a seguir uma única religião, como ocorre em alguns países. Inclusive a Constituição Nacional nos assegura a liberdade de credo e de culto segundo o art.5º, cap.I, inciso VI. Isso significa que, ao nascermos, quase sempre seguimos a religião de nossa família, mas que ao longo da vida podemos escolher uma nova religião, ou mesmo optarmos pelo ateísmo.

Essa conquista, no entanto, foi obtida por meio de muita luta e de muita opressão. Relembrando um pouco da história de nosso país, vamos chegar aos povos nativos que aqui habitavam. Estes povos, assim como ocorre em uma parte das sociedades ditas “primitivas”, tinham o pensamento religioso como eixo central de suas vidas, o sagrado permeando todas as relações e explicando todos os acontecimentos da comunidade. Tinham, portanto, seus deuses, seus rituais, que davam significado à sua existência. A chegada dos europeus, povos de tradição católica, na condição de colonizadores, provocou um verdadeiro massacre cultural.

Os padres jesuítas, representantes do catolicismo, iniciaram, no Brasil, na primeira metade do século XVI, sua obra de catequização, impondo novos valores e uma visão de mundo aos curumins que em nada correspondiam à cultura daqueles povos.

A visão eurocêntrica fazia-os crer que os indígenas, apesar de estarem situados em uma escala inferior de humanidade, se comparados aos europeus, ainda assim poderiam ser cristianizados e salvos com intervenção de um religioso que lhes encaminhasse para a fé.

Logo em seguida, com o processo de colonização, povos africanos foram trazidos como escravos e consigo trouxeram também seus cultos, suas crenças, seus rituais; enfim sistemas religiosos estruturados há muito tempo. No Brasil, essas pessoas foram tratadas como mercadorias, como coisas, e, portanto, suas crenças também foram desprezadas, ou pior, proibidas. Mais tarde houve a vinda de outros povos europeus e asiáticos que imigraram em busca de terras e trabalho. Junto com seus sonhos, trazem também suas religiões, as quais buscaram preservar, como forma de manterem-se unidos e mais fortes em uma terra tão estranha aos seus hábitos culturais.

No entanto, mesmo com toda essa variedade religiosa, as leis brasileiras declaravam o catolicismo como a religião oficial do país. Aliás, a Igreja Católica no Brasil sempre teve um poder muito grande, não somente em seu âmbito, mas também nas questões políticas nacionais e regionais. Até o advento da República, Estado e Igreja legislavam em conjunto, decidindo os rumos da nação. Ainda no período **Vargas** (1930-1945), vamos encontrar fortes influências dos chamados setores católicos na política nacional.

A origem deste poderio da Igreja Católica pode ser encontrado no fim do Império Romano do Ocidente, com a legalização do cristianismo no ano 313. A partir daí, o progresso do cristianismo se acelerou, chegando ao seu auge na Idade Média europeia. Nesse período da história, a Igreja Católica reinou absoluta, decidindo os destinos dos reinos e dos indivíduos. Todos eram obrigados a professar a mesma religião, e aqueles que não obedecessem seriam duramente castigados. Foi um tempo de muito terror e mentiras. Qualquer ato ou sinal que contrariasse os rígidos preceitos da Igreja eram considerados heresia ou feitiçaria, motivos para perseguições e castigos. Qualquer um que questionasse as ideias e as práticas da Igreja poderia ser levado aos tribunais do Santo Ofício.

Muitos séculos se passaram, e somente no século XVI, veremos o poder da Igreja Católica ser abalado com o Movimento da **Reforma Religiosa**. A Reforma constituiu-se de um rompimento da Igreja Católica e teve como consequência religiosa o surgimento de novas igrejas – conhecidas como protestantes (Luteranismo e Calvinismo). O conflito tem início quando Martinho Lutero (1483-1546), monge alemão rompe com o Papa porque discordava de algumas práticas da Igreja, como a venda de indulgências, relíquias e cargos.

A partir do **Iluminismo**, teremos o acirramento do conflito entre ciência e religião. Galileu Galilei (1564-1642) foi obrigado pela Igreja a negar sua teoria (o heliocentrismo), caso não desejasse sofrer as penas da **Inquisição**¹⁰. O Iluminismo introduziu formas inéditas de ver o mundo, que até então era percebido somente em termos religiosos, e esta nova visão estava associada a uma nova classe social que se insurgia contra o poder aristocrático. Neste período (séc. XVIII), a religião está associada ao poder aristocrático. Portanto, é fácil perceber que a luta contra o pensamento religioso transformou-se em uma luta política contra os representantes deste pensamento conservador.

Os clássicos da sociologia e as instituições religiosas

Os clássicos da sociologia consideram as instituições religiosas como formas da vida social, instituições humanas terrenas e necessárias para a conservação das conformações sociais de que fazem parte. E foi no contexto histórico do século XIX, que alguns teóricos da sociologia iniciam seus estudos sobre a religião. Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920) mais uma vez nos auxiliam nesta tarefa da sociologia de analisar contextualmente e desnaturalizar as relações sociais. Chegam a conclusões distintas em suas análises e reflexões sobre as funções da religião nas sociedades. No entanto, em um aspecto é possível observar a convergência entre os três pensadores: são unânimes em anunciar o previsível fim da religião. Afirmam que com o desenvolvimento das sociedades industriais, a religião tenderia a perder espaço para outras atividades sociais. Ou seja, a modernização e a industrialização levariam ao que a sociologia denomina de processo de **secularização**¹¹.

Parece que se equivocaram!

Auguste **Comte** considerava que um dos papéis fundamentais das instituições religiosas era manter o *consensus* social, onde ideias e crenças comuns **garantiriam a coesão social** por meio de uma **moralidade universal**. Uma vez rompido o equilíbrio existente no **estado teológico**, entretanto, não havia mais como retornar ao passado. Se fazia necessário então, fundar uma nova religião, dizidente com o estado científico ao qual

o desenvolvimento da civilização chegara, racional ou positiva, com rituais e atitudes que devem ser aceitas com o fim de produzir condutas que propiciem o *consensus* preconizado por Comte. Isto explica porque Comte dedicou grande parte de sua obra à preparação da religião positivista, uma forma de elogio da humanidade que abolia as figuras metafísicas das religiões tradicionais, mas abraçava rituais e atitudes de reverência típicas de uma postura religiosa.

Para **Durkheim**, a religião teria a função de fortalecer os laços de coesão social, e contribuir para a solidariedade dos membros do grupo. Por isso, as cerimônias e os rituais ganham uma grande importância, uma vez que são estes momentos que possibilitam o encontro dos fiéis e a reafirmação de suas crenças. Durkheim iniciou e baseou suas análises em uma pesquisa realizada com os povos aborígenes australianos, na qual abordava a prática do **totemismo**¹².

Reafirmando, podemos concluir que para Durkheim, a religião possui unicamente a função de conservar e fortalecer a ordem estabelecida. De forma alguma pode ser associada a questões de poder político ou ideológico.

Marx muitas vezes foi citado como um crítico mordaz da religião, devido principalmente à sua famosa frase: “a religião é o ópio do povo” (MARX, 1991: 106). Mas veremos que isto não é bem assim. Marx foi um grande pensador e crítico do sistema capitalista. Suas análises e críticas estão focadas no **lucro**, na **mais-valia**, na **divisão da sociedade entre burguesia e proletariado**, na **luta de classes**. Portanto, suas principais preocupações estavam focadas nas condições materiais das vidas das pessoas, na concretude do sistema. Em seu texto “A questão judaica”, escrito em 1844, Marx discute a respeito do papel desempenhado por estas instituições no sentido de controlarem e modelarem o pensamento social. Este pensar é representado pelo conjunto de valores e conhecimentos impostos pelo Estado e pela religião com fim de modelar o pensamento social.

Para Marx, a sociedade civil só terá condições de alcançar a liberdade, ou a “emancipação humana” quando tiver condições de participar efetivamente das decisões políticas do Estado e, conseqüentemente, alcançar a verdadeira democracia. Entenda-se democracia não somente em sentido político/eleitoral, como nos ensinaram os liberais do século XVIII, mas sim em seu sentido pleno, como igualdade na distribuição dos bens socialmente produzidos e materializados na forma de direitos sociais.

Por esse motivo, podemos afirmar que, para Marx, a grande transformação deveria acontecer no modo da sociedade produzir e distribuir seus bens, assim como na presença de um Estado que atendesse aos interesses coletivos, pois uma vez construída uma sociedade justa e igualitária, não haveria mais necessidade das pessoas sonharem com um mundo ideal ou um paraíso. “Ópio do povo” significa que o povo projeta em seus deuses e no mundo sobrenatural a vida que deseja ter aqui na Terra. Esta forma de pensar leva à resignação, a aceitação das condições de nossa vida como um destino que não pode ser modificado. Marx aceita a concepção de que a religião que representa a autoalienação humana. Essa é mais uma forma de compreendermos a religião, segundo Marx; que nos leva à acomodação, à submissão, à aceitação de nosso lugar na sociedade sem questionamentos, como nos sugere o ensinamento bíblico de que “é mais fácil um camelo passar num buraco da agulha que um rico entrar no reino dos céus”. Mt, 19:24

Muitas vezes se acreditou que Marx deprecia a religião em sua obra, mas isso está longe da verdade. Marx demonstra grande compreensão pelas manifestações religiosas quando afirma: “a religião é o coração de um mundo sem coração” (MARX, 1991:106), ou seja, a religião é o único refúgio, o único consolo para aqueles com quem a vida é muito dura e ingrata.

¹⁰ A Inquisição era um verdadeiro tribunal que julgava e condenava as pessoas que considerava hereges. Qualquer um que questionasse as ideias e as práticas da Igreja poderia ser levado aos tribunais do Santo Ofício.

¹¹ A secularização representa o processo por meio do qual a religião perde sua influência sobre as diversas esferas da vida social. GIDDENS, 2005, p. 437.

¹² Um totem é um objeto sagrado, um símbolo do grupo, venerado nas cerimônias ritualísticas. Pode ser uma planta, um animal, ou objeto, que por possuir, em sua origem, um significado especial para o grupo, adquire o caráter de sagrado. A utilização do termo “totem” está restrito às religiões chamadas “elementares” ou simples.

Weber foi um grande estudioso da religião. Empreendeu análises comparativas entre as religiões orientais e ocidentais, com o objetivo de compreender as razões do desenvolvimento do capitalismo na Europa. Concluiu que o mundo oriental não oferecia condições para este tipo de organização econômica devido aos seus sistemas religiosos, os quais pregavam valores de harmonia com o mundo, de passividade em relação às condições de existência, ao contrário das religiões cristãs que incentivavam o trabalho e a prosperidade. Em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber desenvolve um interessante estudo em que demonstra o quanto os protestantes (em especial os calvinistas) contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo. Esses possuíam um forte espírito empreendedor baseado na crença de que, com o trabalho, estariam servindo a Deus. O enriquecimento e o sucesso material eram sinais de favorecimento divino.

Enquanto Durkheim baseava seus argumentos acerca das religiões em um número muito reduzido de exemplos, Weber prestou mais atenção ao que ele denominava de “as religiões mundiais”, ou seja, aquelas que atraíram grande número de crentes e afetaram de maneira decisiva o curso da história global, a exemplo do budismo, hinduísmo, taoísmo, judaísmo e cristianismo. Os escritos de Weber diferem dos de Durkheim porque esses se concentram no nexo entre a religião e a mudança social. Contrastam também com os de Marx pois Weber sustenta que a religião não é necessariamente uma força conservadora; pelo contrário, os movimentos de inspiração religiosa produziram transformações sociais dramáticas em numerosas ocasiões.

Os enfoques sociológicos da religião estão mais fortemente influenciados pelas ideias de Marx, Durkheim e Weber. Todos esses autores pensaram a religião, no sentido de sua validade metafísica, como uma ilusão humana. Entretanto, a religião aparece em suas obras como uma relação social inseparável de uma série de condicionantes naturais e sociais. Assim, um indivíduo nascido em uma sociedade australiana de caçadores-coletores terá, obviamente, crenças religiosas distintas daquelas de uma pessoa nascida na Índia com seu sistema de castas, ou de outra batizada pela Igreja Católica Medieval.

Se por um lado Comte, Durkheim e Marx apresentam as instituições religiosas como elementos fundamentais para a manutenção da ordem social, Weber defende uma instigante tese a respeito do papel “revolucionário” da religião.

Esses são, portanto, três possíveis olhares sociológicos sobre a instituição religiosa.

Importa ainda ressaltar a existência de uma postura filosófica denominada **ateísmo**. Surge na antiguidade greco-romana e ganha maior espaço a partir do século XVIII, com o surgimento das teorias anarquistas, liberais e socialistas. **Consiste na total ausência de explicação divina para a vida.**

A lógica do mercado, que nas últimas décadas do século XX invadiu todas as esferas da vida humana nas sociedades capitalistas, não poupou as religiões. Por isso, temos que estar atentos aos “espertalhões” ou “charlatões”, que se aproveitam dos sofrimentos e da falta de perspectivas das pessoas para vender sua “mercadoria” e ganhar adeptos que favorecerão seus “negócios”.

O desenvolvimento industrial levaria a uma perda da influência das religiões, diziam os teóricos do século XIX. A ciência avançou vertiginosamente no último século, e as religiões, por sua vez, ganharam uma abrangência e diversidade nunca antes conhecidas. É importante observar o papel dos meios de comunicação na difusão de mensagens religiosas, que chegam prontas em nossas casas.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2009) No final do século XVI, na Bahia, Guiomar de Oliveira denunciou Antônia Nóbrega à Inquisição. Segundo o depoimento, esta lhe dava “uns pós não sabe de quê, e outros pós de osso de finado, os quais pós ela confessante deu a beber em vinho ao dito seu marido para ser seu amigo e serem bem-casados, e que todas estas coisas fez tendo-lhe dito a dita Antônia e ensinado que eram coisas diabólicas e que os diabos lha ensinaram”.

ARAÚJO, E. *O teatro dos vícios: Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Brasília: UnB/José Olympio, 1997.

Do ponto de vista da Inquisição

- A) o problema dos métodos citados no trecho residia na dissimulação, que acabava por enganar o enfeitado.
 B) o diabo era um concorrente poderoso da autoridade da Igreja e somente a justiça do fogo poderia eliminá-lo.
 C) os ingredientes em decomposição das poções mágicas eram condenados porque afetavam a saúde da população.
 D) as feiticeiras representavam séria ameaça à sociedade, pois eram perceptíveis suas tendências feministas.
 E) os cristãos deviam preservar a instituição do casamento recorrendo exclusivamente aos ensinamentos da Igreja.
02. (Enem/2008) Existe uma regra religiosa, aceita pelos praticantes do judaísmo e do islamismo, que proíbe o consumo de carne de porco. Estabelecida na Antiguidade, quando os judeus viviam em regiões áridas, foi adotada, séculos depois, por árabes islamizados, que também eram povos do deserto. Essa regra pode ser entendida como
- A) uma demonstração de que o islamismo é um ramo do judaísmo tradicional.
 B) um indício de que a carne de porco era rejeitada em toda a Ásia.
 C) uma certeza de que do judaísmo surgiu o islamismo.
 D) uma prova de que a carne do porco era largamente consumida fora das regiões áridas.
 E) uma crença antiga de que o porco é um animal impuro.
03. (Enem/2008) A Peste Negra dizimou boa parte da população europeia, com efeitos sobre o crescimento das cidades. O conhecimento médico da época não foi suficiente para conter a epidemia. Na cidade de Siena, Agnolo di Tura escreveu: “As pessoas morriam às centenas, de dia e de noite, e todas eram jogadas em fossas cobertas com terra e, assim que essas fossas ficavam cheias, cavavam-se mais. E eu enterrei meus cinco filhos com minhas próprias mãos (...) E morreram tantos que todos achavam que era o fim do mundo”.

Agnolo di Tura. “The Plague in Siena: An Italian Chronicle”. In: William M. Bowsky. *The Black Death: a turning point in history?* New York: HRW, 1971 (com adaptações).

O testemunho de Agnolo di Tura, um sobrevivente da Peste Negra que assolou a Europa durante parte do século XIV, sugere que

- A) o flagelo da Peste Negra foi associado ao fim dos tempos.
 B) a Igreja buscou conter o medo da morte, disseminando o saber médico.
 C) a impressão causada pelo número de mortos não foi tão forte, porque as vítimas eram poucas e identificáveis.
 D) houve substancial queda demográfica na Europa no período anterior à Peste.
 E) o drama vivido pelos sobreviventes era causado pelo fato de os cadáveres não serem enterrados.

04. (Unicamp/2013)

Uma pobre mulher, enforcada em 1739 por ter roubado carvão, acreditava que não houvesse pecado nos pobres roubarem os ricos e que, de qualquer forma, Cristo havia morrido para obter o perdão para tais pecadores.

Christopher Hill. *A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 608.

Considerando o trecho acima, podemos afirmar, quanto à sociedade inglesa dos séculos XVII e XVIII, que

- A) a religião fornecia argumentos para diversos grupos sociais agirem de acordo com seus interesses e necessidades.
- B) ainda dominava na sociedade inglesa a ideia da necessidade da confissão intermediada pela Igreja para perdão dos pecados.
- C) a reforma anglicana, ao atacar a propriedade privada, distanciou-se das elites inglesas e tornou-se a religião dos pobres.
- D) as revoluções Puritana e Gloriosa foram um obstáculo ao desenvolvimento burguês da Inglaterra e contrapunham-se à relação entre religião e política.

05. (Unicentro/2012) A respeito dos estudos sociológicos sobre religiões, é correto afirmar:

- A) Quatro características são importantes para conceituar religião: ser monoteísta, identificar preceitos morais, explicar as modificações do mundo e estar relacionada com o sobrenatural.
- B) As religiões envolvem um conjunto de símbolos, que invocam sentimentos de reverência ou temor, e estão ligadas a rituais ou cerimônias.
- C) A religião, na modernidade, deixou de desempenhar um papel importante, o que refletiu a diminuição do número das igrejas, templos e santuários.
- D) A crença no sobrenatural não é universal, existindo grupos sociais que não apresentam nenhuma manifestação de espiritualidade.
- E) A religião é chamada magia quando pratica um cerimonial coletivo.



Exercícios Propostos

01. (Unicamp/2014) São mais ou menos constantes as queixas de bispos e dos clérigos sobre a manutenção das práticas pagãs no mínimo até o século X. Um conjunto de práticas pagãs se mantém quase intacto, sem levar em conta festas públicas pagãs como a de 1º de janeiro, que sobreviveu durante muito tempo.

Adaptado de Michel Rouché, "Alta Idade Média Ocidental", em Paul Veyne (org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 504.

Assinale a alternativa correta.

- A) A crítica à institucionalização da Igreja, com a consolidação da hierarquia em torno do papa e dos bispos, teve sua principal manifestação na manutenção de práticas pagãs.
- B) As práticas pagãs eram costumes de origem popular respeitados pelas ordens religiosas, como os beneditinos, mas criticados pelos bispos e pelo clero tradicional.
- C) A diversidade de práticas religiosas eram frequentes na Alta Idade Média, apesar dos esforços institucionais do alto clero católico em combater as crenças populares e defender a unidade religiosa na Europa.
- D) A presença do cristianismo não significou o desaparecimento de todas as práticas religiosas consideradas pagãs, pois algumas delas foram toleradas pela Igreja, como o sabá e as festas populares.

02. (UEM/2012-Adaptada) Sobre o fenômeno religioso, assinale o que for incorreto.

- A) É possível afirmar que a religião é uma obra humana que liga os homens ao mundo do sagrado.
- B) Não há registro de experiências de governo que conjuguem ações de Estado e da Igreja no processo legislativo.
- C) O exercício da tolerância religiosa indica a construção de um mundo menos etnocêntrico e mais heterogêneo.
- D) Para Durkheim, as cerimônias e rituais religiosos mostram como a religião tem a função de fortalecer os laços de coesão social.
- E) O estudo sociológico de Weber busca compreender como a ética protestante contribuiu para a gênese do capitalismo moderno.

03. (Enem/2017) No período anterior ao golpe militar de 1964, os documentos episcopais indicavam para os bispos que o desenvolvimento econômico, e daramente o desenvolvimento capitalista, orientando-se no sentido da justa distribuição da riqueza, resolveria o problema da miséria rural e, conseqüentemente, suprimiria a possibilidade do proselitismo e da expansão comunista entre os camponeses. Foi nesse sentido que o golpe de Estado, de 31 de março de 1964, foi acolhido pela Igreja.

MARTINS, J. S. *A política do Brasil: lúpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011 (adpatado)

Em que pesem as divergências no interior do pelo após a instalação da ditadura civil-militar. o posicionamento mencionado no texto fundamentou-se no entendimento da hierarquia católica de que o(a)

- A) luta de classes é estimulada pelo livre mercado.
- B) poder oligárquico é limitado pela ação do Exército.
- C) doutrina cristã é beneficiada pelo atraso do interior.
- D) espaço político é dominado pelo interesse empresarial.
- E) manipulação ideológica é favorecida pela privação material.

04. (UEM/2012-Adaptada) A tese sociológica da secularização, amplamente aceita durante quase todo o século XX, afirmava que, com o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico, diferentes formas de racionalismo iriam gradualmente substituir a religião e sua autoridade sobre a vida dos indivíduos. Na década de 1990, todavia, essa afirmação começou a ser revisada, e a religiosidade passou a dar sinais evidentes de ser retomada em escala global. Sobre esse assunto, assinale o que for incorreto.

- A) A revisão da tese da secularização foi impulsionada pela divulgação de pesquisas mundiais, na década de 1980, que demonstraram estabilidade nos indicadores de adesão religiosa.
- B) Países como os EUA representavam um desafio contundente à tese da secularização, pois apesar do seu elevado nível de desenvolvimento no final do século XX, contavam com população majoritariamente religiosa.
- C) O fenômeno do fundamentalismo religioso demonstrou, durante todo o século XX, e em diferentes regiões do planeta, que desenvolvimento e adesão religiosa podem conviver no mundo moderno, contrariando assim as expectativas de secularização.
- D) Nas últimas décadas, a retomada da religiosidade tem sido acompanhada pelo crescimento da autoridade religiosa e pelo questionamento dos princípios do Estado laico.
- E) A retomada do fenômeno religioso tem ocorrido nas últimas décadas pela expansão de formas mais livres de manifestação, nas quais os indivíduos combinam diferentes fontes e tradições segundo seus gostos e suas necessidades.

05. (UEM/2008-Adaptada) A sociologia comporta diferentes explicações sobre os fenômenos sociais. Assinale a alternativa cujas afirmações correspondem somente a explicações sociológicas sobre o fenômeno da religiosidade.
- As religiões podem ser compreendidas como instrumentos de regulação e de controle das atividades dos membros da sociedade. Desse modo, elas são dotadas de força coercitiva;
 - Os sistemas religiosos exercem uma função importante no processo de socialização, ou seja, na assimilação pelos indivíduos dos valores e das normas que regem sua sociedade;
 - O fenômeno religioso não pode ser considerado um fenômeno cultural, já que possui leis muito próprias de funcionamento;
 - De acordo com algumas teorias, as religiões expressam visões ideológicas sobre a vida em sociedade que são fundamentais para a dominação de uma classe social sobre a outra;
 - As práticas religiosas não constituem tema de investigação sociológica, já que dizem respeito a escolhas e a experiências particulares. Ou seja, elas se definem como um fenômeno individual.

Assinale a alternativa que contempla as afirmativas corretas.

- A) I, II e IV B) II e III
C) II, III e IV D) I e V
E) I, II, III e IV

06. (Enem/2003) No dia 7 de outubro de 2001, Estados Unidos e Grã-Bretanha declararam guerra ao regime Talibã, no Afeganistão. Leia trechos das declarações do então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e de Osama Bin Laden, líder muçulmano, nessa ocasião:

George Bush

Um comandante-chefe envia os filhos e filhas dos Estados Unidos à batalha em território estrangeiro somente depois de tomar o maior cuidado e depois de rezar muito. Pedimos-lhes que estejam preparados para o sacrifício das próprias vidas. A partir de 11 de setembro, uma geração inteira de jovens americanos teve uma nova percepção do valor da liberdade, do seu preço, do seu dever e do seu sacrifício. Que Deus continue a abençoar os Estados Unidos.

Osama Bin Laden:

Deus abençoou um grupo de vanguarda de muçulmanos, a linha de frente do Islã, para destruir os Estados Unidos. Um milhão de crianças foram mortas no Iraque, e para eles isso não é uma questão clara. Mas quando pouco mais de dez foram mortos em Nairóbi e Dar-es-Salaam, o Afeganistão e o Iraque foram bombardeados e a hipocrisia ficou atrás da cabeça dos infieis internacionais. Digo a eles que esses acontecimentos dividiram o mundo em dois campos, o campo dos fiéis e o campo dos infieis. Que Deus nos proteja deles.

Adaptados de *O Estado de S. Paulo*, 8/10/2001

Pode-se afirmar que

- a justificativa das ações militares encontra sentido apenas nos argumentos de George W. Bush.
- a justificativa das ações militares encontra sentido apenas nos argumentos de Osama Bin Laden.
- ambos se apoiam em um discurso de fundo religioso para justificar o sacrifício e reivindicar a justiça.
- ambos tentam associar a noção de justiça a valores de ordem política, dissociando-a de princípios religiosos.
- ambos tentam separar a noção de justiça das justificativas de ordem religiosa, fundamentando-a em uma estratégia militar.

07. (UEM/2009-Adaptada) Ao refletir sobre a religião como fenômeno social, assinale o que for correto.
- Formas de religião e vestígios de religiosidade são encontrados entre todos os povos e culturas. Eles se manifestam em cultos relativos à vida, à natureza e aos mortos ou em sistemas de explicação para a existência humana e do universo;
 - O sagrado não é uma categoria restrita à religião, podendo manifestar-se em outros fenômenos simbólicos da vida social;
 - A superioridade do cristianismo sobre outras expressões religiosas pode ser demonstrada pelo seu domínio e importância entre os povos do Ocidente;
 - A umbanda não pode ser considerada um sistema religioso, afinal tal classificação não reconhece como sagrado cultos miscigenados ou híbridos;
 - Os princípios religiosos do Islã determinam o Oriente Médio como território sagrado, sendo proibida essa prática religiosa em outros territórios do globo, considerados pelos muçulmanos como espaços profanos e impuros.

Assinale a alternativa que contempla as afirmativas corretas.

- A) I, III e V B) II e IV
C) II, III e IV D) I e II
E) III, IV e V

08. (UEM/2008-Adaptada) Considerando as abordagens sociológicas sobre a temática religião, assinale o que for incorreto.
- O taoísmo, o xintoísmo, o hinduísmo e o budismo são religiões originárias do Extremo Oriente. O candomblé e a umbanda são seitas que nasceram na África.
 - O judaísmo, o cristianismo e o islamismo são religiões chamadas de monoteístas por cultuarem um único Deus. As três têm origem no Oriente Médio.
 - O ateísmo é uma postura filosófica que consiste na adoção de explicações para a vida que dispensam qualquer causalidade divina. Surgiu na antiguidade greco-romana e ganhou força no século XVIII, com a difusão das teorias anarquistas, liberais e socialistas.
 - Podemos encontrar, no Brasil, atualmente, seguidores do candomblé e da umbanda em todas as classes sociais. Desde o período colonial, os brasileiros mantêm contato com essas religiões, que passaram por períodos de maior aceitação e outros de rejeição social.
 - O Torá, a Bíblia e o Alcorão são, respectivamente, os livros sagrados dos seguidores do judaísmo, do cristianismo e do islamismo.
09. (JAS/2015) Assinale a opção correta acerca do fenômeno religioso na sociologia, segundo Durkheim.
- Uma crença religiosa é formada pela somatória das crenças individuais dos membros de determinado grupo.
 - O que define o fenômeno religioso é a crença no sobrenatural e na divindade.
 - A religião classifica as coisas ideais ou reais em duas categorias heterogêneas: o sagrado e o profano.
 - A natureza do homem se opõe a religião.
 - A religião se organiza a partir das categorias a priori do pensamento, como tempo, espaço, gênero, causa e substância.

10. (Enem/2017) Pude entender o discurso do cacique Aniceto, na assembleia dos bispos, padres e missionários, em que exigia nada mais, nada menos que os índios fossem batizados. Contestava a pastoral da Igreja, de não interferir nos costumes tribais, evitando missas e batizados. Para Aniceto, o batismo aparecia como sinal do branco, que dava reconhecimento de cristão, isto é, de humano, ao índio.

MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993 (adaptado).

- O objetivo do posicionamento do cacique xavante em relação ao sistema religioso externo às tribos era
- A) flexibilizar a crença católica e seus rituais como forma de evolução cultural.
 - B) acatar a cosmologia cristã e suas divindades como orientação ideológica legítima.
 - C) incorporar a religiosidade dominante e seus sacramentos como estratégia de aceitação social.
 - D) prevenir retaliações de grupos missionários como defesa de práticas religiosas sincréticas.
 - E) reorganizar os comportamentos tribais como instrumento de resistência da comunidade indígena.



Fique de Olho

RELAÇÕES ENTRE ESTADO E RELIGIÃO

As relações entre Estado e Poder Espiritual têm sofrido grandes alterações no curso do tempo e podem ser assim configuradas: 1. Estado teocrático ou sacral, em que se constata a interpenetração entre ambos, tendo como exemplo o fundamentalismo religioso no Irã e no Vaticano; 2. Estado proselitista, que enaltece e protege uma religião específica como acontece nos Estados ortodoxos; 3. Estado cooperativo que, embora reconheça o pluralismo das crenças, religião e Estado apresentam pontos de contato, exemplificado com o modelo adotado pelo Reino Unido, onde o Chefe de Estado deve jurar fidelidade aos dogmas da igreja oficial, a anglicana, sendo, de igual, o seu chefe; 4. Estado laico ou secular, que passa ao largo da realidade religiosa e elimina qualquer influência do poder religioso na esfera do poder político. Trata-se de Estado neutro, sem “fé oficial”, nem privilegiada, em detrimento das demais; 5. Estado totalitário ateu ou ateu, que vê no poder espiritual plena incompatibilidade com o poder estatal, coibindo quaisquer práticas religiosas. É o caso da extinta URSS.

No Brasil, a Constituição de 1824 assegurava a liberdade de culto, mas elegia como religião oficial do Estado, a católica. Proclamada a República, a Igreja foi desmembrada do Estado, que passou a ser laico.

Com efeito, o inciso I do art. 19 da Constituição de 1988 proíbe ao Estado: 1. Promover cultos religiosos; 2. Manter templos religiosos; 3. Estimular a prática de determinada religião; 4. Entabular relações de dependência ou aliança com organismos religiosos; 5. Impor restrições de dependência com instituições religiosas; 6. Impor restrições ao exercício das demais religiões.

Fato interessante foi a análise dos limites entre Estado e religião pelo Tribunal Federal alemão, decidindo pela impossibilidade de ser afixado crucifixos nas salas de aulas das escolas públicas, o que demonstrava adesão ao cristianismo, em confronto com as demais crenças livremente professadas. Não obstante a semelhança, nesse sentido, com a atual Constituição Brasileira, a transposição desse entendimento para a realidade nacional exige uma maior discussão. Em primeiro lugar, no Brasil, predomina o cristianismo, em suas várias modalidades, como parte integrante da tradição já sedimentada, daí decorrendo que a não exposição da cruz atentaria de frente contra a cultura, refletindo prejuízo religioso e deferências por parte do Estado. Ademais, é preciso reconhecer que o pluralismo religioso ainda não resultou em uma rejeição socialmente relevante de certos símbolos que integram a tradição. Por outro lado, é forçoso também se admitir que medidas drásticas dessa natureza seriam interpretadas como afronta e discriminação. Logo, a questão não pode ser analisada sem levar em conta a realidade social.

Anote-se, ao final, que laicidade não quer dizer isolamento, sendo até aconselhável que o Estado estabeleça parcerias com instituições religiosas, objetivando o alcance do bem comum. Essa possibilidade, porém, inserida no inciso I do art. 19 da Constituição de 1988, não deve e nem pode privilegiar religiões específicas.

Qualquer envolvimento do Estado com a religião deve firmar-se na observância de referenciais de igualdade, comprometido, antes de tudo, com a satisfação do interesse público.

Edilson Santana é Promotor e Justiça. 07/04/2013
Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/espiritualidade/2013/04/06/noticiasjornalespiritualidade,3034456/relacoes-entre-estado-e-religiao.shtml>>



Seção Videoaula



Socialização e Controle Social.

Nosso MUNDO ONTEM E HOJE



Como Funciona a Relação Indivíduo × Sociedade

C-1	H-2, 4
C-2	H-9, 10

Indivíduo e identidade

Há muito tempo, o filósofo grego Aristóteles expressou que “o ser humano é essencialmente um animal social por natureza”. O ser humano tem que viver na sociedade por sua existência e bem-estar. Em quase todos os aspectos de sua vida, ele sente a necessidade da sociedade. Biologicamente e psicologicamente, ele compeliu a viver na sociedade.

O ser humano nunca pode desenvolver sua personalidade, idioma, cultura e “interior profundo” ao viver fora da sociedade. A essência do fato é que o ser humano sempre pertenceu a uma sociedade de algum tipo, sem a qual ele não pode existir. A sociedade cumpre todas as suas necessidades e fornece segurança. Todo ser humano nasce, cresce, vive e morre na sociedade. Sem sociedade, a vida humana é como peixe fora da água. Portanto, existe uma relação estreita entre o ser humano e a sociedade. Ambos estão intimamente inter-relacionados, interligados e interdependentes. A relação entre os dois é de natureza bilateral. Mas essa estreita relação entre ser humano e sociedade levanta uma das questões mais importantes, ou seja, em que sentido o ser humano é um animal social?

O ser humano é um animal social porque sua natureza o faz assim. A socialidade ou a sociabilidade é o seu instinto natural. Ele não pode deixar de viver na sociedade. Todas as suas qualidades humanas, tais como: pensar, investigar, aprender, linguagem, jogar e trabalhar apenas são desenvolvidos na sociedade humana. Tudo isso se desenvolveu por meio da interação com os outros. Sua natureza o obriga a viver com seus semelhantes. Ele não pode viver sozinho. Podemos recordar três famosos casos em que os bebês foram isolados de todas as relações sociais para fazer experiências sobre a natureza social do ser humano.

O primeiro caso foi de **Kasper Hauser** que, desde a sua infância até o século XVII, foi criado em Nuremberg. No caso dele, descobriu-se que, com a idade de dezessete anos, dificilmente podia andar, tinha a mente de uma criança e murmurava apenas algumas frases sem sentido. Apesar de sua educação posterior, ele nunca poderia se tornar um ser humano normal.

O segundo caso foi de duas crianças hindus que, em 1920, foram descobertas em uma cova de lobo. Uma das crianças morreu logo após a descoberta. O outro só podia andar de quatro, não possuía linguagem, exceto grunhidos como os de um lobo. Essa criança era tímida frente aos seres humanos e tinha medo deles. Só depois de um treinamento cuidadoso e simpático, ela poderia aprender alguns hábitos sociais.

O terceiro caso era de Anna, uma criança americana ilegítima que havia sido colocada em uma sala com idade de seis meses e descoberta cinco anos depois. Na descoberta, descobriu-se que ela não podia andar ou falar e era indiferente às pessoas ao seu redor.

Todos os casos citados provam que o ser humano é social por natureza. A natureza humana se desenvolve apenas no indivíduo quando vive na sociedade, só quando ele compartilha com o sujeito começa uma vida comum. A sociedade é algo que cumpre uma necessidade vital na constituição do ser humano, não é algo acidentalmente adicionado ou imposto à natureza humana. Ele conhece a si mesmo e a seus semelhantes dentro do quadro da sociedade. Na verdade, o ser humano é social por natureza. A natureza social não é imposta a ele ou adicionada a ele, mas é inata.

O ser humano é um animal social não só por natureza, mas também por necessidade. Diz-se que as necessidades de natureza social, mental e física tornam o ser humano social.

Muitas de suas necessidades permanecerão insatisfeitas sem a colaboração de seus semelhantes. Sua segurança psicológica, reconhecimento social, amores e necessidades de autorrealização só foram cumpridas apenas no curso da vida na sociedade. Ele é totalmente dependente da sua sobrevivência sobre a existência da sociedade. Sua necessidade de autopreservação obriga-o a viver na sociedade. O indivíduo também satisfaz suas necessidades sexuais de uma maneira socialmente aceita em uma sociedade.

Para cumprir sua preocupação de segurança na idade avançada, o indivíduo vive na sociedade. Da mesma forma, o desamparo no momento do nascimento o obriga a viver na sociedade. Uma necessidade de nutrição, abrigo, calor e carinho o obriga a viver na sociedade. Assim, para a satisfação das necessidades humanas, o ser humano vive na sociedade. Por isso também é verdade que não só para a natureza, mas também para o cumprimento de suas necessidades o ser humano vive na sociedade.

Esta é mais uma razão para a qual o ser humano é um animal social: a sociedade não só cumpre suas necessidades físicas e determina sua natureza social, mas também determina sua personalidade e orienta o curso do desenvolvimento da mente humana.

O desenvolvimento da mente humana e do eu é possível apenas vivendo na sociedade. A sociedade molda nossas atitudes, crenças, moral, ideais e molda a personalidade individual. Com o curso da vida e com o processo de socialização, a personalidade do ser humano se desenvolve e ele se tornou um indivíduo de pleno direito. O ser humano só adquire sua personalidade vivendo em uma sociedade. Do nascimento à morte, o indivíduo adquire diferentes qualidades sociais pela interação social com seus semelhantes que molda sua personalidade. A mente individual sem sociedade permanece subdesenvolvida no estágio infantil. O patrimônio cultural determina a personalidade do ser humano moldando suas atitudes, crenças, moral e ideais. Com a ajuda da herança social, as potencialidades nascidas do ser humano estão desdobradas.

“Nós não nascemos já com uma identidade pronta”, dizia o filósofo **Henri Bergson** (1859-1941), “construímos o nosso ‘eu’ todos os dias”, ou seja, desde a mais tenra infância vamos

nos construindo como indivíduos únicos, em um processo que nunca acaba, e iremos construir e reconstruir nossas identidades ao longo da vida. Mas o indivíduo nunca a constrói sozinho, pois depende tanto dos julgamentos dos outros como das suas próprias orientações e auto definições. A identidade, portanto, é um produto de sucessivas socializações. Por isso se diz que **o ser humano é um animal social**, pois tende a se agrupar em relação a propósitos, gostos, preocupações e costumes em comum com outros indivíduos, e, assim, formar os chamados **“grupos sociais”** que, para a Sociologia, surgem enquanto um sistema de relações e de interações recorrentes entre pessoas.

Assim, com base na discussão anterior, concluímos que o ser humano é um animal social. Sua natureza e suas necessidades o tornam um ser social. Ele adquire personalidade na sociedade. Existe uma relação muito estreita entre o indivíduo e a sociedade, como a das células e do corpo.

Definindo “Sociedade” – Os agrupamentos sociais

Diz o dicionário Houaiss (2009) que **sociedade** é um “agrupamento de seres que convivem em estado gregário e em colaboração mútua; [...] grupo humano que habita em certo período de tempo e espaço, seguindo um padrão comum; coletividade; [...] grupo de indivíduos que vivem, por escolha, sob preceitos comuns; [...] ambiente humano em que o indivíduo se encontra incorporado”. Afora a definição que se dê, o termo diz respeito a algo que conhecemos na prática: todos estamos inseridos em uma sociedade e dela fazemos parte desde que nos conhecemos como pessoas.

É trabalho da sociologia observar, conceituar e estudar tudo aquilo que pode parecer, num primeiro momento, sem muita importância. Por isso, vejamos mais atentamente o que é uma sociedade e, mais precisamente, como se caracteriza um meio social. Em primeiro lugar, façamos uma importante distinção entre “estrutura social” e “organização social”.

Estrutura social é a totalidade das posições, das condições existentes em determinado grupo social ou em uma sociedade. Já **organização social** é o conjunto de todas as ações que são realizadas quando os membros de um grupo social desempenham seus papéis sociais. Assim, enquanto a estrutura social passa a ideia de algo estático, algo que simplesmente existe (como se fosse o “esqueleto” da sociedade), a organização social passa a ideia de algo que acontece: a estrutura social se refere a um grupo de indivíduos (uma reunião de indivíduos para festejar um aniversário) enquanto a organização social se refere às relações que se estabelecem entre essas partes.

Disso se depreende que, quanto mais complexa for uma sociedade, mais complexa e maior será sua estrutura e sua organização social. Vale dizer que tanto a estrutura quanto a organização social não permanecem sempre iguais, pois podem passar (e com frequência passam) por um processo de mudança.

E quais seriam as características básicas de qualquer grupo social? Em outras palavras, quais seriam as características (que, muitas vezes, não notamos existir) do meio social em que vivemos? Listemos algumas delas.

- **Pluralidade de indivíduos:** deve haver, sempre, mais de um indivíduo no grupo, coletividade.
- **Interação social:** os indivíduos devem propor-se a manter comunicação uns com os outros.
- **Organização:** todo grupo, para funcionar bem, precisa de uma ordem interna, regras.

- **Consciência de grupo** ou **pertencimento**: são as maneiras de pensar, sentir e agir próprias do grupo. Existe um sentimento mais ou menos forte de compartilhar uma série de ideias, de pensamentos, de modos de agir. Um exemplo disso é o jogador de futebol que, quando fala da vitória de seu time diz: “Nós ganhamos!”.
- **Objetividade** e **exterioridade**: os grupos sociais são superiores e exteriores ao indivíduo, ou seja, quando uma pessoa entra no grupo ele já existe; quando sai, ele permanece existindo.
- **Objetivo comum**: união do grupo para atingir os mesmos objetivos.
- **Continuidade**: as interações passageiras não chegam a formar grupos sociais organizados; para isso, é necessário que as interações tenham certa duração e, como exemplo, temos a família, a escola, a igreja etc. Mas há grupos de curta duração que aparecem e desaparecem com facilidade, como os mutirões para a construção de casas.

Dessas características podemos, então, especificar uma possível classificação dos grupos sociais — afinal, os traços acima podem ocorrer com maior ou menor grau de eficiência. Em primeiro lugar, temos os **grupos primários**, nos quais predominam os contatos primários, mais pessoais e diretos (como ocorre na família, com os vizinhos etc.). Em segundo lugar, temos os **grupos secundários**, nos quais há maior complexidade e predominam os contatos secundários, que se realizam também de forma pessoal e direta, mas sem intimidade (como ocorre nas igrejas e no Estado), ou de maneira indireta, como por e-mails, vídeo conferências, telefonemas etc. Em terceiro lugar, temos os **grupos intermediários**, nos quais se alternam e se complementam as duas formas de contatos sociais, os primários e os secundários (como ocorre na escola, no cursinho etc.).

É importante, também, notar que todo grupo social apresenta uma série de forças que o mantém unido. Vejamos cada uma delas.

- A **liderança**: a ação exercida por um líder, aquele que fica à frente do grupo. Há dois tipos de liderança, a saber, a **liderança institucional** (a autoridade varia de acordo com a posição social ou cargo que o indivíduo ocupa no grupo, como o gerente de uma empresa ou o diretor de uma escola) e a **liderança pessoal** (a autoridade das qualidades pessoais do líder – inteligência, poder de comunicação, carisma, atitudes –, como Getúlio Vargas, Adolf Hitler etc.).
- As **normas sociais**: regras de conduta de uma sociedade, regras que controlam e orientam o comportamento das pessoas e indicam o que é permitido e o que é proibido.
- As **sanções sociais**: recompensas ou punições que o grupo determina para os indivíduos de acordo com o seu comportamento social. São **aprovativas** quando vêm sob a forma de aceitação, de aplausos, de honras, de promoções, e **reprovativas** quando vêm sob a forma de punição (insulto, zombaria, prisão, pena de morte) imposta ao indivíduo que desobedece a alguma norma social.
- Os **valores sociais**: variam no espaço e no tempo, em função de cada época, cada geração e cada sociedade, ou seja, são temporais. Podemos dizer que os valores sociais estão diretamente relacionados à moral: por exemplo, cada período da história tem um conjunto de valores sociais que formam a moral vigente da época (o que é bonito para os jovens nem sempre é aceito pelos mais velhos). As roupas, os cabelos, o modo de dançar, as ideias, o comportamento, as gírias, enfim, entram em choque com os valores sociais já estabelecidos e cultivados por seus pais, criando certa tensão entre jovens e adultos.
- Os **símbolos**: algo cujo valor e significado é atribuído pelas pessoas que o utilizam (o sobrenome que identifica a família, a aliança que simboliza a união de casais, por exemplo, e a

linguagem, que é um conjunto de símbolos). Podemos dizer que todo o comportamento humano é simbólico e que todo o comportamento simbólico é humano, já que a utilização de símbolos é exclusiva do homem.

- O **sistema de status**: se baseia na posição ocupada por um indivíduo no grupo social (posição que implica direitos, deveres, prestígio e até privilégios, conforme o valor social conferido a cada posição), e pode ser dividido em dois tipos, a depender de como o indivíduo o obtém: *status* atribuído (não é escolhido pelo indivíduo, e não depende de si próprio – irmão caçula, filho de operário, irmã mais velha) e *status* adquirido (depende das qualidades pessoais do indivíduo, de sua capacidade e habilidade, adquiridas por meio de anos de luta e competição – a classe alta, por exemplo).
- E o **sistema de papéis**: entendendo-se por “papéis” os comportamentos que o grupo social espera de qualquer pessoa que ocupe determinado *status* social corresponde às tarefas e obrigações atribuídas de acordo com a posição social do indivíduo.

Os agregados sociais

Percebe-se que, até aqui, tratamos da sociedade em termos de grupos sociais. Isso porque uma sociedade (o todo) é formada por muitos e variados grupos sociais (as partes). Em outras palavras, existem formas de agrupamento social que deixam de apresentar algumas características próprias da sociedade, ainda que continuem a pertencer a ela. São conhecidos, tais grupos, como **agregados sociais**, isto é, reuniões de pessoas que mantêm entre si o mínimo de comunicação e de relações sociais.

Podemos destacar a **multidão**, o **público**, e a **massa**.

A **multidão** se caracteriza pela falta de organização (não possui um conjunto específico de normas), pelo anonimato (não importa quem faz parte dela), pelos objetivos comuns (os interesses, as emoções e os atos têm o mesmo sentido), pela indiferenciação (todos são iguais perante a multidão, não há espaço para manifestar as diferenças individuais) e pela proximidade física (os componentes da multidão ficam em contato direto e temporário uns com os outros). Seus componentes são anônimos, pois ao se integrarem à multidão seu nome, sua profissão ou posição social não são levados em conta. A integração é ocasional, como por exemplo, pessoas reunidas para observar um fato, uma ocorrência, como as que assistem a um incêndio num edifício, ou que se encontra na rua para brincar o Carnaval.

Por sua vez, **público** é um agrupamento ocasional de indivíduos que seguem os mesmos estímulos, não se baseando no contato físico, mas na comunicação recebida por meio dos diversos meios de comunicação (como, por exemplo, os indivíduos que assistem a um jogo de futebol pela televisão e que estão a receber o mesmo estímulo). A integração dos indivíduos que formam o público é geralmente intencional. Os modos de pensar, agir e sentir do público compõem o que é conhecido como opinião pública. No público há um tipo primário de organização, pois as pessoas estão sujeitas a certos regulamentos.

Já a **massa** é formada por indivíduos que recebem opiniões formadas por meio dos meios de comunicação de massa de maneira passiva. Note-se, no entanto, a diferença entre “público” e “massa”: um público recebe uma opinião e pode opinar, mas em uma massa predomina a comunicação transmitida pelos meios de comunicação de massa. Consiste num agrupamento de pessoas separadas e desconhecidas umas das outras, não obedece a normas e é espontâneo. De modo geral, podemos dizer que o grupo de indivíduos que se comporta como massa tende a ser manipulado, pois, na maioria das vezes, reage de forma impensada, sem ter consciência de grupo.

Socialização e sociedade

São evidentes as diferenças de costumes que existem ao compararmos uma sociedade à outra. Os primeiros teóricos sociais observaram que estes costumes são, em parte, diferentes por causa da própria diferença entre os meios físicos em que se encontram as sociedades: em um ambiente de clima frio as pessoas se agasalharão melhor e, provavelmente, ficarão mais tempo em suas casas; em um local com alimentos em abundância, elas talvez tenham que trabalhar menos e não terão de competir por comida. Mas como explicar, por meio dessa ideia de determinismo físico, que, em alguns lugares, as pessoas se alimentem usando dois pauzinhos ou talheres, enquanto que, em outros, os alimentos são levados à boca com as próprias mãos?

Essas diferenças são conseqüências não da adaptação da sociedade ao meio, mas da adequação dos indivíduos à vida em sociedade. É a esse processo de integração de cada pessoa aos costumes preexistentes que damos o nome de “socialização”, que pode ser definido como um tipo específico de interação que molda a natureza da personalidade humana e, por sua vez, o comportamento humano e a participação na sociedade.

Não há como existir sociedade sem socialização, que pode ser definida como a internalização de ideias e valores estabelecidos coletivamente e a assimilação de papéis e de comportamentos socialmente desejáveis. É importante associar de maneira correta a socialização à cultura: esta se encontra profundamente ligada à **estrutura social**, enquanto que a socialização pode ser resumida à transmissão de **padrões culturais**.

Há a possibilidade de identificarmos indivíduos mais ou menos socializados, isto é, mais ou menos integrados aos padrões sociais. Uma pessoa pode ser um ótimo profissional, ao mesmo tempo em que é alcoólatra: uma pessoa pouco socializada não absorveu completamente os princípios que regem a sociedade, causando, frequentemente, transtornos aos que estão à sua volta.

É importante também considerar o que a sociologia chama de convívio social. A história demonstra que o **convívio social** foi e continua a ser decisivo para o desenvolvimento da humanidade. As descobertas feitas por um grupo, quando comunicadas às outras pessoas, tornam-se estímulo e ponto de partida para aperfeiçoamentos e novas descobertas. Transmitidas de geração a geração, esses conhecimentos compartilhados não perdem com a morte de seus descobridores. No convívio social, o compartilhamento entre indivíduos se dá pelos **contatos sociais**.

A ausência de contatos sociais caracteriza o **isolamento social**. Existem mecanismos que reforçam o isolamento social. Entre eles estão as **atitudes de ordem social** e as **atitudes de ordem individual**.

As atitudes de ordem social envolvem os vários tipos de preconceitos (de cor, de religião, de sexo etc.). Um exemplo histórico de preconceito é o antissemitismo, voltado contra os judeus. Tal atitude foi especialmente violenta durante a Idade Média e também entre os anos de 1933 e 1945, nos países dominados pela ideologia nazista. A África do Sul é outro exemplo de país onde, por várias décadas, imperou uma legislação que afastava do convívio social com os brancos à maior parte da população: era o *apartheid*, que minoria branca impunha à maioria negra, relegando seus membros à condição de cidadãos inferiores.



Li Xuqun/123RF/Getty

Uma atitude de ordem individual que reforça o isolamento social é a timidez. O sociólogo judeu nascido na Hungria, **Karl Mannheim** (1893-1947) considera que a timidez, o preconceito e a desconfiança podem levar o indivíduo a um isolamento parcial semelhante ao ocasionado, de modo geral, pelas deficiências físicas, quando os portadores são segregados dentro de seu próprio grupo primário.

Processos sociais

O termo processo designa a contínua mudança de alguma coisa numa direção definida. **Processos sociais** são as formas pelas quais os indivíduos se relacionam uns com os outros, ou seja, as formas de estabelecer as relações sociais. Os processos sociais estão presentes em toda a sociedade, por exemplo: quando um grupo de pessoas se organiza para realizar um mutirão de limpeza de uma praia poluída; quando uma pessoa assimila, mesmo que inconscientemente, a forma de falar, o sotaque de outra; quando um país entra em litígio com outro; etc.

Se partirmos do pressuposto de que cada indivíduo é singular, ou seja, cada um possui suas próprias crenças, valores e ideologias em relação a tudo ao seu redor, concluímos que os tipos de processos sociais estabelecidos entre as pessoas irão depender de cada um. Qualquer mudança proveniente dos contatos sociais entre os membros de uma sociedade constitui, portanto, um processo social. A tendência natural dos seres vivos é de se associarem e desassociarem conforme seus interesses.

Os processos sociais se distinguem em **associativos**, quando os indivíduos estabelecem relações positivas, de convivência, de cooperação e de consenso; e **dissociativos**, quando as relações estabelecidas são negativas, de oposição, de divergência, e, mesmo, de conflito.

Os principais processos associativos são:

- **Cooperação** – Diferentes indivíduos cooperam entre si para alcançar um objetivo em comum. A cooperação pode ser **direta** ou **indireta**. A cooperação direta compreende as atividades que as pessoas realizam juntas como no caso dos mutirões. A cooperação indireta é aquela em que as pessoas, mesmo realizando trabalhos diferentes, necessitam indiretamente umas das outras, por não serem autossuficientes. Tomemos o exemplo de um médico e de um lavrador: o médico não pode viver sem o alimento produzido pelo lavrador, e este necessita de cuidados médicos quando fica doente. Resumindo, podemos dizer que a cooperação é a solidariedade social em ação.



Adrian Hillman/123RF/Getty

- **Acomodação** – É o processo no qual um indivíduo se contenta, sem satisfação com a situação que é imposta por um outro indivíduo ou pela sociedade. Por exemplo, nem todo conflito termina com a extinção do oponente derrotado. Em alguns casos, este pode aceitar as condições impostas pelo vencedor para fugir à ameaça de destruição. Ocorre, assim, um processo de acomodação, pois o vencido aceita as condições do vencedor e adota uma posição de subordinação. Quando alguém cumpre uma lei ou segue um costume com os quais

não concorda, só para evitar sanções ou divergências, também se enquadra num processo associativo de acomodação. A acomodação é o processo social pelo qual o indivíduo ou o grupo se ajusta a uma situação de conflito, sem que ocorram transformações internas. Trata-se, portanto de uma solução superficial do conflito, pois este continua latente, isto é, pode voltar a se manifestar. As mudanças são apenas exteriores e manifestam-se somente enquanto comportamento social.

- **Assimilação** – É o processo que ocorre quando indivíduos de grupos antagônicos se tornam semelhantes. A assimilação é a solução definitiva e mais ou menos pacífica do conflito social. Difere da acomodação porque implica transformações internas nos indivíduos ou grupos, sendo estas geralmente inconscientes e involuntárias, envolvendo mudanças na maneira de pensar, de sentir e de agir. A assimilação se dá por mecanismos de imitação, exigindo um tempo longo e complexo para se completar.

Dentre os **processos dissociativos**, os principais estão:



- **Competição** – É a disputa de interesses entre indivíduos ou grupos sociais que implica em luta por objetivos escassos, regulada por “normas”, pode ser direta ou indireta, pessoal ou impessoal, e tende a excluir o uso da força bruta e da violência. Ela pode levar indivíduos a agir uns contra os outros em busca de uma melhor situação. Ela nasce dos mais variados desejos humanos, como ocupar uma posição social mais elevada, ter maior importância no grupo social, conquistar riqueza e poder etc. Ela pode levar indivíduos a agir uns contra os outros em busca de uma melhor situação.
- **Conflito** – Diferentemente da competição, que não usa de meios violentos para a conquista do objetivo, o conflito é o processo que ocorre quando a competição ganha um grau de alta tensão social, podendo haver, inclusive, violência ou ameaça de violência. O conflito pode apresentar-se de diversas maneiras: rivalidade, que compreende ciúme e antagonismo, (exemplos: duas moças que querem conquistar o mesmo rapaz); debate, controvérsia a respeito de pontos de vista, ideias ou crenças diferentes, entre indivíduos ou grupos (exemplo: debate em torno da redução da maioria penal ou da união homoafetiva); discussão, forma de debate mais acalorada, com troca de palavras ásperas (exemplo: alteração entre torcedores exaltados de diferentes times de futebol); litígio, demanda judicial entre partes contrárias (exemplo: disputa entre firmas por um “símbolo” da “marca”); contenda, briga entre indivíduos ou grupos (exemplo: disputa por controle de uma área ocupada por gangues juvenis); guerras, luta com armas entre nações ou partidos (exemplo: Revolução Francesa, Guerra Civil Espanhola, Segunda Guerra Mundial etc.).

Comparando a competição e o conflito, podemos destacar as seguintes características:

COMPETIÇÃO	CONFLITO
<ul style="list-style-type: none"> • A competição pode tomar a forma de luta pela existência, como a que se estabelece entre indivíduos para obtenção de alimento ou emprego, por exemplo. 	<ul style="list-style-type: none"> • O conflito pode tomar a forma de rivalidade, disputa, revolta, revolução, litígio e guerra.
<ul style="list-style-type: none"> • A competição pode ser consciente ou inconsciente. 	<ul style="list-style-type: none"> • O conflito é sempre consciente, ou seja, os adversários sabem que estão em conflito.
<ul style="list-style-type: none"> • A competição é impessoal. 	<ul style="list-style-type: none"> • O conflito é pessoal e, portanto, emocional.
<ul style="list-style-type: none"> • A competição não envolve violência. 	<ul style="list-style-type: none"> • O conflito pode implicar violência ou ameaça de violência. O primeiro impulso dos oponentes é tentar agredir e destruir o adversário. Pessoas ou grupos em conflito podem canalizar sua tensão tanto para a guerra como para a criminalidade.
<ul style="list-style-type: none"> • A competição é contínua. 	<ul style="list-style-type: none"> • o conflito não pode durar permanentemente com o mesmo nível de tensão.

Problemas sociais

Embora sejam muitas as formas pelas quais a sociologia pode ser aplicada, é evidente que muitos sociólogos, e a maioria dos que estão empenhados em trabalhos práticos, consideram a sociologia aplicada principalmente em termos de sua capacidade de fornecer remédios para determinados males sociais. Vamos começar examinando o que constitui um **problema social**.

Uma questão fundamental diz respeito à ideia de discriminação entre grupos sociais, bem como a maneira como as sociedades no mundo vivem e os homens desfrutam os bens e as oportunidades na vida social. Podemos dizer que é um problema de relações humanas que ameaça seriamente a sociedade.

Um problema social existe quando a capacidade de uma sociedade organizada para ordenar as relações entre as pessoas parece estar falhando, como por exemplo, leis transgredidas, o fracasso na transmissão de valores de uma geração para outra, a delinquência juvenil, o desvio de verbas públicas, a pobreza, conflitos industriais, a guerra, entre outros.

O processo histórico tem mostrado como uma tendência marcante a diferenciação e a crescente complexidade da sociedade. Da pequena diferenciação social existente nas sociedades tribais, as diversas civilizações foram passando por processos que as levaram a formar os mais diferentes grupos, que começaram a se distinguir por etnia, nacionalidade, religião, profissão e, de forma mais acentuada, por classe social. A caminho das sociedades plurais, foram se formando inúmeros grupos, cada um com uma função, um conjunto de direitos, deveres, obrigações e possibilidades de ação social.

O mundo contemporâneo assiste ao resultado desse longo processo histórico de formação de uma civilização complexa e diferenciada, na qual os diversos grupos procuram monopolizar seus privilégios e as possibilidades de acesso à produção de bens e mecanismos de distribuição desses bens na sociedade.

Minorias sociais

A ideia de igualdade não é uma ideia aceitável para a cultura humana. Desde as mais antigas civilizações, o homem buscou suas diferenças de origem, de nacionalidade, de classe social. Toda a antiguidade conheceu ideologias que pregavam diferenças no interior de uma sociedade e entre sociedades. Estabelecer diferenças parece ter sido sempre uma tendência da humanidade para, por meio delas, procurar definir a essência humana e a razão de sua existência.

Foi a partir do Cristianismo que emergiu na sociedade a noção de **igualdade**. O princípio de que todos, sem exceção, somos filhos de Deus era absolutamente novo, num mundo que procurava sempre identificar um único e verdadeiro povo escolhido. Concebida a ideia da igualdade original, a ela associou-se a ideia de bondade, caridade e vontade divina.

Nos séculos seguintes essa ideia de igualdade entre os homens foi se desenvolvendo e se firmando. Sempre mais no discurso do que na ação, reconheceu-se que todos os homens têm direito à justiça, ao trabalho, à liberdade, e assim por diante.

O processo de globalização promoveu a **massificação**, a **homogeneização** e a **padronização cultural**. Mas, desse panorama de mudanças sociais e institucionais, em instituições consideradas inabaláveis parecem atravessar irreversível debilidade ou descrédito, em que a padronização parece fortemente instalada, emerge uma sociedade complexa e diferenciada. Nela, diversos grupos sociais minoritários, as minorias étnicas, religiosas, políticas e regionais, buscam seu espaço social e geográfico, sua originalidade, sua identidade social e cultural. As minorias se organizam cada vez mais para defender seus princípios, ressaltando suas individualidades.

Afirmando sua própria identidade, as minorias imprimem marcantes diferenças na realidade atual. À medida que reivindicam direitos e contestam certas normas sociais, por se sentirem excluídas, as minorias organizam movimentos sociais, políticos, étnicos, raciais e sexuais, que vêm dando um novo sentido à noção de **cidadania**.

A **exclusão social** é muito forte entre as minorias e origina diferentes grupos de excluídos.

A sociologia tem se voltado para esses grupos a fim de estudá-los, e assim se multiplicam os trabalhos de pesquisa que têm por objetivo as mulheres, os homossexuais e os imigrantes, por exemplo.

Hoje se entende por maioria ou minoria a capacidade de certos grupos sociais fazerem pressão e obterem sucesso em suas reivindicações. É a força da ação política que torna as questões majoritárias ou minoritárias.



Exercícios de Fixação

01. (UEL) Socialização significa o processo pelo qual um indivíduo se torna um membro ativo da sociedade em que nasceu, isto é, comporta-se de acordo com seus *folkways* e mores [...]. Há pouca dúvida de que a sociedade, por suas exigências sobre os indivíduos determina, em grande parte, o tipo de personalidade que predominará. Naturalmente, numa sociedade complexa como a nossa, com extrema heterogeneidade de padrões, haverá consideráveis variações. Seria, portanto, exagerado dizer que a cultura produz uma personalidade totalmente estereotipada. A sociedade proporciona, antes, os limites dentro dos quais a personalidade se desenvolverá.

KOENIG, S. *Elementos de Sociologia*. Tradução de Vera Borda, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967, p. 70-75.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que

- existe uma interação entre a cultura e a personalidade, o que faz com que as individualidades sejam influenciadas de diferentes modos e graus pelo ambiente social.
- apesar de os indivíduos se diferenciarem desde o nascimento por dotes físicos e mentais, desenvolvem personalidades praticamente idênticas por conta da influência da sociedade em que vivem.
- a sociedade impõe, por suas exigências, aprovações e desaprovações, o tipo de personalidade que o indivíduo terá.
- o indivíduo já nasce com uma personalidade que dificilmente mudará por influência da sociedade ou do meio ambiente.
- são as tendências hereditárias e não a sociedade que determinam a personalidade do indivíduo.

02. (UEL/2006) Analise a imagem a seguir.



BRUN, Charles Le (1616-1690), *América*.

O quadro pretende mostrar os habitantes do continente americano e seus costumes, contudo os ameríndios aparecem com feições apolíneas e cabelos anelados. Nesta representação, como em muitas outras, os personagens mais se assemelham aos europeus do que propriamente aos povos da América. O quadro, assim, acaba nos dizendo mais sobre o olhar do próprio europeu do que sobre aqueles que procurava retratar. A identidade dos grupos humanos é uma característica fundamental para a criação de um "nós coletivo" que, ao mesmo tempo, identifica e diferencia os grupos entre si.

Sobre a identidade, considere as afirmativas a seguir.

- A identidade possui natureza estática, daí perpassa as gerações e os subgrupos que se originam a partir de um tronco comum;
- Como em um jogo de espelhos, a identidade é construída a partir das representações que os grupos fazem dos outros, o que permite que enxerguem a si mesmos;
- A herança genética dos diferentes grupos humanos impede transformações de identidade, posto que delimita a abrangência das respectivas culturas;
- A identidade supõe um processo de resignificação das diferenças entre os grupos sociais em função de um determinado contexto.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- I e II
- I e III
- II e IV
- I, III e IV
- II, III e IV



Exercícios Propostos

03. (UFU/2016) Em 1987, a então Primeira-Ministra da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, deu uma declaração durante uma entrevista que resumia, em parte, o seu ideário político liberal: “A sociedade não existe. Existem homens, existem mulheres e existem famílias”. O governo de Thatcher ficaria conhecido como um dos precursores do chamado Estado neoliberal, que enfatizava, entre outros ideais, o individualismo. Assim, esta concepção de governo contradiz os fundamentos da Sociologia de Durkheim, segundo o qual a sociedade poderia ser identificada
- A) como a soma de indivíduos que definem seus valores em comum, unindo-se por laços de solidariedade voluntária.
 - B) a partir da existência de um contrato social que dá origem ao Estado e à sociedade civil.
 - C) como o resultado da ação da classe dominante, capaz de reunir e controlar as massas.
 - D) pela síntese de ações e sentimentos individuais que originam uma vida psíquica *sui generis*.

04. (UEL/2019) Leia o texto a seguir.

A modernidade [...] é um fenômeno de dois gumes. O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991, 2ª reimpressão, p. 16.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o debate a respeito da modernidade, considere as afirmativas a seguir.

- I. Para Marx, a modernidade identificava-se com o capitalismo, o qual continha, em suas origens industriais, dimensões sociais potencialmente revolucionárias;
- II. No momento do surgimento do industrialismo, Durkheim identificou o lado sombrio da modernidade com a possibilidade dos fenômenos da anomia social;
- III. Weber compreendia o mundo moderno como aquele no qual a racionalização implicava a expansão da burocracia e dos limites que o corpo de funcionários estabelecia à autonomia individual;
- IV. Para Giddens, a atual fase da modernidade, ao reduzir as possibilidades de autodestruição social, eliminou a existência da chamada “sociedade de risco”.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

05. (Vunesp/2011) A literatura sociológica registra dramáticas consequências em casos de crianças que cresceram sem contato social. Crianças criadas por lobos, por exemplo, foram descobertas na Índia, já no século XX, apresentando comportamentos lupinizados, ou seja, andavam de quatro, fugiam da luz, uivavam como lobos e não falavam. Casos assim são evidências claras
- A) de que o “homem é o lobo do homem”, como proclamava um famoso filósofo no século XVII.
 - B) de que alguns povos não amam suas crianças e gostam de atirá-las aos lobos ou a outros animais.
 - C) de que o homem não é um animal social como proclamava Aristóteles, no século IV antes de Cristo.
 - D) de que tornar-se humano não depende da cultura, pois já é determinado pela evolução humana.
 - E) da força do processo de socialização, através do qual nos tornamos humanos, internalizando a cultura.

01. (Ifal/Copema) Na visão do senso comum, socialização tem o mesmo significado de universalização, isto é, socialização da educação seria o mesmo que educação para todos, socialização da saúde igual à saúde para todos etc. Na sociologia, a palavra socialização tem um outro significado e a comunicação simbólica tem uma importância fundamental para a concretização da socialização nas sociedades humanas. Com relação à socialização e à comunicação simbólica, assinale a única alternativa incorreta.
- A) Socialização é o mesmo que linguagem emocional, e comunicação simbólica é a comunicação humana processada através de símbolos.
 - B) Socialização significa transmissão e assimilação de padrões de comportamento, normas, valores e crenças, bem como o desenvolvimento de atitudes e sentimentos individuais pela comunicação simbólica. Já o conceito de comunicação simbólica pode ser descrito a partir da própria etimologia do termo: comunicação simbólica é o mesmo que comunicação através de símbolos gráficos.
 - C) Socialização é o mesmo que universalização, enquanto que comunicação simbólica é o mesmo que comunicação através de sinais gráficos, visuais, orais e nasais.
 - D) Socialização é o mesmo que transmissão, é assimilação de valores em uma determinada sociedade e comunicação simbólica é a comunicação através de símbolos reconhecidos e valorados por uma determinada sociedade.
 - E) Socialização significa imposição obrigatória (por lei) de padrões de comportamento, normas, valores e crenças, bem como o desenvolvimento de atitudes e sentimentos coletivos pela comunicação simbólica. Comunicação simbólica é a comunicação humana processada através de símbolos.

02. (UEL/2014) Leia o texto a seguir.

Por Nossa Senhora, meu sertão querido
 Vivo arrependido por ter te deixado
 Esta nova vida aqui na cidade
 De tanta saudades, eu tenho chorado
 Aqui tem alguém, diz que me quer bem
 Mas não me convém, eu tenho pensado
 Eu fico com pena, mas essa morena
 Não sabe o sistema que eu fui criado
 Tô aqui cantando, de longe escutando
 Alguém está chorando com o rádio ligado

Belmonte e Goiás, “Saudades da Minha Terra”. (Adaptado)

Com base no texto e nos conhecimentos socioantropológicos acerca das identidades culturais, considere as afirmativas a seguir.

- I. Por serem construções individuais, as identidades se dissolvem e desaparecem em contextos socioespaciais diferentes;
- II. A resistência do homem do campo à cidade está ligada às dificuldades que enfrenta para conviver em espaços onde existem instituições a serem seguidas;
- III. A dinâmica social da cidade é mais fluida, sendo, contudo, insuficiente para suprimir a memória coletiva do migrante;
- IV. O deslocamento do homem rural para as cidades exige a reelaboração de normas e valores de comportamento.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

03. (UEL/2015) Leia a tira e o texto a seguir.



Em grande parte, o dinheiro tem sido consagrado como um valor em si mesmo, além e acima de seu gasto a troco de artigos de consumo ou de seu uso para o aumento do poder. O "dinheiro" é peculiarmente bem adaptado a tornar-se um símbolo de prestígio. Conforme Simmel salientou, o dinheiro é altamente abstrato e impessoal. O exagero cultural que conduz o homem a obter sucesso de qualquer maneira, leva-o a desprezar o apoio emocional das regras, produzindo, assim, as fontes sociais do comportamento desviado.

MERTON, R. K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1968. p.208-209. (Adaptado)

De acordo com a análise sociológica estrutural e funcional, na sociedade contemporânea, o desvio de comportamentos em relação às normas socialmente aceitas tem origem

- A) nas falhas do controle social sobre os imperiosos impulsos biológicos dos seres humanos, os quais procuram expressão total, devendo ser controlados pelo processamento social das tensões para a renúncia às satisfações dos instintos.
- B) na pobreza e nas características a ela associadas, em conflito com os valores aprovados para o conjunto dos membros da sociedade relativos à ênfase cultural nos modos aceitáveis de alcançar os objetivos de sucesso.
- C) na pressão exercida pela disjunção entre os incentivos para o êxito, inculcados pelas normas estabelecidas da cultura, e as reais possibilidades de acesso a esse objetivo, limitadas pela estrutura de classe.
- D) na incapacidade dos indivíduos situados nas camadas inferiores da estrutura social em incorporar a cultura dominante quanto às metas sociais valorizadas e aos meios sociais legítimos para a sua realização.
- E) no fracasso dos processos e das instituições socializadoras responsáveis pela transmissão às gerações em desenvolvimento das regras e dos valores culturais aprovados socialmente para a obtenção do sucesso.

04. (UEL/2015) Leia o texto a seguir.

A sociedade, com sua regularidade, não é nada externa aos indivíduos; tampouco é simplesmente um "objeto oposto" ao indivíduo; ela é aquilo que todo indivíduo quer dizer quando diz "nós". Mas esse "nós" não passa a existir porque um grande número de pessoas isoladas que dizem "eu" a si mesmas posteriormente se une e resolve formar uma associação. As funções e as relações interpessoais que expressamos com partículas gramaticais como "eu", "você", "ele" e "ela", "nós" e "eles" são interdependentes. Nenhuma delas existe sem as outras e a função do "nós" inclui todas as demais. Comparado àquilo a que ela se refere, tudo o que podemos chamar "eu", ou até "você", é apenas parte.

ELIAS, N. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p.57.

O modo como as diferentes perspectivas teóricas tratam da noção de identidade, vincula-se à clássica preocupação das Ciências Sociais com a questão da relação entre indivíduo e sociedade.

Com base no texto e nos conhecimentos da sociologia histórica de Norbert Elias, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a noção de origem do indivíduo e da sociedade.

- A) O indivíduo forma-se em seu "eu" interior e todos os outros são externos a ele, seguindo cada um deles o seu caminho autonomamente.
- B) A origem do indivíduo encontra-se na racionalidade, conforme a perspectiva cartesiana, segundo a qual "penso, logo existo".
- C) A sociedade origina-se do resultado diretamente perceptível das concepções, planejamentos e criações do somatório de indivíduos ou organismos.
- D) A sociedade forma-se a partir da livre decisão de muitos indivíduos, quando racional e deliberadamente decide-se pela elaboração de um contrato social.
- E) A sociedade é formada por redes de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras por meio de sucessivos elos.

05. (JAS/2015) Lendas e mitos relatam histórias de heróis que, mesmo crescendo no isolamento, tornam-se humanos – *Rômulo e Remo*, *Tarzan*, *Mogli* –, apresentando comportamentos compatíveis com os demais seres humanos. Sobre histórias como estas, assinale a alternativa que corresponda ao que diz a sociologia.

- A) Para se tornar humano, o ser humano tem de aprender com seus semelhantes uma série de atitudes que jamais poderia desenvolver no isolamento.
- B) Mesmo em condições de isolamento, o ser humano é capaz de se tornar humanizado dado a sua sociabilidade.
- C) Eles podem ser considerados humanizados, mas não seres humanos.
- D) Mesmo em isolamento social, podem, por meio da socialização, aprender o que é comum aos indivíduos que vivem em grupos.
- E) A sociologia defende que o indivíduo até conseguiria viver na condição de isolamento, desde que ele já tivesse uma boa experiência adquirida na vida em sociedade.

06. (Enem/2018 – PPL) Apesar da grande distância geográfica em relação ao território japonês, os *otakus* (jovens aficionados em cultura pop japonesa) brasileiros vinculam-se socialmente hoje em eventos e a partir de uma circulação intensa de mangás, animes, games, fanzines, *j-music* (música pop japonesa). O consumo em escala mundial dos produtos da cultura pop – enfaticamente midiática – produzida no Japão constituiu um momento histórico em que se aponta a ambivalência sobre o que significa a produção midiática e cultural quando percebida no próprio país e como a percepção de tal produção se transforma radicalmente nos olhares de consumidores estrangeiros.

GUSHIKEN, Y.; HIRATA, T. *Processos de consumo cultural e midiático: imagens dos otakus, do Japão ao mundo*. Intercom – RBCC, n. 2, jul.-dez. 2014. Adaptado.

Considerando a relação entre meios de comunicação e formação de identidades tal como é abordada no texto, a noção que explica este fenômeno na atualidade é a de

- A) tribalismo das culturas juvenis.
- B) alienação das novas gerações.
- C) hierarquização das matrizes culturais.
- D) passividade das relações de consumo.
- E) deterioração das referências nacionais.

07. (JAS/2015) Existem, além dos grupos sociais organizados, formas diferentes de agrupamento social, chamados na sociologia de agregados sociais. Sobre esse tema, marque a alternativa incorreta.

- A) Os agregados podem ser definidos como uma reunião de pessoas frouxamente aglomeradas que, no entanto, mantém entre si um número mínimo de comunicação e de relações sociais.
- B) Agregado social não é organizado e as pessoas que dele participam são relativamente anônimas.
- C) Ao contrário dos grupos, os agregados não permitem aos seus membros o desenvolvimento de uma maior identidade coletiva.
- D) Os agregados sociais são homogêneos e os indivíduos que dele fazem parte comungam de uma identidade coletiva e objetivos comuns bastante nítidos.
- E) Destacam-se como agregados sociais a multidão, o público e as massas.

08. (Enem/2015) Só um sentido muito restrito, o indivíduo cria com seus próprios recursos o modo de falar e de pensar que lhe são atribuídos. Fala o idioma de seu grupo; pensa à maneira de seu grupo. Encontrava a sua disposição apenas determinadas palavras e significados. Estas não só determinam, em grau considerável, as vias de acesso mental ao mundo circundante, mas também mostram, ao mesmo tempo, sob que ângulo e em que contexto de atividade os objetos foram até agora perceptíveis ao grupo ou ao indivíduo.

MANHHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Porto Alegre: Globo, 1950. (Adaptado)

Ilustrando uma proposição básica da sociologia do conhecimento, o argumento de Karl Mannheim, defende que o(a)

- A) conhecimento sobre a realidade é condicionado socialmente.
- B) submissão ao grupo manipula o conhecimento do mundo.
- C) divergência é um privilégio de indivíduos excepcionais.
- D) educação formal determina o conhecimento do idioma.
- E) domínio das línguas universaliza conhecimento.

09. (UEG/2016) Os seres humanos são formados socialmente. A sociologia aborda esse processo de constituição social dos seres humanos com o termo "socialização". Desde Marx e Durkheim, passando pela escola funcionalista até chegar aos sociólogos contemporâneos, esse é um tema fundamental da sociologia, mesmo sem usar esse termo. Alguns sociólogos atribuem um caráter repressivo e coercitivo ao processo de socialização em determinadas épocas e sociedades. A socialização, na sociedade moderna, seria diferente da que ocorre em outras sociedades. A letra da música a seguir apresenta elementos desse processo de socialização moderna.

PRESSÃO SOCIAL

Plebe Rude

Há uma espada sobre a minha cabeça
É uma pressão social que não quer que eu me esqueça

Há uma espada sobre a minha cabeça
É uma pressão social que não quer que eu me esqueça

Que tenho que estudar que eu tenho que trabalhar que tenho que ser alguém não posso ser ninguém

Que eu tenho que conformar conformar é rebelar que eu tenho que rebelar rebelar é conformar

Há uma espada sobre a minha cabeça
É uma pressão social que não quer que eu me esqueça

E quem conforma o sistema engole e quem rebela o sistema come

Que a minha vitória é a derrota de alguém e o meu lucro é a perda de alguém que eu tenho que competir que eu tenho que destruir

Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br>> Acesso em: 16/03/2016

A letra da música apresenta o processo de

- A) socialização de grupos subalternos que são altamente competitivos e voltados para o lucro e a vitória competitiva independente de qualquer consideração ética.
- B) imposição dos valores dos pequenos comerciantes que precisam de educação escolar e aprendem a ter o lucro como objetivo principal de sua empresa.
- C) imposição de elementos da sociabilidade moderna, tais como escolarização e trabalho visando ascender socialmente e vencer a competição social.
- D) socialização nos países subdesenvolvidos, nos quais a falta de oportunidades e de riquezas gera uma forte competição social.
- E) imposição de uma socialização fundada na racionalização, marcada por uma valoração da razão e dos sentimentos.

10. Observe as imagens.



Marcelo Camargo/ABR



Marcelo Camargo/ABR

Podemos concluir que.

- estamos diante de um processo associativo que tem na competição a própria discordância entre os indivíduos.
- que se trata de um fato social porque é coesivo, segundo Durkheim.
- a interação social supõe, assim, a existência de reciprocidade nas ações entre indivíduos.
- para evitar o conflito as categorias sociais minoritárias simulam um comportamento que não corresponde ao seu acervo sociocultural.
- estamos diante de um processo dissociativo, haja vista que a competição entre os indivíduos que não aceitam as regras estabelecidas podem gerar conflito.

Seção Videoaula



A Sociologia e a Relação entre o Indivíduo e a Sociedade.

TRABALHO, PRODUÇÃO E CLASSES SOCIAIS

Aula
08

Da Revolução Industrial à Evolução Tecnológica no Mundo Globalizado

C-1	H-3, 4
C-3	H-15

Desde os anos 1970, o mundo capitalista vive uma crise que teve como estopim o aumento do preço do barril de petróleo estipulado pela Organização dos Produtores e Exportadores de Petróleo – OPEP. Como o petróleo é a forma de energia dominante no capitalismo, tanto que o seu controle pode significar a invasão de países e a morte de seres humanos (lembra-se dos inúmeros conflitos já ocorridos no Oriente Médio, com interferência de países ocidentais), o aumento do seu preço traz problemas para os capitalistas, pois encarece tudo o que é produzido, impulsionando a diminuição do lucro dos capitalistas.

Esta crise foi compreendida pelos economistas, geógrafos e sociólogos em geral como uma **crise de superprodução**¹³. Para resolver essa crise, que se agravou durante os anos de 1973 e 1974 e atingiu todos os países que necessitavam de petróleo para manter a produção de seus objetos, as soluções foram interessantes para os capitalistas: diminuir o número de trabalhadores, utilizar novas formas de organizar a produção e a utilização de novas tecnologias; diminuir as taxas a serem pagas ao Estado.

Tendo em vista que esta crise, que tem nos anos 70 o seu ápice, impossibilitava que o capitalismo internacional (indústrias, bancos estrangeiros e os organismos internacionais), o FMI e o Banco Mundial mantivessem a sua taxa de lucro semelhante ao pós-guerra (após 1945 quando houve um crescimento da economia), a saída capitalista foi a abertura de mercados, a reestruturação produtiva e a instalação de governos neoliberais. Vamos entender cada um destes itens.

Segundo o filósofo alemão **Robert Kurz** (1943-2012), a **globalização** significou uma perda para os trabalhadores e aquelas pessoas excluídas do mercado de trabalho, seja ele o **mercado formal** – com a carteira assinada; seja o **informal** – sem carteira e sem benefícios. Ela significa não a modernização,

¹³ Uma crise de superprodução ocorre quando o capital empregado não tem retorno para o capitalista, nem como forma de valor (extração da mais-valia), nem de consumo, pois este não acompanha o excesso de oferta de produtos. Isto ocorre quando se produz mais do que se consome, gerando desemprego, o que diminuiu o consumo.

mas um aprisionamento do Estado aos interesses das grandes corporações e dos organismos multinacionais. Neste processo, o Estado vai liberando a fronteira econômica do país para que as empresas estrangeiras se instalem com isenção de taxas – água, luz, impostos – e com a adequação de uma infraestrutura que possibilite a chegada de matérias-primas e o escoamento da produção – via estradas, portos e aeroportos. Aliado a isso, há uma abertura de mercado aos produtos estrangeiros, que passam a competir com os produtos nacionais. Neste processo, as pessoas menos favorecidas são prejudicadas, pois o Estado, ao diminuir o investimento em programas e projetos sociais, impossibilita que justamente aqueles que mais precisam tenham acesso aos serviços públicos.

Além da diminuição (veja que estamos destacando uma diminuição e não extinção) do poder do Estado com o processo de globalização, os blocos econômicos intensificam as tarefas como a abertura comercial e a possibilidade de as empresas globalizadas utilizarem a mão de obra mais barata que possa existir neste conjunto de países regionalmente fronteiriço. É o caso do **Mercosul**, do **Nafta** e da proposta da **Alca**. (Estas siglas estão definidas no fim do texto).

Os **blocos econômicos** são reuniões de países que possuem relações econômicas e uma proximidade geográfica – veja o exemplo do Mercosul – e se organizam para realizar uma abertura comercial mais intensa das suas fronteiras alfandegárias e sociais. A existência dos blocos econômicos foi uma das saídas do capitalismo à crise dos anos 70, e impõem sobre os trabalhadores no mundo, e no caso da Alca, sobre os trabalhadores de todo o continente americano, a possibilidade de perder direitos trabalhistas com as mudanças neoliberais. Essa organização intensifica a circulação de capital – da extração da mais-valia, pois pode se deslocar instalando fábricas nas regiões onde a mão de obra é mais barata e com uma organização sindical inexistente ou mais enfraquecida. Essa circulação aumenta a exploração sobre os trabalhadores e a transforma em uma exploração continental.

A globalização cria uma ilusão de que vivemos a era de um progresso sem limites, e esconde assim a sua forma exploratória (o aumento da exploração do trabalho, com as empresas circulando, se instalando e desinstalando sem se preocupar com o ônus social) e destrutiva (ao estabelecer junto com as políticas neoliberais uma forma de retirar dos trabalhadores a seguridade que as leis trabalhistas proporcionam).

Entre os vários significados de globalizar podemos considerar a ideia de que pertencemos a um único mundo e vivemos, na medida em que os indivíduos e grupos de nações tornam-se cada vez mais interdependentes. Mas podem-se buscar outras acepções para tornar mais inteligível a ideia e o processo de globalização. Nesse âmbito tem-se a globalização enquanto:

- **Descoberta** – trata-se da exploração do planeta e do universo com o objetivo de torná-lo conhecível, possibilitando a exploração de seus recursos. (Ulisses, Colombo, Gagárin ou as sondas espaciais). Dos limites da Europa Ocidental, ao entendimento do globo terrestre e posteriormente de um planeta entre tantos outros.
- **Colonização** – dominar militarmente outros povos (Napoleão, Alexandre, Inglaterra do século XIX, EUA do século XX ou o Império Persa). Podem-se falar ainda da colonização dos mercados consumidores, invadindo-os de mercadorias, como no caso da Intel, Microsoft, Bayer, as drogas ou o tráfico de armas. Ou ainda da expansão do raio de ação de capitais e moedas, como o caso do dólar e do euro, o tratado de Bretton Woods¹⁴ ou o domínio das Bolsas de Valores.
- **Trocas (ou globalização econômica)** – Nesse âmbito podemos aferir quatro formas de globalização:

¹⁴ A partir de Bretton Woods, o dólar foi estabelecido como moeda forte do sistema financeiro internacional. Foi definido que o dólar seria a moeda de troca internacional e que o governo dos EUA garantiria que ele poderia ser convertido em ouro. Isso deu uma enorme vantagem ao imperialismo norte-americano, que só se pode explicar pela sua forte hegemonia. Foi também criado o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, com o objetivo formal de financiar a reconstrução das economias destruídas pela guerra e garantir a estabilidade monetária.

- ✓ **Globalização comercial** – Ampliação das trocas de mercadorias e integração dos mercados por meio da diminuição das barreiras comerciais (como exemplo pode citar o tráfico de escravos, as trocas de jogadores ou a venda de objetos exóticos). Nesse âmbito, se a taxa de crescimento das transações comerciais de determinado período for superior ao crescimento do PIB mundial deste mesmo período podemos caracterizar a globalização comercial.
- ✓ **Globalização financeira** – Trata-se de interligação dos mercados de capitais, acelerando as possibilidades de alocação de capitais. Assim pode-se rapidamente destinar recursos para determinados países, mas ao mesmo tempo pode-se utilizar a globalização financeira para se efetuar ataques especulativos contra moedas vulneráveis.
- ✓ **Globalização produtiva** – Que se faz sentir, sobretudo com a DIT (Divisão Internacional do Trabalho).
- ✓ **Globalização tecnológica** – Trata-se do avanço tecnológico ao longo dos séculos como agente que contribui de forma acentuada para acelerar o processo da globalização. Hoje em dia, na “era da informação” podemos dizer nesse âmbito que a “ideia” passa a ser a principal riqueza de uma nação.
- **Globalização de ideias e costumes** – neste caso as ideias se espalham por todo o mundo conhecido. Como exemplo dessa forma de globalização pode-se citar o poder da Igreja, as redes de notícias, como a CNN, e o cinema determinando uma cultura universal.
- **Globalização enquanto regulamentação** – diz respeito aos organismos internacionais que regular as políticas dos países, seus conflitos, comércio, a defesa do meio ambiente, a infância, a ajuda humanitária, entre tantos outros exemplos. Estima-se que existam mais de 2500 organizações internacionais.

É importante não esquecer que o processo de globalização está intimamente interligado com o desenvolvimento do capitalismo e, neste caso, acaba por absorver algumas de suas principais características, tais como o lucro, a propriedade privada, o trabalho assalariado e a divisão de classes (não existe solidariedade ou preocupação com o “outro”).

O capitalismo teve sua origem na Europa, a partir do século XIII, com o processo de renascimento das cidades, onde gradativamente os indivíduos praticavam o êxodo rural, saindo do campo e migrando para os grandes centros urbanos, onde dedicavam-se ao comércio e às atividades financeiras.

E foi exatamente com as **Grandes Navegações** (tido como um dos grandes impulsos do processo de globalização) que o capitalismo acabou se disseminando para outros locais do planeta.

De fato, pode-se dizer que antes do século XV as economias mundiais eram autônomas. As longas distâncias difíceis de serem percorridas e os obstáculos a serem superados – por vezes oceanos – faziam muitas vezes com que determinados povos e regiões fossem conhecidas apenas por lendas e histórias de viajantes.

Exatamente por esse motivo, os produtos obtidos por meio do comércio com o Oriente eram extremamente valorizados na Europa, e é a busca desses produtos e do lucro que vai, de fato, dar um grande impulso ao processo de globalização a partir do século XV, quando os europeus saem em busca de uma rota para o comércio de especiarias com as Índias Orientais.

O **expansionismo mercantilista** ou **capitalismo comercial** começa, portanto, com as Grandes Navegações e se estende até o século XVIII. Inicialmente, esse grande impulso da globalização é marcado pelo estabelecimento de feitorias, ou postos comerciais pelo mundo – quase sempre sendo necessário o poderio militar europeu para garantir seus interesses.

Nessa fase, se tem, paralelamente, a migração de milhares de europeus e africanos para o nosso continente, com o objetivo de colonizar as novas terras “descobertas” visando à exploração das riquezas naturais ou desenvolvimento das monoculturas para exportação (as chamadas colônias de exploração).

De modo geral, a relação entre metrópoles e colônias era pautada pelo **Pacto Colonial** ou “**Exclusivo Metropolitano**”; foi uma das medidas administrativas aplicadas pelo **Mercantilismo**, isto é, o sistema econômico adotado pelos modernos Estados europeus entre os séculos XVI e XVIII. Esse “pacto” instituiu a exclusividade do comércio externo da colônia em favor da metrópole que a colonizou. Temos nesse âmbito a primeira **DIT** (divisão internacional do trabalho), onde a colônia deveria fornecer matérias-primas e adquirir os produtos manufaturados da metrópole.

Uma das principais consequências desse processo de integração capitalista e globalização foi o genocídio sofrido pelas populações indígenas, onde em algumas regiões a população de nativos foi reduzida em mais de vinte vezes quando comparada à população original. A violência, as doenças e a utilização do trabalho forçado aos indígenas destruíram em muitas localidades as suas formas de vida.

O principal objetivo e característica econômica dessa fase do capitalismo comercial foi o acúmulo de riquezas, de todas as formas possíveis e inimagináveis. Entre os pontos essenciais da chamada política mercantilista, pode-se destacar:

- **Balança comercial favorável** – Com o mercantilismo surgiu pela primeira vez o conceito de balança comercial, uma vez que os países se veem forçados a desenvolver ao máximo as exportações de produtos que são pagos em ouro e prata e reduzir ao mínimo possível as importações que seriam pagas nestas mesmas médias. Assim sendo, a balança comercial seria sempre favorável, ou seja, deveria-se exportar mais do que importar.
- **Protecionismo alfandegário** – Para estimular a indústria nacional e evitar a saída de moedas para outros países, o governo criava vários impostos e taxas aos produtos estrangeiros, tentando evitar a entrada de produtos e artigos que fossem importados.
- **Monopólio** – Os Estados absolutistas exerciam diversos tipos de monopólio sobre suas colônias: de comercialização, de exploração, de transporte, dentre outros. O monopólio era um importante componente da política comercial do Estado. Quando este não exercia diretamente, transferia o direito de monopólio a particulares, sejam pessoas ou empresas.
- **Metalismo** – Consiste na concepção que identifica a riqueza e o poder de um Estado com a quantidade de metais preciosos por ele acumulados. A obtenção de ouro e prata viabilizou-se com a exploração direta das colônias ou com a intensificação do comércio externo.
- **Intervenção na ordem econômica** – Buscando manter uma balança comercial favorável, o Estado exerceu seu poder de forma altamente centralizada e buscando controlar em todos os seus aspectos a atividade econômica. Para isso, estabelecia um conjunto de leis que regulassem a produção e o comércio, como vias de se conseguir uma melhor organização que facilitasse sua implementação.

A **segunda fase** de desenvolvimento do que se convencionou chamar de **globalização** relaciona-se com o advento da **Revolução Industrial**. No final do século XVIII e durante o século XIX, a Inglaterra e posteriormente outras potências vão passar por um intenso processo de industrialização, onde a tecnologia será responsável por impulsionar os interesses da burguesia industrial mundo afora, dando origem a uma **onda imperialista** ou **neocolonialista**.

O termo “**imperialismo**” deriva do latim e significa “ter o poder de mandar”. Em poucas palavras, é uma política de expansão, imposição, controle e domínio territorial, cultural e econômico direto ou indireto de um estado, povo ou nação sobre outro.

A história está repleta de exemplos de grandes conquistadores que adotaram práticas imperialistas para dominarem imensas extensões territoriais, riquezas e povos. Os primeiros exemplos de imperialismo como política de expansão territorial são da Antiguidade: o Egito Antigo (estado Hitita); a Macedônia de Alexandre, o Grande, que dominou as cidades gregas e subjugou a Ásia, tendo aos seus pés todo o mundo habitado e conhecido da época; o Império Romano. Mais tarde, na Idade Média, os turcos e o Islã foram grandes potências imperialistas.

O imperialismo contemporâneo pode ser também denominado como **neocolonialismo**, por possuir muitas semelhanças com o regime vigorado entre os séculos XV e XIX, o colonialismo. No século XIX, todavia, o imperialismo vai adquirir uma nova roupagem, buscando atender os interesses de uma burguesia, agora industrial e financeira. Nesse sentido, era bastante comum que os estados europeus mandassem tropas para submeter os povos nativos e organizar e administrar as regiões dominadas. Esse ímpeto imperialista levará à partilha dos continente asiático e africano.

Para dominar e subjugar imensas regiões e milhares de pessoas, era necessária alguma justificativa plausível. Elas existiam e eram apoiadas por amplos setores da sociedade dos países imperialistas, que se sentiam superiores às populações dominadas. Entre as falácias que justificavam essa dominação, pode-se citar:

- A necessidade de **levar o progresso e a civilidade para as nações atrasadas**. Segundo essa lógica, os povos dominados eram considerados atrasados e incivilizados, e cabia às nações europeias a missão de civilizar essas regiões errantes.
- O **etnocentrismo**, que se baseava na ideia de que alguns povos eram superiores a outros. Neste caso, os europeus eram superiores a asiáticos, indígenas e africanos.
- **Darwinismo social e o racismo**. Baseado em uma interpretação equivocada da Teoria da Evolução de Darwin, defendia que a Teoria da Seleção Natural se aplicava às sociedades humanas, e neste caso, os europeus eram mais evoluídos, progrediam mais rapidamente, tendo o direito, portanto, de quando em contato com os “selvagens” subjugar-los e crescer à custa de seu sacrifício. Ou seja, por serem menos evoluídos estariam condenados à extinção.

Trata-se, portanto, de uma expansão do **capital industrial** em busca de matérias-primas, mercados consumidores e locais propícios para rentabilizar os investimentos.

O século XVIII é marcado também pela expansão das ideias liberais da burguesia, que passaram a dominar a maioria dos países europeus. Em termos de legitimação ideológica, temos a fundamental contribuição de **Adam Smith** (1723-1790), em especial com sua obra *A riqueza das nações* (1776), onde defendia que o desenvolvimento e o bem-estar de uma nação advêm do crescimento econômico e da divisão do trabalho. Esta última garante a redução dos custos de produção e a queda dos preços das mercadorias. Defende também a livre concorrência econômica e a acumulação de capital como fonte para o desenvolvimento econômico. Em síntese, estavam colocadas as bases do **liberalismo na economia** com a teoria da oferta e da procura, onde sugeria a existência de uma “mão invisível” do mercado, que seria responsável por uma regulação automática das atividades produtivas.

A organização do trabalho

Adam Smith, nos três primeiros capítulos de sua obra *A riqueza das nações*, apresenta uma série de argumentos que corroboram para ideia de que o aprimoramento da produção é resultado direto da divisão do trabalho. Esse trabalho deveria

obedecer à **regra da especialização**, ou seja, cada um executando uma etapa da produção da mercadoria. Por essa divisão, as operações de produção de um bem, que antes eram executadas por um único homem (artesão), são agora divididas e executadas por diversos trabalhadores, que se especializam em tarefas específicas e complementares.

Dessa forma, a produção individual – que se desenvolve do começo ao fim de determinado produto – é entendida com uma forma primitiva de trabalho, o exemplo principal é o artesão. Por outro lado, em oposição, as manufaturas em que cada trabalhador responde apenas por uma tarefa específica na produção são vistas com em estágio desenvolvido.

Smith afirma que “a divisão do trabalho, reduzindo a atividade de cada pessoa a alguma operação simples e fazendo dela o único emprego de sua vida, necessariamente aumenta muito a destreza do operário”. Além disso, os trabalhadores não perderiam tempo passando de uma atividade a outra – sua cabeça estaria voltada unicamente para aquela simples atividade a ele atribuída. Movimento que, inclusive, aumenta as chances de o operário realizar com maior destreza essa operação, levando à redução do tempo para a produção da mercadoria e, conseqüentemente, ao aumento da produtividade. Maior produtividade significa lucro maior. Para isso, institui-se um discurso moralizante que visava cristalizar, no conjunto da sociedade, a ética do tempo útil.

O tempo útil do trabalho produtivo deveria funcionar como um “relógio moral” que cada indivíduo levaria dentro de si. O uso do tempo que não de forma útil e produtiva, conforme o ritmo imposto pela fábrica, passou a ser sinônimo de preguiça e degeneração. Só o trabalho produtivo fundado na máxima utilização do tempo dignificava o homem.

Ainda entre as características dessa fase de globalização, pode-se citar:

- Um novo comportamento diante da prática da escravidão que passa a ser vista como ultrapassada, uma vez que escravo não recebe salário e não consome mercadorias industrializadas, o que vai de encontro à ideia de expansão dos mercados em busca de consumidores;
- O sonho de enriquecer em uma terra ainda muito precária se comparada à Europa do período leva à migração de milhões de europeus para a América;
- As distâncias pareciam estar sendo reduzidas, tendo em vista as novas invenções que aproximavam as pessoas através de meios de transporte e comunicação cada vez mais rápidos e eficientes, como o trem, o barco a vapor, o telégrafo, o telefone e o avião.

Entre os anos do Pós-Guerra (Segunda Guerra Mundial e os anos 70), a organização do trabalho na fábrica estava baseada nas ideias de Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e Henry Ford (1863-1947). Ford era dono da fábrica norte-americana Ford, e Taylor era um engenheiro que trabalhava na Fábrica Midvale Steel Company. Eles foram os responsáveis, cada um à sua maneira, por estabelecerem medidas para um controle sobre os trabalhadores no cotidiano da fábrica.

As ideias de Frederick Taylor, conhecidas como a **proposta taylorista**, estavam baseadas nas seguintes questões em que deveria haver:

- a **separação** entre quem planeja a atividade de produção de um objeto e quem de fato vai executá-la. Separou, dessa forma, o trabalho manual do trabalho intelectual, dividindo os funcionários entre aqueles que eram pagos para pensar de modo complexo (planejar) e aqueles que eram pagos, e mal pagos, para executar;
- um processo de **seleção de operários** que sejam adequados para o trabalho, sem que tenham um perfil rebelde, capaz de questionar as regras na seleção dos trabalhadores;
- aumento da produtividade no trabalho com um **maior controle sobre o tempo e sobre o movimento** que o trabalhador leva para executar uma atividade. Esse controle deveria ser realizado pela chefia utilizando um cronômetro, medindo a ação deste operário, com o objetivo de cortar “gestos desnecessários de energia” (economia de mão de obra) e de “comportamentos supérfluos” por parte do trabalhador;
- o **estabelecimento de prêmios** aos trabalhadores com melhor tempo/desempenho. Essa competição promovida pelos gerentes fazia com que a velocidade da produção aumentasse cada vez mais.
- **racionalização da produção.**

Desde então, e cada vez mais, **tempo é uma mercadoria**, e o trabalhador, que “vende” sua mão de obra, portanto, o seu tempo, tem a incumbência de cumprir com suas tarefas no menor tempo possível para que possa produzir mais e mais.

Você certamente já assistiu ao clássico *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin. Neste filme, podemos observar que o trabalhador passa a efetuar movimentos repetitivos e bem elementares, com o ritmo imposto pelas máquinas e por quem as comandava. Seus supervisores diretos cronometravam seus movimentos e observavam quais os trabalhadores “otimizavam” o próprio tempo e, portanto, a produção.



Tempos Modernos © Rex Expert S.A.S. Digitalização: Cortesia Cineteca di Bologna

Taylor determinou o intervalo de tempo ideal para se completar uma tarefa, assim o gerente poderia determinar se uma pessoa estava trabalhando corretamente. Criava-se aí a **visão mecanicista do trabalho**.

Dessa forma, naquela época, **não era exigida a escolarização da mão de obra operária**.

O trabalho sistemático fazia dos trabalhadores peças descartáveis, pois peças de reposição não faltavam. Nesse sentido, era grande a economia na folha de pagamento das indústrias, pois a maioria dos trabalhadores era sem qualificação. À direção, ou aos gerentes, cabia controlar, dirigir e vigiar os trabalhadores, impedindo inclusive qualquer conversa entre os mesmos. Aos trabalhadores só restava obedecer e produzir incessantemente.

A compreensão de Henry Ford, conhecida como a **proposta fordista**, estava baseada na seguinte premissa: “(...) para um consumo em massa uma produção em massa (...)”. Para isso, a produção deveria ser organizada de maneira a **impedir desperdício de tempo** do operário na execução das tarefas. Para que isso ocorresse, o trabalho deveria ser partido em várias funções, e o **trabalhador executaria somente uma função**. Para que houvesse continuidade entre estas tarefas parceladas, criou-se uma **esteira rolante**, na qual os objetos iam sendo produzidos na medida em que os trabalhadores executam a sua função um ao lado do outro. Para que não ocorressem interrupções nesta **“linha de montagem”**, **Ford propôs a padronização das peças**.

Os países desenvolvidos aderiram totalmente, ou parcialmente, a esse método produtivo industrial, que foi extremamente importante para consolidação da supremacia norte-americana no século XX. Já os países subdesenvolvidos não se adequaram ao fordismo no sistema produtivo, pois a sua população não teve acesso ao consumo dos produtos gerados pela indústria de produção em massa. A essência do fordismo é baseada na produção em massa, mas para isso é preciso que haja consumo em massa; outra ideologia particular é quanto aos trabalhadores, que deveriam ganhar bem para consumir mais.

Em síntese, o modelo fordista-taylorista se espalhou para todo o sistema produtivo como forma de organização da produção e do trabalho, que teve como elementos básicos: linha de montagem, produção em massa, produtos homogêneos, consumo de massa, controle do tempo e movimentos do operário, existência do trabalho parcelado, separação entre elaboração e execução no processo produtivo, e desqualificação do trabalhador.

E essa forma de organização do trabalho é a marca do período de crescimento e expansão do Pós-Guerra que vai de 1945 a 1973, conhecida como a **“Era de Ouro” do capitalismo**. Sendo a época do surgimento de uma nova institucionalidade para garantir a reprodução do capital. Mas para manter o capitalismo, nessa época, foi necessário incorporar as massas, ou seja, oferecer aos trabalhadores estabilidade no emprego, direitos previdenciários, saúde, educação etc.

É nesse cenário, após a Segunda Guerra Mundial, que começou uma nova estrutura social e econômica, conhecida como o compromisso fordista, na qual Estado, capital e trabalhadores assumiram esse compromisso para garantir o capitalismo como sistema de produção, reprodução e dominação social. Esse modelo atingiu até as fábricas rivais da Ford, como a General Motors e a Chrysler.

Como já falamos, os anos 70 foram marcados pela **crise do petróleo** (1973), o que impulsionou a crise de superprodução e uma mudança na forma de organização da produção, e na intensificação do processo de globalização da economia. As mudanças na forma de organização da produção significaram um reordenamento das funções cotidianas nas fábricas e a utilização de novas tecnologias – acelerando a utilização da robótica na linha de montagem. A indústria automobilística foi a primeira a passar por essas mudanças.

Veja que, na organização fordista, a produção ocorreu primeiro nas fábricas de automóveis e depois se disseminou pela sociedade; isso ocorre pelo complexo industrial e de serviços que estão ao longo da cadeia produtiva da indústria automobilística que é muito extenso e atinge a produção industrial como um todo. A produção do aço, do vidro, das borrachas e outras fibras, tintas, estofamento, peças e acessórios, propaganda, financiamentos, pontos de venda e revenda, postos de combustíveis; enfim, uma amplitude que atinge todas as esferas da economia da sociedade.

Essas mudanças possibilitaram que outra forma de organização da produção, mais enxuta, que produzia de acordo com a demanda do mercado, passasse a ser utilizada como uma das saídas para resolver a crise da sociedade na esfera produtiva. É o **padrão toyotista** que tem origem na fábrica japonesa Toyota nos anos 50, e se diferencia em muitos aspectos do fordismo.

As principais características do modelo toyotista são:

- **Flexibilização da produção** – Em oposição à premissa básica do fordismo, que defendia a máxima acumulação dos estoques, o toyotismo defende que se adequa a estocagem dos produtos conforme a demanda. Desta forma, quando a procura por uma mercadoria específica é grande, a produção aumenta, mas quando essa procura é reduzida, a produção diminui proporcionalmente.

- **Automatização** – Em síntese, pode ser definido como um sistema que emprega processos automáticos que comandam e controlam os mecanismos para seu próprio funcionamento. A ideia de automação está diretamente ligada à ideia das máquinas, que agilizam as tarefas quase sempre sem a interferência humana.
- **Just in time** (significa “em cima da hora” ou “na hora certa”, em tradução livre) – Esse modelo funciona na combinação entre os sistemas de fornecimento de matérias-primas, de produção e de venda. Esse fato gera uma maior economia de dinheiro e espaço na estocagem de matérias-primas e mercadorias, além de tornar a produção e a circulação de mercadorias mais ágeis.
- **Kanban** (etiqueta ou cartão) – Conceito relacionado com a **utilização de cartões** (*post-it* e outros) para indicar o andamento dos fluxos de produção em empresas de fabricação em série. Nesses cartões são colocadas indicações sobre determinada tarefa, por exemplo, “para executar”, “em andamento” ou “finalizado”. A utilização deste recurso permite um controle detalhado de produção com informações sobre quando, quanto e o que produzir.
- **Team work** (trabalho em equipe) – Os trabalhadores passaram a trabalhar em grupos, orientados por um líder. O objetivo é ganhar tempo, livrando-se da ociosidade.
- **Controle de qualidade total** (ou **TQC – Total Quality Control**) – É uma técnica multidisciplinar de administração, que utiliza programas, ferramentas e métodos nos processos produtivos de uma empresa. Significa buscar a satisfação de todos os agentes envolvidos nas etapas de produção: consumidores, funcionários, vizinhos da empresa e acionistas. Uma empresa deve adaptar-se para alterações sociais, tecnológicas e econômicas no meio em que trabalha e passar a desenvolver maneiras para conquistar a **qualidade total**. A ideia de qualidade total também atinge diretamente os trabalhadores, que devem ser “qualificados” para serem contratados. Dessa lógica nasceram os **certificados de qualidade**, ou **ISO**.

Muito se fala que o aperfeiçoamento capitalista do modo de produção provocado pelo modelo toyotista conseguiu aliar novas tecnologias ao trabalho desempenhado pelo homem. Isso é um fato incontestável. No entanto, o que não se fala é que esse modelo trouxe uma exploração ainda maior do trabalho humano, podendo causar prejuízos à saúde dos empregados. A utilização dessas novas tecnologias e da técnica de trabalho flexibiliza a noção de jornada e faz com que o trabalhador não tenha mais horário determinado a cumprir. Por estes motivos, verifica-se que o modelo toyotista, assim como os seus anteriores taylorismo/fordismo, também causou malefícios ao trabalhador, fazendo valer a máxima de que os empregadores, na verdade, estão preocupados com seus lucros, nem que para isso haja um excesso na exploração do proletariado. Em resumo, neste sistema, podemos observar que as principais consequências foram: descentralização e terceirização do sistema produtivo, redução do proletariado fabril estável, superespecialização desgastante de trabalhadores, piora das condições de trabalho e subcontratação de trabalhadores.

DUAS LINHAS DE MONTAGEM

A eficiência do sistema Toyota de produção, que reduz os estoques pela metade e aumenta a produção em 40%, levou empresas de diversas áreas a substituir o modelo introduzido por Henry Ford

FORDISMO

Em 1908, o americano Henry Ford iniciou a fabricação do modelo T em escala industrial. Era o começo da linha de produção



Wikimedia Foundation

- 1 Defeitos no produto só eram identificados no final da linha de produção.
- 2 A empresa fabricava muitas das peças que compunham o seu produto.
- 3 Para não faltar peças, estas eram produzidas em excesso, gerando estoques.
- 4 O operário-modelo era aquele que melhor obedecia às diretrizes de seus superiores.
- 5 O funcionário devia se preocupar apenas com as tarefas imediatas.
- 6 A empresa devia executar os projetos feitos pelos seus engenheiros.

TOYOTISMO

Indústrias de diversos setores adotaram o sistema **Toyota de produção** para ganhar eficiência



Mythos8/Wikimedia Foundation

- 1 Os operários interrompem a produção a qualquer momento para consertar falhas.
- 2 A maioria das peças é feita por outras companhias, os fornecedores.
- 3 O estoque é mínimo. Os fornecedores entregam as peças quando a companhia as solicita.
- 4 O operário-modelo é aquele que identifica problemas e propõe soluções.
- 5 O funcionário deve se preocupar com a aplicação que o produto terá depois de vendido.
- 6 A empresa deve planejar a produção de modo a atender aos desejos de seus clientes.

Embora possa parecer que o modelo toyotista de produção valorize mais o trabalhador do que os modelos anteriores (fordista e taylorista), tal impressão é uma ilusão. Na realidade da fábrica, o que ocorre é o aumento da concorrência entre os trabalhadores, que disputam melhores índices de produtividade entre si. Tais disputas sacrificam cada vez mais o trabalhador e têm como consequência, além do aumento da produtividade, o aumento do desemprego. Em suma, a lógica do mercado continua sendo a mesma: **augmentar a exploração de mais-valia do trabalhador**.

Mas, fundamentalmente, o **toyotismo** permite que a fábrica funcione com um **número menor de funcionários** ao ser comparada com o fordismo, já que é possível que **um operário realize mais de uma função**. Na Toyota, por exemplo, um operário pode operar mais de cinco máquinas e, ao atuar em conjunto com os outros operários, ele passa a realizar as funções da chefia – cronometrista e inspetor de qualidade, entre outras. Isso diminui as funções, possibilitando um “enxugamento” do processo produtivo.

A diminuição de funções e a utilização de máquinas mais sofisticadas têm diminuído a oferta de emprego com carteira assinada e, assim, aumentado o número de pessoas trabalhando informalmente. Se o Estado diminui a fiscalização sobre o que ocorre na sociedade, como uma das propostas neoliberais, cada vez mais vamos ter pessoas trabalhando sem garantia de direitos. Estes direitos não podem ser vistos como privilégios de alguns, mas como uma conquista que deve ser estendida e ampliada para todos os trabalhadores.

Reestruturação produtiva

O cenário em que a reestruturação produtiva é gerada é justamente o mesmo contexto em que surge o toyotismo: a partir da década de 1970, durante a revolução tecnológica e a crise do petróleo. Podemos definir reestruturação produtiva como um novo modelo de organização do trabalho, um novo regime de acumulação e um novo modo de regulação; iniciado pelo modelo tecnológico, processo que se origina ao final da década de 1970, substituindo a automação rígida. A reestruturação produtiva surge com a chamada **Terceira Revolução Industrial**, que tem como paradigma o modelo toyotista, desenvolvido no Japão, na empresa Toyota de 1950 a 1970 e consolidando-se como oposição ao modelo de produção fordista-taylorista.

Como resposta à crise do padrão de acumulação então vigente, iniciou-se a reestruturação produtiva sob o advento do neoliberalismo, com a transferência sistemática de capitais ao mercado financeiro e, ancorado na **revolução tecnológica**, implementando-se os modelos de produção idealizados no “modelo japonês”.

As repercussões dessas transformações para a classe trabalhadora são sobremaneira importantes e desastrosas, pois a **desproletarização** e a **precarização** das formas de trabalho acarretaram a complexificação da classe trabalhadora, e o enfraquecimento da sua unidade. Essa complexificação da classe trabalhadora, além de fragmentar os trabalhadores, possibilitou que fossem retirados direitos historicamente conquistados, o que ocasionou o enfraquecimento do movimento sindical e o seu controle através do “sindicato da empresa”.

ANDRADE, Fabrício Fontes de. Reestruturação produtiva: dos novos padrões de acumulação capitalista ao novo parâmetro de políticas sociais. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/010/10andrade.htm>>

Cabe aqui ressaltar que o neoliberalismo é o respaldo ideológico da reestruturação produtiva, e a partir da perspectiva neoliberal, a “diminuição” do papel do Estado e das políticas sociais é regra, então houve uma reorganização da estrutura estatal e consequentemente do seu papel.

Neste processo de desenvolvimento do capitalismo, a globalização assume uma dinâmica interessante quando há o encontro entre o que é global e o que é local. Neste caso, em muitos lugares, temos a tradição se defrontando com uma dinâmica que modifica as características ou que as remodelam. A instalação das montadoras de automóveis na região metropolitana de Curitiba é um exemplo de relação global e local. Da mesma forma, a grande quantidade de empresas que se instalaram no Ceará nos arredores do complexo portuário do Pecém, em consequência de promessas governamentais de instauração de uma Companhia Siderúrgica. Elas se instalam, e há um conjunto de mudanças na região que modificam hábitos e costumes, como a busca intensa dos trabalhadores da região de realizarem cursos que os habilitem ao trabalho nestas fábricas. Por isso, nestas regiões, aumentaram as ofertas de cursos e faculdades voltados à capacitação industrial, à informática e às línguas estrangeiras.

A sociedade capitalista é organizada a partir das leis, da ideologia, das instituições, que vão se desenvolvendo na medida em que os seres humanos vão atuando sobre elas e vice-versa. Como vivemos em uma sociedade capitalista, estas leis estão determinadas pelos interesses daqueles que dominam a sociedade: os capitalistas. Em contrapartida, existem aqueles que se organizam em **movimentos sociais** e que estão contrários a esses interesses. Neste embate, entre quem domina e quem é dominado, o Estado – uma instituição com muitas ramificações – aparece para as pessoas como além deste conflito, como se fosse um juiz.

Esta aparência reside na concepção disseminada na sociedade de que o Estado é uma entidade acima dos seres humanos, como se fosse superior aos interesses das classes sociais. Mas ele não é, pois é administrado por pessoas que representam os interesses dominantes, ficando para os dominados a tarefa de denunciar essa situação e tentar mudar o Estado e a sociedade. Isso fica observável quando entende-se que esta ação aparece no Estado via políticas governamentais, isto é, via governo.

A concepção de Estado demonstrada anteriormente, como um conjunto de instituições, é diferente da **concepção marxista** (baseada nas ideias do pensador Karl Marx) que entende o Estado como um aparelho, ou um instrumento a serviço da dominação capitalista, formado por aparelhos repressores e ideológicos. Lendo o texto anterior você observa duas ideias que são rivais sobre o funcionamento da sociedade capitalista. É muito importante você entender a existência destas duas concepções e analisar que o Estado é um conjunto complexo de instituições, mas que essas instituições são administradas por pessoas, que vão representar os mais variados interesses na sociedade. Sendo este um complexo de instituições, vamos compreender que existe uma dinâmica no funcionamento do Estado que vai variar na medida em que variam as pessoas e as propostas que elas utilizam para governar.

Assim, devemos compreender que o Estado não é uma entidade que está acima dos interesses dos seres humanos; ele pode ser modificado na medida em que as políticas adotadas impulsionam mudanças no conjunto de instituições que o constituem, modificando-o. Essas políticas têm como objetivo central, diminuir a influência do Estado sobre a economia, a sociedade, a cultura.

A doutrina neoliberal

Podemos definir o neoliberalismo como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia. De acordo com essa doutrina, deve haver total **liberdade de comércio** (livre mercado), pois tal princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

Baseado nas ideias de pensadores como **Friedrich August von Hayek** (1899-1992) e **Milton Friedman** (1912-2006), o neoliberalismo surgiu na década de 1970, como uma solução para a crise que atingiu a economia mundial em 1973, provocada pelo aumento excessivo no preço do petróleo, já lembrada aqui. Defendia-se, portanto, uma redução da ação do Estado na economia, e, desde que essa teoria ganhou força, o Estado passou apenas a preservar a ordem política e econômica, deixando as empresas privadas livres para investirem como quisessem. Além disso, os Estados passaram a desregular e a privatizar inúmeras atividades econômicas antes controladas por eles.

Como princípios básicos do neoliberalismo, temos:

- a mínima participação estatal nos rumos da economia de um país;
- a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho;
- a política de privatização de empresas estatais;
- a livre circulação de capitais internacionais;
- a abertura da economia para a entrada de multinacionais;
- a adoção de medidas contra o protecionismo econômico;
- a desburocratização do Estado (leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o funcionamento das atividades econômicas);
- a diminuição do tamanho do Estado, tornando-o mais eficiente;
- a posição contrária aos impostos e tributos excessivos;
- o aumento da produção, como objetivo básico para atingir o desenvolvimento econômico;
- a ideia de que a base da economia deve ser formada por empresas privadas; e, claro,
- a defesa dos princípios econômicos do capitalismo.

Os defensores do neoliberalismo acreditam que tal sistema é capaz de proporcionar o desenvolvimento econômico e social de um país: defendem que a postura neoliberal deixa a economia mais competitiva, proporciona o desenvolvimento tecnológico e, por meio da livre concorrência, faz os preços e a inflação caírem.

No entanto, os críticos afirmam que a economia neoliberal beneficia apenas as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais, de modo que países pobres ou em processo de desenvolvimento (o Brasil, por exemplo) sofreriam com os resultados de uma política neoliberal.

Estas ideias passaram a ser aplicadas em vários países ainda na década de 1970 e têm significado a diminuição da presença do Estado na sociedade, na economia, na cultura. Essa diminuição vai encontrar na Reforma do Estado a sua legitimação. Precisamos entender o que é a Reforma do Estado: é uma mudança nas leis, que liberam ou diminuem a presença do Estado na fiscalização das questões trabalhistas; no cuidado com a escola e com a saúde pública; no cuidado com os aposentados; com a infraestrutura – estradas, portos, aeroportos.

Em síntese, a solução dada por aqueles que defendem o neoliberalismo é a privatização dos órgãos e serviços que estão sob a tutela do Estado.

Estado intervencionista (Europeu):

Partidos de Massas, sindicatos fortes e rápido crescimento eleitoral marcaram este reformismo no Norte. (...) Embora indústrias selecionadas tenham sido estatizadas em alguns países (Grã-Bretanha e Áustria foram os casos mais significativos), a propriedade pública não estava entre os seus objetivos básicos. A marca registrada da socialdemocracia no Norte foi a edificação de *welfare states* (estados de bem-estar social), com pleno emprego e amplos serviços sociais. As formas e a abrangência destes serviços variavam de país para país, e os resultados raramente se deviam apenas à iniciativa socialdemocrata.

ANDERSON, P. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pág.10.

Estado neoliberal:

O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram a taxa de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação antissindical e cortaram gastos sociais. E finalmente (...) se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas, como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água.

ANDERSON, P. "Balanço do Neoliberalismo". In: SODER, E. e GENTILI, P. *Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, pág. 12.

O **neoliberalismo** é uma retomada, no século XX e XXI, da proposta liberal defendida por **John Locke** (1632-1704), lá no século XVII. Locke, pensador inglês, afirma que os homens são livres e naturais entre si, na medida em que não existe uma desigualdade natural. Tudo está ao acesso de todos, não devendo nada regular o acesso aos bens, desde que façam parte da sociedade. Assim, operários e capitalistas, como proprietários cada um à sua maneira de qualidades diferentes, podem trocá-las como se fosse uma troca entre iguais, entre seres livres, não devendo o Estado se colocar entre eles.

No pensamento liberal, o trabalhador pode escolher entre trabalhar para este ou para aquele patrão, de acordo com a sua conveniência, pois ele é livre para escolher. É aqui que entra o pensamento marxista para fazer a crítica a esta questão e desvendar o papel do Estado, como representante dos interesses capitalistas.

Na grande maioria das vezes o trabalhador não pode escolher a tarefa, o salário e muitas vezes para quem vai trabalhar. Há na sociedade dividida em classes a hegemonia da classe dominante no controle da organização do trabalho, do Estado, da economia, da cultura. Essa hegemonia é a própria dominação que os capitalistas exercem sobre os trabalhadores e sobre o conjunto da sociedade, o que impede que os indivíduos possam escolher incondicionalmente para quem irão trabalhar.

As pessoas que trabalham já devem ter ouvido, quando pedem um aumento de salário ou melhores condições de trabalho, que se não estiverem satisfeitas, podem pedir a conta, pois existem pessoas que trabalhariam por um salário menor. Essa pressão faz com que as pessoas muitas vezes aceitem a imposição hegemônica do patrão.

O neoliberalismo, como uma reedição das ideias liberais, vem modificando a relação do Estado com a sociedade. Por exemplo, no Brasil ocorreu a privatização de estradas com a cobrança de pedágio; do Sistema Brasileiro de Telecomunicações; dos bancos estaduais, como o BEC (Banco do Estado do Ceará); da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, empresa que produz aço para a indústria de bens duráveis – como carros, eletrodomésticos etc.

Diante desta tendência que se confirma, é preocupante pensar como está e como ficará a situação daqueles que não podem ter acesso a serviços básicos e essenciais, tais como telefonia, luz, água, gás, escola, saúde, sem que o Estado financie e garanta o acesso de todos às conquistas tecnológicas e sociais. São questões importantes que envolvem a adoção, por parte dos governos, das políticas neoliberais e que dizem respeito à sua existência.

Leitura Complementar

O DESEMPREGO

De fato, a forma contemporânea daquilo que se chama desemprego jamais é circunscrita, jamais definida e, portanto, jamais levada em consideração. Na verdade, nunca se discute aquilo que se designa pelos termos "desemprego" e "desempregados"; mesmo quando esse problema parece ocupar o centro da preocupação geral, o fenômeno real é, ao contrário, ocultado.

Um desempregado, hoje, não é mais um objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável às tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer, empregos.

Viviane Foorester. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 10-11.

A VERDADE DE UM PAÍS

Cristovam Buarque

Em nenhum outro país os ricos demonstram mais ostentação que no Brasil. Apesar disso, os brasileiros ricos são pobres. São pobres porque compram sofisticados automóveis importados, com todos os exagerados equipamentos da modernidade, mas ficam horas engarrafados ao lado dos ônibus de subúrbio. E, às vezes, são assaltados, sequestrados ou mortos nos sinais de trânsito.

Presenteiam belos carros a seus filhos e não voltam a dormir tranquilos enquanto eles não chegam em casa.

Pagam fortunas para construir modernas mansões, desenhadas por arquitetos de renome, e são obrigados a escondê-las atrás de muralhas, como se vivessem nos tempos dos castelos medievais, dependendo de guardas que se revezam em turnos. Os ricos brasileiros usufruem privadamente tudo o que a riqueza lhes oferece, mas vivem enclacados na pobreza social. Na sexta-feira, saem de noite para jantar em restaurantes tão caros que os ricos da Europa não conseguiriam frequentar, mas perdem o apetite diante da pobreza que ali por perto arregala os olhos pedindo um pouco de pão; ou são obrigados a restaurantes fechados, cercados e protegidos por policiais privados.

Quando terminam de comer escondidos, são obrigados a tomar o carro à porta, trazido por um manobrista, sem o prazer de caminhar pela rua, ir a um cinema ou teatro, depois continuar até um bar para conversar sobre o que viram.

Mesmo assim, não é raro que o pobre rico seja assaltado antes de terminar o jantar, ou depois, na estrada a caminho de casa. Felizmente isso nem sempre acontece, mas certamente, a viagem é um susto durante todo o caminho. E, às vezes, o sobressalto continua, mesmo dentro de casa.

Os ricos brasileiros são pobres de tanto medo. Por mais riquezas que acumulem no presente, são pobres na falta de segurança para usufruir o patrimônio no futuro. E vivem no susto permanente diante das incertezas em que os filhos crescerão. Os ricos brasileiros continuam pobres de tanto gastar dinheiro apenas para corrigir os desacertos criados pela desigualdade que suas riquezas provocam: em insegurança e ineficiência.

No lugar de usufruir tudo aquilo com que gastam, uma parte considerável do dinheiro nada adquire, serve apenas para evitar perdas. Por causa da pobreza ao redor, os brasileiros ricos vivem um paradoxo: para ficarem mais ricos tem de perder dinheiro, gastando cada vez mais apenas para se proteger da realidade hostil e ineficiente.

Quando viajam ao exterior, os ricos sabem que no hotel onde se hospedarão serão vistos como assassinos de crianças na Candelária, destruidores da Floresta Amazônica, usurpadores da maior concentração de renda do planeta, portadores de malária, de dengue e de verminoses. São ricos empobrecidos pela vergonha que sentem ao serem vistos pelos olhos estrangeiros.

Na verdade, a maior pobreza dos ricos brasileiros está na incapacidade de verem a riqueza que há nos pobres. Foi esta pobreza de visão que impediu os ricos brasileiros de perceberem, cem anos atrás, a riqueza que havia nos braços dos escravos libertos se lhes fosse dado direito de trabalhar a imensa quantidade de terra ociosa de que o país dispunha.

Se tivessem percebido essa riqueza e libertado a terra junto com os escravos, os ricos brasileiros teriam abolido a pobreza que os acompanha ao longo de mais de um século. Se os latifúndios tivessem sido colocados à disposição dos braços dos ex-escravos, a riqueza criada teria chegado aos ricos de hoje, que viveriam em cidades sem o peso da imigração descontrolada e com uma população sem miséria. A pobreza de visão dos ricos impediu também de verem a riqueza que há na cabeça de um povo educado.

Ao longo de toda a nossa história, os nossos ricos abandonaram a educação do povo, desviaram os recursos para criar a riqueza que seria só deles, e ficaram pobres: contratam trabalhadores com baixa produtividade, investem em modernos equipamentos e não encontram quem os saiba manejar, vivem rodeados de compatriotas que não sabem ler o mundo ao redor, não sabem mudar o mundo, não sabem construir um novo país que beneficie a todos. Muito mais ricos seriam os ricos se vivessem em uma sociedade onde todos fossem educados.

Para poderem usar os seus caros automóveis, os ricos construíram viadutos com dinheiro de colocar água e esgoto nas cidades, achando que, ao comprar água mineral, se protegeriam das doenças dos pobres. Esqueceram-se de que precisam desses pobres e não podem contar com eles todos os dias e com toda saúde, porque eles (os pobres) vivem sem água e sem esgoto. Montam modernos hospitais, mas tem dificuldades em evitar infecções porque os pobres trazem de casa os germes que os contaminam.

Com a pobreza de achar que poderiam ficar ricos sozinhos, construíram um país doente e vivem no meio da doença. Há um grave quadro de pobreza entre os ricos brasileiros. E esta pobreza é tão grave que a maior parte deles não percebe. Por isso a pobreza de espírito tem sido o maior inspirador das decisões governamentais das pobres elites brasileiras.

Se percebessem a riqueza potencial que há nos braços e nos cérebros dos pobres, os ricos brasileiros poderiam reorientar o modelo de desenvolvimento em direção aos interesses de nossas massas populares. Liberariam a terra para os trabalhadores rurais, realizariam um programa de construção de casas e implantação de redes de água e esgoto, contratariam centenas de milhares de professores e colocariam o povo para produzir para o próprio povo. Esta seria uma decisão que enriqueceria o Brasil inteiro: os pobres que saíam da pobreza e os ricos que saíam da vergonha, da insegurança e da insensatez.

Mas isso é esperar demais...

Os ricos são tão pobres que não percebem a triste pobreza em que usufruem suas malditas riquezas.

Disponível em: <www.portalbrasil.net/reportagem_cristovambuarque.htm>

Siglas

- **FMI (Fundo Monetário Internacional):** criado em 1946 pelo acordo de Brettons Wood, tinha como finalidade coordenar as relações financeiras entre os países; o desenvolvimento das políticas ficou sob a hegemonia norte-americana, na medida em que os EUA passavam a liderar o mundo capitalista no pós-guerra.

- **Banco Mundial:** criado em 1945 pelo acordo de Brettons Wood, tinha como finalidade no pós-guerra coordenar as relações financeiras entre os países. O desenvolvimento das políticas ficou sob a hegemonia norte-americana, na medida em que os EUA passavam a liderar o mundo capitalista no pós-guerra.

- **G-8:** A cúpula do G-8 (Grupo dos Oito) é uma reunião anual que conta com a participação dos governos dos sete países mais ricos do mundo (antigo G-7), formado por EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá, e com adição da Rússia. Suas reuniões tratam de questões relativas à globalização.

- **OMC:** Organização Mundial do Comércio. Suas reuniões tratam de questões relativas ao comércio entre os grandes grupos empresariais no mundo todo.

- **Mercosul (Mercado Comum do Sul):** foi criado em 1991, são membros: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

- **NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio):** (North America Free Trade Agreement) O NAFTA foi iniciado em 1988; são países-membros do NAFTA: Estados Unidos, Canadá e México.

- **ALCA (Área de Livre Comércio das Américas):** proposta dos EUA de um novo acordo comercial e industrial; compreenderia América do Norte, Sul, Central, alvo de negociações, sem acordo entre os países, principalmente da América Latina que resistem à sua implementação.

- **Fórum Social Mundial (FSM):** é um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. O Fórum Social Mundial se caracteriza também pela pluralidade e pela diversidade, tendo um caráter não confessional, não governamental e não partidário. Ele se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo, mas não pretende ser uma instância representativa da sociedade civil mundial. O Fórum Social Mundial não é uma entidade nem uma organização.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2016) Quanto mais complicada se tornou a produção industrial, mais numerosos passaram a ser os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento. Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro. Numa sociedade comercial, esse fornecimento só poderia ser organizado de uma forma: tornando-os disponíveis à compra. Agora eles tinham que ser organizados para a venda no mercado. Isso estava de acordo com a exigência de um sistema de mercado. Sabemos que em um sistema como esse, os lucros só podem ser assegurados se garante a autorregulação por meio de mercados competitivos interdependentes.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*, Rio de Janeiro: Campus, 2000. Adaptado.

A consequência do processo de transformação socioeconômica abordado no texto é a

- A) expansão das terras comunais.
- B) limitação do mercado como meio de especulação.
- C) consolidação da força de trabalho como mercadoria.
- D) diminuição do comércio como efeito da industrialização.
- E) adequação do dinheiro como elemento padrão das transações.

02. (Enem/2010) A Inglaterra pedia lucros e recebia lucros. Tudo se transformava em lucro. As cidades tinham sua sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, sua ignorância lucrativa, seu desespero lucrativo. As novas fábricas e os novos altos-fornos eram como as Pirâmides, mostrando mais a escravização do homem que seu poder.

DEANE, P. A *Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (adaptado).

Qual relação é estabelecida no texto entre os avanços tecnológicos ocorridos no contexto da Revolução Industrial Inglesa e as características das cidades industriais no início do século XIX?

- A) A facilidade em se estabelecer relações lucrativas transformava as cidades em espaços privilegiados para a livre iniciativa, característica da nova sociedade capitalista.
- B) O desenvolvimento de métodos de planejamento urbano aumentava a eficiência do trabalho industrial.
- C) A construção de núcleos urbanos integrados por meios de transporte facilitava o deslocamento dos trabalhadores das periferias até as fábricas.
- D) A grandiosidade dos prédios onde se localizavam as fábricas revelava os avanços da engenharia e da arquitetura do período, transformando as cidades em locais de experimentação estética e artística.
- E) O alto nível de exploração dos trabalhadores industriais ocasionava o surgimento de aglomerados urbanos marcados por péssimas condições de moradia, saúde e higiene.

03. (Enem/2010) Um banco inglês decidiu cobrar de seus clientes cinco libras toda vez que recorressem aos funcionários de suas agências. E o motivo disso é que, na verdade, não querem clientes em suas agências; o que querem é reduzir o número de agências, fazendo com que os clientes usem as máquinas automáticas em todo tipo de transações. Em suma, eles querem se livrar de seus funcionários.

HOBBSAWM, E. *O novo século*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (adaptado).

O exemplo mencionado permite identificar um aspecto da adoção de novas tecnologias na economia capitalista contemporânea. Um argumento utilizado pelas empresas e uma consequência social de tal aspecto estão em

- A) qualidade total e estabilidade no trabalho.
- B) pleno emprego e enfraquecimento dos sindicatos.
- C) diminuição dos custos e insegurança no emprego.
- D) responsabilidade social e redução do desemprego.
- E) maximização dos lucros e aparecimento de empregos.

04. (Enem/2010-Reaplicação) O movimento operário ofereceu uma nova resposta ao grito do homem miserável no início do século XIX. A resposta foi a consciência de classe e a ambição de classe. Os pobres então se organizavam em uma classe específica, a classe operária, diferente da classe dos patrões (ou capitalistas) A Revolução Francesa lhes deu confiança; a Revolução Industrial trouxe a necessidade da mobilização permanente.

HOBBSAWM, E. J. *A Era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

No texto analisa-se o impacto da Revolução Francesa e Industrial para a organização da classe operária. Enquanto a "confiança" dada pela Revolução Francesa era originária do significado da vitória revolucionária sobre as classes dominantes, a "necessidade da mobilização permanente", trazida pela Revolução Industrial, decorria da compreensão de que

- A) a competitividade do trabalho industrial exigia um permanente esforço de qualificação para o enfrentamento do desemprego.
- B) a completa transformação da economia capitalista seria fundamental para a emancipação dos operários.
- C) a introdução das máquinas no processo produtivo diminuía as possibilidades de ganho material para os operários.
- D) o progresso tecnológico geraria a distribuição de riquezas para aqueles que estivessem adaptados aos novos tempos industriais.
- E) a melhoria das condições de vida dos operários seria conquistada com as manifestações coletivas em favor dos direitos trabalhistas.

05. (Enem/2017 - Prova Verde - Libras) A difusão do termo globalização ocorreu por meio da imprensa financeira internacional, em meados da década de 1980. Depois disso, muitos intelectuais dedicaram-se ao tema, associando-o à difusão de novas tecnologias na área de comunicação, como satélites artificiais, redes de fibra óptica que interligam pessoas por meio de computadores, entre outras, que permitiram acelerar a circulação de informações e de fluxos financeiros.

RIBEIRO, W.C. Globalização e geografia em Milton Santos. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía e Ciências Sociales*, n. 124, 2002.

No mundo atual, as novas tecnologias abordadas no texto proporcionaram a

- A) garantia do acesso digital.
- B) substituição da mídia formal.
- C) padronização da cultura dos povos.
- D) transparência dos fatos transmitidos.
- E) velocidade de propagação das notícias.



Exercícios Propostos

01. (Enem/2014) Quanto mais complicada se tornou a produção industrial, mais numerosos passaram a ser os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento. Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro. Numa sociedade comercial, esse fornecimento só poderia ser organizado de uma forma: tornando-os disponíveis à compra. Agora eles tinham que ser organizados para a venda no mercado. Isso estava de acordo com a exigência de um sistema de mercado. Sabemos que em um sistema como esse, os lucros só podem ser assegurados se se garante a autorregulação por meio de mercados competitivos interdependentes.



NEVES, E. *Engraxate*. Disponível em: <www.grafar.blogspot.com>. Acesso em: 15 fev. 2011.

Considerando-se a dinâmica entre tecnologia e organização do trabalho, a representação contida no cartum é caracterizada pelo pessimismo em relação à

- A) ideia de progresso.
- B) concentração do capital.
- C) noção de sustentabilidade.
- D) organização dos sindicatos.
- E) obsolescência dos equipamentos.

02. (Enem/2010-Reaplicação) No século XX, o transporte rodoviário e a aviação civil aceleraram o intercâmbio de pessoas e mercadorias, fazendo com que as distâncias e a percepção subjetiva das mesmas se reduzissem constantemente. É possível apontar uma tendência de universalização em vários campos, por exemplo, na globalização da economia, no armamentismo nuclear, na manipulação genética, entre outros.

HABERMAS, J. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001. Adaptado.

Os impactos e efeitos dessa universalização, conforme descritos no texto, podem ser analisados do ponto de vista moral, o que leva à defesa da criação de normas universais que estejam de acordo com

- A) os valores culturais praticados pelos diferentes povos em suas tradições e costumes locais.
- B) os pactos assinados pelos grandes líderes políticos, os quais dispõem de condições para tomar decisões.
- C) os sentimentos de respeito e fé no cumprimento de valores religiosos relativos à justiça divina.
- D) os sistemas políticos e seus processos consensuais e democráticos de formação de normas gerais.
- E) os imperativos técnico-científicos, que determinam com exatidão o grau de justiça das normas.

03. (Enem/2015) Um carro esportivo é financiado pelo Japão, projetado na Itália e montado na Índia, México e França, usando mais avançados componentes eletrônicos, que foram inventados em Nova Jérsei e fabricados na Coreia. A campanha publicitária é desenvolvida na Inglaterra, filmada no Canadá, a edição e as cópias feitas em Nova York para serem veiculadas no mundo todo. Teias globais disfarçam-se com o uniforme nacional que lhes for mais conveniente.

REICH, R. *O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo no século XXI*. São Paulo: Educador, 1994 (adaptado).

A viabilidade do processo de produção ilustrado pelo texto pressupõe o uso de

- A) linhas de montagem e formação de estoques.
- B) empresas burocráticas e mão de obra barata.
- C) controle estatal e infraestrutura consolidada.
- D) organização em rede e tecnologia de informação.
- E) gestão centralizada e protecionismo econômico.

04. (Enem/2018 – PPL) Existe uma concorrência global, forçando redefinições constantes de produtos, processos, mercados e insumos econômicos, inclusive capital e informação.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Nos últimos anos do século XX, o sistema industrial experimentou muitas modificações na forma de produzir, que implicaram transformações em diferentes campos da vida social e econômica. A redefinição produtiva e seu respectivo impacto territorial ocorrem no uso da

- A) técnica fordista, com treinamento em altas tecnologias e difusão do capital pelo território.
- B) linha de montagem, com capacitação da mão de obra em países centrais e aumento das discrepâncias regionais.

- C) robotização, com melhorias nas condições de trabalho e remuneração em empresas no sudeste asiático.
- D) produção *just in time*, com territorialização das indústrias em países periféricos e manutenção das bases de gestão nos países centrais.
- E) fabricação em grandes lotes, com transferências financeiras de países centrais para países periféricos e diminuição das diferenças territoriais.

05. (Enem/2009) A prosperidade induzida pela emergência das máquinas de tear escondia uma acentuada perda de prestígio. Foi nessa idade de ouro que os artesãos, ou os tecelões temporários, passaram a ser denominados, de modo genérico, tecelões de teares manuais. Exceto em alguns ramos especializados, os velhos artesãos foram colocados lado a lado com novos imigrantes, enquanto pequenos fazendeiros-tecelões abandonaram suas pequenas propriedades para se concentrar na atividade de tecer. Reduzidos à completa dependência dos teares mecanizados ou dos fornecedores de matéria-prima, os tecelões ficaram expostos a sucessivas reduções dos rendimentos.

THOMPSON, E. P. *The making of the english working class*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979. Adaptado.

Com a mudança tecnológica ocorrida durante a Revolução Industrial, a forma de trabalhar alterou-se porque

- A) a invenção do tear propiciou o surgimento de novas relações sociais.
- B) os tecelões mais hábeis prevaleceram sobre os inexperientes.
- C) os novos teares exigiam treinamento especializado para serem operados.
- D) os artesãos, no período anterior, combinavam a tecelagem com o cultivo de subsistência.
- E) os trabalhadores não especializados se apropriaram dos lugares dos antigos artesãos nas fábricas.

06. (Enem/2018 – PPL) O parlamento britânico aprovou uma lei, em 1835, cujo objetivo era regular o tráfego crescente nas principais vias no interior da Inglaterra, uma espécie de “código rodoviário”. A lei de 1835 estabeleceu a velocidade máxima de 4 milhas por hora para veículos autopropulsionados. As regras foram revistas pelo parlamento em 1896, quando foi aumentada a velocidade máxima para 10 milhas. Em 1903, novamente elevou-se o limite de velocidade para 20 milhas por hora. Em 1930, aboliu-se o limite de velocidade para carros e motos.

ELIAS, N. *Tecnização e civilização*. In: ELIAS, N. *Escritos e ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. Adaptado.

O processo descrito alude à necessidade de atualização da legislação conforme

- A) as transformações tecnológicas.
- B) a renovação do congresso.
- C) os interesses políticos.
- D) o modo de produção.
- E) a opinião pública.

07. (Enem/2018 – PPL) De certo modo o toxicômano diz a verdade sobre nossa condição social atual, quer dizer, temos a tendência de tornarmo-nos todos adictos em relação a determinados objetos, cuja presença se tornou para nós indispensável. Todas as nossas referências éticas ou morais não têm nada de sério diante do toxicômano, porque fundamentalmente somos viciados como ele.

MELMAN, C. *Novas formas clínicas no início do terceiro milênio*. Porto Alegre: CMC, 2003.

No trecho, o autor propõe uma analogia entre o vício individual e as práticas de consumo sustentada no argumento da

- exposição da vida privada.
- reinvenção dos valores tradicionais.
- dependência das novas tecnologias.
- recorrência de transtornos mentais.
- banalização de substâncias psicotrópicas.

08. (Enem/2009) Populações inteiras, nas cidades e na zona rural, dispõem da parafernália digital global como fonte de educação e de formação cultural. Essa simultaneidade de cultura e informação eletrônica com as formas tradicionais e orais é um desafio que necessita ser discutido. A exposição, via mídia eletrônica, com estilos e valores culturais de outras sociedades, pode inspirar apreço, mas também distorções e ressentimentos. Tanto quanto há necessidade de uma cultura tradicional de posse da educação letrada, também é necessário criar estratégias de alfabetização eletrônica, que passam a ser o grande canal de informação das culturas segmentadas no interior dos grandes centros urbanos e das zonas rurais. Um novo modelo de educação.

BRIGAGÃO, C. E.; RODRIGUES, G. *A globalização a olho nu: o mundo conectado*. São Paulo: Moderna, 1998 (adaptado).

Com base no texto e considerando os impactos culturais da difusão das tecnologias de informação no marco da globalização, depreende-se que

- a ampla difusão das tecnologias de informação nos centros urbanos e no meio rural suscita o contato entre diferentes culturas e, ao mesmo tempo, traz a necessidade de reformular as concepções tradicionais de educação.
- a apropriação, por parte de um grupo social, de valores e ideias de outras culturas para benefício próprio é fonte de conflitos e ressentimentos.
- as mudanças sociais e culturais que acompanham o processo de globalização, ao mesmo tempo em que refletem a preponderância da cultura urbana, tornam obsoletas as formas de educação tradicionais próprias do meio rural.
- as populações nos grandes centros urbanos e no meio rural recorrem aos instrumentos e tecnologias de informação basicamente como meio de comunicação mútua, e não os veem como fontes de educação e cultura.
- a intensificação do fluxo de comunicação por meios eletrônicos, característica do processo de globalização, está dissociada do desenvolvimento social e cultural que ocorre no meio rural.

09. (Enem/2005)



A situação abordada na tira torna explícita a contradição entre a(s)

- relações pessoais e o avanço tecnológico.
- inteligência empresarial e a ignorância dos cidadãos.
- inclusão digital e a modernização das empresas.
- economia neoliberal e a reduzida atuação do Estado.
- revolução informática e a exclusão digital.

10. (Enem/2016) A mundialização introduz o aumento da produtividade do trabalho sem acumulação de capital, justamente pelo caráter divisível da forma técnica molecular digital do que resulta a permanência da má distribuição da renda: exemplificando mais uma vez, os vendedores de refrigerantes às portas dos estádios viram sua produtividade aumentada graças ao *just in time* dos fabricantes e distribuidores de bebidas, mas para realizar o valor de tais mercadorias, a forma do trabalho dos vendedores é a mais primitiva. Combinam-se, pois, acumulação molecular-digital com o puro uso da força de trabalho.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista e o ornitorrinco*. Campinas: Boitempo, 2003.

Os aspectos destacados no texto afetam diretamente questões como emprego e renda, sendo possível explicar essas transformações pelo(a)

- crise bancária e o fortalecimento do capital industrial.
- inovação toyotista e a regularização do trabalho formal.
- impacto da tecnologia e as modificações na estrutura produtiva.
- emergência da globalização e a expansão do setor secundário.
- diminuição do tempo de trabalho e a necessidade do diploma superior.



Fique de Olho

Texto I

Você tem conhecimento sobre a situação da saúde pública no Brasil? Hospitais lotados, com pessoas morrendo nas filas sem atendimento, funcionários com salários atrasados, lixo nos corredores. Daí alguns podem pensar, então porque não vender, já que não consegue cuidar? Veja que a saúde já está sendo vendida com a existência dos planos privados que cobram taxas altíssimas e nem sempre atendem nas situações de risco de vida. Mas a pergunta que devemos fazer é: e como ficam aqueles que não podem pagar? Existem pessoas que fecham os olhos para isto porque conseguem pagar planos caros e não se importam com o que ocorre com os outros indivíduos. Será que esta atitude corresponde a uma atitude humanista e solidária?



Existe uma questão muito importante nesta discussão de globalização e neoliberalismo. Não podemos ficar com "raiva" do que é estrangeiro e passarmos a praticar atos preconceituosos, atos de xenofobia – preconceito contra os estrangeiros. O problema central é que a globalização e o neoliberalismo passaram a ser mundiais e atingem os trabalhadores e as populações mais pobres do mundo todo. A solidariedade entre os povos quando ocorrem catástrofes naturais, epidemias e guerras são a melhor saída contra a desigualdade.

As manifestações contra a globalização apontam para ações globais na defesa dos mais pobres, dos trabalhadores, contra o trabalho infantil, contra o tráfico de crianças e mulheres, contra a prostituição infantil em todo o mundo.

A globalização também significou o aumento das contradições do capitalismo em todos os países (essas contradições são os problemas básicos que a humanidade ainda não resolveu para todos, como moradia, comida, segurança, vestuário, educação, saúde); o que pode significar em contrapartida um crescimento da solidariedade mundial. Para discutir sobre essas questões foi criado o **Fórum Social Mundial** (FSM).

Texto II

A DOENÇA INFANTIL DO CONSUMISMO

Folheio um livro que minha filha de 9 anos pediu para comprar, indicado por uma coleguinha, *Monster High*, de Lili Harrison (sim, título em inglês, editora brasileira ID), e me espanto com o número de grifes citado por página. É uma história de meninas numa cidade que estaria sendo ocupada por monstros, algo assim. Quando um carro passa em velocidade, não é isso que vemos, mas que “um utilitário esportivo verde, BMW, passou em velocidade”. Se um menino monta barraca no acampamento, somos informados de que se trata de “uma barraca cáqui da Giga Tent”. Se uma bolsa é apoiada, ficamos sabendo que ela também é verde, afinal a dona leu que “o verde é o novo preto” em alguma matéria ou anúncio (quando, obviamente, se pode distinguir uma do outro nas revistas). Celebidades como Shakira, Beyoncé e Feist são enumeradas. Um figurino pode ser “punk-gracinha”; um móvel, “Calvin Klein cor de berinjala”; a echarpe, “cor de fúcsia”. Celulares tocam e posts tuitam o tempo todo, qualquer pessoa com mais de 30 é “velha”, e a protagonista, uma adolescente que se chama Melody e fez cirurgia plástica no nariz.

Mas pulo para o final do livro e Melody diz a um amigo que “quando temos aparência diferente e as pessoas gostam de nós do mesmo jeito, sabemos que é pelos motivos certos” – ou seja, não por serem bonitas ou estilosas, prontas para “roubar o namorado delas”. Depois de 380 páginas, portanto, eis a lição: “Quero que as pessoas parem de ter tanto medo das diferenças umas das outras”. Bem, isso é no mínimo desonesto: se os gostos não dependem das aparências, por que insuflar de tal modo o frenesi consumista dos leitores mirins? Não é muito diferente de um seriado de TV como *Pretty Little Liars*, que interessa às espectadoras muito menos pelas questões existenciais do que pelos figurinos e penteados que as bonitinhas desfilam. Na escola da minha filha, há alunas que comemoram o aniversário ganhando dos pais um passeio de limusine e que não têm uma ou duas bonecas de determinada marca americana, mas 17 delas, e ainda organizam festas exclusivas para as coleguinhas que tenham a tal boneca.

O mundo da publicidade e da moda vive de alimentar esse consumismo, claro, e não por acaso ele é dirigido cada vez mais ao mundo infantojuvenil, apostando em crianças mimadas que vão pressionar os pais a ter o que as outras têm, o que significa que dão pouco valor ao que já têm. Também não é por acaso que adultos se comportam cada vez mais como adolescentes tardios, como garotos de bermuda que não levam a vida a sério e mal sabem articular frases banais. E para eles os estilistas criam, ou melhor, copiam camisetas com estampas de araras ou coisas do gênero; vi outro dia na TV, por sinal, um deles usando uma camiseta com desenhos que imitam aquelas infames roupas de marinheiro que antigamente os pais impunham a crianças que não tinham poder de escolha... Será que, de tanto serem tratados com propagandas “Custa apenas R\$ 99,99” (nunca dizem “cem”), os cidadãos se acostumaram a ser enganados? Isso explica também a cultura do Photoshop, que transforma celebridades em deusas de cera.

Essa infantilização do consumo tem muitas consequências visíveis em nosso tempo, como a ansiedade, que faz as pessoas cada vez buscarem mais muletas emocionais para a tal autoestima (de pílulas a plásticas, de vícios a fobias, de superstições a religiões), inclusive depositando grande expectativa em relacionamentos mais virtuais que reais. Há também o que já chamei de patrulha das aparências, em que uma pessoa exibir barriguinha ou ruga é algo condenado com sarros ou olhares, levando especialmente as mulheres a injeções e aspirações que só as deixam piores, para não falar das roupas de perua ou anacrônicas. Talvez mais sério ainda, cria uma exigência financeira que apenas uma minoria pode bancar; a maioria fica devendo ao banco mesmo, comprando objetos e carros em parcelas absurdas. Por fim, o convívio inteligente é afetado, aquele que pede cultura, maturidade, simplicidade e senso de ironia. Como as grifes, as opiniões são iguais, compradas na mesma gôndola mental.

PIZA, Daniel. “A doença infantil do consumismo”. *Jornal O Estado de São Paulo*, Edição de 17 de julho de 2011. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/daniel-piza/a-doenca-infantil-do-consumismo/>>

Seção Videoaula



Globalização e Integração Regional.

Aula 09 **O Processo de Trabalho e a Desigualdade Social**

C-4	H-16, 17
C-6	H-28, 30

Na antiguidade o trabalho estava associado a esforço físico, cansaço e penalização. Em sua origem latina a palavra trabalho está associada ao *tripalium*, um instrumento de tortura feito de três varas cruzadas ao qual os réus eram presos. O trabalho costumava ser visto como uma atividade indigna, reservada aos escravos. Aos que viviam livremente, a subsistência vinha da coleta de frutos, da caça e outras atividades.

Na era moderna, a visão acerca do trabalho teve o seu significado transformado, passou de atividade desprezada à condição de expressão da própria humanidade, fonte de produtividade e riqueza. Com as inúmeras mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, no século XX, a ideia do trabalho passou a ser vista por todos como uma atividade valorizada.

A ideia na civilização ocidental de que o trabalho é algo que traz sofrimento foi influenciada por ideias presentes nas tradições greco-romana e judaico-cristã. Para os gregos o trabalho era visto como algo que embrutecia os espíritos, tornava o homem incapaz da prática da virtude e era um mal que a elite deveria evitar. Por isso, era executado por escravos, deixando aos cidadãos as atividades mais nobres, como, por exemplo, a política. No cristianismo, o episódio bíblico da expulsão de Adão e Eva do Paraíso, como consequência do pecado original, condenando-os ao trabalho, a ganhar o “pão com o suor do rosto”, ampliou a conotação negativa do trabalho. Assim, ele apresenta, em nossa sociedade, também os sentidos de fadiga, luta, dificuldade e punição.

Na perspectiva sociológica, os animais não trabalham, ou seja, só os seres humanos trabalham. O trabalho é visto como uma atividade que ajuda o homem a construir sua condição como ser humano.

O trabalho humano, portanto, distingue-se do trabalho animal, pois o homem planeja antes de executar uma atividade. Ele concebe o trabalho antes de executá-lo. Já os animais não desenvolveram essa capacidade. Os animais executam tarefas guiados pelo instinto, portanto, é equivocado usar o termo trabalho para se referir às atividades realizadas pelos outros animais. Os animais só mudam sua maneira de agir quando ocorre alguma alteração no meio, o que os leva a se adaptar, mas eles não mudam suas atitudes intencionalmente. Só o homem tem essa capacidade, os outros animais, não.

Com o objetivo de obter os meios que garantam a sua sobrevivência, o homem age sobre a natureza, transformando-a. Ele se apropria da matéria-prima existente na natureza e cria objetos, inventa coisas e se relaciona com outros homens por intermédio do trabalho. Desse modo, o trabalho é uma atividade de mediação entre o homem e a natureza.

O homem desenvolve-se e se torna um ser humano no exercício de sua atividade, de seu trabalho, da sua produção social. Nesse sentido, pode-se dizer que, o trabalho humaniza o homem, pois ele age de forma deliberada e consciente sobre a natureza. É por isso que o trabalho é visto como uma atividade que ajuda o homem a construir sua condição como ser humano.

É importante também entender a **diferença entre trabalho e emprego**. O primeiro sempre existiu, sob diferentes formas, ao longo de toda a história da humanidade. Entretanto, emprego é uma relação social de trabalho muito recente, que surge a partir do momento em que o homem deixa de ser escravo ou servo e se transforma em um homem livre. Livre para vender o seu trabalho e estabelecer um contrato com o comprador, em troca de um salário que lhe permita adquirir os meios de vida necessários à sua sobrevivência. Emprego pressupõe trabalho assalariado, sendo, portanto, característico da sociedade capitalista.

Ao contrário do que ocorria na antiguidade, em que os escravos eram uma propriedade, e na Idade Média, em que os trabalhadores eram servos presos à terra do senhor feudal, no capitalismo, os trabalhadores são livres para procurar outras condições de trabalho em um novo emprego.

No entanto, a liberdade no capitalismo para muitos dos trabalhadores é relativa, uma vez que a grande maioria não pode escolher quem, quando, e, muitas vezes, onde procurar emprego. Mas o significado mais importante do trabalho livre ou da liberdade do trabalhador é dado pelo fato de que, com o esfacelamento do **sistema feudal de produção**, o servo libertou-se das amarras que o prendiam ao senhor feudal, mas perdeu o acesso aos meios de produção: terra, matéria-prima, instrumentos de trabalho. Então, passou a dispor de uma única propriedade – a sua **força de trabalho**.

No início do século XV tem-se início a história da **sociedade moderna** e sua constituição foi marcada pelos **processos de urbanização** e de industrialização. O trabalho nessa sociedade é, portanto, o trabalho na indústria e o próprio desenvolvimento econômico e social aparece vinculado ao desenvolvimento da indústria.

As transformações pelas quais o mundo do trabalho vem passando desde então são importantíssimas para que se compreenda a organização atual dessas relações, bem como as preocupações dos sociólogos dessa área. Desde o **escravismo** antigo, passando pelo **artesanato**, **servidão**, e tantas outras formas de trabalho, até chegarmos aos moldes do **trabalho industrial**, no mundo moderno acarretaram transformações que dizem respeito à própria **vida em sociedade**, organização desses sujeitos e relações de poder entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho.

É importante destacar que o processo de transição da indústria rural, até então domiciliar para a manufatura, representou, também, a ampliação da divisão social do trabalho. A **divisão do trabalho** existiu em todas as sociedades, desde o momento em que o homem começou a trocar coisas e produtos, criando uma interdependência com os outros homens. Assim, o artesão troca o produto de seu trabalho, o tecido, pelo algodão, cultivado pelo agricultor. A base da troca está na necessidade que o indivíduo tem de produtos que ele não produz. A divisão do trabalho deriva, portanto, do caráter específico do trabalho humano e ocorre quando os homens, na vida em sociedade, dividem entre si as diferentes especialidades e ofícios. A divisão do trabalho em ofícios ou especialidades existiu em todas as sociedades conhecidas e deve muito à **divisão sexual do trabalho**. Ou seja, no início, havia uma divisão entre especialidades ou ofícios que eram preferencialmente atribuídos às mulheres e outros que eram executados por homens. Por exemplo, a fiação e a tecelagem eram vistas como atividades femininas, enquanto a caça, a pesca e a pecuária eram atividades masculinas.

É importante salientar que, pela **divisão manufatureira do trabalho**, o homem passa a desenvolver apenas uma habilidade parcial, limitando o conjunto de habilidades e capacidades produtivas que possuía quando era artesão. É esse fato que torna o trabalhador dependente e o faz vender a sua força de trabalho; e esta só serve quando comprada pelo capital e posta a funcionar no interior da oficina. Segundo Karl Marx, essa divisão do trabalho tinha como objetivo o aumento da produtividade e o aperfeiçoamento do método de trabalho, e teve como resultado o que ele chama de “a virtuosidade do trabalhador mutilado”¹⁵, com a especialização dos ofícios. Na manufatura, portanto, a produtividade do trabalho dependia da habilidade (virtuosidade) do trabalhador e da perfeição de suas ferramentas, e já havia o uso esporádico de máquinas. Será apenas na grande indústria que a máquina desempenhará um papel fundamental, primeiro com base na mecânica, depois na eletrônica e, atualmente, na microeletrônica.

Uma das características mais marcantes do sistema econômico das sociedades modernas é a existência de uma divisão do trabalho extremamente complexa: o trabalho passou a ser dividido em um grande número de ocupações diferentes nas quais as pessoas se especializam. Nas sociedades tradicionais, o trabalho que não fosse agrário implicava o domínio de um ofício. As habilidades do ofício eram adquiridas em um período prolongado de aprendizagem, e o trabalhador normalmente realizava todos os aspectos do processo de produção, do início ao fim. Por exemplo, quem trabalhasse com metal, e tivesse que fazer um arado, iria forjar o ferro, dar-lhe a forma e montar o próprio implemento.

Com o progresso da produção industrial moderna, a maioria dos ofícios tradicionais desapareceu por completo, sendo substituída por habilidades que fazem parte de processos de produção de maior escala. Um eletricitista que hoje trabalhe em um ambiente industrial, por exemplo, pode examinar e consertar alguns componentes de um tipo de máquina; diferentes pessoas lidarão com os demais componentes e com outras máquinas. A sociedade moderna testemunhou uma mudança na localização do trabalho. Antes da industrialização, a maior parte do trabalho ocorria em casa, sendo concluído coletivamente por todos os membros da família. Os avanços na tecnologia industrial, como o uso do carvão, contribuíram para a separação entre trabalho e casa. As fábricas de propriedade dos empresários tornaram-se foco de desenvolvimento industrial: maquinários e equipamentos concentraram-se dentro destas, e a **produção em massa** de mercadorias começou a ofuscar a habilidade artesanal em pequena escala, que tinha a casa como base. As pessoas que procurassem emprego em fábricas eram

¹⁵ Marx utiliza o termo “mutilado” para enfatizar a limitação das habilidades do trabalhador, reduzido ao exercício de uma única e repetitiva atividade.

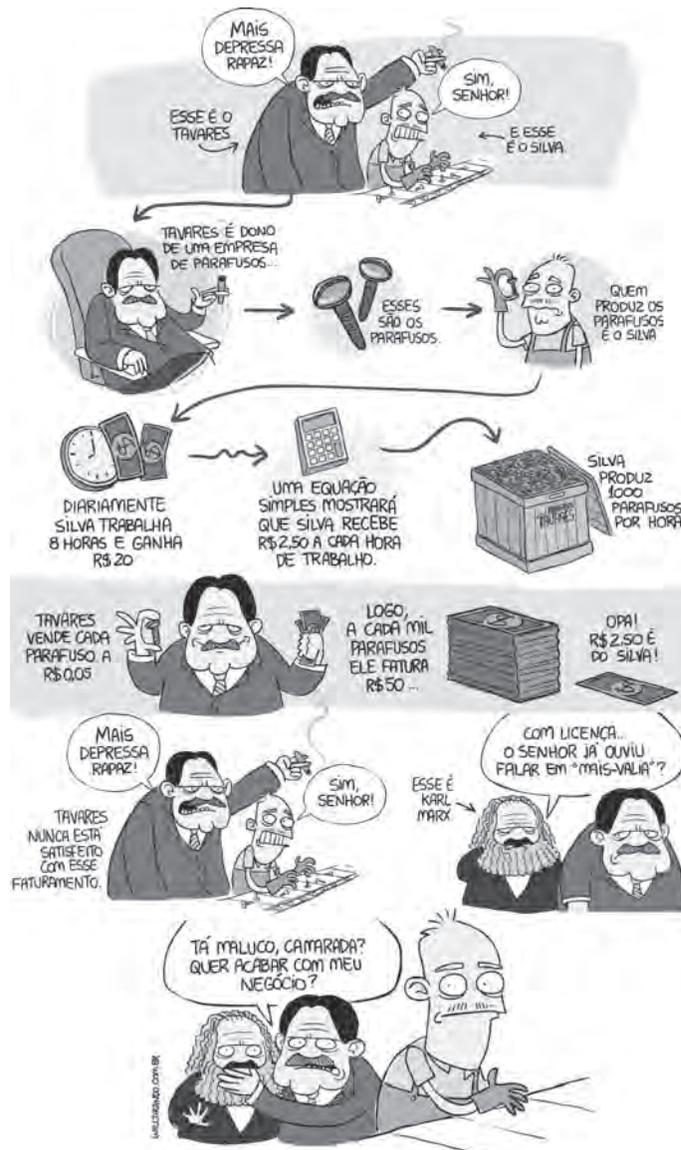
treinadas para se especializarem em uma tarefa, recebendo um ordenado por esse trabalho. O desempenho era supervisionado pelos gerentes, os quais se preocupavam em implementar técnicas para ampliar a produtividade e a disciplina dos trabalhadores.

O contraste que existe na divisão do trabalho entre as sociedades tradicionais e as modernas é verdadeiramente extraordinário. Mesmo nas maiores sociedades tradicionais, geralmente não havia mais do que 20 ou 30 ofícios, contando funções especializadas como as de mercador, soldado e padre. Em um sistema industrial moderno, existem literalmente milhares de ocupações distintas. O censo do Reino Unido, por exemplo, lista cerca de 20 mil empregos diferentes na economia britânica. Nas comunidades tradicionais, a maior parte das pessoas trabalhava na agricultura, sendo economicamente autossuficiente. Produziam seus próprios alimentos, suas roupas, além de outros artigos que necessitassem. Um dos aspectos principais das sociedades modernas, em contraste, é uma enorme expansão da **interdependência econômica**. Para termos acesso aos produtos e aos serviços que nos mantêm vivos, todos nós dependemos de um número imenso de trabalhadores – que, hoje em dia, estão bem espalhados pelo mundo. Com raras exceções, a vasta maioria dos indivíduos nas sociedades modernas não produz o alimento que come, a casa onde mora ou os bens materiais que consome.

Os primeiros sociólogos escreveram bastante a respeito das sérias consequências da divisão do trabalho – tanto para os trabalhadores em termos individuais, quanto para toda a sociedade. Para Marx, a mudança para a industrialização e a mão de obra assalariada certamente resultaria numa **alienação** entre os trabalhadores. Uma vez que estivessem empregados numa fábrica, os trabalhadores perderiam todo o controle do seu trabalho, sendo obrigados a desempenhar tarefas monótonas, de rotina, que despojariam seu trabalho do valor criativo intrínseco. Em um sistema capitalista, os trabalhadores acabam adotando uma orientação instrumental para o trabalho, afirmava ele, vendo-o como nada mais do que uma maneira de ganhar a vida.

A produção capitalista pressupõe, como já vimos, a existência do trabalho livre, e não a servidão e a escravidão. O trabalhador é livre, isto é, não dispõe dos meios de trabalho e de vida, portanto é livre para vender a única propriedade de que dispõe, a sua força de trabalho. O trabalhador, por conseguinte, submete-se ao domínio do capital, aceitando suas imposições e determinações.

É o capital que assume a função de dirigir, de supervisionar. Esse domínio do capital sobre o processo de trabalho se impõe, na medida em que o motivo que impele e direciona todo o processo de produção capitalista, é a expansão do próprio capital, a maior produção de **mais-valia**¹⁶, e, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho.



Will Leite - www.willleite.com.br

¹⁶ O comprador da força de trabalho ou da capacidade de trabalho não se limita a usá-la somente durante o tempo necessário para repor o valor da força de trabalho, mas, sim, durante um tempo além dele, quando o trabalhador produzirá, então, um valor excedente, ou uma mais-valia, da qual o capitalista se apropria.

A dominação do capital sobre o trabalho tem o objetivo de garantir a exploração do processo de trabalho social. Com isso, a dominação tem como condição o antagonismo inevitável entre o capitalista e o trabalhador.

Com o próprio desenvolvimento da produção capitalista, esse controle assume formas peculiares. O capitalista se desfaz da supervisão direta e contínua e a entrega a um tipo especial de assalariado, que passa a exercer a função exclusiva de supervisão, com os seus oficiais superiores (os diretores, os gerentes) e os suboficiais (contramestres, inspetores, capatazes etc.). Surge então uma hierarquia de comando que tem como objetivo impor a disciplina no interior da empresa. A disciplina tem como resultado, para o capital, o aumento da produtividade, mas, da perspectiva do trabalho, ela introduz uma série de regras de procedimento, uma hierarquia interna que, além de separar os indivíduos segundo a sua atividade, introduz também o controle político de uns sobre outros. Não se pode, portanto, discutir a questão da disciplina sem relacioná-la com o poder. Ou seja, trata-se de perceber como no interior da empresa é estabelecido um sistema de dominação, em que os que detêm os meios de produção, ou o representam, têm o poder.

Para os trabalhadores, entretanto, a cooperação imposta pela divisão do trabalho não significa a percepção de sua força como grupo. A relação que estabelecem é com o capital, e não entre si. O trabalhador torna-se incapaz de perceber que a riqueza que ele desenvolve é produto de seu trabalho, como também não consegue se reconhecer no produto de seu trabalho. A consequência da divisão do trabalho é a separação, no processo de trabalho, entre concepção e execução do trabalho. A decisão sobre o que produzir e como produzir não é mais responsabilidade do trabalhador, mas, sim, do capital ou seus representantes. Além disso, o produto, a mercadoria, não resulta de seu trabalho individual, e sim do trabalho de todos. Ele realiza apenas uma parte dela e, assim, o produto do trabalho, a mercadoria, aparece ao trabalhador como algo alheio, estranho a ele. A relação do trabalhador com o produto de seu trabalho é, portanto, de alheamento, de estranhamento. O trabalhador, que colocou a sua vida no objeto, agora se defronta com ele, como se a mercadoria, tivesse vida própria, independente, e fosse dotada de um poder diante dele. De fato, assim como o trabalho já não lhe pertence, mas a um outro homem (o proprietário dos meios de produção), o produto de seu trabalho igualmente não lhe pertence. Esse processo é o que Marx chama de **relação alienada do homem com outro homem**, com o produto de seu trabalho e com o trabalho. Para Marx, então, o trabalho livre, assalariado, é trabalho alienado.

O conceito de alienação do trabalho mostra a realidade do trabalhador na sociedade capitalista: um reles vendedor de sua força de trabalho, sendo colocado inúmeras vezes da função de sua atividade, comumente incapacitado de usufruir do produto final derivado de seu esforço. Como se não bastasse toda exploração encontrada na sociedade em que estamos inseridos, fruto de um sistema de produção fragmentado, ainda temos que nos defrontar com o fato de que na maioria das vezes, a remuneração obtida por esse trabalhador não é suficiente para que ele possa ter igual acesso àquilo que produziu.

Devemos ter claro que no capitalismo, o trabalhador, é diferente do artesão. Enquanto o artesão tinha total domínio de suas condições de trabalho: local de execução dos seus afazeres, horários, atividades, matérias primas e valor monetário de seu produto, o trabalhador, contemporâneo, se encontra escravizado aos horários, condições e atividades predeterminados pelo patrão, detentor dos meios de produção. As relações nesse sistema são fortemente marcadas pela imposição do poder. Vale a máxima: "manda quem pode, obedece quem tem juízo!"

É fato que a introdução de novas tecnologias, sistemas e processos voltados para a redução de custos nas indústrias, comércios e serviços, causaram demissão em grande quantidade. Implantação de robôs no processo de produção industrial, instalação de caixas eletrônicos em agências bancárias e lojas, informatização de empresas e órgãos públicos, visando diminuir os processos burocráticos, uso da Internet para serviços bancários, compras *online* e outros serviços, adoção de processos administrativos eficientes nas empresas, visando otimizar o trabalho e reduzir a mão de obra, introdução de novas tecnologias, que visam a substituição de mão de obra humana por computadores e máquinas automatizadas, acabaram por gerar um processo de **desemprego estrutural**.

Essas mudanças que vem ocorrendo já há algum tempo no mundo moderno passam a exigir da parte do trabalhador uma nova postura tanto na obtenção de emprego quanto na conservação do já existente. Este trabalhador deve estudar mais e se preparar melhor e reciclar-se periodicamente, caso contrário terá dificuldades neste mundo competitivo que já consta com um grande exército de reserva aguardando uma oportunidade para voltar a ativa. É a própria **precarização do trabalho**, geralmente caracterizado pela desqualificação nas relações de contrato trabalhista. Essa questão situa-se num contexto de mudança no padrão de acumulação de capital, que engendra transformações importantes na organização da produção de mercadorias. O fenômeno demonstra, mais uma vez, a velha tendência do processo de produção capitalista quando, diante das contradições sistêmicas que impedem a manutenção das taxas de lucro, intensifica a produtividade do trabalho vivo, potencializando um nível mais elevado de exploração da mais-valia do trabalhador. Além de desemprego, a reestruturação produtiva capitalista gera uma gama enorme de trabalhadores que são obrigados a se sujeitarem a condições cada vez mais precárias, com baixos salários, péssimas condições de trabalho, perda de direitos trabalhistas, extensão da jornada de trabalho etc. Daí a importância de se refletir e debater sobre essa temática, sobre a égide perversa do capitalismo, avaliando formas de manter garantias ao trabalhador, que é o lado mais frágil desse conflito.

Não podemos, no entanto, fechar nossos olhos para as conquistas alcançadas pelo trabalhador nas últimas décadas, tanto no que diz respeito às condições de trabalho quanto aos direitos trabalhistas perseguidos e alcançados após reiteradas lutas de movimentos sindicais e do operariado em geral. Atualmente, em nosso país, as principais centrais sindicais, têm uma agenda reivindicatória bem cheia, na qual solicitam: mudanças na política econômica para reduzir juros e distribuir renda; redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas; extinção do fator previdenciário; e regulamentação da terceirização de serviços.

Muito ainda temos que percorrer até que tenhamos que simplesmente "trabalhar para viver" ao invés de "viver para trabalhar", todavia, hoje já somos mais conscientes de nossos direitos e deveres e, podemos contar com a classe trabalhadora mais articulada no tocante a evitar exploração do trabalho e disposta à resolução de alguns conflitos tomando por base as legislações trabalhistas. Para mais, devemos conclamar a classe trabalhadora a exemplo do que já havia feito Karl Marx no século passado: *trabalhadores de todo mundo, uni-vos*.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2016 – 2ª aplicação)



Frank & Ernest, Bob Thaves © 1996 Thaves / Dist. by Andrews McMeel Syndication

A forma de organização interna da indústria citada gera a seguinte consequência para a mão de obra nela inserida:

- A) Ampliação da jornada diária.
 - B) Melhoria da qualidade do trabalho.
 - C) Instabilidade nos cargos ocupados.
 - D) Eficiência na prevenção de acidentes.
 - E) Desconhecimento das etapas produtivas.
02. (Enem/2010) A evolução do processo de transformação de matérias-primas em produtos acabados ocorreu em três estágios: artesanato, manufatura e maquinofatura. Um desses estágios foi o artesanato, em que se
- A) trabalhava conforme o ritmo das máquinas e de maneira padronizada.
 - B) trabalhava geralmente sem o uso de máquinas e de modo diferente do modelo de produção em série.
 - C) empregavam fontes de energia abundantes para o funcionamento das máquinas.
 - D) realizava parte da produção por cada operário, com uso de máquinas e trabalho assalariado.
 - E) faziam interferência do processo produtivo por técnicos e gerentes com vistas a determinar o ritmo de produção

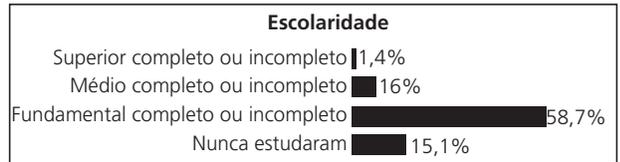
03. (Enem/2010-Reaplicação) O volume de matéria-prima recuperado pela reciclagem do lixo está muito abaixo das necessidades das indústrias. No entanto, mais que uma forma de responder ao aumento da demanda industrial por matérias-primas e energia, a reciclagem é uma forma de reintroduzir o lixo no processo industrial.

SCARLATO, F. C. PONTIN, J. A. *Do nicho ao lixo*. São Paulo: Atual, 1992. Adaptado.

A prática abordada no texto corresponde, no contexto global, a uma situação de sustentabilidade que

- A) reduz o buraco na camada de ozônio nos distritos industriais.
- B) ameniza os efeitos das chuvas ácidas nos polos petroquímicos.
- C) diminui os efeitos da poluição atmosférica das indústrias siderúrgicas.
- D) diminui a possibilidade de formação das ilhas de calor nas áreas urbanas.
- E) reduz a utilização de matérias-primas nas indústrias de bens de consumo.

04. (Enem/2008) A vida na rua como ela é: O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou, em parceria com a ONU, uma pesquisa nacional sobre a população que vive na rua, tendo sido ouvidas 31 922 pessoas em 71 cidades brasileiras. Nesse levantamento, constatou-se que a maioria dessa população sabe ler e escrever (74%), que apenas 15,1% vivem de esmolas e que, entre os moradores de rua que ingressaram no ensino superior, 0,7% se diplomou. Outros dados da pesquisa são apresentados nos quadros ao lado.



Istoé, 7/5/2008. p. 21 (com adaptações).

As informações apresentadas no texto são suficientes para se concluir que

- A) as pessoas que vivem na rua e sobrevivem de esmolas são aquelas que nunca estudaram.
 - B) as pessoas que vivem na rua e cursaram o ensino fundamental, completo ou incompleto, são aquelas que sabem ler e escrever.
 - C) existem pessoas que declararam mais de um motivo para estarem vivendo na rua.
 - D) mais da metade das pessoas que vivem na rua e que ingressaram no ensino superior se diplomou.
 - E) as pessoas que declararam o desemprego como motivo para viver na rua também declararam a decepção amorosa.
05. (Enem/2005) Leia os textos a seguir.

I. A situação de um trabalhador

Paulo Henrique de Jesus está há quatro meses desempregado. Com o Ensino Médio completo, ou seja, 11 anos de estudo, ele perdeu a vaga que preenchia há oito anos de encarregado numa transportadora de valores, ganhando R\$ 800,00. Desde então, e com 50 currículos já distribuídos, só encontra oferta para ganhar R\$ 300,00, um salário mínimo. Ele aceitou trabalhar por esse valor, sem carteira assinada, como garçom numa casa de festas para fazer frente às despesas.

O Globo, 20/07/2005.

II. Uma interpretação sobre o acesso ao mercado de trabalho

Atualmente, a baixa qualificação da mão de obra é um dos responsáveis pelo desemprego no Brasil.

A relação que se estabelece entre a situação I e a interpretação II e a razão para essa relação aparece em:

- A) II explica I – Nos níveis de escolaridade mais baixos há dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.
- B) I reforça II – Os avanços tecnológicos da Terceira Revolução Industrial garantem somente o acesso ao trabalho para aqueles de formação em nível superior.
- C) I desmente II – O mundo globalizado promoveu desemprego especialmente para pessoas entre 10 e 15 anos de estudo.
- D) II justifica I – O desemprego estrutural leva a exclusão de trabalhadores com escolaridade de nível médio incompleto.
- E) II complementa I – O longo período de baixo crescimento econômico acirrou a competição, e pessoas de maior escolaridade passam a aceitar funções que não correspondem a sua formação.



Exercícios Propostos

01. (Enem/2014) O jovem espanhol Daniel se sente perdido. Seu diploma de desenhista industrial e seu alto conhecimento de inglês devem ajudá-lo a tornar um rumo. Mas a taxa de desemprego, que supera 52% entre os que têm menos de 25 anos, o desnorreia. Ele está convencido de que seu futuro profissional não está na Espanha, como o de, pelo menos, 120 mil conterrâneos que emigraram nos últimos dois anos. O irmão dele, que é engenheiro agrônomo, conseguiu emprego no Chile. Atualmente, Daniel participa de uma “oficina de procura de emprego” em países como Brasil, Alemanha e China. A oficina é oferecida por uma universidade espanhola.

GUILAYN, P. Na Espanha, universidade ensina a emigrar. *O Globo*. 17 fev. 2013. Adaptado.

A situação ilustra uma crise econômica que implica

- A) valorização do trabalho fabril.
 B) expansão dos recursos tecnológicos.
 C) exportação de mão de obra qualificada.
 D) diversificação dos mercados produtivos.
 E) intensificação dos intercâmbios.
02. (Enem/2016 – 2ª aplicação)

Texto I

CIDADÃO

Tá vendo aquele edifício, moço?
 Ajudei a levantar
 Foi um tempo de aflição
 Eram quatro condução
 Duas pra ir, duas pra voltar
 Hoje depois dele pronto
 Olho pra cima e fico tonto
 Mas me vem um cidadão
 E me diz desconfiado
 “Tu tá aí admirado
 Ou tá querendo roubar?”
 Meu domingo tá perdido
 Vou pra casa entristecido
 Dá vontade de beber
 E pra aumentar meu tédio
 Eu nem posso olhar pro prédio
 Que eu ajudei a fazer.

BARBOSA, L. In: ZÊ RAMALHO. *20 Super Sucessos*. Rio de Janeiro: Sony Music, 1999. [Fragmento].

Texto II

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser estranho, como uma força independente do produtor.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos* (Primeiro manuscrito). São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. Adaptado.

Com base nos textos, a relação entre trabalho e modo de produção capitalista é

- A) baseada na desvalorização do trabalho especializado e no aumento da demanda social por novos postos de emprego.
 B) fundada no crescimento proporcional entre o número de trabalhadores e o aumento da produção de bens e serviços.
 C) estruturada na distribuição equânime de renda e no declínio do capitalismo industrial e tecnocrata.
 D) instaurada a partir do fortalecimento da luta de classes e da criação da economia solidária.
 E) derivada do aumento da riqueza e da ampliação da exploração do trabalhador.
03. (UFPA/2013) “Pode-se referir à consciência, à religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida [...]. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente o que são. O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, com aquilo que produzem como com a forma como produzem”.

MARX, K. *Ideologia Alemã*. Lisboa: Editora Presença, 1980, p. 19.

Considerando que, segundo Marx, a maneira de ser do homem depende de alguns fatores, identifique, no conjunto de fatores listados abaixo, os que, na visão do citado filósofo, distinguem o ser humano:

- I. os respectivos modos de produção;
 II. a própria produção de sua vida material;
 III. a forma de utilidade dos objetos produzidos em sociedade;
 IV. o estado de desenvolvimento de sua consciência depende de sua história de vida;
 V. a produção dos meios de subsistência tendo em vista o bem comum da sociedade.

Os fatores estão corretamente identificados em:

- A) I e II
 B) II e IV
 C) III e IV
 D) II e V
 E) I, III e V
04. (Enem/2011) Estamos testemunhando o reverso da tendência histórica da assalarição do trabalho e socialização da produção, que foi característica predominante na era industrial. A nova organização social e econômica baseada nas tecnologias da informação visa à administração descentralizadora, ao trabalho individualizante e aos mercados personalizados. As novas tecnologias da informação possibilitam, ao mesmo tempo, a descentralização das tarefas e sua coordenação em uma rede interativa de comunicação em tempo real, seja entre continentes, seja entre os andares de um mesmo edifício.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2006 (adaptado).

No contexto descrito, as sociedades vivenciam mudanças constantes nas ferramentas de comunicação que afetam os processos produtivos nas empresas. Na esfera do trabalho, tais mudanças têm provocado

- A) o aprofundamento dos vínculos dos operários com orientais de gestão.
- B) o aumento das formas de teletrabalho como solução de larga escala para o problema do desemprego crônico.
- C) o avanço do trabalho flexível e da terceirização como respostas às demandas por inovação e com vistas à mobilidade dos investimentos.
- D) a autonomização crescente das máquinas e computadores em substituição ao trabalho dos especialistas técnicos e gestores.
- E) o fortalecimento do diálogo entre operários, gerentes, executivos e clientes com a garantia de harmonização das relações de trabalho.

05. (Enem/2011) A introdução de novas tecnologias desencadeou uma série de efeitos sociais que afetaram os trabalhadores e sua organização. O uso de novas tecnologias trouxe a diminuição do trabalho necessário que se traduz na economia líquida do tempo de trabalho, uma vez que, com a presença da automação microeletrônica, começou a ocorrer a diminuição dos coletivos operários e uma mudança na organização dos processos de trabalho.

Revista Eletrônica de Geografia Y Ciências Sociales.
Universidad de Barcelona. Nº 170(9), 1 ago. 2004.

A utilização de novas tecnologias tem causado inúmeras alterações no mundo do trabalho. Essas mudanças são observadas em um modelo de produção caracterizado

- A) pelo uso intensivo do trabalho manual para desenvolver produtos autênticos e personalizados.
- B) pelo ingresso tardio das mulheres no mercado de trabalho no setor industrial.
- C) pela participação ativa das empresas e dos próprios trabalhadores no processo de qualificação laboral.
- D) pelo aumento na oferta de vagas para trabalhadores especializados em funções repetitivas.
- E) pela manutenção de estoques de larga escala em função da alta produtividade.

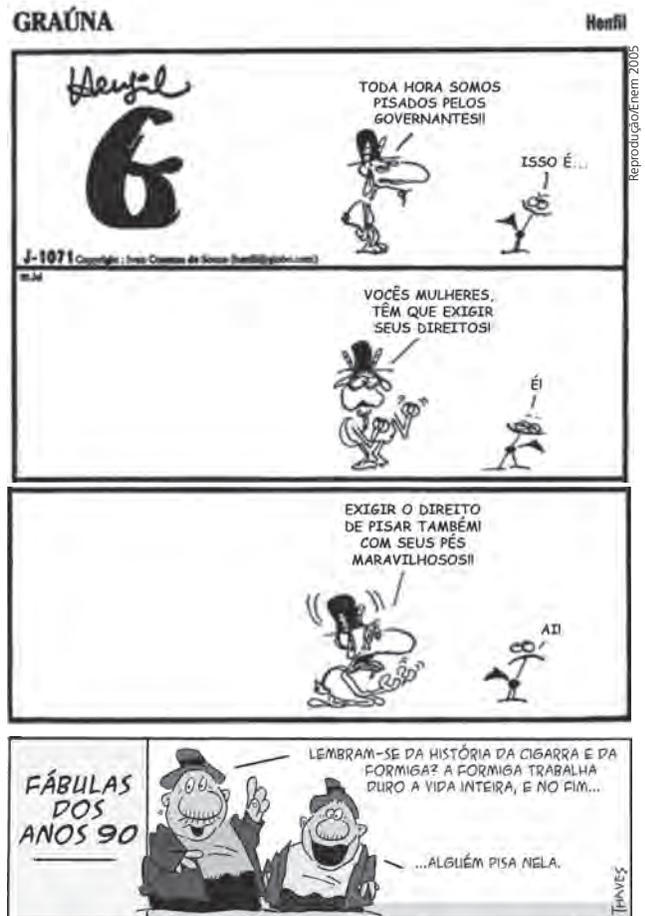
06. (Enem/2015) Dominar a luz implica tanto um avanço tecnológico quanto uma certa liberação dos ritmos cíclicos da natureza, com a passagem das estações e as alternâncias de dia e noite. Com a iluminação noturna, a escuridão vai cedendo lugar à claridade, e a percepção temporal começa a se pautar pela marcação do relógio. Se a luz invade a noite, perde sentido a separação tradicional entre trabalho e descanso — todas as partes do dia podem ser aproveitadas produtivamente.

SILVA FILHO, A. L. M. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult-CE, 2001 (adaptado).

Em relação ao mundo do trabalho, a transformação apontada no texto teve como consequência a

- A) melhoria da qualidade da produção industrial.
- B) redução da oferta de emprego nas zonas rurais.
- C) permissão ao trabalhador para controlar seus próprios horários.
- D) diminuição das exigências de esforço no trabalho com máquinas.
- E) ampliação do período disponível para a jornada de trabalho.

07. (Enem/2005) As tiras a seguir ironizam uma célebre fábula e a conduta dos governantes. Tendo como referência o estado atual dos países periféricos, pode-se afirmar que nessas histórias está contida a seguinte ideia:



Frank & Ernest, Bob Thaves © 1999 Thaves / Dist. by Andrews McMeel Syndication

- A) Crítica à precária situação dos trabalhadores ativos e aposentados.
- B) Necessidade de atualização crítica de clássicos da literatura.
- C) Menosprezo governamental com relação a questões ecologicamente corretas.
- D) Exigência da inserção adequada da mulher no mercado de trabalho.
- E) Aprofundamento do problema social do desemprego e do subemprego.

08. (Enem/2012)



Na imagem do início do século XX, identifica-se um modelo produtivo cuja forma de organização fabril baseava-se na(no)

- A) autonomia do produtor direto.
- B) adoção da divisão sexual do trabalho.
- C) exploração do trabalho repetitivo.
- D) utilização de empregados qualificados.
- E) incentivo à criatividade dos funcionários.

09. (Unicamp) Importantes transformações produtivas e na forma de organização do trabalho têm ocorrido nas últimas décadas em todo o mundo e também no Brasil. Assinale a alternativa correta.
- A) Em todo o mundo, vêm sendo observadas mudanças em relação ao assalariamento e ao desemprego, como a precarização das relações de trabalho para desoneração da produção, e o crescimento da informalidade.
- B) Acordos e tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário, tratam da questão do trabalho escravo e proíbem a escravidão por dívida, razão pela qual esse tipo de trabalho forçado não é registrado no país desde 1888.
- C) Considerando a oferta de trabalho no Brasil, observa-se uma mudança de tendência, com a diminuição de oferta de emprego no setor primário e terciário, e efetivo aumento da oferta de emprego no setor secundário da economia.
- D) Uma característica marcante das relações de trabalho na etapa atual do modo de produção é a maior organização sindical.
10. (UEL/2019) Leia o texto a seguir.

O prefixo “des” indica anomalia. “Desemprego” é o nome de uma condição claramente temporária e anormal, e, assim, a natureza transitória e curável da doença é patente. A noção de “desemprego” herdou sua carga semântica da auto consciência de uma sociedade que costumava classificar seus integrantes, antes de tudo, como produtores, e que também acreditava no pleno emprego não apenas como condição desejável e atingível, mas também como seu derradeiro destino. Uma sociedade que, portanto, classificava o emprego como uma chave – a chave – para a solução dos problemas ao mesmo tempo da identidade pessoal socialmente aceitável, da posição social segura, da sobrevivência individual e coletiva, da ordem social e da reprodução sistêmica.

BAUMAN, Z. *Vidas despedaçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 19.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre as transformações mais recentes quanto ao tema desemprego no capitalismo, considere as afirmativas a seguir.

- I. A tendência no capitalismo globalizado é tornar os postos de trabalho mais flexíveis para atender necessidades das grandes corporações, levando a questionamentos do modelo taylorista-fordista;
- II. A perda de identidade em relação ao emprego no capitalismo contemporâneo confirma o fato de que a categoria trabalho deixou de ser essencial para a produção e reprodução da vida social;
- III. As políticas antissindicais que acompanham as práticas neoliberais apresentam como resultado a supressão das crises econômicas globais com o restabelecimento do pleno emprego;
- IV. O desemprego, no capitalismo globalizado, tem a longa duração como seu traço característico, enquanto avança o emprego precário e de alta rotatividade, como nos call centers.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.



Fique de Olho

JORNADA E DESEMPREGO

No momento em que as empresas brasileiras se veem forçadas a reduzir custos e elevar a competitividade para compensar os efeitos da crise global, uma comissão especial da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e o aumento da remuneração da hora extra, de 50% para 75%.

A emenda segue para votação em dois turnos no plenário. Como se trata de emenda constitucional, exigirá aprovação mínima de 308 deputados. Se passar, segue para o Senado, também para votação em dois turnos.

Seus proponentes – deputados ligados ao movimento sindical – sustentam que, se aprovada, a proposta viabilizará a criação de até 2 milhões de novos empregos e contribuirá para civilizar as relações de trabalho no Brasil.

Tal suposição é equivocada. Se for aprovada, a proposta tende a elevar a informalidade e o desemprego justamente nos setores menos protegidos por sindicatos e pela fiscalização oficial. Isso porque encarece o custo do trabalho, já onerado pela alta carga tributária sobre a folha de salários. Além disso, é mais um estímulo para que as empresas substituam trabalhadores por máquinas e aumentem o chamado desemprego estrutural.

Nos setores em que o avanço é economicamente possível, jornadas de 40 horas semanais já são contempladas por acordos ou convenções coletivas acordados livremente por patrões e empregados. Para esses segmentos, a emenda será inócua.

A proposta também se revela inoportuna em tempos de crise. Na França, onde a jornada de trabalho é de 35 horas semanais, discute-se hoje exatamente a flexibilização das leis trabalhistas para atrair investimentos. Empregos dependem justamente de investimentos e de uma boa educação. Sozinhas, leis não criam postos de trabalho.

Folha de São Paulo

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0507200902.htm>>.

Acesso em: 29 maio 2016.



Seção Videoaula



**Trabalho e Sociedade:
Explicando as Bases da Sociedade de Classes.**

Aula
10

**Estratificação, Classe e
Mobilidade Social**

C-1	H-3, 5
C-3	H-14, 15

Estratificação social e as desigualdades

Os sinais das desigualdades existentes entre os seres humanos podem ser observados em todos os lugares. Basta parar por alguns instantes e observar a maneira como as pessoas se vestem, o carro que possuem, a casa e o bairro em que moram etc. Podemos ainda observar as desigualdades analisando os bens simbólicos, ou seja, os lugares em que estudam, os locais que frequentam e os bens culturais que consomem. Em resumo, **as desigualdades se evidenciam no contraste entre riqueza e pobreza.**

Riqueza e renda também podem contribuir para que pessoas tenham uma influência política mais significativa, já que na medida em que contribuições para partidos políticos e doações para determinadas causas são feitas pelas classes mais abastadas, aumenta-se também, consideravelmente, as possibilidades de que as políticas que elas defendem tornem-se leis. Podemos ainda relacionar a riqueza à qualidade da saúde das pessoas: a possibilidade de usufruir de um melhor lazer, diminuir o estresse, consumir alimentos de boa qualidade e utilizar bons serviços de saúde significa que as pessoas que dispõem de tais benefícios podem ter uma vida mais longa e saudável do que aquelas que não os possuem.

Quando nos estudos sociológicos nos pomos a estudar as diferenças entre países, estão estudamos a **desigualdade global**. É possível detectar países igualmente ricos, mas a distância entre ricos e pobres ser maior no país A que no país B. Estas diferenças dentro de países estão relacionadas às **variações transnacionais de estratificação interna** (perspectiva trans-histórica e transcultural).

Não são de hoje as desigualdades entre os seres humanos, elas podem ser encontradas em praticamente todas as sociedades conhecidas ao longo do extenso processo histórico. Isso significa que a divisão da sociedade em **camadas** ou **estratos** é bem antiga. Em todo processo histórico sempre houveram alguns poucos seres humanos no topo da pirâmide social e uma imensa maioria em sua base. É importante lembrar que à medida que as sociedades se tornaram mais ricas e mais complexas, o nível de desigualdade social primeiro aumentou, depois desacelerou e, finalmente, começou a declinar. Por exemplo:

- **Sociedades coletoras:** viviam da caça, pesca e coleta de frutos, que eram retirados da natureza para a própria sobrevivência do homem, utilizando técnicas muito simples, como o arco e flecha, a lança e as próprias mãos. Por essa razão, essas sociedades quase não alteravam a natureza. Eram sociedades nômades, ou seja, viviam mudando de lugar, pois exploravam os recursos da natureza até acabarem. Depois, seguiam para outro lugar para procurar mais recursos. Não estocavam alimentos, dividiam tudo entre todos os seus membros para garantir a sobrevivência de todos. Não se dividiam entre ricos ou pobres.
- **Sociedades pastoris e horticultoras:** caracterizadas pela criação de animais, agricultura primária, produção mínima de excedente. Surgimento de certa estratificação com a horticultura e o pastoreio, habilitando as pessoas a produzir riqueza. Um pequeno grupo controlava o excedente, dando origem a uma estratificação bem significativa. Exemplo: sociedades pastoris africanas.
- **Sociedades agrárias:** possuíam grandes partes de terras, eram desenvolvidas e divididas em camadas sociais. Nesta sociedade não existiam a propriedade privada, todas as terras pertenciam ao Estado, onde controlavam a produção das aldeias, coordenando ou não as construções de importantes obras. As sociedades agrárias, por terem se desenvolvido, dominaram as comunidades vizinhas, onde cobravam tributos e serviços. Desenvolveram grandes técnicas, como a irrigação. Utilizaram o cobre, o ouro e a prata. Fabricaram armas, ferramentas diversas e desenvolveram uma agricultura perene e produtiva. Desenvolveram crenças religiosas para justificar o aumento da desigualdade. Acreditavam que os reis e rainhas governavam por "direito divino". Ocorria pouca mobilidade social. Os grupos mais importantes da sociedade agrária foram os maias, os astecas e os incas. Hoje, costuma-se relacioná-los às comunidades de castas da Índia.
- **Sociedades industriais (capitalismo):** permite-se qualificar uma sociedade como industrial devido à predominância em seu interior desse tipo de atividade econômica. Este fenômeno de intensificação da atividade industrial, que recebe o nome de **industrialização**, surge historicamente nas sociedades europeias do século XVIII, a partir de onde se expande para outros locais e chega até os dias de hoje. As condições que

permitem a expansão do processo de industrialização não são consensuais na sociologia, mas ele sempre aparece ligado ao capitalismo. Há autores que enfatizam os aspectos econômicos dessa ligação e outros que privilegiam aspectos sociais. Em todo caso, a caracterização da sociedade industrial pelo seu processo de estabelecimento se faz necessária. Nas sociedades industriais há aumento da produtividade agrícola, industrialização, proletariado da população, aumento da riqueza das classes dominantes pela concentração das atividades de produção em grandes organizações empresariais, que se tornam responsáveis por cada uma das etapas produtivas. Melhorias na tecnologia e na organização social da manufatura tornaram possível produzir mais bens a um menor custo por unidade, além disso, durante a industrialização, essas empresas se valem de descobertas científicas e inovações técnicas para aumentar a sua produtividade. Acompanhando essas descobertas e inovações, há um processo de crescente especialização profissional, em que os homens passam a desempenhar um número cada vez menor de atividades relacionadas à produção, executando-as de maneira cada vez mais eficiente. Uma última característica das sociedades industriais é a utilização maciça de recursos naturais, que levou alguns ecologistas radicais a classificar a industrialização como um processo de depredação da Terra pelo homem. A pressão política vinda das camadas mais populares também de formar e filiar-se a sindicatos e de expandir o voto para todos os cidadãos adultos, usando o poder dos sindicatos e a sua crescente influência política para conquistar melhorias em suas condições de existência. A estratificação declinou à medida que as sociedades industriais se desenvolveram. Exemplo: séc. XVIII e XIX.

- **Sociedade pós-industriais:** vivemos na era Pós-Industrial, um novo mundo, onde o trabalho físico é feito pelas máquinas e o mental, pelos computadores. Nela, cabe ao homem uma tarefa para a qual é insubstituível: ser criativo, ter ideias. Durante dois séculos, tempo que durou a sociedade industrial (1750-1950), o maior desafio foi a eficiência, isto é, fazer o maior número de coisas no menor tempo. Assim, o ritmo de vida deixou de ser controlado pelas estações do ano e tornou-se mais dinâmico. Enquanto a agricultura precisou de dez mil anos para produzir a indústria, esta precisou de apenas 200 anos para gerar a sociedade ou era Pós-Industrial. Um tipo de sociedade baseada na produção de informação, serviços, símbolos (semiótica), estética, desenvolvimento tecnológico, emergência do estado e de bem-estar social. O efeito geral da tecnologia hoje é aumentar o nível de desigualdade na sociedade. Exemplo: Europa pós-1973.

Nesse contexto, estratificação social foi o termo utilizado pelos cientistas sociais para descrever as desigualdades existentes entre os indivíduos e os grupos dentro de uma mesma sociedade humana, identificando o tipo de estrutura social que o indivíduo encontra-se inserido, assim como posições e seus papéis sociais, em diferentes camadas ou estratos da sociedade. Os motivos podem, nesta segregação social, estar relacionados à posse de bens materiais (riqueza) ou ainda gênero, idade, religião, posto militar, compreendendo que todos os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais de uma sociedade estão interligados.

É notório que os indivíduos alcançam, de forma desigual, as recompensas de acordo com sua posição no sistema de estratificação; logo, podemos deduzir que a estratificação social pode ser conceituada como sendo desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos de pessoas ao longo de seu processo histórico.

Os principais tipos de estratificação social encontrados ao longo da história se deram nas sociedades organizadas no sistema de castas, nos estamentos (ou sociedades estamentais) e nas classes sociais.

As **castas sociais** são agrupamentos sociais de origem hereditária, nas quais o *status* do indivíduo passa de pai para filho. As castas caracterizam-se pelo casamento de pessoas de um mesmo grupo hierárquico (**endogamia**). Em cada uma das castas existem inúmeras subcastas. Comparativamente com outros sistemas de estratificação, como as classes sociais, o sistema de casta apresenta divisões muito nítidas e rígidas. **A mobilidade social vertical é inexistente.**

O sistema de castas foi observado na Grécia Antiga, na China, no Japão, mas foi na Índia onde esse sistema se expressou de forma mais completa. Este existe há cerca de 1500 anos e, apesar de algumas mudanças ocorridas nas últimas décadas (esse sistema foi abolido oficialmente em 1950, mas sobrevive pela força da tradição), continua implantado na sociedade indiana, na qual podemos encontrar mais de três mil subcastas.

SOCIEDADE DE CASTAS DA ÍNDIA



As castas indianas estão diretamente relacionadas com a prática do **hinduísmo**, a principal religião do país. Embora se tenha várias versões sobre a origem e os costumes do hinduísmo, talvez a mais difundida seja uma lenda hindu, que afirma que, no princípio dos tempos, nasceram a partir do corpo de um deus, e a zona de onde emergiram determinou que tivessem níveis de pureza e valor muito distintos. As diferentes castas exprimem esses diferentes níveis de pureza e valor, e é por isso que algumas são superiores a outras.

A casta mais elevada e, portanto, respeitada é a dos **brâmanes**, pois estes nasceram da cabeça do deus. A segunda casta mais importante hierarquicamente é a dos **xátrias**, que nasceram dos braços do deus.

Na sequência vem a casta dos **vaisias** (ou **vaixás**), que nasceram das pernas do deus. Em quarto lugar encontra-se a casta dos **sudras**, que nasceu dos pés do deus. Por último, temos um agrupamento de pessoas chamadas **intocáveis** ou **dalits**, que não nasceram do próprio deus, mas da poeira por ele pisada e de seus excrementos (urina, suor, fezes...) e, por isso, são considerados os seres mais inferiores da sociedade. Os intocáveis são tão desprezados que não constituem uma casta propriamente dita – são **párias**, excluídos.

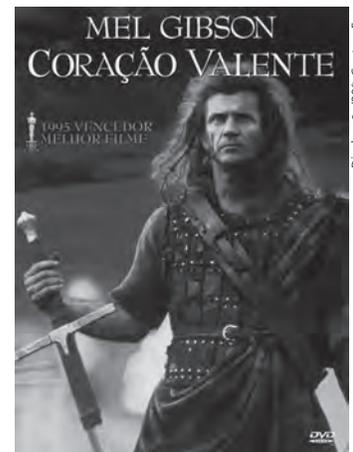
A cada casta encontram-se associada certos privilégios, tal como as profissões, cuja hierarquia de pureza e valor acompanha a hierarquia das castas. Os brâmanes são sacerdotes, professores etc. Os xátrias são guerreiros, políticos etc. Os vaisias são comerciantes. Os sudras são artesãos e camponeses. Aos intocáveis cabem as profissões e atividades mais desvalorizadas, nomeadamente as que implicam contato físico com sangue, cadáveres e excrementos: coveiros e cremadores de corpos, curtidores de couro, garis etc.

A hierarquização religiosa das castas, em termos de pureza e impureza, reflete-se, portanto, em uma hierarquização econômica e política.

Como já foi anteriormente ressaltado, os intocáveis são os membros da sociedade indiana mais desfavorecidos. Antes da constituição democrática de 1950, estavam proibidos de entrar nos templos e de frequentar as escolas. Em um jardim ou em outro local público, não podiam sentar perto das pessoas de outras castas. Muitos intocáveis eram insultados, espancados ou até mortos por motivos triviais: como dirigir a palavra a pessoas de castas superiores ou deixar a sua sombra tocar a sombra de uma pessoa de casta superior.

O **estamento** ou **estado** era uma camada social semelhante à casta, porém mais aberta. Na sociedade estamental, a **mobilidade social vertical ascendente** é difícil, mas não impossível como na sociedade de castas. A sociedade estamental clássica é a sociedade feudal da Idade Média, com seus três estamentos bem definidos: os **nobres** que lutam; o **clero** que ora; os **servos** que trabalham.

Na parte superior desta estrutura encontra-se o **clero**, ocupado pelos representantes da cúpula da Igreja, grupo que exercia não apenas influência na manutenção do poder ideológico do ponto de vista religioso, mas também porque desempenhavam um papel estratégico ao apoiar a manutenção do *status quo* do poder real. A função deste estamento era zelar pela vida espiritual das pessoas, rezar para que estas pudessem ser felizes.



Na sequência, em um estamento inferior, estavam os **nobres**, que tinham por função principal o combate, a defesa do reino em conflitos e batalhas que pudessem por ventura surgir. Era nas lutas que ele mostrava o seu valor. Ser nobre era sinônimo de procedência de família com privilégios, o que chegava a ser na maioria das vezes mais importante que ter propriedades. Um exemplo de privilégios pode ser ilustrado pelo filme *Coração Valente*, em que um nobre tem privilégios sobre a primeira noite de uma serva após o casamento desta. Dentre outros privilégios da nobreza estavam: não pagar por estadias, ou pelo que consumia nas tabernas medievais.

Os nobres, enquanto grupo social, procuravam casar entre si (prática presente ainda hoje, basta observarmos a forma como acontece os enlances matrimoniais hoje ainda entre os nobres contemporâneos), tinham propriedades e riqueza, além de um reconhecimento geral de que eram superiores aos **plebeus**, último estamento. Isso somado aos títulos de nobreza e o reconhecimento outorgados pelo rei, o qual condecorava os indivíduos que considerava merecedores de algum mérito. Logo, pode-se imaginar como seria difícil, para não dizer impossível para um plebeu, localizado na base desta estrutura que formava a sociedade estamental, angariar outra condição de vida diferente daquela em que se via preso ao trabalho, à subordinação, ao pagamento de impostos, a uma vida de restrições, limitações e pobreza. Logo, ao se nascer empobrecido, carregava-se um estigma para todo o resto de sua vida, o que contribuía para demarcar, definitivamente, a posição do indivíduo entre os estamentos.

Não é apenas na Idade Média que podemos identificar os estamentos. No **Brasil Colonial**, por exemplo, temos a relação **senhor de engenho x escravo** que se pauta por privilégios do primeiro em detrimento ao segundo. Os privilégios dos senhores de engenho eram tantos que até mesmo decidiam sobre o “direito” da vida ou da morte dos escravos, diante de situações que colocassem em risco os interesses do seu senhor. Em síntese: ser senhor de engenho significava ser melhor que o escravo.

Ser integrante de um estamento ou mesmo de uma casta ou subcasta superior significava também ter que cumprir com determinados impedimentos, proibições, tais como: um nobre ou um senhor de engenho não poderiam exercer trabalhos pesados, manuais, pois isso significaria se igualar aos seus subordinados, considerados inferiores e desqualificados.

Desta forma, apenas após as inúmeras transformações de ordem social, política e econômica (como a desconfiança do poder absoluto dos reis, a defesa incondicional da liberdade em seus mais variados aspectos e o desenvolvimento do capitalismo, para citar apenas alguns) que desmontaram os princípios deste modelo de sociedade é que a ascensão ou mobilidade social vertical ascendente tornou-se algo menos utópico e mais próximo da realidade. O declínio da sociedade estamental foi marcado pelo nascimento de uma sociedade de classes, a qual graças a uma maior **divisão do trabalho social** permitiria um trânsito das pessoas pelas diferentes classes sociais.

A **classe social** é característica das sociedades capitalistas, nas quais as relações de produção vão dar origem a amplas camadas sociais diferentes, em que a exploração econômica, opressão política e dominação cultural resultam da desigualdade econômica, do privilégio político e da discriminação cultural, respectivamente.

Na concepção marxista de classe social, acredita-se que a modernidade é marcada por uma constante luta de classes. Esta nada mais é do que o confronto de classes antagônicas. Aqueles homens que detêm a posse dos meios de produção apropriam-se do trabalho daqueles homens que não possuem esses meios, sendo que os últimos vendem a força de trabalho para conseguir sobreviver.

Teorias da estratificação

A história do surgimento do conceito de estratificação social se confunde com a história do pensamento social. Com o objetivo de melhor compreender as questões relacionadas às desigualdades econômicas, sociais e políticas, iniciou-se uma busca de respostas acerca da estratificação, baseando-se nos conceitos de sociedade, classes e comportamento dos indivíduos.

Em uma análise cronológica, alguns autores atribuem a **Platão** o início dos estudos sobre estratificação social, pelo fato deste idealizar uma nova sociedade, que seria fundada nos princípios de justiça, estabilidade social e disciplina interna, e possivelmente governada por reis filósofos. Esta sociedade idealizada seria estratificada por classes, que seriam Guardiões, Auxiliares e Trabalhadores – cada uma teria funções distintas e definidas, mas a mobilidade entre classes era possível.

Aristóteles, preocupado com as consequências da desigualdade em todos os aspectos sociais, acreditava que o Estado era formado por três classes: muitos ricos, muitos pobres e posição média. Em sua obra, o autor defende que os pertencentes à posição média estão em melhor situação, pois conseguem seguir o **princípio da racionalidade**. Já **Santo Tomás de Aquino** e **Santo Agostinho** procuraram entender o porquê da sociedade humana ser caracterizada por gradações distintas e nítidas do poder, prestígio e propriedade.

Maquiavel também contribui na discussão ao procurar identificar quem seria mais adequado para governar e que governo provocaria ordem, felicidade, prosperidade e força. Para Maquiavel, a tensão entre elite e massa era necessária para a manutenção de uma sociedade organizada e assim idealizava uma nação aberta, onde a desigualdade seria legítima e desejável, desde que houvesse oportunidade igual para a desigualdade. Se contrapondo a este pensamento, **Thomas Hobbes** acreditava na existência de uma igualdade, e esta seria fundamental entre os homens, pois estes possuem interesses em poder e privilégios de forma igual, mas esta busca pode ser amparada pelo **contrato social**.

Karl Marx, atualmente, é o autor clássico mais relacionado aos estudos de estratificação social. Inicia seus estudos pontuando que a luta de classes possui aspecto central para a sociedade. Para este autor, as classes surgem a partir de diferentes posições ou papéis que os indivíduos desempenham no esquema de produção de uma sociedade, sendo que nas formas de produção e nas relações de produção o termo *versus* é crucial, definindo interesses. Na visão de Marx, as relações entre o operariado e a burguesia (capitalistas) encorajaram mudanças tecnológicas rápidas e crescimento econômico. À medida que a burguesia se tornava mais rica e em menor quantidade, a classe operária aumentava e empobrecia. Acreditava-se que os operários pudessem se unir e se conscientizassem que pertenciam à mesma classe explorada – **consciência de classe** –, fazendo com que fossem criados sindicatos e partidos políticos defensores de seus direitos, gerando, por fim, um sistema comunista, onde não haveria riqueza privada, cada um compartilharia da riqueza produzida. Existem diversos aspectos importantes a ser compreendidos na teoria de Marx. Primeiro, a classe de uma pessoa é determinada por sua fonte de renda ou pela sua “relação com os meios de produção”. A origem distingue as classes, e não a quantidade de renda. Segundo ponto importante é que ele reconhece a existência de duas ou mais classes em qualquer sociedade. Marx acreditava que os membros da burguesia estariam fadados a desaparecerem à medida que o capitalismo crescesse, porque eram economicamente ineficientes. Apenas duas classes caracterizam duas eras: no **feudalismo**, os senhores e servos; e no **capitalismo**, a burguesia e o proletariado.

Marx recebeu inúmeras críticas, dentre elas: a de que as sociedades industriais não se polarizam em apenas duas classes opostas; o investimento em tecnologia também favorece aos operários, tornando possível ganharem salários mais altos e reduzirem sua jornada diária; o comunismo não criou raízes onde a indústria estava mais desenvolvida; em vez de evoluir em direção a uma sociedade sem classes, essas sociedades possibilitaram o surgimento de novos privilégios.

Max Weber compreendeu o significado do crescimento da classe média, desenvolvendo uma perspectiva bastante diferente da de Marx. Percebeu as classes como **categorias econômicas**. Porém, ele não achava que um único critério determinasse a posição de classe. Afirmava que a posição de classe era determinada pela “situação de mercado” da pessoa (posse de bens, nível de educação, grau de habilidade técnica etc.). Definiu quatro classes principais: grandes e pequenos proprietários; empregados sem propriedade, mas bem pagos e educados; trabalhadores manuais não proprietários. Outros dois tipos de grupos têm relação em como a sociedade é estratificada, que são **grupos de status e partidos**. Grupos de *status* diferem entre si no prestígio ou na honra social de que gozam em seu estilo de vida. Partidos não são apenas grupos políticos, são organizações que procuram impor sua vontade nos outros. Para termos um retrato preciso do sistema de estratificação de uma sociedade, devemos analisar classes, grupos de *status* e partidos como fontes de desigualdade independentes. Afirmou que a importância dos grupos de *status* é maior nas sociedades pré-capitalistas, e que no capitalismo os importantes são as classes e os partidos.

Weber diz ainda que a desigualdade não está baseada apenas no dinheiro, mas também no **prestígio** e no **poder**. Os grupos de *status* diferem uns dos outros em termos de estilo de vida e do prestígio associados a eles. Os membros de grupos de *status* mostram sua posição por meio da cultura material e simbólica, buscando diferenciar-se de outras pessoas ao exibir seus “gostos” em termos de moda, alimentação, música etc.

De acordo com **Pierre Bourdieu**, durante seu processo educativo, as pessoas adquirem gostos culturais específicos relacionados à sua posição social. Esses gostos ajudam a distingui-las de pessoas de outras posições sociais. Porém, a educação não é o único fator que torna certos objetos culturais menos acessíveis que outros: condições financeiras também devem ser consideradas. Certos estilos de se vestir também vêm indicando hierarquia desde o Egito Antigo, passando pelos gregos e romanos na Europa Medieval, chegando até os nossos tempos.

A política é outra dimensão não econômica da estratificação que tem recebido pouca atenção. A vida política tem um impacto profundo na distribuição das recompensas e oportunidades em uma sociedade: a política pode reestruturar o sistema de classes ao mudar as leis de propriedade, ao assegurar diversos benefícios e redistribuir a renda por meio de impostos. Ao lado do crescimento econômico, cresce a desigualdade social.

As diferenças entre classes não são apenas regularizadas por meios econômicos (renda, riqueza, propriedades), mas também por uma **cultura simbólica**, expressa nas diferenças entre prestígio e gosto.

Outro autor de relevante importância foi **C. W. Mills**, onde, ao estudar a questão das elites, afirmou que o “poder é o conceito básico nas relações sociais, e que o poder eficiente, pelo menos na sociedade americana, deriva de posições econômicas privilegiadas” (TUMIN, 1970, p. 23), e assim, existe uma associação entre as elites econômica e militar, onde estas buscam a formação de uma elite do poder.

Com todo esse histórico de influências, as reflexões sobre estratificação social alcançaram um lugar central na sociologia contemporânea, sobretudo a norte-americana. Esta importância pode ser comprovada ao se observar o elevando número de estudos relacionados à estratificação realizados a partir de 1945 e pela importância que, ao estudar qualquer fenômeno social, os indicadores de poder e econômicos sempre são pontuados.

Dessa forma o termo mais utilizado é estratificação social ao invés de desigualdade social, sendo que a estratificação social é entendida como a disposição de um grupo ou sociedade em uma hierarquia de posições desiguais com relação a poder, propriedade, valorização social e satisfação psicológica; assim, o poder refere-se à capacidade da pessoa para conseguir seus objetivos de vida, mesmo diante de oposição. A propriedade pode ser definida como direitos de bens e serviços. A valorização refere-se a um julgamento societário de que uma posição ou um *status* são mais prestigiosos ou honrosos do que outros, ou mais populares, ou preferíveis por uma ou outra razão. A satisfação psicológica inclui todas as fontes de prazer e contentamento que não sejam classificáveis como propriedade, poder ou valorização. (TUMIN, 1970, p. 27).

Os termos “propriedade”, “poder”, “valorização” e “satisfação psicológica” não podem ser considerados como termos concretos uma vez que se referem a aspectos abstratos, como a renda que constitui o poder, possuir certo tipo de carro, casa e emprego ou a pessoa poder gozar de certo prestígio.

A pobreza



portobello123RF/EasyPix

Não há consenso na sociologia sobre o conceito de pobreza, e, por isso, há divergências metodológicas quanto à explicação de suas causas e definição de soluções para a sua diminuição.

Três concepções de pobreza foram elaboradas durante o século XX que enfatizam as ideias de subsistência, necessidades básicas e privação relativa.

O conceito de **subsistência** (ou de **pobreza absoluta**) remete à relação entre nível de renda e manutenção da sobrevivência física, que envolve, basicamente, alimentação, moradia e vestuário. Esse conceito é criticado por só considerar as necessidades físicas e desconsiderar as necessidades sociais. Vivem abaixo da linha de pobreza as pessoas que não têm renda para obter os bens mínimos necessários para a sobrevivência – para tanto, considera-se o preço das mercadorias básicas em dada sociedade.

O conceito de **necessidades básicas** amplia o de subsistência porque, além de incluir as necessidades mínimas de uma família (alimentação, moradia e vestuário), inclui também os serviços de utilidade pública fornecidos pela sociedade, tais como: água tratada, saneamento básico, transporte, saúde, educação e cultura. A dificuldade deste conceito é a de produzir critérios precisos para a definição dos itens que compõem as chamadas necessidades básicas.

O terceiro conceito, o de **privação relativa**, leva em consideração as mudanças sociais que alteram constantemente os padrões de vida e consumo dos indivíduos e os diferentes padrões de vida em diferentes sociedades, em uma mesma época. Nesse sentido, a pobreza atinge as vítimas da má distribuição de recursos e aqueles que não conseguem satisfazer as exigências e cumprir as normas sociais impostas. A privação relativa se manifesta quando os indivíduos não conseguem obter alimentos, conforto e serviços que lhes permitam desempenhar os papéis sociais que deles se esperam, sofrendo privações no trabalho, no lar, na comunidade, em viagens e em outras atividades sociais.

Apesar de ser impossível determinar quem são os pobres, pode-se considerar que determinadas categorias de pessoas têm maior probabilidade de viver na pobreza: os desempregados, os que trabalham em meio expediente, os que possuem empregos instáveis, os idosos, os doentes, os deficientes, as crianças, as mulheres, os membros de famílias grandes ou desestruturadas, as minorias étnicas.

Uma das explicações mais comuns para a pobreza é a que atribui aos pobres a responsabilidade pela sua condição: os pobres são vistos como incapazes e desmotivados, ou moral ou fisicamente fracos.

Um dos aspectos desta explicação é a que enfatiza os mecanismos estruturais de produção e reprodução da pobreza, especialmente, o mecanismo de socialização de crianças pobres que leva ao desenvolvimento de uma “cultura da pobreza”. A “cultura da pobreza” tem um componente hereditário, e sua principal característica é a resignação. Ao lado da “cultura da pobreza”, há a “cultura da dependência”, que é a dependência de auxílio governamental, desestimulando o ingresso de pessoas pobres no mercado de trabalho.

Outra explicação para a pobreza é a que considera fatores como classe, gênero, etnia, posição socioprofissional, grau de instrução etc. Para esta corrente de explicação, a pobreza é uma consequência de situações sociais que restringem a possibilidade de haver uma mobilidade social ascendente. Para resolver este problema, os defensores desta explicação propõem a implementação de políticas públicas que promovam uma distribuição social de renda e de recursos mais igualitária.

Não se deve entender, contudo, que a pobreza é mera consequência de fatores sociais gerais: a capacidade de ação e reação dos mais pobres e políticas sociais eficientes podem levar à diminuição das desigualdades sociais.



Exercícios de Fixação

01. (UEL/2006) Contardo Calligaris publicou um artigo em que aborda a prática social brasileira de denominar como doutores os indivíduos pertencentes a algumas profissões, dentre eles médicos, engenheiros e advogados, mesmo na ausência da titulação acadêmica. Segundo o autor, estes mesmos profissionais não se apresentam como doutores no encontro com seus pares, mas apenas diante de indivíduos de segmentos sociais considerados subalternos, o que indica uma tentativa de intimidação social, servindo para estabelecer uma distância social, lembrando a sociedade de castas. A questão levantada por Contardo Calligaris aborda aspectos relacionados à estratificação social, estudada, entre outros, pelo sociólogo alemão Max Weber.

De acordo com as ideias weberianas sobre o tema, é correto afirmar:

- A) As sociedades ocidentais modernas produzem uma estratificação social multidimensional, articulando critérios de renda, status e poder.
- B) Médicos, engenheiros e advogados são designados de doutores porque suas profissões beneficiam mais a sociedade que as demais.
- C) A titulação acadêmica objetiva a intimidação social e a demarcação de hierarquias que culminem em uma sociedade de castas.
- D) A intimidação social perante os subalternos expressa a materialização das castas nas sociedades modernas ocidentais.
- E) Nas sociedades modernas ocidentais, a diversidade das origens, das funções sociais e das condições econômicas são critérios anacrônicos de estratificação.

02. (UEL/2004) Em 1840, o francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), autor de *A democracia na América*, impressionado com o que viu em viagem aos Estados Unidos, escreveu que nos EUA, “a qualquer momento, um serviço pode se tornar um senhor”. Por sua vez, o escritor brasileiro Luis Fernando Verissimo, autor de *O analista de Bagé*, disse, em 1999, ao se referir à situação social no Brasil: “tem gente se agarrando a poste para não cair na escala social e sequestrando elevador para subir na vida”.

As citações anteriores se referem diretamente a qual fenômeno social?

- A) Ao da estratificação, que diz respeito a uma forma de organização que se estrutura por meio da divisão da sociedade em estratos ou camadas sociais distintas, conforme algum tipo de critério estabelecido.
- B) Ao de status social, que diz respeito a um conjunto de direitos e deveres que marcam e diferenciam a posição de uma pessoa em suas relações com as outras.
- C) Ao dos papéis sociais, que se refere ao conjunto de comportamentos que os grupos e a sociedade em geral esperam que os indivíduos cumpram de acordo com o status que possuem.
- D) Ao da mobilidade social, que se refere ao movimento, à mudança de lugar de indivíduos ou grupos em determinado sistema de estratificação.
- E) Ao da massificação, que remete à homogeneização das condutas, das reações, desejos e necessidades dos indivíduos, sujeitando-os às ideias e objetos veiculados pelos sistemas midiáticos.

03. (UEL/2010) Leia o texto a seguir:

Celulares e carros são, hoje em dia, objetos de grande desejo de consumo. Ter um carro pode representar muita coisa, sucesso com as garotas, inveja dos vizinhos, *glamour*, requinte. O fato é que poucos podem comprar um carro, estando este objeto longe da realidade da maioria. Celular, por sua vez, é uma mercadoria mais barata que começou com um apelo funcional: a mãe conseguir falar com os filhos, ligar para alguém de qualquer lugar, uma ligação de emergência. Rapidamente ganhou funções “inúteis”, marcas, modelos e preços diferentes, transformando-se num objeto de forte apelo, capaz de mostrar aos demais “quem você é”, diferenciar ricos de pobres, pessoas de “bom gosto” e pessoas “fora de moda”.

Adaptado de <<http://panoptico.wordpress.com/2007/04/20/celular/>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

Os fenômenos sociais contidos no texto referem-se exclusivamente a:

- I. Mobilidade social ascendente, que expressa a melhora da posição do indivíduo no sistema de estratificação social, decorrente da posse de mercadorias tecnológicas;
- II. Grupos de status referentes à hierarquização de pessoas e grupos com base em “estilos de vida” especiais identificados pela posse de certos atributos e bens peculiares que conferem prestígio, honra e distinção social a seus membros;
- III. Reificação, que se refere à iniciativa do homem em atribuir a coisas e objetos inertes características de seres “animados” ou “humanizados”, portadores de propriedades “mágicas”;
- IV. Classes sociais, entendidas como aqueles agrupamentos de pessoas estratificadas de acordo com suas posições nas relações de produção (propriedade, controle e apropriação dos meios de produção).

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- B) Somente as afirmativas II e III são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E) Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.

04. (Enem/2018) Em algumas línguas de Moçambique não existe a palavra “pobre”. O indivíduo é pobre quando não tem parentes. A pobreza é a solidão, a ruptura das relações familiares que, na sociedade rural, servem de apoio à sobrevivência. Os consultores internacionais, especialistas em elaborar relatórios sobre miséria, talvez não tenham em conta o impacto dramático da destruição dos laços familiares e das relações de entreajuda. Nações inteiras estão tornando-se “órfãs”, e a mendicância parece ser a única via de um agonizante sobrevivência.

COUTO, M. *E se Obama fosse africano? & outras intervenções*. Portugal: Caminho, 2008. Adaptado.

Em uma leitura que extrapola a esfera econômica, o autor associa o acirramento da pobreza à

- A) afirmação das origens ancestrais.
 B) fragilização das redes de sociabilidade.
 C) padronização das políticas educacionais.
 D) fragmentação das propriedades agrícolas.
 E) globalização das tecnologias de comunicação.
05. (UEL/2005) Relatório divulgado pelo Banco Mundial, em 2004, constata que o Brasil teria de elevar “em 10 ou 15 vezes” o montante de dinheiro destinado a programas como Bolsa-Escola, a fim de equilibrar as disparidades de renda e integrar os mais pobres ao mercado. Na atual situação, de acordo com o Banco Mundial, o Brasil tem contribuído de maneira significativa para a estagnação da diminuição do número de miseráveis na América Latina. Agrava a situação o fato de que a miséria deve persistir por muito mais tempo em relação ao resto do mundo, mesmo se houver um ciclo de crescimento econômico com taxas elevadas. Essa dificuldade é acentuada pelo alto endividamento do país, que vem agindo como empecilho para a melhor redistribuição de renda. Enfim, o Banco Mundial ressalta que tanto a América Latina quanto o Brasil têm-se revelado na contramão em relação ao resto do mundo, que, nos últimos 20 anos, diminuiu pela metade o número de miseráveis.

Adaptado de: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 abr. 2004. p. A-7

De acordo com o texto, é correto afirmar que, para o Banco Mundial

- A) o Brasil tem contribuído para a estagnação da pobreza mundial, em razão das altas taxas de crescimento econômico dos últimos anos.
 B) a pobreza poderia ser erradicada se o Brasil e os governos da América Latina decidissem não saldar a dívida externa.
 C) taxas elevadas de crescimento econômico representam pré-condições à redução pela metade dos atuais níveis de pobreza na América Latina.
 D) a redução da pobreza deriva da retração do investimento público, o que liberaria mais dinheiro para o investimento produtivo.
 E) o caminho mais adequado para a redução da pobreza é o incremento dos gastos com programas sociais de caráter assistencial.



Exercícios Propostos

01. (UEL/2015) Sobre violência e criminalidade no Brasil, assinale a alternativa correta.
- A) As políticas repressivas contra o crime organizado são suficientes para erradicar a violência e a insegurança nas cidades.
 B) As altas taxas de violência e de homicídios contra jovens em situação de pobreza têm sido revertidas com a eficácia do sistema prisional.

- C) As desigualdades e assimetrias nas relações sociais, a discriminação e o racismo são fatores que acentuam a violência no Brasil.
 D) A violência urbana contemporânea é resultado dos choques entre diferentes civilizações que se manifestam nas metrópoles brasileiras.
 E) O rigor punitivo das agências oficiais no combate à criminalidade impede o surgimento de justiceiros e milícias.

02. (UEL/2007) De acordo com Octavio Ianni: “Para melhor compreender o processo de estratificação social, enquanto processo estrutural, convém partirmos do princípio. Isto é, precisamos compreender que a maneira pela qual se estratifica uma sociedade depende da maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente”.

IANNI, O. “Estrutura e História”. In: IANNI, Octavio (org). *Teorias da Estratificação Social: leitura de sociologia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978, p. 11.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre estratificação social, considere as afirmativas a seguir.

- I. Os estamentos são formas de estratificação baseadas em categorias socioculturais, como tradição, linhagem, vassalagem, honra e cavalheirismo;
 II. As classes sociais são formas de estratificação baseadas em renda, religião, raça e hereditariedade;
 III. As mudanças sociais estruturais ocorrem quando há mudanças significativas na organização da produção e na divisão social do trabalho;
 IV. As castas são formas de estratificação social baseadas na propriedade dos meios de produção e da força de trabalho.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- A) I e II
 B) I e III
 C) II e IV
 D) I, II e IV
 E) II, III e IV
03. (UFU/2004) Sobre a teoria weberiana acerca das várias formas de estratificação social, é correto afirmar que
- A) as classes sociais se organizam segundo seus princípios de consumo de bens nas diversas formas específicas de vida.
 B) as diferenças que correspondem às classes ou aos estamentos geram, na esfera do poder social e dentro das respectivas ordens sociais, os partidos.
 C) os estamentos são grupos de *status* fechados, cujos privilégios estão desigualmente definidos por leis, convenções e rituais.
 D) as castas se organizam segundo as relações de produção e aquisição de bens.

04. (UEL/2019) Leia o texto a seguir.

A distância entre ricos e pobres tem aumentado na maioria dos países. Estudos do FMI e da OCDE afirmam que isso prejudica o crescimento econômico, mas nem todos os economistas concordam. Economistas não têm a reputação de terem compaixão: seus olhos estão voltados para números, e não para destinos humanos. Assim, a maioria não vê problemas na desigualdade de renda ou de propriedade.

BECKER, A. *A desigualdade é boa ou ruim para a economia?* Disponível em: <noticias.uol.com.br>.

As recentes discussões sobre distâncias sociais entre classes, ou estratos de classe, envolvem também definições e explicações sobre a pobreza e a desigualdade. Com base nos conhecimentos sobre o tema pobreza e desigualdade, assinale a alternativa correta.

- A) Celso Furtado identifica que as origens da desigualdade brasileira decorrem de nossa tradição autocrática, que impediu a formação de uma burguesia autônoma.
- B) Malthus atribui a causa da pobreza à baixa taxa de natalidade, o que reduziria a massa salarial das famílias de baixa renda.
- C) Amartya Sen considera que a eliminação da pobreza depende diretamente do crescimento econômico, pois este assegura benefício a todos os grupos sociais.
- D) Hayek propõe a redução do Estado como meio de gerar maior eficiência econômica, contrapondo-se assim às políticas do Welfare State.
- E) Keynes aponta que a redução dos gastos públicos é uma variável essencial para o estabelecimento do crescimento econômico e do bem-estar social.

05. (UEG/2010) A estratificação social identifica um tipo de estrutura social que dispõe o indivíduo com suas posições e seus papéis sociais em diferentes camadas ou estratos da sociedade, e a mudança de posição de uma pessoa de uma camada para outra é denominada mobilidade social. Esses estratos correspondem a graus diferentes de poder, riqueza e prestígio. Com base nessas informações, é correto afirmar:

- A) O fenômeno da mobilidade social varia de sociedade para sociedade. Em algumas sociedades, ela ocorre de maneira mais fácil; em outras, quase inexistente.
- B) Na sociedade indiana, caracterizada por castas, os indivíduos nascem numa camada social mais baixa e podem alcançar, com o decorrer do tempo, uma posição social mais elevada.
- C) Na sociedade capitalista, é comum o indivíduo mudar de posição social devido à igualdade de oportunidades garantida na Constituição, segundo a qual todos são iguais perante a lei.
- D) Nas sociedades estratificadas em estamentos, a posição social é atribuída por ocasião do nascimento, independentemente da vontade do indivíduo, e sem perspectiva de mudança; ele carrega consigo, pelo resto da vida, a posição social herdada.

06. (Unicentro/2010) Para Karl Marx o conceito de classes sociais se desenvolve com a formação da sociedade capitalista. Dessa forma, é correto afirmar que

- A) as classes sociais formadas no capitalismo estabelecem intransponíveis desigualdades entre os homens, relações de exploração e antagonismo.
- B) para Marx, a história humana é a história passiva da luta de classes e da aceitação do antagonismo entre burgueses e proletários.
- C) as classes sociais são independentes entre si de tal forma que a diferenças entre elas não são sentidas pelos indivíduos de uma sociedade.
- D) o capitalista divide com a classe de trabalhadores a mais-valia produzida por seu trabalho sem que haja a exploração de mão de obra.
- E) as classes sociais não são opostas entre si, mas, sim, complementares e interdependentes.

07. (UEM/2012-Adaptada) Sobre as teorias clássicas da estratificação social, assinale o que for correto.

- I. Segundo a sociologia marxista, a diferenciação entre os indivíduos na sociedade capitalista se dá pela posição que eles ocupam na estrutura produtiva;
- II. Apesar de reconhecer a existência da pequena burguesia, Marx defendia que, com o desenvolvimento do capitalismo, haveria a redução da sociedade a apenas duas classes fundamentais: burguesia e proletariado;
- III. A sociologia weberiana desenvolve uma teoria da estratificação social que inclui, além das posses materiais, o nível de educação e o conjunto das habilidades técnicas individuais na definição das classes;
- IV. Para Max Weber, os grupos de *status* são unidades de estratificação tão importantes quanto a classe social;
- V. Os grupos de *status* distinguem e agrupam os indivíduos em termos do prestígio, honra social ou estilo de vida que possuem.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- A) I, III e V
- B) II e IV
- C) II, III e IV
- D) I, II e III
- E) I, II, III, IV e V

08. (Funadepi/2010) A expressão “estratificação” deriva de “estrato”, que quer dizer camada. Por estratificação social entendemos, exceto:

- A) a distribuição de indivíduos em grupos e grupos em camadas hierarquicamente superpostas dentro de uma sociedade.
- B) o processo de aquisição é assimilação dos valores, das normas, regras, leis, costumes e as tradições do grupo humano do qual fazemos parte.
- C) que essa distribuição dos indivíduos se dá pela posição social, a partir das atividades que eles exercem e dos papéis que desempenham na estrutura social.
- D) que em determinadas sociedades podemos dizer que as pessoas estão distribuídas pelas camadas alta (classe **A**), média (classe **B**) ou inferior (classe **C**), que correspondem a graus diferentes de poder, riqueza e prestígio.
- E) por exemplo, que na sociedade capitalista contemporânea, as posições sociais são determinadas basicamente pela situação dos indivíduos no desempenho de suas atividades produtivas.

09. (Enem/2018 – PPL)

Queremos saber o que vão fazer
Com as novas invenções
Queremos notícia mais séria
Sobre a descoberta da antimatéria
E suas implicações
Na emancipação do homem
Das grandes populações
Homens pobres das cidades
Das estepes, dos sertões

GIL, Gilberto. O viramundo. *Queremos saber*. São Paulo: Universal Music, 1976.

A letra da canção relaciona dois aspectos da contemporaneidade com reflexos na sociedade brasileira:

- A) a elevação da escolaridade e o aumento do desemprego.
- B) o investimento em pesquisa e a ascensão do autoritarismo.
- C) o crescimento demográfico e a redução da produção de alimentos.
- D) o avanço da tecnologia e a permanência das desigualdades sociais.
- E) a acumulação de conhecimento e o isolamento das comunidades tradicionais.

10. (Enem/2017 – Libras) Você sabe lá fora você pode abrir seu *laptop* na praça, pode deixar a porta aberta, a bicicleta sem cadeado. Mas lá fora, não esqueça, é você quem limpa a sua privada. Você já relacionou as duas coisas? Nos países em que lava a própria privada, ninguém mata por uma bicicleta. Nos países em que uma parte da população vive para lavar a privada de outra parte da população, a parte que tem sua privada lavada por outrem não pode abrir o *laptop* no metrô.

DUCLOS, D. apud DOUVIVER, G. A Privada e a bicicleta. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 6 jul. 2015. Adaptado.

O texto, apresentado como uma carta às elites brasileiras, sucedeu a notícia sobre um assassinato por causa de uma bicicleta. Nele contrapõem-se dois padrões de sociabilidade, diferenciados pelo(a)

- A) desenvolvimento tecnológico.
- B) índice de impunidade.
- C) laicização do Estado.
- D) desigualdade social.
- E) valor dos impostos.



Fique de Olho

COMO PENSA A ELITE BRASILEIRA

A elite brasileira é engraçada. Gosta de ser elite, de mostrar que é elite, de viver como elite, mas detesta ser chamada de elite, principalmente quando associada a alguma mazela social. Afinal, mazela social, para a elite, é coisa de pobre.

A elite gosta de criticar e xingar tudo e todos. Chama isso de liberdade de expressão. Mas não gosta de ser criticada. Aí vira perseguição.

Quando a elite escolhamba o país, é porque ela é moderna e quer o melhor para todos nós. Quando alguém escolhamba a elite, é porque quer nos transformar em uma Cuba, ou numa Venezuela, dois países que a elite conhece muito bem, embora não saiba exatamente onde ficam.

Ideia de elite é chamada de opinião. Ideia contra a elite é chamada de ideologia.

A elite usa roupas, carros e relógios caros. Tem jatinho e helicóptero. Tem aeroporto particular, às vezes, pago com dinheiro público – para economizar um pouquinho, pois a vida não anda fácil para ninguém.

A elite gosta de mostrar que tem classe e que os outros são sem classe.

Mas, quando alguém reclama da elite por ser esnobe, preconceituosa e excludente, é acusado de incitar a luta de classes.

Elite mora em bairro chique, limpinho e cheiroso, mas gosta de acusar os outros de quererem dividir o país entre ricos e pobres.

O negócio da elite não é dividir, é multiplicar.

A elite é magnânima. Até dá aulas de como ter classe. Diz que, para ser da elite, tem que pensar como elite.

Tem gente que acredita. Não sabe que o principal atributo da elite é o dinheiro. O resto é detalhe.

A elite reclama dos impostos, mesmo dos que ela não paga. Seu jatinho, seu helicóptero, seu iate e seu *jet ski* não pagam IPVA, mesmo sendo veículos automotores.

Mas a elite, em homenagem aos mais pobres e à classe média, que pagam muito mais imposto do que ela, mantém um grande painel luminoso, o impostômetro, em várias cidades do país.

A elite diz que é contra a corrupção, mas é ela quem financia a campanha do corrupto.

Quando dá problema, finge que não tem nada a ver com a coisa e reclama que “ninguém” vai para a cadeia. “Ninguém” é o apelido que a elite usa para designar o pessoal que lota as cadeias.

A elite não gosta do Bolsa Família, pois não é feita pela Louis Vuitton.

A elite diz que conceder benefícios aos mais pobres não é direito, é esmola, uma coisa que deixa as pessoas preguiçosas, vagabundas.

Como num passe de mágica, quando a elite recebe recursos governamentais ou isenções fiscais, a esmola se transforma em incentivo produtivo para o Brasil crescer.

A elite gosta de levar vantagem em tudo. Chama isso de visão. Quando não é da elite, levar vantagem é Lei de Gérson ou jeitinho.

Pagar salário de servidor público e os custos da escola e do hospital é gasto público. Pagar muito mais em juros altos ao sistema financeiro é “responsabilidade fiscal”.

Quando um governo mexe no cálculo do dinheiro que é reservado a pagar juros, é acusado de ser leniente com as contas públicas e de fazer “contabilidade criativa”.

Quando o governo da elite, décadas atrás decidiu fazer contabilidade criativa, gastando menos com educação e saúde do que a Constituição determinava, deram a isso o pomposo nome de “Desvinculação das Receitas da União” – inventaram até uma sigla (DRU), para ficar mais nebuloso e mais chique.

A elite bebe água mineral Perrier. Os sem classe se viram bebendo água do volume morto do Cantareira.

A elite gosta de passear e do direito de ir e vir, mas acha que rolezinho no seu *shopping* particular é problema grave de segurança pública.

A elite comprou o livro de um francês, um tal Piketty, intitulado “O Capital no Século 21”. Não gostou. Achou que era só sobre dinheiro, até descobrir que o principal assunto era a desigualdade.

A pior parte do livro é aquela que mostra que as 85 pessoas mais ricas do mundo controlam uma riqueza equivalente à da metade da população mundial. Ou seja, 85 bacanas têm o dinheiro que 3,5 bilhões de pessoas precisariam desembolsar para conseguir juntar.

A elite não gostou da brincadeira de que essas 85 pessoas mais ricas do mundo caberiam em um daqueles ônibus londrinos de dois andares.

Discordou peremptoriamente e por uma razão muito simples: elite não anda de ônibus, nem se for no andar de cima.

22/07/2014 – Antonio Lassance é cientista político e pesquisador do IPEA
Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Politica/Como-pensa-a-elite-brasileira/4/31431>>



Seção Videoaula



Estratificação e desigualdades sociais.

DIREITO, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS



O Estado Contemporâneo

C-2	H-8, 9
C-5	H-23, 24

O conceito de Estado

A origem da palavra **Estado** remonta aos gregos, cujos Estados não ultrapassavam os limites da cidade, usavam o termo *polis*, cidade, e daí veio política, significando a arte ou ciência de governar a cidade. Os romanos, para o mesmo sentido, tinham *civitas* e *res publica*. No século XVI em diante, o termo Estado foi aos poucos tendo entrada na terminologia política dos povos do ocidente, daí surgiram o *État* francês, *Staat* alemão, *State* inglês, *Stato* italiano e em português e espanhol "Estado".

Aristóteles (IV a.C.), em sua famosa obra denominada *Política*, já escrevia sobre o Estado, começando pela organização política de Atenas e Esparta, e sobre os órgãos de governo dessas cidades, chegando a uma classificação de todas as formas de governos então existentes, podendo ser considerado o fundador da ciência do Estado.

Já **Platão** (IV a.C.) escreveu a obra denominada *A República*. No entanto, enquanto Aristóteles estudou o Estado real, tal como existia na época, procurando descobrir os princípios que o regiam, Platão descreveu o **Estado ideal**, tal como devia ser, de acordo com sua própria concepção do homem e do mundo, vindo **Cícero** (II a.C.) fazer uma análise jurídica e moral do Estado romano, do que ele era e do que deveria ser.

No século XVI, **Maquiavel** (1469-1527) escreveu *O Príncipe*, lançando os fundamentos da política, como a arte de atingir, exercer e conservar o poder. O autor é apontado como o protagonista do **Estado moderno**. Se dedicou a estudar sobre como se formam os Estados modernos. Ele não prescreve o Estado à semelhança de Aristóteles, que falava da obtenção da felicidade, da virtude, nem como na Idade Média, em que se buscava o reino de Deus, nem tampouco como Platão na sua utopia de um Estado ideal. Maquiavel procura, assim, estudar as coisas como elas são e não como deveriam ser. Confiou mais em suas observações práticas, aquilo que esteve vivenciando ou foi vivenciado por outros.

Thomas Hobbes (1588-1679) afirma que os homens, em seu estado natural (isto é, sem controle do Estado), vivem de forma egoísta, em que disputam uns contra os outros pelo desejo de poder, da riqueza, de propriedades. Daí a frase: *homo homini lupus*, "cada homem é o lobo para o seu próximo". Como desta forma eles acabam por destruir uns aos outros, se faz necessário um contrato para constituir um Estado em que ponha limites aos lobos, que impeça o desencadear-se dos egoísmos e a destruição mútua.

John Locke (1632-1704) observa que, no estado de natureza, o homem está plenamente livre, mas sente necessidade de colocar limites à sua própria liberdade, a fim de garantir a sua propriedade. Acredita que a ausência de um Estado não garante a propriedade. Insistia em dizer que o Estado é soberano, mas sua autoridade vem somente do contrato que o faz nascer. O seu conceito de Estado é contrário ao de Hobbes. Para Hobbes, o contrato gera um Estado absoluto; para Locke, este pode ser desfeito a qualquer momento.

Immanuel Kant (1724-1804), partindo dos ideais iluministas que culminaram na Revolução Francesa e das teorias de Jean-Jacques Rousseau, afirma que a soberania pertence ao povo, valorizando um princípio democrático. Acrescenta que há cidadãos independentes e cidadãos não independentes (proprietários e não

proprietários). Somente os proprietários têm direito a escolher e participar do Estado. Após ter afirmado que a soberania pertence ao povo, ele, em seguida se contradiz ao restringi-la somente aos proprietários.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) parte do princípio de que "os homens nascem livres e iguais, mas em todo lugar estão acorrentados". A condição natural de felicidade, virtude e liberdade é destruída ou apagada pela civilização. Para Rousseau o indivíduo é preexistente e, também funda a sociedade através de um acordo, de um contrato.

Se, para Locke, o contrato produz a sociedade e o governo, daí o Estado, para Rousseau, o contrato só constitui a sociedade. Ele acha também que a sociedade e o Estado devem ser uma única coisa; não devem estar separados. Por isso, diz que o único órgão soberano é a assembleia que representa o povo, podendo esta delegar poderes a algumas pessoas e delas retirar quando as circunstâncias assim o exigirem.

Benjamim Constant de Rebecque (1767-1830) leva ao máximo a separação entre o Estado e a sociedade civil. Ele observa que a liberdade do homem moderno é grande na esfera do privado; ao passo que, na esfera do público, sua liberdade é limitada, porque tem poucas chances de influenciar a condução do governo.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) estabelece a distinção entre Estado e sociedade civil formulada pelos pensadores do século XVIII, mas põe o Estado como fundamento da sociedade civil e da família, e não vice-versa. Para Hegel, não há sociedade se não existir o Estado, pois é este que fundamenta tanto a sociedade civil quanto a família.

A concepção de Estado defendida por **Karl Heinrich Marx** (1818-1883) surge a partir da **propriedade privada** e da **divisão social do trabalho**. Em sua teoria, ele faz uma crítica a concepção burguesa do Estado, principalmente aquela proveniente da Revolução Francesa, que se alicerçava na igualdade e liberdade. Segundo ele, a liberdade e igualdade da Revolução Francesa não eram conceitos universais; era liberdade e igualdade só para uma parcela da sociedade, o setor economicamente dominante, a **burguesia**. Marx, contrariando a tese de Hegel, diz que não é o Estado que funda a sociedade civil; pelo contrário, é a sociedade civil, entendida como um conjunto das relações econômicas, que explica o surgimento do Estado, seu caráter e a natureza de suas leis. É importante destacar a contribuição teórica de Karl Marx ao denunciar este novo modelo político, que emergia como um sistema político que privilegiaria os interesses da burguesia em detrimento da classe trabalhadora, contribuindo, assim, para a construção teórica de Estados comunistas, contrapondo-se ao modelo teórico liberal de John Locke e Adam Smith, dentro outros, ao defenderem valores liberais que estruturariam a nova ordem política e econômica mundial, como o individualismo, a família e a propriedade privada.

Para **Émile Durkheim** (1858-1917), a concepção de Estado estaria preocupada com a **coesão social**. O Estado deveria estar acima das organizações comunitárias. O Estado cumpriria uma função moral sem fins conceituais ou religiosos, a exemplo disso, teríamos a **educação pública**; e a intermediação entre governantes e os governados deveria ser feita por canais como jornais de imprensa livre.

Max Weber (1864-1920) teve como objeto de pesquisa ou inspiração teórica a análise da estrutura política alemã. A definição weberiana de Estado é talvez uma das mais famosas na sociologia. No artigo "Política como Vocação", o autor afirma que o Estado é "uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima (isto é, considerada legítima)". Assim, na conceituação de Weber, o Estado é um aparato administrativo e político que detém o monopólio da violência legítima dentro de um determinado território, a partir da crença dos indivíduos em sua legitimidade.

Para o autor, essa autorização social do uso da força ocorre porque os dominados aceitam obedecer a seus dominantes. Essa aceitação, por sua vez, tem três possíveis justificativas. Pode ocorrer devido a uma “autoridade do passado eterno, ou seja, dos costumes consagrados por meio de validade imemorial”, chamada de **dominação tradicional**. Outra possibilidade é que ocorra devido ao **carisma** de um líder (dominação carismática). E, como conhecemos nos Estados modernos, ocorre através da legalidade, ou seja, é “fundada na crença da validade legal e da competência funcional baseada em normas racionalmente definidas” (**dominação legal**).

Em síntese, o Estado moderno representa a conjugação de resultados de um processo de desenvolvimento político ao longo dos últimos séculos. Podemos citar três grandes transformações referentes à concepção de Estado, são elas:

- o **Estado feudal** ou **estamental**, predominante nos séculos XV e XVI;
- o **Estado Absolutista**, cuja concentração de poderes em torno de um monarca seria sua característica principal predominando nos séculos XVII e XVIII;
- a **constituição dos Estados liberais**, cuja representação política ganha força, o voto passa a ser considerado essencial para a manutenção deste novo modelo de organização, fixação dos direitos dos homens e dos cidadãos (Revolução Francesa) e a divisão de poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) marcaria o surgimento das Repúblicas democráticas atuais.

Com as **Constituições** escritas, codificação de suas normas fundamentais, o estudo da organização de cada Estado demonstra a ocorrência de elementos comuns e permanentes, bem como as instituições que neles existem, sendo possível conceituá-los e classificá-los, destacando-se progressivamente o Direito Constitucional e a Ciência Política.

O Estado é, portanto, uma sociedade natural, no sentido de que decorre naturalmente do fato de os homens viverem necessariamente em sociedade e aspirarem realizar o bem geral que lhes é próprio, isto é, o **bem comum**, também chamado de **bem público**. Por isso e para isso a sociedade se organiza em Estado. Assim, com intensidade diversa, conforme o desenvolvimento social e a mentalidade de cada grupo, o instinto social leva ao Estado.

O homem é envolvido na teia do Estado antes de seu nascimento, com a proteção dos direitos do nascituro, e até depois de sua morte o Estado disciplina o cumprimento de suas últimas vontades.

O Estado moderno é uma sociedade à base territorial, dividida em governantes e governados, e que pretende, dentro do território que lhe é reconhecido, a supremacia sobre todas as demais instituições. Põe sob seu domínio todas as formas de atividade cujo controle ele julgue conveniente.

O Estado pode coercitivamente impor sua vontade a todos que habitam seu território, pois, seus objetivos são os de ordem e defesa social para realizar o bem público. Por isso e para isso o Estado tem autoridade e dispõe de poder, cuja manifestação concreta é a força por meio da qual se faz obedecer. Assim, Estado é a organização político-jurídica de uma sociedade para realizar o bem público/comum, com governo próprio e território determinado.

Formação do Estado

Existem duas teorias aceitas sobre a formação originária do Estado:

- a **formação natural**, que afirma que o Estado se formou naturalmente e não por ato voluntário;
- a **formação contratual**, afirmando que um acordo de vontades de alguns homens ou de todos que levou à criação do Estado.

Quanto às **causas** determinantes do aparecimento do Estado existem as seguintes teorias:

- a) **Origem familiar** ou **patriarcal**: cada família primitiva se ampliou e deu origem a um Estado;

- b) **Origem em atos de força**, de **violência** ou **conquista**: a superioridade de força de um grupo social permitiu-lhe submeter um grupo mais fraco, nascendo o Estado dessa conjunção de dominantes e dominados;
- c) **Origem em causas econômicas ou patrimoniais**: o acúmulo de riquezas individuais deteriorou a convivência harmônica, surgindo assim a necessidade do reconhecimento de novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras, num acúmulo acelerado de riquezas que dividia a sociedade em classes, sendo a classe possuidora exploradora da não possuidora, dominando-a, nascendo a instituição Estado;
- d) **Origem no desenvolvimento interno da sociedade**: é o próprio desenvolvimento espontâneo da sociedade que deu origem ao Estado.

Evolução histórica do Estado

- O **Estado oriental, antigo** ou **teocrático** (Antigas civilizações no Oriente ou do Mediterrâneo) – A família, a religião, o Estado, a organização econômica formavam um conjunto confuso, não se distinguindo o pensamento político da religião, da moral, da filosofia ou outras doutrinas econômicas, sendo marcas características a natureza unitária e a religiosidade. O Estado aparece como uma unidade geral,



Leftere Papaulakis/123RF/Gettyimages

sem divisão interior, territorial ou de funções. A religiosidade denomina este Estado de **Teocrático**, no qual a autoridade dos governantes e as normas de comportamento individuais e coletivos são a expressão da vontade de um poder divino. Em alguns casos o governante é considerado representante do poder divino e, noutros, o poder do governante é limitado pela vontade divina.

- O **Estado grego** – Sua característica fundamental é a cidade-Estado, a *polis*, cujo ideal era a autossuficiência, a autarquia. Há uma elite que compõe a classe política, com intensa participação nas decisões de caráter público do Estado, sendo restrita a autonomia individual nas relações de caráter privado. Quando citado como governo democrático significava que uma parte restrita da população – os **cidadãos** – é que participavam das decisões políticas, pois, além destes, habitavam a cidade os metecos (estrangeiros) e os escravos, que não participavam do poder político, assim como a população mais pobre e as mulheres.
- O **Estado romano** – Nele a família ocupa a base da organização, dando-se aos descendentes dos fundadores do Estado privilégios especiais. O povo, que compreendia uma pequena parte da população, participava diretamente do governo que era exercido pelo **Magistrado**. Com o tempo, novas camadas sociais surgiram, adquirindo e ampliando direitos. Com a ideia do surgimento do Império, Roma pretendeu a integração dos povos conquistados, mantendo um sólido núcleo de poder político para assegurar a unidade e ascendência da Cidade de Roma. Com a liberdade religiosa assegurada por **Constantino** (Edito de Milão) a noção de superioridade dos romanos desapareceu em face do cristianismo.

- O **Estado medieval** – Caracterização pela presença do Cristianismo, pelas invasões dos bárbaros e o feudalismo. O Cristianismo é a base da aspiração à universalidade, superando a ideia de que os homens valiam diferentemente, de acordo com a origem de cada um, sendo todos iguais, inclusive os



Domínio Público

ainda não convertidos. O alvo era que todos fossem cristãos e adotassem mesma norma de comportamento público e particular. Com o feudalismo, valorizou-se a posse da terra, onde ricos e pobres tiravam a subsistência, desenvolvendo um sistema administrativo e uma organização militar ligados à situação patrimonial. Pela vassalagem, os proprietários menos poderosos colocavam-se a serviço do senhor feudal, obrigando-se a dar-lhe apoio nas guerras e contribuir financeiramente em troca de proteção. Também existia o benefício, contrato entre o senhor feudal e o chefe de família que não possuísse patrimônio, sendo que este recebia uma faixa de terra para cultivar e sustentar sua família, repassando parte da produção ao senhor feudal, que tinha pleno domínio sobre as regras de comportamento social e privado de toda esta família. Assim, no Estado Medieval existiu um poder superior exercido pelo Imperador, uma infinita pluralidade de poderes menores, sem hierarquia definida, várias ordens jurídicas (norma Imperial, eclesiástica, monarquias inferiores, direito comunal desenvolvido, ordenações dos feudos e as regras estabelecidas no fim da Idade Média pelas corporações de ofício), instabilidade social, política e econômica, gerando uma intensa necessidade de ordem e autoridade, germe do Estado Moderno.

- O **Estado moderno** – Este Estado possui como características a **soberania**, a **territorialidade** e o **povo**, tendo se originado da necessidade de unidade, da busca de um único governo soberano dentro do território delimitado; desta forma o Estado democrático moderno, com sua noção de governo do povo, nasceu das lutas contra o absolutismo, sobretudo através da afirmação dos direitos naturais da pessoa humana. Daí a grande influência dos jusnaturalistas, como Locke e Rousseau. Três grandes movimentos político-sociais conduziram ao Estado democrático:
 - a) **Revolução Inglesa** ou **Revolução Gloriosa** – que representou a transição da Monarquia absoluta para a Monarquia parlamentar, na qual o rei se submete às decisões do parlamento. Chamou-se “Gloriosa” por ter ocorrido pacificamente, sem derramamento de sangue. Obteve sua expressão mais significativa no *Bill of Rights* (declaração de direitos) de 1689, no qual proibia-se que um monarca católico voltasse a governar o país, além de eliminar a censura política, reafirmando o direito exclusivo do parlamento em estabelecer impostos e o direito de livre apresentação de petições. A declaração ainda garantiu ao parlamento a organização e manutenção do exército, tirando qualquer possível margem de manobra política e institucional possível do monarca. Houve a intenção de estabelecer limites ao poder absoluto do monarca e a influência do protestantismo, ambos contribuindo para a afirmação dos direitos naturais dos indivíduos, nascidos livres e iguais, justificando o poder da maioria, que deveria exercer o poder legislativo assegurando a liberdade dos cidadãos.
 - b) **Revolução Americana** – cujos princípios foram expressos na Declaração de Independência das treze colônias americanas em 1776.
 - c) **Revolução Francesa** – em 1789, que pôs fim à monarquia na França, substituindo-a por governos provisórios e, posteriormente, por uma República, que terminou com a ascensão de Napoleão ao poder, em 1799. Entre suas consequências, pode ser citado o fim dos governos absolutos em diversos países da Europa e do mundo. Teve a virtude de dar universalidade aos seus princípios, os quais foram expressos na **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, sendo evidente a influência de Rousseau.

Curiosidade:

Os povos do Oriente não tiveram uma concepção definida de Estado, pois, seus filósofos não se preocuparam com o aspecto da vida social. Na Índia, a ideia da desigualdade dos homens os dividiu em castas (grupo social endógamo – casam-se entre si – e hereditário que ocupa um lugar rigidamente determinado na sociedade). A casta privilegiada, a quem pertence tudo, é a encarnação da justiça e é designada por Deus para representá-lo. Escondem-se atrás de um rei, designado por Deus, sendo ele mesmo o Deus, e, por este motivo uma possível revolução não seria contra o Estado Teocrático e sim contra a própria divindade.

Elementos constitutivos do Estado

Três são os elementos do Estado: o **povo** ou população, o **território** e o **governo**. Alguns autores citam, como o quarto elemento constitutivo do Estado, a soberania. Para os demais, no entanto, a **soberania** integra o terceiro elemento. O governo pressupõe a soberania. Se o governo não é independente e soberano, não existe o Estado perfeito. O Canadá, Austrália e África do Sul, por exemplo, não são Estados perfeitos, porque seus governos ainda são subordinados ao governo britânico.

- I. **Povo:** é a população do Estado, considerada pelo aspecto puramente jurídico. É o grupo humano encarado na sua integração numa ordem estatal determinada; é o conjunto de indivíduos sujeitos às mesmas leis, são os súditos, os cidadãos de um mesmo Estado, detentores de direitos e deveres. Já a **nação** (entidade moral) é um grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns, e principalmente, por ideias e aspirações comuns. É uma comunidade de consciência, unidas por um sentimento complexo, indefinível e poderosíssimo: o **patriotismo**.
- II. **Território:** é a base espacial do poder jurisdicional do Estado, em que este exerce o poder coercitivo estatal sobre os indivíduos humanos, sendo materialmente composto pela terra firme, incluindo o subsolo e as águas internas (rios, lagos e mares internos), pelo mar territorial, pela plataforma continental e pelo espaço aéreo.
- III. **Governo:** é o conjunto das funções necessárias à manutenção da ordem jurídica e da administração pública, podendo representar o conjunto de órgãos que presidem a vida política do Estado ou o poder executivo; órgão que exerce a função mais ativa na direção dos negócios públicos.

Diferença entre Estado, governo e nação

É comum haver dúvidas entre os conceitos de Estado, nação e governo. Muitas pessoas acreditam que tais expressões possuem o mesmo significado, entretanto, trata-se de assuntos bem diferentes.

Por **Estado** entende-se a unidade administrativa, institucionalizada, gerada a partir da soberania territorial, organizada política, social e juridicamente. Não existe Estado sem território. O Estado é formado pelo conjunto de instituições públicas (tal como o governo, as escolas, as prisões, os hospitais públicos, o exército, dentre outras) que representam, organizam e atendem (ao menos em tese) os anseios da população que habita o seu território, normalmente regido pela lei máxima na forma de uma constituição escrita, e dirigida por um governo, também possuindo soberania reconhecida internamente e externamente. O Estado, portanto, é uma instituição que ocupa um território definido, sendo ainda responsável pela organização e pelo controle social, pois detém o monopólio legítimo do uso da força (coerção).

É importante, porém, destacar que o **Estado** (com “E” maiúsculo”) é diferente de **estado** (com “e” minúsculo”), que significa apenas uma província ou unidade federativa de um país.

Já a noção de **governo** está praticamente filiada à de Estado. Sendo assim, o governo seria apenas uma das instituições que compõem o Estado, com a função de administrá-lo, a instância máxima de administração executiva, geralmente elegíveis através do voto (exceto em ditaduras e em governos absolutistas), reconhecida como a liderança de um Estado ou uma nação. Os governos são transitórios e apresentam diferentes formas, que variam de um lugar para outro, enquanto os Estados são permanentes (ao menos enquanto durar o atual sistema capitalista). Chama-se ainda de governo ou gabinete ao conjunto dos dirigentes executivos do Estado, ou ministros (por isso, também se chama Conselho de Ministros).

Uma **nação**, por sua vez, é um conceito um pouco mais subjetivo que o de Estado, estando relacionada com os seguintes fatores: tradições culturais comuns (nas quais inclui-se etnia, língua, religião, mentalidade predominante, educação); diferenciação geográfica, história, e, essencialmente, um sentimento generalizado nesse grupo de indivíduos que comungam de uma mesma vontade (ou destino), apesar das diferenças individuais de cada um (diferenças essas que podem incluir muitos dos fatores acima mencionados), o que os leva a defender o seu direito de autodeterminação.

O termo, proveniente do latim *natio*, era, inicialmente, utilizado pelos estudantes das Universidades medievais (em que se destacava a Universidade de Paris - Sorbonne), que se organizavam em grupos com esse nome, devido ao fato de terem proveniências diversas. Em cada nação falava-se a língua materna dos estudantes, sendo estes regidos pelas leis dos seus próprios países. Com a Revolução Francesa, o termo “nação” foi utilizado para identificar o povo. É nesta acepção política que emergem os Estados-nação europeus.

Muitas vezes, o nacionalismo (como sentimento comum de uma comunidade humana) entra em conflito com os estados formados institucionalmente, o que leva a lutas políticas, guerrilhas, terrorismo (por exemplo, vários países – não obstante a dura repressão do governo indonésio – consideravam a guerrilha timorense como terrorismo, e agora que Timor-Leste se definiu como estado, não era de forma alguma aceito, tendo em conta o apoio institucional dado a este movimento de libertação nacional). Isso verifica-se em várias comunidades: os curdos (que vivem no Oriente Médio e são conhecidos como a maior nação sem Estado do mundo), os bascos, os gaúchos etc.

Alguns autores chegam a afirmar que o Estado seria a institucionalização da nação. Entretanto, observa-se a existência de Estados com muitas nações – ou multinacionais – e algumas nações sem Estado constituído. Um exemplo de Estado multinacional é o Brasil, que possui habitantes de diferentes costumes e etnias, como os indígenas e os habitantes da região do pampa gaúcho (que habitam o Sul do Brasil e partes da Argentina e do Uruguai). Outro exemplo é a Espanha, que apresenta várias nações em seu território, como os Catalães, os Espanhóis, os Bascos e os Navarros. Muitas dessas nações clamam pela sua independência, isto é, a constituição de seu próprio território para nele exercer sua soberania. Entre as nações sem Estado, é destaque a situação dos curdos que lutam pela criação do Curdistão.

Portanto, Estado é uma sociedade, e nação é uma comunidade.

Finalidade e funções do Estado

A finalidade essencial do Estado, como sociedade política, é garantir o **bem comum**, entendendo este como sendo o conjunto de todas as condições de vida que possibilitem e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana, tais como: manutenção da ordem, assegurar a defesa, promoção do bem-estar e o progresso da sociedade.

Assim, as funções do Estado são todas as ações necessárias que venham a constituir o bem comum.

- **Função Legislativa** – Exercido pelo Poder Legislativo, que tem a função de elaborar leis;
- **Função Executiva** – Exercida pelo Poder Executivo e tem como função administrar o Estado, visando seus objetivos concretos. Assim acontece quando o Estado nomeia funcionários, cria cargos, executa serviços públicos, arrecada impostos etc.;
- **Função Judiciária** – Exercida pelo Poder Judiciário, tem a função precípua de interpretar e aplicar a lei nos dissídios surgidos entre os cidadãos ou entre os cidadãos e o Estado. Em síntese, declara o Direito.

Direito ao sufrágio universal (o voto)

Nas **democracias diretas**, o **sufrágio** ou **voto** significa a aprovação ou a reprovação a determinada medida. Na **democracia semidireta**, como o *referendum*, e o **veto popular** etc., o sufrágio também exprime a opinião do indivíduo sobre a questão que lhe é submetida.

No **regime representativo**, o sufrágio é o processo legal para escolha das pessoas que irão representar o povo no exercício das funções eletivas. Logo é o meio pelo qual se escolhem os membros do Poder Legislativo, o Presidente da República, Governador, Prefeito e outras autoridades. Em linguagem da democracia clássica, o sufrágio é o meio pelo qual o povo designa as pessoas que devem governar em seu nome como seus representantes. Também significa a participação do indivíduo na vida do Estado, demonstra não só o seu interesse pelos destinos da sociedade política a que pertence, como é ainda a concretização do seu direito a se fazer ouvir, a influir no governo, a emitir opinião sobre assuntos que lhe concernem diretamente.

Algumas críticas foram e são formuladas contra democracia, inclusive a de que o povo não sabe escolher os candidatos mais capazes para o governo. Há hoje um consenso de que o voto não é infalível de designar capacidades, mas é, dentre todos os meios existentes, o menos defeituoso. Há três meios usuais para o preenchimento dos cargos de governo: a **eleição**, a **hereditariedade** e a **força**.

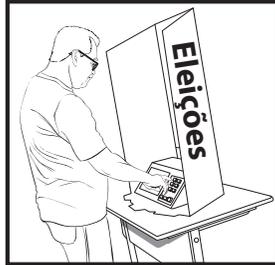
Na hereditariedade, própria dos regimes monárquicos, é entregar ao acaso a escolha dos governantes, pois, numa dinastia, pode nascer um rei bom ou péssimo e, sendo o mandato vitalício, o povo tem de suportar o péssimo rei por muito tempo ou revoltar-se contra ele.

Os atos de força podem levar ao poder homens excepcionais e dignos, pela revolução ou golpe de Estado, mas esta forma de escolha seria um convite aos aventureiros e conspiradores para chegarem ao poder.

As primeiras leis e Constituições escritas não deram o direito de voto a todos os membros da sociedade, apesar de inspiradas em ideias igualitárias. A primeira grande exclusão foi a das mulheres, restrição que se mantém ainda em algumas partes do globo. Os legisladores da Revolução Francesa, em contradição com as ideias igualitárias que pregavam, partiam da premissa de que a sociedade deveria ser dirigida pelos sensatos, mais inteligentes, mais capazes, pelos melhores, ou seja, uma elite. É o que denominavam de **sufrágio restrito**, o direito de voto era limitado às pessoas que reuniam certas condições predeterminadas. Para se chegar às estas pessoas, os critérios adotados eram: escolher dentre os indivíduos que possuíam bens de fortuna e/ou entre os que possuíam uma maior instrução.

A justificativa dos legisladores para a escolha destes critérios era de que os indivíduos que pagavam impostos ou que possuíam propriedades, imóveis, tinham a posse da riqueza, que além de permitir a instrução, que é impossível à pobreza, daria ao indivíduo mais tempo para se dedicar ao estudo dos problemas políticos, mais apego à terra, amor à ordem e respeito à lei. Por isso, ainda hoje a maioria das legislações nega o direito de voto aos mendigos, que vivem da caridade pública, não tendo condições de independência para manifestar livremente sua opinião, e aos analfabetos que por não saberem ler nem escrever, mal podem se inteirar da vida do Estado e estão sujeitos à fraude na ocasião de votar.

Aos poucos foi adotado nos Estados modernos o **sufrágio universal** que, apesar da expressão universal, não estende a todos os membros da sociedade o direito de votar. Assim, a expressão sufrágio universal corresponde à extensão do direito de voto à universalidade dos cidadãos habilitados para o seu exercício nos termos da lei de cada país.



No sistema constitucional brasileiro, art. 14 de nossa Constituição Federal, está previsto que:

- **Voto obrigatório:** os maiores de 18 anos e menores de 70 anos.
- **Voto facultativo:** os analfabetos, os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos, os maiores de setenta anos.
- **Não podem votar:** os estrangeiros; os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório; os menores de 16 anos.

Algumas restrições ao direito de voto podem ocorrer:

- **Por motivo de idade** – O indivíduo somente adquire maturidade suficiente para agir com consciência na vida pública depois de certa idade.
- **Por motivo de ordem econômica** – Hoje já é proibida a restrição de base econômica em face da igualdade jurídica dos indivíduos, restando a utilização de meios econômicos para viciar a vontade do eleitor, mas, antigamente, somente quem tinha propriedades e pagava impostos podia votar;
- **Por motivo de sexo** – Foi reconhecida a igualdade de sexos quanto aos direitos políticos, fato que não ocorria antes do século XVIII.
- **Por deficiência de instrução** – Era exigido um grau mínimo de instrução a fim de que o eleitor não fosse uma presa fácil da demagogia. No entanto, com o tempo, ficou superado o problema da informação devido aos meios de comunicação que levam a informação a todos indistintamente. É importante lembrar que a exclusão do analfabeto não condiz com a doutrina democrática visto que o analfabetismo não significa ausência de bom-senso, inteligência ou discernimento para exercer o direito de voto. No Brasil o voto do analfabeto foi admitido no tempo do império, quando a votação se realizava publicamente. Depois foi proibido e restabelecido pela Emenda Constitucional Nº 25 de 15/05/85 e mantido com o caráter de facultativo na Constituição de 1988.
- **Por condenação criminal** – O condenado com sentença transitada em julgado tem seus direitos políticos suspensos enquanto durarem os efeitos da sentença – art. 15, III de nossa Constituição.
- **Por engajamento no serviço militar** – Restrição ao direito de voto enquanto prestar o serviço militar obrigatório sob o argumento de impedir que a política penetre nos quartéis, provocando divisões entre os que deverão agir em conjunto e dentro de estrita disciplina.

Formas de governo puras e degeneradas

Formas de governo se refere ao modo pelo qual o poder se organiza e se exerce, permitindo agrupar os Estados em seu modo de ser substancial, determinando a situação jurídica e social dos indivíduos em relação à autoridade.

A classificação mais antiga das formas de governo que se conhece é a de Aristóteles, baseada no número de governantes. Distingue ele três espécies de governo: a **monarquia**, quando é um só indivíduo quem governa em prol do bem geral; a **aristocracia**, que é o governo exercido por um grupo de minoria privilegiada da nobreza em benefício da sociedade; e a **democracia** quando o poder é exercido pelo povo com o objetivo do bem comum. Cada uma destas formas de governo pode sofrer uma degeneração, quando quem governa deixa de se orientar pelo interesse geral e passa a decidir segundo conveniências particulares. Assim, as formas puras de governo são substituídas por forma impuras: a **monarquia** degenera em **tiranía** (um só quem governa em proveito próprio); a aristocracia degenera em **oligarquia** (governo exercido por um grupo de minoria privilegiada da nobreza em benefício próprio); e a democracia degenera em **demagogia** (o governo nas mãos da multidão revoltada ou esta domina diretamente os governantes, implantando um regime de violência e de opressão).

Totalitarismo e Autoritarismo



A expressão **ditadura** designa qualquer governo que assuma a autoridade pública por meio de uma ruptura das regras democráticas. Dependendo de suas características e do tipo de interação com a sociedade, uma ditadura configura-se como um regime **autoritário** ou **totalitário**.

No contexto da década de 20 e 30 do início do século XX, os movimentos totalitários e autoritaristas se tornaram um fenômeno das sociedades de massa. É importante alertar, porém, que o totalitarismo e o autoritarismo se referem, na ciência política atual, a uma categoria de análise mais genérica denominada de **sistemas hierárquicos**, ou seja, todos aqueles sistemas em que o poder deriva mais ou menos de uma cúpula (no limite, de um líder) ou de grupos de elite. Há, no entanto, diferenças notáveis entre os dois termos que precisam ser esclarecidas.

“Totalitários” seriam aqueles sistemas de governo que tentariam conformar os cidadãos dentro de uma ideologia, para isso se aproveitam do uso de mecanismos de controle e coação, e, ao mesmo tempo, buscariam mobilizá-los. Em outras palavras podemos compreender o totalitarismo como um movimento de massas, de tendência centralizadora, conduzido autoritariamente por uma minoria política através do monopólio da autoridade e do Estado.

Nesta ideologia elaborada, composta de uma doutrina oficial que abrange todos os aspectos vitais da existência humana, busca-se realizar um controle do controle governamental sobre a globalidade da vida social.

O termo **totalitarismo** surge no século XX para descrever as experiências **nazistas, fascistas e stalinistas** que tiveram em comum:

- o Estado enquanto monopolizador da expressão da verdade, criando, assim, uma verdade oficial;
- negação da pluralidade de pensamento;
- censura política e imposição do partido único;
- controle de todas as atividades da sociedade pelo Estado;
- monopólio, pelo Estado, dos meios de comunicação de massa e seu uso como instrumento de dominação.

Em síntese, o totalitarismo é um sistema político no qual o Estado, normalmente sob o controle de uma única pessoa, não reconhece limites à sua autoridade e se esforça para regulamentar todos os aspectos da vida pública e privada, sempre que possível. Os regimes ou movimentos totalitários mantêm o poder político através de uma propaganda divulgada através dos meios de comunicação controlados pelo Estado, um partido único que é muitas vezes marcado por culto de personalidade, o controle sobre a economia, a regulação e restrição da expressão, a vigilância em massa e o disseminado uso do terrorismo de Estado.

O termo **autoritarismo** é um neologismo utilizado pela ciência política do final do século XIX e recentemente se refere a um fenômeno típico de países de desenvolvimento econômico retardatário (em desenvolvimento ou pobres) em que as regras do jogo político são dadas por elites tradicionais (como as oligarquias) ou por elites modernizantes, em colaboração com poderes extranacionais.

Enquanto nas formas totalitárias de governo o componente político e a chamada à participação das massas se torna algo essencial, organizado e dirigido, nos regimes autoritários tal situação é oposta, pois, independente do número de partidos, estes atuam de forma burocratizada e de cima para baixo, geralmente florescem no seio de uma escassa participação popular em que as elites se legitimam pela inércia e passividade, conformismo e apatia das massas.

A ideia básica é que regimes militares, como os do Brasil, Chile e Argentina, durante os anos 70, merecem a qualificação de "autoritários", por serem repressivos e antidemocráticos, mas não "totalitários", como o nazifascismo e o comunismo, porque não pretendiam, impor normas a todos os aspectos da vida social.

Ou seja, nos regimes autoritários, a competição entre os grupos políticos é controlada por uma autoridade (militar, partido político ou grupo religioso) que se coloca acima das demais. O poder autoritário reúne condições para alterar as normas ou os resultados da disputa política sempre que lhe pareça necessário.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2017 – Libras) Plebiscito e referendo são consultas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. A principal distinção entre eles é a de que o plebiscito é convocado previamente à criação do ato legislativo ou administrativo que trate do assunto em pauta, e o referendo é convocado posteriormente, cabendo ao povo ratificar ou rejeitar a proposta. Ambos estão previstos no art. 14 da Constituição Federal.

Plebiscitos e referendos. Disponível em: www.tse.jus.br. Acesso em: 29 jan. 2015 (adaptado).

As formas de consulta popular descritas são exemplos de um tipo de prática política baseada em

- A) colégio eleitoral. B) democracia direta.
C) conselho comunitário. D) sufrágio representativo.
E) autogestão participativa.

02. (UEL/2008) Max Weber, sociólogo alemão, conceituou três tipos ideais de dominação: dominação legal, dominação tradicional e dominação carismática. São tipos ideais porque são construções conceituais que o investigador utiliza para fazer aproximações entre a teoria e o mundo empírico.

Leia a seguir o trecho da Carta Testamento de Getúlio Vargas:

“Sigo o destino que é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo.”

VARGAS, G. *Carta Testamento*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbd/verbetes_htm/5458_53.asp>. Acesso em: 17 nov. 2007.

Com base nos conhecimentos sobre os tipos ideais de dominação e levando em consideração o texto citado e as características históricas e políticas do período, assinale a única alternativa que apresenta a configuração correta do tipo de dominação exercida por Getúlio Vargas.

- A) Dominação carismática e tradicional.
B) Dominação tradicional que se opõe à dominação carismática.
C) Dominação tradicional e legal.
D) Dominação legal e carismática.
E) Dominação legal que reforça a dominação tradicional.

03. (UEL/2007) Max Weber, teórico cujos conhecimentos continuam básicos para a Sociologia, procurou não apenas conhecer a sociedade moderna, mas explicar sua estrutura de dominação política e econômica e suas disparidades.

Com base no enunciado e nos conhecimentos sobre o autor, assinale a alternativa correta.

- A) Para Weber, os interesses coletivos estão acima dos interesses particulares, portanto, é possível transformar a realidade social por meio da acentuada divisão social do trabalho, já que esta produz a solidariedade orgânica e ainda possui o Direito Penal que, com suas sanções repressivas, pode normalizar a sociedade nos momentos de crise.
B) De acordo com o autor, a divisão do trabalho capitalista expressa modos de segmentação da sociedade que levam os indivíduos a ocuparem posições desiguais, gerando antagonismos de classes. Assim, a classe explorada, que no capitalismo é a classe operária, seria a única capaz de realizar a mudança da sociedade capitalista para uma sociedade menos desigual.
C) Weber considera que somente a renda e a posse geram desigualdades. Assim, a possibilidade do desenvolvimento de uma sociedade mais justa é utópica, pois as vantagens materiais derivam dos próprios méritos dos indivíduos, que já nascem desiguais em relação aos dons naturais, inteligência, gosto e coragem, entre outros.
D) O autor, numa perspectiva simbólica, procura explicar a sociedade capitalista e a sua possibilidade de transformação. Considera que é necessário analisar a sociedade micro-sociologicamente, pois, como só alguns grupos possuem capital simbólico e econômico de maior significância na hierarquia social, reproduzem a cultura, a ideologia, organizando o sistema simbólico segundo a lógica da diferença.
E) Segundo Weber, as classes, os estamentos e os partidos são fenômenos de distribuição de poder dentro de uma comunidade, que se legitimam e se definem pelos valores sociais convencionalmente estabelecidos em dada sociedade.

04. (UEL/2007) Para a teoria sociológica de Max Weber, em toda sociedade há dominação, que é entendida como uma “[...] probabilidade de haver obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de um determinado grupo de pessoas [...]”.

WEBER, M. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. *Economia e Sociedade*, Brasília: Ed. UnB, 1991, p. 139.

De acordo com a teoria sociológica do autor, é correto afirmar que os três tipos puros de dominação legítima são:

- A) racional, tradicional e carismática.
- B) econômica, social e política.
- C) feudal, capitalista e comunista.
- D) monárquica, absolutista e republicana.
- E) socialista, neoliberal, social-democrata.

05. (UEL/2007) Max Weber afirma que a burocracia ocorre tanto em instituições políticas, quanto em instituições privadas e religiosas. De acordo com os conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar que a burocracia:

- A) é um tipo de dominação racional, resultado da ação exercida pelo quadro administrativo de uma determinada instituição.
- B) é o resultado do desinteresse dos grupos políticos pela administração pública e corresponde ao tipo de dominação partidária.
- C) é o resultado da falta de iniciativa dos funcionários na gestão das instituições e corresponde ao tipo de dominação não racional.
- D) não é um tipo de dominação, mas o resultado da acomodação dos funcionários de carreira do Estado, das empresas ou das igrejas.
- E) é um tipo de dominação carismática, caracterizada pela ausência de hierarquia e funções de poder.



Exercícios Propostos

01. (UEL) O sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) definiu dominação como a “possibilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas”.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1991. p. 139.

Em Weber, este conceito está relacionado à ideia de autoridade e, a partir dele, é possível analisar a estrutura das organizações e instituições como empresas, igrejas e governos. Na sociedade capitalista, dentre os vários tipos de dominação existentes, predomina a dominação burocrática ou racional. Assinale a alternativa que indica corretamente a quem se deve obediência nesse tipo de dominação.

- A) À ordem pessoal, objetiva e legalmente estatuída e aos superiores por ela determinados, em virtude da legalidade formal de suas disposições.
- B) Aos mais velhos, pois são eles os melhores conhecedores da tradição sagrada.
- C) Ao líder carismaticamente qualificado como tal, em virtude de confiança pessoal na sua capacidade de revelação, heroísmo ou exemplaridade.
- D) À pessoa do senhor nomeada pela tradição e vinculada a esta, em virtude de devoção aos hábitos costumeiros.
- E) Ao senhor, mas não a normas positivas estabelecidas. E isto unicamente segundo a tradição.

02. (Enem/2010) A política foi, inicialmente, a arte de impedir as pessoas de se ocuparem do que lhes diz respeito. Posteriormente, passou a ser a arte de compelir as pessoas a decidirem sobre aquilo de que nada entendem.

VALÉRY, P. Cadernos. Apud BENEVIDES, M. V. M. *A cidadania ativa*. São Paulo: Ática, 1996.

Nessa definição, o autor entende que a história da política está dividida em dois momentos principais: um primeiro, marcado pelo autoritarismo excludente, e um segundo, caracterizado por uma democracia incompleta. Considerando o texto, qual é o elemento comum a esses dois momentos da história política?

- A) A distribuição equilibrada do poder.
- B) O impedimento da participação popular.
- C) O controle das decisões por uma minoria.
- D) A valorização das opiniões mais competentes.
- E) A sistematização dos processos decisórios.

03. (Uerj/2016) Se há apenas cinco ou dez anos dissessem a alguém em Cuba que um presidente norte-americano visitaria a Ilha, a resposta seria um sorriso irônico; mas se fosse mencionada a possibilidade de ver os Rolling Stones tocando em Havana, a reação teria sido uma gargalhada – ou um grito, se a pessoa assim informada tivesse seus 60 ou 70 anos de vida. Porque aqueles que fomos jovens em Cuba na década de 1960 dificilmente esqueceremos as críticas políticas quando confessávamos ouvir os Beatles ou os Stones. Quem poderia ter previsto? Definitivamente, os tempos estão mudando.

LEONARDO PADURA Adaptado de *Folha de S. Paulo*, 12/03/2016.

As considerações do escritor sobre a sociedade cubana indicam que, na década de 1960 e no momento atual, as diferenças entre as condições de vida são contextualizadas, respectivamente, pelos seguintes aspectos das relações internacionais:

- A) expansão mundial de regimes totalitários – supremacia das concepções neoliberais
- B) crescimento da influência global soviética – afirmação da hegemonia norte-americana
- C) bipolaridade entre capitalismo e socialismo – multipolaridade da ordem econômica
- D) política externa independente na América Latina – integração das nações subdesenvolvidas

04. (Enem/2013) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- A) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- B) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- C) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- D) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- E) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

05. (UEM/2008 - Adaptada) Há uma diferença fundamental entre a concepção da democracia concebida pelos pensadores modernos, que combateram o Antigo Regime com a Revolução Francesa, e a democracia concebida pela Antiguidade Clássica grega em Atenas. Essa diferença caracteriza-se, entre outras coisas, pela maneira de articular a relação entre a esfera pública e a esfera privada da sociedade.

Analise as afirmações abaixo.

- I. A democracia ateniense era limitada, pois impedia o acesso à esfera pública de um grande contingente da população, composto pelas mulheres, pelos escravos e pelos estrangeiros, todos eles relegados à vida privada;
- II. O homem grego realizava-se como cidadão participando da esfera pública, era nela que adquiria notoriedade e podia afirmar sua individualidade como homem livre;
- III. Na esfera pública, a relação entre os cidadãos era regida pelo princípio de igualdade diante da lei e do igual direito à palavra. Os cidadãos formavam uma assembleia em que a prática da violência estava excluída. Na esfera privada, esses princípios eram negados;
- IV. Benjamin Constant (1776-1830), ao conceber um sistema de governo fundamentado na representatividade, pretendia resolver, no Estado moderno, as relações entre a esfera privada e a esfera pública, dando ao cidadão a liberdade de participar diretamente da esfera pública ou de delegar essa prerrogativa para dedicar-se exclusivamente aos negócios da vida privada;
- V. A república democrática representativa – que deveria, em princípio, ampliar a liberdade política por permitir ao cidadão escolher entre a dedicação à vida privada ou à vida pública – apresentou inicialmente um caráter de exclusão sociopolítica semelhante à da democracia ateniense. Isso se considerar que, em duas das maiores potências mundiais, isto é, na França e na Inglaterra, as mulheres alcançaram plena cidadania pelo sufrágio universal só depois da Segunda Guerra Mundial.

Assinale a alternativa que contempla as afirmativas corretas.

- | | |
|-----------------------|-------------|
| A) I, II e IV | B) II e III |
| C) II, III e IV | D) I e V |
| E) I, II, III, IV e V | |

06. (Unioeste/2009) De acordo com o Art. 44 da Constituição Federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados (com representantes do povo brasileiro), o Senado Federal (com representantes dos Estados e do Distrito Federal), e o Tribunal de Contas da União (órgão que presta auxílio ao Congresso Nacional nas atividades de controle e fiscalização externa). Com base na Constituição Federal é correto afirmar que:

- A) uma das atribuições do Congresso Nacional é nomear Ministros de Estado, Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República.
- B) é da competência do Congresso Nacional processar e julgar ações de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- C) é da responsabilidade do Congresso Nacional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.
- D) cabe ao Congresso Nacional elaborar as leis e proceder à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta.
- E) cabe ao Congresso Nacional sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.

07. (UEL/2007) De acordo com Norberto Bobbio, “ao lado do problema do fundamento do poder, a doutrina clássica do Estado sempre se ocupou também do problema dos limites do poder, problema que geralmente é apresentado como problema das relações entre direito e poder (ou direito e Estado)”.

BOBBIO, N. *Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 93-94.

Os limites do poder no Estado democrático de direito moderno são estabelecidos:

- I. Pela autonomia constitucional entre os poderes judiciário, legislativo e executivo;
- II. Por normas legais, definidas por processos legítimos, que regulam e estabelecem direitos e deveres tanto para governantes quanto para os indivíduos na sociedade;
- III. Por normas legais que subordinam os poderes judiciário e legislativo ao poder executivo e asseguram a prevalência dos interesses do partido majoritário;
- IV. Por normas legais que assegurem que todos os cidadãos tenham garantias individuais mínimas, como o direito à defesa, direito a ir e vir e direito a manifestar suas opiniões.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- | | |
|----------------|---------------|
| A) I e III | B) II e IV |
| C) I, II e III | D) I, II e IV |
| E) I, III e IV | |

08. (Enem/2018) A tribo não possui um rei, mas um chefe que não é chefe de Estado. O que significa isso? Simplesmente que o chefe não dispõe de nenhuma autoridade, de nenhum poder de coerção, de nenhum meio de dar uma ordem. O chefe não é comandante, as pessoas da tribo não tem nenhum dever de obediência. O espaço encarregado de eliminar conflitos que podem surgir entre indivíduos, famílias e linhagens, o chefe só dispõe, para restabelecer a ordem e a concórdia, do prestígio que lhe reconhece a sociedade. Mas, evidentemente, prestígio não significa poder, e os meios que o chefe detém para realizar sua tarefa de pacificador limitam-se ao uso exclusivo da palavra.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. Adaptado.

O modelo político das sociedades discutidas no texto contrasta com o Estado liberal burguês porque se baseia em.

- A) imposição ideológica e normas hierárquicas.
- B) determinação divina e soberania monárquica.
- C) intervenção consensual e autonomia contratualistas.
- D) mediação jurídica e regras contratualistas.
- E) gestão coletiva e obrigações tributárias.

09. (UEM/2008 - Adaptado) Sobre as teorias sociológicas a respeito do Estado, assinale o que for incorreto.

- A) Algumas teorias sociológicas afirmam que o Estado é necessário para garantir a unidade de uma sociedade dividida em classes sociais, favorecendo, assim, os interesses das classes dominantes.
- B) Para alguns sociólogos, o que diferencia o Estado das demais instituições é o fato de ele ter o direito legítimo e exclusivo do uso da força.
- C) Segundo alguns sociólogos, em sociedades complexas, o Estado é uma instituição fundamental para garantir a coesão social, sobrepondo-se às demais instituições e regulando sua coexistência.
- D) Há um consenso na sociologia de que o Estado é um fenômeno exclusivamente ocidental e próprio do modo de produção capitalista. Nas demais sociedades, não se encontram instituições que assumam funções correlatas.
- E) De acordo com algumas interpretações, o Estado é fundamental para assegurar as próprias condições de funcionamento da economia de mercado, embora muitos liberais rejeitem sua intervenção.

10. (Enem/2017) Em um governo que deriva sua legitimidade de eleições livres e regulares, a ativação de uma corrente comunicativa entre a sociedade política e a civil é essencial e constitutiva, não apenas inevitável. As múltiplas fontes de informação e as variadas formas de comunicação e influência que os cidadãos ativam através da mídia, movimentos sociais e partidos políticos dão o tom da representação em uma sociedade democrática.

URBINATIN, N. *O que torna a representação democrática?* Lua Nova, n. 67, 2006.

Esse papel exercido pelos meios de comunicação favorece uma transformação democrática em função do(a)

- A) limitação dos gastos públicos.
- B) interesse de grupos corporativos.
- C) dissolução de conflitos ideológicos.
- D) fortalecimento da participação popular.
- E) autonomia dos órgãos governamentais.

Seção Videoaula



Poder, Política e Estado.

Aula 12

Movimentos Sociais

C-3	H-11, 13
C-5	H-24, 25



MICHAEL SMITH/123RF/EasyPix

Na história contemporânea temos diversos exemplos de formas de organizações coletivas, reivindicando as mais diferentes coisas ou ações, caracterizando o que é um movimento social.

Como exemplo, citamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Fórum Social Mundial (FSM), o movimento hippie, o movimento feminista, o movimento estudantil, o movimento dos sem-teto, o movimento pela "Tradição, Família e Propriedade" (TFP), os movimentos anticapitalistas, dentre outros. A lista de movimentos sociais existentes é longa, isso pensando apenas nos séculos XX e XXI.

É pelo significado social e político e, ainda, pela quantidade de movimentos sociais existentes que tal tema é de extrema importância para a sociologia.

Abordaremos a temática dos movimentos sociais sempre pensando na forma de organização social atual em que vivemos. Portanto, estaremos tratando dos movimentos vinculados ao sistema capitalista.

É relevante fazermos tal distinção agora, pois ao longo de toda a História da humanidade, por diversas vezes, os homens tiveram objetivos em comum, que, por sua vez, uniram-no. Mas, no entanto, dentro da área de conhecimento da sociologia, nem sempre estes agrupamentos são tratados como movimentos sociais.

Esta diferenciação acontece porque há algumas características dos movimentos sociais existentes no modo de produção capitalista, que não havia nos movimentos presentes na história anteriormente.

Por exemplo, o surgimento das cidades, organizadas na forma que conhecemos hoje, desenvolveu-se a partir do século XII, pois estas se organizaram devido às necessidades dos homens da sociedade medieval de realizarem trocas comerciais. Mas, no entanto, sabendo que durante a Idade Média (forma de organização social existente na história entre os séculos V e XV, na qual a Igreja Católica detinha grande poder de decisão, e tinha sua produção e sociedade organizada nos feudos) a forma de organização social dava-se quase que exclusivamente dentro dos feudos, estas cidades ainda não assumem a importância que as mesmas possuem em uma sociedade industrial. Portanto, o modo de vida urbana não fazia parte daquela realidade, impossibilitando encontrar um movimento como o dos sem-teto.

Com a consolidação do capitalismo a partir do século XVIII, continuou existindo uma separação entre campo e cidade, mas tal distinção não criava um isolamento do campo, do mesmo modo que o desenvolvimento e o progresso não se restringiam à cidade. Em suma, estamos tratando da importância do rural e do urbano para o desenvolvimento capitalista, que cria duas realidades diversas, mas que, no entanto, nunca deixam de estar vinculadas e apresentando novas necessidades.

Os movimentos sociais são caracterizados por reivindicações que permeiam o interesse de classe do grupo social organizado. Esta é outra peculiaridade histórica que só existe no modo de produção capitalista. Nenhuma forma de organização social até então foi estabelecida por meio do conflito entre duas únicas classes¹⁷, a saber: a **burguesia** e o **proletariado**.

Portanto, considerando que o modo de produção capitalista estabeleceu-se com a exploração dos trabalhadores pelos possuidores de capital, todos os movimentos sociais existentes nesta forma de organização social possuem um interesse de classe.

Assim, na sociedade contemporânea, tanto quem vive nas zonas urbanas como quem vive nas zonas rurais organizam-se em torno de seus interesses particulares e formam os mais diversos movimentos sociais.

Os movimentos caracterizam-se por reivindicações diferentes, mas a ideia do movimento social como forma de organização coletiva é extremamente importante neste sistema, pois é a partir deles que se consegue suprir determinadas necessidades dos mais diversos grupos.

Quando tratamos dos movimentos sociais encontramos diversas características gerais que permeiam a todos eles, uma delas, por exemplo, é o fato de que estes demonstram a possibilidade de atuarem na História de modo a "determinar" como será o seu desenvolvimento. Estamos falando que os indivíduos tornam-se sujeitos históricos quando organizados de forma coletiva e com objetivos em comum, e, portanto, apesar de não terem certezas sobre o futuro do movimento, podem lutar (seja qual for a reivindicação e o projeto) para a inclusão, exclusão ou transformação radical da sociedade.



Che Guevara

Alberto Korda/Wikimedia Foundation

¹⁷ **Classes sociais:** Com a consolidação do capitalismo, segundo Karl Marx, estabeleceram-se duas classes sociais, que sempre estão em conflito e em contradição na sociedade. Estamos falando da burguesia (detentora dos meios de produção e do capital) e do proletariado – classe trabalhadora (que possui a necessidade de vender a sua força de trabalho em troca de salário, por não deter os meios de produção e o capital).

Esta forma de movimento é muito importante em uma sociedade como a que vivemos, pois políticas públicas, tais como: econômicas, sociais, educacionais, trabalhistas, dentre tantas outras, podem ser modificadas, quando indivíduos que isoladamente não possuiriam um grande poder de transformação organizam-se e, com isso, conseguem interferir na sociedade, transformando-a, ou até, mantendo-a de forma a garantir seus interesses.

Podemos citar, como exemplo de manifestações sociais que extrapolaram a tentativa de reformas e desejam uma transformação social radical da sociedade, a Revolução Cubana, que surge como uma manifestação contrária ao regime ditatorial presente no país, e acaba por culminar em um governo socialista, a partir de 1959.

Os Novos Movimentos Sociais

Os movimentos sociais não decorrem necessariamente de mudanças sociais bruscas. Os movimentos sociais têm início quando há sucesso no recrutamento e na filiação de membros, e na construção estável de uma base organizacional. No início, são intensas as atividades de curta duração, como as passeatas, mas, com o passar do tempo, os movimentos sociais passam a se dedicar a tarefas mais burocráticas e rotineiras, que demandam tempo, energia e dinheiro (tais como a viabilização de um jornal ou periódico ou a candidatura a cargos políticos).

As **ações coletivas** ocorrem quando indivíduos agem em conjunto para gerar ou impedir **mudanças sociais, políticas e econômicas**.

A **Teoria da Solidariedade** demonstra que:

- grupos dominados adquirem mais poder quando recrutam membros; tornam-se mais organizados e aumentam o seu acesso a recursos escassos, como dinheiro, empregos e meios de comunicação. A mobilização de recursos é uma causa do maior engajamento de grupos sociais em ações coletivas;
- os movimentos sociais se consolidam quando há boas oportunidades políticas ou quando os grupos privilegiados e as instituições por eles controladas se enfraquecem por causa, por exemplo, de uma divisão interna;
- quando os governos tentam ampliar o controle sobre os movimentos sociais, exercem influência sobre as ações coletivas posteriores. O controle pode se manifestar por meio de concessões, cooptação dos líderes, repressão violenta.

Uma questão que importa para o sucesso dos movimentos sociais é o “enquadramento de quadros de referência”, em que os interesses, as crenças, os valores dos membros do movimento correspondem às atividades, às ideias e aos objetivos do próprio movimento. Os líderes dos movimentos sociais utilizam várias estratégias para obter a adesão de novos membros e manter os membros sempre atuando com empenho.

A **Teoria dos Novos Movimentos Sociais** tem influência do marxismo e estabelece que os movimentos sociais são atores coletivos que se opõem às classes dominantes. Para os adeptos desta teoria, as classes dominantes representam os interesses do capital, e o combate a estas classes dirigentes representa um combate ao capitalismo. Nesse sentido, prevalece a noção de conflito e o caráter global dos novos movimentos sociais.

Estes movimentos surgiram a partir da década de 70 do século XX e têm como características:

- **Objetivos:** a promoção de direitos como paz, segurança e meio ambiente seguro para toda a humanidade. Movimentos mais específicos promovem os direitos das mulheres e os direitos dos homossexuais.
- **Afiliação:** os novos movimentos sociais tendem a atrair membros com alto grau de escolaridade com atuação destacada nas áreas social, educacional e cultural.
- **Potencial de globalização:** a globalização dos movimentos sociais foi facilitada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e pelo barateamento das viagens internacionais.

Movimentos Sociais no Brasil

Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985) houve o desenvolvimento de várias formas de resistência à repressão governamental. A esquerda foi cindida em vários grupos, e alguns dentre eles tinham o objetivo de mobilizar as massas urbanas e rurais; muitos grupos atuavam na clandestinidade ou atuavam por meio da luta armada. De maneira geral, tais grupos lutavam contra o modelo de desenvolvimento capitalista adotado pelo país. O marco teórico fundamental destes movimentos era o marxismo e reivindicavam-se também melhores salários, melhores condições para o setor de saúde, para os equipamentos urbanos, mais moradias etc.

A Reforma Universitária de 1968, o Decreto nº 477 (1969) e o Ato Institucional nº 5 (1969) levaram os estudantes a assumir um importante papel no combate à ditadura militar. Até mesmo segmentos da Igreja Católica redefiniram o papel do Evangelho na luta contra as injustiças sociais, especialmente após o Congresso de Medellín (Colômbia, 1968), e deram origem à Teologia da Libertação e ao movimento das Pastorais nas periferias dos grandes centros urbanos.

O período posterior a meados da década de 1970 ficou conhecido como “a era da participação”. Foi um período marcado pelo fim do chamado “milagre econômico”, por diminuição do ritmo de crescimento econômico, queda nos índices de emprego e retomada da inflação. Nesse contexto, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e outros segmentos importantes da população (incluindo sindicatos, o movimento estudantil e setores da Igreja Católica) passaram a definir projetos de mudança para o Brasil, como o movimento pela anistia.



Divulgação

Novos movimentos sociais surgem, tais como o movimento feminista (1975) e a realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica (São Bernardo do Campo-SP, 1978), denotando a importância que passam a adquirir temas como gênero, raça, sexo, cultura etc. Além disso, realizaram-se grandes greves incentivadas pelo movimento dos metalúrgicos na região da Grande ABC, em São Paulo.

Em 1980 foi criado o Partido dos Trabalhadores, e em 1984 foi criado o Movimento dos Sem-Terra, na cidade de Cascavel, no Paraná. No mesmo período foi criado o movimento de organização das favelas, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Na década de 1980, em que ocorreu o fim do regime ditatorial, houve uma pluralização de movimentos sociais, que passaram a valorizar ainda mais temas como as eleições diretas (“Diretas Já”), a convocação de uma Assembleia Constituinte, a questão das mulheres, dos negros, das crianças, dos índios, dos homossexuais, do meio ambiente etc.

A década de 1990 marcou o período em que os movimentos sociais discutiram com maior ênfase a questão da cidadania coletiva e a questão da exclusão social em um contexto marcado pela nova Constituição de 1988, de ampliação da globalização econômica e de introdução de políticas neoliberais. É o período em que os movimentos sociais também passam por um processo de institucionalização em Organizações Não Governamentais (ONGs).

As ONGs, em muitos casos, fazem oposição ao Estado, mas também participam da elaboração de políticas públicas, tornando mais dinâmico e ativo o exercício da cidadania.

Leitura Complementar

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (FSM)

O Fórum Social Mundial (FSM) foi idealizado e criado a partir da iniciativa de alguns brasileiros que desejavam desenvolver uma resistência ao pensamento dominante e, principalmente, à forma neoliberal de organização política e econômica em que a sociedade encontra-se na atualidade.

A vontade de fazer oposição ao neoliberalismo¹⁸ no Fórum Social é tão séria que, as datas para as suas realizações foram programadas sempre concomitantes a do Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça. Esse Fórum Econômico é realizado anualmente para discutir os rumos a serem dados à economia dos países centrais e periféricos.

A partir do momento em que surgiu a ideia, criou-se um Comitê Organizador a fim de por em prática o Fórum; o mesmo acabou ocorrendo no ano de 2001, em Porto Alegre, na sua primeira edição, e no mesmo ano foi criado um Conselho Internacional para melhor desenvolver a sua organização e eventos.



Divulgação

O FSM é também composto por outros Fóruns realizados paralelamente nas mais diversas regiões, com os mais diversos propósitos. Há os chamados fóruns temáticos: Fórum Mundial da Educação, Fórum sobre “Democracia, Direitos Humanos, Guerra e Tráfico de Drogas”; e ainda, os fóruns nacionais e regionais: como Fórum Pan-Amazônico, Fórum Social Africano, entre tantos outros mais.

Esta formação caracteriza o FSM como uma série de grandes eventos, nos quais são discutidas as mais diversas temáticas, sempre preocupadas com a criação de alternativas para a realidade social. Desta forma, o FSM constitui-se como um espaço de articulação, debate, discussão e reflexão teórica pelos mais diversos movimentos sociais que participam de suas atividades.

Estes movimentos sociais, por sua vez, possuem os interesses mais diversos, não havendo, portanto, uma prioridade na defesa das lutas. Todas são importantes e válidas, pois seguindo o projeto norteador do Fórum, cada uma delas possui um contexto específico que as fazem necessárias.

Portanto, cada movimento possui suas necessidades, buscam alternativas diferenciadas para seus problemas e utiliza-se do FSM como um momento para suas articulações e debates. Esta característica é tão forte dentro da organização ou realização do Fórum, que na sua carta de princípios consta que nenhum dos participantes pode falar em nome do FSM, tamanha é a diversidade de reivindicações e propostas lá encontradas. Para maiores informações sobre a Carta de Princípios do FSM, pode ser consultado o site do Fórum: <www.forumsocialmundial.org.br>.

18. Os princípios do neoliberalismo remontam o liberalismo clássico de Adam Smith, no qual o mercado não é regulado pelo Estado, e sim pela livre concorrência. Na atualidade, o liberalismo está sendo reestabelecido de acordo com as novas necessidades históricas surgidas – por isso, o uso do prefixo “neo” (novo) – na política econômica mundial.

Outra característica peculiar quanto à constituição do Fórum é o fato do mesmo não possuir qualquer liderança; os seus dois conselhos e o caráter democrático das decisões não permitem que exista uma hierarquia, e ainda é atribuída, por parte dos movimentos sociais que participam do Fórum, uma grande importância às redes que são criadas ou possibilitadas por intermédio da Internet.

O que há em comum em todos os participantes do FSM e os fazem se reunir é a luta contra as formas devastadoras assumidas pelo neoliberalismo contra as minorias e os não detentores de capital. Ainda, há também a negação da luta armada, portanto, a busca da transformação (seja ela qual for) dá-se por intermédio da democracia, lutando e idealizando um mundo em paz.

Outra posição também encontrada é a de que o Fórum deve ser sim um movimento dos movimentos; isso quer dizer que o Fórum deve assumir uma posição política, pois caso contrário, será um espaço que se perderá e não canalizará nenhuma ação concreta, perdendo seu sentido de existência.

Do movimento hippie ao movimento estudantil

Você já ouviu falar do movimento hippie? Certamente sim, mas você sabe o que é? Qual a sua origem? Quais as suas causas, os projetos de vida de seus participantes?

Esse movimento tem sua origem nos Estados Unidos da América, com o objetivo de fazer oposição à Guerra do Vietnã.¹⁹ Pregava-se o amor e não a guerra, com a frase: “Faça o amor não faça a guerra”, objetivava-se uma nova forma de vida, cujos valores são bem diferentes do *american way of life* (jeito americano de ser), desenvolvendo uma forma de conceber a vida muito diferente dos valores sociais vigentes na atualidade.

E mais, o movimento hippie era contrário a esse consumismo desenfreado ao qual as pessoas subordinam-se cotidianamente. Consumismo este que inclusive se apropria do visual do movimento para “lançar a moda da próxima estação”.

O movimento hippie foi, portanto, também a expressão de uma “contracultura”, isso quer dizer que: ao mesmo tempo em que eram contrários à Guerra do Vietnã, os que faziam parte do movimento também ofereciam uma forma de organização social diferente, da forma com que a sociedade norte-americana organizava-se e se reproduzia, tanto socialmente como culturalmente.

O movimento hippie pode ser considerado também a expressão social de certos descontentamentos referente à sociedade norte-americana, da mesma forma que no Brasil, o movimento estudantil pode ser considerado fruto e tentativa de rompimento com valores obscuros e segregadores como os presentes no regime militar.

Se discutirmos o movimento estudantil francês, também poderemos observar que desde o seu surgimento há um descontentamento presente e a necessidade de se criar algo novo na sociedade.

O chamado Maio de 68, na França, é um exemplo de movimento estudantil que também rompeu com os limites nacionais, pois, na época, o mesmo influenciou outras atividades estudantis pelo mundo, ao mesmo tempo que por meio de outras manifestações realizadas pelos quatro cantos do planeta também obteve a solidariedade de muitos estudantes.

O Maio de 68 francês ainda hoje é discutido nas ciências sociais, sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores, pois o mesmo proporcionou na sociedade francesa, durante seu curto período de intensas manifestações, a revelação de uma série de descontentamentos e possíveis soluções que marcariam a França para sempre.

O movimento estudantil francês extrapolou os limites da universidade para incorporar na sua luta a necessidade de outros, como os trabalhadores, que em um ato conjunto decide realizar uma greve geral na França.

Por conta do descontentamento com a estrutura universitária, os estudantes saem à rua e entram em choque, tal qual aconteceu no Brasil, com a polícia. E estes confrontos foram absolutamente violentos.

19. Guerra do Vietnã: conflito entre os vietcongs e vietnamitas. Eles disputavam pelo território nacional do Vietnã, e tinham como aliados, os primeiros, os comunistas soviéticos; e os segundos, os Estados Unidos da América; ambas forneciam homens e armamentos para os conflitos.

Da mesma forma que aconteceu no Brasil, vários estudantes foram presos; a Universidade Sorbonne foi invadida pela polícia na tentativa de sufocar o movimento. Essas invasões às universidades foram atitudes bastante presentes aqui no Brasil; os estudantes da UnB, por exemplo, foram brutalmente reprimidos em Brasília, dentro da própria universidade.

O maior diferencial do movimento do Maio de 1968 foi, sem dúvida, sua junção com movimentos de trabalhadores que também participaram dos conflitos de rua. Barricadas eram montadas nas ruas para a proteção. Os paralelepípedos eram arrancados das ruas e posteriormente eram utilizados como “arma”, lançados nos policiais.

Seria possível elencar uma série de manifestações estudantis pelo mundo que tiveram sua organização estritamente vinculada aos fatos ocorridos na França; vários movimentos aconteceram em apoio aos estudantes franceses, por exemplo, na Tchecoslováquia.

Os estudantes da Tchecoslováquia, que em maio de 1968, manifestaram-se favoráveis aos estudantes franceses na frente da embaixada da França, também tentaram resistir meses depois à invasão soviética em seu país.

Mais uma vez, mostra-se uma capacidade muito grande dos movimentos estudantis em se organizarem e imporem uma resistência a sistemas políticos, que por meio de determinadas formas de organizações reprimem e limitam a atuação e criação do homem em sociedade.

Com tudo o que foi discutido e apresentado neste texto, concluímos que o movimento estudantil historicamente possui uma grande possibilidade de resistência e de participação social.

Sociologia. Secretária de Estado da Educação. 2ª edição



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2016)

Texto I



Tradução: “As mulheres do futuro farão da Lua um lugar mais limpo para se viver”.

Disponível em: <<http://www.propagandashistoricas.com.br>>. Acesso em: 16 out. 2015.

Texto II

METADE DA NOVA EQUIPE DA NASA É COMPOSTA POR MULHERES

Até hoje, cerca de 350 astronautas americanos já estiveram no espaço, enquanto as mulheres não chegam a ser um terço desse número. Após o anúncio da turma composta 50% por mulheres, alguns internautas escreveram comentários machistas e desrespeitosos sobre a escolha nas redes sociais.

Disponível em: <<https://catracalivre.com.br>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

A comparação entre o anúncio publicitário de 1968 e a repercussão da notícia de 2016 mostra a

- A) elitização da carreira científica.
- B) qualificação da atividade doméstica.
- C) ambição de indústrias patrocinadoras.
- D) manutenção de estereótipos de gênero.
- E) equiparação de papéis nas relações familiares.

02. (Enem/2010) Negro, filho de escrava e fidalgo português, o baiano Luiz Gama fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Foi vendido ilegalmente como escravo pelo seu pai para cobrir dívidas de jogo. Sabendo ler e escrever, aos 18 anos de idade conseguiu provas de que havia nascido livre. Autodidata, advogado sem diploma, fez do direito o seu ofício e transformou-se, em pouco tempo, em proeminente advogado da causa abolicionista.

AZEVEDO, E. “O Orfeu de carapinha”. In: *Revista de História*. Ano 1, no 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, jan. 2004 (adaptado).

A conquista da liberdade pelos afro-brasileiros na segunda metade do séc. XIX foi resultado de importantes lutas sociais condicionadas historicamente. A biografia de Luiz Gama exemplifica a

- A) impossibilidade de ascensão social do negro forro em uma sociedade escravocrata, mesmo sendo alfabetizado.
- B) extrema dificuldade de projeção dos intelectuais negros nesse contexto e a utilização do Direito como canal de luta pela liberdade.
- C) rigidez de uma sociedade, assentada na escravidão, que inviabilizava os mecanismos de ascensão social.
- D) possibilidade de ascensão social, viabilizada pelo apoio das elites dominantes, a um mestiço filho de pai português.
- E) troca de favores entre um representante negro e a elite agrária escravista que outorgara o direito advocatício ao mesmo.

03. (Enem/2016)

CÚPULA DOS POVOS COMEÇA COMO CONTRAPONTO À RIO+20

Enquanto a conferência oficial no Riocentro, na Barra, é restrita a participantes credenciados, que só entram depois do passar por um forte controle de segurança, a Cúpula dos Povos é aberta ao público, em tendas ao ar livre no Aterro do Flamengo. Ela é aberta também às tribos o discussões mais diversas, em mesas de debate e painéis geridos pelos próprios participantes, buscando promover a mobilização social. Problemas ambientais, econômicos, sociais, políticos e de minorias serão discutidos no evento, afirma uma ativista norte-americana, em alusão ao movimento que ocupou Wall Street, em Nova York, no ano passado.

Disponível em: www.bbc.co.uk. Acesso em: 14 ago. 2012.

Uma articulação entre as agendas ambientalistas e a antiglobalização indica a

- A) humanização do sistema capitalista financeiro.
- B) consolidação do movimento operário internacional.
- C) promoção do consenso com as elites políticas locais.
- D) constituição de espaços de debates transversais globais.
- E) construção das pautas com os partidos políticos socialistas.

04. (Enem/2010-Reaplicação) A Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiências, realizado em 2006, em Nova York, teve como objetivo melhorar a vida da população de 650 milhões de pessoas com deficiência em todo o mundo. Dessa convenção foi elaborado e acordado, entre os países das Nações Unidas, um tratado internacional para garantir mais direitos a esse público. Entidades ligadas aos direitos das pessoas com deficiência acreditam que, para o Brasil, a ratificação do tratado pode significar avanços na implementação de leis no país.

Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk>>. Acesso em: 18 mai. de 2010. Adaptado.

No Brasil, as políticas públicas de inclusão social apontam para o discurso, tanto da parte do governo quanto da iniciativa privada, sobre a efetivação da cidadania. Nesse sentido, a temática da inclusão social de pessoas com deficiência

- A) vem sendo combatida por diversos grupos sociais, em virtude dos elevados custos para a adaptação e manutenção de prédios e equipamentos públicos.
- B) está assumindo o *status* de política pública bem como representa um diferencial positivo de *marketing* institucional.
- C) reflete práticas que viabilizam políticas compensatórias voltadas somente para as pessoas desse grupo que estão socialmente organizadas.
- D) associa-se a uma estratégia de mercado que objetiva atrair consumidores com algum tipo de deficiência, embora esteja descolada das metas da globalização.
- E) representa preocupação isolada, visto que o Estado ainda as discrimina e não lhes possibilita meios de integração à sociedade sob a ótica econômica.

05. (Enem/2017 – Libras)

Uma área de cerca de 101,7 mil metros quadrados, com um pátio ferroviário e uma série de armazéns de açúcar abandonados pelo poder público. Quem olha de fora vê apenas isso, mas que conhece a história do Cais José Estelita sabe que o local faz parte da história de Recife, sendo um dos cartões-postais e um dos poucos espaços públicos que restam na capital pernambucana. E é por isso que um grupo está lutando para evitar que as construções sejam demolidas por um consórcio de grandes construtoras para construção de prédios comerciais e residenciais.

BUENO, C. *Ocupa Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife*. Ciência e Cultura, n. 4, 2014.

A forma de atuação do movimento social relatado evidencia a sua busca pela

- A) revitalização econômica do lugar.
- B) ampliação do poder de consumo.
- C) preservação do patrimônio material.
- D) intensificação da geração de empregos.
- E) criação de espaços de autoss segregação.



Exercícios Propostos

01. (Enem/2009) O ano de 1968 ficou conhecido pela efervescência social, tal como se pode comprovar pelo seguinte trecho, retirado de texto sobre propostas preliminares para uma revolução cultural: “É preciso discutir em todos os lugares e com todos. O dever de ser responsável e pensar politicamente diz respeito a todos, não é privilégio de uma minoria de iniciados. Não devemos nos surpreender com o caos das ideias, pois essa é a condição para a emergência de novas ideias. Os pais do regime devem compreender que autonomia não é uma palavra vã; ela supõe a partilha do poder, ou seja, a mudança de sua natureza. Que ninguém tente rotular o movimento atual; ele não tem etiquetas e não precisa delas”.

Journal de la comune étudiante. Textes et documents. Paris: Seuil, 1969. Adaptado.

Os movimentos sociais que marcaram o ano de 1968

- A) foram manifestações desprovidas de conotação política, que tinham o objetivo de questionar a rigidez dos padrões de comportamento social fundados em valores tradicionais da moral religiosa.
- B) restringiram-se às sociedades de países desenvolvidos, onde a industrialização avançada, a penetração dos meios de comunicação de massa e a alienação cultural que deles resultava eram mais evidentes.
- C) resultaram no fortalecimento do conservadorismo político, social e religioso que prevaleceu nos países ocidentais durante as décadas de 70 e 80.
- D) tiveram baixa repercussão no plano político, apesar de seus fortes desdobramentos nos planos social e cultural, expressos na mudança de costumes e na contracultura.
- E) inspiraram futuras mobilizações, como o pacifismo, o ambientalismo, a promoção da equidade de gêneros e a defesa dos direitos das minorias.

02. (Enem/2011) Na década de 1990, os movimentos sociais camponeses e as ONGs tiveram destaque ao lado de outros sujeitos coletivos. Na sociedade brasileira, a ação dos movimentos sociais vem construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática.

SOUZA, M. A. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades das práticas democráticas*.

Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt>>. Acesso em: 30 abr. 2010 (adaptado).

Segundo o texto, os movimentos sociais contribuem para o processo de construção democrática, porque

- A) determinam o papel do Estado nas transformações socioeconômicas.
- B) aumentam o clima de tensão social na sociedade civil.
- C) pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.
- D) privilegiam determinadas parcelas da sociedade em detrimento das demais.
- E) propiciam a adoção de valores éticos pelos órgãos do Estado.

03. (Enem/2012) Nós nos recusamos a acreditar que o banco da justiça é falível. Nós nos recusamos a acreditar que há capitais insuficientes de oportunidade nesta nação. Assim nós viemos trocar este cheque, um cheque que nos dará o direito de reclamar as riquezas de liberdade e a segurança da justiça.

KING Jr., M. L. *Eu tenho um sonho*, 28 ago. 1963.

Disponível em: <www.palmares.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2011 (adaptado).

O cenário vivenciado pela população negra, no sul dos Estados Unidos nos anos 1950, conduziu à mobilização social. Nessa época, surgiram reivindicações que tinham como expoente Martin Luther King e objetivavam

- A) a conquista de direitos civis para a população negra.
- B) o apoio aos atos violentos patrocinados pelos negros em espaço urbano.
- C) a supremacia das instituições religiosas em meio à comunidade negra sulista.
- D) a incorporação dos negros no mercado de trabalho.
- E) a aceitação da cultura negra como representante do modo de vida americano.

04. (Enem/2012)



Texto do cartaz: "Amor e não guerra"

Nos anos que seguiram à Segunda Guerra, movimentos como o Maio de 1968 ou a campanha contra a Guerra do Vietnã culminaram no estabelecimento de diferentes formas de participação política. Seus *slogans*, tais como "Quando penso em revolução quero fazer amor", se tornaram símbolos da agitação cultural nos anos 1960, cuja inovação relacionava-se

- A) à contestação da crise econômica europeia, que fora provocada pela manutenção das guerras coloniais.
 B) à organização partidária da juventude comunista, visando o estabelecimento da ditadura do proletariado.
 C) à unificação das nações de libertação social e libertação individual, fornecendo um significado político ao uso do corpo.
 D) à defesa do amor cristão e monogâmico, com fins à reprodução, que era tomado como solução para os conflitos sociais.
 E) ao reconhecimento da cultura das gerações passadas, que conviveram com a emergência do *rock* e outras mudanças nos costumes.
05. (Enem/2017) A Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, representou uma ousada e necessária proposta de mudança cultural e jurídica a ser implantada no ordenamento jurídico brasileiro, a exemplo do que ocorreu em outros países, objetivando a erradicação da contumaz violência praticada principalmente por homens contra mulheres com quem mantêm vínculos de natureza doméstica, familiar e afetiva.

SOUZA, S. R. *Lei Maria da Penha comentada*. Curitiba: Juruá, 2013 (adaptado).

A vigência dessa norma legal, de amplo conhecimento da sociedade, revela a preocupação social com a

- A) partilha dos bens comuns.
 B) ruptura dos laços familiares.
 C) dignidade da pessoa humana.
 D) integridade dos filhos menores.
 E) conservação da moralidade pública.
06. (UEL/2014) Observe as imagens a seguir.



Imagem 1

Imagem 2

Imagem 3



Imagem 4



Imagem 5

Em junho de 2013, manifestações de rua envolvendo milhares de pessoas ocuparam os espaços públicos urbanos, colocando uma série de demandas expressas em cartazes dos mais variados conteúdos.

Com base nas imagens, assinale a alternativa correta.

- A) Imagem 1: "O Estado é laico" testemunha o reconhecimento de que o governo desconhece os grandes problemas nacionais.
- B) Imagem 2: "Não tenho partido, tenho amor pelo meu país!!!" indica as dificuldades encontradas por jovens nacionalistas em serem aceitos pelos partidos tradicionais, que preferem políticos profissionais e mais velhos.
- C) Imagem 3: "Feliciano, a gente não te esqueceu!!!", trata-se de um tributo a líder do movimento pela liberdade sexual no Brasil, recentemente morto por gangues homofóbicas.
- D) Imagem 4: "Égalité, Fraternité, Liberté" aponta para a retomada de valores socialistas que identificam o homem para além de sua condição de cidadão.
- E) Imagem 5: "PEC 37 também não" é um repúdio à tentativa de aprovar proposta de lei que tratava das competências do Ministério Público nas investigações de casos de corrupção.

07. (Unicamp/2019) A propaganda através de inscrições e desenhos em muros e paredes é uma parte integrante de Paris revolucionária de Maio de 1968. Ela se tornou uma atividade de massa, parte e parcela do método de autoexpressão da Revolução.

SOLIDARITY, Paris: maio de 68. São Paulo: Conrad. 2008, p. 15. Adaptado.



Inscrição: Liberem a expressão
Philippe Gras. Paris, 28/05/1968.
Disponível em: <<http://proxy.handle.net/>>.

Considerando o texto e a imagem anterior, assinale a alternativa correta sobre o movimento de maio de 1968.

- A) Influenciado pela política de Estado da União Soviética, as manifestações de 1968 desencadeadas pelos operários franceses, que exigiam melhores condições de trabalho, por meio das pichações em muros espalhados pela cidade.
- B) Influenciado pelo contexto cultural da Guerra Fria, as manifestações de 1968 tinham como palavras de ordem a liberdade de expressão política e sexual, como se via nas inscrições nos muros de Paris.
- C) Influenciado pelos movimentos *punk*-anarquistas ingleses, as manifestações de 1968 na França foram responsáveis pelo enfraquecimento do então presidente Charles De Gaulle e seu lema aparecia em inscrições nos muros.
- D) Influenciado por ideias esquerdistas, comunistas e anarquistas, as manifestações de 1968 ficaram restritas às camadas populares francesas, sendo que as inscrições nos muros das cidades indicavam o grupo social responsável.

08. (Enem/2018 – PPL) A elaboração da Lei n. 11.340/06 (Lei Maria da Penha) partiu, em grande medida, de uma perspectiva crítica aos resultados obtidos pela criação dos Juizados Especiais Criminais direcionada à banalização do conflito de gênero, observada na prática corriqueira da aplicação de medidas alternativas correspondentes ao pagamento de cestas básicas pelos acusados.

VASCONCELOS, F. B. Disponível em: <www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 11 dez. 2012. Adaptado.

No contexto descrito, a lei citada pode alterar a situação da mulher ao proporcionar sua

- A) atuação como provedora do lar.
 - B) inserção no mercado de trabalho.
 - C) presença em instituições policiais.
 - D) proteção contra ações de violência.
 - E) participação enquanto gestora pública.
09. (Enem/2015) Não nos resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas de reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do Regime Militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

GOHN, M. G. M. *Os sem-terras, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003 (adaptado).

No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para

- A) diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
 - B) tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais.
 - C) difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
 - D) ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos.
 - E) fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.
10. (Enem/2015) Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a)

- A) ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.
- B) pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.
- C) organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.
- D) oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.
- E) estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.



Fique de Olho

PROTESTOS NA INTERNET: CONHEÇA 7 CASOS RECENTES DE ATIVISMO HACKER

Por Colaborador Externo | 21 de Setembro de 2017 às 09h41

* Por UPX Technologies

O hacktivism (junção das palavras *hacker* e *ativismo*) é uma forma de protesto contra governos e empresas, promovendo ideias com relação à liberdade política e de expressão, direitos humanos, ética, entre outras. Embora exista desde os anos 90, esse termo se popularizou somente em meados de 2003, com o surgimento do grupo Anonymous, conhecido principalmente por suas práticas de ciberativismo.

A prática vai muito além de invadir e derrubar *sites*. O objetivo maior por trás de toda a operação é contestar uma causa e gerar impacto. Por meio de ataques distribuídos de negação de serviço (os famosos “DDoS”), por exemplo, o invasor envia um grande número de requisições ao servidor do alvo, congestionando o tráfego e derrubando o serviço por tempo indeterminado.

“Cada vez mais comum, essa prática é perigosa pois nunca se sabe quando ou porque uma empresa pode ser atacada. Sendo assim, é fundamental que corporações e órgãos governamentais adotem medidas de segurança preventiva, a fim de evitar prejuízos”, afirma Bruno Prado, CEO da UPX Technologies.

Conheça abaixo sete casos de hacktivism que repercutiram nos últimos tempos:

Espionagem norte-americana

Em 2013, *hackers* brasileiros do grupo “BMPoC” alteraram endereços da *web* gerenciados pela NASA, agência espacial dos Estados Unidos, em protesto contra os supostos casos de espionagens da Agência de Segurança Nacional (NSA) contra líderes de outros países, entre eles, a presidência do Brasil. A mensagem repudiava a prática e afirmava que “o povo brasileiro não é a favor dessa atitude”.

Caça às baleias

Em dezembro de 2015, *websites* do primeiro-ministro, dos ministérios do Interior e do Meio Ambiente da Islândia foram derrubados por um grupo de ativistas em protesto à caça das baleias, prática polêmica que acontece amplamente no norte do Oceano Atlântico. O grupo convidava os internautas a utilizarem uma rede social para postar comentários sobre o assunto. O mesmo aconteceu com o *site* da montadora japonesa Nissan, que pagou pela prática do governo de seu país ao também incentivar esse tipo de pesca.

Franquia de Internet

Ataques *hackers* por negação de serviço causaram instabilidade ao *site* da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) em abril de 2016, durante a discussão sobre a proposta das operadoras em adotar limites de dados nos pacotes de internet fixa. Na oportunidade, os ativistas criticaram a posição da entidade, da qual o presidente havia afirmado que “a era da Internet ilimitada acabou”.

Bloqueio de aplicativo

Durante o mês de maio de 2016, ataques em série foram realizados a *sites* oficiais relacionados ao estado de Sergipe, como o do Governo do Estado e do Tribunal de Justiça, pelo grupo Anonymous, em represália ao bloqueio do aplicativo WhatsApp. Até a página da prefeitura de Lagarto, comarca de onde saiu a decisão, também ficou fora do ar. “Se o WhatsApp ficará bloqueado por 72h, assim será também então com o site do Tribunal de Justiça de Sergipe, em forma de protesto pelos motivos expostos. Não nos calarão”, dizia a nota. Dois meses depois, o mesmo aconteceu com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, após novo bloqueio.

Ocupação de universidade

Após uma polêmica ocupação de estudantes no campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) contra uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241), em outubro de 2016, *hackers* invadiram a página oficial da instituição para manifestar opinião contrária à ação. “Os estudantes da UESB que querem de fato estudar e contribuir para um país melhor repudiam a ocupação”, dizia a nota.

Machismo

Em fevereiro de 2017, o grupo Anonymous Brasil hackeou o site da marca de móveis Alezzia, que sofria acusações de objetificação das mulheres ao utilizar um modelo em trajes de banho para vender seus produtos, e que também havia contratado um estagiário demitido por outra companhia por postar comentários machistas nas redes sociais. Na ação, os *hackers* excluíram itens da loja virtual, postaram um vídeo com conteúdo feminista e afirmaram ter sequestrado dados dos clientes e os notificados para que processassem a empresa por falta de segurança.

Lava Jato

Os *sites* do então presidente do Senado, Eunício Oliveira, e do partido Democratas (DEM), do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, foram alvo de invasões do grupo Anonymous em protesto a supostas citações em depoimentos durante investigações da Operação Lava Jato, que envolve diversos nomes da política nacional. No caso de Oliveira, o grupo ainda publicou dados pessoais do senador, uma prática conhecida como “exposed”.

* UPX Technologies é uma empresa especializada em performance e segurança digital



Seção Videoaula



Movimentos Sociais



Cidadania na Democracia de Massa

C-3	H-12, 15
C-5	H-22, 14

Imagine que, a partir de hoje, você fica proibido de andar pela rua, de frequentar a escola, de ler sua revista preferida, de votar. A vida assim não lhe parece fora de compasso? Essas são algumas das conquistas que a civilização levou séculos para incorporar ao cotidiano, e só a ideia de perdê-las já assume o peso de um atentado inaceitável à integridade das pessoas. São direitos que adquirimos ao longo da história e que já amadureceram a ponto de se universalizar.

Até 1789, quando a **Revolução Francesa** criou a imagem do “cidadão moderno”, o mundo parecia girar mais lentamente. A partir do século XIX, reestruturações territoriais, políticas, econômicas e sociais começaram a agitar o planeta numa velocidade cada vez maior, até que, no século XX, a história apertou o passo como nunca se havia visto antes. Nos quatro cantos do mundo explodiram guerras, firmaram-se novos regimes políticos, estabeleceram-se lideranças econômicas globais; a tecnologia saiu da ficção científica para virar realidade diária. Agora, no início do terceiro milênio, a **globalização** quebra barreiras culturais, redefine territórios comerciais, reconfigura o mundo e as atitudes das pessoas que nele vivem. E vêm as inquietações: o cidadão moderno da Revolução Francesa tem espaço nessa nova geografia? A cidadania existe para todos no mundo globalizado?

Essas questões permeiam hoje todas as discussões sobre o indivíduo e a sociedade, e cada país – ou cada comunidade, cada cultura – tenta respondê-las a seu modo. No Brasil, o debate tem sido cada vez mais evidente. Palavras como democracia, transparência, justiça social e desenvolvimento voltaram à ordem do dia com toda a força, desde meados dos anos 1980, quando o país iniciou seu processo de redemocratização. Ao mesmo tempo, cresce a consciência de que à população não cabe apenas esperar, de braços cruzados, que o governo – mesmo o governo eleito democraticamente – tome sozinho “suas” decisões. Nesse cenário, vêm se fortalecendo as Organizações Não Governamentais, as associações e os grupos que mobilizam pessoas e pressionam o poder público.

Cidadania, o que é?

Cidadão é a pessoa que se identifica culturalmente como parte de um território delimitado por fronteiras e costurado pelos costumes ali mantidos; é aquele que usufrui de direitos e cumpre deveres estabelecidos em lei. Em nosso país, por várias razões históricas, a identificação do indivíduo com a pátria às vezes é frágil ou carregada de desconfiança. Essa visão negativa (“O Estado brasileiro não funciona”, “Não vejo retorno na minha vida para os impostos que pago”) talvez crie um distanciamento do brasileiro; embora cidadão perante as leis, ele nem sempre age como protagonista diante do Estado – que existe justamente para e por causa das pessoas.

Mas aos poucos as mudanças se configuram. Estão por aí e nos afetam de forma mais ou menos ostensiva. Um exemplo curioso e representativo é uma faixa informativa que pode ser vista na porta de muitas escolas de grandes cidades brasileiras. Seus dizeres são: “Seja cidadão. Não pare em fila dupla”. Há alguns anos, provavelmente, a mensagem aos motoristas seria simples e autoritariamente: “É proibido parar em fila dupla” ou “Não pare em fila dupla”. Agora, parece haver algo de diferente no ar. Não se trata apenas de impor regras, mas de fazer com que a população passe a perceber

que cada ato, por mais rotineiro e aparentemente inofensivo que seja, carrega uma série de implicações em relação ao outro, seja ele parente, vizinho, professor, chefe, empregado ou governante.

A consciência dos seus direitos e obrigações, das próprias possibilidades e limites, é o primeiro passo para ser um cidadão pleno e atuante. Os caminhos são muitos, e você é quem os escolhe.

A palavra **cidadania** é derivada de cidadão, que vem do latim *civitas*. Na Roma antiga, o conjunto de cidadãos que constituíam uma cidade era chamado de *civitate*.

A palavra “cidadania” foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que ela tinha ou podia exercer. Segundo o sociólogo e economista Dalmo Dallari: “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. *

Naquela época, e durante muito tempo, a noção de cidadania esteve ligada à ideia de privilégio, pois os direitos de cidadania eram explicitamente restritos a determinadas classes e grupos.

A definição de cidadania foi sofrendo alterações ao longo do tempo, seja pelas alterações dos modelos econômicos, políticos e sociais ou pelas conquistas, resultantes das pressões exercidas pelos excluídos dos direitos e garantias a poucos preservados, num rico processo histórico que deixamos de abordar, por não constituir o propósito deste trabalho.

O fato, é que, modernamente, uma vasta quantidade de direitos já está estabelecida pela legislação, direitos esses que alcançam todos os indivíduos, sem restrições.

Mas, se já estão assegurados a todos esses direitos e liberdades, o aluno poderá, com razão, indagar qual o sentido deste estudo.

O que ocorre, na verdade, é que, embora garantidos pela Constituição Federal e pelas leis, o que se verifica, na prática, é uma reiterada e ostensiva violação desses direitos de cidadania contra a maioria da população excluída dos bens e serviços desfrutados pelas elites.

O grande desafio é, portanto, além de incorporar novos direitos aos já existentes, integrar cada vez um número maior de indivíduos ao gozo dos direitos reconhecidos.

Podemos então definir **cidadania** como: **um conjunto de direitos e liberdades políticas sociais e econômicas, já estabelecidos ou não pela legislação.**

Já **exercício da cidadania** é a forma de fazer valer os direitos garantidos. Exigir a observância dos direitos e zelar para que não sejam desrespeitados.

No Brasil, estamos gestando a nossa cidadania. Damos passos importantes com o processo de redemocratização e a Constituição de 1988. Mas muito temos que andar. Ainda predomina uma visão reducionista da cidadania (votar, e de forma obrigatória, pagar os impostos... ou seja, fazer coisas que nos são impostas) e encontramos muitas barreiras culturais e históricas para a vivência da cidadania. Somos filhos e filhas de uma nação nascida sob o signo da cruz e da espada, acostumados a apanhar calados, a dizer sempre “sim senhor”, a “engolir sapos”, a achar “normal” as injustiças, a termos um “jeitinho” para tudo, a não levar a sério a coisa pública, a pensar que direitos são privilégios e exigi-los é ser boçal e metido, a pensar que Deus é brasileiro e se as coisas estão como estão é por vontade Dele.

Os direitos que temos não nos foram conferidos, mas conquistados. Muitas vezes compreendemos os direitos como uma concessão, um favor de quem está em cima para os que estão em baixo. Contudo, a cidadania não nos é dada, ela é construída e conquistada a partir da nossa capacidade de organização, participação e intervenção social.

A cidadania não surge do nada como um toque de mágica, nem tão pouco a simples conquista legal de alguns direitos significa a realização destes direitos. É necessário que o cidadão participe, seja ativo, faça valer os seus direitos. Simplesmente porque existe o Código do Consumidor, automaticamente deixarão de existir os desrespeitos aos direitos do consumidor ou então estes direitos se tornarão efetivos? Não! Se o cidadão não se apropriar desses direitos fazendo-os valer, esses serão letra morta, ficarão só no papel.

Construir cidadania é também construir novas relações e consciências. A cidadania é algo que não se aprende com os livros, mas com a convivência, na vida social e pública. É no convívio do dia a dia que exercitamos a nossa cidadania, através das relações que estabelecemos com os outros, com a coisa pública e o próprio meio ambiente. A cidadania deve ser perpassada por temáticas como a solidariedade, a democracia, os direitos humanos, a ecologia, a ética.

A cidadania é tarefa que não termina. A cidadania não é como um dever de casa, em que faço a minha parte, apresento e pronto, acabou. Enquanto seres inacabados que somos, sempre estaremos buscando, descobrindo, criando e tomando consciência mais ampla dos nossos direitos. Nunca poderemos chegar e considerar a tarefa pronta, pois novos desafios na vida social surgirão, demandando novas conquistas e, portanto, mais cidadania.

Direitos Sociais	Direitos Humanos
<p>Dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas. São todos aqueles que devem repor a força de trabalho, sustentando o corpo humano – alimentação, habitação, saúde etc.</p> <p>Direitos sociais são aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos, por isso tendem a exigir do Estado intervenções na ordem social segundo critérios de justiça distributiva. Assim, diferentemente dos direitos liberais, se realizam por meio de atuação estatal, com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais. Por isso, tendem a possuir um custo alto e a se realizar a longo prazo.</p> <p>Os direitos sociais do homem consistem em: o direito à vida (direitos da mãe, direitos da infância, direito das famílias numerosas); direito à igualdade do homem e da mulher; direito a uma educação digna do homem; direito de imigração e de emigração; direito de livre escolha para aderir às diversas associações econômicas, políticas e culturais, e para delas sair ao seu agrado.</p>	<p>Os direitos humanos são os direitos e liberdades básicos de todos os seres humanos.</p> <p>Normalmente o conceito de direitos humanos tem a ideia também de liberdade de pensamento e de expressão, e a igualdade perante a lei.</p>

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1988	
Direitos Cívicos	Direitos Políticos
<p>Dizem respeito basicamente ao direito de se dispor do próprio corpo, locomoção, segurança etc.</p> <p>Direitos cívicos são as proteções e privilégios de poder pessoal dados a todos os cidadãos por lei. Direitos cívicos são distintos de “direitos humanos” ou “direitos naturais”, também chamados “direitos divinos”.</p> <p>Direitos cívicos são direitos que são estabelecidos pelas nações, limitados aos seus limites territoriais, enquanto direitos naturais ou humanos são direitos que muitos acadêmicos dizem que os indivíduos têm por natureza ao nascer. Por exemplo, o filósofo John Locke (1632–1704) argumentou que os direitos naturais da vida, liberdade e propriedade deveriam ser convertidos em direitos cívicos e protegidos pelo Estado soberano como um aspecto do contrato social. Outros argumentaram que as pessoas adquirem direitos como um presente inalienável da divindade ou em um tempo de natureza antes que os governos se formaram. Mais nem todos os direitos são “cumpridos”.</p>	<p>Dizem respeito à deliberação do homem sobre sua vida, ao direito de ter livre expressão de pensamento e prática política, religiosa etc. Mas, principalmente, relacionam-se à convivência com os outros homens em organismos de representação direta ou indireta, resistindo a imposições dos poderes.</p> <p>Os direitos políticos constituem um conjunto de normas constitucionalmente fixadas, referentes à participação popular no processo político. Dizem respeito, em outras palavras, à intervenção do cidadão na vida pública de determinado país.</p> <p>Correspondem ao direito de sufrágio, em suas diversas manifestações, bem como a outros direitos de participação no processo político.</p> <p>Este conjunto de direitos varia conforme país, e encontra-se intimamente vinculado ao regime político e sistema eleitoral e partidário instituídos em cada estado.</p>

Leitura Complementar

ALGUNS DIREITOS DO CIDADÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA QUE SÃO POUCO CONHECIDOS

- **Mandado de injunção** – Destina-se a assegurar direitos constitucionais não regulamentados. O Mandado de Injunção deve ser proposto quando há ausência de lei, embora o direito esteja consagrado na Constituição.
- **Habeas data** – É uma inovação no Direito brasileiro. Sua finalidade é assegurar ao cidadão o direito de saber o que contém as fichas produzidas pelos órgãos públicos, a seu respeito. A norma se aplica às fichas policiais e a qualquer tipo de cadastro.
- **Direito de resposta** – O veículo de comunicação que publicar uma ofensa deverá, com igual destaque, publicar a defesa do ofendido. O veículo será obrigado, caso haja solicitação de um juiz. Mesmo sem reflexos patrimoniais, o puro agravo moral é passível de indenização. Significa que, se alguém ofender a outro, por qualquer meio público de comunicação, terá o ofendido direito à indenização, fixada por via judicial.
- **Liberdade de consciência** – Ninguém poderá sofrer qualquer restrição por professar qualquer culto religioso. Essa liberdade de culto não pode ser invocada para que se deixe de cumprir obrigação legal imposta a todos.
- **A casa é asilo inviolável** – Ninguém poderá entrar em sua casa sem a sua autorização, salvo em casos necessários, como prestação de socorros a alguém que o solicitar. Nem mesmo a polícia ou outro agente da lei. Estes só poderão entrar em sua casa durante o dia, com um mandado judicial. À noite (depois das 18h e antes das 6 horas), não podem entrar nem de posse do mandado.

- **Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei** – A autoridade não pode obrigar a alguém fazer algo, ou deixar de fazê-lo, se não houver uma lei anterior justificando. Essa disposição Constitucional visa impedir que a autoridade institua obrigações, segundo o seu arbítrio pessoal. As pessoas estão sujeitas apenas à lei. O cidadão tem o direito de exigir da autoridade que mencione a lei, com base na qual está agindo.
- **Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza** – É um direito básico, essencial para a existência de uma sociedade democrática.
- **É inviolável o sigilo da correspondência, dos telegramas e das comunicações telefônicas** – Ninguém, nenhuma autoridade, sob qualquer pretexto, nem mesmo com ordem judicial, poderá abrir sua carta ou telegrama. As comunicações telefônicas são também invioláveis. Deixam de ser por mandado judicial, para fins de investigação criminosa ou instrução processual.
- **É livre o exercício de qualquer trabalho, atendidas às qualificações que a lei estabelecer** – Quando uma profissão não estiver regulamentada, inexistindo exigência de qualificação específica, qualquer pessoa poderá livremente exercê-la.
- **É livre a locomoção no território nacional** – Assegura a todos liberdade de viajar para onde queira, de fixar residência em qualquer local do país ou dele sair com seus bens, desde que não esteja impedido, para fins de investigação criminal ou instrução processual.
- **Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações** – Igualdade, inclusive, na relação conjugal. Hoje as obrigações e deveres da família são iguais para o homem e para a mulher.
- **Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento desumano e degradante** – A tortura é objeto de proibição, crime inafiançável. A proibição se dá para assegurar a realização da Justiça.
- **É livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato** – É livre a manifestação do pensamento, a livre expressão da atividade cultural, artística, científica e de comunicação.
- **Todos podem reunir-se pacificamente** – A necessidade de aviso prévio à autoridade só é justificada em determinadas circunstâncias. A critério da autoridade poderá ser necessário dar segurança à reunião.
- **É plena a liberdade de associação para fins lícitos** – Não será necessária autorização do governo para a criação de sindicatos ou associações de qualquer natureza, vedando-se também a interferência do Estado no seu funcionamento. Essa deliberação aplica-se também às cooperativas, excetuando-se as de crédito.
- **A prática do racismo é crime inafiançável** – Qualquer prática que possa ser considerada como discriminação a alguém, em virtude da sua cor, constitui crime inafiançável.

A luta contra a violência institucionalizada

O que é violência? Além de ser um constrangimento físico ou moral, é um ato vergonhoso que acontece diariamente, em todos os lugares do Brasil e do mundo. Ninguém sai mais às ruas seguro de que vai voltar ao seu lar, muitas pessoas morrem e deixam a família em sofrimento por causa de um assalto, uma bala perdida ou outra causa de violência.

Ao andar pelas ruas, ninguém mais confia em ninguém. Todos, ao se aproximarem de qualquer pessoa já ficam preocupadíssimos, sempre achando que vão ser assaltados ou coisa igual.

Cada dia que passa a violência aumenta rapidamente, e, em vez de sermos unidos, parece que nos separamos. Não sabemos como será o dia de amanhã, há tanto medo dentro de nós que não pensamos em outra coisa senão violência. Não podemos esquecer de ressaltar a violência nas torcidas de esportes. Coisa que deveria ser diversão, acaba em violência ou morte!

Quem não olha televisão? Todos os dias há casos e mais casos de mortes, assassinatos. Quase todos com uma coisa em comum: a impunidade.

Como todos nós sabemos, acontece, no Brasil, graves violações dos direitos humanos.

As vítimas tendem a ser aqueles que mais precisam de proteção: os pobres urbanos e rurais, os povos indígenas, os negros, os jovens. E também aqueles que trabalham em prol dos mesmos: advogados, sacerdotes, líderes sindicais, camponeses. Os violadores costumam ser agentes do Estado, cuja responsabilidade legal é a proteção dos cidadãos.

A despeito de algumas exceções notáveis, a impunidade ainda predomina para a maioria dos crimes contra os direitos humanos.

Em muitas cidades emergiram forças que passaram a explorar a desintegração social do ambiente urbano, para impor formas próprias de regulação social. As brechas cada vez maiores entre riqueza e pobreza, juntamente com as atividades do crime organizado e a disponibilidade de armas, criaram uma mistura explosiva, em que se deu a escalada da violência social brasileira. Somando-se a isso a inadequação do judiciário e a propensão de certos setores da polícia a agir como juiz, júri e carrasco daqueles que consideram “elementos marginais”, formou-se um vácuo político e legal em que ocorrem violações brutais dos direitos humanos.

Mas, embora a história e os padrões sociais nos ajudem a entender os problemas dos direitos humanos no Brasil, não bastam para explicar a impunidade de que desfruta um número excessivamente grande de violadores desses direitos.

Acima de tudo, o governo deveria prestar contas ao povo brasileiro

Violência é proporcional à discriminação social

Os baixos salários, o desemprego e a recessão aumentam a miséria e a violência social. A violência pode não ser desejada pela sociedade civil, mas é desejada pelo governo, para afastar o povo da participação da vida nacional. É bom alertar também, que a recessão pode levar o país ao caos, à convulsão social e à ditadura.

A violência pode ser tomada como sinônimo de defesa. Ela é uma agressão de defesa. Um povo abandonado, amedrontado, humilhado, intimidado e atemorizado, até pela propaganda da violência,



foto:500123RF/EasyPix

não participa. Nessa situação, consciente ou inconscientemente, uma intenção daqueles que estão no poder no sentido de afastar as pessoas da participação social, política e econômica. Isso vem ao encontro desse sistema que privilegia uma pequena minoria e prejudica a grande maioria. Por isso, a violência, muitas vezes, é estimulada por aqueles que estão no poder para se manterem no poder.

As autoridades estão apostando na violência, pois agora se criam condições para que esta violência subsista e afaste o povo daquilo que é um direito do povo, a participação na vida nacional.

Temos grandes cidades que são de primeiro mundo. Aqui também temos a criminalidade do primeiro mundo. A criminalidade da droga, da violência policial, das quadrilhas organizadas. Agora, no Brasil real, que não é o Brasil do primeiro mundo, temos uma criminalidade que é fruto da discriminação social em que o povo vive, onde poucos são os donos e muitos são os escravos.

Pelo fato de o povo viver inseguro, amedrontado e intimidado, seria mais sensato e coerente que os meios de comunicação falassem de flores e amores em vez de promover programas de violência.

Mas o governo detém os cordéis dos meios de comunicação e as grandes empresas se mantêm através do favorecimento do governo e através da manipulação da informação. Por isso eles promovem a violência exatamente para mostrar ao povo que ele tem que ficar na moita, sem o mínimo de esperança. Quando o povo chega em casa, depois de 12 horas de trabalho, e não só de trabalho, mas de envolvimento com toda esta loucura de vida, ele assiste novamente à violência do que foi sujeito. Isso quer dizer que ele vive permanentemente num mundo de violência, dentro e fora de casa. Que esperança este povo pode ter deste mundo?

Eis algumas causas da violência: a exclusão; as drogas; a falta de atendimento as necessidades básicas, como saúde, educação e lazer; e outras coisas também...

A não venda de armas pode diminuir as estatísticas da mesma. No mais, uma coisa que podemos fazer é nos educarmos para que nunca sejamos violentos.

O que são Direitos Humanos?

Os direitos humanos são princípios internacionais que servem para proteger, garantir e respeitar o ser humano. Devem assegurar às pessoas o direito de levar uma vida digna. Isto é: com acesso à liberdade, ao trabalho, à terra, à saúde, à moradia, a educação, entre outras coisas.

Foi à luta contra a opressão que ajudou o surgimento dos direitos humanos. A luta pela liberdade e pela vida. Liberdade que significa muito mais do que não estar preso. E a libertação de regimes econômicos, sociais e políticos que oprimem e impõem a fome e a miséria.

É importante saber que as autoridades públicas são responsáveis pela efetivação dos direitos humanos. Países como o Brasil assinaram os documentos se comprometendo a respeitar, garantir e proteger esses direitos. Desta forma, podemos cobrar dos governantes o dever de zelar por uma sociedade justa e sem exploração. O povo tem poder legítimo de exigir do Estado o cumprimento dos direitos humanos.

Antes de qualquer coisa, é importante saber que a vida é um direito humano do qual ninguém pode ser privado. Mas a garantia à saúde, à educação, ao salário justo e à moradia também são. Ninguém vive em condições dignas sem alimentação, vestuário, moradia, trabalho, previdência, participação política e tudo o mais.

Isto quer dizer que os direitos humanos não podem ser divididos, mesmo escritos em separado. Eles dependem uns dos outros. Valem para todas as pessoas do mundo. São universais.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2010) “Pecado nefando” era expressão correntemente utilizada pelos inquisidores para a sodomia. Nefandus: o que não pode ser dito. A Assembleia de clérigos reunida em Salvador, em 1707, considerou a sodomia “tão péssimo e horrendo crime”, tão contrário à lei da natureza, que “era indigno de ser nomeado” e, por isso mesmo, nefando.

NOVAIS, F.; MELLO E SOUZA L. *História da vida privada no Brasil*. V. 1. São Paulo: Companhia das Letras. 1997 (adaptado).

O número de homossexuais assassinados no Brasil bateu o recorde histórico em 2009. De acordo com o Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis), nesse ano foram registrados 195 mortos por motivação homofóbica no País.

Disponível em: <www.alemदानoticia.com.br/utimas_noticias.php?codnoticia=3871>. Acesso em: 29 abr. 2010 (adaptado).

A homofobia é a rejeição e menosprezo à orientação sexual do outro e, muitas vezes, expressa-se sob a forma de comportamentos violentos. Os textos indicam que as condenações públicas, perseguições e assassinatos de homossexuais no país estão associadas

- A) à baixa representatividade política de grupos organizados que defendem os direitos de cidadania dos homossexuais.
- B) à falência da democracia no país, que torna impeditiva a divulgação de estatísticas relacionadas à violência contra homossexuais.
- C) à Constituição de 1988, que exclui do tecido social os homossexuais, além de impedi-los de exercer seus direitos políticos.
- D) a um passado histórico marcado pela demonização do corpo e por formas recorrentes de tabus e intolerância.
- E) a uma política eugênica desenvolvida pelo Estado, justificada a partir dos posicionamentos de correntes filosófico-científicas.

02. (Enem/2017)

O conceito de democracia, no pensamento de Habermas, é construído a partir de uma dimensão procedimental, calcada no discurso e na deliberação. A legitimidade democrática exige que o processo de tomada de decisões políticas ocorra a partir de uma ampla discussão pública, para somente então decidir. Assim, o caráter deliberativo corresponde a um processo coletivo de ponderação e análise, permeado pelo discurso, que antecede a decisão.

VITALE, D. *Jürgen Habermas, modernidade e democracia deliberativa*. Cadernos do CRH (UFBA), v. 19, 2006 (adaptado).

O conceito de democracia proposto por Jürgen Habermas pode favorecer processos de inclusão social. De acordo com o texto, é uma condição para que isso aconteça o(a)

- A) participação direta periódica do cidadão.
- B) debate entre e racional entre cidadãos e Estado.
- C) interlocução entre os poderes governamentais.
- D) eleição de lideranças políticas com mandatos temporários.
- E) controle do poder político por cidadãos mais esclarecidos.

03. (Enem/2017)

Muitos países se caracterizam por terem populações multiétnicas. Com frequência, evoluíram desse modo ao longo de séculos. Outras sociedades se tornaram multiétnicas mais rapidamente, como resultado de políticas incentivando a migração, ou por conta de legados coloniais e imperiais.

GIDDENS, A. *SOCIOLOGIA*. Porto Alegre: Penso, 2012 (adaptado).

Do ponto de vista do funcionamento das democracias contemporâneas, o modelo de sociedade descrito demanda, simultaneamente,

- A) defesa do patriotismo e rejeição ao hibridismo.
- B) universalização de direitos e respeito à diversidade.
- C) segregação do território e estímulo ao autogoverno.
- D) políticas de compensação e homogeneização do idioma.
- E) padronização da cultura e repressão aos particularismos.

04. (Enem/2017 – 2ª Aplicação)

O racismo institucional é a negação coletiva de uma organização em prestar serviços adequados para pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Pode estar associado a formas de preconceito inconsciente, desconsideração e reforço de estereótipos que colocam algumas pessoas em situações de desvantagem.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Penso, 2012 (adaptado).

O argumento apresentado no texto permite o questionamento de pressupostos de universalidade e justifica a institucionalização do políticas antirracismo.

No Brasil, um exemplo desse tipo de política é a

- A) reforma do Código Penal.
- B) elevação da renda mínima.
- C) adoção de ações afirmativas.
- D) revisão da legislação eleitoral.
- E) censura aos meios de comunicação.

05. (Enem 2016)

A democracia deliberativa afirma que as partes do Conflito político devem deliberar entre si e, por meio de argumentação razoável, tentar chegar a um acordo sobre as políticas que seja satisfatório para todos. A democracia ativista desconfia das exortações à deliberação por acreditar que, no mundo real da política, onde as desigualdades estruturais influenciam procedimentos e resultados, processos democráticos que parecem cumprir as normas de deliberação geralmente tendem a beneficiar os agentes mais poderosos. Ela recomenda, portanto, que aqueles que se preocupam com a promoção de mais justiça devem realizar principalmente a atividade de oposição crítica, em vez de tentar chegar a um acordo com quem sustenta estruturas de poder existentes ou delas se beneficia.

YOUNG, I. M. Desafios ativistas à democracia deliberativa *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13, jan-abr. 2014.

As concepções de democracia deliberativa e de democracia ativista apresentadas no texto tratam como imprescindíveis, respectivamente

- A) a decisão da maioria e a uniformização de direitos.
- B) a organização de eleições e o movimento anarquista.
- C) a obtenção do consenso e a mobilização das minorias.
- D) a fragmentação da participação e a desobediência civil.
- E) a imposição de resistência e o monitoramento da liberdade.



Exercícios Propostos

01. (Enem/2016 - 2ª aplicação) O processo de justiça é um processo ora de diversificação do diverso, ora de unificação do idêntico. A igualdade entre todos os seres humanos em relação aos direitos fundamentais é o resultado de um processo de gradual eliminação de discriminações e, portanto, de unificação daquilo que ia sendo reconhecido como idêntico: uma natureza comum do homem acima de qualquer diferença de sexo, raça, religião etc.

BOBBIO, N. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. De acordo com o texto, a construção de uma sociedade democrática fundamenta-se em:

- A) A norma estabelecida pela disciplina social.
- B) pertença dos indivíduos à mesma categoria.
- C) A ausência de constrangimentos de ordem pública.
- D) A debilitação das esperanças na condição humana.
- E) A garantia da segurança das pessoas e valores sociais.

02. (Enem/2018)

Figura 1



Disponível em: <www.therhenryford.org>. Acesso em: 3 mai. 2018.

Figura 2



Disponível em: <www.abc.net.au>. Acesso em: 3 mai. 2018.

Esse ônibus relaciona-se ao ato praticado, em 1955, por Rosa Parks, apresentada em fotografia ao lado de Martin Luther King. O veículo alcançou o estatuto de obra museológica por simbolizar o(a)

- A) impacto do medo da corrida armamentista.
- B) democratização do acesso à escola pública.
- C) preconceito de gênero no transporte coletivo.
- D) deflagração do movimento por igualdade civil.
- E) eclosão da rebeldia no comportamento juvenil.

03. (Enem/2012) É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proibem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Nova Cultura, 1997 (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito

- A) ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
 B) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
 C) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
 D) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
 E) ao direito do cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

04. (Enem/2012)

Texto I

O que vemos no país é uma espécie de espraio e a manifestação da agressividade através da violência. Isso se desdobra de maneira evidente na criminalidade, que está presente em todos os redutos – seja nas áreas abandonadas pelo poder público, seja na política ou no futebol. O brasileiro não é mais violento do que outros povos, mas a fragilidade do exercício e do reconhecimento da cidadania e a ausência do Estado em vários territórios do país se impõem como um caldo de cultura no qual a agressividade e a violência fincam suas raízes.

Entrevista com Joel Birman. “A Corrupção é um crime sem rosto”. *IstoÉ*. Edição 2009, 3 fev. 2010.

Texto II

Nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento. Nenhum controle desse tipo é possível sem que as pessoas antepõem limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas, na pessoa a quem são impostas, em medo de um ou outro tipo.

ELIAS, N. *O processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Considerando-se a dinâmica do processo civilizador, tal como descrito no texto II, o argumento do texto I acerca da violência e da agressividade na sociedade brasileira expressa a

- A) incompatibilidade entre os modos democráticos de convívio social e a presença de aparatos de controle policial.
 B) manutenção de práticas repressivas herdadas dos períodos ditatoriais sob a forma de leis e atos administrativos.
 C) inabilidade das forças militares em conter a violência decorrente das ondas migratórias nas grandes cidades brasileiras.
 D) dificuldade histórica da sociedade brasileira em institucionalizar formas de controle social compatíveis com valores democráticos.
 E) incapacidade das instituições político-legislativas em formular mecanismos de controle social específicos à realidade social brasileira.
05. (Enem/2017 – Libras) A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação numa comunidade baseado numa lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos por uma lei comum.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

A vigência do pacto político mencionado está vinculada à

- A) crença em valores ortodoxos.
 B) garantia da igualdade jurídica.
 C) amplitude do território nacional.
 D) fluência no idioma predominante.
 E) nivelção do campo socioeconômico.
06. (Enem/2018) Um dos teóricos da democracia moderna, Hans Kelsen, considera elemento essencial da democracia real (não da democracia ideal, que não existe em lugar algum) o método da seleção dos líderes, ou seja, a eleição. Exemplar, neste sentido, é a afirmação de um juiz da Corte Suprema dos Estados Unidos, por ocasião de uma eleição de 1902: “A cabine eleitoral é o templo das instituições americanas, onde cada um de nós é um sacerdote, ao qual é confiada a guarda da arca da aliança e cada um oficia do seu próprio altar”.

BOBBIO, N. *Teoria da política*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. Adaptado.

As metáforas utilizadas no texto referem-se a uma concepção de democracia fundamentada no(a)

- A) justificação teísta do direito.
 B) rigidez da hierarquia de classe.
 C) ênfase formalista na administração.
 D) protagonismo do Executivo no poder.
 E) centralidade do indivíduo na sociedade.
07. (Enem/2014)

Texto I

O presidente do jornal de maior circulação do país destacava também os avanços econômicos obtidos naqueles vinte anos, mas, ao justificar sua adesão aos militares em 1964, deixava clara sua crença de que a intervenção fora imprescindível para a manutenção da democracia.

Disponível em: <<http://oglobo.globo.com>>. Acesso em: 1 set. 2013 (adaptado).

Texto II

Nada pode ser colocado em compensação à perda das liberdades individuais. Não existe nada de bom quando se aceita uma solução autoritária.

FICO, C. *A educação e o golpe de 1964*. Disponível em: <www.brasilrecente.com>. Acesso em: 4 abr. 2014 (adaptado).

Embora enfatizem a defesa da democracia, as visões do movimento político-militar de 1964 divergem ao focarem, respectivamente:

- A) Razões de Estado — Soberania popular.
 B) Ordenação da Nação — Prerrogativas religiosas.
 C) Imposição das Forças Armadas — Deveres sociais.
 D) Normatização do Poder Judiciário — Regras morais.
 E) Contestação do sistema de governo — Tradições culturais.
08. (Enem/2018 – PPL) O justo e o bem são complementares no sentido de que uma concepção política deve apoiar-se em diferentes ideias do bem. Na teoria da justiça como equidade, essa condição se expressa pela prioridade do justo. Sob sua forma geral, esta quer dizer que as ideias aceitáveis do bem devem respeitar os limites da concepção política de justiça e nela desempenhar um certo papel.

RAWLS, J. *Justiça e democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Adaptado.

Segundo Rawls, a concepção de justiça legisla sobre ideias do bem, de forma que

- A) as ações individuais são definidas como efeitos determinados por fatores naturais ou constrangimentos sociais.
- B) o estudo da origem e da história dos valores morais concluem a inexistência de noções absolutas de bem e mal.
- C) o próprio estatuto do homem como centro do mundo é abalado, marcando o relativismo da época contemporânea.
- D) as intenções e bens particulares que cada indivíduo almeja alcançar são regulados na sociedade por princípios equilibrados.
- E) o homem é compreendido como determinado e livre ao mesmo tempo, já que a liberdade limita-se a um conjunto de condições objetivas.

09. (Enem/2017 – 2ª Aplicação) A política de pacificação não resolve todos os problemas da favela carioca, ela é apenas um primeiro e indispensável passo para que seus moradores sejam tratados como cidadãos. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) recuperaram um território que estava ocupado por bandidos com armas de guerra, substituíram a opressão de criminosos pela justiça formal do Estado. [Mas] se a UPP não for seguida por escola, hospital, saneamento, defensoria pública, emprego, daqui a pouco a polícia de ocupação terá que ir embora das favelas por inútil. Ou será obrigada a exercer a mesma opressão que o tráfico exercia para se proteger.

CACÁ DIEGUES. *A contrapartida do lucro*. O Globo, 28 jul. 2012.

Para o autor, a consolidação da cidadania nas comunidades carentes está condicionada à

- A) efetivação de direitos sociais.
- B) continuidade da ação ofensiva.
- C) superação dos conflitos de classes.
- D) interferência de entidades religiosas.
- E) integração das forças de segurança.

10. (Enem 2015)



GILMAR. Disponível em: www.deficientefisico.com. Acesso em: 6 dez. 2012.

O cartum evidencia um desafio que o tema da inclusão social impõe às democracias contemporâneas. Esse desafio exige a combinação entre

- A) participação política e formação profissional diferenciada.
- B) exercício da cidadania e políticas de transferência de renda.
- C) modernização das leis e ampliação do mercado de trabalho.
- D) universalização de direitos e reconhecimento das diferenças.
- E) crescimento econômico e flexibilização dos processos seletivos.



Fique de Olho

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Todos nascemos livres e somos iguais em dignidade e direitos.
Todos temos direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal e social.
Todos temos direito de resguardar a casa, a família e a honra.
Todos temos direito ao trabalho digno e bem remunerado.
Todos temos direito ao descanso, ao lazer e às férias.
Todos temos direito à saúde e assistência médica e hospitalar.
Todos temos direito à instrução, à escola, à arte e à cultura.
Todos temos direito ao amparo social na infância e na velhice.
Todos temos direito à organização popular, sindical e política.
Todos temos direito de eleger e ser eleito às funções de governo.
Todos temos direito à informação verdadeira e correta.
Todos temos direito de ir e vir, mudar de cidade, de Estado ou país.
Todos temos direito de não sofrer nenhum tipo de discriminação.
Ninguém pode ser torturado ou linchado. Todos somos iguais perante a lei.
Ninguém pode ser arbitrariamente preso ou privado do direito de defesa.
Toda pessoa é inocente até que a justiça, baseada na lei, prove o contrário.
Todos temos liberdade de pensar, de nos manifestar, de nos reunir e de crer.
Todos temos direito ao amor e aos frutos do amor.
Todos temos o dever de respeitar e proteger os direitos da comunidade.
Todos temos o dever de lutar pela conquista e ampliação destes direitos.

Disponível em: <<http://dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/betto.htm>>. Versão Popular de Frei Betto.

Seção Videoaula



Democracia, cidadania e direitos humanos



Raça, etnia e multiculturalismo

Sugestão de filmes sobre a temática dos direitos humanos e cidadania:

- *Adeus, Lênin!* (Alemanha, 2003)
- *Carandiru* (Brasil, 2002)
- *Ensaio sobre a cegueira* (Brasil, Japão, Canadá, 2008)
- *Hotel Ruanda* (Itália, EUA, África do Sul, 2004)
- *Ilha das Flores* – Documentário (Brasil, 1989)

CULTURA E INDÚSTRIA CULTURAL

Aula
14

Cultura ou Culturas: Uma Contribuição Antropológica

C-1	H-1, 4
C-3	H-14, 15

Para dar conta de responder e explicar a grande diversidade que caracteriza toda a humanidade em todos os tempos, lugares e sociedades, muitos cientistas sociais, dentre eles, e em especial, os sociólogos e antropólogos, ocuparam-se em analisar certo aspecto da vida humana. A saber: a **cultura**.

O entendimento que muitos de nós temos sobre a cultura é pautado em um conhecimento de senso comum. Quando somos questionados a respeito do que vem a ser a cultura, logo respondemos que cultura é coisa de índio, ou de folclore, ou ainda de danças e comidas típicas de determinada nação, como também das regiões de nosso país etc.

E, outras vezes, relacionamos cultura com o conhecimento, a ciência, a arte, as pessoas “cultas”, os intelectuais. Ou seja, frequentemente separamos alguns aspectos da diversidade da vida humana e dizemos que é cultura.

Existe uma grande discussão “científica”, e muitas são as interpretações para a definição do conceito de cultura. Para obter tais respostas o homem passou a estudar suas diferentes formas de organização social. Surgiu, então, a preocupação de se “criar” um conceito de cultura para melhor explicar a diversidade entre os povos.

Em coletividade, nos grupos sociais, nas comunidades ou sociedades, durante a história, o homem vem criando e recriando estilos de vida e diferentes modos de comportamentos. A variedade das culturas existentes acompanha a variedade da história humana, dos processos de transformação social. Assim, não se pode dizer que existe uma totalidade humana, que os homens são todos iguais.

Cada povo ou nação compartilha processos históricos comuns e semelhantes em sua existência social. Mas, no entanto, a particularidade cultural é evidente em cada sociedade e grupo social. Cada cultura tem a sua história, assim como sua própria lógica, que é construída e também modificada pelos “acidentes” históricos universais.

Para o antropólogo francês **Claude Lévi-Strauss*** (1908-2009), o homem tem a capacidade de simbolizar os objetos, dar sentido para tudo o que está a sua volta, e por conta disso, a cultura vinculou-se à vida humana. Eis aí o motivo das nossas diferenças.

Ora, a humanidade é formada por todo aquele indivíduo, aquela pessoa que consegue simbolizar e dar significado aos objetos a seu redor e, que por isso vive por meio de representações. Assim, vivemos em sociedade, em uma dimensão coletiva repleta de representações originadas culturalmente.

O antropólogo americano **Clifford Geertz**, conhecido por sua obra *A Interpretação das Culturas*, já afirmava que é necessário apreender todo o caráter de uma e das várias culturas, e também as diferentes pessoas que integram as diferentes culturas para, então, “encontrar a humanidade face a face”. Essa colocação de Geertz significa que sem cultura a humanidade não existiria, pois a cultura estabelece modos de convivência entre os indivíduos, fazendo com que se reconheçam como tal.

Embora a sociologia seja a ciência que estuda tudo o que diz respeito à sociedade, como a organização social e os fenômenos sociais diversos, e inclusive as diferenças culturais entre os homens, foi a antropologia que primeiro sistematizou metodologicamente

instrumentais teóricos que pudessem dar conta de explicar não somente a cultura, mas toda a diversidade cultural existente. O “projeto” da antropologia, no seu início, era dar conta de reconstruir os povos ou regiões, explicar a origem e a evolução da humanidade, comparar a vida social e o desenvolvimento de diferentes povos.

Nesse sentido, a antropologia buscou firmar cientificamente o conceito de cultura.

Teorias idealistas de cultura

Há três maneiras de abordar a cultura:

- A cultura é um sistema cognitivo** que pode ser entendido a partir dos sistemas de classificação ou modelos que são elaborados pelos membros da sociedade a partir do seu próprio universo (sistemas de classificação de *folk* – é o caso da classificação popular dos alimentos em “fortes” e “fracos”). Para esta abordagem cultura é um sistema de conhecimento, em que os indivíduos conhecem e acreditam em certas regras ou princípios ou valores para poder atuar socialmente. Muitos antropólogos usam métodos linguísticos para estudar a cultura.
- A cultura é um sistema estrutural ou um sistema simbólico definido de forma acumulativa na mente humana.** Os domínios culturais são estruturados na forma de mito, arte, parentesco e linguagem – o trabalho do antropólogo deve ser o de descobrir os princípios da mente de que se originam essas elaborações culturais.
- A cultura é um sistema simbólico que expressa uma grande variedade cultural** apesar da unidade da espécie humana. Os homens são geneticamente aptos a assimilar um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras ou instruções. Disso decorre que a criança está apta a ser socializada em qualquer cultura existente. O antropólogo deve interpretar o código de símbolos e significados partilhados pelos membros de dado grupo social e deve compreender as categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento social. Ressalte-se que estas unidades culturais nem sempre são observáveis, visto que mesmo pessoas mortas ou fantasmas podem ser categorias ou unidades culturais.

O etnocentrismo e o preconceito

Os padrões de comportamento variam de uma cultura para outra. O chamado “choque cultural” na maioria das vezes decorre da percepção de tais variações ou diferenças. As práticas culturais, contudo, não podem ser compreendidas fora das sociedades em que se manifestam. O relativismo cultural determina, então, que uma cultura deve ser estudada em termos de seus próprios significados e valores.

O **etnocentrismo** é a prática, rejeitada pela antropologia, de julgar outras culturas com base na própria cultura do julgador. A postura etnocêntrica reflete um sentimento de superioridade de dado grupo em relação aos outros grupos sociais. Quanto maior a crença na superioridade de certo grupo, em todos os aspectos importantes, maior será a probabilidade de se responsabilizar os membros de outros grupos por acontecimentos não desejados. A radicalização do etnocentrismo leva muitas vezes a conflitos sociais graves entre grupos sociais.

O **preconceito** refere-se a julgamentos prévios, rígidos, desfavoráveis que têm como elementos crenças, estereótipos, antipatias, aversões e outros aspectos avaliatórios. Como o termo “preconceito” pode ser entendido de muitas maneiras, o preconceito pode apresentar as seguintes características gerais: não é universal; não é monopólio de sociedades ou culturas específicas; não é inato, e sim, aprendido; os preconceitos contra determinado grupo atingem também outros grupos diferentes; há

* **Lévi-Strauss** foi o fundador do método antropológico estruturalista de análise das sociedades. Colaborou com a formação da USP, na década de 30, como professor de Sociologia. Realizou vários estudos antropológicos ligados aos índios brasileiros.

variações importantes na intensidade e nos tipos de preconceitos; os preconceitos dão origem a comportamentos discriminatórios que interferem negativamente até mesmo na definição de políticas públicas.

O confronto entre o relativismo cultural e o etnocentrismo coloca algumas questões importantes, tais como: todas as práticas culturais devem ser consideradas como igualmente legítimas? Existem padrões universais que todos os indivíduos devem seguir?

Teorias sobre cultura e diversidade cultural

O determinismo biológico

Há várias teorias que afirmam que os grupos humanos têm capacidades “inatas” ou “naturais”. Tais teorias se manifestam nas concepções de que, por exemplo, os alemães são mais inteligentes do que os negros, os judeus são avaros e negociantes, os norte-americanos são empreendedores e interesseiros, os japoneses são trabalhadores e cruéis etc.

A antropologia, contudo, entende que os fatores genéticos não determinam as diferenças culturais. As características culturais não são transmitidas geneticamente: qualquer criança normal pode ser socializada em qualquer cultura, se este aprendizado for realizado desde cedo. Assim, por exemplo, a antropologia demonstra que muitas atividades atribuídas às mulheres em uma cultura podem ser destinadas aos homens em outra sociedade.

Nesse sentido, o comportamento dos indivíduos depende do processo de socialização ou endoculturação, ou ainda, da educação diferenciada que estes indivíduos recebem.

Vale lembrar que a ideia de “instinto” não é bem aceita pela antropologia, que entende que os comportamentos não são determinados biologicamente, mas obedecem a padrões culturais. Se o instinto realmente determinasse os comportamentos, os indivíduos reagiriam sempre da mesma forma às mesmas situações ou aos mesmos estímulos externos. O “instinto de sobrevivência” é negado, por exemplo, pela atuação dos *kamikaze* japoneses durante a Segunda Guerra Mundial ou outros guerreiros que juram morrer em combate para assegurar um melhor lugar após a morte. O “instinto materno” é negado pelo fato de o infanticídio provocado pelas mães estar presente em vários grupos humanos. Raciocínio semelhante é válido para refutar o “instinto filial” ou o “instinto sexual” etc.

O determinismo geográfico

Há teorias que consideram que diferenças no meio geográfico condicionam a diversidade cultural. A antropologia, por outro lado, entende que em um mesmo tipo de ambiente físico há uma grande diversidade cultural e que, em consequência, a influência geográfica sobre os fatores culturais é limitada. Comparando-se lapões e inuits (esquimós); ou os índios *pueblo* e *navajo*, do sudoeste norte-americano; ou ainda os *kamayurá* e os *kayabi*, no Parque Nacional do Xingu, no Brasil – que vivem em ambientes geográficos muito semelhantes, percebe-se facilmente que há importantes diferenças nos costumes e comportamentos destas sociedades.

Estes estudos provam que não é possível explicar a diversidade cultural por causa de limitações mecanicamente impostas pelo meio geográfico. Daí que os homens romperam todas as barreiras das diferenças ambientais, transformando praticamente todo planeta em seu hábitat.

Trocas culturais e culturas híbridas

A globalização e o desenvolvimento dos meios de comunicação levaram a uma ampliação das trocas culturais, e o conceito de “hibridização cultural” ganha importância neste contexto, em que as tradições culturais estão misturadas com a modernidade e em que a cultura erudita, popular e de massa coexistem de forma intensa e dinâmica.

A cultura é dinâmica

Foi o antropólogo britânico **Edward Burnett Tylor*** (1832-1917), quem primeiro deu uma definição para o termo “cultura”. Segundo ele, cultura é “um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade”.

Tylor tinha sua teoria a respeito da cultura pautada no evolucionismo, uma escola antropológica dos séculos XVIII e XIX que concebia a existência de uma linha de evolução da qual a humanidade passaria. Via o desenvolvimento dos povos notados de maneira evolutiva, mas considerava-os como homens dotados de cultura, que como os europeus, também podiam contribuir para o progresso evolutivo da humanidade enquanto uma totalidade.

E foi justamente este discurso científico evolucionista que legitimou práticas políticas discriminatórias, como o racismo, a exemplo do que ocorreu no Brasil na época da colonização e que deixou “marcas” ainda hoje percebidas.

O antropólogo **José Luiz dos Santos**, em sua obra *O que é Cultura*, afirma que as concepções de “sociedades mais evoluídas” foram criticadas fortemente e, a partir do século XIX, começou a se pensar que “cada cultura tem a sua própria verdade e que a classificação dessas culturas em escalas hierarquizadas era impossível, dada à multiplicidade de critérios culturais”.

Sabe o que acontece quando olhamos o mundo à nossa volta pelas lentes do etnocentrismo? Estamos dizendo que um povo ou uma nação é mais importante que os outros. E a partir daí se configura não uma diferença entre os homens, mas sim uma grande desigualdade social entre eles.

Tais finalidades de definir a cultura como um processo evolutivo, em que a cultura evoluída possui mais “recursos”, em termos de invenções, ideias/ciência e tecnologia, fez com que a dominação e as desigualdades entre os povos fossem mais cruéis. Pois, a partir do momento em que uma cultura é subjugada, torna-se vulnerável à influência e dominação de outra.

Tudo que vivemos socialmente é cultura. Somos seres culturais. É isso mesmo. Somos seres capazes de simbolizar os objetos à nossa volta.

Bom, quando nascemos a sociedade já existia. As maneiras de organização social, as instituições, as leis, as normas e regras de comportamento e os valores morais e religiosos também já existiam. Ou seja, a história da nossa vida e a história de toda uma sociedade é escrita seguindo determinados comportamentos culturais que, socialmente, são criados e aceitos por todos.

Seguimos o curso de nossas vidas por meio de “regras e normas”, que são mecanismos de controle, servindo de “guia” de comportamento. Desde quando éramos bebês, somos ensinados ou educados a ter determinados comportamentos.

Hoje a “coisa” mudou. Os valores são outros, cada um escolhe o quê e de que forma quer viver. Mas, mesmo assim, escolhe algo que, de uma forma ou de outra, já está inserido na sociedade. Ou seja, culturalmente, já está tudo estabelecido. Antes não era permitido, por exemplo, que as mulheres estudassem ou

* Tylor foi um dos fundadores da **escola evolucionista** da Inglaterra. Consagrou-se como antropólogo com sua obra *Primitive Culture*, publicada em 1971.

que trabalhassem fora de casa. No entanto, os valores, a cultura mudou. Hoje, as mulheres podem participar plenamente de tudo na sociedade. Isso na grande maioria dos países e povos do mundo, mas até a cultura de países mais conservadores e tradicionais já está mudando.

Sabe o que está acontecendo? **A cultura é dinâmica**, influencia e é influenciada por outra. A partir do momento que a humanidade passou a “dar as mãos” em determinados aspectos sociais, políticos e econômicos, abriu também as portas de suas nações à cultura do outro.

Importantes conceitos relacionados à cultura

Essência da cultura

A cultura, para as ciências humanas, de forma geral, consiste em ideias, abstrações e comportamentos.

- **Ideias** – São concepções mentais de coisas concretas ou abstratas, ou seja, toda variedade de conhecimentos e crenças teológicas, filosóficas, científicas, tecnológicas, históricas etc.

Exemplo: línguas, arte, mitologia etc.

Para alguns estudiosos, a cultura consiste em ideias, sendo, portanto, um fenômeno mental que exclui os objetos materiais e o comportamento observável.

- **Abstrações** – Consiste naquilo que se encontra apenas no domínio das ideias, da mente, excluindo-se totalmente as coisas materiais.

Vários autores afirmam que a cultura é uma abstração ou consiste em abstrações, ou seja, coisas e acontecimentos não observáveis, não palpáveis, não tocáveis.

- **Comportamento** – São modos de agir comuns a grupos humanos ou conjuntos de atitudes e reações dos indivíduos em face do meio social.

Inúmeros estudiosos consideram a cultura como comportamento aprendido, característico dos membros de uma sociedade, uma vez que o comportamento instintivo é inerente aos animais em geral. Sob esse ponto de vista, os instintos, os reflexos inatos e outras formas de comportamento predeterminadas biologicamente devem ser excluídos. Cultura resulta da invenção social; é aprendida e transmitida por meio da aprendizagem e da comunicação.

Classificação da cultura

A cultura pode ser classificada de diversas maneiras: material ou imaterial (não material, espiritual), real ou ideal.

- **Cultura material** ou **tangível (ergologia)** – consiste em coisas materiais, bens tangíveis, incluindo instrumentos, artefatos e outros objetos materiais, fruto da criação humana e resultante de determinada tecnologia. Abrange produtos concretos, técnicas, construções, normas e costumes que regularizam seu emprego.

Exemplos – machados de pedra, vasos de cerâmica, alimentos, máscaras, vestuário, habitações, máquinas, navios, satélites artificiais, cachimbo da paz, cruz, estrela de David etc.

** Existência de diferentes e múltiplas culturas. O termo multiculturalismo é atualmente muito discutido quando o assunto são políticas culturais, democracia e cidadania, como acesso à educação de qualidade e a todas as manifestações culturais, independente das diferenças étnicas e culturas.

- **Cultura imaterial** ou **intangível (aspectos animológicos)** – refere-se a elementos intangíveis da cultura, que não têm substância material. Entre eles encontram-se crenças, conhecimentos, aptidões, hábitos, significados, normas, valores. Os membros de uma sociedade compartilham certos conhecimentos e crenças como reais e verdadeiros.



toyoumi/723RP/Asyphx

Exemplo – a crença na existência de seres sobrenaturais, como deuses, espíritos, fantasmas.

Muitas vezes, a cultura imaterial encontra-se em perfeita fusão com a material. A cerimônia de casamento, por exemplo, apresenta os dois aspectos.

A própria Constituição de 1988, no art. 216, define “patrimônio”: são “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

- **Cultura real** – é aquela que, concretamente, todos os membros de uma sociedade praticam ou pensam em suas atividades cotidianas. Entretanto, a cultura real não pode ser percebida em sua totalidade, apenas parcialmente e, para isso, é necessário que os estudiosos a ordenem e demonstrem em termos compreensíveis.

O conhecimento científico nem sempre pode evidenciar a cultura real, mesmo que empregue os mais modernos e avançados métodos de pesquisa, porque o real sempre é apresentado como as pessoas o conhecem ou pensam que seja.

- **Cultura ideal (normativa)** – consiste em um conjunto de comportamentos que, embora expressos verbalmente como bons, perfeitos para o grupo, nem sempre são frequentemente praticados. Muitas vezes, um indivíduo, pelo seu egoísmo, pode tomar uma linha de ação diferente; ou os valores não revelados, ocultos, podem levar a comportamentos contraditórios. A cultura ideal seria a perfeita, além, muitas vezes, do alcance comum.

Exemplo – casamento indissolúvel seria o desejável pela sociedade ocidental cristã: casamento real, o que ocorre e nem sempre é satisfatório ou atende ao ideal.

Relativismo cultural

A posição cultural relativista tem como fundamento a ideia de que os indivíduos são condicionados a um modo de vida específico e particular, por meio do processo de endoculturação. Adquirem, assim, seus próprios sistemas de valores e sua própria integridade cultural.

Toda a cultura é considerada como configuração saudável para os indivíduos que a praticam. Todos os povos formulam juízos em relação aos modos de vida diferentes dos seus. Por isso, o relativismo cultural não concorda com a ideia de normas e valores absolutos, e defende o pressuposto de que as avaliações devem ser sempre relativas à própria cultura onde surgem.

Os padrões ou valores de certo ou errado, dos usos e costumes, das sociedades em geral estão relacionados com a cultura da qual fazem parte. Dessa maneira, um costume pode ser válido em relação a um ambiente cultural e não a outro e, mesmo, ser repudiado.

Exemplo – No Brasil, come-se manteiga; na África, ela serve para untar o corpo. Pescoços longos (mulheres-girafa da Birmânia), lábios deformados (indígenas brasileiros), nariz furado (indianas), escarificação facial (entre aborígenes australianos), deformações cranianas (índios sul-americanos) são valores culturais para essas sociedades. Esses tipos de adornos significam beleza. O infanticídio e o gerontocídio, costumes praticados em algumas culturas (esquimós), são totalmente rejeitados por outras.

Subcultura

O termo “subcultura”, em geral, significa alguma variação da cultura total. A cultura poderia ser vista, assim, como um agregado de subculturas.

Subcultura pode ser considerada como um meio peculiar de vida de um grupo menor dentro de uma sociedade maior. Embora os padrões da subcultura apresentem algumas divergências em relação à cultura central ou à outra subcultura, mantêm-se coesos entre si.

A subcultura não tem conotação valorativa, ou seja, não é superior ou inferior a outra; são apenas diferentes, devido à organização e estrutura de seus elementos. Também não está necessariamente ligada a determinado espaço geográfico. Uma área cultural pode corresponder a uma subcultura, mas dificilmente ocorre o inverso, isto é, uma subcultura identificar-se com determinada área cultural.

Aculturação

Aculturação é a fusão de duas culturas diferentes que, entrando em contato contínuo, originam mudanças nos padrões da cultura de ambos os grupos. Pode abranger numerosos traços culturais, apesar de, na troca recíproca entre as duas culturas, um grupo dar mais e receber menos. Dos contatos íntimos e contínuos entre culturas e sociedades diferentes resulta um intercâmbio de elementos culturais. Com o passar do tempo, essas culturas fundem-se para formar uma sociedade e uma cultura nova. O exemplo mais comum relaciona-se com as grandes conquistas.

- **Assimilação** – como uma fase da aculturação, seria o processo mediante o qual os grupos que vivem em território comum, embora procedentes de lugares diversos, alcançam uma “solidariedade cultural”. O termo “aculturação”, no entanto, vem sendo empregado ultimamente, também, como fusão de

subculturas ou cultura rural *versus* cultura urbana.

No processo de aculturação deve haver a fusão completa dos grupos de origens diversas, supressão de um grupo ou de ambos, e a persistência dos dois no equilíbrio dinâmico da sociedade.

Aculturação “não implica, de modo algum, que as culturas que entram em contato se devam distinguir uma da outra como ‘superior’ ou ‘mais avançada’, ou como tendo um maior ‘conteúdo de civilização’, ou por diferir em qualquer outra forma qualitativa”.

Exemplo – A cultura brasileira resultou, em princípio, da fusão das culturas europeia, africana e indígena.

O processo de aculturação inclui o processo de sincretismo e transculturação.

- **Sincretismo** – em religião, seria a fusão de dois elementos culturais análogos (crenças-práticas), de culturas distintas ou não.

Exemplo – umbanda, que contém traços do catolicismo, do fetichismo africano e indígena, e do espiritismo.

Em linguagem, consiste no uso de uma forma gramatical particular, a fim de realçar as funções de outra ou de outras, além da sua.

Exemplo – abacaxi (fruta ou problema); pão (alimento ou rapaz bonito).

- **Transculturação** – consiste na troca de elementos culturais entre sociedades diferentes.

Exemplo – Os sírio-libaneses trouxeram o quibe e a esfiha para o Brasil e adotaram o arroz com feijão.

A aculturação consiste, pois, em uma forma especial de mudança. A sociedade que sofre o processo de aculturação modifica a sua cultura, ajustando ou conformando seus padrões culturais aos daquela que a domina. Entretanto, embora sofra grandes alterações no seu modo de vida, conserva sempre algo de sua própria identidade.

Enculturação

O processo de aprendizagem e educação em uma cultura desde a infância e o processo que estrutura o condicionamento da conduta, dando estabilidade à cultura, é chamado enculturação.

Cada indivíduo adquire as crenças, o comportamento, os modos de vida da sociedade a que pertence. Ninguém aprende, todavia, toda a cultura, mas está condicionado a certos aspectos particulares da transmissão de seu grupo.



Exercícios de Fixação

01. (UEL/2008) Leia o texto a seguir:

[...] Em toda parte renasce e se revigora o mau-olhado, a política do julgamento adverso à primeira vista, por meio da qual os países ricos se defendem contra aqueles que procedem de países que entraram no índice político da seleção natural: virtude humana é o dinheiro, uma virtude detergente que branqueia quem vem do mundo subdesenvolvido. Na verdade, o migrante entra no país de destino pela porta de saída, modo de permitir-lhe permanecer como se estivesse todo o tempo da permanência a caminho da saída, algo que concretamente ocorre com os muitos que na Alemanha ou nos Estados Unidos aguardam na prisão a deportação. [...] Estamos em face de uma multiplicação de recursos ideológicos para barrar a entrada de migrantes nos países de destino. Até 11 de setembro [de 2001]

* Sociólogo, filósofo, músico e crítico literário, Theodor W. Adorno é um representante do apogeu da cultura humanista europeia neste século em meio aos sinais de sua dissolução. Atento à crise da cultura e da razão burguesa e simultaneamente envolvido em trabalho criador. Adorno é figura fundamental na formação e desenvolvimento da Teoria Crítica da Sociedade, um dos mais importantes e influentes movimentos intelectuais contemporâneos.

funcionava o estereótipo de traficante (uma cara de índio latino-americano era perfeita para barrar passageiros no desembarque) e o estereótipo de desempregado (a condição de jovem tem sido perfeita para discriminar) ou o estereótipo de prostituta (jovem e mulher de Terceiro Mundo), e terrorista (cara de árabe ou barbudo ou mesmo bigode à moda do Oriente Médio). Agora, estamos vivendo o momento mais interessante de reelaboração dos estereótipos, com o predomínio do temor ao terrorista sobre os estereótipos usados até aqui. Registros e denúncias dos últimos meses indicam que o novo estereótipo abrange também pessoas com aparência de ricas [...]. [...] De fato, os aeroportos internacionais dos países ricos tornaram-se o teatro do medo e da intimidação. [...] O critério da discriminação visual do migrante nem mesmo pode detectar sua principal motivação para migrar que é hoje o trabalho. [...] Os agentes do mau olhar portuário e aeroportuário não podem ver esse conteúdo substancialmente específico da migração por um motivo simples: os migrantes são pessoas que em boa parte já foram socializadas no mesmo registro sociológico daqueles que devem e esperam barrá-los. São expressões da sociedade moderna que se difundem através da globalização. As medidas de segurança nacional voltadas para a interdição do acesso de migrantes aos países ricos são o corolário da globalização em seus efeitos não só econômicos, mas também culturais e sociais.

MARTINS, J. de S. "Segurança nacional e insegurança trabalhista: os migrantes na encruzilhada". In: *Caderno de Direito* – FESO, Teresópolis, ano V, n. 7, 2º semestre 2004, p. 113-127.

De acordo com o texto, é correto afirmar que depois do 11 de setembro de 2001

- a globalização continuou ampliando as fronteiras entre os povos ricos e pobres, diversificando os processos de migrações.
- os processos de migrações puderam ser harmonizados em função da desburocratização nos aeroportos dos países ricos.
- os mecanismos de segurança, nas fronteiras dos países ricos, foram amenizados como tática para detectar os terroristas e impedir suas ações.
- a entrada de pessoas ricas nos países ricos, oriundas dos países pobres, tem sido facilitada como estratégia de atração de divisas de capital.
- os estereótipos e as formas de discriminação foram ampliados no processo de migração de pessoas dos países pobres para os países ricos.

02. (UEL/2008) Leia o texto a seguir.

[...] Como observam os pesquisadores do Instituto de Estudos Avançados da Cultura da Universidade de Virgínia, os executivos globais que entrevistaram "vivem e trabalham num mundo feito de viagens entre os principais centros metropolitanos globais – Tóquio, Nova York, Londres e Los Angeles. Passam não menos do que um terço de seu tempo no exterior. Quando no exterior, a maioria dos entrevistados tende a interagir e socializar com outros globalizados... Onde quer que vão, hotéis, restaurantes, academias de ginástica, escritórios e aeroportos são virtualmente idênticos. Num certo sentido habitam uma bolha sociocultural isolada das diferenças mais ásperas entre diferentes culturas nacionais... São certamente cosmopolitas, mas de maneira limitada e isolada". [...] A mesmice é a característica mais notável, e a identidade cosmopolita é feita precisamente da uniformidade mundial dos passatempos e da semelhança global dos alojamentos cosmopolitas, e isso constrói e sustenta sua secessão coletiva em relação à diversidade dos nativos. Dentro de muitas ilhas do

arquipélago cosmopolita; o público é homogêneo; as regras de admissão são estritas e meticulosamente (ainda que de modo informal) impostas; os padrões de conduta, precisos e exigentes, demandando conformidade incondicional. Como todas as "comunidades cercadas", a probabilidade de encontrar um estrangeiro genuíno e de enfrentar um genuíno desafio cultural é reduzida ao mínimo inevitável; os estranhos que não podem ser fisicamente removidos por causa do teor indispensável dos serviços que prestam ao isolamento e autocontenção ilusória das ilhas cosmopolitas são culturalmente eliminados – jogados para o fundo "invisível" e "tido como certo".

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 53-55.

De acordo com o texto anterior, é correto afirmar que a globalização estimulou

- a disseminação do cosmopolitismo, que rompe as fronteiras étnicas, quando todos são viajantes.
- um novo tipo de cosmopolitismo, que reforça o etnocentrismo de classe e de origem étnica.
- a interação entre as culturas nativas, as classes e as etnias, alargando o cosmopolitismo dos viajantes de negócio.
- o desenvolvimento da alteridade através de uma cultura cosmopolita dos viajantes de negócios.
- a emergência de um novo tipo de viajantes de negócios, envolvidos com as comunidades e culturas nativas dos países, onde se hospedam.

03. (UEL/2007) "Enunciado de maneira menos formal, etnocentrismo é o hábito de cada grupo de tomar como certa a superioridade de sua cultura". "Todas as sociedades conhecidas são etnocêntricas". "A maioria dos grupos, senão todos, dentro de uma sociedade, também é etnocêntrica". "Embora o etnocentrismo seja parcialmente uma questão de hábito é também um produto de cultivo deliberado e inconsciente. A tal ponto somos treinados para sermos etnocêntricos que dificilmente qualquer pessoa consegue deixar de sê-lo".

HORTON, P. B. & HUNT, C. L. *Sociologia*. Tradução de Auriphebo Berrance Simões. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982. p. 46-47.

Com base nessas informações e nos conhecimentos sobre o tema, considera-se etnocêntrica a seguinte alternativa.

- O crescimento do PIB argentino tem sido muito superior ao do brasileiro nos últimos quatro anos.
- A raça ariana é superior.
- A produtividade da mão de obra haitiana é inferior à da chilena.
- Não gosto de música sertaneja.
- Acredito em minha religião.

04. (Enem/2017 – 2ª Aplicação)

Penso, pois, que o Carnaval põe o Brasil de ponta-cabeça. Num país onde a liberdade é privilégio de uns poucos e é sempre lida por seu lado legal e cívico, a festa abre nossa vida a uma liberdade sensual, nisso que o mundo burguês chama de libertinagem. Dando livre passagem ao corpo, o Carnaval destitui posicionamentos sociais fixos e rígidos, permitindo a "fantasia", que inventa novas identidades e dá uma enorme elasticidade a todos os papéis sociais reguladores.

DAMATTAR, R. *O que o Carnaval diz do Brasil*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com>. Acesso em: 29 fev. 2012.

Ressaltando os seus aspectos simbólicos, a abordagem apresentada associa o Carnaval ao(à)

- inversão de regras e rotinas estabelecidas.
- reprodução das hierarquias de poder existentes.
- submissão das classes populares ao poder das elites.
- proibição da expressão coletiva dos anseios de cada grupo.
- consagração dos aspectos autoritários da sociedade brasileira.

05. (Enem/2017 – Libras) Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), é importante promover e proteger monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Mas não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. As tradições, o folclore, os saberes, as línguas, as festas e diversos outros aspectos e manifestações devem ser levados em consideração. Os afro-brasileiros contribuíram e ainda contribuem fortemente na formação do patrimônio imaterial do Brasil, que concentra o segundo contingente de população negra do mundo, ficando atrás apenas da Nigéria.

MENEZES, S. *A força da cultura negra: Iphan reconhece manifestações como patrimônio imaterial*. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 29 set. 2015.

Considerando a abordagem do texto, os bens imateriais enfatizam a importância das representações culturais para a

- A) construção da identidade nacional.
- B) elaboração do sentimento religioso.
- C) dicotomia do conhecimento prático.
- D) reprodução do trabalho coletivo.
- E) reprodução do saber tradicional.



Exercícios Propostos

01. (UEL/2008) As práticas religiosas indígenas, contudo, não desapareceram, convivendo com o pensamento cristão. O mesmo ocorreu com os negros vindos da África, que trouxeram para cá sua cultura religiosa [...] Uma prova da mistura e da presença das várias tradições culturais e religiosas no Brasil era a chamada 'bolsa de mandinga', pequeno recipiente no qual se guardavam vários amuletos com o objetivo de oferecer proteção e sorte a quem a carregava. Dentro da bolsa encontravam-se objetos das culturas europeias, africana e indígena, podendo conter enxofre, pólvora, pedras, osso de defunto, papéis com dizeres religiosos ou símbolos, folhas, alho e outros elementos que variavam conforme o uso a que ela se destinava.

MONTELLATO, Andrea. *História temática: diversidade cultural e conflitos*. São Paulo: Scipione, 2000. p. 145.

É correto afirmar que o texto refere-se a

- A) um processo chamado de aculturação em que os grupos abandonam suas tradições.
- B) uma forma de organizar as diferenças que os homens percebem na natureza e no mundo social.
- C) um processo de resignificação de elementos culturais tendo como resultado uma nova configuração.
- D) um movimento de eliminação de determinadas culturas quando transpostas para fora da sua área de origem.
- E) um movimento de imitação de costumes estrangeiros, inerente aos países periféricos.

02. (UEL/2003) O etnocentrismo pode ser definido como uma "atitude emocionalmente condicionada que leva a considerar e julgar sociedades culturalmente diversas com critérios fornecidos pela própria cultura. Assim, compreende-se a tendência para menosprezar ou odiar culturas cujos padrões se afastam ou divergem dos da cultura do observador que exterioriza a atitude etnocêntrica. (...) Preconceito racial, nacionalismo, preconceito de classe ou de profissão, intolerância religiosa são algumas formas de etnocentrismo".

WILLEMS, E. *Dicionário de Sociologia*. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 125.

Com base no texto anterior e nos conhecimentos de sociologia,

assinale a alternativa cujo discurso revela uma atitude etnocêntrica.

- A) A existência de culturas subdesenvolvidas relaciona-se à presença, em sua formação, de etnias de tipo incivilizado.
- B) Os povos indígenas possuem um acúmulo de saberes que podem influenciar as formas de conhecimentos ocidentais.
- C) Os critérios de julgamento das culturas diferentes devem primar pela tolerância e pela compreensão dos valores, da lógica e da dinâmica própria a cada uma delas.
- D) As culturas podem conviver de forma democrática, dada a inexistência de relações de superioridade e inferioridade entre as mesmas.
- E) O encontro entre diferentes culturas propicia a humanização das relações sociais, a partir do aprendizado sobre as diferentes visões de mundo.

03. (UEL/2006) Ao receber um convite para uma festa de aniversário, é comum que o convidado leve um presente. Reciprocamente, na festa de seu aniversário, este indivíduo espera receber presentes de seus convidados. Do mesmo modo, se o vizinho nos convida para o casamento de seu filho, temos certa obrigação em convidá-lo para o casamento do nosso filho. Nos aniversários, nos casamentos, nas festas de amigo-secreto e em muitas outras ocasiões, trocamos presentes. Segundo o sociólogo francês Marcel Mauss, a prática de "presentear" é algo fundamental a todas as sociedades: segundo ele, a relação da troca, esta obrigatoriedade de dar, de receber e de retribuir, é mais importante que o bem trocado.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, considere as afirmativas a seguir.

- I. O ato de presentear instaura e reforça as alianças e os vínculos sociais;
- II. A troca de presentes cria e alimenta um circuito de comunicação nas sociedades;
- III. O lucro obtido a partir dos bens trocados é o que fundamenta as relações de troca de presentes;
- IV. O presentear como prática social originou-se quando da consolidação do modo capitalista de produção.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II
- B) I e III
- C) III e IV
- D) I, II e IV
- E) II, III e IV

04. (UEL/2004) Observe os quadrinhos a seguir.



HENFIL. *Frادim*. Rio de Janeiro: Codecri, [197-], p. 3.

Nos quadrinhos, o cartunista faz uma ironia sobre a perspectiva adotada pelos “civilizados” em relação aos ameríndios. Por intermédio dessa ironia, Henfil revela práticas contumazes dos ditos “civilizados”. Sobre essas práticas, analise as afirmativas a seguir.

- I. As práticas dos “civilizados” expressam uma postura de relativismo cultural, pois os aspectos da cultura ameríndia são abordados em seu próprio contexto;
- II. A disposição de assimilar os ameríndios à “civilização” é um sinal evidente de negação do direito à diferença cultural;
- III. Os “civilizados” se propõem a estabelecer uma relação simétrica com a sociedade dos ameríndios;
- IV. Os ameríndios são vistos pelos “civilizados” sobretudo pela ausência do que é natural para os próprios civilizados.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- A) I e II
 - B) I e III
 - C) II e IV
 - D) I, III, IV
 - E) II, III, IV
- 05.** (Enem/2004) A questão étnica no Brasil tem provocado diferentes atitudes:
- I. Instituiu-se o “Dia Nacional da Consciência Negra” em 20 de novembro, ao invés da tradicional celebração do 13 de maio. Essa nova data é o aniversário da morte de Zumbi, que hoje simboliza a crítica à segregação e à exclusão social;
 - II. Um turista estrangeiro que veio ao Brasil, no Carnaval, afirmou que nunca viu tanta convivência harmoniosa entre as diversas etnias.

Também sobre essa questão, estudiosos fazem diferentes reflexões:

Entre nós [brasileiros], (...) a separação imposta pelo sistema de produção foi a mais fluida possível. Permiteu constante mobilidade de classe para classe e até de uma raça para outra. Esse amor, acima de preconceitos de raça e de convenções de classe, do branco pela cabocla, pela cunhã, pela índia (...) agiu poderosamente na formação do Brasil, adoçando-o.

Gilberto Freire. *O mundo que o português criou*.

[Porém] o fato é que ainda hoje a miscigenação não faz parte de um processo de integração das “raças” em condições de igualdade social. O resultado foi que (...) ainda são pouco numerosos os segmentos da “população de cor” que conseguiram se integrar, efetivamente, na sociedade competitiva.

Florestan Fernandes. *O negro no mundo dos brancos*.

Considerando as atitudes expostas acima e os pontos de vista dos estudiosos, é correto aproximar

- A) a posição de Gilberto Freire e a de Florestan Fernandes igualmente às duas atitudes.
- B) a posição de Gilberto Freire à atitude I e a de Florestan Fernandes à atitude II.
- C) a posição de Florestan Fernandes à atitude I e a de Gilberto Freire à atitude II.
- D) somente a posição de Gilberto Freire a ambas as atitudes.
- E) somente a posição de Florestan Fernandes a ambas as atitudes.

- 06.** (Enem/2010-Reaplicação) A hibridez descreve a cultura de pessoas que mantêm suas conexões com a terra de seus antepassados, relacionando-se com a cultura do local que habitam. Eles não anseiam retornar à sua “pátria” ou recuperar qualquer identidade étnica “pura” ou absoluta, ainda assim, preservam traços de outras culturas, tradições e histórias e resistem à assimilação.

CASHMORE, E. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Selo Negro, 2000 (adaptado).

Contrapondo o fenômeno da hibridez à ideia de “pureza” cultural, observa-se que ele se manifesta quando

- A) criações originais deixam de existir entre os grupos de artistas, que passam a copiar as essências das obras uns dos outros.
 - B) civilizações se fecham a ponto de retomarem os seus próprios modelos culturais do passado, antes abandonados.
 - C) populações demonstram menosprezo por seu patrimônio artístico, apropriando-se de produtos culturais estrangeiros.
 - D) elementos culturais autênticos são descaracterizados e reintroduzidos com valores mais altos em seus lugares de origem.
 - E) intercâmbios entre diferentes povos e campos de produção cultural passam a gerar novos produtos e manifestações.
- 07.** (Enem/2007) Não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção intangível da herança cultural dos povos dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial.

Disponível em <www.unesco.org.br>.

Qual das figuras abaixo retrata patrimônio imaterial da cultura de um povo?

- A) Cristo Redentor



- B) Pelourinho



- C) Bumba meu boi



D) Cataratas do Iguaçu



Enaldio Veladanes CC BY-SA 3.0 / Wikimedia Foundation

E) Esfinge de Gizé



Rafael Ben-Ari / 23RF/Getty Images

08. (Funadepi/2010) Nas sociedades contemporâneas, encontramos pessoas que contestam certos valores culturais vigentes, opondo-se radicalmente a eles. Por exemplo, na década de 1950, os Estados Unidos conheceram a *beat generation* (geração *beat*), que contestava o otimismo consumista do pós-guerra norte americano, a ingenuidade que os filmes de Hollywood apregoavam, o anticomunismo generalizado e a falta de um pensamento crítico. Esse movimento foi chamado de
- marginalidade cultural.
 - contracultura.
 - retardamento cultural.
 - padrão cultural.
 - subcultura.

09. (Enem/2002) Michel Eyquem de Montaigne (1533-1592) compara, nos trechos, as guerras das sociedades Tupinambá com as chamadas “guerras de religião” dos franceses que, na segunda metade do século XVI, opunham católicos e protestantes.

(...) não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. (...) Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade [o canibalismo], mas que o fato de condenar tais defeitos não nos leve à cegueira acerca dos nossos. Estimo que é mais bárbaro comer um homem vivo do que o comer depois de morto; e é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o vemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso em verdade é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado. (...) Podemos portanto qualificar esses povos como bárbaros em dando apenas ouvidos à inteligência, mas nunca se compararmos a nós mesmos, que os excedemos em toda sorte de barbaridades.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. *Ensaio*. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

- De acordo com o texto, pode-se afirmar que, para Montaigne
- a ideia de relativismo cultural baseia-se na hipótese da origem única do gênero humano e da sua religião.
 - as diferenças de costumes não constituem um critério válido para julgar as diferentes sociedades.
 - os indígenas são mais bárbaros do que os europeus, pois não conhecem a virtude cristã da piedade.
 - a barbárie é um comportamento social que pressupõe a ausência de uma cultura civilizada e racional.
 - a ingenuidade dos indígenas equivale à racionalidade dos europeus, o que explica que os seus costumes são similares.

10. (Enem/2014) O cidadão norte-americano desperta num leito construído segundo padrão originário do Oriente Próximo, mas modificado na Europa Setentrional antes de ser transmitido à América. Sai debaixo de cobertas feitas de algodão cuja planta se tornou doméstica na Índia. No restaurante, toda uma série de elementos tomada de empréstimo o espera. O prato é feito de uma espécie de cerâmica inventada na China. A faca é de aço, liga feita pela primeira vez na Índia do Sul; o garfo é inventado na Itália medieval; a colher vem de um original romano. Lê notícias do dia impressas em caracteres inventados pelos antigos semitas, em material inventado na China e por um processo inventado na Alemanha.

LINTON, R. *O homem: uma introdução à antropologia*. São Paulo: Martins, 1959 (adaptado)

A situação descrita é um exemplo de como os costumes resultam da

- assimilação de valores de povos exóticos.
- experimentação de hábitos sociais variados.
- recuperação de heranças da Antiguidade Clássica.
- fusão de elementos de tradições culturais diferentes.
- valorização de comportamento de grupos privilegiados.



Fique de Olho

METADE DAS LÍNGUAS DO MUNDO CORRE RISCO DE SUMIR, APONTA ESTUDO

Metade das cerca de 7000 línguas faladas hoje em todo o mundo deve sumir até o final do século. Em alguns casos, à velocidade aproximada de uma extinção a cada 14 dias. A estimativa catastrófica é resultado de uma investigação financiada pela National Geographic Society, que apontou as cinco regiões do planeta onde há mais línguas ameaçadas de extinção. Um dos *hotspots* inclui o Estado de Rondônia.

“As línguas estão passando por uma crise global de extinção, que excede enormemente o ritmo das extinções de espécies”, declarou o linguista David Harrison, do Instituto Línguas Vivas, na terça-feira (18).

Ele e seu colega Gregory Anderson viajaram pelo mundo inteiro ao longo de quatro anos para entrevistar e gravar os últimos falantes de algumas das línguas mais ameaçadas. Após o levantamento (os dados completos estão em www.languagehotspots.org) eles perceberam que as regiões mais críticas são Sibéria oriental, norte da Austrália, centro da América do Sul, Oklahoma e litoral noroeste do Pacífico nos EUA e Canadá. “Estamos vendo na frente dos nossos olhos a erosão da base do conhecimento humano”, disse Harrison.

O sumiço das línguas têm ocorrido tanto por morte das pequenas populações que ainda as falam quanto pelo simples desuso das línguas. Elas não são passadas para as novas gerações, que falam apenas a língua mais comum no país, como português, no Brasil, e toda a cultura daquele povo acaba ficando restrita aos mais velhos da tribo. Quando eles morrerem, o conhecimento dessa população morrerá junto.

“Oitenta por cento das espécies do mundo ainda não foram descobertas pela ciência, mas não significa que elas sejam desconhecidas dos humanos”, lembra Harrison. Com a perda da língua, diz ele, estão sendo jogados fora séculos de descobertas feitas pela humanidade.

O país mais crítico é a Austrália. Das 231 línguas aborígenes existentes, 153 estão em risco muito alto. No norte do país, os pesquisadores acharam um único falante de *amurdag*, língua já considerada extinta. “Esta é provavelmente uma língua que não vai voltar, mas pelo menos fizemos uma gravação dela”, conta Anderson.

Pelo levantamento feito pela National Geographic, as línguas de povos que vivem em Rondônia apresentam um nível de risco muito alto de sumir, enquanto as línguas faladas por populações indígenas do centro-sul do Brasil estão em alto risco. Linguistas que estudam o problema no país, no entanto, acreditam que a situação aqui é bem pior que a demonstrada por Harrison e Anderson.

A dupla considera, por exemplo, que o wayoró é falado por cerca de 80 pessoas em Rondônia. Segundo Denny Moore, do Museu Emílio Goeldi, são menos de dez os falantes.

Outros povos nem chegaram a figurar entre os de língua mais ameaçada pelos americanos. Um caso é dos canauê, também de Rondônia, cuja língua é falada por oito pessoas.

Algumas línguas indígenas estão literalmente à beira da extinção no Brasil porque as poucas pessoas que as falam simplesmente não têm para quem transmitir o conhecimento. No Paraná há só um falante da língua do povo xetá.

“E ele é um solteirão, que dificilmente vai passar sua cultura para frente”, conta Aryon Rodrigues, do Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília.

Segundo o pesquisador, o caso se repete na região de Altamira, no Pará, onde somente uma mulher xipaia fala a língua de seu povo. No mesmo local, entre os curuaia, vivem somente dois falantes. “A situação aqui é muito ruim”, diz.

Giovana Girardi

20/09/2007 – 09h58

Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/ciencia/2007/09/329952-metade-das-linguas-do-mundo-corre-risco-de-sumir-aponta-estudo.shtml>.

NÃO EXISTE PIOR PRISÃO DO QUE UMA MENTE FECHADA

Por Erick Moraes

Carl Jung disse certa vez que “Todos nós nascemos originais e morremos cópias”. Ao analisar a frase de Jung à luz da contemporaneidade, poderíamos encontrar um enorme problema, uma vez que vivemos em um mundo regido sumariamente pela liberdade. Isto é, o fundamento maior da nossa sociedade é a liberdade, que se ramifica em diversos aspectos, desde o econômico até o comportamental. Entretanto, se olharmos com profundidade, perceberemos que essa estrutura de mundo “livre” existe tão somente no plano teórico e, assim, somos só reprodutores da ordem vigente ou simplesmente cópias, como argumenta Jung.

Obviamente, a nossa cosmovisão sofre influências externas, esse é um processo natural. Da mesma maneira que a vida em sociedade necessita de regras a fim de manter o convívio social dentro de certos limites éticos. Sendo assim, pensar no exercício da liberdade como algo ilimitado é impossível, já que todas as coisas possuem o seu contraponto e limitações. Apesar disso, a existência de pontos limitadores não implica a inexistência da liberdade e o condicionamento irrestrito a valores passados por uma ordem “superior”.

Todavia, é isso que tem acontecido, temos sido escravizados ou, lembrando o João Neto Pitta, “colonizados pelo pensamento alheio”. E pior, por uma ideologia extremamente nociva para nós enquanto seres humanos. Fomos reduzidos a estatística, na qual somos divididos entres os condicionados e os condicionáveis. Ou seja, não existe nessa estrutura a concepção de um ser livre, que exerce a capacidade de raciocínio e afeto para discernir sobre o que quer e deseja. Todos são domesticáveis em potencial.

Esse controle é feito por meio da conversão à sociedade de consumo e seus valores fundamentais, que reduz tudo a um valor mercadológico precário, rotativo e obsoleto. A mídia com todos os seus tentáculos está a serviço do grande capital, que não visa outra coisa a não ser a conversão de mais pessoas, contemplando o deus consumo em seu templo maior: os *shoppings centers*. Lugar de alegria, satisfação, preenchimento de vazios e liberdade irrestrita, pelo menos teoricamente ou midiaticamente. Mas, em um mundo regido também pelas aparências, pelo espetáculo, o importante não é o que é, e sim, o que aparenta ser, sobretudo, aos olhos dos outros.

Aliás, nesse esquema, não basta ter, é necessário parecer que tenha, expor, mostrar, iludir, ganhar aplausos, tapinhas nas costas, sorrisos falsos e olhar vejosos. Em outras palavras, é preciso confessar ao mundo que você é um vencedor, que é um bom filho de “Deus”, que é recompensado por seguir os seus preceitos, ir ao seu templo e contemplá-lo 24 horas por dia. E existem ferramentas muito úteis para isso, as redes sociais que o digam.

Toda essa teatralidade da vida cotidiana, montada com cortinas que nunca se fecham, é apresentada como verdade e nós — com nossa psique altamente fragilizada — a compramos com extrema facilidade. Para os mais duros na queda, nada que mil repetições não sejam capazes de construir, afinal, como disse Joseph Goebbels, ministro da propaganda na Alemanha Nazista: “Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”.

Apesar disso, a grande maioria de nós não está revoltada com a sua condição, pelo contrário, aceitamos o jugo de bom grado. Ou pior, o buscamos. É claro que não possuímos o domínio das relações de força na sociedade, não controlamos as leis, o sistema jurídico, tampouco, a mídia. Somos “apenas” espectadores vorazes de uma batalha desigual e opressora. Entretanto, será que não há o que ser feito? Será que não existem alguns pontos de luz que tentam nos iluminar? Eu sei o quanto é difícil se libertar e quão alto é o preço que se paga pela liberdade. Mas de que adianta ter o conforto de uma vida “segura”, se é por meio dessa “segurança” que a servidão e os males decorrentes desta se tornam possíveis?

Como disse Rosa Luxemburgo: “Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”. É preciso, então, se movimentar, correr, gesticular, falar, até que o som das correntes seja insuportável e nós consigamos despertar de um sonho ridículo que apresenta um espetáculo celestial em meio a um inferno cercado de grades manchadas com sangue, suor e sofrimento. Se uma mente que se abre jamais volta ao tamanho original, a que se liberta jamais aceita retornar à prisão; porque por mais que as condições sejam adversas, o princípio da autonomia está dentro de nós, quando decidimos romper o medo de abrir os olhos e passamos a enxergar. Sendo assim, o cárcere não é criado do lado de fora, é criado do lado de dentro, já que a chave que prende é a mesma que liberta, pois não existe pior prisão do que uma mente fechada.

Disponível em: <https://www.pensarcontemporaneo.com/nao-existe-pior-prisao-que-uma-mente-fechada/?fbclid=IwAR38d1IjeQTLwhHZdmlIE_OkENd5khv0mLUT2jKXnXdDeIKvtcOvzkOCwQ->.

Seção Videoaula



Cultura e ideologia



Globalização e integração regional.

- **Sugestão de filmes sobre a temática da cultura material e imaterial; patrimônio e diversidade cultural no Brasil:**
 - *A missão* (Inglaterra, 1986)
 - *O novo mundo* (EUA, 2005)

Aula
15

Cultura: Criação ou Apropriação?

C-1	H-3, 5
C-5	H-5, 21

A relação entre burguesia e o que é considerado culto nos leva a pensar que existem diferenças culturais, ou melhor, diversas expressões culturais, entre os diferentes grupos ou classes sociais. E, como já vimos, a cultura de cada grupo, sociedade, povo ou nação tem sua própria lógica que expressa a maneira de ser e viver dos indivíduos.

Mas como a burguesia, por exemplo, conseguiu se “apropriar” dos saberes e conhecimentos intelectuais e científicos? Em sociedades mais complexas como a nossa, a transmissão de conhecimentos é de maneira sistemática.

Ora, desde que a educação passou a ser institucionalizada, ou seja, quando se passou a ensinar os valores, costumes, saberes científicos e os procedimentos técnicos acumulados historicamente, que nada mais é do que a cultura da sociedade, a escola passa a ser o lugar onde as pessoas recebem esses saberes. No entanto, as possibilidades de acesso aos saberes, que são universalizados, ocorrem de maneira diferenciada.

Você já parou para pensar quais os saberes necessários ou básicos para a sobrevivência, na sociedade capitalista, principalmente para uma pessoa da classe trabalhadora? Quem já não ouviu a frase “estuda, menino, para ser alguém na vida, ter um trabalho...”? Vemos um grande contingente da população brasileira não ter acesso aos conhecimentos ofertados nos bancos escolares para terem a chance de “ter-se dado bem na vida”. E o que sabem é considerado como “arcaico”, ou seja, ultrapassado.

Ora, as sociedades capitalistas têm em sua gênese a dominação como forma de se impor, e um dos meios de legitimação é a cultura. Portanto, quem tem o acesso dos meios institucionais, como a educação, os meios de comunicação de massa etc., consegue, de um certo modo, ditar algumas “regras” na sociedade.

Mas, para entendermos as diferenças entre a cultura popular e erudita, devemos também analisar, além das relações sociais de poder, de mando e controle social, como ao longo da história o chamado refinamento pessoal ajudou a reforçar as diferenças entre as classes sociais.

A ideia de refinamento pessoal compreende a aquisição de conhecimentos, a apropriação das normas linguísticas da escrita, adquiridos na escola e universidades, lembrando que não se trata de um conhecimento qualquer, mas algo elaborado, sistematizado e reconhecido pela sociedade, no sentido de levar as pessoas a serem “cultas” e “civilizadas”. Esse também pode ser alcançado pelo convívio com pessoas “refinadas”, como a visitação e experiência com obras de arte consideradas Belas-Artes.

Na Europa, desde os séculos XIV e XV, quando findava a Baixa Idade Média, cultura era sinônimo de civilização e conhecimento expresso pelas classes dominantes e dito civilizadas, que ainda não era a burguesia, mas sim a aristocracia. Ou seja, ter cultura era ser uma pessoa “cult”, detentora da razão e do conhecimento das coisas. Por conta disso, os valores culturais eruditos são associados à expansão colonizadora. De novo a ideia de que é necessário “civilizar” para o desenvolvimento e progresso das sociedades.

Para alguns autores, como os da Escola de Frankfurt, importante Instituto para a Pesquisa Social, criado em 1924 na Alemanha, **Walter Benjamin** (1892-1940), **Max Horkheimer** (1895-1973) e **Theodor Wiesengrund Adorno** (1903-1969), a cultura popular seria um meio de resistência da classe dominada às imposições da dominante.

O que ocorreu foi que, até o século XIX, “chique” mesmo era as pessoas portarem-se como os europeus, tudo nas casas burguesas era importado, faziam parte da última moda europeia. Hoje, o “chique” é consumirmos o que é da última moda, mas no final do século XIX e início do XX, com o advento do que se chama cultura de massa e os diferentes modismos, houve certo “enjoamento” daquilo que era erudito. E não foi somente isso, a busca pela liberdade de expressão também contribuiu para a ocorrência de algumas mudanças culturais. A partir daí, o que era produzido e criado pelo povo foi apropriado pelos meios de comunicação.

Bom, mas que dizer do carnaval então? É uma festa popular? Embora o carnaval seja uma festa para todos, acaba, por conta da apropriação da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, sendo transformado em um espetáculo. O carnaval brasileiro, segundo **Da Matta** (1984:75), em seu livro *O que faz o Brasil, Brasil?*, possibilita o encontro dos grupos e das classes sociais, das diferentes etnias. Constitui-se numa festa para todos. A troca de papéis sociais é comum, a vida diária, de casa ao trabalho, de muitas pessoas é mudada. Se a sociedade segrega e uniformiza a festa de carnaval, para quem participa, cria “(..) um cenário e uma atmosfera social onde tudo pode ser trocado de lugar (...)”.

O operário, que em dias normais passa pelas ruas movimentadas vestindo seu simples uniforme e nem é notado, pode, no Carnaval, se fantasiar de um rei, aparecer na TV, ser reconhecido e admirado por um grande número de pessoas, pela sua destreza e agilidade de passos e coreografias ou simplesmente pela imagem que representa.

No Brasil, por conta das desigualdades socioeconômicas existentes, a classe trabalhadora, embora se constitua na maioria da população, não tem acesso a todas as manifestações culturais, tais como o teatro, óperas, educação de qualidade etc. Por conta desta situação, em uma interpretação de Carlos Rodrigues Brandão, autores como **Gramsci** (1891-1937) consideram que, quando essas classes se manifestam com suas tradições culturais, estão de certa forma resistindo à cultura dominante e passam a lutar pelo que acreditam ser seu modo de vida, algo que faz parte de sua maneira de ver o mundo, de se expressar, de se reconhecer como classe.

Existe diferença entre a cultura popular e o folclore?

É interessante sabermos que sempre houve uma divergência entre os estudiosos e os próprios folcloristas. A “queixa” é a que, para os folcloristas, o folclore é uma manifestação cultural tradicional do povo para o povo, são seus costumes nos contos e canções populares. Contudo, o termo folclore surgiu em meados do século XIX e ganhou força quando, em 1846, o inglês **William Thoms** (1803-1885) inventou o termo *folk-lore*, (*folk* = povo e *lore* = saber, então, o “saber do povo”).

Brandão, em seu livro *O que é Folclore*, discute sobre a dificuldade de se conceituar e diferenciar os termos “folclore” e “cultura popular”. Mas, apresenta que no caso brasileiro, foi em 1950, com a intenção de efetivar as pesquisas e o estudo sobre as manifestações populares, na Carta de Folclore Brasileiro, redigida no I Congresso Brasileiro de Folclore, que pela primeira vez se buscou definir o que era o Folclore, e como tal fenômeno se expressa:

“Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica”.

BRANDÃO, 1982: 31.

Cultura popular e folclore são dois termos que, para muitos antropólogos, inclusive para Brandão, possuem o mesmo significado, pois não são formas culturais estáticas e irreversíveis, mas que fazem parte das construções sociais, e por isso é dinâmica. No Brasil, vão além dos ritos, característicos das culturas africanas e indígenas, configuram também, a religiosidade, as danças, os pratos típicos de diferentes regiões, vivências e costumes regionais e tradicionais do povo.

Bom, você deve estar pensando: O que toda essa história de folclore, cultura popular e erudita tem a ver com dominação e controle social?

Ao manter a sua própria expressão cultural, a classe popular trabalhadora está se opondo à cultura dominante e oficial, fazendo com que as tradições populares permaneçam não somente no imaginário das pessoas, mas tornando-as cada vez mais reais em seu cotidiano.

Por outro lado, a grande tendência de padronização cultural está fazendo com que as expressões culturais populares caiam no esquecimento, ou quando muitas vezes é vista pelo próprio povo e a sociedade em geral como uma cultura “pitoresca”. Uma outra crítica levantada com relação à padronização é que quando as expressões culturais populares são planejadas, possuindo datas e regras para acontecerem, já não estão mais no controle e organização do povo para si mesmo no seu cotidiano.

O folclore torna-se, nesse processo, um instrumento de manipulação e controle social quando deixa de ser uma manifestação popular e passa a servir de “apaziguamento” entre grupos e classes sociais, como por exemplo, o carnaval, as festas religiosas, superficialmente demonstram uma integração harmônica das classes. Mas que na realidade cotidiana vivem em conflitos sociais.

Na diferença entre os dois aspectos da cultura, entram em cena a produção, a magia e a sedução da **indústria cultural**.

A indústria cultural foi um termo criado por Adorno e Horkheimer, autores da Escola de Frankfurt, que referenciavam este fenômeno ao que também conhecemos como “cultura de massa”, ou seja, a produção em larga escala de elementos da cultura. Ela é um dos frutos do sistema capitalista em que vivemos.

Com o estabelecimento do capitalismo, as cidades vão se transformando em polos industriais e de importância social. Com isso, a população urbana aumenta e se torna o alvo do mercado e seus integrantes se transformam em consumidores em potencial, o que é consequência de um barateamento da mercadoria industrializada, produzida em série. O mercado, em geral, se dinamiza, atingindo até a esfera cultural que, também, passa a ser transformada em mercadoria.

Com a propagação da cultura de massa, entra em cena um novo padrão de beleza, uma nova estética que influencia o gosto das pessoas. E, com o estabelecimento do capitalismo e da sociedade moderna, isso veio a se transformar mais ainda. As cidades passam a ficar cheias. São multidões que, de alguma maneira, estão aprendendo um novo estilo de vida: o urbano.

O sistema de capital percebe que uma massa emerge e, mais ainda, percebe que além de se produzir mercadorias de consumo geral para essa massa, poderia ser possível produzir, também, e em larga escala, elementos da cultura, transformando-os em

mercadorias. Daí o termo “cultura de massa” ou “para as massas”, pois a partir do momento que se produz em série para o consumo do povo em geral, para existir um novo padrão de significações na visão de mundo, no que as pessoas pensam, sentem e agem.

Sabe aquela propaganda na TV que lhe deixou com uma vontade de tomar um refrigerante bem gelado, em pleno dia de verão? Ou aquele belíssimo celular de última geração... São tantas as emoções e opções expostas e impostas pela mídia. No entanto, tudo o que é produzido pela indústria cultural custa dinheiro, ou seja, podemos “comprar” se tivermos as condições financeiras.

O capital, por sua vez, se apropria das expressões culturais, que podem ser: os jornais, livros, filmes, peças teatrais, músicas, tudo o que possa expressar a cultura de determinado grupo social. E então, ele a transforma em produto para o consumo, fazendo com que a dicotomia entre popular e erudito quase se anule, pois a indústria cultural visa à compra e venda de tudo que ela produz, não importando se a burguesia está consumindo um CD de música *funk*, originado e tocado nos bailes da periferia.

Quando falamos em **cultura** e, principalmente em cultura de massa e indústria cultural, a coisa não é diferente. O que sempre vai estar em jogo é a manipulação dos valores e padrões estéticos visando ao controle das massas. Contudo, as classes sociais podem ter suas percepções e visões de mundo e também propagá-las.

Quem não se lembra ou já ouviu falar da **ditadura militar** no Brasil (1964-1985)? Assim que os militares tomaram o poder com atitudes autoritárias, passaram a controlar não somente os assuntos políticos e econômicos, mas também as outras esferas socioculturais, censurando todo tipo de manifestação artística que eram contrárias ao regime autoritário.

Jovens artistas como **Edu Lobo**, **Chico Buarque de Holanda**, **Geraldo Vandré**, **Geraldo Azevedo** dentre outros, fizeram parte do movimento oposicionista de esquerda nos anos sessenta e setenta que se expressava culturalmente por meio da música. Tal movimento se constituiu numa **contracultura***, que mobilizou jovens e intelectuais do mundo ocidental, durante os anos 60 e 70, que proclamava uma nova maneira de pensar independente dos valores socioculturais e dominantes da época.

No Brasil, especificamente com a produção da música popular brasileira, a MPB, surgiu um novo tipo de música que denunciava a opressão frente às atrocidades do autoritarismo da época. Cantava um grito à liberdade.

Como diz **Renato Ortiz** em *Cultura brasileira e identidade nacional*, o que está por trás das manifestações populares não é pura e simplesmente uma visão de mundo, “(...) mas um projeto político que utiliza a cultura como elemento de sua realização... significa função política dirigida em relação ao povo”. Ou seja, as manifestações culturais populares podem se constituir em um projeto político, engajadas numa luta por diferentes reivindicações. Na atualidade ainda há vários cantores e grupos musicais que expressam, em suas canções, a realidade social, denunciando questões como: a crise política, a corrupção, a fome e a miséria da maioria da população brasileira.

* Contracultura ou anticultura é um termo originário da imprensa norte-americana, que significa oposição expressa de diferentes modos a algo estabelecido. Ou ainda, é uma crítica radical ao sistema social e cultural em vigor.

E as novelas e o cinema?

Você já percebeu como algumas pessoas não perdem um capítulo da novela, principalmente aquelas que conseguem atingir grande número de telespectadores? Tanto as novelas como o cinema são criações dos meios de comunicação a serviço do capital, pois não é feito pelas pessoas, como eu e você e tantas outras que os assistem. Os filmes, por exemplo, reproduzem acontecimentos como o holocausto dos judeus na Segunda Guerra Mundial, mas o interesse de tal produção cinematográfica, além de contar a história, é se utilizar dela como meio de sobrevivência e reprodução de capital.



Percy Jackson e o Mar de Monstros (2013), dirigido por Thor Freudenthal.

Divulgação/20th Century Fox

Após a Revolução Industrial do século XVIII, tudo virou objeto de consumo, como vimos acima, tudo pode ser transformado em produto. Não só a cultura popular é difundida e disseminada. Até a própria sinfonia de Mozart, os quadros *Mona Lisa* e *A Última Ceia*, de Leonardo da Vinci, e obras de importantes artistas, como as do brasileiro Cândido Portinari, são reconhecidamente de origem erudita. Isto é, o que antes era encontrado somente em museus ou em casa dos ricos, passaram a entrar em casas simples, de pessoas de baixa renda, ou produzidas em série estampadas em camisetas de marcas comuns.

Contudo, por mais que os filmes e programas televisivos não apresentem um caráter enriquecedor para o conhecimento humano, sua crítica radical deve ser repensada, pois é possível encontrar diversas programações que trazem uma qualidade de produção e de informações, possibilitando às pessoas questionar a si e a sociedade na qual vivem.

E aí, quais as vantagens e desvantagens da indústria cultural?

Pensar a indústria cultural como vantajosa é dizer que a partir dela mesma e dos meios de comunicação de massa, uma parcela da população, que sempre esteve alheia a fontes de informações, passa a ter possibilidade de maior acesso a tais fontes informativas, o que contribui para uma maior informação do público.

Outro argumento é o fato de que, pela indústria cultural, os **diferentes gostos e culturas** poderiam ser vistos e encarados de maneira mais sensível e abrangente. Ou seja, os meios de comunicação poderiam estar trabalhando com a temática do **multiculturalismo**, aproximando os diferentes, culturalmente falando, e diminuindo os entraves causados por tais distinções e preconceitos culturais.

O lado desvantajoso da indústria cultural é seu caráter coercitivo, que se caracteriza na imposição à padronização, pondo em igual patamar todas as diferentes manifestações culturais, ou seja, vende uma imagem de "harmonia" de cultura única, descaracterizando as diferenças.

Outro argumento é quanto à criação de uma falsa necessidade de consumo pelas propagandas, como já discutimos anteriormente. Além de desestimular o público a **pensar e refletir** a respeito do que vê, uma vez que tudo é traduzido em forma de entretenimento, informação rápida e pronta, torna-se um meio de comunicação alienante, pois a maioria do público em geral que somente tem acesso às "informações-relâmpago" é geralmente passivo e não consegue refletir com clareza de detalhes sobre os acontecimentos sociais.

Portanto, devemos ter a consciência de que os produtos veiculados na mídia são, em sua maioria, criados por grupos poderosos e que visam à lucratividade. Essa linha de raciocínio nos leva a imaginar a necessidade de continuar com o processo

da industrialização da cultura, porém, não se deve perder a noção da existência da dominação, ou seja, que há grupos que desejam manipular as massas a comprarem tudo o que veem e a viverem da maneira que eles, os donos do capital, querem.

A indústria cultural, com suas vantagens e desvantagens, pode ser caracterizada pela transformação da cultura em mercadoria, com produção em série e de baixo custo, para que todos possam ter acesso. É uma indústria como qualquer outra, que deseja o lucro e que trabalha para conquistar o seu cliente, vendendo imagens, seduzindo o seu público a ter necessidades que antes não tinham.

A indústria cultural, característica da sociedade contemporânea, deve ser pensada quanto ao seu papel. Torna-se necessária uma reflexão sobre que valores culturais estão sendo veiculados na mídia e a quem eles servem. Uma atitude otimista quanto à cultura de massa pode existir, porém uma atitude crítica deve permear os processos de transmissão e assimilação das informações veiculadas.

Ideologia e meios de comunicação de massa

Os meios de comunicação de massa (os jornais, o rádio, a televisão, o cinema, a propaganda), as instituições (a escola, a Igreja, a família), os atos cotidianos produzem e reproduzem dia a dia, por suas falas, por seus gestos, por seus discursos, enfim, pela linguagem que os caracteriza, campos de significações que ordenam, dirigem, criam tudo aquilo que o real, no seu movimento incessante, produz.

Esses campos de significações são justamente o que percebemos como realidade. É aí mesmo, na realidade, que o real se embrulha, apreendido, aí se enrola.

Para **Karl Marx**, a função da ideologia é a de **ocultar a verdadeira realidade**, ou seja, condições reais de existência dos homens, mostrando, ilusoriamente, as ideias como motor da vida real. Os homens são produtores de suas ideias. Entretanto, como a ideologia exerce uma função de ocultamento da realidade, ela mostra um mundo ideal, válido, o qual "deve ser preservado por todos". Sendo assim, as crenças, valores e opiniões são interiorizados como se fossem verdadeiros e universais. Com frequência, ouvimos ou repetimos frases, como "todos os homens são iguais"; "o trabalho dignifica o homem e produz riquezas". Ora, são afirmações verdadeiras, difíceis de serem contestadas; e seus termos, isoladamente, não apresentam contradições. Porém, o sentido dessas frases torna-se uma abstração e um mascaramento da realidade se não for considerado o contexto histórico concreto em que os homens vivem e se relacionam.

Marilena Chaui define ideologia como "um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador...".

É preciso que nos lembremos de que cada imagem que aparece em um vídeo é fruto de uma escolha em termos de enquadramento (quais os elementos que vão ser mostrados e quais os que vão ser deixados de lado; quais os que aparecerão em primeiro plano, portanto maiores e mais visíveis, quais em último plano, e assim por diante); de sequência (qual a cena que vem em primeiro, segundo, terceiro... até o último lugar); de texto ou música que acompanhará a imagem. Quem escolhe as imagens que vão ao ar é o diretor do programa. Assim, é ele que elabora a interpretação dos fatos. Como resultado, o que aparece em nosso aparelho de TV já não é a realidade, mas um relato, uma representação dessa realidade, segundo o ponto de vista do diretor do programa.

A fragmentação é utilizada como um recurso ideológico. É a própria visão de mundo que aparece de modo fragmentário, impedindo que os telespectadores, que somos todos nós, tenhamos a visão do todo, que possamos atribuir um sentido global ao mundo e que encontremos o nosso lugar específico.

E, finalmente, a linguagem televisiva caracteriza-se por assumir a forma de espetáculo.

O que é espetáculo? É tudo o que chama a atenção, atrai e prende o olhar.

A televisão, trabalhando sobre a forma de apresentação de seus programas, transforma qualquer conteúdo em espetáculo de grande eficácia visual.

É só pensarmos na transmissão pela TV da invasão pela polícia nas favelas do Rio de Janeiro no final de 2010, para compreendermos como funciona a linguagem da televisão.

Cultura pop e indústria cultural

Desde a **Escola de Frankfurt**, o termo **indústria cultural** tem sido usado para designar aquelas peças culturais que não são nem fruto da elite, nem da população menos favorecida, configurando produtos veiculados através dos meios de comunicação de massa.

Entretanto, fatos recentes têm demonstrado que o conceito formulado por Horkheimer e Adorno nem sempre se adequam aos produtos da mídia. Por outro lado, começa a ser usado um novo termo para designar esses mesmos produtos: cultura *pop*. O nosso objetivo aqui é dar uma definição do termo cultura *pop*, trabalhando-o como complementar ao de indústria cultural.

Indústria cultural

O conceito de indústria cultural foi veiculado pela primeira vez em 1947, por Horkheimer e Adorno*, no texto *A dialética do Iluminismo*. O termo foi criado em oposição à cultura de massa, que dava a ideia de uma cultura surgida espontaneamente da própria massa.

Para Adorno, a ideia de que os produtos da indústria cultural vêm do povo é equivocada, pois a indústria cultural, ao aspirar à integração vertical de seus consumidores, não apenas adapta seus produtos ao consumo das massas, mas também determina esse consumo.

O termo indústria cultural é mais adequado, pois deixa bem claro que tais peças culturais são produtos fabricados para serem consumidos, assim como sabonetes e carros.

Exemplo disso podemos ver na adaptação da Disney para o clássico *O Corcunda de Notre Dame*, de **Victor Hugo**. A história foi "adocicada" para tornar-se mais palatável ao consumidor... Assim, a indústria cultural pretende alienar, e não conscientizar, acomodar, e não incitar.

Os produtos da indústria cultural teriam três utilidades:

- serem comercializados;
- promover a deturpação e a degradação do gosto popular;
- obter uma atitude sempre passivas dos seus consumidores.

Como são feitos para serem vendidos, os produtos da indústria cultural jamais devem desagradar o comprador. A produção é homogeneizada e nivelada por baixo.

A visão crítica por parte do expectador não é possível dentro da indústria cultural, pois a transformação do ato cultural em valor suprime sua função crítica e nele dissolve os traços de uma experiência autêntica.

Cultura Pop

O termo **cultura pop** tem sido usado indiscriminadamente para designar diversos produtos da indústria cultural. Fala-se em música *pop*, *pop rock*, quadrinhos *pop* e, finalmente, cultura *pop*.

Mas o que é cultura *pop*? O que caracteriza algo como *pop*? Que tipo de cultura é essa, denominada *pop*?

Uma resposta interessante para a pergunta está no ponto de vista daqueles que colocam a cultura *pop* como uma alternativa para a cultura oficial.

Daí percebe-se o conceito de cultura *pop* como algo que nasce da indústria cultural, mas não se limita às regras acrílicas e homogeneizantes. Ao contrário, a cultura *pop* está muito mais próxima da subversão que da ideologia. Ela, constantemente, quer incomodar o receptor, ao invés de acomodá-lo.

No cinema, há diretores como Tarantino e Terry Gilliam e, mais recentemente Shyamalan, que não se encaixam no jeito americano de fazer películas. Na música, há bandas que rompem com os ditames do *stablishment*: Beatles e suas experimentações, o inconformismo de Raul Seixas, Pato Fu e a crítica à TV (na música "Televisão de Cachorro").

Embora os meios de comunicação de massa tenham como objetivo a leitura e a fruição rápidas, isso não significa que todos os leitores estejam amaldiçoados a fazerem sempre leituras superficiais. Alguns leitores discutem os quadrinhos da mesma forma que um crítico de arte o faria com um quadro, ou um crítico literário o faria com um romance.

Por conta dessa leitura, alguns produtos da indústria cultural acabam se tornando cultura *pop*. É o que acontece, por exemplo, com o seriado *Jornada nas Estrelas* ou com as histórias clássicas de Jack Kirby e Stan Lee para a Marvel.

Importante notar que, embora não tenham uma postura tão crítica ou provocadora quanto outros exemplos de cultura *pop*, tanto *Jornada nas Estrelas* quanto as histórias clássicas da Marvel têm duas características em comum:

- Eles apresentam inovações significativas com relação ao modo de fazer as coisas dentro daquele gênero ou mídia (ou seja, são mais informativos que redundantes). A Marvel inovava, e muito, ao mostrar o lado humano dos heróis, sem falar na estética expressionista de Jack Kirby. *Jornada nas Estrelas* inovava ao introduzir nos seriados de ficção um vivo manifesto pacifista e ao dar um grande valor aos roteiros bem elaborados.
- Eles se destacam por seu caráter mítico. Não são poucos os autores que admitem o caráter mítico de *Jornada nas Estrelas* e de personagens como o Surfista Prateado. As mídias estariam, nesse caso, resgatando algo que havia se perdido com a quase total extinção dos chamados contadores de histórias que, nas sociedades de desenvolvimento tecnológico menos desenvolvido, são os principais divulgadores dos mitos.

Cultura de massa

A cultura de massa é constituída por aqueles produtos da indústria cultural que se destinam à sociedade de consumo e que visam satisfazer ao "gosto médio" da população de um país ou, em termos de multinacionais da produção, do mundo.

A cultura de massa caracteriza-se por:

- ser produzida por um grupo de profissionais que pertence a uma classe social diferente daquela do público a que se destina;
- ser dirigida pela demanda, passando, portanto, por modismos;
- ser feita para um público sem muita informação estética e mais passivo; o "povo", nesse caso, é só o alvo da produção, não sua origem;
- visar ao divertimento como meio de passar o tempo.

A produção da cultura de massa

A cultura de massa pressupõe a existência da indústria cultural, de um lado, produzindo artigos em série para serem consumidos pelo público, e, de outro, a “massa”, um número indeterminado de pessoas (quanto mais, melhor) despidas de suas características individuais – de classe, etnia, região e até mesmo de país – e que são tratadas como um todo razoavelmente homogêneo, para o qual a produção é direcionada.

Por essa razão, essa produção visa atender ao chamado “gosto médio”, tendo, também, de deixar de lado as características específicas de classe, de região e de gosto, para assumir uma certa homogeneidade que não causará “indigestão” a ninguém. Dentro da cultura de massa, encontramos dois tipos de produto: o que é criado pela indústria, dentro de seus modelos, e o que é adaptado a partir de uma obra já existente. Neste último caso, a fórmula utilizada é a da “pasteurização”, que tira o que uma obra de arte tem de expressivo, de diferente, de novo, de específico, para oferecer ao público uma versão pálida e inócua, um arremedo de arte.

Um exemplo concreto é a música sertaneja, cuja matriz é a música caipira, de viola (arte folclórica, portanto). Quais as alterações necessárias para que a música caipira se transforme em sertaneja? Os instrumentos são mudados, tornando o som muito mais “rico”; os cantores perdem o sotaque do “caipira”; o ritmo passa a englobar a canção rancheira, o balanço, o chamamé e recebe contribuições latino-americanas, como a guarânia e o bolero; os temas afastam-se das preocupações da população rural e passam a falar da vida na cidade, das alegrias das dificuldades dos caminhoneiros e de amores mal resolvidos (“Não aprendi dizer adeus”, “Evidências” e “Caminhoneiro do amor”, por exemplo); as “duplas sertanejas” ostentam signos de caubóis norte-americanos (botas, chapéus, cintos, roupas de couro com franjas, camisas em tecido xadrez), numa clara referência aos filmes de “mocinho e bandido” e à cultura dominante – com isso, fazem enorme sucesso e ganham muito dinheiro para si e para suas gravadoras, pois é o tipo de música mais vendido no país.

Um outro exemplo, desta vez das artes visuais, é a apropriação de certos estilos artísticos, característicos de determinados movimentos – como o impressionismo e o abstracionismo –, que são usados como fórmula técnica, porque agradam ao público, que crê estar comprando uma obra de arte. Essa apropriação é feita tanto por meio dos produtos de *design* industrial, quanto por reproduções baratas veiculadas por museus e por lojas de *souvenirs* e, às vezes, até pela propaganda. A linguagem específica de um estilo é assimilada e usada, sem que se tenha o que dizer com ela, principalmente porque é transportada de um momento histórico para outro. Em feiras de artesanato, é comum ver-se quadros das estações do ano pintados com a técnica usada no impressionismo. São alegres e decorativos, preservam a figuração, mas não são arte, porque não trazem nenhuma nova visão de mundo.

Comunicação de massa e globalização

Por causa da globalização e dos avanços tecnológicos, as pessoas de todo o mundo encontram-se interligadas numa única ordem informacional, com a oportunidade de receber informações 24 horas por dia.

Atualmente, os meios de comunicação de massa não se encontram mais rigidamente separados: o jornal, a telefonia, o rádio, o cinema e a televisão estão passando por grandes transformações graças ao avanço da tecnologia e a rápida difusão da Internet.

A “mídia de massa” (ou “comunicações de massa”) é aquela que consegue chegar a uma audiência de massa, que alcança um volume muito grande de pessoas. Inclui também as revistas, a publicidade, os *video games*, os CDs, os DVDs e *blu-rays*.

Os meios de comunicação de massa são fontes de entretenimento, mas influenciam muitas outras atividades sociais dos indivíduos: são também fontes de informação e meio de acesso ao conhecimento.

Não se pode esquecer, contudo, que há várias tendências que atingem a indústria da mídia num contexto de globalização: concentração da mídia nas mãos de grandes conglomerados, ampliação do domínio privado da mídia, desterritorialização e diversificação das atividades das indústrias de mídia. Há teóricos que enfatizam nas suas análises o imperialismo da mídia, que expressa o controle da informação mundial pelos países desenvolvidos e por pequenos grupos poderosos.

Teorias da mídia

- **Marshall McLuhan (1911-1980):** o tipo de mídia encontrada em uma sociedade interfere mais sobre a estrutura desta sociedade do que o próprio conteúdo que a mídia transmite – “o meio é a mensagem”. O cotidiano numa sociedade em que a televisão desempenha um papel importante é muito diferente do cotidiano de uma sociedade em que predomina a mídia impressa. A mídia eletrônica cria uma “aldeia global”, em que as pessoas assistem juntas aos principais acontecimentos do mundo e participam juntas desses acontecimentos.
- **Jean Baudrillard (1929-2007):** a televisão representa o mundo para o telespectador e, ainda mais: define o próprio mundo. A mídia de massa cria a hiper-realidade feito de simulacros – imagens que só podem ser entendidas com base em outras imagens, sem fundamento numa realidade externa.
- **Jürgen Habermas (1929):** a esfera pública, na qual é possível discutir temas de interesse públicos e formar opiniões, está sendo sufocada pela industrial cultural – os interesses comerciais prevalecem sobre os interesses públicos. Daí que a “opinião pública” é fruto da manipulação e do controle e não do debate racional
- **John Thompson (1951):** ao contrário de Habermas, Thompson entende que a mídia possibilita o pensamento crítico e amplia as possibilidades de informação. O debate público é ampliado com a expansão das possibilidades de informação.



Exercícios de Fixação

01. (Enem/2016)

Hoje, a indústria cultural assumiu a herança civilizatória da democracia de pioneiros e empresários, que tampouco desenvolvera uma fineza de sentido para os desvios espirituais. Todos são livres para dançar e para se divertir do mesmo modo que, desde a neutralização histórica da religião, são livres para entrar em qualquer uma das inúmeras seitas. Mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa.

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

A liberdade de escolha na civilização ocidental, de acordo com a análise do texto, é um(a)

- A) legado social.
- B) patrimônio político.
- C) produto da moralidade.
- D) conquista da humanidade.
- E) ilusão da contemporaneidade.

02. (Enem/2016) Não estou mais pensando como costumava pensar. Percebo isso de modo mais acentuado quando estou lendo. Mergulhar num livro, ou num longo artigo, costumava ser fácil. Isso raramente ocorre atualmente. Agora minha atenção começa a divagar depois de duas ou três páginas. Creio que sei o que está acontecendo. Por mais de uma década venho passando mais tempo *on-line*, procurando e surfando e algumas vezes acrescentando informação à grande biblioteca da Internet. A Internet tem sido uma dádiva para um escritor como eu. Pesquisas que antes exigiam dias de procura em jornais ou na biblioteca agora podem ser feitas em minutos. Como disse o teórico da comunicação Marshall McLuhan nos anos 60, a mídia não é apenas um canal passivo para o tráfego de informação. Ela fornece a matéria, mas também molda o processo de pensamento. E o que a *net* parece fazer é pulverizar minha capacidade de concentração e contemplação.

CARR, N. *Is Google making us stupid?* Disponível em: <www.theatlantic.com>. Acesso em: 17 fev. 2013. Adaptado.

Em relação à Internet, a perspectiva defendida pelo autor ressalta um paradoxo que se caracteriza por

- associar uma experiência superficial à abundância de informações.
- condicionar uma capacidade individual à desorganização da rede.
- agregar uma tendência contemporânea à aceleração do tempo.
- aproximar uma mídia inovadora à passividade da recepção.
- equiparar uma ferramenta digital à tecnologia analógica.

03. (Enem/2002)

HAGAR – CHRIS BROWNE



© 2015 King Features Syndicate/Ipess.

De acordo com a história em quadrinhos protagonizada por Hagar e seu filho Hamlet, pode-se afirmar que a postura de Hagar

- valoriza a existência da diversidade social e de culturas, e as várias representações e explicações desse universo.
- desvaloriza a existência da diversidade social e as várias culturas, e determina uma única explicação para esse universo.
- valoriza a possibilidade de explicar as sociedades e as culturas a partir de várias visões de mundo.
- valoriza a pluralidade cultural e social ao aproximar a visão de mundo de navegantes e não navegantes.
- desvaloriza a pluralidade cultural e social, ao considerar o mundo habitado apenas pelos navegantes.

04. (Enem/2010) Os meios de comunicação funcionam como um elo entre os diferentes segmentos de uma sociedade. Nas últimas décadas, acompanhamos a inserção de um novo meio de comunicação que supera em muito outros já existentes, visto que pode contribuir para a democratização da vida social e política da sociedade à medida que possibilita a instituição de mecanismos eletrônicos para a efetiva participação política e disseminação de informações. Constitui o exemplo mais expressivo desse novo conjunto de redes informacionais a

- Internet.
- fibra ótica.
- TV digital.
- telefonia móvel.
- portabilidade telefônica.

05. (Enem/2010-Reaplicação) Eu não tenho hoje em dia muito orgulho do Tropicalismo. Foi sem dúvida um modo de arrombar a festa, mas arrombar a festa no Brasil é fácil. O Brasil é uma pequena sociedade colonial, muito mesquinha, muito fraca.

VELOSO, C. In: HOLLANDA, H. *A Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1995 (adaptado).

O movimento tropicalista, consagrador de diversos músicos brasileiros, está relacionado historicamente

- a expansão de novas tecnologias de informação, entre as quais a Internet, o que facilitou imensamente a sua divulgação mundo afora.
- ao advento da indústria cultural em associação com um conjunto de reivindicações estéticas e políticas durante os anos 1960.
- à parceria com a Jovem Guarda, também considerada um movimento nacionalista e de crítica política ao regime militar brasileiro.
- ao crescimento do movimento estudantil nos anos 1970, do qual os tropicalistas foram aliados na crítica ao tradicionalismo dos costumes da sociedade brasileira.
- à identificação estética com a Bossa Nova, pois ambos os movimentos tinham raízes na incorporação de ritmos norte-americanos, como o *blues*.



Exercícios Propostos

01. (Enem/2011) Um volume imenso de pesquisas tem sido produzido para tentar avaliar os efeitos dos programas de televisão. A maioria desses estudos diz respeito às crianças – o que é bastante compreensível pela quantidade de tempo que elas passam em frente ao aparelho e pelas possíveis implicações desse comportamento para a socialização. Dois dos tópicos mais pesquisados são o impacto da televisão no âmbito do crime e da violência e a natureza das notícias exibidas na televisão.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

O texto indica que existe uma significativa produção científica sobre impactos socioculturais da televisão na vida do ser humano. E as crianças, em particular, são as mais vulneráveis a essas influências, porque

- codificam informações transmitidas nos programas infantis por meio da observação.
- adquirem conhecimentos variados que incentivam o processo de interação social.
- interiorizam padrões de comportamento e papéis sociais com menor visão crítica.
- observam formas de convivência social baseadas na tolerância e no respeito.
- apreendem modelos de sociedade pautados na observância das leis.

02. (Enem/2012) Na regulação de matérias culturalmente delicadas, como, por exemplo, a linguagem oficial, os currículos da educação pública, o *status* das igrejas e das comunidades religiosas, as normas do direito penal (por exemplo, quanto ao aborto), mas também em assuntos menos chamativos, como, por exemplo, a posição da família e dos consórcios semelhantes ao matrimônio, a aceitação de normas de segurança ou a delimitação das esferas públicas e privada – em tudo isso reflete-se amiúde apenas o autoentendimento ético-político de uma

cultura majoritária, dominante por motivos históricos. Por causa de tais regras, implicitamente repressivas, mesmo dentro de uma comunidade republicana que garanta formalmente a igualdade de direitos para todos, pode eclodir um conflito cultural movido pelas minorias desprezadas contra a cultura da maioria.

HABERMAS, J. *A inclusão do outro: estudos da teoria política*. São Paulo: Loyola.

A reivindicação dos direitos culturais das minorias, como exposto por Habermas, encontra amparo nas democracias contemporâneas, na medida em que se alcança

- A) a secessão, pela qual a minoria discriminada obteria a igualdade de direitos na condição da sua concentração espacial, num tipo de independência nacional.
- B) a reunificação da sociedade que se encontra fragmentada em grupos de diferentes comunidades étnicas, confissões religiosas e formas de vida, em torno da coesão de uma cultura política nacional.
- C) a coexistência das diferenças, considerando a possibilidade de os discursos de autoentendimento se submeterem ao debate público, cientes de que estarão vinculados à coerção do melhor argumento.
- D) a autonomia dos indivíduos que, ao chegarem à vida adulta, tenham condições de se libertar das tradições de suas origens em nome da harmonia da política nacional.
- E) o desaparecimento de quaisquer limitações, tais como linguagem política ou distintas convenções de comportamento, para compor a arena política a ser compartilhada.

03. (Enem/2010) O folclore é o retrato da cultura de um povo. A dança popular e folclórica é uma forma de representar a cultura regional, pois retrata seus valores, crenças, trabalho e significados. Dançar a cultura de outras regiões é conhecê-la, é de alguma forma se apropriar dela, é enriquecer a própria cultura.

BREGOLATO, R. A. *Cultura corporal da dança*. São Paulo: Ícone, 2007.

As manifestações folclóricas perpetuam uma tradição cultural, é obra de um povo que a cria, recria e a perpetua. Sob essa abordagem deixa-se de identificar como dança folclórica brasileira

- A) O Bumba-meu-boi, que é uma dança teatral na qual personagens contam uma história envolvendo crítica social, morte e ressurreição.
- B) a Quadrilha, das festas juninas, que associam festejos religiosos a celebrações de origens pagãs envolvendo as colheitas e a fogueira.
- C) o Congado, que é uma representação de um reinado africano na qual se homenageia santos através de música, cantos e dança.
- D) o Balé, em que se utilizam músicos, bailarinos e vários outros profissionais para contar uma história em forma de espetáculo.
- E) o Carnaval, em que o samba derivado do batuque africano é utilizado com o objetivo de contar ou recriar uma história nos desfiles.

04. (Enem/2013) Própria dos festejos juninos, a quadrilha nasceu como dança aristocrática, oriunda dos salões franceses, depois difundida por toda a Europa.

No Brasil, foi introduzida como dança de salão e, por sua vez, apropriada e adaptada pelo gosto popular. Para sua ocorrência, é importante a presença de um mestre "marcante" ou "marcador", pois é quem determina as figurações diversas que os dançadores desenvolvem. Observa-se a constância das seguintes marcações: "Tour", "En avant", "Chez des dames", "Chez des chevaliê", "Cestinha de flor", "Balancê", "Caminho da roça", "Olha a chuva", "Garranchê", "Passeio", "Coroa de flores", "Coroa de espinhos" etc.

No Rio de Janeiro, em contexto urbano, apresenta transformações: surgem novas figurações, o francês aportuguesado inexistente, o uso de gravações substitui a música ao vivo, além do aspecto de competição, que sustenta os festivais de quadrilha, promovidos por órgãos de turismo.

CASCUDO, L. C. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1976.

As diversas formas de dança são demonstrações da diversidade cultural do nosso país. Entre elas, a quadrilha é considerada uma dança folclórica por

- A) possuir como característica principal os atributos divinos e religiosos e, por isso, identificar uma nação ou região.
- B) abordar as tradições e costumes de determinados povos ou regiões distintas de uma mesma nação.
- C) apresentar cunho artístico e técnicas apuradas, sendo, também, considerada dança-espetáculo.
- D) necessitar de vestuário específico para a sua prática, o qual define seu país de origem.
- E) acontecer em salões e festas e ser influenciada por diversos gêneros musicais.

05. (Unesp/2015) Analise as charges.



As charges permitem que se faça uma abordagem ao mesmo tempo crítica e irônica dos meios de comunicação de massa e da vida nas cidades no período atual. Dentre os assuntos que podem ser diretamente associados aos problemas abordados pelas charges, estão

- A) o cumprimento, pelos meios de comunicação, de seu papel de noticiar o real cotidiano das cidades e o fortalecimento da segurança pública em detrimento da privada.
- B) o papel da mídia na propagação da sensação de insegurança junto à população e o surgimento de atividades, produtos e serviços vinculados à segurança privada.
- C) a influência restrita dos meios de comunicação sobre o cotidiano das cidades e a produção de um novo urbanismo expresso na valorização dos espaços públicos.
- D) a influência passiva da mídia sobre o comportamento e a vida das pessoas nas cidades, e a regressão de produtos, serviços e atividades ligadas à segurança privada.
- E) a difusão de informações sensacionalistas pela mídia e a intensificação da convivência entre pessoas na cidade.

06. (Enem/2011) Um volume imenso de pesquisas tem sido produzido para tentar avaliar os efeitos dos programas de televisão. A maioria desses estudos diz respeito às crianças – o que é bastante compreensível pela quantidade de tempo que elas passam em frente ao aparelho e pelas possíveis implicações desse comportamento para a socialização. Dois dos tópicos mais pesquisados são o impacto da televisão no âmbito do crime e da violência e a natureza das notícias exibidas na televisão.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

O texto indica que existe uma significativa produção científica sobre impactos socioculturais da televisão na vida do ser humano. E as crianças, em particular, são as mais vulneráveis a essas influências, porque

- A) codificam informações transmitidas nos programas infantis por meio da observação.
- B) adquirem conhecimentos variados que incentivam o processo de interação social.
- C) interiorizam padrões de comportamento e papéis sociais com menor visão crítica.
- D) observam formas de convivência social baseadas na tolerância e no respeito.
- E) apreendem modelos de sociedade pautados na observância das leis.

07. (UEM/2007) De acordo com o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, a expressão “indústria cultural” refere-se ao “complexo de produção de bens culturais, disseminados através dos meios de comunicação de massa, que impõe formas universalizantes de comportamento e consumo; comunicação de massa que funciona como sistema mercantil e industrial” (Curitiba: Ed. Positivo, 2004, p. 1098).

Levando-se em consideração essa definição bastante abrangente, pode-se concluir que

- A) a “indústria cultural” antecede a sociedade moderna, já que, na Idade Média, a Igreja Católica impunha a todos uma forma universalizante de comportamento, a moral cristã, e impedia o consumo de bens espirituais que não correspondessem a seus preceitos.
- B) existe uma profunda relação entre a expansão dos meios de comunicação de massa e o desenvolvimento da “indústria cultural”, o que explica a importância, já atestada nas civilizações antigas, da propaganda impressa utilizada pelos artistas e artesãos para divulgar seus produtos.

C) a “indústria cultural” está relacionada ao desenvolvimento da sociedade capitalista contemporânea, na qual todos os bens, inclusive os culturais, como as reproduções das obras de arte, tendem a ser transformados em mercadorias para o consumo do maior número possível de compradores.

D) os meios de comunicação de massa, sendo muito mais antigos que a sociedade capitalista, não estão completamente influenciados por ela; por isso, não podem ser considerados uma parte integrante da “indústria cultural”.

E) a “indústria cultural” surgiu na Europa Ocidental, na época da transição do sistema artesanal, característico da sociedade feudal, para o sistema manufatureiro capitalista, processo que ocorreu inicialmente no setor de comunicação de massa.

08. (FGV/2013)

MANGUE – O conceito: Estuário. Em suas margens se encontram os manguezais, que estão entre os ecossistemas mais produtivos do mundo. Para os cientistas os mangues são tidos como os símbolos de fertilidade, diversidade e riqueza.

MANGUETOWN – A cidade: Após a expulsão dos holandeses, no século XVII, a (ex) cidade “maurícia” passou a crescer desordenadamente às custas do aterramento indiscriminado e da destruição dos seus manguezais.

Nos últimos trinta anos a síndrome da estagnação, aliada à permanência do mito da “metrópole”, só tem levado ao agravamento acelerado do quadro de miséria e caos urbano.

MANGUE – A cena: Emergência! Um choque rápido, ou o Recife morre de enfarte! O modo mais rápido de enfartar e esvaziar a alma de uma cidade como o Recife, é matar os seus rios e aterrar os seus estuários. Como devolver o ânimo e recarregar as baterias da cidade? Simples! Basta injetar um pouco da energia e engendrar um “circuito energético”, capaz de conectar as boas vibrações dos mangues com a rede mundial de circulação de conceitos *pop*. Imagem símbolo, uma antena parabólica enfiada na lama.

Nação Zumbi. Manifesto Manguê 1 - “Caranguejos com Cérebro”, 1992. (Adaptado)

Manguêbeat é um movimento cultural que surgiu no início da década de 1990, em Recife e, protagonizado pelas bandas Chico Science & Nação Zumbi e Mundo Livre S/A.

As alternativas a seguir apresentam exemplos da associação entre meio ambiente, cultura e sociedade, contidos no manifesto *manguêbeat*, à exceção de uma. Assinale-a.

- A) Do caos, da lama e da miséria é possível tirar uma nova e revitalizante proposta cultural.
- B) A metáfora do ecossistema do mangue relaciona meio ambiente e sociedade.
- C) A moderna “Manguetown” deve superar a pobreza e a estagnação cultural da cidade maurícia.
- D) A antena parabólica enfiada na lama é a simbiose entre formas musicais regionais e o *pop*, capaz de produzir uma cultura global.

09. (EsFCEx/2006) Analise as afirmativas a seguir sobre a comunicação de massa e, a seguir, assinale a alternativa correta.

- I. O conceito de massa está atrelado ao de contingentes populacionais agregados fisicamente;
- II. Indústria cultural é um termo forjado para representar, de maneira ilustrada, as fábricas de discos e de outras formas de reprodução da criação artística;
- III. A televisão é o mais importante veículo de comunicação e o de maior alcance.

- A) Somente a II e a III estão corretas.
- B) Somente a II está correta.
- C) Somente a I está correta.
- D) Somente a I e a III estão corretas.
- E) Todas estão incorretas.

10. (Enem/2015) Na sociedade contemporânea, onde as relações sociais tendem a reger-se por imagens midiáticas, a imagem de um indivíduo, principalmente na indústria do espetáculo, pode agregar valor econômico na medida de seu incremento técnico: amplitude do espelhamento e da atenção pública. Aparecer é então mais do que ser; o sujeito é famoso porque é falado. Nesse âmbito, a lógica circulatória do mercado, ao mesmo tempo que acena democraticamente para as massas com supostos “ganhos distributivos” (a informação ilimitada, a quebra das supostas hierarquias culturais), afeta a velha cultura disseminada na esfera pública. A participação nas redes sociais, a obsessão dos *selfies*, tanto falar e ser falado quanto ser visto são índices do desejo de “espelhamento”.

SODRÉ, M. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br>. >

Acesso em: 9 fev. 2015 (adaptado).

A crítica contida no texto sobre a sociedade contemporânea enfatiza

- A) a prática identitária autorreferente.
- B) a dinâmica política democratizante.
- C) a produção instantânea de notícias.
- D) os processos difusores de informações.
- E) os mecanismos de convergência tecnológica.



Fique de Olho

ADORNO E A DECADÊNCIA DOS PROGRAMAS DE TV E RÁDIO

No ensaio denominado *A indústria cultural – O Iluminismo como mistificação das massas*, o filósofo alemão Theodor Adorno, membro da lendária Escola de Frankfurt, desenvolve uma interessante reflexão sobre a atuação dos meios de comunicação de massa. Para ele, o termo “cultura de massa” é inadequado para definir determinadas produções difundidas nos grandes veículos de comunicação, pois não se tratam de formas espontâneas da criatividade humana, mas apenas “produtos” para serem vendidos no mercado, “fabricados” exclusivamente para gerarem lucros para os empresários da mídia. Ademais, também é importante ressaltar que esses “produtos” não são realizações culturais da massa, mas “cultura para a massa”.

Feitas as devidas ressalvas, é importante fazermos um diálogo entre as ideias de Adorno e a degradação dos conteúdos das programações televisivas e radiofônicas no Brasil pós-ditadura militar. De acordo com Adorno, as produções da “indústria cultural”, introduzidas como mercadorias, condicionam atitudes passivas de seus consumidores e buscam a formação de “cidadãos conformistas”. Em outros termos, são poderosos mecanismos de dominação simbólica. Assim, enquanto no período ditatorial havia em nosso país uma censura direta às produções que questionavam o *status quo*, atualmente há uma “censura branca” nos grandes veículos da mídia contra determinadas obras que poderiam levar a população a uma maior reflexão. É fato que na atual conjuntura midiática brasileira imperam produções de questionável qualidade artística e intelectual.

Diante desse quadro, não é por acaso que, desde pelo menos a década de 1990, as paradas de sucesso predominantes nas emissoras de rádio e televisão são ditadas por “ciclos musicais”: “ciclo sertanejo”, “ciclo do pagode”, “ciclo do axé”, “ciclo do funk carioca”, “ciclo do sertanejo universitário”. Músicas descartáveis, feitas sob medida para alienar as massas. A receita é demasiadamente simples: a população é bombardeada incessantemente por um determinado “estilo” musical, grupos surgem por atacado, ouve-se um único tipo de música até a sua exaustão, e depois, quando todos estão saturados, parte-se para outro estilo musical (o anterior é peremptoriamente esquecido) e seguem-se as mesmas etapas desse processo.

Para Adorno, distinções enfáticas, como músicas ou programas destinados a uma determinada classe social não são fundadas na realidade, mas são mecanismos para classificar e organizar os consumidores a fim de padronizá-los. Sendo assim, cada indivíduo deve se comportar “espontaneamente” segundo o seu nível e dirigir-se à categoria de massa que foi preparada para o seu tipo. Isso explica os motivos que fazem com que o sertanejo universitário e o funk ostentação (que ressaltam em suas letras o “carrão”, a roupa de grife e a balada da moda) sejam a trilha sonora dos membros da “nova classe média”, pois este é o estilo de vida que se espera desses indivíduos: muito consumo e pouca capacidade intelectual.

Ainda segundo Adorno, o efeito colateral da vertiginosa expansão dos meios de comunicação de massa é o nivelamento cultural por baixo. A maior parte da população do Brasil não tem boa instrução; assim surge um grave problema: os meios de comunicação de massa se expandiram em nosso país antes que a educação de qualidade se universalizasse nas classes menos abastadas. Por isso, os ídolos fabricados pela indústria cultural acabam sendo bem aceitos pela população em geral.

Lembrando o supracitado pensador alemão, o lazer não é mais simples diversão ou entretenimento. Há um imenso maquinismo denominado “indústria cultural”, visando obter um comportamento dócil e uma multidão domesticada, através da exploração sistemática de bens culturais. Em suma, esta é a anódina realidade de um país onde as autoridades políticas nunca se preocuparam em fomentar um sistema educacional público de qualidade, as elites econômicas se limitam a mimetizar padrões de consumo das nações desenvolvidas e os indivíduos que ascendem socialmente não pretendem melhorar sua formação intelectual.

Francisco Fernandes Ladeira é especialista em Ciências Humanas: Brasil, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professor de Geografia em Barbacena.

Por Francisco Fernandes Ladeira

Em 26/08/2014 na edição 813

Disponível em: <http://observatorioidaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/_ed813_adorno_e_a_decadencia_dos_programas_de_tv_e_radio/>

Seção Videoaula



Raça, etnia e multiculturalismo.



Propostas de Redação

01. (UFPR/2004) Considere os seguintes trechos de entrevistas.

Entrevista com a escritora Susan Sontag.

Veja – Exposição demais à violência por meio de fotos e imagens de televisão pode levar as pessoas à indiferença e à passividade?

Susan – Essa foi uma ideia que comecei a discutir nos anos 70, quando escrevi meu primeiro ensaio sobre fotografia, e que senti a necessidade de retomar agora. Naquela época eu disse de maneira um tanto forte que as imagens poderiam, sim, nos tornar passivos. Hoje eu acredito que isso não é necessariamente verdade. As coisas só acontecem dessa maneira se a mensagem que acompanha a imagem for a de que nada pode ser feito.

Se a mensagem subliminar for “sim, tudo é horrível, mas interferir está fora de nossas possibilidades”, aí ela leva você à passividade. E é preciso estar alerta também para a compaixão e a simpatia fácil que as imagens de sofrimento nos provocam. (...) Esse tipo de surpresa é uma espécie de clamor de inocência, um álibi. Precisamos sempre questionar o papel da compaixão quando vemos algo terrível que está acontecendo longe de nós. Se não carregar consigo a ideia de que as coisas podem mudar, talvez você se torne realmente passivo e comece a pensar na realidade como um espetáculo.

Veja, ed. 1817, ago. 2003.

Entrevista com o cineasta Steven Spielberg.

Veja – O que o senhor acha da tese de que a violência no cinema e na televisão estimula o público a agir da mesma forma?

Spielberg – Acho correta. Assistir à violência no cinema ou em programas de TV estimula muito mais os espectadores a imitar o que veem do que assistir a ela ao vivo ou nos telejornais. No cinema, a violência é filmada com iluminação perfeita, em cenas espetaculares, em câmera lenta, tornando-se até romântica. Já no noticiário o público tem uma percepção muito melhor de como a violência pode ser horrorosa e usada com finalidades que não existem no cinema.

Veja, ed. 1821, set. 2003.

Em um texto de até 10 linhas, compare os pontos de vista de Susan Sontag e Steven Spielberg sobre os efeitos da exposição do público a imagens de violência.

02. (UFPR-LITORAL/2007) O trecho abaixo foi retirado de um texto de Gunter Axt (<http://revistacult.uol.com.br>, acesso em 24 jun. 2007). Dando continuidade ao que é apresentado, escreva sobre a privacidade nos dias de hoje, em dois parágrafos que não excedam 8 linhas. O todo deve formar um texto coeso e coerente.

O fim da privacidade?

Na Atenas do século IV a.C., o político Andrócio, levado aos tribunais, teve sua vida privada esquadrihada. Os atenienses até incentivavam relações amorosas entre homens, como uma forma de educar os jovens para a cidadania, mas rejeitavam excessos. Assim, os acusadores de Andrócio usaram suas lascivas escapadelas pelo Pireu – a zona portuária da cidade –, quando, inclusive, diziam que se travestia de mulher, para desqualificá-lo. Os gregos acreditavam que o sujeito não poderia dar um bom político se não tivesse uma vida privada equilibrada.

Diferentemente dos romanos. Estes também tinham as suas interdições. Mas em Roma a sexualidade e a afetividade não desempenhavam um papel educativo, como na Grécia. Assim, o sujeito praticamente podia se esbaldar em sua privacidade sem prejudicar mais seriamente sua imagem pública.

REDAÇÕES COM TEMÁTICAS SOCIOLÓGICAS NO ENEM

Desde a sua criação, o Enem sempre tem cobrado dos alunos, em suas redações, um maior conhecimento das questões sociais. Confira os temas já cobrados:

- **1998:** A redação do primeiro Enem teve como tema “Viver e Aprender” e teve como base a música “O que é, O que é?”, de Gonzaguinha.
- **1999:** Neste ano, os estudantes tiveram de realizar uma dissertação sobre “Cidadania e a participação social”. Na redação, o candidato deveria escrever uma proposta de ação social.
- **2000:** Na redação deste ano, o tema foi “Os direitos das crianças e dos adolescentes”. No texto, o candidato precisava comentar sobre como enfrentar situações em que há desrespeito à infância.
- **2001:** A redação deste ano teve como tema “A preservação ambiental”. Nesta redação, os candidatos precisavam responder à seguinte questão “Como conciliar os interesses em conflito?”.
- **2002:** Teve como tema “O direito de votar: como utilizar-se do voto para promover as transformações sociais que o Brasil precisa?”
- **2003:** A dissertação deste ano teve como tema “A violência na sociedade brasileira: como mudar as regras desse jogo?”. Para realizar a redação, os candidatos receberam diversos textos e dados do Brasil sobre investimento em Segurança Pública.
- **2004:** Neste ano, o tema da redação foi sobre “A liberdade de informação e os abusos dos meios de comunicação”.
- **2005:** O tema foi “O trabalho infantil”. Para a realização da redação foram apresentados aos candidatos alguns dados sobre o número de crianças que trabalhavam no Brasil.
- **2006:** O tema foi “O poder de transformação da leitura”. Neste ano, o candidato recebeu diversos textos comentando sobre a importância do ato de ler.
- **2007:** A redação deste ano teve como tema “A diversidade cultural”. Na redação, o candidato tinha de refletir como conviver com as diferenças de crenças, raças etc.
- **2008:** O tema foi “A preservação da floresta amazônica”. Na redação, o candidato tinha de escolher uma das 3 opções oferecidas e analisar os pontos positivos e negativos de cada uma delas. Entre as possibilidades oferecidas para a preservação estavam: suspender o desmatamento, dar incentivo financeiro aos proprietários que deixassem de desmatar e a de maior fiscalização e aplicação de multas para quem desmatar.
- **2009:** Nesta redação, o tema foi “A valorização da terceira idade”. Na redação, o candidato deveria escrever uma proposta de ação social.
- **2010:** Cinco anos depois, o trabalho voltou a ser tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O tema foi “O trabalho para construção da dignidade humana”, enquanto em 2005 foi pedido para os candidatos escreverem sobre o trabalho infantil no Brasil. Dois textos de apoio foram oferecidos aos estudantes: “O que é trabalho escravo”, que começava citando a Lei Áurea e relatava que, ainda hoje, a escravidão permanece em fazendas brasileiras. Já o segundo texto, tinha como título “O futuro do trabalho” e trazia um trecho de uma reportagem da Revista *Galileu*, que contava as perspectivas para 2020: a maioria das pessoas trabalharia em casa, teria um chefe com menos de 30 anos e que, provavelmente, seria uma mulher.

- **2011:** “Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado”. Tema com frequência abordado nas aulas de Filosofia (Ideologia, Comunicação de Massa) e Sociologia (Socialização, Globalização, Grupos Sociais e interação, Sociedades contemporâneas).
- **2012:** Surpreendendo a muitos, o tema proposto foi “Movimento migratório para o Brasil no século 21”. A prova trazia como texto de apoio aos candidatos um excerto de texto do site do Museu de Imigração, explicando o contexto dos movimentos migratórios para o país e dois outros textos sobre a imigração de bolivianos e de haitianos.
- **2013:** Abordou-se os “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”. Foram oferecidos quatro textos motivadores ao candidato. O primeiro trazia informações sobre o objetivo da Lei Seca; o segundo expunha determinada campanha do governo federal advertindo o cidadão da gravidade de dirigir alcoolizado. O terceiro consistia num gráfico mostrando os efeitos da Lei Seca “em números; e o último relatava a experiência de uma agência de comunicação.
- **2014:** O tema de redação do foi “Publicidade infantil em questão no Brasil”. Ofereceram-se três temas para motivar o candidato: o primeiro trazia informações sobre uma resolução do Conanda (Conselho Nacional da Criança e do Adolescente); o segundo fazia um panorama da legislação sobre publicidade infantil no mundo; e o último defendia a necessidade de “preparar a criança” para tornar-se o “consumidor do futuro”.
- **2015:** O tema de redação foi “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”. Foram dados quatro textos de apoio para os participantes. O primeiro deles se referia ao mapa da violência de 2012, que tematizou a violência contra as mulheres. Ele fala um pouco de como os homicídios têm crescido significativamente nos últimos anos, na última década. Com isso, vemos a coerência com a palavra “persistência” da frase tema. O segundo texto, publicado no *site* da Secretaria de Políticas para as Mulheres, fala sobre as modalidades da violência relatadas pelas mulheres, com ênfase no ponto de vista numérico na violência física. Mais da metade das mulheres relatam que sofreram violência física e mais de um terço sofrem violência psicológica. Lembrando que a violência psicológica é qualquer situação que haja ameaça, explícita ou velada, e controle pelo medo, usando o medo da vítima como um tipo de controle sobre ela. O texto três é uma rápida referência a uma campanha que aconteceu contra o feminicídio, ou seja, o assassinato de mulheres por razões ligadas à diferença de gênero, publicado no *site* da campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha. Finalmente o texto quatro fala um pouco sobre o impacto da Lei Maria da Penha, a qual seria melhor definida como uma Lei que pune a **violência doméstica**, tanto de homens contra mulheres e quanto de mulheres contra homens, que estava completando quase uma década. Para quem não sabia, a Lei Maria da Penha é uma lei para os dois gêneros, mas na maioria das ocasiões a vítima são as mulheres. A campanha de divulgação da lei está voltada mais para defesa da mulher. A coletânea de textos motivadores mostrava que o tema é relevante e que a “violência contra a mulher” é significativa.

Observação:

- **2016 (1ª Aplicação):** A **Redação** trouxe como tema a intolerância religiosa, um assunto de natureza ética, de relevância coletiva, com particularidades nacionais. A frase temática a partir da qual o candidato deveria ter pensado o seu texto foi: **“Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”**. Assim, o recorte direcionava, necessariamente, para a elaboração da proposta de intervenção social: quais os caminhos para se combater a intolerância religiosa nacional? Nessa trajetória argumentativa, o aluno poderia ter utilizado da coletânea as muitas ideias (que poderiam virar excelentes argumentos) presentes no **trecho I**: a obrigatoriedade do Estado, por ser laico, de assegurar o respeito a todas as religiões e de não permitir interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas ou culturais; a garantia, assegurada pela Constituição, de liberdade de crença religiosa às pessoas. No **segundo trecho**, o título reproduzido (“Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade”) já seria um excelente ensejo para mais desenvolvimento argumentativo: “atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis” é uma passagem desse segundo excerto que também poderia ter rendido ao candidato muitas possibilidades argumentativas. Do **terceiro excerto** da coletânea, poderia ter saído um argumento de considerável autoridade: está descrito, detalhadamente, na lei brasileira, que intolerância religiosa é crime. Do quarto e **último trecho da coletânea**, o estudante poderia ter extraído números “ilustrativos” da situação de intolerância religiosa no país: as religiões que mais sofrem com desrespeito, a quantidade de denúncias, algumas percentagens de episódios de intolerância em 2013 e 2014 em território brasileiro. Além das informações oferecidas pelos textos-bases, o candidato também poderia ter usufruído de argumentos como o do quanto a intolerância religiosa desrespeita a dignidade humana; do quanto desrespeita, inclusive, a liberdade de expressão. Havia ainda a opção argumentativa de explicar que quem é intolerante tolhe o direito do outro e é incoerente: aquele que é desrespeitoso com a crença de outrem é desrespeitoso com a sua própria religião, uma vez que, na base de todas as crenças religiosas, está o amor ao próximo, amor que passa, necessariamente, pelo respeito ao outro. Portanto, ser intolerante por motivos religiosos é, por princípio, uma contradição.
- **2016 (2ª Aplicação):** O tema da redação da segunda aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi “Caminhos para combater o racismo no Brasil”. A proposta de redação trouxe quatro textos motivadores: um que tratava da condição do homem negro; o segundo era um artigo de lei que tipifica o preconceito de raça ou de cor como crime; o terceiro foi uma peça publicitária que distinguia o racismo de injúria racial; e o quarto trazia uma definição acerca do que são ações afirmativas.
- **2017 (1ª Aplicação):** O tema da redação do Enem 2017 foi “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. A prova teve quatro textos motivadores diferentes. Um deles incluiu dados sobre o número de alunos surdos na educação básica entre 2010 e 2016. Outro apresentou um trecho da Constituição Federal afirmando que todos têm direito à educação. Um terceiro mostrou aos candidatos uma lei de 2002, que determinou que a Língua brasileira de sinais (Libras) se tornasse a segunda língua oficial do Brasil. Um anúncio do Ministério Público do Trabalho que, segundo o site do MPT, foi publicado em 2010, abordou um quarto aspecto da questão: o fato de surdos seguirem excluídos por causa do preconceito, mesmo que tenham a formação educacional necessária para entrar no mercado de trabalho.

Observação:

- **2017 (1ª Aplicação):** O tema da redação do Enem 2017 foi “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. A prova teve quatro textos motivadores diferentes. Um deles incluiu dados sobre o número de alunos surdos na educação básica entre 2010 e 2016. Outro apresentou um trecho da Constituição Federal afirmando que todos têm direito à educação. Um terceiro mostrou aos candidatos uma lei de 2002, que determinou que a Língua brasileira de sinais (Libras) se tornasse a segunda língua oficial do Brasil. Um anúncio do Ministério Público do Trabalho que, segundo o site do MPT, foi publicado em 2010, abordou um quarto aspecto da questão: o fato de surdos seguirem excluídos por causa do preconceito, mesmo que tenham a formação educacional necessária para entrar no mercado de trabalho.
- **2017 (2ª Aplicação):** O tema da proposta de redação desta segunda aplicação do exame foi “Consequências da busca por padrões de beleza idealizados”, questão atual e pertinente socialmente falando, já que é sabido que, no Brasil, a busca por atender a um determinado padrão de beleza movimenta um mercado de cirurgias plásticas, venda de cosméticos e de serviços como cabelereiros e procedimentos estéticos e pode causar transtornos psicológicos e alimentares que podem, por sua vez, levar à depressão e até ao suicídio, sem falar dos preconceitos como a gordofobia.
- **2018 (1ª Aplicação):** A sociedade do século XXI vive o que o geógrafo Milton Santos chama de a Era da Informação, inserida na Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-científico Informacional. Com isso, o modo como as sociedades consomem as informações nas plataformas on-line possibilitam moldar os comportamentos dos indivíduos. Em realidade, essa é uma das formas de controle social possibilitadas pelo capitalismo informacional. Nesse contexto digital, inseriu-se o tema da redação do **Enem 2018**, cuja proposta convidou o candidato a refletir sobre a “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”. (Com a colaboração do Professor Daniel Victor da Organização Educacional Farias Brito).
- **2018 (2ª Aplicação):** O tema da proposta do Enem das **Pessoas Privadas de Liberdade (PPL)** 2018 foi “Formas de organização da sociedade para o enfrentamento de problemas econômicos no Brasil”. Trata-se de um tema atual e relevante que possibilitou o estabelecimento de relações com assuntos que permearam o ano de 2018, como a Reforma Trabalhista, por exemplo.

Bibliografia**FILOSOFIA**

AIRÈS, Philippe. DUBY, Georges. (Dir.) *A História da Vida Privada*. Tradução de Hildegard Feist. 7ª ed. Volumes I, II e III. SP: Cia das Letras, 1989.

ARAGON, L. *O camponês de Paris*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando*. São Paulo: Moderna, 2003.

ARENDR, Hannah. *Que é liberdade?* Entre o passado e o futuro. 5. ed. São Paulo: perspectiva, 2003.

_____. *O que é política?* (Ursula Ludz); Tradução Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ARISTÓTELES. *A Política*. Edição bilingue, grego-português. Tradução Antonio C. Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

_____. *Poética*. Tradução de Eudoro de Souza. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

BARRETO, Tobias (1990). *Estudos de filosofia*. Introd. e notas de Paulo Mercadante e Antônio Paim; biobibliografia de Luiz Antônio Barreto. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: INL/Record.

BARROS, Edgard Luiz de. *Os governos militares*. O Brasil de 1964 a 1985 – os generais e a sociedade a luta pela democracia. São Paulo: Contexto, 1991.

BAUMGARTEN, Alexandre G. *Estética*. A lógica da arte e do poema. Tradução de Miriam Sutter Medeiros. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

BOBBIO, N. (org.) *Dicionário de Política*. 2 vols. Brasília: Ed. UnB, 1993.

BOBBIO, N. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Organizado por Michelangelo Bovero. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BORHEIM, Gerd A. *Sartre*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, Laerte Ramos de (1977). *A formação filosófica de Farias Brito*. Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1951; 2. ed., São Paulo: Saraiva/EDUSP.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à História da Filosofia*. Dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2006.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Pesquisas de Antropologia Política. Tradução Theo Santiago. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

DUFRENNE, Mikel. *Estética e Filosofia*. Tradução de Roberto Figurelli. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1963.

EAGLETON, Terry. *A ideologia da Estética*. Tradução de Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil por Boris Fausto*. Brasília: MEC/SEED, 2002.

FINLEY, Moises, *Os gregos antigos*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2002. Coleção: Lugar da História.

FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Tradução de Leandro Konder. 9. edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FONTANA, Josep. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhe. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FRANCA, Leonel (S. J.) (1955). *A filosofia no Brasil*. In: *Noções de história da filosofia*. Rio de Janeiro: Agir.

GOMES, Luisa Costa; FIGUEIREDO, Ilda. *Antologia filosófica: a reflexão filosófica, do mito à razão; dialética da ação e do conhecimento; valores ético-políticos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

HEGEL, Friedrich. *Preleções sobre a Estética*. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

_____. *Fenomenologia do Espírito*. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HEIDEGGER, Martin. *Ensaio e Conferências*. Vozes, Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2002.

_____. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

HOBBS, Thomas. *Do Cidadão*. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HOBBSAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. (1875-1914). Rio de Janeiro. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Paz e Terra, 1988.

HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. *Conceito de Iluminismo*, São Paulo: Pensadores, 1975.

HUME, David. Do padrão do gosto. Tradução de João Paulo Gomes Monteiro. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

JAEGER, Werner. Paidéia. *A formação do homem grego*. Tradução Artur M. Parreira; adaptação para a edição brasileira Mônica Stahel; revisão do texto grego Gilson Cesar Cardoso de Souza. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KAFKA, Franz. Perante a justiça. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda e RÔNAI, Paulo. *Mar de Histórias*. Antologia do conto mundial. Vol. 10. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*; Ensaio sobre as doenças mentais. 2. ed. Tradução de Vinicius de Figueiredo. Campinas: Papirus, 1993.

_____. Crítica da Faculdade do Juízo. Tradução de Valério Rohden. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 3. ed. 1999.

MANNHEIM, Karl. O Problema de uma Sociologia do Conhecimento. Tradução de Mauro Gama e Ina Dutra. IN: *Sociologia do Conhecimento*. Org. Antonio Roberto Bertelli, Moacir G.S. Palmeira e Otávio Guilherme Velho.

_____. *Sociologia Sistemática*. Uma introdução ao estudo da Sociologia. Tradução de Marialice Mencarini Roracchi. São Paulo: Livraria Pioneira, 1962.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Tradução de Lívio Xavier; Prefácio de Isaiah Berlin. São Paulo: Ediouro, 2002.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de José Carlos Bruni. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

_____. Para a crítica da Economia Política. Tradução de José Arthur Gianotti e Edgar Malagodi. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte.

MONTERADO, Lucas. *História da Arte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MOSSÉ, C. *O cidadão na Grécia Antiga*. Tradução Rosa Carreira. Revisão da Tradução Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, 1999. Coleção: Lugar na História.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Tradução Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NUNES, Benedito. *Introdução à Filosofia da Arte*. 3. ed. Série: Fundamentos. N.º 38. São Paulo: Ática, 1991.

Os Pensadores – Heidegger – São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

PAREYSON, Luigi. Os Problemas da Estética. Tradução de Maria Helena Nery Garcez. São Paulo: Martins Fontes, 1997. PLATÃO. *A República*. Livro III. Tradução de Carlos Alberto Nunes. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

PETERS, F. E. *Termos filosóficos gregos*. Um léxico histórico. 2. ed. Tradução Beatriz Rodrigues Barbosa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PLATÃO. *A República*. Tradução e notas Maria Helena da Rocha Pereira. Tradução do texto grego J. Burnet - Platonis Opera. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PROENÇA, Graça. *História da Arte*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: Estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org., Ed. 34, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Tradução de Lourdes Santos Machado. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores)

SÁNCHEZ VÁZQUES, Adolfo. *Convite à Estética*. Tradução de Gilson Baptista Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo, Cortez, 2003.

SANTOS, Reginaldo José dos (Júnior). *Deus na Filosofia de Heidegger* – www.revistatheos.com.br/Artigos%20Anteriores/Artigo_01_02.pdf

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores)

_____. *As palavras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHILLER, J. C. Friedrich. Sobre a Educação Estética do Homem em uma sequência de cartas. Tradução de Verlaine Freitas. In: *O Belo Autônomo*. Organização e seleção de Rodrigo Duarte. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. 11. ed. Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

SILVA, Franklin Leopoldo. *Ética e Literatura em Sartre: ensaios introdutórios*. São Paulo: UNESP, 2004.

TOCQUEVILLE, A. de. *A Democracia na América*. Tradução de Eduardo Brandão; Prefácio de François Furet. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VERNANT, Jean-Pierre. *Entre Mito e Política*. São Paulo: Editora da USP, 2001.

_____. *Mito e Pensamento entre os gregos*. São Paulo: Editora da USP, 1973.

WEBER, M. A instituição estatal racional e os partidos políticos e parlamentos modernos (Sociologia do Estado). In: *Economia e Sociedade*. Vol. 2. Brasília: Ed. UnB, 1992.

WOLFF, Francis. A invenção da política. In: NOVAES, A. (org.) *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Quem é bárbaro? In: Novaes, Adauto (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOCIOLOGIA

ADORNO, Theodor. *A indústria cultural*. In: COHN, Gabriel (org.). Comunicação e indústria cultural. São Paulo: Nacional, 1971.

ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência*. São Paulo: Artes Poética, 1996.

ALBORNOZ, S. *O que é Trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANDERSON, P. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *Balço do Neoliberalismo* In: SADER, E. e GENTILI, P. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. (Org.) *A dialética do trabalho*. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão popular, 2004.

_____. & SILVA, M. A. M. (Orgs). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão popular, 2004.

ARANHA, M. L.. *A História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. e MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando – Introdução à Filosofia*. Moderna. 2006

_____. *Temas de Filosofia*. Ed. Moderna. 2006

ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular*. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

ARNS, D. Paulo. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de Sociologia* – pequena introdução ao estudo da sociologia geral. 11. ed. – São Paulo: Duas Cidades, 1973.

_____. *A cultura Brasileira*. Parte III – A transmissão da cultura. RJ. E. UNB/Ed. UFRJ. 1996, 6. ed.

BARBALET, J. M., *A Cidadania*, Ed. Estampa, Lisboa, 1989

BASTOS, Elide R. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BATISTA, Sebastião Nunes. *Antologia da Literatura de Cordel*. 1. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1977.

BERNARDI, B. *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Trad. A C. Mota da Silva. Milão, Franco Angeli Editore. 1974.

BERQUÓ, E. *Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica*. In: SCHWARCZ, L. (org.), *História da vida privada no Brasil v.4*; SP: Companhia das Letras, 1998.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*, Ed. Campus, 1992, RJ

_____. *O futuro da democracia*, Ed. Paz e Terra, 1987, RJ

BOSI, Ecléa. *Cultura de Massa e Cultura Popular: leituras de operárias*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

- BOTTOMORE T. B. *Introdução à Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília, INL, 1973.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. São Paulo: Francisco Alves, 1975.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *O que é Folclore*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRUGGER, W. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: EPU, 1977.
- CAMBI, F. *História da Educação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- CÂNDIDO, A. *A estrutura da escola*. In: PEREIRA, L.; FORACHI, M. (org.) *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- CARVALHO, M. G. de. *Tecnologia e Sociedade*. In: *Tecnologia e Interação*, João Augusto S. L. A. Bastos (Org.) Coletânea "Educação e Tecnologia". PPGTE, CEFET-PR, pp 89-102.
- CASTRO, Ana Maria de, DIAS, Edmundo Fernandes. *Contexto histórico do aparecimento da sociologia*. In.: *Introdução ao pensamento sociológico*. São Paulo: Centauro, 2001.
- CHARLOT, B. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para educação hoje*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COELHO, Teixeira. *O que é Indústria Cultural*. 15. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.
- COMTE, Auguste. *Sociologia* [organização e tradução de Evaristo de Moraes Filho] São Paulo: Ática, 1978.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*, Brasiliense, 1991, SP.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Santa Catarina: EDUSC, 1999.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões – Campanha de Canudos*. 29. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil*, Brasiliense, 1994, SP.
- DALLARI, *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DURKHEIM, Émile. *Sociologia* [organizador da coletânea: Albertino Rodrigues]. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *As regras do método sociológico*. Tradução. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.
- _____. *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *O suicídio*. Ed. Lisboa: Presença, 1996.
- _____. *Religião e conhecimento* In: *Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1981.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- ENRIQUEZ, Eugène. *Da Horda ao Estado*. Psicanálise do Vínculo Social. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1983.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Publicado no "Diário Oficial" da União, de 16 de julho de 1990.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *História do pensamento antropológico: perspectivas do homem*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos da explicação sociológica – 3. ed.* Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- _____. *A educação numa sociedade tribal*. In: PEREIRA, L. FORACHI, M. (org.) *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania – uma questão para a educação*, Ed. Nova Fronteira, 1993, SP.
- FILORAMO, G.; PRANDI, C. *As ciências das Religiões*. São Paulo: Paulus, 1999.
- FOORESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; trad. Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1983.
- FREIRE-MAIA, Newton. *Brasil: laboratório racial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. *Pedagogia dos sonhos possíveis*; ARAÚJO, A. M. (org.), São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FORACHI, M. (org.) *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- _____. *Casa-Grande & Senzala – introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil –1*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GAARDER, J.; HELLERN, V.; NOTAKER, H. *O livro das Religiões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GALLIANO. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Harbra, 1986.
- GALLO, Sílvio. *Ética e Cidadania – Caminhos da Filosofia*. Ed. Papirus. 1997.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- GENRO, Tarso/ GENOÍNO, José. *O controle público do Estado*, in: *Folha de São Paulo*, Tendências e debates, 22/03/1995.
- GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2000.
- GIDDENS, A. *Sociologia, Uma breve, porém Crítica Introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. *Movimentos Sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.
- _____. *Os sem-terra, ONG's e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003.
- GOMES, Cândido. *A educação em perspectiva sociológica*. São Paulo: EPU, 1985.
- GONÇALVES, Maria Magaly Trindade; AQUINO, Zélia Thomaz; SILVA, Zina Bellodi. (Orgs.) *Antologia escolar de literatura brasileira: poesia e prosa*. São Paulo: Musa Editora, 1998.
- GOUNET, T. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Bomtempo Editorial, 2002.
- GORENNDER, J. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRANADO, Antonio Carlos. *Planejamento e Cidadania*, in "Teoria e Debate – revista trimestral do partido dos Trabalhadores, São Paulo, junho/julho/agosto, 1994.
- HARRY B. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *A era do capital: 1848-1875*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Rebeldes Primitivos: estudo sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- HOKHEIMER & ADORNO. *Os pensadores*. São Paulo, Nova Cultural.
- HORTA, Carlos Felipe M. M. (Coord.). *O grande livro do Folclore*. Belo Horizonte: Ed. Leitura, 2004.
- IANNI, Octavio. *Neoliberalismo e neosocialismo*. IN: IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IANNI, Octávio. *Sociologia da Sociologia – o pensamento sociológico brasileiro*. 3. ed., São Paulo: Ática, 1989.
- JUNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

- KOENING, S. *Sementes de Sociologia*. 2. edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- KOLLER, S. H. *Resiliência e vulnerabilidade em crianças que trabalham e vivem na rua*. In: Educar em revista, Curitiba, PR: Ed. da UFPR, n.15, 1999.
- KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LAFER, Celso. *Ensaio Liberais*, Ed. Siciliano, 1991, SP.
- LAPLANTINI, F. *Aprender Antropologia*. 12. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LARAIÁ, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 18. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LEMOES FILHO, Arnaldo. *As ciências Sociais e o Processo Histórico*. In: MARCELLINO, Nelson C. *Introdução às Ciências Sociais*. Campinas, Ed. Papyrus, 1998, 7. Edição.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LIMA, Luiz Costa. (Org.) *Teoria da Cultura de Massa*. 5. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.
- LUIZZETTO, F. *Utopias Anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MAGGE, Yvonne. REZENDA, Claudia Barcellos. (Orgs.) *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MALINOWSKI, B. *A vida sexual dos selvagens*; trad. de Carlos Sussekind; Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- MARCUSE, H. *A ideologia da Sociedade Industrial o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.
- MARTINS, C. B. *O Que é Sociologia?* São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MARTTERLART, Armand & Michelle. *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo, Loyola.
- MARX, Karl. *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*. In: A questão judaica. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1991.
- _____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. URSS: Edições Progresso, 1987.
- _____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1982.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- _____. *O manifesto do partido comunista: Karl Marx e Friedrich Engels*; tradução de Maria Lúcia Como: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MATTOS, Olgária. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- MAYER, Sérgio. *Filosofia com Jovens – Em busca da amizade com sabedoria*. Vozes. 2003.
- MORAES, Claudomir. *História das ligas camponesas do Brasil*. In: STEDILE, J. Pedro (org.). *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- MOREIRA, Marcos. *A vida dos grandes brasileiros – Cândido Portinari*. Cajamar: Três, 2001.
- MORGAN, L. *A Sociedade Primitiva I*; Portugal/Brasil: Ed. Presença/Livraria Martins Fontes, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras*. Novos Estudos, Revista "CEBRAP", n.º 36, julho 1993, SP.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1981.
- ORTIZ, R. Iluminismo e religião. In: *Revista Religião e Sociedade*. São Paulo: Vozes, mar/1986.
- _____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PANELAS, Oliveira de. *Introdução e seleção de Maurice Van Woensel*. In: Biblioteca de Cordel. São Paulo: Hedra, 2001.
- PEREIRA, Carlos Alberto M. *O que é contracultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PETITAT, A. *Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Arte Médicas, 1994.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- POUTGNAT, Philippe e STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PRANDI, R. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PROST, A.; VICENT, G. (org.). *História da vida privada 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.
- RAMINELLI, R. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- REVISTA DA FUNDAÇÃO SEADE – "São Paulo em Perspectiva". Sociedade Civil, Estado e Democracia, 1994, SP.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC e a era da TV*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2000.
- ROCHA, E. P. G. *O que é etnocentrismo*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ROSENFELD, Denis L. *O que é democracia*, Brasiliense, 1984, SP.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Dilemas de nosso tempo: globalização, multiculturalismo e fechamento*. Revista Educação e Realidade. n.º 26 (1) 13-32. jan/jul., 2001.
- _____. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- SANTOS, José Luiz. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SECRETARIA DO ESTADO DA CULTURA (SEEC) maio de 68: *Sonhos de transformação*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1998.
- SELL, Carlos Eduardo. Émile Durkheim. In.: *Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx – 3. ed. – Itajaí: Ed. Univali, 2002.*
- SEMPRINI, Andreia. *Multiculturalismo*. São Paulo: Ática, 2000.
- SILVA, Vicente Paulo da / Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro. *Lula, FHC e o futuro das câmaras setoriais*, in: *Folha de São Paulo, Tendências e Debates, 28/08/1994.*
- SOUTO, Cláudio, SOUTO, Solange. *A Explicação Sociológica. Uma Introdução à Sociologia*. São Paulo, EPU, 1985.
- SOUZA, S. M. R. *Um outro olhar*. São Paulo: FTD, 1995.
- STEDILE, J. Pedro (org.). *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- _____. (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STRAUSS, C. L. *O olhar distanciado*; São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SUPLICY, Marta. "Novos paradigmas nas esferas de poder". In: *Revista: Estudos feministas. IFCS/UFRJ PPCPIS/NFRJ, Vol. 4, n.º 1/96.*
- TINHORÃO, José Ramos. *Cultura Popular – temas e questões*. 1.ª ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2001.
- TOMAZI, Nelson Dácio (coord.). *Iniciação à Sociologia*. São Paulo: Atual Ed. 2000.
- TOURAINÉ, Alain. *A sociedade pós-industrial*. Lisboa: Moraes editores, 1970.
- TURNER, Jonathan H. *Sociologia: conceitos e aplicações*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- VALLE, Maria R. *1968, o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- VENTURA, Z. *1968: o ano que não acabou*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1988.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Atlas, 1992.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 15. ed. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 2000.
- _____. *Ciência e Política: duas vocações* – coleção: A obra-prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- _____. *Sociologia* [organizador da coletânea: Gabriel Cohn]. São Paulo: Ática, 1979.
- WORMS, L. S., COSTA, Wellington B. *Brasil século XX: ao pé da letra da canção popular*. Curitiba: Ed. Nova Didática, 2002.
- ZNANIECKI, F. *A escola como grupo instituído*. In: PEREIRA, L.; AZAMBUJA, Darcy. *Teoria geral do estado*. 36 ed. São Paulo: Globo, 1997.
- AZEVEDO, Fernando. *Princípios de Sociologia*. 9ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10 ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2000
- BOBBIO, Norberto. *Teoria das formas de governo*. 10a ed. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1997.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade – para uma teoria geral da política*. 10a ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O Campo Científico*. In: Cohn, Gabriel (org.). Bourdieu. Col. *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- COSTA, Cristina. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 3ª Ed- São Paulo: Moderna, 2007.
- CUIN, Charles-Henry e Gresle, François. *História da Sociologia*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do estado*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007;
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de Interpretação Sociológica. 3ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FERREIRA, Nelson. *Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação*. 2ª Ed- São Paulo: Atlas, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Ed. Artmed. Porto Alegre, 2004.
- GOMES, Cândido Alberto. *A Educação em Perspectiva Sociológica*. 3ª ed. São Paulo: Epu, 1994.
- GRUPPI, Luciano. *Tudo Começou com Maquiavel: As Concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Tradução de Dario Canali. Rio Grande do Sul: L&PM, 1986.
- IANNI, Octávio. *Sociologia e Sociedade no Brasil*. São Paulo, AlfaÔmega, 1975.
- MALUF, Sahid. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 1998
- MAQUIAVEL. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- PASTORE, José; do VALLE SILVA, Nelson. *Mobilidade social no Brasil*. 1ª Ed- São Paulo: Makron Books, 2000.
- RAMOS, Arthur. *As Ciências Sociais e os Problemas de Após-Guerra*. Rio de Janeiro, Ceb, 1944.
- RAMOS, Guerreiro. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1979.
- SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Teoria do estado: paradigmas em face da globalização*. 4. ed. Atlas, 2011.
- TAVARES, M. C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- TOMAZI, Nelson Dácio (coord.). *Iniciação à sociologia*. 2ª Ed- São Paulo: Atual, 2000.
- TOMAZI, Nelson Dácio. *Sociologia para o ensino médio*. Ed. Atual. São Paulo, 2007.
- VASCONCELOS, Ana. *Base do Saber: sociologia*. São Paulo: Rideel, 2009, pp. 107-122.
- TUMIN, Melvin M. *Estratificação Social*. São Paulo: Pioneira, 1970.
- VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.
- VITA, Álvaro de. *Sociologia da sociedade brasileira*. 5ª Ed- São Paulo: Ática 1996.
- BERGER, P; BERGER, B. *O que é uma instituição social?* In.: FORACCHI, M.; MARTINS, J de S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2004. pp. 163 – 168.
- BERGER, P.L. e BERGER, B. *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral*. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.
- VILA NOVA, Sebastião. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Atlas.
- BERGER, Peter L e BERGER, Brigitte. *O que é uma instituição social?* In: CASSIRER, Ernest. *A filosofia do iluminismo*. Campinas, SP: Unicamp. 1994.
- CHAU, Marilena. *Convite à filosofia*. 12ª. ed. São Paulo: Ática. 2000.
- COMTE, Auguste. *Sociologia*. 3ª. ed. São Paulo: Ática. s/d.
- DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes. 1996.
- FEUERBACH, Ludwig. *Preleções sobre a essência da religião*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola. 1994.
- LEMONS, Arnaldo. *As ciências sociais e o processo histórico*. In MARCELLINO, Nelson. (org.) *Introdução às ciências sociais*. 3ª. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1989. p. 19-28.
- MONTERO, Paula. *Reinventando as diferenças num mundo global*. In: DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo-Edgar A. (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis, RJ, 1999, p. 231-234.



Anotações

FILOSOFIA

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO

Aula 01: Mito e Filosofia				
01	02	03	04	05
C	E	E	C	D

Aula 02: A História da Filosofia (Pré-Socráticos)				
01	02	03	04	05
E	D	B	C	D

Aula 03: A História da Filosofia (Período Clássico-Grécia)				
01	02	03	04	05
C	D	B	C	D

Aula 04: A História da Filosofia (Período Helenístico)				
01	02	03	04	05
C	D	C	C	A

Aula 05: A História da Filosofia (Razão e Fé na Idade Média)				
01	02	03	04	05
A	B	A	B	E

Aula 06: A História da Filosofia (Renascimento e Modernidade)				
01	02	03	04	05
D	C	B	D	E

Aula 07: A História da Filosofia (Iluminismo e Contemporânea)				
01	02	03	04	05
B	A	E	D	D

Aula 08: A História da Filosofia (Pós-Modernidade)				
01	02	03	04	05
E	A	C	B	B

Aula 09: O Conhecimento				
01	02	03	04	05
C	D	C	C	C

Aula 10: O Pensamento Ético-Filosófico				
01	02	03	04	05
A	B	A	D	C

Aula 11: Concepções Filosóficas para a Construção da Liberdade				
01	02	03	04	05
A	B	A	C	C

Aula 12: Ideologia, Indústria Cultural E Teoria Crítica				
01	02	03	04	05
C	B	A	E	A

Aula 13: Filosofia Política				
01	02	03	04	05
C	B	A	B	C

Aula 14: Um Outro Olhar Político				
01	02	03	04	05
C	E	C	A	D

Aula 15: Estética				
01	02	03	04	05
D	B	B	D	A

EXERCÍCIO DE PROPOSTOS

Aula 01: Mito e Filosofia									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	B	A	D	A	A	B	B	D	A

Aula 02: A História da Filosofia (Pré-Socráticos)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	C	C	A	A	A	A	B	D	D

Aula 03: A História da Filosofia (Período Clássico-Grécia)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	A	D	A	C	B	D	A	B	B

Aula 04: A História da Filosofia (Período Helenístico)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
E	E	A	B	C	C	D	C	D	B

Aula 05: A História da Filosofia (Razão e fé na Idade Média)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	D	B	E	C	E	E	C	D	E

Aula 06: A História da Filosofia (Renascimento e Modernidade)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	E	B	C	B	C	C	D	B	C

Aula 07: A História da Filosofia (Iluminismo e Contemporânea)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	A	A	E	E	D	D	B	D

GABARITOS

Aula 08: A História da Filosofia (Pós-Modernidade)									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	E	E	B	B	D	A	B	E	E

Aula 09: O Conhecimento									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
D	D	E	A	C	B	A	A	E	D

Aula 10: O Pensamento Ético-Filosófico									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	D	D	A	E	B	A	C	D	D

Aula 11: Concepções Filosóficas para a Construção da Liberdade									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	C	C	D	B	D	A	C	A	C

Aula 12: Ideologia, Indústria Cultural E Teoria Crítica									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
E	B	E	E	A	A	B	E	C	B

Aula 13: Filosofia Política									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	E	C	A	D	C	A	B	D	A

Aula 14: Um Outro Olhar Político									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	E	B	B	A	E	D	C	E	B

Aula 15: Estética									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	E	C	A	C	B	A	B	A	A

SOCIOLOGIA

FIXAÇÃO

Aula 01: O Surgimento da Sociologia				
01	02	03	04	05
B	A	D	B	E

Aula 02: As principais Correntes Teóricas e as Possibilidades de Análise Científica dos Problemas Sociais – Parte I				
01	02	03	04	05
B	C	C	A	C

Aula 03: As principais Correntes Teóricas e as Possibilidades de Análise Científica dos Problemas Sociais – Parte II				
01	02	03	04	05
C	A	A	E	C

Aula 04: A Produção Sociológica Brasileira				
01	02	03	04	05
D	D	B	A	C

Aula 05: Família e Escola				
01	02	03	04	05
E	A	C	A	B

Aula 06: A Instituição Religiosa				
01	02	03	04	05
E	E	A	A	B

Aula 07: Como Funciona Relação Indivíduo × Sociedade				
01	02	03	04	05
A	C	D	D	E

Aula 08: Da Revolução Industrial à Evolução Tecnológica no Mundo Globalizado				
01	02	03	04	05
C	E	C	B	E

Aula 09: O Processo de Trabalho e a Desigualdade Social				
01	02	03	04	05
E	B	E	C	E

Aula 10: Estratificação, Classe e Mobilidade Social				
01	02	03	04	05
A	D	B	B	E

Aula 11: O Estado Contemporâneo				
01	02	03	04	05
B	D	E	A	A

Aula 12: Movimentos Sociais				
01	02	03	04	05
D	B	D	B	C

Aula 13: A Cidadania na Democracia de Massa				
01	02	03	04	05
D	B	B	C	C

Aula 14: Cultura ou Culturas: Uma Contribuição Antropológica				
01	02	03	04	05
E	B	B	A	A

Aula 15: Cultura: Criação ou Apropriação?				
01	02	03	04	05
E	A	B	A	B

PROPOSTOS

Aula 01: O Surgimento da Sociologia									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
E	C	E	E	B	B	E	D	A	B

Aula 02: As principais Correntes Teóricas e as Possibilidades de Análise Científica dos Problemas Sociais – Parte I									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	B	B	C	E	B	B	C	D	C

Aula 03: As principais Correntes Teóricas e as Possibilidades de Análise Científica dos Problemas Sociais – Parte II									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	D	B	E	D	C	D	E	C	B

Aula 04: A Produção Sociológica Brasileira									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	E	B	B	B	E	A	C	E	D

Aula 05: Família e Escola									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	E	D	B	A	B	A	D	B	D

Aula 06: A Instituição Religiosa									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	B	E	D	A	C	D	A	C	C

Aula 07: Como Funciona Relação Indivíduo × Sociedade									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	E	A	A	D	A	C	E

Aula 08: Da Revolução Industrial à Evolução Tecnológica no Mundo Globalizado									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	D	D	D	D	A	C	A	A	C

Aula 09: O Processo de Trabalho e a Desigualdade Social									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	E	A	C	C	E	A	C	A	B

Aula 10: Estratificação, Classe e Mobilidade Social									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	B	B	D	A	A	E	B	D	D

Aula 11: O Estado Contemporâneo									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
A	C	C	D	E	D	D	C	D	D

Aula 12: Movimentos Sociais									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
E	C	A	C	C	E	B	D	B	C

Aula 13: A Cidadania na Democracia de Massa									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	D	B	D	B	E	A	D	A	D

Aula 14: Cultura ou Culturas: Uma Contribuição Antropológica									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	A	A	C	C	E	C	B	B	D

Aula 15: Cultura: Criação ou Apropriação?									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	C	D	B	B	C	C	C	E	A



Anotações



Anotações